

Carlos Manuel Ferreira da Cunha

A construção do discurso da história literária
na literatura portuguesa do século XIX

Centro de Estudos Humanísticos
Universidade do Minho
Braga

2002

ÍNDICE GERAL

Prólogo	13
I. O discurso da história literária em Portugal	15
1. O termo e o conceito de discurso: arqueologia e genealogia	16
2. O discurso da história literária: pluralidade e construtividade	21
3. Para uma história da história literária	24
3.1. A história literária como «história civil»: a secularização do saber	26
3.2. Da história literária à história da literatura	29
3.3. A nacionalização da história literária	33
3.4. A história literária e a legitimação científica: do historicismo idealista ao positivismo	34
NOTAS	39
II. A nacionalização da literatura	49
1. O «imaginário nacional»: nação, narração e tradição	56
2. Da república das letras às letras da república: iluminismo e romantismo	60
3. Os irmãos Schlegel e De l'Allemagne: romantismo vs. iluminismo	64
4. A nação literária	68
4.1. A nação linguística de Herder	68
4.2. A literatura popular/nacional: da «Questão Homérica» ao Volksgeist herderiano	72
4.2.1. A «homerização» romântica de Camões	83
4.3. Literaturas originais e imitativas: uma cartografia romântica ou as «duas Europas»	90
NOTAS	101
III. A história literária como «história profunda» da nação: modelos, função e motivação	129
NOTAS	150
IV. A história literária em Portugal: a construção da cultura nacional	161
1. A «necessidade» de uma história literária	161

2. A politização da nação cultural: romantismo e liberalism	171
3. A delimitação das fronteiras culturais	185
3.1. O ético e o estético	185
3.2. O «espírito nacional»	191
NOTAS	195
V. A história literária e a narrativa da nação	217
1. A construção da história literária e o Curso Superior de Letras	218
2. As origens e a falta de originalidade da literatura portuguesa	220
3. Nação moral vs. nação étnica: a polémica de 1872	232
4. O discurso étnico e a questão das origens: germanismo vs. romanismo; idealismo vs. positivismo	242
5. A periodização: progresso e decadência	256
5.1. «Gongorismo»: assincronia e «reabilitação»	279
5.2. Uma genealogia romântica: retroactividade e redenção	284
NOTAS	287
VI. A invenção da Tradição	331
1. Teófilo Braga e a invenção da «tradição nacional»	333
1.1. A escola trovadoresca «portuguesa»	340
1.2. A literatura popular e a nacional-literatura	342
2. A invenção do «lusismo» e a(s) genealogia(s) da nação	347
3. Teófilo Braga e a fundação da história da literatura portuguesa: do romantismo ao positivismo	354
NOTAS	366
VII. Práticas discursivas identitárias	393
1. As comemorações camonianas	393
1.1. A con/sagração de Camões como símbolo da nacionalidade: biografia e história	393
1.2. O «paradoxo histórico» d’Os Lusíadas: as «duas almas» de Camões	398
1.3. O Tricentenário de 1880: ideologia e universalização	405

2. O discurso da história literária no ensino liceal: ao serviço da nação	412
2.1. Das humanidades clássicas ao Português: língua e história nacionais	414
2.2. A história da literatura nos Liceus	424
NOTAS	431
VIII. Conclusão	457
NOTAS	464
BIBLIOGRAFIA	467
ÍNDICE ONOMÁSTICO	499

"All literary works (...) are 'rewritten', if only unconsciously, by the societies which read them; indeed there is no reading of a work which is not also a 're-writing'." (Eagleton, 1983: 11)

Prólogo

Estas palavras introdutórias procuram explicitar e justificar algumas opções quanto à estruturação deste trabalho e à circunscrição do seu objecto material, uma vez que nos ocuparemos do seu objecto formal no primeiro capítulo.

Uma das maiores dificuldades com que nos deparámos consistiu na divisão e organização dos materiais estudados, em parte devido à natureza do objecto de estudo, mas também em virtude da própria dimensão do tempo histórico, que não pode ser reduzido a um esquema diacrónico unilinear, pois cada sincronia contém diacronias diferentes (cf. Koselleck, 2000: 159). De igual modo, é impossível reduzir os autores a um pensamento monológico, dadas as alterações e revisões que efectuam das suas obras e as conexões (parciais ou integrais) que estabelecem com outros autores e com outras obras.

Por outro lado, os temas e as ideias literárias dominantes no século XIX estão articulados entre si, pelo que qualquer separação acaba por ter um carácter artificial. Além disso, torna-se impossível estudar todas as questões de modo exaustivo, pelo que procurámos estabelecer uma linha dominante neste trabalho, centrada na noção de literatura nacional, que lhe serve de referência estruturadora (cf. II.1). Assim, demos um certo relevo à forma como o discurso da história literária conduziu a uma nova leitura de Camões (cf. II.4.2.1 e VII.1), mas não pretendemos de modo algum elaborar uma história da "recepção" da obra camoniana ao longo do século XIX. De certo modo, procurámos proceder como R. Koselleck, organizando os vários capítulos como "centros de interesses", mediante cortes semânticos transversais, seguindo uma

certa perspectiva diacrónica (*id.*: 20), o que por vezes implica algumas repetições de capítulo para capítulo.

Em relação às fontes bibliográficas, excluimos as obras manuscritas, como a do Cónego João da Anunciada, referida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1990 [1904]), ou o estudo de Frei Fortunato de S. Boaventura que foi publicado em 1905 por António Portugal de Faria: "Litteratos portugueses na Italia ou collecção de Subsídios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal" (vl. 4 de *Portugal e Italia*). Neste último caso, o manuscrito era conhecido por alguns estudiosos, pelo que teremos em conta a recepção que teve. No entanto, o facto de estes estudos terem permanecido inéditos ao longo do século XIX explica a escassa influência que exerceram.

Um dos problemas maiores para quem se aventura neste âmbito de estudos continua a ser, como sublinhavam muitos autores no século XIX (cf. IV.1), a ausência de monografias especializadas sobre a história das ideias literárias em Portugal. Por isso, as obras de Fidelino de Figueiredo (1916) e de João Palma-Ferreira (1985, 1986) foram de um préstimo inestimável. A recente obra de Massaud Moisés (2000) permitiu, entre outros aspectos, a aferição de alguns resultados da investigação entretanto efectuada. A *História da História em Portugal* (1996), de Luís Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, foi um guia importante para o enquadramento historiográfico dos autores estudados, proporcionando uma ampla perspectiva da dimensão institucional e social do ensino da história nacional em Portugal.

Por fim, gostaríamos de salientar que a principal motivação para este trabalho proveio do estímulo, da orientação atenta e do rigor dos conselhos do Professor Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva, a cujo magistério esta dissertação deve o que for louvável. Os defeitos e imperfeições, esses são imputáveis apenas ao autor.

I. O discurso da história literária em Portugal

Ao longo do presente trabalho, procuraremos examinar o modo como se construiu o discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX. Porém, um tal objecto material de estudo não pode ser apresentado sem uma prévia análise dos termos que contém, de forma segmentada e articulada. De início, há a difícil delimitação do conceito de discurso, da própria concepção de história e de literatura (conceitos que variam historicamente), complexidade que converge na própria possibilidade da história literária como disciplina, tendo em conta a especificidade do seu objecto e a sua articulação com a história geral. Por outro lado, o próprio âmbito temporal de tal projecto implica, no fundo, o estudo da fase fundacional de uma disciplina que emergiu no século XIX e que hoje é objecto de uma profunda reflexão e renovação. Mas esta circunscrição temporal, em parte justificada e em parte convencional (o conceito de "século"), teve que ser muitas vezes transgredida, quer através de recuos temporais, quer mediante avanços até ao século XX, para estabelecermos "procedências" e continuidades, e na medida em que a obra fundadora de Teófilo Braga se estende de 1865 até 1924. A circunscrição à literatura portuguesa decorre naturalmente do facto de a história literária se ter construído em torno das nações e das culturas nacionais.

O sintagma "discurso da história literária" implica simultaneamente uma especificidade que o diferencia de outros tipos de discurso e uma dependência de um discurso mais global, "o discurso da história" (nacional), sob o signo do qual a história literária se construiu. Tal articulação, dada a especificidade do fenómeno literário, é fonte de aporias e perplexidades, em virtude da "colonização" da literatura pela história, da porosidade disciplinar em que assenta a "história literária" e da problemática ideológica da "identidade nacional" que lhe é inerente.

Em primeiro lugar, torna-se necessário precisar o termo e o conceito de "discurso" e depois os sintagmas "discurso da história" e "discurso da história literária", sobredeterminado pelo respectivo genérico. No século XIX, num sintagma como "história da literatura portuguesa", a tónica é colocada invariavelmente em "portuguesa". O mais importante na história literária,

como veremos, consistia em traçar o percurso diacrónico da nação portuguesa e do "espírito nacional" (a "alma portuguesa") através da sua literatura, que então equivalia a cultura.

1. O termo e o conceito de discurso: arqueologia e genealogia

O lexema "discurso" é polissémico, devido à diversidade de abordagens a que foi sujeito pela teoria da linguagem e pela teoria da literatura e à multiplicidade das suas aplicações nas ciências humanas e sociais. Assim, articula-se com um conjunto de conceitos correlatos, que o restringem ou ampliam (ao enunciado ou à enunciação), de acordo com as teorias (linguística, semiótica, literária) em que se constrói e das áreas em que se aplica, o que, se condiciona as suas adaptações e transposições para domínios diferentes, não impede a sua circulação interdisciplinar. Assim, para alguns autores, o conceito de discurso aproxima-se da *parole* saussuriana (*ergon*), mas outros situam-no domínio da *langue* (*energeia*), associando-o e confundindo-o respectivamente com o texto/enunciado ou com o sistema/enunciação (cf. Aguiar e Silva, 1988: 568-74). Roland Barthes, por exemplo, num famoso texto em que procura caracterizar "o discurso da história", revela-se muito vago na definição do que entende por discurso -"La description formelle de mots supérieurs à la phrase (que l' on appellera par commodité *discours*)"-, embora em termos práticos refira a necessidade de a linguística do discurso dar conta, um pouco como a antiga Retórica, dos "universaux du discours (s' ils existent), sous forme d' unités et de règles générales de combinaison." (1982: 13).

Face à necessidade de clarificação deste conceito, que está na base do nosso objecto formal de análise, importa pois situar e demarcar o que se entenderá aqui por discurso. Pela sua concisão e rigor, parece-nos válida a definição proposta por Aguiar e Silva: "O discurso é o **processo semiótico e social** através do qual o sistema - a *langue* de Saussure - é actualizado no objecto material e concreto que é o texto." (Aguiar e Silva, 1990: 187; destaque nosso). Em termos de representação conceptual, o discurso aparece assim como um processo mediador entre

a *langue* e a *parole*, devendo ser analisado "em função de emissores situados no tempo histórico e no espaço social, isto é, tendo em conta toda a problemática da enunciação do discurso, desde os factores ideológicos, socioculturais e económicos que regulam a sua produção até aos efeitos sociais, psicológicos e ideológicos que o emissor procura obter." (Aguiar e Silva, 1988: 572). Trata-se, em suma, de constatar que o falante actualiza a *langue* através dos filtros estabelecidos pelas *formações discursivas*, conceito que em M. Pêcheux designa o que pode ser dito, em cada género, a partir de uma dada posição e conjuntura (*id.*: 573).

Estes conceitos de discurso e de formação discursiva, numa perspectiva translinguística, de incidência social e histórica, são um objecto privilegiado da obra de Michel Foucault, quer numa história de tipo *arqueológico*, quer numa perspectiva *genealógica* (1), embora a sua obra peque por negligenciar a dimensão linguística do discurso, da enunciação propriamente dita. Desde o início, Foucault procurou demarcar a indagação da "arqueologia" das ciências humanas (1966) e do saber (1969) do método da história das ideias, centrando-se na busca da descontinuidade nos eventos concretos, numa análise marcadamente funcional (2).

Para Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados pertencentes à mesma formação discursiva, ao mesmo sistema de formação, para os quais é possível definir modalidades de existência particulares (1969: 141). Considera assim que um enunciado pertence a uma formação discursiva como a frase pertence ao texto e uma proposição a um conjunto dedutivo, sendo a regularidade dos enunciados definida pela própria formação discursiva (mais uma lei de coexistência e uma modalidade de existência do que um conjunto de regras externas) (*id.*: 152-3). Uma "formação discursiva" é pois a lei de uma série de enunciados (as estratégias e condições de possibilidade de um tipo de discurso), na sua repartição e relação, o conjunto das regras que preside à formação dos enunciados particulares e dos outros "eventos discursivos" (objectos, conceitos, posições do sujeito e opções estratégicas), sendo os tipos de discurso regras de constituição de áreas de conhecimento.

A sua análise implica por isso o estudo da derivação de regras de formação a partir de outras já existentes e da substituição de uma formação discursiva por outra. Mas o sistema enunciativo das formações discursivas articula-se com outros sistemas (lógico, psicológico, linguístico) e implica dimensões não discursivas (pré-discursivas), que dizem respeito à sua

atualização prática, às práticas discursivas: "c' est un ensemble de règles anonymes, historiques, toujours déterminés dans le temps et l' espace qui ont défini à une époque donnée, et pour un aire sociale, économique, géographique ou linguistique donnée, les conditions d' exercice de la fonction énonciative." (*id.*: 153-4). Por sua vez, a função enunciativa tem a ver com as escolhas estratégicas, que dependem da função das práticas discursivas (v.g., o discurso pedagógico), das instâncias que implicam o regime e os processos de apropriação do discurso (v.g., a relação médico/doente, professor/aluno) e das posições de desejo em relação ao discurso (simbolização, interdito, satisfação secundária).

Neste sentido, Foucault procura demarcar o âmbito do seu estudo em relação à história das ideias, privilegiando sobretudo a análise da *novidade*, das *contradições*, dos *factos comparativos* e das *transformações*. Assim, a análise arqueológica implica respectivamente, segundo Foucault, a consideração dos discursos como monumentos (como práticas que obedecem a regras) e não como meros documentos, atendendo aos discursos na sua especificidade (jogos de regras e modalidades), substituindo o estudo da obra pelo estudo dos tipos e regras das práticas discursivas, tomando o discurso como objecto (não se buscam as suas origens, mas o seu acontecer) (3). Deste modo, o seu objectivo não foi a escansão do discurso em grandes unidades (obras, autores, livros, temas), pelo que pôs em uso uma série de noções novas (formações discursivas, positividade, arquivo) e definiu novos domínios (enunciados, campo enunciativo e práticas discursivas). Nesta medida, a arqueologia não é fácil de definir e delimitar, visto ser uma análise de tipo funcional: procura narrar as margens das ciências, os saberes laterais e anónimos, atravessando as disciplinas existentes, reinterpretando-as, sendo acima de tudo uma perspectiva ou um estilo de análise (*id.*: 177-80).

O que torna o discurso uma prática social é precisamente a correlação dos elementos discursivos (as formações discursivas) com os não discursivos (as práticas discursivas). Estamos já em pleno domínio da *parole* e da genealogia, em que o poder do discurso e os seus efeitos ocupam o primeiro plano face á descrição arqueológica. No entanto, a diferença entre estas abordagens é sobretudo uma questão de ênfase numa ou noutra perspectiva. Assim, quando um discurso ganha estatuto científico, "La formation régulière du discours peut intégrer (...) les procédures de contrôle" (1971: 68). Ao invés, esses procedimentos de controlo podem ganhar

corpo no próprio interior de uma formação discursiva: "ainsi la critique littéraire comme discours constitutif de l' auteur" (*ibid.*). A figura do **autor** é uma peça fundamental desta articulação entre a pesquisa arqueológica e genealógica no campo dos estudos literários. Por um lado, é uma manifestação do reconhecimento do *sujeito* e da liberdade de expressão, mas no momento mais significativo desse processo, na instituição dos direitos de autor, está presente a vontade de "controlar" os sujeitos/autores e a circulação social dos seus discursos, do mesmo modo que em termos mais globais a sociedade moderna visava disciplinar o *sujeito* (4). Por outro lado, apesar da sua aparente materialidade, o autor resulta de uma construção discursiva complexa, como sucede com a crítica literária moderna, em que funciona como "princípio de uma certa unidade de escrita" (estilística), como "campo de coerência conceptual" (que permite resolver as contradições textuais), como unidade histórica (biografia) e foco de expressão que permite agrupar os seus textos como *obra* (1992: 53) (5).

Estava assim preparado o terreno para a sua pesquisa genealógica, a que dá, de certo modo, início na *Leçon* inaugural, no *Collège de France* (2/10/1970), centrada no discurso como forma de dominação, a partir da hipótese de que em todas as sociedades a produção do discurso é controlada, seleccionada, organizada e redistribuída mediante um certo número de procedimentos que visam conjurar os seus poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e escapar à sua materialidade (1992: 10-11). Estes procedimentos são externos (de exclusão), servindo para dominar o poder dos discursos (o mais importante é a "vontade de verdade"), ou internos (autor, comentário e disciplinas) e reforçam-se pela selecção dos sujeitos falantes (regras e condições de participação) (6). O **autor** aparece aqui como um dos *procedimentos internos*, que são princípios de classificação, ordenação e distribuição, para controlar/dominar o acontecimento e o acaso do discurso, o que no caso do autor se realiza pela construção de uma identidade que tem a forma da individualidade (7).

No campo dos estudos literários, o **comentário e a função autor** são indissociáveis e inserem-se nas suas várias **disciplinas** (em especial na crítica e na história literárias) como princípios de produção discursiva e, concomitantemente, com uma função restritiva. Em "A morte do autor", Roland Barthes punha já em correlação estes três procedimentos internos de

controlo discursivo, destacando que a centralidade do autor permitia um maior controlo do comentário crítico (8):

"Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. Esta concepção convém perfeitamente à crítica, que pretende então atribuir-se a tarefa importante de descobrir o Autor (ou as suas hipóteses: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto é 'explicado', o crítico venceu; não há pois nada de espantoso no facto de, historicamente, o reino do Autor ter sido também o do Crítico, nem no de a crítica (ainda que nova) ser hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor." (1984: 52) (9).

É possível articular no campo dos estudos literários a análise crítica e genealógica de Foucault a vários níveis. Os procedimentos internos (autor, comentário, disciplinas) dependem fortemente dos procedimentos externos (ligados ao poder discursivo), como "a vontade de verdade" (o principal sistema de exclusão discursiva), que leva a adoptar em cada época o discurso que for legitimador da verdade (Foucault, 1992a: 15) e que exerce sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de constrição, como se verifica na adopção permanente do discurso das ciências naturais, em particular da biologia, pelo discurso da história e da história literária. Este, como outros sistemas de exclusão, apoia-se num *suporte institucional* (sistema de ensino, agremiações e sociedades culturais e científicas) e num conjunto de práticas de edição e conservação de textos e documentos (bibliotecas, arquivo). O procedimento fundamental deste suporte é *a selecção dos sujeitos falantes*, na medida em que a vontade de saber é reconduzida mais profundamente pela maneira como o saber se actualiza numa sociedade, pelo modo como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído (*id.*: 19-20), na constituição de sistemas de submissão dos discursos (*id.*: 46-7). Esta selecção funciona como um *ritual de palavra*, que define as qualificações para participar nas *sociedades de discursos*, que têm por função conservar ou produzir discursos, para os fazer circular num espaço mais ou menos fechado (os escritores, as doutrinas e os grupos doutrinários). Há, por fim, que ter em conta os modos de *apropriação social*, pois apesar de a educação dar acesso aos diferentes discursos, todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos.

Foucault destaca deste modo a interdependência entre as práticas discursivas e as práticas sociais, com as suas instituições, numa dimensão interdiscursiva e interdisciplinar (10). Essa articulação funcional, sem esquecer a análise discursiva, é relevante no discurso da história literária, enquanto prática discursiva institucional, com funções específicas em termos sociais (particularmente no sistema de ensino e em relação ao capital literário/simbólico nacional). As formações discursivas e os discursos que possibilitam aparecem assim inseridos no âmbito das práticas discursivas de uma dada sociedade e na esfera institucional em que são legitimadas, ao serviço do "poder simbólico", que segundo P. Bourdieu é o "poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo (...); poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário." (1989: 14). Mas o poder simbólico da enunciação e a eficácia simbólica da linguagem na construção da realidade (a sua "performatividade simbólica") dependem das práticas discursivas sociais e exigem um reconhecimento, que depende da posição do enunciador e da sua localização institucional, das "condições de felicidade discursiva" institucionalizadas: "Il n'y a pas de pouvoir symbolique sans une symbolique du pouvoir." (1982: 73) (11).

O funcionamento do campo literário (campo específico de forças e de lutas de concorrência) e das suas formações discursivas dependem, segundo Bourdieu, da relação entre um *habitus* (sistema de disposições; crença e *illusio*) e um *campo*, que é uma rede de relações objectivas entre as posições e as tomadas de posição dos seus agentes num espaço de produções possíveis (domínio, luta, intercâmbio, etc.) (1992: 321 ss.), que resultam da distribuição das espécies de capital ou poder, cuja posse governa a obtenção dos ganhos específicos postos em jogo no campo (v.g., poder, prestígio). I. Even-Zohar aproxima esta sociologia do "campo literário" (que denomina Instituição) (12) da concepção formalista da literatura como sistema, concebendo-o como uma estratificação dinâmica, em que a concorrência de posições/opções conduz à luta de certos modelos e reportórios para ocupar o centro do sistema (sendo as posições vencidas remetidas à periferia), conduzindo à canonização (e descanonização) de certos princípios, autores e textos.

A aplicação ao âmbito dos estudos literários das quatro dimensões do discurso que Foucault definiu na sua *Archéologie du Savoir* (1969) exige algumas precauções epistemológicas, mas permite obter resultados reveladores das articulações entre o saber e o poder, em particular no que respeita à emergência das "literaturas nacionais". A este nível, merece destaque o estudo de Vassilis Lambropoulos, que procura adaptar a pesquisa de Foucault à literatura grega moderna (13), e de modo particular à canonização de um autor em que o ético (o nacional) supera o estético, em que o aspecto ideológico faz esquecer a escassez do valor literário (14). A partir daqui, procura construir um modelo genealógico aplicável à literatura, em que a própria definição de discurso é central: "Discourses, those explicatory systems wich map and master areas of thought, knowledge, and craft, strive for domination over institutions; they aspire to naturalize them and impose absolute games, thereby effecting the identification of the game with the world." (1988: 237-8).

Desta definição facilmente se conclui uma aproximação às características da arqueologia apontadas por Foucault, considerando Lambropoulos a literatura como uma instituição social dominada por diferentes discursos em diferentes períodos históricos e simultaneamente afectada pelos discursos que dominam outras instituições contemporâneas, como a crítica. Desse modo, uma genealogia deve ocupar-se das práticas discursivas, analisando a constituição do discurso crítico em vários períodos e o impacto de outros discursos dominantes (linguístico, político, etc.), abandonando-se, como em Foucault, a análise de autores e obras para se estudarem as práticas de escrita e de leitura e os seus lugares institucionais, descrevendo-se os contornos, os limites e os mecanismos operativos do discurso dominante (15).

Outra dimensão desta geneologia é a que corresponde à definição dos discursos na sua especificidade, buscando mais a descontinuidade do que a continuidade, situando os discursos na sua historicidade, enquanto fenómenos culturais únicos, situados, determinados e irreduzíveis. A autoridade de um discurso na instituição literária é exercida pela imposição de certas regras e limitações na construção e circulação das obras de arte, o que circunscreve a liberdade criativa do autor, do crítico, do professor e do público leitor. No seu período de dominação, certas normas artísticas definem a estética dominante, afectando directamente as práticas da escrita e da leitura. Este estudo efectua-se mediante um estudo interdisciplinar e comparativo que confronta o

discurso dominante com os discursos marginalizados e as instituições vizinhas, que procura mostrar os seus mecanismos de inclusão e exclusão, revelando, por exemplo, a censura e a revisão, na sua dimensão ideológica.

O facto de a análise genealógica dar mais importância aos discursos considerados na sua especificidade e nas suas diferenças e de preferir a análise das *práticas discursivas*, implica a descrição dos seus mecanismos de operação e das regras de dominação. Tal como Foucault rejeitara outro tipo de unidades discursivas, como a obra, Lambropoulos critica as bases das noções românticas sobre a obra de arte, o autor, a influência, o progresso, a tradição, e os seus suportes filosóficos. A genealogia, na sua perspectiva, desmascara a visão idealista das histórias da literatura, que considera serem *catálogos de obras-primas*, vendo a literatura como uma instituição social e a sua história como uma história de interpretações e de conflitos interpretativos, de competição dos discursos pelo poder institucional (*id.*: 38; destaque nosso), sendo a genealogia "an interpretation of interpretations - a critical metacommentary" (*id.*: 41-2). Recusa assim a história da literatura como uma história dos talentos e dos seus triunfos, das épocas (e do "espírito" de cada época). A história da literatura deve, segundo Lambropoulos, analisar a complexa interacção entre o desejo artístico, a vontade interpretativa e o gosto do público, embora sem adoptar o modelo evolucionista, que suporta as ideias de progresso intelectual e de continuidade cultural, "típicas da utopia humanista". Segundo Lambropoulos, isso implica o exame das noções de literariedade e qualidade, para explicar, por exemplo, como é que certos géneros saem de moda e certas obras são marginalizadas, como é que certos discursos invadem o território (*v.g.*, a filosofia) (16).

Decorrente desta perspectiva agonística, a análise das *transformações* centra-se-á nos usos culturais que as várias escolas dão a um escritor (17), na descrição sistemática, em termos históricos, do modo como as obras se tornam discurso-objectos e emergem como obras de arte, no seio das restrições institucionais, das comunidades interpretativas e das práticas discursivas instituídas. Voltado para o uso do "capital simbólico" (Bourdieu) ou do "capital cultural" (Guillory) da literatura, Lambropoulos afirma que a verdadeira questão é política e não epistemológica (18). Porém, entendemos que este axioma deve ser postulado ao contrário, mais

que não seja para se poder constatar que a questão é política. Caso contrário, os pressupostos sobredeterminam (quando não subvertem) os resultados da pesquisa.

Sem adoptarmos acriticamente o programa genealógico de Foucault e a aplicação de Lambropoulos, pensamos que se trata de uma metodologia com múltiplas virtualidades, com a inegável vantagem de o programa deste último autor se relacionar directamente com o objecto formal do nosso trabalho, com a construção do discurso da história literária e com o seu conceito estruturador, a ideia de literatura nacional. Não menos importante é o facto de conceder uma forte atenção às *práticas discursivas* e à dimensão performativa e institucional dos discursos.

2. O discurso da história literária: pluralidade e construtividade

A história literária, porque é história, partilha com a história geral o tipo de discurso (narrativo) e toda a sua complexa problemática, para além dos seus problemas específicos, relativos sobretudo à natureza do seu objecto. Porém, é preciso ter em conta a plurissignificação do termo e do conceito de história (19) e a diversidade das suas práticas discursivas, com graus e níveis de exigência distintos (20). Sem esquecermos estas diferenças epistemológicas, lógicas e ontológicas em relação aos vários usos do discurso da história, sincrónica e diacronicamente, nomeadamente a nível das práticas discursivas e sociais, importa focar as similaridades que comporta, sobretudo em torno da sua dimensão narrativa (21).

No discurso da história também confluem, na intersecção com outras formações discursivas, um conjunto de práticas discursivas diversas, que podemos diferenciar pelo facto de serem produtoras de novos conhecimentos ou de servirem apenas como meios de divulgação, com pretensões distintas, ora a um nível da "esfera pública" (como *O Panorama*), ora no espaço do sistema de ensino. Por outro lado, essas práticas discursivas imbricam-se com frequência no

que poderíamos designar como as "representações" da identidade ("discurso identitário"), que tiveram como momento paradigmático as comemorações do Tricentenário de Camões, em 1880.

Apesar de o nosso objecto de estudo ser a emergência e a constituição da história literária em Portugal, procuraremos dar conta das várias manifestações do discurso da história literária, que não se restringe ao manual ou curso de literatura portuguesa, estando, *v.g.*, presente de modo intenso na crítica literária, na medida em que esta procura dar conta da dimensão histórica da literatura e situar/avaliar os escritores no seu tempo e em relação aos seus antecedentes. L. A. Rebelo da Silva, por exemplo, tem o hábito de desenvolver longas sínteses históricas da literatura para enquadrar o autor ou o movimento que pretende analisar. Por outro lado, apesar de Herculano, A. P. Lopes de Mendonça e Rebelo da Silva nunca terem escrito uma história da literatura, é possível reconstruir (aproximadamente) pelo conjunto dos seus artigos uma perspectiva diacrónica da evolução da literatura portuguesa, embora se devam ter em conta as mudanças de pensamento que se registam nos seus percursos. Por outro lado, em Teófilo Braga, pioneiro ou fundador da história da literatura portuguesa, encontramos uma obra multimoda, formada por biografias, monografias epocais, bibliografias e sínteses, que no seu conjunto, apesar das continuidades, revela pelo menos três momentos distintos, por vezes contraditórios, como se pode verificar pelas duas revisões que efectuou do seu primeiro "macrotexto" de 1870-2 (cf. VI). Neste caso, privilegiámos as sínteses em forma de compêndio que Teófilo escreveu (1875, 1885 e 1909-18), sem esquecer as outras obras.

Em todos os momentos, tornou-se evidente o carácter "construtivo" do discurso da história literária, em que interfere, sem excepções, a perspectiva ideológica dos sujeitos enunciadoreis. R. Barthes considera três domínios fundamentais no discurso da história: a enunciação, o enunciado e a significação que produz (1982). De modo global, coloca a ênfase no carácter construtivo do discurso histórico, como o faz noutra estudo Siegfried Schmidt (1995 [1985]), acentuando a sua natureza narrativa, do mesmo modo que H. White (1978, 1987, 1993), que põe a tónica na sua dimensão poética. Deste modo, R. Barthes começa por analisar os aspectos linguísticos da enunciação histórica, que caracteriza pelo ocultamento deliberado do sujeito e do fenómeno enunciativos, com o fim de produzir um *efeito de real* (ilusão

referencial), construindo um discurso assertivo e aparentemente objectivo, na medida em que faz refluir o discurso para o enunciado e para o referente (22). Em suma, trata-se da "castidade da história" (Fustel de Coulanges), do que Nietzsche, mais caústico, designava a hipocrisia dos "eunucos da história" (*apud* Foucault, 1988: 599).

O que está em causa em Nietzsche é a *perspectiva* do historiador. Foucault retoma este tópico em *Nietzsche, la Genealogía, la Historia* : "Los historiadores tratan de borrar, en la medida de lo posible, aquello que puede traicionar, en su saber, el lugar desde el que miran, el momento en el que están, el partido que toman - lo insoslayable de su pasión.". Assim, o historiador simula "un discreto anulamiento ante lo que mira". (1988: 54). Daí a necessidade, como observa J. Lozano, de prestar atenção aos enunciados e de observar as suas transformações, a fim de "descubrir las estrategias de un enunciador que se empeña en ocultarse." (1987: 210).

Este é uma aspecto essencial do discurso histórico e em seu torno travam-se os principais conflitos da "vontade de verdade", na medida em que é impossível contornar ou escamotear a natureza discursiva/narrativa da História e o facto de ser escrita (construída) por um sujeito histórico, o que constitui um permanente desafio à "vontade de verdade" objectiva e científica (23).

A interpretação começa na *selecção* e *ordenação* das "fontes", mas manifesta-se sobretudo na selecção e ordenação do universo diegético, através do acto narrativo, segundo uma certa perspectiva (focalização). É, aliás, naqueles dois processos que assenta a narratividade (24). A história literária é uma narrativa na medida em que um narrador relata a transição através do tempo de um estado de coisas para um estado de coisas diferente. O que ele selecciona e a forma específica de concatenação desses dados não pode ser nunca uma operação inocente, na medida em que implica a construção específica de uma "história". Por outro lado, como refere A. Danto, a perspectiva do historiador, que conhece o "futuro do passado", permite-lhe saber as causas/efeitos e a explicação do que para os contemporâneos era desconhecido, à semelhança dos narradores romanescos, destacando no passado o que o "futuro do passado" lhe mostrou ser relevante (1985: 349-51).

Por outro lado, o próprio modo de ordenação depende de um conjunto de pressupostos (concepção de con/sequência e causa/lidade) e, mais globalmente, da visão do mundo do historiador. Na história literária, este facto é evidente na selecção dos textos e autores e na organização com que são agrupados entre si e em relação à sucessão diacrónica (25). A perspectiva que preside à selecção, agrupamento e organização faz com o discurso histórico esteja imbuído de uma radical dimensão hermenêutica e valorativa (26). Na realidade, esta terceira dimensão do discurso histórico, a significação ideológica (imaneente ou transcendente), resulta das outras duas, a enunciação e o respectivo enunciado. Segundo R. Barthes, o discurso histórico visa "preencher" o sentido da História, seleccionando factos e sobretudo os seus significados, para os organizar, a fim de combater o vazio da pura série (1982: 19).

O reconhecimento da natureza linguística e construtiva do discurso da história é relativamente consensual no pensamento contemporâneo, segundo graus diferenciados e com consequências epistemológicas distintas (27). No âmbito da narratologia, a distinção entre diegese (aí se situam também as *res gestae*) e discurso veio pôr em relevo a sua interdependência: "A diegese é um "construto tropológico", só adquire existência através do discurso de um narrador e por isso essa existência é indissociável das estruturas textuais, das microestruturas estilísticas como das macroestruturas técnico-compositivas." (Aguiar e Silva, 1988: 717). Por outro lado, como demonstra A. Danto, a história enquanto ciência pressupõe uma relação referencial da linguagem com a realidade, mas a consciência que os homens têm dos eventos (as representações históricas) torna-se parte desse evento, não sendo possível mudar a representação sem ao mesmo tempo mudar a realidade, na medida em que a linguagem faz parte do mundo representado por ela (1985: 305, 323-7). As estruturas narrativas penetram a nossa consciência dos eventos de modo paralelo àquele em que a teoria modela as observações na ciência, sendo a narração sobretudo um dos modos de representar o mundo, com a sua linguagem, "to so great a degree that our image of our own lives must be deeply narrational." (*id.*: xiii). Em suma, a transcendentalidade da história é posta em causa porque o discurso da história emerge e reside na construção discursiva que a produz (28).

Mas este reconhecimento da natureza construtiva do discurso da história não se dá sem consequências. Destacaremos sobretudo três, quanto ao estatuto do objecto, do discurso e da

disciplina. Assim, começa-se por questionar a "objectividade dos factos". Segundo Barthes, o enunciado do discurso histórico produz "existentes" (seres) e "ocorrentes" (eventos), salientando que as classes de unidades de conteúdo do enunciado histórico (indícios/informantes, entimemas e funções) e a sua sucessão (indicial ou metafórica, funcional ou metonímica e reflexiva ou estratégica) são as mesmas da narrativa de ficção, resultando de uma selecção prévia (critérios) e de uma organização específica (1982: 18) (29).

Outra face do actual reconhecimento da importância do discurso na construção da história assenta em princípios opostos aos que conduziram à crença positivista na sua objectividade factual. Se a história enquanto discurso não pode deixar de ser "literatura", em termos de representação do passado não pode evitar uma dimensão textual constitutiva (como a literatura), pois o passado só é acessível através de textos (arquivos, documentos, discursos, etc.), sendo uma representação textual de outras representações discursivas (30). Dissolve-se assim a fronteira entre texto e contexto. Se os contextos são construções narrativas ou representações, são ainda e sempre textos (31).

Se não aderimos de forma global a um "textualismo" estreme, que em muitos casos é uma espécie de *contrafuga* do *documentalismo* oitocentista, parece-nos claro que o discurso da história literária é construído através de um conjunto de textos produzidos pelos historiadores da literatura e pelos críticos literários (32), que deram forma, desde finais do século do século XVIII, à *história* das literaturas nacionais, que antes não existiam, mas que se institucionalizam ao longo do século XIX. Trata-se pois de um construto discursivo inseparável de um certo conceito epocal de literatura como expressão da sociedade e das culturas nacionais, articulado com a emergência dos Estados-nação e das novas práticas literárias dos movimentos românticos. Assim, pode dizer-se que a "literatura nacional" e a história literária/da literatura se engendram mutuamente e não se podem compreender sem esta interdependência fundadora.

Notas

I.1.

(1)- *Arqueologia* designa em Foucault, "le thème général d' une description qui interroge le déjà-dit au niveau de son existence: de la formation énonciative qui s' exerce en lui, de la formation discursive à laquelle il appartient, du système général d' archive dont il relève. L' archéologie décrit les discours comme des pratiques spécifiées dans l' élément de l' archive." (1969: 173). Como é habitual em Foucault, esta definição inclui uma série de conceitos a definir ou já definidos, mas não coincidentes com as noções correntes dos termos: formação enunciativa, formação discursiva, práticas discursivas e arquivo.

A sua transição para a "genealogia", para a questão do "poder", acarretou a subordinação da questão da "vontade de saber" à "vontade de poder" que lhe subjaz e à consequente inclusão das *epistemai* num conjunto mais vasto de estratégias e dispositivos de dominação (cf. A. Rocha, 1994).

(2)- Porém, a ênfase colocada por Foucault na descontinuidade (tanto a nível arqueológico como genealógico) não implica, como observa Paul Rabinow, que ele tenha uma filosofia da história da descontinuidade, visto que também foca continuidades de longa duração nas práticas culturais (1984: 9).

(3)- "Genèse, continuité, totalisation: ce sont là les grands thèmes de l' histoire des idées, et ce par quoi elle se rattache à une certaine forme, maintenant traditionnelle, d' analyse historique." (1969: 181).

(4)- A atenção concedida por Foucault à função autor insere-se, no fundo, na temática central do "sujeito" que norteou a sua pesquisa. Nas suas próprias palavras, em entrevista de 1982: "the goal of my work during the last twenty years has not been to analyze the phenomena of power, nor to elaborate the foundations of such an analysis. My objective, instead, has been to create a history of the different modes by which, in our culture, human beings are made subjects." (*apud* Rabinow, 1984: 7). Se a primeira característica apontada à função autor é a da apropriação penal, para limitar o efeito transgressivo dos discursos, ela enquadra-se na visão foucaultiana das ciências humanas (a arqueologia) como saber ao serviço do poder (a genealogia), como modos de objectivação e dominação do sujeito/indivíduo. Deste modo, "inquire o modo como as estruturas do poder moderno transformam o homem num sujeito individual, ao mesmo tempo objecto (e efeito) de poder, e objecto (e efeito) de saber" (A. Rocha, 1994: 5).

De facto, para Foucault, a individualização do homem produzida pela sociedade moderna é tudo menos um privilégio: "Never, I think, in the history of human societies -even in the old Chinese society- has there been such a tricky combination in the same political structures of individualization techniques, and of totalization procedures." (*apud* Rabinow, 1984: 14; cf. 17-21).

Para o estudo da "ética do sujeito" e da "estética da existência" em Foucault, cf. Acílio Rocha (1994: 24-9).

(5)- Para Foucault, os direitos de autor vieram após a "apropriação penal": "Os textos, os livros, os discursos começaram efectivamente a ter autores (...) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores" (*id.*: 47).

Segundo Jouhaud, o primeiro campo literário, na idade clássica, é um "espace social autonome mais protégé et asservi- comme le résultat d' une *rationalisation politique* du champ culturel." (1990: 173). Assim, "la naissance de l' écrivain est bien liée à une politisation de la littérature comme activité spécifique au sein de l' ensemble des productions du champ culturel" (*id.*: 174).

(6)- Propõe-se assim dispor as suas análises em dois conjuntos, um crítico e outro genealógico (1992a: 62). Quanto ao primeiro, põe em acção o princípio de *renversement* (cf. *Ordem do Discurso*), i.e., as funções de exclusão, limitação e apropriação discursiva, e versa sobretudo o terceiro procedimento externo de dominação do poder discursivo (exclusão), a vontade de saber, quer em termos históricos (as várias "escolhas de verdade"), quer pela análise dos elementos de limitação dos discursos, como o autor, o comentário e a disciplina, que são instâncias de controlo discursivo. É nesta perspectiva crítica que lhe interessa o modo como a crítica e a história literárias nos séculos XVIII e XIX constituíram a personagem do autor e a figura da obra (*id.*: 66).

Quanto ao conjunto genealógico, rege-se pelos outros três princípios (descontinuidade, especificidade e exterioridade) e pretende indagar como se formaram os discursos, com o apoio de que sistemas de restrições e séries de discursos, a norma específica de cada um e quais foram as suas condições de aparição, crescimento e variação (*ibid.*). Como afirma Foucault, a genealogia concerne à formação efectiva dos discursos, quer seja no interior dos limites do controlo, quer seja no exterior, sobretudo em termos de delimitação (*id.*: 67). Se a crítica analisa os processos de rarefacção, reagrupamento e unificação dos discursos, a genealogia estuda a sua formação, ao mesmo tempo dispersa e descontínua, mas as duas perspectivas nunca se separam (*id.*: 68-71).

(7)- Cf. 1992a: 31. O autor é caracterizado de modo semelhante na *Leçon* e em "O que é um autor ?".

(8)- Segundo R. Barthes, "o *autor* reina ainda nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas, e na própria consciência dos literatos" (1984b: 49). A própria "imagem da literatura que podemos encontrar na cultura corrente é tiranicamente centrada no autor, na sua pessoa, na sua história"; "a *explicação* da obra é sempre procurada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o *autor*, que nos entregasse a sua 'confidência'." (*id.*: 50).

(9)- Noutro texto famoso, Barthes apontara como "vício" da história literária "le privilège 'centralisateur' accordé à l' auteur."; "Les consequences sont lourdes: en accommodant sur l' auteur, en faisant du 'génie' littéraire le foyer même de l' observation, on relègue au rang de zones nébuleuses, lointaines, les objets proprement historiques"; "On dirait que dans notre histoire littéraire, l' homme, l' auteur, tient la place de l' événement dans l' histoire historisante: capital à connaître sur un autre plan, il bouche pourtant toute la perspective; vrai en soi, il induit à une vision fausse." (1979: 143).

(10)- N. Fairclough adapta o conceito de discurso às ciências sociais e propõe os seguintes níveis de análise (1992: 73):

Texto
Prática discursiva
(produção, distribuição, consumo)
Prática social

Para além de dar uma ênfase ao nível textual, que não encontramos em Foucault, o mérito desta teoria social do discurso consiste precisamente em interligar a prática discursiva com o discurso enquanto prática social, na sua relação com a ideologia e o poder, enquanto luta pela hegemonia (*id.*: 86-96).

(11)- Com efeito, as ideologias são, como observa Fairclough "significations/constructions of reality (the physical world, social relations, social identities), which are built into various dimensions of the forms/meanings of discursive practices, and which contribute to the production, reproduction or transformation of relations of domination." (1992: 87). Para tal, considera mais efectivas as ideologias embebidas nas práticas discursivas, na medida em que se naturalizam e adquirem o estatuto de "senso comum". É nas instituições que se trava em particular a luta discursiva - particularmente no que Althusser designou "aparelhos ideológicos do estado", como o sistema de ensino e de educação (*id.*: 87) - pela hegemonia, pela dominação da "ordem do discurso".

(12)- Segundo a definição de Even-Zohar, "The 'institution' consists of the aggregate of factors involved with the maintenance of literature as a socio-cultural activity."; "In specific terms, the institution includes at least part of the producers, 'critics' (in whatever form), publishing houses, periodicals, clubs, groups of writers, government bodies (like ministerial offices and academies), educational institutions (schools of whatever level, including universities), the mass media in all its facets, and more." (1990: 37); "The nature of the production, as well as that of consumption, is governed by the institution" (*id.*: 38).

(13)- Há, no entanto, um equívoco na terminologia empregue por Lambropoulos, que usa genealogia como sinónimo de arqueologia, afirmando que, com base em Nietzsche, Foucault a rebaptizou desse modo (1988: 25).

(14)- "Toward a Genealogy of 'Literature': The Institutionalization of Tradition in C. Th. Dimara's *A History of Modern Greek Literature*" (1988: 23-43).

(15)- Cf. pp. 33-6. Lambropoulos dá como exemplo o estudo das edições, das versões populares e escolares, da recepção das obras. Pensa que a ordem cronológica dos eventos, longe de ser linear e progressiva, é uma série de rupturas catastróficas ocasionadas quando um discurso derrota e substitui outro, estabelecendo novas regras de composição, produção e consumo, redefinindo a ideia da instituição (*id.*: 34).

(16)- Cf. p. 40. A leitura genealógica deve ser uma leitura antitética que suprima as fronteiras artificiais entre arte alta e baixa, boa e má, progressiva e reaccionária (*id.*: 37).

(17)- Um poeta grego foi visto como o bardo da continuidade da raça, um poeta nacional alternativo, tornando-se então objecto de várias práticas discursivas (*id.*: 17).

(18)- Cf. pp. 41-3. Por isso, defende ser necessário resistir contra o estabelecimento da autoridade (fundadora de sentido e de verdade) e perturbar as hierarquias soberanas, chamando de novo os discursos marginalizados ou suprimidos. Mais do que reterritorializar, entende ser necessário problematizar a história (*id.*: 43).

I.2.

(19)- O termo história tanto serve para designar o objecto do discurso, a "realidade" histórica (*res gestae*), como o discurso que permite o seu conhecimento (*de historia rerum gestarum*), o discurso. Em termos narratológicos, esta diferença de níveis traduz-se na distinção entre diegese (história) e discurso (constitutivo da diegese). Mas a ambiguidade do termo permanece a outros níveis, na medida em que na nossa língua, como em muitas outras, não há um termo diferenciador da História (disciplina com aspirações científicas) e da história (narrativa ficcional). Cf. Jorge Lozano (1987: 115-21).

(20)- Como observa Luís Torgal, há conhecimento histórico de graus diferentes (científico, pedagógico, memória colectiva, divulgação, etc.) (*in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 9), a que poderíamos acrescentar alguns géneros ficcionais, como o romance histórico.

(21)- Se a teoria do discurso em Foucault nos permite uma perspectiva que integra o discursivo e o não-discursivo, não é menos verdade que, como afirmámos, este autor peca por não enfatizar a análise propriamente linguística do discurso e por, deliberada e confessadamente, não ter em conta o papel da hermenêutica, que considera uma metafísica. É precisamente nestes aspectos secundarizados por Foucault que se concentra Roland Barthes no seu famoso ensaio "O discurso da história" (1982 [1967]).

(22)- O discurso deve ainda apagar a sua natureza constitutiva. Segundo R. Barthes, o discurso histórico supõe "une double opération, fort retorse". Por um lado, "le référent est détaché du discours, il lui devient extérieur, fondateur, il est censé le régler". Por outro lado, "dans un second temps, c' est le signifié lui-même qui est repoussé, confondu dans le référent; le référent entre en rapport direct avec le signifiant, et le discours, chargé seulement d' *exprimer* le réel, croit faire économie du terme fondamental des structures imaginaires, qui est le signifié." (1982: 20). O discurso histórico assume assim um aparente estatuto de discurso constativo, mas na realidade sobrepõe o significante ao referente, recusando-se a assumir o real como significado (o "facto" só existe no discurso, mas é como se este fosse uma cópia do "real") (*ibid.*).

Segundo a análise do *discurso histórico* efectuada por Jorge Lozano, este é um dos processos mais fortes de todo um conjunto de *estratégias de veridicidade* e de *estratégias de credibilidade*, para produzir um *efeito de verdade* e a crença no que se enuncia, dando a impressão de que "a história se conta a si mesma" (1987: 195-210).

Ora, como observa R. Barthes, a História institui-se no século XIX, quando "Le prestige du *c' est arrivé* a une importance et une ampleur véritablement historiques. Il y a un goût de toute notre civilisation pour l' effet de réel, attesté par le développement de genres spécifiques comme le roman réaliste, le journal intime, la littérature de document, le fait divers, le musée historique, l' exposition d' objets anciens, et surtout le développement massif de la photographie" (1982: 21).

Este é um efeito que conduz S. Joncheray a afirmar que "l' histoire littéraire est d' abord une histoire racontée aux enfants. La représentation objectivée des événements, des situations et de personnes historiques, crée un effet de réel capable d' occulter la subjectivité de ses rapprochements, et les impératifs du récit." (1997: 34).

(23)- Cf. Koselleck (2000: 161-85).

Como admite Luís Reis Torgal, os principais problemas da História são a leitura e interpretação das fontes e a escrita, sendo decisivas as técnicas de representação: ponto de vista, ordem da composição, modos de exposição, i.e., aspectos da narração e da retórica (*in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 8-9). Cf. José Mattoso (1988: 16, 26-7, 29).

(24)- "Their most general characteristic is that they refer to at least two time-separated events though they only *describe* (are only *about*) the earliest event to which they refer" (Danto, 1985 [1965], 143). Similar é a definição de narratividade de Paul Ricoeur (1980 e 1983: 203 ss.).

(25)- Cf. Perkins (1992: 19, 29-51) e J. Lozano (1987: 173).

(26)- Segundo David Perkins, a exigência de um ponto de vista põe em causa a objectividade, pois ele é determinado pela personalidade, interesses e valores do historiador (1992: 13-4). É assim inegável que "l'écriture de l' histoire comme histoire elle-même dépassent toujours les faits et les événements pour donner naissance à une signification: morale, métaphysique, sociale, religieuse ou autres." (Moisan, 1987: 8).

Nesta óptica, as histórias da literatura são, como sublinha V. Lambropoulos, "interpretations and revisions of its tradition, and therefore expressions of an aesthetic, philosophical, and political choice. Histories of literature are themselves immersed in literary tradition, thus offering only one of its possible versions from a culturally conditioned viewpoint." (1988: 24); "Every history of literature is in practice the history of an alternative literature." (*id.*: 27).

(27)- As diferenças residem na importância que conferem a este facto, sobretudo ao nível da "cientificidade" da História, que em última instância pode conduzir a um textualismo extremo, como na poética da desconstrução. Segundo K. Moxey, para os desconstrucionistas, "If the use of language is inevitably associated with metaphysical claims its sign systems cannot substantiate, then the writing of historical narratives can be regarded only as an exercise in mythmaking." (1994: 1). Assim, a elaboração das narrativas históricas perpetua os mitos metafísicos, mascarando a incapacidade da linguagem para significar (*id.*: 6).

Os historiadores tentam, de um modo geral, salvaguardar a dimensão científica da história. Luís Torgal, por exemplo, não deixa de reconhecer que a história é uma espécie de " 'ficção científica' e não uma 'ficção literária' " e destaca "o drama do historiador no acto da 'escrita da história'." (in Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 491). Os autores da *História da História em Portugal* reafirmam-no: "A história é uma ciência muito especial - nós diríamos (...) que é uma 'literatura científica' dotada de características próprias." (Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 9). Cf. José Mattoso (1988: 38-42).

(28)- Num famoso artigo, H. White foca precisamente "The Value of Narrativity in the Representation of Reality" (1981), que consiste em dar coerência e integridade, plenitude e fechamento à "realidade", que não tem a organização e a coerência das narrativas. Cf. J. Lozano (1987: 115-7), Georges Duby (1995: 43-8) e José Mattoso (1988: 30).

Como enfatiza A. Compagnon, "L' histoire est une construction, un récit qui, comme tel, met en scène le présent aussi bien que le passé; son texte fait partie de la littérature. L' objectivité ou la transcendance de l' histoire est une mirage, car l' historien est engagé dans les discours par lesquels il construit l' objet historique. Sans conscience de cet engagement, l' histoire est seulement une projection idéologique: telle est la leçon de Foucault, mais aussi de Hayden White, de Paul Veyne, de Jacques Rancière et tant d' autres." (1998: 239).

(29)- Algumas noções barthesianas abeiram-se das de Foucault, como a de "eventos discursivos" (objectos, conceitos, posições do sujeito e opções estratégicas). Por outro lado, nesta caracterização sumária do enunciado histórico, Barthes aproxima-se parcialmente da tipologia tropológica de H. White, que distingue modo narrativo e modos de implicação ideológica (a significação barthesiana). A unidade de conteúdo entimemática e o tipo de história reflexiva de Barthes têm o seu equivalente no modo argumentativo de White. No que toca aos quatro estilos definidos por White, Barthes foca, embora com outros critérios, os modos metonímico e metafórico.

(30)-A actual consciência da omnipresença de uma dimensão retórica no discurso histórico conduz, no mínimo, à consciência de que "the past is necessarily transformed in the effort to represent it discursively." (Perkins, 1992: 19). Como sublinha A. Compagnon, "Contrairement au vieux rêve positiviste, le passé, comme l' on répété à satiété toute une série de théoriciens de l' histoire, ne nous est pas accessible autrement que sous la forme de textes -non pas de faits, mais toujours des archives, des documents, des discours, des écritures-, eux-mêmes inséparables, renchérisent-ils, des textes qui constituent notre présent." (1998: 238).

Cf. LaCapra (1983, 1985), F. R. Ankersmit (1983, 1994), M. de Certeau (1975) e Gossman (1990), que pensam que a narrativa histórica diz mais da sua linguagem do que das circunstâncias que quer relatar.

Por seu turno, Jacques Le Goff denuncia a ficcionalidade no processo da monumentalização dos "documentos": "O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente- determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira." (1984: 103).

(31)- O *New Historicism* parte desta textualidade genérica, dando relevo, como sublinha L. Montrose, à "historicidade dos textos" e à "textualidade da história" (*apud* Veese, 1989: 20). Segundo D. LaCapra, porque o passado é sempre mediado por textos, sendo os textos históricos um encontro/diálogo com o "outro", a história

envolve "the roles of commitment, interpretation and imagination", "in that significant variation, alteration, or transformation." (1983: 29-30).

De um modo global, o actual retorno da história, e em particular da história literária, está marcado por esta perspectiva textualista/formalista, cujo ponto de partida é a proclamação derridiana de que "il n'y a pas hors-texte". Se o historiador do século passado dissolvia os textos no seu contexto (documento), hoje procede-se de modo inverso, considerando-se a história e os contextos das obras como outros tantos textos (monumentos), no âmbito de uma "Poética da Cultura" (S. Greenblatt), equivalente ao conceito amplo de literatura do passado, como esclarece Greenblatt: "Poesy then [1623] is a piece of a much larger whole encompassed by the term *literature*, a term whose modern equivalent would be *cultural poetics*, in the sense of the sum of written discourses through which we apprehend and act upon the world and, more particularly, the discourses through which we distinguish between the imaginary and the real." (1997: 471). Torna-se, no entanto, claro que esta amplitude é agora intencional, pois permite uma completa textualização da cultura e do mundo. Nesta óptica, a "Poética da Cultura" de Greenblatt coincide parcialmente com a "Poética da História" de White. Em ambas, os modelos e as narrativas têm o mesmo valor epistemológico, porque construídas poeticamente. A diferença, como observa White, é ética (1993: 27), o que Greenblatt bem sabe e assume, em termos ideológicos e políticos.

(32)- Como observa A. Compagnon, a história literária só pode ser "une juxtaposition, une collation de textes et de discours fragmentaires liés à des chronologies différentielles, les uns plus historiques, les autres plus littéraires, en tout cas une mise à l'épreuve du canon transmis par la tradition" (1998: 239).

3. Para uma história da história literária

O sintagma "discurso da história literária" não pode ser definido de modo estático e definitivo, na medida em que tanto o conceito de história como o de literatura (e a sua articulação na história literária) sofreram alterações históricas. Deste modo, é necessário ter em conta a sua dimensão arqueológica e genealógica e averiguar a sua "procedência" e "emergência", a sua "localização" institucional e social.

A abrangência do conceito de literatura para os românticos e positivistas e a sua posterior restrição, com as teorias formalistas da literatura (formalismo russo, *new criticism* e estilística), quando objecto de uma indagação histórica, manifestam claramente a historicidade da história

literária. A evolução do conceito de literatura faz com que as histórias da literatura do passado retratem sobretudo o que no seu tempo era considerado literatura. Aliás, segundo Roland Barthes, o que o historiador da literatura deveria fazer era uma história da "instituição literária" (1979: 6), da "função literária", que incluiria necessariamente uma história do próprio conceito de literatura: "Bien plus, que peut être, littéralement, une histoire de la littérature, sinon l'histoire de l'idée même de littérature ?" (*id.*: 145).

Uma história da história literária deve dar conta da sua existência enquanto formação discursiva (com os seus objectos, conceitos, modalidades enunciativas e opções estratégicas), na sua articulação com outros discursos, e enquanto prática discursiva, ou seja, como instituição social- a escola como regime e processo de apropriação social, de "normalização"-, com os seus procedimentos externos de controlo discursivo (da selecção dos sujeitos falantes no discurso pedagógico à constituição discursiva da "vontade de verdade") e a sua função social, enquanto capital simbólico e cultural das comunidades nacionais, de que dependem o estatuto e o valor do discurso literário.

A emergência da história literária resulta fundamentalmente do historicismo romântico, que "construiu e difundiu uma concepção histórica do homem e das suas criações culturais, transferindo-os, do teatro universal e atemporal em que a Ordem clássica os situava, para um espaço e um tempo concretos e mutáveis." (Aguiar e Silva, 1990: 27). Esta historicização da literatura processa-se em articulação com os novos conceitos de história, de literatura (1) e de literatura nacional, articulando-se na sua génese e evolução com a noção de identidade nacional, nos seus compromissos ideológicos com os Estados-nação modernos. A história literária contribuiu assim para a modelização da "consciência da identidade nacional" nos planos ideológico, ético, cívico e moral. Por isso, alguns autores destacam, de modo retroactivo, a existência de uma espécie de fase de incubação, ou "proto-história", da história literária, que, em última instância, remontaria ao século XVI, com a dignificação das "línguas vulgares" (2) e dos "clássicos" das línguas vernáculas (3), num movimento que convergiria na fundamentação das filologias nacionais, em finais do século XVIII.

Parece-nos, no entanto, possível entender o processo de constituição da história literária como um processo de progressiva distanciação da perspectiva universalista do homem e da cultura humana transmitida pelo pensamento renascentista/humanista e pela filosofia da história iluminista, que se traduziu numa concepção histórica da cultura e da literatura centrada cronotopicamente numa esfera nacional. Nesta óptica, julgamos ser possível distinguir dois grandes momentos na história da história literária até finais do século XIX. Numa primeira fase, a história literária de raiz humanista e iluminista desloca-se da esfera cosmopolita do "saber humano" para um espaço nacional, na medida em que se visa situar a cultura e o grau civilizacional de uma dada nação no âmbito do progresso intelectual e civilizacional da humanidade, para aferir o seu grau de atraso ou adiantamento. Numa segunda fase, de matriz histórico-romântica, moldada pelos irmãos Schlegel, com base em Herder e na *Geistesgeschichte* hegeliana, a história literária subordina-se a uma filosofia da história centrada no desenvolvimento autónomo, independente e diverso dos vários "organismos nacionais", anulando parcialmente a ideia iluminista do progresso uniforme da humanidade, regulado pelo princípio da perfectibilidade. Nesta segunda fase, é ainda visível a transição de um paradigma idealista (romântico e hegeliano) da história e da literatura para um paradigma positivista/cientista, moldado pelo método das ciências naturais e pela crença de que não existem diferenças substanciais entre o mundo natural e o mundo humano.

Em termos práticos, na sua evolução, estes modelos sobrepõem-se e estabelecem continuidades entre si, convergindo de modo particular no estudo e na fundamentação histórica das várias culturas nacionais, quer estes se processem em termos comparativos com o progresso civilizacional da humanidade (sincronicamente), quer se estabeleçam diacronicamente como um desenvolvimento autónomo de uma *essência* nacional, postulada de modo idealista (como *Volksgeist*) ou positivista (como *raça*).

3.1. A história literária como "história civil": a secularização do saber

O termo e o conceito de *historia literaria* emergem no Renascimento, elaborados por F. Bacon em *On the proficiencie and advancement of learning* (1605) (4). Na sua influente classificação das ciências, Bacon divide o saber humano (por oposição aos conhecimentos da natureza e aos conhecimentos divinos) em três partes, em função das faculdades humanas (memória, razão e imaginação), colocando a história literária ou das letras sob a égide da memória, a par de outras formas de história (natural, política e eclesiástica). A história literária compreende a história das letras, dos saberes escritos e das ciências (1991 [1605]: 315), e Bacon confere-lhe a primazia entre os saberes históricos, como uma espécie de "história profunda" da humanidade:

"Or, sans histoire des lettres, l'histoire du monde me paraît ressembler à la statue de Polyphème sans son oeil, c'est-à-dire qu'il lui manque l'organe qui montre le mieux l'esprit et la vie de la personne." (*id.*: 90).

A história "literária" baconiana, diferenciada da história político-militar e da história eclesiástica, tem o propósito secularizar o "saber humano" em relação à tutela da Igreja, tendo este projecto uma certa continuidade no iluminismo setecentista: "Le vecteur de la philosophie moderne était le *Bürger* (le bourgeois) s'émancipant de la sujétion absolutiste e de la tutelle de l'Eglise, le 'prophète-philosophe', ainsi qu'on l'a fort justement dénommé au XVIII.e siècle." (Koselleck, 2000: 32; cf. 25-31). Mas Bacon considerava que ainda estava por fazer a história de todos os saberes desde as suas origens, das escolas em que se organizou, das suas descobertas, dos seus períodos de decadência, das suas causas e circunstâncias, de modo a poder dar às pessoas instruídas a sabedoria no uso e na administração do saber.

A *Encyclopédie* recorre a Bacon e ao seu sistema de classificação dos conhecimentos humanos, destacando a história literária como "histoire des savants", que D' Alembert, no

"Discurso Preliminar", valoriza pela sua importância filosófica. Em França, a expressão "história literária" é usada pela primeira vez em 1717 por Dom Antoine Rivet (1683-1749), cuja *História Literária de França* (1733-50) não vai além do século XII. Na primeira metade do século XVIII, o termo história literária é usado de modo variável, como título de periódicos, de notícias bibliográficas ou de grandes obras de erudição, encontrando-se dois tipos de obras de história literária: as que procuram uma classificação de conjunto das produções impressas ou dos conhecimentos humanos; e as histórias literárias cujo campo é mais vasto, quer se trate dos periódicos ou das grandes obras de síntese (5).

O enlace recíproco da história literária (todas as produções do espírito, ciências e artes) e da história civil (factos da vida social) de uma nação implicava uma subalternização da história político-militar e eclesiástica, e o reconhecimento da importância dos progressos culturais e intelectuais na evolução histórica e social e do papel desempenhado pela burguesia no âmbito da história. Por isso, a historiografia do século XVIII e a história literária de raiz iluminista são reveladoras de uma "mentalidade burguesa" em busca da reforma da sociedade (Antonio Maravall, 1972: 253-7, 265-6). Assim, a História converte-se num instrumento crítico, numa via de reforma intelectual e num apoio para as pretensões de reforma social. Ao instituir a nação como sujeito histórico, o discurso histórico procurava afirmar que a energia que move as transformações sociais provém dos grupos "civis", é fruto da "história civil", que engloba a filosofia, a ciência, a moral, a arte, os costumes, o saber, a civilização, as ideias, os modos de vida, etc. A continuidade com o projecto baconiano torna-se assim clara, mas agora, para além da secularização do saber, a motivação dominante parece ser a emancipação social e política do *Terceiro Estado*.

A história literária baconiana, retomada de certo modo pela "histoire des savants" iluminista, entroncar-se-á com a história literária de matriz romântica, na medida em que M.me de Staël, em *De la littérature* (1800), ao distinguir literatura "filosófica" (de pensamentos) e literatura de "imaginação" (as belas-letas), pretendia elaborar a história dos progressos da civilização e das culturas nacionais em relação com as suas "luzes". Aliás, os dois modelos (iluminista e romântico) articulam-se nesta obra, perdurando depois esta matriz "dualista" da história literária (cf. II.2).

Em Portugal, em pleno século XIX, a concepção de história literária de F. Bacon está presente em várias obras, e tanto o *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal* (1845), de Francisco Freire de Carvalho, como os *Primeiros Traços d' Uma Resenha da Litteratura Portuguesa* (1853), de José Silvestre Ribeiro, são histórias do "saber humano" no sentido baconiano, numa óptica iluminista, mas já circunscritos ao espaço nacional, num processo que deriva da Academia Real das Ciências de Lisboa, que definia "literatura portuguesa" como a língua e a história portuguesas (1792: I-II). A. P. Lopes de Mendonça parece nortear-se ainda pela noção baconiana:

"Já lord Bacon dizia que a historia do mundo, sem a historia das letras, era como a estatua de Polyphemo privado do seu olho solitario; e uma da glorias d' este seculo, que herdámos do seculo anterior, é ter, pelas suas investigações, reconhecido esta verdade, e haver procurado na historia do homem a historia da sociedade, na historia intellectual a historia politica, e no movimento das idéas de uma época os phenomenos da civilização externa, o factor mais ou menos directo das evoluções sociaes." (1857: 25) (6).

Mas é sobretudo em Teófilo Braga que a lição de Bacon encontra eco. Aliás, em termos históricos e epistemológicos é com Bacon que emerge a noção fundadora de "conhecimento civil" ou "ciência da vida social" (a *Ciência Nova* de Vico), que se pode considerar como o espaço discursivo de onde procedem grande parte das disciplinas das ciências humanas e sociais, como a Sociologia, tendo uma influência marcante em Comte (7). É em Teófilo que esta tripla influência de Bacon, Vico e Comte convergem de modo particular:

"No seu livro *De augmentis Scientiarum*, Bacon considerava a Historia litteraria como a luz da Historia universal, por isso que levava á genealogia das ideias que determinaram os factos; e no seu plano, a verdadeira historia resultava da investigação da origem de cada sciencia, da direcção que seguiu, as controversias que suscitou, as escholas que desenvolveu, as suas relações com a sociedade civil, e influencia reflexa d' esta na evolução mental." (1903a: 101-2; cf. 1984a [1880]: 22; 1984 [1909]: 22, n. 1).

No entanto, apesar das ambições de Bacon, o resultado mais importante desta fase "preparatória" da história literária consistiu nos trabalhos de erudição setecentista, na "história dos antiquários" (8), com a constituição de reportórios bio-bibliográficos de autores (bibliotecas) e a acumulação de "dados", monografias, críticas de obras, etc.. Margarida Vieira Mendes

considera esta elaboração de uma base de dados do património literário nacional como uma obra fundamental do barroco português, fundador da filologia portuguesa (9). É neste âmbito proto-histórico que se pode inserir a *Biblioteca lusitana* de Diogo Barbosa de Machado (1741-59, 4 vl.s), que se apoiou, entre outros na *Bibliotheca lusitana* de João Franco Barreto (1662-5), e que teve como continuadores o *Diccionario bibliographico portuguez* de Inocêncio F. da Silva (1858-70) e Brito Aranha e os trabalhos histórico-literários da Academia Real das Ciências de Lisboa (10).

Como sublinha Teófilo Braga, sem este trabalho prévio, a história literária moderna não teria sido possível:

"Para chegar a estes resultados foi preciso o trabalho de uma geração de eruditos, compilando factos, apurando materiaes bibliographicos e biographicos. Entre esses investigadores, destaca-se Bouterweck, que de 1801 a 1819 publicou a sua obra monumental *Historia da Poesia e da Eloquencia dos Povos modernos*, em doze volumes" (1903a: 106).

Nos oito tomos das *Memórias* da Academia há vários estudos sobre a poesia e a eloquência portuguesas, mas uma simples consulta mostra-nos de imediato a amplitude intensional e extensional do conceito de literatura, típico da época (11). Assim, por exemplo, o tomo VI é dedicado exclusivamente a questões de direito (nacional) e no tomo I, com excepção da memória de Joaquim de Foyos, dedicada à "Poesia Bucólica", os temas repartem-se pelas moedas portuguesas, a origem dos juízes de fora, as formas de governo até ao estabelecimento da monarquia, etc. O tomo VII inclui, *v.g.*, um estudo sobre agricultura e no oitavo encontra-se uma memória consagrada aos matemáticos e outra à navegação.

A dificuldade de definição do então recente conceito de literatura aparece paradigmaticamente na perplexidade dos membros da terceira classe da Academia Real das Ciências de Lisboa, dedicada ao estudo da "Literatura portuguesa". Logo no "Prólogo" do primeiro tomo das *Memórias de Literatura Portuguesa* (1792) procura-se por isso uma clarificação do termo e do conceito de "literatura portuguesa":

"varios fôrão os juizos, e mui vagas as idéas sobre o que por este nome devia entender-se."; "Huns julgáão que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida; outros que a Bibliografia nacional; outros que a Poesia; outros por fim varios outros objectos constituiaõ, o que a Academia designava por Litteratura portugueza." (1792: I).

Assim, perante a necessidade de "huma definição, do que por Litteratura Portugueza se entende, e de quaes sejaõ os limites naturaes deste genero de saber, que a Academia julgou assaz vasto", os académicos centraram-se sobretudo na qualificação "portuguesa" (em termos exclusivos), circunscrevendo a "literatura portuguesa" à língua e à história portuguesas:

"De todos os ramos de erudição, que fôrmaõ a Litteratura, nenhum pôde ser proprio, e particular a hum povo, senaõ a lingua que falla, e a historia do que lhe aconteceo. Huma e outra lhe pertencem exclusivamente, e ambas entre si se soccorrem. (...) Saõ por conseguinte *a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações*, os dous objectos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza; objectos naõ só entre si analogos, mas tambem diversos, e separados de toda a outra erudição, que, ou compete a póvos estranhos, ou pela generalidade dos seus assumptos, pertence a todo o genero humano sem respeito particular a nação alguma." (*id.*: II) (12).

Não obstante a amplitude do conceito de literatura da Academia, as *Memórias de Litteratura Portuguesa*, segundo Fidelino de Figueiredo, "têm o notavel merito de haverem inaugurado, entre nós, os estudos de historia litteraria." (1916: 103). Poderíamos acrescentar que elas têm um papel pioneiro na articulação entre a história e a literatura e na sua delimitação a uma esfera nacional, já que se ocupam da "literatura portuguesa", entendida como um "ramo de erudição" exclusivamente português (a língua portuguesa e a história de Portugal). A grande novidade deste labor consiste assim na circunscrição do "saber humano" à erudição nacional (13).

Os "Apontamentos para a Historia Civil e litteraria de Portugal e seus domínios, coligidos a partir de Manuscritos que estão na Biblioteca Real de Madrid", publicados por J. F. Gordo no terceiro tomo das *Memórias de Litteratura Portugueza*, mostram a amplitude do conceito de "literatura" e da noção de "história literária", na medida em que se trata de um catálogo das obras portuguesas manuscritas que o autor encontrou na biblioteca referida (genealogias, história política, trovas do Bandarra, Gil Vicente, obras religiosas, comédias, sermões do P.e António Vieira, etc.).

3.2. Da história literária à história da literatura

Como observa Aguiar e Silva, em meados do século XVIII, Voltaire e Diderot empregam as expressões "bela-literatura" e "belo literário" para designarem um "específico fenómeno estético, específica forma de produção, de expressão e de comunicação artísticas" (1988: 6), o que confere novos contornos ao conceito de literatura. Assim, devido à especialização das ciências e à autonomização da estética, nota-se a crescente distinção, entre um conceito amplo de literatura (o "saber humano" de Bacon), em que se incluem as ciências e as letras (14), e uma acepção restrita, em que se integram as humanidades e as belas-letas (poesia, eloquência e história).

É desta conjugação entre um "saber humano" nacional e a filosofia da história dos iluministas que começará a emergir uma história literária nacional, que com os dados adquiridos pela erudição anterior procura estabelecer um panorama das origens, progresso, decadência e restauração das letras (da cultura) em cada século e efectuar o estudo das instituições literárias (de ensino) nacionais.

O Abade Correia da Serra, à semelhança dos enciclopedistas e de M.me de Staël, já distingue vários ramos no âmbito da literatura, na sua "Vista Rapida sobre o Estado das Sciencias, e das Bellas-letas em Portugal", que é claramente uma "história literária", não obstante admitir uma certa especificidade da Poesia e da Eloquência, na esfera das "belas-letas":

"Á vista deste curto esboço da Historia Litteraria de Portugal, fica sendo manifesto que as Sciencias exactas, e as averiguações historicas são, entre todos os ramos do Saber humano, as que mais tem florecido em Portugal nestes ultimos tempos. A Poesia, e a Eloquencia permaneceram no mesmo estado, em que elRei D. Jozé I as tinha deixado" [livres do mau gosto anterior, mas sem nada de novo] (1804: 441) (15).

É também pura "história literária" o *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal* de Francisco Freire de Carvalho (1845), que na sequência dos enciclopedistas e de J. Andrès distingue as ciências das boas-artes e boas-letas (16) e manifesta o intuito de traçar a

história da cultura intelectual em Portugal, a "origem, progresso, decadência e restauração dos nossos Estudos" (1845: 13). Por isso, o autor considera a Universidade de Coimbra como o "nobre Deposito da bôa Litteratura Portugueza" (*id.*: 135) e afirma que a Academia Real de História enriqueceu a "litteratura Nacional" (*id.*: 173). Porém, ao referir-se à Academia Real das Ciências de Lisboa, destaca que a sua divisão em três classes obedecia à necessidade de repartir "toda esta ampla vastidão de objectos Litterario-Scientificos" dos "differentes ramos da Litteratura e erudição Patria, Antiguidades, Lingua, Grammatica e Diccionario", Filosofia, Economia e Matemática, etc. (*id.*: 211). Nesta perspectiva iluminista, Freire de Carvalho situa no reinado de D. Manuel I o período áureo da "literatura" portuguesa, embora se note já um esforço para distinguir a erudição e o engenho/gosto e para diferenciar, como M.me de Staël, a Poesia e a Eloquência enquanto "artes de engenho e imaginação" em relação à filosofia e às "ciências severas" (17). Ao referir-se à Arcádia de Lisboa, elabora de modo explícito a distinção entre um sentido amplo e um sentido restrito de literatura, ao destacar a "grande influencia que teve sôbre a Litteratura Portugueza **em geral**, e **mais particularmente** sôbre a Eloquencia e a Poesia da Nação" (*id.*: 192; destaque nosso), sublinhando a beleza destas "esquecidas artes" e a "boa Litteratura Classica" (*id.*: 194) (18). No entanto, o conceito amplo de literatura prevalece. Para Freire de Carvalho, o reinado de D. Manuel I teria sido o "mais bello periodo da Litteratura Portugueza" em relação a todos os "ramos do saber humano":

"as Letras chegaram em Portugal a tocar o seu Zenith; por quanto este Periodo reúne em si os nomes illustres da maior parte dos grandes homens, que por seu fecundo ingenho, talentos e sabedoria immortalizaram os fastos litterarios da Nação Portugueza. Na verdade Erudição Sagrada e profana, Historia, Eloquencia, Poesia, estudo de Linguas, Jurisprudencia Canonica e Civil, Medicina, Mathematica, em uma palavra, todos os ramos do saber humano, por aquelle tempo conhecidos e professados nos paizes mais cultos da Europa, tudo chegou entre nós a um gráo de perfeição e gosto mais facil de ser admirado, do que imitado." (*id.*: 73-4).

A. C. Borges de Figueiredo efectua uma distinção similar no *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portugueza* (1862 [1844]), de modo mais explícito. Na sua acepção geral, "A Litteratura exprime pela linguagem, debaixo de fórmulas diversas, os conceitos, sentimentos e paixões do espirito humano" e compreende "todo o vasto campo das sciencias e das lettras, cujo dominio abraça toda a extensão do pensamento". Por seu turno, a literatura

"propriamente dicta (...) é distincta das sciencias e da erudição", designando "o corpo das *humanidades* ou *boas letras*, e as producções do genio em cada uma d' ellas", recebendo a designação de *clássica* "se se limita aos monumentos dos escriptores d' uma nação culta" (1862: 17). Porém, no âmbito da "literatura propriamente dita", distingue entre as letras humanas e as boas ou belas-letras, que considera diferentes quanto ao objecto, forma e finalidade. O *Bosquejo*, afirma, restringe-se às belas-letras (poesia, eloquência e história), que visam a utilidade e o prazer e dizem respeito ao "belo ideal do mundo intelectual" (*id.*: 18). Assim, se descontássemos o facto de Borges de Figueiredo partir de uma concepção ahistórica/clássica de "literatura" (poesia, eloquência e história), poderíamos afirmar que a sua obra é mais uma "história da literatura" do que propriamente uma "história literária" (19).

Em 1844, na sua *História da Literatura Francesa*, D. Nisard estabeleceu a famosa distinção entre história literária e história da literatura. A primeira teria como objecto a literatura na sua acepção mais vasta, a "vida literária" da nação, consistindo no inventário de tudo o que se escreveu, publicou e leu, e do respectivo contexto histórico e político-institucional. Por seu turno, a história da literatura estudaria a literatura no sentido restrito, implicando uma selecção dos textos com base em critérios estéticos ou morais, religiosos e políticos, evoluindo de uma maneira geral entre a história das formas, das ideias e das mentalidades (20). Esta distinção, se bem que resultante da diferenciação dos dois conceitos de literatura, revela-se, no entanto, significativa. Em história literária, o mais importante é a ideia de história e em história da literatura o realce vai para a "literatura" (21). Deste modo, a existência das duas expressões revela também duas concepções de literatura e mesmo de história. De facto, não é o mesmo abordar a historicidade da literatura a partir da sua evolução interna ou através da sua relação com a sociedade, nem é o mesmo analisar as obras a partir da sua organização textual, das suas estruturas, ou a partir dos seus processos de mediação e de contextualização. A diferença entre uma *história literária* da literatura e uma *história histórica* da literatura estava assim delineada (22), sobrevivendo nesta o conceito baconiano e iluminista de "história literária".

A distinção de Nisard encontra eco em José Silvestre Ribeiro. Nos *Primeiros Traços d' Uma Resenha da Litteratura Portugueza* (1853), que é uma espécie de catálogo bibliográfico

anotado, parte de um conceito extensivo ao considerar que "são partes integrantes da Litteratura - A Historia Litteraria, propriamente dita, -A Critica, -A Grammatica, -A Linguistica, -a Poesia, -A Oratoria, a Historia, com os seus indispensaveis auxiliares, -e a Moral" (1853: VII; 2). Por isso, a literatura engloba uma pluralidade de objectos: linguagem, etnografia, epopeia, tragédia, comédia, sátiras, contos, fábulas, romances, tratados dos moralistas, história, eloquência, filosofia, crítica e hermenêutica. Daí a sua consciência de que este conceito de literatura "póde até certo ponto confundir-se com a Erudição." (*id.*: 5). Depois, apoiando-se em Nisard, estabelece um contraste entre a história literária como o estudo da literatura em sentido amplo (ciências e letras) e a história da literatura, que se ocuparia da literatura em sentido mais restrito (humanidades e belas-letas). A primeira é "essencialmente o estudo do espirito, da alma da nação" (*id.*: 8), compreendendo tudo o que se escreveu numa língua e numa nação (um catálogo de todos os que usaram a pena). Por seu turno, a história da literatura implicava uma determinada arte da linguagem:

"Pela primeira entendo a exposição historica de todo o movimento intellectual de uma nação; e pela segunda entendo a historia especial das *Humanidades*, das *Boas Letras*, das *Bellas Letras* de um dado paiz. Na primeira entra a historia de *todas as Sciencias*; na segunda sómente a parte litteraria da vida intellectual." (*id.*: 15; cf. 7 e 14).

Silvestre Ribeiro propõe-se fazer uma "história da literatura", mas considera que "podemos e devemos ter uma Historia geral Litteraria do nosso paiz; bem como podemos e devemos têr uma Historia especial de Litteratura Portugueza" (23). Em ambas as hipóteses, como se pode observar, trata-se sobretudo da "história intellectual" e cultural da nação, do "saber humano" nacional. É nessa linha que se inscrevem a "Colecção de Subsídios para se escrever a história literária de Portugal", de Fr. Fortunato de S. Boaventura, limitada aos literatos portugueses na Itália, e o projecto não concretizado de José Gomes Monteiro (24).

No último quartel do século XIX, Teófilo Braga vulgariza a distinção nisardiana:

"Dá-se o nome de *Historia da Litteratura* ao complexo das creações sentimentaes e intellectuaes em que o gráo de consciencia que um povo teve das condições vitaes da sua nacionalidade, chegou a ser revelado. Quando n'

este quadro se compreendeu também as obras científicas, esta designação alarga-se sob o título de *Historia litteraria.*" (1875: 1) (25).

Na década de oitenta, porém, a distinção entre história literária e história da literatura ganha um novo contorno, passando aquela a designar a disciplina que estuda a história da literatura, em sentido amplo ou restrito, e se apoia na filologia histórica (26).

Na segunda parte do seu *Curso de Litteratura Nacional* (1881), Adolfo Coelho como que condensa os dois conceitos de literatura até aí dominantes, com a novidade de enfatizar a dimensão estética das "artes da palavra":

"Designa-se pela palavra *litteratura*, no sentido lato, todo o complexo de manifestações do espirito humano, tendo por órgão a palavra (e especialmente a palavra fixada pela escripta), cujo fim não é meramente utilitario e individual." (1881: 1); "Neste sentido lato, a *litteratura* comprehende também as obras científicas, ainda que escriptas sem preocupação de forma.

Vê-se pois que a classificação como litterarios de quaesquer escriptos depende de duas considerações distintas: a consideração da *forma*, e a consideração da *materia*.

As obras que reúnem ao valor geral da materia a maior perfeição da forma são os productos mais rigorosamente litterarios. Ora essas condições podem realizar-se do modo mais completo nas obras litterarias das classes seguintes: poesia, e os generos prosaicos que se lhe ligam, eloquencia, historia, classes que comprehendem as artes da palavra.

Litteratura, no sentido estricto, é o conjunto de obras poeticas, oratorias e historicas de um ou mais povos, numa ou mais epochas.

É da *litteratura* tomada nesse sentido que nos occupamos nestas *Noções.*" (*id.*: 2) (27).

De modo similar a Nisard, distingue história literária e história da literatura, reportando-se de modo particular à história literária como disciplina:

"A *historia litteraria* faz parte das sciencias philologicas, de que é a parte mais elevada e synthetica: é, na accepção lata, a historia do desenvolvimento intelectual d' um povo, da humanidade; no sentido estricto a historia das artes da palavra.

No sentido estricto a *historia litteraria* toma a designação de *historia da litteratura* " (*id.*: 3) (28).

Gustave Lanson, que elaborou a síntese disciplinar da história literária na transição para o século XX, e que lhe moldou de modo rigoroso os limites e o objecto, centrou-se na *história da litteratura*, mas concebeu um vasto projecto de escrever uma "história literária" da França, que

desenharia "le tableau de la vie littéraire dans la nation, l'histoire de la culture et de l'activité de la foule obscure qui lisait, aussi bien que des individus illustres qui écrivaient" (1965 [1903]: 87). De certo modo, esboçava um programa cuja esfera se situava na linha da história literária baconiana, mas que continuava por realizar.

O nascimento comum da história e da história literária (esta era uma espécie de ramo daquela) e a evolução de ambas revela a dificuldade de autonomização desta, tendo as práticas discursivas e sociais de ambas coexistido em termos institucionais e funcionais ao serviço da configuração da "identidade nacional". Desse modo, a história literária não se autonomiza como discurso, na medida que se constitui como *discurso da história literária* (29), ao serviço da nação.

3.3. A nacionalização da história literária

Em termos genéricos, pode afirmar-se que a história literária moderna, associada ao conceito de literatura nacional, é um produto do nacionalismo cultural do século XIX, à semelhança do próprio conceito de história nacional, estando, como veremos (cf. II.1), articulada com a ruptura com o iluminismo operada pelos românticos alemães (cf. II.3) e com a emergência dos Estados-nação europeus ao longo do século XIX:

" l'histoire littéraire demeurera au service des 'consciences nationales'. Tout au long du XIX.e et du XX.e siècle, la promotion des nationalités se marquera donc par la publication d'histoires littéraires nationales." (Escarpit, 1958: 1772-3).

Enquanto género e formação discursiva, a história literária autonomiza-se ao enquadrar narrativamente a literatura nacional na história política (nacional), podendo mesmo dizer-se que a historiografia política engendrou a historiografia literária (30), marcada desde então por esta "hipoteca política" (31).

Claudio Guillén destaca a articulação entre "Literaturas inventadas y Estados en formación" (1998: 312) e B. Anderson põe em relevo a importância da "revolução filológica" oitocentista na construção dos modernos Estados-nação europeus, que funcionam como "vernacularly imagined communities" (1996: 79-80). Pode mesmo falar-se de uma interdependência sistémica entre as operações de identificação políticas e culturais enquanto relações e representações de pertença a uma "nação". A história literária (nacional), como as nações e a historiografia nacional, acompanha a constituição dos Estados-nação modernos (num quadro administrativo-cultural), que implicaram uma reordenação política e social profunda, tendo globalmente uma procedência sociopolítica burguesa-liberal. No entanto, apesar de este processo ser similar na grande maioria dos países, em muitos casos tratava-se sobretudo de um projecto ou de uma aspiração, na medida que eles ainda não existiam como Estado-nação (Alemanha, Itália, etc.) e a sua literatura "nacional" ainda era embrionária. Assim, há que ter em conta a diversidade das situações históricas, políticas e ideológicas de que procede cada literatura nacional (32).

Deste modo, articula-se e intersecciona-se no espaço discursivo da história literária um conjunto de conceitos imbuídos de um forte "imaginário político", ora associados ao princípio da soberania nacional, que emerge com a Revolução Francesa, ora articulados com o princípio das nacionalidades, de matriz alemã, em que a literatura "nacional" (língua, história, tradições, etc.) funciona como signo de autonomia e diferença, associando-se, desde Herder o conceito de nação a um padrão étnico-cultural (povo, língua e tradições). A literatura e a história literária tiveram um papel importante neste processo, na medida em que legitimavam a existência de uma "identidade nacional" histórica, que em muitos casos se tornou um critério político decisivo para a afirmação da necessidade de unificação ou independência de um Estado, como com a Alemanha (1870-1), a Itália (1861-70) e a Grécia moderna (1827), ou para a substituição de um regime monárquico por um sistema liberal, centrado na ideia de "soberania nacional". Nalguns casos, a "cultura nacional" precede a constituição do Estado-nação ou funciona como um *ersatz* de um nacionalismo político (v.g., a Irlanda), mas muitas vezes os Estados precederam as nações, como em França, Portugal, etc.

3.4. A história literária e a legitimação científica: do historicismo idealista ao positivismo

O discurso da história literária constrói-se ao longo do século XIX em articulação com o discurso da história e com um conjunto de saberes de onde emergirão as ciências humanas e sociais (filologia, antropologia, sociologia, etc.), subordinadas então aos métodos das ciências naturais, numa época em que as fronteiras entre estes campos de saber eram difusas (33). Como sublinha David Perkins, a história literária ganhou profundidade intelectual com as ideias de Herder e dos irmãos Schlegel, tornando-se protaicamente hegeliana, naturalista, positivista, marxista, formalista, sociológica e pós-moderna, apropriando-se de múltiplos modelos epistemológicos (1992: 1).

A história literária aparece assim como uma construção narrativa, segundo certos modelos (a "vontade de verdade" de Foucault), herdados do discurso histórico, e constituídos segundo o modelo das ciências naturais, em parte como consequência da institucionalização universitária dos estudos literários, a partir da segunda metade do século XIX. Se o papel pioneiro de Herder em termos da fundamentação histórico-genética do estudo da literatura é importante (Aguilar e Silva, 1990: 18-19), tendo continuação nas filologias vernáculas, a aproximação, com o positivismo, do método histórico aos métodos das ciências naturais foi decisiva para a "legitimação científica" da história literária.

Em termos europeus, a história literária desenvolveu-se numa perspectiva nacional, não obstante as diferenças de percurso de cada país e a diversidade de modelos epistémicos adoptados. A Alemanha aplicou um modelo histórico-genético e uma concepção estético-filosófica ao estudo da literatura e a França apropriou-se do modelo das ciências positivas. Depois, num intercâmbio mútuo, estes países traçaram a evolução da disciplina. Na França e na Alemanha, segundo W. Krauss, o percurso da história literária efectua-se segundo uma evolução geral comum: "é facilmente perceptível a afinidade da evolução geral. O caminho conduz do romantismo ao positivismo e do positivismo ao idealismo que, actualmente, é combatido por

posições proeminentes." (1989: 153). No entanto, o positivismo em França, com Taine, Brunetière, Lanson e D. Mornet, tinha uma lógica menos determinista, sendo mais compatível com um certo humanismo (*id.*: 150). Na Espanha, a história literária segue um percurso similar ao da França, prevalecendo desde a segunda metade do século XIX o positivismo, com Amador de los Ríos (1861-5), Milá y Fontanals (1874), mestre de Menendez Pelayo (1883-91), que seguiu um modelo tainiano (mas era católico, espiritualista e romântico de temperamento), tendo a sua orientação uma certa continuidade em Menéndez Pidal. Em Portugal, esta trajectória entre o romantismo e o positivismo efectua-se dentro da própria evolução de Teófilo Braga, situando-se as obras que o precederam numa linha de teor iluminista (cf. VI.3).

Algo diferente parece o caminho da Inglaterra, marcada por um certo anti-intelectualismo e pela atenção privilegiada à biografia dos grandes escritores, e da Itália, onde reinou o idealismo hegeliano (De Sanctis, Gentile) e estético (Croce), não obstante um certo positivismo equilibrado de Adolfo Bartoli (1878-89) (34).

Num primeiro momento, a *Fenomenologia do Espírito* (1807) de Hegel foi extremamente importante, abrindo definitivamente o caminho que conduzia ao conhecimento histórico do fenómeno literário ao resolver, com a noção de *Geist*, a antinomia entre a razão objectiva e a consciência subjectiva e ao encontrar, com o método dialéctico, um sistema para explicar a mudança e a evolução. No seu sistema, o fenómeno literário era uma das manifestações históricas da dialéctica do "espírito" ou "ideia" (Escarpit, 1958: 1771). Deste modo, como observa Eduardo Prado Coelho, "a mera sucessão dos factos aparece como que espiritualizada, na medida em que a sua reordenação obedece a uma ordem profunda invisível." (1987: 195; cf. 197). A Hegel se ficam a dever categorias e instrumentos que permitiram tornar inteligível o curso da história (e a sua delimitação periodológica), mediante um sistema dialéctico de antíteses ou polaridades (*v.g.*, clássico *vs.* romântico). Ao mesmo tempo, a noção de *Geist* servia na perfeição o modelo herderiano e schlegeliano da literatura nacional, que assentava na ideia de que existe uma "individualidade nacional" que se manifesta tanto nos fenómenos históricos como nos literários (35).

Gervinus (liberal) representa bem o modelo desta historiografia literária política, ao atribuir uma função política à história literária. Mais historiador do que especialista de literatura, Gervinus reconhece a função decisiva da literatura para a vida nacional, que, no seu entender, deveria servir para a formação da vontade política. Os pressupostos que norteiam o seu trabalho são praticamente os mesmos que orientaram os românticos: a ideia de que existe um espírito colectivo que se desenvolve e a assunção de que esse espírito se pode concretizar como um espírito nacional. Daí articular a literatura e a política, porque Gervinus considerava que ambas as esferas são expressões históricas do mesmo espírito (36).

Com a passagem do romantismo ao positivismo, que é um aspecto marcante da evolução da história literária ao longo do século XIX, dá-se um abandono progressivo da propensão especulativa e da herança do romantismo teórico em nome da pesquisa dos factos e do seu agrupamento em modelos historiográficos de teor cientista (37). Deste modo, os suportes discursivos e conceptuais hegelianos esvaziam-se progressivamente. A ligação da crítica profissional à instituição universitária e o prestígio constante dos modelos das ciências da natureza darão contributos decisivos para o triunfo do positivismo, que culmina com a monografia erudita, em nome da análise das obras concretas e do individual, da realidade empírica (38). Porque, como sublinha W. Krauss, "Uma história literária positivista tem de ficar fundamentalmente sem um ponto de vista" (1989: 148) (39), o positivista "Scherer viu-se obrigado a fabricar leis de desenvolvimento histórico e a revelar, por outro lado, a sua utilização de um esquema criptodialéctico." (*ibid.*). Na base destas leis está o determinismo, "a causalidade das leis naturais."

A aplicação dos métodos das ciências da natureza à evolução histórica só se tornou possível porque o positivismo acabou com a concepção de que a vida do espírito e a vida da natureza são diferentes, considerando a natureza como um objecto em evolução, e já não estático, o que o evolucionismo darwiniano confirmaria. Coube em particular a H. Taine a tentativa de fundamentar "cientificamente" a história literária em termos deterministas, ao transpor o método das ciências naturais para o domínio da literatura, na procura das "causas" e "leis" dos "factos" literários, das suas dependências e condições (raça/hereditariedade, meio físico e momento

histórico), com base na ideia da existência de uma "faculdade-mestra" comum a toda a nação - a raça ou "espírito nacional" -, que interligaria todas as produções do espírito em termos epocais (na simultaneidade) e diacrônicos: "le caractère et l' esprit propres à la race, transmis de génération en génération, les mêmes à travers les changements de la culture, les diversités de l' organisation et la variété des produits." (1866: XI). Preconiza assim que a história se torne uma ciência rigorosa: "d' un simple récit elle peut devenir une science, et constater des lois après avoir exposé des faits." (*id.*: XX). Mas as "leis" que Taine enuncia são todas deduzidas das ciências naturais, em particular da biologia, porque crê na similaridade do mundo humano e natural (*id.*: XXV-XXVI).

Podemos ainda ver nesta reconciliação da natureza com o espírito um retorno à "Ordem clássica", com a sua narrativa da continuidade da "grande cadeia do ser" (40), dado que a percepção da existência de várias historicidades não anexadas ao devir humano mostram-nos que "o homem que surge no início do século XIX é um ser 'desistoricizado' " (Foucault, 1991: 404), após a fragmentação da antiga ordem histórica, de natureza cosmológica e transcendentemente regulada por uma teleologia secular. Num momento particularmente marcado pela "aceleração" da história, gerada pela Revolução francesa e pela modernidade tecnológico-científica, o ser humano aparece assim pela primeira vez com um estatuto de autêntico sujeito histórico, contingente, à procura de novas leis, visando regular de modo universal a sua historicidade, a fim de reencontrar a unidade perdida. Trata-se, nas palavras de R. Koselleck, de um conceito moderno de história, a " 'histoire en soi', dans laquelle les conditions de l' expérience échappent de plus en plus à cette expérience", "selon la perspective temporelle dans laquelle passé et futur doivent dès lors nécessairement renvoyer l' un à l' autre." (2000: 12). Nesta óptica de "reconciliação" entre a história humana e a natureza física, já os românticos alemães tinham dado um passo decisivo, através de uma filosofia da natureza em que recuperam a história na natureza, transformando a história em "natureza" e historicizando esta, como constata H. R. Jauss, com fins redentores: a sabedoria inconsciente da natureza era o poder curativo capaz de salvar a história, incapaz de salvar-se a si mesma (1994: 120) (40).

Pode, aliás., notar-se a existência de uma certa continuidade entre o romantismo e o positivismo europeus em termos historiográficos e ideológicos (41). A concepção organicista da

nação em termos biológicos foi já esboçada por Herder e F. Schlegel e aplicada na oposição entre literaturas orgânicas/originais e inorgânicas/imitativas (cf. II.4.3). Neste âmbito, o escritor individual integra-se na colectividade nacional como porta-voz do seu espírito/raça e é considerado representativo do seu povo e das suas tradições (42). Esta concepção permitiu assim o fácil trânsito da história literária para a antropologia e para a sociologia. Por outro lado, como veremos com Teófilo Braga, era possível "harmonizar" em termos históricos e sociológicos o pensamento de Vico, Hegel e Comte, na medida em que Vico concebia os poemas homéricos como uma produção colectiva do povo grego, ideia que transposta para toda a produção literária equivalia, em termos hegelianos, a afirmar que eram uma expressão histórica do *Geist* nacional, o que em linguagem comtiana se traduz na ideia de que os escritores individuais eram a manifestação dinâmica de um elemento estático e colectivo (a raça e a sua tradição). Por outro lado, em termos históricos, predominou um esquema triádico da história da humanidade e da arte, de génese renascentista, que torna assimiláveis em termos analógicos o paradigma romântico e positivista: as três idades de Vico (divina, heróica e humana), os três períodos artísticos de Herder, dos irmãos Schlegel e de Hegel (arte simbólica-hebraísmo; arte clássica-paganismo; arte romântica-cristianismo), e as três idades de Comte (teológica, metafísica e positiva).

Apesar das inegáveis diferenças entre a espiritualização romântica da história e a sua subordinação à Natureza, com o positivismo, nota-se ainda uma forte continuidade ideológica entre os dois movimentos em termos da história literária. Assim, pode mesmo falar-se de uma acumulação transformativa, que Paul Zumthor descreve de modo conciso, ao referir que "o primeiro impulso do romantismo europeu se emburguesou, se matizou de positivismo [Taine], para se afundar, finalmente, no termo do século, nos diversos nacionalismos, e, de modo mais ou menos declarado, no conservantismo social" (*apud* E. P. Coelho, 1987: 199) (43). Segundo Peter U. Hohendahl, o colapso do idealismo roubou ao modelo liberal a sua base metodológica e por isso os estudos germânicos agarraram-se ao positivismo para suportar e justificar um conceito enraizado no idealismo, mas esta mudança não acarretou uma alteração do conceito de literatura nacional, como em Scherer e Gervinus. Pelo contrário, segundo Hohendahl, este conceito

familiar foi salvaguardado pela filosofia positivista, que se escudava nas ciências naturais e na fé no progresso (1989: 226).

Não obstante as diferenças entre o modelo romântico e a orientação positivista, e apesar das clivagens ideológicas, é esta vinculação da história literária à problemática da identidade nacional que definia o objectivo desta disciplina no século XIX (44).

Gustave Lanson, que sintetizou de modo paradigmático o método da história literária, procurou fundá-la cientificamente e de modo autónomo, mas rejeitou liminarmente a aplicação à literatura do modelo positivista das ciências naturais. No prefácio à sua *História da Literatura Francesa* condena a "funesta superstição" que tende a "imposer la forme scientifique à la littérature: on est venu à n' y estimer que le savoir positif." (1918 [1894]: VI). A aplicação dos princípios científicos às humanidades equivalia, em Lanson, a conceder a primazia às faculdades intelectivas (observação, reflexão). No seu entender, o ensino científico orienta-se para a busca da verdade através do rigor metodológico, da pesquisa paciente e do labor colectivo (1902: VIII). Por isso, condena o "método literário" das "velhas humanidades", e em particular a Poética e a Retórica, porque apenas desenvolviam as faculdades da imaginação e do sentimento, a apreciação do belo e a promoção dos dons criativos, produzindo uma juventude culta, mas egoísta e fantasiosa. Para Lanson, só a educação científica "peut améliorer toute la jeunesse d' une nation et lui donner l' esprit de précision, de méthode et de discipline nécessaire aux oeuvres collectives." (*id.*: IX; cf. 120-1).

A história literária como ciência tem assim em Lanson uma forte dimensão cívica, moral e nacional. Apesar de vincar a dimensão universal da ciência, não deixa de enfatizar a coesão nacional que a história literária pode proporcionar:

"Il n' y a pas de science nationale: la science est humaine. Mais comme elle tend à faire l' unité intellectuelle de l' humanité, la science aussi concourt à maintenir ou à restaurer l' unité intellectuelle des nations."; "Tous les hommes d' un même pays qui participent à l' esprit scientifique, affermissent par là l' unité intellectuelle de leur patrie. Car l' acceptation d' une même discipline établit une communion entre des hommes de tout parti et de toute croyance."; "La critique, dogmatique, fantaisiste, ou passionnée, divise: l' histoire littéraire réunit, comme la science dont l' esprit l' inspire. Elle devient ainsi un moyen de rapprochement entre des compatriotes que tout le reste sépare et oppose, et c' est pourquoi j' oserais dire que nous ne travaillons pas seulement pour la vérité ni pour l' humanité: **nous travaillons pour la patrie.**" (1965 [1910]: 56; destaque nosso) (45).

Notas

I.3.

(1)- Como sublinha R. Escarpit, "Jusqu' à la querelle des Anciens et des Modernes, l' écrivain sera contemporain des écrivains de tous les temps." (1958: 1756). Por isso, "L' expression 'histoire de la littérature' est de celles qu' on peut dater à première vue. Elle unit en effet deux notions qui sont apparues il y a moins de deux cents ans et qui semblent liées à un certain type de société, à une certaine forme de civilisation." (*id.*: 1737).

(2)- Roger Escarpit alarga a proto-história da história literária até aos inícios do século XVI, com a dignificação das línguas "vulgares" e o crescimento da produção textual, após a descoberta da Imprensa, dando lugar à inventariação bio-bibliográfica do século XVIII (1958: 1759). Jorge de Sena recua um pouco mais ao considerar a "Carta-proémio" do Marquês de Santillana (século XV) ao Condestável D. Pedro como a primeira história da poesia ocidental (1992: 163).

(3)- Jorge de Sena refere o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540) de João de Barros e a *Miscelânia* (1554 [1529]) de Garcia de Resende, louvando ambos Gil Vicente. Pero de Magalhães Gandavo, em *Regras que ensinam a maneira de escrever a Ortografia da língua portuguesa, com um diálogo em defesa da mesma língua* (1574) refere Camões como exemplo de qualidade (Sena, 1992: 164) e elabora, segundo Margarida Vieira Mendes, o primeiro cânone da literatura portuguesa (inclui Sá de Miranda, João de Barros, Heitor Pinto, Lourenço de Cáceres, Francisco de Moraes, Ferreira de Vasconcelos, António Pinto, Camões, Bernardes, António Ferreira e André de Resende) (Mendes, 1999: 72).

Esta tendência de catalogação dos autores canónicos por nacionalidades provém das *Viagens ao Parnaso* renascentistas e seiscentistas (cf. M. V. Mendes, 1999: 69-73), realiza-se no *Epítome de las Historias Portuguesas* (1628) de Faria e Sousa, num capítulo consagrado aos escritores portugueses, e tornou-se uma prática que vemos paradigmaticamente na introdução ao *Dicionário* da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793: LIII-CCII).

I.3.1.

(4)- Em 1623, Bacon desenvolve os temas desta obra em *De dignitate et augmentis scientiarum*.

Como sublinha Marion Marquardt, "Le développement du concept humaniste d' une *historia literaria* est aussi une source importante de l' histoire littéraire dans le sens moderne." (1994: 90). Cf. B. Beugnot, 1994.

(5)- Cf. C. Cristin (1973: 96-100, 104), Bercé (1995: 132) e Duchet (1995: 181).

(6)- António Vieira Meirelles usa como epígrafe da sua breve "Historia Litteraria" esta asserção de Bacon (Meirelles, 1860: 58).

(7)- Cf. Bouilloud, 1997: 44-7.

(8)- Cf. Rohou (1996: 5-7), Perkins (1992: 1), Eduardo Prado Coelho (1987: 194-5), João Palma-Ferreira (1984: 48), Claude Cristin (1973), C. Moisan (1990: 65-86), Ramos-Gascón (1989: 212-4) e Philippe Hamon (1995: 141).

(9)- "In addition to theory, literary criticism in Portugal is a baroque invention"; "it may be said that the baroque includes, as one of its fundamental components, the establishment of a published, comprehensive literary memory, in the dictionaires and 'libraries' of Portuguese authors." (Mendes, 1999: 67); "It was this movement to exhaustively record national origins and apologetical fictions that inaugurated the formation of the patrimonial corpus of Portuguese literature." (*id.*: 68); "The baroque Academies were the institution where the libraries of authors got started, the first such Academy being the *Sertória* of Évora, founded in 1615, followed by the *Singulares* (1628) and the *Generosos* (1663)"; "a Portuguese philology had already been formed, without which it would not have been possible to write about baroque literature." (*id.*: 73).

(10)- Merecem destaque a *Monarquia lusitana* e os estudos de alguns autores do séc. XVII, como Manuel de Faria e Sousa, Francisco Manuel de Melo, António de Sousa Macedo e Jacinto Cordeiro, entre outros, pelo seu labor de inventariadores, bibliógrafos e biógrafos.

Em termos de crítica literária, D. Francisco Manuel de Melo menciona Fernão Lopes e Zurara n' *O Hospital das Letras* (1650-4), mas não refere poetas anteriores a Sá de Miranda, valorizando os quinhentistas como os "clássicos" da literatura portuguesa. Fidelino de Figueiredo coloca ainda em destaque as reflexões do Marquês de Valença acerca do teatro espanhol, as ideias do Cavaleiro de Oliveira, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney, e as *Lições* de Francisco José Freire (1916: 50-82).

D. Francisco Xavier de Meneses, no âmbito da sua Academia Portuguesa (1717) manifestava já o propósito de elaborar uma biblioteca portuguesa que facilitasse uma história literária de Portugal (cf. M. V. Mendes, 1999: 76, n. 32), um pouco na linha de Francis Bacon.

O "Privilegio" real de impressão concedido à Academia Real das Ciências de Lisboa, destacava, para além do dicionário, de trabalhos sobre a história nacional e da publicação de obras de escritores meritórios, o projecto "de trabalhar exacta e assiduamente sobre a Historia Litteraria destes Reinos" (*Historia e Memorias da Academia*, 1817: i). A concepção iluminista aí presente observa-se no discurso que a seguir é incluído, do vice-secretário da Academia, Francisco de Mello Franco, que procura "mostrar as vantagens extraordinarias, que das Sciencias e Artes resultão a todos os Povos" (*id.*: IV), considerando que se a civilização aperfeiçoa o entendimento humano "podemos calculala ao certo pelo auge maior ou menor, em que se acharem as Sciencias, e todas as Artes." (*id.*: XII-XIII). No entanto, o autor alerta para os perigos que as Luzes podem trazer, referindo-se à Revolução francesa (*id.*: XIV-XV).

(11)- Até ao século XVIII era "o saber e a ciência em geral" (Aguiar e Silva, 1988: 2), como o prova, v.g. a edição das *Obras Poéticas* de Francisco Dias Gomes (1799), que incluíam poesia, eloquência, matemática, história, escultura, pintura e música (*id.*: 3).

Para a evolução do termo e conceito de literatura cf. Escarpit (1958: 1737-1744), que nota que ainda no século XX se observa a permanência de três noções de literatura daí provenientes: "l' une sociologique, l' autre phénoménologique et la troisième épistémologique ." (*id.*: 1741).

(12)- Bouterwek mostra-se crítico em relação ao conceito de literatura da Academia, que considera demasiado heterogéneo e devedor da "ideia francesa de literatura": "To reconcile all opinions, therefore, they included under that title national history. Germans, however, are by no means entitled to make this mistake, a subject of reproach, while they continue to employ the comprehensive word *literature* to designate merely the knowledge of books." (1823, II: 335).

Em termos gerais, em França, como sublinha M. Espagne, "Dans son sens le plus large, le terme de littérature désigne la connaissance de l' ensemble des textes jugés dignes par une nation d' être conservés." (1993: 139).

(13)- Algo de semelhante se passa em França. Como nota Yves-Marie Bercé, "On a beau scruter les préfaces et les notices des volumes successifs publiés par les Bénédictins jusqu' en 1763 puis en conformité avec leur plan par l' Académie des Inscriptions de 1814 à 1820, on n' y trouve nulle prise de distance par rapport à l' histoire dite générale. Il faut attendre 1824, l' avertissement placé en tête du tome 16 qui inaugure la nouvelle formule de publication, pour trouver une réserve explicite". A reserva consistia no facto de restringirem o seu objecto aos autores, que deviam ser tratados por si mesmos, em função do seu talento (1995: 134). Assim, "l' histoire d' un pays et l' histoire de ses lettres se confondraient dès l' origine." (*id.*: 131).

I.3.2.

(14)- A classificação de Bacon é completada por Juan Andrés, que, em *Dell' origine, de' progressi e dello stato attuale d' ogni letteratura* (1782-9), distingue entre boas-letras e ciências (divididas em ciências naturais e eclesiásticas), para obviar à crescente diferenciação entre o saber humano e o saber científico (João Palma-Ferreira, 1985: 17).

(15)- Nas palavras de Teófilo Braga, o Abade Correia da Serra sentiu a necessidade da "formação de uma *Historia civil de Portugal*": "A nação carecia da Historia literaria de Portugal, do Diccionario da Lingua portugueza, de um Corpo de Auctores classicos: Historiadores, viajantes, Poetas, em edições accessiveis ao publico." (1918: 396).

(16)- Cf. Carvalho, 1845: 18, 38, 41, 90, 94, 125, 129, 171 e 262.

(17)- Cf. Carvalho, 1845: 78, 90 e 146.

(18)- Já nas *Lições Elementares de Poética Nacional* (1840) Freire de Carvalho distinguia poesia de literatura: "A Litteratura até certo ponto é a expressão da humana sociedade, sua contemporânea; mas ninguém dirá, que a Litteratura se compõe exclusivamente da Poesia; por quanto della fazem parte quasi todos os conhecimentos humanos: Ora, segundo nos parece, ninguém poderá sensatamente afirmar, que a Poesia é a expressão da sociedade, que lhe é coeva; por quanto a Poesia é toda individual, e o Poeta só o é verdadeiramente, quando se considera separado de tudo, quando a sua imaginação cria, quando em fim os usos, os costumes, as idéas vulgares tem sobre elle a menor acção possível. - Alem de que, o Poeta deve fazer elevar os pensamentos dos outros homens até o seu proprio pensamento, sem conformar-se com o de outrem: por isso o obedecêr ás chamadas *exigencias* do seu seculo, será querer deixar de ser Poeta, uma vêz que taes *exigencias*, como quasi sempre acontece, sejam anti-poeticas, isto é, queirão sobre tudo a rigorosa observancia da verdade." (1840: 144; subl. nosso).

(19)- Estas definições e distinções são praticamente reproduzidas nas *Lições de Literatura*, de Joaquim Lopes Carreira de Mello (1861: 7-9), e nos *Elementos de Litteratura Classica Antiga e Moderna* de José Gonçalves Lage (1881: 9-10). No entanto, J. G. Lage, aproveitando as ideias de Simões Dias (1875), refere a imaginação e o sentimento como características das belas-letas, que nas suas formas principais integram o romance, o drama, as narrações de viagens e a poesia (*id.*: 10).

(20)- Cf. Kushner (1989: 120.).

(21)- Em história literária, "Le syntagme insiste davantage sur l' Histoire, considérée comme une totalité et simplement spécifiée par l' un de ses aspects (...). 'Histoire de la littérature' met au contraire l' accent, me semble-t-il, sur la spécificité de la littérature, celle des oeuvres littéraires proprement dites, et sur l' autonomie des processus gouvernant son évolution." (Duchet, 1995: 181; sublinhados nossos).

C. Pichois considera que a expressão "história literária" "apparaît comme un petit monstre lexical. Il y a l' histoire de la musique, de l' art, etc. ; il n' y a pas d' histoire artistique ni d' histoire musicale. Il y a, certes, l' histoire de la littérature, expression plus claire" (1995: 21).

(22)- Segundo C. Duchet, a história da literatura põe o acento na *longue durée*, nas constantes, nos traços universais permanentes ou na evolução lenta, no tempo dos textos (é a história dos formalistas), ao passo que a história literária diz respeito ao tempo curto, *événementiel*, ao tempo das obras (1995: 182).

Parece-nos pertinente a argumentação de F. J. V. Pimentel, que vê na imposição do termo "história literária" a consequência do predomínio de um conceito abrangente de literatura (1998: 282).

(23)- *Id.*: 14. Segundo este autor, a história literária deveria ser cronológica, geográfica, tecnológica, biográfica, filosófica e crítica, tendo como temas a origem, progresso e decadência da ciência e a biografia dos autores, enquadrada na respectiva época, para melhor os explicar e avaliar (*id.*: 13). A constituição de bibliografias, a publicação de edições críticas e as histórias dos "estabelecimentos literários" seriam os outros domínios (*id.*: 14).

Silvestre Ribeiro admite, no entanto, que ela tanto poderia ocupar-se do estado literário do mundo como de "uma nação em particular", das ciências em geral ou de uma em particular (*ibid.*).

(24)- Em 1864, na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga resumem em termos positivos o labor de Gomes Monteiro, que se destacou pelas edições de Gil Vicente e Sá de Miranda.

Segundo Camilo, "Empreendeu o nosso estudioso mancebo escrever uma historia litteraria de Portugal: audacioso alvitre em paizes estranhos, minguidos de livros portuguezes, ao passo que o plano da obra lhe traçava largos limites, onde se haviam de encadear as sciencias philosophicas com a theologia, a jurisprudencia com a literatura, o progresso timido de uma phase com o espantoso retrocesso de outra. Não era isto um trabalho de alfabeto como elle se nos depara nos bosquejos ambiciosos de historia litteraria, modelada pela de Costa e Silva. Seria uma historia litteraria de Portugal, como a não temos, nem a promettem os contemporaneos de quem a patria espera muitas flores e alguns fructos sorvados." (1865: 231).

Teófilo Braga afirma que Gomes Monteiro quis estudar e reabilitar a literatura medieval portuguesa, e nele "foi tomando corpo a idéa de uma *historia litteraria de Portugal*, onde a philosophia, a theologia, a medicina, a jurisprudencia, a litteratura apresentariam as phases do progresso ou decadencia nas suas evoluções complexissimas." (1865a: 235: cf. 236-7). Mas, depois da *Questão do Fausto*, suscitada pela tradução de Castilho, de que Monteiro foi editor, Teófilo deixa de o mencionar. Talvez por sugestão de Teófilo, Fran Paxêco acusa Gomes Monteiro de se querer aproveitar do manuscrito de Fr. Fortunato de S. Boaventura, "Colecção de Subsídios para se escrever a história literária de Portugal" (1917: 214).

(25)- No mesmo ano, nas suas *Lições de Litteratura*, Simões Dias efectua uma distinção semelhante, mas em nota diz que discorda dela e que só a inclui por exigência do programa (1875: 6):

"No mais *amplo* sentido da palavra, *litteratura* é a serie de creações artisticas, sentimentaes e intellectuaes de um povo. Comprehende toda a vida do espirito nacional e por isso todos os generos de composições quer scientificas, quer simplesmente litterarias. Porém, no sentido *vulgar* comprehende sómente as manifestações do espirito, em que por meio da palavra reproduzimos o bello. N' esta serie de creações predomina principalmente a imaginação e o sentimento. O romance, a poesia, o folhetim proprio, as creações dramaticas, etc., entram na litteratura propriamente dicta.

No sentido, por assim dizer, *official*, a palavra *litteratura* comprehende as manifestações do espirito realizadas na poesia, na eloquencia, na historia e por ventura na lingua que é a baze d' aquellas tres fórmas." (*id.*: 7).

J. G. Lage limita-se praticamente a transcrever estas palavras (1881: 9-10).

(26)- "Au sens large, l' histoire littéraire recouvre toute étude savante sur la littérature, toute recherche littéraire (...). Elle s' apparente à la philologie, au sens allemand du XIX.e siècle, définie comme l' étude archéologique du langage, de la littérature et de la culture en général, sur le modèle des études grecques et latines, puis des études médiévales, visant la reconstruction historique d' une époque que l' on se résout à ne plus comprendre comme si l' on y était. L' histoire littéraire est donc une branche de la philologie entendue comme science totale d' une civilisation passée, dès lors qu' on reconnaît et qu' on accepte la distance qui nous sépare des textes de cette civilisation." (Compagnon, 1998: 217).

(27)- Uma restrição similar é efectuada por Delfim Maya, que considera a história da literatura como "a historia crítica" das composições literárias: "principalmente das mais próprias a, juntando a beleza da idéa á da fôrma, e sendo por isso de agrado mais geral, exercerem maior influencia sobre a linguagem, o estylo, o gosto e o caracter d' um ou mais povos. Taes são as composições da classe das bellas-lettras, isto é, as poeticas, e das prosaicas, as narrativas, as oratorias, e tambem algumas das philosophicas; e por isso a segunda parte da disciplina, chamada litteratura, occupa-se principalmente do movimento litterario effectuado por meio das bellas-lettras" (1883: 5).

(28)- Embora sem distinguir uma acepção ampla e restrita, Moniz Barreto aproxima-se da definição de Adolfo Coelho, excluindo "todas as obras realizadas num intuito puramente científico ou puramente prático" (s/d [1889]: 13). No entanto, Moniz Barreto não coloca a ênfase no plano artístico, mas na dimensão existencial da arte: "podemos dizer que uma Literatura é um conjunto de obras escritas tendo um assunto geral e redigidas numa linguagem geral, e com maior rigor, um conjunto de monumentos enunciando de um modo cabal uma concepção ou uma impressão de Vida." (*id.*: 16).

No entanto, ao explicitar a sua noção de crítica literária, valoriza a dimensão estética: "na Literatura como na Natureza há criações belas e há criações que o não são. Todas as obras literárias são indícios de causas, mas são também instrumentos de cultura. Todas as obras literárias são documentos, mas também monumentos, e se a Natureza é um cartório a História é um museu." (*id.*: 20-1).

(29)- Como afirma Yves-Marie Bercé, "à ses origines, l' histoire littéraire s' avouait branche de l' histoire; elle ne se reconnaissait pas de buts ni de méthodes qui la séparent de l' histoire scientifique que ces générations entendaient fonder." (1995: 134). Por isso, "Le discours de l' histoire littéraire est infailliblement un discours d' *emprunt*, plein de bruits de fond qui viennent de partout, et qui produisent toutes sortes de brouillages." (Moisan, 1987: 16; cf. 5). Deste modo, "L' histoire littéraire est aussi un produit de l' Histoire et des modes de production et de diffusion de la culture." (Pomeau, 1995: 5).

I.3.3.

(30)- Cf. R. Wellek (*apud* Escarpit, 1958: 1756), R. Escarpit (1958: 1765) e C. Moisan (1990: 72-3).

(31)- Segundo P. Hohendahl, na Alemanha, a história literária era inicialmente uma questão política, dizendo respeito à "esfera pública" da nação, e só em meados do século XIX, quando se tornou uma disciplina universitária, é que houve uma preocupação com a sua legitimação teórica e metodológica, conseguida desde 1870, com o positivismo (1989: 212). Aliás, esta função não parou de se acentuar. Segundo S. Schmidt, na Alemanha, a história da literatura, na sua dimensão social e política, foi sobretudo uma ciência legitimadora: "Escribir historias de la

literatura siempre ha servido a intereses políticos que normalmente han sido disimulados con forma de intenciones educativas, culturales e estéticas e incluso como exigencias casi naturales." A seu ver, o ensino académico da história da literatura servia propósitos de orientação política, para a formação ou manutenção da identidade social ou para estabelecer valores políticos (1995 [1985]: 253-4).

De modo global, como observa L. Costa Lima, a história literária tinha uma missão política, a de assegurar uma certa dominação, servindo os interesses do Estado, pois estadeava o grau de civilização alcançado pelas sociedades, reflectido nas respectivas literaturas (1993: 26).

(32)- Para a institucionalização das várias literaturas nacionais e das respectivas histórias da literatura existe hoje um número de estudos crescente: para a Espanha, Ramos-Gascón (1989), J. Beyrie (1994), Mainer (1994a, 1994b, 1998, 2000) e Fox (1995, 1998); para a Alemanha, Gorceix (1977), Hohendahl (1989) e Krauss (1989: 145-150); para a França, Moisan (1990: 65-86), Krauss (1989: 150-153) e M. Espagne (1993); para a Grécia, Lambropoulos (1988); para a Inglaterra, Terry Eagleton (1983: cap. I); para o Brasil, Cândido (1981) e Bernd (1995).

I.3.4.

(33)- Mas, como sublinha C. Duchet, o confronto constante da história literária com outras disciplinas (história, sociologia, antropologia, etnologia, ciências da linguagem e da cultura) acabou por se tornar fecundo, não obstante os equívocos e mal entendidos desse intercâmbio (1995: 179-80).

(34)- Para uma síntese da história da história literária em termos europeus cf. Escarpit, 1958: 1775-92.

(35)- Assim, "O desempenho da História literária do século XIX está em muito ligado à convicção de que a ideia da individualidade nacional é 'a parte invisível de todo o dado' e de que esta ideia faz aparecer, na sucessão das obras literárias, a 'forma da história'." (Jauss, 1993: 30). A tarefa do historiador, segundo Humboldt, era a de encontrar essa ideia fundamental e única e relacioná-la com os acontecimentos da história universal (*id.*: 26). Deste modo, "A ideia universal da Filosofia iluminista da história estilhaça-se na multiplicidade das Histórias das identidades nacionais" (*id.*: 27); "As histórias nacionais poder-se-iam considerar como séries acabadas, desde que as víssemos atingir o seu ponto culminante: politicamente, na realização do momento da unidade nacional; literariamente, no apogeu de um classicismo nacional." (*id.*: 28).

(36)- Cf. Hohendahl, 1989: 212.

Gervinus distingue a função do esteta e a do historiador literário. Este, para atingir o seu objectivo, deveria comparar as obras entre si e com as obras estrangeiras: "Não nos mostra um poema, mas a formação de todos os testemunhos poéticos a partir do tempo, do círculo das suas ideias, factos e destinos." (*apud* Krauss, 1989: 146-7). Esta atitude é devedora do "preconceito" positivista que pressupunha que o historiador se deve distanciar do seu

objecto. Aliás, Gervinus afirmava que não lhe interessavam os juízos estéticos, do mesmo modo que o biólogo também não era obrigado a mostrar empatia pelos animais (Costa Lima, 1993: 26).

Isto não significa que o positivismo obrigue a uma secundarização do estético, como se pode comprovar com o positivismo de Wilhelm Scherer, que concede grande atenção ao facto literário, mantendo o rumo nacionalista (Krauss, 1989: 147-8).

(37)- Como observa Jorge Lozano, o discurso histórico liberta-se assim da filosofia (como antes da teologia) e apropria-se do modelo das ciências naturais, assentes no princípio da causalidade (1987: 55).

(38)- Cf. E. Coelho, 1987: 197. O critério provém das ciências da natureza, tal como o formulou Wilhelm Scherer (1841-1886): "o máximo reside *in minimo*." (Krauss, 1989, 147).

(39)- Com efeito, como sublinha R. Koselleck, a opção pelo rastreio das "fontes" não soluciona por si só a ânsia de cientificidade do discurso histórico: "nous avons besoin d' une théorie d' une histoire possible pour faire parler les sources." (2000: 185).

(40)- "As coisas receberam primeiro uma historicidade própria que as libertou desse espaço contínuo que lhes impunha a mesma cronologia que era imposta aos homens. De tal maneira que o homem se achou despojado do que constituía os conteúdos mais manifestos da sua História. (...) O ser humano já não tem história; ou antes, uma vez que ele fala, trabalha e vive, acha-se, no seu próprio ser, inteiramente misturado a histórias que não lhe são subordinadas nem homogêneas."; "A Natureza já não é escatológica, só fala do tempo natural; as riquezas desvinculam-se da idade de ouro e mostram-se reflexo das variáveis condições de produção; a linguagem não fala de Babel, mas da sua filiação. (Foucault, 1991 [1966]: 404).

(41)- Cf. S. C. de Matos (1990: 20). Para esta continuidade na história literária em França e na Alemanha cf. E. P. Coelho (1987: 264), W. Krauss (1989: 150) e P. Hohendahl (1989: 226).

(42)- Como observa Werner Krauss, "Se o romantismo concedera a sua particular atenção à poesia popular, o positivismo vê na força permanente dos temas colectivos toda a lei do movimento literário." (1989: 148).

(43)- Desta acumulação epistémica resulta uma aliança ambígua entre cientismo, historicismo e neo-humanismo que revela o travejamento ideológico do paradigma da filologia, nas suas alianças com a definição das identidades nacionais e a sua utilização política (E. P. Coelho, 1987: 199). Com o positivismo e o fim do hegelianismo revela-se "a linha política que atravessa todo o processo: um estudo cada vez mais dominado pela problemática da identidade nacional, e uma conotação cada vez mais conservadora desta mesma problemática." (*ibid.*).

(44)- "Escrever a História da literatura de uma nação era, no tempo de Gervinus e Scherer, De Sanctis e Lanson, a obra que coroava a vida de um filólogo. Os patriarcas da disciplina consideravam como seu objectivo supremo representar, através da História das obras literárias, a ideia de uma identidade nacional em busca de si mesma. Este nobre caminho é hoje apenas uma remota lembrança." (Jauss, 1993: 19).

Cf. Gorceix (1977: 4-6), Schultz (1984: 29-43) e Fohrmann (1990: 68-74).

(45)- Lanson valoriza sobretudo o elemento unificador e apaziguador do método crítico e do espírito histórico, enquanto princípio de unidade intelectual, da humanidade e das nações (*ibid.*). Do mesmo modo, o método científico aplicado às humanidades seria uma forma de corrigir os defeitos do carácter francês (demasiado imaginativo e sentimental) (1902: 120-1): "Une éducation nationale doit contenir le contrepoids du tempérament national." (*id.*: 121).

Segundo Ernest Sturm, "Jusqu' à la fin de la deuxième guerre mondiale, la critique française est 'nationale', dominée par la rigueur morale et objectivité de Gustave Lanson." (1996: 8). Como nota Werner Krauss, "A história literária foi sempre entendida como história da literatura nacional." (1989: 109).

II. A nacionalização da literatura

"the last two centuries of the human history of planet Earth are incomprehensible without some understanding of the term 'nation' and the vocabulary derived from it." (Hobsbawm, 1997: 1).

É com os românticos que se dá a fractura da unidade atemporal e universal da literatura clássica, que se alicerçava no prestígio das obras-primas dos autores modelares da cultura greco-latina e na ideia de que o homem, a razão, o gosto e o belo se mantinham imutáveis e invariáveis ao longo do tempo e nos diferentes espaços. A "Querela dos Antigos e Modernos" pôs termo à consciência da superioridade dos Antigos e colocou no primeiro plano a relatividade histórica e a diversidade, para não dizer a diferença, da literatura, de acordo com o tempo e o espaço da sua produção. Como sublinha Aguiar e Silva, a partir das últimas três décadas do século XVIII, "Do significado de *corpus* em geral de textos literários, passou compreensivelmente o lexema *literatura* a significar também o conjunto da produção literária de um determinado país, tornando-se óbvias as implicações filosófico-políticas de tal conceito de 'literatura nacional' (...): cada país possuiria uma literatura que seria expressão do espírito nacional e que constituiria, por conseguinte, um dos factores relevantes a ter em conta para se definir a natureza de cada nação." (1988: 7) (1).

Em termos genéricos, pode pois afirmar-se que a literatura nacional é um produto do nacionalismo cultural do século XIX, à semelhança do próprio conceito de história nacional. Para F. Schegel, trata-se mesmo de um direito equivalente à autonomia política, e não é difícil ver nesse conceito uma reivindicação política específica: "Toute nation célèbre et indépendante a, s'il m'est permis de m'exprimer ainsi, le droit de posséder une littérature qui lui soit propre" (1829, II: 41). Nos alvares da independência do Brasil, Ferdinand Denis declarava com uma certa naturalidade que "une nation nouvelle réclamait l'histoire de sa littérature" (1826: XVIII), não

obstante situar o "nascimento" da literatura brasileira no século XVII e considerar que no século XVIII se produziram dois poemas "brasileiros".

A pertença da literatura a uma nação conduziu ao enquadramento fronteiriço das práticas literárias, em suma, à sua nacionalização. A história literária torna-se então na "formação discursiva" que configura a "literatura nacional" e institucionaliza-se como "prática discursiva", com particular relevo no sistema de ensino e na constituição do "cânone nacional". Deste modo, a construção da "literatura nacional" é indissociável da própria constituição dos Estados-nação modernos e dos seus campos culturais. No entanto, apesar de este processo ser similar na grande maioria dos países, em muitos casos trata-se sobretudo de um projecto ou aspiração, na medida que ainda não existiam como Estados-nação (Alemanha, Itália, etc.) e a sua "literatura nacional" se encontrava em gestação. Assim, há que ter em conta a diversidade das situações históricas, políticas e ideológicas de que procede cada literatura nacional.

No conceito de literatura nacional enfeixam-se elementos pertencentes a áreas discursivas diferentes e resultantes de uma conjuntura histórica inovadora, pois o nascimento e a afirmação do pensamento histórico articula-se fortemente com a emergência dos Estados-nação modernos, a difusão dos ideais da Revolução Francesa e a concepção romântica da literatura que, desde Herder, associa a pátria à língua e à cultura nacionais. De modo complexo e variável, o princípio da soberania nacional (de origem francesa) e o princípio das nacionalidades (de origem alemã) combinam-se na construção dos vários Estados-nação (2).

Em termos globais, pode constatar-se que em Portugal o processo de construção do Estado-nação se inspira nos dois modelos, embora alguns autores enfatizem a dimensão política (3) e outros a dimensão étnica (4). Como observam F. Catroga e P. Carvalho, se Portugal tinha no século XIX resolvidas questões que atormentavam outras nacionalidades, a transição para um modelo inspirado na revolução "foi demorada, conflituosa, e não homogénea", demorando a instituição das medidas que "visaram uniformizar o espaço político, económico e ideológico, condições essenciais para a concretização da unidade e indivisibilidade do Estado moderno." (1996: 82). Em compensação, em termos culturais, constroem-se relativamente cedo os atributos que Anthony Smith atribui às comunidades étnicas, como um nome próprio colectivo, um mito

de linhagem comum, memórias mítico-históricas partilhadas e elementos diferenciadores de uma cultura comum: religião, língua, costumes e instituições (marcadores culturais/fronteiras que unem gerações e nos diferenciam dos "estrangeiros"), a associação a uma terra natal específica e um sentido de solidariedade em sectores significativos da população (5). Para esta construção tornou-se decisiva a emergência em Portugal do discurso antropológico (6) e da história literária, sobretudo na linha de Garrett e de Teófilo Braga, que procuraram fundamentar a cultura nacional com base no *Volksgeist* e na "literatura popular", articulando o princípio das nacionalidades com a aspiração da soberania nacional.

O estudo histórico (arqueológico e genealógico) da história literária, efectuado numa perspectiva meta-histórica, tornou iniludível que os conceitos românticos de história, de literatura e da história da literatura se articularam com o conceito de identidade nacional (nos planos étnico, ideológico, etc.) e com a constituição dos Estados-nação modernos. No conceito oitocentista de nação interseccionam-se assim elementos político-ideológicos com elementos de natureza cultural, sobretudo com a "identidade nacional", que é, segundo A. Smith, "um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica." (1997: 9-10). A identidade nacional visa conferir uma personalidade colectiva e uma cultura distinta aos membros da nação.

Em termos globais, este processo insere-se no movimento de "nacionalização do Estado" que se operou em toda a Europa oitocentista e que visou a generalização do "imaginário nacional" a toda a população, em particular através do ensino de massas:

"L' école constitue, bien sûr, une pièce maîtresse dans ce dispositif. On y apprend non seulement la langue, l' histoire ou la géographie de la nation, mais aussi comment être et penser nationalement. L' éducation morale s' insère dans l' apprentissage de la nation." (Thiesse, 1999: 237).

A função ocupada pela literatura nesta construção nacional tem sido posta em relevo desde há algumas décadas através de uma análise teórica e histórica, em termos críticos, incidindo com particular ênfase nas práticas discursivas da história literária, na sua relação com a problemática da identidade nacional, em complexa articulação com a língua, a literatura, o cânone literário, a cultura e as questões político-ideológicas. Esta abordagem está

particularmente presente na teoria dos polissistemas de I. Even-Zohar, nos *Cultural Studies* (em particular nos *postcolonial studies*), na teoria empírica da literatura de Siegfried Schmidt e no *New historicism*. No âmbito da sua teoria dos polissistemas, Itamar Even-Zohar concluiu mesmo que "La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa" consistiu precisamente na criação uma coesão sociocultural, mediante a vinculação de uma língua e de literatura específicas (com o seu cânone próprio) à identidade cultural de uma nação, de modo a produzir um certo sentimento de solidariedade e disponibilidade colectivas (1994: 357-77), que conduziu em muitos casos a uma unificação ou desmembração territorial e política. Na Europa, as literaturas nacionais e as respectivas histórias literárias nascem assim ao serviço dos Estados-nação, numa forte articulação entre as tradições nacionais e as aspirações de independência e/ou de afirmação do *terceiro estado* (7).

As literaturas nacionais são, neste âmbito, como as nações e os Estados-nação, um fenómeno "pós-imperial", na medida em que as nações europeias iniciaram a sua constituição após a desagregação dos grandes impérios (romano, napoleónico, otomano, austro-húngaro, soviético, etc.) (8) e porque o conceito de literatura nacional implica a rejeição da língua e da literatura dos "colonizadores" culturais, e a conseqüente construção de uma cultura autónoma e "independente". Para os românticos, esta afirmação nacional implicava simultaneamente a superação da literatura greco-latina e do classicismo francês. Por outro lado, observa-se uma forte interdependência entre a emancipação política e o desejo de afirmação da identidade/diferença ("emancipação cultural"), que por vezes se torna prioritária em termos de legitimação política (9), como na Alemanha, cuja emergência/unificação se afirmou primeiro em termos culturais. A "literatura alemã" existe ou pretende existir antes da Alemanha. Segundo Madame de Staël, a "literatura" (no sentido amplo) pode fazer de um território uma pátria (1991 [1800]: 82). Os alemães, continua, não tinham uma pátria política, mas possuíam uma pátria filosófica e literária (*id.*: 268) (10). A equivalência entre a língua, a literatura e a nação (enquanto organismo vivo) estabelecida por Herder e as leituras homéricas de F. A. Wolf serviram de base à emergente filologia histórica para esta construção nacional: "les Allemands demandaient à la philologie de leur donner une patrie, aussi bien intellectuelle et linguistique que politique."

(Hummel, 2000: 192). O interesse da filologia alemã pela Grécia antiga dá-se em grande medida porque a idealizou como o paradigma do novo modelo de nacionalidade:

"à travers cette langue, et le pays qu' elle incarnait, un peuple s' identifia à une nation qui lui fournissait le modèle parfait d' une adéquation réussie entre les idées de territoire, de patrie et de langue." (*id.*: 215); "L' Antiquité grecque fournit ainsi le cadre mythique aussi bien que réel à l' élection d' une patrie intellectuelle dont une nation en voie de formation avait besoin pour conquérir son identité." (*id.*: 202-3).

Deste modo, e pelo menos até à fundação do estado alemão em 1870, a cultura/literatura nacional serviu de suporte mobilizador da unificação. Aliás, em termos literários e culturais, o novo conceito de literatura nacional emerge em contraposição com a hegemonia e com a "universalidade" do classicismo francês (11), o que é visível no estabelecimento da oposição entre as literaturas originais do Norte (herdeiras da Grécia), encabeçadas pela Inglaterra e pela Alemanha, e as literaturas imitativas do *Midi* (de ascendência românica), lideradas pela França (cf. II.4.3).

Foi por uma certa consciência da decadência em relação ao século de ouro e pelo prisma teórico da literatura nacional herdado da Alemanha que a França, por oposição ao "estrangeiro", acabou por *construir* a sua literatura "nacional", moldando-se pelo "paradigme de l' étranger" (Espagne, 1993), pela perspectiva historicista e filológica. Com efeito, a institucionalização da disciplina de "literatura estrangeira", desde 1830, tendo como primeiro professor Claude Fauriel, desempenhou a esse nível um papel decisivo (12).

Assim, a literatura "nacional" francesa e alemã constroem-se dialogicamente, através de um forte intercâmbio cultural. Ao discurso da história literária, que funciona como capital simbólico e cultural da identidade nacional, aplica-se de modo particular a concepção dialógica do discurso de M. Bakhtine: "le discours écrit est en quelque sorte partie intégrante d' une discussion idéologique à une grande échelle: il répond à quelque chose, il réfute, il confirme, il anticipe sur les réponses et objections potentielles, cherche un soutien, etc." (1979: 136; cf. 1984: 282). Os textos dos historiadores da literatura franceses e alemães contêm assim a palavra do "outro" de forma directa ou oculta. Como observam M. Espagne e M. Werner, "les modèles français et allemand apparaissent en effet dans un rapport à la fois d' opposition et de dépendance

asymétrique." (1994: 11). Assim, como na própria geografia política, a estruturação romântica do espaço literário e cultural europeu constituiu-se com base na contestação do império francês e do seu domínio cultural. O nacional nasceu assim no seio de um conflito inter-nacional. A estratificação hierárquica do espaço literário europeu dependeu pois de factores políticos e da rivalidade franco-alemã (13). Em função desta pluralidade de factores e de modelos, a França e a Alemanha desenvolveram o processo de nacionalização do campo literário de acordo com o seu contexto interno, com o seu próprio ritmo temporal, construindo e institucionalizando a respectiva literatura "nacional" (14).

No caso da Grécia, independente em 1827-30, após o longo domínio dos turcos, tornou-se decisiva a reactivação diacrónica de uma identidade helénica multissecular, que visava legitimar a Grécia moderna cultural e territorialmente (15). A "Grande Ideia", em termos políticos, exigia uma "demonstração de paternidade", a prova de uma continuidade étnico-cultural (16). As pressões para estabelecer a sua legitimação política, em termos de identidade e autonomia, com base na continuidade dos helenos, conduziu à busca obsessiva das velhas tradições, garantindo assim a coerência da literatura "grega" a partir da comensurabilidade da "literatura" clássica e da literatura moderna (Lambropoulos, 1998: 8-9). V. Lambropoulos denuncia a "falácia nacionalista" inerente a este processo desenvolvido pela crítica e pela história literárias românticas, "participating actively in the invention of a national identity", ao serviço do Estado-nação, com base num critério etnocêntrico e nacionalista (*id.*: 13-4). Aos filólogos gregos modernos não interessava muito a questão da qualidade estética das obras, mas a sua essência identitária, a autêntica "greekness", que passou a ser o seu critério primacial e explícito, em termos ideológicos, sobretudo desde 1830, contribuindo a seu modo "to the legitimization of state authority by inventing one of its cultural achievements, literature, and naturalizing it as an expression of the ethnic tradition." (*id.*: 12) (17). Conclui assim que, de um modo global, as pesquisas genealógicas das novas humanidades (linguística, etnografia, história, arqueologia, filologia e filosofia) mostram que estas coincidiram, em termos europeus, com o desenvolvimento dos estados nacionais, servindo a sua busca de uma identidade específica, sendo integradas na instituição que se tornou o repositório do auto-conhecimento nacional, a

Universidade. As primeiras nações do séc. XVIII tinham a necessidade política de encontrar uma origem, história, linguagem, e tradição distintas, que definissem o seu *ethos* nativo e justificassem as pretensões de autonomia e independência (18).

Se a literatura e a história da literatura foram indispensáveis para a criação de algumas nações modernas, permitindo, por exemplo, aos gregos modernos afirmar a sua ancestralidade, de modo a legitimar politicamente o Estado-nação grego, noutros casos foi importante para a produção e divulgação de um certo sentido de identidade cultural nacional. Aliás, os Estados-nação modernos que emergiram na Europa após a queda do império napoleónico encontraram a sua expressão sobretudo no romantismo, para promover a unificação, como com a Itália (1861-70) e a Alemanha (1870-1), ou para assegurar a libertação da tutela francesa e inglesa, como em Portugal, em que o liberalismo romântico implicou também uma reestruturação político-social da nação.

Noutros países, por vezes, o propósito vai mais além, servindo interesses expansionistas de teor "imperialista", como no caso francês (19), inglês (20) ou norte-americano (21). Noutros casos, a produção dessa identidade processou-se mesmo em termos de rivalidade, como no caso da literatura alemã, que se "apropriou" do património greco-latino, em particular mediante a "grecização" da língua poética alemã, rivalizando com a hegemonia cultural francesa (22).

Nalguns casos, a "cultura nacional" precede a constituição do Estado-nação ou funciona como um *ersatz* de um nacionalismo político, construindo-se em função de projectos próprios, mas também em função de uma diferenciação do "outro". Declan Kiberd considera que "A invenção da Irlanda" resulta do nacionalismo do "Sinn Féin" ("ourselves"), mas também da inimizade com a Inglaterra: "Each nation badly needed the other, for the purpose of defining itself." Por outro lado, o movimento nacionalista terá resultado sobretudo de uma forte experiência de "exílio" dos irlandeses ("exile is the nursery of nationality") (1995: 2), sentido em última instância como um exílio cultural, resultante da colonização britânica e da nostalgia da "pátria". A literatura e a geração de Yeats deram voz a esta aspiração nacionalista (23). Como procura demonstrar D. Kiberd, a experiência irlandesa revela a precedência da nação cultural relativamente à nação política: "What makes the Irish Renaissance such a fascinating case is the

knowledge that the cultural revival preceded and in many ways enabled the political revolution that followed." (*id.*: 4). Daí a ênfase que concede à "resistência cultural" como processo de descolonização e a polémica caracterização de Yeats como artista "pós-colonial".

Noutras situações, porém, é a instituição do Estado que conduz à emergência de movimentos nacionalistas, como se verificou na América latina: "Las fundaciones de estados en América latina no fueron, como en Europa, la consumación o el resultado de movimientos nacionales sino más bien recién el comienzo de tales movimientos y desarrollos." (König, 1998: 30). Neste sentido, a construção da nação implicou a "integração" e assimilação política, social e cultural dos seus cidadãos.

Esta pluralidade de situações põe em relevo a importância da noção de literatura nacional e a sua funcionalidade no âmbito da construção dos Estados-nação modernos (24). Desde os anos oitenta do século XX que se destacam os estudos que procuram investigar esta articulação. Alguns títulos permitem mesmo sintetizar as principais questões suscitadas pela noção de "literatura nacional": *Qu' est-ce qu' une littérature nationale ?* (Jacques Beyrie, 1994; Espagne e Werner, 1994), *Building a National Literature* (Peter Uwe Hohendahl, 1989) e *Literature as National Institution* (Vassilis Lambropoulos, 1988) são alguns exemplos significativos, consagrados respectivamente à institucionalização das literaturas espanhola, alemã e grega.

O estudo da constituição histórica da história literária de diversos países comprova, segundo alguns investigadores, que as histórias da literatura nacionais são "invenções", ou seja, "construções artificiais", objectos de saber que se "naturalizaram" através das práticas discursivas subsequentes, transformando-se em *habitus* por inculcação social e pedagógica, acabando por ser assumidos como crenças partilhadas. Daí a *illusio* de que "sempre foi assim" e de que sempre existiu uma literatura específica de cada nação, qual estrutura monádica, com as suas características próprias, o seu "génio". Com efeito, num sintagma como "história da literatura portuguesa" sobrepõem-se construções sociais complexas, contingentes e variáveis, sujeitas a fortes disputas simbólicas: história, nação, história nacional, literatura, literatura portuguesa, história da literatura (nacional). Claudio Guillén destaca por isso mesmo a articulação entre "Literaturas inventadas y Estados en formación". As literaturas nacionais "son formaciones,

conjuntos en formación, cuyas evoluciones no responden a las absolutas exigencias de un desarrollo literario autónomo, sino a condiciones relativas, cruces e interferencias cambiantes, en periodos históricos precisos, de muy compleja determinación sociopolítica." (1998: 312). Deste modo, considera necessário investigar, caso a caso, "la invención de una literatura nacional" (*id.*: 313-4) (25).

A nacionalização da literatura, com o respectivo cânone e uma periodologia própria, derivada da história nacional, constituiu-se como matriz teórica e forneceu um conjunto de modelos e reportórios à produção literária, transformando o "nacional" num critério fundamental das "regras da arte", do "jogo literário", determinando tanto as práticas discursivas da história literária como da literatura, que cultivou essa especificidade nacional construída (26).

Deste modo, podem distinguir-se duas grandes fases na construção das literaturas nacionais. Num primeiro momento, habitualmente coincidente com os movimentos românticos, elas são "inventadas", com base num projecto nacional e em determinadas crenças (a literatura como expressão da nação, etc.). Numa fase subquente, procede-se à institucionalização (social, escolar, etc.) desse capital cultural e simbólico, que se naturaliza como um *habitus*. O estudo do processo histórico de *naturalização* e *institucionalização* desta formação discursiva que é a história literária (nacional) é elucidativo da sua genealogia política, histórica e social. Aliás, segundo Jenaro Talens, "la historia de la literatura no es sino la historia del proceso de institucionalización de una práctica discursiva", em que a função política se ocultou com frequência debaixo da máscara evasiva do estético (1994: 140) (27).

A história literária (nacional), como as nações e a historiografia nacional, acompanhou a constituição dos Estados-nação modernos (num quadro administrativo-cultural), que implicaram uma reordenação política e social profunda, tendo globalmente uma procedência sociopolítica burguesa-liberal (28). O conceito emergente de nação tornou-se a instância simbólica legitimadora da soberania do "Terceiro Estado". A ideia de nação legitimou ainda as noções de sufrágio popular e de representação política, que em última instância resultam da institucionalização da soberania nacional/popular (29). É esse ideário que emergiu com a revolução liberal em Portugal, centrada na soberania da nação e na noção de cidadania, e que

norteou de modo particular os republicanos. Apesar da sua complexa e lenta aplicação, lê-se na Constituição de 1822 que "A soberania reside essencialmente em a nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos." (*apud* Homem, 1988: 237). A identidade nacional substituíra assim os vínculos do Antigo Regime e neste âmbito é importante a identificação da literatura com a nacionalidade, que surge como uma "identidade de substituição" que o Estado-nação forjou, com base na fusão das competências exigidas ao cidadão e dos conteúdos culturais nacionais (Guillén, 1988: 317) (30).

Contra a concepção étnica da nação dominante no último quartel do século XIX, e que Taine aplicava em particular ao discurso da história literária, Renan focava o carácter construtivo das nações e a sua progressiva "naturalização", como consequência de uma amnésia crucial. Segundo Renan, os povos germânicos, criadores do princípio das nacionalidades, ao fundarem as primeiras divisões nacionais *esqueceram* a sua língua e a sua religião, adoptando o cristianismo e o Latim. Por outro lado, *esqueceram-se* progressivamente das diferenças étnicas quando se fundiram com outros povos europeus. Finalmente, segundo Renan, *esqueceu-se* a violência da origem das formações políticas e da unificação das nações. Por tudo isto, "esquecer é um factor crucial na criação de uma nação", cuja essência reside no facto de os seus indivíduos terem muitas coisas em comum e de terem esquecido as muitas coisas que os diferenciam. Daí a sua famosa concepção da nação como um princípio espiritual resultante da vontade colectiva, defendendo Renan "Le droit des populations à décider de leur sort" (s/d: IV); "L'existence d'une nation est (pardonnez-moi cette métaphore) un plébiscite de tous les jours" (s/d a [1882]: 307) (31). Abre assim caminho às modernas concepções da história sociológica de B. Anderson, E. Gellner e E. Hobsbawm (32).

1. O "imaginário nacional": nação, narração e tradição

"La nation naît d' un postulat et d' une invention. Mais elle ne vit que par l' adhésion collective à cette fiction."

(Thiesse, 1999: 14)

No século XIX, o Estado-nação constrói-se como "comunidade imaginada", com base num "imaginário nacional", segundo a já clássica formulação de Benedict Anderson (1996 [1983]). A nação é uma "imagined political community" (limitada e soberana), porque os seus membros nunca se conhecerão ou encontrarão na sua grande maioria, "yet in the minds of each lives the image of their communion." (*id.*: 6) Importante é aqui a noção de soberania: "It is imagined as *sovereign* because the concept was born in an age in which Enlightenment and Revolution were destroying the legitimacy of the divinely-ordained, hierarchical dynastic realm." (*id.*: 7). Assim, pela primeira vez na história a coesão social estabelece-se através da escrita e das línguas vernáculas. A ascensão da burguesia, auxiliada pelo desenvolvimento da imprensa e dos meios de "comunicação social" alterou as estruturas de coesão e solidariedade comunitária: "they did come to visualize in a general way the existence of thousands and thousands like themselves through print-language. (...) Thus in world-historical terms bourgeoisies were the first classes to achieve solidarities on an essentially imagined basis" (*id.*: 77). A necessidade de uniformização linguística (da "língua comum" à "língua oficial") impôs-se face à não coincidência das fronteiras dinásticas com as fronteiras linguísticas, numa Europa em que essas coincidências eram raras (33). As "comunidades de imaginação" são assim "vernacularly imagined communities" (*id.*: 79). A alfabetização tornou-se essencial para a angariação do suporte popular, "with the masses discovering a new glory in the print elevation of languages they had humbly spoken all along." (*id.*: 80). Foi esta "revolução filológica" que auxiliou a consolidação de conceitos como os de soberania nacional (colectiva), a extinção da servidão, a promoção da educação popular e a expansão do sufrágio popular (34).

A importância destas considerações consiste na elucidação da interdependência sistémica e da similaridade entre as operações de identificação políticas e culturais enquanto relações e representações de pertença a uma "nação" (35). Na sequência de E. Renan, muitos historiadores e sociólogos, como E. Gellner e B. Anderson, colocam a ênfase nos factores culturais do fenómeno nacional e, por isso mesmo, concedem um relevo central à noção de identidade nacional (36). A. Smith, por exemplo, enfatiza a importância dos factores culturais em geral, e da identidade nacional em particular, na emergência e evolução das nações modernas:

"não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma de política, mas devemos antes considerá-la também como um fenómeno cultural [colectivo]. Ou seja, o *nacionalismo*, enquanto ideologia e movimento, deve ser intimamente relacionado com a *identidade nacional* " (1997: 9-10) (37).

Por outro lado, as lutas liberais e de emancipação das nacionalidades fazem parte do "imaginário" histórico-cultural do século XIX e têm reflexos nas próprias construções culturais. Para além do facto de muitos escritores estarem envolvidos nessas lutas político-culturais, como Garrett, Herculano, Byron, etc., merece relevo o facto de certos movimentos de emancipação funcionarem como modelo e exemplo de outros. A Geração de 70, segundo o testemunho de Eça de Queirós, aplaudiu a luta pela unificação da Itália, pela libertação da Polónia e pela tentativa de emancipação da Irlanda, inspirando-se nelas:

"E ao mesmo tempo nos chegavam por cima dos Pyreios moralmente arrasados, largos entusiasmos europeus que logo adoptavamos como nossos e proprios, o culto de Garibaldi e da Italia redimida, a violenta compaixão da Polonia retalhada, o amor á Irlanda, a verde Erin, a esmeralda celtica, mãe dos Santos e dos Bardos, pisada pelo Saxonio !..." (Queirós, 1993 [1896]: 485).

Para Anne-Marie Thiesse, a formação das nações foi preparada pela criação cultural das identidades nacionais (que serviu de suporte à consciência colectiva da nacionalidade), numa actividade conjunta de escritores, artistas e eruditos, que elaboraram os patrimónios culturais e simbólicos nacionais (língua, historiografia, monumentos históricos, folclore). Este labor nacionalizante passou em grande medida pela revisão interpretativa do passado, só possível pela emergência de novas concepções teórico-metodológicas, de um modelo de "nacionalização" e de

integração de todo o património cultural de um dado domínio territorial autónomo (ou em busca de autonomia) enquanto Estado político soberano (38).

Apesar das perplexidades e do cepticismo da psicologia social perante a questão da "identidade nacional" (39), é frequente a adopção das teorias da identificação da psicanálise, nomeadamente de Erikson, em termos históricos e/ou sociológicos, como em José Mattoso (1998) e W. Bloom:

"National Identity describes that condition in which a mass of people have made the same identification with national symbols -have internalised the symbols of the nation- so that they may act as one psychological group when there is a threat to, or the possibility of enhancement of, these symbols of national identity." (Bloom, 1990: 52) (40).

B. Anderson chama a atenção para o papel do "imaginário nacional", atendendo a que qualquer comunidade implica um imaginário, que pode ser diferente quanto ao "estilo" (1996: 15). O estilo do "imaginário nacional" é essencialmente "a mass-mediated style" das sociedades letradas com estruturas comunicativas bem desenvolvidas (encorajadas pela leitura de jornais nacionais), sendo configurado com base no imaginário do romance moderno, dos jornais e da ciência secular, que contribuem para uma percepção horizontal e homogénea do tempo (percepção calendarizada) (*id.*: 24-5). Nesta óptica, entende-se por imaginário o conjunto de representações mentais e simbólicas da realidade, com os seus valores e memórias, fruto da criação imagética e poética, em que a literatura e a imprensa tiveram um grande relevo (41). A literatura e a escrita literária relacionam-se assim com as crenças e com as representações políticas, assumindo funções identitárias e em articulação com o campo do poder (42). As representações literárias funcionam como campo de instauração e preservação da memória e do imaginário colectivo. Os escritores e os historiadores são os depositários dessa memória, estruturando uma certa consciência colectiva (43).

Neste impulso, a "revolução filológica" do século XIX -as filologias vernáculas- desempenhou um papel primacial nos nacionalismos europeus, quer ao nível da reivindicação de autonomia política, quer ao nível de uma homogeneização e unificação do "imaginário nacional" (44). Com o Romantismo, estética e nação articulam-se em função do que David Kaiser denomina "estatismo estético", que implica a construção e divulgação de uma cultura comum

(língua, literatura, etnia, religião) a toda a nação pela mediação da "esfera estética", integrando-se o modelo individual liberal na esfera da colectividade, do Estado-nação (1999: 3, 8) (45).

O imaginário das nações construiu-se assim mediante a "invenção da tradição" característica de cada nacionalidade, mediante a construção de uma "memória nacional", que é motivo de constantes lutas simbólicas, como veremos em relação ao discurso da história literária em Portugal (cf. V.3 e V.4). A utilização política dessa memória consistiu no fenómeno que Eric Hobsbawm designou como "a invenção da tradição" (1983: 1-14), i.e., a construção da cultura como uma totalização da memória cultural de um dado momento, um conjunto de práticas culturais governadas por certas regras e rituais de natureza simbólica que visam inculcar valores e normas de comportamento e que normalmente tentam estabelecer a continuidade com o passado histórico. No seu estudo, Hobsbawm foca três tipos de tradições, de acordo com as funções que desempenham: produção de coesão social e comunitária; legitimação institucional; socialização, mediante a inculcação de crenças e de *habitus*. Em termos da emergência dos estados nacionais, as três funções articulam-se de modo claro, mediante a escolarização e a divulgação da "língua nacional" (46). Segundo Hobsbawm, a invenção da tradição nacional envolveu, desde 1870, a educação básica, a invenção de cerimónias públicas (festas e comemorações) e a produção massiça de monumentos. Só nesta época, de facto, se começam a activar em termos globais estes factores que fomentam e socializam o "imaginário nacional": "Le sentiment national n' est spontané que lorsqu' il a été parfaitement intériorisé; il faut préalablement l' avoir enseigné." (Thiesse, 1999: 14).

De facto, a "invenção da tradição" de uma "comunidade política imaginada" tornou-se imperativa no momento histórico em que o estado, a nação e a sociedade convergiam em torno da figura do cidadão-eleitor, devido à necessidade de reestruturar e manter a ordem social, para legitimar politicamente o sistema (47). As nações modernas são assim também um fenómeno resultante do capitalismo e da modernidade (48). É, aliás, nesta perspectiva global que se enquadra a transição operada no âmbito do sistema escolar, em que o ensino da história da literatura nacional assume um papel de relevo, ao substituir, com o ensino da língua nacional, o

ensino da Poética, da Retórica e da língua e literatura greco-latinas, fundamentando uma tradição literária nacional (49).

Na esteira de B. Anderson e E. Hobsbawm, e numa perspectiva "pós-colonial", Homi K. Bhabha (*Nation as Narration*) procura mostrar o papel desempenhado pela narração histórica na construção de um imaginário cultural nacional, em estreita conexão com a "invenção da tradição":

"Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind's eye."; "it is from those traditions of political thought and literary language that the nation emerges as a powerful historical idea in the west." (1990: 1).

A narração seria assim a base para o estabelecimento das fronteiras culturais da nação: "The 'locality' of national culture is neither unified nor unitary in relation to itself, nor must it be seen simply as 'other' in relation to what is outside or beyond it. The boundary is Janus-faced" (*id.*: 4) (50). De igual modo, a unidade cultural da nação é um construto moderno que dissimula a pluralidade do presente (*dissemiNation*) num passado ancestral e mítico, nas gerações passadas, representando paradoxalmente a territorialidade da nação moderna numa atávica e patriótica temporalidade tradicionalista (51). Há assim nesta construção da nação moderna uma aporética narração centrada num passado arcaico, "em nome do povo" ou "da nação", que faz deles sujeitos imanes e objectos de um conjunto de narrativas sociais e literárias, numa ambivalência entre a nação como entidade moderna, direccionada para o progresso, e a sua fundamentação com base numa certa ancestralidade arcaica, que encobre a diferenciação social do presente em nome de uma identidade intemporal (52).

Os conceitos de Anderson ("o imaginário nacional"), Hobsbawm ("a invenção da tradição") e H. Bhabha ("a nação como narração") podem, pela sua terminologia, sugerir uma "realidade virtual" ou uma prioridade do imaginário sobre a realidade concreta (53). Mas, torna-se imperativo reconhecer, com Pierre Bourdieu, a importância da "força da representação" (1982: 135-48), o facto de que as classificações identitárias, na sua dupla condição de "representações mentais" e "representações objectais" (símbolos, emblemas, etc.), terem o poder de "*contribuer à produire ce qu' apparemment elles décrivent ou désignent, c' est-à-dire la réalité objective à*

laquelle la critique objectiviste les réfère pour en faire apparaître les illusions et les incohérences." (*id.*: 135).

A institucionalização da "literatura nacional" é uma dessas classificações que utiliza o discurso da história e que institui uma nova formação discursiva (a história literária) como "realidade", que se "naturaliza" gradualmente. Como observa Bourdieu, o acto de categorização institui uma realidade pelo poder de "revelação" e de "construção" exercido pela "objectivação no discurso" (dizer, *v.g.*, que há uma comunidade occitânica, etc.), que depende da autoridade de quem o enuncia e do grau de adequação à objectividade do grupo a quem se dirige, isto é, do reconhecimento e da crença que lhe atribuem os membros desse grupo (relação de pertinência), enquanto visões e di/visões comuns (visão única da identidade e visão idêntica da unidade), que são também objecto de lutas pela representação da identidade. O "poder mágico" das palavras deriva assim da oficialização e reconhecimento das "classificações objectivas" (por vezes objectivadas institucionalmente, como nas fronteiras, jurídicas ou "textuais") e da sua efectivação prática (como práticas discursivas), enquanto estratégias e esquemas de classificação (54).

Neste quadro conceptual, procuraremos dilucidar o modo como se construiu e institucionalizou o conceito de literatura *nacional* na sua tríplice dimensão (nação, narração e tradição). Para isso, torna-se necessário enquadrar em termos europeus a emergência e o desenvolvimento do discurso da história literária em Portugal, na medida em que a história literária oitocentista resulta de um amplo diálogo que se estabeleceu no âmbito da cultura europeia, em particular entre um modelo iluminista e romântico, que é uma das faces do *confronto* franco-alemão pela posse de um capital simbólico-cultural hegemónico.

2. Da república das letras às letras da república: iluminismo e romantismo

Numa perspectiva global, os estudos literários modernos parecem orientar-se em dois sentidos diversos, numa permanente oscilação entre a universalização e a particularização. Após uma secular "república das letras", a literatura vincula-se às nações, um fenómeno histórico que se inicia em meados do século XVIII, pois até então as belas-letras estavam vinculadas a uma perspectiva universal e globalizante. A cultura humanista do homem cosmopolita dava agora lugar ao homem nacional, comprometendo o ideal da República das Letras, que emerge com Renascimento e o Humanismo e se desenvolve na época das Luzes (55), mantendo-se, pelo menos como referência, ainda no Romantismo. A República da Letras, para Almeida Garrett, é transnacional, "universal, e sem perigo de schisma" (1826: xxxviii), e deve ser politicamente neutra (1963 [1948]: 610-2). Com a emergência do Romantismo, Herculano declarava que a República das Letras parecia confusa e que o conflito entre clássicos e românticos lembrava a luta partidária no seio de uma revolução (1898 [1835]: 24).

De certo modo, o Romantismo continua a obra das Luzes, com as transformações que nela introduzem a Revolução Francesa e o Império napoleónico (56). A permanência de um ideal universal da literatura convive assim com o nacionalismo romântico, que relativiza e fragmenta esse ideal. A transição não se dá sem oscilações e ambiguidades. Lessing, Herder, os irmãos Schlegel e M. de Staël hesitam mesmo "entre une notion nationaliste, combatante, de l'histoire littéraire et le concept rationaliste, dérivé du cosmopolitisme philosophique, d'une littérature mondiale." (Escarpit, 1958: 1771) (57).

Esta ambivalência está presente em *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1991 [1800]), de Madame de Staël, e torna-se possível devido à amplitude do conceito de literatura e à relevância que lhe atribui na "história do espírito" e na vida real. Importante é o facto de distinguir entre "literatura de imaginação" e "literatura de ideias" (sobretudo a filosofia), traçando para cada uma destas esferas uma evolução diferenciada (58). É a literatura filosófica que lhe permite sustentar a filosofia da história iluminista, com a

crença na perfectibilidade do espírito humano. Como observa várias vezes, este princípio da perfectibilidade aplica-se ao progresso das ideias e não à "literatura de imaginação", o que não colidia com a tese da insuperabilidade dos gregos na arte (1991 [1800]: 90-1). Os gregos, no seu entender, foram bons em poesia, mas não tinham profundidade filosófica. Porque concede primazia à filosofia, vai ao ponto de afirmar que as tragédias gregas são muito inferiores às modernas, na medida em que o talento dramático se compõe da arte da poesia e do conhecimento profundo das paixões. Nesta óptica, também a tragédia devia seguir os progressos do espírito humano (59).

De um modo geral, considera os antigos superiores na literatura de imaginação, embora atribua aos modernos a vantagem de exprimirem uma maior sensibilidade e um maior conhecimento do coração humano. Porém, declara que os modernos eram superiores aos antigos no plano filosófico, o que se evidenciava, *v.g.*, na eloquência e em particular na moral, contribuindo mais para a felicidade humana os princípios dos modernos do que os dos antigos. Em termos práticos, este aperfeiçoamento do espírito humano traduzia-se no respeito pela humanidade, pela vida e pela liberdade, consubstanciado na República (60), com base na coesão social proporcionada pelo cristianismo (os protestantes no Norte e os católicos no *Midi*).

Os progressos do espírito humano, afirma, "la philosophie peut seule les indiquer avec certitude." (*id.*: 120). Para a autora, a filosofia consiste na investigação do princípio de todas as instituições políticas e religiosas, na análise dos caracteres e dos eventos históricos, no estudo do "coração" e dos direitos naturais do homem. Em suma, a filosofia é a busca da verdade através da razão. Mas M.me de Staël considera que o que salva as Luzes são as ciências físicas e exactas, manifestando o desejo de aplicar às ciências morais e políticas o método das ciências positivas, com base no modelo demonstrativo das matemáticas (assente em estatísticas e probabilidades), regulado pela moral e pela virtude (61).

Assim, exalta a literatura filosófica e o seu princípio de utilidade, destacando que a utilidade é o princípio criador da literatura latina, que começou melhor que muitas outras porque foi filosófica desde o início. Com efeito, considera que a literatura de pouco vale se não visar a utilidade e que as obras que pertencem à alta literatura têm por objectivo operar mudanças úteis,

impulsionar os progressos necessários e modificar as instituições e as leis, tornando-se fúteis se não tiverem uma aplicação real (62).

É esta lógica iluminista que se manifesta ainda no final do século no pensamento crítico de Moniz Barreto, ao referir que para a regeneração da literatura portuguesa era necessária "a elevação da cultura filosófica que na aparência estranha à Literatura e à Sociedade inspira a primeira e governa a segunda, e pela sua ausência ou inferioridade determina a decadência e a morte de ambas." (s/d [1889]: 73-4).

É assim evidente que o intuito essencial desta obra staëliana não é o de "preparar" o romantismo, pela insistência na originalidade, na interioridade e na melancolia, nem tão pouco se trata de um manifesto romântico, como pretendia a leitura retroactiva de Sainte-Beuve (63). M.me de Staël acredita mesmo que há regras fixas e universais a partir das quais se deve julgar o gosto nacional, derivadas dos princípios universais da alta literatura (1991 [1800]: 213, 265). O carácter inovador desta obra resulta por isso da aplicação à literatura da filosofia da história, mediante a apropriação de Montesquieu (*L' Esprit des lois*) e Condorcet (*Esquisse d' un tableau historique des progrès de l' esprit humain*). Nesta lógica, postula a interdependência da literatura e das instituições sociais (políticas, sociais e religiosas) e busca as leis que possam determinar a história da literatura, concebida como a história das produções escritas do espírito humano, de modo a traçar a genealogia dos progressos deste através daquelas.

Em todo este percurso interessa-lhe o gosto e a tendência geral para a perfectibilidade. O "Discurso Preliminar" ocupa-se precisamente das relações da "literatura" com a Virtude, a Glória, a Liberdade e a Felicidade, pois M.me de Staël acredita na "puissance que peut exercer la littérature sur la destinée de l' homme" (*id.*: 86). Convencida desta utilidade, ocupa a segunda parte da obra (cerca de um terço do total) a analisar "l' état actuel des lumières en France, et de leurs progrès futurs", para vaticinar dias melhores à Revolução de 1789, de acordo com a teoria da perfectibilidade humana. A seu ver, a "história do espírito humano" que traçou permitia-lhe examinar qual devia ser o carácter da literatura de um grande povo esclarecido em que dominasse a liberdade, a igualdade política e os costumes estivessem de acordo com as suas instituições. As suas conjecturas sobre o futuro resultam da dedução das suas observações sobre o passado, "d' après l' influence que les lois, les religions et les moeurs ont exercée de tous les temps sur la

littérature" e segundo o "sistema" da perfectibilidade (*id.*: 299-300). Por isso, considera que a sua obra é, no conjunto, a reunião dos motivos que podem fazer amar os progressos das Luzes. E tudo isto porque lamenta que na década que se seguiu à Revolução esta crença se tenha pervertido devido ao "espírito de partido", considerando natural que uma revolução faça parar durante algum tempo os progressos das luzes, para lhes dar de seguida um novo impulso. Aliás, ao expor o plano da obra, avisava que iria dedicar a segunda parte à análise das relações da situação política da França com a literatura e a filosofia, mostrando a degradação presente e o melhoramento possível, pois acreditava na perfectibilidade do espírito. Os progressos das luzes, afirma, se sabiamente conduzidos, tornam-se uma fonte de bens e de prazeres, e em conjunto com o cristianismo são barreiras face à depravação, impedindo a decadência das nações e das letras, na medida em que a moral e as luzes actuavam reciprocamente, pois as verdadeiras luzes eram a melhor garantia da moral (64).

Madame de Staël introduz a literatura numa dimensão histórica, dando ênfase à geografia, ao clima e às instituições sociais, vinculando a literatura à época e à sociedade em que era produzida, em particular do ponto de vista político e religioso. Deste modo, introduziu a célebre distinção entre literaturas do Norte e do *Midi*, a que daria novos contornos em *De l'Allemagne* (1813), em resultado do intenso diálogo que manteve com os irmãos Schlegel, e que abordaremos mais à frente (II.3).

Em *De la littérature*, as literaturas antigas são caracterizadas pela racionalidade equilibrada, devido à influência do clima e do humanismo pagão, distinguindo-se das literaturas modernas, em que aparecem contrapostas as literaturas do Norte e as do Sul (*Midi*) da Europa, diferenciadas pelos temperamentos diversos dos seus povos, explicados pela diferença dos climas e da religião. O clima dos povos mediterrânicos, marcado pela claridade solar e pelas paisagens aromáticas, geraria a atitude desinibida e a confiança natural dos homens do Sul, de temperamento mais enérgico, mas volátil ("l' esprit paresseux du Midi"). Os povos do Norte, devido ao clima sombrio (nocturno e invernos) e ao protestantismo, estavam marcados pela tendência contemplativa, revelando uma potente fantasia imaginativa, de profundidade melancólica, inspirada pelos sofrimentos da alma perante a existência. No seu entender, a poesia melancólica era a que estava mais de acordo com a filosofia e o maior espírito filosófico dos

povos do Norte dever-se-ia à religião protestante. A Reforma foi, segundo M.me de Staël, a época que serviu mais eficazmente a perfectibilidade da espécie humana. A poesia do Norte inspirava, segundo a autora, uma maior religiosidade e virtudes e pensamentos elevados. A própria natureza despertava emoções mais nobres e puras, conjugando-se com as ideias filosóficas (65). Deste modo, inspira-se em parte em Montesquieu, para quem o Norte (o sistema constitucional inglês) é uma fonte de liberdade, pensando M.me de Staël que, à semelhança do que sucedera na Idade Média, os povos do Norte tinham a missão de regenerar o espírito latino. As "duas Europas" não resultam pois de uma descrição neutra, e muito menos, como defendia a autora, da aplicação dos métodos matemáticos às ciências morais e políticas (66).

De notar ainda que o critério que presidiu a esta distinção é já de natureza nacional. Mas se M.me de Staël caracteriza as "duas Europas" com base no clima, na religião e nas instituições políticas, o factor que predomina é político, aparecendo a questão climática como acessória. Na prática, a religião e as leis decidem quase inteiramente a semelhança ou a diferença do espírito das nações, mas em última instância a educação das primeiras classes da sociedade resulta, como sublinha a autora, das instituições políticas dominantes. São muitas as passagens em que o refere, como ao expor o plano da sua obra, dizendo que na primeira parte referirá o poder da literatura sobre o espírito do homem e as relações que existem entre o estado político de um país e o espírito dominante da literatura. Ao definir o carácter da literatura dos ingleses, procura mostrar que a sua evolução foi paralela à da situação política, sendo diferente antes da revolução, durante a mesma e depois, com a constituição de 1688. Noutro passo, afirma que os traços distintivos dos alemães tinham a ver com a situação política e religiosa. Mas é a situação política que acaba por determinar as diferenças entre as nações:

"J' ai tenté d' expliquer les contrastes singuliers de la littérature italienne, par les souvenirs de la liberté et les habitudes de la superstition; la monarchie la plus aristocratique dans ses moeurs, et la constitution royale la plus républicaine dans ses habitudes, m' ont paru l' origine première des différences les plus frappantes entre la littérature anglaise et la littérature française." (*id.*: 299) (67).

Esta ideia iluminista, segundo a qual são sobretudo as instituições políticas que determinam o carácter dos povos, persiste em *De l' Allemagne*, em que afirma que as instituições políticas podem formar sozinhas o carácter de uma nação, que os governos são os verdadeiros mestre-

escola do povo e que a educação, mesmo a pública, pode formar homens de letras, mas não cidadãos (1968 [1813]: 63, 137).

Em *De la littérature*, ao elaborar a história literária das várias nações, M.me de Staël procede a uma ordenação diacrónica por séculos e épocas, com base na história política. Ao mesmo tempo, porém, inspira-se na filosofia da história herderiana e hegeliana ao estabelecer um esquema de evolução genológica (poesia, teatro, eloquência, filosofia, história, romance), sobrepondo um sistema histórico à teoria clássica dos géneros (cf. II.4.2), que passam a ser considerados peças de uma sucessão diacrónica que reflectiria a evolução do espírito humano: à poesia seguiu-se o teatro e a eloquência, vindo por fim a filosofia, que seria a fase de maturação de uma literatura. A poesia seria, como em Vico, a língua natural dos povos pouco civilizados, mas, em termos iluministas, considera que os alemães, como os romanos, teriam começado por uma poesia filosófica, isto é, num estágio de avançada maturação civilizacional (*id.*: 205).

Porém, M.me de Staël aplica o esquema da evolução genológica aos gregos e aos ingleses, preferindo seguir a história da evolução política para os romanos e para os franceses. Há assim duas histórias da literatura que se sobrepõem, sempre com o intuito de demonstrar que a situação política sobredetermina a literatura, consoante a tese que quer ver demonstrada. No primeiro caso, quer provar o trajecto evolutivo das luzes, valorizando a perfeição dos romanos, porque a sua literatura começou pela filosofia, ao contrário da linha evolutiva das outras literaturas, sendo a primeira fase dos romanos semelhante à última dos gregos. Nesta lógica, os modernos superaram os gregos no exercício do pensamento. No segundo modelo evolutivo, o histórico-político, visa demonstrar a influência decisiva da política na literatura, e vice-versa, para demonstrar que o esplendor da literatura romana se revelou durante a república, em função da existência de liberdade, prosperando a literatura de imaginação nas épocas de tirania. Salienta assim a vantagem do governo republicano, em particular para a história, como exemplifica com o século de Luís XIV, que teria sido o mais importante em literatura de imaginação, mas muito inferior ao século seguinte em filosofia, devido ao despotismo. Em relação ao século que então terminava, M.me de Staël destaca que a literatura se transformou numa arma para o espírito humano, não se contentando com a instrução e com o divertimento, e concede relevo a Voltaire, Montesquieu e Rousseau. Esta época merece-lhe atenção por achar que a literatura impulsionou a

filosofia, dando origem à revolução dos espíritos, na medida em que os escritores procuraram influenciar os seus concidadãos (68).

Assim, nesta obra, a teoria da perfectibilidade limita um eventual relativismo literário porque, para além das histórias nacionais, a "História" tem um sentido teleológico, obedecendo às exigências últimas da razão (felicidade, virtude, liberdade) e do gosto (civilização, boas maneiras, o natural, a vivacidade, a variedade, a moral, etc.). Deste modo, o progresso histórico do espírito humano mede-se em termos gerais, e as nações são avaliadas em função do "maior denominador comum" das luzes dos vários povos. Mas a filosofia da história começa a ceder o caminho à História, ao concreto e à diversidade, em grande parte ao serviço do "Terceiro Estado" (69). É nestes moldes que, como veremos, se construirá a *Storia della letteratura italiana* de Francesco De Sanctis, apesar da sua sensibilidade estética e a atenção que confere aos grandes autores (cf. III).

3. Os irmãos Schlegel e *De l' Allemagne* : romantismo vs. iluminismo

A perspectivação nacional da história acarretou uma relativização do paradigma iluminista, destacando a evolução específica de cada nação. Simultaneamente, implicou a ampliação do objecto formal e material da História, que deixou de se limitar à história político-militar, para dedicar uma particular atenção à "história civil", à "fenomenologia do espírito" de cada nação (literatura, economia, política, leis, costumes). Deste modo, identifica-se cultura e história, aquela enquanto estado de desenvolvimento intelectual, político e económico de um povo e esta enquanto processo pelo qual esse desenvolvimento se alcança, permitindo avaliá-lo (Antonio Maravall, 1972: 275). Nesta óptica, os juízos de valor sobre as nações deixam de se nortear por uma filosofia da história universal e passam a assentar na comparação das várias histórias nacionais, cuja sùmula recobre parcialmente a "história universal".

Só com o romantismo alemão e em particular com os irmãos Schlegel é que se dá a cisão em relação ao legado iluminista, que F. Schlegel critica, em particular na última lição da sua *História da Literatura Antiga e Moderna* (1815), considerando que o principal mal da razão iluminista foi o de ter afastado a sociedade do cristianismo, trazendo a discórdia e a divisão social (1829, II: 100). Os irmãos Schlegel valorizam o catolicismo medieval e o poder da imaginação, que opõem ao racionalismo das Luzes, representado pelo iluminismo dos enciclopedistas e pelo classicismo francês. O nacional instaura-se assim numa dupla lógica, a da afirmação universal de um conjunto de princípios (o romântico como modo de fidelidade às tradições nacionais) e a da conseqüente relativização histórica das literaturas. Deste modo, o romantismo consistiu no processo de reconhecimento das especificidades nacionais face a uma poética clássica pretensamente universal. No entanto, procura reverter essa equação ao considerar a "poética" romântica um padrão universal (comum a várias nações), reduzindo sincronicamente a poética clássica a uma poética "nacional" (mas não original), i.e., francesa. Na gênese deste processo está a ideia schlegeliana, bebida em Vico e Herder, que postula que a diferenciação nacional acarreta necessariamente a diferenciação estética, sendo a literatura considerada como a manifestação do espírito dos povos, pelo que a literatura greco-latina passa a ser vista como a expressão dos respectivos povos, não podendo pois aspirar a um estatuto atemporal e universal.

Na primeira lição do seu *Cours de Littérature Dramatique*, A. Schlegel diz ser necessário ultrapassar os quadros nacionais a favor da universalidade de espírito, "pour nous placer au centre d' un autre système d' idées, nous identifier avec les hommes de tous les pays et de tous les siècles au point de nous faire voir et sentir comme eux." (1971 [1809-11], I: 33). Para tal, defende que é no plano histórico e teórico que é preciso conhecer as artes: "Il faut séparer l' histoire des arts de celle des révolutions humaines, pour qu' elle puisse exciter l' attention." (*id.*: 31). No entanto, declara que nenhum país ou época detêm o monopólio do gosto e das regras e apela para a imparcialidade e universalidade de espírito necessárias à verdadeira crítica, que, a seu ver, importa aplicar à história da poesia (*id.*: 33-4), criticando e relativizando a poética do Classicismo francês, o que lhe valeria um conjunto de críticas, em particular porque já em 1807 defendera a superioridade da *Phèdre* de Eurípides em relação à de Racine. Não obstante ocupar-se da literatura dramática de vários povos (grega, romana, francesa, inglesa, italiana, espanhola e

alemã), a principal preocupação do autor parece ser a de criticar a arte dramática francesa, mesmo quando trata das outras literaturas, o que lhe valeu o rancor de muitos franceses, que não podiam aceitar que um estrangeiro atacasse as suas glórias nacionais (70).

M.me Staël, por seu turno, afirma que o *Curso* de A. Schlegel "espalha muitas luzes", mas critica a sua rejeição algo primária do gosto francês (1968 [1813], II: 74-5). Não deixa, porém, de recriminar à França o facto de se considerar a aristocracia do bom gosto em relação às outras nações europeias, salientando que o gosto em poesia tem a ver com a natureza, devendo, como nesta, imperar a criatividade (*id.*, I: 246-248). Em última instância, porém, faz prevalecer o seu cosmopolitismo, no âmbito do reconhecimento das especificidades nacionais, porquanto propõe a colaboração das nações a fim de se alcançar um progresso global do espírito humano. Para M.me de Staël, o acolhimento do pensamento do "outro" é uma forma de hospitalidade que faz a fortuna daquele que o recebe: "Les nations doivent se servir de guide les unes aux autres, et toutes auraient tort de se priver des lumières qu'elles peuvent mutuellement se prêter." (*id.*, II: 75). Não deixa, porém, de destacar que há algo de singular nas diferenças entre os povos (o clima, o aspecto da natureza, a língua, o governo, e sobretudo os factos da história). O paradigma iluminista combinado com o nacionalismo "romântico" podia, com efeito, conduzir a um comparatismo reducionista e chauvinista, em que o que importava era ver o grau de "iluminação" de cada nação, o seu avanço ou atraso no concerto das nações

O critério nacional acaba por ser o sistema "universal" que A. Schlegel defende, tal como o seu irmão, que, apesar de ter uma concepção ampla e humanística de literatura, se centra na literatura de cada nação. A propósito da tragédia, A. Schlegel faz a apologia da "tragédia histórico-nacional" como "género romântico":

"Cultivons d'abord la partie noble et sérieuse d'un art qui doit être national. Notre penchant me semble s'être absolument décidé pour le genre romantique." [cavalaria, antiga poesia nacional e velhas tradições]; "c'est dans l'histoire même [da Alemanha] qu'ils [os poetas] doivent puiser les nobles sujets de la tragédie romantique." (1971, II: 402-3).

A. Schlegel critica em particular os franceses, por apresentarem os escritos teóricos dos antigos como regras irrecusáveis, arrogando-se o direito de afirmar que os tinham superado e de apresentar o seu sistema como o único válido. Assim, afirma que não pretende criticar os autores

franceses, mas a sua pretensão de serem "législateurs universels du bon goût." (*id.*, II: 32). Neste domínio, afirma a superioridade dos gregos, cuja literatura os ingleses e os alemães teriam estudado e recebido com mais respeito e veneração. Contesta assim as convenções do teatro francês e as regras da unidade de lugar e tempo, resultantes da leitura dos críticos franceses, não estando presentes em Aristóteles, cujas ideias (unidade e clareza), no seu entender, são mais favoráveis a Shakespeare e ao teatro romântico. Por outro lado, considera que os franceses se apegaram demasiado à "forma clássica" e não à contemplação das grandes verdades e que as suas regras das unidades e os princípios do *decoro* interditam certos efeitos trágicos (71). Mas a principal crítica que elabora à literatura dramática francesa consiste em afirmar a sua falta de originalidade e a excessiva imitação dos antigos, nomeadamente na mitologia, o que considera injustificável, pois aqueles tinham costumes muito diversos. A tragédia francesa, continua A. Schlegel, teria um carácter nacional se os dramaturgos franceses tivessem articulado a sua brilhante execução formal com o *charme* romântico (*id.*: 16-18, 81).

Se M.me de Staël, em *De la littérature*, considerava que a seguir aos franceses, os alemães eram o povo com "mais luzes" (1991 [1800]: 255), em *De l'Allemagne* afirma que os franceses teriam mais a ganhar com a compreensão do génio alemão do que os alemães em submeter-se ao bom gosto francês (1968 [1813], I: 162), na medida em que considera aquele nacional/natural e este imitativo/artificial, afirmando mesmo que a imitação dos estrangeiros é uma falta de patriotismo (*id.*: 97). Não deixa, aliás, de ser sintomático que inicie a parte consagrada à literatura e às artes com um capítulo em que indaga as razões de os franceses não serem justos com a literatura alemã. Para além de justificações circunstanciais (falta do conhecimento do alemão, a recente emergência da literatura alemã e o facto de estarem demasiado absorvidos pelas questões políticas), aponta para a diferença entre o génio alemão e o génio francês e para a sua incompreensão mútua, marcada pela "eterna barreira do Reno", esperando que os homens de génio das duas margens contribuíssem para o conhecimento e estima mútuos (*id.*: 163).

O "diálogo" cultural franco-alemão aprofundou-se de facto a vários níveis (cf. Espagne e Werner, 1994), e de forma particular pela mediação de M.me de Staël, no âmbito do designado

"grupo de Coppet". Entre *De la littérature* e *De l'Allemagne*, M.me de Staël efectua um maior contacto com a cultura alemã, com a sua ida para a Alemanha, em 1804, e com os românticos de Iena descobre a ligação entre a natureza e o povo, as tradições nacionais e o poder do sentimento (que amava em Rousseau). Particular é a influencia que recebe de A. Schlegel, preceptor dos seus filhos desde 1805. Mas a tentativa, em *De l'Allemagne*, de indicar à França (conquistadora) a Alemanha (vencida) como exemplo valeu-lhe, em 1810, a interdição da obra e o exílio. Na carta que lhe enviou o ministro da polícia de Napoleão, o Duque de Rovigo, e que a autora incluiu no prefácio, aparece laconicamente o motivo: "nous n'en sommes pas encore réduits à chercher des modèles dans les peuples que vous admirez." (1968 [1813], I: 39) (72).

F. Schlegel, no cap. XIV da sua *História da Literatura Antiga e Moderna*, louva Madame de Staël por tentar dar a conhecer à França a arte e a ciência alemãs, mas pensa que deu demasiada importância à literatura, em vez de se limitar às doutrinas filosóficas, que no seu entender são necessárias e essenciais.

Com F. Schlegel na sua fase conservadora (converte-se ao catolicismo em 1808 e desde 1809 está ao serviço da contra-revolucionária corte imperial austríaca), a questão da unidade nacional alemã torna-se central, a par do seu (antigo) desprezo pelo classicismo francês e do ódio que nutria pelas consequências da Revolução francesa e pelas invasões napoleónicas. A sua *História da Literatura Antiga e Moderna* (1815), considerada fundadora da moderna história literária (73), nasce sob o signo da queda do império napoleónico e logo na primeira lição o autor fala do regresso da Alemanha ao "espírito nacional", articulando a ideia de nação com a literatura, considerada como expressão do *Volksgeist*.

O discurso da história literária é assim "filho" do intercâmbio cultural franco-alemão, da luta pela autonomização nacional da literatura e cultura nacionais face à hegemonia político-cultural francesa. Por outro lado, pelas suas ideias, F. Schlegel parece dar continuidade a Herder, mas ao mesmo tempo imprime-lhe uma nova dimensão ideológica. Na *História da Literatura Antiga e Moderna* torna-se patente uma atitude germanizante, conservadora e feudal. A "literatura nacional" de Herder e dos Schlegel acabaria, aliás, por se impor na Alemanha e com Gervinus e Scherer aparece já associada à ideia de uma ética nacional (74).

Como sublinha Claude Karnoouh, o império napoleónico conduziu a um espírito anti-francês, à hostilidade perante tudo o que se relacionava com a França (a Revolução e as Luzes), como se observa nos discursos de Fichte (1807 e 1808) contra a Revolução Francesa, em que valoriza a essência alemã e o amor da pátria (Karnoouh, 1990: 106). Os jovens movimentos nacionalistas definem os programas de base da nação e as correntes ideológicas do século XIX tornam-se nacionalistas, afastando-se das ideias das Luzes. Deste modo, o ideal do homem universal é substituído pelo homem nacional e a nacionalidade é cada vez mais vista como um valor que se basta a si mesmo (75).

4. A nação literária

4.1. A nação linguística de Herder

Para esta alteração do espaço geoliterário contribuiu de forma decisiva aquilo que P. Casanova denomina "a revolução herderiana", na medida em que Herder introduziu um novo critério de legitimidade literária, centrado na originalidade nacional, de base popular, sendo a Inglaterra, e em particular Shakespeare, instituídos como modelos do novo paradigma, por oposição à imitação francesa dos clássicos greco-latinos:

"il met en oeuvre une matrice théorique qui va permettre à l'ensemble des territoires dominés politiquement d'inventer leur propre solution pour lutter contre leur dépendance. En instaurant un lien nécessaire entre la nation et la langue, il autorise tous les peuples encore non reconnus politiquement et culturellement à revendiquer une existence (littéraire et politique) dans l'égalité." (1999: 110-1) (76).

Esta lição encontra eco em F. Shlegel, que logo no princípio da sua *História da Literatura Antiga e Moderna* destaca que no século XVIII se tinha operado na Europa e na Inglaterra uma "revolution littéraire, qui tendait à faire redevenir la littérature entièrement

national"; "une heureuse révolution eut rétabli l' indépendance politique de l' Angleterre, on vit relever en même temps, le goût étranger disparut, et on revint avec plus d' ardeur que jamais aux grands poètes nationaux." (1829 [1815], I: 6).

O "efeito-Herder" implicou a própria necessidade de redefinição em termos nacionais das literaturas mais autónomas e fortes, como a inglesa e a francesa, que foi submetida, com o Romantismo, à mesma lógica de nacionalização, em função da sua especificidade cultural e popular, com base no modelo teórico alemão (77).

Mas Herder era ainda um homem das Luzes, que trazia como novidade o facto de colocar como sujeito da história uma entidade colectiva, o Povo, enquanto actor principal do destino dos reinos, repúblicas e impérios, e como um princípio que transcendia toda a realização política particular. O génio de uma civilização expressava-se no povo e no seu *Geist*, enunciava-se e estava presente na língua nacional. Apesar da circunscrição ao nacional, e da sua concepção cíclica da história, a filosofia da história herderiana mantém uma concepção teleológica herdada do iluminismo. Com Herder inicia-se a articulação da história literária com a ideologia da identidade nacional, concebida como fruto da nação natural, pensando que se deve desenvolver de acordo com a sua natureza, não sendo favorável ao Estado, que considera uma forma artificial de organização social. São os herdeiros de Herder que politizam a sua ideia de nação no quadro de uma teoria do direito inspirada nas Luzes, em contradição com a valorização herderiana da Idade Média (78).

A concepção rapsódica da literatura (cf. II.4.2), que conduz à exaltação do "primitivismo" poético, difunde-se a partir da Escócia, da Irlanda e do País de Gales. Este nacionalismo "bárdico" tradicionalista era aqui, como sublinha Katie Trumpener, uma forma de reacção aos programas iluministas de progresso económico, vistos como uma forma de imperialismo económico e político dos ingleses que conduzia à anulação das especificidades nacionais:

"According to their theories, bardic performance binds the nation together across time and across social divides; it reanimates a national landscape made desolate first by conquest and then by modernization, infusing it with historical memory. A figure both of the traditional aristocratic culture that preceded English occupation and of continued national resistance to that occupation, the bard symbolizes the central role of literature in defining national identity." (1997: xii) (79).

A necessidade de preservar um passado arcaico e primitivo enquanto símbolo de uma autonomia ancestral, que as luzes e a modernização apagavam, conduziu assim em termos globais a um nacionalismo de pendor anti-iluminista, em que o mais importante se tornou a preservação do passado.

A identificação do *Volksgeist* nacional com a sua língua *nacional* tem origem em Herder, que identifica também a língua com a poesia (80). No seu *Tratado sobre a origem da linguagem* identifica o génio de um povo com a fisionomia da sua língua. A história da língua traduziria assim a sua história e revelaria o seu carácter, costumes e modos de vida, ideia que persistirá no discurso da história literária (81). Na base desta associação está a convicção herderiana de que a língua e a razão tiveram uma origem simultânea, o que também permite uma nova articulação entre o popular e o nacional, através da noção de sociedade civil. A língua (popular) imbricava-se assim com a *Bildung* nacional, pois era vista como um espaço linguístico colectivo que fornecia a representação de uma identidade transcendente, a cultura da etnia/povo/nação, nos limites da sua inscrição territorial. Mas o que há de revolucionário no pensamento de Herder é o facto de implicar uma integração social de todas as classes neste imaginário da "nação linguística" (alma e espírito do povo), que passa a instituir-se como factor de soberania e de legitimidade, abarcando o passado e os projectos de futuro. Deste modo, implicava uma inovadora democratização da cultura (82).

Os românticos atribuem assim à enunciação popular o estatuto fundador da *Bildung* nacional e preconizam o regresso às fontes poéticas da língua, fixando por objectivo o Estado-nação "restaurado", que deveria "présentéifier dans le contemporaine l' essence du peuple entendu comme culture, race ou ethnie, selon les variations lexicales en usage depuis la fin du XVIII.e" (Karnoouh, 1990: 89).

Deste modo, a questão da identidade linguística, literária e cultural de cada povo torna-se fundamental na legitimação (reivindicativa ou justificativa) da unidade política das nações (quer para a agregação, quer para a desagregação), traduzindo-se no desejo de fazer coincidir as fronteiras linguístico-culturais com as fronteiras políticas. Este facto resulta historicamente de

uma reacção às invasões napoleónicas e ao domínio da língua e da cultura francesas (e, por inerência, do Classicismo), nomeadamente na Alemanha, ocupada pelas tropas de Napoleão. Para os românticos alemães, a língua, enquanto elemento constituinte do carácter de um povo, do seu espírito, era o signo de uma unidade política e espiritual a construir (83). A ideia de que a língua revela, na sua história e na sua estrutura, as capacidades intelectuais de uma nação, reflecte-se em Fichte, que condena a contaminação da língua nacional pelas línguas estrangeiras. No seu "Discurso à Nação Alemã", em 1808, após a derrota dos prussianos, considera que a derrota militar foi uma consequência da contaminação espiritual francesa (v.g., francesismos), da adopção de uma cultura estranha à essência dos povos germânicos. A língua é considerada a essência da nação alemã: "the first, original, and truly natural boundaries of states are beyond doubt their internal boundaries" (Lloyd, 1987: 65) (84).

Muitas vezes, este debate processa-se em torno da *literatura*, como em Portugal (85). Nos debates acerca da "língua literária", os estrangeirismos (particularmente os galicismos) são mesmo sentidos como uma "invasão cultural" (86). A questão é acentuada quando se associa a língua a uma concepção étnica, como em Teófilo Braga, para quem "a língua portuguesa, que diferenciava uma raça, era meio de expressão do sentimento de uma nacionalidade." (1984 [1909]: 109). Era mesmo o seu esteio fundamental:

"emquanto uma lingua subsiste póde-se acreditar que uma nacionalidade é viva. Esta relação entre a nacionalidade e a lingua, e a dependencia em que estão para com a fórma escripta, basta para nos mostrar o alcance da historia de uma litteratura." (1875: 1).

Associada ao "espírito" da nação, a literatura aparece como uma forma superior da identidade linguística. Defender a escrita da literatura na língua nacional consistia em promovê-la como memória de um povo (reservatório vivo dos seus pensamentos). Para além de património nacional, a língua é o lugar vivo e privilegiado de uma memória activa, a emanção duma força específica em que se concentra a essência do povo que a fala. A promoção da identidade linguística torna-se então indissociável de uma filosofia da história diversa da visão iluminista (a uniformidade dos progressos do espírito), de modo a salientar a especificidade das nações. Cada nação, mais que uma etapa de uma história necessária dos progressos do espírito humano, teria o

seu *génio* próprio, que se exprimia sobretudo na língua e era irreduzível a qualquer modelo. Exige-se pois o reconhecimento da igual importância histórica de cada nação, sobretudo das pequenas. Deste modo, segundo Marc Crépon, impõe-se o modelo da nação como organismo: "Il consiste à dire que chaque nation, en vertu d' un principe, d' une force qui lui son propres (sa force organique) se développe, de façon autonome, comme un organisme vivant." (*in* Caussat, Adamski e Crépon, 1996: 41). O determinismo geográfico é assim compensado por uma *força orgânica* que influi sobre o modo de sentir e de imaginar, sobre a inteligência prática, sobre as tradições e sobre a língua, articulando no seu seio as várias gerações de uma nação: "La langue n' est pas seulement un lien entre les vivants. Elle rappelle les morts avec une force telle qu' elle en acquiert un caractère sacré." (*id.*: 41-2) (87).

Se a língua portuguesa não teve de ser "inventada" como língua nacional, como noutros Estados-nação, com o romantismo ela é (re)elaborada, modernizada e democratizada, moldando-se de acordo com a "língua do povo" (88).

A articulação da literatura com a nação tornou-se possível porque o termo literatura equivalia, na sua acepção ampla, à cultura, designando, nas palavras de Friedrich Schlegel, toda a vida intelectual de uma nação, isto é, todas as artes e as ciências da palavra (escrita ou oral) de um povo (1829 [1815], I: 14). Porque crê que "L' esprit et le langage sont tellement indivisibles, la pensée et la parole sont essentiellement un", unindo os homens entre si, não lhe é difícil concluir que a literatura constitui o retrato de uma nação, que considera espiritual e civilizada quando apresenta uma poesia e tradição nacionais, a par de uma história rica de factos (*id.*: 11, 18) (89). A literatura, assim entendida, implica a articulação entre a língua, o povo e a nação em que se produz, numa acção de reciprocidade: "Les productions de l' esprit ne sauraient trouver un sol plus fertile que ces sentiments communs à toutes les âmes généreuses, que l' amour de la patrie et de tout ce qui en rappelle le souvenir au peuple dans la langue duquel elles sont écrites, et sur lequel elles doivent agir immédiatement." (*id.*: 3).

Teófilo Braga traduz para a sua teoria da história da literatura portuguesa os conceitos schlegelianos:

"todos os povos que tiverem caracteres de raça profundos e accentuados, que tiverem uma evolução historica importante, que ao facto da nacionalidade ligarem um ideal de liberdade na esphera civil, politica e philosophica, esses povos devem ter uma litteratura original e fecunda, vigorosa, servindo ao mesmo tempo para mostrar o seu nivel moral, e para annunciar a aspiração que ás vezes leva seculos a ser effectuada." (1872: 7-8; cf. 1881: 1-3 e 1896: 67).

Em *Os Criticos da Historia da Litteratura Portugueza*, dirigindo-se em particular a Antero, realça a sua posição:

"Snr. Antero, entende-se hoje, no seculo XIX, por litteratura a expressão do genio nacional, e sabe experimentalmente, que uma litteratura é tanto mais rica e original, quanto mais vigorosa é essa nacionalidade." (1872a: 28).

Esta concepção da literatura e da língua como expressão do espírito nacional destaca-se já em Madame de Staël, que, em *De l'Allemagne*, considera que se entra mais intimamente no espírito de uma nação pela aprendizagem da prosódia da sua língua do que por qualquer outro género de estudo. O acento, a pronúncia, afirma, é o que há de mais subtil e não definível na imaginação e no carácter nacional (1968 [1813], I: 197). Não supreende pois que os românticos destaquem o teatro, onde a "voz" e a escrita coincidem temporalmente. No seu *Curso de Literatura Dramática*, August Schlegel afirma que a poesia dramática é a mais social de todas porque revela a consciência da natureza humana e os pensamentos íntimos do homem (1971, I: 65-6). Assim, no teatro "on voit l' état actuel, moral et social, d' une nation, le résultat de ses efforts pendant des siècles, se manifester en peu d' heures à nos yeux." (*id.*: 70) (90). Para M.me de Staël, uma peça de teatro é a literatura em acção e é no teatro que se vê uma sociedade, pelo que considera que o gosto das nações difere mais na arte dramática do que nos outros ramos da literatura, o que procura evidenciar quando compara a Alemanha com a França, de acordo com o diferente carácter das duas nações (91). Com base nestes pressupostos, Madame de Staël começa *De l'Allemagne* com a análise da Alemanha e dos costumes dos alemães, para depois falar da literatura e das artes, da filosofia e da moral, da religião e do entusiasmo, considerando que estas quatro partes do livro se articulam, na medida em que "Le caractère national influe sur la littérature" e a literatura e a filosofia influenciam a religião (1968 [1813], I: 47) (92).

Esta correlação do teatro e das produções dramáticas com o *génio* nacional e com a sua época tornou-se um lugar-comum no discurso da crítica literária em Portugal, em particular em A. P. Lopes de Mendonça: "O teatro resume em si todos os progressos da civilização intellectual" (1855: 206) (93).

4.2. A literatura popular/nacional: da "Questão Homérica" ao *Volksgeist* herderiano

O Romantismo opõe o classicismo e a cultura clássica (greco-latina) ao génio popular das nações modernas. Herder coloca a ênfase na poesia popular, que considera a voz e a alma dos povos. No entanto, um dos primeiros passos para esta concepção é a ideia de que as literaturas têm uma origem popular, emergindo numa "idade primitiva" ou heróica. Esta concepção resulta da "Questão Homérica", que em última instância conduziu à concepção de que as epopeias e as literaturas modernas tiveram um processo de formação similar, de base popular ou tradicional. Vico afirmava que "que lo sublime poético debe ir siempre unido a lo popular", o que, a seu ver, era uma propriedade eterna da poesia (1995 [1744]: 412, § 809).

Se, como observa R. Wellek, "La influencia de Vico sobre la estética y la crítica del siglo XVIII fué nula" (1989: 161), a geração alemã posterior a Herder apercebeu-se da sua similaridade com este, nomeadamente por considerar a poesia épica como produto do génio popular, constatando que Vico se antecipou a F. Wolf e a B. G. Niebuhr, pelas suas revolucionárias interpretações do passado. No século XIX, porém, após a tradução da sua obra, Vico exerceu uma influência convergente com estes e foi romantizado, em particular por Michelet, passando a ser visto como um "predecessor" do pensamento romântico. Michelet traduziu-o, apreciando nele a ênfase que dava à criatividade dos povos, ideia próxima do entusiasmo romântico pelo povo e pelo "espírito do tempo". Segundo Michelet, Vico foi o fundador da filosofia da história, pelo

facto de ter conferido relevo à "história anónima da evolução social, a verdadeira história da humanidade" (94).

Vico foi dos primeiros a salientar o carácter primitivo da epopeia homérica, que valorizou como a imagem poética e sublime de "uma magnífica barbárie", em que se expressava pela palavra o pensamento do homem primitivo, pleno de fantasia e de poeticidade. Os "Princípios de uma Ciência Nova acerca da natureza comum das nações" [o mundo civil, a sociedade] dão relevo ao homem primitivo e às idades heróicas na medida em que Vico visa estabelecer os princípios do direito natural. O princípio básico desta ciência é o de que os primeiros homens eram poetas, mais imaginativos que racionais, pensando de maneira mais concreta do que abstracta, como se poderia ver pelos seus rituais, mitos, símbolos e tradições. Vico designa este modo de pensar como uma "sabedoria poética", popular, comparando as crianças, os poetas e os homens primitivos.

Em termos diacrónicos, segundo Vico, a poesia é própria das idades primitivas (heróicas) da humanidade, ligando-se aos sentidos, à imaginação e ao mito, constituindo a primeira operação da mente humana (95). Nesta concepção, na idade heróica os homens eram naturalmente poetas e usavam versos heróicos, sendo a antiga lei romana um poema sério. Teófilo Braga, na senda de Vico e de Michelet deu os primeiros passos nesta direcção ao estudar o direito português, na polémica *Poesia do Direito*: "As primeiras idades da humanidade, períodos de formação e de renovação, em que os grandes factos do espírito recebem forma, ou se transformam, têm o nome de poéticas, para designar a força misteriosa em que se envolve em uma génese de vida." (Braga, 2000 [1865]: 27).

Para Vico, as idades heróicas eram por natureza idades poéticas, sendo Dante o Homero dos novos tempos "bárbaros" da Idade Média, que considera uma nova idade poética. Mas Homero era, para Vico, um mero nome para designar o povo grego, o verdadeiro "cantor" da sua história. Por outro lado, introduz a ideia de que com a evolução da humanidade a "poesia" vai declinando, na medida em que se oporia ao intelecto, e é por isso que afirma que a época moderna, reflexiva, só podia produzir retóricos, literatos e filósofos (§s 817, 873, 875). A natureza, pela imaginação, gerava poesia e a razão gerava arte. Estava traçada uma das linhas da futura proclamação hegeliana do fim da arte.

O terceiro livro da "Ciência Nova" ("A descoberta do verdadeiro Homero") revoluciona a vários níveis a crítica homérica, ao considerar que os poemas homéricos teriam sido elaborados durante um longo período na tradição oral, por aedos ou rapsodos, e que não existia um Homero individual:

"los rapsodas por separado, aquí uno, allá otro, iban cantando los libros de Homero en ferias y fiestas por las ciudades de Grecia." (§ 851); "Que de los orígenes de las dos voces, de las que se compone el nombre de 'rapsoda', se deduce que eran 'urdidores de cantos', que debieron haber recogido no de otros sino de sus mismos pueblos", "nos parece adecuado y plausible para referirnos a nuestro Homero, que fue ligador o compositor de fábulas." (§ 852).

Teria sido no tempo de Pisístrato, tirano de Atenas, que se dividiram e dispuseram os poemas de Homero na *Ilíada* e na *Odisseia*, que Vico considera resultantes de um conglomerado de composições (96).

Após expor as dúvidas sobre o tipo de sabedoria de Homero (que caracteriza como "faculdade poética heróica"), a sua pátria e idade, procura mostrar "o verdadeiro Homero" através de um conjunto de "provas" filosóficas e filológicas, concluindo que "Homero ha sido un poeta en idea, y no un individuo humano concreto", que "este Homero ha sido una idea o un carácter heroico de los hombres griegos, en cuanto que éstos narraban, cantando, sus historias", estando assim Homero "perdido en la muchedumbre de los pueblos griegos", vivendo na sua memória desde a guerra de Tróia até aos tempos de Numa (97).

Esta conclusão vinha ao encontro do axioma que enunciara na análise das "provas" filosóficas e no início das "provas" filológicas, segundo o qual todas as histórias antigas profanas têm princípios fabulosos, tendo os povos bárbaros conservado em verso as origens das suas histórias. Assim sucedeu, afirma, com a história romana, sendo poetas os primeiros escritores das nações antigas e modernas (§s 840-2). Por isso, a primeira história dos povos é de natureza poética e está escrita em versos heróicos. Porém, segundo Vico, se as fábulas eram verdadeiras e sérias no período teológico, foram-se tornando incríveis e quando Homero as recebeu, no final do período heróico, já estavam gastas e distorcidas. Porém, permaneceram como um documento verdadeiro dos tempos heróicos, na medida em que, segundo Vico, os povos bárbaros careciam de reflexão, não sabendo mentir, pelo que as alegorias poéticas só continham significados

históricos dos primeiros tempos da Grécia (98). Homero teria assim utilizado a sabedoria poética da sua idade ("bárbara"), que era a sabedoria vulgar dos povos da Grécia, com os seus sentimentos e costumes, que inspiravam os seus poetas (§s 780, 782).

Deste modo, as epopeias homéricas reflectiriam uma natureza heróica e os costumes "bárbaros" que lá se encontram narrados teriam "decoro" relativamente à idade humana que representavam, apesar de terem sido considerados negativos em épocas posteriores: "Tales costumbres groseras, villanas, feroces, salvajes, cambiantes, irracionales o irracionalmente obstinadas, ligeras y erróneas (...), no pueden ser más que de hombres que por sua debilidad de mente son casi como niños, por la robustez de la fantasía como mujeres, por el bullir de las pasiones como jóvenes violentísimos" (§ 787). Deste modo, Vico considera que as inconveniências e inverosimilhanças que se apontavam a Homero se tornavam conveniências e necessidades neste "Homero" agora "descoberto" (99).

Em termos hermenêuticos, Vico inaugura assim uma certa leitura "realista" do mito em relação aos poemas homéricos, recusando o evemerismo e a interpretação alegórica (100). Para ele, os heróis da mitologia eram "caracteres poéticos", "os deuses e os heróis expressam ideias abstractas sob forma concreta. São produtos de tradições populares", e exemplos da lógica poética dos primeiros homens, de um modo de pensar primitivo, concreto e antropomórfico. A grande novidade desta interpretação consistia em ligar as epopeias homéricas com a sua génese, com a cultura do seu tempo, com a história da linguagem e com a "história das ideias humanas" (Burke, 1997: 58-60). Nesta óptica, as epopeias homéricas espelhavam o pensamento concreto da mentalidade primitiva, da mente selvagem. A falta de abstracção do homem primitivo era compensada, segundo Vico, pela riqueza de imaginação (metáforas e personificações), pelo "modo de pensar poético", que se expressava em mitos. Deste modo, para Vico, os poemas de Homero encerravam os grandes "tesouros" dos costumes e do direito natural das gentes da antiga Grécia (§ 902-4).

Mas o grande contributo da *Ciência Nova* de Vico consistiu na afirmação da historicidade da natureza humana, ao conceber o curso da história "como um processo gradual de humanização do homem" (Burke, 1997: 66). Com base nos ciclos da vida, Vico procura mostrar que cada sociedade tem um desenvolvimento interno e que há uma harmonia e um vínculo entre a cultura

e a sociedade, o que mais tarde seria designado "espírito da época". Tornou-se famosa a sua divisão da história da humanidade em três idades (divina, heróica e humana), cada qual com os seus governos, costumes, direito, linguagem e até com uma natureza humana diferente. Com base na noção de que "o mundo civil foi certamente feito pelo homem", Vico defende que os seus princípios devem ser achados dentro das modificações da própria mente humana, em analogia com o crescimento individual (infância, etc.) (101). Daí enunciar o não menos famoso princípio do "verum factum", segundo o qual os princípios do mundo civil são mais certos do que os que governam o mundo natural, na medida em que a sociedade civil é uma criação humana (leis, arte, instituições políticas).

Pela sua concepção da história como um percurso feito de *corsi e ricorsi*, Vico vê a Idade Média europeia como uma segunda idade dos heróis ou bárbaros, perante a qual tem uma atitude quase de iluminista, sendo o seu modelo a história de Roma. Confere assim importância à poesia como um momento da transição da idade selvagem para a civilização, que era um tópico renascentista (102). Por outro lado, corroborava a ideia da espontaneidade natural do desenvolvimento paralelo de cada nação em termos de mito e linguagem, não seguindo a tese da existência de centros de irradiação: "Ideias uniformes originadas em povos inteiros desconhecidos uns dos outros devem ter uma base comum de verdade." (§ 144).

A obra de Vico foi importante para o pensamento romântico, nomeadamente pela ênfase concedida à história primitiva da humanidade, tema central na segunda metade do séc. XVIII, com as obras de Rousseau e Herder. Porém, o facto de permanecer desconhecido durante longo tempo, tornou, em termos de divulgação, os estudos homéricos de Thomas Blackwell (1735)- *Inquiry into de Life and Writings of Homer* - e de Robert Wood (1769 [1767]) - *Essay on the Original Genius of Homer* - pioneiros na articulação histórica que estabelecem entre as epopeias e o meio em que se teriam gerado. Para Blackwell, Homero é um porta-voz da civilização do seu povo, o que seria um fenómeno típico de todas as literaturas (103). Segundo Wood, para entender Homero era necessário entender o mundo em que viveu (que a obra reflectiria) e adoptar o ponto de vista jónico, com as suas especificidades (as gentes, a natureza, o clima, as leis, etc.). Aliás, numa viagem que efectuou à Ásia Menor, acreditou que as atitudes e mentalidades dos beduínos

que observou eram idênticas às das gentes que Homero tinha descrito nas suas epopeias. Trata-se, com efeito, das primeiras tentativas de interpretar Homero enquanto representante do seu tempo e da sua sociedade, sem recorrer às regras épicas da tradição clássica (Wellek, 1989: 144).

A "questão homérica" seria, no entanto, despoletada por um dos principais fundadores da filologia germânica, Friedrich August Wolf (1759-1824), ao afirmar nos *Prolegomena ad Homerum* (1795) que a *Iliada* e a *Odisseia* eram resultado da transcrição, com alterações, aquando da invenção da escrita, dos cantos dos aedos ou rapsodos que circulavam na tradição oral (104).

Estas ideias compaginavam-se admiravelmente com a recente descoberta da poesia épica medieval e com a emergência de "Ossian" (105). A recolha das "reliquias" da poesia épica medieval por Percy, considerada também um testemunho da época e dos costumes medievais, das origens da poesia romântica, levava à articulação de toda a poesia épica em termos tipológicos, numa genealogia que tinha o seu início em Homero, "comprovando" que a poesia tem sempre origem popular. Hugh Blair e outros críticos procuraram demonstrar que o romance moderno também tinha a sua origem nas narrações medievais (Wellek, 1989: 146). Em *Critical Dissertation on the Poems of Ossian* (1763), Blair defende que Ossian estava à altura de Homero quanto à força imaginativa, grandeza de sentimentos e elevação das paixões, embora reconheça que não tinha a dignidade narrativa de Homero e de Virgílio. Mas outros exaltariam Ossian como superior a Homero (106). Por outro lado, "Si el primitivismo de Homero y Ossian presentaba una alternativa a la tradición clásica, otra no menor planteaba la devoción a la épica italiana 'romántica' (Ariosto y Tasso, más Spenser, su discípulo inglés)." (Wellek, 1989: 144). Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), por seu turno, afirmava que a história dos primórdios de Roma era de natureza mítica, constituindo uma paráfrase de poemas épicos perdidos ou de baladas semelhantes às baladas medievais da Alemanha e da Dinamarca, o que inspirou Macaulay na "reconstituição" do que denominou "baladas da Roma antiga" (Burke, 1997: 16). No século XVIII, na Irlanda, na Escócia e no País de Gales, um grupo de "antiquários nacionalistas" editam e promovem as "tradições bárdicas" nacionais. Deste modo, instituem o modelo de interpretação da literatura nacional com base na história e na vida da nação (107).

A noção da autoria colectiva da epopeia homérica (pré-homérica) foi aplicada analogicamente às epopeias medievais por Herder, inspirado nas ideias dos críticos ingleses e escoceses de finais do século XVIII -o "primitivismo"-, influenciando Jean Paul e os irmãos Schlegel, para além de ter suscitado um grande interesse pela poesia popular, que se transformou num modelo e num ideal poético (Wellek, 1989: 211-3).

Herder contrapõe a poesia natural dos antigos (Homero e Sófocles) à dos modernos (Shakespeare), situando entre ambas a poesia artificial do classicismo francês (108). Daí a atenção que prestou a "Ossian", às canções populares, à dimensão "natural" de Shakespeare (1771) e à poesia oriental, que considera equivalentes quanto à substância do conteúdo e quanto à génese, na medida em que eram expressões de uma "poesia natural". A poesia popular é considerada a raiz orgânica e originária da poesia e da literatura. Mas a aplicação do critério genético (o pressuposto teórico) à perspectiva histórica e evolutiva dos géneros literários implicou curiosas translações e inferências hermenêuticas, que se resumem à teoria que no mundo anglófono se designa por "primitivismo":

"se explicaba la historia literaria mediante una teoría a la que se suele llamar, algo malamente, 'primitivismo'. Supone ésta que 'las costumbres sencillas engendran poesía', es decir, que la poesía crece mejor en las sociedades primitivas y que, desde entonces, cae en inevitable decadencia." (Wellek, 1989: 149).

O "primitivismo" implicava a pressuposição da existência de uma tradição nacional original, suscitando um olhar nostálgico para as lendas e para os romances medievais, para o "barbarismo gótico" e poético da Idade Média, que revelava o "acordar" da imaginação popular, com as suas superstições e fantasias. Daí o gosto pelas fantasias dos poetas primitivos, consideradas encantadoras, sublimes e irregulares, e pela Idade Média como época de de Ouro da poesia e do génio popular, manifestado no "gótico" (arquitectura e a novela), que tem um equivalente filosófico no mito rousseauiano do "bon sauvage".

O conceito de poesia popular (natural) tem em Herder uma acepção ampla, incluindo quase todo o Antigo Testamento, Homero, Sófocles, Safo, Spenser, Shakespeare, as "reliquias" de Percy, as narrações cavaleirescas da Idade Média, as *Minnesang*, as baladas, os poemas de Ossian. René Wellek afirma que o que mais surpreende nesta teoria é "la completa confusión

acerca de las supuestas sociedades primitivas. Todas eran consideradas como si fuesen la misma: los albores de la civilización griega, la sociedad pintada en el Antiguo Testamento, la contemporánea árabe, la feudal de la Edad Media, y aun los tenebrosos tiempos en los que se creía que había vivido Ossian." (1989: 150). Em termos analógicos, segundo Wellek, "Esta simplificación sociológica se empareja con la tosca dicotomía que el siglo XVIII establece entre poesía natural y poesía artística". Embora esta distinção remonte ao Renascimento, só no século XVIII se identifica a poesia natural com a poesia popular de todo o mundo (isto é, o que se afastava da tradição latina e francesa):

"la Biblia, Homero, Ossian, los bardos galeses, las pocas canciones laponas e indias conocidas por entonces, las baladas escocesas y hasta las narraciones caballerescas. Thomas Percy parece haber sido el primero en alimentar la creencia explícita en la unidad total de la poesía primitiva." (*ibid.*).

O popular e o medieval em Herder resultam de uma abordagem genética, que já Winckelmann aplicara à arte grega, e em última instância provêm do desejo de afirmação de um novo paradigma frente ao modelo da antiguidade clássica, considerado opressivo. Com efeito, Herder inaugura o pensamento naturalista romântico (natureza e história) enquanto filosofia da origem, sendo assim o verdadeiro fundador do historicismo, ao preconizar a análise dos textos literários em função do seu contexto espaço-temporal (109). O conceito básico do método histórico é o de **gênese**, de que se deduziria o carácter histórico, político, religioso e geográfico das obras.

Herder, no seu estudo sobre Shakespeare (1773), considera que este é sobretudo fiel ao seu tempo histórico, à complexidade do mundo humano e às leis da natureza, mas não às regras clássicas. Assim, a justificação de Shakespeare por Herder não se baseia tanto nas obras de arte, mas no solo em que crescem e no efeito que exercem nos sentidos dos homens, inserindo-se num contexto natural e não artificial. Conclui assim que, em vez de imitar sem graça, Shakespeare reflectia a história, a tradição, as relações domésticas, estatais e religiosas da Inglaterra isabelina (110). Herder afirma mesmo que se Aristóteles vivesse no tempo de Shakespeare gostaria dele, como gostou de Sófocles (111).

Em termos de caracterização genológica, a questão da intriga e da estrutura é secundarizada a favor dos caracteres e da pintura da natureza humana, o que contribuirá no drama para a exaltação de Shakespeare e na épica para a valorização de Homero como o "copista mais constante e fiel da natureza" (R. Wood, 1769; *apud* Wellek, 1989: 149). As "irregularidades" formais relativas às regras clássicas são assim superadas pela ideia da genialidade da representação e deste processo resulta uma historicização dos textos literários, vistos agora como documentos da época que os produziu. Deste modo, a comparação histórico-genética (natureza *vs.* artifício) funciona contra a poética normativa do classicismo, relativizando historicamente as literaturas dos vários povos e fundando uma genealogia "romântica".

Esta perspectiva está presente em Garrett, Herculano e de um modo geral no discurso da história literária em Portugal. Ela é sobretudo reiterada na obra crítica de Luís A. Rebelo da Silva, influenciado por Herculano e pelos irmãos Schlegel, que concebem a época romântica como um momento de retorno à literatura medieval, que tinha em comum com a literatura grega o seu carácter orgânico e popular, o facto de ser a expressão da "alma dos povos":

"em Homero vivem as canções heroicas de um povo guerreiro; os episodios de uma luta immensa; os costumes e os feitos da antiga raça helena"; "Eschilo, Euripedes, e Aristophanes são o retrato da nação grega, o quadro da sua vida publica, a expressão das crenças e dos sentimentos que no progressivo amadurecer das idéas se iam gravando nas paginas da historia humana."; "Vista por este aspecto quem negará á litteratura grega a profunda nacionalidade da inspiração e do assumpto ?" (1848: 106-7).

Assim, à semelhança de F. Schlegel e de Herculano, considera que a Renascença clássica oprimiu a literatura nacional medieval, e afirma, como A. Schlegel, que os românticos eram mais fiéis ao legado clássico do que os "classicistas":

"A renascença trahiu as idéas antigas do mesmo modo que pela idolatria da fôrma, profanou o sacrario das tradições, a que é devida a nacionalidade dos diversos reinos."; "É, pois, evidente que a eschola moderna pela liberdade de escolha dos assumptos, e pela sancção das regras convencionaes da fôrma, está mais em harmonia com a litteratura classica, do que a renascença." (1848: 106-7).

Os gregos, conclui, foram fiéis ao seu maravilhoso pagão e por isso a Idade Média e os modernos deviam inspirar-se no maravilhoso cristão, dando-se assim "a indispensável aliança do sentimento religioso com as idéas sociais." (*id.*: 107).

Deste modo, tenta estabelecer, a propósito do teatro, uma concepção orgânica/genética da "literatura popular", com base na ideia da "espontaneidade" popular e da conseqüente semelhança entre o teatro dos vários povos, devido à "lei da analogia", isto é, à existência de condições "genéticas" idênticas:

"Dadas condições semelhantes (diz um auctor recente) e no grau de civilização correlativo os phenomenos litterarios caracterizam-se d' um modo quasi constante. Na historia poetica as phrases succedem-se como na geologia as camadas da mesma formação, segundo a expressão de Mr. Ampère, que é ao mesmo tempo uma bella imagem." (1909 [1855], II: 90).

Assim se explicariam, apesar da diferença dos tempos e das mentalidades, as analogias entre os espectáculos humildes, as festas, os jogos e dramas populares dos antigos gregos e da Idade Média e entre o teatro dos antigos e dos modernos (112).

Por outro lado, estas afinidades, para além desta "lei da espontaneidade" criadora, são explicadas também pela "lei da tradição":

"Querer que tudo proceda dos velhos tempos significa ignorar a lei da espontaneidade, a força creadora dos elementos, d' onde deriva a physionomia original, e a iniciativa social do progresso humano."; "Mas também não pôde desprezar-se, sem erro grave, a combinação de outra lei, não menos activa e geral; a lei da tradição, em virtude da qual as idéas anteriores sempre entram com a sua parte no presente, modificando-o." (*id.*: 89).

Andrade Ferreira aproxima-se desta concepção tipológica de romantismo, aliando o popular à dimensão espiritual e cristã. Para este crítico, eram românticos todos os que foram fiéis à expressão dos anseios humanos de modo natural e espontâneo:

"E n' este sentido quanto errados andam aquelles que chamam ao romantismo um sentimento moderno! Onde houve homem que soffresse, onde existiu coração que ardesse n' um affecto puro, onde appareceu tradição patriotica que inflammasse o animo nacional, onde se viu a imaginação popular crear uma mythologia legendaria, ahi se ateou este suave angustiar da alma, esta visão esplendida do futuro, este contemplar saudoso do passado, este sentir acerbo dos destinos da humanidade." (1872 [1860], I: 22) (113).

Segundo Andrade Ferreira, o romantismo só não tinha emergido historicamente como movimento hegemónico porque foi oprimido pelo classicismo. No entanto, a poesia romântica, popular e primitiva, emergia sempre que este elemento perturbador desaparecia, sempre que "o genio nativo pôde desaffogar livre":

"as sagas poetizadas pela phantasia lyrica dos scaldos"; "as eddas da antiga Islandia; as tradições runicas entoadas em canções pelos bardos scandinavos, e as lendas caledónicas cantadas por Ossian; appareceu o poema de *Nieblungen*, os poemas cavalleirosos do rei Arthur e da *Tavola-redonda*, o *Canto de Roldão*, todos os outros poemas cyclicos de Carlos Magno e o *romanceiro* do Cid; appareceram os fragmentos dos bohemios; o Robin Hood dos anglos saxonios; as lendas dos serbos, e toda a vasta e amorosa pleiada de menestreis e trovadores provençaes da edade-media" (*ibid.*).

Nesta romantização ou reinterpretação "revolucionária" da teoria genológica, a épica passa a ser concebida como um género originário (poesia primitiva, mítica e heróica), produzido pelo génio popular. O género épico transmitiria a ingenuidade e a frescura primitiva dos mitos e das lendas, a "alma dos povos". Deste modo, o pensamento romântico produz uma subversão original e polémica do género primacial dos clássicos, que consideravam a épica uma elaboração artística e individual. Porém, na sequência da "Questão Homérica", a épica passa para as mãos do povo, nacionalizando-se um género que até então pertencia à esfera da arte culta e dos grandes autores.

Como observa Teófilo Braga, apesar de a *Ciência Nova* de Vico ter permanecido ignorada ou incompreendida mais de seis décadas, "o germen revolucionario lá estava, para surtir seu effeito por qualquer circumstancia fortuita." (1905: 493). Independentemente de outras noções importantes, é no Livro III, a *Descoberta do verdadeiro Homero*, que se iniciava uma revolução na concepção da épica:

"[antes era] attribuida a uma individualidade privilegiada, [mas agora] entrava no dominio das creações anonymas, era a integração dos costumes, das crenças, das paixões e das tradições da Grecia inteira. Restituída esta profundidade da inspiração á sua verdadeira origem, reconhecia-se implicitamente um povo que se elevava a esse estado de consciencia da sua liberdade e independencia social." (*ibid.*).

Esta revisão foi, afirma, continuada por F. Wolf, Wood, Herder, Voss e Stolberg, que "destituíram Homero da individualidade atacada pelas academias para o considerarem a expressão sentida, a *synthese* artistica de uma nacionalidade. (...) Frederico Schlegel deu interesse e vigor á argumentação philologica, fazendo entrar na corrente das ideias da Europa o novo criterio e o gosto pela poesia tradicional." (*id.*: 494; cf. 1872: 9). O critério histórico conduziu assim à interpretação da epopeia em articulação com o meio em que foi produzida, de acordo com as condições socioculturais e com a "idade mental" em que emergiu. Como observa Teófilo, "As consequencias do novo criterio philologico foram surprehendentes" (*id.*: 492). A história, à luz hegeliana, deixa de ser uma mera narração, para ser "uma inducção, um processo para descobrir por um acto individual até aonde o homem, sob a pressão da fatalidade da natureza, póde ter e affirmar a consciencia de si. Esta profunda alteração no senso historico partiu das litteraturas." (1872: 9). Deste modo, Teófilo destaca, à semelhança dos românticos, a "Importancia da geographia moral" para a compreensão do fenómeno literário:

"Enfim, os innumeros factos em que se observa a influencia dos climas, a transformação dos temperamentos, e a hereditariedade das raças, teêm-se agrupado de modo que estão lançadas as bases para a grande descoberta moderna da *Geographia moral*. A historia da Arte, as creações da Litteratura, todas as obras em que a alma humana se deixar surprehender na sua espontaneidade nativa, são os mais verdadeiros auxiliares da sciencia nova." (1870: 13-4) (114).

Porque o povo e a sua cultura são vistos como o repositório vivo das tradições originais e genuínas da nação, a recolha da "poesia popular" foi, em termos europeus e nacionais, uma das consequências mais importantes do "critério novo", fazendo-se acompanhar da sua valorização estética e "científica" (115). A poesia popular passa assim a ser entendida como a raiz orgânica/originária do processo literário. Uma vez que se articulava com o momento histórico em que se gerava, reflectindo-o, a história acaba por ser introjectada nos textos, que documentariam essa mesma história. Este argumento circular, o "critério novo", não deixa de ter fortes consequências, para além da pesquisa e da divulgação da poesia e das tradições populares, nomeadamente em termos hermenêuticos. A história da literatura pode assim fazer-se a partir dos textos literários, já que estes reflectiriam a história. Os pressupostos da pesquisa (a literatura

relaciona-se com o seu tempo e o seu meio) geram deste modo os resultados (a literatura ilustra a história). A literatura, em vez de ser enquadrada pela história, absorve-a e passa a explicá-la:

"O estudo da poesia popular tomou na Europa uma nova face; descobriu-se que junto com a poesia do povo andavam de envolta os problemas da historia, a formação das linguas romanas, a fusão das nacionalidades, o genio das raças, os factos psychologicos da concepção, as crenças religiosas, o symbolismo juridico; a poesia do povo era um grito que denunciava uma alma." (Braga, 1870: 352) (116).

Com base nestes pressupostos, Teófilo Braga dedicou-se à recolha do *Romanceiro*, dando continuidade ao projecto de Garrett, e concluiu que "a formação do Romanceiro da Peninsula pertence unica e exclusivamente ao genio da raça *mosarabe*, esse baixo povo que formou as cartas de *Foral*, codigos da revolta que elle proclama constantemente nos seus cantos" (*ibid.*). Para Teófilo, as "bases da crítica homérica" de Vico e Wolf tinham mostrado que os cantos nacionais eram modos de dar forma aos sentimentos, tornando-se pela tradição o vínculo da nacionalidade. Mostravam ainda que o povo formou a sua linguagem e os seus mitos independentemente dos gramáticos e dos teólogos e que soube realizar a unificação da nacionalidade antes dos literatos (117).

O interesse pela poesia popular dá-se sobretudo com o segundo romantismo alemão, que reforça a ênfase na ideia da existência de uma literatura espontânea que nasce no seio do povo, sem mediações culturais (como em Herder), acentuando-se agora o elemento nacional da literatura popular, cujo estudo se transforma na procura das antigas origens da nação, com o objectivo de salvaguardar a especificidade da cultura alemã. A oposição entre poesia culta ou artística e poesia popular transforma-se numa distinção essencialista, sendo esta última considerada como a única poesia genuína e verdadeira e a poesia artística como um produto artificial e corrompido. Para Jakob Grimm, a verdadeira poesia épica era fruto desta criação espontânea e comum, não acreditando que a poesia popular resultasse da reformulação de elementos fornecidos pela poesia culta. Poesia épica, poesia popular e mito eram indissociáveis (118). Na sua classificação dos géneros, considera a poesia épica colectiva e objectiva (mas Hegel defendia a tese de que era individual), em contraponto com a lírica (subjectiva e individual), definindo a poesia dramática uma síntese de ambas. Esta tríade é também

estabelecida como uma sequência histórica. A poesia teria sido, segundo J. Grimm, intermediária entre a Ideia divina e os factos humanos (a história). Por isso, entende que a poesia épica, os contos maravilhosos, as lendas locais, os cantares populares e as fábulas eram relíquias sagradas da juventude (divina) da humanidade, do seu século de ouro. As histórias do Renard eram assim vestígios de um ciclo épico primitivo e muito antigo, da época em que os homens viviam ainda na companhia dos animais (119).

O seu irmão, Wilhelm Grimm, confiava mais na natureza humana e achava que os poetas contemporâneos se podiam pôr em contacto com a natureza. Jakob vivia mais do passado, entre os mitos germânicos, os *Nibelungen*, os *Edda*, os contos maravilhosos, as lendas, as fábulas e tudo o que lhe parecia antigo e germânico. Não obstante o seu patriotismo, estudava a poesia popular onde a encontrava, tendo uma fé indefectível em Ossian, pois a seu ver a poesia popular tinha um carácter universal. No entanto, pensa que as nações germânicas têm um papel preponderante na sua criação e conservação. Acreditava ainda que existiam diferenças eternas entre a poesia natural e a poesia artística que não permitiam a sua coexistência, estando a antiga poesia natural baseada em mitos, que deviam ser a base do critério para a ajuizar. Para J. Grimm, a poesia popular (primitiva) surgia da alma da comunidade e era um produto colectivo, ao passo que a poesia artística provinha dos indivíduos. Por isso, não acreditava na existência de Homero ou na de um autor dos *Nibelungen*, pensando ainda que nenhuma nação civilizada é capaz de produzir uma epopeia (120).

Para os jovens românticos alemães, a poesia era natural nos tempos primitivos, formada e composta por si só, quase inconscientemente, tendo-se degenerado com o tempo, desde a revelação divina que lhe deu origem, na "infância da humanidade", acarretando o progresso da civilização a decadência da imaginação e da poesia (121). Segundo Herder, as primeiras manifestações da linguagem tiveram um carácter poético. Assim, segundo Teófilo Braga, era uma espécie de "lei histórica" o facto de as "linguas começarem a sua litteratura pelas formas poeticas." (Braga, 1875: 25) (122); "a origem da Poesia moderna é simultanea com o phenomeno da formação das Linguas vulgares", de origem popular (1902: 335). No início, teria havido uma união indissociável entre a poesia, a música e a dança, emergindo então as formas artísticas medievais (as canções dos trovadores, os mistérios e os autos, os madrigais e os motetes). Porém,

em épocas adiantadas, a poesia tornou-se recitada, a música emancipou-se da palavra e a dança converteu-se na mímica dramática (123), deixando a poesia de ter uma dimensão colectiva para se transformar numa manifestação estética individual:

"O phenomeno da formação das Linguas romanicas é simultaneo com o estabelecimento da sua Poetica, e não podem ser comprehendidos isoladamente.

A Linguagem natural e a Poesia identificam-se na intuição do povo." (*id.*: 310); "a poesia tem a mesma origem natural e espontanea, e com ella recebe um ulterior aperfeiçoamento litterario e artistico." (*id.*: 384).

Esta concepção evolutiva, devedora de Vico, Herder, Rousseau e de John Brown (1763), entre outros, implica a condenação do Renascimento devido à separação da poesia e da música, na medida em que a épica passou a ser lida e recitada (124). A história da poesia aparece assim como um processo de desintegração e de dissolução gradual daquela união genética e ideal das artes (125).

Com base em Vico e em Herder, os românticos produziram uma teoria genológica de matriz histórica que assenta numa concepção genética e evolutiva da literatura, concebida como uma sucessão diacrónica de géneros. Daqui resultou uma aporética sobreposição de um critério histórico a uma classificação teórica, uma vez que a divisão clássica dos géneros tem uma matriz enunciativa ou formal. Aguiar e Silva destaca na caracterização romântica dos géneros, na sua diversidade multiforme, uma "contradição entre sistema e história, entre as exigências de uma definição e de uma classificação fundadas em elementos teóricos e as injunções resultantes da consciência da historicidade da literatura e do conhecimento histórico do fenómeno e dos factos literários." (1990: 114). Há assim a aplicação de uma perspectiva diacrónica a uma classificação dos géneros que na sua matriz clássica desconhecia essa ideia de evolução. Parece-nos que a confusão ou indistinção apontada por R. Wellek em relação à "poesia primitiva" resulta desta contradição. Em termos teóricos, toda a poesia popular de todos os tempos teria as mesmas características, mas em termos históricos o conceito de poesia popular não poderia ser unitário, na medida em que entraria em conflito com a ideia de que as obras reflectem o seu tempo.

Assim, em Hegel, que sistematiza de modo exemplar esta concepção, nota-se uma "contradicción entre la historización radical del arte, por um lado, y el origen u fijación histórica

del concepto hegeliano de arte, por otra parte", na medida em que fixa a Grécia como paradigma e deduz que a religião e a filosofia são superações da arte (tendo como *telos* dialéctico o absoluto), condenada a desaparecer na sociedade burguesa (Szondi, 1992: 172). Os três períodos da arte que Hegel define como etapas históricas sucessivas (simbólica/hebraísmo: arquitectura; clássica/paganismo: escultura; romântica/cristianismo: música e pintura) (126), inspirados em concepções anteriores (127), correspondem nas duas últimas fases à oposição entre poesia antiga e moderna. Neste diagrama, a evolução da poesia, nos seus três estádios (épica, lírica e drama) repete a sucessão das artes clássica (escultura) e romântica (pintura e música) (128) a um nível superior (representação interior), num modelo em espiral: a arte dramática é uma síntese da objectividade e da subjectividade, como eram sínteses a épica e a escultura na Grécia, voltando-se assim anacronicamente a um estádio anterior, à "idade heróica" da épica. Em Hegel, é o modelo em espiral que permite conciliar o seu classicismo com a dinâmica das artes particulares na sua sucessão diacrónica (Szondi, 1992: 277-8).

Luís A. Rebelo da Silva inspira-se nesta concepção histórico-genológica, e apoiando-se em C. Magnin (*Origens do teatro moderno*, 1838) e em Jean-Jacques Ampère, pensa que por intermédio da literatura comparada se obteria de modo tipológico uma espécie de "código genético" de todas as literaturas. Seguindo a genologia de V. Hugo, concebe a história da literatura como uma sucessão de géneros literários iniciada com a poesia lírica e rematada com a poesia dramática: "A formula da nossa época é a poesia dramática: como nas sociedades primitivas o foi a lyrica -nas heroicas a epopéa." (1910 [1843], II: 98); "A epopeia revê a Lyrica por todos os póros; contem o drama em todos os episodios." (1848: 138). Deste modo, "os cantos epicos precederam a invenção dramática", tanto na Grécia como na Idade Média, tal como tinha sucedido no Oriente, "fiel depositario das tradições" (1909 [1855], II: 67-8). Seguindo esta analogia, considera que os rapsodos antigos foram os antepassados dos menestrais medievais (*id.*: 72). Por fim, o drama aparece como a expressão da sociedade moderna. Porque era popular, o drama moderno dava continuidade à dramaturgia medieval enquanto "poesia nacional", na medida em que, segundo Rebelo da Silva, "A poesia dramática é a mais nacional de todas, depois da Epopeia" (*id.*: 37) (129).

Esta concepção histórica e genológica da "poesia popular", enquanto poesia nacional e original/orgânica, é um dos elementos travejadores do discurso da história literária, sendo adoptada em particular por Teófilo Braga (cf. V e VI), mas o seu efeito mais surpreendente, para além da valorização da Idade Média como idade primitiva ou heróica das literaturas modernas (cf. IV e V), foi a releitura da epopeia camoniana segundo o "modelo homérico", com a consequente "homerização" e "nacionalização" de Camões.

4.2.1. A "homerização" romântica de Camões

"o Homero das línguas vivas" (Humboldt)

"Camões deu a conhecer a indole do seu poema: é a tradição da vida aventureira dos mares passada da lyra de Homero e dos rhapsodos do archipelago para o seio do christianismo." (Braga, 1865b: 262)

A imagem que o século XIX apresenta de Camões é muito distinta da do iluminismo setecentista. O Romantismo implicou a revisão interpretativa da epopeia, deslocando a leitura efectuada segundo os moldes clássicos para um modelo hermenêutico marcado pela leitura dos poemas homéricos de Vico e de F. Wolf.

Com o neoclassicismo e com os trabalhos da Academia Real das Ciências de Lisboa, Camões era sobretudo um clássico da língua, mas também um símbolo da glória de Quinhentos (130). A edição monumental d' *Os Lusíadas* do Morgado de Mateus (1817) teve uma importância crucial na valorização simbólica operada pela geração romântico-liberal. Francisco Alexandre Lobo considera mesmo que essa edição é "o monumento mais honroso para o Poeta" e que estimulou o interesse por Camões: "levantou em muitos animos Portuguezes hum desejo mais ardente ainda de tratar as Poesias, e conhecer a vida deste homem insigne. Eu fui hum dos que participarão daquelle grande ardor" (1821: 159).

O Morgado de Mateus salienta, para além da dimensão patriótica da epopeia camoniana (2000 [1817]: LXXII, LXXVIII, LXXXVIII), o facto de Camões estar dotado de "uma imaginação *romantica*, de hum coração sensível e ardente" (*id.*: LIII), que se manifestavam em particular nas Canções e nas Odes: "O espirito da poesia romantica dos Trovadores he nestas modificado com hum gosto mais classico, e puro. A sua primeira ode he hum modelo deste genero; o seu principio he verdadeiramente conforme ás regras poeticas da ode; e o fim he no gosto romantico, lindissimo." (*id.*: CXXIII). Por outro lado, destaca que na epopeia camoniana estão presentes os nossos tempos heróicos (*id.*: LXXXIX) e que Camões é o nosso Homero, o nosso Virgílio (*id.*: XC).

F. Alexandre Lobo, que ainda mantém um certa crítica de teor iluminista, defende, porém, que até então Camões "não foi exactamente avaliado", encarecendo-o como "Portuguez de rara distincção em varios sentidos", que "celebra o genio sublime dos seus compatriotas" (1821: 162-3). No entanto, ao contrário dos exilados românticos, não aceita a ideia de que a pátria foi ingrata com o seu poeta, salientando que os tempos eram difíceis e que o orgulho de Camões o impedia de aceitar esmolas dos poderosos (*id.*: 220-6).

Sebastião Trigo, por seu turno, sem considerar Camões um romântico, enfatiza que foi "o primeiro entre os modernos que restaurou a antiga Epopêa (...); o Autor classico que deo á Lingoa Portugueza toda a magestade e primor de que era susceptível (1823: 167). No entanto, na sequência do seu alinhamento liberal, destaca que foi vítima daquela "desgraçada época", da "ignorancia e da malicia dos Editores" e de uma "cabala" dos Jesuítas, que "pretendeu murchar a gloria do Poeta, e o conduzio talvez á sepultura." (*ibid.*).

Porém, o Camões romântico e nacional do Morgado de Mateus é um legado da filologia alemã, dos românticos alemães e dos primeiros historiadores da literatura portuguesa, F. Bouterwek, Sismondi e F. Denis. Nas suas histórias da literatura portuguesa, Bouterwek (1823 [1805]) e F. Denis (1826) dedicam-lhe cerca de um sexto do total da obra e Sismondi (1813) cerca de quarenta por cento, embora a importância que conferem a Camões esteja explícita nos juízos apreciativos que formulam. Bouterwek fala mesmo do risco de converter a história da poesia portuguesa num compêndio com a história das obras poéticas de Camões, uma vez que é considerado um modelo em quase tudo, com risco de injustiça para os

que escreveram nos mesmos géneros (1823 [1805], II: 186). Sismonde de Sismondi, por seu lado, afirma explicitamente essa atenção privilegiada: "Mais un seule homme a rendu cette époque vraiment glorieuse, il nous occupera presque aussi longtemps que tout le reste de la nation portugaise" (1813, IV: 321). Camões funciona assim como sinédoque da literatura portuguesa, ideia que F. Schlegel definiu exemplarmente ao afirmar que Camões é "uma literatura inteira" (1829 [1815], II: 113).

O caminho para esta nova interpretação foi aberto pela afirmação da prioridade do critério genético na apreciação das obras literárias em detrimento da poética clássica. Madame de Staël, em *De la littérature*, divulga esta concepção genética e rapsódica da epopeia homérica já adiantada por Vico e Wolf:

"Les faits, les caractères, les superstitions, les coutumes des temps héroïques étaient singulièrement propres aux images poétiques. (...) Homère a recueilli les traditions qui existaient lorsqu' il a vécu, et l' histoire de tous les événements principaux était alors très poétique en elle-même." (1991 [1800]: 95).

Aliás, esta defensora das luzes coloca Homero na génese das literaturas meridionais e aplica a mesma concepção aos cantos de "Ossian", que a seu ver eram a obra matriz das literaturas do Norte, sendo já conhecidos pelos bardos escoceses e ingleses antes da sua "recolha" por Macpherson. Depois, inclui na genealogia das literaturas do Norte as fábulas islandesas e as poesias escandinavas do século IX (*id.*: 203-4).

Na sua "História da literatura espanhola e portuguesa", F. Bouterwek, em 1805, caracteriza como romântica a poesia de Camões pelas suas ideias de patriotismo (1823 [1805], II: 141) e aponta para a necessidade de analisar a sua obra numa perspectiva histórica: "But to form a just appreciation of his merit, he must like Homer, be viewd in the spirit of his nation and his age." (*id.*: 148-9). Na sua perspectiva, Camões quis ser para os portugueses o que Homero foi para os gregos (chama-lhe "the Portuguese Homer"; *id.*: 166), que foi o primeiro e o mais nacional dos poetas. Assim, em resposta às famosas críticas de Voltaire, procura mostrar a dimensão inovadora da epopeia camoniana quanto à unidade do poema e à ideia épica. Camões, afirma, pretendeu mostrar os feitos dos heróis e dos grandes homens de Portugal em geral, sendo *Os Lusíadas* um poema heróico de género diferente do das outras epopeias, "an epic whole", com

base na selecção dos eventos que constituem a mais brilhante época da história portuguesa, constituindo a pintura épica nacional da glória portuguesa (*id.*: 150-4). A tónica vai pois para o patriotismo e para o heroísmo, comparando a esse nível Camões e Dante (*id.*: 183).

Também August Schlegel focou a prioridade do critério histórico-genético ao referir-se a Tasso e a Camões: "Ce ne sont assurément pas des rapports imparfaits avec Homère ou Virgile, qui ont fait vivre jusqu' à nos jours, dans le souvenir et dans les chants de leurs compatriotes, les strophes héroïques du Tasse et du Camoëns: (...) c' est, chez le Camoëns, l' ardente inspiration de l' heroïsme national." (1971 [1809-11], I: 37).

Sismonde de Sismondi articula Camões com o "espírito nacional" ao assinalar que *Os Lusíadas* contam a história da pátria e não do Gama:

"Nous arrivons à un homme qui fait à lui seul la gloire de la nation portugaise" (1813, IV: 322); "c' est un poème tout national"; "Il n' y a dans la Lusiade du Camoëns de protagoniste que la patrie, et d' épisodes que ce qui ne se rapporte pas immédiatement a sa gloire." (*id.*: 329); "il a attaché l' histoire entière du Portugal à la poésie." (*id.*: 337); "il complète ainsi l' histoire de Portugal, de manière à rendre la Lusiade le plus beau monument qui ait jamais été élevé à la gloire nationale d' ancien peuple." (*id.*: 412) (131).

Por seu turno, Friedrich Schlegel aplica à epopeia camoniana a matriz da "interpretação rapsódica" dos poemas homéricos (1829 [1815], I: 24-33) (132), o que o conduz à afirmação de que o *Os Lusíadas* são uma literatura inteira:

"son poème contient en outre tout ce que l' histoire ancienne de sa nation présente de beau, de noble, de grand, de chevaleresque et de touchant, coordonné en un seul tout. Ce poème embrasse toute la poésie de sa nation. De tous les poèmes héroïques des temps anciens et modernes, il n' en est point qui soit national à un aussi haut degré. Jamais, depuis Homère, poète n' a été honoré et aimé de sa nation autant que Camoëns; de sorte que tout que cette nation, déchue de sa gloire immédiatement après lui, a conservé de sentiments patriotiques, se rattache à ce seul poète, qui peut à juste titre nous tenir lieu de beaucoup d' autres, et même d' une littérature tout entière." (1829 [1815], II: 115; subl. nossos) (133).

Assim, F. Schlegel considera Camões um "poeta heróico romântico" e o melhor dos épicos modernos (*id.*: 121).

Ferdinand Denis, sem remeter para uma visão rapsódica, elogia o valor nacional e patriótico da epopeia, e a sua superioridade sobre os outros épicos modernos:

"il a rempli le véritable but que doit se proposer un poète national.

L' événement qui venait d' élever sa nation au-dessus des autres peuples était celui que naturellement il devait choisir" (1826: 77); "On y sent je ne sais quel amour plus ardent de la patrie qui défend la gloire nationale." (*id.*: 96) (134).

Entre os portugueses, caberia a Garrett o labor de desenvolver a concepção rapsódica da epopeia camoniana, romantizando a figura do poeta em *Camões* (1825). N' *Os Lusíadas*, uma epopeia clássica, Garrett vê uma espécie de primeiro romanceiro português, à sombra da hipótese adoptada pelos românticos, segundo a qual a epopeia tem uma génese colectiva, reflectindo o ambiente lendário e mítico de uma idade heróica nacional, sendo o seu autor, quando muito, um recolector (135). Para Garrett, Camões foi "o nosso Homero português":

"deu ao seu poema o cunho e o character de epopeia nacional quando n' elle reuniu todas as nossas mais queridas memorias e recordações antigas (...). Assim juntou todas as rhapsodias do romance portuguez, e fez a *Illiada* dos Lusitanos. Ignez de Castro entrou no quadro como elle a achou nas tradições populares, e nas chronicas velhas, que pouco mais eram do que as tradições populares, escriptas" (1844: 160-1, n. A) (136).

Importa sublinhar que a interpretação romântica da epopeia não foi aplicada a Camões de modo hegemónico. Herculano, por exemplo, focava o aspecto nacional do poema, afirmando que a motivação do poema não foi a descoberta da Índia, "foi sim a gloria nacional" (1898 [1835]: 62), o desejo de escrever as "memorias de uma nação illustre" (*id.*: 64). Mas, na sua predilecção pela história e pela Idade Média, considera que foi Fernão Lopes "o Homero da grande epopeia das glorias portuguezas" (1881 [1839-40]: 9) (137).

De qualquer modo, acabou por triunfar a nova concepção da epopeia, que Teófilo Braga enfatizou de modo particular na interpretação d' *Os Lusíadas*. Este tipo de leitura faz-se à luz da exegese homérica e permite articular a epopeia com a época e o povo em que se gerou. Vico, Wolf, Herder, F. Schlegel e J. Grimm acreditavam na génese colectiva da epopeia, considerada um produto espontâneo do povo, cujos cantos cíclicos os aedos e rapsodos teriam agregado numa época posterior. A teoria romântica da epopeia acaba assim por ser o paradigma da "poesia popular", na medida em que era o primeiro género em termos históricos, que teria servido de base à evolução da literatura e à constituição da literatura artística, como sublinha Teófilo Braga:

"Confirmando estas leis de evolução esthetica nas primitivas Epopêas, chega-se á revelação de uma harmonia suprema de espontaneidade humana na representação do sentimento colectivo, raças, nacionalidades e civilizações; só a compreensão das origens é que nos trouxe á verdadeira theoria da Epopêa e á critica scientifica das Epopêas litterarias. Sigâmos a série a que Hegel chamou as Biblias nacionaes." (1911: 255).

No entanto, como observa António José Saraiva, a propósito desta teoria da epopeia, os românticos incorrem numa aporia, com a historicização de géneros que assentavam numa divisão genológica de natureza teórica (1995: 81) (138). A razão desta translação pode estar no facto de, como nota Jean-Marie Schaeffer, a forma romanesca ser a única forma literária de raiz romântica, pela qual se pretendia realizar a mistura e a dissolução dos géneros clássicos. Por isso, a palavra de ordem foi a de "romantizar" todos os géneros:

"les faire éclater de l' intérieur. C' est ce que font Shakespeare pour la poésie dramatique, Petrarque pour la poésie lyrique. Cette romantisation concerne la forme aussi bien que le contenu, ou plutôt l' 'esprit"; "Ainsi tout livre romantique, quelles que soient ses survivances génériques est partie prenante du Roman. Inversement le roman est l' unité (infinie) de tous les livres romantiques." (1983: 39).

No caso da revisão interpretativa da epopeia camoniana, esta "romantização" era um modo de resgatar Camões à crítica arcádica e iluminista da sua obra, uma superação do classicismo (139). Ao mesmo tempo, ela só se torna possível devido à progressiva elaboração teórica que irá colocar a par a génese dos poemas homéricos e a génese das literaturas vernáculas na Idade Média, consideradas como o berço das literaturas modernas.

Jakob Grimm aplicou à génese da literatura em geral a concepção rapsódica da epopeia. Dizia que sempre que se remontasse aos tempos primitivos se encontrava a aliança da poesia e da história na epopeia, em identidade perfeita, pelo que a epopeia condensava a essência da realidade histórica de cada povo e era inseparável da fermentação da consciência nacional. A poesia nacional era assim de natureza oral e ter-se-ia fixado pela escrita no século XII ou XIII. Antes dos longos poemas épicos, havia os cantos épicos breves (*lieder*), inspirados numa matéria lendária que dominava a cultura popular.

Claude Fauriel aplicou esta teoria popularista e colectiva à poesia épica francesa (canções de gesta), que interpretou como a expressão de uma tradição viva e contínua que depois teria passado à escrita. Em 1836 generalizou esta teoria a todas as epopeias conhecidas, em cuja origem estariam cantos breves consagrados a factos isolados, de transmissão oral. Depois, os coordenadores teriam escrito e desenvolvido esses cantos em vastos corpos de romances (140).

Hegel, por seu lado, afirmava que os mesmos princípios que serviam para interpretar a epopeia homérica prepararam a compreensão de um cantar de gesta medieval ou de um fragmento do *Mahabarata* (Menéndez Pelayo, 1974: 221). Mas Hegel defende a origem individual da épica, ao invés de Wolf e de Fauriel: "Por muito que uma epopeia expresse os anelos de toda uma nação, não é um povo em si, como totalidade, que a compõe, mas os indivíduos." (*apud* Wellek, 1973, 368). No entanto, na sua teoria dos géneros, Hegel mantém o essencial da teoria romântica, considerando a épica como o primeiro género, como expressão de uma Idade heróica, de um espírito nacional, a Bíblia de uma nação, embora se mostre frio com os *Nibelungen*, despreze os *Edda* e censure Ossian, sendo contudo admirador do *Cid* e de Dante (141).

De igual modo, Gaston Paris defende o carácter individual da epopeia, uma vez que não aceita, como Herder, a ideia da criação poética espontânea e colectiva nas épocas primitivas. No entanto, mantém uma explicação étnica para a sua génese. Para G. Paris, a mestiçagem das raças produz sempre uma exaltada fermentação espiritual, como teria sucedido no século VII em França entre latinos e germanos, tendo sido então que o povo tomou consciência da sua individualidade, nascendo a epopeia como uma afirmação do espírito de nacionalidade. Nesta fase inicial, ela seria fragmentária e expressava-se nas cantilenas. Um dia, os jograis teriam reunido e articulado esses cantos, animando-os com uma ideia geral, que não estava clara em todos, e nascia a epopeia (142).

Estas concepções são trabalhadas em Portugal sobretudo por Teófilo Braga, que procura conciliar as concepções colectiva e individual da epopeia, já presentes no que designa a "moderna teoria da epopeia", na medida em que considera que teriam coexistido o elemento tradicional e a elaboração individual. Wolf, afirma Teófilo, foi incompleto, por só atender ao elemento orgânico e natural, mas a tese individual não podia esquecer que "tambem é patente o

dato tradicional, na fôrma anonyma da legenda, e a emoção collectiva ou a psychologia da multidão" (1911: 245). A moderna teoria da epopeia derivava do estudo entretanto feito das epopeias de diversas civilizações, nomeadamente das canções de gesta francesas, conduzindo à distinção entre epopeias orgânicas (primitivas, anónimas, de elaboração lendária) e epopeias individuais (históricas), de elaboração literária, tendo ambas em comum o facto de representarem de modo sublime o sentimento nacional, respectivamente na fase de luta pela independência e no momento de afirmação da consciência histórica nacional (143).

Esta distinção é feita para salvaguardar a natureza colectiva e popular das epopeias literárias e para contrapor uma teoria romântica à teoria clássica da epopeia: "Os eruditos da Renascença confundiram as Epopêas organicas da Grecia com as Epopêas litterarias de Roma, adoptando a doutrina da *Poetica* de Aristoteles para a elaboração d' esta fôrma mal comprehendida da poesia nas litteraturas modernas ou nacionaes." (1914: 535; cf. 1885: 276) (144). Assim, a concepção colectiva da epopeia mantém-se, transformando-se o poeta individual num "intérprete" da nação, num porta-voz da civilização do seu povo, ideia que Lanson paradigmaticizou na noção de representatividade:

"Puis, ce que le génie individuel a, tout de même, de plus beau et de plus grand, ce n' est pas la singularité qui l' isole, c' est, dans cette singularité même, de ramasser en lui et de symboliser la vie collective d' une époque et d' un groupe, c' est d' être représentatif." (1965 [1910]: 36).

Após ter deduzido as fases e as "leis" da elaboração épica oriental e ocidental, de modo comparado, "segundo a psychologia das raças e sua evolução social", Teófilo Braga afirma que "essas leis continuam-se nas Epopêas litterarias, embora individuaes". Nestas, "quando o elemento *tradicional* reflecte sobre o grande facto *historico*, na synthese que representa o impulso de uma Civilização, é então que a individualidade do poeta se torna a voz de um povo." (1911: 307-8) (145). Ao mesmo tempo, o poeta épico continua a funcionar como um "rapsodo" das tradições nacionais (146). Sem negar o modelo formal clássico das epopeias modernas, tenta preservar a transposição para as epopeias individuais do modelo homérico. Os "episódios" passam assim a corresponder aos poemas cíclicos e o poeta épico individual ao rapsodo que as recolheu:

"[a epopeia é] formada de grupos de diferentes poemetos locais, como (...) as *Rhapsodias*, na Grécia, as *Cantilenas*, na Idade Média, ou os *Episodios* na epopéia individual de Virgílio ou dos poetas modernos, Dante, Ariosto, Camões" (1914a: 19); "os *Episodios* são as tradições parciais, análogas aos pequenos poemas cíclicos da epopéia natural, bem como a *Invocação* é derivada ainda do modo da sua propagação." (*id.*: 32) (147).

Teófilo transforma assim o poeta épico num rapsodo (1984 [1909]: 159) que, "sob o influxo da Renascença, soube aliar o entusiasmo pelas obras-primas da civilização greco-romana com o sentimento nacional" (*id.*: 126), "pela intuição genial de todos os elementos tradicionais e lendários da história portuguesa" (*id.*: 121) (148).

Também Oliveira Martins utiliza a distinção entre epopeias "orgânicas" e epopeias individuais (cf. 1872: 17-24). No entanto, apesar de privilegiar a dimensão imitativa de *Os Lusíadas* relativamente à *Eneida* e ao "pensamento romano", acaba por, à semelhança de Hegel, valorizar a dimensão nacional da epopeia, considerando que os sentimentos que animam os povos inspiram os poetas: "as epopeias são a história do sentir dos povos, artística ou poeticamente representada, são o paralelo da crónica pelo canto" (1891: 23).

De um modo mais geral, parte da ideia de que a arte permite a síntese do espírito colectivo através do escritor individual, pelo que atribui ao poeta épico um carácter divinatório e metafísico:

"as epopeias litterarias, creadas pelo genio individual de um poeta, embora esse poeta se chame Virgilio ou Camões, isto é, embora encarne completamente em si a alma de um povo, nunca podem ter a genuinidade, o encanto, a verdade, das epopeias anonymas que são fructos espontaneos da intuição de toda a gente, quando em todos a imaginação plastica desentranha do seio da propria alma as mesmas vegetações symbolicas." (*ibid.*).

Apesar desta especificidade das epopeias artísticas, Oliveira Martins considera que *Os Lusíadas* e *A Eneida* são "poemas ambos tão cíclicos, isto é, tão representativos do crêr, do sentir e amar de um povo, como essas folhas soltas brotadas anonymamente da imaginação colectiva" (*id.*: 15-6). *Os Lusíadas* são assim a expressão da alma colectiva nacional e da sociedade do seu tempo (149).

Assim, sem deixar de interpretar rapsodicamente *Os Lusíadas*, valoriza-os em especial porque, a seu ver, se inspiraram no patriotismo e na ideia/vontade da imitação de Roma,

afirmando que os portugueses do século XVI acreditavam ser os novos romanos (*id.*: 300-1). *Os Lusíadas* revelam o registo da constituição da nação e do seu destino:

"A coragem de um homem fundou Portugal, o entusiasmo de um povo manteve-lhe a autonomia. A nação é verdadeiramente um milagre da vontade. Destacado da Galliza pingue, e do ingenuo naturalismo primitivo, Portugal, triunfante em Lisboa, é uma nação nova."; "E esse povo, filho do milagre, solta as azas e parte, mares em fora, a 'por o freio' a quantas gentes vê. Tal é o destino da nação, tal a sua historia, admiravelmente sentida nos *Lusíadas*" (*id.*: 289-90).

A perspectiva rapsódica conduz Oliveira Martins defender que Camões conciliou na sua obra as tradições nacionais com as influências externas, a poesia galaico-portuguesa e a poesia provençal, concebida como uma renascença do espírito antigo:

"reune em si e enfeixa todos os elementos poeticos da tradição espontanea; Camões que, n' um ponto de vista ethnico é o poeta portuguez por excellencia, successor e continuador dos bardos da poesia cavalheiresca e popular, cuja graça e agudeza conserva, é o trovador apaixonado" (*id.*: 288).

Os Lusíadas "são pois a nossa bíblia nacional, e o *tesoro del luso* " (*ibid.*), registando "as lendas e tradições patrias lusitanas, que baptisam a independencia de Portugal como um milagre duplo: a bravura de Affonso Henriques e o apparecimento de Jesus Crucificado" (*id.*: 289) (150).

A revisão interpretativa da epopeia camoniana faz com que *Os Lusíadas* sejam considerados como a expressão do *Volksgeist* e um testemunho privilegiado da idade áurea de Portugal, transformando-se na "bíblia da nação". Estava, deste modo, preparado o caminho para a consagração de Camões como o "poeta da nação" (cf. VII.1).

4.3. Literaturas originais e imitativas: uma cartografia romântica ou as "duas Europas"

"el concepto de originalidad nacional no es original sino mimético y contagioso" (Guillén, 1998: 311).

"O culto argentino da cor local é um recente culto europeu que os nacionalistas deveriam rejeitar por forasteiro." (Borges, 1989 [1932]: 279).

Herder preparou o caminho dos irmãos Schlegel para a inauguração de uma estética de base histórica, que Hegel consubstanciou, instituindo o princípio do relativismo histórico da literatura, que se afirmou em nome da poesia natural, colectiva e original.

A tese "primitivista", a crença na capacidade criadora das raças autóctones, conduziu a uma "cartografia romântica" das nações, que tinha o "popular" (primitivo, orgânico e originário) como ponto cardeal, como *Equador* literário, numa divisão bipolar em que a dimensão geográfica e a história se sobrepunham. Madame de Staël refere-se a "deux hémisphères de la littérature", o Norte e o *Midi*, a "duas literaturas distintas" (1991 [1800]: 203-4), marcadas pelas diferenças do clima, da religião e das instituições políticas (151). Como os Antigos (gregos e romanos) pertencem ao hemisfério do *Midi*, a geografia torna-se neste ponto um resíduo da história. Para cada um destes "hemisférios" estabelece uma genealogia própria. A literatura do *Midi* inicia-se com Homero e engloba os povos grego, romano, italiano, espanhol e francês (do século de Luís XIV). A literatura do Norte abrange a Inglaterra, a Alemanha e alguns escritos dos dinamarqueses e dos suecos, tendo-se iniciado no século IV com o "bardo Ossian", cujos cantos seriam conhecidos dos bardos escoceses e ingleses antes de Macpherson os ter "recolhido". Depois de Ossian, estão na origem das literaturas inglesa e alemã as fábulas islandesas e as poesias escandinavas do século IX (*id.*: 204) (152).

Porém, como veremos, os irmãos Schlegel, dão uma nova configuração a este quadro com a distinção entre literaturas originais e imitativas, o que estabeleceu uma cisão no espaço do *Midi*, tanto em relação à antiguidade (originalidade grega vs. imitação romana) como à

modernidade, em que os modelos de originalidade se repartem pelo Norte (a literatura inglesa) e pelo *Midi* (a literatura espanhola). Desta complexa teia conceptual pode deduzir-se que o seu principal objectivo consistia em opor a Alemanha (herdeira da cultura oriental e grega) à França (herdeira de Roma), funcionando as "duas Europas" como os "conceitos antónimos assimétricos" que R. Koselleck analisou (Helenos vs. Bárbaros, Cristãos vs. Pagãos), isto é, como factores identificadores "dont la fonction est d' exclure toute reconnaissance réciproque." (2000: 192; cf. 191-232) (cf. V.4). Desta vez, porém, os "bárbaros" do Norte (os germanos) da filosofia iluminista são os heróis da história (cultos e viris), que através do cristianismo regeneraram a Europa na Idade Média, quando o Império romano entrou em decadência.

Deste modo, estava instituída uma tradição alternativa para as literaturas modernas. A Idade Média era agora a Idade de Ouro que o Romantismo visava restaurar, face ao domínio cultural do classicismo, reivindicando um património histórico ancestral (153). Por outro lado, ao cartografar espacial e sobretudo temporalmente a cultura europeia, o romantismo alemão e o "grupo de Coppet" (M.me de Staël, A. W. Schlegel, Sismondi, Benjamin Constant) procuravam afirmar a superioridade da cultura do Norte em relação à do *Midi*, reclamando-se herdeiros dos fundamentos civilizacionais da Europa (154).

Estas divisões implicam uma hierarquização com base no critério romântico da originalidade, em articulação com a dimensão política (M.me de Staël) ou religiosa (F. Schlegel). Os irmãos Schlegel, por exemplo, seguiram a abertura de Herder ao Oriente como modo de legitimação da arte moderna, já que também teria inspirado a antiguidade clássica. Se a filosofia e a poesia caracterizariam o Ocidente, a religião definia o Oriente, conduzindo esta geografia cultural à historicização da polaridade entre antigos e modernos, numa genealogia que fazia da Idade Média um retorno às fontes orientais e do romantismo um retorno à Idade Média (cf. Szondi, 1992: 88).

Esta cartografia romântica está presente na instituição do Curso Superior de Letras em Portugal, à semelhança do que sucedeu em França (156), e dela derivarão as diversas filologias (indo-europeia, românica, germânica), instituídas de modo global em 1901. No projecto apresentado ao parlamento e à Academia das Ciências em 1857 por José Maria de Abreu e Latino Coelho, subdivide-se o estudo da literatura moderna em literaturas do "Meio-Dia da Europa" e do

"Norte da Europa" (cf. Braga, 1902b: 196-8). Aliás, em 1865, quando se previa a abertura de um concurso para preencher a cadeira, Teófilo Braga comunicava por carta à mulher que estava a estudar a "História das Literaturas do Meio-Dia da Europa" e que tinha de publicar um livro sobre o assunto (*apud* Homem, 1988: 36). Com efeito, a própria estruturação do curso apresentava-se com uma configuração romântica. No "Regulamento", promulgado em 14/9/1859, determinava-se que os candidatos à docência da terceira cadeira do Curso Superior de Letras ("Literaturas modernas da Europa e especialmente a Literatura portuguesa") deveriam apresentar no concurso duas lições e uma memória: "Na 3ª cadeira a primeira lição tem por thema um ponto de litteratura do meio-dia da Europa; a segunda uma questão de literatura do norte da Europa; a memoria um ponto de literatura nacional" (*O Instituto*, vl. VIII, 1860: 214). Mais tarde, a literatura portuguesa autonomiza-se: no ensino liceal estuda-se desde 1880 a "Literatura Nacional" e em 1901 é instituída no Curso Superior de Letras a cadeira "Literatura Nacional e suas origens". Em qualquer dos casos, porém, a história da literatura portuguesa é articulada com as literaturas europeias do Norte e do *Midi*.

Neste enquadramento, torna-se comum (*v.g.*, em Garrett e Herculano) a caracterização das literaturas e dos escritores em função da sua pertença ou proximidade em relação a um destes eixos geográfico-culturais. Nestes termos, Luís A. Rebelo da Silva estabelece um paralelismo entre Gil Vicente e Shakespeare, "alma embebida na sceptica melancholia do norte" (1848: 234):

"Shakespeare e Gil Vicente representam na immensa distancia moral, a que o caracter do talento de cada um delles os colloca, a idéa poetica do norte e a do meio-dia. O primeiro é o genio dos germanos e saxonios; o segundo traduz a indole viva, ardente, e chistosa da Peninsula." (*id.*: 236).

Por outro lado, ao comparar Garrett e Herculano, opõe, as "feições meridionaes e o calor temperado dos affectos" de Garrett à "pensativa austeridade de além do Rheno" de Herculano, com a "severidade quasi escultural da imagem, e pelo alto e cinzelado relevo da phrase." (1910 [1855], II: 33).

Por isso, uma das censuras que endereça ao Romantismo é o facto de se ter tornado uma moda imitativa, não respeitando as especificidades culturais de cada "hemisfério literário" e de cada nação:

"a renascença romantica esqueceu a indole propria da poesia do norte e do meio-dia, confundindo-as n' uma imitação servil como a classica de que se ufanavam os seculos XVI e XVII" (1848: 236); "Não se quiz remontar á origem da poesia peninsular, e vêr em Gil Vicente, em Bernardim Ribeiro, em Lopo da Vega, Calderon, e tantos poetas romanticos qual devia ser a indole, o gosto, e o sentido original e nacionalissimo do drama entre nós. Afrancezámos tudo" (*id.*: 237; cf. 424).

Neste contexto, apenas valoriza Garrett, por ter sido original, nacional e popular (*id.*: 389).

A crença de que a literatura reflecte a vida da nação faz com que os românticos concedam prioridade a um critério genético e orgânico na abordagem das obras literárias, relegando a forma de expressão a um plano secundário (que dizem ter sido a preocupação exclusiva do classicismo francês) e sobrevalorizando a substância do conteúdo (ideias, valores morais), na sua relação com o meio e com a cultura de onde procede. Nas palavras de Teófilo Braga, "As litteraturas são a manifestação fatal do genio dos povos." (1870a: 158).

Assim, se para os clássicos o mais importante era a imitação dos modelos considerados perfeitos e a observância das regras invariáveis da sua poética, para os românticos a imitação era sinal de inautenticidade existencial. Cada obra devia reflectir aquilo que cada indivíduo ou nação tinham de particular e por isso tinha de ser original, isto é, fiel à sua origem, à sua natureza, ao espírito nacional. August Schlegel ilustra esta concepção ao opor a "organicidade" (origin/alidade) à forma mecânica e exterior, i.e., sem relação com a essência da própria obra: "La forme organique, au contraire, est innée avec le sujet, elle passe pour ainsi dire du dedans au dehors, et n' atteint sa perfection que par le développement entier du germe dans lequel elle réside." O mesmo se passa, diz, na natureza, com os minerais e plantas, e assim é nas belas-artes (1971, II: 131) (157). Deste modo, "La pure imitation reste toujours stérile dans les beaux-arts", o que vem de fora deve ser interiorizado de modo autónomo (*id.*: I: 37). Por condenar a imitação, A. Schlegel diz que no seu *Curso de Literatura Dramática* só falará de produções originais e elevadas (*id.*, I: 316). Também o seu irmão, F. Schlegel, adverte que na *História da Literatura Antiga e Moderna* só se ocupará dos génios criadores e das épocas *florescentes*, resumindo rapidamente os séculos de imitação (1829 [1815], I: 43). Teófilo Braga segue esta oposição entre o orgânico ou vivo ("aquilo que produz, crescendo e reproduzindo-se") e o inorgânico ou não

vivo ("que não se desenvolve nem se reproduz"), estabelecida no âmbito da transição da história natural para a biologia, em finais do séc. XVIII (Foucault, 1991: 276).

Já em *De la littérature* Madame de Staël vincara esse critério tipicamente romântico ao afirmar que era necessário distinguir em todas as literaturas o que era nacional e o que resultava da imitação (1991 [1800]: 129). Em *De l'Allemagne* defende que a questão central não estava na valorização de um dos dois tipos de poesia, clássica e romântica, mas na diferença entre a imitação clássica e a inspiração romântica (1968 [1813], I: 213), considerando que a originalidade nacional vale sempre mais do que a imitação do estrangeiro (*id.*: 175). Da imitação da literatura dos antigos pelos modernos resultava uma literatura "transplantada", ao passo que a literatura romântica e cavaleiresca era indígena/autóctone, inspirada nas instituições modernas e na religião cristã, tendo as suas "raízes" num terreno não artificial. Deste modo, desvaloriza os escritores imitadores da antiguidade, pois embora se tenham submetido às regras do gosto mais severas, não consultaram a sua natureza e as suas recordações, imitando de modo artificial, porque as circunstâncias políticas e religiosas que deram origem a essas obras tinham mudado (*id.*: 213; cf. 253) (158). A. Schlegel exemplifica esta ideia quando afirma que a tragédia grega, na sua forma original, seria sempre uma produção exótica nos tempos modernos (1971, I: 115). Para F. Schlegel, romântico não se opunha ao antigo/clássico, mas à imitação dos antigos, na medida em que preconiza que cada nação devia seguir a sua vida interior (1829, II, cap. XII).

No entender de F. Schlegel, a história da cultura dos modernos não nos oferece outra coisa senão uma luta contínua entre o antigo/estrangeiro e o moderno/nacional, que deveria constituir o espírito característico de toda a literatura viva, operante e nacional (*id.*, cap. IX). Assim, faz desta oposição entre originalidade e imitação como que uma lei das literaturas românicas, que Teófilo Braga consagrou como "uma lei organica da natureza" (Braga, 1872b: 48) (cf. V.4).

Esta concepção organicista é já notória em Herculano, em Garrett (cf. IV) e transparece na primeira fase da obra de Lopes de Mendonça, visto que depois desvaloriza o critério nacional (cf. V.2). Mas nos *Ensaio*s, apoiando-se em M.me de Staël e Villemain (cf. 1849: 111-6), defende que a literatura é tanto mais fecunda quanto mais as suas raízes profundam no solo da pátria, quanto mais próxima estiver da inspiração do "genio do povo" (159).

Luís Augusto Rebelo da Silva é um receptor privilegiado dos conceitos schlegelianos e faz a apologia da originalidade em oposição à imitação: "A arte moderna distingue-se da classica imitadora em pedir ao coração as inspirações; em pintar a vida com verdade; em sentir o que descreve." (1848: 153).

Andrade Ferreira contrapõe o princípio da originalidade romântica ao princípio da imitação clássica, que desvaloriza em nome daquela e da lógica do progresso (160). Deste modo, Andrade Ferreira elogia o romantismo por apresentar "Uma poetica inovadora", com "uma poesia original, livre, insurreccionada contra todas as theorias e preceitos", que "cortava em pedaços a arte poetica, e arremeçava-a á caldeira das bruxas de Shakespeare, para a remoçar" (1872 [1859], I: 95-6). Os românticos, afirma noutro passo, "Reagiram e emanciparam-se do dogmatismo classico; e os germens de uma litteratura nova, mais nacional, mais verdadeira, e por isso mais popular, ficaram depositados no espirito de todos, florescendo e fructificando depois em obras mais sasonadas e reproductivas." (*id.*: 195-9) (161).

Com base nestes princípios, para os irmãos Schlegel, a literatura grega foi um modelo de organicidade e originalidade, ao passo que a literatura romana se perdeu na imitação inorgânica. Este é, aliás, um lugar-comum da historiografia literária oitocentista em Portugal (162).

Para A. Schlegel, só os gregos tiveram brilho na carreira dramática, limitando-se os romanos a traduzi-los e a imitá-los (1971, I: 49). Vai mesmo ao ponto de afirmar que os gregos nasceram para as artes (os atenienses inventaram e desenvolveram o teatro) e os romanos para a guerra e para a política, sendo as belas-artes introduzidas entre estes como ramos de um luxo corruptor, que anunciava a degenerescência, pois os romanos viam o teatro como uma forma de magnificência, dando por isso excessivo relevo aos acessórios exteriores (163). Por consequência, condena a defesa do primado da imitação dos modelos clássicos manifestada pelos eruditos do Renascimento e do Classicismo francês porque, ao atribuírem "aux anciens une autorité sans bornes", paralisavam a possibilidade de se criarem formas novas (164). A fé exclusiva e supersticiosa na autoridade dos antigos impedia qualquer progresso futuro: "Je pense plutôt que la poésie, étant la vive expression de ce qu' il y a de plus intime dans notre être, doit revêtir, selon les différents siècles, une forme nouvelle et particulière" (1971, I: 84) (165).

Semelhante é a argumentação de J. M. Andrade Ferreira ao declarar que o princípio da imitação do classicismo "corresponde á negação até dos mesmos progressos da sciencia."; "O principio fundamental d' esta eschola resumia-se na immobilidade, porque, como theoria, a imitação nas artes, não quer dizer senão a negação do progresso." (1872 [1860], I: 13) (166).

Se M.me de Staël não concordava com a ideia de que os gregos tinham sido superiores aos romanos (167), não é menos verdade que contestava a autoridade atribuída aos antigos, em nome da ideia da perfectibilidade humana e da superioridade dos modernos. Assim, defende que as tragédias gregas são muito inferiores às modernas no que toca ao conhecimento das paixões humanas (1991 [1800]: 110). Nesta perspectiva, considera as peças de Shakespeare superiores às tragédias gregas, embora destaque o seu atraso em relação à perfeição da arte, devido à sua ignorância dos princípios da literatura, uma vez que Shakespeare teria mais conhecimento do coração humano do que do teatro (168). Na metafísica, na moral e nas ciências, os modernos, afirma, são infinitamente superiores aos antigos. Se admite que ainda se deve recorrer aos antigos pelo gosto simples e puro das belas-artes, o seu iluminismo faz com que defenda que em filosofia as ideias dos antigos eram meros alicerces do edifício que o espírito humano devia construir e que buscar na antiguidade todas as verdades filosóficas equivalia a forçar o ser humano a fazer marcha atrás (169).

Diferente é a argumentação de A. Schlegel, que distingue o espírito do género romântico moderno (expressão de uma força misteriosa e criadora, aproximando os contrários) da inspiração dos antigos (simples e clara, expressando a harmonia e a ordem de um mundo ideal) e proclama a superioridade do drama romântico porque estaria mais perto do segredo do universo, na medida em que só pelo sentimento se poderia alcançar a verdade e penetrar no mistério da natureza (1971, II: 135-7). Quanto à avaliação de Shakespeare, defende que devia ser julgado pelos parâmetros românticos (e não pelos princípios clássicos) e em função da própria evolução histórica, que imprime uma mudança de direcção à imaginação poética dos povos (*id.*: 132). Os que julgavam Shakespeare pelos padrões clássicos desconheciam, afirma, a verdadeira poesia e a natureza do drama romântico, pois este género devia ser pitoresco, com ricos acessórios e felizes contrastes, necessários para fazer sobressair o "grupo principal", à semelhança do que se passava nas outras artes: "mais surtout dans la poésie romantique, l' imagination est comme un principe

de vie indépendant qui se gouverne d' après ses propres lois et revendique ses privilèges." (*id.*: 160).

Neste perspectiva romântica, August Schlegel considera nacionais e originais os teatros grego, inglês (Shakespeare, a quem consagra uma extensa lição, a décima quarta) e espanhol (Calderón), porque não imitaram nenhum modelo e se produziram a si mesmos (pertencem inteiramente ao seu génio), na medida em que entende que a originalidade dos trabalhos intelectuais é um fenómeno raro (170). Deste modo, opõe o espírito romântico da literatura inglesa e espanhola ao processo de imitação dos clássicos:

"Nous verrons ainsi que le principe de l' imitation des anciens est celui qui domine chez les Italiens et chez les Français, tandis que l' esprit romantique, ou du moins une complète originalité, règne chez les Anglais et chez les Espagnols." (*id.*: I: 318).

Para este autor, o drama romântico só foi nacional entre os ingleses e os espanhóis, onde floresceu quase ao mesmo tempo (*id.*: 50; 59). Para F. Schlegel, porém, "Sous le rapport du mérite de la nationalité, la littérature espagnole occupe le premier rang" (1829, II: 110) (171).

A esta luz, a literatura espanhola é eleita como o paradigma da organicidade romântica, porque aparecia como a mais fiel à tradição medieval (e oriental), sem influência dos clássicos, tendo um folclore rico e original. Os irmãos Schlegel concedem-lhe um grande relevo e Sismonde de Sismondi afirma que é "la production la plus parfaite des moeurs chevaleresques et de l' esprit romantique" (1813, IV: 416). Aliás, já em 1805, F. Bouterwek afirmava que a literatura espanhola era a mais original da Europa: "Spanish poetry is more decidedly national than other branch of modern poetry in Europe."; "is a peculiar stream from the romantic Parnassus" (1823, I: 606). No entanto, Bouterwek tem referências semelhantes relativamente a Portugal: "Portuguese poetry is no less national than Spanish." (*id.*: II: 404) (172). Nos seus *Estudos sobre a Idade Média*, Teófilo Braga subscrevia esta perspectiva, mas apenas em relação à literatura espanhola:

"Sobre tudo a Hespanha foi a que levou a palma na riqueza e originalidade das suas criações. O ardor hespanhol havia-se emancipado das regras aristotelicas e horacianas. Foi o sabio Bouterwek que fez esta revelação

immensa. (...) Da Hespanha saíram os *Romanceiros*, a última criação épica da humanidade, longo tempo do domínio exclusivo do povo, que estava alheio ás influencias académicas. (...) conheceram que todo o theatro europeu saíra d' ali. De facto, na ordem das criações artísticas o drama denota sempre o ultimo grau do desenvolvimento do espirito. Não ha, repetimos, litteratura mais original nem mais rica." (1870a: 158).

Por sua vez, M.me de Staël louva a poesia "natural" (anterior às Luzes) dos portugueses e dos espanhóis, que produziram romances e poesias com a marca do carácter nacional e da imaginação popular, com impressões que continham os segredos da arte e da alma (1968 [1813], II: 64). Esta valorização da originalidade por parte de M.me de Staël resulta da influência que recebeu dos teóricos alemães, que, nas suas palavras, abriram caminho à diferenciação entre originalidade e imitação, em particular com o *Laocoon* de Lessing, que defendeu o teatro alemão, pela sua relação com o génio alemão, em contraste com o teatro francês, então em moda, e teve a coragem de criticar Racine (173). Cada país, dizia, tinha um gosto nacional, uma graça natural e a glória literária podia adquirir-se por caminhos diversos. Os alemães, afirma, liam Shakespeare e punham a originalidade acima da correcção. Por seu turno, M.me de Staël acrescenta que Winckelmann mostrara que se a emoção era verdadeira não podia inspirar uma imitação servil e que só se podia dar vida aos objectos artísticos através do conhecimento íntimo do país e da época em que eles existiram (174).

Deste modo, classifica a poesia francesa como a mais clássica das modernas e a única que não se expandiu pelo povo, ao passo que os espanhóis e portugueses de todas as classes sabiam de cor os versos de Calderón e de Camões, tal como sucedia com Tasso na Itália, com Shakespeare na Inglaterra e com Goethe e Bürger na Alemanha. Segundo M.me de Staël, a poesia francesa só era estimada pelos espíritos cultos, porque as artes em França não eram autóctones, como noutros países. Assim, essas poesias à antiga não eram populares porque não se atinham a nada de nacional (175).

Por outro lado, critica os franceses que diziam que a literatura dos povos germânicos estava ainda na infância da arte. No seu entender, os seus caracteres, hábitos e pensamentos é que os fizeram preferir a literatura fundada nas recordações da cavalaria, no maravilhoso da Idade Média (porque conheciam bem as vantagens e os inconvenientes dos antigos). Pensa que a literatura romântica era a única susceptível de ser aperfeiçoada, porque tinha raízes no solo

nacional, podendo crescer e vivificar-se de novo. Ela exprimia a religião e a história nacionais, sendo a sua origem ancestral. Assim, a poesia dos alemães pertencia à era cristã das boas artes e servia-se das impressões pessoais para comover, o génio que a inspirava dirigia-se directamente ao coração e parecia evocar a vida humana (176). É com estas bases que dá prioridade ao conteúdo sobre a forma, criticando a regra das três unidades, que conduzia ao sacrifício do fundo em relação à forma (177).

Ao comparar a França e a Alemanha, contesta a hegemonia daquela, achando que seria absurdo impor o mesmo modelo a todas as nações. Acrescenta ainda que ninguém contestava a superioridade dos franceses na combinação dos efeitos do teatro e na dignidade das situações e do estilo trágico, mas que se podiam encontrar emoções mais profundas em obras menos bem ordenadas, que falavam mais intimamente ao coração. Apela pois aos franceses para aceitarem as ideias novas, a fim de obviarem à esterilidade literária. Numa clara alusão à pretensa superioridade francesa, elogia a diversidade alemã, considerando que a unanimidade é sinal de servidão e que as regras eram como as barreiras usadas para impedir que as crianças caíam. Por isso, depois de fazer a apologia do "entusiasmo", que a seu ver caracterizava a língua alemã, e da sua influência sobre as "luzes" e a felicidade, lembra à França que de nada serve a inteligência sem o entusiasmo (178).

A "revolução estética" romântica assume assim a feição de uma ofensiva contra o domínio do Classicismo francês, "contre la Culture unique": "La lutte contre le classicisme se confond en fait avec une offensive contre l'hégémonie culturelle française." (Thiesse, 1999: 28).

Coube a F. Schlegel precisar esta cartografia literária da Europa com uma diferenciação sobretudo religiosa, colocando de um lado os países católicos e originais (Espanha, Itália e Portugal), que no século XVI formariam "um todo intimamente ligado" (1829 [1815], II: 102). A tónica do romântico vai agora para o catolicismo. Para F. Schlegel, Calderón é cristão e, por isso, romântico, designando com este conceito a valorização da interioridade, da fantasia (também Homero é romântico) e da originalidade, valores que se teriam realizado em particular na Idade Média cristã e cavaleiresca. De igual modo, A. Schlegel considerava que Calderón era o expoente do génio da poesia romântica (1971, II: 367) (179). Esta exaltação da originalidade do

teatro espanhol encontra um particular eco no discurso da história literária em Portugal, nomeadamente em Herculano, Rebelo da Silva, Teófilo Braga e Moniz Barreto (180).

Na sua análise das ideias dos Schlegel, M.me de Staël diz apreciar sobretudo a sua valorização da literatura espanhola (1968 [1813], II: 70-2). Porém, louva o "entusiasmo" religioso da arte alemã, mas pela via do romantismo de Iena e não da fase conservadora dos Schlegel (181). Para M. de Staël, a religião implica a aspiração ao infinito e à imortalidade e por isso entende que as belas-artes, a poesia, a glória e o amor são, a seu modo, religiões interligadas, despertando o entusiasmo pelo belo ideal (que se reporta à divindade) e o sentimento do infinito. Mostra mesmo explícita admiração pela "teologia poética" de Herder, pela "teologia filosófica" de Schleiermacher e pela concepção alemã da poesia como uma espécie de dom profético próximo dos dons divinos. No seu entender, a filosofia idealista, o cristianismo místico e a verdadeira poesia têm, em muitos aspectos, o mesmo objectivo e a mesma fonte, um desejo comum: a criação de uma cultura intelectual que conduzia à simplicidade pela perfeição das luzes (para fazer homens enérgicos e reflectidos, sinceros e generosos). Deste modo, destaca o "entusiasmo", típico dos alemães, que caracteriza como a reunião da harmonia universal (o amor do belo, a elevação da alma e a alegria da devoção). Em suma, o "entusiasmo" era um signo divino de criaturas imortais que se articulava com o espírito das Luzes (o amor à ciência e um ponto de vista universal) (182).

Segundo a filosofia da história de M.me de Staël, a religião cristã foi extremamente importante na Idade Média, tendo redimido os povos do *Midi* da degradação moral e fixado os povos errantes do Norte, implicando a reforma da legislação civil, a felicidade doméstica e o altruísmo. Assim, entende que a literatura deve muito ao cristianismo e que houve uma salutar influência do evangelho sobre a moral, sendo a Idade Média uma etapa importante da história do espírito humano, pelas consequências positivas que resultaram das invasões dos povos do Norte, do estabelecimento da religião cristã e do Renascimento das letras (183).

A Idade Média é assim reabilitada do anátema iluminista. F. Schlegel considera-a memorável por ser a época em que se travou a batalha entre o cristianismo e a filosofia pagã, dividindo assim a história da humanidade em duas eras (1829, I, cap. VI). O cristianismo, recebido dos romanos pelos povos germânicos, ao aliar-se com o espírito livre do Norte originou

um mundo novo, em que se verifica a persistência de uma literatura europeia latino-cristã e a emergência das literaturas nacionais, mais poéticas, atractivas e fecundas, de base histórica e com um fundo religioso (*id.*, II, cap. XIV). À luz da questão homérica e da matriz "primitivista" de Vico e Herder, designa a Idade Média como a "época primitiva" (a Primavera) da Europa moderna, marcada pelo espírito de cruzada e pelo ideal cavaleiresco e amoroso. Para uma literatura ter um carácter nacional, afirma, é necessário um período poético primitivo anterior a um desenvolvimento mais regular e artístico, sem o qual nunca se alcançará um conteúdo e um carácter nacional próprios (*id.*, I, cap. VII).

Para A. Schlegel, "La religion est la racine véritable de notre être" (1971, I: 43), ela implicou uma nova direcção na actividade das forças morais na Europa moderna, com a introdução do cristianismo, que regenerou um mundo esgotado e corrompido. Da fusão do heroísmo (grosseiro, mas leal) dos conquistadores do Norte com os sentimentos do cristianismo, deu-se o nascimento da cavalaria, com os seus valores do amor e da honra, que foram o objecto da poesia natural que precedeu o grau superior de desenvolvimento que adquiriu a seguir o espírito romântico (*id.*: 44-6).

Os *romanceros*, em particular, espelhavam a idade heróica do triunfo do cristianismo sobre os muçulmanos, sendo pois vistos como epopeias cristãs, reflectindo a tradição popular e oral. Tanto no teatro inglês como no espanhol domina o "espírito romântico", embora reflectam "différentes manières de sentir de deux peuples, l' un du Nord et l' autre du Midi, l' un doué d' une imagination prophétique, et l' autre d' une imagination brulante, l' un recueilli en lui-même par une méditation sérieuse, l' autre entraîné au dehors par l' impétuosité des passions." (*id.*, II: 134).

As "duas Europas" staëlianas são agora marcadas do ponto de vista histórico, que sobreleva o geográfico, pois em *De l' Allemagne* M.me de Staël distingue a poesia clássica dos antigos (semelhante à escultura) e a poesia romântica (similar à pintura), em articulação com as duas eras do mundo, antes e depois do cristianismo, que substituiu o materialismo pelo espiritualismo, a natureza pela divindade (1968 [1813], I: 211). O cristianismo, afirma, originou uma nova mitologia, fundada sobre as lendas e as fábulas da cavalaria, mas o heroísmo e o maravilhoso são de um género oposto à antiga mitologia (184).

A perspectiva dos Schlegel prevalecerá. O período medieval, efervescendo de transformações, é visto como um todo orgânico. Garrett fala, a propósito da poesia medieval, de "coincidência de tom entre a sociedade e a poesia do tempo" (1851: XXII). De igual modo, Teófilo Braga afirma que na Idade Média, "A íntima relação entre a tradição nacional e a interpretação artística é o que sem abstracções metafísicas constitui o Belo." (1872: 39) (185).

Em *De l' Allemagne*, a combinação do iluminismo protestante staëliano com o romantismo "católico" e "contra-revolucionário" dos Schlegel (186) abre caminho a uma cartografia em que a polaridade imitação/originalidade se sobrepõe ao binómio clássico/romântico, contrapondo a antiguidade à modernidade. Em *De l' Allemagne*, a autora atribui uma importância primordial à religião e refere-se a duas grandes divisões na literatura da Europa, a imitada dos antigos, com base na religião pagã e votada à observação de objectos exteriores (França), e a que deve o seu nascimento ao espírito da Idade Média (cavalaria e cristianismo), assente na espiritualidade cristã e nas ideias (Alemanha) (1968 [1813], I: 46; cf. 211-2).

Por seu lado, A. Schlegel sobrepõe à dicotomia Norte/*Midi* a nova distinção entre o "género antigo ou clássico" (pagão, sensual, cívico, racional, busca do equilíbrio, literatura das classes cultas) e o "género das artes modernas ou romântico" (cristão, medieval, cavaleiresco, vernáculo, gótico e imaginativo), de inspiração popular e nacional (1971, I: 39-41). O *Curso de Literatura Dramática* estrutura-se em duas partes, em consonância com esta dicotomia, a primeira consagrada ao teatro clássico (pagão), o grego e o romano ou imitado (francês, italiano), e a segunda aos teatros românticos (cristãos) e originais (Inglaterra, Espanha e Alemanha).

Importa, porém, realçar que, como sublinha Aguiar e Silva, a Idade Média dos irmãos Schlegel comporta uma dimensão ideológica que se reflectiu a vários níveis no romantismo europeu:

"As primeiras gerações românticas europeias apresentam-se impregnadas, em larga medida, de uma ideologia reaccionária, contraposta aos princípios revolucionários de 1789 e ao racionalismo 'ateu' do 'século das luzes'. Para estes românticos, católicos e anti-revolucionários, a Idade Média representava uma época de segurança e de estabilidade política, social e cultural, que se contrapunha à tendência individualista e desagregadora do liberalismo europeu, herdeiro da Revolução Francesa." (1988: 550) (187).

M.me de Staël encarregar-se-á de sintetizar e divulgar a cartografia historicizada que ela e os irmãos Schlegel elaboraram:

"Si l' on n' admet pas que le paganisme et le christianisme, le nord et le midi, l' antiquité et le Moyen Age, la chevalerie et les institutions grecques et romaines, se sont partagé l' empire de la littérature, l' on ne parviendra jamais à juger sous un point de vue philosophique le goût antique et le goût moderne." (1968 [1813], I: 211) (188).

Mas, ideologicamente, ela situa-se nos seus antípodas, na medida em que continuará a valorizar a Reforma, o protestantismo do "Norte" e a linha filosófica iluminístico-liberal saída da Revolução francesa.

Os antigos são caracterizados pela simplicidade (pouca reflexão), pela identificação com a natureza (exterioridade) e pela crença no destino. Nos modernos destaca a reflexão, a interiorização, e os sentimentos da honra, amor, bravura e piedade, próprios do cristianismo cavaleiresco. Como consequência, a poesia pagã dos antigos, mais pura em termos artísticos, destaca-se pela simplicidade e pelo relevo concedido ao mundo exterior. A poesia cristã dos modernos substitui o fatalismo dos antigos pela providência e caracteriza-se pelo predomínio do sentimento (189). Também A. Schlegel vê na melancolia e na contemplação o carácter distintivo da poesia do Norte, em contraposição com o materialismo dos gregos. O sentimento de desunião interior dos modernos conduzia, afirma, a uma aspiração ao infinito e ao ideal (190).

Estes conceitos e orientações são centrais no discurso da história literária em Portugal, tanto a nível da crítica literária como da historiografia literária, nomeadamente a propósito da noção de romantismo. Com Garrett e Herculano divulga-se a ideia, que depois predominará, de que o romântico visa destronar o clássico e tornar a literatura nacional, pelo regresso às tradições nacionais, em associação ao cristianismo, e por oposição ao paganismo clássico (191).

Andrade Ferreira, à semelhança de Madame de Staël e de A. Schlegel, apoia-se na definição de Hegel segundo a qual o princípio da arte romântica é o de que o espírito não cabe nas formas e busca harmonias ideais: "E é effectivamente este indefinido de ascensão para esferas de perfeição desconhecida, é este impulso interior que nos eleva a alma" em arrebatamentos de contemplação melancólica e desesperança infinita (1872 [1860], I: 18-19) (192). Daí, conclui, a necessidade de desafogo "de nós outros, geração abalada de profundas e

acerbas convulsões moraes, que imprime um caracter peculiar na litteratura moderna." (*ibid.*). O espiritualismo cristão é, afinal, o elemento que Andrade Ferreira destaca no romantismo (193).

A nova concepção de literatura moderna/nacional que se impõe, a partir da "cartografia" romântico-iluminista dos Schlegel e de M.me de Staël implicou uma "revolução estética", decisiva na construção cultural das nações, implicando um triplo descentramento, histórico, geográfico e social:

"A l' Antiquité gréco-romaine sont substitués les âges barbares, au monde méditerranéen l' Europe du Nord, aux salon de l' élite raffinée les chaumières rustiques. Une nouvelle théorie de la culture est formulée, qui permet de poser le national comme principe créateur de la modernité." (Thiesse, 1999: 23) (194).

Deste modo, estabelecem-se as novas coordenadas geoculturais das literaturas europeias, implicando uma reorientação em termos nacionais do capital simbólico literário. A literatura francesa nacionaliza-se assim ao seguir "Le paradigme de l' étranger" (Espagne, 1993). Mas, ao mesmo tempo, a França, em particular pelo ensino da "literatura estrangeira", opera "une instrumentalisation variée et complexe des cultures voisines": "Les littératures méridionales, dont on ne s' était guère soucié de penser l' unité jusqu' à la Révolution, servent alternativement de faire-valoir et de contrepoids aux littératures du Nord." (*id.*: 16). De certo modo, a França perde a sua universalidade, mas procura manter uma larga esfera de influência na cultura europeia. A cartografia romântica da literatura não é assim um espaço homogêneo e a própria questão da influência provençal na literatura medieval europeia resulta do esforço da cultura francesa para ocupar de novo um lugar central na "república das letras":

"Il y a le Nord et le Midi, l' espace roman et l' espace slave. Des courants se dessinent de la Provence vers le reste de l' Europe, de la France vers l' Angleterre, de la Scandinavie vers l' Allemagne. Ces courants, qui peuvent être critiqués, voire inversés, sont la trame d' une interdépendance entre les nations, la structure de leur espace en Europe. La littérature française, la nation française, ne pourra que se situer elle-même dans le cadre ou revendiquer nostalgiquement, contre la loi des origines, l' universalité de la raison classique." (*id.*: 17-8) (195).

Quer no romantismo alemão, quer no francês, e de modo global no romantismo europeu, as bases histórico-teóricas de M.me de Staël e dos irmãos Schlegel imbricam-se com frequência, mas doravante torna-se perceptível a existência de uma orientação conservadora e de uma

tendência revolucionária não só nas práticas literárias, mas também no discurso da história literária. A crença comum de que literatura era "a expressão da sociedade" não impedia os dissídios sobre o que devia ser a literatura e, em particular, sobre o que devia ser a sociedade.

Notas

II.

(1)- Cf. Moisan (1990: 66), Mainer (1994a: 23-4), P. Gilbert (1996: 198), Rohou (1996: 6), Escarpit (1958: 1759, 1772), Gorceix (1977: 3-4) e Méchoulan, Prendergast (1999: 4).

Como observa Ramos-Gascón, até ao séc. XVIII, a produção da Península Ibérica e da Europa, com exceção da Itália, era concebida mais como representação consular na república do Monte Parnaso do que como património nacional (1989: 14).

(2)- Anthony Smith (1997), inspirado na distinção de F. Meinecke entre nação-cultura e nação-estado, distingue dois modelos de nação: um modelo ocidental ou cívico, com base num estado racional e numa comunidade territorial, com as suas leis e intuições centralizadas e unitárias (França, U.S.A.); um modelo não ocidental, de base étnica (e religiosa, quando existe um mito de eleição), assente numa comunidade de nascimento/genealogia comum e numa cultura nativa (linguagem, cultura vernácula e tradições comuns) (Alemanha, Europa de leste). Porém, segundo A. Smith, as nações modernas têm um pouco dos dois modelos, em maior ou menor grau, até porque, em certa medida, na sua génese se pode encontrar um conjunto de comunidades étnicas (1997: 58-9).

Anne-Marie Thiesse afirma assim que existiam duas concepções de nação, uma inspirada na Revolução francesa (racional, progressista e voluntarista) e a outra no romantismo alemão (emotiva, reaccionária e étnico-organicista), e que ambos os modelos se combinaram de modo diverso na formação dos Estados-nação europeus (2000: 51-2). Cf. Thiesse, 1999: 171.

Segundo Jean-Yves Guiomar, os dois modelos de nação serviram sobretudo de argumento ideológico no conflito franco-alemão desde 1860 (1990: 126-7), mas na realidade, tanto na França como na Alemanha, "c' est l'État bureaucratique et militaire qui l' a emporté sur la nation (...), avec la prépondérance de l' exécutif sur le législatif." (*id.*: 128). Salienta assim que em França se deu sobretudo uma ruptura na ordem civil, com a queda do Antigo Regime, ao passo que na Alemanha a nação foi enfeudada ao Estado (*ibid.*). Por outro lado, considera que o direito dos povos a dispor de si mesmos (nascido da Revolução) se transformou no princípio das nacionalidades (de origem alemã) (*id.*: 119) e que tanto na França como na Alemanha a soberania nacional se transformou numa soberania do Estado nacional (*id.*: 141).

(3)- Baggioni faz uma distinção entre "Estado territorial" e "Estado-nação", tendo este como característica a construção da "nação" moderna que se opera na passagem do século XVIII para o século XIX (1997: 70). D. Baggioni parte desta oposição entre um modelo romântico (étnico-cultural) de nação (de origem alemã), que aplica às nações emergentes, e um modelo revolucionário (estatal), com origem na revolução francesa, que aplica aos Estados-nação mais antigos (*id.*: 61; cf. 223-31). No entanto, ao referir-se a Portugal e à Espanha, considera que a

bipolarização nação revolucionária/nação romântica perde interesse, uma vez que a passagem para um Estado-nação apenas teria implicado mudanças políticas e sociais, dada a estabilidade do território e da língua: "Les progrès du portugais, langue national, ont suivi les progrès de la scolarisation, de l'urbanisation et de la démocratisation de la vie sociale." (*id.*: 238).

(4)- António José Saraiva considera que na estruturação moderna de Portugal como Estado-nação prevaleceu um modelo não ocidental, i.e., a sua identificação enquanto comunidade étnica: "Portugal é para os Portugueses mais uma mãe que uma pátria (...). A mãe é a terra de origem, dá o leite e a criação materna: é a cultura ao nível da afectividade. A pátria ensina os padrões ao nível das relações com o exterior, que é também o nível propriamente intelectual." (Saraiva, 1996: 106).

(5)- Segundo Smith, "muito importante é o facto de serem os mitos de linhagens comuns aqueles que são verdadeiramente cruciais, e não um qualquer facto de linhagem"; "Para o sentido de identificação étnica, o importante são a descendência fictícia e a linhagem putativa." (1997: 38). Os próprios factos históricos ganham um significado que "reside nas lendas de origem às quais são associadas. São estas associações que lhes conferem um propósito social como fontes de coesão política." (*id.*: 38-9). Por outro lado, existem "laços estreitos entre cristalização [e persistência] étnica e o papel precedente dos estados, dos conflitos armados e da religião organizada." (*id.*: 45). Assim, a guerra funciona como "um mobilizador de sentimentos étnicos e de consciência nacional, uma força centralizadora na vida da comunidade e um agente fornecedor de mitos e memórias para gerações futuras. É talvez esta última função a que mais profundamente participa na constituição da identidade étnica." (*id.*: 44).

António José Saraiva nota, aliás, que "A consciência nacional formou-se por oposição a dois inimigos fronteiriços: os Mouros e Castela." (1996: 80). Por outro lado, constituem, entre nós, mecanismos da auto-renovação étnica a capacidade de apropriação cultural selectiva e em particular os mitos de eleição étnico-religiosos, desde o mito de Cruzada (o milagre de Ourique) ao mito sebastianista (Quinto império).

(6)- Segundo João Leal, os pioneiros da antropologia em Portugal, Teófilo Braga e Adolfo Coelho, centraram-se num modelo etnogenealógico, fundando a identidade cultural portuguesa com base na sua comunidade de ascendência, na língua e nos costumes comuns (2000: 17, 54). Foi "como uma antropologia de construção da nação que a antropologia se desenvolveu e afirmou na cena cultural e intelectual portuguesa a partir das décadas de 1870 e 1880" (*id.*: 27), procurando reconstituir a "verdadeira arqueologia 'espiritual' da nação" e "A afirmação de Portugal como uma comunidade étnica de descendência e a simultânea reivindicação da antiguidade e originalidade dessa comunidade." (*id.*: 55). Construiu assim a "identidade nacional" a partir da cultura popular (*id.*: 15-6), de matriz rural (*id.*: 28-9, 40), como no *Volkgeist* herderiano, mas ao serviço do "terceiro estado" revolucionário.

(7)- Cf. Even-Zohar, 1994: 358; 1999a: 82-5; cf. 71-2. Even-Zohar considera que Israel e as nações árabes modernas, como o Egipto, seguiram de perto o modelo europeu, mas não os Estados Unidos da América (1994: 373-4). Porém, "En el caso alemán, italiano, búlgaro, servo-croata, checo y quizá incluso el griego moderno, la 'literatura' ha resultado punto menos que indispensable para la creación de las 'naciones' aludidas por esos nombres." (*id.*: 369).

Também Claudio Guillén sublinha esta funcionalidade da ideia de literatura nacional (1998: 300). Segundo P. Casanova, "Très tôt, le combat pour imposer une langue et faire exister une littérature est le même que le combat pour imposer la légitimité d' un nouvel État souverain." (1999: 149). Cf. Escarpit (1958: 1773), Kushner (1989: 119-20), Baasner (1990: 15) e Fohrmann (1990: 63).

(8)- Pode mesmo considerar-se que a emergência das nacionalidades resulta também do desejo de impedir a hegemonia imperial de certos estados: "On voit que la réussite des mouvements nationaux dans leur quête de légitimité internationale, en ce qui concerne les 'nationalités', 'nations historiques' ou autres, est largement déterminée par la politique internationale des grands puissances - pour ne rien dire des guerres et de leurs issues. Il faut cependant distinguer le cas des 'vieilles nations', sans nier que, même pour celles-ci, les événements internationaux ont été déterminants dans leur émancipation." (Baggioni, 1997: 259).

(9)- Claudio Guillén destaca em particular a precedência da literatura nacional em relação à independência de várias nações europeias: "En Europa la construcción de una literatura nacional durante el siglo XVIII y sobre todo el XIX se adelantó a la independencia de más de un Estado [Checoslováquia, Alemanha, Polónia]."; "Está demostrado que una tradición literaria puede sobrevivir y perpetuarse en circunstancias y épocas negativas, como por ejemplo en los Estados bálticos tras la segunda guerra mundial, absorbidos por la Unión Soviética." (1998: 303).

Segundo Teófilo Braga, "Em todos os paizes da Europa apparecem simultaneos e solidarios os dois movimentos, o do Romantismo visando á expressão do *genio nacional* nas Litteraturas, e o Liberalismo ou o principio da *soberania nacional* na Politica." (1903a: 42). E exemplifica com a Rússia, Polónia, Finlândia, Hungria, Itália, Espanha e Portugal (*id.*: 42 ss.). Cf. 1984a [1880]: 85-8.

De grande interesse são os diversos ensaios editados por Dieter Janik (ed.) (1998) acerca do papel da literatura na formação dos Estados hispanoamericanos.

(10)- Aliás, sem um Estado territorial e sem um centro cultural, nesta época, "les Allemands ne peuvent fonder leur identité nationale que par et dans l' histoire de la langue et de la littérature allemandes." (Plötner, 1994: 217). Por isso, como destaca M. Werner, "l' absence d' un État-nation confère à la culture le rôle tout à fait particulier de succédané tenant lieu, partiellement, de structure politique. (...) De ce fait, la culture, et par là-même, la littérature se trouvent investies d' une fonction fondatrice, qui lui fait défaut en France." (1994: 18). Cf. Sheffy, 1999.

Mas, para D. Baggioni, apesar da ideologia da *Kulturstaat*, a Alemanha também resultou de um complexo processo histórico de natureza política: "C' est le processus historique (donc politique) qui, là aussi, a déterminé la formation d' un État national allemand ne regroupant qu' une partie de l' aire linguistique germanique. C' est le Saint Empire romain germanique puis, après l' intermède de la Confédération germanique, l' État prussien (soutenu par les classes dirigeantes) avec son appareil d' État parachevant l' unification du marché (*Zolverein*) qui rendirent possible la *formation* (ou la réalisation) d' une nation allemande." (1997: 230; cf. 231-5).

(11)- "À travers la critique du modèle français s' est constituée l' autodétermination de la littérature allemande pour ainsi dire *ex negativo*, tandis que la conception d' une poésie nationale allemande se développait par le détour apparent d' une nouvelle interprétation de l' Antiquité. Celle-ci avait pour but de prouver que la formule de l'

imitation de l' antique comme condition de toute pratique d' art ne devait pas forcément mener au modèle du classicisme français." (Marquardt, 1994: 88).

"Dans la tension entre une recherche des origines linguistiques et littéraires des peuples voisins et un effort pour les plier au moule du classicisme français se joue la construction idéologique de la notion de peuple et de nation européenne. (...) Cette origine qui fonde le national est aussi l' origine de la littérature au sens le plus large du terme. Car la nation révolutionnaire, la nation de 1793, n' admet pas la pluralité, n' est qu' une forme dérivée de la raison classique." (Espagne, 1993: 17).

(12)- Neste ponto atemo-nos à esclarecedora obra de M. Espagne:

"Il faut dire que les chaires de littérature étrangère posent pour la première fois le problème d' une nationalité littéraire française, succédant à l' universalisme des Lumières, et qui ne peut être définie que par opposition à d' autres littératures nationales. De même que la grammaire comparée confronte des racines linguistiques ou des familles de langues, de même les littératures étrangères confrontent des oeuvres littéraires en tant qu' elles sont l' expression d' esprits nationaux. Le glissement des langues aux nationalités s' opère durant toute la période mais plus particulièrement à la suite de 1848. Encore l' étude des littératures étrangères comme depositaires d' esprits nationaux tend-elle parfois à reconstituer une universalité littéraire révoquée, où les grands auteurs des principaux pays sont venus régénérer le classicisme français." (1993: 352-3).

Apesar da designação de "literatura estrangeira" implicar todas as literaturas que não a francesa, ela centrava-se na literatura alemã e no modelo da "literatura nacional": "Pourtant, lorsqu' il s' agit d' expliquer son histoire littéraire, à partir de Taine, la prégnance d' un modèle de pensée germanique se fait à nouveau sentir. L' Allemagne devient ainsi le paradigme de l' étranger. Or le XIX.e siècle voit s' élaborer toutes les disciplines de sciences humaines modernes qui, à des degrés divers, sont liées à cette fenêtre sur l' extérieur. L' identité culturelle française, tout au moins dans le domaine des lettres et sciences humaines, en vient à se constituer ainsi à la fois contre et par son pendant germanique." (*id.*: 354; cf. 13).

(13)- "Michael Jeismann a ainsi pu montrer que c' est dans l' antagonisme franco-allemand, véritable 'dialogue des ennemis', qui a permis la constitution des deux nationalismes. Selon lui, la nation serait construite en lien et en opposition à un ennemi constitué comme 'naturel'. De même, dans son livre, *Britons. Forging the Nation. 1707-1837*, Linda Colley montre que la nation anglaise s' est construite de part en part contre la France." (Casanova, 1999: 59; cf. 58, 105).

(14)- Cf. Werner, 1994: 15-30. Como observa este autor, a institucionalização da literatura e da filologia nacionais dá-se relativamente cedo na Alemanha (1840), na medida em que fundamentava e legitimava a aspiração a um Estado alemão unificado, ao passo que em França esse processo se dá em finais do século XIX (desde 1880), dominando até então o ensino do Latim e da Retórica. A França, que desde a Revolução impusera a unificação linguística e se transformara em Estado-nação, moldada por uma tradição clássica, não precisou assim de uma "literatura nacional": "En France, la fondation de l' identité national (...) n' est pas affaire de littérature. Ce rôle est dévolu, en priorité, à l' Histoire." (Werner, 1994: 29).

(15)- Como conclui A. Smith, em relação à Grécia Moderna, o que conta é a "etnia cultural": "as etnias são constituídas não por linhas de descendência física, mas pelo sentido de continuidade, de memória partilhada e destino colectivo, isto é, por linhas de afinidade cultural encarnadas em mitos, memórias, símbolos e valores característicos, conservados por uma dada unidade cultural da população." (1997: 46).

(16)- P. Casanova mostra ainda que os gregos tinham contra si as hipóteses alemãs que diziam que eles não tinham sangue heleno e eram de raça eslava, não tendo por isso direito à herança que reclamavam. Aliás, os grandes especialistas (filólogos e historiadores) da Grécia antiga eram os alemães, captando para si a herança que os gregos modernos reclamavam em nome da especificidade nacional que os alemães teorizaram (1999: 331-2). Não deixa de ser relevante que na sua "cartografia cultural" da Europa os românticos alemães situem os gregos na genealogia dos povos do Norte: "La vision des Allemands comme Grecs modernes est le thème central de la culture allemande entre 1750 et le début du XIX.e siècle."; "et plus se dessinera le groupe linguistique indo-européen, plus les Grecs seront vus comme appartenant à cet Orient dont le Nord est le glorieux produit." (Guiomar, 1990: 84).

(17)- P. Casanova chama a este processo de reivindicação de uma ancestralidade histórico-cultural uma "tradução interna" (1999: 328), exemplificando com o caso grego, com o México moderno, que tenta fazer remontar as suas origens à civilização pré-colombiana (*id.*: 330-1), e com a Irlanda, ao remontar ao gaélico (*id.*: 326).

(18)- Cf. Baggioni (1997: 165-7) e Anne-Marie Thiesse (1999: 87-94; 2000: 59).

Teófilo Braga, em *Garrett e o Romantismo*, enfatiza este aspecto e insere-o num contexto europeu: "E enquanto a Santa Alliança avergava a sociedade europêa ao Absolutismo que resurgia, a Grecia abandonada por todas as potencias politicas, luctava contra a Turquia para sacudir esse deprimente jugo de seculos. Alli se viu a poesia popular alevantar o espirito nacional e dar alento para a resistencia tantas vezes frustrada. Fauriel colligiu os *Cantos populares da Grecia moderna*, que vieram revelar á consciencia do nosso tempo, como a unidade politica e a liberdade de um povo se fundam e renovam ao impulso de uma commum *tradição*. O poeta Righas (...) fundou a associação secreta *Hetaireia*, d' onde prorompeu a insurreição hellenica. Mas no Congresso da Santa Alliança, os diplomatas oppunham-se á heroica regeneração da Grecia, porque viam com o boçal instincto reaccionario n' este facto assombroso *uma das cabeças da hydra revolucionaria*. Bem haja esse genio extraordinario (...) Byron, que deixou a voluptuosidade da vida italiana para ir offerecer o seu sangue pela independencia da Grecia. O exemplo de Byron impressionou todos os novos talentos" (1903a: 36). Cf. 1984a [1880]: 81- 82.

(19)- O facto de Paris ter funcionado durante muito tempo como "capital literária" fez com que em França exista uma constante utilização política e nacional desse "capital cultural", um certo imperialismo cultural (Casanova, 1999: 55). Cf. Fidelino de Figueiredo (1941: 134-5).

(20)- É o que justifica a ascensão dos estudos ingleses modernos, na perspectiva de Terry Eagleton (1983, cap. I). Cf. Deane (ed.) (1990) e Said (1993). Para este autor, a conexão entre a política imperial e a cultura é surpreendentemente directa (1993: 7), entendendo o imperialismo como a teoria, prática e atitudes de um centro

metropolitano que governa e controla um terreno distante (*id.*: 8), nomeadamente através das suas formações culturais (*id.*: 12).

(21)- Este propósito emerge mesmo no "cosmopolita" curso de *Western Civilization*, que foi instituído em Columbia em 1919, derivando "directly from a special course created in 1918, a year before its founding, to educate recently conscripted American soldiers about to fight in France. This course, called the War Issues course and offered at the time in a number of universities besides Columbia, sought to introduce Americans to the European heritage in whose defense they were soon to risk their lives."; "As they assumed their new leadership role in world politics, Americans could come to see themselves as the heirs to a culture going back to its supposed dual fountainheads in ancient Israel and Greece." (Lindenberger, 1990: 153).

(22)- Cf. Casanona (1999: 322-5). "En outre, la grammaire comparée des langues indo-européennes, introduite par les linguistes et les philologues allemands, permettait de hausser les langues germaniques au même rang d'ancienneté et de noblesse que le latin et le grec. Mettre les langues germaniques en bonne place dans la famille indo-européenne et décréter la supériorité des langues indo-européennes sur les autres, c'est est pour les linguistes allemands donner d'incomparables instruments pour lutter contre la domination française." (*id.*: 325-6).

(23)- "It was the grand destiny of Yeats' s generation to make Ireland once again interesting to the Irish, after centuries of enforced provincialism following the collapse of the Gaelic order in 1601. No generation before or since lived with such conscious national intensity or left such an inspiring (and, in some ways, intimidating) legacy." (*id.*: 3).

(24)- Como sublinha D. Baggioni, "les nations européennes n' ont pas émergé, toutes formés, un beau jour d'autrefois. Elles ne se sont construites d' un seul coup, d' une seule façon, ni toutes en même temps." (1997: 8). As literaturas nacionais, à semelhança das nações, instituíram-se também mediante uma grande variedade de "modalités de construction nationale" (*ibid.*).

(25)- A literatura nacional é uma formação discursiva fundamental na concepção e construção de um campo cultural nacional, "resultante de una narración (*a narrative construct*), de un proceso de producción cultural que, a partir de un determinado momento histórico (después de la Revolución Francesa), se encamina **a forjar una interpretación del acontecer discursivo nacional en articulación ideológica con el estado moderno.**" (Ramos-Gascón, 1989: 205; cf. 207-9, 212; destaque nosso).

José-Carlos Mainer apresenta um interessante estudo sobre "**La Invención de la Literatura Española**" (1994b; destaque nosso), partindo do pressuposto de que também o nacionalismo é uma invenção própria (*id.*: 81-2).

Even-Zohar salienta este aspecto "inventivo" como forma de criação de coesão sociocultural: "**Las nación o identidad francesa, la alemana o la italiana, desde la perspectiva de la cohesión social, son invenciones tardias.**" (1994: 368; destaque nosso). Os textos, com uma língua nova ou estandardizada, funcionaram como destacado veículo de unificação, como no caso italiano. No caso francês, a Revolução foi decisiva, pois a burguesia

apoderou-se do capital simbólico da Corte e da aristocracia e proporcionou à literatura um lugar proeminente na organização sociocultural francesa, quer enquanto instituição, quer enquanto agente de coesão sociocultural (*ibid.*).

(26)- "Rien de plus international que la formation des identités nationales. (...) Elles sont bien issues du même modèle, dont la mise au point s'est effectuée dans le cadre d'intenses échanges internationaux." (Thiesse, 1999: 11). Depois, "Ces particularités, devenant communes à tous les nations, à travers notamment l'inculcation scolaire, acquièrent une réalité et contribuent à leur tour à produire, dans les faits, une littérature conforme aux catégories déclarées nationales." (Casanova, 1999: 152).

(27)- Como observa Claudio Guillén, "La idea de literatura nacional, como la de identidad nacional en general, definida y redefinida en determinados trances históricos por el Estado-nación moderno, pasa fácilmente de ser una **conceptualización** a convertirse en costumbre, tradición o **institución** establecida." (1998: 300; destaques nossos). Guillén enfatiza o papel da crença, que é central na caracterização dos campos culturais de Bourdieu: "Es posible y hasta probable que una literatura surja como campo inteligible de cultura en la medida en que los escritores, los críticos y los lectores creen que ha existido, o que debe o que está a punto de existir. Los comienzos son en este terreno indivisibles de una **voluntad consciente**." (*id.*: 307; destaque nosso); "Desde ese instante es posible su **utilización institucional y política**. Para ello es conveniente que se produzcan **signos de su existencia**. Pero qué duda cabe que el **marco teórico** ha sido fundamental en la historia del desenvolvimiento de las literaturas europeas. Es decir, se trata de unas **conceptualizaciones que, lejos de reflejar las cosas, acaban afectándolas y orientándolas**." (*ibid.*; destaques nossos).

(28)- Antonio Maravall procura demonstrá-lo, num artigo precisamente intitulado "Mentalidad burguesa e idea de la historia en el siglo XVIII" (1972). A história das nações e o conceito de patriotismo emergem no século XVIII como criação do grupo de reformistas da época, de homens de "inspiração burguesa", que procuram reformar (mediante conhecimentos históricos) calculada e planificadamente a sociedade em que se encontram, mediante a educação e a ilustração histórica (1972: 271-2). A noção de pátria, como depois a de nação, permitia substituir os vínculos políticos da tradição monárquica e senhorial por uma vinculação comunitária que encontraria a sua expressão no sentimento do patriotismo. O patriota é o que cumpre as obrigações que derivam de pertencer a uma pátria (*ibid.*).

Num primeiro momento, a cultura iluminística do século XVIII fala em termos universais do homem, do homem burguês, que ascende à hegemonia na história e se universaliza (Petronio, 1981: XII). O sentido teleológico desta filosofia da história conduz à imagem da ascensão da burguesia como o culminar da evolução dos progressos do espírito humano e da civilização. Mas a aspiração a reformas sociais que consolidem essa fase evolutiva conduz também ao estudo da história nacional. Na proliferação dos géneros históricos, a história da literatura modelada pelos românticos foi assim um aspecto da moderna historiografia (cultura) burguesa (*id.*: XIV), construída em torno da democratização da literatura, da articulação entre os escritores e o povo (*id.*: XXVIII). Assim, a identificação entre poesia e civilização era homóloga de uma burguesia em expansão e que podia apresentar-se a si mesma como um momento da civilização, o termo último de um processo histórico cuja descoberta e releitura significava uma apropriação e a aquisição para si de todos os valores do passado, independentemente de quem os tivesse produzido, podendo ler esse passado a seu modo, como se verifica na leitura que efectua da Idade Média.

O historicismo nacionalista, no contexto do romantismo europeu, satisfaz a ideologia burguesa, emergente em fins do século XVIII, para articular a filosofia estética com as tarefas políticas imediatas, e desse modo articula o histórico, o político e o estético. A política nacional, a estética do sentimento e a filosofia da história são os eixos que se articulam no historicismo nacionalista: "el arte se consideraba manifestación sensible del *en sí* de un pueblo o comunidad nacional." (Falero, 1998: 213-4).

(29)- Em termos históricos, a instituição do princípio da soberania nacional constituiu uma revolução ideológica: "La nation est conçue comme une communauté large, unie par des liens qui ne sont ni la sujétion à un même souverain ni l'appartenance à une même religion ou à un même état social. Elle n'est même pas déterminée par le monarque, son existence est indépendante des aléas de l'histoire dynastique ou militaire. La nation ressemble fort au Peuple de la philosophie politique, ce Peuple qui, selon les théoriciens du contrat social, peut seul conférer la légitimité du pouvoir. Mais elle est plus que cela. Le Peuple est une abstraction, la nation est vivante."; "appartenir à la nation, c'est être un des héritiers de ce patrimoine commun et indivisible, le connaître et le révéler."; "Tout le processus de formation identitaire a consisté à déterminer le patrimoine de chaque nation et à en diffuser le culte." (Thiesse, 1999: 12).

(30)- A. Smith salienta que, para além das principais funções externas da identidade nacional (de natureza territorial, económica e política) (1997: 30), "a função política mais proeminente da identidade nacional é talvez a sua legitimação de direitos e deveres comuns de instituições legais, que definem o carácter e os valores peculiares da nação e reflectem os antiquíssimos costumes e práticas do povo. O apelo à identidade nacional tornou-se a principal legitimação para a solidariedade e a ordem social dos nossos dias." (*id.*: 31).

A literatura, como sublinha José-Carlos Mainer, une-se à história no ensino, visando a socialização e a identificação nacional do futuro cidadão (exaltação dos mitos e dos heróis, configuração de um imaginário histórico colectivo que dá sentido à galeria heróica nacional). O que muda do séc. XVIII ao XIX é a evolução do patriotismo (vinculação jurídica e emocional de natureza minoritária, derivada do direito romano) ao nacionalismo (relação cultural e popular estabelecida livremente entre o indivíduo e a colectividade a que pertence) (1994b: 30-1). Estabelece-se, deste modo, a transição para uma história democrática, criando-se, *v.g.*, nos manuais e programas, um novo referente institucional: "la *literatura nacional*, ahora entendida como expresión natural de una lengua, unos temas, unas actitudes y unos héroes que son patrimonio colectivo." (*id.*: 32).

E. Fox, a propósito da construção do cânone literário nacional de Espanha, é explícito quanto a esta procedência nacionalista do estado liberal, que concebe os conceitos de nacionalismo, nação e cultura com sentidos inter-relacionados: "existia en España un nacionalismo político con un sentido funcional y pragmático en cuanto a la promoción de una forma de Estado-Nación de índole liberal-democrática, y, a la vez, un nacionalismo cultural, acentuando rasgos más emotivos y comprometidos, como artefacto al servicio de la vida política." (1995: 1).

Para esta questão da equivalência entre literatura nacional e os valores nacionais em França, cf. Martine Jey (1999).

(31)- Cf. s/d a [1882]: 281-6. "Il y a dans la nationalité un côté de sentiment, elle est âme et corps tout à la fois." (s/d a: 303); "Non, ce n'est pas la terre plus que la race qui fait une nation. La terre fournit le *substratum*, le champ de la lutte et du travail; l'homme fournit l'âme. L'homme est tout dans la formation de cette chose sacrée qu'on appelle

un peuple. Rien de matériel n' y suffit. Une nation est un principe spirituel, résultant des complications profondes de l' histoire, une famille spirituelle, non un groupe déterminé par la configuration du sol." (*id.*: 30; cf. 306).

H. Bhabha diz que Renan "esquece" a violência envolvida no estabelecimento do direito das nações (1990a: 310), mas Renan destaca "les faits de violence qui se sont passés à l' origine de toutes les formations politiques"; "L' unité se fait toujours brutalement; la réunion de la France du Nord et de la France du Midi a été le résultat d' une extermination et d' une terreur continuée pendant près d' un siècle" (s/d a [1882]: 285). O que de facto Renan salienta é a importância do "esquecimento" dessa violência para a nação poder funcionar (*id.*: 284-5).

O que não pode ser esquecido é o contexto histórico em que Renan pronuncia a sua célebre conferência, tendo como pano de fundo a guerra franco-prussiana e a anexação alemã da Alsácia e Lorena. Por isso, insiste no facto de as fronteiras não resultarem da língua, geografia, raça ou religião, mas da vontade de grupos em persistir como comunidades, definindo-se a nacionalidade em termos de uma cultura comum propagada como identidade colectiva. Deve notar-se a ênfase particular que coloca na refutação da "escola histórica" alemã e das teorias antropológicas da raça, aludindo à Alsácia e à sua anexação (s/d a [1882]: n. 1, 295-6; cf. 291, 297, 308). É, aliás, muito significativo o prefácio de 1887 de Renan à sua colectânea *Discours et Conférences*, em que afirma que o texto que mais aprecia é a conferência sobre a nação, passando o prefácio a explicá-la: "J' en ai pesé chaque mot avec le plus grand soin; c' est ma profession de foi en ce qui touche les choses humaines, et, quand la civilisation moderne aura sombré par suite de l' équivoque funeste de ces mots: *nation, nationalité, race*, je désire qu' on se souvienne de ces vingt pages-là."; "L' homme n' appartient ni à sa langue, ni à sa race: il n' appartient qu' à lui-même, car c' est un être libre, c' est un être moral. (...) Au-dessus de la langue, de la race, des frontières naturelles, de la géographie, nous plaçons le consentement des populations, quels que soit leur langue, leur race, leur culte." (s/d: II-IV). Cf.s/d a [1882]: 305-7.

Nesta óptica, não é difícil concordar com Anne-Marie Thiesse: "La conférence de Renan est moins une apologie des idéaux démocratiques républicains qu' une réfutation point par point des arguments invoqués pour légitimer l' intégration de l' Alsace dans l' Empire allemand." (2000: 51, n. 3).

(32)- A recente aproximação entre a história social e a sociologia histórica, no que V. Bonnell e L. Hunt designam "the cultural turn" (1999: 1-32), insere-se linha epistemológica traçada pelos estudos de Anderson e Hobsbawm: "social historians and historical sociologists began to turn in a cultural direction and to look at the cultural contexts in which people (either groups or individuals) acted. More and more, they devised research topics that foregrounded symbols, rituals, discourse and cultural practices rather than social structure or social class." (*id.*: 8); "The authors in this volume consistently emphasize the relational process of identity formation, the conflict between competing narratives, the inherent tension between as practice, and the inevitable strain between continuity and transformation." (*id.*: 26).

II.1.

(33)- "The general growth in literacy, commerce, industry, communications and state machineries that marked the nineteenth century created powerful new impulses for vernacular linguistic unification, within each dynastic realm." (*id.*: 77-8).

(34)- "Thus the 'populist' character of the early European nationalisms" (*id.*: 82).

O "imaginário nacional" passa hoje em grande parte pela mobilidade territorial e pelos meios de comunicação social: "It is not only communications media which enable the construction of the imagined community of the nation, but also physical communication and transport links such as railways and motorways, which transform the functioning of what Foucault called 'the three great variables - territory, communication and speed.'" (Morley, 2000: 34; cf. 35, 39). Como sublinha D. Morley, a mediatização da nação funciona como uma produção de "capital cultural": "The role of the media in articulating the dispersed members of the nation to the centres of symbolic power is crucial here." (*id.*: 105; cf. 107, 109).

(35)- Even-Zohar põe em relevo a função de criação de coesão sociocultural e solidariedade dos textos literários, desde a cultura suméria à cultura grega, que é pioneira no alargamento destes dispositivos textuais a um grupo relativamente amplo, não restritos aos grupos dirigentes (1994: 360-4). Também se deve à Grécia uma mudança crucial, a clara proliferação de sistemas culturais e "literários": textos de elite e populares, diversos canais de propagação (os eruditos e os populares), produções escritas para uma grande audiência, e aí nasce também o conceito de literatura como algo relacionado com os textos escritos, resultante da institucionalização do livro (*id.*: 364).

(36)- Segundo E. I. Fox, "el nacionalismo no representa el despertar de una autoconsciencia de las naciones sino más bien al revés: que el nacionalismo inventa naciones donde no existían antes. De ahí se sigue que hay razones histórico-políticas para la creación de culturas o que toda interpretación de cultura es históricamente contingente." (1995: 2). Cf. Ramos-Gascón (1989: 214) e D. Kiberd (1995: 5-6).

(37)- Como sublinha Tomlinson, a identidade nacional surge através de um processo complexo ideológico-psicológico e só se pode entender através de um longo processo histórico, que culmina com as condições da modernidade social, de que resultou o sistema do Estado-nação (1991: 69).

(38)- "Avant d'être une transformation de la cartographie étatique, le changement a été une mutation radicale des représentations. L'avènement des États-nations a été préparé par l'élaboration d'un système d'identités collectives entièrement nouveau. (...) Pourtant ces identités nationales n'existaient pas en 1800. Leur création fut l'un des grands chantiers européens du XIX.e siècle, auquel participèrent massivement intellectuels, artistes et écrivains." (2000: 51); "Il faudra plus d'un siècle d'intense activité créatrice pour constituer l'identité nationale des Allemands, des Italiens, des Français, et de tous leurs homologues européens." (*id.*: 52); "Pour faire advenir le nouveau monde des nations, il ne suffisait pas d'inventorier leur héritage, il fallait bien plutôt l'inventer." (1999: 13; cf. 233-6).

(39)- Cf. Reicher, Hopkins e Condor: "we would argue that the idea of national character is both theoretically and empirically inadequate. It provides the illusion of an explanation for a phenomenon that does not exist." (1997: 62-3). Em termos construcionistas, as categorias étnicas e nacionais são pois vistas como formas comunicativas: "both in the sense of constituting the social reality which allows communication to occur and in the sense of pushing particular versions of reality for particular ends." (*id.*: 73).

No âmbito da psicologia social, Henri Tajfel coloca a ênfase na função de "diferenciação" da "identidade nacional" (cf. Cinnirella, 1997: 49).

(40)- Para W. Bloom, a identificação é um mecanismo psicobiológico baseado nas necessidades de sobrevivência, estabilidade e segurança em termos sociais, proporcionado por entidades simbólicas (*generalised others* em Meads, ideologias em Erikson e *identity-securing interpretative systems* em Habermas) (1990: 50). Desse modo, Bloom considera que não basta a existência "externa" de uma nação para a existência de uma identidade nacional, que não funciona sem uma dinâmica interna de interiorização das entidades simbólicas: "*National Identity Dynamic* describes the potential for action which resides in a mass which shares the same national identification." Essa "massa" pode assim unir-se em situações que afectem a identidade partilhada, produzir novas identificações, ou agir no sentido de encarecer e proteger identificações já feitas (*id.*: 53).

(41)- No âmbito da psicologia social, P. Lele (1991) aproxima-se claramente desta noção de "comunidade imaginada" em articulação com o "imaginário literário" ao adaptar a teoria do "aparelho psíquico grupal" de René Kaes à ideia de nação enquanto objecto de representação pelos indivíduos. Esta representação efectua-se, na sua perspectiva, de acordo com dois géneros de organizadores, psíquicos (sonho, desejo) e socioculturais (o grupo é figurado como um modelo de relação e de expressão), sendo o romance (a par do cinema, da pintura, da fotografia e dos discursos ideológico e filosófico) um dos principais organizadores da representação sociocultural, com a função de definir as modalidades históricas e míticas da nacionalidade/grupo e as representações sociais, enquanto processos de organização das relações psico-sociais (1991: 116), quer em termos de um imaginário histórico (*id.*: 118), quer em termos mitopoéticos (a sociedade como organização simbólica e campo cultural) (*id.*: 124).

(42)- "La création d' un imaginaire collectif, qui imprime sa marque propre aux stylisations nouvelles élaborées par les époques et les milieux, assure les communes expériences émotionnelles au travers de valeurs partagées. La littérature a de ce fait un rôle constitutif et apparaît comme l' un des fondements du lien social." (Beyrie, 1994: 216; cf. 8 e 215).

(43)- Como observa Pierre Nora, "La mémoire, en effet, n' a jamais connu que deux formes de légitimité: historique ou littéraire." (1984: XLII). Quando se trata da construção de um património cultural nacional, as funções do poeta e do historiador confundem-se: "La forme romanesque est le premier support du récit historique et de l' épopée nationale." (Casanova, 1999: 270).

(44)- Trata-se, segundo B. Anderson, da Idade de Ouro das filologias nacionais:

"a golden age of vernacularizing, lexicographers, grammarians, philologists, and litterateurs. The energetic activities of these professional intellectuals were central to the shaping of nineteenth-century European nationalisms"

(1996: 71); "all these lexicographers, philologists, grammarians, folklorists, publicists, and composers (...) were, after all, producers for the print-market, and they were linked, via that silent bazar, to consuming publics (...) the families of the reading classes" (*id.*: 75); " 'reading classes' meant people of some power. More concretely, they were, in addition to the old ruling classes of nobilities and landed gentries, courtiers and ecclesiastics, rising middle strata of plebeian lower officials, professionals, and commercial and industrial bourgeoisies." (*id.*: 76).

Como anota P. Casanova, uma vez que o pensamento herderiano postulava uma equivalência entre língua e nação, as reivindicações nacionais no século XIX são inseparáveis de reivindicações linguísticas, legitimando a língua a reivindicação de uma autonomia (húngaro, checo, gaélico, búlgaro, grego, esloveno, romeno, norueguês, eslovaco, ucraniano, letão, lituânio, finlandês) (1999: 114). No momento de afirmação cultural das nações, a língua, declarada instrumento de emancipação e de especificidade nacionais, é reavaliada e revalorizada pelos gramáticos, etc., que organizam a sua codificação, escrita e aprendizagem, tendo os escritores e intelectuais um papel capital nas construções nacionais, o que explica em parte a submissão das produções intelectuais às normas nacionais (*id.*: 115).

No seu exaustivo estudo sobre as línguas e nações na Europa, Daniel Baggioni foca a natureza construcionista do processo (1997: 40; cf. 234). Cf. Thiesse, 2000: 54.

(45)- Segundo Jean-Yves Guiomar, a nação é mesmo uma "forma pura", de natureza estética, um produto cultural do romantismo:

"Entre 1789 et 1843, la grande création due aux romantiques, c' est donc la nation comme forme esthétique"; "La langue, l' architecture (le gothique tenu pour l' allemand, les monuments, les moeurs, les costumes, la musique, la poésie, la littérature, le paysage (...), tout cela, produit cumulé des siècles qui remonte jusqu' aux 'origines' (...), c' est ce qui fait la nation." (1990: 183).

Assim, para Jean-Yves Guiomar, "Le romantisme français est fondamentalement dans sa visée première une tentative de penser les rapports de l' État et de la nation." (*id.*: 100). A nação romântica constrói-se como forma estética sobretudo com o romantismo alemão: "elle [a nação] postule une beauté naissant de l' harmonie dont le désir est au coeur de l' homme et qu' il projette sur les objets que lui offre la nature ou qu' il lui ajoute. L' harmonie est le résultat de la perfection, de l' achèvement. (...) Quant à l' avènement de la nation moderne, le produit le plus important de la philosophie allemande et du romantisme allemand, c' est la nation comme forme esthétique." (*id.*: 182).

(46)- D. Baggioni destaca a importância e a necessidade da alfabetização de massas para a produção de um "espaço nacional" de comunicação unificada, em face da evolução dos meios de comunicação e da crescente urbanização: "Avec l' urbanisation de masse, la scolarisation de masse (et l' alphabétisation en langue nationale) est une caractéristique majeure des changements sociaux qu' ont connus les pays européens." (1997: 218).

A este nível, merece relevo a importância da escolarização: "la pédagogie du sentiment d' appartenance passe par l' emploi répétitif des possessifs de la première personne du pluriel: 'notre pays', 'notre patrie' qui rappellent constamment que l' identité est collective. Les manuels scolaires forment un puissant facteur d' intégration puisqu' ils sont diffusés à des centaines de milliers, voire, sur plusieurs générations, à des millions d' exemplaires: leurs textes, leurs illustrations, leur typographie sont références communes sur tout le territoire et pour une longue durée." (Thiesse, 1999: 238).

(47)- Cf. Hobsbawm (1983a: 265) e E. Said (1993: 16, 34).

(48)- Para B. Anderson, a comunidade nacional tornou-se possível e requerida pelos processos da modernidade social, no final do século XIX (1996: 83): "the convergence of capitalism and print technology on the fatal diversity of human language created the possibility of a new form of imagined community, which in its basic morphology set the stage for the modern nation." (*id.*: 46).

Para E. Gellner, o nacionalismo é um desenvolvimento da modernidade (capitalismo, indústria e comunicações de massas), fruto da pressão da sociedade industrial para produzir "unidades de educação centralizada e culturalmente homogénea", porque nesta sociedade "O monopólio da educação legítima é agora mais importante e mais central do que o monopólio da violência legítima", na medida em que um novo tipo de ordem social está em vias de generalização (daí a homogeneização e ritualização da memória e da representação colectivas). Assim, "As raízes do nacionalismo mergulham efectivamente, de forma muito profunda, nos requisitos estruturais distintivos da sociedade industrial", o que se traduz numa adaptação da relação entre a organização política e a cultura (1993: 59-60).

(49)- Como sublinha António Nóvoa, ao longo do século XIX, em paralelo com a emergência de novos modos de governo e a afirmação dos Estados-Nação, a escola transforma-se num elemento central do processo de homogeneização cultural e de invenção de uma cidadania nacional: "a escola desempenha um papel central neste processo de transformação das populações em nações." (1995: XX).

(50)- Para Miguel Tamen, é precisamente devido à ausência de estabilidade geográfica e histórica das fronteiras europeias que a "identidade nacional" foi fundamentada em termos culturais na história literária (1999: XIX; cf. XVIII).

(51)- "I have argued that appeals to the national past must also be seen as the anterior space of signification that 'singularizes' the nation's cultural totality." (*id.*: 317).

G. Bennington (1990: 121, 132) e E. Said (1993: xiii) partilham explicitamente a tese de Bhabha.

(52)- Cf. Bhabha, 1990: 292-8.

Para esta contradição entre a invenção moderna das tradições e a sua fundamentação arcaica e popular, cf. Tomlinson (1991: 91) e Karnoouh (1990: 99-104), que concordam com Hobsbawm quanto ao facto de as tradições visarem produzir um sentido de continuidade do presente com o passado, funcionando nas sociedades modernas como representações de um passado estável (Tomlinson, 1991: 91). Deste modo, porém, instaura-se um conflito entre tradição e modernidade. Esta tenta preservar aquela em termos simbólicos ao mesmo tempo que destrói essa mesma civilização rural e ancestral (Karnoouh, 1990: 102, 111, 113).

No entanto, como sublinha Karnoouh, o passado arcaico como "estilo nacional" foi, em termos de afirmação dos Estados-nação, a única forma de afirmar uma identidade e de fundar uma certa base para a crença na

cidadania, face aos outros estados e em termos internos, para criar as condições de consenso cultural que pudessem superar as tradicionais divisões sociais (*id.*: 158).

(53)- Onésimo T. de Almeida, por exemplo, prefere chamar-lhe "mental communities", em vez de comunidades imaginadas, "to stress the fact that they exist in the mind as real, not just imagined, realities." (1994: 160). Deste modo, pensa que a literatura não narra só invenções ou realidades imaginadas: "If it also interprets, it does reflect some fuzzy though real domains of the human experience wich may still seem vague and indiscernible to us." (*id.*: 161).

Devido à dificuldade da tradução para português dos termos "invention" e "imagined", para evitar as conotações de "invenção" (melhor seria a *inuentio* da retórica) e "imaginação", cremos que é preferível a tradução francesa do título de Anderson (*L'imaginaire nacional*) e o conceito de "construção", numa acepção sociológica.

(54)- H. White sublinha a perspectiva construcionista do "culturalismo" pós-moderno, que coloca a tónica nos factores linguístico, discursivo e textual da "realidade":

"nothing of 'reality', wether natural, social, or cultural, is given directly to perception or thought but is accessible only by way of reflection on the various constructions of this reality produced by processes more 'imaginary' or 'poetic' than purely rational and scientific, including what we must mean by the 'rational' and 'cientific' themselves" (1999: 321).

II.2.

(55)- Este ideal foi possibilitado pela imprensa e pela comunicação postal, reflectindo-se hoje na noção de Comunidade Científica. Cf. Dena Goodman (1994: 15-23), Claudio Guillén (1985: 54) e Adrian Marino, que nota a saliência deste ideal na *Weltliteratur* de Goethe, nas Luzes, e nas tentações globalizantes da Arte Poética do Simbolismo e do "espírito novo" (*Zeitgeist*) das vanguardas do século XX, na defesa de uma nova poesia universal (1988: 33-6).

(56)- Cf. Alberto Ferreira (s/d: 10, 23). Marshall Brown considera mesmo que, devido à persistência oitocentista dos valores iluministas, se pode afirmar que o Romantismo "is the fulfillment and awakening of Enlightenment." (1997: 210).

(57)- Cf. Oesterle, 1994: 33.

(58)- Como observam os prefaciadores, ela não ignora que há uma acepção restrita de literatura, mas interessa-lhe o seu campo mais largo (1991: 13), havendo assim uma escolha algo clássica no seio de uma obra tão inovadora. E fá-

lo porque o seu livro se quer essencialmente social e político, razão por que lhe interessa englobar todas as produções do espírito humano, exceptuando as que são estritamente científicas (*id.*: 14).

(59)- Cf. *id.*: 99-100, 110 e 119. De igual modo, louva o Renascimento italiano e a literatura espanhola pela sua literatura de imaginação, mas denuncia o seu pouco avanço no plano filosófico, que explica pela ausência de liberdade política e religiosa (*id.*: 186-203).

(60)- Cf. *id.*: 181-5.

(61)- Cf. *id.*: 187, 363-78.

(62)- Cf. *id.*: 134, 148, 320-31. Por isso, diz que a literatura é uma carreira estreita se for considerada à parte de toda a filosofia e se só tiver por fim alegrar os prazeres da vida e preencher o vazio do espírito, entendendo que era a inutilidade que muitas vezes degradava as letras (*id.*: 326). As meditações intelectuais, afirma, devem ser úteis à espécie humana, o pensamento pode ser o precursor da acção, pelo que as luzes devem servir o bem estar da humanidade (*id.*: 330-1), sendo o verdadeiro belo o que torna o homem melhor, pelo que um escritor só merece glória verdadeira quando põe a emoção ao serviço de algumas grandes verdades morais (*id.*: 351-2). Deste modo, a literatura de "imaginação" só lhe merece relevo se se enquadrar nestes parâmetros. As obras de imaginação, afirma, devem fazer sentir uma progressão constante nas ideias e devem ter um objectivo utilitário, sem os quais não têm mérito nem fazem avançar o espírito humano, para analisar e/ou aperfeiçoar o homem.

Sobre a "literatura de imaginação" cf. o cap. V (1991 [1800]: 342-62), em que se torna visível a sua subordinação à "literatura filosófica", como quando determina que a poesia deve seguir a marcha filosófica do século (*id.*: 358), colocando-se ao serviço da "virtude", essencial nos governos republicanos (*id.*: 353). Assim, o espírito filosófico e a igualdade política deviam dar um novo carácter à tragédia. Os romances, a poesia, as peças dramáticas só fariam avançar o espírito humano se tivessem um objectivo filosófico (*id.*: 359), que se estivesse ausente tornaria as "belas-letas" as produções mais inúteis e cansativas do espírito humano, uma espécie de contos de fadas, mas mais monótonos. As poesias que só tiverem ficções e os versos que só tiverem graça, continua, fatigarão os espíritos ávidos das descobertas que se possam fazer nos movimentos e no carácter dos homens (*id.*: 360). No século da história mais corrompido de todos, segundo M.me de Staël, a literatura de imaginação só pode ter efeito notável se exaltar a virtude (*id.*: 361), devendo apresentar uma moral fácil através de costumes severos (verdades morais e filosóficas) (*id.*: 362).

(63)- Cf. Gengembre e Goldzink (1991: 27, 47). Bastaria ter em conta que considera Racine o mais belo génio do mundo (*id.*: 283).

(64)- Cf. *id.*: 87, 297-9, 410-4.

(65)- Cf. *id.*: 202-5, 209-12, 273.

É no cap. IX, "A Literatura do Norte" (1991 [1800]: 203-12), que Madame de Staël estabelece a famosa distinção entre o Norte e o *Midi*, com base no clima, que determinaria os temperamentos, e na religião.

(66)- Aliás, como sublinha P. Bourdieu, a "retórica da cientificidade" da teoria dos clima de Montesquieu apoia-se num conjunto de fantasmas sociais, numa mitologia escondida que impõe simbolicamente o Norte (masculino/mestre) ao *Midi* (feminino/escravo) (1982: 227-39).

(67)- Cf. *id.*: 86, 246, 258, 272.

(68)- Cf. 1991 [1800]: 130, 133, 144-53, 278, 287, 291, 293.

(69)- F. Catroga e P. Carvalho consideram que da motivação político-social inerente a esta particularização nacional do cosmopolitismo iluminista resulta a estruturação do novo poder burguês, que exigia o reforço do Estado-Nação (1996: 83).

II.3.

(70)- Cf. Bemmél, 1971: IX. A tradutora da obra para francês (M.me Necker de Saussure, prima de M.me de Staël), que se resguardou no anonimato, tentou "pôr água na fervura" e declarou A. Schlegel parcial e injusto.

(71)-Cf. 1971, I: 82, 347-75; *id.*, II: 5-8, 21.

Para A. Schlegel, inspirando-se em Platão, o objectivo da poesia deve ser a ideia de belo (1971, II: 356). Alexandre Herculano, em "Poesia: Imitação-Bello-Unidade", apoia-se no Abade Batteaux e em grande parte nas observações de A. Schlegel, como quando afirma que a interpretação do princípio da unidade foi muitas vezes errónea e que muitas das pretensas regras poéticas não tinham validade (1898 [1835]: 28-31; 41-2).

(72)- No entanto, a sua expulsão da França em 1810, com a publicação de *De l'Allemagne*, é um episódio final da sua incompatibilidade com Napoleão. Apesar de achar que a França esterilizava, o que afirma a cada passo, não deixa de criticar a Alemanha (a cisão entre o pensamento e a acção, o excesso de metafísica, a ausência de um gosto unificado). No fundo, parece ter o objectivo de colocar as duas culturas em diálogo, mas não deixa de ter intuítos políticos claros, como o desejo de "reforma" da Revolução e a libertação alemã. No seu entender, a Alemanha deveria evitar os problemas dos franceses, sem deixar de constituir-se como república democrática.

Para além destes factores, apesar de não se referir expressamente à ocupação alemã pelos franceses, apela à revolta e à independência dos povos submetidos (alemães e italianos). Quando Napoleão é derrotado e abdica, em

1814, M.me de Staël não manifesta satisfação com a humilhação do seu país nem tão pouco lhe agradam os excessos patrióticos dos irmãos Schlegel.

(73)- Cf. Petronio (1981: XIV) e Aguiar e Silva (1990: 27).

(74)- Cf. Schultz, 1984: 14, 18-9. Como refere L. Costa Lima, verifica-se assim como "o realce da literatura por sua expressão de um dito espírito nacional era directamente dependente da problemática política da época. O mesmo motivo explica a divulgação da *Geschichte*" (1986: 30).

(75)- Cf. Matvejevic, 1991: 33-4.

II.4.1.

(76)- Cf. Casanova (1999: 68 e 150). Como observa P. Casanova, foi sobretudo a geração designada como "pré-clássica" (Klopstock, Lessing) que se apoiou no modelo inglês, que opunha à imitação francesa (*id.*: 170).

(77)- Cf. M. Espagne, 1993.

(78)- Cf. C. Karnoouh, 1990: 91-109. No entender de Karnoouh, a valorização posterior do arcaico resultou do fracasso da pedagogia iluminista, com os radicalismos da revolução e a *realpolitik* do império (Karnoouh, 1990: 79).

(79)- Segundo Katie Trumpener, "nationalist antiquaries take up the bard as a figure of cultural situatedness and argue for a reading of aesthetic works as the expression of cultural practices and historical conditions" (1997: xv).

(80)- Segundo D. Baggioni, o processo é anterior, cabendo aos pré-românticos a sua politização enquanto ideologia nacional, de modo frequente: "la politique de promotion des langues nationales au XIX.e siècle a été préparée par un débat d' idées au siècle précédent. Ce mouvement socio-historique a été précédée et accompagné d' un discours idéologique qui remonte loin dans l' histoire; aussi ne faut-il pas voir dans les préromantiques et les romantiques allemands les inventeurs de la problématique langue-nation." (1997: 201).

(81)- J. M. Andrade Ferreira considera por isso indissociáveis o estudo da literatura e da história da língua: "sem se lhe apurarem as origens, sem se inquirir e verificar quaes foram os individuos que a [língua] introduziram ou modificaram, torna-se decerto difficil, ou quasi impossivel desvanecer e banir as duvidas que hoje levantam os progressos da linguistica suscitados pelas complicadas investigações da ethnographia.

No idioma, como fica dito, reflectem todos os effeitos das alternativas litterarias de um paiz. Estudal-o, por tanto, em todo o decurso das suas evoluções, importa o mesmo que averiguar e fixar muitos dos phenomenos que promoveram as phases das litteraturas." (1875: 9-10).

Teófilo Braga destaca esta articulação: "A língua, que constitue hoje um dos elementos mais fortes da unidade nacional, indica também ao historiador a concatenação das litteraturas." (1984a [1880]: 29).

(82)- Cf. C. Karnouh, 1990: 81-7. Como sublinha este autor, surge assim "l' idée d' une démocratie culturelle à l' echelle d' une histoire des peuples traversant toute la société, épurant le temps politique de ces conflits sociaux, unifiant l' espace social des locuteurs et soumettant les divisions de la société, qu' elles soient religieuses, économiques ou professionnelles, aux déterminations d' un transcendant, 'L' esprit du peuple' immanent à la présence même des locuteurs de la langue." (*id.*: 88-9).

(83)- Cf. Lloyd (1987: 66) e Crépon (*in* Caussat, Adamski e Crépon, 1996: 42-3).

(84)- Como sublinha Marc Crépon, "La défense et la promotion de la langue sont une question de patriotisme avant d' être un affaire d' identité nationale." (Crépon, *in* Caussat, Adamski e Crépon, 1996: 37). Uma vez que em finais do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII o Francês dominava, é neste contexto que se impõe de modo durável a questão da identidade linguística (relação entre um povo e a sua língua), que surgiu no séc. XVIII na Alemanha e na Europa Central sob a forma de defesa da língua nacional. Leibniz, Herder e os românticos alemães associam o amor da pátria ao amor da língua, cimento de uma identidade comum (*id.*: 37-8).

(85)- Em Portugal, no século XIX, o debate sobre a língua (e a sua origem) "acompanhou a revitalização literária, sensível a partir de 1835, e constitui o *pendant* literário da liberdade de expressão politicamente recém-conquistada." (Venâncio, 1998: 19).

"Mais la réflexion sur la littérature -qui est la forme la plus courante que prend la défense de la langue dans la seconde moitié du dix-huitième siècle- donne aussi un tour plus national à la défense de l' identité linguistique." (Crépon, *in* Caussat, Adamski e Crépon, 1996: 40).

(86)- Fernando Venâncio cita como exemplo um anónimo que, em 1846, na *Ilustração*, estabelece um paralelo entre o idioma, a Pátria e a moral, falando de "estrangeirices", de publicações que minam e arruinam a língua e a moral, pois considera não haver amor da pátria se não se amar a língua em que se escreveu a memória dos feitos antigos. A palavra, diz, é a tradução do pensamento e se não houver nacionalidade nas ideias e na língua, também não existirá no coração (1998: 43-4).

Latino Coelho estabelece explicitamente esta articulação, ao elogiar o nacionalismo linguístico do Cardeal Saraiva: "É o idioma de um povo a mais eloquente revelação da sua nacionalidade e da sua independencia. Na linguagem andam vinculadas as suas grandezas e as suas gloriosas tradições. A alteração viciosa e irracional da sua indole propria, testifica a irrupção de idéas e de costumes peregrinos, que vieram corromper e desluzir o character primitivo da nação. Em todos os povos policiados, os fastos da litteratura correm parallelos aos fastos da vida nacional. Com as mais notaveis glorias da navegação e da espada se ajustaram as mais altivas galhardias da linguagem portugueza. Quando o genio emprehendedor da nossa antiga gente amadureceu para a conquista e senhorio do Oriente, a linguagem, de inculta e balbuciante que havia sido nos primeiros seculos da monarchia, fixou-se em fôrmas elegantes e em arrojos varonis nos cantos heroicos de Camões. Como se a Providencia se comprazesse

de aprimorar e enriquecer o idioma de cada povo, na ocasião em que as suas empresas mais florescem, e em que as glórias nacionais esperam impacientes um cantor." (1862 [1856]: 6).

A mesma ideia está presente na mesma altura em Lopes de Mendonça: "é indubitável que D. Diniz, adoptando a língua vulgar nos actos publicos, fazendo traduzir mesmo as leis anteriores do idioma latino, exprime por esse facto que a autonomia nacional se fortifica, porque a língua é a imagem da patria, o symptoma e o testemunho de que o sentimento da unidade nacional vive, e tem de progredir." (1857: 17).

(87)- T. Crowley pretende mostrar a importância da língua na Inglaterra e Irlanda desde o século XVIII: "These, it will be argued, show us the various ways in which language has been used in order to help to construct historical formations such as nations, classes, genders and races." (1996: 1); "The power of language in history then is stressed here in the statement of its significance in constructing a cultural identity." (*id.*: 196).

(88)- "Avec le mouvement romantique, il s'agit de faire des littératures nationales l'expression du génie des peuples correspondants. Le mot d'ordre n'est plus l'imitation des Anciens mais le retour à l'authenticité de la langue populaire."; "En ce qui concerne certaines langues avec une tradition de langue commune et/ou de langue littéraire plus ou moins ancienne, l'époque romantique fut une occasion de refondation (...) ou, pour certaines, de 'refaçonnage' (...). Parlons cependant plutôt de modernisation (...) que de démocratisation, même si les réformateurs de la langue prétendaient régénérer celle-ci à la source des 'parlers vivants' ou de la 'langue du peuple.'" (Baggioni, 1997: 207-8).

(89)- Para F. Schlegel, "lorsque ce peuple se sent ennobli et grandi à ses propres yeux parce qu'il possède un passé fameux par d'antiques et de glorieux souvenirs, en un mot, parce qu'il a une poésie, nous le plaçons dans notre opinion à un degré plus élevée." (*id.*: 15).

(90)- A. Schlegel defende, em consonância, uma poética da espontaneidade, ao afirmar que para que uma obra seja poética na sua essência deve ser produto de um só jacto, sendo necessário que o espírito determine a forma e que esta seja expressão do espírito, devendo ainda reflectir como um espelho as ideias eternamente vivas, i.e., os pensamentos e sentimentos que se elevam para além da existência terrestre (*id.*: 63).

(91)- Cf. 1968 [1813], I: 246, 251, 253; 1991 [1800]: 104.

A. Schlegel diferencia o teatro espanhol e inglês (ambos originais e nacionais), considerando que aquele reflectia a imaginação ardente e a impetuosidade das paixões dos países meridionais e este a imaginação profética e a meditação séria própria dos povos do Norte (1971, II: 134; 365).

(92)- Como observa R. Escarpit, "Un des postulats essentiels de la doctrine est que chaque groupe national possède une littérature qui lui est propre et qui se déduit de son tempérament collectif. Le devoir des écrivains est de rester fidèle à ce type national dont on trouve les meilleurs modèles dans la poésie populaire traditionnelle." (1958: 1771).

(93)- Cf. III e IV.

Na sua perspectiva da literatura portuguesa do século XIX, Moniz Barreto aplica estes postulados à análise do teatro em Portugal e conclui que a sua decadência resulta do estado da sociedade:

"A história das literaturas ensina que a floração e a superioridade das condições cénicas são condicionadas pela presença duma comunidade de sentimentos e dum acordo de opiniões na consciência colectiva.

Ora, se nós examinarmos a nossa vida nacional nos últimos cinquenta anos, veremos que não se encontra nela nenhuma dessas forças capazes de produzir uma conexão efectiva no domínio das manifestações do espírito artístico. (...) Nem crenças religiosas, nem sentimento nacional, nem superabundância de vida instintiva, nem a perspicácia crítica do tacto mundano se manifestam" (s/d [1898]: 66).

II.4.2.

(94)- Para a recepção de Vico no Romantismo, cf. Burke, 1997: 15-7, 101-2. A recepção posterior de Vico mostra bem que a história é filha do seu tempo, dando origem ao que Burke designa uma "má interpretação criativa" (*id.*: 101): "Em cada época, os homens tendem a recriar seus predecessores à sua própria imagem, e (...) Vico foi visto sucessivamente como um revolucionário, um reaccionário, um romântico, um positivista, um antipositivista e assim por diante." (*id.*: 20).

(95)- Cf. 1995 [1744]: §§ 185, 214, 363, 375, 384, 409, 460, 821.

(96)- A ideia da composição rapsódica deriva ainda da comparação da *Ilíada* com a *Odisseia*, cujas diferenças temáticas, geográficas (§§ 788-91) e de costumes (§§ 792-805) revelariam que este poema épico seria mais tardio e que os poemas teriam sido trabalhados e compilados por diversas mãos em épocas diferentes (§ 804; cf. §§ 880-1).

(97)- Cf. §§ 873, 876, 882.

(98)- Cf. §§ 806-9, 813-20, 833-4.

(99)- Assim, Homero, perdido na multidão dos povos gregos, justifica-se de todas as acusações que os críticos lhe fizeram relativas à presença de frases e costumes vis, comparações cruéis, idiotismos, liberdades métricas, inconstante variedade de dialectos e por fazer humanos os deuses e divinos os humanos (§§ 882-9). Vico elogia as frase inundadas por paixões sublimes, a locução cheia de evidência e esplendor (§§ 893-6).

(100)- Cf. P. Burke, 1997: 56-61.

(101)- Cf. P. Burke, 1997: 70-1, 89.

(102)- Cf. P. Burke, 1997: 55, 85.

(103)- "Homero como bardo primitivo, pero él mimo apuntó que la sociedad homérica nada tenía de salvaje, sino que estaba en estado de transición entre la rudeza y el refinamiento de las costumbres. Esa época dorada en que el hombre renace de entre lo primitivo, la encontraron otros en la edad isabelina", em parte pelo efeito "Ossian" (Wellek, 1989: 149-50).

(104)- Assim, os poemas homéricos seriam a compilação de "muitas composições breves, coordenada, mas sem deixar de sofrer de contradicções internas; e esta compilação só fôra recolhida por escripto no tempo de Pisístrato, na segunda metade do seculo VI." (Figueiredo, 1987: 46).

(105)- Para a influência do ossianismo em Portugal cf. Maria Gabriela Buescu (1999), que mostra que as traduções começam na fase pré-romântica e que, não obstante algumas reticências de Almeida Garrett, teve uma forte influência ao longo do século XIX.

(106)- Para uma síntese da história da "fabricação" de Ossian cf. Thiesse, 1999: 23-9.

(107)- Como sublinha Katie Trumpener, "emphasizing the cultural rootedness of bardic poetry and its status as historical testimony, their work represents a groundbreaking attempt to describe literature as the product of specific cultural institutions and to understand literary form as a product of a particular national history." (Trumpener, 1997: 4). Como observa esta autora, Thomas Gray (1757: *The Bard*) e Macpherson (1760-65: *Poems of Ossian*), entre outros, invocavam as teorias homéricas de Thomas Blackwell, representando o "bardo" uma figura da resistência das tradições orais vernáculas face ao imperialismo inglês (*id.*: 33): "Invoking and mourning an epic past, *Ossian*'s auld sangs seemed designed to reanimate a Scottish nationalism and a oral tradition" (*id.*: 74).

Para comprovar a sua origem oral, os historiadores literários da época socorriam-se de estudos que provavam que os cegos tinham uma memória mais forte: "eighteenth-century postulations of oral tradition were often linked to the prodigious feats of bardic memory expected from blind poets such as Homer and Ossian."; "Oral tradition was thus imagined as a kind of blind memory, functioning independently of the eyes." (*id.*: 97).

(108)- O facto de Herder considerar Shakespeare o representante do modo de pensar nórdico implica uma apropriação deste dramaturgo, em nome de um passado ancestral comum (Casanova, 1999: 43).

(109)- Cf. P. Szondi, 1992: 18, 38, 42.

(110)- Cf. P. Szondi, 1992: 48-51.

(111)- A. Schlegel vai mais longe ao afirmar que há uma má interpretação de Aristóteles por parte da crítica francesa. As ideias daquele (unidade e clareza), no seu entender, são mesmo mais favoráveis a Shakespeare e ao teatro romântico (1971, I: 347-75). O que A. Schlegel coloca em causa é o julgamento de um dramaturgo "romântico" pelos princípios clássicos do teatro. Deste modo, desmente os que acusam Shakespeare de ser um génio selvagem e irreflectido (*id.*: 157), mercenário, com base nos princípios clássicos da arte dramática, afirmando que "Toutes les productions de Shakespeare portent le sceau de son génie original" (*id.*: 184). Mas, de um modo geral, segue o caminho de Herder quando o valoriza pela expressão da complexidade da vida humana: "il paraît fait pour représenter à lui seul l' esprit humain, dont il réunit au plus haut degré les qualités les plus opposées." (*id.*: 185; cf. 161-6). E segue ainda Herder quando afirma que a sua obra é um documento do seu tempo, da cultura da sociedade elizabethiana (*id.*: 147) e que Shakespeare era mais fiel à natureza do que às regras da arte: "il était instruit à fond des coutumes populaires, des opinions et des traditions dont il pouvait tirer quelques effets poétiques." (*id.*: 152; cf. 179).

(112)- "O theatro, e geralmente as outras recreações religiosas, populares e guerreiras da meia idade tiveram quasi todas o mesmo berço."; "Nas duas sociedades, a antiga e a moderna, a imaginação pouco se afasta de certos typos, e guardadas as diferenças essenciaes desenvolve-se em phases quasi identicas." (1909 [1855], II: 67); "Não diremos, que a arte dos mimos, dos jograes, e dos truões da Grecia passou inteira para a meia idade, usurpando foros de cidade em todas as nações; de certo não ! O instinto dramático é de todas as edades, e de todos os povos, e negal-o equivaleria a negar a acção espontanea, que o espirito humano exerce, e que é facil assignalar em todas as manifestações da arte."; "Nem tudo o que se parece nos costumes modernos com os usos da antiguidade póde attribuir-se a imitação." (*id.*: 88). Cf. pp. 91-2.

(113)- "E ainda além da idade-media, nas eras biblicas, o sentimento romantico se manifesta. Job, queixando-se dos seus infortunios, cuja tristeza não tem consolação, é o primeiro romantico da antiguidade."; "E todos os outros prophetas que são senão outros tantos romanticos, na accepção mais espiritualista e apaixonada da palavra ?", "inspiração romantica accesa pelo sentimento religioso." (*id.*: 23); "Socrates e Platão, se fizessem versos, poetariam como Victor Hugo e Lamartine." (*id.*: 25). Até em Virgílio e Catulo, afirma, se encontram "verdadeiros relanços da paixão moderna, e até já um vago e indefinivel fundo de sensibilidade, qualidade quasi estranha nos antigos" (*id.*: 25-6); "E que sentimento mais romantico nos póde offerecer a actualidade do que os amores de Catullo com a sua Lesbia !" (*id.*: 26); "Aqui temos, portanto, o sentimento, a inspiração romantica, influindo até no coração e no espirito do poeta." (*ibid.*).

(114)- "A litteratura é uma criação fatal, um resultado das ideias religiosas, das formas linguisticas, das revoluções sociaes, da civilisação de cada cyclo." (Braga, 1870: 14); "O genio da raça transluz debaixo das criações artisticas, ainda mesmo apezar dos preconceitos de eschola, e das exigencias de uma dada civilisação." (*id.*: 16); "As influencias locaes e os caracteres de uma raça transparecem ainda mesmo através das modificações dos tempos e das civilisações." (*id.*: 23).

(115)- A perspectiva historicista da cultura popular fazia do povo o reservatório das tradições: "Mais do que o criador dos textos que profere para o etnógrafo, o povo é pois visto como um guardador de textos anonimamente criados em remotos tempos étnicos." (Leal, 2000: 43). O "camponês passa a ser visto como uma espécie de 'primitivo moderno.'" (*id.*: 44).

Segundo Anne-Marie Thiesse, o povo passou a ser considerado "un musée vivant des grands ancêtres, dépositaire des vestiges de leur culture originelle" (2000: 53). Por isso, os cantos populares funcionaram como os "arquivos do povo", da sua história e da sua vida (*ibid.*). Cf. Thiesse, 1999: 159.

Deste modo, J. Grimm colecciona o Romanceiro espanhol e das colecções literárias destaca como a parte mais bela os poemas em que se conservam elementos tradicionais populares. Lachmann e Guilherme Grimm estudam os *Nibelungen*, na Inglaterra surgem os cantos gaélicos e Ossian, na França estudam-se as gestas dos séculos XII e XIII e "na Italia, as origens tradicionais da *Divina Comedia* antes de Dante, conduzem á relação latente dos gémios populares sobre os quaes os génios estheticos elaboram as litteraturas. Era uma verdadeira Renascença do génio popular em todos os paizes da Europa" (Braga, 1905: 494-5).

(116)-Segundo Teófilo, as epopeias francesas do séc. XII "espalharam uma nova luz sobre a poesia dos povos modernos. Desde então os cantos populares foram respeitosa e colhidos; depois de dez annos de trabalho, Jacob Grimm dizia, que nunca encontrara uma unica mentira na poesia do povo." (1870: 352).

(117)- Cf. 1872: 33; 1896: 366-7.

(118)- Cf. Paolo d' Angelo, 1998: 194-5.

(119)- Cf. R. Wellek, 1973: 320.

(120)- Cf. R. Wellek, 1973: 318-9. Se Jakob Grimm rejeita a poesia artística em geral (*id.*: 321), Wilhelm Grimm defende as modernizações e adaptações da poesia antiga e esbate as fronteiras entre o popular e o artístico, muito rígidas no irmão. Mas, em termos práticos, julga também a poesia culta desde um ângulo colectivista, como expressão do espírito da nação, vendo a poesia como voz do povo (*id.*: 322).

O labor de J. Grimm deve, no entanto, ser visto de modo mais amplo, em termos culturais, como sublinha T. Braga: "Quando Jacob Grimm reconstituiu os velhos dialectos germanicos na sua assombrosa *Grammatica allemã*, quando reconstruiu os elementos de vida ethnica das raças germanicas na sua *Mythologia teutonica* e nas *Antiguidades do Direito*, a importancia das raças começava a occupar a sciencia." (1984a [1880]: 27); "Foi o inexcusable Grimm, unicamente ajudado pela linguagem vulgar, pelas locuções, pelos anexins, pelos vestigios dos velhos poemas, pelos contratos civis, pelas chronicas, lendas e contos, que tornou a dar vida a essa raça violada por uma doutrina que lhe foi imposta [a unificação católica]. Desde que se viu que existia uma manifestação fatal da raça, é que o typo historico de Luthero foi comprehendido. Immediatamente o criterio novo trouxe novos documentos á historia das litteraturas" [cantos nacionais] (*id.*: 28).

(121)- Andrade Ferreira aplica esta concepção evolutiva no seu diagnóstico da literatura sua contemporânea. Começa por afirmar que nas eras patriarcais os sacerdotes eram poetas: "Depois a família desenvolveu-se e tornou-se sociedade, e a sociedade, organizando-se, fez-se nação. Os poetas passaram então a chamar-se vates."; "os tempos de agora, positivos, calculistas e essencialmente utilitários, ergueram a outras alturas o seu ideal e criaram mui diversa natureza de poetas. Os poetas de hoje são os inventores d' essas construcções maravilhosas que surpreendem as sociedades presentes e lhes proporcionam os seus melhores regalos." (1872 [1863], I: 225-6). Num tempo marcado pelo egoísmo e pelos interesses positivos, a literatura era absorvida pelo "utilitarismo" contemporâneo, desvirtuando-se (*id.*: 226).

(122)- "Em Portugal repete-se o phenomeno commum das litteraturas começarem pelas fórmulas poeticas até chegarem á fundação da prosa." (Braga, 1885: 35). Assim, todas as línguas começariam pelo canto (1870: 92), que "soltava" as línguas da sua "mudez" (1867: 147-8).

Esta concepção aparece já em Mendes Leal, no seu elogio histórico a Garrett (1862 [1858]: 3-4).

(123)- Cf. Braga, 1902: VI-VIII, 309, 381.

(124)- "Vico, na *Scienza Nuova* teve a intuição genial da relação da palavra cantada com a palavra fallada pela intensidade da emoção" (Braga, 1902: 397). Depois, entrando na Corte e na Igreja, a canção popular "veiu prestar á litteratura moderna através dos rudimentos dos Trovadores as fórmulas definitivas do lyrismo actual." (*id.*: 398).

Como nota R. Wellek, está presente em Herder uma concepção sensualista da estética. Porque a poesia não correspondia a nenhum sentido, seria a única arte imediata à alma (1989: 214), a expressão perfeita de uma emoção ou representação na mais alta eufonia da linguagem (*id.*: 217). Herder acreditava na unidade primária da poesia e da música e na origem comum da linguagem e da literatura (*ibid.*). À semelhança de Vico, considera que o homem primitivo pensa por símbolos, alegorias e metáforas, que combinados formam fábulas e mitos (*id.*: 218).

Teófilo apoia-se também em Rousseau, J. Grimm, Wagner, Comte e H. Spencer (cf. 1902: 331, 341, 386-8, 381, 398, 411).

Os géneros prosaicos são por isso quase sempre vistos como uma degeneração de formas poéticas originárias: "A novella pastoral foi uma degeneração da poesia bucolica, como a novella de cavalleria uma degeneração da poesia épica." (Braga, 1875: 336). A causa da degeneração da poesia originária é atribuída por Teófilo à Renascença: "Os jurisconsultos da Europa cavaram a morte da idade media; serviram-se da esquadria da razão contra a espontaneidade nativa. Defendendo o povo contra os barões, asphyxiaram a liberdae popular, tirando-lhes as garantias locais" (1870: 159); "aprovaram este triumpho do senso commum, que fazia nascer a idade da prosa em Portugal." (*id.*: 160); a tradição "toma uma forma legal para se imolar debaixo da esquadria lógica e unitária da codificação romana imposta à nação pelos juristas burgueses" (*id.*: 163).

(125)-Cf. R. Wellek, 1989: 151-2. Esta concepção está muito presente em Teófilo Braga, embora se atenua progressivamente:

"A separação d' estes elementos estheticos fez que as Artes se desconhecem entre si, e até certo ponto se desnaturassem pelo seu progresso isolado; a Poesia tornou-se uma rhetorica academica, a Musica um artificio de

distracções contraponticas, e a Dansa um espectáculo de acrobatas. Perderam o destino social, deixaram de se dirigirem á multidão. Para comprehender a Poesia moderna é preciso examinal-a n' esse periodo syncretico em que as populações europêas a elaboraram simultaneamente com o Canto e a Dansa" (Braga, 1902: 382); "O restabelecimento d' esta solidariedade artistica é verdadeiramente um criterio para o historiador e uma synthese esthetica para o philosopho." (*id.*: 383).

(126)- Teófilo Braga dá conta da estética hegeliana (1892, I: 382-416) e da sua distinção entre arte simbólica, clássica e romântica (*id.*: 383-4), mas em última instância defende que as características da filosofia da arte só podem ser procuradas na evolução histórica e não em categorias subjectivas (*id.*: 385). Cf. 1903a: 119.

(127)- De Herder, Schiller, Goethe, Schelling, Schlegel, Solger e Winckelmann. A oposição entre arte antiga e moderna já se encontra nos escritos juvenis de F. Schlegel e em parte nas díades tipológicas de Schiller (ingénuo vs. sentimental e sublime vs. belo), provindo a fase simbólica de conceitos herderianos, dos estudos de Creuzer sobre o Oriente e de F. Schlegel sobre a Índia (Szondi, 1992: 277).

(128)- M.me de Staël mantém a equivalência da poesia clássica com a escultura e declara a poesia romântica semelhante à pintura, havendo na época romântica a substituição do materialismo pagão dos clássicos pelo espiritualismo cristão dos românticos, da natureza pela divindade (1968 [1813], I: 211). Por sua vez, A. Schlegel afirma que tragédia antiga se pode comparar ao grupo na escultura e o drama romântico, ao contrário, é como um grande quadro em que aparecem grupos dispersos e o conjunto está envolvido num claro-escuro mágico que lhe determina o efeito, o que na prática equivale a compará-lo à pintura (1971, II: 136).

Como sublinha P. Szondi, a ideia de ligar a poesia moderna à pintura (fantasia) e à música era uma forma de fugir ao classicismo (1992: 84).

(129)- "A Magica, e a Farça tão portuguezas, unico espelho do gosto e dos costumes nacionaes, iam passando entre tanto nos braços do povo, por meio da amaneirada Tragedia de costumes, como protesto vivo da arte natal contra a arte estranha e parasita" (*id.*: 121).

"Quando a revolução parte do povo, a fôrma completa, em que se incarna, é sempre a mais burgueza, a mais familiar de todas, o drama. Na tragedia da arte classica admira-se a graça, e a pureza de linhas da estatuaria. O drama filho do novo estado social estuda a vida no mundo; procura-a no comico, ou no tragico; na paixão ou no vicio; no rizo ou nas lagrimas. O drama retrata o povo, como o povo é; 'está em tudo, diz tudo, e póde tudo.' " (1848: 120).

II.4.2.1.

(130)- Cf. Francisco Dias (1793), António de Azevedo (1806), Francisco Alexandre Lobo (1821) e Sebastião F. de Mendo Trigo (1823).

É consabido que até ao início do século XVIII o engrandecimento e a glorificação do poeta e da sua obra eram aferidos em função da poética clássica e da exaltação da pátria (Faria e Sousa, Severim de Faria, Franco Barreto, etc.), mas polémica revisão iluminista e neoclássica conduz a uma certa dessacralização camoniana, surgindo então os grandes detractores de Camões, como Agostinho de Macedo, Verney e, noutra óptica, Castilho, que exalta em contraponto o *D. Jayme* de Tomás Ribeiro.

(131)- Ramalho Ortigão desenvolverá durante o Tricentenário este argumento, ao afirmar que *Os Lusíadas* exprimem "tous les éléments complexes de cette cohésion que l' on appelle une nationalité."; "Ce n' est pas seulement un héros et une époque historique que célèbrent Les Lusíades, c' est une nation tout entière, c' est la grande âme du peuple, c' est l' illustre cœur lusitanien " (1880: 128).

(132)- Madame de Staël partilha a concepção romântica da epopeia:

"Un poème épique n' est presque jamais l' ouvrage d' un homme, et les siècles même, pour ainsi dire, y travaillent: le patriotisme, la religion, enfin la totalité de l' existence d' un peuple, ne peut être mise en action que par quelques-uns de ces événements immenses que le poète ne crée pas, mais qui lui apparaissent agrandis par la nuit des temps: les personnages du poème épique doivent représenter le caractère primitif de la nation. Il faut trouver en eux le moule indestructible dont est sortie toute l' histoire." (1968 [1813], I: 228-9).

Em relação a *Os Lusíadas*, Madame de Staël refere apenas que há uma ficção de rara beleza, o Adamastor (talvez se apoie no ensaio de Voltaire sobre a poesia épica, que elogia o episódio) e afirma que na epopeia camoniana o espírito é o mesmo que o da literatura espanhola. Aliás, refere-se-lhe no capítulo dedicado às literaturas italiana e espanhola (1991 [1800]: 193).

(133)- Teófilo Braga refere-se com frequência a esta ideia schlegeliana, mas aduz a noção de que é uma literatura inteira porque revelou a nacionalidade em todos os géneros literários (1885: 41 e 1891: 264, 273 e 276). Ramalho Ortigão emprega uma expressão semelhante para referir que tinha uma vasta erudição literária e que para além do conhecimento da literatura greco-latina e dos autores modernos, "il possédait toute la littérature nationale" (1880: 70).

(134)- "Camoens, toujours national" (*id.*: 113); "son ardent amour pour la patrie "; "C' est l' antique gloire de la nation qu' il chantera." (*id.*: 114); "l' enthousiasme qui entraîne et qui fonde l' esprit national." (*id.*: 115); "il eut plus q' eux [Ariosto ou Tasso] cet ardent amour de la patrie qui pénètre de ses feux tous les cœurs et leur donne un noble enthousiasme.

Le vrai Portugais qui a élevé naguère un si beau monument au poète de la patrie, nous a fait connaître en quelques mots le genre de mérite qui l'honorera d'avantage." (*id.*: 126).

(135)- É nestes termos que Garrett se refere, aliás, aos poemas homéricos e a outros poemas antigos: "E por isto nos [poemas épicos] mais antigos se duvida ainda hoje de seu verdadeiro autor, que alguns não querem que seja senão collector, como o nome de rhapsodias, dado aos cantos de Homero, parece inculcar." (1844: 160, n. A). Aliás, para Garrett, "Camões fez o que fizeram todos os grandes poetas nacionaes chamados por sua augusta missão a infeixar, n'um magnifico monumento, todas as glorias, todas as tradições poeticas de um povo: este é o character da sua epopeia e de todas as verdadeiras epopeias; fixam as crenças e a historia maravilhosa de uma nação, são ellas mesmas parte consubstancial, typica e quasi hieratica d'essa nacionalidade que consagraram pela religião da poesia." (*id.*: 159-60).

Os românticos imaginavam-se os rapsodos modernos ao recolherem as canções e os romances populares.

(136)- Segundo Garrett, a Europa lê *Os Lusíadas* "pelo que alli ha de poesia original, propria, primitiva: porquanto, era o Camões poeta tam portuguez n' alma, (...) os mesmos sons classicos se lhe repassavam debaixo dos dedos n' aquella sincera e maviosa melodia popular que respira das nossas crenças nacionaes, da nossa fe religiosa, do nosso fanatico - e inda bem que fanatico ! - patriotismo, da nossa história, meio historia, meio fábula dos tempos heroicos. Dominou-o, mas não pôde pervertê-lo a eschola do seu tempo." (1851: 11). Deste modo, "Camões populariza o género classico repassando-o, quanto era possivel, do gôsto nacional." (*id.*: 33).

(137)- Mendes Leal conhece a questão homérica, mas é adepto da tese do autor individual (1857: 259-60).

Quem também discordava de Wolf era António J. Viale, como se vê no quarto dos trinta temas que propunha para a lição de literatura antiga aos candidatos ao concurso de "Literatura Moderna" em 1872: "Homero existiu, e o sistema volfiano sobre a formação das epopeas, a *Ilíada* e a *Odisseia*, não tem sólido fundamento." (Aguilar, 1939: 169). Ironicamente, nos concursos de 1881 e 1882 para a substituição de Viale, que se aposentara, o redactor das questões (provavelmente Adolfo Coelho) inclui vários temas em que se propõe a impossibilidade da existência de Homero, com a inclusão da referência a diferentes poetas e às "lendas homéricas" (cf. Aguilar, 1939: 207, 214 e 217).

(138)- O romantismo traz uma nova classificação dos géneros, com base num critério genético e evolutivo (história literária), não se interessando já pela estrutura formal da epopeia, mas pela "sua génese, o seu parentesco e, portanto, a sua relação com o meio, o seu significado na história da cultura." Havia assim que ver o ambiente cultural em que a epopeia nasce e a idade mental a que corresponde, i.e., as condições geradoras e ambientais, porque se assentou que elas existem, num processo aporético, na medida em que se aplica um problema de evolução dos géneros (uma concepção evolucionista da epopeia) a uma classificação dos géneros (formal e não histórica) que desconhece essa evolução (*id.*: 81). Por outras palavras, a analogia das epopeias modernas com as antigas, resultante da imitação artística, não permitia deduzir que aquelas tinham uma génese similar (uma idade heróica).

(139)- Herculano, em 1834, lastimava a insuficiência da crítica dos neoclássicos, revelada sobretudo com "a polémica suscitada sobre o merito do immortal cantor dos *Lusiadas*". A resposta não teria surgido porque "os systemas estheticos mais liberaes e philosophicos que o dos antigos, e o da escola de Boileau, eram em geral desconhecidos entre nós, e estamos persuadidos de que o juizo a respeito do tão grande quanto infeliz Camões ainda resta a fazer, apesar da abundancia de escriptos que sobre este objecto se publicaram." (1898 [1834]: 62).

(140)- Segundo esta perspectiva, "a epopêa era a reunião ou a fusão, num todo regular, de cantos populares ou nacionaes muito antigos, compostos separadamente, em diversos tempos e por diversos auctores." (F. Figueiredo, 1987: 52; cf. 49-51). Havia sempre, diz Fauriel, dois graus de poesia, "um original, espontaneo, popular na substancia e na forma; outro escripto, estudado, erudito e artificial." (*id.*: 52). Fauriel acredita na universalidade da poesia popular, que diferencia da artística, como Herder: a poesia popular é a expressão directa e autêntica do carácter e do espírito nacional, que vive no povo e exprime toda a sua vida. Acha a poesia grega a verdadeira história nacional da Grécia moderna e a pintura mais fiel sobre os costumes dos seus habitantes, entendendo a poesia popular como uma continuação, numa lenta e gradual transformação, da poesia antiga e especialmente da poesia popular existente entre os gregos. Destaca assim afinidades entre os cantos gregos, os romances espanhóis e as baladas da Escócia e da Dinamarca, estabelecendo três fases para a história da épica: inspiração popular espontânea, recitação por cantores especiais; difusão escrita e editorial, de carácter mais reflexivo. Os seus pressupostos são os mesmos dos românticos alemães, mas prefere situar o centro de irradiação das literaturas modernas na Provença. Para Fauriel, a poesia amorosa provençal era uma amplificação, transformação e refinamento de uma literatura anterior, mais tosca, natural e popular. Considera a alba, a balada e a pastorela como formas provindas do povo. Apesar dos erros, "Sigue habiendo un fondo sustancialmente verdadero en las teorías románticas sobre la poesía popular" (Wellek, 1972: 26-7).

Por seu turno, Jean-Jacques Ampère, aluno de A. Schlegel e Niebuhr, ao comparar a literatura francesa da Idade Média com as literaturas estrangeiras (1841), segue a tese de Fauriel da supremacia europeia da poesia provençal. Como ele, acredita que no princípio o poeta era uma voz da colectividade (*id.*: 29-32).

Teófilo Braga cita com frequência Fauriel e Ampère e associa as suas ideias a Vico, Wolf e R. Wood (1911: 266-70).

(141)- Cf. Wellek, 1973: 368-9. Hegel concebe a épica como um monumento e as epopeias como os primeiros livros de um povo, constituindo o fundamento da sua consciência, sendo assim uma galeria dos espíritos dos povos (Szondi, 1992: 279). A poesia homérica é para ele o paradigma, mas diz que nem todas as bíblias dos povos são epopeias. No seu entender, a épica deve ter carácter nacional, com as marcas locais (o mundo positivo) e a substância nacional da consciência espiritual em relação à religião, família, comunidade, etc.. Só quando tem esta substância nacional é que uma epopeia entra na galeria dos espíritos dos povos (daí o seu juízo negativo sobre as lendas germânicas) (*id.*: 280).

No entanto, Hegel dedica pouco espaço a Ariosto, Tasso e Camões, achando estes dois últimos imitadores de Virgílio, artificiosos, e mostra pouco apreço pela *Eneida*, achando-a uma obra de pura invenção, cheia de maravilhas acumuladas friamente e com enredo artificioso. A épica, a seu ver, pertence a um passado irremediável

das idades heróicas, e o homem moderno, sem contacto com a natureza, não tem condições para a produzir. O mundo moderno encontrou o seu substituto no romance, "a épica da burguesia" (Wellek, 1973: 370).

(142)- Cf. F. Figueiredo, 1987: 52-3.

E. R. Curtius acusava nesta concepção o princípio de que teria de haver uma evolução contínua, que as teorias antigas da epopeia pressupunham, o que conduzia a inventar pré-estádios que deveriam recuar a uma lenda ou facto histórico anterior, uma vez que não se encontrava nenhuma epopeia francesa antes do século XI (Krauss, 1989: 149).

(143)- Para uma análise mais detalhada da distinção entre epopeias orgânicas e literárias, cf. Braga, 1911: 249-359; 1914: 535-8. Antes, Teófilo refere-se a esta distinção apenas uma vez, no *Curso* (1885: 276). No *Manual* enfatizava a semelhança d' *Os Lusíadas* com as epopeias anónimas, enquanto aglomeração de cantos cíclicos num momento de perigo da unidade nacional (1875: 296).

Teófilo apoia-se em Hegel para conciliar a sua concepção viquiana com a tese da origem individual e literária da epopeia: "O genio de um seculo, de uma nação, é, em verdade, a causa geral e substancial; mas a sua acção não se torna real senão quando se concentra no genio individual de um poeta, que, então inspirando-se d' esta época e penetrando-se da sua essencia torna-o concepção sua propria e o fundo da sua obra." (1911: 307). Aliás, à semelhança de Hegel, diz que a épica "representa os factos de um modo objectivo, e sempre narrativo." (1914a: 19).

(144)- Por outro lado, argumenta que Aristóteles era incompleto porque deduziu as regras da epopeia dos poemas homéricos, e na actualidade conheciam-se outras formas, como as epopeias indiana, persa, germânica, francesa e finlandesa (1914a: 32).

(145)- "E quando acima do *sentimento nacional*, os poetas tiverem a intuição da Humanidade na convergencia historica dos povos do Occidente realisando a hegemonia humana, esses destacar-se-hão e as suas Epopêas ficarão como expressões de um ideal que hoje se define - a *occidentalidade*. Virgilio, Dante e Camões elevaram-se a esta supremacia unica, ligando tres Civilizações que se integraram no mundo moderno." (Braga, 1911: 308; cf. 243-4). Cf. 1907: 136.

No *Curso*, Teófilo Braga, por influência comtiana (cf. VI.3), faz remontar a um fundo étnico comum occidental as tradições populares inspiradoras das epopeias (1885: 91-2).

(146)- Assim, Camões "apoderou-se de todas as tradições que matizavam as Chronicas portuguezas, para animar os quadros da acção epica." (1911: 610); "Para a formação de uma Epopêa é necessario um grande facto que dê o maximo relêvo ao sentimento da nacionalidade, d' onde surge a individualidade heroica; que se coordenem as tradições ou lendas poeticas na expressão d' essa consciencia nacional; e sobretudo, um temperamento individual, capaz de sentir a missão historica, possuindo o poder artistico para representar o ethos de um povo." (*id.*: 609). Esta concepção rapsódica aparece de modo explícito na *História de Camões* (1873a: 3-4, 129) e no *Manual* (1875: 296-9, 375-6).

Simões Dias, no seu manual escolar, encontra-se próximo das ideias de Teófilo Braga (1898: 195-6).

(147)- "Os eminentes criticos d' este seculo, como Frederico Schlegel, que nos ensinaram a lêr Camões, pasmam da intuição com que o poeta soube aliar em uma obra litteraria e reflectida todos os elementos tradicionaes de uma nação. A epopêa litteraria, tal como Virgilio a estabeleceu pela imitação dos poemas homericos, compõe-se de todos os elementos organicos da epopêa primitiva"; "A grandeza da acção (...) resulta da relação com uma nacionalidade inteira." De seguida, inicia a comparação das rapsódias com as cantilenas e os episódios: os episódios são "os elementos parciaes ou cyclicos, elaborados pelas tradições locaes, que um successo historico despertou nas reminiscencias populares, determinando o seu agrupamento em um corpo."; "Em volta dos *Lusiadas* agrupou Camões como episodios as mais bellas tradições da historia portugueza, que são a parte viva e caracteristica da feição nacional"; "Camões recompoz esses elementos, aproveitando-os com inteligência, e ligando-os com arte" (1891: 63-4). Cf. 1907: 5-6, 116, 244-5, 440; 1911: 331, 439-527; 1914: 541.

Também Ramalho Ortigão considera *Os Lusíadas* como a condensação/cristalização de toda a vida nacional e das suas tradições (1880: 129, 140).

(148)- Para Teófilo, esta conciliação do clássico com o nacional apenas se deu devido ao elevado patriotismo camoniano e à educação que seu tio Bento de Camões lhe teria dado em Coimbra: "mas todo este pezo de erudição e auctoridade dos preconceitos humanistas não conseguiram apagar da sua alma o sentimento *nacional*, que transpira na sympathia das allusões aos romances populares tradicionaes, aos Anexins e modismos vulgares, na preferencia dada á fôrma vicentina do Auto em seus tentâmes dramaticos, nas lendas que matizam a Historia de Portugal, que elle soube com tanta arte enramelhar nos *Lusiadas*."; "Esta educação é que fortificou o seu individualismo, alentando-lhe o sentimento da Nacionalidade, que se tornava mais intenso, quanto mais os acontecimentos tendiam para apagal-o." (1907: 244-5). Cf. 1873a: 59, 72-3, 1891: 216-7 e 1911: 410.

Ramalho Ortigão faz eco da tese teofiliana de que foi em Coimbra, com o tio, que se inteirou das tradições medievais nacionais (1880: 73-7).

Num texto de 1880, Adolfo Coelho já apontava para esta síntese: "Do mesmo modo que as tradições nacionaes foram fundidas por Camões com as tradições de antiguidade, assim elle uniu os elementos populares com os elementos eruditos da nossa lingua" (1995: 87).

Esta noção de que Camões sintetizou a cultura medieval e renascentista aparece também em Simões Dias (1898: 198).

(149)- "A epopeia celebra um estado actual da alma collectiva e um acto da sociedade contemporanea: esse estado é nos *Lusiadas* o do optimismo idealista conforme o exprimia o caracter nacional; esse acto são as descobertas geographicas dos portuguezes." (*id.*: 32). Assim, "Os *Lusiadas* andavam dispersos no pensamento de todos os portuguezes: Camões foi o verbo nacional que exprimiu o sentimento colectivo. Há em todos o desejo de verdade (não são fábulas), que constitui um dos traços ingenuamente populares do poema." (*id.*: 53). Numa metáfora musical, temos "Camões, em cujo peito vibravam todas as cordas da alma nacional", nos sucessivos momentos de definição da moral colectiva portuguesa (*id.*: 293).

(150)- E testemunham ainda outro "milagre", a solução da crise de 1383 (*ibid.*).

Se no ensaio de 1872 enfatizava o papel individual da fundação da nação, agora coloca o acento na acção popular: "A coragem de um homem fundou Portugal, o entusiasmo de um povo manteve-lhe a autonomia. A nação é verdadeiramente um milagre de vontade"; "Portugal, triunfante em Lisboa, é uma nação nova"; "E esse povo, filho do milagre, solta as azas e parte, mares em fóra, a 'por o freio' a quantas gentes vê.

Tal é o destino da nação, tal a sua historia" (1891: 289).

II.4.3.

(151)- Para a história da caracterologia das nações cf. van Delft (1993: 87-104), que mostra como os caracteres das nações são uma variedade do género do "carácter", próximo dos estudos de Aristóteles e Teofrasto, um nó em que a literatura e a antropologia se cruzam, sendo simultaneamente caracteres éticos e étnicos, num laço estreito entre caracterologia e espacialização, com base na ideia de "carácter moral", permitindo construir uma "topografia caracterológica" ordenadora do mundo e da humanidade (*id.*: 87-8). É nesta linha teofrastiana que se devem situar os caracteres étnicos de Montesquieu (*id.*: 91). Depois, constrói-se uma tópica dos caracteres das nações associada a uma perspectiva geográfica, climática, histórica, etc. (*id.*: 92), que se traduz numa forte imbricação da ética e da estética. No século XVIII destacam-se as perspectivas mais filosóficas de Hume (1741) e Kant (1764) e no século XIX, com Madame de Staël e Stendhal, o gosto da "anatomia moral" continua, embora a caracterologia das nações passe a estar mais atenta aos dados do real (*id.*: 104). Na actualidade, tem merecido uma particular atenção a análise dos "estereótipos" étnicos e nacionais na teoria e na prática literárias, entendidos como "representações culturais" e estudados numa perspectiva interdisciplinar (cf. Barfoot, 1997, ed.).

A distinção entre povos do Norte e povos do *Midi*, que foi um *topos* discursivo ao longo do século XIX, tem origem a partir da comparação histórica do império romano e das invasões "bárbaras": "Son origine est évidemment la conséquence des 'invasions' germaniques à partir desquelles l' Europe a vécu sur le double apport de la culture et les institutions méditerranéennes et nordiques." (Guiomar, 1990: 84). Desde finais do século XVIII, procura-se "montrer que le véritable apport des peuples du Nord n' est pas du côté de l' État, mais du côté de la nation. Le vrai débat qui se déroule en Allemagne depuis Winckelmann et son exaltation de la sculpture grecque, c' est la confrontation entre culture du Midi et culture du Nord. Weimar est par excellence, avec Goethe et Schiller, le lieu de recherche d' une synthèse harmonieuse entre les deux." (*ibid.*).

(152)- Para M.me de Staël, a França, a nação latina mais cultivada, tende para a poesia clássica greco-latina e a Inglaterra, a nação mais ilustre das germânicas, ama a poesia romântica e cavaleiresca (1968 [1813], I: 211-2). Esta concepção global da cultura "germânica" explica em grande parte a própria noção de "literatura do Norte: "Pour nombre d' auteurs (dont Mallet, *Histoire du Danemark*, 1758, *Edda, ou Monuments de la mythologie et de la poésie des anciens peuples du Nord*, 1787), civilisation celtique, germanique et scandinave n' en font qu' une, qu' expriment aussi bien les poèmes bardiques du Pays de Galles - que les érudits anglais et gallois sont en train de découvrir - qu' Ossian ou l' Edda." (Guiomar, 1990: 90-1).

(153)- Cf. Moisés (2000: 124-30). Como nota G. Petronio, a reabilitação da Idade Média deu-se sobretudo nos países católicos, mas também se tornou importante para os países protestantes, sobretudo os germânicos, que nela viam a exaltação da civilização germânica (cavalaria), que teria dado uma vida nova a um mundo latino exausto (1981: XXVIII-XIX).

É possível, porém, ver esta reabilitação como um resultado da escola histórica alemã, com forte influência da escola de direito histórico de finais do século XVIII, de Gustav Hugo e Savigny, que teve J. Grimm como aluno. Esta escola procedeu a uma autêntica revolução no estudo da cultura alemã, com contributos convergentes em áreas diferentes, preparando o romantismo (Guiomar, 1990: 87). Teófilo Braga acusa em particular a influência da escola do direito histórico (cf. 1903a. 64, 102).

(154)- Segundo Jean-Yves Guiomar, esta concepção tem origem na filosofia da história de Herder (1990: 83), que não deixou de conciliar o Norte e o *Midi* ao falar da poesia provençal como ponto de encontro entre ambas, em contacto com o mundo árabe (*id.*: 95-6). Depois, porém, predominou a ideia da superioridade do Norte:

"La prépondérance anglaise au XVIII.e siècle, considérée à partir de 1770 par les Allemands comme le 'cou d' envoi' d' une suprémacie définitive du Nord sur le Midi (Shakespeare étant gloire littéraire commune aux Anglais et aux Allemands, pour son traducteur A. W. Schlegel comme pour Jakob Grimm). Le Nord ainsi compris, c' est l' héritier de l' Orient primordial, dont la Grèce fait partie, l' Allemagne est la Grèce des temps modernes. Orient et Grèce, et Allemagne, sont les sources d' une mythologie enfermant et exprimant les secrets perdus de l' humanité vouée au divin. De là est venue une civilisation barbare certes en ses débuts (...), mais virile, morale, chaste - respectueuse de la femme-, seule apte à mettre en pratique les valeurs fondateurs du christianisme. En face, le Midi d' origine latine, c' est-à-dire une civilisation de seconde main - les Romains élèves médiocres des Grecs-, abâtardie, efféminée, sensualiste, productrice de despotes esclaves de leurs appétits de jouissances et d' une gloire égoïste. Quoique héritière de l' Empire et du droit romain, l' Allemagne du Moyen Âge avait su selon cette vision épurer cette source trouble, et la Réforme avait édifié un christianisme du Nord, le seul vrai..." (Guiomar, 1990: 98)

(155)- Cf. Szondi, 1992: 88.

(156)- Na instituição das Faculdades de Letras em França em 1838, para além das cadeiras de filosofia e história, estudava-se a literatura antiga, a literatura francesa e a "literatura estrangeira" (instituída na Sorbonne e na *École normale supérieure* em 1830, ocupando respectivamente estas últimas cadeiras C. Fauriel e Jean-Jacques Ampère), entendendo o legislador que nalgumas cidades se devia dar preferência às literaturas do Norte e noutras às literaturas meridionais, em função da sua localização geográfica (cf. Espagne, 1993: 42-3). Em 1840-1, no *Collège de France* instituem-se as cadeiras de línguas e literaturas eslavas, línguas e literaturas da Europa meridional (regida por E. Quinet de 1841 a 1875, que de 1839 a 1841 ensinou literatura estrangeira em Lyon) e línguas e literaturas de origem germânica (regida por Philarète Chasles de 1841 a 1873) (*id.*: 111-3). Na Sorbonne, como observa M. Espagne, privilegiou-se o estudo da tradição clássica dos estudos literários franceses, cabendo pois um papel inovador às restantes faculdades do país, ao *Collège de France*, à *École normale supérieure* e à *École pratique des hautes études* (*id.*: 105).

Mas, em termos gerais, "Les littératures du Midi sont défavorisées par rapport aux littératures du Nord et surtout à la littérature allemande qui demeure la littérature étrangère par excellence. Un poids qui est encore accentué

par la parenté des philologies romanes, des études sanscrites ou de la grammaire comparée avec les méthodes allemandes d'analyse des textes." (*id.*: 128).

(157)- Para F. Schlegel, orgânico é um poema que se desenvolve do interior, como um germen ou uma semente, sendo comparável a um organismo. Por isso, uma forma orgânica é uma forma adequada ao seu conteúdo, cresce com ele e não se distingue dele. Tal como uma planta, a obra está ligada às condições históricas e geográficas em que nasce (Angelo, 1998: 170-1).

(158)- Se admite que os ingleses e alemães também imitaram os antigos, realça contudo que as suas belezas originais têm a marca da mitologia do Norte, com uma grandeza poética caracterizada pela melancolia e pelo entusiasmo (1991 [1800]: 204-5). Madame de Staël não deixa, aliás, de explicitar que prefere a literatura do Norte (*id.*: 205).

(159)-Cf. 1849: 11, 14.

"Em quanto o mundo existir harmonicamente dividido nesses grandes systemas que se chamam nações, o talento ha de buscar a sua esphera de actividade no povo, caracterizar a indole, as tradições, as aspirações diversas da sociedade, aonde elle nasceu, e se creou.

Por maior que seja a força invasora da civilização, por mais poderoso que seja o seu principio essencial (...) e unidade - não poderá apagar nem as diferenças de sangue e de raça, nem o cunho especial da nacionalidade, que não vive só nos monumentos, nos livros, nas tradições oraes, reside tambem no clima, no céu, na natureza, que a civilização póde modificar, mas nunca transformar de todo.

É evidente para nós, que a imitação servil estrangeira, desfigura e empobrece as litteraturas." (*id.*: 110-1).

(160)- Esta valorização da originalidade resulta do facto de considerar a poesia um reflexo da alma e da fantasia, o que implica a não aceitação da imitação, nomeadamente da poesia clássica (a "poesia mitológica"), na medida em que reflectia uma civilização passada (exterior e materialista), "completamente distincta da indole, instinctos e progressos das nações modernas" (1872 [1860], I: 11). Assim, "seria absurdo, ainda mesmo nos dominios ideaes das letras, querer voltar a esse tempo de paganismo, quando tudo nos impelle para outros rumos e outros destinos." (*id.*: 35). Imitar equivalia a "renegar a inspiração, faculdade divina do talento; seria renunciar a originalidade, a qualidade mais digna e nobre de todos os productos da actividade humana" (*id.*: 13).

(161)- Assim, para Andrade Ferreira, "É impossivel negar que a reacção romantica rasgou mais amplos espaços e encheu de luz e vida perspectivas, que os preceitos da poetica antiga, levados á obstinação do systema absoluto para todas as fôrmas de arte, conservavam envolvidas n' um véo denso, que só mãos audazes se abalançaram a descerrar." (1872 [1859], I: 46-7).

(162)- Cf. Borges de Figueiredo (1862: 21), Adolfo Coelho (1881: 13), Lage (1881: 13, 31), Simões Dias (1898: 12, 58-60), Teófilo Braga (1984 [1909]: 65) e Mendes dos Remédios (1911: 71).

(163)- *Id.*: 58. Para A. Schlegel, os gregos realizaram o ideal da natureza humana pela proporção feliz das suas faculdades, em harmonioso acordo, atingindo a perfeição em todos os géneros (*id.*: 48). Para essa realização, continua, terão contribuído a bondade do clima e a religião (*id.*: 42-3).

A ideia da superioridade dos gregos nas artes deriva em grande parte da imagem construída por Winckelmann (1755), com uma interpretação de tipo genético, considerando que nos gregos as artes plásticas eram naturais e não estudadas ou aprendidas (Szondi, 1992: 61). No entanto, Herder pensava que eles não foram inventores adâmicos, tendo a precedê-los uma tradição oriental (asiático-egípcia) (*id.*: 43). Para Hegel, a arte grega representava a encarnação suprema de toda a arte, pela sua relação com a verdade divina, como se poderia observar pelo porte dos deuses gregos nos poemas homéricos e na escultura (*id.*: 171).

(164)- Cf. 1971, I: 35. Por isso, diz que apenas falará Séneca porque um "preconceito cego" fez de tudo o que vem da antiguidade um modelo digno de ser imitado (*id.*: 316). No entanto, não deixa de avaliar o sucesso ou fracasso da imitação, considerando que os franceses tiveram mais êxito na imitação da tragédia antiga do que os italianos (*id.*: 49-50).

(165)- Antero de Quental celebra a história literária como redentora pelo facto de ter libertado a literatura da poética inflexível e absoluta do classicismo, que bania da história como bárbaros os povos que não se regiam pelos seus princípios, "em nome d' um ideal de perfeição uniforme", convencional e abstracto: "Ao methodo exclusivamente abstracto substituiu-se o methodo historico, e para logo todas as litteraturas, as antigas e as modernas, as barbaras e as cultas, alumiasdas por uma luz nova, appareceram com as suas feições caracteristicas, os seus relevos naturaes, os seus contornos, e vieram tomar cada qual o logar que lhe competia na serie dos desenvolvimentos do espirito humano." (1872: 8-9).

(166)- Uma vez que "O progresso é a lei geral da humanidade", "A immobildade equivale á morte" (*id.*: 14); "A imitação é sempre um symptoma de decadencia." (*id.*: 15); "a imitação, elevada a theoria absoluta, produz sempre a morte da propria arte e torna-se o cadafalso do talento." (*id.*: 16).

(167)- Segundo M.me de Staël, os gregos apenas tiveram a sorte de serem os primeiros, devendo a sua superioridade a esse facto (1991 [1800]: 92-3, 103). Se considera que a eloquência grega ainda é um modelo, pensa que a filosofia dos gregos é inferior à dos romanos e à dos modernos (*id.*: 120). No essencial, defende que falta aos gregos o que os romanos têm, i. e., o sentimento íntimo, a vontade reflectida, o espírito nacional, "ce devouement patriotique qui ont distingué les Romains." (*id.*: 128). Não deixa de reconhecer que os gregos deram o impulso à literatura e às belas- artes, mas defende que os romanos trouxeram ao mundo a marca do seu génio, apesar de terem seguido a rota da literatura grega, o que considera natural, na medida em que pensa que o género humano prefere aperfeiçoar quando é dispensado de descobrir (*id.*: 129). Para M.me de Staël, os romanos foram menos dedicados à literatura do que os gregos, mas foram--lhes superiores em sagacidade e profundidade, em termos morais e filosóficos (*id.*: 137). Em última instância, pensa que as virtudes dos romanos (dignidade humana, austeridade, virtude, e sabedoria) derivaram da democracia, que inspirou uma emulação viva, ao passo que aristocracia dos gregos teria impulsionado sobretudo a tendência para o aperfeiçoamento. Acha assim que os romanos têm um espírito mais verdadeiro e profundo (*id.*: 139-45), considerando como um defeito dos gregos a separação entre o pensamento e a acção (entre as armas e as

letras, entre a filosofia e os assuntos de estado) (*id.*: 132). Em suma, segundo M.me de Staël, Virgílio, Horácio e Ovídio foram mais filosóficos do que os poetas gregos (*id.*: 148).

(168)- *Id.*: 224; 1968 [1813], II: 257.

Em *De la littérature*, M. de Staël dedica um capítulo a Shakespeare (1991 [1800]: cap. XIII). Apesar das críticas, exalta-o pela sua relação com o espírito nacional da Inglaterra e com o génio da literatura do Norte, pela sua originalidade e por começar uma "literatura nova".

(169)- Cf. 1968 [1813], II: 121-5.

(170)- Cf. 1971, II: 127-130.

(171)- "Combien sous ce rapport la littérature et la poésie espagnoles paraissent grandes! Tout y respire le sentiment national le plus noble, tout y est sévère, moral et profondément religieux."; "leurs poètes aussi sont des véritables Espagnols." (*id.*, II: 109).

(172)- Esta "nacionalização" da literatura portuguesa passa pela alteração dos princípios poéticos e hermenêuticos do contexto de produção nas obras. Não deixa de ser paradoxal que Bouterwek defenda que não se podem medir pelos padrões dos greco-latinos as obras de Sá de Miranda, Camões, Rodrigues Lobo e de outros poetas portugueses (1823, II: 404). Assim, do correcto entendimento do que realmente constitui a "poesia natural" e ideal é que derivaria "the only true principle whereby the judgement ought here to be guided in forming its decision", prestando-se atenção "to local circumstances, wick, whenever ancient or modern poetry has arisen out of the poetic perception of nature and human life, rather than out of eading, or philosophic and critical abstractions, give to the poetic creations of the mind the true impress of reality; - and, amidst realities, the poets of the fifteenth and sixteenth centuries lived." (*id.*: 404-5). No seu entender, estes poetas não visam a posteridade por um estilo universal de poesia teoricamente cultivado, o seu mundo poético é um mundo imaginado e escrito para os seus contemporâneos, de acordo com as circunstâncias do seu tempo.

(173)- *Id.*, I: 183. Teófilo Braga destaca assim o seu papel pioneiro: "Que attentado o de Lessing, quando um dia se atreveu a sacudir o chinó de Racine, aonde se accumulara uma admiração de seculos !" (1870a: 158).

(174)- *Id.*, I: 184-7. A propensão para a filosofia (da história, política) e a sua admiração pela filosofia idealista alemã, porém, não a tornam admiradora da teoria estética alemã (cf. 1968, II, cap. XXXI), não apreciando o facto de Schiller aplicar a filosofia à literatura, por considerar a sua filosofia demasiado metafísica e abstracta (*id.*: 68-9). Na descrição das obras de arte, M.me de Staël dá mais importância à crítica do que às ideias gerais, que a seu ver planam sobre todos os temas sem caracterizar nenhum. Daí condenar um projecto teórico essencialista, dizendo que os alemães queriam teorias completas sobre todos os temas, independentemente das circunstâncias, tarefa que considera impossível (*id.*: 69). Elogia "La théorie littéraire" dos alemães, que classifica como criativa, inovadora e prometaica, fundada na beleza ideal e não como imitação da natureza (*id.*: 161-2). A seu ver, porém, os grandes

escritores não necessitam de toda esta metafísica, afirmando que há com frequência inconvenientes essenciais nesses sistemas de filosofia aplicados à literatura, embora os ache preferíveis a um sistema normativo, fundado em regras (*id.*: 162).

(175)- Cf. 1968 [1913], II: 213-4.

(176)- 1968 [1813], II: 213

Num artigo consagrado à Marquesa de Alorna, Herculano (1844-*Panorama*) resume um pouco desta concepção de *De l'Allemagne*, salientando que M.me de Staël chamou a atenção para "a arte de Alemanha, a qual veio dar nova seiva á arte meridional que vegetava na imitação servil das chamadas letras classicas, e ainda estas estudadas no transumpto infiel da litteratura francesa da epocha de Luís XIV." (1898: 278).

(177)- 1968 [1813], II: 254. Cf. A. Schlegel, 1971, II: 133-4.

(178)- Cf. 1968 [1813], II: 18, 162, 251-2, 259, 305, 316.

(179)- Cf. F. Schlegel, 1829, II, cap. XII. Para F. Schlegel, só no cristianismo é que a Alemanha poderia encontrar a paz intelectual e moral. A reunificação pela fé solucionaria, no seu entender, a antiga divisão religiosa dos alemães. O mal da razão iluminista estaria precisamente no facto de ter afastado a sociedade do cristianismo, trazendo a discórdia e a divisão (*id.*: 100).

A apreciação de A. Schlegel é semelhante: "Si la religion, l' amour et la valeur enflamment le génie romantique, cette poésie, ayant pris naissance et s' étant développé en Espagne sous des pareils auspices, devait prendre sans doute le vol le plus élevé. L' imagination des Espagnols, aussi hardie que leurs exploits, ne reculait devant aucune entreprise aventureuse." (1971, II: 360).

É esta apreciação dos irmãos Schlegel que conduz à canonização de Calderón em Espanha, que, com a comemoração do bicentenário de 1881, passou a ser visto como reflexo do espírito nacional (cf. Aradra Sánchez, *in* Pozuelo Yvancos e Aradra Sánchez, 2000: 275-7).

(180)- A lição dos Schlegel encontra eco em Herculano, que num artigo consagrado ao teatro espanhol (1839) os cita longamente (1898: 127-8, 133-6) e afirma que "os portugueses devem ser em litteratura uma só nação com os hespanhoes: se quisermos ter originalidade, nacionalidade, e o que mais é, verdade, estudemos Lope, Calderon e os seus contemporaneos; não nos envergonhemos de folhear livros por onde constantemente estudam os mais illustres escriptores dramaticos da Alemanha e da Inglaterra, apesar de não poderem tirar d' elles todo o proveito, que nós por certo tiraremos." (*id.*: 138-9). O romântico, neste artigo, é também de natureza cristã. Para Herculano, "as cerimoniaes do christianismo deram origem ao teatro moderno" (*id.*: 137), do mesmo modo que a civilização pagã inspirara o teatro antigo (*id.*: 188).

Numa primeira fase do seu percurso, Teófilo Braga pensava que a única possibilidade de originalidade da literatura portuguesa estava na sua aproximação da literatura espanhola, como sucedera no século XV (1870a: 160-1, 232-3).

Por seu turno, Moniz Barreto, convicto da unidade do "génio peninsular", num artigo sobre "O teatro espanhol e o público português", destaca a originalidade do teatro espanhol e da literatura inglesa nos moldes da "cartografia romântica" e, como Herculano, que cita, vê no modelo cénico espanhol uma fonte de regeneração do teatro nacional (1963 [1892]: 157-60).

Quem não aceita esta imagem do teatro espanhol é A. P. Lopes de Mendonça, que considera que Lope de Vega e Calderón, cortesãos numa época de absolutismo, não reproduzem exactamente a história do seu povo (1849: 59-61), embora venha a destacar que o teatro espanhol reflecte a religião e os costumes meio bárbaros e cavaleirescos do seu tempo com engenho e imaginação (1855: 200).

(181)- Mas esta visão romântica não é bem aceite pelo iluminismo de M.me de Staël, que em *De l' Allemagne* considerava os irmãos Schlegel parciais, ao penderem visivelmente para a Idade Média e para a sua mundividência religiosa. Para ela, o facto de a literatura moderna se dever fundar na história e na crença "nacionais" não significa que as produções literárias da Idade Média possam ser valorizadas em excesso, apesar da sua energética simplicidade e do seu carácter puro e leal, pois isso seria equivalente a esquecer as vantagens do conhecimento dos antigos e dos progressos da civilização. A seu ver, não se devia fazer recuar a arte, mas reunir as qualidades diversas desenvolvidas pelo espírito humano nas diferentes épocas (*id.*: 73).

De qualquer modo, a "descoberta" da literatura medieval espanhola e a valorização do seu "romance popular", com as recolhas de J. Grimm (1815), Ferdinand Wolf (1821-5) e Augustín Durán (1828-32), e a *História da literatura espanhola* de Ticknor (1849), contribuem decisivamente para a consagração de *El Cid* e da época medieval como uma época original, em que o espírito nacional se teria expressado de modo autêntico (Aradra Sánchez, in Pozuelo Yvancos e Aradra Sánchez, 2000: 206).

(182)- Cf. 1968 [1813], II: 238, 242, 248-51, 272, 301-2, 305.

(183)- Cf. 1991 [1800]: 86, 168-73.

(184)- Schelling distingue poesia antiga e moderna com referência à mitologia, estando aquela ligada à natureza (Szondi, 1992: 130-1), e esta à espiritualidade cristã, mas também aos mitos históricos da história nacional (*id.*: 137).

(185)- Cf. 2000 [1865]: 30; 1875: 2; 1984a [1880]: 57; 1885: 15; 1984 [1909]: 89.

A Idade Média era uma época em que, segundo Garrett, "Todos os elementos da sociedade, unidos assim por sympathias communs, tendiam simultaneamente a aperfeiçoar-se, temperando-se uns aos outros pela própria acção e reacção de suas fôrças." (1851: XIX); "Foi a Primavera do espirito, a estação da florescencia d alma." (*ibid.*); "A cavalleria e a poesia d' esses tempos foram pois inseparavelmente ligadas, são fructos de uma grande revolução moral, nasceram junctas, mutuamente se explicam e definem" (*id.*: 20).

Para Andrade Ferreira, a génese das literaturas modernas resulta da inspiração oriental e cristã e da "poesia creadora e nacional da idade-media" (tradições, lendas), sobretudo na Península, "cujo genio de poesia tanto se

identifica com todo este sentir, idealizado por suaves ficções de amor e mysticismo." (1872 [1859], II: 60). Situa mesmo Bulhão Pato, João de Lemos e Tomás Ribeiro nesta genealogia (1872 [1862], I: 160-3).

(186)- Os Schlegel, como sublinha Andrade Ferreira em 1859, formam uma escola "que escolhe os modelos (...) principalmente nas obras da arte catholica da idade-media" (1872, II: 31).

(187)- Teófilo Braga aponta para esta divisão ao distinguir o romantismo "emanuéllico" (conservador) do romantismo "liberal" (cf. IV.2.). Para os conservadores, afirma, a Idade Média era fundamentalmente o catolicismo, ao passo que para os revolucionários (v.g. Blanc, Thierry) a Revolução era "a continuidade das luctas communes da Idade média, em que se constituia o Terceiro estado ou o Povo." (1903a: 68). Teófilo acusa Herculano de ser um romântico "emanuéllico" e "artista", mas estranhamente nunca se pronunciou sobre o conservadorismo de F. Schlegel e sobre os serviços que prestou à *Santa Aliança*, do mesmo modo que parece pouco incomodado com o conservadorismo de Comte e de Taine, que tanto o influenciaram.

(188)- Para B. Croce, a "heresia espiritual" da Alemanha foi a introdução desta cisão no conceito de beleza, pragmatizando os seus conceitos "pseudo-estéticos" (1994 [1936]: 123) e introduzindo divisões político-sociais na concepção da literatura, a começar pela oposição entre classicismo e romantismo, sendo a poesia clássica identificada com os povos neolatinos e a romântica com os povos germânicos (*id.*: 125).

(189)- Cf. 1968 [1813], I: 212-3.

(154)- Cf. 1971, I: 46-8.

Freire de Carvalho, em *Lições Elementares de Poética Nacional*, destaca que o que distingue a escola clássica da romântica é o facto de seguirem direcções opostas, da objectivização clássica (que com o sobrenatural transfigura o real, convertendo "o ideal em real") à idealização romântica ("transforma, em uma palavra, o real em ideal", parte do natural para o mundo celeste): "a primeira é toda physica, a segunda metaphysica." (1840: 145); "Os poetas antigos, ou os sectarios do genero *Classico*, tiravão do Olympo os seus deoses, revestidos de toda sua belleza, para os fazerem gozar dos prazeres concedidos aos mortaes; os poetas modernos, extasiados admiradores do genero *Romantico*, tem feito penetrar os homens e suas miserias na morada da Eternidade, para os tornarem participantes da felicidade dos escolhidos; os primeiros farão os seus deoses quinhoeiros dos nossos prazeres, os segundos fazem o Ceo testemunha das nossas desgraças." (*id.*: 146).

(191)- Para o Cardeal Saraiva, o romantismo era fundamentalmente o desprezo pelas regras estabelecidas pelos clássicos em todos os géneros, desagradando-lhe os excessos e desvarios de linguagem dos românticos (cf. Borges de Figueiredo, 1876: 89-91; Braga, 1905a: 215-9).

Francisco Freire de Carvalho, no capítulo final (XIII) das *Lições Elementares de Poética Nacional*, intitulado "Observações sobre as duas escolas de poesia, clássica e romântica", que, à semelhança de Herculano, denomina escola antiga e escola moderna (1840: 140), dá conta da pluralidade de definições do romantismo, referindo que só havia unanimidade na caracterização da "escola clássica". Relativamente às definições correntes de Romantismo, refere a que Bouterwek apresenta na introdução da "História da Literatura Italiana", centrada na ideia

de que a poesia romântica era a poesia amorosa e cavaleiresca da Idade Média, e menciona a nota do editor da tradução francesa da "História da Literatura Espanhola" de Bouterwek, segundo a qual os escritores alemães tinham uma aceção mais ampla: tratar-se-ia de um género novo em relação com "o espirito local", "nascido da propria indole das nações modernas, o qual tem por base a Bíblia, a Vida dos Santos, a Historia heroica e maravilhosa dos nossos antepassados" (*id.*: 141). Por outro lado, anota a concepção que M.me de Staël apresenta em *De l'Allemagne* (poesia trovadoresca nascida da cavalaria e do cristianismo) e a de "alguns Criticos Francezes": os que consideram que a poesia romântica "se esforça em reproduzir o pensamento", "que attende mais ao fundo, do que á forma poetica", os que defendem que "consiste na representação rigorosa dos costumes do tempo", os que asseveram "que é a expressão simples e sem artificio de um pensamento (...) sem observancia de regras", posição extremada pelos que afirmam que "o verdadeiro *romantico* consiste na independencia total das regras" (*id.*: 142).

De todas estas definições, Freire de Carvalho deduz que "existe um principio unico na generalidade destas mesmas definições, que consiste na substituição da mitologia pagã pelas crenças do cristianismo e na ideia de que "a poesia *romantica* deve ser a expressão das precisões, e dos góstos da humana sociedade actual." (*id.*: 143). Mas, na linha iluminístico-romântica de M.me de Staël, Freire de Carvalho considera que "a simplicidade e até a obscuridade dos Povos antigos é mais favoravel á Poesia, do que as combinações e as luzes da civilização moderna", ao passo que nesta prosperam as ciências e a filosofia (*ibid.*). Em termos pessoais, porém, Freire de Carvalho defende a conciliação da poética clássica com a romântica, de modo a evitar os excessos de ambas (*id.*: 147).

À semelhança de Herculano, L. A. Rebelo da Silva opõe a poesia moderna (nacional, popular e cristã) à literatura clássica da Renascença (imitativa, aristocrática e pagã) (cf. 1848: 105-7).

Mendes Leal salienta o aspecto nacional da obra de Garrett e coloca a tónica na superação do classicismo (cf. 1862 [1856]: 6-7).

A. P. Lopes de Mendonça, que começa pela aceitação das ideias românticas, valoriza o romantismo como época de regeneração nacional associada à revolução liberal (1849: 15; 1855: 36-41), mas não aceita que possa constituir um regresso ao catolicismo medieval, desvalorizando mais tarde o critério romântico da originalidade, em nome do progresso social (1855: 2-3). Assim, sem deixar de destacar a importância do cristianismo na Idade Média (1857: 2-3), confere um relevo maior à Reforma e à Revolução francesa na geneologia do Romantismo (*id.*: 206-7).

Luciano Cordeiro, por sua vez, contrapõe, de modo original, o clássico e o romântico em termos de "estilos" artísticos, distinguindo o romantismo de Domingos Sequeira do classicismo de Vieira Portuense. Em Sequeira dominam "a imaginação exuberante e livre, o desmazêlo da fôrma, o predomínio do colorido, o original, ou o vago, ou o *peçoal* da concepção, a idealização christian" (1869: 199). Em Vieira destaca-se "o esculptural, o desenho, a *fôrma* e a formula". Do ponto de vista literário, "Tres feições se destacavam na evolução. Espirito de *nacionalidade*, espirito *critico*, e espirito *individualista*. Ora o *classico* fôra, senão a negação, a sujeição de tudo isto á objectividade da fórmula, da tradição, e da authoridade. O *classico* não era nacional. Era anterior, superior á laboração e formação da *nacionalidade*, e impozera-se a esta mal sahira da incubação medieval."; "Reacção, o *romanticismo* foi nacional (...), critico (...), foi patriotico e democraticamente guerreiro (...), foi popular" (*id.*: 183-4).

(192)- Cf. Andrade Ferreira (1872 [1860], I: 18).

Teófilo Braga também faz eco da ideia hegeliana na sua introdução a *Tempestades Sonoras*, ao preconizar que na poesia clássica a forma e o pensamento coincidiam e que na poesia romântica a forma não podia conter o sentimento (1864: VII-VIII e XXVI).

A Teófilo se deve a tentativa da síntese da Estética de proveniência alemã, do idealismo transcendental (cf. 1984a [1880]: 69-79; 1903a: 109-21), antes de desembocar na elaboração de uma "estética positiva" (cf. VI.3).

(193)- Segundo Andrade Ferreira, este é "o sentimento fundamental da escola moderna n' esta mistura de pensamentos abstractos e sensações íntimas, n' este contraste de inspiração das perspectivas da natureza com as inquietações de um peito atormentado pelo enigma da vida."; "é emfim em todas estas aspirações, idéas e arrebatamentos, que a índole da nova escola tem uma vantagem reconhecida sobre a sua rival, porque, n' este ponto, o romantismo vive com a humanidade e é a expressão ardente de uma religião espiritualista." (1872 [1860], I: 24-5); "o espiritualismo e o amor, poesia cujas fontes brotam ambas da alma, são as eternas e características inspirações da musa moderna. E em quanto o coração do homem palpitar, e a mente abrasada lhe arrebatou essas palpitações ás regiões infinitas do ideal, a poesia romantica ha de existir, ser fecunda e universal." (*id.*: 26); "a inspiração moderna leva vantagem á musa dos antigos, que, sem aspirações para um futuro de luz infinita, nem azas que a deixassem voar pelos horisontes sem fim do espiritualismo, se fica nos dominios estreitos do sensualismo pagão." (*id.*: 37).

Mas Andrade Ferreira não esquece a pluralidade de tendências do romantismo, de que dá conta em síntese, sendo notória a influência staëliana:

"este conjuncto de doutrinas diversas, mixto de aspirações religiosas, de recordações do passado, das singelas e nativas tradições que haviam desferido o vôo das poeticas e melancholicas ribas de Rheno, como um sopro espiritualista das raças do Norte que invadissem e viesse purificar a atmospheria morna e viciada dos povos do Meio-dia e Occidente da Europa; todos estes principios, todas estas impressões, todas estas exigencias moraes e intellectuaes crearam uma escola de innovadores ardentes" (1872 [1859], I: 45).

(194)- Como sublinha Teófilo Braga, "O espirito critico veiu da Allemanha; de lá veiu o impulso para estudar todas as litteraturas, não afferindo-as pela craveira dos classicos gregos ou romanos, mas pelo genio local, nacional, pela influencia dos climas e das raças. Sob este ponto de vista, as litteraturas mais ricas eram as que tinham sido mais desdenhadas pelos rhetoricos e academicos.

A idade de ouro da litteratura franceza ficou reduzida a uma macaqueação constante da antiguidade; se a França quiz apresentar n' este grande concurso da critica moderna alguma cousa de seu, teve de recorrer aos *Fabliaux* e aos interminaveis poemas dos seculos XII e XIII." (1870a: 158-9).

(195)- "Derrière l' intérêt pour les nationalités littéraires se dissimulent souvent des perspectives franchement nationalistes. Ce n' est pas seulement un problème d' érudition que de déterminer si la littérature provençale a rayonné à travers l' Europe et marqué de son empreinte les antiquités germaniques et la littérature italienne à ses débuts ou si un effet inverse s' est produit. L' identité latine catholique n' est pas un phénomène constaté dans la nature, c' est aussi une construction idéologique, au même titre que l' unité des peuples slaves, l' appartenance saxone des anglais, etc." (Espanne, 1993: 353).

III. A história literária como "história profunda" da nação:

modelos, função e motivação

"a história é o que dela fazem os documentos, a história é o que fazem dela, sem nós sabermos, as condições do género."
(Veyne, 1987 [1971]: 321)

Como sublinha Aguiar e Silva, "No campo dos estudos literários, o século XIX foi por excelência o século da história literária." (1990: 27). Enquanto género e formação discursiva, segundo R. Wellek, "L'histoire littéraire en tant que discipline autonome est seulement apparue lorsque biographie et critique ont fusionné et que, sous l'influence de l'historiographie politique, la forme narrative a commencé d'être employée." (*apud* Escarpit, 1958: 1756) (1). A história legitimava então o estudo da literatura.

A inscrição da literatura na História é possibilitada pelo facto de o discurso histórico - resultante da fractura da "Ordem clássica", com a sua narrativa da continuidade da "grande cadeia do ser" (2) - instaurar novos regimes de continuidade, novas leis que visavam regular de modo universal a historicidade humana, a fim de reencontrar a unidade perdida e o sentido do devir. A filosofia da história procurou atingir esse objectivo, inspirando-se no modelo das ciências experimentais, em particular na Física (cf. Gardiner, 1995: 3-9) e na Botânica, sucedendo-lhe a Biologia nesta função de estabelecer uma espessura de continuidades no tempo histórico. A "natureza" serve de modelo ao mundo humano e dela se deduzem as ideias de "evolução" e de "progresso", mas também as analogias organicistas entre as fases da vida humana e os ciclos da natureza. As ciências exactas forneciam ainda o modelo epistemológico da indagação histórica, que se centrou na busca dos "factos" e no seu encadeamento lógico, segundo um nexos causal e de acordo com determinados factores de influência ou determinação, por vezes entendidos como "leis" (clima, raça, etc.) (3).

O discurso da história literária constrói-se ao longo do século XIX em articulação com o discurso da história e com um conjunto de saberes de onde emergirão as ciências humanas e sociais

(filologia, antropologia, sociologia, etc.), subordinadas então aos métodos das ciências naturais, numa época em que as fronteiras entre estes campos de saber eram difusas. Assim, em termos narrativos, a história literária é uma construção discursiva com base nas relações que estabelece entre textos ou elementos textuais, dispostos em sequências temporais, de modo perspectivista, a que a narração dá unidade e coerência, pela aplicação do modelo das ciências naturais ao discurso histórico (cf. Schmidt, 1995 [1985]) (cf. I.3 e VI.3).

Este processo deveu-se em grande parte à institucionalização universitária do ensino da literatura, como sublinha Aguiar e Silva:

"Desde que as universidades se tornaram nos mais importantes e influentes centros de investigação científica e desde que os estudos literários alcançaram a sua institucionalização, nos planos do ensino e da investigação - (...) sobretudo a partir da segunda metade do século XIX -, tornou-se imperioso e urgente estabelecer, fundamentar e caracterizar a natureza científica dos estudos literários, como se todo o saber elaborado e transmitido nas universidades devesse ser um saber científico." (1990: 18).

Se o papel pioneiro de Herder em termos da fundamentação histórico-genética do estudo da literatura é importante (*id.*: 19), tendo continuação nas filologias vernáculas, a aproximação, com o positivismo, do método histórico aos métodos das ciências naturais foi decisiva para a legitimação científica da história literária. Por outro lado, com a instituição da nação como sujeito histórico, procurava-se, desde finais do século XVIII, destacar que as energias que moviam as transformações históricas da sociedade eram obra dos grupos "civis", fruto da "história civil", que engloba a filosofia, a ciência, a moral, a arte, os costumes, o saber, a civilização, as ideias e os modos de vida, etc. (Antonio Maravall, 1972: 256-7).

De certo modo, as tradições literárias (culturais) e a história literária de cada povo/nação promoviam um sentido de identificação/continuidade com o passado e de solidariedade colectiva (4). Este é um passo decisivo na constituição do género discursivo "história literária", que se instaura como a narrativa da história de um "sujeito lógico" na sua continuidade, com as suas fases de progresso e de decadência:

"they traced the phases or sometimes the birth and/or death of a superpersonal entity. This entity might be a genre, such as poetry, the 'spirit' of an age, such as classicism or romanticism, or the character or 'mind' of a race, region, people, or nation as reflected in its literature." (Perkins, 1992: 2).

Estas entidades suprapessoais são análogas ao que Dilthey chamou "unidades ideais" ou "sujeitos lógicos", como as nações, religiões ou classes. Existem pelos indivíduos, mas estão para além deles pelo conteúdo, valor e propósito que realizam em si, tendo uma existência e desenvolvimento próprios, sendo sujeitos de uma ordem ideal, num mundo espiritual. Estes sujeitos nascem, lutam, florescem, exercem influência, e sem eles não se pode escrever história literária (5).

Se a sucessão dos autores e das suas obras estrutura em grande medida a história literária, esta necessita, para os encaixar narrativamente, de entidades gerais e de sujeitos colectivos, sem os quais não passaria de uma seca colectânea de monografias sem correlação entre si e com a história. Deste modo, enquanto narrativa (mesmo numa articulação dialéctica e ensaística), a história literária tem como sujeito ou protagonista um conjunto de "enteléquias" que lhe são exteriores (nação, região, etc.) ou um conjunto de elementos conceptuais que ela mesma elabora (v.g., a história do romantismo, etc.). Estes conceitos unificadores a nível sincrónico, com frequência importados de outros domínios discursivos (século, geração, escola, renascimento, romantismo, humanismo, decadência, etc.) (6), estão, porém, subordinados ao sujeito central da narração, a nação, sempre presente, numa temporalidade de longa duração, integrando numa Tradição contínua cada momento histórico. O que a história literária pretende narrar é precisamente essa continuidade através da diferença das épocas e no âmbito espacial e temporal de uma nação, daí resultando a ideia de uma literatura como totalidade autónoma, cujos valores fundacionais não são postos em discussão no suceder histórico, mas entram em dialéctica com o mesmo acontecer histórico para fornecer uma melhor interpretação.

Assim, a história literária oitocentista centra-se na "nação", não obstante as sucessivas alterações dos seus fundamentos teóricos e metodológicos. Num espaço discursivo plurímido, as verdadeiras fronteiras que estabelece são as fronteiras "nacionais", como se vê, por exemplo, na definição de literatura da Academia Real das Ciências de Lisboa (a língua e a história portuguesas) (cf. I.3.1). Os românticos alemães fundamentaram teoricamente a concepção herderiana da literatura nacional pelo prisma da "escola histórica" e da "fenomenologia do

espírito" hegeliana. Taine procurou legitimizar a história literária ao aplicar ao discurso histórico os métodos das ciências naturais, transformando a disciplina numa espécie de "antropologia" determinista. Por seu turno, Lanson retira definitivamente a história literária da área da história étnica/antropológica de Taine para o âmbito da história sociológica, ao seguir o método histórico numa perspectiva social. Mas, em todos os casos, a história literária aparece com o estatuto privilegiado de história do espírito humano (da cultura), sendo considerada mais "profunda" e verdadeira do que a história factual. Para esta valorização contribui de modo particular o conceito então vigente de literatura, entendida como o conjunto de produções escritas do espírito humano, em geral, e dos espíritos nacionais, em particular, constituindo por isso a sua "expressão".

Apesar da progressiva distinção entre ciências e letras, e da diferenciação entre uma aceção ampla de literatura e as "belas-letas" (cf. I.3.2 e II.2), o conceito de literatura permanecerá associado à noção ampla, equivalendo à cultura (escrita) de um povo. Madame de Staël enquadra de modo definitivo a "literatura", que delimita em dois campos (o filosófico e o da imaginação), no âmbito da cultura das nações, nas suas relações com a sociedade e as suas instituições. Em *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800), realça "l'importance de la littérature, considérée dans son acception la plus étendue; c'est-à-dire, renfermant en elle les écrits philosophiques et les ouvrages d'imagination, tout ce qui concerne enfin l'exercice de la pensée dans les écrits, les sciences physiques exceptées." (1991 [1800]: 66; destaques nossos). Engloba assim neste conceito a poesia, a eloquência, a história e a filosofia ou estudo do homem moral (*id.*: 90). Daí afirmar que nesta obra seguiu a história do espírito humano desde Homero até 1789 (*id.*: 297). O carácter inovador da obra de Madame de Staël resulta da aplicação à "literatura" da filosofia da história, na busca das leis que determinam a história da literatura, concebida como a história das produções escritas do espírito humano, com a missão de traçar a genealogia dos progressos deste através das produções literárias.

Sismonde de Sismondi, inspirado em M.me de Staël, articula também uma concepção iluminista com a perspectiva romântica e declara igualmente o vasto alcance do projecto da história literária:

"j'ai surtout voulu montrer partout l'influence réciproque de l'histoire politique et religieuse des peuples sur leur littérature, et de leur littérature sur leur caractère; faire sentir le rapport des lois du juste et de l'honnête avec

celles du beau; la liaison enfin de la vertu et de la morale avec la sensibilité et l' imagination. *C' était en quelque sorte, écrire l' histoire de l' esprit humain* dans plusieurs peuples indépendans, et le montrer partout soumis à des phases régulières et correspondantes." (1813, I: ij; destaque nosso) (7).

Silvestre Ribeiro, que segue Sismondi neste ponto, valoriza a reciprocidade da literatura e da história: "Quem não vê que os acontecimentos, a gloria, as illusões, as crenças dos seculos, são o commentario vivo das obras primas litterarias, do mesmo modo que estas os explicão, os lillustrão e os perpetúão ?" (Ribeiro, 1853: 9; cf. 8). Com base nesta ideia, procura articular uma concepção universalista e humanista dos clássicos com a territorialização e a nacionalização românticas:

"A Litteratura propõe-se essencialmente a apresentar-nos um quadro vivo do homem, tal qual elle he em *geral*, e em *particular*, isto he, antes e depois de receber as impressões profundas do clima, das leis, dos diversos estados da civilisação, e de circunstancias mil que o modificão." (*id.*: 2) (8).

Friedrich Schlegel, sem abandonar uma perspectiva geral da literatura, subordina-a a uma filosofia da histórica romântica, centrada na história das nações, dando um passo decisivo em direcção à nacionalização da história literária:

"Je me suis proposé de présenter dans cet ouvrage un tableau rapide et général de la littérature, de son esprit et de ses développments chez les plus célèbres nations de l' antiquité et des temps modernes. Je commencerai par examiner l' influence qu' elle exerce sur la vie pratique, sur la destinée des nations et sur la marche des temps" (1829 [1815]: I; cf. II: 41).

F. Schlegel mostra-se convicto de que tal estudo tem valor devido à importância da literatura (cultura) na vida social, numa linha que provém do iluminismo staëliano, apesar de restringir kantianamente o conceito de literatura:

"Nous comprenons sous ce nom tous les arts et tous les sciences, ainsi que toutes les créations et toutes les productions qui ont pour objet la vie et l' homme lui-même, mais *sans avoir aucun acte extérieur pour but*, n' agissant que par la pensée et par le langage, et ne se manifestant qu' à l' aide de la parole et de l' écriture."; "*Leur réunion embrasse presque toute la vie intellectuelle de l' homme*" (*id.*, I: 10) [e de cada nação] (*id.*: 14; destaques nossos).

Deste modo, segundo F Schlegel, a literatura emerge como um "poder espiritual" com fortes correlações com o poder religioso e político. Assim, a história da literatura permitia perceber de modo mais vital e completo esse grande poder de toda a cultura superior do espírito humano, composta pela ciência, pelo conhecimento, pela investigação e pela arte, que operam por meio do discurso ou da palavra.

O estudo da influência recíproca da literatura e da sociedade que M.me de Staël preconizara (9), e que Bonald resume na ideia de que "a literatura é a expressão da sociedade" (*La législation primitive*, 1802), converte o estudo da literatura, segundo Villemain, numa ciência experimental que segue os acidentes do pensamento humano (10).

Se a ideia de que a literatura é a expressão da sociedade deriva do pensamento histórico (relatividade cronotópica dos povos e da literatura) e da ideologia iluminista, não pode ser esquecido que os enciclopedistas tinham um intuito reformador e mesmo progressista. Nesta óptica, a noção de que a literatura (em sentido amplo) reflecte a sociedade implica uma concepção revolucionária das práticas discursivas literárias (11).

Assim, se há uma certa concordância geral acerca da função social da literatura, não é menos verdade que a controvérsia se instala a propósito do tipo de sociedade a que os críticos e historiadores aspiram e acerca da função social da literatura (12). Assim, o modelo de sociedade desejado mostra a divergência das fórmulas de Bonald e de M. de Staël: "il s' agit d'un côté de prôner la tradition monarchiste et de l' autre de soutenir la modernité républicaine" (Gengembre, 1994: 104). Bonald é adversário dos Ideólogos e da Revolução francesa, mas M.me de Staël é - lhes favorável.

Esta convicção da reciprocidade da sociedade e da literatura torna-se fulcral na constituição da crítica e da historiografia literárias do romantismo português. A. P. Lopes de Mendonça, por exemplo, ao elogiar a arte do seu tempo face ao materialismo social, exprime a sua crença na função emancipatória da literatura:

"As letras revelam ao mesmo tempo o estado social, e exprimem os futuros destinos que o hão de modificar. São um retrato do que existe, e um presentimento do que ha de vir depois." (1855: 309; cf. 306-8).

Pela mediação de Madame de Staël e de Villemain, Lopes de Mendonça procura estudar as influências mútuas da esfera social e da esfera literária, mas, marcado pela doutrinação socialista, exalta a importância da literatura francesa do século XVIII e dos ideais revolucionários. Este propósito de análise socio-ideológica transparece, por exemplo, logo na introdução do *Curso de Litteratura no Gremio Litterario*, que não passou da primeira lição, dedicada ao século XVIII:

"todas as nossas indagações se referem principalmente a Portugal. Vêr de que modo o movimento intellectual europeu influio nas nossas diversas transformações litterarias - explicar a cohesão intima dos acontecimentos com as formas do pensamento - avaliar a significação social dos nossos escriptores - demonstrar que o culto da arte não serve só para illustrar o espirito d' um homem, mas determina muitas vezes as revoluções d' uma sociedade - eis principalmente o fim que tivemos, fazendo estas licções." (1849a: 4).

A escolha do século XVIII é, por isso, propositada, uma vez que considera "que elle é o ponto de partida para essas heroicas agitações das idéas, que tentão reconstruir o mundo social, e as nacionalidades opprimidas." (*ibid.*).

Não obstante a sua crença na interdependência entre o fenómeno literário e a sociedade, nas *Memorias de Litteratura Contemporanea*, Lopes de Mendonça matiza a sua ideia inicial de que a literatura era um reflexo da sociedade, conferindo maior autonomia à dimensão estética:

"Negar a acção reciproca da litteratura sobre a sociedade - repudiar os serviços que a poesia tem feito á civilisação, na sua livre e rasgada esphera, seria um absurdo imperdoavel: tornar o theatro e o romance echo absoluto das opiniões philosophicas ou politicas, arrendar os dominios da imaginação aos devaneios da metaphysica - seria confundir expressamente faculdades distintas, e expor o culto do bello á mais deploravel prostituição, e á mais completa decadencia." (1855: 169) (13).

De acordo com a teoria romântica do heroísmo, considera que os grandes escritores são os guias espirituais da sociedade e uma espécie de videntes da história:

"As situações litterarias definem-se pelos homens: os individuos representam neste caso, mais do que um algarismo; são um symbolo, uma formula para apontar á historia uma das phases do desenvolvimento intellectual." (1849: 33).

Por isso, não adopta uma visão decadentista da história nacional e manifesta mesmo um certo optimismo em relação ao futuro: "As nações não expiram, quando o genio não morre." (1855: 8).

Mas é sobretudo no teatro que procura resumir a evolução social, acreditando, como Madame de Staël, os irmãos Schlegel e Garrett que "O theatro resume em si todos os progressos da civilização intellectual." (*id.*: 206). Assim, partindo do princípio de que o teatro foi sempre a expressão da sociedade, elabora uma síntese histórica da sua evolução para traçar a correspondente evolução social. Na prática, serve-se da sua história para definir a genealogia da Revolução, desde a Reforma, passando pelos Ideólogos, até que no século XIX o drama romântico aparece como a expressão definitiva da democracia (14).

Luís A. Rebelo da Silva situar-se-á numa perspectiva oposta, com base nos mesmos pressupostos de interdependência da literatura e da sociedade. A propósito de José Gomes Monteiro, e do seu estudo sobre a *Ilha dos Amores*, afirma:

"Allumiado pelos principios da critica moderna, sabendo que o livro é a expressão das idéas de uma epocha, nem separa o auctor da sociedade, nem a obra do tempo, em que ella se escreveu. A união é mui intima e sensível para uma se julgar independente do outro. Quem estuda os bellos ensaios criticos, e as historias litterarias publicadas em França e na Allemanha desde Schlegel até Villemain, desde Lessing até Sainte Beuve não ignora as fadigas e a penetração que exigem apreciações d' este genero, sobre tudo quando o livro é uma epocha inteira como succede nos *Lusiadas*." (1909 [1849], I: 131-2) (15).

De tal modo considera indissociáveis a literatura e a sociedade que, a propósito de Bocage, que tornou a poesia "plebeia (1848: 120), afirma com frequência que a sociedade não o acompanhou:

"Nascido trinta annos mais cedo do que a época a que era apropriado" (1905 [1877]: 82); "O que lhe faltou foi a época e os homens. Podendo como hoje aspirar a tudo, seria tudo, porque a sua força residia no talento" (*id.*: 86); "A Elmano, para ser o primeiro depois de Camões, talvez não faltasse senão uma época propria" (*id.*: 176).

Mas, ao contrário de Lopes de Mendonça, aproveita para criticar o século XVIII e o ideário da Revolução Francesa. Bocage ter-se-á iludido com os ideais revolucionários, de que depois se desenganou, convertendo-se à religião:

"Tudo se ligava para aumentar o vulto á illusão e á verdade. O povo reinando em logar do rei; uma nação moderna imitando as instituições e repetindo os feitos das antigas republicas" (*id.*: 78) (16).

Com base no pressuposto da correlação entre a literatura e as instituições sociais, J. M. Andrade Ferreira, inspirando-se em Nisard e Villemain, definia o método da história literária que no seu entender deveria ser seguido no Curso Superior de Letras:

"Este genero de critica, como diz Nisard, tem o valor de uma nova fôrma de historia, debaixo do seu aspecto litterario. As revoluções do espirito, as alternativas do gosto, e os livros mais celebres são os **acontecimentos**, e os escriptores os seus **heroes**. Mostra-se n' este complexo **a influencia da sociedade sobre os escriptores, e a dos escriptores sobre as sociedades**." (1872 [1859], II : 55; destaques nossos).

Neste âmbito, continua, o mais importante são os factos mais representativos, deduzidos dos eventos singulares (17). É através deste processo de crítica histórica que se "encontra a *historia das grandes transformações do espirito humano*, traduzidas em fôrmas poeticas e litterarias. A honra da criação d' esta escola pertence principalmente a Villemain. Foi elle quem melhor soube alliar a critica á historia e á philosophia." (*id.*: 56; destaque nosso). Deste estudo, afirma, resultam as "as verdadeiras apreciações litterarias":

"E a razão resulta de que, por este systema, a superioridade e illustração de qualquer critico tornam os livros objecto de um exame em que se associa **o retrato do escriptor e a pintura de um seculo** de que o homem apreciado fôra a alma, a luz ou a personificação. Luthero, Descartes e Voltaire offerecem o exemplo." (*ibid.*; destaque nosso) (18).

É com base na ideia da correspondência entre a história geral e a história da literatura que se estabelece a possibilidade de articular os escritores e as obras individuais com o seu tempo (19). Assim, o fundamental da história literária parece residir na crença da forte articulação entre a literatura e a sociedade/nacionalidade, que Andrade Ferreira (como Taine, Lanson, Moniz Barreto e Teófilo Braga, entre outros) considera "uma das leis da moderna crítica literária" (1875: 6), pela "dependência e parentesco congénitos em que se encontram os factos históricos com as manifestações do génio literário" (*ibid.*). Levada ás últimas consequências, esta "lei" implicava o ambicioso projecto de explicar a literatura pela história e a história pela literatura:

"a historia litteraria apresenta-se-nos como investigação, registo e analyse dos progressos intellectuaes de um povo, empenho de que resulta o conhecimento e qualificação das suas disposições literárias, faculdades artísticas e tendências morais, o que traça indirectamente o retrato completo de uma nação, como raça, como nacionalidade,

como vitalidade literária, quando a queiramos inquirir no que ela possui de mais íntimo e característico, que são as tradições históricas, predisposições moraes e os productos do espirito e do sentimento." (A. Ferreira, 1875: 5-6) (20).

A história geral ocupava-se do lado "físico", das acções, e a história literária visava o "espírito" (era uma história da cultura), aquela analisava o exterior (político-militar) e esta o interior (cultura, literatura). Estas duas dimensões remetem para um novo sujeito em emergência, o povo ou a nação. Deste modo, a história literária deveria ocupar-se do lado "profundo" e íntimo (espiritual) da história das nações, (por vezes oculto na história "visível" das suas acções), que se tornava imperativo reconstruir, ideia que Unamuno condensaria na noção de "intra-história" (21). Tratava-se, em suma, de transformar a história literária numa "fenomenologia do espírito" hegeliana, numa "história profunda":

"Todos os séculos teem duas vidas: uma, activa, animada, exterior, cheia de agitação e de ruído, - tal a de que a História conserva o relato. A outra, mais oculta, interior e que se furta a todas as pesquisas, é a de imaginativa, do sonho e do desejo. A vida passional duma época estingue-se com ela. Mas, conforme objecta Boissier, poderá adivinhar-se, reconstituir-se, revelar-se. **Está nisso a missão da história literária.**" (Paxêco, 1917: 206-7; destaque nosso).

A atribuição de uma tal função à história literária, já valorizada por F. Bacon (cf. I.3.1), só se tornou possível pela abordagem histórica (genética) da literatura, com base na ideia de que a literatura revela o momento histórico que condicionou a sua emergência, na medida em que é produzida pelo espírito dos povos. Vico é pioneiro na análise das epopeias homéricas em articulação com o tempo e a sociedade em que foram elaboradas (cf. II.4.2) (22). O último Herder levaria mais longe este conceito em *Cartas para o fomento da humanidade* (1793-7) ao afirmar que se podiam conhecer as épocas e as nações mais profundamente pela poesia do que pelo caminho "enganoso e desconsolador" das suas histórias políticas e militares, na medida em que a poesia variava historicamente e reflectia a história (23).

Teófilo Braga aplica à poesia popular o método de leitura viquiano, com a convicção romântica de que a literatura era a expressão da alma dos povos: "A litteratura de um povo é

sempre a mais clara expressão do seu genio nacional." (1875: 1). Expressão espontânea, "a Poesia popular conserva a impressão geral dos grandes acontecimentos" (1902: 1) (24).

A partir daqui, a literatura e a identidade nacional tornam-se indissociáveis (25) e tal imbricação acentua-se devido ao conceito amplo (extensivo) de literatura, vigente ainda nos inícios do século XX. Teófilo Braga refere que "As manifestações mais completas da linguagem, na sua forma escrita, constituem a *Literatura*, tornando-se assim um órgão de desenvolvimento social, um estímulo e apoio da independência nacional." (1984 [1909]: 89) (26). Por consequência, para Teófilo, "**a verdadeira historia da litteratura portugueza** consiste em descobrir pelas realizações que ella nos apresenta, a vitalidade da raça, a consciencia da nacionalidade, e até que ponto estas duas correntes naturaes estão em harmonia ou em antinomia com a civilisação." (1872: 8; destaque nosso) (27).

Em termos genéricos, Herculano é, com Garrett, pioneiro nesta articulação entre a literatura e a sociedade nacional. A propósito das novelas de cavalaria, traça um paralelo entre o "espírito da época" e a literatura, que expressaria os ideais medievais da honra, da valentia e do amor, plasmados no sentimento religioso e nas cruzadas:

"como escaparia a litteratura de ser dominada por ellas?"; "Era esta a litteratura d' aquelles seculos, nem outra podia ser: a imaginação dos poetas e novelleiros não alcançaria espraiair-se além das formas da sociedade de então; porque a litteratura de todas as epochas sem exceptuar a nossa, não é mais do que um echo harmonioso, ou um reflexo resplendente das idéas capitaes, que vogam em qualquer dellas." (Herculano, 1898 [1838-40]: 87-8) (28).

O paralelismo histórico-literário, uma constante ao longo do discurso da história literária, aparece também no ensaio histórico, como em Antero de Quental, que usa com frequência esse processo na Conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* :

"O espirito sombrio e depravado da sociedade reflectio-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a historia uma incorruptivel testemunha de accusação contra aquella epoca de verdadeira morte moral." (1926 [1871]: 105); "Todas essas miserias intimas reflectem-se fielmente na litteratura." (*id.*: 107).

No entanto, foi Teófilo Braga quem primeiro procedeu a uma interpretação histórica da literatura portuguesa como um todo, subordinando de modo explícito o estudo da literatura ao método histórico: "Nenhum factio litterario póde ser comprehendido por si, se o destacarmos do

meio em que elle se produziu; o meio de toda a concepção litteraria é sempre a sociedade, cujas aspirações a litteratura exprime." (1875: 133). Como anota a propósito de Garrett e do Romantismo, "A todas as tranformações sociaes correspondem novas manifestações na arte e na litteratura; esta relação intima explica-se pelas noções que se substituem no espirito, noções que se desenvolvem com a intelligencia e determinam outros sentimentos e uma outra fórmula de actividade." (1881a: 382) (29).

Nesta articulação da literatura com a história, a literatura aparece como um testemunho/documento privilegiado do tempo e do meio em que é produzida. Na poesia popular encontra Teófilo "o maravilhoso na vida intima, nos costumes, nas tradições, na vida aventureira dos mares, nas prophcias nacionaes em que se canta o nosso ideal messianico, e sobre tudo, a par da immensa verdade d' estas creações, o maravilhoso é a revelação do genio celtico do nosso povo." (1867: 8). Por seu turno, nas comédias de Gil Vicente vive-se "em plena idade media", pelo que são um documento para a história dos costumes intimos da nação (*id.*: 20-1), vendo-se nelas "o *crer* e o *sentir* da sociedade portugueza." (*id.*: 102). Deste modo, a revelação da história tanto se faz pela poesia popular como pelos escritores, "romanticamente" inspirados pela tradição popular (30).

A concepção metafísica da poesia popular parecia tornar este tipo de leituras "naturais". Para Teófilo, "essa criação espontanea reflecte as épocas ou grandes crises da nacionalidade, de que ella é uma expressão verdadeira sempre inconsciente." (1902: 66). Nesta lógica, não lhe é difícil fazer a história da nacionalidade através da poesia popular e vice-versa:

"Sob o aspecto *nacional*, é estudada n' este livro a Poesia popular através da marcha historica de Portugal; essa poesia reflecte nos Cyclos épicos todas as crises sociaes" (1905: V); "É esta persistencia anthropologica e ethnica que tanto liga a Nacionalidade no seu momento historico com a tradição poetica, tornando simultaneo o estudo de ambas" (*id.*: 3) (31).

Ao mesmo tempo em que parecia demonstrada a correlação entre a literatura e a história nacionais, crescia a consciência de que a história literária era "superior" à história geral, o que em última instância radica na concepção aristotélica de que "a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois aquella refere o universal, e esta, o particular." (*Poética*, 1451b). Esta convicção procede ainda da estética kantiana, que sacraliza a literatura ao atribuir à palavra

poética a manifestação do "ser", que o discurso filosófico seria incapaz de "dizer" (Beyrie, 1994: 160-1). A concepção sacralizante da arte dos românticos, a par da visão "fonologocêntrica" das línguas, reforça esta importância da "literatura" e do seu estudo. A superioridade da história literária adviria assim da qualidade dos seus *documentos/monumentos*, com a vantagem acrescida de, como afirmava Guizot, "possuir e poder mostrar os objectos que pretende fazer conhecer" (Braga, 1984a [1880]: 9). Por outro lado, ao passo que a história geral traduzia factos passados, a história literária expressava de modo permanente o espírito humano:

"Importa distinguir entre documentos históricos e litterarios; os primeiros mostram-nos o desenvolvimento da sociedade civil, os segundos são uma revelação da consciencia, a expressão de um sentimento de patria." (Braga, 1885: 35).

Em última instância, ambas as histórias se completam. Teófilo Braga reitera ao longo de toda a sua obra esta reciprocidade:

"A Historia litteraria, como revelação do genio de um povo, no seu poder de emotividade e de aspiração generosa, pela expressão do sentimento da nacionalidade, é um aspecto que completa a Historia social e politica. Actuaes acontecimentos obrigam a reconhecer a solidariedade d' estas duas Historias." (1914: V-VI) (32).

Mendes dos Remédios daria voz a esta ideia ao considerar que a história da literatura é "uma face e uma parte da história geral, mas é talvez aquela que melhor e mais completamente traduz o génio e os costumes duma nação, o espírito, o caracter e as tendencias duma sociedade." (1914: 1).

Se a ideia da literatura como reflexo da sociedade e expressão do espírito nacional é de proveniência iluminístico-romântica, caberia ao positivismo a tentativa de fundamentar "cientificamente" a história literária em termos deterministas, ao transpor o método das ciências naturais para o domínio da literatura, na procura das "causas" e "leis" dos "factos" literários, como em Taine. O monismo naturalista/determinista é o pressuposto fundamental que preside a esta apropriação:

"Chaque nation apparaît comme une grande expérience instituée par la nature. Chaque pays est un creuset où des substances distinctes en des proportions différentes sont jetées dans des conditions spéciales. Ces substances

sont les tempéraments et les caractères. Ces conditions sont les climats et la situation originelle des classes. Le mélange fermente d'après des lois fixes, insensiblement, pendant des siècles, et aboutit ici à des matières stables, là-bas à des composés qui font explosion" (Taine, 1866 [1857]: 407) (33).

O naturalismo tainiano aparece explicitado de modo particular no prefácio dos *Essais de Critique et d' Histoire* : "Il est tout entier compris dans cette remarque que les choses morales ont, comme les choses physiques, *des dépendances et des conditions*." (1866: II). As dependências e condições são as da raça/hereditariedade, do meio físico e do momento histórico e traduzem-se na existência de uma "faculdade-mestra" comum a toda a nação - a raça ou "espírito nacional" -, que interliga todas as produções do espírito em termos epocais (na simultaneidade) e diacrónicos: "le caractère et l' esprit propres à la race, transmis de génération en génération, les mêmes à travers les changements de la culture, les diversités de l' organisation et la variété des produits." (*id.*: XI). Mas o fatalismo determinista que daqui pode ser deduzido é compensado em Taine por um optimismo cientista de raiz iluminista. No seu entender, saber o que determina o espírito humano permitiria, a médio e longo prazo, como nas ciências físicas, prever e modificar a história: "nous devenons maîtres de notre destinée" (*id.*: XVIII-XIX).

Preconiza assim que a história se torne uma ciência rigorosa: "d' un simple récit elle peut devenir une science, et constater des lois après avoir exposé des faits." (*id.*: XX). Mas as "leis" que Taine enuncia são todas deduzidas das ciências naturais, em particular da biologia, porque crê na similaridade do mundo humano e do mundo natural:

"En cela la philosophie de l' histoire humaine répète comme une fidèle image la philosophie de l' histoire naturelle." (*id.*: XX-XXI); "Par tous ses développements, l' animal humain continue l' animal brut" (*id.*: XXVI).

Daí a sua adopção das "leis" do organicismo (Cuvier), do balanço orgânico, da subordinação dos caracteres a um tipo comum e da selecção natural (Darwin) (*id.*: XXI-XXVI).

Na *Historia da Literatura Inglesa* (1864), Taine afirma que pretende identificar e explicar os tempos fortes do génio de um povo e os seus períodos de decadência (com a tríade responsável desses estados: raça, meio e momento), como se a história tradicional fosse incapaz de explicar esses momentos da civilização a que a história das letras vinha trazer luz. A própria história geral, segundo Taine, renovou-se devido ao estudo das literaturas (34). A razão da

superioridade da história literária resulta assim, segundo Taine, da própria riqueza antropológica da literatura e da aplicação de uma hermenêutica de tipo psicológico:

"tout le parti qu' on peut tirer d' un document littéraire; quand ce document est riche et qu' on sait l' interpréter, on y trouve la psychologie d' une âme, souvent celle d' un siècle, et parfois celle d' une race. A cet égard un gran poème, un beau roman, les confessions d' un homme supérieur sont les plus instructifs qu' un monceau d' historiens et d' histoires"; "C' est donc principalement par l' étude des littératures que l' on pourra faire l' histoire morale et marcher vers la connaissance des lois psychologiques, d' où dépendent les événements. *J' entreprends ici d' écrire l' histoire d' une littérature et d' y chercher la psychologie d' un peuple*" (1911 [1864]: XLI-XLIII; destaques nossos) (35).

O positivismo tainiano na história literária teve forte influência e continuidade, nomeadamente em Hennequin, Brunetière, que explorou a "lei" darwiniana na *Évolution des genres dans l' histoire de la littérature* (1890), e Gaston Paris. Teófilo Braga destaca o papel fundador de Taine na articulação "científica" entre a "escola histórica", a história literária e a antropologia:

"Sob este ponto de vista, a litteratura estuda-se para satisfazer a necessidade do espirito, que procura constantemente descobrir a sciencia do homem, a anthropologia. Taine, na *Historia da Litteratura ingleza*, abriu este plano" (1870a: 254) (36).

Não surpreende pois que o positivista e medievalista Gaston Paris diga em 1876 que a história literária era uma espécie de vanguarda da história, encarregada das suas investigações mais inteligentes e mais audaciosas (Bercé, 1995: 137) (37). Deste modo, as potencialidades da história literária pareciam enormes, na medida em que se partia da premissa de que nela se exhibe o desenvolvimento da "consciência nacional", com base no conceito amplo de literatura ainda em vigor nas primeiras décadas do século XX (38).

Assim, mais do que a ideia da mútua influência da literatura e da sociedade no palco da história, o que verdadeiramente permite a historiografia literária é o facto de se instituir a "nação" ou o "espírito nacional" como "sujeito" da sua narrativa, não obstante esse sujeito ser elaborado pela própria história literária, que se constrói com base nesta ideia da permanência histórica do espírito nacional, com os seus momentos de esplendor e declínio. A moderna história literária

legitima-se pois com base na reconstrução selectiva do passado, assente numa determinada visão do mundo (39). O historiador projecta sobre este novo protagonista da história certos valores relativos à natureza 'nacional' (de âmbito religioso e político) que sublinham a continuidade de um *Volksgeist*, tendo a história literária a finalidade de ministrar a educação cívica e cultural da classe média (Fox, 1995: 3) (40). Esta motivação identitária da história literária (e das histórias pátrias) faz com que narre a história de um "sujeito colectivo", de maior ou menor amplitude (humanidade, nação, grupo socio-antropológico), apesar das suas diferentes manifestações, de acordo com os pressupostos teóricos e ideológicos que lhe servem de fundamento.

Com efeito, a história das literaturas nacionais baseia-se na concepção de que a nação é um organismo em evolução, quer na fundamentação idealista dos românticos (que se inspira em Vico e Herder) (41), quer na determinação biológica do positivismo (Comte e Taine), tendo na sua emergência um forte contributo hegeliano (a fenomenologia do espírito, a dialéctica e a parte histórica da *Estética*) (42).

No primeiro caso, a nação é caracterizada pelo seu "espírito nacional", pelo seu "génio", que se reflecte nas suas obras concretas (literatura, arte, sociedade, política, etc.). Para Alexandre Herculano, por exemplo, a história devia "estudar a vida do grande indivíduo moral, chamado povo ou nação." (1881 [1842]: 109). No segundo caso, a nação é considerada um organismo sujeito às leis da biologia, aplicando-se-lhe os métodos das ciências da natureza (43).

Deste modo, e em termos genéricos, a articulação entre a motivação identitária referida e esta concepção organicista faz com que a história literária aplique à nação o método biográfico (44), estudando pela literatura "as biographias dos individuos collectivos" que são as nações (Herculano, 1881 [1842]: 125). A história literária estava assim presa à concepção da literatura como "documento". Os textos literários eram lidos como "documentos" da biografia espiritual da nação (45), e por eles era possível estabelecer uma fenomenologia do "espírito" ou da "raça" nacional.

Na polémica esboçada em torno do concurso de 1872 para a terceira cadeira do Curso Superior de Letras (cf. V) encontramos estas concepções em confronto, a par de uma certa tentativa de estabelecer o objecto e as funções da história literária. A concepção dominante é a fundamentação tainiana, mas se Teófilo Braga segue Taine sem restrições, Antero de Quental,

que não aceita o determinismo, prefere dar-lhe um contorno idealista. Em qualquer dos casos, o estatuto especial da história da literatura é salientado.

Antero de Quental entrevê na história literária a possibilidade de aceder à vida espiritual da nação:

"A philosophia das litteraturas é uma criação do nosso seculo, cujo genio, ao mesmo tempo subtil e profundo, se revela sobretudo nos estudos historicos, (...) dá uma singular facilidade para penetrar o caracter das varias raças, o espirito das varias idades e civilizações.

Uma maneira mais intima e juntamente mais larga de comprehender a humanidade e o individuo, que caracteriza o pensamento moderno, explica esta especie de condão magico com que o nosso seculo tem aberto os recessos obscuros, em que a alma dos tempos antigos parecia haver-se para sempre sepultado, defendida pelo silencio e pelo mysterio." (1872: 7).

Para Antero, a história literária só se tornou possível neste ponto de vista "ao mesmo tempo idealista e scientifico" (*id.*: 8), quando se passou a ver "na humanidade um *todo* vivo, cujos movimentos são determinados por leis naturaes e constantes, embora complexas e obscuras". A influência hegeliana também é visível pelo facto de Antero afirmar que a historia literária não tinha sido possível "em quanto, sobretudo, se não comprehendeu que os momentos da historia não são contradictorios entre si, mas representam varios termos de uma serie por onde o espirito humano ascendendo, se affirma, transformando em parte as condições do *meio* em que se move, e em parte subordinando-se a ellas, e que, por isso, esses momentos não devem tanto ser *julgados* como *comprehendidos* " (*id.*: 7-8).

A história literária permitia assim, para Antero, descobrir "O que ha de mais caracteristico e muitas vezes de mais profundo na obra d' arte, a revelação do sentir intimo dos homens nas diversas condições moraes e sociaes" (*id.*: 8) (46). Como observa, a aplicação do método histórico à literatura mostrou o seu alcance epistemológico:

"tornou manifesta a alta significação das litteraturas, testemunhas desprevenidas e candidas, vindo depôr uma após outra sobre o viver intimo das respectivas sociedades, e denunciando ingenuamente a feição psychologica correspondente a cada povo e a cada idade. A philosophia da historia encontrou n' ellas o instrumento mais delicado e, ao mesmo tempo, o mais preciso, para determinar o grau de valor moral de cada civilisação (...); os versos cantados ha mil, ha dous e tres mil annos por poetas desconhecidos, explicaram os movimentos das raças, as origens, os esplendores, as revoluções e as catastrophes dos imperios." (*id.*: 9).

Se na perspectiva de Antero é preponderante o lado idealista, baseado na filosofia da história e na fenomenologia hegeliana, é também notória a influência tainiana (47), pois Antero refere a importância das leis naturais, do meio e do momento histórico. Para ele, a história literária "deixou de ser uma curiosidade: apareceu como uma realidade cheia de vida e de expressão". Tornou-se assim *objecto de uma ciência* e um ramo da filosofia. Na Europa, os estudos literários seguiam "com firmeza no caminho aberto com juvenil impetuosidade pela escola alemã do começo d' este seculo." (*id.*: 9-10). Manifesta pois a convicção de que literatura exprime de forma privilegiada o "espírito nacional" de um povo, a sua "ideia nacional", dando-se uma correspondência entre a evolução histórica de um povo e a sua expressão na literatura (48).

Em Teófilo Braga domina já o determinismo positivista. Com efeito, apesar de ainda considerar a sociedade nacional numa perspectiva romântica, como manifestação de um "espírito nacional", procura dotá-la, em moldes positivistas, de um fundamento rático, o que manterá na *Recapitulação*: "O estudo da raça, reconhecido como revelador das condições da vida nacional, é o preliminar para a compreensão da Literatura." (1984 [1909]: 67). Por outro lado, considera a literatura como um documento precioso da antropologia, pois se a raça se reflecte na literatura, diz, ela explica melhor do que qualquer outro fenómeno os caracteres nacionais. E acrescenta que "não é isto um abuso do critério das ciências biológicas aplicado a um fenómeno psíquico e social." Assim, entende que as literaturas se distinguem por tradições em línguas escritas e pelo modo de sentir de uma nacionalidade, mas "nem por isso estão independentes do determinismo biológico, que em antropologia são as persistências atávicas ou hereditariedade dos caracteres." (*id.*: 68). Para Teófilo, à semelhança de Villemain e de Taine, "a historia litteraria era uma verdadeira sciencia experimental da civilização e do genio dos povos" (1872a: 9-10), trabalhando "sobre as concepções sentimentaes ou artisticas em que a ideia de nacionalidade transparece em uma forma consciente." (1872: 8). Por consequência, "o methodo a seguir seria: o determinar a verdade dos *principios*, caracterisar o *methodo historico*, e indicar os *resultados positivos*." (1872a: 12).

É por essa mesma razão que Adolfo Coelho, defendendo Teófilo das críticas de Antero (que o acusara de falta de espírito generalizador e filosófico), afirma que, segundo o espírito

científico, o método é determinado pela natureza das coisas e das suas relações, para depois se poder generalizar (resumir ou condensar) (1873: 148). Segundo Adolfo Coelho, o mais condenável em Antero era exactamente a pretensão a um espírito filosófico que não possuía e o facto de separar a análise da síntese, "quebrando a unidade da ciência ou confundindo coisas diferentes." Por isso, defende, em termos tainianos, a especificidade da história literária: "A historia litteraria é uma sciencia especial; tem o seu methodo, os seus principios, a sua disciplina enfim, que lhe são proprios; não é um ramo da philosophia." (*id.*: 147). Em relação às críticas que Antero tecera a Teófilo, não concorda lhe falte um espírito generalizador, mas "um estudo rigoroso dos factos. Nas sciencias especiaes os erros de theoria reduzem-se regularmente a erros de facto", e o estudo dos factos compete aos que fazem profissão das ciências históricas e filológicas (1872: 3). Mesmo assim, dentro da concepção ampla e extensiva da literatura típica de então, Adolfo Coelho salienta a dimensão pluridisciplinar da história literária ao observar que para se poder apreciar a obra de Teófilo era necessário conhecer as grandes questões literárias, históricas, filosóficas, etnológicas, políticas e morais (*ibid.*) (49).

Em artigo de 1888, Moniz Barreto considera, em termos tainianos, que "Um dos resultados mais fecundos da crítica moderna é certamente a determinação das *correspondências necessárias* que ligam a evolução das sociedades com a evolução das literaturas. Esta verdade basilar, postulado condicional e conclusão final da história das literaturas, a um tempo torna possível todo o trabalho da crítica e é demonstrado por ela." (1944 [1888]: 39; destaque nosso) (50). Uma prova dessa correspondência estava, afirma, na própria evolução da literatura portuguesa:

"desde a aparição dos primeiros documentos, frutos da inspiração anónima, até às produções mais recentes dos escritores contemporâneos.

Ver-se-ia todo o movimento social e político, e até mesmo os acidentes históricos de um povo reflectir-se na sucessão das obras de arte como o relêvo das margens de um rio no espelho sereno das suas águas." (*id.*: 43).

Assim, defende que o método da crítica literária "consistia em reproduzir, em tórno do artista, as circunstâncias determinantes da obra de arte, e que, dadas aquelas, esta se seguiria sob o influxo duma fatalidade semelhante à que determina as reacções dum sistema de elementos químicos ou às variações dum grupo de seres vivos." (*id.*: 40).

A articulação do escritor e da literatura com a história e com a história literária cristalizava-se com o positivismo na noção de *síntese* e de *representatividade*, derivada da articulação de um conjunto de *crenças* e de conceitos anteriores: a literatura como reflexo da sociedade, o génio artístico como representante e tradutor da consciência colectiva e a história literária como história da civilização e do espírito dos povos. Era este conjunto de pressupostos que permitia a ligação da história nacional à história literária e ao escritor, e que Luiz Costa Lima considera um dos eixos fundamentais da história literária oitocentista (51).

Teófilo Braga, pela mediação da sociologia positivista (a "física social" de Comte), traduz a noção de representação pelo termo e conceito de *síntese*, que é um conceito-chave da *epistémê* oitocentista para recriar um espaço unitário perdido face ao predomínio das disciplinas analíticas (52). O conceito de *Darstellung*, influente na conceptualização do romantismo alemão, aparece equiparado na *Crítica do Juízo* kantiana à *exhibitio*/hipotipose da retórica e, em termos filosóficos, à concretização sensível de uma ideia, sendo pois uma noção visual (53). De certo modo, o *Volksgeist* e o "génio da raça" são *transfers* materializados desta noção, confluindo na teoria dos grandes homens romântico-positivista e na noção comtiana de *síntese* (54).

Teófilo valoriza de modo particular "a relação psicológica das emoções populares com as manifestações concebidas pelos génios artísticos" (1984 [1909]: 63) e concebe a literatura como expressão da sociedade, o génio artístico como representante e tradutor da consciência colectiva e a história literária como reflexo da historiografia geral, da marcha da civilização. A Literatura processa assim a "síntese afectiva" dos povos pela mediação do escritor individual, a sede onde se opera a expressão "sintética" da emoção comum, da tradição nacional, "reflectindo a marcha da corrente histórica. Os maiores génios são os que mais profundamente representam uma civilização." (*id.*: 126).

Deste modo, articula a história nacional com a literatura a partir dos escritores individuais, sem abandonar de todo a crença romântica na "poesia popular", colectiva e fundadora das tradições nacionais:

"É um phenomeno digno do mais sério estudo este processo psychologico com que individualidades superiores conseguem representar ideo-emotivamente, ou objectivar sensitivamente por imagens a vida moral de um

povo, traduzir os seus protestos e aspirações, tornar-se a revelação da consciência colectiva. Esses que possuem o poder de achar o momento que resume o *ethos* de um Povo, são os genios inconfundíveis, que brilham na admiração humana como astros de primeira grandeza" (1911: 243).

Homero representa então a unificação helénica, Virgílio o universalismo romano, Cervantes simboliza o fim do "delírio cavaleiresco" em Espanha, Molière socializa o espírito crítico francês, Shakespeare concilia o saxónio e o bretão, Goethe dá expressão às tradições da raça, conciliando o espírito poético com o científico, e Camões sintetiza "a missão histórica de Portugal abrindo uma era nova de acção á humanidade" (*ibid.*).

Oliveira Martins, apesar das divergências de pensamento com Teófilo Braga, dá uma grande ênfase a esta ideia de representatividade, em particular na fase em que se dedicou às biografias históricas. Para Oliveira Martins, "Em todos os tempos a literatura foi nos povos cultos a expressão sintética mais eloquente do estado mental colectivo." (1955: 373). Esta concepção é levada ao extremo a propósito de Antero, cujos sonetos diz serem "a refacção das agonias morais do nosso tempo, vividas, porém, na imaginação de um poeta" (*id.*: 6) cujo percurso existencial ilustraria o percurso do seu tempo histórico, constituindo "o retrato personalizado do mal do século" (*id.*: 72) (55).

A teoria romântica do herói e dos grandes homens consagrou a aura dos escritores individuais e os positivistas celebraram-nos como intérpretes da colectividade, através das comemorações cívicas dos grandes homens (56). Tanto na via romântica como na positivista/determinista, predomina uma concepção organicista da nação, em que os indivíduos se integram numa entidade colectiva que os transcende (nação, raça, etc.). O escritor era o porta-voz heróico dessa alma colectiva, o porta-estandarte do "génio da raça" (57). Esta articulação era já forte em H. Taine, ao considerar que o meio, a raça e o momento histórico determinam o escritor e a sua obra, concepção que teve forte influência, nomeadamente em Portugal. Com efeito, Antero de Quental, nas *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa*, começa por analisar a mudança dos últimos cem anos no que respeita à concepção da obra de arte, que de criação individual (determinada pelo sentimento pessoal, pelo génio e pelas disposições do poeta) passou a ser considerada pela "relação estreita que ha entre a

inspiração do individuo e o pensamento da época, a raça, o meio social e o momento historico." (1872: 8). Antero expressa esta concepção, claramente tainiana, através de metáforas vegetais (cf. Taine, 1911 [1864]: V). É devido a esta articulação entre o individual e o nacional que é possível correlacionar a história geral com a história literária:

"E, como n' esta vegetação collectiva, cada ramo, cada folha, cada fructo, se alimenta com a seiva commum e tem uma vitalidade proporcional á força que trabalha o grande tronco, o espirito individual acompanha o espirito nacional nas suas evoluções, gradua pela d' elle a sua intensidade: a sua liberdade interior tem por limites, realisando-se, as condições do meio em que se desenvolve, e o genio do artista, do poeta, ainda quando protesta e se revolta, é sempre *adequado* ao genio do seu povo e da sua época. É por aqui que a historia litteraria se liga á philosophia da historia, ou antes, que faz parte d' ella. As grandes épocas litterarias coincidem com as épocas de plenitude do sentimento nacional, aquellas em que esse sentimento, tomando consciencia de si, se revela em obras harmonicas e complexas, que são como que o fructo definitivo da lenta elaboração das instituições, dos costumes, dos pensamentos. Reaes e juntamente ideaes, essas obras supremas dizem-nos ao mesmo tempo o que um povo *foi* e o que *quis ser*, descobrem-nos a sua *aspiração* intima e marcam os *limites* dentro dos quaes lhe foi dado realisa-la. São o commentario moral das revoluções politicas e sociaes, e como que os annaes da consciencia nacional: e, para a philosophia, é na consciencia que a historia encontra a sua explicação definitiva e a sua final justificação." (Quental, 1872: 24-5).

A (re)valorização da poesia colectiva efectua-se com a Geração de 70 sob a forma de defesa da poesia filosófica e da condenação do lirismo subjectivo. Oliveira Martins considera que a poesia colectiva é verdadeiramente moderna, no sentido em que o poeta se transforma em intérprete da colectividade, concebendo o "ideal". No seu entender, quem visar uma finalidade elevada tem de ser poeta épico, historiador filosófico, publicista apaixonado, democrata verdadeiro, celebrando a redenção do povo e a sua gradual ascensão à liberdade (1869: 10) (58).

Quase em simultâneo, Luciano Cordeiro define o movimento literário do seu tempo pelo seu sentido colectivo, em oposição ao subjectivismo romântico, na sequência da "epopeia filosófica" de Goethe, Herder e Schiller (1869: 179) (59). Mas coube sobretudo a Teófilo a defesa da construção poética de uma "Epopeia da Humanidade" enquanto expressão poética da filosofia da história. A história torna-se assim na matéria-prima para uma síntese emocional e poética e contribui para a idealização de uma Humanidade que exprime, através da arte moderna, a sua aspiração moral (60).

Também Moniz Barreto se mostra devedor da dimensão colectiva da literatura, o que o conduz a depreciar as manifestações individuais da lírica e das correntes estéticas, como se pode ver pelo seu comentário ao *Só* de António Nobre:

"A influência social da nova concepção da Arte será muito limitada. (...) Para obter a audiência dos homens é preciso falar dos grandes interesses humanos. (...) Um poeta de primeira ordem é um agitador de ideias e um condutor de almas. Ora, não é pintando a cor das gangrenas ou sucumbindo sob a influência das terças-feiras que se pode dominar e arrastar um povo. Arte de minoria, nunca poderá ser grande arte. O que há de maior no domínio da criação poética, os movimentos da consciência religiosa, é de natureza essencialmente colectiva. (...)

O seu autor [António Nobre] é um homem solitário. Ora um homem solitário pode ter visões singulares, pode mesmo pretender que nelas reside a suprema beleza, mas não pode esperar a influência que mede a força das obras nem reclamar a glória que as consagra." (1963 [1892]: 119-20) (61).

Deste modo, Moniz Barreto valoriza em termos críticos os autores que considera mais representativos da sociedade portuguesa (62).

Nesta linha de ideias, a história, o conceito de literatura e a história literária encontram-se numa trajectória comum, aspirando a representar a evolução do espírito humano através da literatura.

Não obstante o predomínio europeu do positivismo e da linha tainiana, na Itália dominou o idealismo hegeliano, que encontrou a sua aplicação exemplar na *Storia della letteratura italiana* de Francesco De Sanctis. Mas, não obstante a sua sensibilidade estética e a atenção aos grandes autores, a *Storia* é uma "fenomenologia do espírito italiano" através da história da sua literatura, "è infatti una sorta di epifania progressiva dello spirito, ma è anche un' invenzione" (Raimondi, 1998: 1) (63). O próprio De Sanctis faz eco das ideias de Hegel, comparando-o com Vico, servindo ambos de suporte ao seu discurso:

"Religione, arte, filosofia, dritto, sono manifestazioni dello spirito, momenti della sua esplicazione. Niente si ripete, niente muore: tutto si transforma in un progresso assiduo, che è lo spiritualizzarsi dell' idea, una coscienza sempre più chiara di sé, una maggiore realtà." (De Sanctis, 1990 [1870-1], II: 962).

No final da sua obra, De Sanctis conclui que o renascimento do "espírito nacional" (com o positivismo, o socialismo e o realismo), após a independência e a fundação das instituições liberais, provocou o equivalente renascimento da literatura nacional:

"La nuova letteratura, ruffata la coscienza, acquistata una vita interiore, emancipati da involucri classici e romantici, eco della vita contemporanea universale e nazionale, come filosofia, come storia, come arte, come critica, intenta a realizzare sempre più il suo contenuto, si chiama oggi ed è la letteratura moderna." (*id.*: 983).

A sua história da literatura coloca-se assim ao serviço de uma "memória histórica" liberal, como se observa pela valorização que faz do elemento popular ao longo da obra e pela desvalorização do Renascimento (e da Arcádia) como uma fase decadente porque a literatura se teria afastado do povo. Por outro lado, considera nocivas a Contra-Reforma e a influência dos Jesuítas.

A *História da literatura italiana* acaba, como sublinha Schulz-Buschhaus, com um "happy-ending aperto e fiducioso nell' avvenire." (1990: 179). Num futuro em que De Sanctis espera, apesar das lacunas que observa no panorama literário e cultural do seu jovem país, que, com a nova "fermentazione d' idee, nunzia di una nuova formazione", a Itália entre no século XX numa posição primacial em termos europeus: "Già vediamo in questo secolo disegnarsi il nuovo secolo. E questa volta non dobbiamo trovarci alla coda, non a' secondo posti." (De Sanctis, 1990 [1870-1], II: 985).

De Sanctis, seguindo a distinção staëliana entre literatura filosófica e literatura de imaginação (cf. II.2), considera que é a literatura de "ideias" ou filosófica que está a renascer, ao contrário da literatura de "imaginação", em estado decadente. Aliás, como sublinha R. Wellek, dá a impressão de que a *História da literatura italiana* se divide em dois livros, um em que narra a história da literatura "de invenção" (poesia e narrativa), de Dante a Metastasio, como um processo de contínua decadência, e outro em que traça uma história das ideias (filosóficas e científicas), de Maquiavel a Vico e Leopardi, em que se revela a ascensão do homem, o progresso da consciência (1990: XIII).

Como sublinha Aguiar e Silva, se a história literária foi dominante no século XIX, "A síntese amadurecida da disciplina, tanto na teoria como na prática, foi elaborada por Gustave

Lanson (1857-1934)" (1990: 27). Lanson desvia-se claramente do modelo antropológico de Taine para inserir a história literária numa perspectiva sociológica. Na alocação proferida a convite de Durkheim, "L' Histoire Littéraire et la Sociologie", Lanson diferencia claramente as duas pesquisas, mas põe em destaque as conexões de ponto de vista, na medida em que a obra literária é um fenómeno social (1965 [1904]: 65-72). Desse modo, "une philosophie de la littérature est forcément un essai de sociologie littéraire (*id.*: 63).

Defensor do método histórico, Lanson destaca-se, no entanto, por valorizar o texto literário enquanto "monumento" (44):

"Notre méthode est donc, essentiellement, la méthode historique" ; "Cependant il y a entre la matière ordinaire de l' histoire proprement dite et la nôtre certaines différences importantes, d' où vont résulter des différences de méthode." ; "L' objet des historiens, c' est le passé (...). Notre objet, c' est le passé aussi, mais un passé qui demeure: la littérature, c' est à la fois du passé et du présent." ; "toujours vivants et doués encore de propriétés actives, contenant pour l' humanité civilisée des possibilités inépuisables d' excitation esthétique ou morale.

Notre condition est celle des historiens de l' art" (1965 [1910]: 33; cf. 1979: 28; destaques nossos).

Por isso, afirmava o estatuto especial da história literária e a necessidade de articular a análise das obras individuais com o seu estudo no âmbito da história (65).

Mas G. Lanson rejeita liminarmente a aplicação à literatura do modelo epistemológico das ciências naturais (66). No entanto, Lanson não deixa de procurar um modelo de cientificidade específico para o estudo da literatura. As "verdadeiras humanidades modernas", segundo Lanson, deviam ter como papel fundamental a interpretação dos textos (67) e seguir um método científico (68), em contaposição com o "método literário" das "velhas humanidades" (69). A aplicação dos princípios científicos às humanidades equivale, em Lanson, a conceder a primazia às faculdades intelectivas (observação, reflexão), orientando o estudo para a busca da verdade através do rigor metodológico, da pesquisa paciente e do labor colectivo (1902: VIII).

Nesta óptica, enfatiza a dimensão cívica e moral que a leitura dos textos literários pode proporcionar: "dans l' enseignement secondaire, le commentaire moral doit avoir encore le pas sur le commentaire esthétique. L' étude de la forme doit conduire à l' étude du fond et s' y subordonner." (1902: 115). Assim, a "explicação histórica" devia dar conta "des idées relatives à certains états d' esprits et à certaines conditions d' existence." (*id.*: 117). A ciência literária

lansoniana está assim ao serviço de um novo humanismo adaptado ao moderno Estado-nação, liberal e secularizado. Pela história literária, os alunos aprenderiam a "connaître l' homme, et la vie humaine, et comment nous sommes devenus ce que nous sommes." (*id.*: 118) (70).

Mas em G. Lanson, como antes em Taine e no romantismo alemão, é a perspectiva nacional que continua a enquadrar a história da literatura, mantendo-se a ideia de que pelo seu estudo se acede ao lado íntimo e profundo da história, à "história do espírito" humano e nacional, não obstante Lanson destacar a especificidade do fenómeno literário:

"L' histoire littéraire est une partie de la civilisation. La littérature française est un aspect de la vie nationale: elle a enregistré, dans son long et riche développement, tout le mouvement d' idées et de sentiments qui se prolongeait dans les faits politiques et sociaux ou se déposait dans les institutions, mais, de plus, toute cette vie intérieure secrète de souffrances et de rêves qui n' a pas pu se réaliser dans le monde de l' action." (1965 [1910]: 33) (71).

Na base desta "sociologia do espírito" estão duas noções-chave do pensamento lansoniano, a ideia de representatividade e a crença na literatura como a "expressão" da sociedade, que são pressupostos fundadores da própria história literária. No entanto, Lanson modeliza estas ideias em termos sociológicos.

Lanson afirma que uma "lei" da história literária é a da correlação entre a literatura e a vida social, não enquanto pura expressão da sociedade, mas como elemento "complementar da vida", na medida em que concebe a literatura como expressão das possibilidades existenciais não realizadas (72). Outro operador fundamental do pensamento lansoniano é o conceito de representatividade. O objectivo da história literária consistia em destacar os factos mais representativos que os autores, passe o pleonasmo, representavam:

"Notre fonction supérieure est de conduire ceux qui lisent, à reconnaître dans une page de Montaigne, dans une pièce de Corneille, dans un sonnet même de Voltaire, des moments de la culture humaine, européenne ou française.

Comme toute l' histoire, l' histoire littéraire s' efforce d' atteindre les faits généraux, de détacher les faits représentatifs, de marquer l' enchaînement des fait généraux et représentatifs." (*id.*: 33).

Porém, Lanson distingue dois graus distintos de representatividade, um de tipo kantiano, ideal, e outro herdeiro do pensamento comtiano. Assim, o "gênio" individual simboliza a vida colectiva idealizada, ao passo que os *minores* são os que melhor representam a realidade social existente:

"Le génie est toujours de son siècle, mais toujours il le dépasse: les médiocres sont tout entiers de leur siècle, ils sont toujours à la température de leur milieu, au niveau de leur public." (*id.*: 45) (73).

No entanto, o que Lanson valoriza no gênio é a sua dimensão representativa, procurando articular a sua individualidade com o elemento colectivo em que se insere, tanto em termos sincrónicos como diacrónicos (74).

Deste modo, porque concebe os grandes escritores como elementos que condensam e simbolizam a vida colectiva, abre as portas da história literária à sociologia, como reconhece na alocação sobre história literária e sociologia: "la matière de nos études est en grande partie sociologique" (1965 [1904]: 80) (75). Aliás, o deslocamento para o plano sociológico é visível no seu ambicioso programa para uma "sociologia da vida literária" francesa, exposto em "Programme d' Études sur l' Histoire Provinciale de la Vie Littéraire en France":

"En réalité nous connaissons mal, ou nous ne connaissons pas la vie littéraire de la France, l' importance et la fonction de la littérature et de la culture littéraire dans la vie nationale. Or, selon l' idée que nous faisons aujourd' hui du livre -expression complexe d' un tempérament individuel dans un milieu social, agent de fermentation morale et par suite de transformation sociale -, selon cette idée, il devient de plus en plus impossible de nous confiner ou dans l' analyse esthétique des oeuvres, ou dans la considération abstraite de leur filiation, et de ne pas chercher à rattacher toujours le livre à la vie, à nous faire l' idée la plus exacte possible des formes et des degrés de culture qui peuvent se constater en France dans les différentes époques, régions et classes." (1965 [1903]: 82-3)

É sobretudo neste projecto que se revêem Lucien Febvre e a escola dos *Annales*. L. Febvre, que denuncia nos historiadores da literatura uma espécie de "renúncia", por incapacidade de formação, às análises autenticamente históricas, defende "Une histoire historique de la littérature, cela veut dire ou voudrait dire l' histoire d' une littérature, à une époque donné, dans ses rapports avec la vie sociale de cette époque." (*apud* Genette, 1972b: 15). De modo explícito, L. Febvre, que inspira o artigo "Histoire ou littérature ?" de R. Barthes (publicado em 1960 nos *Annales*), retoma o programa de G. Lanson, para quem a história literária devia dar conta de toda a vida

literária de uma nação, o que implicava uma história social, na medida em que devia estudar o meio, o público e a mentalidade colectiva em que se inseria a produção literária (76).

Uma história literária da França seria, segundo G. Lanson, "le tableau de la vie littéraire dans la nation, l'histoire de la culture et de l'activité de la foule obscure qui lisait, aussi bien que des individus illustres qui écrivaient" (1965 [1903]: 87). A própria *Société d'Histoire littéraire de la France* estabeleceu, nos estatutos da sua fundação, em 1894, que o seu objecto era "l'histoire de la France, considérée sous l'angle de la littérature." (cf. Pomeau, 1995: 5). Uma década depois, em 1904, G. Lanson torna-se o seu vice-presidente, marcando desde aí o órgão desta sociedade, a centenária *Revue d'Histoire Littéraire de la France* (77).

Notas

III.

(1)- A narração histórica articulada com a citação sistemática de extractos de livros (os "morceaux choisis" dos manuais do séc. XX), que deviam representar o essencial do livro comentado, constituem os traços principais do "género" discursivo da história literária. Em França, Voltaire dá-lhe uma gramática, uma organização por séculos que confere uma forma narrativa à história literária, que passa a estar estruturada por séculos, períodos, movimentos e temas (Moisan, 1990: 73). Cf. Schulz-Buschhaus, 1990: 175-6, 185.

(2)- A percepção da existência de várias historicidades não anexadas ao devir humano mostram-nos que "o homem que surge no início do século XIX é um ser 'desistoricizado' " (Foucault, 1991 [1966]: 404), após a fragmentação da antiga ordem histórica, de natureza cosmológica e transcendentemente regulada por uma teleologia secular, que corresponde de certo modo à milenar ideia da "Grande Cadeia do Ser", analisada por Arthur Lovejoy. Este historiador das ideias destaca que é precisamente a emergência da História que põe em causa a ideia da plenitude e continuidade do mundo de base platónica, que asseguravam uma coerência racional e uma segurança intelectual. Com efeito, esta concepção, que pressupõe um sistema de verdades eternas e necessárias na lógica do ser, só se pode realizar num mundo estático e constante. Por consequência, a consciência da temporalidade e da mudança revelam um mundo contingente (Lovejoy, 1964: 315-33).

(3)- Cf. Antonio Maravall, 1972: 259-68.

Luiz Costa Lima destaca a importância desta transposição na "constituição do perfil básico" da história literária oitocentista, nomeadamente no processo de catalogação dos "factos" bio-bibliográficos, no privilégio concedido ao "pensar causalista" (à continuidade) e sobretudo pela suposição de que o avanço do tempo **equivale** ao **progresso** (ou regressão), de que os **períodos literários** seriam indicadores (1993: 25; destaques nossos). Cf. Kushner (1989: 111-4).

(4)- Segundo D. Perkins, "histories of the literatures of regions, social classes, women, ethnic groups, and so on have the same functions as the national literature histories of the nineteenth century. They assert that the group in question has a literary tradition and that the works in it are valuable." (1992: 181).

Stephen Greenblatt mostra-se crítico em relação à adopção do modelo da história nacional pelos "grupos marginalizados", porque o fazem com a consciência de que esse modelo é uma "invenção", pelo que qualifica o seu uso como uma prova de cinismo intelectual (2001: 56; cf. 56-61). John Guillory, por seu turno, considera que esta apropriação resulta da confusão entre o conceito de representação social e o conceito de representatividade política (1993: 7; cf. 10-3).

(5)- Cf. Perkins, 1992: 3; "In a literary history, the hero cannot be a person but only a social individual or ideal subject" (*id.*: 30); "With the unfolding of an idea, principle, suprapersonal entity, or *Geist* as its subject, a literary history became teleological. It acquired a plot, could assume a point of view, and might generate considerable narrative interest." (*id.*: 5).

Jean-Yves Guiomar chama a atenção para a importância de Leibniz nesta concepção da nação como entidade autónoma que se desenvolve monadicamente, por sucessivas metamorfoses (1990: 75-7).

(6)- Para integrar o particular e o sincrónico no fluir do tempo, o discurso da história literária socorre-se de um conjunto de conceitos unificadores que lhe permitem articular os eventos entre si num conjunto mais amplo. A. Kibédi Varga distingue três categorias de conceitos ordenadores: **conceitos-utensílios** (século, geração, escola, movimento, periodização, etc.), importados da história geral; **conceitos-períodos** (v.g. renascimento, barroco, maneirismo, romantismo, etc.), muitas vezes usados em sentido tipológico; **conceitos-ideias**, nem históricos nem literários, que articulam a história literária com a história geral (v.g. Humanismo, Iluminismo, decadência, sublime, verosimilhança, etc.) (s/d: 190-2).

(7)- Sismonde de Sismondi estudou a história das literaturas meridionais, mas afirma que quando tivesse estudado as literaturas do Norte teria "ébauché l'histoire des plus brillantes facultés de l'esprit humain, depuis la renaissance des lettres." (*id.*: ii); "nous aurons suivi la marche de l'esprit humain dans toute l'Europe." (*id.*: IV: 261).

(8)- De modo geral, podemos considerar que Silvestre Ribeiro privilegia sobretudo uma visão humanista, defendendo que o estudo da literatura poderia formar um corpo de ciência tendente a "desenhar o quadro vivo do homem, a oferecer as manifestações mais interessantes do desenvolvimento do espírito, rasgos de imaginação, traços do bello moral, descrição das bellezas do universo, revelação dos segredos do coração humano, phases da civilização dos povos: - e tudo isso encaminhando a tornar melhor o homem, a amenisar-lhe a existencia, a enriquece-lo de bellissimas e importantes recordações, deliciosas imagens, que o distrahem nos dias amargos da doença, na decrepitude da velhice, no affan e penosos trances da peregrinação da vida." (*id.*: 4).

(9)- O programa de M.me de Staël de 1800 consistia em "examiner qu'elle est l'influence de la religion, des moeurs et des lois sur la littérature", e vice-versa, afirmando que não se tinha ainda "suffisamment analysé les causes morales et politiques, qui modifient l'esprit de la littérature." (1991: 65).

(10)- Cf. Escarpit, 1958: 1776-7.

Para uma análise das ideias de Bonald, cf. G. Gengembre, 1984. Bonald é citado, v.g., por Silvestre Ribeiro (1853: 7-8) e Mendes dos Remédios (1914: 2).

Esta noção resulta, em grande medida, da própria consciência da mudança histórica, como realça J. Rohou: "La nouveauté des oeuvres des 'philosophes' les bouleversements de la Révolution, la découverte de la littérature allemande par les émigrés renforcent l'idée que la littérature, comme toute chose, change avec les conditions de vie: 'la littérature est l'expression de la société' (Louis de Bonald, 1802)." (1996: 8).

(11)- "Parallèlement l' idée d' un nécessaire renouveau de l' art, destiné à accompagner et même à favoriser le renouveau social se fait jour chez les Encyclopédistes avant de nourrir l' idéal révolutionnaire. (...) De manière générale, il s' agit pour les Encyclopédistes de redonner à l' art moderne toute la fonction sociale qui était celle, pense-t-on, de l' art antique. La Révolution de 1789 donne un nouvel essor à cet idéal." (Leroux, Pessin, Queffélec-Dumasay, 1999: 299-300); "M.me de Staël rejoint les Idéologues, qui pensaient que la littérature ne pouvait se restreindre à peindre la classe nobiliaire ou bourgeoisie sous couleur de représenter l' Homme universel." (*id.*: 300).

(12)- "La fonction sociale de la littérature (...) va faire l' objet d' un débat contradictoire pendant tout le siècle, entre les partisans du 'Mouvement' et ceux de la 'Résistance'. Mais tous pensaient que la littérature avait un rôle capital à jouer comme guide de la nouvelle société. De ce fait, une attention toute particulière est portée à la dimension de communication, à l' effet de l' oeuvre littéraire, et cela d' autant plus que l' accès de nouvelles couches sociales à la culture, et les transformations profondes que la démocratisation et l' industrialisation progressives de la société font subir à l' échange culturel entraînent la formation d' un nouveau public aux attentes et aux exigences à la fois toutes-puissantes et mal connues." (Leroux, Pessin, Queffélec-Dumasay, 1999: 301); "Mais la tradition dominante, chez la plupart de ceux qui se sont préoccupés au XIX.e siècle des rapports entre littérature et société, est plutôt libérale, et la société est plutôt conçue comme une forme politique, juridique et même mentale." (*id.*: 302).

(13)- "Ella [a arte] é por si mesma uma fôrma independente e completa, que pode de certo assimilar os elementos da historia, da philosophia, ou da sciencia ás suas operações, sem se tornar o reflexo submisso de idéas estranhas, renegando os attributos que fundamentam a sua acção nos dominios do pensamento." (*id.*: 170).

(14)- "Verdadeiro templo da sociedade moderna, elle abre as portas ás turbas, para que collectivamente admirem os prodigios do pensamento humano.

O drama não pôdia nascer como formula completa, senão depois da grande revolução, que proclama a igualdade dos homens perante a razão, como o christianismo havia estabelecido a igualdade dos homens perante Deus.

O drama, representando o homem intimo dominado pela paixão, pelas idéas, revelado no foro intimo da consciencia, affirmava implicitamente todas as aspirações da liberdade." (1855: 206).

"O decimo sexto seculo é o theatro em que todas as grandes descobertas da civilização se accumulam em imponentes acontecimentos."; "O livre exame finalmente, a revolução da idéa, appropriia a si todos estes elementos de progresso, capitaes que o genio das gerações transmittira aos vindouros, para renovar tudo, desde a religião até á arte, desde a philosophia até á litteratura."; "O theatro em França, institui-se debaixo das idéas da renascença." (*id.*: 208); "O seculo XVIII é o seculo da analyse, da lucta. O theatro não podia tornar-se o campo mais proprio para essa longa e infatigavel propaganda philosophica." (*id.*: 209).

(15)- Parte assim do pressuposto de que "A indole, as epochas e a nacionalidade modificam de variadas maneiras a expressão e os costumes de cada povo; mesmo n' este periodo de geral absorpção, sempre têm feições peculiares, e gestos que o separam do commum, e constituem a sua individualidade." (1910 [1854], II: 134-5).

(16)- Cf. 1905 [1877]: 77-81, 162-9.

Diferente era a lição de 1848, quando ao escrever sobre a "moderna escola literária", considerava que Bocage não produziu influxo sobre o seu tempo por falta de reflexão e por insuficiente participação popular (1848: 120).

(17)- "As circunstancias singulares não figuram senão pela luz que derramam sobre os acontecimentos geraes. Os homens são indicados n' este conjuncto pelas suas feições notaveis." (*ibid.*).

(18)- Segundo Andrade Ferreira, "é este o methodo adoptado hoje na Allemanha, em França, na Belgica e Inglaterra, em todos os cursos philosophicos e litterarios, por Herder, Michelet, Ampère, Fauriel, Jouffroy, Cousin, Niebuhr, Walkemaer e outros professores distinctissimos." (*ibid.*).

(19)- Já em 1858, em artigo sobre o "Curso Superior de Letras", defendia esta concepção: "A poesia, a mais íntima e sublime revelação do ideal de um povo, está identificada por estreitos laços com certas épocas ardentes da vida das nações, e não é um vão systema, não é uma theoria caprichosamente architectada, senão um facto apoiado sobre circunstancias especiaes, que lhe abre e firma a quadra vivaz da sua efflorescencia." (1872, II: 19). Porque crê que a literatura "É o espelho onde se reflectem todos os accidentes da vida íntima" (*id.*: 37), saúda o seu estudo no Curso Superior de Letras, "cujo plano de estudos abrange a historia do espirito humano, nos seus capitulos mais distinctos da critica, da philologia, dos acontecimentos das nações, e dos quadros da nossa existencia nacional." (*id.*: 53-4).

Esta convicção assenta em grande parte, como em Teófilo, na crença de que as tradições e as lendas da "poesia popular" "são muitas vezes uma parte da propria historia, não só ideal, mas íntima, de certos povos" (1872 [1860], II: 66); "É a diversa maneira de vêr, sentir e interpretar, segundo o genio das differentes raças." (*id.*: 69); a "nossa verdadeira poesia popular (...) é uma poesia que liga estreitamente a existencia social do nosso povo com as suas tendencias moraes", "poesia que reproduz o nosso viver, que dá sentimento, feição e character a muitos dos nossos usos" (*id.*: 72).

(20)- Como sublinha Moniz Barreto, "Em tórno desta verdade capital e dependente dela se agrupam as verdades secundárias que exprimem as relações derivadas e os nexos parciais que prendem o génio e a história de um povo às qualidades fundamentais e à perpétua evolução das suas manifestações literárias." (1944 [1888]: 39-40).

(21)- Cf. Falero (1998: 221-230) e Mercedes Tasende (1999: 80-7).

Giner de los Ríos, de acordo com a sua filosofia da história, idealista e krausiana, estabelece uma divisão entre história externa e interna, considerando esta a história verdadeira (a história das ideias). O critério e o juízo de valor são a evolução interna ou íntima do passado e o estudo dos factores que a expressam: o literário, o filológico e o artístico. A única via de acesso "ao mundo interior da fantasia" de um povo é traçada pelas suas criações artísticas, podendo ver-se os traços que dão à psicologia de um país um carácter inequívoco, um génio nacional (Fox, 1995: 4).

Nas palavras de Alfred Bougeault, ao introduzir a sua *Histoire des littératures étrangères* (1876), a história era "le récit des faits extérieurs et des évolutions d' un peuple" e a literatura "expression de ses idées, de son esprit

public", "tellement évidente et palpable qu' elle n' a pas besoin de demonstration: l' une est le corps de l' histoire, l' autre en est l' âme; ensemble elles constituent la vie même d' une nation." (*apud* Espagne, 1993: 141).

(22)- Como sublinha P. Burke, o que é importante em Vico é a aplicação da técnica de leitura das fontes nas entrelinhas, procurando nos textos as "revelações involuntárias" sobre a cultura e a sociedade do seu tempo (1997: 86): "lia Homero primariamente como uma fonte para a história dos costumes e das crenças", achando que essa informação fiável na medida em que era fornecida incidentalmente. Este método constituiu um marco epistemológico importante: "Sem esse novo método, que foi levado adiante por classicistas do século XIX como Wolf, a história social e cultural como a conhecemos estaria fora de nosso alcance." (*ibid.*).

(23)- Cf. Meinecke, 1983: 375-6.

(24)- E, se a literatura era a expressão dos povos, pareceria então natural estudar a sua história através da literatura. Em particular, é a poesia popular que se oferece como documento (antropológico, étnico, nacional, estético e histórico) da psicologia colectiva do "homem primitivo" (Braga, 1902: 1-2; cf. 51).

Nos seus primeiros trabalhos, Teófilo enfatiza a profundidade de sentimento da poesia popular (1867: 31, 97, 187). O fascínio por Vico, que já se revelara na *Poesia do Direito*, manifesta-se em particular na *História da Poesia Popular Portuguesa*, em que destaca varias vezes a sua inspiração, nomeadamente no estudo das *antiqui Juris fabulas* dos Romanos: "Estava ahí implicita a essencia da vida historica d' esse povo." (1902: 51). A sua dedução vai mais longe, ao pretender, pelo estudo da poesia popular peninsular, determinar "com clareza a acção das crises ou revoluções historicas dos estados peninsulares, as quaes se reflectiram profundamente nas tradições e sua fôrma poetica popular." (*id.*: 59).

(25)- Claudio Guillén refere um conjunto de autores que contribuíram para divulgar a ideia da existência de um carácter nacional de cada povo, entre os quais Voltaire, no preâmbulo do *Essai sur la poésie épique* (1723), intitulado "Des différents goûts des peuples" (1985: 41). No entanto, o mesmo autor observa que nos séculos XVI e XVII o conceito de identidade nacional era genérico e confuso e que os enciclopedistas o utilizaram para estudar os sistemas políticos estrangeiros. Só desde os inícios do século XIX, com o Romantismo, é que passou a significar um princípio de identidade colectiva e psíquica, a alma ou génio de uma nacionalidade (1994: 123; cf. 1998: 345).

(26)- Deste modo, literatura englobava, por exemplo, a historiografia e a filosofia, sendo equivalente à cultura. Teófilo Braga, de maneira romântica e positivista, considerava a "literatura" como a expressão do espírito nacional e das suas características: "A Literatura é uma síntese [afectiva] completa, o quadro do estado moral de uma nacionalidade representando os aspectos da sua evolução secular e histórica." (*id.*: 63); "a Literatura e Arte cooperam para a urgente *Síntese afectiva*, em que a vida emotiva e a tradição, partindo das manifestações da autonomia nacional recebem o relevo da solidariedade humana, esboçando o ideal da concórdia a que se aspira." (*id.*: 64).

(27)- "Os factos da vida politica ou religiosa, das instituições e das descobertas, inspirados por paixões bastantes violentas e moveis, não explicam tão bem o homem como as creações artisticas, filhas do sentimento desinteressado, reveladas pela inspiração espontanea e immediata."; "Melhor do que a litteratura, nenhum facto do espirito satisfaz tão bem esta tendencia. Goethe presentiu a nova sciencia que se está formando, na unidade das litteraturas de todos os povos. Quem escrever uma historia litteraria, tem, diante da serie das obras de arte, de deduzir o genio e o character intimo do povo que as sentiu, e sobretudo de pôr em relevo as circumstancias exteriores que lhes deram origem." (1870: 1-2). Cf. 1870a: 254; 1896: 4-5.

(28)- A propósito do teatro espanhol afirma que "Os progressos materiaes acompanharam d' ahi ávante os litterarios e moraes." (*id.*: 125). A geração do tempo de Bocage teria empreendido uma revolução literária em consequência das revoluções sociais e explicar-se-ia pelo mesmo pensamento destas (*id.*: 219).

(29)- Nesta lógica, afirma que mesmo que não se reconheça valor literário aos cancioneiros palacianos, eles "têm o valor de revelarem certos lados da vida moral do tempo, que as Chronicas officiaes não relatam." (1875: 135). Dez anos depois sublinha a mesma ideia, que exemplifica com a poesia provençal, que no seu entender "não se comprehende separada das suas origens populares, das relações com as Cruzadas e do apparecimento do terceiro estado" (1885: 126). Por seu turno, a poesia palaciana explicar-se-ia pela subalternização da nobreza, servindo para preencher o tédio palaciano (*id.*: 126-7). Na sua edição do *Cancioneiro da Vaticana*, afirma que uma canção de Estevam da Guarda "encerra muita mais verdade histórica do que os documentos dos archivos" (1878: LXVII) e que as cantigas de mal-dizer revelam a vida íntima da sociedade portuguesa dos séculos XIII e XIV (*id.*: LXIX). Cf. 1870a: 255-6.

(30)- "Todos os sentimentos, ainda os mais profundos, que o genio do artista consegue determinar nas suas creações, acham-se latentes no coração do povo; são elles que descobrem á mente collectiva certas verdades que a philosophia custosamente entrevê em suas syntheses. São esses sentimentos que inspiram as grandes epopeas legendares"; "trabalho de seculos, de uma formação lenta, em que a humanidade vae perpetuando as evoluções continuas. O povo tem uma forma poetica propria: é a *legenda*. A religião e a historia idealisa-as a seu modo; escreve-as nas pyramides, nos muros cyclopicos, no poema rude e na canção ligeira, com a profundidade mysteriosa e sublime da inspiração do anonymo. A linguagem é o rythmo espontaneo e o symbolismo. Ao seu crêr e sentir apropriada o dogma abstracto e severo, torna-o morphico" (*id.*: 119).

(31)- Cf. 1905: xii-xix. A partir do estudo da poesia popular, que considerava um documento psicológico de representação subjectiva e de persistência das tradições, Teófilo aspirava à constituição de uma nova ciência, a Demótica, em que se articulariam o estudo do folclore, da etnologia, da etologia e das ciências sociais (1905: 542-6). Dela resultaria "a construcção d' esta historia latente da Humanidade, implicita nas fórmulas complexissimas da sua Tradição" (*id.*: 547).

Os termos utilizados por Teófilo são aqueles que segundo João Leal eram usados como expressões equivalentes do novo campo de saber que a antropologia consignava, com as suas vastas interacções interdisciplinares (2000: 30).

(32)- É esta concepção sócio-ideológica da literatura que já Garrett perfilha na *Memória ao Conservatório Real* :

"Ésta contínua e reciproca influencia da litteratura sobre a sociedade, e da sociedade sôbre a litteratura, é um dos phenomenos mais dignos da observação do philosofo e do politico. Quando a historia for verdadeiramente o que deve ser - e ja tende para isso - hade fallar menos em batalhas, em datas de nascimento, casamentos e mortes de principes, e mais na legislação, nos costumes e na litteratura dos povos." (1844: 168-9, n. G).

(33)- "On jouit par sympathie de la toute- puissance de la nature, et l' on sourit en voyant la chimiste éternelle, par une mince altération des proportions des conditions ou des substances, imposer des révolutions, fabriquer des destinées, instituer la grandeur ou la décadence, et fixer d' avance à chaque peuple les oeuvres qu' il doit faire et les misères qu' il doit porter." (*id.*: 408).

(34)- "On a découvert qu' une oeuvre littéraire n' est pas un simple jeu d' imagination, le caprice isolé d' une tête chaude, mais une copie des moeurs environnantes et le signe d' un état d' esprit. On en a conclu qu' on pouvait, d' après les monuments littéraires, retrouver la façon dont les hommes avaient senti et pensé il y a plusieurs siècles. On l' a essayé et on a réussi.

On a réfléchi sur ces façons de sentir et de penser, et on a jugé que c' étaient là des faits de premier ordre. On a vu qu' elles tenaient aux plus grands événements; qu' elles les expliquaient, qu' elles étaient expliquées par eux, que désormais il fallait leur donner une place, et l' une des plus hautes places, dans l' histoire. On la leur a donnée, et depuis ce temps *on voit tout changer en histoire: l' objet, la méthode, les instruments, la conception des lois et des causes.*" (1911 [1864]: V-VI; destaque nosso).

(35)- "En cela consiste l' importance des oeuvres littéraires, elles sont instructives, parce qu' elles sont belles; leur utilité croît avec leurs perfection; et, *si elles fournissent des documents, c' est qu' elles sont monuments.* Plus un livre rend les sentiments visibles, plus il est littéraire; car l' office propre de la littérature est de noter les sentiments. Plus un livre note des sentiments importants, plus il est placé haut dans la littérature; car c' est en représentant la façon d' être de toute une nation et de tout un siècle qu' un écrivain rallie autour de lui les sympathies de tout un siècle et de toute une nation. C' est pourquoi, parmi les documents qui nous remettent devant les yeux les sentiments des générations précédentes, une littérature, et notamment une grande littérature, est incomparablement le meilleur. *Elle ressemble à ces appareils admirables, d' une sensibilité extraordinaire, au moyen desquels les physiciens démêlent et mesurent les changements les plus intimes et les plus délicats d' un corps*" (*ibid.*; destaques nossos).

(36)- Cf. I.3.4.

"Todas as manifestações do genio do homem foram consideradas como documentos reveladores para a historia: as instituições sociaes, as linguas, os dogmas, o direito, a moral, os costumes, as tradições, as industrias, os conflictos das raças nas suas invasões e cruzamentos tornaram-se objecto de sciencias especiaes, como uma necessidade dos factos. Mas o fim resume-se em uma sciencia ou consciencia do homem, a que se poderá chamar *Anthropognosia.*" (Braga, 1903a: 102-3).

(37)- Na sua *Histoire Littéraire de France* (1733), D. Antoine Rivet considera a história literária como a parte mais nobre, útil, e mais difícil de tratar de toda a história da nação. Ela vai mais longe, afirma, do que a história geral na tarefa de formar os homens para as grandes coisas, penetrando nos seus pensamentos e sentimentos, expondo o seu espírito à luz do dia (Bercé, 1995: 135). Pierre-Louis Guinguené (1748-1816), na sua *História Literária de Itália*, afirma mesmo que a história só serve para esclarecer a história da literatura, as vicissitudes do destino do homem em sociedade (*id.*: 136).

É sobretudo a partir de 1830 que a história literária começa a conceber vastas ambições, reforçadas pelo desenvolvimento do espírito científico, da filologia e do método histórico. Ampère (1830) desejava elaborar uma história comparativa das artes e das letras de todos os povos, Barante (1843) pretendia ler na sucessão das obras a história do espírito humano e Taine (1858 e 1866) visava fazer uma história natural dos espíritos (Rohou, 1996: 9).

Claude Crstin vê nesta ambição o desejo natural de os historiadores literários procurarem produzir uma imagem favorável de si mesmos como homens de letras e intelectuais (1973: 105, 115, 118).

(38)- Este conceito amplo de literatura vê-se ainda em 1917, na *Cambridge History of American Literature*, cujos editores concebem o seu tema como "the life of the American people as expressed in their writings rather than a history of *belles lettres* alone." (Perkins, 1992: 6).

(39)- Tenta assim "ridelineare i contorni della storia della letteratura comme un' unità ideale, senza voler mutare niente nello stesso metodo interpretativo." (Fohrmann, 1990: 66); "La teoria dell' organico, che domina il nuovo programma storico da quando Savigny si appellò (tra gli altri) a Herder, profila lo sviluppo dei generi di storiografia secondo centri preformati." (*id.*: 65).

(40)- Segundo David Perkins, há três assunções básicas na história literária oitocentista: a convicção de que as obras literárias são geradas pelos seus contextos históricos e, como tal, são produtos e expressões de estruturas sociais, modos de vida, crenças, instituições literárias, das comunidades em que se elaboravam. Mas o terceiro pressuposto, que permitia articular os anteriores na sucessão diacrónica, consistia em conceber a mudança como o desenvolvimento de uma ideia, princípio ou entidade supra-pessoal, neste caso a nação (1992: 1-2). Na opinião deste autor, "A function of many literary histories has been to support feelings of community and identity."; "not only to national traditions but to those that form the consciousness of any social group. In this view, a history of literature, wether it be the literature of a nation, class, region, race, or gender, would help instruct us who we are individually and as a community. It displays the tradition in wich we stand wether we will or no, for this tradition has formed us." (*id.*: 180-1). Neste processo, contudo, é frequente o historiador projectar no passado os seus sentimentos e vivências (*id.*: 137).

(41)- A concepção espiritualista da nação em Herder institui-se com base numa perspectiva genética e numa visão do mundo biológico-vitalista, inspirada em Leibniz (cf. n. 5), que o conduz a estabelecer a analogia entre as épocas históricas e as idades da vida (Schultz, 1984: 12-5). Para Herder, o processo histórico realiza-se por um desenvolvimento orgânico, sendo necessário estudar a génese de um fenómeno para se compreender a sua índole e evolução, e desse modo conhecer o espírito, o génio ou o carácter de uma época e de um povo (*id.*: 15-6).

Assim, "È possibile mostrare come il concetto di *nazione* venga introdotto quale progetto dell' entelechia da prima in Herder in forma di idea appena accennata ma poi soprattutto in Friedrich e in August Wilhelm Schlegel." (Fohrmann, 1990: 69); "Con il termine letteratura nazionale non si intendono più le 'creazioni scritte della nazione tedesca'; questo termine significa ora lo 'specchio della vita interiore di un popolo' e la continuità di una evoluzione della letteratura tedesca fa sorgere una autocoscienza che si poteva finora ricevere solo dalla poesia. Non più l'erudizione, bensì la *cultura* è necessaria al fine di generalizzare questa autocoscienza." (*ibid.*).

(42)- Em H. Taine, a concepção organicista da nação traduz-se numa concepção de fundamento naturalista (raça, meio e momento), mas no seu centro está uma concepção espiritualista da alma da nação, pelo que se podem entender as suas analogias com as ciências da natureza como uma espécie de "retórica científica" em favor de uma concepção sistémica da cultura: "L' homme corporel et visible n' est qu' un indice au moyen duquel on doit étudier l' homme invisible et intérieur"; "Il y a un homme intérieur caché sous l' homme extérieur, et le second ne fait que manifester le premier." (1911 [1864]: XI). Segundo Taine, os escritos, as obras de arte e a organização económica e política são manifestações exteriores que permitem aceder a um "centro" interior: "là est l' homme véritable, j' entends le groupe de facultés et de sentiments que produit le reste."; "C' est ce monde souterrain qui est le second object propre de l' historien." (*id.*: XI-XII). No entanto, coloca a ênfase no facto de que "la structure morale d' un peuple et d' un âge est aussi particulière et aussi distincte que la structure physique d' une famille de plantes ou d' un ordre d' animaux. Aujourd' hui, l' histoire, comme la zoologie, a trouvé son anatomie" (*id.*: XIII; cf. XV-XVIII). A dimensão naturalista está, por isso, dependente da ideia da existência de uma força constante que tem a ver com a raça, no que se aproxima do *Volksgeist* herderiano: "Toujours on rencontre pour ressort primitif quelque disposition très générale de l' esprit et de l' âme, soit innée et attachée naturellement à la race, soit acquise et produite par quelque circonstance appliquée sur la race."; "on peut considérer le mouvement total de chaque civilisation distincte comme l' effet d' une force permanente qui, à chaque instant, varie son oeuvre en modifiant les circonstances où elle agit." (*id.*: XVIII). Apesar da analogia com o mundo mineral, botânico e animal (cf. pp. XVIII, XXVIII e XXXVI), cremos que o mais importante para Taine é mostrar a interdependência dos factores, recorrendo por isso ao mundo das ciências naturais, *v.g.*, ao pretender explicar a "lei das dependências mútuas": "Une civilisation fait corps, et ses parties se tiennent à la façon des parties d' un corp organique"; "de même dans une civilisation la religion, la philosophie, la forme de famille, la littérature, les arts composent un système où tout changement local entraîne un changement général" (*id.*: XXXVI).

(43)- Oliveira Martins defende a tese da "nação moral" relativamente a Portugal (cf. V.3 e V.4), mas acredita na existência de nações naturais, que caracteriza em termos organicistas. Estas seriam "organismos normaes, naturaes dos corpos definitivos, que tem como alma o fundo de raça, como esqueleto a configuração geographica, como nervos, como sangue, como vasos, como musculos, a unidade de interesses, de aspirações, a unidade superior e que resulta das variedades locaes, não o amalgame violento e torpe que resulta das organizações actuaes." (1872: 201).

(44)- Por isso, como observa Fernando Catroga, "um dos aspectos mais marcantes da historiografia oitocentista consistiu na interpretação de Portugal como se este fosse uma espécie de 'Eu colectivo', cuja genealogia, em vez da dos reis e das grandes famílias, se impunha fazer" (1996, *in* Torgal, Mendes, Catroga: 156).

(45)- O Primeiro Congresso Internacional de História Literária de Budapeste (1931) denunciou o uso da literatura como documento para a elaboração de uma história nacional, para a dedução de uma certa psicologia colectiva ou mesmo de certos caracteres regionais (cf. Calvo Sanz, 1993: 10).

(46)- Teófilo Braga satiriza esta definição anterioriana (1872b: 28), para defender a sua tese rácica, mas a sua concepção global, tainiana, encontra-se relativamente próxima da de Antero, que também se inspira em Taine.

(47)- Moniz Barreto destaca a influência de Taine na Geração de 70:

"A sua acção entre nós foi considerável. Antero tinha-o lido muito e ainda o relia, mas não o considerava um filósofo. Nos primeiros livros de Teófilo Braga aparecem vestígios da sua influência. Oliveira Martins aprendeu nos escritos dêle, mas nunca lhe criou amor.

Para Ramalho e Queiroz foi um reportório muito consultado de idéias e factos. Na geração nova os seus livros estão nas mãos dos que estudam.

Fialho adorou nêle a energia naturalista. A mim ensinou-me a escrever." (1944 [1893]: 267).

Com Taine, segundo Moniz Barreto, a crítica literária tornou-se filosófica (*id.* [1890]: 277) e a obra literária passou a ser considerada como produto de causas gerais: "À determinação dessas causas gerais Taine aplica os processos das ciências naturais" (*id.*: 277-9).

(48)- "N' esta invisível circulação da seiva interior ha periodos, periodos de revolução, de progresso, de retrocesso, de incubação ou de plenitude de forças: a estes correspondem invariavelmente os periodos artisticos e litterarios, com suas revoluções, suas variações de intensidade, lenta formação de escólas, morbidos estacionamentos, subitas e inflammadas florescencias." (*id.*: 24).

(49)- Para Adolfo Coelho, a história da literatura implica o estudo das origens literárias populares, das influências naturais, sociais e morais que agem sobre as literaturas, a compreensão da biografia dos autores, em articulação com a sua época, a análise crítica das obras literárias (estudo das fontes e determinação da sua significação, nacional e universal) e a determinação das causas que produzem o progresso ou a decadência da literatura (1881: 3-5).

(50)- Na sequência de Madame de Staël e dos irmãos Schlegel, Moniz Barreto considera que a sociedade influencia a produção literária sobretudo em termos religiosos, políticos e filosóficos (1944 [1888]: 43; 43-6).

(51)-"Por ela [a noção de representatividade], indivíduo, sociedade nacional e concerto das nações civilizadas se encaixam harmoniosamente como uma *babushka*" (Costa Lima, 1993: 24).

Cf. G. Gorni (1995: 91) e Julie Klein (1996: 152), que fala numa articulação sinedóquica entre texto e história.

Já M.me de Staël afirmava que Roma vive inteiramente nos escritos de Cícero e Salústio, considerando a representatividade típica dos oradores (1991 [1800]: 146) e que nas obras literárias se encontram menos os traços do

carácter do escritor do que o espírito geral da nação e do século a que pertencem (*id.*: 211). Para A. Schlegel, a história e o desenvolvimento da arte encontra-se na história dos génios criadores (1971, I: 51).

(52)- O que decompõe os objectos e os alça a uma transcendentalidade não articulada a nível das representações e conduz, em muitos casos, a uma certa formalização ingénua e a um certo dogmatismo ideológico (Foucault, 1991 [1966]: 286-291), como em Teófilo Braga, acusado com frequência de elaborar sínteses apressadas e sem fundamento.

(53)- Cf. Helfer, 1996: 3, 179.

(54)- Em qualquer dos casos, esta ideia de representação resulta de um acto performativo disfarçado de constativo (cf. Weimann, 1987: 179-80 e 190-1; Iser, 1987: 217-8, 226).

(55)- "Matou-o o tédio da vida" (*id.*: 68) e a afirmação niilista (*id.*: 75), após tantas ilusões revolucionárias e tentativas de sistematização teórica (*id.*: 70). No século em que se assistiu ao desencanto e fracasso das revoluções e das teorias, ficou o vazio e a falência da inteligência especulativa (*id.*: 73-4): "É que também nós passámos um século de vida cortada de crises e paixões". A vontade apagou-se, a inteligência ensombreceu-se, o belo perverteu-se, e do tédio chegou-se ao niilismo: "É o suicídio, que nunca foi tão frequente. Nunca o desapego à vida foi maior." (*id.*: 74).

(56)- Cf. Amadeu Carvalho Homem (1988: 168), que destaca o carácter determinista da teoria comtiana dos grandes homens que influencia Teófilo Braga (*id.*: 146-7).

(57)- Seguindo a teoria dos heróis de T. Carlyle, Oliveira Martins considera que os artistas são precursores inconscientes que preparam o caminhar da massa de homens que progride na larga via da História: "Poeta é aquele que adivinha; a poesia é uma religião, ou antes uma metafísica concebida religiosa, imaginativa, não racionalmente. Artista é o que possui o dom de sentir o lado belo das coisas e de as referir com as palavras, notas, cores ou formas, mais adequadas para nos transmitir a energia das suas impressões." (1955: 176).

(58)- No seu comentário a *Os Maias* tece uma forte crítica ao individualismo: "O individualismo gera o egoísmo, o egoísmo a anarquia, a anarquia a ditadura." (1955: 381).

(59)- Luciano Cordeiro declara no seu *Livro de Crítica* que emergia então a "poesia *collectiva*, a poesia da *synthese* social - se póde dizer-se assim-, quasi desconhecida é ainda entre nós. Tacteou-a Anthero de Quental, possante talento." Teófilo Braga tê-la-ia inaugurado e liderava-a (1869: 287-8). A poesia do seu tempo caracterizar-se-ia "pela feição *collectiva*: naturalista, humanitaria, social, historica ou philosophica; opposta á feição do individualismo desnorteado do *romantismo*." (*id.*: 297). O conjuncto das produções do seu tempo "anunciam uma época litteraria mais exuberante que esta que vai finda." (*ibid.*).

(60)- Cf. Homem, 1998: 209-10. Como nota A. C. Homem, Comte esperava que um poeta (italiano) desse expressão épica à sua visão da história da humanidade. Teófilo pensava poder responder a este desiderato com a *Visão dos Tempos* (1864, 1894).

(61)- Este diagnóstico repete-se na recensão a *Os Simples*, de Guerra Junqueiro (1963 [1893]: 135-6).

(62)- "É que o sr. Oliveira Martins é um homem representativo. No grupo dos nossos escritores contemporâneos ele exprime da alma portuguesa a grandeza moral, como Antero a unção mística, Camilo a exaltação amorosa e cavaleiresca, Teófilo Braga o fervor apostólico, Eça de Queirós a humanidade indulgente e a bondade evangélica. É essa grandeza moral que lhe inspira o melhor da sua obra" (1963 [1893]: 125).

(63)- Assim, como observa R. Wellek, "Per De Sanctis la letteratura è l' essenza della storia di una nazione. Essa non si limita a esserne il riflesso, è la storia della nazione. La letteratura non è solo intimamente collegata con il processo storico, ma è una rappresentazione simbolica dell' evoluzione dello spirito italiano." (1990: III-IV).

(64)- Uma vez que as obras a historiar estão presentes como "monumentos", o historiador tende a conferir-lhes um valor transcendente em relação ao contexto histórico da sua produção, actuando ao mesmo tempo como um crítico literário quando procura compreender o seu significado (Perkins, 1992: 177). Este facto implica uma interferência em termos valorativos (*id.*: 178), que para muitos estudiosos é mesmo necessária. Jacinto do Prado Coelho, por exemplo, afirma que o historiador da cultura deve dar atenção ao "aspecto original, único, das grandes criações espirituais." (s/d: 31).

(65)- Para Yves Bonnefoy, a tentativa de distinguir a crítica subjectiva da actividade do historiador é quase impossível na prática, pois o crítico e o historiador são muitas vezes o mesmo homem (1995: 13-4). Tal facto deve-se ainda à própria natureza da obra literária: "Une oeuvre étant, non un simple réseau de significations et d' impressions sensorielles ou affectives, mas une dyade, où l' intuition d' absolu et la relativité des situations historiques se rencontrent, s' interpenètrent, dans un processus qui n' a pas de fin." (*id.*: 16).

(66)- No prefácio à sua *História da Literatura Francesa*, condena a "funesta superstição" que tende a "imposer la forme scientifique à la littérature: on est venu à n' y estimer que le savoir positif." (1918 [1894]: VI). Neste passo visava em particular Renan, que em *L' Avenir de la Science* afirmara que "L' histoire littéraire est destinée à remplacer en grande partie la lecture directe des oeuvres de l' esprit humain." (Renan, 1995 [1890]: 265-6). Como sublinha Lanson, "Cette phrase est la négation même de la littérature. Elle ne la laisse subsister que comme branche de l' histoire, histoire des moeurs, ou histoire des idées." (1918 [1894]: VI-VII).

Apesar de *L' Avenir de la Science* só ter sido publicado em 1890, trata-se de uma obra de 1848, como o subtítulo da edição moderna sublinha. António do Prado Coelho considera que Renan se inspirou no positivismo, não obstante o seu desdém por Comte:

"Lévy-Bruhl acentuou que Taine deveu a Comte a sua concepção da história literária, da crítica e da filosofia geral, de uma maneira geral a ideia do seu esforço para transportar para as ciências morais o método das

sciências naturais, frisando que a sua teoria do 'meio' e do 'momento' foi Comte quem a generalizou, aproximando Lamarck de Montesquieu; e que Renan lhe não deveu menos que a Hegel, apesar da severidade e do desdém de que usa para com o fundador do positivismo." (1921: 55); "O *Avenir de la Science* de Renan é Comte puro, embora o historiador não o cite nunca." (*id.*: 56).

(67)- Cf. 1918 [1894]: VII e 1902: 104-9, 111. É nessa perspectiva que considera que a história literária só tem cabimento no ensino superior: "Ce n' est que les études achevés, ou près de l' être, que le souci de dessiner les courbes de l' évolution littéraire peut apparaître. Jusque-çà le maître s' occupera de faire déchiffrer le plus des textes qu' il se pourra." (1902: 112).

(68)- "Les sciences physiques et naturelles, les sciences historiques ont renouvelé entièrement notre conception de l' univers, de la société et de l' homme." (1902: 95); "La recherche méthodique du vrai, voilà en un mot où consiste l' esprit scientifique" (*id.*: 97); "Les véritables humanités modernes, ce sont les sciences: au sens large du mot, en y comprenant les sciences historiques avec les sciences exactes et les sciences de la nature." (*id.*: 98); "Il faudrait que l' enseignement classique - humanités comprises - s' orientât tout entier vers le principe scientifique." (*id.*: 99).

(69)- Este método tinha efeitos nefastos, segundo Lanson, pelo facto de cultivar sobretudo as faculdades da imaginação e do sentimento e de promover a apreciação do belo e os dons criativos (1902: VIII), permitindo fazer, com poucos custos, "quelques individus supérieurs qui éblouiront le monde de leur fantaisie originale et égoïste: l' éducation scientifique, seule, peut améliorer toute la jeunesse d' une nation et lui donner l' esprit de précision, de méthode et de discipline nécessaire aux oeuvres collectives." (*id.*: IX; cf. 90-2, 102, 120-1).

Na interpretação de Lanson, os Jesuítas tinham prevertido as antigas humanidades, transformando-as numa pura retórica (*id.*: 92-6). Por isso, condena o ensino liceal da Retórica e da Poética, mas não o ensino do Grego e do Latim, desde que submetido ao novo método científico: "Dans ce système, le latin et même le grec garderont leur place." (*id.*: 102; cf. 103-4).

(70)- "Pour beaucoup de nos contemporains, la religion est évanouie, la science est lointaine; par la littérature seule leur arrivent les sollicitations qui les arrachent à l' égoïsme étroit ou au métier abrutissant." (1918 [1894]: IX); "Ils [os alunos] auront compris aussi que les solutions humaines sont toujours provisoires, que chaque siècle, selon ses lumières et ses besoins, modifie les solutions anciennes, les adapte ou les remplace." (1902: 119); "L' étude historique des oeuvres littéraires leur aura communiqué le sens profond et bienfaisant du relatif, c' est-à-dire de l' effort toujours nécessaire dans un monde qui toujours change."; "et servir à l' acquisition de esprit de méthode et de vérité." (*id.*: 120).

(71)- "Nous étudions l' histoire de l' esprit humain et de la civilisation nationale dans leurs expressions *littéraires*, dans celles-là essentiellement; et c' est surtout au travers d' un style que nous tachons d' atteindre le mouvement des idées et de la vie." (*id.*: 34).

(72)- "Enfin l' histoire littéraire s' achève par l' expression des rapports de la littérature à la vie, où elle rejoint la sociologie. La littérature est l' expression de la société: vérité incontestable, qui a engendré bien des erreurs. La littérature, souvent, est complémentaire de la société: elle exprime ce qui nulle part ailleurs ne se réalise, les regrets, les rêves, les aspirations des hommes. Elle est bien par là encore l' expression de la société, mais alors il faut donner au mot un sens qui ne comprenne pas seulement les institutions et les moeurs, et qui s' étende à ce qui n' a pas d' existence actuelle, à l' invisible que ni les faits ni le pur document d' histoire ne révèlent. " (1965 [1910]: 46). Cf. 1965 [1904]: 74-5.

(73)- "Les faits visiblement représentatifs sont des faits moyens. (...) c' est-à-dire ceux qui présentent les formes les plus pures et les plus normales du type commun. Et du même coup le chef-d' oeuvre, le fait extrême s' éclaire, il acquiert, dans ce rapprochement, toute sa valeur de signification; et l' on voit dès lors nettement de quoi, jusqu' où il est représentatif sans cesser d' être unique." (*id.*: 50).

(74)- "Puis, ce que le génie individuel a, tout de même, de plus beau et de plus grand, ce n' est pas la singularité qui l' isole, c' est, dans cette singularité même, de ramasser en lui et de symboliser la vie collective d' une époque et d' un groupe, c' est d' être représentatif. Il nous faut donc chercher à connaître toute cette humanité qui s' est exprimée dans les grands écrivains, toutes ces lignes de plissement de la pensée et de la sensibilité humaines ou nationales dont ils indiquent les directions et les sommets.

Ainsi nous devons pousser à la fois en deux sens contraires, dégager l' individualité, l' exprimer en son aspect unique, irréductible, indécomposable, et aussi replacer le chef-d' oeuvre dans une série, faire apparaître l' homme de génie comme le produit d' un milieu et le représentant d' un groupe." (*id.*: 36; 40, 43).

(75)- "Les grandes personnalités littéraires sont, au moins pour une bonne part, les figures et les symboles de la vie collective; ce sont des foyers qui concentrent à un moment des rayons émanés de la collectivité, et qui les renvoient ensuite, diversement combinés et modifiés, à la collectivité. L' étude que nous faisons de ces personnalités nous conduit à une connaissance sociologique qu' elle enveloppe. Nous avons intérêt à prendre conscience de cet étroit rapport de la sociologie et de l' histoire littéraire, non pour nous détourner de notre tâche vers des spéculations ambitieuses, mais pour exécuter mieux plus complètement, plus finement notre tâche précise. Le point de vue sociologique ne doit pas nous servir à fausser ou négliger l' observation, mais à l' approfondir." (1965 [1904] : 80; cf. 69-70).

(76)- Como observa A. Compagnon, a lição do grupo dos *Annales* teve uma certa continuidade no estudo sócio-histórico da instituição literária de Bourdieu (sociologia do campo literário) e na genealogia histórica e cultural de Foucault e seus seguidores (1998: 236-8). Cf. C. Jouhaud (1990: 164-5, 169-75).

(77)- Cf. Compagnon (1995). H. Weinrich constata que cerca de dois terços desta revista secular "sont de l' historicisme pur." (1995: 71). O próprio trabalho de G. Lanson é sobretudo de natureza erudita e de tendência histórica e sociológica (Rohou, 1996: 12). Assim, o principal mérito de Lanson foi o de ter definido a tarefa da história literária em toda a sua amplitude, incluindo o que se viria a chamar a recepção e o horizonte de expectativas.

Mas não chegou a executar o ambicioso programa de traçar a "vida literária" francesa e foi com perspectivas bem mais restritas que fundou uma escola de história literária (*id.*: 13).

Com efeito, na sua História da Literatura Francesa, Lanson restringe-se claramente à literatura: "J' ai été conduit ainsi à éliminer tout ce que souvent on a mêlé dans une *Histoire de la Littérature française*, et qui pourtant n' y appartient pas réellement. Je n' ai pas voulu faire l' Histoire de la civilisation, ni l' Histoire des idées; et j' ai laissé de côté des écrits qui pour l' un ou l' autre de ces sujets seraient de premier ordre." (1918 [1894]: XII).

IV. A história literária em Portugal: a construção da cultura nacional

1. A "necessidade" de uma história literária

"La véritable naissance d' une nation, c' est le moment où une poignée d' individus déclare qu' elle existe et prend de le prouver." (Thiesse, 1999: 11).

A matriz teórica que presidiu à nobilitação e à nacionalização da "literatura popular" constitui aquilo que P. Casanova designou a "revolução herderiana", que provocou um "efeito-Herder" em termos europeus (1999: 110-3). Teófilo Braga refere com frequência "o novo critério filológico" (1905: 492), tendo em conta o contributo prévio de Vico e os trabalhos de história literária dos irmãos Schlegel. A ideia central de Herder consistia na identificação da língua e da nação (como organismo natural e não como Estado). Nos *Fragments* de 1767 considera a língua como "espelho" e reservatório da vida do povo. Deste modo, punha em causa a concepção clássica da "literatura", então representada pela literatura francesa, e os critérios da sua avaliação, centrados agora no valor das tradições populares. Por outro lado, esta valorização do nacional-popular é acompanhada da superação da filosofia iluminista da história. Em "Uma outra filosofia da História para contribuir para a educação da humanidade" (1774), Herder põe o acento na igualdade de valor das épocas passadas, em particular da Idade Média, afirmando que cada época e que cada nação têm a sua singularidade, devendo ser julgadas segundo os seus próprios critérios, na medida em que cada cultura tem o seu lugar e valor, independentemente das outras

Esta matriz teórica, que fazia coincidir o povo e a nação, a língua popular e a literatura nacional e tornava equivalentes as nações (concebidas como organismos autónomos), produziu uma operação de "alquimia simbólica" da cultura popular e a subversão dos princípios hierárquicos da cultura clássica e iluminista e dos seus critérios de legitimação literária,

alterando significativamente a estrutura simbólica do campo literário, com fortes consequências nas suas práticas discursivas, nomeadamente na construção da história literária das literaturas modernas (1).

A construção e a institucionalização das literaturas nacionais implicou assim, simultaneamente, a "recolha" sistemática dos contos e romances populares, a "nacionalização" das belas-letas e das *litterae humaniores*, e a instauração de novas formas de produção literária, inauguradas pelo Romantismo, a nível semântico-pragmático (romance histórico, drama romântico, representações da Idade Média e de temas populares) e em termos institucionais (a criação de um teatro nacional e popular, o estudo e o ensino da língua e da literatura nacionais) (2).

Por outro lado, a construção da história literária implicava a reinterpretação das obras do património literário, nomeadamente as clássicas, em termos "nacionais e populares", tendo este critério motivado a nacionalização d' *Os Lusíadas* (cf. II.4.2.1) e a eleição dos "poetas nacionais", considerados representativos da sua época e, em termos gerais, do "espírito nacional", mesmo quando esta qualificação foi objecto de disputas simbólico-discursivas.

De todos estes processos resulta a instauração de uma genealogia própria e original ("orgânica") para cada literatura nacional, habitualmente localizada na génese da nação e nas suas raízes medievais, correspondendo esse lance retroactivo a um factor acrescido de legitimidade literária (a ancestralidade, e conseqüente continuidade espaço-temporal das tradições nacionais).

A pesquisa das tradições populares nacionais (contos, lendas, poemas e romances) que se inicia em meados do século XVIII (3) impulsionará a "revolução filológica" do século XIX e a própria "folclorização" da literatura romântica, que se inspira nas produções populares e as eleva à condição artística, o que muitas vezes se processou pela reelaboração dos "textos" populares no próprio acto de "recolha". Por outro lado, com os românticos, verifica-se uma "oralização" da "língua literária", num processo de "democratização" da república das letras, de modo a aproximar o escritor da sociedade, para contornar o analfabetismo e a falta de uma tradição escrita de orientação nacional.

Rousseau, no *Contrato Social*, concebia a nacionalidade e o Estado-nação como expressão do "direito natural" e esta nova ideia de nação é observável na *Declaração dos*

Direitos do Homem e do Cidadão (1789 e 1793), institucionalizando-se com a Revolução Francesa. Fernando Catroga e Paulo Carvalho sublinham que entre nós o Estado-nação "só se enraizou verdadeiramente com o sistema representativo, isto é, quando os mecanismos de legitimação do poder possibilitaram que os súbditos se assumissem como cidadãos." (1996: 81) (4). Ora, como afirma Eduardo Lourenço, o escritor liberal, enquanto cidadão chamado a participar na vida política, torna-se uma figura responsável pela Pátria-Nação, cabendo-lhe assumi-la e eventualmente modificá-la, e "cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*", surgindo uma linhagem de "ulisses intelectuais em busca de uma pátria" (1978: 88) (5).

Garrett e Herculano procuraram esta (re)ligação, colocando em primeiro plano os valores da cultura nacional: a mitologia nacional, o amor da pátria, a renascença da poesia nacional e popular e o estudo das primitivas fontes poéticas, onde pensam encontrar a fisionomia do povo e das suas tradições. Em "Poesia: Imitação, Belo, Unidade" (1835), Herculano sintetiza este ideal:

"Diremos sómente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma litteratura sua, sem comtudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nosso tempos historicos, os quaes o Christianismo com sua doçura, e com o entusiasmo e o character generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais bellos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradaveis para elles, mas para nós e as mais das vezes inharmonicos com as nossas idéas moraes: que os substituam por nossa mythologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela philosophia e pela moral na lyrica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos" (1898 [1835]: 69).

A "mitologia nacional" e o maravilhoso cristão e popular que Garrett defende na segunda estrofe de *D. Branca* têm ainda claras implicações políticas:

"A nova mitologia romântica tinha a ver, supostamente, com a anterioridade de um antiquíssimo 'espírito do povo', que sobrevivera a despeito do cerceamento absolutista e do constrangimento inquisitorial, e que emergia agora, em todo o esplendor nas instituições liberais. Nesta perspectiva, o apostolado de uma poesia nacional, que reflectisse a mitologia nacional, era, no plano criativo e estético, a assunção do princípio da soberania nacional no plano político." (Catroga e Carvalho, 1996: 48) (6).

Assiste-se assim a um processo de mitologização literária da individualidade nacional (popular), ao mesmo tempo que no plano da historiografia Herculano desconstrói as "mitologias" do Antigo Regime, que consagravam o "direito divino" e a ordem vigente. Nas palavras de A. P. Lopes de Mendonça, "Herculano abalçou-se **a fabricar a nossa individualidade nacional**, perdida e desfigurada em narrações soltas, em phantasias sem authenticidade, e sem valor scientifico." (1855: 114; destaque nosso). É neste plano da fundamentação da soberania popular que a imaginação literária (idealização da Idade Média) e a história como ciência se encontram. Com efeito, a construção das "histórias nacionais" é, como a história literária, um fenómeno oitocentista. A história da "nação" é um género discursivo novo, em contraposição com a história dos monarcas (7). O modelo narrativo da história nacional, segundo Anne-Marie Thiesse, é fornecido pelo romance, em particular pelo "romance histórico", funcionando a história como uma espécie de "romance nacional", de *Bildungsroman*: "Elle doit mettre en évidence la continuité et l'unité de la nation comme être collectif au travers des siècles, en dépit de toutes les oppressions, de tous les revers, de toutes les trahisons." (2000: 55) (8).

Os primeiros românticos consagraram assim a sua energia às lutas liberais e à "substituição de uma cultura clérigo-aristocrática por uma cultura laica, burguesa e dirigida a um mais numeroso público alfabetizado" (Lopes e Saraiva, s/d: 833). Como observam Fernando Catroga e Paulo Carvalho, Garrett percebeu que o liberalismo e uma emergente civilização burguesa precisavam de consensos novos no interior dos dispositivos de produção e de reprodução cultural, para consensualizar ideias, valores, signos e símbolos novos, considerando fundamental a emergência de um teatro e de uma poesia nacionais, de uma "mitologia nacional" (Catroga e Carvalho, 1996: 46). Assim, a construção da História de Portugal por Herculano e a fundação do teatro e da "língua literária" por Garrett podem considerar-se como obras maiores no âmbito desta nacionalização da cultura (9). Como já sublinhava L. A. Rebelo da Silva, Garrett era popular porque "Ninguém soube ainda como elle, dar ao dialogo o cunho familiar e portuguez, que aproxima do povo o escriptor, tornando lucidas e correntes as mais elevadas idéas."; "Este segredo de achar a verdade da idéa e de gravar o bello da expressão na frase singella - dá ao estilo do Sr. Garrett uma graça, uma fluencia, e um ar nacional que o repassão de originalidade." (1848: 389).

A legitimação garrettiana de um novo cânone literário, romântico, assenta nos conceitos que servem de suporte ao nacionalismo liberal emergente, a soberania nacional e popular, numa clara articulação entre os códigos semântico-pragmáticos do sistema literário e os códigos ideológicos liberais, implicando a construção de uma "história nacional" e a recuperação das "tradições nacionais", no âmbito de um espaço discursivo amplo, desde o romance e drama históricos à historiografia, centrados na nação. Deste modo, Garrett e Herculano pretendiam a "regeneração" do país.

Mas esta consciência da necessidade da construção de uma cultura nacional persistirá nas gerações seguintes. A. P. Lopes de Mendonça afirma-o inequivocamente: "**temos de improvisar (...) uma civilização inteira**" (1849a: 11; subl. nosso). Por outro lado, L. A. Rebelo da Silva, denomina "**mineiros da civilização nacional** os escriptores votados a este lavor humilde, nas entranhas da terra, que revolviam, encontravam de certo o ouro, e os diamantes, de que enfeita o seu diadema a moderna poesia das nações" (1909 [1852], II: 17).

Neste âmbito, era urgente a construção da história da literatura portuguesa, enquanto totalização de uma memória cultural nacional, a partir de uma continuidade histórica ancestral e de uma partilha orgânica e social da mesma. É esta continuidade e partilha que Teófilo procura estabelecer ao longo da sua monumental obra, sob a denominação de "síntese afectiva" e utilizando com frequência a metáfora mineira do "veio aurífero da tradição." (1902: 255). Porém, a partir do Renascimento, "perde o veio nacional." (1896: 312) e "Só muito tarde, na renovação das Litteraturas pelo Romantismo é que se tornou a achar este veio riquissimo da Tradição." (*id.*: 100). Para Teófilo, foi sobretudo Garrett quem "procurou descobrir o veio da tradição nacional" (*id.*: 427), quem finalmente "achou o veio organico da tradição nacional representada na Poesia popular." (1905: 496) (10). Mas a sua ambição era bem maior. Em *Quarenta anos de vida literária*, Teófilo acha particularmente feliz a qualificação de Alice Pestana, que lhe chamava o "arquitecto da civilização portuguesa", o que os discípulos de Teófilo não se cansaram de repetir: "Assombra-me esta compreensão de um intuito fragmentariamente expresso em uma obra de quarenta annos." (Braga, 1903: LVIII) (11).

A assimilação da literatura, na sua acepção mais ampla, à nação, enquanto expressão do "espírito nacional" (que assimila os escritores a esse "espírito"), na sua diferenciação e

especificidade, implicou a sua politização (12). A principal consequência desta imbricação da nação e da literatura consiste precisamente no facto de esta passar a ter o imperativo ético de se colocar, directa ou indirectamente, ao serviço da nação (13).

Porque a história literária era, no fundo, a biografia espiritual de um sujeito orgânico (a nação e o seu *Volksgeist*) na luta histórica pelo seu reconhecimento e independência (romantismo vs. classicismo), a cultura nacionaliza-se e politiza-se. A literatura, parte constitutiva da cultura nacional, coloca-se ao serviço da pátria. A escrita literária e o seu estudo tornam-se mesmo um acto patriótico:

"Dans l' Europe en guerre, tandis que se succèdent batailles sanglantes, annexions et traités, la découverte et la célébration des antiquités nationales sont menés comme une tâche patriotique majeure." (Thiesse, 1999: 61); "Arnim affirme que les Allemands, en prenant conscience de leur patrimoine commun, pourraient découvrir leur unité culturelle et renforcer leur résistance aux troupes napoléoniennes." (*id.*: 63).

F. Schlegel, que pretende julgar as literaturas nacionais segundo o seu mérito e dignidade, considera que elas devem dar conta das acções grandiosas do seu povo e que são a medida e a prova da capacidade intelectual da civilização a que pertencem (1829, I: 15-9). Já o seu irmão, August Schlegel, afirmava que no teatro "on voit l' état actuel, moral et social, d' une nation, le résultat de ses efforts pendant des siècles, se manifester en peu d' heures à nos yeux." (1971, I: 70). A literatura, entendida como equivalente a cultura nacional, é assim o signo das "luzes" de um país, do seu adiantamento ou atraso civilizacional. L. A. Rebelo da Silva, A. P. Lopes de Mendonça e Andrade Ferreira, por exemplo, fazem eco deste pensamento schlegeliano (14).

A história literária torna-se, por isso, uma questão de afirmação patriótica. Os membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao estudarem a "Literatura Portuguesa" (língua e a história nacionais), tinham "o desejo de fomentar o amor da Patria" (1792: II). O Morgado de Mateus declara que essa foi a motivação que o levou a empreender a edição monumental d' *Os Lusíadas*: "O mais ardente patriotismo, e a minha admiração por Camões me fizeram entrar nesta empresa."; "não podia fazer cousa mais agradável á minha Patria, do que huma boa edição daquelle Poema, que he o maior monumento da gloria nacional." (2000 [1817]: XLVII). Aliás, como sublinha no início, "Todas as nações tem-se esmerado em dar á luz soberbas edições dos seus primeiros Classicos" (*id.*: I). Declara ainda que qualquer português que amar a pátria e

quiser aprender o heroísmo e a moral deve ler e meditar *Os Lusíadas*, mesmo que o faça, como ele, para se reconfortar no exílio (*id.*: LXXIII).

Similar é a motivação de Alexandre Herculano ao compor a *História de Portugal*. Na advertência da primeira edição afirma que para "dar ao seu país uma história, se não boa, ao menos sincera, é necessário, creio eu, algum amor da pátria" (1980 [1846], I: 16). No contexto histórico de decadência que diagnostica, considera um imperativo moral escrever a história nacional: "No meio de uma nação perdida, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral, é uma especie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime." (1843: 12) (15). A mesma tarefa incumbe à arte: "Que a arte em todas as suas fôrmas externas represente este nobre pensamento - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eccho das eras poetichas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados." (*ibid.*). Aliás, no início dos "Apontamentos para a Historia dos Bens da Corôa e dos Foraes", considera que a falta de amor das "velhas cousas da patria (...) é indicio certo da morte da nacionalidade, e por consequencia do estado decadente e da ultima ruina de qualquer povo." (1843: 338) (16).

Garrett elabora o seu *Bosquejo* (1826) por lhe interessar a glória das nossas letras, para mostrar à nação a beleza dos nossos bons autores e para mostrar à mocidade que não somos os últimos da Europa, sendo mesmo os primeiros em certos aspectos, ao contrário do que pretendiam fazer crer os "pedantes" e os "estrangeirados": "Julgo haver prestado algum serviço á litteratura nacional em offerecer aos estudiosos de sua lingua e poesia um rapido bosquejo da historia de ambas" (1826: V-VI) (17). De igual modo, no final da sua introdução ao *Romanceiro*, justifica os sacrifícios que padeceu na longa elaboração desse trabalho com "a consciencia de fazer um grande serviço ao meu paiz" (1851: XLVI).

Freire de Carvalho, no *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até ao presente tempo*, declara que este trabalho foi "emprehendido para honra da Nação Portuguesa" (1845: 6) e para obviar ao esquecimento e desleixo "em que via jazer com grande dissabôr seu esta parte tão importante e tão rica da nossa Historia, quando outras nações", que fazem "valer os seus titulos de honrada reputação, possuiam ja ha muito as suas Historias litterarias", levantando assim aos seus engenhos e talentos "um padrão mais

honroso, do que os lavrados para immortalizarem acções guerreiras", "e mais duravel e permanente, do que se fôsse construido de marmore e de bronzes" (*id.*: 8-9). À semelhança de Garrett, Freire de Carvalho afirma que era necessário mostrar que Portugal não estava na cauda da Europa em termos culturais (18). Escreve pois este ensaio "Para illustração pois assim dos estrangeiros, como dos seus proprios Nacionaes, que com tamanha sem razão tem em menospreço o Litterario em Portugal; e por ver se desperta nos seus compatriotas o antigo, ainda hoje algum tanto adormecido gosto da Litteratura e Lingua Portugueza" (*id.*: 12) (19).

A mesma motivação patriótica preside à elaboração do *Ensaio Biographico-Critico sobre os melhores Poetas Portuguezes* (1850-5), de José Maria da Costa e Silva, que na introdução do primeiro tomo declara que "somos talvez a unica nação Europea, onde a critica litteraria ainda não nasceo, a unica que não possui a historia da sua litteratura nem mesmo da sua Poesia, que precisa consultar os estrangeiros para saber o que valem os Sabios, os Historiadores, os Oradores, e Poetas que tem produzido" (1850: 6). Ora, Costa e Silva considera que as histórias da literatura portuguesa elaboradas pelos estrangeiros eram guias inseguros, com júzos enganosos sobre os nossos escritores, razão pela qual os nossos jovens "tem em despreso a nossa Poesia" (*ibid.*).

José Silvestre Ribeiro escreveu os *Primeiros Traços d' Uma Resenha da Litteratura Portugueza*, com o propósito de "indicar á Mocidade estudiosa as fontes dos nossos conhecimentos verdadeiros, nos differentes ramos da nossa Litteratura; apresentar-lhe o quadro dos variados elementos que constituem e formão as Bellas-Lettras" (1853: IX).

O amor à pátria e a necessidade da regeneração nacional pelo conhecimento e divulgação da sua história e da sua literatura são invocados tanto pelas revistas mais populares e de teor enciclopédico, *v.g.*, *O Panorama* (20) e a *Revista Universal Lisbonense* (21), como pelas revistas de pendor mais científico e erudito, *v.g.*, *O Instituto* (22) e as *Memórias e a História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (23).

Nas propostas legislativas que conduziram à fundação do Curso Superior de Letras, já desde o liberalismo (24), o propósito de nacionalização do saber histórico-literário funciona como principal factor da sua legitimação. No projecto de lei de José Maria de Abreu é invocado o facto de que a esse nível Portugal estava atrasado em relação às principais nações europeias, e que por falta de estudo das "letras patrias" se esqueciam os valores culturais nacionais (história,

literatura, filosofia) (25). Por seu lado, ao pronunciar-se sobre o projecto, a Comissão de Instrução Pública reforçava estes argumentos ao destacar a importância cívica e patriótica do estudo da história e da literatura nacionais:

"Era na realidade para nos cobrir de pejo, que em um paiz que descobriu a navegação da Índia, mudando o aspecto do mundo no seculo XVI, e que tão distincto se tornou nas letras como nas armas em diversas épochas, **não existisse um curso de historia e um curso de litteratura patrias**, perguntando em vão o estrangeiro culto pelas aulas, aonde professores dignos das cadeiras explicavam as bellezas de Camões, as galas de estylo do padre Antonio Vieira, e as formosas paginas de tantos escriptores nossos, por desgraça mais citados e conhecidos dos estranhos, do que pelos filhos da mesma terra.

A camara de certo porá termo a esta anomalia, concedendo ao sytema da instrucção nacional o logar eminente (que merecem) ás disciplinas, que hão de recordar as nossas proezas de guerreiros, os nossos commettimentos de navegadores, e os laboriosos fundamentos da constituição politica e economica, a que por vezes devemos a independencia.

É apontando para o espelho do passado, e erguendo diante das gerações, que passam, o grande vulto dos homens illustres, que as honraram, que as nações civilisadas despertam e conservam a chamma sagrada do amor da patria e da emulação civica."; "**o capital moral [a instrucção pública] de um paiz não é menos productivo, antes se deve reputar tanto ou mais fecundo do que outro qualquer**" (26).

A ausência da história literária de Portugal é, aliás, um tópicos mais frequentes até aos anos setenta do século XIX, apesar dos estudos do Abade Correia da Serra, de Garrett, Herculano, Francisco Freire de Carvalho, José Silvestre Ribeiro e A. C. Borges de Figueiredo.

A necessidade de um curso de literatura portuguesa era já formulada por Herculano em 1834, que se queixava do facto de a parte teórica da literatura ser entre nós quase nula e de não existir em Portugal um único livro "sobre as letras consideradas de um modo mais geral e philosophico" (1898 [1834]: 8). No seu entender, só "um curso de litteratura remediará os damnos que devemos temer, e serviria ao mesmo tempo de dar impulso ás letras" (*id.*: 9). E atribui ao ensino público a função de estabelecer uma teoria segura, um corpo de doutrina (*id.* [1835]: 23, 25).

A publicação por Francisco Freire de Carvalho das *Lições de Eloquência Nacional* (1834), que pretende ser o início de um "*Curso completo de Principios de Litteratura Nacional*" (1840a: 6), completado com as *Lições Elementares de Poética Nacional* (1840), que incluem um "Breve Ensaio sobre a Critica Litteraria", visavam suprir a lacuna apontada por Herculano, "em quantro outro não apparece mais bem compilado e escripto" (Carvalho, 1840: 6) (27). Fornecia

assim, como declara no prefácio à segunda edição, manuais "apropriados para uso das Aulas de Oratoria, Poetica e Litteratura Classica principalmente Portugueza" (*id.*: 9) (28). Sem esta pretensão didáctica, mas imbuído de espírito patriótico, Freire de Carvalho publica ainda, em 1845, o *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até ao presente tempo*, que diz ter iniciado em 1814.

No ano anterior, em 1844, Borges de Figueiredo, professor do Liceu Nacional de Coimbra, editava o seu *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portugueza*, cuja sexta edição é de 1882, onde transparece uma visão clássica da literatura, visível também na antologia que publicou, *Logares Selectos dos Classicos Portuguezes* (1845) (29).

Não obstante a existência destes compêndios, L. A. Rebelo da Silva mostrava-se insatisfeito com o ensino da literatura, acusando-o de ser responsável pela preferência votada aos franceses modernos e pelo esquecimento dos bons clássicos nacionais (1909 [1854], II: 100) (30). Faltava, em suma, a história literária de Portugal:

"O modo de combater este erro nocivo, já um pouco modificado, (visto que não é possível formar de repente *a historia literaria que nos falta*) consiste em ir descrevendo por capitulos, (e quando o permitam as forças por monographias) as epochas e os engenhos distinctos, que mais preponderaram n' ellas.

Não ha outro meio de resgatar do desuso muitos primores, que não se apreciam por não se conhecerem.

Se um dia se conceber o systema da instrucção classica, ou antes a educação litteraria em bases menos restrictas, *um curso sobre o estado e progressos da litteratura portugueza nos diferentes seculos, semelhante ao que Villemain emprehendeu em França*, creando um livro espirituoso e estimado, será lido nas escholas superiores das duas capitaes; e outros mais resumidos nos diversos lyceus das provincias." (*id.*: 100-1; destaques nossos).

O *Bosquejo* de Borges de Figueiredo, que foi um êxito editorial, merecerá a reprovação de Adolfo Coelho e T. Braga, apoiando-se ambos na extensa crítica da obra elaborada por A. Rodrigues de Azevedo, que, entre outros aspectos, afirmava que esse manual só fornecia as regras dos clássicos e não estimulava a regeneração literária (Azevedo, 1866: XXV) (31), faltando a introdução do estudo da literatura moderna nos liceus, à semelhança do que já sucedia no Curso Superior de Letras.

Com efeito, o *Bosquejo* de Garrett (1826) e o *Bosquejo* de Borges de Figueiredo (1844) traduzem sobretudo uma concepção cíclica do fenómeno literário, com base no classicismo como modelo atemporal. Nesse sentido, não dão conta da relatividade histórica da literatura nem se

apoiam numa concepção evolutiva da história. O *Primeiro Ensaio* de Francisco Freire de Carvalho consiste numa história da "cultura intelectual" (do ensino) da nação, escrita numa óptica iluminista, que procura delinear as épocas de "luzes" e "trevas" da nação ao longo da sua história, apresentando em cada época um catálogo de escritores e de obras dos vários ramos do saber, numa fórmula de "história literária" inaugurada por Bacon e seguida pelo iluminismo enciclopedista, resultando a obra, como confessa o autor, do agrupamento por ordem cronológica de um conjunto de monografias (1845: 4) (32).

Por seu turno, como observava Ferdinand Wolf em meados do século XIX, os *Primeiros Traços* de José Silvestre Ribeiro (1853), "no es ninguna historia de la literatura, sino una bibliografía de la literatura portuguesa y de su historia" (Wolf, 1859: 441). O *Ensaio Biográfico-Crítico* de Costa e Silva (1850-5), continua Wolf, também "no es una verdadera historia de la poesía portuguesa, sin embargo, por una serie de monografias ordenadas cronológico-pragmáticamente acerca de los poetas desde los más antiguos tiempos hasta la mitad del siglo pasado" (*id.*: 442). O próprio Costa e Silva, aliás, confessa não seguir o "critério cronológico" (1850: 8), e denota uma certa concepção clássica (e retórica) da poesia ao agrupar os poetas por escolas poéticas (estilísticas), para elaborar "um mapa geográfico, com o qual a nossa mocidade estudiosa possa viajar com alguma segurança pelo nosso Parnaso." (*id.*: 6). De qualquer modo, como referimos atrás, Costa e Silva denunciava a ausência da crítica e da história literárias em Portugal e as carências das histórias da literatura portuguesa elaboradas pelos estrangeiros.

Assim, os estudiosos da literatura não ignoravam a existência da histórias pioneiras de Bouterwek (1805) e Sismondi (1813), mas apontavam-lhe muitas insuficiências (33). Em 1826, Garrett considerava que teve de "encetar materia nova, que portuguez nenhum d' ella escreveu, e os dous estrangeiros Bouterwek e Sismondi incorrectissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da historia litteraria de Portugal" (1826: v-vj). No mesmo ano, Ferdinand Denis, no seu *Résumé de l' Histoire Littéraire du Portugal*, comparava aqueles autores aos primeiros descobridores de uma ilha, que viam a costa, mas ignoravam as suas riquezas interiores: "on leur aura toujours l' obligation qu' on a aux premiers explorateurs qui ont vu rapidement, mais qui ont vu les premiers: *l' histoire littéraire de Portugal est encore à faire.*" (1826: IX; destaque nosso). O *Primeiro Ensaio* de Freire de Carvalho, como observámos

atrás, tem mesmo como principal motivação o desejo de apagar os erros que alguns escritores estrangeiros tinham propalado acerca da literatura portuguesa e para ver se alguém elaborava "uma completa e bem trabalhada *Historia Litteraria de Portugal*, da qual com tamanho desdouro nosso **ainda carecemos**" (1845: 13; destaque nosso) (34).

No ano precedente à instituição do Curso Superior de Letras, Rebelo da Silva mostrava o desejo da instituição de uma faculdade em que se ensinasse a história das "letras antigas e modernas" (1857: 59) e afirmava que a história da nossa literatura "apenas começa a tentar-se" e que tais estudos estavam desprotegidos, porque eram mal recebidos e não tinham projecção no ensino (*id.*: 67):

"A historia litteraria, como hoje a ensinam os bons modêlos em França, em Inglaterra, e na Alemanha, sem receio podêmos affirmar, que apenas começa a tentar-se em Portugal. A culpa tem sido mais das coisas, do que dos homens."; "Não admira, portanto, que a critica, a mais severa e laboriosa de todas as manifestações nos dominios das letras, viesse tarde, e que por ora se contente com esboçar em rapidos e fugitivos quadros, somente, algumas das feições características dos seculos que nos precederam." (*id.*: 57).

Faltavam, segundo Rebelo da Silva, monografias preparatórias ("subsídios"), e por isso quem pretendesse historiar a nossa literatura tinha de fazer quase tudo: "vê-se obrigado a buscar-os, amassando, por assim dizer, o estuque e moendo as tintas, de que ha de valer-se para debuxar o painel da novella, do drama, ou do ensaio critico." (*ibid.*).

Em 1858, num artigo intitulado "Literatura Portuguesa", publicado no *Instituto*, os redactores declaram o inêxito da tentativa de instilar aos sócios o interesse pela história literária (1858: 74), o que, aliás, é visível na revista, em que aparece algo isolada a tradução de uma parte da *História da Literatura Portuguesa* de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1900).

Em 1859, ao celebrar a recente instituição do Curso Superior de Letras, José Maria de Andrade Ferreira sublinhava ainda que "A historia da litteratura portugueza está por fazer." (1872 [1859], II: 61).

Teófilo Braga, no volume introdutório da sua *Historia da Litteratura Portugueza*, interroga-se mesmo sobre a possibilidade de a sua obra "vencer a indiferença geral por esta ordem de trabalhos" numa "terra aonde nada se estuda e nada se respeita." (1870: vi). A questão

era tanto mais importante quanto esse estudo tinha fortes implicações na própria vivência nacional:

"A Hespanha entrou na marcha scientifica do nosso seculo por um profundo amor á sua velha litteratura; d' esse estudo lhe hade vir o sentimento nacional e a consciencia da sua originalidade. Ella está destinada a explicar os ultimos problemas da vida da idade media, na formação dos dialectos, das formas politicas, das tradições epicas" (*id.*: 97) (35).

Em última instância, a causa da inferioridade de Portugal em termos europeus era, para Adolfo Coelho, a falta de consciência histórica, dada a importância das tradições e da literatura para a vida das nações (1872: 8-9). Por isso, na "Advertência" do primeiro fascículo da *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, de que é director, postula como objectivo da revista fazer entrar Portugal no grande movimento científico europeu, de que estávamos afastados, sobretudo nas ciências históricas e filosóficas, porque considera que é uma "lei fatal" que as nações de nível moral e intelectual inferior são assimiladas pelas nações superiores (1873: 1). Visa assim uma atitude expositiva e crítica, no domínio das ciências que mais interessam ao espírito e que têm por objecto o homem e os produtos da sua actividade: "As publicações mais importantes sobre historia, politica, religiosa, litteraria, artistica, viagens, linguistica, sciencias moraes e politicas, philosophia, estudo philologico dos textos das litteraturas classicas e orientaes" (*id.*: 2) (36).

De manifestação de amor à pátria, os estudos histórico-literários tornam-se assim uma questão de salvação nacional. As interpretações da história e da literatura nacionais tornam-se, sobretudo desde os anos setenta, uma questão de patriotismo. Oliveira Martins e Antero acusarão Teófilo Braga de falta de patriotismo por defender as origens germânicas da "raça" portuguesa e por afirmar a ausência de uma verdadeira literatura nacional em Portugal. Teófilo, por seu turno, acusa-os de fazerem uso de um "patriotismo" declamatório, sem conteúdo e sem bases científicas (cf. V.4). No entanto, Teófilo Braga chega a elogiar a *História de Portugal* de Oliveira Martins como um esforço patriótico, apesar da sua discordância com a tese da "nação moral":

"O livro do snr. Oliveira Martins, a *Historia de Portugal*, é a primeira tentativa d' este empenho justo, embora não tenha condições de vulgarisação, por serem os factos mais apreciados do que narrados" (1995 [1880]: 44; 1892, II: 364-5); "compreende que o futuro de Portugal depende da capacidade de um dia poder julgar o seu

passado histórico. Para muitos, para quem o patriotismo é uma emoção *chauvinista*, e que têm frases feitas para cada época e cada tipo da nossa história, a *História de Portugal* do sr. Oliveira Martins é um livro detestável; para os que reconhecem a necessidade de uma renovação nacional, esse livro é um saudável estímulo." (1995 [1880]: 44-5; 1892, II: 364-5).

Desculpando a incompletude da obra devido à ausência de monografias (37), louva o seu carácter pioneiro em termos da sua perspectiva global: "Não tínhamos uma História de Portugal resumida, que servisse de indicador e de apoio ao critério vulgar" (1995 [1880]: 45; 1892, II: 366-7).

Por seu turno, Moniz Barreto fornece, do ponto de vista da crítica literária, alguns conselhos "para não nos deixarmos afundar na esterelidade e na ruína nacional" e que passam, para além da necessidade de uma elevação filosófica, por um regresso aos valores nacionais e pela valorização da "literatura nacional":

"1º - a regressão ao génio nacional, pelo conhecimento das nossas aptidões étnicas peninsulares e especiais portuguesas, pela preferência dada aos temas nacionais nas criações literárias e pela convivência com os nossos grandes mestres da Renascença e do Romantismo;

2º - o estudo das literaturas estrangeiras no que elas possam ter de largamente humano ou particularmente análogo ao nosso génio (...). A nossa indiferença pela literatura nacional é completa, e este funesto esquecimento é igualado pela nossa ignorância das literaturas estrangeiras, limitada a nossa curiosidade aos sucessos ruidosos da livraria francesa." (s/d [1898]: 73-4).

2. A politização da nação literária: romantismo e liberalismo

"As febres políticas eram então [1837] ardentes, indomáveis, porque derivavam de crenças."

(Herculano, 1907 [1867]: 5).

Não obstante o consenso acerca da importância dos estudos históricos e literários para a vida nacional, e da necessidade de uma "regeneração", são visíveis os conflitos ideológicos e políticos que se travam em torno do conceito de nação. Na ruptura histórica da Revolução Francesa e nas diversas revoluções liberais, há naturalmente uma convergência entre o discurso nacional e o discurso social, que engloba a literatura enquanto forma de cultura nacional. Como observa Predrag Matvejevic, no imaginário da época, o nacionalismo é simultaneamente revolucionário e popular, nacional e social, como se observa nas intervenções dos chefes da Revolução (sobretudo os Jacobinos), dos responsáveis das instituições revolucionárias, da imprensa de opinião (desde 1789) e da tribuna política (1991: 31). No entanto, a clivagem e a cisão progressiva dos discursos social e nacional verifica-se devido aos conflitos ideológicos, desde o século XIX, com a emergência de um pensamento "contra-revolucionário" que se apropria do discurso nacional na luta contra os Ideólogos herdeiros da Enciclopédia, ao passo que os clubes e os movimentos revolucionários assumem o discurso social (*ibid.*).

Assim, Revolução Francesa trouxe uma forte articulação entre a literatura e a política, possibilitada pela liberdade de expressão, pelo reconhecimento dos direitos de autor e pela emergência de uma esfera de opinião pública, decorrente da imprensa e dos meios de comunicação social. A vivência revolucionária tornava assim difícil a neutralidade e conduziu à emergência de um campo político dividido entre revolucionários e contra-revolucionários (38), em particular porque a emergência do romantismo é em muitos países, como Portugal e Espanha, concomitante com a instauração dos regimes liberais (39).

Como sublinha Aguiar e Silva, a literatura romântica foi com frequência uma literatura de intervenção, em sentido conservador ou revolucionário:

"Com efeito, se muitos românticos foram reaccionários e passadistas, muitos outros românticos, perante o mundo em crise em que estavam situados, procuraram ardentemente contribuir para o advento de uma sociedade nova, mais justa, mais livre e mais esclarecida do que o *ancien régime* que se esboroava por toda a Europa. Herdeiro do reformismo iluminista, muitas vezes impulsionado ideologicamente por um socialismo utópico e saint-simoniano, este romantismo liberal e progressista ganhou vigor sobretudo depois da revolução francesa de 1830, que liquidou a Restauração e que insuflou novas esperanças no liberalismo europeu." (1988: 557-8).

A própria rejeição do Romantismo deriva com frequência da associação que é feita ao liberalismo, como em António F. de Castilho, na palinódia que efectua da sua "fase romântica":

"Oh! quando poderão os dois monstros, em cujas garras inexpertamente cahi, quando poderão Política e Romantismo dar-me um longe, uma sombra, dos interiores commodos que me lá ficarão com a poesia natural e singela ?" (1837: 13-4).

"Depois que a Musa se chrisinou em Natureza (...); depois que se fez cosmopolita, liberal e plebea, prestes para tudo (...) levantou-se entre todos os seus ministros uma grande confusão, porque se ouviram os gemidos do Porvir, os lamentos do Passado, as blasfemias do Presente." (1838: 3); "Homens innovadores, sublimes infernaes, românticos, algozes do coração, da alma e da fé (...) eu vos desprezo, e por uma fama sete vezes mais alta do que a vossa (...) não quizera ser o que sôis" (*id.*: 4; subl. nossos).

Depois de procurar mostrar a incompatibilidade do romantismo liberal com a moral e com a religião, Castilho sugere que, para curar "esta enfermidade que se tornou praga, e nos traz a todos lastimosamente gafados; não ha mais remedio senão socorrermo-nos aos livros mestres de nossa lingua" (1837: 34). Por outro lado, a sua defesa da mitologia cristã, inspirada em Chateaubriand, não implica uma adesão ao romantismo, como sublinha na sua alusão irónica a Garrett: "Não se entenda por isto que me alistasse debaixo das bandeiras triumphaes dos modernos espanca-nums" (*id.*: 41) (40). O amor da pátria foi a motivação de A. F. de Castilho para os *Quadros Historicos de Portugal*, mas a sua pátria é a do Antigo Regime, ainda não atravessada pelas dissensões subsequentes à Revolução liberal e à guerra civil (41).

Tomás Ribeiro elogia este recuo castilhiano, considerando que "O poeta da musa classica (...) estacionou a tempo", referindo-se em particular à evolução política:

"Um pouco mais adiante despenhava-se em catadupas a torrente. Previu o abysmo e, *girondino das letras como da politica*, resistiu ao impulso que o pretendia arrastar." (1879: 16-7; destaque nosso).

Aliás, neste seu "Elogio Histórico" a A. F. de Castilho, efectua um paralelismo entre as revoluções política, literária e religiosa, para criticar as consequências negativas do romantismo revolucionário (42).

Assim, os discursos políticos, na sua evolução, exerceram uma forte influência sobre a literatura, a par dos escritos de Herder, de M.me de Staël, dos Schlegel ou de Sismondi - não isentos da questão política -, tanto a nível da ideia de literatura nacional, como da ideia de nação e pátria. O mesmo poderíamos dizer da história das literaturas nacionais, na medida em que se estruturam com base na história nacional, com as suas disputas simbólicas e as suas diversas interpretações (43).

A assimilação (lenta) do Romantismo em Portugal implicou a construção de uma perspectiva histórica da literatura portuguesa (44). De facto, a valorização e hegemonia dos princípios românticos (teoria, história e cânone) é que tornou possível realizar tal projecto, na medida em que é a constituição do romantismo como período autónomo que introduz de modo definitivo a consciência da relatividade histórica do fenómeno estético (45), superando a clássica concepção cíclica do tempo, que considerava o classicismo como um paradigma perfeito que em todos os momentos importava restaurar (origem, progresso, decadência e restauração). Por isso, para além da queixa da falta de uma história da literatura, os escritores referem frequentemente a falta de uma "poética histórica" e de uma prática crítica novas, como Herculano, que no *Repositório Literário* constata que "A parte theorica da litteratura ha vinte annos que é entre nós quasi nulla" (1898 [1834]: 7). Anos mais tarde, A. P. Lopes de Mendonça queixava-se nos seus *Ensaio Crítico* da falta de precedentes - "*corremos por mares nunca dantes navegados*" (1849a: XV)- e no final do século Moniz Barreto afirmava que na literatura portuguesa "o que escasseia é uma forte corrente directriz de actividade crítica." (s/d [1898]: 73). Faltava, segundo Rebelo da Silva, quem completasse a obra de Garrett no plano da história literária: "Mas, o que estava antes, as razões da sua existencia, e o pensamento dos seculos, no sentido litterario e philosophico, esperam debalde pelo Villemain, que as ha de qualificar e descrever." (1857: 59).

Ao referir-se a este excerto, Teófilo Braga diz que foi com esse desejo de ser o "Villemain português" que iniciou a *História da Literatura Portuguesa* (1903a: 108).

Aliás, vários historiadores das ideias estéticas em Portugal continuaram a referir um vazio crítico-doutrinal no romantismo português (46), explicado por uma certa persistência do classicismo (47), o que conduz alguns autores a interpretarem a Questão Coimbrã como um confronto entre o classicismo retardatário de Castilho e o romantismo social dos membros da Geração de 70 (48).

Apesar da nova concepção da literatura nacional e popular de Garrett e de Herculano, eles condenavam a rejeição dos clássicos, manifestando-se em particular contra a imitação da literatura francesa, tal como mais tarde L. A. Rebelo da Silva, que defenderá a conciliação da tradição clássica com a tradição romântica (nacional, cristã e popular) (49).

Garrett procurou instituir uma concepção da literatura em termos nacionais e populares, mas coube em particular a Herculano a fundamentação teórica do romantismo (a "escola moderna") em termos idealistas, enfatizando o seu carácter cristão e religioso e a consciência histórica da literatura.

Na sua complexidade e diversidade, o conceito de romântico funcionou sobretudo como um "conceito de relação" face à literatura clássica, implicando uma radical historicização do modo de conceber a poesia e a arte (evolução e diversidade) e a não avaliação das obras segundo normas universais e atemporais (50). Neste contexto, o papel de Herculano é importante sobretudo do ponto de vista da concepção histórica da literatura. Herculano é pioneiro na formulação entre nós da ideia de progresso literário e da consciência das diferenças nacionais, delineando um conceito de romântico semelhante ao de M.me de Staël e dos Schlegel, associado à Idade Média cristã e cavaleiresca (1898 [1834]), e definindo como princípio da "unidade" e beleza da poesia a articulação da obra com o seu meio e a sua época (1898 [1835]) (51). A literatura, afirma, devia corresponder à sua época. Porque o génio sentiu a necessidade de beber as suas inspirações num mundo de ideias análogas às do seu tempo, assistiu-se à criação na Europa de "uma poetica nova, ou, digamos antes, a fazer abandonar os canones classicos." (1898 [1834]: 7).

Mas nota-se em Herculano a mesma hesitação que se verifica em M.me de Staël face à hipótese de um relativismo geral, como se verifica pela defesa de um certo cosmopolitismo literário, de matriz iluminista, algo devedor da ordem clássica. Na sua reflexão coexistem o critério nacional-romântico e uma certa concepção normativa-geral da poesia, que o conduzem a destacar a necessidade de um "corpo de doutrina" para avaliar "as produções das diferentes eras e das diferentes escolas, em relação ao seu génio particular e à 'philosophia geral das letras'" (1898 [1834]: 11). Uma poética histórica, que estudasse o objecto da poesia e as teorias do belo e do sublime nos antigos e nos modernos deveria ainda, segundo Herculano, dar os princípios necessários e universais de todas as poéticas, "os elementos universaes da arte." (*ibid.*) (52). Deste modo, preconiza o respeito pelas opiniões de cada povo ou época desde que não se oponham aos princípios gerais (*id.*: 10). Herculano vai mesmo ao ponto de afirmar que sem esse "corpo de doutrina" a república das letras se parecerá com um país no meio de uma revolução, numa luta de partidos em que as designações clássico e romântico são "palavras indefinidas ou definidas erradamente, que só teem gerado sarcasmos, insultos, miserias, e nenhuma instrução verdadeira" (1898 [1835]: 23-4).

Inspirado em Platão e na estética kantiana ("A poesia é a expressão sensível do bello por meio de uma linguagem harmoniosa."; *id.*: 49), defende uma teoria idealista da poesia (o belo com unidade e verdade existe no mundo das ideias; *id.*: 37), conferindo uma certa autonomia ao fenómeno estético, entendido como juízo relacionador das obras com um certo ideal (ético, religioso, patriótico), sem qualquer exigência mimética face à realidade. Nesta óptica, para Herculano, o belo existe na alma humana, vive na imaginação e é desinteressado, resulta da relação recíproca das nossas faculdades e consiste na comparação da ideia do objecto com uma ideia geral e indeterminada. Da harmonia entre estes factores resultaria o sentimento do belo (é subjectivo, mas a sua existência *a priori* é necessária e universal, sendo a condição do belo a concordância da variedade da ideia particular com a unidade geral) (*id.*: 49-50) (53).

Neste enquadramento teórico, procura estabelecer uma teoria da unidade da poesia não aristotélica, baseada na harmonia entre a obra e a "ideia", na concordância com o seu tempo, de que resultariam o belo e o sublime, aplicando essa teoria à épica moderna de Camões, Ariosto (*Orlando Furioso*) e Tasso. A unidade destes poemas épicos está, afirma Herculano, no facto de

glorificarem a pátria, a que se somam o espírito cavaleiresco n' *Os Lusíadas* e o espírito de cruzada na *Jerusalém Libertada* (*id.*: 56-67). A teoria da unidade defendida por Herculano reforça-se quando referida ao drama histórico, que a seu ver "representa uma theoria litteraria verdadeira e nova substituida a outra velha e falsa" (1898 [1842]: 242), porque a arte moderna exigia mais que a unidade de caracteres e acção, como a necessidade de representação das circunstâncias históricas, de vasar a arte no molde da vida social, obrigando o poeta a ser ao mesmo tempo poeta e historiador, dando conta da vida social da época que retratava, da verdade histórica e local. Assim, a escola moderna teria como únicos princípios a seguir a natureza e a verdade (*id.*: 243-52).

Porém, em termos globais, em Portugal predominam no discurso da história literária a ideia de que o romântico, associado ao cristianismo, visa destronar o paganismo clássico (Herculano) e a noção de que o romantismo é o "liberalismo" na literatura (Garrett). O Romantismo opõe uma "cultura nacional" inspirada no "génio popular" à cultura greco-latina, de molde aristocrático, mas a sua modelização faz-se ora em termos "progressistas", ora segundo moldes "conservadores", facto que se torna evidente em Garrett e Herculano (54).

Moldado pela memória liberal revolucionária, Almeida Garrett aplica esta concepção à história da literatura portuguesa, que para ele se resume ao confronto entre duas tradições, entre a *lira* e o *alaúde*, que simbolizam a literatura clássica e a literatura popular (55). O Romantismo constitui, na sua leitura, a revolução que liberta a poesia popular das seculares opressões da literatura clássica e culta, comparando Garrett este triunfo ao do liberalismo sobre a monarquia absoluta (a revolução literária e política vinham a par), como M. de Staël (1813), e à semelhança de Víctor Hugo, que definira, no prefácio ao seu *Hernani* (1830), o romantismo como "o liberalismo na literatura" (56):

"A eschola romantica foi tam manifesta reacção contra os vicios e abusos dos ultra-classicos, tal e tam perfeita como a do liberalismo contra a corrupta monarchia feudal." (Garrett, 1844: 167, n. F); "toda a litteratura da Europa era francesa (...) e nada ousava dizer senão por aquellas fórmulas pautadas que lhe impunha o fatal regimen da centralização absoluta.

Senão quando, a revolução se levantou no Norte; (...) e até na propria França se levantou um grande partido contra esse despotismo"; "Nós luctavamos então contra a usurpação e a tutela ingleza" (1851: XXXIX); "Quasi se podia dizer destruida toda a nacionalidade, apagados os ultimos vestigios originaes da nossa poesia, quando no fim

do primeiro quartel d' este seculo essa influencia da renascença alleman e ingleza se começou a fazer sentir." (*id.*: XL).

No *Elogio histórico a Xavier Botelho*, Herculano (1842) traça uma evolução similar da poesia. Bocage, afirma, popularizou a poesia e Filinto nacionalizou-a, completando a "revolução artística", que teve em *Camões* e *D. Branca* o sinal da revolta, instalando-se o Romantismo como resultado da democracia e da poesia popular.

Em Garrett, a articulação entre Romantismo e nacionalismo demoliberal transparece de modo claro e coincide com a defesa de uma constituição política estabelecida sobre bases populares. Por isso, Garrett considerava premente educar o povo, no sentido de o formar para a cidadania, dando assim continuidade ao projecto iluminista (57). A intenção de democratizar a nova revolução literária está já bem presente na *Memória ao Conservatório Real*: o literato e o poeta têm como missão ministrar "pelas nações um insino facil, uma instrução intellectual e moral que surprehenda os animos e os corações da multidão no meio dos seus proprios passatempos" (1844: 16-7); "Este é um seculo democratico: tudo o que se fizer hade ser pelo povo e com o povo... ou não se faz. (...) Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na cousa publica como sua" (*id.*: 18). Daí o projecto de educar e formar civicamente o povo, centrando-se os primeiros românticos na valorização histórica da tradição nacional (nas revistas, no drama e romance históricos), paradigmaticamente na Idade Média, usando alegoricamente a história, quer como crítica ao presente, quer como forma de justificar a sua ideologia liberal.

A perspectiva garrettiana assenta ainda numa concepção circular da história literária, na medida em que considera que a "reacção vulgarmente chamada romantica (...) não fez mais do que trazer a *renascença* da poesia nacional e popular." (1853: XXV), anunciando o triunfo final da literatura popular na época romântica: "agora nestes modernos tempos em que a literatura popular parece querer regularizar-se, e tirar à sua rival a única superioridade que tinha, a das formas." (58). Os documentos do Romanceiro aparecem pois como resultado de uma investigação arqueológica ("ressuscitei", "desinterrei da memoria dos povos", "excavação"; 1853: XXVI), mas na realidade resultam de uma "restauração" artística (59). Garrett considera-se um pioneiro nesse combate, usando constantemente metáforas bélicas. Se na *Memória ao*

Conservatório Real (1843) apontava as suas obras iniciais como tentativas para sondar o gosto do público e incentivar os jovens escritores, na *Introdução ao Romancero* afirma mesmo que ousou "levantar o pendão da reforma litteraria n' esta terra, soltar o primeiro grito de liberdade contra o dominio opressivo e antinacional da falsa litteratura" (1851, II: VI), defendendo os valores nacionais e a necessidade de orientar o movimento literário presente, pois "A revolução não está completa nem consolidada" (*id.*: VII). No final deste texto conclui que através das suas primeiras obras, uma "voz tímida e balbuciante, rompeu todavia a primeira aclamação da nossa independencia litteraria." (*id.*: XLII). *D. Branca e Camões* foram "as primeiras tentativas da revolução" e a *Adozinda* e o *Bernal-Francês* constituíram o "estandarte da restauração" (*ibid.*). Explica ainda que, após ter trocado durante uma década a pena pela espada (num mesmo combate), teve o ensejo de "applaudir aos muitos e illustres combatentes que foram entrando na lice; vi lavrar milagrosamente o fogo sancto, e junctei o meu retirado clamor aos hymnos da victoria que derrotou para sempre os pretendidos classicos, os zangãos academicos, os estrangeirados de todas as côres e feitos." (*id.*: XLII-XLIII).

Almeida Garrett legitima assim a literatura nacional como tradição autónoma que, a par das artes, constitui "o espírito, a alma, o *in ipso vivimus et sumus* de uma nação." (1853: X). O *Volksgeist* apresenta-se como uma força vital própria, um *a priori* que exerce uma autolegitimação. Por outro lado, a literatura nacional aparece caracterizada como um conjunto de documentos que reflectem esse "espírito popular": "Nenhuma coisa pôde ser nacional se não é popular." (*id.*: XXV).

Almeida Garrett narra assim a história literária de Portugal tomando partido pela ideologia política liberal que defendia uma constituição política estabelecida sobre bases populares. Como observa David Perkins, "Such partisanship is common in literary histories." (1992: 30). Os desejos e as emoções interferem assim na articulação da narrativa, envolvendo, em particular neste caso, a identificação do narrador com uma geração e uma certa agressividade em relação à geração precedente, transformando-se a diegese numa narrativa de justificação, com as consequentes distorções produzidas pelo investimento ideológico do narrador.

A partir destes pressupostos, a fim de se construir uma autêntica literatura nacional, tornava-se imperativa a pesquisa e a inventariação da poesia nacional, que Garrett reunirá no

Romanceiro, onde procura ilustrar a história da poesia popular - esforço continuado por Teófilo, Leite de Vasconcelos e muitos outros -, numa recolha que documentaria a génese da nossa literatura, "as nossas primitivas fontes poeticas" (1851: XII), pois para Garrett "O tom e o espirito verdadeiro portuguez esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições" (*id.*: XIII) (60).

Pela constituição de um *corpus* literário nacional/popular, Garrett tem sobretudo a finalidade de "popularizar o estudo da nossa litteratura primitiva", para assim "dirigir a revolução litteraria que se declarou no paiz, mostrando aos novos ingenhos que estão em suas fileiras os typos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem incontrar." (1851: VI); "Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza" (*id.*: XII). Deste modo, sua acção nacionalista tem o duplo carácter de revolução e de restauração, de reacção e de expulsão, de renascimento e combate.

Os românticos associam assim o cânone literário a um "imaginário nacional" de matriz liberal (popular) que procuram legitimar. Deste modo, cada literatura nacional podia ser vista como um sistema autopoietico, desenvolvido a partir do seu *Volksgeist*. Na sequência de Garrett, a crítica literária de A. P. Lopes de Mendonça, L. A. Rebelo da Silva e Andrade Ferreira e os trabalhos de história literária de Teófilo Braga procuraram instituir um cânone literário de raiz romântica, isto é, um cânone assente na "comunidade imaginada" nacional (B. Anderson), construída a partir de uma revisão do passado, com base na ideia da existência ancestral de uma literatura popular. Este "cânone imaginado" responde assim à necessidade de identificação cultural da nação, para legitimar os valores e o sentido histórico de uma comunidade nacional autóctone e independente, de uma tradição nacional (61).

Por tudo isto, Garrett, mais do que colector da literatura oral e popular, mais do que pesquisador das origens da nossa literatura, foi um impulsionador e catalisador da questão da identidade nacional, o que se reflectirá de um modo geral em toda a pesquisa sobre o "ser português" que se lhe seguiu: "é sob a pluma de Garrett que pela primeira vez, e a fundo, *Portugal se interroga*, ou melhor, que Portugal se converte *em permanente interpeção* para todos nós." (Lourenço, 1978: 89). A partir dele, continua a procura da essência da nação,

consubstanciada nas suas origens, quer na história literária (Teófilo Braga), quer a nível da produção literária (neogarretismo, saudosismo, integralismo, etc.):

"[esta é] a motivação mais radical e funda (pelo que significa como *ruptura*) de toda ou quase *toda a grande literatura portuguesa do século XIX*"; "*Portugal*, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante." (Lourenço, 1978: 86- 7) (62).

No plano da crítica literária, a dissensão política é também visível, como em A. P. Lopes de Mendonça e L. A. Rebelo da Silva (cf. III), que praticamente glosa a teoria idealista da arte de Herculano (63). Assim, Rebelo da Silva apresenta-se em sintonia com a memória liberal de Herculano ao considerar que a Renascença "desnacionalizou" Portugal, mas mostra-se contra-revolucionário ao condenar a Revolução Francesa e ao defender o "absolutismo" monárquico. A seu ver, os ideais revolucionários foram acolhidos em Portugal mais como uma reacção aos abusos do poder do que por hostilidade ao sistema político então vigente:

"As classes médias, sahindo protegidas e estimadas do jugo imposto pelo ministerio do marquez de Pombal em nome da unidade monarchica, todos os dias venciam terreno sem conflicto."; [com D. Maria I] "A paz era profunda, e esta foi a razão porque os echos da revolução franceza chegaram sempre amortecidos ao Tejo !"; "Portugal estava ainda muito na infancia para entrar em communhão com o resto da Europa." (1905 [1877]: 83).

No seu entender, se cá fosse lido "O que é o terceiro braço da nação ? " (Sieyès), seria recebido com um sorriso "que se costuma dar ao livro engenhoso cujas theorias entreteem pelo ideal, mas que não assustam, nem cathechizam o senso pratico." (*ibid.*). Portugal só teria acordado para os ideais liberais devido à invasão francesa e por influência do liberalismo da Espanha e da Itália, considerando Rebelo da Silva que as ideias revolucionárias de Bocage não eram fortes, sendo sobretudo fruto de um certo entusiasmo por Napoleão e de um certo ódio aos frades e aos "tartufos" (*id.*: 84).

Por outro lado, tem uma visão negativa dos Ideólogos e da Revolução francesa, que diz ter sido uma época de decadência (64). Bocage, vítima da sua época, iludiu-se, segundo Rebelo da Silva, com os ideais da Revolução francesa, a que se seguiu o desengano (*id.*: 77-8). Essa ilusão teria consistido na crença no princípio da soberania nacional: "Tudo se ligava para

augmentar o vulto á illusão e á verdade. O povo reinando em lugar do rei; uma nação moderna imitando as instituições e repetindo os feitos das antigas republicas" (*id.*: 78).

Assim, considera que o Romantismo, ligado à democratização liberal da sociedade, não implicava uma nova ordem:

"A poesia romantica não demóle, conserva pelo culto da gloria as tradições da monarchia." (1848: 138; destaque nosso); "A Revolução poetica que tomou de assalto o Parnaso, restaurando o profanado altar da tradição popular, proclamou a liberdade, e não a licença. Expurgou de abusões fanaticas o culto; porém logo impoz ao novo sacerdocio a regra de uma religião, em que a lettra não mata o espirito, a imaginação não roja escrava, e o gosto não verga á auctoridade do preceito em nome do exemplo absoluto." (*id.*: 105-6).

A. P. Lopes de Mendonça opõe-se à concepção de Rebelo da Silva e faz derivar a Revolução francesa e os ideais democráticos não apenas dos Ideólogos franceses, mas também, apoiando-se em Herculano, da luta de emancipação do "terceiro estado" durante a Idade Média (1857: 42-3, n. 9). Pensa assim que, com a *História de Portugal*, Herculano corroborava a ideia staéliana segundo a qual "a liberdade era antiga, e que só o despotismo era moderno":

"O estudo dos nossos fastos nacionaes virá pôr o sêllo da legitimidade a muitos actos, que são accusados de puramente innovadores, e a energia juvenil da revolução liberal poderá condecorar-se com o prestígio e a magestade, que andam annexos a uma antiguidade immemoravel." (*id.*: 43).

Assim, valoriza o romantismo como uma época de regeneração nacional associada à revolução liberal, mas não aceita que possa ser considerado como um regresso ao catolicismo medieval, desvalorizando mesmo o critério romântico da originalidade em nome do progresso social. Assim, sem deixar de destacar a importância do cristianismo na Idade Média, confere um relevo maior à Reforma e à Revolução francesa na genealogia do Romantismo (65).

É necessário, porém, distinguir o Lopes de Mendonça dos *Ensaios* (1849) do autor das *Memórias* (1855), na medida em que se nota um progressivo abrandar do seu ideal revolucionário. Nos *Ensaios*, marcados pelo entusiasmo da Revolução de 1848, o autor afirma a normalidade das revoluções e defende a República, denunciando o "vício das monarquias representativas". Lopes de Mendonça acreditava que a nova geração iria consumir a revolução e que o socialismo era a luta essencial do século XIX, ao serviço do qual a poesia se devia colocar,

para corrigir a sociedade (66). Torna-se, pela força das suas convicções, o crítico literário que levou mais longe a politização do literário em relação à literatura portuguesa do seu tempo:

"é que me parece que partem d' uma mesma idéa politica e litteraria: é que tenho a intima convicção de que tarde ou cedo as nossas conjecturas se hão de realizar, porque a sociedade moderna não póde ser já conduzida nem pelo sabre do conquistador, nem pela credula obediencia aos sofismas da auctoridade." (1849: VII); "A questão da emancipação das classes laboriosas é uma questão de tempo."; "O socialismo deve ser invocado, para que a sociedade se não prenda egoisticamente aos calculos torpes do individualismo, que tende irresistivelmente a subjugar as classes inferiores, pela escravidão prolongada do salario" (*id.*: X-XI); "Sejamos justos, a revolução liberal accordou-nos - e o nosso movimento litterario desde essa época exprime que as agitações do novo dogma, hão de ser fecundas no futuro." (*id.*: 15).

Nesta óptica, Lopes de Mendonça critica acidamente os "poetas nascidos da escola *legitimista*" e louva "os talentos alimentados da seiva das convicções liberaes" (*id.*: 133), lamentando que os poetas d' *O Trovador* não prestem atenção à vida social, fechando-se na escala limitada dos sentimentos individuais (*id.*: 175-9).

O mea culpa do autor, ao reformular os seus *Ensaio*s, seis anos depois, nas *Memorias de Litteratura Contemporanea* (1855), implicou que alterasse muitas alusões políticas, em nome da autonomia da arte, mas o autor afirma que não deixou de acreditar nos seus ideais (1855: VIII-IX). No entanto, a nosso ver, apenas aplica essa suspensão do juízo político aos poetas da sua geração que antes acusara de "legitimistas" (67). A sua alteração fundamental consiste, pois, em respeitar as fronteiras entre a esfera literária e a esfera política:

"Mas uma cousa é comprehender a dupla e inevitavel acção dos dogmas politicos sobre as revoluções litterarias, e das revoluções litterarias sobre os dogmas politicos, outra cousa é misturar assumptos tão diversos sem um certo tacto e prudencia, passando indistinctamente da critica para a declamação, e baralhando as opiniões litterarias com as coleras e vehemencias da satyra politica." (*id.*: IX-X).

Por outro lado, não deixa de ser curioso que Lopes de Mendonça critique na literatura do seu tempo o "erro" em que ele lavrava antes, e de que agora se penitencia:

"Insistiamos entretanto demasiado na idéa de querer levar a poesia para a arena politica. São duas esferas distinctas, a da arte, e a da philosophia pratica, que mutuamente se auxiliam nas suas manifestações, mas que convém se não confundam."; "É exactamente o defeito contrario, que caracteriza a poesia moderna. É deploravel, e não fallo aqui da poesia portugueza, vél-a serva humilde dos sentimentos e preconceitos ephemeros, deixar de reflectir as

impressões geraes da humanidade, para ser o echo das rapidas transformações, que modificam a sociedade. Hoje, agita o *bonet phrygio*, baccante insaciavel e fogosa: amanhã torna-se aristocratica, e ultramontana, saíndo das ante-cameras do *petit-lever* para sacudir o turibulo do incenso, e prostra-se ante os altares de um fanatismo hypocrita." (*id.*: 238-9).

Mas L. de Mendonça continua a centrar-se na história política para a apreciação da evolução literária, e em particular do teatro, na linha de V. Hugo e Garrett (68).

No âmbito do grupo de críticos da *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, que "institucionalizam" a crítica literária em Portugal (69), destaca-se Andrade Ferreira, pelo seu sentido histórico, vincando a "diversa indole das épocas de movimento intellectual, e a physionomia que esta mesma diversidade lhes imprime." (1872 [1868], II: 10). Em termos gerais, Andrade Ferreira subscreve na sua obra crítica uma perspectiva semelhante à de Garrett, e inscreve o Romantismo na luta simultânea da emancipação política e literária das gerações liberais europeias, que descreve como uma espécie de "irmandade" de génios literários:

"As revoluções litterarias são apenas um corollario das revoluções politicas, e a historia do Occidente e Meio-Dia da Europa, n' estes ultimos cincoenta annos, assás o prova com documentos irrecusaveis." (1872 [1859], II: 40); "O amor das tradições nacionaes, os desejos de emancipação politica traduzindo-se no espirito da independencia litteraria que se soltava das pêas da imitação classica, a analyse desassombrada da historia (...) formam, em geral, a natureza dramatica da litteratura d' esse tempo" (*id.* [1860], II: 160) (70).

O romantismo português é, neste âmbito, enquadrado numa reacção europeia aos excessos do classicismo pagão, em nome da fidelidade às tradições nacionais (71) e populares (72), de natureza cristã (1872 [1860], I: 19). Por isso, e destacando o relevo que Garrett lhes deu, lamenta que os escritores não se inspirem nelas, pois contêm "as fontes da litteratura nacional e a expressão da sua indole moral." (*id.*, II: 72-3).

No *Curso de Literatura Portuguesa* (1875), incabado, considera os Jesuítas e a Inquisição os principais causadores da decadência nacional (1875: 362-6). Nos seus artigos de crítica literária afirma, como Herculano, que a decadência literária se ficou a dever à "renascença clássica", que desvirtuara e oprimira as tradições nacionais da Idade Média (1872 [1859], II: 45; 60). O relevo que concede, nos seus artigos de crítica, à Idade Média e à poesia popular, mostram

a sua adesão a um conceito romântico-liberal da literatura. No âmbito da história do teatro, enfatiza, como Herculano, Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Ernesto Biester e Mendes Leal (73), o papel inaugural de Garrett, em particular com *Um Auto de Gil Vicente* : "N' este romantico e nacionalissimo quadro da nossa historia nacional (...) abre de novo a scena nacional e inaugura o modelo do genuino drama, atando o quebrado fio das tradições da historia e da poesia." (*id.* [1860], II: 160-1). De modo semelhante a Garrett, considera a "reação romântica" como um "triumpho do genio da litteratura nacional, suffocado e confundido até ahi nas ruinas das tradições gloriosas da patria" (*id.* [1859], II: 43; cf. 44-5)

A continuação do *Curso de Literatura Portuguesa* de Andrade Ferreira por Camilo Castelo Branco (1876) é uma "continuação editorial", na medida em que Camilo segue uma orientação distinta. As duas partes do *Curso* constituem assim uma obra híbrida do ponto de vista ideológico, o que é visível pela oposição de Camilo às "causas da decadência" da memória liberal, que Andrade Ferreira perfilha. Camilo defende que D. João III, os Jesuítas e a dominação filipina (com o "gongorismo") não tinham gerado a decadência nacional, desacreditando o paralelismo político-literário que tradicionalmente subjazia a esta interpretação histórica: "A evolução política nada teve comum com a decadência das letras" (1986 [1876]: 28). Daí as suas críticas em relação às apreciações de Teófilo Braga, que satiriza com frequência, como o seu juízo negativo sobre o teatro do século XVII: "Não pode gabar-se de engenho muito atilado quem diz que este género de literatura [a tragicomédia dos Jesuítas] é a última degradação da arte." (*id.*: 117, n. 5).

Coube em particular a Teófilo Braga a politização da literatura, ao serviço da causa republicana, facto que marcou toda a sua história da literatura portuguesa e que se acentuou em particular na sua análise da evolução do romantismo em Portugal, que estruturou em função das lutas políticas do século XIX, enfatizando a sua posição pessoal (74). Com efeito, é evidente o seu propósito de se colocar numa posição de liderança em relação à "Escola de Coimbra" ou "A dissidência coimbrã" (75):

"Pelo desenvolvimento da poesia, da história literária, pelo estudo das tradições e das origens do direito, a indisciplina metafísica, que tanto dispersou a escola, foi sendo subordinada gradual e evolutivamente ao critério

positivo. É este o facto característico, que acentua a manifestação definitiva da Escola revolucionária em Lisboa. Desde o dia em que o critério positivo foi proclamado, acabou a indisciplina revolucionária tornando-se em transformação evolutiva."; "Os elementos metafísicos que se revelaram nas Conferências democráticas do Casino persistiram nessa orientação improgressiva e foram-se inutilizar no quietismo sentimental das aspirações socialistas" (1983 [1880]: 98-9).

Esta descrição, feita em termos impessoais, na *História das Ideias Republicanas em Portugal*, equivale a dizer que foi o seu positivismo republicano que salvou a acção revolucionária da Geração de 70, que se "perdeu" na indisciplina metafísica do socialismo de Antero e Oliveira Martins, dando assim Teófilo um passo de gigante, de acordo com os estádios da humanidade de A. Comte, ao entronizar em Portugal a idade positiva da humanidade. Como afirma na conclusão do segundo volume de *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, o fracasso da Geração de 70 deveu-se ao facto de ter sido vítima da "falsa ideia" de que revolução era o destino final da humanidade, esgotando-se na anarquia moral (dispersão jornalística) e na degenerescência política, dando vida a "um regimen transitorio que, á custa da decadencia nacional, se prolonga além do seu momento historico." (1892, II: 511-2) (76).

Na fundamentação das suas posições políticas, Teófilo recorre à imagem de Herculano da idade Média, dando-lhe uma continuidade intermitente até ao presente, de modo a enfatizar a descentralização municipal e as tradições democráticas das cortes seiscentistas e do vintismo. No entanto, acrescenta-lhe uma especificidade étnica nacional, a fim de legitimar com o prestígio da tradição a república democrática e o federalismo de base etnológica (77). Por outro lado, Teófilo Braga, que no início depreciava o romantismo, veio a aproximar-se da perspectiva liberal/nacionalista de Garrett, considerando o romantismo como um "Regresso às fontes tradicionais", um percurso iniciado por Vico, com o "presentimento da humanidade revelada nas manifestações da vida colectiva, da multidão anonyma, da tradição." (1905: 493). A "confirmação" da importância da acção popular na história chegaria com a Revolução Francesa, cinco anos após o despoletar da "Questão Homérica", por Friedrich Wolf (1794), e esta quase coincidência tem uma relevo especial para Teófilo, que via assim emergir quase em simultâneo a "colectividade homérica" e a manifestação da consciência de um povo. Depois, continua, nas modernas revoluções da Europa, a poesia continuou a manifestar-se como o grito da liberdade. A

poesia aparece assim ao serviço da revolução e a revolução ao serviço da poesia, ajudando "também a compreender que o movimento da revolução francesa vinha mais do povo do que dos philosophos. A crítica de Wolf correspondia ao interesse especulativo de Kant sobre os acontecimentos de França." (1902: 4) (78). O romantismo era assim, como em V. Hugo e Garrett, o "liberalismo na literatura", e o liberalismo era, de certo modo, o "romantismo na política" (79).

O Romantismo e a Revolução seriam pois movimentos indissociáveis enquanto expressão da emancipação do "espírito popular" em esferas distintas. No plano cultural, o Romantismo era a expressão das "tradições populares" (medievais), oprimidas pelo classicismo renascentista (80). No plano político, a Revolução traduzia uma aspiração secular de emancipação popular face ao absolutismo monárquico-clerical, e era a prova da "sua vitalidade pela *aspiração* moral ou politica" (1984a [1880]: 79) (81). Deste modo, Teófilo Braga vincula a evolução literária à evolução política, e introduz a distinção entre o romantismo "emanuéllico" (conservador) e o romantismo "liberal":

"Na sua vacillação doutrinaria, o Romantismo reflectiu todos os movimentos reaccionarios e liberaes da oscillação politica." (1903a: 32-3); "N' este periodo historico mais conhecido pelo nome de *Restauração*, o Romantismo serviu a causa reaccionaria, fortalecendo a conspiração clerical com a exaltação mystica de um Christianismo sem crença mas poetico, e reproduzindo o ritual cavalheiresco da Edade média para lisongear a aristocracia, que imaginava recuperar os seus privilegios de casta. A este periodo romantico deram em França o nome de *emanuelico*, achando-se representado em Chateaubriand, Lamartine e Soumet." (*id.*: 33-4).

Segundo Teófilo, as revoluções liberais surgiram como reacção ao "parlamentarismo" e à Santa Aliança, emergindo então o "Romantismo liberal", na literatura (satânicos, ultra-romantismo e realismo) (*id.*: 34) (82) e na historiografia. Teófilo refere em particular os historiadores franceses (Thierry, Guizot, Michelet) que defenderam o "terceiro estado", em sentido contrário ao do romantismo "emanuéllico" (1896: 356).

Na *História do Romantismo em Portugal* considera mesmo que em Portugal não foi possível uma literatura nacional porque faltara a cumplicidade da literatura com a Revolução (83). Embora corrija esta posição em relação a Garrett, afirmava então que tanto Garrett como Herculano foram adeptos do romantismo emanuéllico:

"Foi o romantismo emanuelico o que entrou tardiamente em Portugal, predominando a feição religiosa em Herculano, e a medieval e cavalheiresca em Garrett" (1984a [1880]: 14; cf. 182 e 220).

A partir das *Modernas ideias na literatura portuguesa* (1892), é visível uma alteração total do enquadramento de Garrett, de quem antes Teófilo traçava um perfil negativo, com excepção do *Frei Luís de Sousa* e das *Folhas Caídas* (84):

"Almeida Garrett, vivendo em uma terrível época de transição do Regimen absoluto para o das Cartas constitucionaes, em que os principios da organização catholico-feudal foram substituidos pelos argumentos dos ideologos, que pelas ficções do parlamentarismo tentaram conciliar o passado com a Revolução, esse espirito envolvido como todos os outros seus contemporaneos na anarchia das ideias, dos interesses e da politica, concentrou toda a sua vida moral no sentimento: modificou-se na idealisação artistica, e achou-se pelas creações da poesia exercendo uma acção positiva na transformação da sociedade portugueza na primeira metade do seculo XIX. É este o seu titulo de veneração." (1892, I: 26); "suppriu pelas crenças ideaes a falta de principios na sociedade portugueza" (*id.*: 27) (85).

A partir de agora, "os romanticos representavam em politica a aspiração do futuro, queriam a democracia" (1903a: 108), mas Garrett representa o romantismo liberal e Herculano o romantismo emanuéllico (86). Em *Garrett e o Romantismo*, Garrett aparece claramente inserido no romantismo liberal, na medida em que "auxilia o renascimento politico nacional pela idealisação das tradições patrias" (*id.*: 35), ao passo que Herculano se confinou "no romantismo emanuelico", não obstante destacar que a sua acção positiva se exerceu "na renovação critica da Historia de Portugal." (*id.*: 35, 60) (87). Depois, insere como continuadores do romantismo emanuéllico de Herculano os "ultra-românticos" (88).

No conjunto, Teófilo passa a interpretar o romantismo português em estreita articulação com Revolução liberal de 1820 (89). Garrett é agora para Teófilo, retomando uma asserção de A. P. Lopes de Mendonça, uma "nacionalidade que ressuscita", pois "fundou uma nova Litteratura" e tudo o que fez derivou "do sentimento que o impellia a acordar nas almas a emoção da patria, e dar a um povo a consciencia do seu organismo historico da nação." (*id.*: 5). Teófilo "penitencia-se" de tudo o que disse de negativo sobre Garrett (90) e coloca Garrett, "sincero septembrista, propugnador da doutrina da soberania nacional" (1905a: 526), a par de Camões como "fronteira moral da nacionalidade" (*id.*: 694) (91).

Estava assim preparado o caminho para Teófilo se autoproclamar como o continuador de Garrett na missão de manter o sentimento e a soberania nacional em face de uma situação de presumida decadência. Assim, Teófilo Braga considera que houve uma íntima associação entre a Revolução Liberal de 1820 e o Romantismo, libertadores de um Portugal em decadência, em resultado da acção da monarquia e dos Jesuítas, que conduziram ao esquecimento do sentimento de nacionalidade. A dinastia de Bragança e os Jesuítas, afirma, puseram em jogo a nação para sua segurança pessoal. Depois, a ocupação inglesa de Beresford suscitou a *Revolução de 1820*, a que a dinastia brigantina se opôs. Os revolucionários românticos, a seu ver, renovaram a Literatura portuguesa, produzindo uma nova poesia lírica, um teatro original, o romance histórico, a história crítica e a eloquência de tribuna (1984 [1909]: 123). A literatura tornou-se original e nacional porque os "escritores se retemperam nas tradições e consagram a aspiração nacional" (*id.*: 124). Deste modo, Teófilo afirma que perante a decadência do seu tempo [1909], "a missão da Arte, da Literatura, da Política e mesmo da Ciência, consiste em revigorar Portugal, restituindo-lhe a consciência do seu *lusismo*." (*ibid.*).

Teófilo Braga dá assim continuidade às pesquisas de Almeida Garrett sobre a poesia e as tradições populares. Segundo Teófilo, esta tarefa de recollecção da "literatura popular" era imprescindível para a reconstrução dos valores nacionais, oprimidos durante séculos (92). Daí advinha ainda a necessidade da reconstrução dos romances, para devolver ao país os elementos positivos que lhe permitissem reconstruir a sua nacionalidade perdida, para reelaborar a nação como um todo orgânico, como expressão de uma raça original, pondo-se assim fim ao "génio imitativo", à passividade e à tendência fatalista dos portugueses (93). À semelhança de Garrett, Teófilo "romantizou" *Os Lusíadas*, à luz da "Questão Homérica", a fim de lhe atribuir uma génese popular-nacional (cf. II.4.2.1). A leitura de Teófilo transforma o poeta épico num rapsodo e a epopeia numa obra correspondente à idade heróica nacional, conciliando a tradição clássica e o "sentimento nacional" (cf. VII.1.2). Ao mesmo tempo, Teófilo foi o impulsionador do Tricentenário de 1880, colocando Camões ao serviço da causa republicana (cf. VII.1.3).

A "literatura nacional" torna-se, para Teófilo, "um órgão de desenvolvimento social, um estímulo e apoio da independência nacional." (1984 [1909]: 89). Equivalente a cultura nacional, ela era a expressão do espírito nacional, manifestando as suas características específicas: "A

Literatura é uma síntese [afectiva] completa, o quadro do estado moral de uma nacionalidade representando os aspectos da sua evolução secular e histórica." (*id.*: 63). A sua periodologia divide-se segundo três marcos histórico-sociais que considera importantes (Idade Média, Renascença e Romantismo), correspondentes às "três crises da civilização que reflectiram." (*id.*: 126).

Se o Romantismo consistia, para Teófilo, na reabilitação da Idade Média, esse é também o seu objectivo, mediante o seu estudo "científico", de modo a resgatar uma nação secularmente "oprimida" (94). Pela etnologia, concluía que "os costumes se conservaram na sociedade medieval como a viva persistência das Tradições, transformando-se em canções líricas, épicas e dramáticas, melodias, acentuação, rima" (1903a: 91). Por isso, no seu entender, "tinha de encontrar-se no elemento *popular* o material das *Tradições*, n' ellas os germens morphologicos das Litteraturas modernas e a lei do antagonismo dos dois espiritos que as suscitam. **O Romantismo tinha de completar-se scientificamente na Historia litteraria.**" (*id.*: 99; destaque nosso) (95).

Era essa a sua "missão", completar a obra "nacionalizadora" de Garrett. E foi assim que Luciano Cordeiro e Sampaio Bruno, entre outros, entenderam a sua obra (96). António do Prado Coelho desenvolverá esta analogia, ao considerar que Teófilo, "Discípulo fervoroso de Garrett", foi "depois de Garrett, quem melhor reconheceu e efectivou o princípio guiador supremo da nossa civilização", elaborando um paralelo entre as obras de ambos (1921: 202-6). Ao mesmo tempo tenta inseri-lo na linhagem de Camões: "a *Visão dos Tempos*, a sua Epopeia da Humanidade, a que se ligam a *Lusónia* e a *Alma Portuguesa*, outras tantas Epopeias do pequeno, mas glorioso povo que é o português." (*id.*: 206).

Os discípulos encarregar-se-iam de divulgar as ideias do mestre, a começar por Teixeira Bastos, que publicou em 1892 *Theophilo Braga e a sua Obra. Estudo complementar das Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*:

"Grande e bem notavel é papel que lhe cabe no seio da nossa sociedade, porque elle é o representante mais completo e mais verdadeiro das aspirações modernas. O talento, a erudição, o bom senso, e antes de tudo a forte disciplina mental que dirige o seu temperamento de ferro, deram-lhe o primeiro logar entre os contemporaneos. A sua vida é a historia da lucta gigantesca que sustentou para alcançar esse logar que hoje ninguem lhe contesta."

(1892: 2); "Theophilo Braga na sociedade moderna é a revolução na arte, na historia, na critica, na philosophia, nos costumes e nas fórmulas sociaes" (*id.*: 23) (97).

Notas

IV.1.

(1)- Na teoria orgânica da nação herderiana, a Alemanha ainda não tinha atingido a sua maturação. O retorno às línguas populares era assim um novo modo de acumulação de capital literário. Tratava-se então de um critério inédito e "revolucionário", na medida em que Herder, em nome das tradições populares, consideradas a origem de toda a cultura nacional e do seu desenvolvimento histórico, postulava que cada povo e que cada país tinham um princípio de existência e uma dignidade iguais. Deste modo, definia o "génio" dos povos como a fonte exclusiva da fecundidade artística: "Herder bouleverse, et pour très longtemps, toutes les hiérarchies littéraires, tous les pré-supposés, réputés jusqu' à lui intangibles, qui constituaient la 'noblesse' littéraire." (Casanova, 1999: 112; cf. 309).

Como nota Paolo d' Angelo, as histórias da literatura e da arte que se difundem na Europa a partir de 1830 seriam impensáveis se não tivessem sido precedidas da teoria romântica da poesia e das investigações iniciadas pelos grandes expoentes do romantismo (1998: 196).

(2)- O escritor torna-se numa espécie de alquimista que transforma as tradições populares em material literário (Casanova, 1999: 310). Por outro lado, o teatro foi a solução para superar os problemas do analfabetismo e uma forma de normalização linguística, permitindo uma acção política mais directa (*id.*: 312).

(3)- *Reliques of Ancient English Poetry* (Percy, 1765), Johannes Ewald (sagas e baladas medievais, 1771), *Stimmen der Volker in Lieder* (Herder, 1778), *Fairy Tales* (Jakob e Wilhelm Grimm, 1812), *Kalevala* (Elias Lonnrot, 1849), etc.

(4)- Assim, "a consolidação da ideia de Nação significou a hegemonização de uma crença segundo a qual os indivíduos se sentiam reciprocamente posicionados como iguais em direitos e em deveres no seio de uma totalidade política." (Catroga e Carvalho, 1996: 81).

(5)- "Perante o estádio do desenvolvimento da sociedade portuguesa, alguns dos jovens universitários (e não só), que irão despontar para os problemas da cultura e da política nos inícios dos anos 60 do século XIX, continuarão a reivindicar para os intelectuais a missão profética de revelar o sentido da história e os caminhos que Portugal teria de trilhar." (Catroga e Carvalho, 1996: 87).

(6)- A mitologia nacional "miguelista" era bem diferente: "Enquanto para Garrett, a tradição nacional devia buscar-se nos fragmentos lendários da história medieval (e este objectivo é muitíssimo mais claro em Herculano), anterior, portanto, à edificação da Monarquia centralizada (D. João II) e absoluta (D. João V), para os seus detractores, a tradição nacional radicava precisamente a partir da eclosão da Monarquia autocrática." (*id.*: 47). O Estado era tido como mera emanção da Nação, i.e., a sua formulação histórica era legitimada pela preexistência de uma Nação autónoma, evidenciada constitucionalmente por essa Monarquia absoluta (*id.*: 48).

(7)- "A l' aube du XIX.e siècle, les nations n' ont pas encore d' histoire. (...) A la fin du siècle, elles sont en possession d' un récit continu qui retrace un long cheminement dont le sens, malgré toutes les vicissitudes, tous les obstacles, est donné par le génie national." (Thiesse, 1999: 131).

(8)- Cf. Thiesse, 1999: 131-7; 2000: 55-7.

(9)- Em Garrett e a Herculano, "No fundo, romance histórico e história constituíam duas expressões de uma mesma atitude em relação ao passado: elevá-lo a mestre da vida." (Catroga, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 47).

Se, em geral, o Romantismo visa educar as massas burguesas e formar os quadros de "elite", há que diferenciar, segundo Alberto Ferreira, os campos de acção de Garrett e Herculano: "Garrett situou-se particularmente no campo da educação estética, consagrando-se preferentemente à criação de uma *élite* intelectual (Conservatório, Teatro Nacional). Herculano pugnou pela instrução popular (de composição burguesa) e pela formação dum jornalismo enciclopedista que fornecesse à opinião pública (aos que liam, já se vê) os instrumentos necessários para a compreensão dos problemas artísticos, políticos e sociais." (s/d: 37). Há assim uma continuidade do iluminismo nos românticos: "O plano dos iluministas românticos pretendeu, na intenção, ampliar o conceito de democratização cultural já preconizado no século XVIII nos programas de reforma" (*id.*: 38; cf. 50). Para outras diferenças entre Herculano e Garrett, cf. Alberto Ferreira (s/d: 38-42; 47-8; 56-7).

Para a valorização da literatura popular na época romântica em Rebelo da Silva, Palmeirim, Lopes de Mendonça e Camilo cf. Massaud Moisés (2000: 185-90, 195, 214).

(10)- Numa época em que se valorizava a poesia popular, "filha da inspiração inconsciente" da imaginação, Teófilo exalta o "trabalho de todos esses sinceros mineiros" que pela Europa recolhem os cancioneros populares, quando em "Portugal, pouco ou quasi nada se tinha explorado este veio." (*id.*: 518). Em suma, era fundamental seguir o "veio" inesgotável da tradição (*id.*: 539).

(11)- Cf. *Quinquagenario* : "Caiel (D. Alice Pestana) dedicando a Theophilo Braga o seu livro - *Commentarios á Vida*, (p. XII. Lisboa, 1900) inscreve estas memorandas palavras: - '*Ao genial architecto da Civilização portugueza integral.*' " (1908: 609).

Fran Paxêco faz eco desta ideia ao afirmar que "espíritos perversos quizeram confinar toda a faina mental do insigne arquiteto da civilização luzónia nas investigações dos nossos cantos populares." (1917: 177).

Teixeira Bastos afirma que, como Diderot em França, "Theophilo Braga, na nossa sociedade contemporanea, espalha os germens de todo o desenvolvimento intellectual" e nele está "o maior poder espiritual da nacionalidade portugueza." (1892: 21). E realça que "A sua actividade scientifica, sob a salutar da Philosophia positiva, dispendeu-se na accumulção de *Materiaes para a Historia da Civilização portugueza*" (*id.*: 91), "coordenando em tres corpos litterarios os factos mais complicados da categoria affectiva, intellectual e social." (*id.*: 93).

António Ferrão exalta a história literária de Teófilo pelo seu nacionalismo e incita à continuação do "objectivo supremo de tôda a obra dêsse historiador: a fixação consciente, scientifica, dum ideal colectivo, nacional, português." (1935: 7; cf. 36).

(12)- De modo global, pode aplicar-se a praticamente todas as literaturas nacionais o que Pascale Casanova aplica apenas a algumas: "La politisation sous la forme nationale ou nationaliste -donc en quelque sorte la 'nationalisation'- est un des traits constitutifs des 'petites' littératures." (1999: 260).

(13)- Dito de modo mais enfático, "les écrivains sont 'condamnés' à une thématique nationale ou populaire: ils doivent développer, défendre, illustrer, fût-ce en les critiquant, les aventures, l'histoire et les controverses nationales. Attachés le plus souvent à défendre une idée de leur pays, ils sont donc engagés dans l'élaboration d'une littérature nationale." (Casanova, 1999: 262). Daí que muitos debates literários se centrem em questões heteronómicas ao campo literário (o campo do poder): "celle de la nation, de la langue et du peuple, de la langue du peuple, de la définition linguistique, littéraire et historique de la nation. (*id.*: 262). Os escritores devem assim colocar a sua pena ao serviço da nação e do povo, da "ideia nacional" (*id.*: 263).

P. Matvejevic constata que é a nacionalização da cultura que permite aos escritores dirigirem-se de modo directo à "nação", fazendo valer a sua origem, pertença e lealdade aos sentimentos nacionais (1991: 33). Desse modo, a escrita transforma-se num acto patriótico (*id.*: 35).

(14)- "As artes não teem patria - são bem vindas de toda a parte; -a da cena, porém, é mais exclusiva; cada nação funda o seu teatro; estimula-o; sustenta-o; e luta para que elle a não envergonhe - porque no teatro está a medida da civilização e intellectualidade d'um povo." (Rebello da Silva, 1909 [1847], I: 36).

"O teatro resume em si todos os progressos da civilização intellectual."; "Verdadeiro templo da sociedade moderna, elle abre as portas ás turbas, para que collectivamente admirem os prodigios do pensamento humano." (Mendonça, 1855: 206).

"A litteratura, e principalmente a litteratura dramatica, a não retratar com exactidão o movimento positivo da sociedade, retrata o estado das imaginações; e, quer n'um quer n'outro caso, manifesta sempre, mais ou menos, a expressão moral de um povo." (A. Ferreira, 1872 [1859], I: 191).

(15)- Na Introdução aos *Portugaliae Monumenta Historica* pode ler-se: "Movida pelo amor da patria e por uma nobre emulação, a Academia Real das Sciencias de Lisboa quiz dotar o seu paiz de uma collecção analoga às que successivamente se tem publicado e continuam a publicar em Alemanha, em França, em Inglaterra, em Italia e em outras partes" (1856, I: VI).

(16)- Algo semelhante é afirmado no seu estudo sobre os "Historiadores Portugueses", referindo-se à urgência de estudar o passado literário português, à semelhança do que se fazia na Europa, como contrapeso à influência francesa (1839: 196-7).

(17)- "Carta e Oferta do Poema 'Camões' e 'Parnaso' à Infanta Regente" (1966: 603-5).

Como salienta Teófilo Braga, o revisor de provas do *Parnaso Lusitano* terá deturpado a antologia e o plano da obra de Garrett (cf. 1903a: 381-6).

Servir a pátria e a mocidade é ainda a fundamentação a que recorre José Gonçalves Lage: "Se é doce morrer pela patria, tambem o é trabalhar por ella e para ella.

Contribuamos, pois, cada um nos limites das suas forças, para os seus melhoramentos e prosperidades, e levemos a nossa pedra para o grande edificio que a todos nos acolhe."; "Sirva isto de egide ao humilde trabalho que hoje depositamos nas mãos da mocidade da nossa patria, a quem muito desejamos servir." (1881: 7-8).

(18)- "A segunda e não menos ponderosa razão (...) foi o ver quão pouco respeito diferentes escriptores estrangeiros se haviam intromettido a falar da nossa Litteratura, e até o descredito, que sôbre ela tinham pretendido lançar", fazendo com que o autor "se sentisse animado de uma nobre indignação." (*id.*: 9-10). De igual modo, entristecem-no os nacionais que têm uma opinião desfavorável do "deposito riquissimo da Litteratura Portuguesa" e "desconhecem os melhores escritores da pátria." (*id.*: 11-2).

(19)- À semelhança do que sucedeu na Espanha, os estudos dos estrangeiros estimularam o patriotismo dos nacionais: "Las traducciones de estas historias de la literatura española escritas por hispanistas extranjeros tuvieron una gran repercusión en la producción nacional, no sólo porque despertaron -como había ocurrido en el XVIII con algunos textos franceses e italianos- el orgullo nacional e incentivaron estos estudios ante algunas de sus carencias o errores, sino también porque a ellas acudieron las posteriores historias nacionales, que en más de una ocasión asumieron sus juicios criticos." (Aradra Sánchez, in Pozuelo Yvancos e Aradra Sánchez, 2000: 203).

(20)- *O Panorama* ilustra desde a sua introdução ao primeiro número (6/5/1837) este intuito patriótico, manifestando o objectivo de fomentar a regeneração nacional através da divulgação do património cultural da nação, com um "virtuoso e patriotico proposito":

"Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos paizes mais illustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrucção variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accomodando-o ao estado de atrazo, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilização da sua Patria.

Sinceramente confessámos a nossa decadencia intellectual: com a gloria das armas morreu a nossa gloria litteraria"; "Anjos despenhados, procuremos subir outra-vez as alturas de que, não nós, mas sim torrentes de calamidades publicas nos precipitaram. Trabalhemos por nos instruir e melhorar nossos costumes, augmentando a civilização nacional. É esta a mais bella resposta, que podemos dar ás accusações dos estranhos: é esta a unica resposta digna do character generoso, que nossos avós nos herdaram, e que não acabou de todo atravez de tres seculos de decadencia." (1837: 2).

No início da segunda série, os redactores reiteram este propósito: "ajudou, como e quanto pôde, a ajuntar algumas pedras para o edificio, que a imprensa mais que ninguem vai levantando em nossa terra - o edificio da civilização nacional."; "o publico portuguez tem comprehendido o seu pensamento de patriotismo, e recompensado a diligencia que se tem posto em o desenvolver." (1842: 1). Ao mesmo tempo, saúdam outros jornais similares, "novos obreiros da civilização" e lamentam a desistência "daquelles que não se creram com forças de continuarem a acarretar pedra e cimento para a grande obra de nacionalidade, que a patria exige da imprensa." (*ibid.*). É como se *O Panorama* visasse suprir a ausência de uma instrução pública generalizada: "o ensino desamparado, moribundo, difficultado por mil contradicções e barreiras, que se oppoem ao seu desenvolvimento, nada ou pouquíssimo tem ajudado a civilização do povo portuguez." (*id.*: 2).

De modo idêntico, L. A. Rebelo da Silva, ao reatar-se a publicação de *o Panorama*, considera um imperativo moral a divulgação desse saber, ao serviço do qual a revista se encontra: "O maior serviço que se pôde prestar ao paiz é alimentar o fogo sagrado da instrução; falar-lhe á alma e ao coração, leval-o pelos instinctos nobres, que adormecem, mas não morrem, despertal-o da somnolencia pela memoria das tradições passadas e pela promessa do melhoramento, que o porvir promette á constancia e ao trabalho. Quem tomar sobre si esta obra acceitou uma grande missão, e pôde contar que se não ha de vêr só no meio da estrada." (1909 [1852], II: 20).

No ano seguinte, reitera o propósito de continuar a dimensão formativa da fase inicial do *Panorama*, com o seu " vasto repositório de estudos concisos e populares, em que o amor da nacionalidade e o culto da patria realçam em quadros que o tempo não hão de consumir." Assim, há uma continuidade de projectos: "Unir a lição á variedade, mover os affectos sem ostentação, robustecer o sentimento nacional pela invocação dos dias heroicos da patria, e pela memoria dos homens illustres; conhecer e applicar a idéa moral e a idéa religiosa" (*Panorama*, vl. X, 1853: 1).

(21)- No prólogo do nº 1 do t. II da *Revista Universal Lisbonense* o pedido de colaboração é considerado como um "desafio do patriotismo ao patriotismo" (1842, II: 3) e a redacção congratula-se com a participação de escritores distintos, "movidos do amor da patria" (*id.*: 4). No nº 46, de 18 de Agosto de 1842, numa nota discreta, afirma-se que "Nunca jamais em Portugal se reuniu tão esplendido concurso de sabios e litteratos, como d' esta vez para a redacção da *Revista Universal Lisbonense* : apenas haverá ahi nome conhecido por suas obras ou estudos, que não haja dado ou prometido o seu auxilio a ésta empresa: é porque o amor sincero de patria, que a inspirou, tem constantemente animado os seus trabalhos" (*id.*: 542).

(22)- Na "Introdução" ao oitavo volume de *O Instituto* , no oitavo ano da sua publicação, a motivação científica alia-se claramente ao interesse patriótico, presente no apelo à colaboração: "Terminamos, pedindo com todo o interesse ás illustrações do paiz, aos professores da Universidade e á mocidade academica, que nos não desamparem nesta sancta cruzada de adiantamento e educação nacional. Auxiliem-nos todos, com os seus escriptos, com as suas luzes, que é no serviço da patria, no serviço da civilisação, que todos trabalhamos." (VIII, 1860 [Abril de 1859]: 2).

(23)- No seu "Relatorio dos trabalhos da Academia Real das Sciencias de Lisboa", lido em 30/4/1865, Latino Coelho salienta a "obrigação moral de [a Academia] collaborar com as outras forças sociaes na lenta mas efficaz transformação que se vae passando a nossos olhos a sociedade portugueza. Rejuvenescida, depois de alguns annos de obscuridade e decadencia, reorganizada n' um tempo em que em todos os pontos de Portugal se dava rebote em nome dos progressos phisicos e moraes do povo portuguez, em que os operarios da civilisação acudiam fervorosos a coroar o edificio das liberdades nacionaes com os trophéos do trabalho e da riqueza, a Academia não podia esquecer que entre os agentes publicos e sociaes d' esta empresa auspiciosa, estava honrosamente marcado o seu logar, e que o paiz lhe pediria contas, se (...) esquecesse que a sciencia é o mais poderoso incentivo da civilisação"; "Convocada para a obra nacional pelo mesmo appellido que despertou o amor dos progressos publicos nos paços dos soberanos, nos gabinetes dos governos, nas assembléas da nação, nas aldêas e nos campos de Portugal. A Academia tomou o seu posto n' esta expedição, acceitou o trabalho que lhe repartiram n' esta vasta e laborosa officina nacional, em que um povo, adormecido por tantos annos á sombra malfazeja de viciosas instituições, se apressava em fabricar quasi de um jacto a sua moderna civilisação."; "Quando as modernas instituições principiaram a enraizar-se em Portugal, quando o espirito publico se levantou e ennobreceu pela generosidade dos seus intuitos, quando os poderes do estado

reconheceram que n' este seculo governar é progredir e civilisar, quando a intelligencia pediu aos abusos, á força e ás paixões que lhe dessem o primeiro logar na gerencia dos grandes interesses nacionaes, quando o paiz envergonhado da sua decadencia e do seu atrazo, requereu á sciencia que lhe ensinasse os thesoiros da natureza (...) foi então que começou verdadeiramente o seu glorioso principado. É desde essa época, ainda não remota, que podemos datar a sua definitiva ressurreição." (1872 [1865]: III-V).

(24)- Cf. J. A. França, 1993: 258.

(25)- Cf. *O Instituto*, vl. VI, nº 3, 1858: 25-6.

(26)- "Relatorio apresentado pela Comissão"; *O Instituto*, vl. VI, nº 3, pp. 27-8. Destaques nossos.

(27)- As recensões de Herculano, em *O Panorama*, às duas obras de Freire de Carvalho (cf. 1840, 4º vl., p. 408 e 1841, 5º vl., 160) são globalmente positivas e destacam a sua importância para o ensino secundário: "poderemos agora affirmar que possuímos um curso elementar de Bellas-Letras, ao par do estado actual dos conhecimentos humanos, e com a inapreciavel vantagem de ser o mais adequado ao uso das aulas." (1841, 5º vl., p. 160).

Fernando Venâncio afirma que estas declarações de Herculano implicavam apenas uma satisfação aparente, na medida em que desejava uma poética nova e a de Freire de Carvalho era tradicional (1998: 62).

(28)- No prefácio à primeira edição das *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, Freire de Carvalho salienta que segue Hugh Blair e que a sua originalidade está sobretudo na "grande copia de exemplos extrahidos dos Classicos Nacionaes", de "Escriptores Classicos Portuguezes" (1840a: 5).

(29)- Borges de Figueiredo justifica a sua obra pela falta de antologias escolares: "Muito tempo ha que nas escholas portuguezas se desejava uma collecção de Logares Selectos", "lacuna tão estranhavel" (1845: 3). Mas, na sua antologia, Borges de Figueiredo inclui apenas, como explicita, os quinhentistas e alguns autores do século XVII, que distribui em termos genológicos (*id.*: 14).

Já no programa para 1826 da terceira Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa se projectava uma obra do género:

"Em Lingua Portugueza. Uma chrystomathia dos mais acreditados auctores portuguezes: ou collecção dos passos mais elegantes e proprios para servirem de modêlos de estylo; arrançados sobre o plano da obra de Heinecio *De stylo cultiori*, e contendo os que servem de exemplo do melhor estylo epistolar, dialogistico, historico, etc." (*História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1825, t. IX, p. LXIV).

No ano seguinte aparecia em Paris, numa tiragem reduzida, o *Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos* (1826), editado por João Pedro Aillaud, que dedica a obra, com "o mais precioso da Poesia Nacional", a D. Isabel Maria (t. V, 1827, p. 449), e em que já aparecem Bocage, Filinto, Tomás Gonzaga e Anastácio da Cunha. Na sua advertência final, o editor afirma o intuito regenerador do trabalho:

"É pois no estado da actual decadencia em que jazem em Portugal as Bellas-letas, por falta de applicação e gôsto, que eu procurei addicionar as peças inteiras, que compoem esta collecção, os juizos que acerca d' ellas formaram os homens de gôsto; isto é o aquelles que por suas obras e talentos poeticos tinham juz de bem pensar-lhe as bellezas e defeitos." (*id.*: 447).

(30)- "Não lancemos só a culpa ao gosto publico. O mal reside na direcção geral do ensino. Separados dous ou tres auctores classicos, nas aulas não entram outros. Os compendios, os exemplos, e as citações tiram-se quasi sempre dos estrangeiros, e desde os annos tenros não ha quem nos desperte a curiosidade, e nos faça amigos e familiares dos escriptores portuguezes, como nos affeiçoam, desde a puericia, a Horacio e a Virgilio.

Camões e poucos mais, por excepção, escapam da sentença de desterro. O resto descansa, coberto de pó, nas estantes, e apenas é procurado por um ou outro amator, que lhe sabe avaliar o merecimento !" (*ibid.*)

Rebello da Silva defende o ensino dos clássicos e o reforço do ensino do Latim (*id.*: 103-5, 114).

(31)- Adolfo Coelho refere criticamente, na sua conferência de 1871 sobre "O Ensino", o *Bosquejo* de Borges de Figueiredo e menciona o estudo de Álvaro de Azevedo (cf. Salgado Júnior, 1930: 65), tal como Teófilo Braga, que elogia este professor do Liceu do Funchal pela obra "em que pulverizou um deploravel livro que está arregado no ensino official, intitulado *Bosquejo historico de Litteratura classica*, e que tem corrompido o desenvolvimento d' estas disciplinas." (1873g: 224; cf. 1881a: 294). Na *História da Universidade de Coimbra* refere que, num opúsculo de 1834, Vicente Ferrer Netto Paiva apresentava uma lista de obras universitárias e liceais escritas desde 1834, que provariam o progresso do ensino, aí incluindo o *Bosquejo* de Borges de Figueiredo, mas no entender de Teófilo "Quem examinar estas obras reconhecerá que a prova apresentada por Ferrer é negativa; documentam um estado mental atrazado e em alguns livros até lamentavel; outros cristalisaram o ensino, tornando-o improgressivo pela exploração do compendio, ou difficultaram-o" (1902b: 474-5).

(32)- Literatura engloba neste autor escritos da mais variada natureza e proveniência e noutros idiomas que não o Português, como o Espanhol e o Latim. No entanto, em relação à poesia, Freire de Carvalho, no "Breve Ensaio sobre a Critica Litteraria", em que resume, segundo confessa, o pensamento de H. Blair, concede grande relevo ao *sublime*, que distingue do *belo*, destacando o sublime dos poemas ossiânicos, em cuja autenticidade Blair acreditava (1840: 1-108).

Do mesmo modo, na primeira parte das *Lições Elementares de Poetica Nacional*, confessa que H. Blair lhe serviu de guia: "tudo quanto se encontrar de bom na minha obra, foi extrahido, recopilado, e até muitas vezes litteralmente copiado de tão insigne Autor" (1840: 5). Deste modo, explica-se que contraponha a naturalidade da poesia primitiva à artificialidade da poesia artística (*id.*: 15), para no final negar a ideia de "que a Poesia é a expressão da sociedade, que lhe é coeva; por quanto a Poesia é toda individual" (*id.*: 144).

(33)- Numa recensão a uma obra de Romero Ortiz de 1870, Teófilo Braga destacava que os estrangeiros acertam em geral em relação aos pontos de vista gerais sobre a literatura portuguesa, preferindo as sínteses (sincronismo, crítica comparativa) às análises de pormenor, dadas as dificuldades que tinham para estudar as obras particulares: "foi assim que Bouterweck, Wolf, Ferdinand Denis, Sismondi, vieram determinar as leis historicas da litteratura portuguesa." (1872a: 33).

Por outro lado, no seu *Manual* (1875) afirma que Bouterwek foi pouco considerado porque a sua obra fora publicada "numa época em que em Portugal se ignorava todo o nosso passado literário" (1875: 452-3). Por isso mesmo louva a sua obra quanto às apreciações gerais, à delineação das épocas históricas e às comparações com as correntes estrangeiras, o que, a seu ver, só um talento superior poderia realizar "quando mesmo em Portugal se

desconheciam os documentos do nosso passado literário" (1885: 397). Apesar de condenar em Bouterwek a tendência para "considerar a Litteratura portugueza como simples apendice da castelhana", Teófilo afirma "que a *Historia da Litteratura portugueza* foi fundada por Bouterweck em bases definitivas, enquanto aos contornos geraes. Da obra de Bouterweck derivaram outras historias litterarias, como a *Das Litteraturas do Meio dia da Europa*, de Sismonde de Sismondi (1813-29), em que aparece tratada n' esse quadro a Litteratura portugueza; e o *Resumo da Historia litteraria de Portugal*, por Ferdinand Denis, de 1826. Em 1816 a 1821 publicara Raynouard a *Colleção das Poesias dos Trovadores*, e tendo-se publicado em Paris em 1823 o *Cancioneiro da Ajuda* (Fragmentos de um Cancioneiro que se acha na Livraria do Collegio dos Nobres), Raynouard fez um rapido estudo sobre esse monumento inicial da Litteratura portugueza no *Journal des Sçavants* de 1825 (...), assignalando-se em 1830 os estudos de Frederico Diez. Este espirito historico dirigiu Garrett na compilação do *Parnaso lusitano*, publicado em Paris (1826) precedido de um *Bosquejo da Historia da Lingua e da Poesia portugueza*." (1903a: 106-7). E destaca ainda o estudo pioneiro de Herculano no *Repositório literário* (1834) (*id.*: 107).

Em "Autobiografia mental", coloca-se claramente numa posição pioneira, com a sua *História da Literatura Portuguesa*: "Estava por criar esta nova fôrma historica; porque, verdadeiramente, os esboços de Freire de Carvalho, Costa e Silva e José Silvestre Ribeiro estão adstrictos á mais opaca rhetorica; as tentativas de Bouterweck, Sismondi e Ferdinand Denis são falhas de informações, anteriores á descoberta dos nossos preciosissimos monumentos litterarios." (1903: XLII). No entanto, destaca a intuição dessa necessidade no *Bosquejo* garrettiano e no artigo de Herculano de 1835 publicado no *Repositório Literário*, que de certo modo aludia a três épocas na história literária nacional (Idade Média, Renascimento, Romantismo) (*id.*: XLIII).

(34)- Diferente é a queixa de Borges de Figueiredo na quinta edição do seu *Bosquejo*, em que afirma ter cometido erros por ter seguido "os mal seguros passos d' um auctor estrangeiro, aliás illustre e amator das lettras portuguezas. Tropeçou elle: caimos ambos." (1862: viii). Como demonstrou Álvaro Rodrigues de Azevedo (1866), o estrangeiro illustre é Ferdinand Denis, e Borges de Figueiredo tê-lo-á mesmo, na opinião daquele crítico, plagiado. No entanto, se o seguiu quanto aos dados históricos apresentados, afasta-se dele por ter uma perspectiva clássica, contraposta ao romantismo denisiano.

(35)- Por isso, elogia o empenho dos espanhóis na publicação da sua literatura antiga e critica a incúria dos portugueses, que se traduzia no facto de os livros mais preciosos da literatura portuguesa estarem perdidos. Aliás, Teófilo afirma que não acreditava que, mesmo que fossem impressos, alguém os viesse a estudar (1873b: 105).

(36)- Mas Adolfo Coelho revela-se tão pessimista quanto Teófilo Braga quanto aos propósitos da sua empresa: "receamos bem que nenhum resultado pratico corôe os nossos esforços." Em Portugal, a influência e a consideração, afirma, não se atingem por meio da ciência e da lealdade (*id.*: 3).

(37)- Oliveira Martins usou este argumento para se defender das críticas que lhe foram feitas (1995 [1880]: 7).

IV.2.

(38)- Cf. Koselleck, 2000: 31-5.

Para Madame de Staël, em *De la littérature* (1800), cabia aos escritores e à literatura, numa lógica iluminista, a preparação da sociedade (instituições e legisladores) para a sua democratização, de modo a evitar situações violentas. A literatura, sobretudo a filosófica, devia conduzir à consolidação da democratização das luzes. Assim, dentro da linha iluminista que a Revolução Francesa consolida, tendia a ver como seu precedente o regime democrático da *polis* antiga, o "heroísmo político ateniense", "la figura o la profecía laica de un nuevo orden que progresaba hacia un destino de libertad y, sin embargo, necesitaba afianzarse en una anticipación pasada u originaria de tal destino." (Cuesta Abad, 1997: 144). Trata-se, no fundo, de interpretação supostamente secularizada, em que persiste (como no cristianismo) a "tentadora totalización figural de la historia." (*ibid.*).

(39)- Cf. Aguiar e Silva (1988: 542), Saraiva e Lopes (s/d: 694) e José-Augusto França (1993: 7, 575, 588).

(40)- Andrade Ferreira refere que no prólogo a "Amores de Ovídio" de Castilho "reina de certo uma intenção de polemica, em que a saudade dos *seculos aureos* exacerba o animo do illustre escriptor, e o dispõe para despedir não poucas frechas aos bardos da nova insurreição litteraria, que se têm desmandado no culto excessivo dos patriarchas da sua religião." (1872 [1860], I: 16). Castilho esperava que "No meio do estrepito dos *alaudes romanticos*, resoem novamente as lyras classicas." (*id.*: 17).

Por isso, segundo Luciano Cordeiro, Castilho foi um "arcade posthumo, por momentos disfarçado em *romantico*" (1869: 254), ou, nas palavras de Massaud Moisés, um "neoclássico oportunista" (2000: 200-1). Moniz Barreto é mais lacónico na exclusão de Castilho: "Garrett foi um artista, Herculano um poeta. Castilho foi um literato"; "Alguma coisa de artificial, acanhado e frio caracteriza as suas produções. O seu lirismo é apenas um pretexto para exercícios métricos ou manifestações oficiais."; "exerceu decerto uma acção deprimente na livre produção dos poetas do seu tempo." (s/d [1889]: 42-3).

(41)- "Moveram-nos a ella amor da patria que foi, dó da patria que he, sollicitude dos que n' ella viráõ depois de nós. (...) desencravado o mundo moral dos polos em que girou tantos seculos, revolvendo-se como em vertigem por espaços novos e desconhecidos e por entre luzes e trevas estranhamente misturadas, aneando sacudir de sobre si, como frenetico, todos os restos do passado, para se revestir de um porvir todo novo, sobrenadaremos nós, enquanto podermos, na assoladora e caudal corrente das novas cousas, alçando ainda com a mão fóra da agua, por que se não afoguem no esquecimento, os nossos Lusíadas, as lembranças, ao menos escriptas, de nossas magnificencias. Quadros formosos da Historia orem sequer a nua e estremecida Casa Portugueza." (1838: 4).

(42)- "É fácil mostrar o parallelismo em que marcharam. Os descontentamentos, as impaciencias, o perdimento dos respeitos, inspirado por uma pleiade de philosophos que tinha á sua frente um grande utopista cheio de coração e filho do povo, Rousseau, e um sabio elegante, cortezão, chegado á nobreza, escondendo os seus frios intuitos politicos em preceitos litterarios, armados sempre de finos epigrammas, Voltaire, geraram os proclamadores dos direitos do homem e dos demolidores da Bastilha; os demolidores da Bastilha geraram os defensores das fronteiras; os defensores das fronteiras geraram os apóstolos armados e os fundadores de republicas; os propagadores geraram

os delírios do *terror*, a abolição da divindade, do sacerdócio da razão e da guilhotina; os do *terror* geraram os *incríveis*; os *incríveis* geraram o império.

No *autem genuit* litterario os jograes, os cancionistas, os trovadores e pamphletistas geraram o classicismo, proclamação dos direitos das letras; d' aqui a demolição da Bastilha que se chamou Inquisição; depois do que, o classicismo gerou o romantismo, a defesa a todo o trance da democracia litteraria, a propaganda calorosa para a criação da livre escola; o romantismo gerou o materialismo e o materialismo o racionalismo, verdadeira época do *terror* para as almas que acreditavam n' uma consciente immortalidade. Depois veio o realismo, cuja critica não póde por enquanto fazer-se." (Ribeiro, 1879: 7-8).

(43)- Como conclui Margarida Vieira Mendes da análise de quase duas centenas de prefácios de obras poéticas desde 1860 a 1890, "Confundiam-se no imaginário dos escritores as séries política, ideológica e literária" (1980: 84).

Podem mesmo aplicar-se à história literária as observações de José Mattoso acerca da história em (de) Portugal:

"o historicismo puro não teve entre nós uma voga considerável. A nossa historiografia foi demasiado marcada por preocupações dominantes de outra natureza, que lhe imprimiram sempre um pendor demonstrativo ou ideológico. Depois de estar ao serviço do liberalismo, com Herculano, serviu para analisar o problema da decadência dos povos peninsulares com Oliveira Martins ou Costa Lobo, para fundamentar as posições anti-clericais ou de apologética cristã de vários autores, e como arsenal da ideologia nacionalística a partir de 1926. Raramente se encontram autores que pretendam uma descrição neutra do passado histórico" (1988: 51).

(44)- "Foi durante a época romantica que nasceu o gosto da nossa historia litteraria; o romantismo, com seu espirito nacionalista, creou os primeiros manuaes de historia da nossa litteratura e animou as investigações particulares e as reedições." (a Livraria Clássica dos irmãos Castilho e a Biblioteca Portuguesa de Mendes Leal) (Figueiredo, 1916: 132).

(45)- Como sublinha David Perkins, a taxinomização implica um raciocínio em círculo hermenêutico, na medida em que envolve um nome, um conceito e um cânone de obras abrangido por esse conceito (1992: 73). Assim, não se pode saber quais são os textos românticos sem ter um conceito de romantismo (*id.*: 113).

Em relação à literatura espanhola, José-Carlos Mainer considera que foi Bouterwek quem deu início ao reencontro entre a racionalidade neoaristotélica e o espírito nacional e telúrico, mediante o conceito de romântico, que nele designa um misto de fervor e fanatismo, de espírito cavaleiresco e de violência, de esplendor estético e de fraqueza intelectual (1994b: 33-4).

(46)- Cf. Figueiredo (1916: 214), Nemésio (1944: IX-XI), Jacinto do Prado Coelho (1944: 30; 1947: 253; 1969: 12), Pimentel (1991: 66), Moisés (2000: 213, 221) e Venâncio (1998: 15-8).

No entanto, como sublinha Maria de Lourdes Ferraz, "parece também evidente que a procura constante de explicitação ou resolução de uma tensão entre a poética tradicional e a nova ordem de valores da literatura se delinea a partir dos primórdios do Romantismo, negando de certo modo uma tradição que nos aponta como avessos à reflexão no campo das ideias literárias, esquecendo que a diferença portuguesa está antes no modo como essa

reflexão se explicita, em lugares não premeditados para o ensaio e numa recusa a uma formalização teórica que se teme, talvez, demasiado limitadora." (1997: 108-9).

(47)- No seu *Livro de Crítica*, Luciano Cordeiro queixa-se de que em Portugal a revolução liberal demorava a consumir-se e afirma que a arcádia e o classicismo persistiam, como em Castilho, que, "apesar da sua passagem pelo *romantismo*", "É um archade posthumo." (1869: 181-2).

Na sua *História do Romantismo em Portugal*, Teófilo Braga critica a "Sociedade dos Amigos das Letras" (1836) e a "Sociedade Propagadora dos Conhecimentos uteis" (1837) por tentarem "fazer resurgir o espírito nacional (...) por meios artificiaes, propagando a monomania dos livros portugueses do seculo XVI e XVII, a que deram o nome de classicos; estabeleceram um purismo affectado na lingua, renovaram archaismos e bravejaram contra a corrente dos gallicismos (1984a [1880]: 107). Nem Herculano nem Garrett escapam á crítica de Teófilo, por defenderem os clássicos.

(48)- Segundo Massaud Moisés, os membros da Geração de 70 "acabarão assumindo autênticas posições românticas, em que pese ao impacto das ideias novas, de sentido contrário, já então em circulação." (Moisés, 2000: 236). Deste modo, continua, o Romantismo, apesar da "contradição aparente entre o conceito de ideal, visivelmente romântico, e uma ideia de modernidade, fundada no progresso histórico, científico e filosófico, manter-se-á ao longo da hegemonia da geração de 70." (*ibid.*); "Na verdade, a produção teórica do último quartel do século XIX evidencia, no geral, o mesmo vínculo com a estética romântica." (*id.*: 237); "Vemos, pois, que o classicismo arcádico não morrera de todo, nem, menos ainda, o Romantismo." (*id.*: 239). Assim, "A liberdade total que se preconiza a seguir pode ser creditada ao ímpeto romântico que subjaz ao programa de Antero, ou antes, de toda a geração despontada nos anos 60" (*id.*: 248).

Aliás, António José Saraiva e Óscar Lopes defendem que "Na verdade, as escolas 'realistas' e 'naturalistas' sucedem às escolas 'românticas' no sentido restrito, mas pode dizer-se que o Romantismo, em sentido lato, as abrange a todas e só chega ao seu termo no final do século XIX, quando surge o simbolismo." (s/d: 687).

Para Alberto Ferreira, "a geração de artistas que se destaca entre 1860 e 1865 persiste no romantismo e de certa maneira o completa e continua." (s/d: 135); "a nossa literatura dos anos 60/65 é essencialmente romântica"; "a posição estética dos jovens revoltados é a sua rejeição de um *certo tipo de romantismo*." (s/d: 137).

Porém, é necessário ter em conta que o "Romantismo" deve ser entendido como uma "mega-período" (Aguiar e Silva, 1997). Nesta óptica, parece-nos também evidente que o classicismo perdurou muito para além da introdução do Romantismo em Portugal. Mas, se a Geração de 70 "venceu" definitivamente o prestígio do classicismo de Castilho, tal facto não significa que se tenha tratado de um conflito "retardado" entre clássicos e românticos.

(49)- Almeida Garrett afirma com frequência não ser clássico nem romântico, mas no "Prospecto para a edição das Obras Completas", que redigiu em 1839, declara que "se colocou (...) à testa de uma escola verdadeiramente nacional e independente; romântica nas ideias (...), clássica na linguagem." (1963: 600).

Herculano, sem rejeitar os clássicos, assume-se claramente como romântico, conceito que associa à destruição do sistema da "escola clássica" (1898 [1835]: 68) e à substituição da mitologia pagã pela cristã: "Diremos

sómente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma litteratura sua, sem comtudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia" (*id.*: 69). Aliás, Herculano considera que a nacionalidade e o cristianismo eram os caracteres distintivos do arte moderna, e em particular do teatro (1898 [1841]: 137, 188 e 191).

Segundo Rebelo da Silva, "Para uma obra viver mais do que a reputação contemporanea do auctor, é indispensavel enraizal-a nas affeições populares, e dar-lhe aquelle verniz de elegancia castigada, que foi o segredo da conservação dos primores da litteratura grega e romana." (1910 [1855], II: 176; cf 1909, II: 97-9).

(50)- Paolo d' Angelo, 1998: 35-7. Cf. Escarpit (1958: 1769), Rohou (1996: 5-6) e Aguiar e Silva (1997: 488).

(51)- Cf. F. de Figueiredo (1916: 111).

Segundo O. Lopes e A. J. Saraiva, "A expressão teórica do Romantismo esboça-se em alguns dos artigos de Herculano publicados no *Repositório Literário* (1834-5), onde se divulgam algumas ideias do Romantismo alemão, sobretudo de Frederico Schlegel, e continuados com artigos do mesmo Herculano sobre teatro medieval e folclore no *Panorama* de 1837 a 1840." (s/d: 695).

(52)- Três décadas e meia depois, Andrade Ferreira ainda destacava a ausência de "um corpo de doutrina em que o conhecimento das theorias, o exame dos generos, e o estudo dos modelos não seja um mero apparto de vã erudição, e isto partindo de um certo fundamento de moralidade, sem dogmatismo, mas recta, immediata, applicada" (1872, II: 8).

Moniz Barreto proporá a objectividade da crítica apoiada num conjunto de regras e na Psicologia e na História, de modo a conhecer a "alma humana": "já vimos que a obra literária é uma expressão da Vida. Logo, uma obra literária deve valer ou não conforme exprime ou não exprime fielmente os vários aspectos ou o conjunto da Vida. Logo, uma obra literária valerá mais ou menos conforme a exprimir nos seus aspectos mais ou menos profundos. Assim, por exemplo, no domínio da Poesia lírica valerá mais o poeta que exprimir as emoções intensas e as paixões permanentes que animam ou determinam a vida." (s/d [1889]: 22-3).

(53)- Herculano critica os modernos que reduzem a poesia à imitação do belo, confundindo-o com o bom (v.g. Bonald) ou com o útil (Diderot) (*id.*: 44-5) e ampara-se em Kant para afirmar que o sentimento do belo é desinteressado e não carece de ser acompanhado da sua existência real (*id.*: 45-7). Na quinta das suas "Cartas sobre a História de Portugal", defende que a historia "como toda a sciencia humana, deve ter uma causa final objectiva, ao contrario da arte, que por si mesma é causa, meio, e fim da sua existencia" (1881 [1842]: 135-5).

Teófilo critica este ensaio de Herculano, que considera um "temerario esforço de querer philosophar sobre arte" (1984a [1880]: 105; cf. 100-5).

(54)- "Os dois actores do primeiro romantismo português estavam separados por um fosso que um mal-entendido ideológico não consegue explicar totalmente. Herculano-liberal e Garrett-democrata não são mais que duas ideias duma história polémica. A sua oposição era muito mais profunda e mais interessante, pois referia-se a maneiras de estar no Mundo - e no mundo nacional em primeiro lugar." (França, 1993: 583).

"Ideologicamente, o primeiro Romantismo português exprime nas suas origens um compromisso. Herculano diz-se liberal, mas antidemocrático"; "Tanto ele como Garrett idealizam uma camada média proprietária que seria a base das instituições"; "Garrett serve um governo de esquerda (Setembrista), mas representa dentro dessa breve ascensão política da pequena burguesia a tendência, que por fim prevalece, de recuo até às posições liberais conservadoras" (Saraiva, Lopes, s/d: 695-6); "Politicamente, Herculano alinhava no partido cartista ou conservador, embora na sua ala esquerda" (*id.*: 738); "Em resumo, pode afirmar-se que Herculano foi, na sua obra polémica e doutinal, o mais legítimo representante da teoria jurídica, económica e social do Liberalismo, embora, apesar disso, ou até talvez por isso mesmo, se encontrasse em luta com as instituições que no nosso país vieram a resultar da instauração do novo regime." (*id.*: 754).

(55)- "Quem não tem olhado senão á superficie da nossa literatura, quem cego do brilho classico (...) - não crê, não suspeita, hade ficar maravilhado de ouvir dizer, como eu quero dizer e provar no presente trabalho, que ao pé, por baixo d' essa aristocracia de poetas, que nem a viam talvez, andava, cantava, e nem com o desprezo morria, outra litteratura que era a verdadeira nacional, a popular, a vencida, a tyrannizada por esses invasores gregos e romanos, e que a todos os esforços d' elles para lhe oblitterarem e confundirem o character primitivo, resistia na servidão com aquella fôrça de inercia com que uma raça vencida resiste a igual impenho de seus conquistadores que lhe usurparam a dominação, e que, seculos e seculos depois (...) reagem fortes (...) e extirpam muitas vezes, mas geralmente se contentam de avassallar, os seus antigos oppressores.

É a historia de todos os povos, e por consequencia de todas as litteraturas" (1853: XXIV-XXV).

(56)- Neste prefácio de V. Hugo estão presentes o conceito romântico de literatura e a forte articulação entre a revolução política e literária: "Le romantisme tant de fois mal défini n' est, à tout prendre, et c' est là sa définition réelle, si l' on ne l' envisage que sous son côté militant, que le *libéralisme* en littérature. Cette vérité est déjà comprise à peu près de tous les bons esprits, et le nombre en est grand; et bientôt, car l' oeuvre est déjà bien avancée, le libéralisme littéraire ne sera pas moins populaire que le libéralisme politique. La liberté dans l' art, la liberté dans la société, voilà le double but auquel doivent tendre d' un même pas tous les esprits conséquents et logiques" (1971 [1830]: 30); "la liberté littéraire est fille de la liberté politique. Ce principe est celui du siècle, et prévaudra. Les *Ultras* de tout genre, classiques ou monarchiques, auront beau se prêter secours pour refaire l' ancien régime de toutes pièces, société et littérature." (*id.*: 30-1); "A peuple nouveau, art nouveau."; "Cette voix haute et puissante du peuple, qui ressemble à celle de Dieu, veut désormais que la poésie ait la même devise que la politique: TOLÉRANCE ET LIBERTÉ." (*id.*: 31); "Qu' à une littérature de cour succède une littérature de peuple, cela est mieux encore; mais surtout qu' une raison intérieure se rencontre au fond de toutes ces nouveautés. Que le principe de liberté fasse son affaire, mais qu' il la fasse bien. Dans les lettres, comme dans la société, point d' étiquette, point d' anarchie: les lois. Ni talons, ni bonnets rouges.

Voilà ce que veut le public, et il veut bien." (*id.*: 32).

(57)- Há em Portugal um profundo conflito em torno da identidade nacional que se trava desde o início da sua construção como Estado-nação moderno, com a revolução liberal, que resulta da luta pela legitimação histórica travada pelos liberais da primeira geração e os defensores da monarquia absoluta. Aqueles centram-se na visão herculaniana duma Idade Média idealizada, onde teria reinado a liberdade, e na busca garrettiana do espírito popular

na nossa poesia primitiva. Ao contrário, estes radicam as origens da tradição nacional a partir da emergência da Monarquia Absoluta, exaltando a mitologia imperial e o ciclo da epopeia.

(58)- "Carta aos Autores do Opúsculo Acerca da Origem da Língua Portuguesa", 1963 [1841]: 515.

(59)- Teófilo condenou as reconstruções artísticas da poesia popular de Lockhart, Percy, Ellis, Rodd e Garrett, por desvirtuarem a sua rudeza e espontaneidade (1870: 350-1; 1872: 33-4; 1896: 369).

(60)- No período rousseauiano a ideia de que a natureza é um livro superior aos outros penetrou na teoria poética. E. Young, nas suas considerações sobre a composição original (1759) dizia que Shakespeare conheceu a fundo o livro da natureza e do homem e R. Wood (1769) afirmava que Homero só estudou o livro da natureza. Segundo Jakob Grimm, a poesia da natureza era como um livro vivo (Curtius, 1976: 456-7).

Seguindo esta imagem, A. P. Lopes de Mendonça diz que Garrett "estudou a vida no grande livro do mundo" (1849: 249); "Aqui tudo está no seu lugar - tudo é natureza e verdade." (*id.*: 251).

(61)- Para esta articulação, cf. Szégédy-Moszák, 1991: 392; "Canons play a major role in creating the identity, legitimacy, and self-image of communities." (*id.*: 386).

(62)- Cf. J. P. Coelho (1970), M. L. Belchior (1980), A. Quadros (1989) e C. Berardinelli (1997).

(63)- Cf. Rebelo da Silva, 1910 [1843], II: 49-59; 1909 [1849], III: 83-105; 1909 [1855], II: 74.

(64)- "Rousseau começava a abrir as portas á famosa catastrophe de 1789, illuminando com a eloquencia a apologia do paradoxo e a defesa das verdades sociaes" (*id.*: 157); "A arte divulgada, e juntamente nobilitada, tinha de direito as suas entradas na Bastilha, nos toucadores e nas salas. Depois da ovação de Voltaire os poetas gloriavam-se de guiar os reis e os povos, meneando um palmito de flôres. Os ideologos negavam a immortalidade, a lei revelada e a aspiração do infinito, propagando a theoria das sensações."; "Tudo se desmembrava e dissolvia!"; "O despotismo da monarchia suppozera o contrario" (*id.*: 158).

(65)- Cf. 1849: 15; 1855: 2-3, 36-41; 1857: 2-3; 206-7.

Em relação à importância do cristianismo, Lopes de Mendonça acaba por seguir de perto a lição de Herculano, que valoriza o Mosteiro da Batalha como um "poema de pedra" que traduz "o duplo aspecto, sob o qual se ergue a nossa nacionalidade, pelas crenças religiosas, e pela fé, pela gloria, e pelos combates"; "A Batalha é a imagem de uma nacionalidade constituída, e que se sente robusta e potente. O poema de letras falla a alguns homens, o poema de pedra falla a um povo inteiro." (Mendonça, 1857: 5-6). No entender de Lopes de Mendonça, "Antes da descoberta da imprensa, o pensamento colectivo, o sentimento nacional só se podia revelar pelo monumento de pedra. A Batalha exprime todos os caracteres da nossa individualidade - tudo quanto a nação acreditava e sentia, tudo quanto havia sido, tudo quanto tentava ser. É a idéa, e a acção; é a religião, e a victoria; é a lei viva da nacionalidade consubstanciando-se na monarchia popular, gerada na revolução, e firmando-se pela projecção heroica de uma vontade immensa." (*id.*: 6); "A Batalha abrange tambem em si, na sua elegante e singela

construção, todas as aspirações nacionaes, no momento solemne em que a nossa unificação politica se consolida e se completa." (*id.*: 7).

(66)- Cf. 1849: 122, 131, 265-6, 270, 301-3, 330-2.

(67)- Na prática, acrescenta mesmo alguns estudos novos de teor exclusivamente político: comenta a "conversão" ao neoliberalismo de António de Serpa (1855: 288-90), a economia política de Oliveira Marreca (*id.*: 349-69) e critica o partido progressista (*id.*: 333-41).

(68)- "Se as dissensões e movimentos politicos promovem indirectamente o estro poetico, é certo tambem que perturbam as evoluções litterarias, que carecem de favor administrativo.

É o que explica os lentos e quasi insensíveis progressos do theatro." (1855: 175).

"O drama não pôdia nascer como formula completa, senão depois da grande revolução, que proclama a igualdade dos homens perante a razão, como o christianismo havia estabelecido, a igualdade dos homens perante Deus.

O drama, representando o homem intimo dominado pela paixão, pelas idéas, revelado no foro intimo da consciencia, affirmava implicitamente todas as aspirações da liberdade." (*id.*: 206).

(69)- Cf. António Salgado Júnior (1992: 233).

(70)- No seu entender, "estas ordens de factores correm parallelas, e as revoluções politicas, quando são o resultado natural de um principio fecundo que fermenta no seio da sociedade e inflamma os animos, são sempre precedidas de obras litterarias percursoras da acção lenta e progressiva dos espiritos, e depois seguidas de obras mais completas, que explicam e caracterizam os proprios movimentos revolucionarios." (*ibid.*); "A transformação politica de 1834 produziu o seu effeito natural nos espiritos e na litteratura, porque estes movimentos correm sempre parallelas, ou são o corolario uns dos outros, quando agitações radicaes abalam as sociedades." (*id.* [1862], II: 182).

(71)- Em artigo de 1859 consagrado a Rebelo da Silva, explicita este enquadramento europeu do romantismo português, em paralelo com o triunfo dos princípios liberais e a inspiração nacional: "Este movimento excitado pelo ancioso desejo de elevar o ideal da natureza humana, abatido e aviltado pelas glorias militares de Napoleão" (1872, I: 45). Com Manzoni, Scott, Byron, Hugo, Musset e o Duque de Riba, Garrett partilhou "a alma e o fogo d' esta familia ideal, correu a alistar-se em volta do estandarte de tão grande revolução litteraria." (*ibid.*). Herculano, Costa e Silva e Castilho, "Aceitando a doutrina de que as artes devem de ser a expressão das intimas e verdadeiras impressões da alma, e sentindo inflamar-se-lhes a phantasia com a leitura dos melhores escriptos de Goëthe e Schiller", "todos estes homens se empenham, "esforçando-se por imprimir á litteratura patria um cunho de nacionalidade que havia perdido desde fins do seculo XVI." (*id.*: 45-6); "Esse sentimento era o amor das nossas cousas", "e que entre nós se converteu n' um desejo constante e geral de fazer ressuscitar as nossas tradições patrioticas e os melhores modêlos da litteratura nacional."; "Era um nobre e fecundo pensamento que desabroxava ao sol de uma luminosa éra litteraria. Em roda tudo refulgia esperanças, incitamento e vida." (*id.*: 48).

(72)- Cf. 1872 [1859], II: 60; *id.* [1860], II: 65-6.

Para Andrade Ferreira, a poesia e tradições populares da nação, na sua existência secular, persistiam entre o povo simples e humilde das aldeias portuguesas, pelo que também acredita que ele é um "livro vivo" da poesia nacional (1872 [1860], II: 70-1).

(73)- A. P. Lopes de Mendonça considera Garrett o chefe e o modelo da nova literatura (1849: 35), "uma nacionalidade que ressuscita" (*id.*: 36) e que "há-de fundamentar de vez a poesia nacional." (*id.*: 38). Cf. 1855: 79-80.

Ernesto Biester, ao comentar a obra de Mendes Leal, também exalta Garrett: "cada uma das obras d' este, sem restrição do genero, constitui um bom modelo para a nova geração. Coube-lhe esta gloria digna do genio, e soube ganhá-la. As letras devem-lhe muito, - o theatro tudo." (1856: 41).

Por sua vez, Mendes Leal, no elogio histórico a Garrett proferido na Academia Real das Ciências de Lisboa, salienta o seu carácter representativo (1862 [1858]: 2) e o seu papel de fundador da regeneração literária (*id.*: 7). Para além de enfatizar o seu papel na democratização da literatura, considera o *Frei Luís de Sousa* "uma das glorias monumentaes da nação." (*id.*: 9).

(74)- Fidelino de Figueiredo procura criticar a habitual associação do Romantismo à revolução liberal, que conduzia Teófilo a traçar uma perspectiva diacrónica do romantismo marcada pelas revoluções políticas (1916: 159). Fidelino de Figueiredo afirma que "só pela transformação politica nunca se chegaria ao romantismo"; "O que deu o romantismo extreme, aquelle gosto litterario bem caracterizado, foi a evolução litteraria pela iniciativa de alguns escriptores audazes, pois existe, umas vezes como effeito, outras tambem como causa de phenomenos sociaes, uma continuidade litteraria innegavel." (*id.*: 160). Por isso, critica a caracterização política de Teófilo Braga:

"Para elle o romantismo português dura de 1824 a 1847, datas politicas; e o ultra-romantismo de 1847 a 1865, datas tambem de significação politica.

Os factos demonstram que não ha esta separação em dois periodos, factos literarios e não politicos" (*id.*: 162).

(75)- Fidelino de Figueiredo critica Teófilo por omitir os nomes de Castilho, Ramalho, Guerra Junqueiro, Teixeira de Queirós, Lourenço Pinto, Luís de Magalhães, Gomes Leal e Adolfo Coelho, só mencionando os escritores que lhe eram simpáticos, como João de Deus, e na medida em que se julgava o chefe dessa geração (1916: 162-4). Por outro lado, considera que menospreza Antero e Oliveira Martins e só refere Eça para afirmar que foi pena não se ter convertido ao positivismo (*id.*: 165-6). Em suma, refere-os para destacar a sua posição e nesse âmbito as questões pessoais e políticas distorcem a sua visão: "Desde Herculano para cá, incluindo já o proprio Herculano, o sr. T. B. perde a serenidade moral e politica- porque a obra passa a ser tambem pamphleto anti-dynastico, ainda que pareça estranho"; "Os seus juizos criticos sobre Herculano, Oliveira Martins e Anthero de Quental são desforras de amôr proprio mal ferido; o que profere sobre João de Deus é uma retribuição, verdadeiramente." (*id.*: 157). Com efeito, a solidariedade de Camilo e de João de Deus aquando da morte dos filhos levam-no a "reabilitar" Camilo e a incensar João de Deus, colaborando no seu 65º aniversário em 1895 (Homem, 1988: 70).

O que Teófilo afirma na *História do Romantismo* (1880) não passa, por isso, de uma mal sucedida preterição:

"A dificuldade de escrever a *Historia da Litteratura portugueza moderna* não está em manter a imparcialidade no juizo que se emitta sobre cada escriptor; para isso, basta ter sempre presente que se dá uma prova de probidade diante do tempo que julga todos, para não ousar fazer da historia um tribunal de ressentimentos pessoases." (1984a [1880]: 9).

(76)- Antes da fase positivista, Teófilo considerava que o seu estudo histórico foi o complemento científico (pelo estudo da tradição nacional) do renascimento nacional dos românticos (1870: 352; 1872: 82-3; 1875: 456-7; 1896: 369-70; 1903a: 33-4) e que a sua poesia consistiu numa evolução do romantismo, pela aliança entre a poesia e a filosofia (1872: 83).

(77)- "Segundo a visão da história do republicanismo, o devir é movido por uma entidade omnipresente -o Povo- cuja vocação democrática foi durante séculos abafada pelo domínio dos poderosos. As grandes revoluções (1383, 1640, 1820, 1836, 1847) são vistas como irrupções precursoras daquela tendência que o ideal republicano iria finalmente realizar. Neste horizonte, o 31 de Janeiro de 1891 só podia aparecer como o último fracasso da aventura épica e vitoriosa do 5 de Outubro de 1910." (Catroga *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 115). Assim, "o futuro não seria mais do que a floração da índole nacional, traduzindo, porém, uma índole de vocação democrática que já estaria potencialmente presente desde os primórdios da nacionalidade." (*id.*: 107).

O conceito de soberania nacional de Teófilo está bem explícito no discurso que proferiu em 1911 perante a Assembleia Nacional Constituinte: "o povo, a Nação, somos todos nós em conjunto; é o operário, é o proprietário, tudo isso é o que representa o povo e constitui a Nação... Esse conjunto todo representa a Nação, na consciente solidariedade territorial e etnológica. Todos nós, do mais elevado lugar ao mais baixo mister, fazemos parte da Nação, e portanto somos o povo, a soberania dessa Nação, que a cada um garante a igualdade civil e a liberdade política." (*apud* Homem, 1998: 277).

(78)- Cf. 1870: 348; 1896: 366; 1905: 493-4.

(79)- Outro paralelismo político-literário está presente na ideia de que o Romantismo restituiu "ao povo mais culto da Antiguidade a Epopêa da sua unidade nacional", do mesmo modo que a Revolução trouxera o reconhecimento dos Direitos do Homem (Braga, 1905: 494). Além disso, se o interesse pelos cantos populares precedeu o Romantismo, este, por sua vez, "deveu o seu maior impulso às revoluções do liberalismo. Esta simultaneidade também aparece em Portugal" (*id.*: 496). Como anota a propósito de Garrett, "A todas as tranformações sociaes correspondem novas manifestações na arte e na litteratura (...). Ás epocas do passado absolutismo monarchico competia uma arte espectacular encobrando com a riqueza a falta de inspiração, e uma litteratura tão adstricta ás regras academicas como a vontade individual estava supplantada pelo arbitrio real. Quando as nações modernas da Europa fizeram o processo do cesarismo, e basearam o regimen civil sobre o accordo das cartas constitucionaes, existiu uma elevação da consciencia da dignidade humana; as litteraturas modernas exprimiram esse estado dos

espíritos, e separadas nas suas fórmulas das litteraturas classicas, receberam um nome significativo, que as distingue - o *Romantismo*." (1881a: 382).

(80)- Fidelino de Figueiredo, ao contrário de Herculano e de Teófilo, valoriza a Renascença com uma apreciação política de teor contra-revolucionário:

"É este auctor de uma obra de historia litteraria (...), quem, uma vez ao menos de accordo com Herculano, vem dizer-nos que a epoca da renascença foi uma epoca de desnacionalização, sem querer reparar que foi nessa epoca que o genio das nacções modernas se revelou superiormente. Nesta opinião ha tambem *preconceito politico*, porque o auctor foi sempre presa da *illusão democratica*: a epoca classica não podia ser-lhe sympathica porque representava a obliteração, pelo menos, o relego para um plano inferior das formas litterarias populares e, politicamente, trouxe comsigo o engrandecimento do poder real." (1916: 158; itálico nosso).

(81)- "Como das luctas communaes e burguezas do seculo XIII, depois de annullado o feudalismo, se decaiu no cesarismo do seculo XVI, no absolutismo do seculo XVII, no despotismo do seculo XVIII, até que a Revolução veio sacudir este pesadello de morte, affirmando a independencia da sociedade civil e generalizando as immunidades locaes da communa na *Declaração dos Direitos do homem*, eis uma tenebrosa solução de continuidade, que consiste por si o trama da historia moderna, e que influiu profundamente no modo de desenvolvimento das litteraturas. Desde que os dialectos romanicos receberam fórmula escripta, até que o Romantismo se servisse d' elles para exprimirem conscientemente as características nacionaes, e o espirito da nova civilização que os produziu, houve um profundo esquecimento da Edade Media, que durou seis seculos, e em que as litteraturas da Europa se exerceram em falso, imitando as obras da cultura greco-latina, porque não se inspiravam das suas origens tradicionaes, onde encontrariam uma natural fecundidade, bem como o seu destino social." (Braga, 1984a [1880]: 11); "Expôr as causas que levaram a Europa a esquecer-se das suas relações da Edade Media, como conseguiu descobri-las, comprehendel-as e renovar n' esse conhecimento as suas instituições politicas, litterarias e artisticas, tal é a ideia geral, que julgamos indispensavel para a intelligencia da Historia do Romantismo em Portugal." (*id*: 15).

"Em todos os paizes da Europa appareceram simultaneos e solidarios os dois movimentos, o do Romantismo visando á expressão do *genio nacional* nas Litteraturas, e o do Liberalismo ou o principio da *soberania nacional* na Politica. (...) As Litteraturas procurando libertar-se da auctoridade das fórmulas classicas, naturalmente serviram de expressão a um novo ideal." (1903a: 42; cf. 10).

(82)- Teófilo viria a fixar em quatro períodos a "evolução morfológica" do romantismo: **proto-romantismo** (do *Sturm und Drang* e do exotismo dos enciclopedistas); **romantismo religioso** (emanuéllico ou cristão e feudal ou cavaleiresco) da reacção católico-feudal; **romantismo liberal** (germânico ou inglês, de M.me Staël e Garrett), que se opôs à Santa Aliança; **ultra-romantismo** (individualismo anárquico e depressão sentimental) dos satânicos ou pessimistas e dos melancólicos (lakistas e obermanistas); **dissolução do romantismo** (erudição crítica e disciplina filosófica) por parte dos realistas, naturalistas e positivistas (1903a: 65).

(83)- Cf. 1984a [1880]: 93-4, 106, 114.

(84)- A caracterização que Teófilo Braga faz da personalidade e da obra de Garrett até à *História do Romantismo* (1880), e nesta obra em particular, é extremamente negativa, mudando radicalmente desde *As Modernas ideias* (1892), pelo que estamos na presença de duas imagens antagónicas.

Por um lado, na *História do Romantismo em Portugal* desvaloriza toda a sua obra, com excepção do *Frei Luís de Sousa* e das *Folhas Caídas* (1984a [1880]: 199, 216 e 220). Do *Camões* diz ser descolorido, teatral e sem imaginação (1872: 82; 1984a [1880]: 183-4), e em relação ao *Auto de Gil Vicente* afirma que não tem valor, para além de achar que o facto de não mencionar a edição das obras de Gil Vicente por Barreto Feio e Gomes Monteiro foi um acto "criminoso" (1984a [1880]: 169). Quanto ao seu trabalho à frente do Conservatório Real, afirma que apenas conseguiu "Afervorar o respeito á ideia monarchica" (*id.*: 258). Uma das críticas mais persistentes refere-se ao facto de ter "retocado" os romances populares, "falsificando" as tradições populares (1870: 350-1; 1875: 455-7; 1984a [1880]: 165, 196; 1896: 369).

Por outro lado, acusa Garrett de vaidade "feminil", superficialidade intelectual e ambição de poder e distinções (1871: 93; 1984a [1880]: 122, 149, 170, 194, 216 e 220), chegando a afirmar que encarou o exílio como uma excursão, que a sua obra literária foi um "acidente", uma pura distração (1984a [1880]: 123, 200, 221), e que foi "arreatado" inconscientemente pelo romantismo (*id.*: 178-9). Em termos políticos, acusa-o de admirar Palmela e de fazer concessões às suas convicções sobre a soberania nacional para poder ser ministro e visconde durante a Regeneração (*id.*: 212).

(85)- "Já na transformação politica da nação portugueza, do absolutismo para o constitucionalismo, foram tambem os litteratos que cooperaram n' essa renovação social os que melhor comprehenderam a renovação esthetica ou sentimental do Romantismo, de que foram os iniciadores, como Garrett e Herculano. Era uma éra nova destinada a crear uma geração fecunda; porém, a obliteração do sentimento de patria, nas reacções palacianas de 1842, de 1847 e 1851, e nos successivos ministerios de resistencia desde 1890, explica sufficientemente a degradação dos caracteres e o imperio das mediocridades. Todos estes phenomenos staticos são solidarios, e embora independentes da vontade individual podem ser perturbados dando em resultado todas as fórmias mais ou menos patentes da decadencia de uma civilisação." (1896: 172-3).

(86)- Teófilo elogia Herculano até 1871 (cf. 1870: 345; 1870a: 314; 1871: 93), e depois apenas valoriza o seu labor historiográfico (cf. 1984a [1880]: 249-53, 272-5). A alteração de posição relativa a Herculano deve-se à atitude deste perante o encerramento das *Conferências do Casino* e à crítica que fez à sua teoria do moçarabismo (cf. V.2). Uma vez que Teófilo não completou a parte final da *Recapitulação*, referente ao Romantismo, apenas podemos deduzir que não alteraria profundamente a sua perspectiva pela carta que enviou ao seu editor, na antevéspera da sua morte: "Entreí logo no exame do material que se seguia: *Alexandre Herculano e o Romantismo religioso*" (*apud* Neves, 1934: 465).

Na sua animadversão por Herculano, vai ao ponto de afirmar que "era um empregado de D. Fernando" (1905a: 661) e que se recusou a escrever uma obra sobre Garrett devido a essa dependência: "não podia fazer a apothese de um septembrista" (*ibid.*).

Numa clara resposta a Teófilo, Pinheiro Chagas procura refutar a caracterização que ele faz do romantismo de Herculano, sublinhando a sua concepção do Renascimento como repressão da "democracia" medieval (Chagas, 1892: 12-3, 16).

(87)- Cf. 1896: 357-63, 428-9; 1903a: 50-3, 58.

(88)- Cf. 1984a [1880], I: 283-7; 1905a: 424, 521, 604-5.

(89)- Só quando "Portugal proclamou a *soberania nacional*, repellindo o protectorado inglez, é que um sentimento novo acordou o genio de um joven poeta Garrett, que procurou dar-lhe expressão na litteratura. (...) Toda a sua obra esthetica acompanha esta revivescencia politica, e assim se achou soffrendo e batalhando pelo liberalismo e sendo o iniciador do Romantismo em Portugal." (1903a: 47). Comprovava-se assim que "Em todos os povos onde se deu a renovação litteraria do Romantismo, vêmos o espirito nacional despertado pela nova concepção esthetica influido na commoção politica, suscitando os esforços para a liberdade." (*id.*: 49).

(90)- "Eu mesmo me penitencio porque no livro *Garrett e os Dramas Romanticos* publicado em 1871, e ainda na primeira parte da *Historia do Romantismo em Portugal*, de 1880, estudando com interesse a obra do genial iniciador em um quadro synthetico, fui irreverente reproduzindo alguns traços caricatos recebidos da tradição inconsciente." (1905a: 665-6); "Penitencio-me por tel-o accusado de falta de criterio historico e philosophico para saber respeitar na sua integridade estas venerandas reliquias da tradição de um povo." (1905b: 93).

(91)- Segundo Teófilo Braga, "a Obra de Garrett brilha como um fôco intenso de sentimento nacional. Póde-se dizer com verdade; assim como Camões manteve com os *Lusiadas* o fogo sagrado da independencia de Portugal sob a dominação castelhana, a obra de Garrett é uma energia que impede a decomposição da nacionalidade portugueza sob o regimen politico que a degrada. Uma mesma missão irmana os dois genios, como representantes e palladios de um povo." (1905b: 109-10; cf. 1905a: 675-7).

(92)- Numa primeira fase, como veremos (V.2), Teófilo defendia que a literatura portuguesa tinha falta de originalidade devido à opressão do elemento nacional e popular (moçárabe) pela aristocracia latina (1870: 3, 8-9, 13 e 76).

(93)- Cf. 1994 [1885], I: 65, 70. No entanto, como observa João Leal, "nos anos 1870 e 1880, a cultura popular é vista como um universo formado quase exclusivamente pela literatura e tradições populares."; "a imagem da cultura popular predominante neste período é uma imagem eminentemente textual." (2000: 41).

(94)- "A parte vital para a criação das Litteraturas e da Arte moderna, determina-se entre as classes populares, em que persistiram os residuos poeticos dos seus polytheismos, bretão, celtico, gaulez, germanico e normando-scandinavo, e se manifestaram em rudimentos estheticos logo que se crearam costumes estaveis. É por este criterio historico que se analisa a Edade média nos seus elementos fundamentaes, deduzindo a disciplina das Litteraturas das

suas origens *tradicionaes* e do seu destino nacional, em conflicto com o espirito *latinista*, auctoritario ou classico, mantido pela Igreja e pela Realeza." (1903a: 70).

Na Idade Média tinham-se criado as línguas e as nacionalidades modernas, as indústrias e o trabalho livre, "novas fórmulas de arte e de poesia dando symbolos á religião popular, a moral domestica e a independencia individual, uma energia organica, em contraposição com a *apathia mystica*" (*id.*: 86).

(95)- "Na evolução do Romantismo em Portugal, ficaram definidas as iniciativas de Garrett e de Herculano, deduzindo-se d' este quadro o que faltou para que ella fosse completa. Depois da renovação das fórmulas litterarias e dos themas tradicionaes e historicos da nacionalidade, faltou a criação da Historia da Litteratura portugueza, e de uma base critica e theorica resultante de uma concepção positiva da Esthetica; bem como a idealisação artistica universalista. Sómente depois da incongruencia do Ultra-romantismo, e no isolamento do meio pedantocratico, é que foi tentado este complemento de um cyclo intellectual e socialmente tão importante." (1903a: 121).

(96)- Apesar de destacar Garrett e Herculano, Luciano Cordeiro inclui no romantismo os depois designados ultra-românticos (1869: 204-7), integrando no mesmo período a "Escola de Coimbra", liderada, a seu ver, por Teófilo, que considera que "vale tanto ou mais do que Garrett" (*id.*: 208-10), aproveitando para, na sequênciada Questão Coimbrã, fazer uma crítica impiedosa à "escola do elogio mútuo" e à "litteratura oficial" (cf. 220-40), e em particular a Castilho, um "arcade posthumo, por momentos disfarçado em *romantico*" (*id.*: 254; cf. 254-84).

Para Sampaio Bruno, Teófilo é o autêntico sucessor de Garrett: "Na variedade das suas aptidões e na complexidade convergente dos seus esforços, Theophilo Braga fica, pois, uma figura tão extraordinaria e potente que, no moderno Portugal, para reencontrar alguma coisa semelhante, temos de recorrer ao só confronto d' esse colosso que se chamou o visconde Garrett." (1886: 105).

Segundo Sampaio Bruno, inspirando-se em Teófilo, o poder espiritual de Herculano não serviu uma nacionalidade que o venerava (*id.*: 103), e foi Teófilo quem, trabalhando incansavelmente e com zelo apostólico, numa época decadente e "N' uma terra de madraços", propôs a reforma do país (*id.*: 103-4), tendo em vista "incutir-lhe a salutar confiança nos seus destinos vindouros." (*id.*: 102-4).

(97)- "Mas o quadro das *Modernas Ideias na Litteratura portugueza* acha-se incompleto porque n' elle não se define a parte capital que cabe á actividade fecundissima de Theophilo Braga. Não quiz o eminente escriptor relatar o seu esforço de tantos annos consecutivos; decerto não se encontraria á vontade, fazendo-o. É a preencher essa lacuna que se destina, tanto quanto o permitem as nossas forças, este livro, a que demos o titulo de *Theophilo Braga e a sua Obra*." (Bastos, 1892: V).

"De todos os obreiros d' esta transformação mental, um dos mais incansaveis e porventura o que mais tem contribuido para o levantamento da actual geração, que, sendo um dos fundadores da poesia moderna, foi tambem um dos que primeiro empregou em Portugal os novos processos criticos e sociologicos, na sua importante *Historia da Litteratura portugueza*" (*id.*: 126-7; cf. 26-7, 265-6).

Relativamente aos outros membros da Geração de 70 afirma, como Teófilo, que depois se inutilizaram na bohemia litteraria, na indolencia mystica, no isolamento da provincia ou no parasitismo official." (*id.*: 6). Aliás, traça o percurso da "Escola de Coimbra" à imagem de Teófilo e opõe a fase poética e metafísica de Coimbra (desde

1865) aos trabalhos históricos desenvolvidos no Porto (desde 1868), para vincar depois que à indisciplina metafísica das Conferências do Casino se seguiu a filosofia positiva, que gerou a crítica científica e a aspiração revolucionária (*id.*: 202).

Fran Paxêco, na obra sintomaticamente intitulada *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo* (1917), para a qual a contribuição de Teófilo não foi pouca ("Das suas alumiadoras respostas, haurimos esplendidos elementos", p. 2), extrai de modo claro a "moral da lição" que Teófilo reivindicava: "Da geração que faliu, e dos demolidores do Liberalismo, que apostataram, só Teófilo *foi até ao fim.*" (1917: 333).

3. A delimitação das fronteiras culturais

3.1. O ético e o estético

"Lo que me ocupa es la historia literaria,
lo que me preocupa es la forma de pensarla."
(Guillén, 1998: 15)

Porque muitos dos historiadores da literatura estavam implicados no processo de construção das suas próprias nações, poderemos considerar que, à semelhança da historiografia nacional e das nações modernas, a história da literatura, como prática discursiva, institui a literatura nacional como uma "comunidade imaginada de textos", interligando-os numa rede discursiva, numa narrativa centrada na história da nação e das suas épocas (1). A "literatura portuguesa" (como qualquer literatura "nacional") resulta assim da "invenção da tradição" no espaço do "imaginário nacional", instaurando uma continuidade entre todos os "textos literários" produzidos no espaço nacional, desde as suas "origens", que passam a funcionar como "documentos" desse passado e dessa história, numa lógica circular, partilhando entre si sobretudo o facto de serem "nacionais" (2).

O ético sobrepõe-se assim ao estético e o carácter nacional de uma obra pode suprir a carência da dimensão literária, mas não o contrário: "Literature had to be national, or be nothing at all." (Lambropoulos, 1988: 10) (3). Tal facto não significa que os românticos alemães não reconheçam a pluralidade das teorias gerais da arte. No entanto, segundo F. Schlegel, o critério nacional fornecia um ponto de vista simples para ajuizar com facilidade e segurança: "C' est le point de vue moral qui rapporte tout à la question de savoir si une littérature est entièrement nationale, parfaitement adaptée à la prospérité nationale et à l' esprit nationale." (1829, II: 108) (4).

O facto de se apor um "gentílico" ao conceito de literatura implica, como enfatiza José-Carlos Mainer, a atribuição ao conjunto dos textos literários do poder de iluminar o destino

colectivo e vice-versa (1994a: 10), pelo que "Enunciar esa invención es elegir un sentido", uma identidade, que confere uma transcendência à literatura: "Quevedo o Galdós son materia española antes que ser, respectivamente, una parte de la estética barroca (...) o una forma de literatura nacional-popular típicamente decimonónica." (1994b: 45). Por isso, o verdadeiro referente de uma literatura nacional é a própria ideia de nação, pois trata-se da "expressão literária" da nacionalidade (5).

A literatura passa assim a estar integrada circularmente num duplo imaginário, o da nação (e das suas representações) e o da literatura nacional, constituída como o conjunto dos textos articulados sob a égide da tradição nacional, assimilando em seu torno textos divergentes (v.g., em termos genológicos, temáticos) e singulares, esbatendo a sua individualidade. Por outro lado, a "literatura nacional", assim homogeneizada, apresenta-se como diferente das outras "literaturas nacionais" (6).

Assim, adaptando a caracterização que Foucault efectua da "função-autor", poderíamos falar da "função-nação" como uma peça fundamental desta articulação entre a pesquisa arqueológica e genealógica no campo dos estudos literários. Do ponto de vista discursivo, "manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura"; "é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade." (1992a: 46). Por outro lado, funciona como "princípio de uma certa unidade de escrita", como "campo de coerência conceptual", como unidade histórica e foco de expressão que permite agrupar os seus textos (1992: 53), como princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem da sua significação, sede da sua coerência (1992a: 28), "que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho." (1992: 45-6). Deste modo, poderíamos concluir que a aplicação da ideia de nação aos textos literários ou a um autor faz com que a ideia de literatura nacional resulte sobretudo "do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos." (*id.*: 51).

A história literária apresenta-se pois como uma formação discursiva *retrospectiva*, impondo a todo o passado a perspectiva do presente, numa apropriação cultural que reestrutura todo o campo literário, absorvendo anacronicamente no conceito de literatura nacional textos anteriores à sua emergência histórica, e incluindo na esfera da literatura nacional obras e autores de épocas em que a nação não existia (7). De facto, o estudo dos momentos fundacionais da história literária torna claro o seu carácter construtivo, que anda a par com a sua institucionalização como prática social, política e pedagógica, ao serviço do poder hegemónico ou daqueles que o procuram conquistar (8). O facto de se constatar que as literaturas nacionais são construções históricas induz alguns autores a afirmarem a sua dimensão "irreal" e o seu carácter ilusório ou fantasmático, que no entanto contrasta com sua consistência institucional (9).

A retroactividade do capital literário nacional conduziu à pesquisa e à catalogação dos textos produzidos no âmbito da nação ao longo da sua história e à sua nacionalização. A acumulação de "capital literário" tornou-se um resultado da sua busca persistente e um "efeito" discursivo, traduzido pela dedução da "antiguidade" de uma literatura, avaliável em função da quantidade de textos canónicos, de "clássicos nacionais" (panteão nacional e escolar) e da sua eventual qualidade de "clássicos universais" (Casanova, 1999: 28) (10). Nesta óptica, "le capital littéraire est national" (*id.*: 55), funcionando como símbolo da identidade nacional, tal como a língua: "langue et littérature ont été utilisées l' une et l' autre comme fondements de la 'raison politique', l' une contribuant à ennobler l' autre." (*id.*: 56).

A passagem do conceito de literatura nacional de "projecto" a instituição ou "campo cultural" manifesta-se através do que C. Guillén designa como "signos de institucionalização" de uma literatura (1998: 330). Esses signos são as antologias (florilégios, grinaldas, ramalhetes, "Parnasos" nacionais) e a existência de um cânone organizado em termos periodológicos (11), que funcionam como "campo textual" no seio de uma "instituição", com os seus agentes (escritores, críticos, professores, editores), organizações (academias, imprensas, escolas, universidades teatros) e publicações (revistas, periódicos, traduções, antologias e histórias literárias) (*ibid.*). Em termos globais, é possível constatar que esta actividade fundacional se

realiza através de um conjunto de estratégias e de práticas discursivas que realizam a nacionalização das "belas-letas" e da cultura.

O critério "nacional" e a matriz "popular" revelam-se decisivos, mas, não sendo intrínsecos ao campo literário, são desde o início objecto de disputas simbólicas, de natureza ideológica e política (12). Deste modo, a institucionalização das literaturas nacionais contribuiu para a naturalização da sua existência como *habitus* e "crença". Mas o nacional é algo que, à semelhança das fronteiras geográficas e políticas, depende do espaço inter-nacional. Por consequência, "la tâche principale des fondateurs de littérature c' est, en quelque sorte, de 'fabriquer de la différence'." (Casanova, 1999: 302) (13).

Na medida em que a autonomização cultural se articula historicamente com a autonomização política, a ênfase é colocada na especificidade/originalidade nacional e na condenação da imitação, numa espécie de política concertada de defesa de "fronteiras". O facto de a nação ser o espaço da soberania popular articula-se ainda com a ideia romântica de que a literatura é a expressão da "alma dos povos", o que conduz à concepção de que a "literatura popular" è a autêntica "literatura nacional" (14). A história literária é, neste âmbito, uma construção discursiva que tem como estrutura profunda o "imaginário nacional", desenhando as suas próprias fronteiras à semelhança das fronteiras das nações (15). A "nação literária" ou a "literatura nacional" é assim, como a nação, uma "comunidade imaginada" que se concebe como "limitada e soberana" (cf. B. Anderson), quer esta circunscrição se realize em moldes positivistas (geográfica, linguística e etnologicamente) ou em termos idealistas (o "espírito nacional").

Nesta lógica, os primeiros historiadores da literatura estabeleceram os períodos literários de acordo com a existência de épocas originais ou nacionais e de épocas imitativas ou de influência estrangeira (cf.II.4.3), como sucede com Teófilo Braga (16).

O discurso da história literária institui assim a literatura nacional em termos estáticos e homogêneos, reduzindo a complexidade do sistema a uma série de autores e de obras canónicas. Aliás, segundo David Perkins, é precisamente na taxinomização que o processo construtivo da história literária é evidente: "Literature has no taxinomic sistem, but only a confused aggregate of overlapping classifications from different points of view." (Perkins, 1992: 69). Na medida em que organiza ou reorganiza a percepção da literatura, o sistema de taxinomização torna-se

importante para aferir as alterações produzidas no âmbito do campo dos estudos literários. Tornase assim relevante verificar que Herder (1795) e F. Schlegel (1798) foram os primeiros a instituir uma classificação diacrónica baseada em períodos e escolas (*id.*: 70-2), substituindo a classificação por géneros que os gramáticos de Alexandria usaram no séc. III a.c., e que Friedrich August Wolf ainda seguia.

Esta nova taxinomia institui um dualismo entre um critério ético (nacional) e estético-histórico, tendo uma clara implicação na estruturação periodológica das histórias da literatura, que passam a organizar-se em função da existência de épocas/escolas nacionais e épocas/escolas de imitação de literaturas estrangeiras (17). Madame de Staël, por exemplo, caracteriza desse modo as principais épocas da literatura alemã: escola francesa, escola inglesa e escola alemã (1968 [1813], I: 169-72). O conceito de "escola", inspirado no modelo dos filósofos gregos ou dos pintores italianos, aplica-se, como observa F. Schlegel, quando se verificar que existiu um estudo contínuo e aprofundado e um desenvolvimento durável de uma arte ou ciência de acordo com determinado método, de tipo escolar (mestre, discípulos) (1829, II: 403). August Schlegel adapta o modelo das escolas de pintura à arte dramática para enfatizar a dimensão colectiva das escolas de pintura, "inspiradas pelo mesmo espírito", mas que "um génio central põe em movimento" (1971, I: 173), pelo que crê que se pode chamar "escola" à reunião dos antigos dramaturgos ingleses, na medida em que através das diferenças individuais reconhece-se uma tendência comum nas suas produções (*id.*, II: 285). Relativamente à literatura alemã, considera que Goethe e Schiller tinham fornecido a base de uma "escola nacional", fundada sobre os "verdadeiros princípios da arte" (*id.*: 382), que a sua geração desenvolveu ao "faire dominer et ressortir le caractère propre à la nation allemande." (*id.*, I: 61). Esta proximidade com M.me de Staël contrasta com a opinião de F. Schlegel, que não concorda que se possa falar de uma "escola nova" na Alemanha, na medida em que, no seu entender, predominava o individualismo (*ibid.*).

Em termos literários, o nacional/original é equiparado a um conceito tipológico de "romântico" (como género) e o estrangeiro/imitativo a uma concepção igualmente tipológica de "clássico". A história literária e a sua periodologia condensa-se na luta entre clássicos e românticos e o Romantismo é perspectivado como uma revolução político-literária que representava o triunfo definitivo do "espírito nacional" (romântico) sobre o absolutismo e sobre

o domínio clássico-francês. Em termos globais, o percurso histórico e o valor de cada literatura são aferidos em função da fidelidade a esse "espírito romântico-nacional".

O primeiro historiador da literatura portuguesa como um todo, Friedrich Bouterwek, aplica à evolução literária esta oposição entre a escola romântica e a escola clássica, elogiando a literatura espanhola e a literatura portuguesa pelo seu carácter romântico, isto é, pela fidelidade às tradições nacionais. Do mesmo modo procederão depois Sismondi, Denis, Garrett e Herculano, apesar de destacarem a imprecisão do conceito de romantismo. Garrett opõe a dimensão nacional-popular do romantismo à opressão clássica e Herculano coloca a tónica na alteridade histórica da "escola antiga" (classicismo) e da "escola moderna" (romantismo) (18), que L. A. Rebelo da Silva adoptou (cf. IV.1).

Porém, deve-se a Costa e Silva uma primeira aproximação à história da literatura portuguesa como uma sucessão de escolas. No início do primeiro dos seus dez tomos, Costa e Silva declara não seguir o critério cronológico por pensar que "totalidade dos nossos poetas (...) se devidiam em cinco escolas distintas, com principios diferentes, e cada uma dellas com estylo particular e tão caracteristico, que não as deixava confundir uma com as outras." (1850: 8). Concede assim prioridade ao "estilo de escola" e à sua caracterização global, de tal modo que engloba numa espécie de grande escola "clássica" as escolas italiana, latina/arcádica e francesa (apesar de deixar inédito o estudos destas duas últimas), mas não deixa de fornecer uma cronologia para a sua sucessão, marcada pela história dos reinados, numa espécie de "monarquia de estilos" ou sequência de "estilos monárquicos":

1. Escola Galega ou dos Trovadores, desde a fundação da Monarquia a Bernardim Ribeiro;
2. Escola Italiana, de João III a D. Henrique;
3. Escola Espanhola, de Filipe I a D. João V;
4. Escola Latina ou da Arcádia, de D. José I a D. João VI (com Filinto);
5. Escola Francesa, de D. Maria I a D. João VI.

Teófilo Braga, inspirado em particular por F. Schlegel, apoia-se inicialmente na classificação da poesia portuguesa por escolas, articulando o símile das escolas de pintura com a clássica *ut pictura poesis* :

"O lyrismo, como o deixamos definido, é um trabalho quasi analogo ao da pintura, com a differença que o pintor procura fazer sentir a ideia que se encerra na imagem exterior, e o poeta lyrico busca a imagem exterior para pintar-se a si. Essa identidade de processos, diversos apenas nos resultados, leva-nos a determinar a historia da poesia lyrica portuguesa por *Escholas*; designação que por si indica serem estes estudos mais do que catalogos de poetas; são um genesis das tradições litterarias, e da zona até onde ellas se estenderam fixada por aquelles que viveram sob a mesma communhão sentimental." (1872: 50).

Apesar de Teófilo multiplicar em excesso esta categoria (v.g., escola limosina, escola bretã, escola hispano-italica, escola vicentina, etc.), que passa a funcionar como conceito "guarda-chuva" para qualquer agrupamento diacrónico, dá preferênciã à sucessão periodológica, distinguindo na Idade Média a escola nacional (as epopeias da raça moçárabe) da provençal (trovadores galécio-portugueses) e da espanhola (poetas palacianos do século XV). Em relação ao Renascimento distingue a escola hispano-italica (Bernardim e os bucolistas) e a italiana propriamente dita, onde distingue ainda uma escola mirandina e outra camoniana (19). A divisão da literatura portuguesa em escolas de pendor nacional e escolas de influênciã estrangeira perduraria em muitos manuais de história da literatura portuguesa (20), mas mais tarde, Teófilo Braga integraria num esquema unificado a evolução de todos os géneros da literatura portuguesa, mas com uma lógica similar, na medida em que estabelece a sua diacronia em função do quadro evolutivo das literaturas europeias modernas:

"As Litteraturas nacionaes ou modernas exerceram uma mutua acção hegemonica entre si, determinando correntes de Gosto ou *Escholas*, que se fôram succedendo na Civilisação europêa. Na Edade Média, a França diffunde o Lyrismo provençal e as Epopêas gallo-frankas e betãs nos povos occidentaes; na Renascença, a Italia actua na imitação das fórmãs classicas da antiguidade; no seculo XVII, domina a Hespanha pelo seu theatro, e a Inglaterra pela creação do romance, acordando no seculo XVIII em França o neo-classicismo, com a tragedia philosophica; e no seculo XIX a Alemanha, fundando a sua Litteratura nas Tradições, que revelaram o genio germanico, suscita nas outras nações o ideal do Romantismo. Portugal acompanhou todas essas Epocas litterarias, pela sua solidariedade europêa." (1914a: 20-1).

A periodização de Teófilo define-se assim pela preponderância de um elemento nacional/romântico (as tradições populares) ou de um elemento estrangeiro/clássico (via Itália ou França), valorizando a persistência dos elementos orgânicos/estáticos (a tradição nacional) ao longo da evolução dinâmica/histórica. Deste modo, na *Recapitulação* fixa três grandes épocas (Idade Média, Renascença e Romantismo), preponderando o elemento nacional na Idade Média,

com os trovadores portugueses (não obstante as influências francesa, espanhola e latina), o elemento clássico na Renascença, com os Quinhentistas (escola italiana), os Culteranistas (influência espanhola) e os Arcadistas (influência francesa), para no final o Romantismo (hegemonia alemã) reabilitar a Idade Média e efectuar a revivescência das tradições nacionais (cf. 1984 [1909]: 160-5).

Da conjugação do critério romântico da originalidade (e correlativa análise das influências externas) com o critério histórico-periodológico resultam, como observa Jacinto de Prado Coelho, "designações de compêndio timidamente brifontes, como Escola dos Trovadores ou Provençal, Escola Quinhentista ou Italiana, Escola Arcádica ou Francesa" (s/d: 46) (21). Este facto resulta das duas grandes linhas fundamentadoras que presidiram à elaboração da história da literatura portuguesa. Por um lado, há desde o início uma forte consciência de que a literatura portuguesa dependia na sua história das literaturas europeias (e daí escola francesa, espanhola, italiana), conduzindo ao lugar-comum de que a literatura portuguesa era uma literatura imitativa ou receptora (cf. V.2). Por outro lado, a articulação romântica da literatura com o *Volksgeist* e a história nacional (a literatura como expressão da sociedade), conduziu ao desejo e à necessidade de "lançar os alicerces de uma História Literária feita segundo um critério nacional, quer dizer, uma História Literária cuja directriz seja determinada pelo exame do condicionalismo geográfico, do peculiarismo étnico, das grandes fases e do *sentido* da vida histórica portuguesa." (*ibid.*) (22). Mas, a este nível, as interpretações divergem na concepção da história nacional (com maior ou menor ênfase dos factores étnicos e naturais), no estabelecimento de uma "tradição" representativa do que se considera ser ou não o autêntico "espírito nacional" e de uma época em que ele se teria revelado em plenitude, a "Idade de Ouro" nacional (cf. V) (23).

Esta dupla orientação está longe de ser específica da história da literatura portuguesa e deriva em grande medida do facto de os irmãos Schlegel e de M.me de Staël terem definido as literaturas europeias com base na sua organicidade autónoma ou na sua dependência imitativa. O discurso da história literária em França está marcado por este critério:

"Même si le schématisme qui attribue à chaque siècle de l'histoire de France une relation privilégiée à un pays étranger et fait du XVI.e siècle un âge italien, du XVII.e siècle un âge espagnol auquel succède avec l'époque des Lumières un âge anglais reste artificiel, il est clair que le XIX.e siècle est très largement orienté sur l'Allemagne,

voit l' Europe en relation avec ce nouveau venu aux prétentions intellectuelles surprenantes dans le concert des vieilles nations." (Espanha, 1993: 15).

Gustave Lanson dá conta desta problemática ao caracterizar "La Fonction des Influences Étrangères dans le développement de la Littérature Française" (1965 [1917]: 89-96). Por um lado, denuncia o nacionalismo associado a esta concepção (24). Por outro lado, mostra a dimensão fantasmática desta psicomquia entre o nacional e o estrangeiro:

"Il y a là, Messieurs, beaucoup d' illusion: on prend des abstractions por realités; on se figure je ne sais quelle bataille des idées indigènes et des idées étrangères, des genres indigènes et des genres étrangers, comme se battent les vertus et les vices dans un tableau de primitif. Alors, c' est un malheur national quand le genre étranger repousse le genre indigène, ou quand l' idée française est exterminée par l' idée du dehors." (*id.*: 89-90).

Por isso, apoiando-se em Joachim du Bellay e antecipando, de certo modo, o "antropofagismo" cultural dos modernistas brasileiros (cf. n. 14), defende que foi com base nestas apropriações assimilativas do "outro" que o "espírito francês" sempre progrediu em direcção à verdade e à beleza, renovando-se e provando a sua vitalidade:

"Le point de vue de Joachim du Bellay est le plus juste, lorsqu' il compare le transport des richesses d' une langue étrangère dans la nôtre à une conquête, et qu' il invite la jeunesse française à l' assaut, au pillage de la Grèce, de Rome et d' Italie." (*id.*: 90).

3.2. O "espírito nacional"

O critério nacional conduziu ainda à escolha das obras que melhor representassem o "espírito nacional", e que ao mesmo tempo sobre ele exerceram um efeito positivo, numa acção de reciprocidade. As palavras de Teófilo Braga são bem elucidativas do predomínio do ético (étnico) sobre o estético:

"O facto de reconhecer a existencia da Litteratura portugueza não depende sómente dos catalogos bibliographicos, mas do grau de alimento e vigor moral que o povo recebe por essas obras. Podem contar-se milhões de volumes, e apenas quatro ou cinco exercerem uma acção reconhecida. Bastava termos os *Lusiadas*, a *Historia Tragico-maritima*, os *Romanceiros populares*, para sentir-se sob esses documentos agitar-se uma raça, uma nacionalidade; as outras obras podem representar os meios que violaram a evolução do espirito nacional, abafando-o pela auctoridade ou pelo prestigio." (1872: 9) (25).

Esta perspectiva ilustra de modo polémico os conflitos resultantes da disputa deste "poder simbólico" que é o "espírito nacional", no que toca, por exemplo, à eleição da "Idade de Ouro" da literatura nacional e do "poeta da nação/raça", traduzindo-se em interpretações diversas do fenómeno literário em termos diacrónicos, pela sua maior ou menor fidelidade a esse espírito (26).

O ético sobrepõe-se assim o estético. É nesta lógica que o próprio critério literário é com frequência considerado insuficiente para a avaliação dos escritores, como observam Antero de Quental e Teófilo Braga a propósito de Camões, embora tenham posições divergentes:

"N' este ponto de vista, *historico e psychologico*, não do ponto de vista meramente litterario d' uma esteril poetica de convenção, é que os *Lusiadas* devem ser estudados e comprehendidos" (Quental, 1872: 28; destaque nosso).

"O estudo de Camões não póde ser feito exclusivamente pelo lado litterario; visto assim era grande, mas incompleto. Ha n' elle uma *feição organica*, que explica os problemas da litteratura e da *raça*." (Braga, 1873a: 2; destaques nossos) (27).

O mesmo fará Teófilo Braga ao analisar a obra de Garrett, que reavalia desde 1892, em termos políticos e em função do seu carácter nacional:

"Não basta analysar litterariamente a obra de Garrett, para reconhecer que n' ella começa uma epoca nova da Litteratura portugueza. (...) Pela revivescencia das tradições, á medida que se inspirava d' ellas, é que Garrett, se vae elevando á individualidade suprema, em que nos Poemas historicos acorda um passado de gloria, no Theatro ensina o modo de formar uma opinião publica, e no Lyrismo imprime o cunho da sentimentalidade amorosa do povo portuguez. O homem, a sociedade e a arte são inseparaveis n' este estudo sobre a renovação da Litteratura portugueza moderna (...). Garrett apparecerá mais do que um poeta, um orador, um politico, um prosador, um dramaturgo, um pedagogista, um erudito, é mais - *é uma nacionalidade que resuscita*. E emquanto a sua obra fôr lida, esse sentimento da nacionalidade não se apagará facilmente, apesar dos atropellos que contra ella exercem os poderes empiricos." (1903a: 6-7) (28).

Garrett e Camões aparecem irmanados como representantes da nacionalidade, por terem realizado a sua "síntese afectiva":

"Camões e Garrett estão a par como as duas almas que tiveram mais profundo o *sentimento da raça*, e que mais soffreram as catastrophes da *nacionalidade* portugueza." (1905a: 674-5); "n' esse parallelismo exstia uma fulgurante verdade. Para a critica europêa Garrett representava toda a litteratura portugueza moderna, como Camões toda a gloriosa época da Renascença." (*id.*: 676-7).

Por outro lado, associa ainda Garrett ao outro elemento da sua trindade canónica, Gil Vicente, salientando o facto de Garrett restaurar o teatro com *Um Auto de Gil Vicente* e a coincidência do ano da trasladação de Garrett para o Panteão Nacional (1902) com o centenário "da fundação do Theatro portuguez por Gil Vicente em 1502":

"Gil Vicente e Garrett synthetisavam uma mesma elevação social; um creara o teatro como órgão da opinião publica para uma burguezia preponderante, o outro restaurara o teatro para um regimen politico da livre expressão do pensamento; ambos se inspiraram na tradição nacional" (*id.*: 683).

Deste modo, poderemos aplicar ao cânone literário português as palavras de E. Fox acerca do cânone espanhol: "el canon literario español se debe tanto a razones ideológicas como a razones estrictamente literarias." (1995: 13). Por consequência, como sublinha José-Carlos Mainer, nota-se "la persistencia se un *canon literario mixto*" (1994b: 24), que inclui as obras de uma "certa tradição", mas exclui outras, e com frequências por razões diversas (29). Se, como nota C. Guillén, o conceito de literatura é essencialmente antológico (1988: 312), para não dizer sinedóquico, tal facto torna-se sobretudo evidente na elaboração das antologias literárias. Fidelino Figueiredo, ao reflectir sobre o "Critério para a organização duma anthologia litteraria" (1918), que serviu de prefácio à sua "Antologia Geral da Literatura Portuguesa: 1189-1900", expõe o dilema: "o coordenador terá de nortear-se ao mesmo tempo por dois criterios, nem sempre francamente conciliaveis, o historico e o esthetico." (1918: 144). Curiosamente, considera esta conciliação particularmente difícil na literatura portuguesa porque "no geral não é de uma grande perfeição formal, de escrupuloso acabamento e requintada execução" (*id.*: 150). Por consequência, "Só em obras completas, bem representativas dum gosto, duma epocha e das personalidades litterarias dos seus autores, se podem apprehender as caracteristicas essenciaes

duma litteratura, as quaes são predominantes qualidades de conjuncto, raramente qualidades de pormenor." (*id.*: 145). O paradoxo que daqui resulta consiste no facto de as características de uma literatura, deduzidas de uma análise de conjunto, não poderem ser exemplificadas através de autores e de obras individuais (*ibid.*).

Devido à interferência do critério histórico-nacional, com claras implicações político-ideológicas, a selecção de textos e da "tradição nacional" é mais devedora do pensamento de quem a elabora do que da sua qualidade estética. Para Teófilo Braga, "Quem escrever uma historia litteraria, tem, diante da serie das obras de arte, de deduzir o genio e o caracter intimo do povo que as sentiu, e sobretudo de pôr em relêvo as circumstancias exteriores que lhes deram origem." (1870: 3) (30).

A consciência de que a literatura constitui o património espiritual de um povo tem implicações importantes a nível da história literária, que se estrutura e constrói com base numa lógica circular: o "espírito nacional" deduzia-se a partir dos textos, que o reflectiam, e os textos seleccionados ilustrariam esse mesmo carácter nacional nos momentos mais importantes da sua história, que legitimavam a sua importância enquanto textos da história literária nacional. Assim, ou se parte de uma ideia prévia sobre o que é o "espírito nacional" ou se seleccionam certas obras de onde ele é deduzido, segundo os critérios de valor do historiador (31).

É com base nesta circularidade que Teófilo Braga considera a literatura como um documento precioso da antropologia, pois crê que a raça se reflecte na literatura: "não é isto um abuso do critério das ciências biológicas aplicado a um fenómeno psíquico e social." (1984 [1909]: 68). As literaturas, continua, distinguem-se por tradições em línguas escritas e pelo modo de sentir de uma nacionalidade: "consequência destes factores de ordem moral, nem por isso estão independentes do determinismo biológico, que em antropologia são as persistências atávicas ou hereditariedade dos caracteres." (*ibid.*).

Com base nesta *fenomenologia da raça*, concebe a literatura portuguesa como uma manifestação do génio dos portugueses equivalente aos descobrimentos:

"A vastidão do corpo da *História da Literatura Portuguesa* corresponde à importância desta viva manifestação do génio estético deste povo, tão notável como a sua energia activa na iniciativa das Navegações e Descobrimientos geográficos"; "Os títulos de nobreza de Portugal não consistem exclusivamente em ter iniciado os grandes Descobrimientos (...), a par da ocupação de vastíssimos domínios, criou o Povo português uma das mais

belas línguas românicas, e nela os seus Escritores, Poetas, Historiadores, Viajantes e Filósofos produziram uma opulenta Literatura que seguiu a par e com brilhantismo a evolução das Literaturas meridionais"; "foi e ainda é hoje uma das forças morais que sustentam a nacionalidade e autonomia de Portugal." (*id.*: 59-60).

Os descobrimentos terminaram, mas, segundo Teófilo Braga, nos portugueses "mantêm-se fecundas as suas faculdades artísticas, científicas e filosóficas, suscitadas pela participação no concurso mental europeu, em que acima de cada Nação se afirma o ideal da Humanidade." (*ibid.*) (32).

Assim, a literatura pode considerar-se nacional apenas com base numa teoria prévia sobre as características dessa nacionalidade e da sua cultura, assentes numa tradição literária específica ou numa visão política da história pátria, sendo pois uma construção cultural, que selecciona, organiza e interpreta (33). No entanto, a própria busca da "alma do povo" contém em si uma aporia inevitável, na medida em que ela "remetia para uma visão essencialista da história. (...) pode mesmo afirmar-se que a 'índole' funciona como uma espécie de substância sempre omnipresente à própria história, fundamento a-histórico da historicidade da Nação." (Catroga, *in* Torgal, Mendes, Catroga: 1996: 70) (34).

Nesta construção torna-se fundamental estabelecer as "origens", as tradições nacionais. A importância das "origens" tem a ver com vários factores e radica na perspectiva genética da história de Herder, em que o entendimento de uma coisa implica o conhecimento da sua origem e o acompanhamento do seu percurso, compreendido em termos organicistas e biológicos como crescimento e decadência (35). A essência das coisas tende assim a ser colocada na sua origem. Estão presentes nesse conceito de *origem-essência* os três postulados metafísicos que Nietzsche denuncia na busca da "origem" (essência, perfeição e verdade), principalmente o segundo, de raiz bíblica e platónica, que pretende fazer crer que no começo as coisas eram perfeitas, antes do tempo, do corpo e do mundo, seguindo-se a queda (Foucault, 1988: 19). Mas, na óptica romântica de Herder e de Hegel, acreditava-se que o Espírito podia vencer o determinismo da natureza, do mesmo modo que o cientismo positivista de Taine pretendia a superação do determinismo da natureza (cf. III).

As "origens", o momento em que a essência da nação se revelara (a Idade Média ou o Renascimento), tornam-se o "fiel da balança" para aferir a vitalidade ou a decadência da nação e convertem-se no paradigma a seguir para qualquer movimento de re/generação, de regresso às origens (36). Uma vez que a regeneração proposta para a decadência passava por um regresso às origens, o passado funciona como elemento decisivo de legitimação do presente e do futuro. Em termos pragmáticos, o passado é colocado ao serviço do presente:

"the function of literary history is to produce useful fictions about the past. More exactly, it projects the present into the past and should do so; it makes the past reflect our concerns and support our intentions." (Perkins, 1992: 182) (37).

Notas

IV.3.1.

(1)- "El presente trabajo sabe, en suma, que la literatura española es una construcción artificial (solamente los nacionalistas dicen creer que la nación y el nacionalismo son hechos espontáneos, previos y naturales) que determina la forma de agrupar un conjunto heteróclito de textos (literarios y ideológicos) con la idea de hacerles decir algo sobre la existencia colectiva." (Mainer, 1994b: 24).

(2)- Como sublinha V. Lambropoulos, a literatura torna-se a categoria textual com que a filologia constrói uma tradição de escrita local e nativa. Com um intuito político, atribui a certos textos e modos de escrita um carácter ontológico (artístico), definindo a sua constituição cultural em termos de uma origem indígena, contribuindo para a demarcação da identidade nacional como algo de único: a beleza torna-se uma noção etnográfica, o autor um chauvinista da escrita e a qualidade artística uma propriedade nacional (1998: 9-10).

(3)- É por esta mesma razão que Vassilis Lambropoulos, dedicando-se à literatura grega moderna, visa denunciar a "falácia nacionalista" inerente à crítica literária grega desde meados do séc. XVIII, etnocêntrica, preservando as fantasias nacionalistas, ao serviço do moderno estado grego, o que se torna visível na interpretação das grandes obras artísticas e nos conceitos modernos de tradição, cultura, arte e literatura: "how criticism constructs the literature needed by the state of the industrial age, thus participating actively in the invention of a national identity." Com influxo romântico, a política etnocêntrica produz, afirma, os discursos da dominação cultural (1988: 14). Porém, Lambropoulos aplica as suas conclusões a todas as literaturas nacionais: "These are all case studies, and, if of any value, they should be applicable to any other national literature because every literature is national and every criticism ethnocentric." (*id.*: 21).

(4)- No entanto, quando concede que este não pode ser um critério exclusivo de julgamento dos méritos de uma literatura, apoia-se no que considera caracterizar as literaturas francesa e alemã, o "combate interior" (*id.*: 110-1). Seja qual for a regra geral e durável que se escolha para a arte e a língua de uma nação, pensa que ela só pode derivar de um poeta épico ou dramático, por considerar que a poesia lírica é individual e restrita (em extensão e conteúdo), não podendo pois um poeta lírico abarcar a língua e a poesia do seu tempo (*id.*: 112).

(5)- Esta unificação que o conceito de nação impõe aos textos está presente de modo explícito em Fran Paxêco:

"Uma literatura é o agregado de todas as obras que exprimem o carácter, os sentimentos e o estado da mentalidade de um povo, de uma nação; por isso, uma literatura é o producto intellectual e colectivo de um grupo humano (...) cujo estudo e conhecimento é do dominio da Sociologia." (1917: 144); "A literatura portuguesa

compreende todas as obras literárias escritas em língua portuguesa, desde o século XII, quando se constituiu a nacionalidade, até aos nossos dias." (*id.*: 145-6).

(6)- Para estas estratégias de "assimilação" interna e de "diferenciação" externa cf. P. Casanova (1999: 246). Elas são, aliás, homogêneas com os processos de constituição das nações:

"L' organisation spatiale et hierarchique des représentations est bouleversée par un double mouvement qui institue l' unité là où dominait le disparate et qui trace des frontières sur des espaces de continuum ou d' imbrication identitaire." (Thiesse, 2000: 52).

Como observa Jenaro Talens, "La historia de la literatura, como toda historia, no es sino el resultado de proyectar sobre el pasado un modelo analítico previo que la construye como objeto." (1994: 139). Assim, os textos literários são nós de uma rede discursiva e "la historia literaria no es sino una parcela específica dentro de una historia de la relación dialógica entre a) los diferentes discursos que componen una cultura (...) y b) entre las diferentes 'instituciones' " (*ibid.*). Deste modo, o cânone não pode ser visto como um mero conjunto de autores e obras, na medida em que resulta sobretudo da consistência que lhe dá a força da "tradição", enquanto modelização do "real", no escrever/re-fazer a história (*id.*: 138).

(7)- E. Baker destaca que as origens da "literatura espanhola" são habitualmente datadas a partir do poema *El Cid*, marcando-se "el comienzo de una literatura nacional allí donde no hay ni literatura ni nación sino oralidad y feudalismo." (1990: 17). Por sua vez, C. Guillén, mostra o carácter anacrónico desta nacionalização: "Retroactivamente, el gran poeta del Medioevo asumió inéditas funciones y pasó a ser lo que raras veces fuera, un escritor nacional." (1998: 310).

É, aliás, em relação à Idade Média que a aplicação retroactiva do conceito de literatura nacional se revela mais problemática, pois as nações e línguas medievais eram diferentes das actuais: "L' omogeneità nazionale che i nostri progenitori romantici davano per scontata non si verifica da nessuna parte. Tutto sembra dunque consigliare l' abbandono della categoria stessa di storia della letteratura." (Varvaro, 1995: 135). Além disso, como observa este autor, a cultura medieval revela-se um sistema complexo não homogêneo, com múltiplas faixas de relação em termos geográficos, linguísticos, genológicos, etc., em que se cruzam a herança clássica, as culturas étnicas e os espaços regionais, com múltiplos estratos e circuitos de comunicação, impossíveis de restringir ou delimitar em termos linguísticos, geográficos ou étnicos (*id.*: 140-2).

(8)- E. Baker, referindo-se à literatura espanhola, considera o próprio conceito de literatura como um conjunto discursivo que emerge na transição do século XVIII para o XIX, e que instaura para si mesmo uma origem "teológica", *ex nihilo* (na Espanha é a épica, *El Cid*), numa época de redefinição social que leva à reorganização dos conhecimentos, surgindo como uma nova formação discursiva (conjunto de textos e instituições socioculturais que determinam a produção e recepção dos textos e a taxinomia do conjunto). Em finais do séc. XVIII, o termo literatura começa a designar os géneros do discurso fictício (poesia, teatro, narrativa, ensaio) e um novo tipo de homem de letras, constituindo-se então antologias, por géneros e por nacionalidades (1990: 12). A literatura, como a história, é pois um fenómeno da sociedade burguesa, sendo importante a incipiente profissionalização dos escritores e a entrada da escrita no mercado (sobretudo no teatro e no periodismo) (*id.*: 15). O mesmo sucede com a construção dos

cânones literários nacionais, porque, como observa Ramos-Gascón, "las formaciones de **cânones literarios** siempre anduvieron muy de la mano de los procesos de formación de **instituciones político-sociales**." (1989: 212; destaques nossos). Cf. Mainer (1994b: 27-8).

(9)- Ramos-Gascón pensa que "el concepto de literatura nacional no es más que una ilusión, de carácter retroactivo, impuesta por críticos e historiadores del siglo pasado sobre el acontecer discursivo de la Edad Media, el Renacimiento y los llamados Siglos de Oro." (1989: 214). Este autor destaca as funções políticas e ideológicas das práticas discursivas que assentam nesse conceito, nomeadamente através do cânone escolar, "uno de los instrumentos más eficazes empleados para formar al joven ciudadano en la imagen oficial de la comunidad nacional" (*id.*: 215); "la inventiva historiografica, desde siempre, corrió pareja con las aventuras de los procesos de institucionalización social - bien sea por vía de afirmación o de reacción" (*ibid.*).

Na realidade, o que se destaca nos nossos dias é a constatação de que a história literária é uma construção discursiva historicamente situada e, por isso mesmo, contingente (Joncheray, 1997: 34). Stanley Fish, não obstante o seu nominalismo passado, destaca a aporia que essa posição envolve: "I assert, and assert without contradiction, that post-modernist accounts of how disciplines come into being are correct [construcionismo social], but such accounts, rather than telling us that disciplines are unreal tell us just how disciplines came to be as real and as productive as they are." (1995: X).

Claudio Guillén coloca a questão em termos diacrónicos: "En ciertas épocas la idea de una literatura nacional es una entelequia ilusoria y retroactiva, pero en otras acaba teniendo toda la consistencia y la eficacia de una **institución social y política**." (1998: 312; destaque nosso). O facto de o conceito de literatura nacional ter condicionado a sua concepção, como programa de estudos e como forma de poder simbólico, justifica precisamente a necessidade de estudar a sua emergência e o seu desenvolvimento (Mainer, 1994b: 45).

Este facto implica, por seu turno, o reconhecimento de que a institucionalização da história literária se deve a uma certa necessidade "de cooperar en la constitución de una determinada forma de estructura política y social. En otras palabras, no se instituye para recuperar un pasado, sino para ayudar a constituir y justificar un presente. La elección del corpus sobre el que operar; el establecimiento de los criterios que hiciesen coherente la inclusión/exclusión de obras y autores, así como la periodización y taxonomización del material no respondería, en consecuencia, a la existencia de una verdad exterior comprobable, sino a la voluntad de **construir un referente** a la medida, capaz de justificar la manera de vivir y de pensar el mundo por parte de la sociedad actual, a la que arroparía con el argumento de su autoridad. Obviamente, siempre se habla desde algún lugar, teórico, político, ideológico - no puede ser de otro modo." (Talens, 1994: 137).

(10)- P. Casanova salienta a importância dos clássicos como fundadores intemporais que permitem legitimar historicamente uma literatura, pois é a partir deles que se traçam os limites do que virá a ser reconhecido como literário pela instituição literária (1999: 28-9). Assim, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, a antiguidade de uma literatura garante-lhe o "capital literário" necessário à sua valorização (*id.*: 31).

(11)- C. Guillén refere a importância das antologias para a formação e estruturação dos cânones literários nacionais, porque mostram a ascensão de literaturas criticamente conscientes de si mesmas, afirmando a existência e o valor de

um passado, de um carácter e estilo nacionais (*id.*: 331-2). Nesta lógica, "La constitution d' un panthéon littéraire national et l' hagiographie des grands écrivains (conçus comme 'biens' nationaux), symboles d' un 'rayonnement' et d' une puissance intellectuels, deviennent nécessaires à l' affirmation de la puissance nationale." (Casanova, 1999: 150-1).

(12)- "L' identification qu' il opère entre langue et nation, entre poésie et 'génie du peuple' fait de ces conceptions un instrument de lutte inséparablement littéraire et politique." (Casanova, 1999: 150).

(13)- "Tous les intellectuels des 'premières générations littéraires' -comme du Bellay- ont compris à la fois le phénomène de l' annexion littéraire par les espaces dominants dont ils étaient les victimes et la nécessité où ils étaient de créer une distance et une différence." (*ibid.*).

(14)- P. Casanova chama a atenção para o facto de nos séculos XVIII e XIX as literaturas ditas populares serem convocadas para servir a ideia nacional e para lhe dar um fundamento simbólico (1999: 73), à semelhança da anterior dignificação das línguas vernáculas e do posterior "antropofagismo" cultural dos modernistas brasileiros (*id.*: 81).

(15)- É preciso ter em conta que, como no estabelecimento das fronteiras políticas, "os verdadeiros agentes criadores de fronteiras e de limites não estão nas zonas limítrofes, normalmente solidárias e complementares, mas nos centros nucleares do Poder ou dos círculos que o suportam: das Capitais e dos interesses que nelas se instalam e que por aí circulam indiferentes às afinidades geográficas, económicas e até humanas de zonas de limite." (Oliveira, 1999: 222).

(16)- O critério nacional é seguido desde o início no seu trabalho: "Estão lançadas as bases, determinado o elemento nacional, discriminadas as influencias das litteraturas e civilizações estrangeiras que actuaram em nós, e ligada a cultura portugueza ás grandes tradições da Edade Media da Europa. A *Introdução á Historia da Litteratura portugueza*, inaugura uma critica nova; inventaram-na os Schlegel, os Grimm, Victor Le Clerc, Daunou, Paulin Paris, Fauriel e outros; nada mais fizemos do que repassarmo-nos da sua luz." (1870: VI).

Na sua fase final, afirma que "a elaboração da Literatura portuguesa é o produto do *ethos* da raça, do sentimento da nacionalidade e da consciência histórica, acompanhando solidariamente a evolução estética das Literaturas românicas (...) seguindo a acção hegemónica de cada uma delas" (1984 [1909]: 61-2).

(17)- David Perkins destaca que as primeiras tentativas para romper com a classificação dos poetas dos filólogos de Alexandria (III a.c.) são de Herder (1795) e de F. Schlegel (1798), que tentaram uma taxinomia baseada em períodos e escolas (1992: 70). Mas as primeiras histórias da poesia elaboravam uma divisão por escolas e não por períodos, pois esta requeria um relativismo histórico que no início não existia, e as regras da excelência poética eram consideradas universais e imutáveis, pelo que se recorria aos *corsi e ricorsi* de Vico (*id.*: 92).

(18)- Cf. Herculano, 1898: 68, 185, 189, 191, 194-5, 190-1, 210, 212, 215, 218-22, 252.

Na sequência de Garrett e Herculano, Francisco Freire de Carvalho distingue nas suas *Lições Elementares de Poética Nacional* a "escola clássica" e a "escola romântica" (1840: 140-7).

(19)- Cf. 1876: XIII-XXVII.

(20)- Álvaro Rodrigues de Azevedo condena Borges de Figueiredo por no *Bosquejo* (1844) indicar como fontes exclusivas da literatura portuguesa as literaturas grega e latina. Segundo Álvaro de Azevedo, "é certo que cinco escolas litterarias successivamente teem predominado em Portugal - a da idade-média ou *gallega*, a *classico-italiana*, a *classico-castelhana*, a *classico-franceza*, e por ultimo a *romantica*, -cada qual com suas fontes ou origens especiaes, cujo estudo é indispensavel para achar a filiação, caracter e relações de cada uma d' essas escolas, ou dos seus adeptos." (1866: 71).

As *Poesias Selectas*, de Henrique Midosi, professor do Liceu Nacional do Porto entre 1852 e 1883, incluem nas páginas finais, em forma de esquema, as **escolas** literárias da literatura portuguesa e os poetas que as integraram, notando-se claramente o influxo teofiliano: escola provençal (até inícios do século XVI), clássico-italiana (até princípios do século XVII), clássico-espanhola (até meados do século XVIII), clássico-francesa (de inícios do século XVII até à actualidade) e romântica (século XIX) (1892: 315-6). Em apêndice final inclui ainda as cinco "relíquias", embora refira que os autores divergem sobre a sua autoria e sobre a época da sua composição (*id.*: 289).

António Amaral, no seu *Curso Clássico de Poetas Portuguezes* (1888), um manual antológico, em que refere a antologia de H. Midosi como a única aceitável na época, segue as divisões teofilianas, afirmando que se inspirou nele (1888: VII, IX) (ainda refere os "cantos de ledino"), em Costa e Silva e nos trabalhos de Lopes Moura (*id.*: VII):

"é dividido em cinco partes, conforme a classificação official, sendo a primeira parte denominada *Escola provençal, ou dos trovadores*, e contendo as produções dos nossos cancioneiros, desde os poetas do reinado de D. Affonso Henriques até Gil Vicente." (seccionada, como em Teófilo, em três períodos: italo-provençal, Limosino-provençal e último período provençal); "a 2ª, *Escola classico-italiana*, contendo as composições dos nossos quinhentistas; a 3ª, *Escola classico-hespanhola*, com as principais produções dos poetas gongoristas; a 4ª *Escola classico-franceza*, incluindo os principaes trabalhos dos poetas das duas arcadias; e a 5ª finalmente *Escola romantica*, com as mais notaveis produções dos nossos poetas actuaes." (*id.*: VI-VII).

(21)- A hibridez entre a divisão por escolas e épocas é visível em Simões Dias, que em 1875 segue a divisão por escolas e géneros, mas em 1898 já seguia a combinação deste esquema com as épocas teofilianas. Por sua vez, José Gonçalves Lage (1881), combina a divisão por reinados de Borges de Figueiredo (só lhe acrescenta um 6º período, que designa "actualidade") com as escolas traçadas por Simões Dias, a cuja 3ª edição, de 1880, se refere várias vezes (Lage, 1881: 53, 62-3, 90).

(22)- "Tudo isto confirma a ideia de Teófilo segundo a qual a nossa Literatura dos primeiros tempos da nacionalidade traduz um espírito próprio, com raízes no povo e na terra." (*id.*: 50). Teófilo, afirma Jacinto do Prado Coelho, vinculava-se excessivamente ao aspecto étnico, procurando integrar a Raça, a Geografia e a História, "Mas deu demasiada importância aos factores estáticos em detrimento dos dinâmicos." (*id.*: 50-1).

Segundo J. P. Coelho, Teófilo ocupou-se do nacional e das influências externas, "mas faltou-lhe a visão da interferência ou confluência dos vários factores (individual, nacional, peninsular, europeu, epocal) na alquimia da criação literária, não examinando como se manifesta o espírito nacional na própria maneira como reagiu ao estímulo alheio, na própria maneira como se deixou influenciar." (*id.*: 51).

(23)- Na realidade, como sublinha J. do Prado Coelho, "historiar é interpretar, toda a investigação pressupõe uma prévia orientação, mas podemos tender a tomar como *chave* de uma época ou de uma personalidade um só aspecto, fechando deliberadamente os olhos a todos os demais, ou, pelo contrário, rectificar a cada passo um ponto de vista com novos pontos de vista, não perdendo pé no mar traiçoeiro das abstrações simplificadoras." (s/d: 45).

Em última instância, Leite de Vasconcelos considera que as épocas da história da literatura portuguesa traçadas pelos vários historiadores da literatura apenas diferem "no critério pessoal dos seus autores" (Vasconcelos, 1929: 34).

(24)- "Par une association d' idées involontaire et presque fatale, les moments d' influence étrangère dans notre littérature se sont assimilés dans nos esprits aux temps maudits où l' étranger a envahi notre sol, occupé nos villes et menacé l' existence nationale. Les souffles du dehors ont paru mortels à l' esprit français, et l' on a jugé qu' il ne pouvait s' y ouvrir sans s' alterer, les appeler sans s' abandonner et se trahir." (*id.*: 89).

IV.3.2.

(25)- Esta concepção manter-se-á ao longo da sua obra. Na terceira edição revista da *História da Poesia Popular Portuguesa* afirma que "Bastava possuímos os Romanceiros populares, a parte tradicional dos Cancioneiros palacianos, ou as Serranilhas, os Contos da lareira, o Proverbial, a Historia tragico-maritima e os *Lusíadas* para sentir-se sob esses documentos agitar-se uma raça, afirmar-se uma nacionalidade." (1881: 14).

(26)- Fidelino de Figueiredo, por exemplo, refere que Portugal se orgulha da sua literatura "como reflexo fiel da sua biographia longeva e dramaticamente cosmopolita" (1987 [1947]: 9), mas também dá conta da oposição entre os que consideram o século XIX como o seu século de ouro e aqueles que dão sobretudo relevo ao século XVI, como é o seu caso, devido a uma forte originalidade, a seu ver mal compreendida: "Originalidade plena só a encontramos no seculo XVI, porque é então que se revolvem num esforço creador os germenés mais fecundos, brotados da experiencia historica da nacionalidade." (*id.*: 10). Como afirmara em *Menoridade da Inteligência*, tivemos "um quinhentismo de dúplice carácter: *vida intensa e original que não chegou a ser literatura* (historiografia colonial, roteiros, relatos de naufrágios, itinerários de viagens, exotismos e etnografias) e *literatura imitada que não chegou a ser vida* (sonetos, éclogas, canções, tercetos, poemas e comédias, pastoralismos, italianismos e cortesanismos)." (1933: 56). Esta concepção conduz este autor a colocar em primeiro plano a "floração de literatura tósca, mas viva, a

dos descobrimentos", "os autores dos géneros próprios do teor típico da vida nacional: a viagem e a conquista." (*id.*: 57).

(27)- Cf. 1891: VII e 1907: 4.

(28)- "É a synthese de uma epoca em todo o seu esforço de renovação; é a expressão de uma raça ou de uma nacionalidade no que ella tem de mais intimo, de mais delicado e original. A sua obra é uma fronteira moral da nacionalidade." (1905a: 694).

(29)- Claudio Guillén diz que devido à sua natureza institucional, o cânone literário é uma realidade "brifonte", em que conflituam valores estéticos e culturais: "Si el canon es a la vez una institución, o sea, el espacio central de la literatura vista como institución, tal como la mantienen los poderes políticos, pedagógicos y económicos, y es también una de las opciones que componen el terreno dividido o adversativo de la literatura vista como sistema cultural, nos encontramos a una realidade brifonte o ambigua."; "La combinación de lo institucional con lo sistémico revela la dualidad ambigua del canon, inextricablemente socioliterario. Una cara significa el ejercicio de la libertad; la otra lo merma o suprime." (1999: 263).

Cf. E. Fox (1995: 5) e José-Carlos Mainer, para quem o cânone literário é um modo histórico de legitimação e uma construção retrospectiva para uso pedagógico com base num "*a priori* historiográfico" (1998: 273-4; cf. 1994a: 35-7).

(30)- M.me de Staël, em *De la littérature*, declara que não pretende analisar as obras concretas, mas caracterizar o espírito geral de cada literatura na sua relação com a religião, os costumes e o governo (1991 [1800]: 255; cf. 133-5). No entanto, em *De l'Allemagne* já faz análises de obras particulares, incluindo por vezes longos excertos, a fim de as dar a conhecer.

(31)- P. Casanova chama "sofisma nacionalista" a esta argumentação circular: "Cette sorte de 'supplément d' âme' que les théoriciens allemands de la nation ont mis au centre de leurs conceptions essentialistes a ensuite servi à légitimer le sophisme nationaliste: les productions intellectuelles dépendent de la langue et de la nation qui les a engendrées, mais les textes à leur tour traduisent 'le principe originnaire de la nation'." (1999: 150).

(32)- Esta ideia inspira-se em Wilhelm Storck, como se vê na redacção da "Autobiografia mental...": "A **Litteratura** portugueza, como observou o Dr. Wilhelm Storck, o insigne traductor da obra completa de Camões, é um producto do genio nacional tão importante como a realização dos Descobrimentos." (Braga, 1903: XLI).

(33)- Paul Gilbert contesta as concepções voluntarista e realista da identidade nacional em nome de uma perspectiva construcionista: "National character is a good deal more plausibly a *product* of national culture than vice versa" (1996: 209); "the properties relevant to literary nationality turn out to be *extrinsic* ones, and, in particular, the place of the work in a *tradition*, whose character is, of course, to be indicated by examples." (*id.*: 210).

Por outro lado, os exemplos desse "espírito nacional" são escolhidos e adoptados para o ilustrarem, num processo de construção de uma tradição que é assim mais um resultado do discurso da história literária do que uma realidade histórica, implicando simultaneamente um juízo literário sobre o que pode exemplificar a identidade nacional e um juízo político sobre o aquilo em que consiste a identidade nacional, que é normalmente motivo de disputas políticas (*id.*: 212).

Habitualmente, esta dimensão construtiva é ocultada de modo a "naturalizar" o que não passa de uma construção cultural: "All nationalisms have a metaphysical dimension, for they are all driven by an ambition to realize their intrinsic essence in some specific and tangible form. The form may be a political structure or a literary tradition." (Deane, 1990: 8). Nesta óptica, o "carácter nacional" é "perhaps the most enduring and insubstantial creation of all nationalist mythologies." (*id.*: 9).

(34)- Como observa Luiz Costa Lima, trata-se de "uma curiosa contradição que marca todo o romantismo explorador da alma nacional: seu louvor da realidade e da história paradoxalmente se cumpre para que se exaltem certos traços tidos por intemporais." (1986: 36). Cf. M. Jey (1999: 64).

(35)- Cf. R. Wellek (1989: 218) e J. Antonio Maravall (1972: 272-4).

(36)- Torna-se assim visível a preocupação do romantismo conservador em caracterizar as literaturas nacionais como organismos fundados em traços constantes, por elas revelados (Costa Lima, 1986: 38). Mas este voltar ao passado e às tradições originais das nações foi visto em termos europeus como um recomeço, um despertar, devido à convicção de que a verdadeira identidade nacional estava nas origens (Guillén, 1998: 310).

(37)- Cf. S. Schmidt (1995 [1985]: 253) e H. Bhabha (1990: 5).

V. A história literária e a narrativa da nação

O discurso da história literária construiu-se fundamentalmente como uma narrativa da trajetória da literatura nacional, entendida como "expressão da sociedade" e do "espírito nacional", através da história. Na base desta narração estão os conceitos românticos de imitação e originalidade (a partir dos quais se define o maior ou menor carácter nacional de uma literatura) e uma perspectiva diacrónica cuja estrutura profunda reside no eixo **origens-progresso-decadência-regeneração**, elaborado a partir da filosofia da história de matriz iluminístico-romântica (cf. V.5). As grandes questões resumiam-se assim a saber até que ponto uma literatura era original/nacional (orgânica) ou imitativa (inorgânica) e se o seu desenvolvimento e evolução se traduziram em progresso ou em decadência, normalmente explicados pela fidelidade do seu percurso às "origens" nacionais ou pelo desvio imitativo. Neste caso, a "regeneração" passa por um regresso às "origens", ao "código genético" nacional.

No discurso da história literária em Portugal, em termos genéricos, até 1880, o balanço desta narrativa traduzia-se no diagnóstico de que a literatura portuguesa era "imitativa" e se encontrava, como o país, em estado de decadência. Se a necessidade de regeneração se inscreve já no programa dos românticos portugueses (IV.1), esta ideia sobredeterminaria o pensamento da Geração de 70 e dos movimentos nacionalistas posteriores. A literatura e a sua história funcionam neste contexto como signo ou sintoma da situação do país, mas a grande preocupação dos que se consagravam à história literária consistia sobretudo na resolução das questões políticas e sociais da nação.

É neste enquadramento conceptual que se desenvolve o discurso da história literária, que recebe um estímulo decisivo com a institucionalização do ensino da literatura portuguesa no Curso Superior de Letras e depois no ensino liceal. O momento decisivo deste processo em que a história da literatura portuguesa entra na "esfera pública" desenvolve-se sobretudo com o polémico concurso de 1872 para preencher a cadeira de "Literaturas modernas".

1. A construção da história literária e o Curso Superior de Letras

O famoso concurso de 1872 à terceira cadeira do Curso Superior de Letras ("Literaturas modernas da Europa e especialmente a Literatura portuguesa"), que opôs Teófilo Braga a Pinheiro Chagas e a Luciano Cordeiro, pode considerar-se um marco inaugural da construção da história literária em Portugal, na medida em que a entrada em cena de Teófilo Braga e a polémica gerada pelo concurso conferiram uma certa visibilidade pública a esta disciplina.

Na prática, porém, o concurso era esperado desde 1865, e já então Teófilo estudava "a História da Literatura do Meio-Dia da Europa" (1), publicava a *Poesia do Direito* e vários artigos sobre poesia portuguesa na *Revista Contemporanea*. Em 1867 destacam-se os três volumes do *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez*, que incluem a *História da Poesia Popular Portuguesa*. Em 1870, inicia a construção sistemática da *História da Literatura Portuguesa*. Por isso, em 1872, nas palavras de Rui Ramos, Teófilo entrou em Lisboa carregando vinte volumes "e a sua reputação de jovem sábio perseguido pelas academias e universidades do país" (2) para disputar uma cadeira que era "bastião dos literatos oficiais", pensando que quanto mais arrojado e imprudente fosse mais hipóteses teria de ganhar o concurso (1992: 510) (3).

A polémica suscitada em torno da tese de Teófilo enquadra-se assim na luta da "geração nova", dissidente, pelo "poder simbólico" nesta instituição do ensino superior e pelo poder espiritual a que aspirava. Castilho, símbolo da literatura oficial, e o seu "protegido", Pinheiro Chagas, eram os adversários mais visíveis (4). Devido a este confronto, Amadeu Carvalho Homem interpreta este concurso como "o momento paradigmático da colisão cultural entre as novas tendências do saber" (1988: II) (5). Aliás, quando Teófilo anunciou a sua candidatura, António Enes lançou o alerta na *Gazeta do Povo* (2/6/1872): o júri teria de optar entre a "literatura oficial" e a "literatura revolucionária" (6).

No dia em que foi anunciada a sua escolha, Teófilo dizia que a "opinião pública" triunfara sobre as influências de Castilho: "Enfim, esta vitória significa um progresso na opinião pública,

porque a nova escola penetra pela primeira vez no ensino oficial..." (*apud* Carreiro, 1944: 233) (7). De certo modo, a conjuntura política parecia favorecer "a geração nova". Como observa Rui Ramos, todos os políticos toleravam os novos porque queriam parecer progressistas, o que permite explicar o facto de na segunda metade da década de setenta os positivistas e revolucionários ensinarem nas escolas superiores (1992: 517) (8).

Se desde a primeira geração geração romântica os escritores se consideravam cidadãos cuja actividade devia ser colocada patrioticamente ao serviço da construção espiritual da Nação, é em particular com a designada Geração de 70 que se dá "A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)", que, criticando a Regeneração, procura o "poder espiritual/intelectual" (Ramos, 1992: 527) (pertença da Igreja), a fim de construir uma "nação cultural". Descontente com o Portugal da Regeneração, esta geração põe em grande plano a questão do lugar de Portugal na Europa e na Humanidade, enfatizando a decadência dos povos peninsulares. Esta transição dá-se quando os "letrados se concebem a si próprios como uma elite política com uma missão específica." (*id.*: 484). Daí não aceitarem a "regeneração literária" da "literatura oficial" da "escola do elogio mútuo". Deste modo, a Geração de 70 tende a actuar como "escola" ou grupo porque acreditava estar incumbida da missão de redimir o país, substituindo a cultura tradicional por uma nova cultura nacional, assumindo sempre uma postura de "crítica política e social." (*id.*: 527). É deste modo que Rui Ramos conclui que esta geração coloca "a Cultura contra a Política" (*id.*: 526-8), como declarava Ramalho Ortigão nas *Farpas*:

"No romance, na poesia, na critica, na historia, na systematisação philosophica, na vulgarisação scientifica, nos clubs, na imprensa, no professorado, o movimento dirigente dos espiritos é manifestamente adverso e hostil ao espirito das instituições vigentes. Os homens que pela sua actividade mental estão determinando esse movimento revolucionario na arte e na sciencia, não são unicamente os homens mais instruidos, são também os cidadãos mais probos, os mais dignos. São esses homens que, fora dos parlamentos, dispondo apenas d' esses dois meios d' acção -a imprensa e o ensino- estão lentamente, surdamente, imperceptivelmente, realizando esta obra immensa: a reconstituição infallivel do character de um povo pela influencia dominante dos seus caracteres superiores." (Ortigão, 1889 [1879]: 220-1).

As dissensões revelam-se, no entanto, nas soluções preconizadas para modelar política, social e culturalmente a nação, colocada assim no centro do debate ideológico. De certo modo, pode mesmo dizer-se que a nação se tornou ideologia. A grande divergência está na sua

concepção (V.2), verificando-se uma cisão profunda em relação às prioridades da reforma, que devia ser de natureza social para os socialistas (Antero, Oliveira Martins, etc.), defendendo os republicanos (Teófilo Braga, etc.) que era fundamental a mudança de regime político. Assim, ao contrário do que se passara com a "Questão do Bom Senso e Bom Gosto", aquando do concurso de 1872 a "geração nova" estava dividida.

Deste modo, a polémica em torno da tese apresentada por Teófilo Braga trava-se em duas frentes, pois contra Teófilo estão também Antero de Quental e Oliveira Martins, que publicara em 1872 um ensaio sobre *Camões e a Renascença*, em que criticava as ideias de Teófilo, que replicou, envolvendo-se depois em polémica com Antero, que entretanto saíra em defesa de Oliveira Martins. Nesta segunda frente de batalha, para além de questões pessoais, emergem sobretudo divergências de pensamento filosófico (positivismo vs. idealismo), histórico (nação étnica vs. "nação moral") e ideológico (republicanismo vs. socialismo) (9), que são a outra face das questões pessoais que opuseram sobretudo Teófilo e Antero. A interpretação d' *Os Lusíadas* é o ponto comum da polémica, permitindo por isso uma clarificação da questão (cf. VII.1.2). Curiosamente, a tese que Pinheiro Chagas apresentou a concurso aproxima-se das ideias de Oliveira Martins e Antero, pelo que os adversários de 1865 como que se unem contra Teófilo, coexistindo, de certo modo, o concurso formal com uma disputa simbólica "informal", mas não menos polémica.

Por tudo isto, num primeiro momento analisaremos a tese que Teófilo Braga apresentou a concurso, verificando a continuidade e as rupturas que estabeleceu com o discurso da história literária que o precedeu, e num segundo momento atenderemos ao diálogo e confronto que a partir de 1872 manteve com os seus opositores, na medida em que nas Conferências do Casino, v.g., Antero citava elogiosamente Teófilo. Em todos os momentos torna-se evidente, como observámos em relação ao discurso da história literária em geral, que há neste processo uma dimensão dialógica muito forte, "une discussion idéologique à une grande échelle", de acordo com a noção de dialogismo de Bakhtine, estando os textos imbuídos de ecos, respostas, antecipações (1979: 136; 1984: 298). Assim, cada "palavra" contém a "palavra do outro reflectida", de forma directa ou oculta (1970: 260). São assim apropriadas à questão de que nos ocupamos as palavras bakhtinianas: "L' oeuvre est un maillon dans la chaîne de l' échange

verbale; semblable à la réplique du dialogue, elle se rattache aux autres oeuvres-énoncés." (1984: 282).

2. As origens e a falta de originalidade da literatura portuguesa

Teófilo fundamenta a história literária com base na concepção romântica da literatura (Vico, Herder) e na história literária dos irmãos Schlegel, em termos nacionais, o que fará de acordo com a sua interpretação da fundação e da história da nacionalidade, de base étnica. É assim que nega, de modo liminar, qualquer originalidade à literatura portuguesa (como Taine em relação à literatura francesa) na sua tese apresentada a concurso: *Theoria da Historia da Literatura Portuguesa* (1872). Sintetizava deste modo os seus dez volumes da *História da Literatura Portuguesa* (1870-72), retomando a ideia com que iniciara a *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*:

"o terrível elemento classico triumphou. (...) Ao percorrer os seus diferentes periodos [da literatura portuguesa], chega-se a uma desoladora conclusão: como um povo formado artificialmente, nunca tivemos uma litteratura verdadeiramente nacional." (1870: 3; cf. 1870a: 266) (10).

Na tese apresentada ao Curso Superior de Letras, a razão que dá para esta falta de originalidade é ainda a opressão do espírito nacional pelo classicismo renascentista:

"eis a fórmula que se demonstra: Na lucta entre as tradições latinas e o genio das litteraturas da Edade media, a Litteratura portugueza foi a que mais sacrificou o caracter nacional ao classicismo e a que mais perdeu da sua originalidade." (1872: 5).

Assim, exceptuando *Os Lusíadas*, a *Historia Tragico-maritima* e os *Romanceiros* populares, todas "as outras obras podem representar os meios que violaram a evolução do

espírito nacional, abafando-o pela auctoridade ou pelo prestigio." (1872: 9; cf. 1881: 14) (11). Apesar da revisão que foi efectuando da sua obra, na *Recapitulação* mantém-se esta psicomaquia entre o "espírito nacional" ("os elementos orgânicos tradicionais e populares") e as imitações externas (sobretudo os modelos clássicos), considerando a "raça" como a única entidade criadora e as tradições alheias como antinacionais (1984 [1909]: 66).

Se no *Parnaso Português Moderno* (1877) e na edição do *Cancioneiro da Vaticana* (1878) supera parcialmente esta visão negativa, na *História do Romantismo em Portugal* (1880) ainda mantinha este diagnóstico sombrio, em que incluía o próprio romantismo:

"Correndo todas as phases da litteratura portugueza, vê-se que ella nunca tirou os elementos de criação d' esse fundo vital, fecundo e sempre colectivo das *tradições* nacionaes. Em vez de apresentar a originalidade que resulta da elaboração artistica das proprias tradições, só teve em mira imitar as grandes correntes litterarias dos outros povos da Europa. **A palavra imitação resume a synthese historica da litteratura portugueza**; do seculo XII a XIV imitámos o lyrismo provençal; no seculo XV imitámos o lyrismo castelhano; no seculo XVI o lyrismo italiano; no seculo XVII as aberrações castelhanas e italianas de Gongoristas e Marinistas; no seculo XVIII imitámos o regimen poetico de Boileau. Quando no seculo XIX viesse a prevalecer na Europa a nova comprehensão das litteraturas sob o seu aspecto nacional, em Portugal haviamos tambem imitar o Romantismo." (1984a [1880]: 89-90; destaque nosso).

Teófilo não nega boas intenções aos românticos, mas pensa que ao procurarem compor obras com carácter nacional "desconheceram o valor da *tradição*, e inventaram tradições a capricho, sobre que fizeram romances, dramas e poemas" (*id.*: 90). Ao contrário das literaturas inglesa e espanhola, que constituíam paradigmas românticos da originalidade (cf. II.4.3), "Em Portugal, nunca os escriptores receberam inspiração das tradições nacionaes, por um motivo muito facil de explicar: porque não tivemos nacionalidade. Vê-se isto nas condições economicas d' esta nação, que foram sempre provisórias e nunca se tornaram organicas."; "Essa consciencia intima que um povo tem da sua independencia, é o que se chama *nacionalidade*." (*ibid.*). Assim, acusa os românticos portugueses de terem produzido imitações e de terem inventado as tradições nacionais (Herculano inventou a tradição do convento da Batalha, Castilho fabricou um Auto pelo gosto da escola de Gil Vicente e Garrett produziu contrafacções da poesia popular) (*id.*: 111-2). Por isso, afirma que Garrett e Herculano não compreenderam o carácter nacional, pelo que o nosso romantismo teria sido uma "supposta renascença do espírito nacional" (*id.*: 111).

Considerava por isso que "A mocidade que surge por si, e se faz forte pelo estudo e pela moral, nada lhes deve, e isto lhe dá direito de os julgar com impassibilidade." (*id.*: 121).

Teófilo Braga via no absolutismo monárquico e religioso as causas desta obliteração do sentimento nacional (cf. V.5), que teriam gerado "um profundo esquecimento da Idade Média, que durou seis séculos e em que as literaturas da Europa se exerceram em falso, porque não se inspiravam das suas origens tradicionais, onde encontrariam uma natural fecundidade, bem como o seu destino social." (*id.*: 11).

Diferente é a perspectiva que elaborou sobretudo desde os primeiros anos do século XX, graças à reabilitação de Garrett (1892, I; 1903a; 1905a; 1905b). Mas, marcado pelo seu "lusismo" final, mantém na *Recapitulação* o seu diagnóstico inicial, exceptuando agora a Idade Média e o Romantismo garrettiano. Assim, faz da raça um elemento prosopopáico, em luta constante com o classicismo e as influências desnacionalizadoras (primeiro a imitação latina e depois o castelhanismo), com fases em que a raça revivesce, acorda, etc., tentando manter a sua vitalidade orgânica. Para Teófilo, na Idade Média travava-se o combate entre as raças originais e as tradições clássicas. O Renascimento e os séculos XVII e XVIII representavam o triunfo do espírito clássico, mas o século XIX, colocando as nacionalidades no primeiro plano, acordava de novo o génio das raças, com um regresso às origens puras da nação (12).

Se bem que Teófilo já falasse antes da falta de originalidade da literatura portuguesa, a ideia não era de modo algum inédita, sendo mesmo "imposta" através dos temas propostos aos candidatos ao concurso. Numa das duas lições obrigatórias, que versava sobre literatura moderna, foi sorteado o primeiro dos trinta temas redigidos por A. Soromenho: "A Renascença foi a morte da nacionalidade na literatura" (13). Compaginável com este era o quinto tema, em que se afirmava que "A literatura do meio-dia era, na idade média, a expressão fiel da sociedade, o que devia produzir a sua decadência imediata". O décimo quinto tema ia no mesmo sentido: "O dogmatismo literário, isto é, a escola do classicismo, produziu uma literatura sem inspiração." No conjunto, observa-se uma continuidade destes temas com as ideias que A. Soromenho proclamara nas Conferências do Casino um ano antes: "16º - A literatura portuguesa carece de

originalidade"; "26º - A escola italiana produz na Espanha e em Portugal o mesmo resultado, que a poesia provençal: a degeneração e a decadência da poesia".

De facto, Augusto Soromenho, o antecessor de Teófilo no Curso Superior de Letras, à semelhança do que este afirmara na *História da Literatura Portuguesa. Introdução* (1870), proclamou na terceira das Conferências do Casino ("A Literatura Portuguesa") a falta de originalidade da literatura portuguesa, exceptuando Camões ("o único poeta verdadeiramente original e nacional"), Gil Vicente ("um ensaio da individualidade e de originalidade") e Soares dos Passos:

"Entendia por não termos tido nunca literatura: -não termos produzido literatura própria, criadora, original. A falta de originalidade, de invenção, de inspiração própria, revelava-se-lhe em tôdas as escolas que Portugal se pôz a seguir desde o início da sua literatura: -Viveu-se sempre de empréstimo, na sua frase. Afirmou que o provavam essas escolas e suas designações: escola provençal, escola italiana, escola espanhola, escola francesa. Quere dizer: - da Provença, da Italia, da Espanha, da França, copiámos a idéa e imitámos a forma." (Salgado Júnior, 1930: 39; cf. 38-46).

Soromenho desvaloriza o classicismo porque "essa literatura não tem character nacional, não exprime a vida do país, é mero exercício." (*id.*: 40). Vai mesmo ao ponto de afirmar que "Os nossos clássicos servem só para o estudo do vocabulário: podem bem, portanto, ser substituidos por um bom dicionário." (*ibid.*) (14).

Antero, na primeira das Conferências do Casino, fazia eco das ideias de Teófilo, citando-o mesmo:

"Ao pé da philosophia, a poesia. Para opor aos Cyclos epicos da Tavola Redonda, de Carlos Magno e do Santo Graal, tivemos aquelle admiravel *Romancero*, as lendas do Cid, dos Infantes de Lara, e tantas outras, que se teriam condensado em verdadeiras epopeas, se o espirito classico não tivesse vindo dar á Poesia uma outra direcção. Ainda assim, grande parte do teatro espanhol saiu da inesgotável mina do *Romancero*. Para opor aos trovadores provençais tivemos também trovadores peninsulares. Dos nossos reis e cavaleiros trovaram alguns com tanto primor como Beltrão de Born ou o conde de Tolosa." (1926 [1871]: 98).

Por outro lado, segundo Antero, devido à Contra-Reforma e à educação dos Jesuítas, "o genio livre popular decaído, adormeceu por toda a parte: na arte, na litteratura, na religião" (*id.*: 121):

"Em quanto á arte e litteratura, mostrava-se bem clara a decadencia n' aquellas massas estupidas de pedra da architectura jesuitica, e na poesia convencional das academias, ou nas odes ao divino e jaculatorias fradescas. *O genio popular, esse morrêra ás mãos do clero, como com tanta evidencia o deixou demonstrado nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a Litteratura portugueza, o snr Theophilo Braga.*" (id.: 122; destaque nosso).

Na sua proclamação da falta de originalidade da literatura portuguesa, Teófilo Braga acompanhava as teses de Ferdinand Wolf (s/d [1859]) (15), que à luz de um organicismo genético, considerava que a génese (o princípio) da poesia era decisiva para a compreensão do "carácter fundamental y el proceso ulterior condicionados por aquel principio". E aplicava essa concepção à poesia portuguesa:

"Precisamente los periodos más antiguos (...) son para la *historia del desarrollo genético-pragmático* de la poesía, como de cualquier otra manifestación espiritual que proceda con continuidad, de la más alta importancia y de las más fructuosas consecuencias." (s/d: 441-2); "Me he detenido en estos comienzos de la poesía portuguesa porque creo que en general en las naciones, lo mismo que en los individuos, los primeros años juveniles son los más decisivos y de influencia más duradera para la formación de los rasgos fundamentales, siendo, por lo mismo, los más importantes para el recto conocimiento y juicio de toda la ulterior evolución" (id.: 448; destaque nosso).

Wolf segue claramente os pressupostos de F. Schlegel, que considera que para uma literatura ter um carácter nacional necessita de um período poético primitivo (a idade heróica viquiana) anterior a um desenvolvimento mais regular e artístico, sem o qual nenhuma literatura alcançaria um conteúdo e um carácter nacional próprios (1829, I, cap. VII). Por sua vez, F. Schlegel, como F. Wolf, dava continuidade ao "princípio genético" de Herder, que aplicava aos povos, aos homens e à natureza a noção de que as origens (as "raízes") marcam a posterior evolução (num modelo biológico-vegetativo) de todos os seres vivos da natureza, que assim "germinam", "florescem" e "morrem". Neste âmbito, o "carácter do povo", a "índole nacional" (*Volkgeist*) era o "espírito genético" da nação, a causa primitiva criadora (a força orgânica) de que emanava toda a vida dos povos: "A força genética é a mãe de todas as transformações sobre a terra." (cf. Meinecke, 1983: 365).

Ora, segundo Wolf, depreendia-se do estudo dos cancioneiros medievais (tal como eram conhecidos então) que a poesia lírica portuguesa dos inícios era de natureza artística e palaciana e surgira da imitação provençal, não tendo uma base nacional e popular: "formada conforme á

modelo extranjero (provenzal), sin haberla precedido, como á la castellana, una poesía semipopular, semiartística, indígena, surgida de elementos populares y basada, por lo tanto, en lo genuinamente nacional." (s/d: 447). Assim, à luz do organicismo referido, e tendo como base as teorias do "primitivismo poético" (cf. II.4.2), Wolf concluiu que o desenvolvimento posterior das literaturas peninsulares dependeu deste início, que teria sido inorgânico na poesia portuguesa (imitação estrangeira) e orgânico (popular e nacional) na castelhana.

Trata-se, como se pode observar, de uma transposição para as literaturas peninsulares da distinção romântica entre o orgânico e o inorgânico, paradigmaticamente na oposição entre a originalidade (carácter nacional e popular) da literatura grega e a imitação (carácter artificial) da literatura romana (cf. II.4.3). Por isso, no entender de Wolf, a poesia castelhana, que no seu período brilhante se mostrara original e nacional, até mesmo nos períodos de decadência revelava uma força vital própria, podendo autoregenerar-se. Porém, a poesia portuguesa ter-se-ia desenvolvido a partir de um princípio puramente artístico e estrangeiro, antes que a poesia popular indígena lhe pudesse dar uma base suficientemente ampla para apresentar obras artísticas de tipo nacional, sendo mais imitativa e receptiva do que produtiva:

"De aquí que sus rasgos fundamentales (...) son: dependencia del influjo externo, instinto de imitación, gran flexibilidad y una blandura rayana en la flojedad; en una palabra, que es más receptiva que productiva. De aquí que aún en los tiempos de su más acentuada peculiaridad le faltara empuje, y que los poetas más populares de los portugueses, Gil Vicente y Camoens, fueran fenómenos aislados sin efecto ulterior. De aquí que cuando cayó á su vez la poesía portuguesa se hundiera en una agonía, de la que sólo pudo sacarle un impulso externo, ayuda extraña." (id.: 447; cf. 469 e 480-1; destaques nossos).

Um pouco menos linear e algo forçado é o argumento wolfiano segundo o qual os aspectos populares e nacionais que depois surgem na poesia portuguesa medieval resultam menos de "un desenvolvimiento espontaneo de la poesía portuguesa, que haber sido efecto de la influencia galaico- -española" (id.: 471-2), e tudo isto pelo facto de até os castelhanos terem composto em galaico-português, "influenciando" assim os poetas portugueses. Os poetas castelhanos teriam exercido a sua influência mediante o galaico-português, de carácter nacional e popular:

"se había desenvuelto, independientemente de la poesía artística extranjera, otra sustantiva, popular, que presupone una floreciente poesía del pueblo, que por medio de ellos llegaron á la lírica artística galaico-portuguesa aquellos elementos populares, y que, cuanto más la cultivaban, tanto más cediesen las formas extrañas á las

nacionales, gracias á ellos más que á los portugueses mismos, que se entregaron tanto al influjo extraño y cuidaban tan exclusivamente de la lírica artística cortesana" (*id.*: 472).

A prova estaria no facto de os castelhanos, ao escreverem na sua língua, só terem usado formas populares e nacionais, não se servindo de formas estranhas e provençais, mesmo no século seguinte:

"se mantuvieron fideles á sus formas nacionales, y que, por el contrario los portugueses, como hemos visto en el ejemplo del rey D. Pedro, ya en este siglo empezaron á poetizar en castellano, costumbre que creció considerablemente en el siglo próximo y más aún en los siguientes" (*id.*: 473; cf. 479).

Em suma, os portugueses teriam sido um pouco mais "nacionais" devido à influência dos castelhanos.

A articulação entre as ideias de F. Wolf e de Teófilo Braga é sublinhada por F. Adolfo Coelho em recensão efectuada à *História da Literatura Portuguesa. Introdução*. Adolfo Coelho observava que Teófilo seguia o ponto de vista de Wolf e de todos os que estudaram a nossa literatura numa perspectiva genético-comparativa, constatando que a literatura popular, tolhida por obstáculos exteriores, não chegou a um desenvolvimento erudito (1873: 146): "Wolf indicou apenas o facto [falta de originalidade e de carácter da nossa literatura] e com todo o rigor de mestre; o sr. Braga tratou d' esplica-lo." (*id.*: 137). O problema, segundo Adolfo Coelho, estava no facto de Teófilo tentar explicar essa ausência de uma grande elaboração poética, original e nacional com base na sua "falsa ideia" da organização da sociedade moçarábica. Para Adolfo Coelho, esse fenómeno teria resultado antes do facto de entre nós ter dominado o elemento francês (desde D. Afonso Henriques). Os Cancioneiros, afirma, são de Portugal pela língua, mas são franceses pelo espírito e pela forma. A classe nobre desprezava, a seu ver, a poesia popular e a Igreja combatia-a. Assim, se o que salvou as literaturas populares da sua vida esporádica foi o facto de terem servido de base a uma literatura erudita, o problema é que em Portugal essa base tinha vindo de fora (*ibid.*). Adolfo Coelho parece assim mais fiel à ideia da "inorganicidade" de Wolf, o que é visível no seu comentário à edição do *Cancioneiro da Vaticana* por E. Monaci:

"Isto mostra-nos como a poesia portugueza nos primeiros *Cancioneiros* pertence unicamente a Portugal pela lingua, mas á França pelo espirito e pela fórma. Esta minha proposição é muito absoluta. Já Diez apontou (...) como os poetas d' esses *Cancioneiros* tentavam dar um tom nacional a essa poesia d' origem estrangeira. Em todo o

caso, a relação d' essa poesia com a vida nacional carece de ser aprofundada, e podel-o-ha ser sómente quando o grande *Cancioneiro* portuguez da Vaticana estiver todo publicado." (Coelho, 1873c: 160).

Se atendermos ao discurso da história literária antes de Teófilo Braga, constataremos que o veredicto da falta de originalidade da literatura portuguesa era dominante, com excepção do trabalho pioneiro de Bouterwek, que vincava o seu carácter original e romântico (em sentido tipológico): "Portuguese poetry is no less national than Spanish." (1823 [1805], II: 404). Porém, se na literatura espanhola destacava uma feição cavaleiresca, religiosa e moral, entendia que na literatura portuguesa o elemento predominante era a poesia pastoril, com excepção de Camões (*id.*: 403). Sismonde de Sismondi segue esta descrição, mas desvaloriza o que afirma ser o "falso sistema de literatura" em Portugal, ou seja, a "monomania pastoral" (1813, IV: 454-5), que desde o século XII dava "à toute leur littérature quelque chose d' enfantin, de doux et de maniéré." (*id.*: 544). A "originalidade" proclamada por Bouterwek entra assim no esquecimento e torna-se mesmo inconciliável com os propósitos dos românticos portugueses.

Do ponto de vista dos defensores da tradição greco-latina, a preocupação com a questão da originalidade não existia. Pelo contrário, a nobilitação da literatura portuguesa passava pela sua inserção na genealogia da antiguidade clássica. O primeiro manual de literatura portuguesa, o *Bosquejo* de Borges de Figueiredo (1844), começa com a história da literatura grega e romana, a que dedica mais de dois terços do total da obra: "pois, que neste nosso ensaio nos occupemos da historia da litteratura portugueza, convem remontar-nos á grega e á romana, que lhe deram o nascimento ou o exemplo" (1862: 19) (16). Este exclusivismo, contestado pelos românticos, é condenado na extensa crítica de Álvaro R. de Azevedo ao *Bosquejo* de Borges de Figueiredo:

"é certo que cinco escholas litterarias successivamente teem predominado em Portugal - a da idade-média ou gallega, a classico-italiana, a classico-castelhana, a classico-franceza, e por ultimo a romantica, -cada qual com suas fontes ou origens especiaes, cujo estudo é indispensavel para achar a filiação, character e relações de cada uma d' essas escholas, ou dos seus adeptos." (Azevedo, 1866: 71).

Simões Dias usará uma argumentação semelhante: "A litteratura grega e a romana, que deixámos esboçadas, não foram as unicas fontes da litteratura portugueza. Muito influiram nella as litteraturas que estiveram em contacto com a nossa, taes são a ingleza, a franceza, a

hespanhola e a italiana." (1875: 24; cf. 1898: 102). J. M. Andrade Ferreira critica, no mesmo ano, os "idoltras da litteratura classica": "para elles, após a preponderancia do Imperio romano, tudo demudou a fôrma e a essencia, e se remodelou, quanto ás letras, pelos modelos latinos." (1875: 40). Esqueciam-se assim, continua, as origens medievais, autóctones e populares "da poesia moderna" (17).

Em termos globais, a condenação da hegemonia do classicismo na literatura portuguesa provém da perspectiva da história da literatura portuguesa construída desde Garrett e Herculano, centrada na Idade Média (como centro histórico imaginário) e no *Volksgeist* nacional, em luta dialéctica com as influências externas e a imitação dos modelos clássicos. Se Garrett foi importante por valorizar a "poesia popular", Herculano influenciou profundamente os historiadores da literatura ao considerar o Renascimento clássico como a principal causa da decadência da literatura portuguesa.

No "Elogio histórico de S. X. Botelho" (1842), que Teófilo cita com frequência, Herculano afirma que no Renascimento se anulam as nossas instituições primitivas e que a poesia romana mudou o carácter da poesia moderna, na medida em que a sociedade deixou de ser cristã e nacional para se tornar pagã e "peregrina" (18). Os portugueses, netos de celtas, godos e árabes, ter-se-iam esquecido de si próprios. O seiscentismo, continua Herculano, foi uma tentativa de restauração da nacionalidade perdida, mas falhou porque o seu esforço não foi acompanhado pela restauração social completa do modo de existir do povo português anterior à Renascença clássica. Assim, a uma escola antinacional ter-se-ia seguido uma escola "falsa e ridícula". A reacção arcádica, mais dura do que o renascimento, é classificada por Herculano como um anacronismo, tal como a monarquia de Pombal. A "escola" de Bocage, por seu lado, apenas teria preparado metade da revolução artística romântica, ao tornar a poesia popular, mas não nacional, tarefa que coube a Francisco Manuel, que "hasteou" a bandeira portuguesa e "rasgou" a romana. Os poemas de Garrett, *D. Branca* e *Camões*, teriam sido o sinal evidente da revolta romântica (19).

No entanto, Herculano não partilhava a crença de Garrett (e de Teófilo) na "poesia popular" medieval, considerando o Romanceiro uma imitação da literatura espanhola, como declarava em carta de 1876:

"Garrett procurou dar aos romances da collecção que fez a maior nacionalidade e a maior antiguidade possíveis. Era natural. Mas Garrett (...) era um fraco erudito. Por este lado ha pouco que fiar nas apreciações da sua critica." (s/d, t. II: 240); "O estudo comparado dos monumentos poeticos gallegos ou portugueses que nos restam dos seculos XIII e XIV convenceram-me da existencia de uma regra que creio sem excepção. É que nenhum romance ou poesia narrativa tem a sua origem em Portugal ou em Galliza, e que por muito antiga e nacional que pareça não passa de uma traducção ou imitação. Os trovadores e jograes desta parte da Peninsula cultivavam apenas uma especie de lyrismo barbaro. Compunham endeixas amorosas, canção laudatorias, cantos ao divino, cantigas satyricas, etc., mas o romance e a xacara eram-lhes estranhos." (*id.*: 238-9).

Segundo Herculano, a principal razão da ausência de poemas narrativos ou de romances "portugueses" não era a ausência de tradições nacionais (como Wolf e Teófilo defendiam), mas a falta de "tendencia para o genero", considerando o génio nacional mais propenso ao lirismo: "É até possível, e eu inclino-me a crê-lo, que se reputasse a lingua gallega ou portuguesa mais propria para as composições lyricas, como as concebia a idade media, e o castelhano mais accommodado á poesia narrativa." (*id.*: 239-40). A prová-lo estavam, segundo Herculano, "o cancionero d' el-rei D. Diniz, e a collecção de versos de um grande numero de antigos trovadores portugueses, manuscripto do Vaticano recentemente publicado, as poesias em gallego ou português de Affonso Sabio, o cancionero chamado do Collegio dos Nobres, existente na biblioteca real de Lisboa e impresso em Inglaterra por Sir Charles Stuart." (*id.*: 239). Escusado será dizer que subjacente à crítica a Garrett está o nome de Teófilo, pois estava associado, com Adolfo Coelho, à divulgação da edição de Monaci do *Cancioneiro da Vaticana* e era o autor do *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português*.

Na sua fase do "lusismo" (cf. VI.2), Teófilo critica esta atribuição de uma origem castelhana aos romances narrativos, que Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Menéndez Pelayo também defenderam. Herculano é considerado, como estes filólogos, um "desnacionalizador" (1914: 269-73). Teófilo reconhecia que existiu uma imitação de canções e romances castelhanos, mas concluía que já então se tratava de uma forma da absorção do lusismo pelo castelhanismo . Ao mesmo tempo, porém, negava a importância dessa influência ao afirmar que esses romances faziam parte de uma tradição comum aos povos meridionais (*id.*: 267-9). Porém, como veremos, a oposição a Herculano era mais forte, e estabelecia-se em torno da fundação da nacionalidade, a que se opunha a perspectiva étnica de Teófilo (cf. V.3). Por outro lado, a antipatia de Teófilo por

Herculano resultava também do facto de já antes do Concurso de 1872 este ter criticado ironicamente as teses expendidas na *Poesia do Direito*, nos *Forais* e no *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português*:

No *Almanaque das Senhoras*, dirigido por Guiomar Torrezão, Herculano satirizava a teoria moçarábica e o conceito de nacional-literatura:

"A sciencia moderna dividiu as manifestações da intelligencia em relação á litteratura em duas classes. Uma pertence ás academias: é aristocratica, paceira, imitadora, cosmopolita, descorada, pedante, velhaca, fazendo escandaloso abuso da escova e da grammatica. É aquella a que o publico actual, o publico ignorante (...), *cretinisado*, chama litteratura nacional. A outra é democratica e não entra nas academias; prefere as *hortas* e a *cova-funda*: detesta a escova, a grammatica e a gravata. É uma função fatal daquella secção da sociedade que não se lava. Vem espontaneamente das fibras, do sangue, do organismo, como o furunculo ou a exostose. **É radicalmente portuguesa porque oriunda da Allemanha, donde chegou ha tempos, via Mosarabia.** A sciencia (...) denominou-a 'nacional-litteratura' (...) A litteratura nacional e a 'nationa-litteratura' são duas entidades que se distinguem essencialmente, que se excluem, que se repellem, como se odeiam (...) Essa antinomia explica admiravelmente a glottica."; "Demonstrado, pois, que ás duas litteraturas não é dado co-existir, e que a verdadeira, a legitima, a democratica, a de direito natural e divina, em summa, a mosarabica, é a unica racionalmente possivel, segue-se que á 'naciona' pertence, de direito e de facto, o futuro, como de direito lhe pertencia o passado. No passado, apesar de oprimida, ainda os seus vestigios são magnificos." (20)

"Obscurecida durante seculos, a variada e brilhante poesia dos litos e mosarabes renascerá com todo o esplendor primitivo, logo que a sciencia da parte sã da mocidade, que está sobre os ovos, complete a incubação. Será esse o dia de juizo para a velhaca da litteratura nacional." (s/d, II: 176-9; cf. 283-5; destaque nosso).

Herculano rematava com um paralelo, que já Castilho encenara na Questão Coimbrã, entre o "gongorismo" do século XVII e o do século XIX, um gongorismo "das formulas scientificas, do pueril, do paradoxal e do ininteligivel. O gongorismo do seculo XVII deu origem ao celebre *Fr. Gerundio*. Não vejo inconveniente em que o do seculo XIX faça brotar do ideal o *Licenciado Supino*." (*id.*: 183-4). Já em carta a Oliveira Martins, a propósito do artigo deste sobre o *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português* (1867), Herculano dizia que Teófilo lera Vico e Herder em segunda mão e que, por não ser um estudioso, optava por fazer muito ruído, criticando ironicamente o "gongorismo" histórico desses "desvios das symbolicas, das syntheticas, das dogmaticas, das heroicas, das harmonicas, etc." (Herculano, s/d, I: 34-5). A resposta de Teófilo não demoraria muito (21), acompanhada da mais recente animosidade pela resposta de Herculano aos apelos que a "geração nova" lhe dirigiu aquando do encerramento das Conferências do

Casino, ficando patente a distância ideológica a que estava, por exemplo, do federalismo republicano de Teófilo (22).

António Pedro Lopes de Mendonça, ocupante efémero da cadeira de Literaturas Modernas do Curso Superior de Letras em 1860, ilustra de modo exemplar, pelo seu percurso crítico, a oscilação entre o critério nacional da literatura e a sua dimensão cosmopolita. Nos *Ensaio*s, como Garrett e Herculano, valorizava a originalidade nacional em oposição à imitação estrangeira. Para ele, a organicidade popular era a verdadeira fonte de inspiração: "É evidente para nós, que a imitação servil estrangeira, desfigura e empobrece as litteraturas." (1849: 110-1). De acordo com Herculano, data a decadência política e literária a partir da emergência do absolutismo, com D. Manuel I, e da imitação excessiva da civilização romana, de que isenta Camões, António Vieira e Garrett. Pela sua argumentação, Lopes de Mendonça filia-se claramente em Garrett e pode considerar-se o mais directo antecessor da perspectiva teofiliana:

"a litteratura depois de ter produzido os *Luziadas*, vegetava apodrecida nos *gongorismos* do conde da Ericeira, e apenas se elevava nas obras de um jesuita - o padre Antonio Vieira.

E entenda-n' no bem ! **A feição principal da nossa litteratura até ao sr. Garrett, é não ser nacional, é não ser popular**, é revelar-se um desenfado da ociosidade, e não uma missão regular, sagrada, espontanea do talento. Faziam-se versos ás freiras, e aos fidalgos, compunham-se bacamartes de theologia para os frades, escreviam-se inspidas chronicas para relatar o *dolce far niente* dos nossos reis; mas **tudo sem a inspiração verdadeira, que nasce do genio do povo, do esplendor dos acontecimentos, da seiva fecunda das idéas.**" (1849: 14; destaques nossos).

Segundo Lopes de Mendonça, no reinado de D. João V, Portugal podia ter tido uma literatura nacional, mas o movimento literário não teve bases populares:

"privado de acção popular, manietado ás formulas da côrte, a sua litteratura era uma litteratura, permitta-se-nos o termo, de *estufa*, capricho de alguns poderosos, com bons desejos, desenfado do ocio, e não impulso espontaneo do genio nacional. As litteraturas poderosas, são as que representam idéas, as que se inspiram de sentimentos generosos, as que rasgam nas suas aspirações, os véos que encobrem o futuro. Quando falta a influencia social ao talento, o talento rasteja penosamente, mas nunca vôa, nem se eleva." (1849a: 16).

Por isso, continua, a literatura portuguesa voltou-se para a imitação da literatura francesa.

Oposta seria a perspectiva de A. P. Lopes de Mendonça nas *Memórias*, em que passa a desvalorizar o critério romântico da fidelidade às tradições nacionais, em nome do progresso cultural, considerando que as influências entre países são normais:

"essas appellações para a nacionalidade litteraria são estereis, e não passam de um *logar commum*; poderia proval-o com o proprio *Romanceiro*, que o sr. Almeida Garrett ainda recentemente publicou." (1855: 3) (23).

A evolução histórica da literatura e o seu progresso social são, nas *Memórias*, mais importantes do que a fidelidade ou não ao "espírito nacional":

"**Eu não creio** infinitamente nos que se afadigam em proclamar as excellencias de **uma litteratura exclusivamente nacional**. Atar o élo da tradição é uma tarefa ardua, se não impossivel. E quando é que a nossa litteratura apresenta uma physionomia indigena?"; "É possivel que no contacto continuo das nações, se possa conservar ileisa a sua individualidade litteraria?" (*id.*: 212; destaques nossos); "As litteraturas preponderantes, e a preponderancia litteraria não é attributo exclusivo de um só povo, hão de dictar e prescrever as fórmãs da arte. O drama, moldado pela scena franceza, poderá tornar-se nacional no assumpto, nos sentimentos, nas recordações historicas, mas ha de accomodar-se aos modelos consagrados."; "Podêmos glorificar a nossa nacionalidade, sem nos affastarmos da verosimilhança." (*id.*: 212-3).

No seu entender, a pedra de toque da crítica não devia ser a apreciação da influência ou imitação, mas a verificação da maior ou menor afinidade que cada escritor tem com o seu século: "Para apreciar a poesia, e os poetas, é força considerar o tempo em que elles vivem, as idéas a que elles inevitavelmente hão de prestar homenagem, as difficuldades que elles não podem repudiar, pela mera energia da sua vontade." (*id.*: 4). Assim, diz respeitar as tradições, mas prefere a evolução: "acreditámos que a poesia, emancipando-se do passado, obedeceu a uma infallivel lei historica, a lei do progresso" (*id.*: 10) (24). Os poetas são mesmo valorizados pelo seu poder de emancipação histórica: "Vates lhe chamava a antiguidade quer dizer prophetas e seguramente foram elles os verdadeiros chefes espirituaes da humanidade, nas crises da sua transformação." (1860: 191).

Ao analisar a poesia medieval portuguesa, com base nos textos até então conhecidos, refere a importância da poesia trovadoresca galaico-portuguesa e a influência da poesia provençal que, segundo a lição de Fauriel e Villemain, foi perseguida em França, mas foi imitada na Península Ibérica, onde se terá refugiado, emancipando-se do poder clerical. Na ausência de

textos poéticos, mas baseado nos contactos entre a Península e a Provença e na analogia de raça, tradições e língua deduz que "A litteratura provençal prevalece portanto na Peninsula desde os principios do seculo XII até ao meado do seculo XIV" (1857: 38, n. 6) (25).

Por outro lado, e em oposição a Herculano, Lopes de Mendonça valoriza a Renascença como uma "admiravel tentativa de regeneração social" que se inicia com a dinastia de Avis, atingindo-se "o pensamento da liberdade social - da soberania, como hoje o nosso seculo o comprehende, e o pretende realizar. / A renascença parte d' ahi." (*id.*: 8-9).

Para Lopes de Mendonça, esta é a época nacional por excelência, e exalta os descobrimentos (ao contrário de Herculano) como época de renascimento da cultura europeia:

"É a era da esperança, da acção instinctiva, do heroismo nacional, que vae desafiar á propria terra o inimigo.

A renascença europeia deve tudo á renascença do seculo XIV em Portugal."; "É gloriosa e grande a parte que nos cabe na civilisação, cujos prodigiosos resultados contemplámos hoje." (*id.*: 9).

Assim, apesar da posterior decadência (peninsular), motivada pelo absolutismo político e religioso (Inquisição e Jesuítas), considera que não se deve deprimir a acção das descobertas (*id.*: 9-10, 29-33).

É aqui que entroncarão em parte as posições de Oliveira Martins e Antero, que compaginam esta leitura com a de Herculano, passando a Renascença e as descobertas a simbolizar simultaneamente o apogeu e a decadência nacionais (V.5).

Luís A. Rebelo da Silva, o primeiro professor de "História Pátria e Universal" no Curso Superior de Letras (1858) e que ocupou por duas vezes a cadeira de Literatura Moderna, dada a impossibilidade de Lopes de Mendonça, mantinha o diagnóstico de Herculano da falta de originalidade da literatura portuguesa, exceptuando a Idade Média e o romantismo, que prefere denominar "escola moderna". Num estudo consagrado aos "Poetas lyricos da geração nova" (1854), e em particular a Mendes Leal, afirma o carácter imitativo da literatura portuguesa, repetindo a mesma argumentação do estudo consagrado a Garrett (1848), que reatará no seu estudo sobre "A Arcádia Portuguesa" (1857):

"Tem sido fado da litteratura peninsular este erro de imitar os desenhos e pensamentos de fóra." (1910 [1854], II: 62); "Um leve esboço da physionomia das differentes epochas, e a rapida apreciação dos escriptores que as illustram, justificará a asserção que repetimos, censurando a indole imitativa, o ardor da versão e da paraphrase, que tanto entorpeceu desde o principio em Portugal o desenvolvimento e o esplendor das artes." (*id.*: 63); [da] "vista geral das transições porque chegámos á renascença da poesia nacional, resulta que se imitou e trasladou quasi tudo, havendo engenhos capazes de crear, se entrassem em nova e rasgada estrada." (*id.*: 73).

Assim, "A poesia nacional, ainda mimosa ao sair do ninho rustico das primeiras canções, encontrou logo as copias frias e quasi pedantes da renascença classica." (*id.*: 63). Os primeiros textos da "escola poética portugueza" (os apócrifos de Gonçalo Hermigues, Bernardim e os cancioneiros) "deixam entrever, pelo rasgo espontaneo, muitas galas lyricas que a disciplina dos greco-romanos suffocou quasi no berço." (*id.*: 63-4). Por isso, elogia Mendes Leal por seguir a "boa eschola portugueza" de Bocage, Filinto, Bernardim, Quita, R. Lobo (*id.*: 62-3) e por ser "um continuador das tradições interrompidas no seculo 16º pela renascença romana." (*id.*: 63). Como esta síntese se destinava a introduzir a apreciação da obra de Mendes Leal e dos poetas líricos da "geração nova", engloba-o nesta "escola nacional", em contraponto com outros contemporâneos, que desprezavam os clássicos e se voltavam para a imitação dos franceses (*id.*: 74).

O erro da renascença clássica, repetido com a Arcádia, foi, segundo Rebelo da Silva, a imitação exagerada dos antigos, "o esquecimento da nacionalidade, e a importação absurda de feições, que perderam o frescor e o sentido fóra do seu logar e do seu tempo, desenterradas, e não ressuscitadas." (1857: 68). Assim, preferiram "a cópia falsa á verdadeira expressão da alma."; "A escola do seculo XVI pecou por este vicio insanavel, e a Arcadia, mal advertida, em vez de o emendar, não duvidou repetil-o, como veremos." (*id.*: 69). Seguindo a lição de Herculano, defende que foram a opressão renascentista e o absolutismo monárquico que contribuíram para "annular os costumes e usos patrios" (1910 [1845], II: 118) e para a decadência nacional.

Entre os dois períodos nacionais (Idade Média e "escola moderna"), Rebelo da Silva só vislumbra, como Garrett, Herculano e Lopes de Mendonça, imitações estrangeiras, clássico-italiana nos quinhentistas e "D' ahi até Camões, e do cantor do Gama até aos labyrinthos intrincados do gongorismo refinado, as boas obras, que temos, mais ou menos, são reflexos do

estudo das letras romanas, das escolas italianas, e da hespanhola prevertida." (1910 [1854], II: 64). A épica seiscentista também não tem, afirma, nenhuma originalidade (*id.*: 66-7).

O período da Arcádia é valorizado por superar a "decadência" gongorista, "embora não subissem com a vista além dos horisontes da imitação" (*id.*: 67); "Quando chegou Bocage, a escola da Arcadia declinava depois de consummada a sua revolução. Aos mestres succediam os copistas, e, incapazes de crear, lançavam-se na importação fraudulenta de palavras e construcções francezas odiosas á lingua." (*id.*: 68). É neste contexto que Filinto aparece como regenerador do idioma e precursor do romantismo: "com as famosas versões dos *Martyres* e do *Oberon* abriu as portas á renovação romantica" (*id.*: 69) (26). De igual modo, vemos Bocage condenado "a reinar sobre imitadores como primeiro imitador, e adivinhando quasi a arte moderna" (*id.*: 70)

Neste quadro histórico, o romantismo aparece como um movimento regenerador, pelo seu regresso à originalidade nacional: "Tal era o estado decadente da poesia, e n' este crepusculo se apagava, quando principiou a revolução litteraria, e á testa d' ella o visconde de Almeida Garrett", acompanhado de Herculano, "os dois chefes da escola nacional" (*id.*: 71). Em Portugal dominara, em virtude do Renascimento, "Por longo tempo a imitação" (1910 [1845], II: 118). Mas Rebelo da Silva também condena a imitação e os exageros da "contra-revolução" romântica:

"Hoje alguns talentos escolhidos animaram-se a seguir diferente vereda e transplantar para aqui o que nos outros reinos já ia encanecendo."; "Mudaram-se as fórmias á imitação mas não mudaram o character á scena portugueza; ficou o que antes era - uma escrava sujeita aos sceptros das estrangeiras." (*ibid.*); "a renascença romantica esqueceu a indole propria da poesia do norte e do meio-dia, confundindo-as n' uma imitação servil como a classica de que se ufanavam os seculos XVI e XVII" (*id.*: 236).

De acordo com Rebelo da Silva, os franceses e os alemães fizeram de Shakespeare um modelo exclusivo e os portugueses passaram a imitar os franceses:

"Não se quiz remontar á origem da poesia peninsular, e vêr em Gil Vicente, em Bernardim Ribeiro, em Lopo da Vega, Calderon, e tantos poetas romanticos qual devia ser a indole, o gosto, e o sentido original e nacionalissimo do drama entre nós. Afrancezámos tudo" (*id.*: 237-8).

Assim, exceptuando Garrett, que considera original, nacional e popular, diz que as plateias do "theatro portuguez formam-se de um publico educado pela renascença franceza, que chamaram *romantica*." (*id.*: 389). Deste modo, é severo com os exageros românticos: "Depois de condemnar severamente a escola antiga e de a expôr á irrisão das turbas, a renascença romantica imitou-a no que ella offerencia de peor. Copiou-lhe as exaggerações, as pompas estereis, e a falsidade fundamental dos caracteres e dos sentimentos." (*id.*: 424). Apesar de louvar o intuito de regeneração dos românticos, ao "atar o fio das tradições nacionaes nos pontos em que os rompêra a renascença" (*id.*: 119), não deixa de censurar o desprezo do classicismo, da "pureza e harmonia de Atenas e Roma":

"A contra-revolução poetica d' este seculo não fez mais que auxiliar, completando-a, a victoria popular."; "As duas civilizações não se fundem nem se afferem pelo mesmo typo -o espirito de uma matou a outra mas o que a primeira revelou á segunda no segredo de verdades eternas são depositos que se não desprezam impunemente.

A eschola moderna portou-se com a arte greco-romana como os barbaros do norte com o imperio dos Cesares." (*ibid.*) (27).

3. Nação moral vs. nação étnica: a polémica de 1872

Como verificámos, a ideia da falta de originalidade da literatura portuguesa é dominante no discurso da história literária até 1880, não deixando de ser um resultado algo paradoxal da aplicação do critério da originalidade nacional das literaturas. Mas o mesmo sucedeu em França, nomeadamente na caracterização de Taine da literatura francesa (cf. II.4.3). Aliás, a cartografia literária dos irmãos Schlegel e de M.me de Staël estabelecia uma fronteira nítida entre as literaturas orgânicas/nacionais e as inorgânicas/imitativas.

Assim, a polémica suscitada pela tese teofiliana de 1872 não se deveu em particular ao facto de negar a originalidade da literatura portuguesa, que era "obrigatório" defender, de acordo com os temas propostos no concurso. A tese apresentada por Pinheiro Chagas, embora com outros fundamentos, também defendia a falta de originalidade da literatura portuguesa. O verdadeiro "escândalo" da tese de Teófilo Braga consistia na explicação desse "facto", ao introduzir o *moçarabismo* e defender as origens germânicas da "raça" portuguesa, não obstante nos seus primeiros trabalhos defender o *celtismo* de A. Ribeiro dos Santos e do Cardeal Saraiva. O que está sobretudo em causa no "diálogo" que se tece em torno da tese teofiliana é a questão das origens da nação, a disputa simbólica entre a nação *voluntarista*-moral de Herculano, Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Antero e a nação étnica de Teófilo Braga. Com efeito, a tese de Teófilo era revolucionária pela sua ousada tese do "moçarabismo" e na medida em que relegava a literatura culta (clássica) a um plano secundário e colocava no núcleo do sistema literário a "literatura popular", de origem medieval, inspirando-se em Garrett. Neste contexto, o *Romanceiro* era considerado superior à maior parte das obras literárias do património nacional, remetidas para o limbo da "imitação inorgânica", ideia a que reagia de modo particular, como vimos, Alexandre Herculano.

O critério popular é decisivo na revisão interpretativa da literatura portuguesa que Teófilo efectua. Mas admitir a existência de literaturas inorgânicas (sem vida), por não terem raízes populares e nacionais, e condenar a imitação, traduzia-se, na prática, na condenação global e inapelável de grande parte da tradição literária ocidental até, praticamente, ao Romantismo (28).

Na polémica travada com Teófilo, Antero e Oliveira Martins contestam a primazia das tradições medievais em nome da tradição clássica, valorizando a Renascença, ao contrário de Herculano, mas em sintonia com a sua concepção voluntarista da nacionalidade portuguesa. Esta recuperação do Classicismo, recriminado pelos românticos em nome das literaturas nacionais e da liberdade criadora, é curiosamente defendida em sintonia, no ano do tricentenário d' *Os Lusíadas*, por Oliveira Martins, Pinheiro Chagas e Antero de Quental, e em oposição à tese de Teófilo (1872), cuja teoria rática condenava *a priori* as manifestações do classicismo, salvaguardando no entanto *Os Lusíadas*, mediante uma interpretação romântica (cf. II.4.2.1),

também presente naqueles autores (29). A interpretação d' *Os Lusíadas* em relação à nacionalidade (moral ou étnica) torna-se central e polémica, uma vez que passa a dominar uma dimensão ideológico-política, resultante da leitura que os intervenientes fazem do futuro da nação, em função da "interpretação" da "nação épica" do passado.

Uma vez que os intervenientes na questão reformularam os seus trabalhos e as suas teses, teremos sobretudo em conta a sua formulação original em 1872 e a sua posterior reformulação em 1891, tanto da parte de Teófilo Braga (*Camões e o Sentimento Nacional*) como de Oliveira Martins (1891), sem descurar outros textos em que a questão se coloca. No conjunto, trata-se de uma discussão de ideias regida pela polémica (associada aos antagonismos pessoais), pelo confronto dialógico, em que os textos se constituem em torno da "palavra do outro", influenciando-se constantemente, apesar de essa apropriação mútua ser sempre negada.

Oliveira Martins e Antero, influenciados por Herculano, consideram que a fundação da nacionalidade portuguesa resultou da "vontade moral" e política, ao passo que Teófilo defende o seu fundamento étnico (rácico) (30). Em consequência, determinam-lhe outra origem-essência, contrapondo ao germanismo teofiliano e ao seu período áureo, a Idade Média, o romanismo e sua correspondente idade dourada, o Renascimento (em discordância com Herculano). Por sua vez, esta concepção passa a reger a avaliação das outras épocas da história e da literatura nacionais, classificadas como decadentes quando se verifica que houve um afastamento em relação aos elementos essenciais da nação (cf. V.5) (31).

No seu ensaio sobre *Os Lusíadas* (1872), única obra da juventude que a que daria uma segunda edição reformulada (1891), e que serviu de base à sua *História de Portugal* (1879), Oliveira Martins, em nota de rodapé (1872: 170-3), que suprime na edição de 1891, expõe pela primeira vez a sua teoria de que Portugal é uma nação moral, uma criação da consciência colectiva. Por isso, critica o moçarabismo de Teófilo, que define Portugal como nação natural, criação da natureza (da geografia e da raça), pois acha que o povo português não tem um carácter definido, devido à exiguidade territorial, à posição geográfica e à sua história:

"Quanto a mim, se algum dia intentasse escrever a historia portugueza, litteraria, politica ou social, o principio que havia de presidir a esse trabalho, o que tenho como a verdadeira comprehensão d' este povo, é que elle não é uma nação natural (geographica, ethnographica), mas sim uma nação moral; não é uma creação da natureza, mas sim uma creação da consciencia. É este o pensamento que sairá d' este livro que escrevo. Portugal é como

Roma. O hespanhol, o gaulez, o latino, todos eram *romanos*, porque ser romano não importa uma nacionalidade, importa sim um estado mental que abraça uma concepção *commum*. Se se não repete isto com os portugueses, é porque a sua acção no mundo nunca foi tal que preponderasse á de outros povos; mas o phenomeno da falta de character, da aptidão de os assimilar todos, o cosmopolitismo do genio portuguez, provam, parece-me, a doutrina." (1872: 173; cf. 164 e 300-1) (32).

O ensaio de 1872 ocupa-se assim do "romanismo nos *Lusiadas*": "A preocupação *romana* que nos *Lusiadas* como em todas as creações quinhentistas apparece, é o phenomeno que vamos estudar." (*id.* 165). *Os Lusíadas* têm neste ensaio o mesmo valor simbólico que tem o messianismo na *História de Portugal*, ou seja, são a *prova póstuma* da nacionalidade, porque o sentimento de patriotismo que predomina n' *Os Lusíadas*, e que dominava Portugal, "é a prova brilhante da sua existencia intensa como nação." (*id.*: 192) (33).

Como Portugal não possuía, segundo Oliveira Martins, qualquer especificidade natural como nação, sendo "*contra-naturam* um corpo hybridado distincto da Hespanha" (*id.*: 203), a sua ascensão histórica devia-se ao patriotismo, enquanto sentimento de abstracção moral, mas "*contra a logica natural*" (*id.*: 206) (34). A subsistência da nação após a Restauração devia-se aos interesses das potências europeias (*id.*: 188), mas permanecia como um facto contra a natureza, embora desta vez "porque o sentimento que produzira o Portugal-Roma do seculo XIV ao XVI já não existe" (*id.*: 208; cf. 1995 [1880]: 9). Ao negar a existência natural (geográfica ou etnográfica) de Portugal, Oliveira Martins afirmava que era por isso que um dia havia de desaparecer do mapa e que o iberismo era o único modo de garantir a sua sobrevivência (35). A ideia da ausência de individualidade étnica e nacional de Portugal antes dos Descobrimentos conduz ainda Oliveira Martins a negar originalidade à literatura portuguesa na época medieval, ao contrário de Teófilo, mas usando uma argumentação dialéctica similar (36):

"Desde que se abre a edade media até que se encerra, a originalidade poetica da Hespanha é nenhuma. A concepção épica dos *Eddas*, não podia acceital-a: impediam-lh' o o character de raça que adquirira, e o character do clima: antes succedeu o que na Italia succedêra; a acção do clima olympificou o paraiso odinico. Se, como os rhapsodos haviam *cantado* a *Iliada* e a *Odissêa*, na edade media peninsular outros rhapsodos cantavam tambem as canções *de gesta* em que se narravam os feitos dos heroes, essa efflorescencia poetica não era mais do que uma reproducção das lendas e das idéas que os *barbaros* traziam comsigo dos paizes d' onde vinham. A Hespanha era muda porque a Hespanha era *romana*." (1872: 22) (37).

Para Oliveira Martins, a poesia provençal tinha produzido uma "primeira renascença" do lirismo antigo:

"Quando recobra a voz, quando solta o canto, é quando o sol do meio-dia resurge de novo."; [o lirismo antigo passa pela Provença e] "toma corpo na pessoa de Camões" (*ibid.*) (38).

Não deixa de ser curioso que Oliveira Martins invoque a raça e o clima na sua argumentação, ele que tanto critica Teófilo pela sua utilização. Mas a afirmação de Oliveira Martins punha em causa o "dogma" romântico da originalidade da poesia medieval espanhola, pela sua fidelidade ao génio popular e nacional (39). Por isso, Teófilo considera essa afirmação um disparate: "A Hespanha sem concepção epica! ella que deu a ultima manifestação epica dos tempos modernos - os Romanceiros!" (1873: 78). E aproveita para vincar que na Península a raça goda foi a mais poética e fecunda de todos os ramos germânicos, sendo combatida pelo catolicismo por acreditar na humanidade de Jesus.

Apesar de convergirem na ideia da falta de originalidade da literatura portuguesa, as posições de Teófilo e Oliveira Martins eram praticamente irreconciliáveis por partirem de pressupostos divergentes. Se para Teófilo a originalidade teria de passar pela via popular e autóctone, Oliveira Martins afirmava que não via originalidade poética na nação portuguesa em nenhum monumento filho da imaginação popular (1953: 24-5) (40). Teófilo não encontrava literatura original na Idade Média e explicava o facto pela opressão da imitação clássica e pelo desprezo da tradição popular. Para Oliveira Martins só poderia haver originalidade poética nacional no Renascimento porque, na sua concepção, a nação só se constituíra no século XVI.

Antero, como Oliveira Martins, considerava o século XVI como a época nacional por excelência (1872: 27), e que a essa "evolução moral corresponde uma evolução litteraria"; "A época nacional portugueza, por excellencia, é o seculo XVI." Há então, diz, uma tensão patriótica que conduz à unidade política:

"Esta energica cohesão depura o sentimento nacional, dá-lhe uma segura consciencia de si, e leva-o áquelle grau de tensão em que o patriotismo, exaltando-se, se transforma n' uma especie de heroismo universal."; "Este typo, o verdadeiro typo portuguez do seculo XVI, como se revela nos Lusydadas, não é com effeito uma mera invenção do genio de Camões: é uma genuina criação nacional, um ideal do sentimento collectivo, que se foi gradualmente formando e depurando, até encontrar no grande poeta quem lhe désse uma expressão definitiva."; "O que o poeta canta é o heroismo portuguez; o peito illustre lusitano: e todo o seu poema se resume n' isto, como n' esse poema se

resume toda a vida moral portugueza durante um seculo. A razão intima dos acontecimentos, dos costumes, das opiniões encontra-se alli: explicam-se por elle, e só elles tambem o explicam completamente. O poema e a sociedade são por seu turno texto e glosa que mutuamente se commentam." (1872: 28).

As divergências sobre o conceito de nação e sobre o ideal de pátria daí resultantes associam-se às questões pessoais que o concurso de 1872 motivou, e que fizeram com que Antero apoiasse, de certo modo, Pinheiro Chagas. O motivo directo da zanga foi o facto de Antero criticar, sob o anonimato, as teses de Teófilo Braga, nas vésperas do concurso, no *Primeiro de Janeiro* (26/1/72), o que este viu como uma tentativa de o prejudicar (41). Teófilo sentiu-se ainda atraído por Antero ter escrito no jornal que Oliveira Martins era pioneiro da moderna crítica literária e que não tinha precedentes (Quental, 1872: 28) (42), só havendo antes dele erudição fradesca, o que Teófilo entendeu como uma acusação pessoal (43). Esta alusão e o facto de omitir os seus trabalhos de história literária (que um ano antes referira elogiosamente nas *Conferências do Casino*) em face do concurso próximo, despertam o rancor de Teófilo. Antero parecia preferir que o concurso fosse ganho por qualquer candidato, menos por Teófilo (44).

Para além de negar a Teófilo a prioridade no estabelecimento da moderna história literária portuguesa, Antero critica-o de modo alusivo pela falta de espírito filosófico, afirmando que em Portugal a história literária, iniciada na Alemanha, foi desde 1830 recebida com desdém (devido à repugnância pela ideias gerais, resultante do catolicismo), de modo superficial: "A historia litteraria continuou *erudita*, como d' antes, na sua gravidade inexpressiva, e a critica, apesar de muitas proclamações revolucionarias, acatou todavia o altar consagrado e o velho idolo do *gosto*." Assim, Teófilo, apesar de passar do gosto clássico para o gosto romântico, não conseguiu, segundo Antero, dar o passo que faltava:

"fazer penetrar o espírito philosophico na historia da litteratura patria, e de levantar entre nós a critica á altura em que mãos vigorosas e illustres a têm collocado n' outros paizes, a geração nova achou-se sem predecessores nem mestres entre os escriptores nacionaes, e teve forçosamente de se virar para os estranhos. D' aqui uma certa confusão, a adopção quasi *sur parole* dos systemas estrangeiros, e algum mau estylo..." (1872: 10-1) (45).

Hoje, continua, deve ir-se pelas ideias gerais e pelos estudos críticos: "A historia philosophica, a philologia, as sciencias sociaes, eis o vasto campo que, entre nós, a sua actividade tem de

desbravar e fecundar." E é só neste ponto que Antero reconhece que Teófilo deu os primeiros passos (46), o que não invalida as críticas anteriores, nomeadamente a afirmação de que lhe terá faltado a adopção de um "espírito filosófico" (47). Antero considera que o lado inferior de Teófilo são as teorias gerais, a parte filosófica, por não ser essa a vocação do seu talento, acusando-o de quimérico e sistemático, por dar às suas doutrinas gerais uma feição dogmática (força os factos a adaptarem-se à teoria ou põe-nos de lado quando não lhe servem) (*id.*: 11-3) (48).

Os intervenientes na polémica acusam-se mutuamente de falta de espírito científico (49). Oliveira Martins considerava Teófilo um grande poeta da nova literatura portuguesa (1869: 6) e que os seus poemas eram verdadeiras obras de arte (50). Em contrapartida, achava que era um mau crítico (afundou-se demais no passado e abandonou a poesia pela erudição) e pior historiador, sem que dele se pudessem esperar melhorias. Tal facto explicava-se, continua, pelo facto de não termos história filosófica, sendo as obras de Teófilo "tentativas abortadas" (*id.*: 11), e nem o próprio Herculano escapa à crítica, por lhe ter faltado a generalização filosófica, a síntese, que não faltariam a Teófilo, mas que o teriam conduzido a um excesso de especulação (*id.*: 12) (51). Assim, apesar de valorizar a sua acção como pioneiro da história filosófica entre nós, constatando que ninguém antes tentara vistas largamente filosóficas e generalizações superiores, considera que o seu terreno era a arte e não a ciência (*id.*: 15, cf. 39-41). Daí que atribua o moçarabismo de Teófilo à fantasia do autor: "A imaginação é assim. Do nada cria um mundo. É a suprema faculdade. A sciencia porém não se faz com ella: faz-se sim a poesia, da natureza, da historia ou do sentimento." (*id.*: 46-7) (52).

Na resposta a Teófilo que deixou inédita, e que A. J. da Costa Pimpão publicou, Oliveira Martins considera que ele representava entre nós os defeitos da Alemanha contemporânea, quer como publicista, que considera demagogo (*v.g.*, ao querer acabar com a monarquia), quer como filósofo e historiador, sendo um erudito viciado pela ciência alemã (com a sua febre de descobertas e a tendência de ir contra os mestres, que o induzem a teses temerárias e paradoxais), com um edifício científico e filosófico insustentável, devido a vícios de origem e de método (contradições) e a uma concepção naturalista da História (1953: 38-9).

Por seu turno, também Teófilo acusa Oliveira Martins de falta de espírito científico e considera o seu ensaio sobre *Os Lusíadas* um fructo pècco, tal como outros dois ensaios sobre *Os Lusíadas*, de que fez a recensão (de Joaquim Nabuco e Evaristo Leoni), dizendo tratar-se de literatura de folhetim e de academia que invocava "a rhetorica ou a esthetica, para acobertar com estas palavras a falta de processos scientificos." (Braga, 1873: 84) (53).

Uma vez empossado como professor do Curso Superior de Letras, Teófilo publica uma ressentida réplica aos críticos da sua *História da Literatura Portuguesa* (Antero, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas) (1872a), visando em particular Antero, numa espécie de acto performativo de "uma orgulhosa e ressentida vindicta" (Homem, 1988: 58) (54). Teófilo Braga considera débil o ensaio de Oliveira Martins (acusando-o mesmo de citar Gil Vicente e Clenardo através da sua obra) e é particularmente duro em relação ao quinto capítulo, "A Nação Portuguesa, que considera "A parte mais deploravel do livro", em que "discute a ethnologia e a philosophia da historia da *Nação portugueza*" (1873: 83), e onde, em extensa nota de rodapé, Oliveira Martins rebatia a tese étnica de Teófilo e defendia que Portugal nasceu na tentativa de ser uma segunda Roma e continuar o seu império universal, o que para Teófilo não era exclusivo do nosso país, mas um fenómeno europeu do Renascimento:

"suppõe-a um facto organico da nação portugueza, privativo d' ella, e unico movel da sua existencia e o porquê da sua historia. (...) Funda a nacionalidade portugueza, não nas condições de vida: a raça, o território, a lingua, as tradições, mas n' um facto moral, n' uma abstracção aérea a que chama consciencia." (*ibid.*).

O que está aqui em causa é uma diferente concepção de história em geral, e da História de Portugal. Nas suas *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa*, Antero distingue o que designa a escola etnológica de Teófilo Braga da escola social e histórica de Oliveira Martins, que diz ser a única filosófica, com um ponto de vista político e psicológico (1872: 23), a que se associa explicitamente (55). Destas "escolas" resultam interpretações diversas do povo e da nação, que Teófilo explicava etnicamente, considerando a literatura como a sua expressão natural. Também Antero crê na literatura como expressão privilegiada da "alma nacional", da "ideia nacional", mas na perspectiva político-psicológica, mediada pela "fenomenologia do espírito" de Hegel:

"Neste ponto de vista, a litteratura d' um povo, considerada como um todo symetrico, uma obra gigantesca e collectiva, apresenta-se como a expressão do seu espirito nacional, determinado não por tal ou tal elemento primitivo e, por assim dizer, psychologico, mas pelos elementos complexos, uns fataes outros livres, uns criados outros herdados, cuja synthese constitue a *idéa* da sua nacionalidade - raça, instituições, religião, tradição historica, e vocação politica e economica no meio dos outros povos. A idéa nacional, na sua evolução, determina gradualmente o que se póde chamar o temperamento da nação; e, se esta surda fermentação se manifesta em tudo, nos seus actos e nos seus pensamentos, revela-se sobretudo na sua imaginação, isto é, no seu ideal, cuja expressão mais livre é a arte e a litteratura." (*id.*: 23-4).

Não obstante as divergências entre Oliveira Martins e Teófilo Braga, ambos partem de uma concepção etnológica da nação, procurando definir a identidade da nação a partir de elementos físicos (raça, território, clima), que o primeiro nega e o segundo defende. Se Oliveira Martins nega a existência de uma raça nacional em Portugal, não se opõe às teses étnicas em geral. Com efeito, Oliveira Martins distingue nações ráticas (inconscientes) e nações mentais (fruto da vontade) (1872: 173). As nações-raça (França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha-iberos, Rússia-eslavos) proviriam da natureza e as nações morais constituíam um "indivíduo moral" (Pátria), proveniente de um sentimento abstracto (o patriotismo), filho da consciência, e não da natureza (o indivíduo natural vive num território e não numa pátria), que produziria e sustentaria as nações políticas, a religião e o orgulho, através das crenças, das instituições e da moral da pátria (*id.*: 189-190). Para Oliveira Martins, "ser romano" implica, mais que uma nacionalidade, "um estado mental que abraça uma concepção commum" e a falta de um carácter específico e "o cosmopolitismo do genio portuguez" provavam que Portugal era uma "nação mental" (uma "comunidade imaginada"):

"nas nações que representam raças, encontramos tendencias; nas nações como a romana e a portugueza, encontramos pensamentos. A Inglaterra não é industrial, a Italia artistica, a Allemanha pensadora, em virtude d' um pensamento reflectido; ao passo que as conquistas portuguezas como romanas, Ceuta e Carthago, a affirmação das duas nacionalidades, o são." (*id.*: 173) (56).

Apesar de Oliveira Martins negar uma base geográfica ou etnológica à nação portuguesa, reconhece que o facto de Portugal estar à beira do Oceano e de se encontrar limitado espacialmente pela "Hespanha" condicionou a sua história: "Uma tal situação geographica

determinava logo a um povo um caracter necessario, o marítimo"; "a atracção natural para o mar conformava-se com a necessidade politica" (*id.*: 202-3) (57). Para Oliveira Martins, o heroísmo patriótico das descobertas é também produto de uma certa fatalidade de teor étnico (o fatalismo celta): "o acto de heroismo é produzido por uma fatalidade, não por um movimento da consciencia livre." (*id.*: IV). Essa fatalidade seria mesmo típica de todos os actos heróicos da humanidade, fruto do instinto e não da consciência ("animais" e não morais), e que, nas descobertas, devido ao exagero de tensão dado à força nacional, teria acarretado consigo a morte, salvando-nos a gravidade e o desejo de honra (João de Barros), que nos tornou humanamente épicos no meio do desabamento moral da nação. *Os Lusíadas* consubstanciariam assim a "alma portuguesa", o carácter português, que as conquistas, o seu maior feito, mais proeminentemente mostraram (*id.*: 101-4) (58).

Teófilo Braga viu na ideia da atracção marítima de Portugal uma contradição insolúvel, ainda por cima porque Oliveira Martins referia o exemplo da Holanda: "Com este simples facto o proprio auctor destruiu sem o sentir a sua infeliz theoria da *nação-consciencia* " (1873: 83). Teófilo Braga replicava à sua tese da nação moral com a filosofia da história de Hegel, que referia a importância do mar na constituição da Holanda, mas para extrair dessa determinação natural consequências ráticas: "A ethnographia é já uma consequencia do meio exterior e da raça; comprehende a linguagem, as tradições, os cantos, as formas architectonicas, as superstições, os usos." (Braga, 1872a: 25) (59).

Na recensão à *História de Portugal* de Oliveira Martins, Teófilo procura desconstruir a teoria de Oliveira Martins à luz da própria narrativa histórica, aproveitando para rebater igualmente Herculano e a tese de que a nação resultara de um arbítrio político, produto de certas vontades individuais (60). Teófilo elogia o trabalho de Oliveira Martins, pois pensa que o desconhecimento da história é uma causa potencial de decadência (61). Mas a lição desta *historia magistra vitae* que Teófilo extrai é diversa da de Oliveira Martins. Lembrar essa história equivalia, para Teófilo, a mostrar as influências perniciosas do jesuitismo e do absolutismo cesarista e era uma forma de iluminar o caminho em direcção à democracia republicana (62). É esse aspecto que o conduz a valorizar Oliveira Martins contra ele mesmo, porque, a seu ver, a sua *História de Portugal* "obriga a pensar sobre a actividade inconsciente de um povo explorado

pelos que o governaram sem plano, e que subsiste apesar de todas as monstruosidades de uma política boçal, que por vezes o entregou ao seu inimigo" (1995 [1880]: 46-7) (63). No entender de Teófilo, existia uma contradição entre a nação moral e a realidade histórica:

"tenta deduzir essa vontade [individual] do caracter e da acção dos homens, chega ao triste mas verdadeiro resultado, que esses homens ou são estupidos ou que a sua acção é sem plano !"; "a elle competia pôr-nos em relevo essa vontade manifestada pelas individualidades historicas. A Historia de Portugal encarrega-se exclusivamente de demonstrar a incapacidade dos espiritos dirigentes" (*id.*: 50); "eram incapazes de sustentarem pela vontade um agregado sem condições naturaes de equilibrio." (*id.*: 51).

A questão mais importante da história da nação é assim, para Teófilo, a da explicação da sua persistência histórica, para a qual nem Herculano nem Oliveira Martins teriam uma resposta adequada (64).

A História de Portugal de Oliveira Martins, no entender de Teófilo, enfermava de algum "cesarismo" e até "seria um livro destinado a exercer uma acção benéfica sobre as intelligencias, communicando-lhes a critica dissolvente contra os abusos consagrados, se o escriptor, victima da versatilidade de uma época sem principios, se não tivesse congraçado com esses abusos". Por outro lado, não responderia à questão essencial da razão de ser da nacionalidade, "por causa de uma preocupação theorica, o attribuir o facto da nacionalidade portugueza não ao condicionalismo ethnico mas simplesmente á vontade dos homens." (*id.*: 47) (65).

Aliás, ao longo da sua obra, Teófilo Braga procura demonstrar precisamente o contrário da hipótese de Herculano e Oliveira Martins, em nome da teoria da "nação natural". Porém, na sua *História da Literatura Portuguesa. Introdução*, não estava muito distante de Herculano:

"Portugal formou-se no seculo XII por circunstancias fortuitas, artificialmente"; "Nada ha aqui de organico para constituir uma nacionalidade, a não ser a vontade forte de um homem." (1870: 48); "Um outro elemento não menos importante, mas tambem externo e, por assim dizer, inorganico, são as *colonias* de francezes que se estabeleceram no territorio de Portugal, trazidas para aqui pela politica astuta do Conde de Borgonha"; "Até aqui vêmos formar-se a nação como uma colonia leoneza"; "vêmos tambem uma assimilação confusa e mesquinha de colonias francezas e judaicas que entre si se repugnam por indole e vida. Nada d' isto era bastante para formar uma nação" (*id.*: 49).

No entanto, esta "inorganicidade" originária é o ponto de partida para Teófilo estabelecer a necessidade de algo mais para justificar a sobrevivência da nação e a sua acção na história, que não se explicaria "se não existisse um elemento fundamental e organico, que tem passado ate hoje despercebido, - o godo *lite*, que se tornou *mosarabe*, e que nas revoltas communaes ficou sendo povo." (*id.*: 50). Apoia-se então na caracterização que Herculano fez da população moçárabe, para daí deduzir uma raça, afirmando que o "povo moçárabe" é o "legitimo elemento da nacionalidade portugueza", que se torna burguesia e povo: "É a raça *mosarabe* a essencia da nação portugueza; era ella que estava destinada a tornar a litteratura original e rica, se a opressão do catholicismo e o triumpho da monarchia absoluta a não tivessem aniquilado e confundido na gleba." (*id.*: 61-2) (66). É nos Romanceiros que no entender de Teófilo se revela a raça moçárabe, "a alliança do genio germanico e arabe a constituirem-se em uma raça distincta" (*id.*: 77). Em opposição a este elemento legítimo ("godo-lite") encontra-se o génio do "godo aristocrata" da aristocracia leonesa (67), que representa o elemento clássico da literatura, pela protecção dada aos latinistas e pelo desprezo absoluto com que tratou a língua e as criações artísticas do povo: "Por isso não admira que o imperio da Litteratura latina se exercesse mais duramente sobre nós." (*id.*: 172-3) (68).

Assim, subverte a teoria dos seus oponentes ao considerar que foram precisamente as arbitrariedades políticas que impediram a realização natural da nação: "A formação da nacionalidade portugueza foi um artificio monarchico que a natureza condemnou tirando-nos a originalidade em tudo o que emprehendemos." (*id.*: 3). A monarquia absoluta e o catolicismo teriam esterelizado a raça moçárabe (69). Em termos mais globais, considera mesmo que "Toda a decadencia dos povos peninsulares deve attribuir-se á violação da sua organica tendencia separatista", mediante a unificação promovida pela Igreja e pela monarquia (1892, II: 358) (70).

Na sua perspectiva, no século XII já havia rudimentos de pátrias hispânicas, mesmo antes de Portugal ser um Estado, mas as nacionalidades teriam sido violentamente agrupadas pela audácia de um chefe militar, sendo precisamente o sentimento de pátria que permitiu aos pequenos estados resistir a essa incorporação (1896: 161). Segundo Teófilo, a formação da nacionalidade portuguesa resultou de um impulso separatista, em consequência do constante movimento pendular de unificação e desmembração que constituiu a trama histórica da Hespanha

da Idade Média até aos tempos modernos, "a cujo impulso obedeceram mesmo todas as raças que ocuparam o solo hispanico." (*id.*: 162). Segundo Teófilo Braga, a nacionalidade portuguesa emergiu com o apoio da colonização francesa, aproveitando a acção católica da reconquista para crescer para o sul, e tirando partido da vizinhança do mar para estabelecer as condições de resistência e autonomia. A actividade marítima, continua, suscitou, na sua máxima intensidade, o sentimento de Pátria, que brilhou pela primeira vez no Salado e se impôs em Aljubarrota, o que permitiu ao país resistir contra os planos de unificação ensaiados pelos casamentos dinásticos da Casa de Áustria em Hespanha (*id.*: 165-6).

Mas em 1891, no mesmo ano em que Oliveira Martins reformulou o seu ensaio sobre *Os Lusíadas*, Teófilo Braga, em *Camões e a Identidade Nacional*, admite uma afirmação nacional de natureza ideal (refere o "heroísmo", que era central em Oliveira Martins) (Braga, 1891: VI), embora lhe atribua uma base material, não sendo por acaso que usa o termo "nacionalidade" (o cap. II intitula-se "A Epopêa da Nacionalidade"). Para além desta diferença em relação à "nação" de Oliveira Martins (que não excluía a hipótese de as *nações-raça* desenvolverem o sentimento patriótico), não deixa de haver uma grande aproximação de Teófilo às ideias do seu adversário, *malgré lui*, nomeadamente pela ideia de que a Pátria se transformou em nacionalidade por um "ideal colectivo" que se manifestou nos Descobrimentos. Na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa* (1896), marcado pela influência comtiana, como que inverte os pressupostos de Oliveira Martins (subvertendo-os), fazendo da Pátria a base para a constituição da Nacionalidade (de natureza estática), afirmando que as gerações que partilham o mesmo território (síntese activa em liberdade) se elevam á síntese afectiva:

"pela intuição do sentimento subordinam-se á **noção moral**, e criam pela arte e poesia a expressão da sua collectividade, que sobrevive a cada individuo no tempo. Eis o ideal de *Patria*, que é **uma grande familia**; é esse sentimento unificador que inspira os membros de uma mesma sociedade a uma acção commum, a uma impulsão progressiva, que constitue a sua vida historica de *Nacionalidade*. Quanto mais profundo fôr o sentimento de *Patria*, mais intensa é a consciencia da *Nacionalidade*, para resistir aos accidentes das edades. É esta relação affectiva que faz com que a **Arte e a Litteratura sejam a estampa do character nacional**." (1896: 161; destaques nossos) (71).

Na *História de Camões*, Teófilo defende, como Antero, que em vez de se estudar Camões como "um typo de convenção" se devia atender ao "individuo moral" e entender Camões como

"um profundo espirito da Renascença" (1873a: vi). Como Oliveira Martins, considera que com as descobertas "todas as forças sociaes tendiam a unificar-se na forma de *consciencia nacional* " (*id.*: 59), fazendo no entanto remontar à época medieval o início desse processo. No seu entender, foram as navegações que "deram ao povo portuguez uma missão superior no progresso da humanidade, e ao mesmo tempo imprimiram-lhe um caracter proprio, o vigor de uma nacionalidade distincta entre as raças da Peninsula." Por consequência, "É na litteratura do seculo XVI, que se começa a vêr a affirmação da nacionalidade portugueza" (*id.*: 1) (72).

Em *Camões e o Sentimento nacional* (1891), pela via sociológica, concilia a sua perspectiva etnológica com a nação moral (mas não como imitação do patriotismo romano), pela via comtiana da "síntese afectiva":

"partindo do facto - como uns aggregados de povoações cantonaes chegaram á unificação de Patria pelo amor do seu territorio, a necessidade de mantê-lo em independencia obrigou-os a uma acção commum, a um ideal colectivo que fortifica o sentimento de Patria em Nacionalidade." (1891: VI).

Não é difícil constatar que o sentimento nacional, o heroísmo e a idealização que Teófilo atribui a este processo de consciencialização nacional têm uma forte afinidade com a concepção do heroísmo e do patriotismo de Oliveira Martins, mas Teófilo faz remontar a sua emergência a um momento anterior à Renascença, atribuindo-lhes uma genealogia autónoma, resultante das condições físicas do território:

"uma Patria portugueza sómente apparece em toda a plenitude do sentimento no heroismo da victoria de Aljubarrota e na idealisação do *santo Condestavel*. A actividade maritima que levou os portugueses a procurarem no Atlantico a liça para o esforço, e a apoiarem pelas descobertas maritimas a exiguidade do territorio, fez com que essa Patria, pequena mas muito amada, se convertesse em uma fecunda Nacionalidade. Tal é a synthese das navegações portuguesas e da descoberta do caminho maritimo da India. Camões deu expressão a este sentimento que transformou uma Patria em Nacionalidade historica. O valor da sua epopêa está n' este poder de concepção e na sublimidade da expressão esthetica, que torna os *Lusiadas* uma creação typica da arte moderna." (*ibid.*).

Aliás, já na sua síntese de 1885 (*Curso...*) focava a natureza colectiva (altruísta) e "estática" (física) do fenómeno nacional, idealizado na literatura, que contrapõe à ideia de que a nação portuguesa resultou da vontade política de alguns príncipes (a tese defendida pelos seus inimigos de estimação):

"A criação de uma nacionalidade é um phenomeno de ordem statica, independente da vontade do individuo; é pela synthese dos interesses ou do direito, pela synthese dos sentimentos ou a moral e a arte, que esse orgão collectivo se eleva até á consciencia, que se revela para cada individuo no ideal da *Patria*. (...) É pela litteratura que se consegue de um modo seguro a revivescencia de uma nação, como se comprova com a Italia e com a Allemanha." (1885: 37-8; cf. 1984 [1909]: 118-9) (73).

4. O discurso étnico e a questão das origens: germanismo vs. romanismo; idealismo vs. positivismo

"A tese de Teófilo era bela. A ciência, todavia, não podia sancioná-la."

(Palma-Ferreira, 1985: 189)

"Querer demonstrar a feição particular da nossa literatura pelo particularismo da raça é pura fantasia" (Chaves, 1935: 11).

A polémica da nação natural contraposta à nação voluntarista-moral imbrica-se no debate europeu sobre as origens da civilização europeia. Neste âmbito, desenha-se uma linha de continuidade entre o apelo do regresso às origens dos românticos e as teses étnicas (da etnografia ao positivismo), que diferem por evocarem ou não factores condicionantes (climáticos, históricos, sociais, etc.) e pelo grau de determinismo que lhes conferem, sem esquecer as implicações político-ideológicas que daí resultam.

Em termos genéricos, tiveram particular aceitação as teses das origens indo-europeias e arianas (74), quer com bases idealistas, quer com base na extrapolação rática de argumentos linguísticos e nas classificações propostas pela antropologia física, renovadas com a "revolução darwiniana" (75). As origens indo-europeias da civilização viriam a ter um reconhecimento oficial com a criação no Curso Superior de Letras, em 1877 e 1878, quando Teófilo era director, das cadeiras de "Língua e Literatura Sânscrita, Védica e Clássica" (trienal) e de "Filologia

comparada, ou ciência da linguagem", mas que na proposta legislativa de Júlio Vilhena tinha a designação de "Linguística geral indo-europeia e especial românica" (76). No decreto de 15/9/1878 afirmava-se que eram importantes para "o conhecimento das origens históricas dos povos da Europa" e "o melhor guia para a inteligência da estrutura, conexão histórica e correlação das línguas de toda a família aryaná ou indoeuropéia, a que pertence a portuguesa" (*apud* Braga, 1902b: 205) (77). Passados dois anos, com a reforma do ensino secundário de 1880, passa a estudar-se na cadeira de "Literatura Nacional" a "Antiga literatura oriental", a preceder o estudo da greco-romana, da medieval e da moderna (14/10/1880).

A "descoberta" das línguas indo-europeias e do sânscrito pode inserir-se na busca por parte da cultura alemã de uma genealogia nobilitante da sua cultura, rivalizando com o prestígio da cultura greco-latina (78).

Entre nós, como em termos europeus, a questão étnica tem a ver com a fundamentação de uma genealogia histórica e em particular com a determinação do papel de Portugal na história universal. Esta busca da identidade étnica, importante no século XIX, mostra mais uma das faces da articulação da emergência da História com a busca de uma identidade. Como observa Foucault, esta é a genealogia da História na Europa do século XIX: "patria de las mezclas y de las bastardías, época del hombre-mezcla." (1988: 59). O europeu do século XIX não sabe quem é, ignora que raças se misturaram nele e busca o seu lugar originário. Assim se compreende porque é que o século XIX é espontaneamente historiador (*id.*: 60). Mas é também por isso que Michelet, Renan, Herculano, Antero e Oliveira Martins, por exemplo, contestam a exclusividade do argumento étnico aplicado aos povos europeus, na medida em que são o produto de várias e complexas misturas.

A presença do argumento étnico é uma constante no discurso histórico (Thierry, Guizot, H. Martin, Renan, Taine), funcionando o discurso etnográfico/antropológico como o procedimento externo de exclusão discursiva que Foucault denomina "vontade de verdade", que leva a adoptar em cada época o discurso que for legitimador da verdade (1992a: 15) e tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de constrição, por se tornar incontornável. É por isso que Renan, desfavorável à utilização política do discurso étnico, considerava, ao concluir a sua famosa conferência sobre o conceito de nação, que "Le

moyen d' avoir raison dans l' avenir est, à certaines heures, de savoir se résigner à être démodé." (s/d a [1882]: 310). Assim, contrariando a *doxa* do seu tempo, defende a prioridade da "nação moral" e do princípio electivo:

"L' homme n' est esclave ni de la race, ni de sa langue, ni de sa religion, ni du cours des fleuves, ni de la direction des chaînes de montagnes. Une agrégation d' hommes, saine d' esprit et chaude de coeur, crée une conscience morale qui s' appelle une nation." (*id.*: 309-10).

Mas o discurso antropológico é, na sua constituição, um "campo de saberes que possuía, simultaneamente, fronteiras relativamente porosas com disciplinas como a filologia, a linguística, a história literária, a arqueologia ou a antropologia física." (Leal, 2000: 30). Aliás, como sublinha João Leal, "a maioria dos etnólogos portugueses desse período foram também destacados cultores de outras disciplinas" (*ibid.*), como é o caso de Teófilo Braga (79).

Teófilo Braga, fundador com Adolfo Coelho da "antropologia portuguesa" (80), é o autor que mais se centra no argumento étnico, que aplica na construção da história literária. A "raça moçárabe" (germânica e árabe) constitui para Teófilo a origem e essência da nação portuguesa, mas ela teria sido oprimida e abafada pela aristocracia asturo-leonesa, romanizada (81). Para fundamentar uma tese tão inédita recorre à "legitimação da ciência", afirmando que é uma lei "profunda" da evolução das literaturas românicas a luta entre a "tradição romana" e o "génio nacional", um "facto serial e comprovativo de uma lei organica da natureza" (1872a: 48). Teófilo deduz esta "lei etnográfica" de F. Schlegel, inspirando-se ainda em Roberto de Gloucester e A. Thierry. O que F. Schlegel diz do romantismo como o acordar das nacionalidades, abafadas pela restauração do séc. XV, é para ele uma grande lei, que ficará eterna na ciência (*id.*: 22; cf. 1870: 2). É ainda esta "lei" que se encontra a enquadrar o primeiro volume da *Recapitulação*, mas agora modelada pelo sistema positivista: "As Litteraturas modernas, como observou Frederico Schlegel, oscilam neste dualismo, entre os elementos orgânicos *tradicionais* e populares, e os modelos *clássicos* segundo a influência erudita dominante." (1984 [1909]: 66) (82). Apesar de Teófilo negar neste ponto a influência de Taine, ela é no entanto visível (83), pois para além da *História da Literatura Inglesa* estabelecer o confronto histórico de duas raças (normanda e saxónica), também Taine defendia que a literatura francesa não era nacional e popular, na medida

em que não dera expressão à raça gaulesa, exceptuando La Fontaine, Voltaire e Béranger (cf. Espagne, 1993: 262). Por outro lado, segundo Taine, a força orgânica da raça francesa não era "inventiva", tendo-lhe faltado a liberdade política, ao contrário da Inglaterra:

"C' est l' invention qui mesure la force morale. Pour chercher, pour découvrir, pour appliquer, il faut souhaiter avec passion." (Taine, 1866 [1857]: 376).

"Dès l' origine, le génie indépendant, passionné, concentré, qui assura chez nos voisins [a Inglaterra] la liberté politique, nous a manqué. La langue et la littérature, à peine naissante, annoncent ici, dès le onzième siècle, une race légère et sociable"; "Ce caractère n' est pas propre à l' invention solitaire des opinions personnelles et des actions indépendantes" (*id.*: 396-7) (84).

O dualismo rácico defendido por Teófilo é assim a base da sua concepção da história nacional, adaptando, de certo modo, à realidade portuguesa, a célebre querela das "duas raças" que há muito dividia a intelectualidade francesa e que teve nos historiadores românticos (Thierry, Guizot e Henri Martin) a sua melhor expressão, ao valorizarem a vocação democrática dos "galo-romanos" (indígenas) em oposição à opressão (durante treze séculos) da aristocracia "franco-germânica" (invasores), luta de que os primeiros teriam saído vitoriosos com a Revolução Francesa. Guizot interpretava mesmo a Revolução francesa como um conflito étnico em que os gauleses (o povo) triunfavam finalmente sobre os francos (aristocráticos) (85). Thierry era romanista, como Guizot, e pretendia legitimar o Terceiro Estado, acreditando ambos na civilização das comunas. Para Thierry, a história de França podia ser entendida como a luta de dois povos (duas raças) no mesmo solo, a nobreza franca contra o terceiro estado galo-romano. Sustentava que os habitantes originais da França, os galo-romanos, foram os fundadores e os continuadores das tradições da Roma antiga, apesar da destruição dos bárbaros. Mas Teófilo subverte o romanismo de Thierry ao colocar romanticamente o espírito popular e nacional, de fundo moçárabe, no lugar do oprimido, como vítima da romanização, em perpétua luta com as influências estrangeiras para sobreviver e se afirmar, sendo "resgatado" pelo romantismo. O Terceiro Estado de Thierry continua valorizado, mas muda de posição (86)

Teófilo opera uma similar subversão da perspectiva da Idade Média de Herculano, que fazia dos moçárabes -com as suas comunidades concelhias, cuja expressão mais pura estaria nas Beiras- os herdeiros do municipalismo romano e os considerava cristãos, resistentes à dominação

islâmica. Porém, Teófilo considera os moçárabes herdeiros e transmissores das tradições árabes e filia na origem moçárabe a persistência do lirismo tradicional, considerando que "sintetiza historicamente esta individualidade étnica persistente." (1994 [1885], I: 67) (87).

A tese teofiliana é ainda modelada pela filosofia da história de Hegel, baseada nas lutas da liberdade contra a autoridade -na *Estética* opõe o Romancero popular europeu às obras-primas da antiguidade clássica (88)-, que Herculano aplica à *História de Portugal*. Herculano traça uma visão da nossa história marcada pelo *Volkgeist* romântico: desde a gênese da nacionalidade até ao século XV floresceu o espírito popular num ambiente de liberdade (concelhos, células populares), sendo depois anulado (89) pela monarquia absoluta, pelo clero/Inquisição e pela mercantilização causada pelos Descobrimentos (90).

Mas a dialéctica da história teofiliana é, como vimos, caricaturada por Herculano e por Oliveira Martins, pois, segundo este, Teófilo reduzia a história da literatura portuguesa a uma *psicomaquia* :

"lucta entre o *mosarabe* fecundo, original e bom anjo, de um lado e do outro o aristocrata godo romanizado, esteril e máo, o autocrata demonio. O provençalismo primeiro, depois a serie de phenomenos conhecidos e avaliados que levam á cova a litteratura como a nação portuguezas, são a obra do aristocrata romanizado, o martyrio do pobre mosarabe." (Martins, 1872: 170-1).

Oliveira Martins acaba mesmo por escrever que a *História da Literatura Portuguesa* até seria aceitável sem a tese dos moçárabes (1953: 31), que nos sete séculos da literatura portuguesa eram uma espécie de fénix, renascendo sempre que a liberdade e a individualidade surgiam, e uma espécie de "títeres de feira" que dançavam durante séculos uma mesma dança, repetindo-se a mesma luta (germânico vs. românico), sempre com as mesmas fisionomias, numa cabra-cega burlesca (*id.*: 33-4) (91). Oliveira Martins e Antero acusam mesmo Teófilo de inventar uma raça primitiva (oprimida) para poder aplicar a "lei" schlegeliana à literatura portuguesa, uma vez que sustentavam que o moçarabismo não passava de um fenómeno social (92).

Teófilo Braga, porém, replicará sempre com a sua "lei" romântica às acusações que lhe são feitas: "Não é preciso descobrir raças oprimidas, para achar o dualismo nas litteraturas; esse dualismo dá-se todas as vezes que as raças se constituem em nacionalidade e entram na vida

historica." (1872a: 22). E de seguida cita a sua tese: "O exemplo da historia mostra-nos que as raças puras para se constituirem em nacionalidade, precisam de um elemento estrangeiro, que venha, por assim dizer, determinar esse ponto de ossificação" (1872: 13). Para Teófilo, o moçárabe era uma raça pura, que recebeu do conde D. Henrique e das colónias galo-francas o primeiro instinto de individualidade (93). Com os seus pressupostos românticos acerca da literatura como expressão da alma dos povos, Teófilo elabora uma argumentação tautológica:

"Ora, como toda a litteratura não póde ser outra cousa senão a expressão do genio nacional, e como nenhuma raça póde ter litteratura sem se erigir em nacionalidade e entrar na vida historica, segue-se que a Litteratura hade reflectir esse antagonismo dos elementos nacionaes, e hade ser baseada no dualismo da *tradição* e da *aspiração*, da raça primitiva que se fortalece pelo seu passado, e da raça movel que se lança audaciosa á posse da liberdade pela força da união. Estes principios não se realisam só na litteratura ingleza; todas as litteraturas que são expressão de uma forte nacionalidade explicam-se pela mesma lei." (1872a: 23) (94).

À semelhança de F. Schlegel, afirma que uma literatura, enquanto expressão do génio nacional, é tanto mais rica e original quanto mais vigorosa é essa nacionalidade, pelo que se tornava imperativo ver como "uma raça teve a liberdade ou obedeceu á fatalidade, quando manifestou o seu genio nas creações sentimentaes. É por isso que ha em todas as litteraturas um dualismo, e que é preciso ser estulto para suppôr-se que se inventam raças opprimidas todas as vezes que se procura como a *tradição* e a *aspiração* absorveram a actividade de um povo." (*id.*: 29). Transpondo em definitivo esta lei para a literatura portuguesa e opondo-se à tese românica, reafirma as suas ideias:

"Como se sabe, a tradição romana conservou-se unicamente na Egreja e nos palacios; ora as litteraturas modernas foram essencialmente populares e leigas."; "a sua verdadeira luz [da nacionalidade, no século XII] está em pôr em evidencia como a tradição romana foi renascendo, impondo-se, dominando, até absorver a originalidade do genio nacional. É nesta lucta o caracteristico do grupo das litteraturas romanicas; porque motivo estará a Litteratura portugueza fóra d' esta lei profunda ? Não será mais difficil explicar uma aberração, uma anomalia, do que o facto serial e comprobatibo de uma lei organica da natureza ?" (*id.*: 48).

Curiosamente, Oliveira Martins concorda com esta "lei positiva inegavel" (as "Antinomias da civilização" de Teófilo), que considera uma lei de psicologia histórica, segundo a qual a constituição de uma nacionalidade se formula nitidamente no embate com uma

nacionalidade oposta, o que aliás considera uma lei de todas as ciências, cujo fundamento estaria na compreensão abstracta de que uma coisa só tem realidade pela oposição a uma outra. Pensa é que Teófilo a interpreta mal, pois para Oliveira Martins a vida histórica de um povo só se inicia quando ele começa a civilizar-se, julgando que esse mesmo povo só se apresenta como um todo orgânico quando os homens adquirem a razão colectiva, num longo processo histórico (95). Para Oliveira Martins, a civilização consiste na aproximação constante dos homens e das raças até se atingir um tipo de homem superior e sintético, segundo a consciência, e nesta síntese estaria a originalidade superior da segunda metade do século XIX, com a libertação do homem e a superação dos condicionalismos da terra e da raça. Ora, a seu ver, os românticos não poderiam explicar esta libertação porque estavam presos à teoria naturalista e à "Bíblia de Schlegel". Mesmo que houvesse uma base etnológica na nação portuguesa, conclui, isso não importaria ao considerar a sua história, pelo que o grande vício dos românticos consistia em exagerar o princípio indígena, como se o dualismo dos períodos primitivos subsistisse em pleno século XIX (Martins, 1953: 39-44) (96).

Também Antero vê no génio de cada raça apenas a matéria-prima das civilizações, representando a cultura e a tradição o trabalho de aperfeiçoamento do espírito humano, uma forma nova e superior. A teoria etnológica seria apenas verdadeira para povos sem precedentes nem tradições, o que não sucedeu com a Europa da Idade Média, que se fundou após a ruína do Império romano como uma continuação e desenvolvimento da civilização romana. Os elementos latinos ter-se-iam combinado com os elementos primitivos, constituindo-se desse modo o temperamento particular de cada uma dessas nações, o seu génio nacional. Deste modo, reduzi-los a um princípio único era, para Antero, um modo de acanhar a história, proscurendo arbitrariamente épocas inteiras (1872: 14-5). Para Antero, a perspectiva etnológica não se aplicava a um povo miscigenado como o português, pelo que defendia a sua fundamentação segundo a lógica de uma fenomenologia do espírito. Aliás, Antero, seguindo Michelet, contestava a exclusividade do argumento étnico aplicado aos povos europeus, porque eram produto de várias e complexas misturas, apesar de valorizar o "génio" da raça como base da civilização (97).

Do mesmo modo que Oliveira Martins, Antero admite as teses dos irmãos Schlegel, mas acha que só têm aplicação parcial às literaturas modernas e em países pouco romanizados, tendo por isso em Portugal um alcance limitado e secundário. Pensa assim que a teoria romântica se aplica tanto mais quanto menos for romanizado, i.e. civilizado, for o povo cuja literatura se estuda, aplicando-se mais à Alemanha do que à França, muito à Inglaterra e pouco à Itália, e mais à Espanha do que a Portugal, não se aplicando de modo absoluto a nenhum país (1872: 15). No seu entender, Teófilo tomou a teoria de Schlegel, incompleta e de aplicação particular, por um princípio de aplicação universal a todas as literaturas, e fez dela o molde em que a literatura portuguesa deveria entrar a todo o custo. Opõe-se, por isso, à tese defendida por Teófilo em 1872, considerando dois defeitos graves no trabalho de Teófilo, "a impaciência, que leva a conclusões prematuras, e o espírito sistemático, que leva a conclusões falsas" (*id.*: 11), que se traduziam na adopção da tese moçárábica e na aplicação dogmática das teorias dos irmãos Schlegel à literatura portuguesa. Por isso, continua Antero, Teófilo reduzia toda a nossa literatura à luta entre o espírito popular e o espírito clássico: "Quem não vê o que ha de falso n' esta these, apresentada assim d' uma maneira absoluta ? (...) Póde dizer-se que o que ha de mais falso n' este systema é ser um systema; porque, contendo muita verdade, não é a verdade toda. É muito mais incompleto do que erroneo" (*id.*: 13-4).

Deste modo, a grande divergência que opõe Teófilo a Oliveira Martins e Antero consiste na diferença entre uma fundamentação "naturalista" (determinismo positivista) e uma "fundamentação idealista" (idealismo metafísico) da identidade nacional, que se consubstancia numa raça ou numa "ideia nacional". Para Antero, é a ideia nacional que na sua evolução histórica vai definindo gradualmente o chamado temperamento da nação (98).

Oliveira Martins procura inverter a "logomaquia" teofiliana para defender as suas teses, aproximando-se claramente do romanismo de Thierry, mas não da defesa do Terceiro Estado, como Teófilo. Assim, os asturo-leoneses, que para este representavam o elemento romanizante opressor, eram, segundo Oliveira Martins, parecidos com os césores da decadência porque estavam sempre em combate. Por outro lado, os oprimidos da versão de Teófilo seriam, como em Thierry, os continuadores do espírito municipal dos romanos:

"A ruína da civilização determinava o regresso aos instintos primitivos. Na parte dominada, uma resistência passiva do clero em torno das instituições municipais da Antiguidade, os municípios serão o ponto de

apoio do cesarismo monárquico e o elemento mais vigoroso da restauração das ideias antigas, nunca esquecidas de todo." (Martins, 1891: 312).

O povo, para Oliveira Martins, agrega-se no município-comuna, formando pequenas repúblicas-forais (o direito barbariza-se e o município transforma-se em comuna), agremiando a sociedade popular, o que explicaria, a seu ver, a singularidade da história peninsular no sistema da história das nações modernas da Europa, onde as tribos vencedoras se impuseram às sociedades romanizadas, seguindo-se o regime feudal. Na Península, declara, foram os árabes que destruíram o sistema antigo. Segundo Oliveira Martins, a reconquista deu-se com a aristocracia militar, servida pela peonagem dos concelhos, a base da futura infantaria que triunfou em Aljubarrota. Devido a esta aliança, há, afirma, na Hespanha moderna "esse aspecto democrático, a que o carácter individual dos seus habitantes dá uma afirmação indestructível." (*id.*: 314). Esta síntese era impossível, no seu entender, sem a tradição antiga, que transformou a "espada" em "ceptro" e o "elmo" em "coroa", "deitando-lhe sobre os hombros victoriosos o manto dos cesares romanos./Por isso, os reis são na hespanha cesares." (*ibid.*). E era o facto de os reis peninsulares serem verdadeiros soberanos que explicava a sua hegemonia na Renascença (*id.*: 315). O romanismo de Oliveira Martins traduzia-se assim, como noutros historiadores, numa defesa do "cesarismo" monárquico.

Uma vez que as invasões germânicas são consideradas como o momento inaugural do período medieval, contribuindo para a queda do Império Romano, transformam-se num "paradigma" histórico, sendo aquelas e a Idade Média valorizadas pelos românticos e condenadas pelo Iluminismo. Mas, em termos de "aplicação" hermenêutica (99), o modelo político romano pode ser interpretado como inspirador do absolutismo político ou, na perspectiva da organização comunal, como fonte do espírito democrático (100). Renan considerava mesmo que tinham sido as invasões germânicas dos séculos V e VI que introduziram no mundo o princípio electivo, que depois serviu de base à existência das nacionalidades (s/d a [1882]: 279-81) (101), do mesmo modo que no confronto de 1813-5 se teria manifestado sobretudo a luta pela liberdade germânica face ao imperialismo napoleónico. As nações funcionam assim, para Renan, como garantes de liberdade face aos poderes imperiais e ao "cesarismo", permitindo a liberdade e o acesso ao sistema electivo, apesar de Renan acreditar que a breve prazo as nações poderiam substituídas

por uma confederação europeia (*id.*: 308-9). Mas, segundo H. Bhabha, Renan opõe a liberdade clássica (antiga) à germânica (moderna), transparecendo aquela nos escritos políticos de Rousseau e no Jacobinismo do Ano II, em favor dos direitos do estado sobre o cidadão. A moderna liberdade derivava das invasões germânicas e baseava-se no princípio do individualismo e da "vassalagem" que floresceram na Europa feudal, sendo a ordem social das antigas tropas germânicas considerada exemplar (Bhabha, 1990: 29-30).

A ênfase na questão da "raça nacional" é assim uma questão eminentemente política e explica a importância de que se revestiu a questão das "origens" no discurso histórico, tanto numa perspectiva arqueológica como genealógica. Para Teófilo Braga, "o estudo das litteraturas modernas deve começar mesmo antes da constituição das novas nacionalidades, no momento em que novas raças trabalham para se affirmarem historicamente." (1984a [1880]: 30). Devia-se, em suma, recuar às origens indo-europeias da civilização:

"Em todas estas litteraturas meridionaes, ha elementos communs, que eram coexistentes ao tempo da formação das nacionalidades; são elles, a tradição *greco-romana*, que em grande parte atrasou a originalidade d' estes povos meridionaes, principalmente depois que foi abraçada pelo catholicismo; o elemento *germanico*, resultado das invasões, e d' onde se deriva o que ha de mais original e independente n' estas litteraturas, como as canções de gesta ou os romanceiros; o elemento *celtico*, o mais obliterado, que constituia o fundo primitivo (...); finalmente o elemento *oriental*, desconhecido na historia, emquanto se não estudaram as migrações indo-europêas" (*id.*: 30-1).

As críticas ao moçarabismo teofiliano derivam de divergências de fundo de Oliveira Martins em relação a Teófilo Braga, porque aquele defendia que o espírito democrático era celto-latino e não germânico, como este preconizava. Por isso, Oliveira Martins rebateu a caracterização "democrática" da raça germânica (não eram tão livres, nobres e independentes como Teófilo e outros idealizavam), citando Michelet em seu apoio, e apontando, *v.g.*, o fenómeno da escravidão para o provar. Pensava assim que era mais lógica a compreensão do século XIX como um efeito da Revolução do que como uma "ressurreição" da raça moçárabe (102).

Daí também as severas críticas de Antero, que na conclusão das suas *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portugueza* acusa Teófilo (sem o nomear) de falta de

patriotismo, por defender a ascendência germânica da raça moçárabe e negar a originalidade da literatura portuguesa:

"Que significa pois essa pseudo-escóla, que, em nome de não sei que sonhada decadencia das raças latinas, deprime systematicamente quanto teve ou tem o nome de portuguez, e nos aponta o ideal d' um messianico germanismo (que nem talvez saiba definir) uma absurda supremacia das raças germanicas, como a unica salvação possivel ? "; "Aconselham-nos que imitemos pacientemente, sem critica e sem protesto, os exemplos dos nossos mestres e senhores, os allemães, unicos pensadores e sabios, ao que parece, sem verem que *imitação* importa *abdicação*, e que um povo que abdica do seu pensamento é um povo que se suicida !" (1872: 36).

Por isso, apela ao sentimento patriótico e à fidelidade a uma identidade cultural de matriz românica, por oposição ao *germanismo*: "Sejamos nós mesmos"; "Sejamos (...) mais que nunca *latinos*"; "Ha um *genio latino*, como ha um *genio germanico*. A historia o revela" (*id.*: 37) (103). Antero elogia mesmo em Pinheiro Chagas o "character eminentemente nacional e (...) *patriotico* da sua critica." (*ibid.*):

"E como, sem isto, se poderá comprehender o que pensaram e escreveram portuguezes, e pensaram e escreveram como portuguezes ?

A sciencia não contradiz isto. Parte, pelo contrario, d' este ponto de partida (104). E é em nome d' ella que o snr. Pinheiro Chagas diz com tanta verdade como energia: 'os portuguezes não são os parias litterarios da Europa!' " (*id.*: 36) (105).

Antero via na Revolução francesa a acção da latinidade e Teófilo a acção da Reforma, pelo que o que está em causa é a origem do "espírito da liberdade". Para Teófilo, o fundo antropológico da raça hispânica ou ibérica era constituído pelos moçárabes, resultantes da miscigenação de vários povos, com dominância ariana, sendo o moçárabe a matriz étnico-cultural do elemento popular constituinte da Nação, a fonte de onde teria nascido a vocação democrática do povo português (106). Mas Teófilo entendia que a romanização foi um fenómeno exterior (fiscal e administrativo) e de natureza repressiva: "Tivemos a Renascença, mas pelo seu lado inorganico, exterior e formal, sem a comprehendermos" (1873a: 13) (107).

Se bem que numa perspectiva "metafísica" e idealista, tanto Oliveira Martins como Antero inserem a genealogia nacional na raça indo-europeia e ariana. Oliveira Martins considerava os portuguezes como um dos ramos da raça indo-europeia, que estaria vocacionada

para dominar as raças inferiores, cabendo a Portugal a missão de espalhar por outros continentes essa hegemonia (Catroga e Carvalho, 1996: 204). Antero, por seu turno, enfatiza a missão que destinada à raça ariana, que derivaria de uma vocação metafísica decisiva, cabendo-lhe assim realizar plenamente o sentido do devir histórico. Neste domínio, dá continuidade ao eurocentrismo étnico já teorizado por Herder e à filosofia da história hegeliana, que atribuía essa capacidade histórica a um ramo específico da raça ariana (o povo germânico), devido à sua maior propensão metafísica e espiritualista (*id.*: 177-8) (108).

Em 1872, Teófilo, respondeu aos que o acusam de não fundamentar a *História da Literatura Portuguesa* no elemento latino, nomeadamente Pinheiro Chagas, seu oponente, que pretendia que a civilização peninsular provinha de uma raça hispano-romana que teria um fundo primário celta. Ora, segundo Teófilo, esse facto só tinha interesse para um etnólogo, pois como historiador literário não via nessa raça qualquer característica especial, uma vez que o génio céltico se espalhou pelos vários povos europeus. Só quando o Cristianismo entrou na Península, vindo da África, afirma Teófilo, é que trouxe consigo essa civilização romana que assimilara, não se podendo admitir a designação de raça hispano-romana ou atribuir-lhe factos literários. Os romanos não estavam cá, continua Teófilo, cederam a colonização aos visigodos, mantendo o seu direito, os seus privilégios jurídicos: antes das invasões germânicas, já o colonato romano seria constituído por tribos germânicas (povos errantes que se iam oferecer ao colonato romano). Assim, não houve reacções, "o invasor já era conhecido, e o romano só existia por um facto jurídico, e mais nada." (1872a: 45-6). Daí que venha a afirmar que, "Uma vez admittida como caracter predominante a preocupação *latina*, o snr. Martins avança no absurdo" (1873: 83).

Esta indiferença à Renascença derivava ainda, no entender de Teófilo, do facto de a ambição, nos inícios do século XVI, ter afastado os portugueses do estudo (1873a: 7). As consequências para a nacionalidade desta "distracção" histórica teriam sido, a seu ver, catastróficas, pois, a par da Contra-Reforma, conduziu à "conclusão fatal da negação da nacionalidade", atestada simbolicamente pela morte de Gil Vicente, que coincidiu com a perda da liberdade de consciência, e pela morte de Camões, com a perda da independência (*id.*: 4). A Renascença teria sido assim introduzida em Portugal só com os seus caracteres exteriores, sem "carácter orgânico" (próprio), sendo um elemento opressor do "espírito popular" e da sua

vitalidade: o código romano e a Monarquia Universal cancelaram os Forais e aboliram o princípio da individualidade germânica. Por outro lado, a imitação clássica e a erudição renascentista trouxeram o esquecimento do "gótico popular e espontâneo" e das "livres criações do espírito original e individualista da idade média", conduzindo mesmo à visão negativa desta época fecunda (*id.*: 7). Era isso que explicava, segundo Teófilo, a semelhança da língua portuguesa com o Latim, pois nunca aceitou a origem românica do idioma nacional. A língua teria sido aproximada artificialmente do latim urbano, imobilizando-se, do mesmo modo que as tradições e os heróis nacionais foram moldados com base nas personagens da história greco-latina (109). Como consequência, os modelos greco-latinos "tinham suspendido os espíritos do ímpeto espontâneo de criação, lançando-os em uma admiração estéril e em uma imitação servil que durou séculos" (*id.*: 26). Mas, a impossibilidade de negar totalmente a romanização conduziu Teófilo a efectuar um recuo histórico para um período anterior, em que já existiria a "raça primitiva" que se afirmou na constituição histórica da nação e foi depois oprimida pela romanização e pelo Renascimento:

"Fazer a historia de uma litteratura, é tomar conhecimento das origens e das formas mais conscientes da civilização; por isso este trabalho só póde começar desde o momento em que um povo entrou no seu periodo de actividade historica. Para a Peninsula, a historia começa propriamente no domínio *romano* ; mas poder-se-ha com verdadeiro criterio dar principio ao estudo das Literaturas da Peninsula pela cultura *romana* ? Não; porque os Romanos, mesmo nos seculos de maior esplendor, nunca tiveram uma litteratura original e nacional, e as modernas litteraturas peninsulares apresentaram nos seus primeiros monumentos um espirito que não é romano, e que se atrophiou em quanto á sua espontaneidade fecunda, quando mais tarde as approximaram artificialmente desse typo." (1872a: 45).

Pinheiro Chagas, na duas primeiras conclusões da sua Tese (1872) refuta o "autor ilustre da teoria do moçarabismo" (sem referir o nome) (110), considerando que o povo português não constitui uma raça especial (o moçárabe de Teófilo) que teria sido atrofiada nas suas criações pela nobreza, de raça asturiana. No seu entender, nem a filologia nem os factos históricos permitiam atribuir a estas duas raças uma origem respectivamente germânica e latina. Pelo contrário, o elemento hispano-romano predominaria no povo e o gótico na aristocracia (1872: 46-7) (111). Mas nas outras quatro conclusões da sua tese, Pinheiro Chagas segue as principais

ideias delineadas por Teófilo, que na sua resposta denunciava o facto de Pinheiro Chagas apresentar a sua tese como refutação da *História da Literatura Portuguesa* ao mesmo tempo que "plagiava" as suas ideias: "são esses os mesmos resultados a que, primeiro do que ninguém, cheguei n' essa obra. (...) Ao tirar os consecutivos moraes d' este processo, cáe-me a penna da mão, para não dizer tudo." (1872a: 45). Com efeito, se atentarmos nas referidas teses de Pinheiro Chagas, não podemos deixar de reconhecer alguma pertinência às pretensões de Teófilo Braga, nomeadamente em relação à quinta conclusão. Mas é sobretudo visível a perspectiva histórica de Herculano, que também influenciou Teófilo, nas restantes conclusões, com excepção da questão da raça:

3º Que teve o povo portuguez durante a idade media uma vigorosa existencia, manifestada politicamente pela robusta vida municipal, litterariamente pela sua collaboração nos vastos romanceiros peninsulares, e pelas chronicas democraticas de Fernão Lopes.

4º Que a litteratura aristocratica acceitou a influencia provençal, a influencia da França do norte, e a influencia italiana como succedeu nos outros reinos da peninsula.

5º Que no seculo XVI a reacção latinista imperou aqui da mesma forma que em toda a Europa, mas que a originalidade do nosso povo se manifestou com um vigor admiravel na epopéa de Camões, no theatro de Gil Vicente, e nas chronicas dos descobrimentos.

6º Que a decadencia da nossa litteratura foi devida a tres causas deprimentes: o despotismo monarchico e centralizador, que imperou em todas as raças néo-latinas, o despotismo religioso que actuou com a mesma energia na Italia e principalmente na Hespanha, e a perda da nossa nacionalidade, que foi uma causa especial, devida a fataes circunstancias historicas." (Chagas, 1872: 47) (112).

A conclusão a que Pinheiro Chagas deveria chegar não podia ser muito diferente da de Teófilo, acentuando a falta de originalidade da literatura portuguesa ou a tendência imitativa da raça "hispano-romana". Assim, quando Antero elogia Pinheiro Chagas parece esquecer que não pode compatibilizar as suas teses com as ideias de Oliveira Martins, que valoriza a literatura aristocrática e o papel civilizador da romanização.

O dualismo entre a literatura popular e a literatura culta conduziu Teófilo a considerar esta como anti-nacional (inorgânica, estéril, imitação e cópia servil), só recebendo direito de nacionalidade a poesia popular. Mas a verdadeira questão, segundo Antero, é que a imitação é um fenómeno que se deu "em todas as litteraturas das nações da Europa então cultas":

"Prova simplesmente que já na idade média a Europa formava uma especie de confederação moral, e que a troca dos pensamentos, das descobertas, das criações artisticas era já então uma lei natural para nações todas christãs, herdeiras todas da civilização romana. Mas essa troca não implica a abdicação das originalidades nacionaes. Na adopção das idéas estrangeiras cada povo recebe o que convém ao seu temperamento particular, dá-lhe uma feição propria, e pode mostrar a originalidade do seu genio dentro das fórmulas recebidas dos outros. Poucas, pouquissimas obras *originaes*, no sentido exclusivo em que o sr. Theophilo Braga toma esta palavra, nos apresentam as litteraturas dos povos ainda os mais criadores" (1872: 19).

Segundo Antero, a originalidade das modernas literaturas europeias consistia não no seu carácter primitivo, mas no desenvolvimento dos seus caracteres, pela combinação gradual dos seus elementos com outros estranhos, que sob a forma de tradição eram, há dois mil anos, o fundo da civilização europeia. De facto, Antero e Oliveira Martins achavam que só as grandes civilizações primitivas tinham originalidade étnica e que as nações modernas combinavam tradições legadas por essas civilizações, como Portugal no século XVI, que se teria inspirado no patriotismo romano (113). Antero contesta assim a ideia romântica de originalidade (114) ao defender que "a humanidade vive sobretudo de tradições, e ha para os povos como para os individuos um verdadeiro ensino mutuo, pelo qual cada um, sem deixar de ser o que é, aproveita da experiencia e do trabalho dos outros." (*id.*: 20) (115).

Como veremos mais à frente (cf. VI.1), com a sua adesão ao positivismo durante os anos setenta, Teófilo alteraria a sua tese de 1872, constatando que a literatura culta e popular da Europa ocidental tinham modelado a literatura e a tradição nacionais. Teófilo passa a referir a existência de um fundo civilizacional comum da cultura europeia, "a civilização ocidental", apoiando-se no estudo comparativo das tradições poéticas populares europeias e na progressiva descoberta e estudo dos cancioneiros medievais portugueses. Em relação à história literária, uma das principais consequências que resultou da sua adesão ao positivismo (cf. VI.3), parece-nos, foi esta "transferência" da literatura portuguesa da óptica do "Norte" para uma perspectiva meridional, trocando Teófilo o seu "germanismo" inicial pela adesão à "latinidade" comtiana. Assim, ao trocar a metafísica hegeliana pelo positivismo de Comte, abandonou ao mesmo tempo a sua concepção da supremacia étnica do elemento germânico, passando a valorizar a ocidentalidade/latinidade, a supremacia do "espírito latino" (cf. Homem, 1988: 214).

A Europa meridional da Idade Média é agora vista como uma "confederação moral", na sua evolução histórica, embora Teófilo exclua (e excluirá até ao fim) a "romanização" (116). Com base no "Catecismo Positivo" de Comte, Teófilo sustenta que a "ordem ocidental" se alicerça nos sentimentos ("síntese afectiva"), que se reflectem em particular na literatura (117). Esta consciência, de matriz comparatista, é que o conduz a não visualizar a "imitação" e a partilha de influências como algo negativo (desnacionalizador), chegando mesmo a defender que "nenhuma nação européa é constituída por um só elemento anthropologico puro." (1902: 5).

Mas a sua concepção etnológica do fenómeno literário mantém-se e apenas se reformula, detendo-se no "lusismo". Com efeito, Teófilo continuará a avaliar as épocas literárias e os escritores em função da sua proximidade com a tradição "popular", coexistindo no seu positivismo heterodoxo a visão romântica da literatura como um "produto do ethos da raça, do sentimento da nacionalidade e da consciência histórica", mas já não como um espaço de fronteiras fechadas, pois a literatura portuguesa acompanha "solidariamente a evolução estética das Literaturas românicas, na Idade Média, na Renascença e na época do Romantismo, seguindo a acção hegemónica de cada uma delas" (1984 [1909]: 62) (118).

Com a "descoberta" do lusismo (cf. VI.2), desde 1902, Teófilo recupera e enfatiza as suas convicções étnicas iniciais, que estabelece noutros moldes. Para além das condições geográficas, "encontrava" finalmente a base étnica autónoma geradora da nacionalidade e da secular resistência contra a incorporação ibérica, o que lhe permite deslocar a ideia da opressão interna do povo moçárabe pelo poder monárquico para uma luta histórica da raça lusa com a raça castelhana. Na Idade Média, a seu ver, a convivência social realizou-se pelo reconhecimento por parte do Poder real dos Forais e das comunas, o que permitiu "a coexistencia affectiva da Patria portugueza. Pode-se dizer que este sentimento familista se exerceu activamente na resistencia contra a incorporação de Portugal" (1905: 171). A fase da conversão da pátria em nacionalidade, por "uma acção consciente" dá-se com a batalha no Salado e tem continuidade nas descobertas, que agora Teófilo interpreta como uma "revivescência" rática: "A vida popular, ou propriamente o genio do *lusismo* reconheceu a sua vitalidade nacional n' essa acção." (*id.*: 172) (119).

Na *Recapitulação*, os Lusos surgem como uma "raça irrequieta" que tinha resistido a todos os invasores (ao contrário do que defendia antes) com tal vitalidade que se autonomizara

antes da reconquista asturo-leonesa (nega agora que tivessem sido os repovoadores), manifestando o seu impulso ancestral para a autonomia (1984 [1909]: 115-7). Se no início Teófilo era um devotado defensor da tese germânica (sendo por isso criticado), agora inverte a sua apreciação (de que já se penitenciara no prefácio de 1902) e considera que a restauração neogótica aliada à unidade católica e ao renascimento do velho imperialismo germânico foi sempre um elemento perturbador da organização normal dos estados peninsulares, redundando no *Castelhanismo* (*germanismo* da casa de Áustria) (*id.*: 117):

"A história da formação da nacionalidade portuguesa, e das suas revoluções para manter a sua autonomia em 1380, 1640 e 1820, sintetiza-se na resistência da raça lusitana contra a absorção ibérica, sustentada pelo *Castelhanismo*." (*id.*: 118)

A acção separatista de D. Afonso Henriques, decisiva segundo Herculano e Oliveira Martins, foi, segundo Teófilo, "**o instrumento da revivescência do lusismo no território portugalense.**" (*ibid.*; destaque nosso) (120) e a própria reconquista dá-se "**tornando o facto da Nacionalidade uma verdadeira revivescência do Lusismo.**" (*id.*: 119; destaque nosso), quando na leitura anterior de Teófilo resultava da tolerância árabe, que teria permitido a constituição do moçárabe:

"Circunstancias especiaes determinaram a revivescencia do *lusismo* no territorio chamado *Portucale*." (1905: 12).

Esta "lei" da revivescência já se encontra na obra anterior de Teófilo, que defendia como "bases da crítica etnológica" a existência de "persistências", "recorrências" e "sobrevivências" (cf. 1994 [1885], I: 35-56). Mas antes não estava definida qual a "etnia" que devia revivescer ao longo da história, chegando mesmo a ser algo vaga e peninsular, como em 1896, acentuando Teófilo que o "sentimento de Patria" de finais do século XIV (Salado, Aljubarrota) e do século XV (descobertas) tinha resultado de uma "revivescência", em virtude da qual as "tradições peninsulares, persistentes e sobreviventes de um longo passado, se adaptam á expressão de um sentimento nacional", numa "apropriação ao organismo nacional e historico d' esse residuo de *tradições de todas as proveniencias ethnicas persistentes na peninsula hispanica*." (1896: 65; destaque nosso) (121).

Na *Recapitulação*, apoiando-se na Antropologia (na diferenciação dos índices encefálicos) e na Etnologia (os costumes explicariam a persistência dos caracteres do Luso no território de Portugal), contesta a tese de Herculano e Oliveira Martins ao afirmar que a nação portuguesa não era resultado da obra dos políticos, "mas de uma tradição, de uma aspiração instintiva abafada desde o domínio dos romanos", e que desde o século XII enfrentou o Iberismo (romano, germânico e católico): "a história de Portugal concentra-se toda na resistência contra esta absorção *ibérica*." A monarquia autoritária e o poder eclesiástico comprimiram o génio nacional, e a revolução de Lisboa foi o primeiro sintoma de vida consciente, uma manifestação da soberania nacional exercida com a eleição do Mestre de Avis, que foi o momento do começo da existência histórica de Portugal, que triunfou em Aljubarrota, e que, entre o continente e o mar, fortificou a sua independência com os Descobrimientos. Mas a "revivescência" lusa não deixava de reflectir uma hereditariedade anterior, já que "Era o génio ligúrico" que o levava à volta do mundo (1984 [1909]: 119-20) (122).

De refutação em refutação, Teófilo consolidava as suas intuições iniciais, mas ao mesmo tempo refutava-se a si próprio e "condenava-se" a uma revisão constante dos seus trabalhos, ou pelo menos à revisão e reinterpretação da sua investigação, que muitas vezes não passa de uma reescrita de trabalhos anteriores. A sua coerência consiste na tenaz busca da fundamentação étnica da nação portuguesa e na persistente recusa das teses da nação voluntarista de Herculano (fruto de um casual acidente histórico da luta entre leoneses e castelhanos) e da nação moral de Oliveira Martins e Antero de Quental. Assim, e com base na questão da nação, "Teófilo explorou a fundo esta possibilidade de estigmatizar, pela glosa do mesmo tema, três das ovelhas negras do seu imaginário de rancor: Antero, Alexandre Herculano e Oliveira Martins." Com as suas (hipó)teses étnicas procurava opor-se ao "absentismo" de Herculano, ao "decadentismo" de Antero e ao "pessimismo" de Oliveira Martins, "com quem Teófilo fez ajustes de contas durante toda a sua vida." (Homem, 1988: 277). É nesta óptica que A. Carvalho Homem considera que a conversão de Teófilo ao positivismo se deveu ao carácter construtivo deste, sendo comandada por objectivos de intervenção política (*id.*: 62-3).

Teófilo, acusado anteriormente de falta de patriotismo por negar originalidade à literatura portuguesa e por excesso de germanismo, mudou de espaço discursivo e colocou os seus

adversários no lugar do réu, por defenderem o que ele sustentara antes, embora com pressupostos diversos. A teoria da nação de Herculano, Oliveira Martins e Antero passa a ser considerada por Teófilo como um fenómeno de desnacionalização.

Na *Recapitulação*, ao defender a existência de uma raça portuguesa (a raça lusa), critica mais uma vez mais Herculano e Oliveira Martins por negarem essa hipótese:

"Pior do que Herculano, veio o frasista Oliveira Martins, considerando Portugal essa horda de adventícios asturo-leoneses submetendo-se à agregação de uma nacionalidade pelas ambições e esforços continuados dos políticos dirigentes. Assim, os dois historiógrafos, *desnacionalizando* Portugal, como favorecidos pela dinastia dos Braganças, consideravam ainda um benefício providencial que ela explorasse isto na irresponsabilidade." (1984 [1909]: 70).

Teófilo hiperboliza mesmo a sua argumentação quando acusa os seus adversários de ausência de patriotismo: "para os nossos vizinhos castelhanos, não há diferença alguma entre Espanhóis e Portugueses, são um povo único!" (*ibid.*). Ora, para Teófilo, a questão da raça é inseparável da nacionalidade. Por isso, afirma que os iberos e os lusos foram sempre inconfundíveis como raças, formando duas nacionalidades diferentes. Cinco anos depois, ataca, com base nos mesmos argumentos, a perspectiva de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que concluía que Portugal não tinha originalidade literária nem génio criador diverso do que se desenvolveu no centro castelhano: "Alheia aos estudos anthropologicos, D. Carolina soffre o deleterio influxo de Oliveira Martins e de Herculano, que consideravam o povo portuguez não uma raça com o seu *ethos*, mas uma adventicia população de colonias de asturianos e leonezes transplantados, theoria que os castelhanistas exploram arteiramente." Supostamente, os "castelhanistas" apoiavam-se no Oliveira Martins que afirmara que Portugal tinha acabado e de que *Os Lusíadas* eram o seu epitáfio: "E da sua Historia de Portugal transcrevem esta monstruosidade: 'Se por nacionalidade se entende um conjuncto de povoações ethnographicamente homogeneas e localizadas em uma região limitada pela natureza, insistimos em dizer, que não nos achamos n' esse caso.'" (Braga, 1914: 269-70) (123).

Teófilo teve uma grande influência no nacionalismo português pelo seu conceito de nação étnica e geográfica, em oposição ao conceito de nação moral, de Oliveira Martins. No entanto,

estas concepções divergentes confluíram no nacionalismo integralista de António Sardinha, que tratou Teófilo como esteio iluminado do nacionalismo de 1890 e do integralismo lusitano de 1910 (124). Segundo Castelo Branco Chaves, "Teófilo (...) foi mestre das gerações posteriores", "cúmplice" e "agente" do movimento nacionalista português, apesar das diferenças políticas, pois "foi em grande parte da sua obra que os nacionalistas de 1890 e os integralistas de 1910 aceitaram as ideias-sentimentos que constituem o fundo ideológico da sua doutrina e que são: a *Raça*, a *Tradição*, a *Nacionalidade* como fenómeno de ordem estática e o *Popularismo estético*." (1935: 7-8). Esta paternidade, que Agostinho de Campos sublinha, advém ainda do facto de Teófilo ter consagrado Garrett como "avô" desta linha nacionalista: "O primeiro a denunciar nos livros de Garrett um sistema de estética e um ideário de acção nacionalista, foi Teófilo Braga." (*id.*: 18-19) (125).

Não deixa, porém, de ser uma ironia do destino que António Sardinha procurasse conciliar o "lusismo" teofiliano com o "cesarismo" de Oliveira Martins:

"Conhecem-se as divergencias irreconciliaveis de Teófilo com Oliveira Martins. Contudo, sem que se pense que eu cultivo o paradoxo, Oliveira Martins e Teófilo completam-se. Pedimos ao critico das *Modernas idéas na litteratura portugueza* o sentido afirmativo em que toma a *Raça*, e, indo solicitar ao místico da *Vida de Nun' Alvares* o dia de juizo a que convocou todo o período desorganizador da ideologia cartista, teremos a visão da Nacionalidade contornada sem reticencias, como que a preludiver os propósitos sadios que animam hoje a geração que avança, d'olhos pregados na *Portugalia*." (Sardinha, 1915: 144-5) (126).

Esta articulação não é assim tão surpreendente, como nota Álvaro Ribeiro, devido ao facto de tanto Teófilo como o Integralismo entroncarem na doutrinação comtiana, não obstante Teófilo ter seguido o positivismo heterodoxo de Littré:

"Tem, por isso, sério fundamento que os nomes de Teófilo Braga e Ramalho Ortigão fossem venerados pelas novas gerações de doutrinadores nacionalistas, desde Alberto de Oliveira e Silva Gaio com o neogarretismo até ao integralismo monárquico de António Sardinha. Em oposição à República unitária que pelo poder executivo necessariamente contraria a multiplicação das liberdades concretas, foi apresentado um ideal, porventura vão, de federação das autarquias locais, coordenadas em Cortes, que aclamariam o Príncipe. Através desta dialéctica de monárquicos e republicanos, o positivismo de Augusto Comte contaminou o corpo doutrinal do *Integralismo Lusitano*." (Ribeiro, 1951: 99) (127).

Em qualquer dos casos, as tentativas de definição do carácter nacional e da sua génese foram progressivamente desacreditadas, não só as teorias de fundamentação espiritualista, mas também, e de modo particular, as teorias de fundamentação rácica. A par das críticas de Antero e Oliveira Martins, já em 1873 Adolfo Coelho afirmava que não podia ser determinado o peso da influência das condições físicas (clima, solo, raça) sobre o génio das nações, reflectido nas literaturas, o que tornava insignificantes as conclusões de Teófilo Braga sobre o génio português (1873: 130-1) (128). Depois, como observa José Mattoso, de modo gradual, desacreditou-se a convicção da nação étnica/geográfica (129).

Notas

V.1.

(1)- Herculano e Castilho recusaram o convite de D. Pedro V para leccionarem as cadeiras de História e de Literatura Moderna (cf. Aguilar, 1939: 136-9), o que mereceu os comentários negativos de Teófilo Braga (1902b: 201). Na prática, porém, D. Pedro V terá convidado Herculano sem grande convicção, pelo que terá ficado satisfeito com a sua recusa, tendo receio de que se servisse das aulas como tribuna para defender as suas ideias municipalistas (França, 1993: 259; Aguilar, 1939: 136). Na carta enviada por Castilho à *Revista Contemporanea* a explicar os motivos da sua não aceitação do convite (a dificuldade da matéria, outros projectos), aparece a missiva que endereçou a D. Pedro V em 22/10/59, em que recomenda ao monarca que nomeie José Maria Latino Coelho, então Secretário da Academia Real das Ciências (1860: 164). Mas o monarca terá achado Latino Coelho demasiado progressista (quase republicano), pelo que preferiu nomear A. P. Lopes de Mendonça (cf. Aguilar, 1939: 142).

A abertura de concurso era esperada pelo facto do primeiro ocupante da cadeira em 1860, A. P. Lopes de Mendonça, praticamente não a ter leccionado, na sequência da doença mental que o atingiu, tendo sido regida provisoriamente por L. A. Rebelo da Silva (nomeado em 1858, após a recusa de Herculano, professor de História pátria e universal), Mendes Leal e Augusto Soromenho (desde 1865), que foi nomeado de modo definitivo em 1867, após concurso (em 1866) em que venceu Pinheiro Chagas (cf. Aguilar, 1939: 142-160).

Por seu lado, Teófilo Braga, em carta, afirmava que estava a estudar a História da Literatura do Meio-Dia da Europa para um eventual concurso e em Dezembro de 1865 declarava à mulher que havia já cinco concorrentes, anunciando a *Gazeta de Portugal* que Teófilo seria um opositor (cf. Homem, 1988: 36). Note-se pois que se Teófilo esperava o concurso, Castilho, após a sugestão inicial de Latino Coelho, apostava em Pinheiro Chagas, como se observa na insistente recomendação no prefácio aos *Poemas da Mocidade* (1865: 181-243), ao mesmo tempo que aproveitava para criticar Teófilo, Antero, e Vieira de Castro. Por outro lado, aquando do convite endereçado pelo Conselho de Curso a A. Soromenho em 1865, A. J. Viale declarou que preferia que convidassem antes Pinheiro Chagas (cf. Aguilar, 1939: 157), sugerindo de novo, em conjunto com A. Costa Lobo, o seu nome em 1878 para substituir A. Soromenho, entretanto falecido, ao que Teófilo se opôs, oferecendo-se mesmo para reger a cadeira vaga (*id.*: 183). Pinheiro Chagas só entraria no Curso Superior de Letras em 1883, no seu terceiro concurso, ocupando a cadeira deixada vaga por A. J. Viale, entretanto aposentado (*id.*: 221).

Com a morte do titular da cadeira de História, Rebelo da Silva, em 1871, A. Soromenho consegue ser transferido da cadeira de Literatura Moderna para a de História, escrevendo a Teófilo Braga para se candidatar à vaga que deixava livre (cf. Braga, 1903: 145-7; Homem, 1988: 51). Assim, segundo Álvaro Ribeiro, "A intervenção do portuense Augusto Soromenho, amigo de Teófilo Braga, é facto digno de nota para explicar a entrada do positivismo no Curso Superior de Letras." (1951: 53).

(2)- Teófilo já fora preterido por duas vezes em concurso para o magistério superior, na Academia Politécnica do Porto em 1868, eventualmente por nepotismo, e na Universidade de Coimbra em 1871, aparentemente por o júri dar preferência à antiguidade no grau (cf. Braga, 1902b: 544-53; Homem, 1988: 46; Fortes, 1934: 7). Por isso, apostou tudo neste concurso e foi mesmo viver para Lisboa, procurando assegurar-se da sua legitimidade processual (cf. Carreiro, 1944: 231-3).

A ideia de ser constantemente perseguido é um lugar-comum em Teófilo, que passa as primeiras doze páginas de *Os Críticos* a queixar-se de ser perseguido, dizendo-se vítima da maledicência típica das terras pequenas e do seu "meio dissolvente" (1872a: 7), lamentando o "cordão sanitário em que a imprensa do reino o separou até 1869", "*a conspiração do silêncio*" em torno dos seus livros e o facto de ter sido "repellido em 1868 em um concurso na Academia Polytechnica do Porto, e em 1871 em outro concurso na Universidade de Coimbra" (*id.*: 8). A imagem da perseguição, porém, subsistirá, como se depreende do testemunho de Agostinho Fortes, nomeadamente por Teófilo procurar inovar no seu magistério, ao fazer desaparecer a sebenta e seguir um método crítico (1934: 9).

(3)- Esta convicção está presente, aliás, logo na abertura do opúsculo *As Theocracias Litterarias*:

"Força-me a consciencia a erguer a voz:

Estamos n' uma terra em que a verdade para ser ouvida precisa de trazer a fôrma do escandalo. A não vir d' este modo é uma coisa inintelligivel, obscura. Tanto melhor para quem aspira ser entendido sómente por aquelles que se pagam de sua obscuridade pela firmeza da consciencia, e integridade de caracter." (1865: 5).

(4)- Para além do apadrinhamento de Castilho (e A. J. Viale), Pinheiro Chagas era uma figura pública conhecida. Para além de jornalista, era deputado governamental, sócio correspondente da Academia das Ciências e braço direito de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino. Segundo Teixeira Bastos, foi Augusto Soromenho quem impediu Castilho de entrar na sala em que o júri se reuniu para deliberar (1892: 10-1). Luciano Cordeiro, o outro concorrente, por seu turno, era afilhado de casamento de Rodrigues Sampaio, a quem dedicou o seu *Livro de Crítica*, elogiando-o (Cordeiro, 1869: 127). Os dois oponentes de Teófilo estavam, segundo Agostinho Fortes, "um e outro, o primeiro mais que o segundo, fortemente patrocinados pela política na ocasião preponderante." (1934: 8). Em sentido contrário, Teófilo era conotado como representante das forças desafectas (Homem, 1988: 51). Por outro lado, na composição do júri entravam elementos da Academia Real das Ciências de Lisboa, alvo de constantes ataques da parte de Teófilo Braga.

Devido a estes factores de desigualdade, Adolfo Coelho (1872), em carta endereçada a Teófilo, previa que ganhasse Pinheiro Chagas, "uma nullidade perfeita", recebendo Teófilo "a ultima prova de que nada póde esperar d' este paiz", considerando esse desfecho "uma conclusão perfeitamente logica, fatal", após os dois concursos em que fora repellido, o que lhe parecia ainda mais plausível devido ao júri que lhe fora referido (António José Viale, D. José de Lacerda e Inocêncio Francisco da Silva, que A. Coelho critica de modo individualizado, chamando-lhe néscio) (1872: 13). Note-se, porém, que no júri estavam também A. Soromenho e A. Costa Lobo (cf. Carreiro, 1944: 230). Fran Paxêco afirma que Ramalho Ortigão, então primeiro oficial da secretaria da Academia Real das Ciências, se terá apercebido do intuito de criar um júri favorável a Pinheiro Chagas (1917: 321-2). Pelo menos, houve um conjunto de manobras dilatórias para que Pinheiro Chagas tivesse mais tempo para estudar, tratando-se de uma luta algo desigual (Aguilar, 1939: 164-6).

(5)- Segundo Busquets de Aguilar, apesar de Antero se ter voltado contra Teófilo, tratou-se claramente de uma luta entre o grupo de Castilho e a Escola de Coimbra (1939: 166), ou, por outras palavras, "A escolha de Teófilo Braga representava o triunfo da Escola de Coïmbra sôbre os românticos" (*id.*: 176).

(6)- Algo similar diziam o *Jornal da Noite* (3 e 4/6/1872) e o *Jornal do Comércio* (27/5/1872) (Ramos, 1992: 510).

O concurso apresentou-se, deste modo, como um embate de grupos e uma espécie de "rescaldo" da Questão Coimbra. Teófilo, "vislumbrando claramente o significado ideológico do jogo das facções, tratou de explorar em seu benefício" (Homem, 1988: 52), como declara à esposa uma semana antes das provas públicas: "os negócios não vão mal desde que lhes dei uma direcção política" (*id.*: 358, nota 203). Após a sua vitória no concurso, declara-lhe mesmo: "pela primeira vez me senti político" (*id.*: 53).

(7)- Esta consciência algo triunfal parece assim dar razão a A. Carvalho Homem quando retrata um Teófilo "animado de uma febril 'vontade de poder' e de uma exigência imperativa de ser reconhecido como intelectual de primeiro plano." (1988: 312).

Para Rui Ramos, a "opinião pública" era aqui o conjunto dos estudantes das escolas superiores de Lisboa e Coimbra, que em 1872 estavam alistados na "literatura revolucionária" (1992: 510-11).

Segundo Agostinho Fortes, "As provas brilhantes e, ao que parece, a atitude do público, anularam quaisquer cabalas contra Teófilo Braga, que, sendo o primeiro classificado, foi nomeado professor, tomando posse a 22 de Junho de 1872" (nomeado por decreto de 19 de Junho) (1934: 8).

A imprensa achou justo o desfecho, salvo uma voz isolada, que lamentou a susceptibilidade do júri e a ruidosa parcialidade da audiência. O *Jornal do Comércio* (1/6/1872), favorável a Teófilo, dava a versão revolucionária: "Os aplausos que hoje ecoaram saíram de consciências puras, e de corações onde pulsa o sangue generoso da mocidade: era a geração nova saudando o erudito deste tempo, o espírito lúcido, o filho do trabalho." (Ramos, 1992: 511).

O triunfo de Teófilo parece assim dever-se a um conjunto de factores, para além do seu mérito, como a pressão da "opinião pública", que se terá manifestado ruidosamente aquando do concurso, e a presença no júri de Augusto Soromenho.

(8)- Em Coimbra, na Faculdade de Direito, Manuel Emídio Garcia e José Falcão; no Porto, Basílio Teles e Júlio de Matos; em Lisboa, no Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, Vasconcelos de Abreu, Adolfo Coelho, Consigliieri Pedroso e Silva Cordeiro; no Colégio Militar Luciano Cordeiro e no Instituto de Agronomia Batalha Reis (*ibid.*). Cf. Braga (1983 [1880]: 98, n. 69; 1892, II: 414-6)

Para a influência do positivismo nos professores liceais e na imprensa, cf. Álvaro Ribeiro, (1951: 53, 87-9) e J. de Carvalho (1948: 41).

Mas Teófilo era visto como um perigo potencial, pela sua participação na Questão Coimbra, e por ter subscrito o manifesto em que se anunciavam as Conferências do Casino e o protesto pelo seu encerramento, embora, segundo Fran Paxêco, tenha sido Antero que assinou por ele (1917: 299-300). Após a nomeação de Teófilo, o ministro Rodrigues Sampaio, revelou-lhe a "má impressão" que tinha dele, recomendando-lhe, segundo Teófilo, "prudência e outras pieguices caducas de estafado conservador" (*apud* Carreiro, 1944: 234).

(9)- Aliás, a Geração de 70 não é, como sublinha Alberto Ferreira, um bloco doutrinário e artístico denso (s/d: 131). No Cenáculo cedo se revelou o desacordo entre Republicanos e Socialistas, como se nota pela resposta de Teófilo aos críticos da sua tese, ao afirmar que "O Sr. Antero nada fez e se contentou em ser socialista diletante." (1872b: 38).

Para a génese e evolução do pensamento político de Antero, Oliveira Martins e Teófilo Braga cf. Rui Ramos (1992), Fernando Catroga e Paulo Carvalho (1996), e A. Carvalho Homem (1988).

V.2.

(10)- Nos seus *Estudos da Edade Media - Philosophia da Litteratura*, afirmava de modo peremptório (provocatório) que "Se as obras de Soropita ficassem no esquecimento nada se perdia; são productos de uma mediocridade, como quasi todas as de que se arreia a nossa litteratura, a qual propriamente consta de Gil Vicente, Camões e Sá de Miranda, que é o que podemos apresentar sem vergonha da critica no concurso das obras primas da Europa." (1870a: 235).

(11)- Já em 1864 Teófilo considerava a "Poesia da Navegação Portugueza" como a autenticamente nacional (1865d: 514, 517, 520-1).

(12)- Pode pois afirmar-se que a história literária teofiliana é de natureza conceptual, que David Perkins considera ser um tipo de história literária que estabelece a inter-relação entre eventos como relações lógicas de ideias, organizando os períodos em interconexão lógica, como sequência típica, tornando a história inteligível com base num esquema da mudança histórica enquanto processo cíclico, de alternância entre pólos, etc., ou à moda de Hegel, como o desenvolvimento dialéctico de uma simples ideia (ética, política, etc.) (1992: 49).

(13)- Cf. Aguilar, 1939: 172-6.

Se atendermos ao temas propostos, verificamos que nalguns pontos as ideias de Soromenho e Teófilo não eram similares, mas no conjunto as afinidades são evidentes.

(14)- Note-se, porém, que algumas ideias estéticas e literárias de A. Soromenho eram distintas das de Teófilo, na medida em que preconiza como modelo regenerador o espiritualismo cristão de Chateaubriand (*id.*: 41) e exprime uma concepção idealista e universal da arte e do belo que lembra o famoso texto de Herculano de 1835, para além de negar a ideia de que a literatura é a expressão da sociedade, com base na noção de que a literatura segue um tipo ideal (*id.*: 42).

(15)- Teófilo cita estas ideias de Ferdinand Wolf com frequência. Cf. 1867: 134; 1878: XCVI-XCVII; 1984a [1880]: 19-20, 111; 1994 [1885], I: 32; 1885: 79-80.

(16)- J. G. Lage faz eco desta opinião duas décadas mais tarde: "As fontes da litteratura portugueza foram principalmente a litteratura grega e latina, as quaes por excelencia se chamam *classicas*." (1881: 11).

Mendes dos Remédios, cuja *Introdução á Historia da Literatura Portuguesa* se inicia com elementos de "filologia portuguesa", elabora de seguida a história da literatura grega e latina, que ocupa três quartos da obra, e nas palavras introdutórias lamenta o progressivo abandono dos estudos clássicos em Portugal (1911: VI-VII). Na quarta edição, porém, Mendes dos Remédios mostra-se mais optimista, em grande medida porque tinham sido criadas as Faculdades de Letras (1929: XI).

(17)- Deste modo, segundo Andrade Ferreira, esqueciam as "Origens da poesia moderna, inspirações nativas dos celtas, dos bretões, dos scandinavos, onde deparámos com modêlos de singeleza que podem hobrear com a nobre

magestade da simplicidade grega, como varios cantos bardicos, e não poucos trechos do poema dos *Nibelugens*; toda a litteratura desde o seculo XIII até ao seculo XV, canto dos trovadores, narrativas legendarias, novellas de cavallaria, poemas cyclicos, como o do *Cid*, de Carlos Magno, do Rei Arthur, o *Heldenbuche*, as aventuras de *dietric*; os mesmo canticos dos *Minnesingers*, em summa toda esta formosa colecção de fontes naturaes de inspiração nacional de que resultou a poesia que até ao seculo XV se ostentou tão florescente em todas as nações da Europa meridional e occidental, e característica do periodo guerreiro da idade-media, tudo, n' uma palavra, é desprezado e esquecido para se seguir com religiosa curiosidade sómente o veio das lettras classicas, quasi perdido, ou apenas interceptado depois das convulsões sociaes que succederam á destruição do Imperio romano, e, decorridos tempos, depurado e encarecido com a exultação dos rhetoricos e eruditos na epocha da renascença." (1875: 40-1).

(18)- Teófilo Braga cita este texto de Herculano para vincar a opressão clássico-monárquica do século XVI e a correlação entre romantismo e emancipação liberal (1984a [1880]: 105-6; 1903a: 18-20, 49), considerando que aí Herculano traça num "quadro rapido mas cheio de verdade o periodo seiscentista da litteratura portugueza, sob um ponto de vista inteiramente novo e lucido, mostrando, que o seculo XVIII foi anachronico em Portugal, tanto em politica (ideias monarchicas de Pombal), como em litteratura (ideias classico-quinhentistas da Arcadia). Tudo o mais que se escreveu e disse foram banalidades. Ao seu conhecimento da lingua e da litteratura allemã deveu Herculano a perfeita comprehensão do Romantismo" (1871: 275). Antes da "zanga" com Herculano, Teófilo considerava-o mesmo o teorizador do Romantismo português, afirmando que "procurou conseguir, doutrinando com reflexão, o que Garrett ia fazendo pela inspiração." (*ibid.*). A propósito da restauração do teatro português afirma que "em Garrett e Herculano estava o exemplo e a doutrina." (*id.*: 277). Em *Garrett e o Romantismo* mantém a ideia de que "Herculano doutrinava pela reflexão, solidario com Garrett na sua obra inspirada e empolgante." (1905a: 19). Se só "reabilita" Garrett desde 1892 (cf. IV.2), diminui Herculano na proporção inversa desde 1873 (cf. n. 21), acusando-o de ser um representante do romantismo religioso e conservador ("emanuéllico"), *legitimista* e "desnacionalizador", por defender a teoria voluntarista da nacionalidade (cf. VI.2 e V.4).

(19)- Dois anos antes, num parecer sobre a comédia "A casa de Gonsalo", Herculano remontava à Idade Média esta análise da "historia das vicissitudes da arte" (1898 [1840]: 194), no combate entre a cultura greco-romana e o que designa a "escola moderna" (de que destaca, como A. Schlegel, Shakespeare e Calderón), a literatura medieval cristã, que se teria apenas salvo na Espanha e na Inglaterra do século XVII, e que estava a ser agora restaurada na Europa com mais brilho, e aperfeiçoada pela filosofia (*id.*: 192), após ter sido preterida nos "paços" pela poesia dos antigos, tendo a crítica moderna mostrado, a seu ver, que a ascendência dos antigos não era mais ilustre do que a dos modernos.

(20)- "Tem por epopéas principaes o poema da Cava em verso, e o Carlos Magno em prosa; marcha desde os raptos lyricos de Egas Coelho a Goesto Ansur, faz alto na Oração do justo juiz e vai dar uma volta pelos Açores na nau *Catrineta*; liga o seculo XII ao seculo XIX, fazendo que se deem as mãos atravez das eras a canção de Gonçalo Hermigues e as cantigas do fado. João Pedro Ribeiro, que se ria da authenticidade das Cavas e dos Ansures e dos Egas e dos Gonçalos, era um peralvilho sem criterio. A sciencia tem repostu as cousas no seu devido lugar. A beta negra que ella traçou sobre a vida litteraria da nação, desde o seculo XVI até os meizados do XIX, sumiu a falsa gloria dos nossos poetas e dos nossos prosadores classicos no cadoz das vergonhas dos tempos passados. Ao cego

mendigo e á sua viola vai-se restituir a preeminencia de que andavam esbulhados, O fado foi a voz solemne de uma revolução." (*ibid.*).

(21)- Teófilo Braga publica esta carta em *Quarenta Anos de vida literária* e afirma que Oliveira Martins a publicou pelo menos duas vezes (1903: 77-9).

Teófilo respondeu a Herculano na *História da Universidade de Coimbra*, louvando a tradução de Vico por Michelet (1827 e 1835) e de Herder por Quinet (1826-7), aludindo às críticas de Herculano (1902b: 526). Ao mesmo tempo, atribui-lhe a culpa de algumas resistências que terá sentido: "Por esta carta de 1869 se vê como de 1864 até 1868, em que foram publicados *Os Foraes*, Herculano creara-me uma atmospherá de hostilidade, que actuou na Universidade e na imprensa jornalística. Anthero de Quental e Oliveira Martins, que admiravam cegamente Herculano, serviram essa suggestão deprimente." (*id.*: 527). Em *As Modernas Ideias* replica à crítica da falta de estudo e do "gosto de fazer ruído" (1892, I: 52-3).

Ao fazer a recensão dos *Opúsculos-Questões públicas* de Herculano, na *Bibliografia Crítica de História da Literatura Portuguesa* (1873d), Teófilo aproveita para fazer um ajuste de contas. E é autoelogiando a sua coragem que Teófilo começa a recensão, salientando que Herculano tinha uma grande autoridade pública, devido ao prestígio da sua *História de Portugal*, aos seus romances patrióticos, à abstenção da vida política e por se queixar de ser vítima de injustiças, retirando-se para a vida rural. No entanto, segundo Teófilo, o tema dos *Opúsculos* entrava em contradição com essa retirada (1873d: 193). Aliás, toda a recensão se volta para questões pessoais, como quando menciona que constava que a publicação dos opúsculos era um modo de Herculano obter proventos para murar a sua quinta de Vale de Lobos. Por outro lado, afirma que Herculano era uma fonte de contradições, na medida em que era contra a propriedade literária, mas teria vendido manuscritos de Ramalho ao governo, e ainda pelo facto de ser a favor do casamento civil e ter optado por um casamento religioso, considerando a sua abstenção final como um mero alibi para sua retirada, porque no fundo "o sr. Alexandre Herculano nunca teve vocação litteraria" (*id.*: 195), inventando todos os pretextos possíveis para lhe escapar (*id.*: 197). Mesmo assim, critica a sua obra literária, que apenas imitaria o espírito do romantismo, dando-lhe um carácter nacional unicamente nos accidentes exteriores e nos arcaísmos de linguagem, seguindo depois o ultra-romantismo católico (*id.*: 198). Por fim, quanto à *História de Portugal*, afirma que não é a história de Portugal, e que estes *Opúsculos*, imbuídos do estilo ultra-romântico do *Panorama*, testemunhariam a decadência do seu espírito (ele que há pouco dizia que estávamos numa época de gongorismo científico) (*id.*: 201-2).

Em estudo a propósito da obra de António Serpa (*Alexandre Herculano e o seu tempo*), que atacava as ideias teofilianas sobre Herculano expostas na *História do Romantismo em Portugal* (1880), Teófilo aproveita para reiterar as suas acusações, acusando-o de "abdicar da sua propria intellectualidade" ao retirar-se para Vale de Lobos (1881a: 389), de obedecer nos romances históricos "a essa deploravel tendencia do Ultra-romantismo" e de não ter sabido usar o seu "extraordinario poder moral sobre a nação e sobre a geração nova", por ficar "desalentado da politica, por não ter sido feito ministro pelo movimento da Regeneração com que cooperara em 1851, imaginando-se perseguido pelo clericalismo. Assim, interrompeu a obra, e exerceu a influencia em desalentar os outros." (*id.*: 390-1). Por fim, acusa-o de "se ter posto ao serviço de todas as forças conservadoras da sociedade portugueza", o que seria o motivo principal da sua reputação (*id.*: 391). Teixeira Bastos encarregar-se-ia depois de resumir as críticas de Teófilo (1892: 184-95).

Adolfo Coelho, em nota final à recensão de Teófilo, declarava que Herculano contribuiu para a corrupção da vida literária em Portugal, recomendando ao público mediocridades, e que Teófilo fora corajoso em criticá-lo

(1873: 203-4). Já em carta anterior afirmava a Teófilo que Herculano devia a sua reputação ao facto de ser católico e de ter escrito *ad usum Delphini* (alusão à dedicatória da *História de Portugal*) e uns artiguinhos banais no *Panorama*, etc. (1872: 10-2). Além do mais, afirma que o Dicionário da Academia tinha sido um bom negócio para Herculano (*id.*: 11) (cf. Braga, 1881a: 399).

(22)- Cf. Herculano, 1907 [1871]: 247-89. Teófilo classifica Herculano como "cartista" e acusa-o de não compreender a democracia e a ideia de soberania popular, reportando-se também à *Voz do Profeta* e ao primeiro tomo dos *Opúsculos* (Braga, 1983 [1880]: 72-3; cf. 1881a: 391).

(23)- Mas já antes afirmava que Guizot mostrou a unidade da civilização europeia e é nesse contexto que a "originalidade" da literatura portuguesa lhe aparecia como um "atraso": "Portugal reproduz mais ou menos as revoluções sucessivas do espirito humano até certa época -mas no periodo da sua decadencia, a sua historia toma um aspecto puramente individual, que parece subtrahi-lo á acção das idéas, que agitam o resto da humanidade." (Mendonça, 1849: 11-2).

(24)- Aliás, já nos *Ensaio*s defendia que a poesia, para ser nacional e ao mesmo tempo um elemento de progresso, tinha que se emancipar da sociedade e tornar-se precursora dum nova existência social (1849: 8-9), pois "as litteraturas (...) não podem sustentar-se do passado, existem sobre tudo pelo movimento das cousas presentes, e pelas aspirações grandiosas do futuro." (*id.*: 14-5); "Ninguem póde hoje desconhecer que a humanidade é essencialmente mobil: que a sua lei é o movimento, o progresso - a historia não póde deixar de ser a apreciação a expressão racionada do seu caminho, através dos seculos." (1849a: 5; cf. 1857: 26).

(25)-Cf. 1857: 15-8, 22, 33-4. Lopes de Mendonça apoia-se em Villemain, Fauriel, Michelet, Raynouard, Guizot, Cousin e Amador de los Rios (*id.*: 17-20 e 34-41).

(26)- Anos antes, porém, afirmava que a restauração de Filinto foi retrógada, e que não teve qualquer originalidade: "Condemnou o presente em nome do passado, mas não previu o futuro." (1848: 422).

(27)- Segundo Rebelo da Silva, "o progresso litterario depende de fazer com o nosso passado, com a nossa actualidade, o que os Gregos e os Romanos fizeram com os seus; regenerar a poesia pelo baptismo popular; enriquecel-a com todos os thesouros que a arte moderna descobriu; coroa-a com as grinaldas naturaes que florecem nos ramos viçosos da tradição." (*id.*: 120)

No início, Rebelo da Silva tinha uma posição mais liberal em relação ao teatro: "E tinham razão [em rejeitar a tragédia]. A fórmula de uma sociedade morta não ajustava com o pensamento, e progresso da actual: outros tempos, outras necessidades: a litteratura não pára: é a expressão do aspecto interno, e ha-de pintal-o, ou não significa nada."; "o povo abriu os olhos: foi uma revolução popular - e devia ser: a fórmula antiga estava cachética: boa só para se estudar o desenho e harmonia das partes"; "o theatro é o livro de todos os que não têm livro.

Era uma democracia", [a] "arte fez-se plebêa", "deixou-se de paços e fidalguias e, bem ou mal fadada, vae vivendo ao ar de Deus. Já é muito, immenso caminho andado para o seu verdadeiro fim, - o de pôr a par do pensamento da época as idéas, crenças, e modos de vêr e sentir do povo." (1910 [1843], II: 99-100); "O theatro é,

para um povo livre, eschola e recreio, nem todo elle acompanha o progresso intellectual das nações adeantadas" (*id.*: 112).

V.3.

(28)- O critério da exclusividade de uma tradição literária puramente nacional, como sublinha A. J. Saraiva, conduzia ao menosprezo de uma grande parte da literatura portuguesa. Aliás, este autor mostra definitivamente as inconsequências práticas deste nacionalismo literário, a sua dupla aporia. O introdutor entre nós do conceito de literatura nacional, Almeida Garrett, é um dos escritores mais clássicos na sua escrita, apesar de buscar a aproximação com os temas populares. Teorizador e crítico encartado desta concepção romântica, Teófilo Braga, em virtude do seu preconceito etnológico, acaba por condenar "toda a literatura latinizante e mais ou menos erudita, que a teria feito desaparecer [à poesia popular] quase sem vestígios" (1995: 43).

Por outro lado, A. J. Saraiva tenta mostrar que os movimentos literários nacionalistas posteriores a Garrett e a Teófilo Braga acabaram aporeticamente por se isolar da "vida colectiva nacional a um ponto que a geração precedente nunca tinha conhecido" (*id.*: 54), aprofundando o fosso entre o escritor e o povo, entre a literatura culta e a literatura popular.

(29)- Esta abordagem manter-se-á depois, o que varia é a "raça" que Camões supostamente representaria, e que no século XX passa a ser a lusitana: "porque ha em Camões uma feição organica que o torna o representante da raça e o fez synthetisar o genio da litteratura portugueza", "n' elle se unifica a antiga unidade ethnica e territorial da Lusitania" [pela sua ascendência galega e algarvia] (Braga, 1907: 4).

(30)- As teses sobre a individualização política portuguesa oscilam nesta polaridade, com algumas gradações, para além das explicações que assentam nas descobertas. Há assim, segundo Aurélio de Oliveira, três correntes fundamentais na historiografia portuguesa:

"1. Os que defenderam e defendem as determinantes do 'imperialismo' geográfico que vão, em escala sucessiva, de simples coadjuvantes a factores principais e decisivos.

2. Os que defenderam e defendem a teoria do voluntarismo político. Também com escalas gradualistas que vão desde a teoria do acaso a planos arquitectados e consequentes da vontade dos 'chefes' ou dos príncipes.

3. Os que assentam e defendem a diferenciação e separação em factores de ordem etno-antropológica e cultural."; "Também com posições gradualistas que vão de simples 'indícios' diferenciadores, à existência de verdadeiras 'raças' marcadoras e justificativas de fronteiras." (1999: 211).

(31)- No seu *Curso de Literatura Portuguesa*, J. M. de Andrade Ferreira salienta que é sobretudo a este nível que tinha grande relevo a questão das origens da língua portuguesa: "Póde-se affoutamente dizer, e sem escrupulo de proferir uma falsidade, que é uma parte integrante da famosa questão dos *classicos* com os *romanticos*. Os partidarios das letras romanas vinculam a lingua portugueza na latina, e os sectarios do romantismo fazem-na nascer das origens nativas da moderna Europa, do celtico." (1875: 13-4).

(32)- Antero faz eco da tese de Oliveira Martins: "A falta de vida, a ausencia de caracter definido, que o observador encontra hoje no portuguez (...) creio que resulta da exiguidade territorial da nação, da sua posição geographica e da sua historia." (1872: 16-7). Para Antero, como para Oliveira Martins, a nação portuguesa é criação da política e não da natureza, das instituições e não da raça.

A revisão de 1891, com o título *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, não altera no essencial as ideias propostas por Oliveira Martins em 1872, reforçando-as mesmo, como na declaração, v.g., de que a imitação dos romanos é o traço constitucional da nação portuguesa: "Formada, com efeito, contra a geografia e contra a etnografia, pela vontade de principes que fizeram do condado portuguez um monumento de energia politica, tem a mesma indole, e o proprio character seculos antes manifestos em Roma." (1891: 284).

Como prometera na sua polémica nota do ensaio de 1872 sobre *Os Lusíadas*, Oliveira Martins desenvolveu a sua tese da "nação moral" na *História de Portugal* (1879). Aliás, segundo António José Saraiva, "Este ensaio sobre Camões foi o embrião da *História de Portugal*." (1996a: 33) Na sua *História de Portugal*, Oliveira Martins procura demonstrar que a nacionalidade portuguesa não resultou da homogeneidade da população, mas foi consequência de uma unidade social que a história imprimiu aos povos submetidos ao regime de uma língua e religião comuns.

(33)- A razão da subsistência de Portugal foi, para Oliveira Martins, a coesão moral e ideal derivada do patriotismo, por imitação dos romanos: "Esta doutrina, que é incontestavel desde Roma, é quanto a mim a unica philosophia da historia nacional portugueza, como o é da romana." (1872: 189). Após a expansão, este sentimento desagregou-se, e por isso Portugal passou a ter uma existência fantasmática, sendo África a Cartago dos romanos, a sua glória, e a Índia portuguesa o equivalente à expansão romana, à sua ruína (*id.*: 196).

(34)- Segundo Oliveira Martins, fomos primeiro franceses, de seguida ingleses, depois espanhóis e novamente ingleses, desde 1820, voltando por fim a ser franceses (1872: 187-8).

(35)- Oliveira Martins utiliza uma metáfora orgânica para justificar a sua posição: "a philosophia da historia ordena que esta, com todas as nações formadas contra a natureza, desapareçam para cederem o logar ás constituições, aos organismos normaes, naturaes dos corpos definitivos, que tem como alma o fundo de raça, como esqueleto a configuração geographica", sendo o resto do corpo "a unidade de interesses, de aspirações, a unidade superior"; "Invocar a historia para sustentar a nacionalidade portugueza é invocar justamente o argumento que a condemna." (1872: 209).

A dedução iberista parece-lhe assim uma consequência natural "se o nosso ideal, os nossos interesses, as nossas instituições forem irmãs; sem a Hespanha se o não forem. Com a Hespanha, acompanhando o movimento europeu de unificação de raças: sem a Hespanha, repetindo, sob um ponto de vista novo, a propria historia, fazendo errar a logica pela força de cohesão nacional." A morte virá para ambos, conclui, "se uns e outros não comprehendermos o erro de protahir um passado exausto." (*id.*: 209-10).

Na réplica aos críticos da sua *História de Portugal*, mantém a ideia de que após a Restauração "Portugal existe independente, não por virtude da energia propria, mas pela conveniencia do equilibrio europeu" (1995 [1880]: 9), sendo adverso à ideia da existência de uma unidade étnica ou de uma base geográfica da nação, o que se tornava evidente, afirma, pela existência de afinidades humanas entre as populações fronteiriças e pela ausência de fronteiras naturais entre Portugal e Espanha (*id.*: 15-7).

Na revisão do ensaio sobre Camões, Oliveira Martins altera o seu diagnóstico e a conclusão, para defender o "cesarismo" como solução da nacionalidade (1891: 314-5), ilibando a monarquia das causas da decadência. Agora, atribuída ao patriotismo o "penhor da sua duração", enquanto substituto da raça e da geografia (*id.*: 302), notando-se a influência de Renan na definição da nação como fruto da "vontade colectiva", que Oliveira Martins diz existir desde Aljubarrota, começando então Portugal a existir como pensamento e como vontade (*id.*: 303).

(36)- Oliveira Martins mostra-se defensor da tese indo-europeia, considerando que destas origens se teria gerado o ramo dos *Eddas* e o do "Olimpo grego", que se aproximaram durante a Renascença: "a philosophia da sua historia reside na relação de lucta ou de comprehensão reciproca d' estes dois elementos indispensaveis á sua constituição definitiva." (1872: 21-2). O Renascimento é assim perspectivado como um momento de harmonização dialéctica, em consequência da influência romana: "O ecclletismo romano, resultado da falta de character ethnographico da nação, foi o maior auxiliar da revolução que espiritalisou o Olympo." (*id.*: 24-5).

Tendo em conta esta filosofia da história, não deixa de ser irónico que em 1869 Oliveira Martins, em tom crítico, afirmasse que Teófilo se encontrava atraído pelo terreno especulativo e enamorado pela síntese filosófica: "cada facto é uma *idéa*, e o curso dos acontecimentos uma perpetua psychomaquia." (1869: 12).

(37)- Não obstante a sua admiração por Teófilo, Moniz Barreto segue a concepção voluntarista da nação de Herculano e Oliveira Martins: "pequena nacionalidade sem fundamento natural nem vocação histórica, que após um momento de expansão heróica se tem mantido independente graças a razões secundárias de equilibrio europeu" (1963 [1890]: 89).

Por isso, deduz igualmente a falta de originalidade da literatura portuguesa, a partir da ideia que as literaturas exprimem "através da sua longa evolução histórica um conjunto de caracteres fixos", os "génios nacionais" (s/d [1889]: 24). Quando se ocupa do "génio português", começa por referir que Portugal se destaca da Península "pela influência accidental de circunstâncias históricas" (*id.*: 32-3).

(38)- A utilização da metáfora da "mudez" é uma clara resposta ao seu uso, em sentido contrário, por Teófilo, para quem a opressão da Igreja e da Monarquia absoluta e a imitação clássica conduziram à extinção do rito moçárabe, dos forais e ao desprezo pela poesia popular, "Trez grandes decepções que bastavam para deixar um povo para sempre mudo!" (1870: 82), mudéz que só perde no tempo de D. João I (*id.*: 132; cf. 1875: 30-1; 1905: 69, 189-91).

(39)- Na resposta aos críticos da sua tese, Teófilo não deixa de referir e de criticar esta posição de Oliveira Martins em relação à Idade Média (1872a: 25).

(40)- Antero, que não concorda com o facto de Oliveira Martins considerar a Idade Média como uma época de retrocesso, parece também mais generoso em relação à valorização da poesia popular por Teófilo. Pensa que as suas ideias não são estereis e que ninguém melhor do que ele percebeu a alta significação da poesia popular portuguesa e a originalidade de obras até então mal compreendidas, como a de Gil Vicente (1872: 20).

(41)- Cf. Olga Morais Sarmiento (1925: 17-9), Fran Paxêco (1917: 285-299), Catroga e Carvalho (1996: 27) e A. C. Homem (1988: 57).

Este texto, aumentado nas *Considerações* (1872), de molde a incluir Pinheiro Chagas, e agora assinado, valoriza Oliveira Martins e Pinheiro Chagas em detrimento de Teófilo. Assim, constata-se que, como observa António José Saraiva, "Na origem, a questão é toda pessoal" (1996a: 69). Apesar do entendimento pessoal anterior e das diferenças de temperamento, "Os dois amigos descobriram nesse momento que se odiavam." (*id.*: 70).

Esse facto pode explicar o motivo de Antero nas *Considerações* (1872) elogiar Pinheiro Chagas, mas a atitude de Antero surpreende porque se repetia o afrontamento das mesmas correntes intelectuais que se combateram em 1865, tendo então Antero iniciado a luta.

(42)- O elogio de Antero a Oliveira Martins, na época em que Teófilo preparava o concurso, é censurado por Fran Paxêco: "Tonou-se reparavel a tendencioza notícia que Antero apresentou à cerca do ensaio de Oliveira Martins, conferindo-lhe fóros de veraz iniciador da crítica literária em Portugal. As gazêtas reproduziram-a, querendo influir nos intuitos do júri do concurso." (1917: 277).

(43)- A questão agravava-se pelo facto de Oliveira Martins ter pedido a Antero que diligenciasse junto de Teófilo para que um amigo deste editasse o ensaio de Oliveira Martins sobre Camões (Braga, 1903: 70-2 e 83-4; cf. Paxêco, 1917: 275-6), pelo que o manuscrito era conhecido de ambos (cf. Saraiva, 1996a: 34, 62). Além disso, Oliveira Martins pedira opinião a Teófilo Braga sobre o ensaio de 1872 e acerca da hipótese de nele incluir uma nota crítica à "regra etnológica" de Teófilo (Homem, 1988: 53; cf. pp. 12, 20, 29, 42).

Mas Teófilo Braga considera uma "injustiça flagrante" o facto de Antero lhe ter já negado "quatro vezes a prioridade de fundador da historia litteraria de Portugal" (1872a: 27), apesar de no opúsculo de 1872 lhe ter reconhecido a qualidade de iniciador (*id.*: 28).

Em "Duas Palavras", Antero (1872a) nega esta acusação, replicando que só afirmava a prioridade de Oliveira Martins noutra género, o da história social, e que a referência à erudição fradesca não visava Teófilo, reconhecendo ter sido o autor do texto anónimo do *Primeiro de Janeiro* (*id.*: 245). A ausência de precedentes de Oliveira Martins devia-se ao facto de o seu ensaio sobre *Os Lusíadas* ser "um estudo *philosophico* de *historia social e moral* como os de Quinet, Michelet, Burckardt, Bunsen, etc., em que a historia litteraria é apenas um subsidio e um instrumento, e não o objecto que se estuda por si. Os livros do sr. Theophilo, pelo contrario, como os de Paulin e Gaston Paris, Schlegel, etc., fazem parte d' uma obra *critica* que estuda a *historia litteraria* pela historia litteraria em si, como o titulo indica. Em que podiam ser *precedentes* do escripto do sr. Martins ?" (*ibid.*). Além do mais, sustenta, Teófilo ainda não tinha publicado nenhum ensaio sobre a epopeia camoniana e não conseguia ser filosófico na sua *História da Literatura Portuguesa*.

Em carta a Teófilo Braga, Adolfo Coelho, considerava que em Portugal a história da literatura e o estudo da língua não tinham passado ainda das apreciações estéticas e da celtomania, considerando que os nossos académicos eram de uma ignorância a toda a prova quanto à filologia clássica (1872: 11-2). Não estava assim tão distante das apreciações de Antero, mas punha a ênfase no trabalho pioneiro de Teófilo.

(44)- António José Saraiva refere que em carta a Batalha Reis de Novembro de 1871, Antero teria mesmo aludido à possibilidade de concorrer ao Curso Superior de Letras (1996a: 64). Antero sabia que Oliveira Martins não tinha hipóteses, por não ter um curso superior, mas parecia preferir qualquer um a Teófilo, razão pela qual chegou a elogiar a tese de Pinheiro Chagas: "Pinheiro Chagas escrevera sobre o joelho uma dúzia de páginas para tese de concurso, em estilo jornalístico, a reiterar as opiniões de Herculano e de Oliveira Martins." (*id.*: 65).

Por outro lado, apesar de Antero (1872: 41-8) se posicionar ao lado da tese de Pinheiro Chagas, não deixa de ser curioso que, como observa Teófilo (1872a: 42), este afirme, em sintonia com o Hegel que Antero contesta, que o português "é um ramo destacado da família hispanica, que deve á sua posição geographica, á energia dos seus membros, e ás circumstancias da sua historia, a potente vitalidade que lhe assegurou a independencia, e lhe deu todas as condições de existencia nacional." (Chagas, 1872: 7).

(45)- Na sua obra sobre a língua literária no tempo de Castilho, Fernando Venâncio (*Estilo e Preconceito*, 1998) refere que a conotação pejorativa da noção de estilo se iniciou com Pinheiro Chagas e Antero, que antes desta referência ao "mau estilo" de Teófilo já tinha criticado Castilho ("A Dignidade das Letras e as Literaturas Officiais") ao dizer que só tinha de bom o estilo (o exterior da forma) (Venâncio, 1998: 148-9). Pinheiro Chagas, apesar de elogiar Teófilo (em 1864), criticava em 1865 "uma falta de lucidez, que em vão procura disfarçar com os esplendores d' um estylo, em que se revela todo o vigor da sua imaginação, mas tambem toda a inexperiencia de quem não sabe ainda revestir as idéas das roupagens que lhes são proprias." (1866: 67).

De qualquer modo, Teófilo Braga replicou a Antero dizendo que as grandes criações nacionais, como a *História Trágico-Marítima*, as "Cartas da Religiosa" e as crónicas da Idade Média não precisam de estilo, sendo o "estilo" um preceito dos retóricos. Entende também que, em termos científicos, a exposição de uma ideia é mais importante do que o estilo, chamando a Antero "estilista", "onanista do estilo" e "ignorante" (1872a: 29-30). Na *História do Romantismo em Portugal*, ao referir-se à carta "Bom Senso e Bom Gosto", afirma que Antero "tinha ainda a incoerencia de ideias e preocupação do estylo, de que nunca se libertou" (1984a [1880]: 500). Na *História das Ideias Republicanas em Portugal*, afirma que na conferência de 1871 ("Causas da Decadência..."), Antero "revela as suas qualidades de estilista, suprimdo com uma aspiração generosa a falta de estudo científico." (1983 [1880]: 94).

Teófilo também usa contra Oliveira Martins o "preconceito" do estilo, ao recensar o seu ensaio sobre Camões, que teria escrito sem estudo, com base numa edição de bolso d' *Os Lusíadas*, "arreatado pela corrente do estylo" (1873: 75). Mais tarde, em relação à *História de Portugal*, refere que ele "tem uma certa preocupação de estylo, que prejudica a eloquencia dos factos, e uma incoherencia, effeito da vaga generalisação" (1995 [1880]: 53; cf. 1892, II: 378).

Esta crítica aparece associada à noção de "estilo retórico", que assaca a Castilho, de que Gomes de Amorim, nas *Memórias Biográficas* de Garrett, teria sido vítima (Braga, 1881a: 387).

(46)- Em texto posterior, Antero atribui a prioridade a Lopes de Mendonça: "a historia litteraria lhe deverá algumas páginas, como o primeiro critico de temperamento verdadeiramente moderno"; ao "comprender o valor e alcance social da poesia e da arte (...) póde dizer-se que Lopes de Mendonça foi não só o precursor, mas o mestre da moderna critica litteraria em Portugal" (1926 [1880]: 304).

Adolfo Coelho, sem deixar de criticar alguns aspectos menos positivos de Teófilo, coloca-o no lugar de fundador da história literária em Portugal, por inaugurar um campo de estudos até então desconhecido em Portugal: "tracta de examinar os phenomenos litterarios sob o ponto de vista genetico, comparativo, historico e psychologico, isto é, trata as questões no mais largo campo a que a sciencia do nosso tempo as levou" (1873: 129); "Pode dizer-se que o estudo da historia da nossa litteratura foi elle que o fundou entre nós." (*id.*: 130). Deste modo, considera que nem valeria a pena mencionar os seus antecessores, portugueses e estrangeiros, a quem atribui um mero estudo accidental da literatura portuguesa. Assim, os próprios defeitos que aponta a Teófilo são considerados naturais numa

obra pioneira (*ibid.*). Já na carta publicada em 1872, Adolfo Coelho declarava a Teófilo que as ingenuidades, contradições e erros da sua obra se desculpavam pela falta de monografias sobre a história da língua portuguesa e de etnologia peninsular, bem como pela falta de espírito crítico típica da nossa mentalidade erudita. Uma outra causa era o facto de repousar na história literária dos pioneiros imperfeitos (Bouterwek, Wolf, Diez, Denis) (1872: 3-4). Deste modo, destaca que Teófilo não podia fazer tudo de um jacto: construir a linguística, a etnologia e a história literária de Portugal (*id.*: 4).

(47)- Mas A. Coelho, ao referir-se à *Theoria da historia da litteratura portugueza*, afirma que é o trabalho histórico mais profundo que foi escrito em português, com verdadeiro espírito filosófico e à altura das grandes questões históricas, com conhecimento perfeito do seu objecto (1872: 5), pelo que pensa que é uma obra que há-de ficar na ciência, considerando a tese que desenvolve como um facto demonstrado, evidente (*id.*: 6). Em relação ao conjunto da *História da Literatura Portuguesa* de Teófilo, Adolfo Coelho não se coíbe de referir que contém "erros graves, contradições, apreciações falsas" (1873: 129), mostrando-se irregular e manifestando não ter estudado ou digerido certas questões, precipitando-se e entrando em contradições (*id.*: 130). No entanto, considera que "isso é a menor parte; a maior parte das paginas d' esses livros são provas inabalaveis da perseverança do auctor no trabalho, da sua já larga erudição e fina penetração. O auctor manifesta n' elles os dotes necessários a um bom historiador litterario." (*ibid.*).

Não obstante, A. C. Homem afirma a coerência global de Teófilo Braga, a "coesão de um ideário": "não detectámos fracturas de tomo no plano da construção filosófica e no domínio do pensamento político-social" (1988: III).

Aliás, em 1888, Moniz Barreto, ao defender que "As primeiras composições de um escritor são dos mais precisos documentos do seu espírito", afirma que "Nos primeiros poemas como nas primeiras críticas do Sr. Teófilo Braga, já salta aos olhos a largueza e veemência da sua vocação apostólica, a variedade das suas aptidões politécnicas, o vigor das suas inclinações democráticas e das suas predilecções eruditas, o seu gôsto das sínteses e a sua paixão pelas aplicações, a sua superioridade como poeta e a sua inferioridade como escritor, as qualidades e defeitos, que, intactos, modificados ou agravados, reaparecem nas obras da sua maturidade." (1944 [1888]: 214; subl. nosso). Nele elogia a erudição e a aptidão filosófica, mas não deixa de lastimar que esses dotes sejam "um pouco prejudicados por um tom de agressão e instintos de polémica e revolta. É que todos esses dotes são empregados por uma organização de reformador e sectário"; "a intransigência obstinada nas teorias e o hábito de tratar os adversários como inimigos seus e da Verdade. Aberrações que acompanham a grande faculdade de crer e querer, e que se exageram naturalmente num pequeno país em que tudo vai mal e em que a ciência para ser atendida tem de revestir a forma de escândalo." (s/d [1898]: 69-70). Este crítico elogia, aliás, o espírito filosófico de Antero e Teófilo e considera mesmo que, a par de Jaime Moniz e Manuel Ferreira, são uma excepção no panorama português: "A maioria vive num materialismo rasteiro ou num positivismo exteriormente compreendido." (*id.*: 73).

(48)- Na sua "Autobiografia mental", Teófilo coloca em destaque o seu esforço para atingir o "poder do systema" (1903: XXXV-LIV): "Pelo poder do systema suppro a falta de estímulos do meio hostile em que me defendo pelo isolamento" (*id.*: XLVIII).

Pinheiro Chagas critica o seu "dogmatismo" e as "fascinações do systema", e destaca que Teófilo "reconhece que é esse o seu fraco, tomando-o, é verdade, como o seu fôrte." (Chagas, 1908 [1892]: 535).

O excesso de "espírito de sistema" é uma das principais críticas que Fidelino de Figueiredo lhe tece, concordando com Oliveira Martins e Antero quanto à falta de vocação filosófica de Teófilo (1916: 138). Teófilo foi, segundo Fidelino, "systemático até ao esquema" (*id.*: 139) e dogmático (*id.*: 143), esterelizou em fórmulas e caixilhos a matéria a enquadrar e "pouco applicou de positivismo á critica, porque esta doutrina pouco continha de applicavel a essa sciencia, e o que applicou não beneficiou o seu systema." (*id.*: 140). Assim, a sua *História da Literatura Portuguesa* "tem o grande merito e o grande inconveniente das grandes construcções assentes sobre os fundamentos dum systema cerrado" (*id.*: 141).

Também Hernâni Cidade afirmou que o critério étnico de Teófilo tem "os inconvenientes dos sistemas fechados" (1935: 194).

Joaquim de Carvalho acusou-o de ser homem de um só livro, salientando a "deformação inerente ao espírito de sistema" (1948: 21) e Vitorino Nemésio refere o "seu carácter dogmático" (1944: XII).

Mas é este traço que António do Prado Coelho transforma numa qualidade: "A característica predominante do espírito do Dr. Teófilo Braga é o poder de construtividade.

Um nexó coordenador unifica os factos particulares, interpreta a sua natureza, descobertas as suas íntimas afinidades, estabelecida a sua correlação, e integra-os no quadro global, na síntese, onde assumem toda a sua importância e se revelam em todo o seu valor." (1919: 67-8; cf. 1921: 147).

(49)- Trata-se de uma época em que o cientismo dominava, em especial na literatura (Naturalismo) e na política (republicanos): "o cientismo tornou-se no fundamento quase exclusivo do optimismo histórico que alimentava a doutrinação republicana das últimas décadas do século XIX e princípios do século XX" e a campanha anticlerical e laicista da época inspira-se na crença de um inevitável advento da era da positividade e da ciência (Ramos, 1992: 230).

Mas há em Teófilo o desejo de deslumbrar com a sua ciência, o que conduz a um certo exagero, como sublinha A. C. Homem: "Sem dúvida que é possível destrinçar as grandes coordenadas e os vectores fundamentais da sua ideação. Mas somos obrigados, para isso, a percorrer um bravio matagal de referências a esmo e de díspares asserções, vagamente conexas. A preocupação de deslumbrar o leitor com a mole imponente de nutridas leituras e aquela outra de se apresentar como um vanguardista, dominando plenamente os resultados da investigação científica mais actualizada, ericam as suas páginas de citações, nem sempre a propósito", "na vertigem do saber hirto, sem freio, aparentemente desarticulado" (1988: 88). No entanto, destaca a "coerência doutrinal" e a "força sistemática" desta obra "pioneira" (*id.*: 89).

(50)- É preciso ter em conta que a reputação de Teófilo se estabeleceu no âmbito da poesia. A *Visão dos Tempos* (1864) constituiu um êxito retumbante e o grupo de Castilho aplaudiu-o intensamente, *v.g.*, Pinheiro Chagas, que no entanto manifestou algumas reservas à sua "irreflexão e impaciência de produzir", à sua falta de "lucidez" (1866: 66-92; cf. 1865: 374-80). Ernesto Biester, na "Chronica Bibliographica", saúda a *Visão dos Tempos* entusiasticamente: "É pois uma obra de grande arrojo e vastíssima concepção, e que só um talento superior e vigoroso apprehende e realisa." (1865: 42). E aproveita para inserir a não menos elogiosa recensão de *O Seculo XIX*, acrescentando que "A *Visão dos Tempos* conquistou já a Theophilo Braga um lugar entre os bons poetas nacionaes." (*ibid.*).

A colaboração de Teófilo na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil* e os elogios que aí recebe mostram claramente que neste momento as dissensões ainda não existiam, como o provam os artigos que dedica a Herculano (1865b), Camilo ("As Azas Brancas"), Mendes Leal (1865d) e o elogio rasgado que teceu a Castilho: "De

todos os poetas portugueses, depois de Garrett, o que tem um gosto delicado, uma intuição viva do sentimento do povo é indubitavelmente o sr. Castilho. Se o poeta dos *Fastos Historicos* seguisse a indole da sua musa, excederia Uhland, Bürger, Scott. Mesmo o povo portuguez ha saudado no sr. Castilho o seu interprete, vulgarisando-lhe as canções. Um dos grandes merecimentos da poesia popular do sr. Castilho, e qualidade que a torna popular, é a conformidade entre a fôrma e a idéa; só o sr. Castilho nos poderia fazer rivalisar com as litteraturas estrangeiras n' estas restaurações." (1865c: 307).

No entanto, estes textos publicados na *Revista Contemporanea* não aparecem na extensa bibliografia de Teófilo compilada por Álvaro Neves (1934).

Na sua Crónica, Júlio Machado ilustra, aliás, a boa recepção de Teófilo pelo "grupo de Castilho": "lucidez de um talento de excepção, que tem aprendido muito, que tem adivinhado ainda mais, - Theophilo Braga, o poeta da *Visão dos Tempos* e das *Tempestades Sonoras*, talvez o successor de Garrett um dia! A litteratura militante recebeu-o de braços abertos." (1865: 509). Na sua obra sobre Teófilo, Teixeira Bastos transcreve com abundância trechos elogiosos de Pinheiro Chagas, Camilo (*Esboços de Apreciações Literárias*), Oliveira Martins (*O Cancioneiro e o Romanceiro ...*), Moniz Barreto, Antero de Quental e A. F. de Castilho (1892: 28-86).

(51)- Na recensão à *História de Portugal*, Teófilo aproveita para devolver a Oliveira Martins esta crítica, considerando que a *História de Portugal* "resente-se da sua falta de disciplina philosophica", apontando como modelos Voltaire, Condorcet e Gibbon (1995 [1880]: 52). De igual modo, considera que também a Herculano faltara um critério filosófico, para além de conhecimentos de etnologia, achando que a sua obra era ilegível para o grande público (*id.*: 45-6).

No entanto, Álvaro Ribeiro, defende a capacidade filosófica de Teófilo, não obstante outros a negarem com frequência (cf. VI.3.): "ninguém mais tentou exprimir uma visão filosófica da História da Literatura Portuguesa" (1951: 64); "Teófilo Braga foi um erudito, e, inspirado pelo espírito da época, entreviu, em contornos indecisos, a originalidade do pensamento português. Não podemos, por isso, negar a genialidade do fundador da História da Literatura Portuguesa." (*id.*: 138).

(52)- Adolfo Coelho salienta a tendência de Teófilo para "inventar" ou "imaginar" o que não sabe e diz não poder "deixar de verberar a facilidade com que o auctor erige ás vezes um systema sobre uma simples palavra." (1873: 144). Porém, o que considera ser a falta capital de Teófilo é o facto de estabelecer conexões genealógicas entre factos que muitas vezes são apenas semelhantes ou paralelos (v.g., os símbolos jurídicos peninsulares e os germânicos), o que acabava por acentuar-se através da tendência para a conjectura, e que no capítulo da filologia raiava por vezes a inverosimilhança (1872: 5-6).

Similares serão as críticas que em 1904 Carolina Michaëlis de Vasconcelos tecerá à obra de Teófilo, e que se prendem com a sua facilidade de "improvisação" (1990 [1904]: 301).

A. do Prado Coelho, apesar da sua devoção teofiliana, não deixa de referir a precipitação de Teófilo: "As suas idéas, não raro, têm, de entrada, a aparência de precipitadas e são-no muitas vezes (porque não afirmá-lo?); mas, também com frequência, antes de se definirem, vêm a subordinar-se, nos vários sectores, às exigências duma demorada elaboração interior. Abundam os casos de mudança de opinião, antes que esta se estabilize, após as sucessivas remodelações." (1943: 8).

(53)- A apoiar a sua opinião encontra-se uma "Nota da Redacção" apensa a esta recensão, em que se afirma que perante uma asneira de Oliveira Martins se via que o livro dele não era para ser tomado a sério e só para não prejudicar o público é que o director (A. Coelho) não pediu a Teófilo para reduzir o artigo a um quarto, uma vez que não se deveria gastar tantas páginas "com ruins obras" (1873: 77).

(54)- Aliás, em todo o opúsculo, Teófilo pessoaliza a questão (menos com Pinheiro Chagas), lançando acusações que pretendem descredibilizar os seus adversários, acusando, por exemplo, Antero de ser um espírito débil, que se teria deixado influenciar pelos amigos quando mudou para o Porto, mudando as suas opiniões (1872a: 39). Acusa-o ainda de parcialidade em relação ao concurso do Curso Superior de Letras (*id.*: 40), citando cartas pessoais e referindo episódios do seu relacionamento anterior com Antero. Algo semelhante dirá numa carta que escreveu à esposa, em 26 de Maio de 1872 (cf. Homem, 1988: 57-8). Teófilo atribuía responsabilidades maiores a Germano de Meireles, com quem Antero vivia, e que exerceria ascendente sobre ele, como se via pela sua colaboração no *Primeiro de Janeiro*.

Como observa António José Saraiva, no texto de *Os Críticos*, Teófilo é "rasteiro quanto à temática" (1996a: 66). Não menos rasteiro é Fran Paxêco ao referir-se a Germano de Meireles (1917: 39; cf. 302-303).

Antero responderia a Teófilo em termos não menos amistosos no *Primeiro de Janeiro* (30 e 31 de Julho de 1872), com "Duas Palavras a proposito do folheto do Sr. Theophilo Braga, mas não em resposta ao Sr. Theophilo Braga nem ao seu folheto" (1872a). Uma semana depois, Antero "provoca" Teófilo ao publicar no mesmo jornal uma nota em que diz que lhe constava que os amigos de Teófilo o procuravam, mas que não valia a pena, porque ele estava todos os dias no café "Águia de Oiro", das 17 às 19 horas.

Em 1873, Teófilo publicou a *História de Camões* (1873a), aproveitando para criticar, em recensão (1873), as obras que se publicaram aquando do tricentenário de *Os Lusíadas* (J. Nabuco, F. E. Leoni e de Oliveira Martins). No mesmo ano, volta a referir-se, de forma implícita, às suas desavenças em termos pessoais (1873a: VII). A prova de que Teófilo nunca perdoou a Antero está no facto de não colaborar no *In Memoriam* a Antero e de ter publicado um artigo com esse título no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), acintoso para Antero, lamentando que Sousa Martins (positivista) tivesse colaborado nessa homenagem (cf. Saraiva, 1996a: 13).

E no entanto, nas *Teocracias Literárias*, desejava que a carta "Bom Senso e Bom Gosto" de Antero se tornasse "um capítulo da história literária contemporânea", e detectava nela as qualidades "que fazem admirável um estilista." (1865: 8). Porém, os comentários de Teófilo a propósito de Antero em *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa* estão nos antípodas destes elogios (cf. 1892, II: 209-11), e na *História das Ideias Republicanas em Portugal* denunciava a sua "infecundidade" (1983 [1880]: 91).

(55)- Na recensão ao ensaio de Oliveira Martins de 1872, Teófilo como que responde a esta caracterização dizendo que "de repente o vento da philosophia social se apossou da mente do auctor" (1873: 75) e ao referir-se à distinção anterior das duas "escolas", Teófilo só transcreve o adjectivo "psicológico" em relação a Oliveira Martins (1892, II: 324-5).

(56)- Em 1891, Oliveira Martins distingue nacionalidades (raça e território) e nações (por vontade enérgica dos principes ou dos povos), considerando Roma o paradigma desta última forma (1891: 284-5), pois o povo romano teria sido o primeiro a conceber a ideia abstracta de Nação, deduzida da família, extraindo dela um sentimento novo, o patriotismo (*id.*: 280).

Ao elaborar a recensão da *História de Portugal* de Oliveira Martins, Teófilo relembra a passagem do ensaio sobre *Os Lusíadas* em que aquele defende a teoria da nação moral portuguesa, considerando a "distincção em nacionalidades *naturaes* e nacionalidades de *consciencia*, [uma] concepção verdadeiramente gratuita", "que os factos que acumula lhe contradictam e revogam. Portugal é uma nação por condicionalismo *geographico* e *ethnico*, como vamos vêr." (1995 [1880]: 48).

(57)- Em 1891 reforça esta ideia ao afirmar que a geografia "vota necessariamente a nação aos destinos marítimos"; "Uma tal situação geographica impunha desde logo a um povo, como condição de independencia, o caracter maritimo" (1891: 317). Se a primeira dinastia é separatista, a segunda afirma-se com um acto de política ultramarina (*ibid.*). Mas, no seu entender, a nação deixa de ser "espanhola" por ter um pensamento romano ou cosmopolita e porque o território na Península "não era mais do que a *caput* ou capitólio de um povo, cujo dominio abrangia o mundo, e cujo pensamento abstracto dominava a esphera natural das cousas." (*id.*: 318; cf. 319). Considera assim que o heroísmo manifesto nas descobertas nasce "n' esse instante em que o amor primitivo se transforma na paixão ideal a que se chamou patriotismo", "embora a isso nos impellisse a fatalidade geographica e o instincto ethnico" (*id.*: 311).

(58)- Em 1891 corrige esta ênfase dada ao lado instintivo do heroísmo e salienta que é "tambem um movimento da consciencia que, sem desvirtuar a força dos temperamentos, dava ás acções uma significação ideal." (1891: 183-4). Nesta versão, destaca o romanismo nacional e "o idealismo espiritualista que fôrma a atmospheria luminosa em que os *Lusíadas* e Portugal se agitam. Camões não é só o epico da sciencia e do commercio: é tambem o vate do pensamento philosophico moderno." (*id.*: 186). Os portugueses teriam sido cosmopolitas como os romanos (*id.*: 304) e Camões teria proclamado o patriotismo ideal ou romano, pelo que o Classicismo seria o remate natural do desenvolvimento da consciência de um povo formado pela vontade estóica e que encarava a pátria como abstracção moral (*id.*: 305), o que o teria impellido ao heroísmo da época das descobertas (*id.*: 311).

(59)- Na resposta às acusações de Teófilo, que preferiu manter inédita, Oliveira Martins reitera a ideia de que não é possível descobrir uma razão de ser natural à nacionalidade portuguesa e que o mar seria apenas uma condição geográfica que serviu para constituir e manter a nação (1953: 43).

(60)- "Província separada da monarquia de Leão pelos sucessos que em breve estudaremos, e constituida como indivíduo político pelo esforço e tenacidade dos nossos primeiros príncipes e dos seus cavaleiros, o reino de Portugal formou-se pelos dois meios da revolução e da conquista."

(Herculano, 1980 [1846], I: 83).

Mas, como nota José Mattoso, o organicismo evolucionista de Herculano "dificilmente se harmoniza com a criação arbitrária da mesma nação pela vontade de um homem, embora apoiada num grupo ou em entidades tão vagas, como o 'espírito público' que porventura o inspira." (Mattoso, 1980: XXX); "Exageraram, pois, decerto, ao tomarem-no como patrono, aqueles autores que a seguir a ele defenderam a criação arbitrária e voluntarista da nação. Deram pelo menos demasiada pouca importância ao conceito de 'espírito público', que ele já considera criado à data da fundação do Estado, e que se deve sem dúvida interpretar à luz do de organicidade da nação." (*id.*: XXX-XXXI).

(61)- Na sua recensão publicada no nº 2 de *O Positivismo* (II ano, 1880), Teófilo saúda a obra em termos genéricos, como um esforço patriótico, por considerar que "O maior serviço que se póde fazer a esta nação é recordar-lhe a sua historia; d' ella se derivam todos os estímulos de renovação intellectual, moral e economica" (1995 [1880]: 43; cf. 1892, II: 363). Mas contesta a ideia de que a História é sobretudo uma lição moral, citando Renan em seu favor, para defender uma perspectiva de alcance sociológico, em que a moral aparece como um elemento entre outros (1995 [1880]: 52; cf. 1892, II: 377-8).

(62)- "Portugal é o paiz que mais desconhece a sua historia; d' aqui resulta o abandono da tradição nacional na arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentavel entre os escriptores e o povo, a falta de convivencia e de plano na actividade politica dos que exercem a auctoridade, e, o que é mais triste, da parte da nação a incapacidade de julgar as instituições abusivas que atrophiam a sua energia, e a apathia com que se submetteu sempre a toda a ordem de tropelias da realeza, que ainda em 1847 chamou sobre Portugal uma invasão ou intervenção estrangeira para manter-se na sua posse dynastica." (1995 [1880]: 43; 1892, II: 363); "Pôr em relevo a historia d' esta pequena nacionalidade, é fornecer-lhe as noções que hão de determinar os seus actos de transformação e de progresso"; "Para fallar a este povo sem interesses, em grande parte alheio ás conquistas do seu tempo, a lição mais agradável e persuasiva é a da sua historia; encadeiem-se-lhe os factos e elle comprehenderá a razão da sua independencia para lutar por ella"; "e saberá pela expressão da sua soberania fundar um regimen de liberdade politica, sacudir todas as invasões da esphera civil, simplificar os serviços publicos, e explorar as fontes vivas da sua riqueza." (1995 [1880]: 44; 1892, II: 364).

Em 1892, Teófilo Braga acrescenta uma recensão à obra *Os Filhos de D. João I*, em que elogia ainda o seu trabalho, que provaria o "vigor moral" da nação para uma futura regeneração, mas no sentido que Teófilo defendia (1892, II: 379-80, 390).

(63)- Assim, Teófilo faz dizer a Oliveira Martins o contrário do que ele pretende, pois afirma que ele teria posto em relevo a "incapacidade política, a boçalidade e ás vezes a perversidade dos que exerceram o poder sobre este povo" (1995 [1880]: 47, 50-1; 1892, II: 368, 375). O que conduz Teófilo a afirmar a capacidade de persistência da nacionalidade "oprimida": "por tudo isto assombra-nos como esta pequena e desgraçada nação portugueza se tem conservado, sem uma desagregação ou extinção numerica." (1995 [1880]: 51; 1892, II: 376).

Para Teófilo, os argumentos étnico e geográfico eram decisivos para a explicação da independência de Portugal face à Espanha, na medida em que entendia que ela tinha sido constantemente comprometida pela incapacidade ou inconsciência dos homens que exerceram o poder. Assim, "O estudo das individualidades históricas é a demonstração clara do individualismo ethnico da nacionalidade portugueza." (1995 [1880]: 49; 1892, II: 372-3). Apoiando-se em Adam Smith, procura aplicar a Portugal a ideia de que a opressão e o arbítrio pessoal da autoridade de famílias privilegiadas não contribuiu para o progresso e para civilização (1995 [1880]: 51-2; 1892, II: 376-7), considerando que a organização sócio-política que prevaleceu até D. Manuel I é que favorecia um desenvolvimento orgânico (Forais, Cortes, Municípios) (1995 [1880]: 52; 1892, II: 377).

Na resposta aos críticos da sua *História de Portugal*, Oliveira Martins afirma que continuava sem entender as teses étnicas e geográficas de Teófilo e queixa-se da interpretação que ele fez: "A mim que me cansei em demonstrar os planos de todos, e como esses planos serviram para construir a nação !" (1995 [1880]: 10). No entanto, apesar da discordância com Teófilo, manifesta-se "devedor de uma equanimidade singular" (*id.*: 6), pelas suas observações, "mostrando na sua sobriedade uma benevolencia crédora de agradecimentos." (*id.*: 8).

Mas Teófilo lamenta que Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, considere os jesuítas precursores dos positivistas: "triste a sua aggressãozinha de eschola." (1995: [1880]: 53; cf. 1892, II: 378). Oliveira Martins tentou justificar esta afirmação na sua resposta conjunta aos críticos da sua *História de Portugal*, afirmando que ambos "reservam", os Jesuítas para porem em cheque o espírito científico, e os positivistas para o coordenarem, impondo ambos limites à curiosidade do espírito humano (1995 [1880]: 6). Convém no entanto referir que a Companhia de Jesus era, na conferência de Antero de 1871, uma das responsáveis da decadência nacional e na obra de Teófilo a grande "opressora" do espírito nacional, razão pela qual a afirmação de Oliveira Martins era inaceitável para Teófilo, que na sua recensão considera que o jesuitismo atacou mortalmente a inteligência portuguesa (1995: 43 [1880]; 1892, II: 363).

Para Álvaro Ribeiro, "Uma das surpresas reservadas ao historiador da cultura em Portugal é verificar que o positivismo foi em grande parte atacado por simples motivo de antipatia para com Teófilo Braga. Os inimigos do ilustre fundador da História de Literatura Portuguesa tinham necessariamente de ser detractores do *Curso de Filosofia Positiva* apenas porque Teófilo Braga buscava abonação na obra de Augusto Comte." (1951: 115).

(64)- "Esta persistencia de uma pobre e pequena nacionalidade, que se mantém através de tudo, máo grado a cegueira dos espiritos dirigentes, é o problema principal da nossa historia."; "A outra parte, porque é que a Nação subsistiu sempre, através de todos esses erros, é ao que não responde, e é esse o nó vital da nossa historia." (1995 [1880]: 47; 1892, II: 368).

Se descontarmos o *parti pris* de Rebêlo de Bettencourt, pode aceitar-se a ideia de que, com base na crença numa "raça" portuguesa, "Quási toda a obra de Teófilo Braga - é uma resposta consoladora à desilusão de Alexandre Herculano, e uma formidável refutação à teoria nefasta do Acaso que Oliveira Martins defendia." (Bettencourt, 1934: 318).

(65)- A par de Teófilo, Augusto Rocha (1995 [1880]: 38-9) e Ramalho Ortigão rejeitam a tese da nação moral de Oliveira Martins, apoiando Ramalho a ideia da fundamentação étnica da nação: "Uma aggregação de tal modo consistente é o producto de energias ethnicas, que eu não tenho a pretensão de determinar, mas que devem necessariamente existir no fundo do nosso ser." (1995 [1880]: 64). Por sua vez, Adolfo Coelho considera a tese de Oliveira Martins uma "opinião, puramente subjectiva", defendendo, por seu turno, que a uniformidade linguística do país "só se explica pela unidade de interesses, de costumes, de tradições, de industrias, de aspirações, determinada pelas condições geographicas; a opposição entre o portuguez e o castelhano explica-se tambem por essas mesmas condições." (1995 [1880]: 83-4).

(66)- Segundo Teófilo, no século V os visigodos dividiram-se em duas classes, o *werh-man* ou homem livre e o *lite* ou o trabalhador adscrito: "A formação da raça operou-se em virtude das condições que separaram estes dois elementos." O *werh-man* ter-se-ia fascinado pela civilização romana e esquecido das suas tradições originais, desnaturando-se e tornando-se estéril. Por sua vez, o *lite* era explorado, mas "tinha em sua alma o deposito das tradições germanicas, sentia a independencia, mas não a podia ainda formular em ideia" (1872: 9-10). Para libertar o *lite* deste pesadelo senhorial faltava, segundo Teófilo, uma circunstância material, que acabou por ser a invasão árabe do século VII: "É n' este ponto que começa o *Mosarabismo* ; vejamos como a natureza n' um momento de liberdade se tornou fecunda." Segundo Teófilo, o árabe, da família semita, trazia novos recursos de ciência positiva, teve tolerância política, e possuía riquezas de indústria e tecnologia. A sua bravura militar fez com que o nobre godo

se refugiasse nas Astúrias, mas o *lite* permaneceu no território e pagava imposto ao árabe, que o deixava livre, e o *godo-lite* ou imitador do árabe (*most' rabe*) mostrou-se então criador em tudo: religião, direito, arte e estado (*id.*: 11). Na Poesia, conservava "os últimos restos das cantilenas germanicas, pela dança e musica arabes, pela renovação das suas Aravias com o espirito novo e interesse historico das Canções de Gesta, vindo assim a produzir os vastissimos Romanceiros peninsulares." (*id.*: 12). Mas esta brilhante evolução natural teria sido sacrificada quando voltou o nobre godo, na reconquista, que quis restabelecer a caduca civilização romana. (cf. 1870: 47-84).

Esta perspectiva, advém, segundo Teófilo, dos estudos de Savigny: "foi Savigny, que estudando simultanea e comparativamente a unidade das primitivas instituições germanicas, pôde pelo exame das instituições na Italia, na França, em Inglaterra e Hespanha, deduzir esse luminoso factó capital da decadencia dos homens-livres (isto é da banda agricola e pastoral)" (1881a: 403).

(67)- "A mesma scisão que se encontra no genio do godo aristocrata e no godo-lige, enquanto á sua religião, direito e poesia, reaparece na constituição da nacionalidade portugueza." (*id.*: 171).

Num quadro final, Teófilo apresenta as suas conclusões (1870: 340):

ELEMENTOS DA RAÇA

FORMAS DE CRIAÇÃO

I - Os Moçárabes

Elemento popular ou nacional, formado pela aliança do "godo-lite" com o árabe.

Criação Original

Religião - *Rito Moçárabe*
 Arte - *Ornamentação do bizantino*
 Direito- *Forais*
 Poesia- *Romanceiros*

II- Asturo-Leoneses

Elemento aristocrático, formado dos descendentes do godo-nobre, modificados ao contacto das povoações ibéricas.

1º Extinção dos Moçárabes

Em Religião - Pelo Catolicismo
 Em Arte -Renascença
 Em Direito- Tradição dos Romanistas
 Em Poesia- Classicismo

2º Imitação Constante

Das epopêas da língua d' Oil, no século XII
das canções da língua d' Oc, no século XIII
das ficções inglesas, no século XIV
dos Cancioneiros hespanhoes, no século XV
da Renascença italiana, no século XVI
dos Marinistas e Gongoristas, no século XVII
do gosto francês, no século XVIII
do constitucionalismo inglês, no século XIX

Resultado:

Ausência de festas nacionais
 Aspiração pelo passado

III-Colónias francesas e judaicas

(68)- Para Teófilo, os historiadores do século XVIII estavam impossibilitados de determinar a verdadeira origem do povo português porque "embuidos das ficções da antiguidade grega e romana, iam filiar a nossa origem nos erros de Ulysses, de Diomedes, de Elysa e de Noé." (1870: 47).

(69)- Esta insistência leva António Sardinha a dizer que Teófilo professava um "ódio profissional á Igreja e á Realeza" (1915: 116).

(70)- Estas considerações são elaboradas no comentário à *História da Civilização Ibérica* de Oliveira Martins, cujo federalismo se orientava numa perspectiva cesarista. Para realçar o seu ponto de vista, na recensão à *História de Portugal*, Teófilo exagera o "naturalismo": "e a nação manteve-se através de todas as monstruosidades; imagine-se como este pequeno povo teria sido fecundo sem governo! bastava-lhe a contiguidade da Hespanha para estímulo e disciplina de coesão." (1995 [1880]: 52; 1892, II: 377). Nas *Modernas Ideias* sustenta, noutra óptica, que os ódios levantados entre os povos peninsulares pelos monarcas é que impediriam uma natural tendência federalista na Península Ibérica (1892, II: 358-9), aludindo às posições diversas de Oliveira Martins, ao afirmar que "alguns" viam no período áureo do século XVI a força da unificação monárquico-ecclesial e queriam restaurar os dois poderes (*id.*: 359).

(71)- Cf. o cap. I: "Patria e Nacionalidade" (1896: 161-73).

(72)- Gil Vicente revela a "existencia de um genio popular", João de Barros inicia a história moderna, Fernão de Oliveira confere disciplina gramatical à língua, que António Ferreira celebra, João de Castilho, com a arquitectura manuelina, acomoda o gótico ao oriente, e nota-se "nos eruditos, o presentimento de uma grande epopêa para completar a historia; nos Reinícolas a codificação geral das garantias locais; em tudo profundo symptomas de vida propria." (*id.*: 2). Mas esta "afirmação" não bastava, "faltava ainda a consciencia da nacionalidade: Camões, foi aquelle que mais sentiu, que melhor se compenetrou d' essa vigorosa consciencia, que tem uma raça no momento em que realisou a sua unidade. Extinga-se para sempre a nossa vida histórica, acabem os vestígios que tornaram Portugal solidario na obra da civilização moderna, bastarão as obras de Camões para representarem sempre vivo este povo, que succumbe pela fatalidade da sua ethnologia." (*ibid.*).

(73)- Na *História das Ideias Republicanas* volta a vincar a sua ideia da nação étnica/orgânica, acusando Antero de em 1868 defender a federação ibérica e o desaparecimento da nacionalidade, que então achava ser um fenómeno histórico transitório:

"As nacionalidades são produtos orgânicos, naturais, estáticos, independentes das vontades individuais, formam-se pelo condicionalismo mesológico e pelo determinismo étnico, da mesma forma que os seus produtos internos, como línguas, religiões, instituições sociais, arte, direito, moral e outras manifestações da colectividade humana, que colaboram na diferenciação e agregação nacional." (Braga, 1983 [1880]: 85).

V.4.

(74)- Para a génese e evolução da ideia das origens indo-europeias cf. Thiesse, 1999: 172-9.

Adolfo Coelho aceita, com F. Schlegel e Bopp, a tese indo-europeia (1873a: 117). Simões Dias acredita também que "O povo português pertence á grande familia indo-germanica e faz parte do grupo das nações da raça latina" (1898: 139), filiando o Português no indo-europeu e no Latim (*id.*: 140). Quem com mais detalhe exprime as perspectivas alemãs da questão indo-europeia, acreditando na superioridade da sua civilização, é Latino Coelho: "entre os povos todos da raça mediterranea ou caucasica, extrema-se por dotes e privilegios singulares a grande familia indo-européa, que representou na antiguidade as mais esplendidas e prolificas civilisações, e que preside hoje com indisputavel superioridade aos destinos da humanidade inteira." (1877: XIII). Para os vários ramos étnicos indo-europeus cf. pp. XIV-XV.

Eça destaca a preocupação da sua Geração com a questão das Origens: "outro bom signal do despertar do espirito philosophico era a nossa preocupação anciosa das Origens. Conhecer os principios das Civilizações primitivas constituia então, em Coimbra, um distinctivo de superioridade e elegancia intellectual. Os *Vedas*, o *Mahabaratha*, o *Zend Avesta*, os *Edda*, os *Nibelungen*, eram os livros sobre que nos precipitavamos com a gula tumultuosa da mocidade" (1993 [1896]: 486); "Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tornado propheta e justiceiro dos reis" (*id.*: 485). Num poema que escreveu nessa altura, "deveria abrir por uma tremenda invocação á India, aos Aryas, á sua marcha sublime desde Gau até Septa-Sindú!" (*id.*: 486).

Anselmo de Andrade revela ainda que os membros da geração coimbrã "se deixavam seduzir e encantar pela novidade das theorias allemans", tirando "as ultimas consequencias da theoria de Vico sobre os poemas homericos, do systema historico de Niebuhr sobre as origens romanas (...), de Renan e Max Müller sobre a origem e a natural evolução da linguagem" (1993 [1896]: 323).

Teófilo, seguindo Hegel, considerava que o elemento germânico era um dos últimos ramos das migrações indo-europeias e acreditava na "unidade das raças indo-germanicas" (1984a [1880]: 58; 1903a: 87). Cf. 1865e: 648; 1870a: 13, 166, 266. Em 1882, descrevia a história universal como um percurso que elevou os Ários "à hegemonia perpétua da humanidade" (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 102), aderindo a esta tese Antero e em particular Oliveira Martins (*id.*: 312-3), que dividiu os indo-europeus em eslavos e arianos, de quem proviria, por miscigenação, o povo português (*id.*: 129), proclamando Oliveira Martins a sua superioridade civilizacional (*id.*: 132-4). Cf. n. 36.

Segundo Fernando Catroga e Paulo Carvalho, a ideia da superioridade da raça indo-europeia (donde nasce o mito ariano) passou a constituir um dos mitos dominantes em boa parte da 'inteligência' europeia oitocentista da década de 60 (1996: 178).

Porém, em termos do discurso político, defender as origens indo-europeias da civilização europeia não equivalia a um germanismo primário ou a uma adesão ao "mito ariano" (cf. Thom, 1990: 32-3). Por seu lado, Durkeihm, como Renan, evitam a ideia da "nação étnica" para, de certo modo, escapar ao indo-europeísmo reinante em finais do século XIX, associado ao "germanismo" (*id.*: 37-40), e em face da guerra franco-prussiana e da "restituição" da Alsácia e da Lorena à Alemanha, em 1871. Segundo D. Baggioni, "les suites de la guerre franco-prussienne allaient voir les conceptions [de nação] française [política] et allemande [étnico-linguística] s' affronter à propos de l' Alsace-Lorraine." (1997: 254).

(75)- Como observa Anne-Marie Thiesse, no século XIX o termo "raça" é utilizado de modo variável, mas na maior parte dos casos é usado para "désigner une communauté humaine vivant sur un territoire donné. La connotation biologique est alors faible, voire nulle. Si bien que le terme peut faire fonction de synonyme de nation." (1999: 179). É preciso pois não confundir esse uso genérico com as ideologias racistas que emergiram em meados desse século com Gobineau e Chamberlain, e que se associaram a uma identidade nacional de tipo físico (*id.*: 177-9).

(76)- Cf. Aguilar, 1939: 51-6. Segundo Agostinho Fortes e o próprio Teófilo, foi devido aos seus esforços e até às suas relações com o Duque de Ávila e Bolama (seu compatriota) que foram criadas as cadeiras de Filologia comparada e de Língua e Literatura Sânscrita, conseguindo que fossem nomeados respectivamente Adolfo Coelho e Vasconcelos Abreu, então seus amigos (cf. Fortes, 1934: 10-1): "Depois... depois a cizânia rebentou entre eles e os três amigos deram ao mundo o triste espectáculo de que a inteligência nem sempre consegue arrancar o escalracho do ódio, que não vacila sequer ante a calúnia. Mas ... *parce seputis!* " (*id.*: 11). A prova desse facto é o facto de Teófilo Braga falar da criação destas cadeiras, mas sem mencionar o nome dos seus primeiros ocupantes (1902b: 205-7). As razões dessas zangas são apontadas por Manuel Aguilar (1939: 179, n. 1 e 224-41).

(77)- Nos programas de 1877-78, Vasconcelos Abreu incluía a "exposição das relações étnicas e linguísticas da Índia antiga e da Europa" e nos de 1878-79 Adolfo Coelho "ocupava-se da unidade indo-europeia, o itálico e seu lugar nas linguas indo-europeias" (Aguilar, 1939: 305).

Esta concepção estava já presente em A. J. Viale, como se deduz dos temas de literatura antiga por si redigidos para o concurso de 1872, a que se candidataram Teófilo, Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro:

"2º- A língua grega é uma das línguas aríacas da grande família indo-europeia, e a mais sintética do grupo meridional."; "16º- A língua latina é uma das línguas aríacas, da grande família indo-europeia, menos sintética do que o grego, assim como também menos rica." (Aguilar, 1939: 168 e 170).

(78)- "L' idéologie nationale trouve naturellement ses théoriciens chez les écrivains et philosophes romantiques et singulièrement chez les linguistes allemands. Ceux-ci découvrent dans la grammaire comparée des langues indo-européennes (*indo-germanische Sprachen*) un bon moyen de ranger les langues germaniques au même niveau de parenté (et donc de dignité) que les langues classiques (latin, grec), dépositaires de l' héritage culturel occidental." (Baggioni, 1997: 226).

D. Baggioni não nega o interesse científico dos linguistas alemães, mas coloca a ênfase na dimensão ideológica da investigação (na motivação): "Certes, il n' est pas douteux que les travaux des comparatistes allemands (Bopp, Grimm, Humboldt, Schleicher) ont fait faire un grand pas à la théorie et à la méthodologie linguistiques; mais la typologie des langues et leur mise en perspective diachronique fut fortement surdéterminée: les langues germaniques étaient mises en bonne place dans la famille indo-européenne, et la supériorité des langues indo-européennes sur les autres démontrée. Par ailleurs, la tradition allemande, de Herder à Humboldt, identifie langue et nation, idée promise à des développements fâcheux."; "D'orenavant, et pour longtemps, les linguistes, en particulier les germanistes, se distingueront par leur conformisme et leur nationalisme étroit. Ils justifient à l' avance toutes les *Realpolitik* à venir"; "les traces ne manquent pas à l' historien des idées pour marquer la montée, chez les linguistes et les philologues allemands, du nationalisme, et bientôt du racisme, qui trouvera son couronnement dans le ralliement enthousiaste de l' Indogermanistik à la *Rassenkunde* ('raciologie') instituée par le pouvoir nazi." (*id.*: 226).

(79)- As próprias designações deste novo campo de saber ilustram a sua abrangência: "Etnografia, folclore, etnologia, demótica, demologia, mitologia, mitografia, tradições populares, eram, de facto, as expressões mais ou menos equivalentes" (Leal, 2000: 30).

(80)- Segundo João Leal, a antropologia emerge em Portugal entre 1870 e 1880 com os trabalhos de Teófilo Braga e Adolfo Coelho (2000: 29). Aliás, nos *Estudos da Idade Média*, Teófilo, partindo da ideia de que a literatura é a expressão do génio dos povos, clarifica esta aproximação da história da literatura e da antropologia:

"Sob este ponto de vista, a litteratura estuda-se para satisfazer a necessidade do espirito, que procura constantemente descobrir a sciencia do homem, a anthropologia. Taine, na *Historia da Litteratura ingleza*, abriu este plano, fazendo as applicações das descobertas recentes; determina as duas raças, saxonica e normanda, uma terrivel, violenta, batalhadora, a outra branda, susceptivel de todas as modificações; o caracter impetuoso do norte acha-o representado em Shakespeare, Marlow, Ben Johnson, Milton e Byron, o caracter normando, imitador, com tendencias classicas, reflecte-se em Pope, Addison e Dryden. A litteratura tem hoje esta importancia; a philosophia da arte, a Esthetica veiu dar-lhe altura e consciencia. Pela litteratura chega a definir-se o caracter historico de uma epoca" (1870a: 254-5). Cf. 1903a: 102-3.

(81)- Como observa António José Saraiva, Teófilo "explica a história de Portugal como imposição de uma aristocracia visigoda a uma população indígena, os ditos moçárabes." (1996a: 65). É em 1870 que mais largamente expõe o moçarabismo (a monarquia absoluta e o catolicismo esterelizaram a raça moçárabe) (1870: 47-85), mas a ideia nasce nos seus estudos de Direito, em particular sobre os Forais (1868), a que dá uma versão definitiva em *Epopéias da Raça Moçárabe* (1871).

(82)- Cf. 1870a: I-II, 251; 1984a [1880]: 24, 29; 1903a: 105-6.

(83)- Teófilo contesta Oliveira Martins, que afirma que ele bebeu a tese do dualismo das raças na *História da Literatura Inglesa* de Taine (o normando e o saxão), "por analogia supposta com o movimento perfeitamente dualista da sociedade e das letras inglezas, movimento tão proeminentemente estudado por Taine." (Braga, 1872a: 22). Para Oliveira Martins, se a tolerância inglesa com a Irlanda é como a tolerância árabe na Península, não se pode deduzir daí um facto etnográfico. No seu entender, a liturgia, a arquitectura e os forais não chegam para provar a existência de uma raça. Semelhante à saxonização da Inglaterra seria a romanização na Hespanha (Martins, 1872: 172).

Mas, há efectivamente uma forte analogia entre o trabalho de Teófilo e a *História da Literatura Inglesa* de Taine, que se ocupa longamente da questão das origens e faz do Inglês um descendente dos Saxões, que persistiu apesar da conquista dos Normandos (cf. Taine, 1911 [1864]: 1-152): "Au bout de trois cents ans, ce sont les conquérants qui sont conquis; c' est l' anglais qu' ils parlent; c' est le sang anglais qui, par les mariages, a fini par maîtriser le sang normand dans leurs veines. Après tout la race demeure saxonne. Si le vieux génie poétique disparaît après la conquête, c' est comme un fleuve qui s' enfonce et coule sous terre. Il en sortira dans cinq cents ans." (*id.*: 65).

Em "Autobiografia mental...", Teófilo Braga sintetiza esta lei das antinomias: "esta corrente opulenta [do génio moçárabe] é interrompida pela paixão da Antiguidade classica, dos humanistas que predominaram na

Renascença. D' aqui a dedução das épocas litterarias na lucta e alternancia dos dois espiritos, um livre, espontaneo, exuberante, na expansão dos themas tradicionaes, o outro auctoritario, imitativo, adstricto ás regras dos modernos da Antiguidade classica na reproducção exclusiva das fórmãs. Tal é a lei de Frederico Schlegel deduzida do exame das Litteraturas modernas. O Romantismo deveria começar por uma revolta contra as normas classicas; proclamou a Idade média como fonte de todos os elementos tradicionaes das Litteraturas modernas; e terminou pelo estudo historico e philosophico com a conciliação dos dois espiritos na mesma continuidade." (1903: XLIV-XLV).

(84)- A proximidade de Teófilo com Taine é visível no texto sobre o "Processo Artístico de La Fontaine": "O poeta, escolhendo para a manifestação do seu génio a forma da fábula, por uma perfeita harmonia do espírito soube conciliar o prestígio da erudição humanista do classicismo francês com os restos da tradição medieval conservados no *esprit gaulois*, de que o poeta é um dos mais sinceros representantes." (Braga, s/d a [1886]: 10; subl. nosso).

(85)- Cf. Catroga e Carvalho, 1996: 176; Thiesse, 1999: 51.

Mas, como observa Anne-Marie Thiesse, a teoria das duas populações "avait été initialement lancée par une aristocratie soucieuse de poser contre l' absolutisme royal la légitimité irréfutable des droits nobiliaires. En les faisant découler, non de la faveur royale, mais du droit de conquête, elle affirmait ses privilèges intangibles. La thèse, évidemment, peut être retournée contre la noblesse dès lors qu' apparaît l' idée de nation comme communauté originelle du Peuple." (1999: 50-1). Segundo Jean-Yves Guiomar, o debate sobre os origens românicas ou germânicas da França, os debates sobre a raça e a teoria dos climas "C' est une partie importante de l' affrontement entre aristocratie et bourgeoisie en Europe du XV.e au XVIII.e siècle." (1990: 62).

(86)- Cf. Thom, 1990: 26-8.

A afirmação da poesia popular lírico-épica na Europa é, para Teófilo, incompreensível ser se ter em conta a ascensão no século XV do Terceiro Estado (1905: 183-4), apoiando-se em Thierry para a história da sua ascensão (*id.*: 184-7). Os historiadores revolucionários (Blanc, Thierry), nas suas palavras, viam a Revolução como "a continuidade das luctas communes da Edade média, em que se constituia o Terceiro estado ou o Povo." (1903a: 68).

Como sublinha Jean-Yves Guiomar, na sua base, a história da "nação francesa" tem uma inspiração revolucionária e nacionalista e por isso observa-se um deslocamento do germanismo (os francos) do século XVIII para o romanismo (galo-romanos) do século XIX: "La projection de l' espace français moderne sur l' espace de la Gaule du temps de César - opération à l' oeuvre dans le thème des frontières naturelles, brusquement surgi dans la conscience politique à l' automne de 1792 -est la concrétisation de cet après-coup qui politise l' histoire de France dans un sens révolutionnaire. Cette histoire est, à la lettre, nationalisée. Tout le courant historiographique construit au XIX.e siècle, d' Augustin Thierry à Henri Martin et au-delà, a ses bases là."; "Cette nationalisation modifie du tout au tout les données du débat germanisme-romanisme dans l' historiographie française. Le germanisme dominant au XVIII.e siècle, et passé de 'la droite' à 'la gauche' avec Mably et d' autres, va céder au XIX.e siècle devant l' ascension du romanisme, qui met en avant non seulement la Gaule romaine et les Gallo-Romains, mais aussi, peu à peu, la Gaule préromaine. C' est vrai pour l' histoire de France dans son ensemble, mais aussi pour celle de ses composantes" (1990: 153).

(87)- Na "Autobiografia mental...", apoiando-se em Muñoz y Romero, acusa Herculano de não ter descoberto o elemento germânico dos moçárabes e de considerar o municipalismo como uma instituição romana:

"Pelos modernos estudos de politica comparativa chegou-se á descoberta, que o Municipio é de origem árica, e por isso encontra-se entre todos os povos provenientes d' este tronco anthropologico.

A raça lusa elevou-se acima do Municipalismo, chegando ao esbôço das *Federações* das cidades, ou Behetrias."; "Herculano tendo estacionado no Municipalismo, ficou sem ideal politico, contentando-se com as autonomias locais ou de campanario." (1903: XL.-XLI).

(88)- "Hegel veiu applicar á historia o subjectivismo do *logos* realizado nos factos, e elevando-se por elles á synthese ou consciencia da lei, achou n' essa grande elaboração que formou os tempos modernos mais uma confirmação da theoria verificada no Direito, na Arte, e na Natureza. Para elle, a historia era a narração das vicissitudes por onde a humanidade passava para chegar a alcançar a consciencia de si, e como o espirito chegava á posse da liberdade, que é a sua essencia. Em nenhum periodo, como na Edade Media se vê tão claro este esforço, tão perto de nós, com tantos documentos vivos." (Braga, 1984a [1880]: 57-8).

Teófilo Braga baseia-se no Hegel que em 1830 centrou a sua filosofia da história nas lutas da liberdade contra a autoridade e que caracterizava a civilização greco-romana pelo equilíbrio destas duas forças, ao passo que o predomínio da liberdade e do individualismo seria característico da civilização germânica. Na *Estética*, opunha o Romanceiro popular europeu às obras-primas da antiguidade clássica. Na tese de 1872, Teófilo aplica à formação de Portugal esta perspectiva: "Este equilibrio da liberdade e da auctoridade é ao que se chama Civilisação." (1872: 16). A imposição da civilização romana pelo "godo asturiano" provocou, segundo Teófilo, a atrofia do moçárabe fecundo e original, porque a civilização romana caíra no desequilíbrio, o que lhe trouxe a ruína. Com esta imposição, o indivíduo ficou nulo diante da ação do estado, o mar tornou-se uma barreira "e assim acabada a vida historica d' este povo, representamos a nossa inanidade na pobreza e falta de ideia na litteratura." (*id.*: 18).

No opúsculo *Os Criticos da Historia da Litteratura Portugueza*, Teófilo reafirma a sua adesão às ideias de Hegel, de quem se serve como *auctoritas* da sua tese, criticando Oliveira Martins e Antero por não o seguirem (1872a: 19, 33-4).

Teófilo ter-se-á baseado ainda em F. Schlegel, que considerava o espírito germânico decisivo para a compreensão da Europa. Para ele, ninguém pode estudar a fundo a história e a língua das nações meridionais e ocidentais sem remontar à fonte alemã: "les autres nations ont aussi adopté une grande partie de l' esprit germanique." (Schlegel, 1829, II: 46-7).

Esta ideia do "espírito germânico" como fonte da liberdade moderna enraíza-se em parte no facto de após a revogação do Édito de Nantes, em 1685, o rei da Prússia ter acolhido os protestantes refugiados e ter proclamado quatro anos depois o édito da Tolerância (Guiomar, 1990: 85). Esta ideia acentuou-se pelo facto de a Reforma protestante ser vista como fonte da liberdade religiosa e de pensamento, em contraponto com a intolerância da Contra-reforma e com a repressão inquisitorial.

(89)- Como nota José Mattoso, a *História de Portugal* de Herculano inspira-se em Thierry, pretendendo como ele fazer a história da sociedade e do povo, e em Guizot, que procura articular o estudo da evolução das instituições políticas em relação com as classes sociais, dando grande ênfase à história das comunas (os municípios de Herculano) (Mattoso, 1980: XXVII).

Note-se a similaridade da visão de Herculano com a narrativo-tipo dos liberais espanhóis, que E. Fox caracteriza deste modo: durante a Idade Média, com os visigodos, estabelece-se a religião e o direito, uma civilização caracterizada por um sentido de liberdade individual como signo do progresso social. Os símbolos são os códigos constitucionais dos foros e das Cortes. Com os monarcas medievais há a entrada do elemento popular na história, com as Cortes democráticas, os forais e os municípios, e uma arbitragem frente à aristocracia da casa de Áustria, cujo absolutismo conduziu à decadência (1995: 3).

(90)- Estamos obviamente perante as causas da decadência que Antero divulgará e diante da linha histórica que Teófilo aplicará à evolução da literatura portuguesa, vendo em todos os momentos e lugares uma poesia popular sucumbindo à poesia cortês e às influências externas.

Herculano aplicou parcialmente à *História de Portugal* a filosofia da história hegeliana, abalando a crença no mito da eleição étnica que até então presidia à nossa história (Ourique) e em que assentava a concepção da raiz divina e contratualista da nacionalidade. Segundo Rui Ramos, Herculano seguiu Tocqueville, e imaginou realizar a "república" portuguesa através da criação de pequenas repúblicas, os municípios, que tornariam a grande república concreta e acessível. Uma pré-condição da municipalização da vida portuguesa era a criação de um povo de cidadãos lavradores, tal como os antigos romanos no tempo da república (em 1874 defende a *enfiteuse*) (Ramos, 1997: 137).

(91)- Outra estratégia utilizada por Oliveira Martins, em estudo que deixou inédito e que foi publicado em 1953 por A. J. Costa Pimpão, consiste em desvalorizar a teoria do moçarabismo a partir das suas contradições (1953: 9-15).

(92)- Esta "invenção" era, como nota Joaquim de Carvalho, "corolário da teoria de Schlegel sobre os antagonismos nacionais, isto é, a necessidade teórica da existência de uma raça oprimida para explicar o dualismo, ou antes antagonismo, da tradição ancestral e das influências eruditas e alienígenas." (1948: 27).

No *Post-Scriptum* do seu comentário ao "Cancioneiro e Romanceiro Geral Português" de Teófilo Braga, e referindo-se também aos "Cantos populares do archipelago açoriano", Oliveira Martins afirma que ele apresenta uma tese nova sobre a origem da poesia popular portuguesa, mas que entrava em contradição com o que afirmara antes na *História da Poesia Popular Portuguesa* (em que nada teria acrescentado a Garrett), ao atribuir os romances populares ao moçárabe (1869: 43). Já então Oliveira Martins declarava não se conformar com a equiparação do moçárabe ao baixo-povo, pois o moçárabe abrangia todas as classes sociais (*id.*: 43-5). Para Oliveira Martins, não se podia fazer tábua rasa da civilização romana (1953: 21), até porque ele defende que entre nós a romanização é *orgânica*, e o moçarabismo é um fenómeno social e não étnico (*id.*: 25, 30). Se algo distingue as raças, diz, é a religião (a metafísica da raça) (*id.*: 27). No ensaio de 1872, agora a propósito da *Introdução á Historia da Litteratura Portuguesa*, volta a contestar a teoria de Teófilo, que a seu ver "consiste em considerar o facto social que se deu na Peninsula e é conhecido pelo *mosarabismo* como um facto ethnographico, como a criação de uma nova raça que teria sido formada de um lado com o elemento arabe, do outro com os servos godos (o godo *lige*, segundo diz) (1872: 170, n. 1). Assim, para Oliveira Martins, Teófilo necessitou, a fim de aplicar o sistema schlegeliano a Portugal, de "uma raça oprimida e transformou n' ella um phenomeno social." (*id.*: 171).

Antero considera que a teoria etnológica romântica é de pouca aplicação às literaturas modernas, como a portuguesa, por se tratar de um país "sem base ethnographicamente definida", o que o levou "a inventar para Portugal essa raça primitiva", devido à "necessidade de dar por fundamento ao genio nacional o genio d' uma raça primitiva e *sui generis*", estendendo a todo o país "um facto particular de certas províncias [Beira, Algarve e

Açores], a existencia das populações mosarabicas" (1872: 16) e transformando um fenómeno puramente social em fenómeno etnológico (*id.*: 17). A própria oposição moçárabe/aristocracia goda foi reduzida por Antero à oposição plebe/aristocracia, que define como um caso social generalizado na Europa e não um fenómeno de raiz etnológica. Além disso, afirma que a aristocracia só civilizou as populações inferiores e não oprimiu o povo.

De modo semelhante, Adolfo Coelho argumenta que se a tese de Teófilo fosse verdadeira também se aplicaria à "Hespanha", e lá não sucedeu, a seu ver, o mesmo que em Portugal, isto é, o godo não se teria oposto ao lite (1873: 137). No entanto, Adolfo Coelho concorda com Teófilo quanto ao facto de a imitação ter impossibilitado entre nós uma literatura de base nacional e de o cesarismo ter destruído o espírito municipal (que Teófilo exageraria), acarretando a nossa destruição (*id.*: 138-40). Mas Adolfo Coelho, que não concordava com o moçarabismo teofiliano, considera confusas e superficiais as críticas de Antero (*id.*: 134-5 e 145-6).

(93)- O mesmo princípio do cruzamento é apontado aos escritores, nomeadamente a Camões, Sá de Miranda (genealogia galega), Bocage (ascendência francesa) e Garrett (origem inglesa) (1872: 15 e 1892, II: 371): "Aqui está a litteratura demonstrando os mais intrincados problemas da moral e da physiologia." (1872: 15); "por onde se vê que a plasticidade do seu talento está na razão dos seus cruzamentos." (1892, II: 371).

A própria geografia favorecia, segundo Teófilo, estes cruzamentos: "A situação de Portugal, em uma linha ou faixa norte sul, prova como n' este territorio foi maior o cruzamento das antigas raças peninsulares do que em qualquer outra provincia da Hespanha" (*ibid.*).

(94)- Esta ideia da existência de uma "lei" é repetida ao longo da sua obra, com algumas variantes, mesmo quando, no final, reduz a antinomia rática ao par lusismo/castelhanismo: cf. 1875: 17; 1881: 21-4; 1885: 12; 1896: 110-2, 125-6, 176-7.

(95)- O erro de Teófilo estaria assim no facto de seguir a fatalidade natural e esquecer que a sociedade peninsular só acordou efectivamente para a civilização durante a ocupação romana, havendo antes apenas raros sintomas de vida colectiva (Martins, 1953: 42). Por outro lado, Oliveira Martins volta a limitar o alcance da "escola etnológica" alemã -donde derivaria a teoria do moçarabismo- que a seu ver serviu, através da filologia (a busca do carácter nacional e das tradições), a causa da libertação nacional desde 1813, e através da oposição da pátria ideal da Idade Média à romanização (*id.*: 36-7) justificou a unificação alemã de 1871. Pensa, assim, que não se pode aplicar essa perspectiva à Inglaterra e à Península Ibérica (*id.*: 37-8) e que a romanização da Península foi um fenómeno civilizador positivo (cf. 1891: 286, 308).

Antero retoma os argumentos de Oliveira Martins, e declara que acha válido o sistema schlegeliano para os povos de origem germânica, mas "inaceitavel para a Europa latina", pois se foi "O romantismo que creou litteraria e politicamente a Alemanha, não deu ás nações neo-latinas mais do que uma litteratura ephemera e mórbida, uma philosophia inconsciente e absurda, e uma politica de que são representantes a monarchia constitucional, a Republica de 1848, e o systema das nacionalidades." (1872: 15).

(96)- A esta luz torna-se quase absurda a ideia de Oliveira Martins segundo a qual a virilidade do homem português do século XVI levou ao cruzamento de raças, o que teria sido instrumento de acção colonizadora, mas também a causa de degenerescência abastardadora das famílias, hoje apenas lusas de nome (Martins, 1891: 215).

(97)- Cf. Ramos, 1994: 229.

Renan alerta em particular para a confusão que na sua época grassava entre raça e nação e que conduzia à defesa da soberania de certos grupos etnográficos e linguísticos, quando na realidade os impérios e as nações da Europa eram fruto da misturas de raças (não existem raças puras), condenando a aplicação do conceito de raça na fundamentação do direito nacional. Trata-se, no seu entender, de um erro perigoso que podia levar à destruição da civilização europeia (s/d a [1882]: 290-4; 296-7). Por outro lado, sublinha as diferentes concepções do termo e do conceito de raça da perspectiva filológica e histórica (construto histórico) e da análise fisiológica dos antropólogos (zoologia e hereditariedade, relação de sangue), que conduzia por isso a discussões intermináveis (*id.*: 294-6). Considera ainda que a consciência instintiva que presidiu à construção do mapa da Europa não tomou a raça em consideração e as nações que lideravam a Europa tinham resultado de misturas, sendo a história humana diferente da zoologia, com os seus valores universais e atemporais, como a razão, a justiça, a verdade e o belo (*id.*: 296-7). Por outro lado, condena a importância política dada às línguas como "signos de raça", considerando que "ces divisions de langues indo-européennes, sémitiques et autres, créés avec une si admirable sagacité par la philosophie comparée, ne coïncident pas avec les divisions de l' anthropologie. Les langues sont des formations historiques, qui indiquent peu de choses sur le sang de ceux qui les parlent" (*id.*: 300).

(98)- Como referem Fernando Catroga e Paulo Carvalho, só se entende a filosofia da história e a posição étnica de Antero à luz dos seus fundamentos metafísicos, posição meridianamente clara desde 1875. Nestes termos, tanto Antero como Oliveira Martins se socorrem do idealismo alemão (Catroga e Carvalho, 1996: 165), nomeadamente da "Fenomenologia do Espírito" de Hegel (*id.*: 166). Tanto Antero como Oliveira Martins sustentavam a necessidade de fundamentação metafísica dos ensinamentos da sociologia e da antropologia, para iluminar a finalidade última que impedia que a evolução ficasse limitada a um processo mecânico, e por isso destituído de sentido: "só pressupondo um teleologismo cósmico e humanitarista no sentido do devir se poderia aprender cabalmente a missão histórica que coube ao povo português desempenhar." (*id.*: 203).

(99)- Teófilo pende para a visão romântica, pelo seu interesse pela Idade Média e pelas invasões germânicas. A dialéctica de Teófilo vai assim ao encontro da leitura romântica das invasões germânicas, consideradas uma fonte de renovação civilizacional perante a decadência do império romano, como em Vico, Montesquieu e M.me de Staël (cf. 1984a [1880]: 31-68).

O interesse pelas invasões germânicas vem já de Vico e de Montesquieu. Em meados do séc. XVIII encontram-se sobretudo romanistas, condenando a ordem medieval, mas o facto de os povos germânicos serem considerados nomádicos fez com que os românticos vissem os bárbaros como elementos que trouxeram valores frescos ao império decadente. Perante a governação centralizada de Luís XIV, várias interpretações aristocráticas da história de França, contra as ênfases romanistas do absolutismo, tentam criar uma genealogia germânica para a "nobreza de espada". É daí que vêm as ideias de Renan contra o "cesarismo", em nome da livre sociedade fundada pelos francos, com base na realeza electiva e na realização de uma assembleia aristocrática anual (Thom, 1990: 26-7).

(100)- Na sua conferência, Renan não se cansa de alertar para os perigosos malentendidos a que certas concepções de nação poderiam conduzir, nomeadamente pela tentativa da Revolução Francesa adaptar instituições das antigas sociedades-república gregas a nações com milhões de habitantes (s/d a [1882]: 278-80).

Teófilo Braga, mais favorável à tese germânica, tenta conciliar as duas hipóteses ao atribuir a génese do princípio das "garantias civis" do município moderno aos romanos e a origem do município como "instituição de garantias *políticas*" às invasões germânicas, de que teriam resultado os Forais: "É então que o character electivo reaparece sob a acção do genio germanico, recebendo de novo esta feição que tinha perdido, para tornar-se a *Communa*, d' onde havia sair esse grande elemento social, o terceiro estado." (1984a [1880]: 40-1).

(101)- Desde o fim do Império Romano e da desintegração do Império de Carlos Magno, a Europa ocidental dividiu-se em nações, havendo em certas épocas hegemonia de algumas (França, Inglaterra, Alemanha e Rússia), não sendo realizável um novo império. As nações, neste sentido do termo, são, segundo Renan, relativamente novas na história, tendo sido as invasões germânicas que introduziram no mundo o princípio que serviu de base à existência das nacionalidades (s/d a [1882]: 279-81).

(102)- Cf. Martins, 1953: 17-20; 37-8. Com ironia, Oliveira Martins vê esta "ressurreição" como um fenómeno romântico, considerando que a sua geração romântica, como seria da ordem das coisas, antes de morrer, tinha este momento de energia bárbara e moçárabe (*id.*: 38).

Como mais tarde observará Castelo Branco Chaves, "Para Teófilo, crítico e historiador literário, a literatura era mais *ressurreição* que vida." (1935: 17).

(103)- No entanto, nota-se uma viragem na posição de Antero, que em 1871, nas Conferências do Casino, condenara o passado peninsular, dando como exemplo a seguir a Alemanha, que depois de derrotada por Napoleão, em 1808, se concentrou em si mesma e no seu génio histórico. Teófilo Braga salienta esta mudança de posição de Antero, que ainda havia pouco expressara sintonia com as suas ideias, nas *Conferências do Casino*, citando-o mesmo (1872a: 16).

Mais suave era a crítica inicial de Oliveira Martins pela adesão de Teófilo à escola germânica (*Poesia do Direito, Foraes*) -a seu ver ultrapassada-, com a exclusão do elemento romano (ao contestar a acção da "ideia" greco-romana, o direito romano, a tradição, a política) (1869: 14), referindo-se ao facto de ele exagerar o moçarabismo (*id.*: 34).

O facto é que Teófilo se ressentiu dessa acusação de falta de patriotismo, reafirmando a sua tese: "O sr. Quental (...) também me accusa de falta de patriotismo, por ter determinado a origem *germanica* dos Foraes e Romanceiros, por ter provado que o Mosarabe era constituído pelo Godo-lite." (1872a: 34). Esta divergência teria mesmo levado Antero a apoiar Pinheiro Chagas ("elogiando um homem que despreza") e a atacá-lo no momento crucial em que ambos, com as suas teses, concorriam à cadeira de Literaturas Modernas do Curso Superior de Letras (*id.*: 18 e 39), e tudo isso por ingorância: "Por não comprehender isto, ou por querer ser á força patriota, é que corôa o seu escripto com este disparate, que prova não ter a sciencia nada a esperar d' este homem" (*id.*: 35).

Curiosamente, Teófilo, ao comentar os livros de Joaquim Nabuco, Francisco Leoni e Oliveira Martins sobre *Os Lusíadas*, publicados em 1872, considera que estão imbuídos de "patriotismo" para disfarçar a falta de conhecimentos e de espírito científico, como no caso de Leoni, que Teófilo considera um exemplo de um chauvinismo e patriotismo que o autor (militar reformado) devia manifestar por outros meios e não por esta declamação académica e inventiva, sem bases nem provas (1873: 71-2). Estes três autores produziram, afirma, muitas páginas "De admirações, de homenagens patrióticas, o que não é pouco." (*id.*: 66). Devido ao ambiente de polémica instalado com Oliveira Martins (e Antero), Teófilo é particularmente mais duro com ele: "Parece que uma

mesma corrente atravessou do Brazil a Lisboa e d' aqui ás minas de Santa Euphemia em Hespanha, aonde escreveu este ultimo auctor, produzindo tres obras com o mesmo espirito futil, patriotico e admirativo." (*id.*: 75).

Em texto que deixou inédito, Oliveira Martins refere-se ao facto de Teófilo chamar "patriotas" aos que encontram a pátria moral portuguesa na alma independente e livre do século XVI (1953: 42), aproveitando para reiterar a sua posição. Mas no prólogo da revisão do seu ensaio, em 1891, acaba por reconhecer que a obra de 1872 estava abaixo das exigências do assunto, contendo muitos erros e puerilidades (1891: VI).

(104)- Se Antero reconhece que a ciência "está certamente muito acima do patriotismo", considera que com a história literária portuguesa "não existe essencialmente tal opposição. Um largo patriotismo é perfeitamente compatível com a imparcialidade da critica"; "Vou mais longe. Direi que esse largo e justo sentimento patriotico é até indispensavel para bem comprehender o que houve n' este povo, na sua vida agitada, dramatica, heroica, a sua alma, a sua realidade moral." (1872: 35).

(105)- De certo modo, são semelhantes os argumentos que Adolfo Coelho usa em defesa de Teófilo, começando por repetir o que se pode considerar um tópico dos nossos primeiros historiadores da literatura, o do desinteresse nacional pelo nosso património cultural e literário. Assim, refere que Portugal é o único país na Europa que tem pouco interesse pelas coisas do passado, pela razão e pelo modo da sua existência nacional, não indo além de alguns lugares-comuns patrióticos e declamatórios. Mais grave era, a seu ver, o facto de que quem se dedicava a essas questões não era lido (Herculano) ou então era maltratado, num meio em que o trabalho sério era uma forma de heroísmo sem recompensa (1873: 129). Por outro lado, cita as críticas de Antero (1872) e manifesta concordância com a réplica de Teófilo Braga, nomeadamente quando este acusa Oliveira Martins de ignorância e superficialidade "mal encoberta com grandes phrases". E o próprio Antero, afirma A. Coelho, ao defender calorosamente Oliveira Martins, mostrava "não ter conhecimentos nenhuns especiaes da historia litteraria", limitando-se a criticar Teófilo e a sua ideia de que não tivemos literatura propriamente nacional (*id.*: 146).

Por estas razões, Adolfo Coelho elogia a tese de Teófilo, pela "verdade" da sua análise da decadência duma "nação-cadáver", pelo que define a sua tese como uma bela monografia de patologia literária, focando o décimo volume da *História da Literatura Portuguesa* algumas chagas da nação, como o amor ("essa doença portuguesa") e o espírito messiânico (1872: 6), para além da miséria e dos problemas económicos, dando uma imagem viva e animada do viver íntimo da sociedade portuguesa do século XVI (*id.*: 7-8).

(106)- Cf. Catroga (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 104). Atribuía assim aos moçárabes a transmissão do princípio electivo (de origem germânica) e a génese das instituições que conduziram à ascensão do terceiro estado (*ibid.*).

(107)- Cf. A. C. Homem (1988: 55, 65).

Na resposta que deixou inédita, Oliveira Martins apontava como contraditória a asserção teofiliana, na *Introdução* de 1870, de que a Renascença nos foi alheia (p. 264), pois na Tese que apresentou a concurso (1872) afirmava que Camões compreendeu a Renascença pela consciência do seu tempo (1953: 15). Fiel à sua tese romanista, Oliveira Martins aponta ainda como uma falha da tese de Teófilo o facto de não ter constatado que tanto os "wher-man" como os "lites" se submeteram aos romanos (*id.*: 17) e de não explicar porque é que os "lites" resistiram à romanização e caíram depois (*id.*: 21). Segundo Oliveira Martins, isso constituía a prova de que a nossa

romanização foi orgânica, nela se combinando a antiguidade com os caracteres *sui generis* dos habitantes. Critica assim Teófilo por fazer remontar as criações moçárabes a um período anterior à constituição da nação portuguesa, em que já eram "atacadas" pela aristocracia asturo-leonesa (*id.*: 30-1).

Como sublinha João Palma-Ferreira, Oliveira Martins tinha a seu favor as inúmeras descobertas que se fizeram entretanto para provar a presença romana na Península, mas para Teófilo isso não provava nada, pois para ele os habitantes (a clientela romana) eram de outra estirpe, proveniente de tribos germânicas errantes (1985: 195-6).

(108)- Esta vocação contrastava com o génio dos povos latinos (mistura do sangue romano com o germânico), que manifestava uma cisão impeditiva de (como no germânico) o Espírito se intuir como uma totalidade (*id.*: 177-8). Ora, Antero enquadra a nossa raça na família ariana, seguindo pensadores que desde Herder e J. Grimm integram aí os vários povos da Europa. Segue Herder e Hegel: cada raça tende a realizar o ideal próprio da sua idiossincracia e depois estagna ou morre (*id.*: 179). A missão de realizar o ideal da humanidade pertencia à raça ariana, que doutro modo estagnaria ou morreria (*id.*: 180).

(109)- Cf. Braga, 1873a: 13-4, 33-5, 38-40, 43.

Teriam sido os eruditos que aproximaram artificialmente os dialectos românicos do Latim clássico e escreveram sem se preocuparem com o povo (Braga, 1881: 9, 26-7). A influência romana que se vê mais tarde na política e na literatura é, segundo Teófilo, determinada por uma reprodução artificial. Se para a Península a história começa no domínio romano, não é por aí, continua, que se pode dar princípio ao estudo das literaturas peninsulares, pois os romanos imitaram os gregos. Para Teófilo, as literaturas modernas têm nos seus elementos primários ou tradicionais um espírito que não é romano, mas que depois se atrofiou quando os eruditos o aproximaram artificialmente dos tipos latinos (*id.*: 17). Ao refutar os seus críticos, Teófilo acusa Pinheiro Chagas de considerar o português como corrupção do latim e de negar às raças germânicas o génio da liberdade e do individualismo (e os vestígios germânicos que Teófilo destacou) (1872a: 42-3).

É sobretudo por esta negação da origem latina da língua portuguesa que Adolfo Coelho denuncia em Teófilo graves insuficiências a nível filológico e linguístico, com óbvias consequências na sua compreensão da história da língua e da literatura. A seu ver, as observações de Teófilo provam "como muitas passagens do livro, que o auctor não está ao corrente dos estudos ethnologicos e linguisticos" (1873: 131), revelando-se ignorante do estudo das línguas românicas (*id.*: 132) ao falar da formação das línguas modernas, que "não são mais do que phases actuaes de linguas antigas, resultantes d' uma transformação continua", verificando-se aquando da invasão bárbara que o latim vulgar já se diferencia muito do latim escrito (*id.*: 133). Assim, devido à falta de estudos linguísticos, Teófilo ignorava que a sílaba tónica latina gerou o acento nas línguas românicas (*id.*: 134) e que o latim vulgar só triunfou porque os frades ignoravam o Latim (*id.*: 138).

Como sublinhará quatro décadas depois Fidelino de Figueiredo, com as suas teses linguísticas, Teófilo "fez taboa raza de meio seculo de philologia" (1916: 144).

(110)- Teófilo não se iria esquecer desta alusão na sua réplica (1872a: 41).

(111)- Não surpreende, pois, que, na sua resposta, Teófilo utilize argumentos históricos para reafirmar o seu germanismo, em contraposição ao romanismo de P. Chagas (1872a: 41-8).

(112)- No seu elogio histórico a Alexandre Herculano, Pinheiro Chagas converge com o pensamento teofiliano: "os iniciadores d' essas sciencias novas que se chamam a sciencia das religiões e a sciencia da linguagem estudam com amor e com respeito no cerebro da humanidade infantil o modo como se forma formando os sonhos e as divindades que lhes deram fôrma, as idéas e a palavra que lhes deu a expressão; foi então que se estudou na historia, não a vida dos personagens que tiveram o poder e o mando, mas a formação organica das instituições e o desenvolvimento das nacionalidades; foi então que se procurou na litteratura não o estudo das obras consagradas, nem a heraldica da aristocracia do genio, mas a fresca inspiração das musas populares, as raizes mysteriosas e fecundas dos grandes arvoredos litterarios, a elaboração organica que principia pela poeira cosmica dos cantos isolados e dispersos, que fôrma depois as nebulosas dos cyclos epicos, e que produz enfim as estrellas resplandcentes da *Iliada* e dos *Nibelungen*, da *Odisséa* na Jonia antiga e navegadora, da *Chanson de Roland* na França medieval e cavalheiresca. E, como se a Providencia quizesse mostrar bem a correlação que havia entre as transformações do mundo physico e as transformações do mundo moral, saham ao mesmo tempo do desprezo a que tinham sido votadas a força do vapor e a força da consciencia popular, e, assim como aquella ia ser a motora de todas as actividades, e a matriz de todos os esforços, ia ser esta a fonte de todas as soberanias, e a origem de todas as evoluções." (1892: 8-9); "lei da solidariedade humana, que é hoje verdadeiramente a lei de amor da humanidade." (*ibid.*).

(113)- Antero de Quental acrescentava que a aristocracia não sufocou as populações inferiores, mas civilizou, sendo depositária das tradições romanas e ao mesmo tempo representante do génio de cada nacionalidade (1872: 18).

(114)- "Mas as litteraturas apresentam-nos muitas obras primas, formadas d' uma maneira nova e *original* com elementos estranhos ou já conhecidos. Por essas, tão bem como pelas outras, se póde avaliar o character, as tendencias, o genio enfim do povo que as produziu, e é quanto basta para se poder affirmar que esse povo teve ou tem litteratura e que essa litteratura é original. O genio, em geral, e em particular o genio nacional, consiste muito mais na maneira *propria* de dispôr os materiaes herdados ou emprestados, do que na criação, como que inteiriça e d' um jacto, de elementos completamente novos e sem precedentes - *proles sine matre creata*." (Quental, 1872: 19-20).

(115)- Como observará mais tarde Carolina Michaëlis, "todas as litteraturas romanicas estiveram expostas ás mesmas influencias e correntes occidentaes, tomando aproximadamente igual evolução" (1900: 229).

(116)- Cf. 1892, I: 430. Teófilo Braga, ao reconhecer uma continuidade da literatura greco-latina na Idade Média, que designa "ciclo greco-romano", procurava justificá-la à luz da concepção romântica da poesia épica popular: "Podemos dizer por uma synthese litteraria, que o cyclo troyano foi para toda a idade media o mesmo que as novellas de Cavalleria para o seculo XV" (1873c: 163).

(117)- 1892, I: 439.

No *Curso de Literatura Nacional*, Adolfo Coelho traçava um quadro similar, assinalando a génese popular e cristã da literatura medieval, que mantinha alguns elementos da tradição greco-latina, dando-se com o Renascimento a fusão das duas culturas (1881: 109-139).

(118)- A *História da Literatura Portuguesa* de Simões Dias, na sua nona edição, reflectia já esta evolução teofiliana (1898: 150-1).

(119)- A essa acção histórica correspondem as manifestações literárias. Segundo Teófilo, há nesta época uma brilhante expansão da poesia lírica (*id.*: 175-7) e nos dois reinados seguintes "o genio popular manifesta-se na sua seiva poetica suscitado pela independencia politica" (*id.*: 178). Com o Mestre de Avis e a constituição das Cortes, dá-se a "incorporação do terceiro estado." (*id.*: 181).

(120)- O facto de Teófilo colocar a acção individual dos fundadores ao serviço "inconsciente" da raça é uma pura subversão da teoria de Herculano e Oliveira Martins. Chega mesmo a afirmar que os fundadores "nada conseguiriam de duradouro, se não servissem inconscientemente um impulso ethnico da raça que encontrara condições, para a sua tradicional autonomia." (1905: 13). Perante estas fortes bases étnicas e a existência de vida concelhia, Teófilo vai ao ponto de dizer que a realeza era um corpo estranho (sempre) encravado no organismo nacional, visando ao unitarismo ibérico (*id.*: 16).

Em 1896, Teófilo admitia parcialmente a teoria dos seus opositores, desde que prevalecesse a prioridade do critério étnico: "a sua constituição [da nacionalidade portuguesa] é devida a um impulso individual, ao heroismo e ambição de um chefe; mas esse esforço seria esteril se não aproveitasse as condições immanentes, que existiam nas populações que se confederavam espontaneamente nas suas *Behetrias*. Diante d' isto facil foi o equívoco de um historiador qualquer de atribuir a formação da nacionalidade portugueza á vontade de homens que se impuzeram á multidão inconsciente." (*id.*: 64).

(121)- Na *História da Poesia Popular Portuguesa-Ciclos Épicos*, reitera que "A formação da Nacionalidade portugueza foi a resultante da aspiração tradicional de uma raça" (1905: 3) e por isso permaneceu independente, considerando que a acção individual na fundação da nacionalidade só foi possível porque esta "já tinha fundas raizes em um territorio que exercia uma acção mesologica em uma raça que possuia além de um sentimento de unificação, instituições locais com magistrados proprios a que se deu o nome de Concelhos." (*ibid.*). Salienta assim que "Antes dos planos ambiciosos dos individuos, a acção do territorio e da raça impellia para uma obra que sobrevive ás ambições ainda as mais criminosas que as têm explorado." (*id.*: 7). Procura, no entanto, fazer ver que Herculano estivera, sem querer, muito perto da percepção dos "lusitanos" (em que não acreditava) ao falar de uma proximidade com a Galiza, a Estremadura espanhola e a Andaluzia: "É esta unidade lusitana, que os estudos anthropologicos tem verificado, e as investigações ethnologicas comprovado através das tradições poeticas." (*id.*: 10-11). Mas Herculano não teria visto o "motor organico" da nacionalidade (mesmo quando observa a resistente independência da nação), que "uma causa mais profunda, e organica actuara na constituição autonómica de Portugal, no seculo XII." (*id.*: 11). De igual modo, Herculano "não soube vêr" que o municipalismo meridional era uma característica da "raça ligurica" (*id.*: 515).

(122)- O Luso proviria da raça dos Lígures, anterior aos Celtas e iniciadora da raça pré-ária (1905: 515-6). Teófilo inspira-se, entre outros, em Martins Sarmiento, e procura demonstrar que o Luso era uma raça com poucas mestiçagens, socorrendo-se de Fr. Edwards, o "fundador da Etnologia", que dizia "que o povo portuguez era um dos menos cruzados da Europa." (*id.*: 516). Deste modo, o "individualismo da Raça, fortificava e explicava a autonomia ainda hoje persistente entre o luso e o iberico, através das unificações dynasticas. O Municipalismo patenteava a causa da vitalidade popular, que se elevou á acção historica pelo genio maritimo, da fibra ligurica." (*ibid.*).

(123)- Em 1905 a acusação é similar, mas mais suave, porquanto não a atribui a uma acção consciente ou a uma qualquer cumplicidade política, apesar de destacar a sua influência negativa (1905: 514-5).

Em 1902 considerava como negativista a posição de Herculano ao formular que é impossível encontrar relação entre os antigos Lusitanos e os que modernamente se denominam portugueses: "Máo serviço contra a consciencia da nossa autonomia; ficavamos uns hespanhões sem rasão de sêr, subsistindo apenas pela incapacidade unificadora dos *Iberos*. Os estudos da anthropologia e da ethnographia vieram caracterisar o individualismo de uma raça, e dos nossos costumes e tradições." (1902: 273). Já nesta altura censurava C. Michaëlis por não deduzir dos seus estudos a "unidade ethnica lusitana" (*id.*: 274).

Para Carolina Michaëlis, porém, "A discussão da complexa e duvidosa ethnogenia do povo português levar-nos-hia longe" (1990 [1904]: 781), sobretudo nas "confusas" construções teofilianas: "Doutrinas arrojadissimas e mal-alicerçadas que nas suas ramificações mirabolantes, de certo, estontearão as cabeças mais solidas." (*id.*: 783).

(124)- Em *O Valor da Raça*, A. Sardinha presta homenagem ao nacionalismo de Teófilo, mas mais tarde, como anota João Palma-Ferreira, *Na Feira dos Mitos* (1926; livro póstumo), no artigo "O Velho Teófilo", retira a Teófilo o ápodo de comtiano (mestre da contra-revolução), para o ligar a Littré e a Laffitte, e mostra-se arrependido do "pecado" de ter acreditado no seu lusitanismo, acusando-o de pura maçonização intelectual (1985: 199).

Rebello de Bettencourt afirmava em 1928 que a geração nova, que se dizia nacionalista, desprezava e caluniava Teófilo, cuja voz tem "alto significado nacionalista" (1934: 316-7): "Nêle vêem os católicos um *maçon*, e os monárquicos o republicano intransigente, esquecendo-se uns e outros de que êle foi não só um admirável ordenador de ideias mas também, pelo seu consciente tradicionalismo, pela sua obra tam sentidamente portuguesa, o mais avançado e revolucionário dos conservadores."; "colhe e estuda com emoção e inteligência os romances e os contos populares; procura nos poetas e nos escritores a alma portuguesa, e constrói o monumento, grandioso como uma catedral, da História da nossa Literatura" (*id.*: 318).

Assim, R. de Bettencourt lembra a importância de Teófilo: "aos rapazes da minha geração que, a tomarmos um mestre e um mentor da nossa mocidade, devemos ir procurá-lo mais em Teófilo Braga do que em António Sardinha." (*id.*: 319). Este era, "tirando-lhe todo o seu catolicismo exagerado, um sucessor de Teófilo Braga." (*ibid.*). Nesta linha, mostra as muitas afinidades entre ambos, embora falseie a questão nalguns pontos, como quando refere que Teófilo era anti-parlamentarista, apoiando-se para isso num excerto (descontextualizado) em que Teófilo condenava certas actuações parlamentares (*id.*: 321).

(125)- "Teófilo Braga, nacionalistas de 90 e integralistas, são unânimes em aceitar Garrett como um messias literário e a sua obra como um programa a realizar e um testamento a cumprir. Nacionalistas e integralistas são concordes na admiração pela obra nacionalista de Teófilo." (*id.*: 22).

Por isso, Castelo Branco Chaves considera Teófilo "Cúmplice (...) dêste romantismo nacionalista que mascara o egotismo dos seus cultores com a máscara das supostas feições nacionais" (*id.*: 24), notando-se em todos, apesar das diferentes opções políticas, a ideia da "tradição como um dos mais fortes vínculos da nacionalidade." (*id.*: 27).

(126)- Mas António Sardinha toma as suas distâncias perante a "nação moral" de Oliveira Martins e perante a ideologia republicana de Teófilo: "reivindicando para a Realeza o papel decisivo que ela exerceu na formação da Nacionalidade, eu estou longe de me subordinar aos subjectivismos perniciosos de Oliveira Martins."; "considerava-

nos apenas como uma pátria inventada pela cubiça esperta de meia duzia de aventureiros coroados. Bem opostamente, eu avanço nas passadas de Teófilo Braga, mas só naquela parte em que Teófilo defende as qualidades formosíssimas do Luso e inventaria as aptidões ancestraes que já do fundo dos séculos nos fadavam para povo livre e glorioso." (1915: XVIII); "Ai de nós, Oliveira Martins não acreditava na Raça!"; "o que Teófilo mais fervorosamente procurava era a nossa independencia étnica, contra o Acaso teórico de Oliveira Martins, o qual contemplava em nós um produto apenas das ambições dos nossos Príncipes. Teófilo subia mais longe, profundando o negrume das Origens, para resuscitar na Lusitania dos Antigos"; "Esta é a significação da obra de Teófilo, que fica, todavia, -digo eu algures-, como uma enorme pirâmide sem vértice. Falta-lhe a síntese, o justo remate, de que Teófilo se incapacitara por causa do preconceito republicano que lhe obliquava a retina." (*id.*: 144); "Teófilo, preocupado com o valor da Raça, substituiu um dia ao elemento - *Autoridade* da síntese sociológica de Comte o elemento *População*. No cabo, *População* e *Autoridade*, como os Concelhos e o Rei, são partes dum todo que se sinonimizam e identificam, -a primeira á raiz, a segunda ao alto. Daí a parcialidade em que Teófilo encarou o problema. (...) A nós, pelo contrario, foi a *População* quem nos levou ao encontro da *Autoridade*." (*id.*: 175).

(127)- No entanto, Álvaro Ribeiro não deixa de lamentar o anti-catolicismo positivista, que julga incompatível com a cultura portuguesa: "O positivismo não poderia ser compatível com o patriotismo."; "Precário será o nacionalismo político enquanto não estiver fundamentado num nacionalismo cultural." (1951: 201).

(128)- Numa recensão à obra de F. A. Correia Barata ("As Raças historicas da peninsula iberica"), Adolfo Coelho mostrava um total cepticismo sobre a indagação etnológica em geral, e sobre os estudos de etnologia peninsular em particular: "ácerca das raças ibericas ou é falso ou hypothetico ou se reduz a meros traços muito geraes." (1873d: 211). Adolfo Coelho admite que o clima e o solo têm grande influência na história, mas considera que "é impossível determinar justamente hoje o que cabe á raça, ao solo, ao clima, á evolução e a outras numerosissimas condições." (*id.*: 214-5).

Mais duro e incisivo seria Sílvio Romero, que se opôs à concepção etnográfica aplicada às nações europeias (1905: 29-46) e em particular às teses de Teófilo: "Essa farça de raça mosarabe é um dos mais singulares desatinos de que rezam os annaes litterarios de todo o mundo." (*id.*: 506).

(129)- 1988: 43. "Não é preciso insistir muito sobre a falta de fundamento e sobretudo sobre a unilateralidade de todas estas teorias. A teoria céltica, baseia-se em fantasiosos caracteres comportamentais cujo fundamento é imaginário. A tese goda deriva do mito da origem rácica da aristocracia, igualmente sem qualquer base objectiva. A tese moçárabe ficou para sempre afectada pela demonstração, feita por Sánchez Albornoz, do completo desmantelamento das instituições municipais romanas" (*id.*: 71-2).

Deste modo, José Mattoso coloca a tónica na diversidade étnica e cultural do país, destacando o seu carácter administrativo, político e estatal:

"Não tem uma base étnica nem cultural. Tal como o próprio fenómeno da nacionalidade. De facto, não existe nenhuma realidade étnica ou do âmbito da cultura popular com uma expressão propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua. Todos os outros são de âmbito regional." (*id.*: 72).

5. A periodização: progresso e decadência

A periodização é uma construção cultural, de natureza discursiva e histórica, e como tal contingente, o que se evidencia pela própria evolução dos conceitos periodológicos e pelas divergências que se estabelecem em torno da estruturação das histórias da literatura. Actualmente, segundo David Perkins, "we tend to regard periods as necessary fictions" (Perkins, 1992: 65) (1), nomeadamente porque servem de referência para desconstruir a sua homogeneidade (2) e porque os períodos são usados com a consciência de que são "construtos teóricos" que não correspondem a realidades históricas. Mas, como sublinha Aguiar e Silva, os períodos literários (3), tal como os géneros literários e os estilos de época, representam "construções teóricas elaboradas hipotético-dedutivamente a partir de um conjunto de dados observacionais", podendo por isso ser "corroboradas ou infirmadas", em termos teóricos ou empíricos (1988: 415).

No caso do discurso da história literária, a dificuldade de aceitação destas "ficções necessárias" resulta ainda do facto de a periodização ser habitualmente importada da história geral, pondo em causa a especificidade histórica do sistema literário. Como observa René Wellek, "A maior parte das histórias literárias divide, porém, os períodos de acordo com as mudanças políticas", como se a literatura "fosse inteiramente determinada pelas revoluções políticas ou sociais de uma nação, e o problema de determinar os períodos é endossado aos historiadores políticos e sociais, cujas divisões e períodos são adoptados usualmente e sem questão." (s/d: 328) (4). De facto, desde o século XVIII, as histórias literárias tendem a estabelecer uma concordância entre os períodos literários e a sucessão monárquica: "*Politique et littérature ont désormais partie liée. Cette liaison, parfois dangereuse, impose un caractère national à l'histoire littéraire.*" (Moisan, 1990: 72-3).

Esta dependência resulta da concepção da literatura (na sua acepção ampla) como reflexo ou expressão da sociedade, veiculada pelo pensamento iluminista, romântico e positivista. Deste modo, considera-se o estado da literatura (qualitativa e quantitativamente) como consequência

das instituições políticas, religiosas e sociais de uma dada nação, prosperando quando a liberdade e o progresso imperam, e declinando quando aqueles se degradam. Esta crença no facto de as transformações sociais e políticas se reflectirem necessariamente no desenvolvimento ou regressão da literatura faz com que a perspectiva da história literária esteja sobredeterminada pela interpretação da história geral, de que passa a ser um dos ramos de saber, uma "história especial" (cultural). Deste modo, à semelhança da história geral, tornou-se dominante na periodologia da história literária a história factual, política e militar, a *história institucional* (Marc Ferro), a *histoire-bataille* (Georges Lefebvre) ou *história monumental* (Nietzsche), em que os dirigentes políticos e os grandes homens ocupam um papel decisivo e insubstituível para a caracterização do evoluir dos acontecimentos. A diferença reside sobretudo no facto de se conferir mais relevo às figuras individuais (da teoria romântica dos heróis ao positivismo heterodoxo) ou aos grandes movimentos colectivos, predominando a periodização política (por reinados ou dinastias ou por grandes épocas/idades).

Tal facto é evidente na história literária em Portugal, tanto nas balizas cronológicas estabelecidas, como na perspectivação da cultura portuguesa. Teófilo Braga toma claramente partido por este critério político-civilizacional:

"os periodos litterarios não se caracterizam pela abundancia dos escriptores, nem pelos estylos brilhantes ou opacos que empregavam, mas pelas transformações sociaes, pelos novos aspectos que tomou a civilização, e que a litteratura, como a consciencia das epochas, reflectiu em si." (1872b: 34) (5).

Marcado pelo positivismo e por uma concepção monista-materialista, pretende que "Uma mesma noção, como observou Littré, rege a historia politica e a historia litteraria das nações occidentaes; é impossivel conhecer uma sem a outra." (1896: 175). Na *Recapitulação* afirma que "Da marcha completa da Idade Média e das crises sociais e políticas da nacionalidade tiram-se os tópicos com que se caracterizam de um modo nítido as modificações desta litteratura" (1984 [1909]: 160).

Fidelino de Figueiredo, que defendia um projecto de história literária marcado pela abordagem estético-literária (6), foi particularmente duro com a dimensão política que Teófilo imprimiu à história da literatura portuguesa (cf. IV.2, n. 74). No entender de F. de Figueiredo, Teófilo escusava de enfatizar tanto o factor político, na medida em que todos reconhecem a

existência de um certo paralelismo entre os fenómenos políticos, sociais e literários. Em contrapartida, censura-o por se ter esquecido da dimensão estética: "Tambem lhe não importou estudar a transformação dos estylos e dos motivos artisticos" (1916: 144-5) (7).

A principal consequência da imbricação da história literária na história geral encontra-se ao nível da periodização e dos juízos de valor que se constroem em torno de cada época, período ou "escola" literária. Deste modo, o critério histórico sobrepõe-se ao critério literário, que fica refém das interpretações ideológico-políticas da história.

Na sequência da história literária de pendor iluminista, o discurso da história literária oitocentista aparece marcado pelas ideias de progresso e decadência, como consequência da ideia da decadência de Portugal. Em termos literários, a decadência era vista como reflexo da decadência histórica, mas também, segundo uma perspectiva neoclássica, como um declínio linguístico-poético da literatura após o século de "ouro" quinhentista, provocado pela influência do "gongorismo". Estas duas linhas interpretativas coincidem quando apontam como facto gerador da decadência a perda da independência, que teria acarretado a subjugação política e literária. Uma terceira interpretação da decadência literária, de matriz romântico-liberal, articula a leitura histórico-política com a questão literária, associando nas causas da decadência o classicismo renascentista e o absolutismo político-religioso (sobretudo Herculano) (cf. IV.2), por terem impedido a originalidade e o desenvolvimento orgânico da literatura portuguesa (cf. V.2). Em todas estas perspectivas, a história da literatura portuguesa aparece cindida em dois grandes ciclos, tal como a história da nação, passando de uma fase de progresso e esplendor (até cerca de 1580) a uma secular decadência, intervalada por sucessivas tentativas de restauração.

Num primeiro momento, ocupar-nos-emos da concepção clássica (ahistórica), para depois verificarmos a emergência de uma visão histórica e filosófica da decadência, quer na perspectiva da filosofia da história iluminista, quer de acordo com o pensamento romântico. Interessa-nos sobretudo apontar as continuidades, pelo que o critério cronológico servirá apenas de referência. Por outro lado, procuraremos sublinhar as rupturas e a novidade introduzidas em cada momento.

Em termos literários, a noção de decadência dos defensores do classicismo opõe-se diametralmente à perspectiva dos românticos, não obstante a posição daqueles autores que defendem a conciliação da tradição clássica com a modernidade romântica. Com efeito, numa

lógica clássica, o belo e a razão são atemporais e universais e atingiram a perfeição na antiguidade greco-latina. Qualquer desvio destes modelos é interpretado como uma decadência. Como observa Aguiar e Silva, os clássicos, ao afirmarem a validade intemporal e universal dos seus princípios, desvalorizam as manifestações empíricas da historicidade do novo como desvios, heresias e corrupções relativamente ao modelo que propõem como invariável, acabando assim por reprimir aquilo que acabam por admitir, ou seja, "a natureza dualista da cultura e da arte" (1988: 408- -9). Deste modo, "O conceito de *idade de ouro - ou século de ouro* - constitui a expressão mítica do paradigma clássico, correspondendo à ideia e ao sentimento de um clímax, de uma realização da 'plenitude dos tempos', tornados possíveis graças a uma *renovatio*, a uma restauração de normas e cânones obliterados e corrompidos por um ciclo de decadência." (*id.*: 410). No fundo, esta concepção condena a história e a historicização da literatura (potencialmente corruptora de valores e modelos atemporais), em nome de um ideal atemporal da arte, v.g., clássico. O conceito de decadência que daí emana tem assim uma dimensão aporética.

A polaridade esplendor/decadência é assim estabelecida pelos neoclássicos como uma reacção ao "gongorismo". Esta dicotomia periodológica tem continuidade nos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, que nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, na sequência do neoclassicismo iluminista, fixam o século XVI como a "idade de ouro" da literatura portuguesa, a que se teria seguido um longo período de decadência e a tentativa de restauração arcádica (8).

António das Neves Pereira publicou em 1793, no tomo V, um *Ensaio* filológico sobre a locução e estilo dos poetas insignes do século XVI, que considera mestres da língua, erigindo o século XVI como o "seculo aureo da Litteratura Portugueza" (1793a: 123). Segundo Neves Pereira, Camões, A. Ferreira, Bernardes, Miranda e Caminha "fôram os espiritos mais raros que as boas Musas tinhaõ reservado para a gloria de Portugal, n' um seculo, que foi a Epoca mais feliz da Lingua, e da Litteratura Portugueza."; são "hum thesouro da nossa lingua" (*id.*: 21-2). A sua lição é pois, afirma, importante para o bom uso da língua. Por consequência, no ensaio sobre o "Uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do séc. XV e XVI" (tomos IV e V), considera que a causa da decadência da língua portuguesa estava na falta de respeito pelos princípios na língua nacional, devido ao esquecimento a que se votavam os

escritores clássicos portugueses, que eram autoridades em matéria linguística, "os mais verdadeiros depositarios dos thesouros da Lingoa" (1793, t. V: 152-3) (9).

No tomo IV das *Memórias*, António Pereira de Figueiredo propõe João de Barros como "exemplar da mais sólida eloquência portuguesa" e afirma que "os Mestres da Lingua Portugueza são os nossos Escritores do Seculo de quinhentos, e de seis centos" (1793, t. IV: 22). Após apresentar uma extensa lista de clássicos, destaca que são "Estes os que devem ser imitados, pelos que o quizerem fallar sempre bem, debaixo das precauções que deixo apontadas." (*id.*: 25).

No âmbito de um modelo iluminístico-liberal, de pendor clássico, o estabelecimento de um paralelismo entre a história nacional e o estado "das Sciencias, e das Bellas-lettras" é efectuado pelo Abade Correia da Serra, que elabora uma correlação entre os vários reinados e os respectivos estabelecimentos públicos de ensino, dividindo a história literária em duas fases, com base na metáfora das luzes: assim, em 1750 vivia-se na "densidade das trevas", em contraponto com as luzes no século XVI, em que o país estava "ao lado das Nações mais illustradas" (1845 [1804]: 403), "durante a curta prosperidade litteraria, de que esta Nação então gozou", tendo a linguagem degenerado à semelhança das plantas, que definham por falta de luz (*id.*: 415-6). A culpa da decadência atribui-a Correia da Serra a D. João III (absolutismo) e aos Jesuítas, que teriam mantido o povo na ignorância e na servidão, num aviltamento que durou mais de dois séculos (*id.*: 403-4). Data a decadência da poesia e da eloquência portuguesas a partir da ocupação filipina (*id.*: 416-7), até que D. José I veio "restituir aos Portuguezes as sciencias, e o bom gosto", prestando os maiores serviços às letras e à educação (*id.*: 404-13). No século XVIII, continua, ressuscitam-se os quinhentistas, com edições e notícias sobre seus os autores: "produzio muitos pedaços curiosos ácerca da Historia Litteraria da Nação" (*id.*: 416). Num saldo final positivo, o Abade Correia da Serra considera que no século XVIII "a leitura dos Classicos antigos, e dos modelos Francezes, Inglezes, Italianos, veio purificar o gosto", e "os Portuguezes quasi chegaram a nivelar-se com os Povos dos outros Paizes cultos" (*id.*: 417-8). Mas é, em última instância, a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa que, a seu ver, contribui para o progresso das ciências e para o aperfeiçoamento do gosto em Portugal (*id.*: 420-1). Não obstante, em termos claramente iluministas, destaca que foi no domínio das ciências exactas e da

história que se produziram avanços significativos, tendo a poesia e a eloquência permanecido livres do "mau gosto", mas sem inovação (*id.*: 441).

Esta orientação iluminista, inaugurada em termos da "história literária" pelo Abade da Serra, terá continuidade em Francisco Alexandre Lobo (1821, 1823) e em Francisco d' Aragão Morato (1818, 1819). Ambos distinguem a evolução das "artes" e das "ciências", mantendo na globalidade o esquema periodológico do Abade Correia da Serra, como Francisco Morato:

"A Historia Litteraria de Portugal, assim como a de outras Nações polidas da Europa, contém suas épocas mui distintas, que marcão o principio dos bons estudos, seu progresso, decadencia, e restauração: mas estas épocas não são a hum tempo as mesmas, nem relativamente a todos os ramos de Sciencias e de Litteratura" (1819: 57; subl. nosso).

Na história do teatro em Portugal, Francisco Morato, apesar de valorizar a originalidade de Gil Vicente enquanto fundador de "hum genero de Theatro nacional", de origem medieval, não deixa de evidenciar uma concepção iluminista da Idade Média, ao censurar moralmente os costumes do tempo e a mistura do sagrado e do profano, fruto de "seculos devotamente ignorantes e grosseiros" (10). F. Morato diz apreciar em particular o "teatro clássico", fundado por Sá de Miranda, embora lamente a sua falta de ousadia e originalidade e a falta de comicidade de António Ferreira. A decadência, continua F. Morato, na sequência do paradigma iluminista, surge com as tragicomédias e as comédias dos Jesuítas, dando-se a morte do teatro com a perda da independência (11). Estabelece assim o paralelismo entre a decadência política e literária:

"mas estas cousas já pertencem ao estado d' huma grande degeneração do Theatro Comico em Portugal: quando as esperanças da Monarchia estavam sepultadas nos areaes de Africa, quando tinhamos perdido a Patria, e com ella o espirito nacional, e a gloria dos antigos Portuguezes, perdeo-se tambem a nossa Litteratura, e com ella o nosso Theatro." (*id.*: 72).

Retomando a argumentação de Sismondi, que cita, considera que a decadência foi "lenta e sucessiva", devido ao antigo esplendor, tendo muitos escritores do século XVII escapado "do contagio do máo saber, do máo estilo que então grassava nas Hespanhas" (1818: 73), embora o posterior domínio do teatro espanhol tenha provocado a decadência do teatro nacional:

"e eu já disse que nos primeiros vinte e quatro annos deste seculo, posto que já se tivesse inteiramente perdido o Theatro classico, conservava-se ainda o uso dos antigos Autos Religiosos, e Farças Portuguezas, de que dão bom testemunho as Obras de Affonso Alvares, de Fr. Antonio de Lisboa, de Baltazar Dias, de Francisco Rodrigues Lobo, e de outros." (*ibid.*).

Francisco Alexandre Lobo considera que a regeneração começou com D. João V e teve continuidade no reinado de D. José I (1823: 2). Porém, F. Morato atribuía essa acção regeneradora da literatura (língua, eloquência, poesia e teatro), face aos malefícios do "gongorismo", exclusivamente à Arcádia de Lisboa. Depois, considera que a Academia Real das Ciências de Lisboa, através da sua classe de Belas-Letras, completou a restauração: "caminharão pela mesma estrada dos Arcades, e tem diffundido cada vez mais nesta Nação o brilhante lume, que elles primeiro accendêrão." (1819: 80) (12).

O *Primeiro Ensaio sobre História Literária de Portugal*, de Francisco Freire de Carvalho, que o autor declara ter iniciado em 1814, estende a toda a "história literária" portuguesa a tese do Abade Correia da Serra, traduzindo a sua "Memória", que incluiu em apêndice (1845: 401-43). Freire de Carvalho procura, como declara, expor "em resumo algumas idéas sôbre a origem, progressos, decadencia e restauração dos nossos Estudos, e causas geraes, certas ou meramente provaveis, que produziram estes varios fenomenos, ou que influiram sôbre a sua existencia nos diferentes periodos da nossa Historia Litteraria" (1845: 13), que considera serem oito. O seu esquema periodológico assenta num critério político-social, agrupando os autores segundo os diversos saberes, para mostrar que houve épocas com luzes e outras sem elas, por razões sobretudo políticas, estruturando a sua sucessão segundo a lógica do progresso ou da decadência, com frequente recurso a metáforas botânicas e iluministas (luz vs. trevas, etc.). Se os três primeiros períodos têm pouco relevo, na medida em que se referem a uma época pré-nacional (da antiga Lusitânia até à invasão dos Godos, depois até à invasão árabe e, por fim, até à fundação da nacionalidade), os cinco períodos seguintes assentam na sequência dos vários reinados e no seu fomento (ou não) das instituições de ensino:

4. da fundação da nacionalidade até ao estabelecimento da Universidade, por D. Dinis, em 1290.

5. até ao início do reinado de D. Manuel, em 1495;

6. até à usurpação castelhana de 1580;
7. até à fundação da Academia Real da História Portuguesa, em 1720;
8. até 1845.

Esta periodologia estrutura-se com base na polaridade esplendor/decadência:

"O *Sexto* Período apresenta os formosos dias da nossa muito **lustrosa gloria** litteraria, a começar desde o governo deste ultimo Soberano [D. Manuel I] até o começo da dominação estrangeira neste Reino em 1580. - Abrange o *Septimo* Período os **tempos luctuosos** para a Litteratura e para a Política em Portugal, em que durou aquella intrusa e tirannica dominação, e estende-se ainda mais até a fundação da Academia Real de Historia Portugueza, ou **principio da restauração** dos nossos Estudos no ano de 1720." (*id.*: 15; destaques nossos).

Por isso, afirma que de bom grado deixaria em silêncio estes dias de "luto", este período "desastroso", "de aridêz, de infecundidade, e de quasi acabamento" (*id.*: 125). As principais causas da decadência foram, afirma, o jugo castelhano, a Inquisição e os Jesuítas, "abafadores de luz", provocando escuridão, trevas, ignorância, conduzindo ao apagar das luzes "das boas-letras e das ciências", do "bom saber", sendo a língua corrompida com o "gongorismo" (13).

Publicado no ano anterior ao do *Primeiro Ensaio* de Freire de Carvalho, o *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa*, de A. Cardoso Borges de Figueiredo (1844), segue um esquema periodológico semelhante, que expõe através da alegoria organicista da vida humana, concentrando-se sobretudo na língua, na poesia, na eloquência e na história, combinando assim o programa da Academia Real das Ciências de Lisboa (Língua e História) com a estruturação clássica dos estudos literários (Poética e Retórica):

1. infância (da fundação da monarquia a D. Dinis: 1139-1279);
2. adolescência (até D. João III: 1279-1500);
3. virilidade (de João III a Filipe II: 1500-1625);
4. velhice (de Filipe II a D. José I: 1625-1750);
5. renascimento (de D. José I ou 1750 até "aos nossos dias") (1862: 176; cf. 246-55).

Curiosamente, Borges de Figueiredo não situa o início da decadência em 1580, mas em 1625, o que não altera, contudo, a estruturadora dicotomia esplendor/decadência. Mas esta dilatação temporal do "século de ouro" parece proceder de F. Denis. Como demonstrou Álvaro Rodrigues de Azevedo no *Esboço Crítico-Litterario* (1866), o *Bosquejo* de Borges de Figueiredo

é uma espécie de tradução resumida do *Résumé* de Denis. O que não impede que em Borges de Figueiredo predomine, ao contrário de Denis, uma concepção clássica da literatura, que o conduz a afirmar, por exemplo, que a literatura grega e latina são as fontes exclusivas da literatura portuguesa (cf. V.2). Não era assim fácil para Borges de Figueiredo a integração da divisão denisiana, na medida em que o "gongorismo", para além de ser visto como uma "corrupção" da pureza clássica, era associado à perda independência política e ao uso da língua castelhana. Mas, como Denis, Borges de Figueiredo distingue a história política (domínio filipino e despojamento do império) da história cultural, considerando que a decadência das letras não foi tão pronta como a das armas (1862: 205) e que nesse período alguns génios ainda se exaltavam com as grandezas do passado. Afirma mesmo que se os escritores eram menos puros na linguagem e menos delicados no gosto do que os anteriores, embora oferecessem conceitos grandes e originais. Como Denis, destaca ainda o carácter patriótico da épica seiscentista (*id.*: 201-2). Mas Borges de Figueiredo não deixa de censurar a Gabriel Pereira de Castro o facto de laborar já nos jogos de palavras e nos exageros que vieram a desfigurar a literatura e lamenta "a vergonha anti-patriótica" dos que escreveram em castelhano (*id.*: 204-5).

Note-se, porém, que em relação a alguns autores esta reabilitação foi efémera, pois a partir da quinta edição, de 1862, Borges de Figueiredo passa a integrá-los no quarto período (velhice/decadência), como sucede com Jacinto Freire de Andrade, Brás Garcia de Mascarenhas e Manuel Severim de Faria. E tudo isto sem alterar uma linha do que escrevera na primeira edição. Apenas mudou de página estes autores (e por isso de período literário). Com efeito, Borges de Figueiredo não podia aceitar o gosto "corrompido" do "estilo gongórico", mesmo no Padre António Vieira, pelo que sobre este período literário, diz, "correremos ligeiramente" (*id.*: 209). Não obstante esta recusa clássica imperar, Borges de Figueiredo não deixa de reiterar as causas da decadência denisianas (absolutismo, Jesuítas).

A terceira linha interpretativa que apontámos acima, de matriz romântica (nacional) e historicista, também se começa a delinear no início do século XIX, com F. Bouterwek (1805), imbricando-se parcialmente na perspectiva iluminista, na medida em que também se procura avaliar o estado civilizacional de cada nação e a influência na literatura das instituições políticas, religiosas e sociais, segundo o modelo fixado por M.me de Staël (1800) (cf. II.2).

Segundo o modelo romântico da história literária, as causas da decadência literária eram em grande parte consequência da decadência da história nacional. Em Portugal, a tradição iluminista de pendor liberal estabeleceu sobretudo três causas desse declínio: o absolutismo político, a intolerância religiosa e a expansão desmesurada. Mas a concepção romântica da literatura determinava uma outra causa fundamental, de natureza histórico-literária e oposta à filosofia da história iluminista, na medida em que fixava como critério fundamental a necessidade de autonomia e originalidade de cada nação. A imitação, em particular a imitação da literatura greco-latina (a Renascença) e da literatura francesa, são desvalorizadas em nome da fidelidade às tradições nacionais, e a Idade Média (anatematizada pelos iluministas) é consagrada como a Idade de Ouro das literaturas modernas. É isso que explica também, segundo Jorge de Sena, que a noção de decadência tenha sido utilizada em nome da proclamação da necessidade de produzir novos valores (Sena, 1977: 220-2) (cf. II.3 e II.4.3).

A alternância entre progresso e decadência, de matriz judaico-cristã, secularizada nos *corsi e ricorsi* viquianos e na filosofia da história (iluminista e romântica), torna-se marcante em toda a historiografia oitocentista. Se, como observa Georges Duby, "A periodização é o principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas" (1984: 178), podemos então constatar com Pierre Nora que "Les deux grands thèmes d'intelligibilité de l'histoire, au moins depuis les Temps modernes, **progrès et décadence**, exprimaient bien tous deux ce culte de continuité, la certitude de savoir à qui et à quoi nous devons d'être ce que nous sommes. D'où la prégnance de l'idée d'origines" (Nora, 1994: XXXI) (14).

Com efeito, como observa Aguiar e Silva, tanto na teleologia secular da *Geistesgeschichte* hegeliana como nos modelos do eterno retorno ou na concepção espiral ou espiraliforme da história existem aspectos "inconciliáveis com a racionalidade científica", porque a dialética hegeliana ou marxista implica um *telos* e a ideia de consumpção do tempo histórico, a ideia de um progresso finalisticamente orientado, que são elementos "nucleares da metafísica historicista denunciada por Karl Popper" (derivados do sobrenaturalismo teológico e instrumentalizados pelas ideologias políticas) (1988: 411-2) (15).

De modo similar, pode constatar-se, que no século XIX, a inteligibilidade da história nacional se processa em Portugal com base na lógica do progresso (até aos Descobrimentos) e da

decadência (após 1580), projectando-se esse modelo na periodologia da história da literatura (16). Tendo como referência a "queda do império" e a necessidade de reencontrar a grandeza perdida, em contraste com um presente considerado decadente, ao longo do século XIX destaca-se sobretudo a ideia de decadência e mesmo uma "ideologia decadentista", que atinge o seu auge com a Geração de 70 e durante o "Ultimatum" inglês (17).

A "queda do Império" é, segundo Pierre Chaunu, a "decadência de referência" (1983: 185-283), paradigmática na queda do Império Romano. Foi dela que Vico inferiu a sua teoria dos ciclos, que considerava válida para todas as civilizações, servindo de referência a Oliveira Martins (18), e em que o argumento "demográfico" e "moral" têm uma importância decisiva, em função de uma concepção "organicista" da sociedade e das nações (19).

As metáforas e analogias organicistas usadas para definir a sociedade remetiam para a biologia, que foi a ciência-paradigma do pensamento romântico, embora com um fundamento espiritualista (crendo que "cada Nação constituía um indivíduo moral irreduzível"), ao passo que com o positivismo e o darwinismo a nação "orgânica" passa a receber uma caracterização naturalista (20). Com a emergência dos Estados-nação modernos, a transformação da sociedade tradicional e dos seus valores conduziu também à ideia de decadência e à inevitável indagação sobre as suas causas e remédios (21). Por outro lado, a ideia da decadência em Portugal resulta, desde o liberalismo, da constatação do atraso da Península Ibérica relativamente à Europa, com o conseqüente "complexo de inferioridade", aliado a uma "nostalgia da grandeza passada" (22). É necessário, assim, articular as ideias de esplendor e decadência com as que lhe estão subjacentes e com as suas implicações, na medida em que o conceito de decadência, na sua polissemia, é relacional. Assim, resulta do exame contrastivo com uma grandeza anterior e com o progresso dos outros (*v.g.*, com a Geração de 70), mas também se pode associar a uma concepção naturalista de história (em que decair é natural) ou a uma perspectiva iluminista (em que se opõe a progresso) (23), implicando sempre a necessidade da sua superação (por um renascimento ou regeneração). Por um lado, o conceito de decadência articula-se privilegiadamente com a ideia de progresso (em particular desde H. Spencer), mas por outro implica o desejo de regeneração, renascimento ou restauração de um passado considerado modelar. Neste sentido, a regeneração tanto é um progresso (uma superação da decadência presente) como como um "regresso" às

origens, a uma Idade de Ouro. Assim, parece querer anular a historicidade humana, em nome da fidelidade a certos momentos idealizados do passado (24).

Os primeiros historiadores estrangeiros da literatura portuguesa constroem o esquema periodológico da "história da literatura" portuguesa com base na alternância entre progresso e decadência e nos princípios românticos. Bouterwek (1805) e Sismondi (1813), dividem em quatro períodos a evolução da literatura portuguesa:

- da sua **constituição** e emergência, com a fundação da nacionalidade, até ao início (Bouterwek) ou meados do século XVI (Sismondi);
- até finais do século XVI, em que atinge o **apogeu**;
- segue-se uma longa **decadência**, desde finais do século XVI;
- nos inícios do século XVIII dá-se uma tentativa de **restauração** (25).

O esquema periodológico de F. Bouterwek, para além das causas políticas, enfatiza o papel da "energia" e do "carácter nacional" (que diz ser romântico) na produção do esplendor e da decadência da literatura, considerando que mesmo após a grandeza histórica da nação "its effects still operated powerfully on the spirit and the literature of the nation." (1823, II: 49). Com base neste critério romântico, complexifica a sua divisão, na medida em que a seguir às fases iniciais das origens e esplendor distingue três momentos na decadência da literatura portuguesa, considerando que a perda da independência não se reflectiu imediatamente na literatura, devendo-se a decadência ao despotismo filipino e à Inquisição, tanto em Portugal como na Espanha. O primeiro momento da decadência da literatura teria resultado da perda da antiga energia nacional, propulsora das descobertas, a que se seguiu o declínio do gosto e a total decadência até ao final do século XVII, defendendo Bouterwek que a influência da "escola fantástica" dos Gongoristas na primeira metade do século XVII não reprimiu o cultivo do melhor estilo (*id.*: 273-5). A seu ver, a dominação espanhola mortificou os portugueses, mas eles mantiveram-se à sombra da antiga independência nacional e na Restauração, ao passo que a poesia espanhola declinou, a "poetry of romantic love" dos portugueses revivesceu (*id.*: 49-51). Só então, afirma, "the literature of Portugal became entirely Portuguese." (*id.*: 317). Não obstante considerar que se verificou um "ressurgimento" e progresso durante o reinado de D. José I,

assinala que continuou a corrupção do gosto no drama e se deu uma nova decadência no âmbito da eloquência.

Sismonde de Sismondi, não obstante retomar a argumentação de Bouterwek, coloca a tônica na decadência moral, motivada pela expansão desmesurada e pela corrupção do "espírito nacional", retomando a tese de Vico e de M.me de Staël acerca da decadência do império romano. Esta ideia da decadência moral teve continuidade em Herculano, Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Antero de Quental e Oliveira Martins. Para Sismondi, a decadência moral e literária resultavam de causas políticas:

" Cependant cette littérature n' a pas plus échappé que toutes les autres à l' influence des événements politiques et du gouvernement; et pour connaître sa grandeur et sa décadence, il faut, comme nous avons fait pour les autres nations, jeter un coup d' oeil sur les révolutions de l' Etat. Chez les Portugais, comme chez les autres peuples, nous verrons encore une fois le même phénomène sur lequel nous avons, à plusieurs reprises, appelé l' attention: l' époque du plus grad éclat littéraire fut celle de la subversion des lois et des moeurs; l' oppression commençait au moment même où le génie semblait donner l' essor le plus complet à sa liberté primitive." (1813, IV: 502-3).

Para Sismondi, a literatura prosperava de modo especial em épocas de grande agitação e mesmo de opressão (*id.*: 500-1). Em Portugal, a época de esplendor literário coincidia mesmo com a decadência política e moral, que teve início com D. João III (expansão desmesurada, Inquisição e Jesuítas) (*id.*: 290-1):

"une corruption sans bornes avait até la conséquence d' exploits gigantesques, et où l' étendue de l' empire, sans proportion comme sans rapports naturels avec son chef, présageait déjà pour tous ceux qui pouvaient penser, une ruine étrange et d' effroyables calamités." (*id.*: 501).

A violação das liberdades religiosas (Inquisição) e a perseguição aos judeus no reinado de D. Manuel teriam suscitado o fanatismo e a intolerância, destruindo a "energia nacional" ("le caractère national fut absolument changé"), pelo que, para Sismondi, a perda da independência foi um mero epifenómeno deste enfraquecimento do espírito heróico e cavaleiresco que dera origem à grandeza nacional. Mas, ao contrário de Bouterwek, Sismondi defende que a Restauração não chegara a acordar os portugueses da sua apatia e que foi sobretudo uma consequência da decadência da Espanha filipina (*id.*: 501-13), como se poderia comprovar pelo agravamento da degeneração após a paz de 1668:

"Après la paix de 1668 avec les Espagnols, la monarchie recommença à sommeiller dans la mollesse et la superstition. La décadence des mœurs privées, la nonchalance de tous les citoyens, étaient dans un juste rapport avec cet abandon de la chose publique. Le travail était devenu une honte, le commerce un état dégradant, l'agriculture un soin trop fatigant pour leur paresse." (*id.*: 513).

Desse "estado de espírito" derivariam ainda o mau gosto do "gongorismo" e a falta de inovação e originalidade durante a época arcádica. De positivo, Sismondi apenas destaca os esforços de D. João V e de D. José I para "acordarem" o espírito literário da nação, o que em parte teria sido conseguido durante a governação de Pombal (*id.*: 529-30).

O *Résumé de l' Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l' Histoire Littéraire du Brésil*, de Ferdinand de Denis (1826) situa o início da decadência da poesia portuguesa em cerca de meados do século XVII, diferenciando, para o efeito, os ritmos da evolução política e da evolução literária: "Il ne peut guère y avoir en littérature de changement complet et subit. C' est par degrés que nous sommes arrivés au temps de la décadence" (1826: 388). Assim, F. Denis reabilita os épicos posteriores a Camões, pelo seu patriotismo (que de Costa e Silva a Teófilo são integrados na "escola espanhola"), considerando a decadência fruto sobretudo do absolutismo monárquico e da Inquisição, que extinguiram "la dernière étincelle du feu patriotique dont les poètes de la période précédente étaient tous animés", "sorte d' indépendance qui sait conserver une nation guerrière en dépit de l' oppression." (*id.*: 389-90) (26).

O *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, de Almeida Garrett (1826), publicado no mesmo ano do *Resumé* de Denis, segue a estruturação periodológica de F. Bouterwek, com cujas fases iniciais coincide (origem, esplendor), distinguindo também três fases na decadência da literatura portuguesa. Como Denis, Garrett valoriza a poesia nacional e trovadoresca da Idade Média, que situa na primeira época, de finais do século XIII a princípios do século XVI, com início no reinado de D. João I, tendo em Gil Vicente e Bernardim Ribeiro as figuras principais. No entanto, inclui na Idade de Ouro (a segunda época, desde o início do século XVI ao princípio do século XVII; de D. Manuel I a D. João III) um momento de início da decadência (abrange Jerónimo Corte Real, Caminha, Bernardes, Luís Pereira Brandão e Fernão Álvares do Oriente), situando na terceira época, de decadência do gosto e da língua (todo o

século XVII: gongorismo e marinismo), Vasco Mousinho Quevedo, Rodrigues Lobo, Gabriel Pereira de Castro e Francisco de Sá de Meneses. Porém, a Idade de Ferro (quarta época) passa para finais do século XVII e vai até meados do século XVIII (aniquila-se a literatura e corrompe-se totalmente a língua). De acordo com os seus antecessores, marca o início da Restauração das letras em meados do século XVIII, embora entreveja uma segunda decadência da língua e da literatura desde finais do século XVIII, marcada pela excessiva influência francesa (galicismos, traduções, etc.) e pelo "elmanismo". No final do *Bosquejo* fala de uma renovação ainda latente, aludindo certamente à emergência do Romantismo.

O critério da interpretação da decadência em Garrett está assim associado a uma concepção nacional-patriótica, como se verifica em relação ao "gongorismo" e à influência francesa, mas ainda se insere numa concepção clássica da literatura. Segundo Garrett, o século XVI foi a época de esplendor da literatura portuguesa e depois seguiu-se uma longa decadência, com exceção da tentativa de restauração arcádica.

Diferente será a lição de Garrett na introdução ao *Romanceiro*. A sua revisão interpretativa da história da literatura portuguesa opera-se pela valorização da poesia popular enquanto poesia original e nacional, que designa tipologicamente como romântica. Aliás, já na "Carta a Duarte Lessa", que serve de prefácio a *Adozinda*, destacava "a natureza e antiguidade da poesia romantica-popular entre nós" (1828: vii). Com o Romantismo, afirma, reatava-se a tradição nacional, interrompida pela influência clássica, oriunda da Itália e depois da França:

"A poesia romantica, a poesia primitiva, a nossa própria, que não herdámos de Gregos nem Romanos, nem imitámos de ninguém, mas que nós modernos creámos, a abandonada poesia nacional das nações vivas, ressuscitou bella e remoçada, com suas antigas gallas porêem melhor talhadas, com suas feições primeiras porêem mais compostas." (*id.*: xii-xiii).

Garrett transforma assim a história literária na luta entre dois "géneros", o clássico e o romântico (como "cânone nacional"), que simboliza respectivamente na lira e no alaúde. Ele próprio, com *D. Branca* "e com o alahude do trovador desafiou a lyra dos vates; outros dirão, não eu, se com feliz ou infeliz successo." (*id.*: xx). Porém, na ausência de documentos dessa poesia popular, Garrett recorre à tradição oral (*id.*: xxiii) (cf. II.4.2 e IV.2).

Estava assim preparado o caminho da teorização de Herculano, que se tornou marcante, em particular, pela sua interpretação da *História de Portugal*. Herculano, no seu artigo de 1834, no *Repositório Literário*, interrogava-se: "Qual é o estado da nossa literatura ? Qual é o trilho que ella hoje tem de seguir ?". A resposta não era favorável e diagnosticava uma decadência similar à que postulava na história geral: "Estas duas perguntas pedem nada menos do que a dolorosa confissão da decadencia em que se acha em Portugal a poesia e a eloquencia, e o encargo difficultoso de indicar os meios de melhoramento no ensino e no estudo d' ellas." (1898 [1834]: 3). Em relação ao teatro, concluía a sua análise sobre as "Origens do teatro moderno" com a afirmação de que desde Gil Vicente e a sua escola "o theatro português foi caindo e podemos dizer que nunca mais tornou a restaurar-se." (*id.* [1837]: 84).

Herculano alterou a visão tradicional da história da literatura portuguesa ao valorizar e Idade Média e ao considerar o Renascimento como o início da sua decadência, começando por criticar a visão iluminista da Idade Média: "[as] chamadas trevas da idade média não eram mais que a chrisalida de uma civilização maior e melhor que a grega e romana, de uma civilização cuja aura vital era a grande transformação religiosa chamada o christianismo" (*id.* [1840]: 188). Em relação à evolução do teatro, enfatiza a génese do drama moderno nas representações religiosas da Idade Média (mistérios e autos), inspiradas no "ideal" epocal (paixões, caracteres, situações), que teve continuidade na Espanha e na Inglaterra no século XVII e no drama romântico (*id.*: 191-3). Em Portugal, considera que o "espírito cavaleiresco" prevaleceu desde os últimos anos do reinado de D. Fernando até D. Afonso V (antes eram muito rudes, mas depois eram demasiado cidadãos para serem cavaleiros), salientando os "cavaleiros-modelo" na corte de D. João I (*id.*: 88-9), cujo reinado diz ter sido a época mais favorável para as letras, até D. Manuel I (*id.*: 101-2) (27).

A cultura aristocrática renascentista teria rejeitado o teatro medieval e preferido o teatro dos antigos, razão pela qual, a par dos factores políticos, Herculano considera o século XVI como um século de decadência, na medida em que o absolutismo monárquico anulou as instituições primitivas e a Renascença apagou as tradições nacionais. A poesia romana, afirma, mudou o carácter da poesia moderna e a sociedade deixou de ser nacional e cristã para se tornar pagã e estrangeira (28).

Em termos literários, Herculano marca o início da decadência com o marinismo e o gongorismo (como Garrett), que "transviou da legitima direcção todos, ou quasi todos os escriptores da epocha chamada do seiscentismo", que abusaram da metáfora e das formas em detrimento das ideias (*id.* [1834]: 4). Prosperaram então, afirma, os conceitos e as agudezas, "chegando as letras a caír numa barbarie", sendo *A Fénix Renascida* e outros escritos "lamentaveis monumentos da corrupção do gosto a que chegou Portugal no principio do decimo oitavo seculo." A *Arcádia*, continua Herculano, remediou este erro e devolveu "as letras á severa singeleza das puras fórmas da Grecia" (*ibid.*), mas sem qualquer inovação:

"nenhum dos poetas e litteratos do século de D. José I olhou as letras de um ponto de vista eminente. Similhanes aos escriptores do seculo de Luiz XIV, foram muito eruditos, mas pouco philosophos, e assim o caracter das duas litteraturas é a confusão dos principios absolutos com os de convenção." (*id.*: 5).

A submissão obediente à autoridade dos antigos, conclui, "contribuiu muito para a posterior decadencia." (*ibid.*).

Algo diferente á a leitura que Herculano efectua do "seiscentismo" em 1842. No seu entender, o seiscentismo foi uma reacção ao domínio clássico do renascimento, que abafou a "poesia nacional, balbuciante ainda" e "mudou o caracter da poesia moderna", "christã e nacional" (*id.* [1842]: 211-2). Por isso, segundo Herculano, o "seiscentismo" foi uma tentativa de restauração da nacionalidade no plano literário, que falhou por não ter sido acompanhada pela restauração social completa da vida nacional anterior às influências romanas. Assim, a uma escola antinacional sucedeu uma escola "falsa" e "ridícula" (*id.*: 213) (29). Deste modo, o "gongorismo" transforma-se numa espécie de libertação equivalente à do romantismo, tendo este triunfado porque a revolução literária que a geração romântica realizou era o resultado de "largas e profundas meditações, veio com as revoluções sociais e explica-se pelo mesmo pensamento destas." (*id.*: 219). Bocage, ao tornar a poesia popular e Filinto Elísio, "completando pela nacionalidade o plebeismo da arte", estão na origem da revolução artística que teve em *D. Branca* e *Camões* o sinal da revolta (30). O Romantismo aparece assim com um carácter nacional de teor demoliberal. Herculano compara mesmo Bocage aos trovadores, por comover os ânimos das classes não privilegiadas, que durante três séculos foram excluídas da poesia (31).

Por fim, Herculano refere o Romantismo emergente, mas denuncia a falta de uma teoria e de uma poética novas que permitissem compreender e enquadrar historicamente este movimento.

A leitura de Herculano da decadência coloca-se ao serviço da revolução liberal, que aparece como uma proposta redentora para uma decadência secular, em oposição à reacção absolutista e ao clericalismo, visando repor um modelo sociopolítico que teria conduzido ao apogeu da nação, representado pelo sistema constitucional da Idade Média ("monarquia liberal": cortes, forais, municipalismo), considerado modelar por ter, segundo Herculano, conciliado a liberdade individual com a autoridade do Estado:

"O principio da liberdade pertence incontestavelmente á idade media, porque, se não me engano, a liberdade não é mais que a facilitação da variedade nos actos humanos, e a variedade é, como tenho repetido, o caracter essencial d' essa época. O principio da egualdade dos direitos e deveres fêl-o porém surgir, e converteu-o em facto geral, o predomínio da monarchia." (1881 [1842]: 153-4).

Na quinta e última das suas *Cartas sobre a História de Portugal*, Herculano estabelece uma divisão periodológica em dois grandes ciclos ou fases, o da Idade Média, com a constituição e virilidade moral da Nação (origens e progresso), e o do Renascimento (D. João II), que acarretou uma rápida decadência. O liberalismo burguês e moderado era, para Herculano, uma tentativa de restaurar o sistema político medieval e o desenvolvimento lógico das instituições medievais:

"Em dois grandes cyclos me parece dividir-se naturalmente a historia portugueza, cada um dos quaes abrange umas poucas de phases sociaes, ou épocas: o primeiro é aquelle em que a nação se constitue; o segundo o da sua rapida decadencia: o primeiro é o da idade média; o segundo o do renascimento." (*id.*: 133) (32).

Ao mesmo tempo, porém, alterava a visão tradicional da literatura portuguesa ao valorizar a Idade Média e ao considerar o século XVI como um século de decadência. Por um lado, contrariava a visão iluminista da Idade Média, e por outro desvalorizava a cultura renascentista e a "idade de ouro" da história de Portugal (33). A Renascença é vista por Herculano como época de decadência porque teria pervertido a "indole nacional" e o equilíbrio medieval entre a liberdade e a autoridade, em consequência da anulação, pela monarquia absoluta, dos elementos feudal e municipal, sentenciando de morte o "organismo social". Na base desta afirmação está a

concepção organicista de Herculano, segundo a qual os factos "teem sempre origem na indole intima da sociedade, na natureza da sua organização." (*id.*: 142). Era nesta lógica que Herculano pretendia explicar a antiga "força moral" da sociedade e o seu posterior apagamento:

"a solução d' esse mysterio da força e esplendor do reinado subsequente [D. Manuel I], e da rapidez quasi incrível com que tudo isso se abysmou em pouco mais de sessenta annos." (*id.*: 143); "a decadencia da nação portugueza, começando apparentlymente nos ultimos annos do reinado de D. João III, principia essencialmente nos primeiros do reinado precedente, ou, com mais rigorosa data, nas côrtes d' Evora de 1482" (*id.*: 143-4).

É esta a data do início da "dissolução social", que se agravou na expansão, acarretando a "corrupção moral", pelo que debaixo do brilho aparente da época estava já "o corpo enfermo da sociedade portugueza, que apressava a sua hora de morrer com a febre das conquistas" (*id.*: 144). Por isso, para Herculano, os descobrimentos e as conquistas foram manifestações inorgânicas, sem força vital e criadora: "Pervertida a indole nacional, enfraquecida a energia interior do povo, o poderio exterior começa a desmoronar-se logo: o primeiro symptoma de morte claro e indubitabel apparece no desamparar as praças d' Africa em tempo de D. João III." (*id.*: 160). Por outro lado, segundo Herculano, a Renascença fez com que a sociedade tivesse abandonado o "progresso natural e logico da civilisação moderna para se lançar na imitação necessaria, mas bastarda, da civilisação antiga" (*id.*: 145).

O que explicava que no século XVI tivessem surgido homens extraordinários era, segundo Herculano, o facto de essa geração ter sido "educada pelo seculo anterior": "tinham conhecido o nosso ultimo rei cavalleiro; tinham sido educados na época da robustez moral da nação. O seculo decimo sexto nada mais fez que aproveitar a herança da idade média." (*id.*: 138).

Herculano condensa assim a "memória liberal" na interpretação da história de Portugal e da sua decadência. De facto, porque resulta de uma interpretação, a consciência da decadência e das suas causas merece leituras diferentes. Os estudiosos da história em Portugal constataam a existência de dois paradigmas, de duas "memórias" históricas, a liberal-republicana ("revolucionária") e a tradicionalista, sobretudo durante o Estado Novo ("contra-revolucionária"), que interpretam de modo diverso a história nacional, embora coincidam na bipartição da história nacional em duas grandes fases, uma de ascensão e outra de decadência.

Segundo a "memória liberal", a nação atingiu a sua fase ascendente na Idade Média, em particular na época de D. João I, sucedendo-se um efémero apogeu (acompanhado ou não do declínio, que começa com D. João II ou D. João III) e três séculos de decadência (XVI-XVIII), com um parêntese de prosperidade na época pombalina, a que se seguiram as tentativas de regeneração (regime constitucional). No âmbito da "memória tradicional", a decadência teria começado já com D. João III, sendo os períodos de declínio os do domínio filipino e a época pombalina, depreciando-se ainda o sistema liberal, com excepção dos "governos fortes" de Costa Cabral, de João Franco e de Sidónio Pais (34).

Deste modo, as causas da decadência são explicadas como consequência do sistema de valores (político-ideológicos) defendidos pela memória histórica adversária. Em qualquer dos casos, a queda do império e a perda da independência servem de marco referencial, não obstante a diversidade de causas apontadas (política, religiosa e social), que na memória liberal-republicana se condensam no absolutismo político, na instauração da Inquisição, e na hegemonia dos Jesuítas na corte e nos estabelecimentos de ensino (35).

A ideia de decadência parece assim reflectir sobretudo o presente de quem diagnostica e interpreta um determinado tempo histórico, apropriando-se dessa leitura para intervir no seu tempo e na orientação do futuro, sendo com frequência uma expressão do conflito de ideologias, sociedades, gerações e projectos de futuro (36). O apontar das causas da decadência implica sobretudo uma proposta de "regeneração", que em termos historicistas se inspira numa época modelar anterior, em que se destacam os valores que se pretendem restaurar. Em ambas as interpretações da decadência está presente, implícita ou explicitamente, uma proposta de solução, assumindo-se cada uma das "memórias" como um projecto de regeneração, regulado por projectos políticos diferenciados e conflituantes (37).

Na sequência de Herculano, e em parte de Garrett, a Renascença passa a ser condenada e consagra-se a Idade Média como a época "nacional" e "popular" por excelência, não só em termos culturais (pela originalidade nacional), mas sobretudo em termos políticos, porque representava o equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, servindo de "exemplo" à monarquia representativa do liberalismo. Nesta linha liberal, e tendo em conta as diferenças ideológicas, situam-se Garrett, Herculano e L. A. Rebelo da Silva, verdadeiro continuador das ideias de

Herculano ao defender uma posição liberal conservadora. Também A. P. Lopes de Mendonça, Antero de Quental e Oliveira Martins se revelam profundamente influenciados pela interpretação de Herculano, mas aderem à linha ideológica do socialismo utópico (numa certa fase das suas trajectórias pessoais) e não aceitam a condenação do Renascimento, que valorizam e passam a considerar como um momento de simultâneo apogeu e decadência. Embora na continuidade de Herculano, Antero coloca a questão da decadência no plano ibérico e enfatiza o facto de as causas da decadência provocarem o afastamento da modernidade europeia (do progresso) por parte dos povos peninsulares. A solução não passaria pois por uma reconstituição do modelo medieval, mas pela "Revolução" (socialismo utópico e federativo), pelo que a proposta anterior é já uma crítica ao liberalismo (da Regeneração) em nome de um evolucionismo organicista de teor idealista.

Por seu turno, os republicanos, como Teófilo Braga, prolongam as teses de Herculano relativas à dimensão "democrática" da Idade Média (municípios, forais e cortes) e à condenação do absolutismo e da Renascença (numa primeira fase), e elaboram o veredicto condenatório do absolutismo, do ultramontanismo (simbolizado na Inquisição e no Congreganismo) e da influência inglesa, sublinhando a "degenerescência" da casa de Bragança.

A questão colonial presente no *Ultimatum* criou uma frente de pendor nacionalista, e os republicanos propunham uma restauração que implicava, em grande medida, o restabelecimento da grandeza imperial perdida. O Tricentenário de 1880, para além de republicanizar Camões, colocava a tónica na decadência e destacava de entre as causas o absolutismo real e em particular a dinastia de Bragança, para indicar que a solução passaria necessariamente pela instauração da República. Como observa Fernando Catroga, a partir da década de setenta os republicanos recuperaram e reactualizaram a memória revolucionária com transladações, romagens, jornadas comemorativas, baptismo de clubes políticos, alterações da toponímia, etc., glorificando ainda os liberais cujos perfis se adequavam à condição de seus "precursores" (38).

Almeida Garrett, como observámos, não exprime no *Bosquejo* uma condenação do século XVI, mas inova na medida em que valoriza a literatura popular. No entanto, após dois exílios e o contacto com a corrente romântica europeia, e em parte influenciado por Herculano, transforma a sua análise diacrónica da literatura portuguesa com base na luta entre o romantismo (a poesia

popular, nacional e original) e o classicismo (a Renascença), que condena por ter oprimido a tradição nacional medieval. O seu objectivo, como afirma na introdução ao *Romanceiro*, é o de "popularizar o estudo da nossa litteratura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originaes, para dirigir a revolução litteraria que se declarou no paiz, mostrando aos novos ingenhos que estão em suas fileiras os typos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que **em nós mesmos**, não entre os modelos estrangeiros, **se devem encontrar.**" (1851: VI; destaques nossos) (39).

Para estabelecer uma origem inequivocamente nacional, Garrett opera um recuo conjectural e afirma a hipótese de a "poesia indígena" existir já aquando da presença dos romanos, convencido de que os "vestígios d' essa poesia indigena ainda duram", apesar de "desfigurados e alterados pelo contacto de tantas invasões sociaes e litterarias, nos singelos poemas narrativos que o nosso povo conserva, que ama com tanto affinco" (*id.*: XXIX-XXX). As literaturas peninsulares teriam começado com os Godos e os Visigodos, "tam caracterizadas e originaes ainda apesar dos longos e teimosos esforços de uma reacção de cinco seculos que por todos os modos as quiz desnaturalizar" (*id.*: XVI). Estabelecida esta nova genealogia, Garrett salienta "a litteratura dos trovadores d' onde a nossa descende, ou com a qual se ligou estreitamente quasi desde o princípio da monarchia e pouco menos que o comêço da língua." (*id.*: XXVIII-XXIX). Deste modo, acaba por incluir na noção de "poesia original portugueza" a "aborigene, a provençal e a mixta", que teria evoluído em oito fases diferentes, permitindo definir oito "epochas naturaes" (*id.*: XXX).

Na Idade Média distingue agora três fases: antes da escola provençal (com D. Afonso III e D. Dinis), em que inclui as "reliquias" dos séculos XI e XII; até D. Pedro I (*Cancioneiro do Colégio dos Nobres, Cancioneiro de D. Dinis, Cancioneiro de Garcia de Resende*), predominando o lirismo; num terceiro momento, que subdivide em duas fases, a literatura aparece marcada pelo "gosto inglês" da Távola Redonda (de D. Fernando a D. João I) e pelo que designa "género germânico" (de Afonso V a D. João II), que seria visível no *Cancioneiro de Garcia de Resende*.

Nesta lógica dialéctica, é sobretudo neste prefácio ao volume II do *Romanceiro* (1851) que Garrett redesenha a sua visão diacrónica da literatura portuguesa, e nesta perspectiva celebra

os "nossos primeiros trovadores e poetas" em detrimento dos clássicos do século XVI, pois "os poetas doutos e sabidos que no século XVI nos transmudaram e corromperam todas as feições da nossa poesia", e mesmo Ferreira, Miranda e Camões, ligados aos clássicos e à Itália, "de todo esqueceram e fizeram esquecer os tons e os modos da genuína poesia da nossa terra." (*id.*: IX-X). Esta época ter-se-ia iniciado com Gil Vicente e Bernardim Ribeiro e ficaria marcada pela literatura "normando-bizantina" (*Palmeirim*) e italiana. A partir de então, "A poesia culta e da corte perpetuamente se separa da popular (*id.*: XXXII), com exceção de Camões, porque popularizou e nacionalizou as formas clássicas (*id.*: XXXIII).

No quinto período, da dominação espanhola, não obstante manter a condenação do gongorismo, destaca, como mais tarde Teófilo, o "género mourisco" cultivado por Rodrigues Lobo e Francisco Manuel de Melo, as trovas do Bandarra e uma certa reabilitação do romance popular, sublinhando que as profecias e as lendas continuam a ser a verdadeira poesia nacional (40).

Os árcades, tão elogiados no *Bosquejo*, sofrem uma depreciação por seguirem os moldes clássicos, pela mediação francesa: "A falsa e ridícula imitação da antiguidade clássica, amaneirada pelas regras francezas, dominava tudo"; "toda a litteratura da Europa era franceza, amaneirada, monotona, servil". Salvava-se o facto de o povo continuar a "guardar" os primitivos cantares das antigas eras, que os doutos desprezavam (41). A influência da Arcádia é tão desvalorizada que Garrett declara que quando o Romantismo emergiu "Quasi se podia dizer destruída toda a nacionalidade, apagados todos os vestígios originaes da nossa poesia" (*id.*: XL) (42).

Luís A. Rebelo da Silva afirmava a falta de originalidade da literatura portuguesa, com excepção da Idade Média e do Romantismo (cf. V.2), considerando, como Herculano, que a Renascença, acompanhada pelo absolutismo monárquico, oprimiram o "espírito nacional". O renascimento clássico, e depois a Arcádia, ao imitarem os antigos, "esqueceram-se" da nacionalidade e do seu tempo (43). Numa linha que tem como antecedentes Bouterwek, Sismondi e Herculano, e que mais tarde seria seguida por Oliveira Martins e Antero de Quental, define como principal causa da decadência a "causa moral", que consistiu na perda da "índole nacional", na transformação de um povo de guerreiros, por efeito da cobiça, num povo de

mercadores (44). Nesta lógica, exalta a grandeza de D. Sebastião, introduzindo a ideia de que *Os Lusíadas* eram o epitáfio glorioso da pátria, que se tornaria um *topos* discursivo em Oliveira Martins e Antero de Quental

"Camões no sepulchro em que via abysmar-se Portugal" [resolveu] "por para epitaphio o derradeiro cantico da patria."; "Os 'Luziadas' são neste sentido as Nénias da monarchia. É o hymno do passado, é a saudade da gloria, cantada sobre o cadaver da sua armadura antiga.

Era uso dos povos-soldados celebrar as virtudes do guerreiro morto sobre o seu ataude. Camões, limpando o pranto dos olhos, cumpriu com a patria a religião do tumulo. Quando veiu a jornada de Alcacer estava concluido o monumento: - Portugal já não morria todo." (1848: 152).

Outro ponto em que Rebelo da Silva revela claramente a sua adesão a uma memória tradicional traduz-se na sua "desculpabilização" de D. João V e dos Jesuítas, que a memória liberal culpava em particular pela decadência nacional. Segundo Rebelo da Silva, D. João V amava as artes, mas perante a decadência moral, "o seu longo reinado não viu nem a sombra sequer de um grande poeta." (1857: 150). Quanto aos Jesuítas, entende que não mereceram as acusações do Marquês e Pombal e que "hao de viver eternamente nas paginas da historia, porque ajudaram a causa dos progressos humanos, dilatando-os." (*id.*: 166).

A regeneração da literatura portuguesa iniciou-se, segundo Rebelo da Silva, com a Arcádia, cuja acção não foi profunda devido à decadência geral da sociedade (45). A "Última Arcádia" foi, no entanto, uma fase de transição, precursora da "regeneração" literária da "escola moderna", denominação que considera preferível a Romantismo (46). Rebelo da Silva é apologista, como referimos, do romantismo "conservador", de teor contra-revolucionário, apoiando-se no Chateaubriand que em 1800 fundou "os alicerces da escola do maravilhoso christão." (R. da Silva, 1905 [1877]: 153) (cf. III; IV.2).

À semelhança de Sismondi, entende que é nas épocas de crise e agitação social que a literatura prospera. Tal seria o caso da "escola moderna", fundada no seio dos conflitos da guerra civil, que promoveu "a restauração da poesia dos sentimentos e das crenças nacionaes" (47). Na época de transição da Arcádia para o Romantismo, para além de Bocage e de Filinto, situa ainda José Agostinho de Macedo, inserindo António F. de Castilho na "escola moderna", a par de Garrett e de Herculano (48).

Neste quadro histórico, o Romantismo aparece como um movimento regenerador da sociedade, pelo seu regresso à tradição nacional (49). Rebelo da Silva destaca, como Herculano, a acção pioneira de Garrett, e considera-o "o maior poeta, que teve Portugal, depois de Camões", garante como ele da nacionalidade (50). Aliás, ao narrar a introdução da "escola moderna" em Portugal socorre-se de um conjunto de imagens que bebeu em Garrett, em particular da área semântica da cavalaria (51). Depois, inclui a obra de Mendes Leal e dos poetas líricos da "geração nova" nesta "escola nacional", em contraponto com os que, desprezando os clássicos, se voltavam para a imitação dos franceses (52).

A. P. Lopes de Mendonça estabeleceu nos seus artigos de crítica literária uma perspectiva diacrónica da literatura portuguesa, mas é necessário distinguir, como referimos (cf. IV.2), o seu pensamento inicial, marcado pelo socialismo utópico, e a sua moderação posterior, sobretudo a partir das *Memórias*, sendo visível a sua aproximação às ideias de Herculano no estudo sobre "A Litteratura Portugueza nos seculos XVI e XVII" (1857). Estão aqui presentes, de modo global, as principais ideias de Herculano (que cita) acerca da fundação da nacionalidade, da Idade Média ("monarquia popular", acção positiva do cristianismo), e da decadência, embora Lopes de Mendonça empreenda uma valorização do Renascimento que não se encontra em Herculano.

Assim, afirma que a nacionalidade se constituiu após o demoronar da monarquia visigótico-leonesa, tendo-se a monarquia aliado com o povo (emancipado da escravidão), que passou a ter uma forte presença na vida política, através da organização municipal (Forais) e da participação nas cortes, no âmbito da unidade moral conferida pelo cristianismo (53). Em termos literários, refere a importância da poesia trovadoresca galaico-portuguesa e da poesia provençal e destaca o seu papel na "lucta entre o pensamento livre e o poder da Igreja", inspirando-se na interpretação de C. Fauriel, que cita. Entre nós, teria sido Gil Vicente quem deu expressão à luta pela liberdade popular (54). Mas, na sequência de Herculano, enfatiza a importância do cristianismo na sociedade medieval e considera o Mosteiro da Batalha como a nossa "Divina Comédia", "poema de pedra", traduzindo "o duplo aspecto, sob o qual se ergue a nossa nacionalidade, pelas crenças religiosas, e pela fé, pela glória, e pelos combates"; "é a lei viva da nacionalidade consubstanciando-se na monarquia popular, gerada na revolução, e firmando-se pela projecção heroica de uma vontade immensa." (1857: 6) (55).

Como Herculano, considera que a decadência (peninsular) foi uma consequência do absolutismo político e religioso (Inquisição e Jesuítas) (56), que desvirtuaram o equilíbrio das instituições medievais. Com a batalha de Aljubarrota e a eleição do mestre de Avis tinha-se dado "a revelação do sentimento nacional" e a revolução da monarquia moderna, "consagrada pelo direito social, e que seria o sublime prelúdio da realeza representativa e democrática, se o despotismo do Estado e da Igreja não viessem esmagar gérmenes tão fecundos, e adormecer-nos n' uma esteril servidão de tres seculos." (*id.*: 3).

Para Lopes de Mendonça, esta transformação e a expansão ultramarina estiveram na génese da perda da "índole nacional", transformando um povo de guerreiros cristãos em comerciantes e cortesãos, que a "febre do ouro" e a busca da riqueza fácil adormeceu, conduzindo ao abandono do trabalho. O que teria em última instância provocado a decadência foi o facto de após o desastre de Alcácer-Quibir ter desaparecido a "ideia" que animava a sociedade portuguesa (conquista e cristianização) (57).

Nota-se, no entanto, que nas *Memórias* reabilita a dinastia brigantina. Com efeito, se nos *Ensaio*s declarava que ela era incapaz e que tinha vendido o país (1849: 18-9), nas *Memórias* afirma que ela fora vítima do seu tempo e da degradação moral global, o que Oliveira Martins reiterará (58). Por outro lado, ao contrário de Herculano, e antecipando as ideias de Oliveira Martins e de Antero, valoriza a Renascença. Segundo Lopes de Mendonça, a Renascença teve início com a dinastia de Avis, que fundou "o pensamento da liberdade social - da soberania, como hoje o nosso seculo o comprehende, e o pretende realizar./A renascença parte d' ahi." (1857: 8-9). Considera-a por isso a época nacional por excelência, e exalta os Descobrimentos, pelo seu contributo para o renascimento da cultura europeia (59). Assim, apesar da posterior decadência, considera que não se deve deprimir a acção das descobertas:

"isso não pode apagar, na memoria da Europa, o que fomos e que nos devem." (*id.*: 9-10); "Não é Portugal somente, é a Peninsula inteira que se precipita na decadencia."; "A Peninsula geme debaixo das ruinas de uma civilização que se desmoronou. A industria extingue-se, a sciencia e as artes degeneram."; "A terra, devastada, tenebrosa e muda, atravessa um longo interregno de servidão que dura quasi dois seculos." (*id.*: 10).

De acordo com a memória histórica liberal, Lopes de Mendonça marca o início da decadência literária com D. João V, rei "fanático" e "pomposo", sob cujo reinado teria nascido uma literatura de "estufa", marcada pelo "estilo alambicado e tortuoso" de Góngora e pelos "Outeiros" (1855: 14-5). Contudo, não aprecia de modo totalmente positivo, como era habitual na memória liberal, o tempo de Pombal, em virtude do absolutismo político (*id.*: 16-17). Mas não deixa de elogiar a acção do Marquês de Pombal: "os Jesuitas cahiram, a instrucção principiou a secularisar-se, e os estudos reformaram-se". A Arcádia é valorizada como "uma segunda renascença classica" que restaurou as tradições do século XVI e purificou a poesia, apesar de lhe ter faltado inovação e originalidade (60).

À "Última Arcádia" (Filinto, Bocage, Agostinho de Macedo e Nicolau Tolentino) atribui o início da regeneração literária, que, diz Lopes de Mendonça, se desenvolveu no Romantismo (61) e com geração do *Trovador*. O Romantismo, antes associado por Lopes de Mendonça à Revolução francesa e ao socialismo utópico (62), aparece agora, como em Herculano, como uma continuação do esforço de emancipação social do "terceiro estado", que teve início na Idade Média (63).

O ideia da decadência acentuar-se-á na década de setenta, mas com contornos novos. Na sua tese de 1872 para o concurso ao Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, retomando uma grande parte das ideias de Herculano (64) e de Garrett acerca da Idade Média e da poesia popular, considera que a decadência literária nacional resultava sobretudo do triunfo do espírito clássico sobre o espírito popular (1872: 5), aliado à opressão monárquica e religiosa (Inquisição e Jesuítas). Porém, Teófilo coloca a ênfase na monarquia, de modo a defender a necessidade da substituição do regime monárquico-constitucional pela República.

José Maria de Andrade Ferreira subscreve as principais ideias de Teófilo Braga (65), sem o seu radicalismo político, enfatizando sobretudo a opressão religiosa (os Jesuítas e a Inquisição). No seu *Curso de Literatura Portuguesa* (1875), que deixou incompleto, quando falava do início da decadência, Andrade Ferreira divide em quatro períodos a literatura portuguesa até 1580, de modo idêntico a Freire de Carvalho (66). Na sequência da lição de Herculano, e não obstante considerar o reinado de D. Manuel I "a *edade de ouro da poesia e da lingua portugueza* " (1875:

314), não deixa de apontar a monarquia absoluta como causadora da decadência nacional e literária: "estabeleceu uma atmospherá de dependencia, e que abrangeu também a litteratura, e a tornou bajuladora e mesureira, e o influxo da eschola hispanhola, que d' esta vez se apoiou na erudição classica." (*id.*: 319). Depois da Restauração, como analisava num ensaio crítico de 1862, o "gongorismo" da "escola espanhola", que persistiu longo tempo, conduziu a literatura, numa "sociedade degenerada", à sua decadência total: "A litteratura dramatica tinha sido a fórmula de arte que havia traduzido todas estas vicissitudes; a sua decadencia chegára ao ultimo termo." (1872 [1862], II: 169). Assim, até D. João V, a degeneração aumentou sempre: "Deixámos de ser hespanhoes, mas ficámos *hespanholados* por bastante tempo." (*id.*: 171).

Antero e Oliveira Martins davam uma certa continuidade a Herculano, conciliando algumas das suas ideias com o socialismo utópico (na década de setenta). Porém, em sintonia com A. P. Lopes de Mendonça, valorizam a Renascença. Por isso, tanto Oliveira Martins como Antero concebem a Renascença como um momento de simultâneo apogeu e decadência da nação e da literatura nacional. Como Herculano e Lopes de Mendonça, consideram que a decadência resultou sobretudo da perda da "ideia nacional" (o heróismo). Vêm assim a decadência como um fenómeno pós-renascentista resultante da perversão do espírito nacional (o patriotismo) (67) que conduzira ao seu apogeu durante as descobertas:

"A nação, atacada d' este modo nos seus órgãos mais vitaes e na mesma alma, que podia produzir no mundo do espirito, da arte, da litteratura ? Á decadencia social e moral tinha necessariamente de corresponder a decadencia litteraria. Um desregramento doentio das imaginações privadas de ideal, depois um estreito classicismo e uma poetica de academias, succederam á livre e fecunda expansão do genio portuguez no mundo do sentimento e da phantasia. A idéa nacional levou comsigo para a cova o segredo das criações poeticas" (Quental, 1872: 31).

Assim, exceptuando a "Idade de Ouro" renascentista, Antero lança um anátema de alcance similar ao de Teófilo, que proclamava a falta de originalidade da literatura portuguesa (cf. V.2):

"Do seculo XVI ate hoje não produziu Portugal uma unica obra artistica ou litteraria verdadeiramente nacional. De vez em quando, n' alguns momentos excepçionaes, o genio d' alguns homens tem-se levantado como um protesto, e tem-se visto ainda uma ou outra obra viva. Mas essa inspiração é toda individual, não é nacional"; "não é

filha d' um sentimento commum e como que organico da sociedade portugueza. A decadencia nacional é o grande facto inexoravel da nossa historia, vai em tres seculos: a decadencia litteraria é uma forma d' ella, nada mais." (Quental, 1872: 31-2) (68).

Na sua conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Antero chegou a afirmar que esse heroísmo renascentista, que *Os Lusíadas* simbolizavam, foi uma das principais causas da decadência nacional:

"Ha dois seculos que os livros, as tradições e a memoria dos homens, andam cheios d' essa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalarám-nos com essas historias: ataca-as é quasi um sacrilegio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadencia." (1926 [1871]: 127) (69).

Porém, um ano depois, nas *Considerações*, em sintonia com Oliveira Martins, exalta o sentimento patriótico e nacional presente nos Descobrimentos como uma "religião civil", introduzindo uma apreciação positiva da expansão:

"Foi por essa religião que, durante tres seculos, nos erguemos no mundo, para realizar um sonho gigantesco e quasi sobre-humano: foi por ella tambem que cahimos exangues e desilludidos, porque a realidade faltou ao sonho, porque todo o sonho, com o seu idealismo, se exalta primeiro, perturba depois, transvia, endoudece aquelles que envolve nas suas nevoas phantasmaticamente luminosas, mas sempre enganadoras." (Quental, 1872: 27).

Assim, para além das "causas da decadência" de natureza "histórico-ideológica" até então sustentadas (o despotismo monárquico e religioso e a perda da independência), Antero enfatiza a "expansão desmedida" e Oliveira Martins a "causa moral", consequência daquela, introduzindo a ideia do simultâneo apogeu e decadência, com o argumento inédito de que a causa do esplendor (o patriotismo heróico) continha já em si os germens da futura decadência, na medida em que se baseava na violência e na injustiça (a intolerância religiosa e o despotismo político), degenerando esse sentimento nobre num "egoísmo sublime", numa patologia (num desregramento doentio da imaginação) "sebastianista", correspondendo a decadência ao degenerar desse "espírito nacional", que situa na fase da expansão oriental (coincidindo com a terceira causa da decadência proclamada por Antero).

À luz do "republicanismo clássico", Oliveira Martins via as descobertas como uma perversão de um modo de vida baseado no trabalho e na terra. Com a expansão, o reino despovoou-se, trocando-se a terra pelo mar e numa antiga nação de lavradores e de fiéis, a aventura tomou o lugar da crença e do trabalho (1891: 149). Se para Oliveira Martins coube a Portugal a missão de espalhar por outros continentes a hegemonia da raça indo-europeia, com vocação para dominar raças inferiores, o comércio marítimo criou uma outra realidade axiológica, que foi explorada pelo pragmatismo e utilitarismo capitalistas, incompatíveis com o temperamento místico e heróico dos povos peninsulares (70).

Antero partilhava esta concepção, como se pode ler nos seus comentários à obra de Oliveira Martins sobre *Os Lusíadas* :

"E n' essa mesma synthese comprehende-se tambem a sua decadencia: triplice decadencia, politica, moral, literaria. Como ? pela decadencia da idéa nacional. Com effeito, o patriotismo heroico do Portugal do seculo XVI continha em si mesmo os germens da propria dissolução. Era grande, mas não era justo: ora nada dura no mundo senão pela justiça." (1872: 30).

Nesta lógica histórica, os Descobrimentos, a Renascença e *Os Lusíadas* -e Camões- passam a estar imbuídos de uma ambivalência inescapável. Nas suas *Considerações*, Antero enquadra *Os Lusíadas* de acordo com o fatalismo de Oliveira Martins, vendo ao mesmo tempo na epopeia nacional a "bíblia de um povo" e o seu "epitáfio":

"Camões escreveu um poema que foi um epitaphio, porque a sociedade que cantou acabou com elle." (Martins, 1891: IX); "O poema ficou desde então gravado na alma nacional como o epitaphio da nação." (*id.*: 108).

Esta ideia foi, aliás, uma espécie de *topos* do discurso da história literária na segunda metade do século XIX (71). Oliveira Martins vai ao ponto de afirmar que o seu estudo de 1891, escrito pouco após o *Ultimatum*, era uma espécie de novo epitáfio da nação, estabelecendo um paralelismo histórico-simbólico com a época de Camões: "desgraçadamente os tempos se repetem, e estes fins do seculo XIX se parecem com o acabar soturno do nosso seculo de ouro." (*id.*: VI) (72). Nesta revisão de 1891, Oliveira Martins altera substancialmente o seu diagnóstico da decadência, que recebera da famosa conferência anterior de 1871, na medida em que deixa

de incluir a monarquia absoluta nas causas da decadência, o que então se compaginava com as suas posições "cesaristas" (73).

Por seu turno, Pinheiro Chagas, opositor de Teófilo no concurso de 1872 com a tese "O Desenvolvimento da Literatura Portuguesa" (1872) (cf. V.1), manifestava uma forte afinidade com as causas da decadência de Antero e com o "fatalismo" de Oliveira Martins:

"a decadencia da nossa litteratura foi devida a tres causas deprimentes: o despotismo monarchico e centralizador, que imperou em todas as raças néo-latinas, o despotismo religioso (...) e a perda da nossa nacionalidade, devida a fataes circunstancias historicas." (Chagas, 1872: 47) (74).

Num segundo momento do seu percurso, Teófilo Braga, não obstante os aspectos em que convergia com os seus adversários, não deixa de responder dialogicamente a Antero e a Oliveira Martins ao afirmar que Camões escreveu "os Lusíadas, não como epitaphio de um povo", "mas como a reclamação do logar que a Portugal competia na marcha triumphal da Humanidade" (Braga, 1891: 84), como um *protesto* perante a decadência (*id.*: 60) (75).

Embora por motivos opostos, o diagnóstico dos contendores de 1872 viria a coincidir em torno da decadência histórica e literária (histórico-literária) pós-renascentista. Para Teófilo, na sequência de Herculano e Garrett, ela devia-se ao triunfo do espírito clássico sobre o espírito popular, mas para Antero e Oliveira Martins, que também se inspiravam em Herculano, a causa era sobretudo moral, devido à perversão do "espírito nacional" (do patriotismo) que conduzira ao seu apogeu durante as descobertas. Tratava-se, aliás, de um apogeu aparente, segundo Herculano: "O seculo decimo sexto nada mais fez que aproveitar a herança da idade média." (1881 [1842]: 138).

Se Teófilo elogiou a ideia anterior (recebida de Oliveira Martins) do patriotismo presente n' *Os Lusíadas*, que classifica como uma "luminosa síntese" (Braga, 1907: 121-3), não concorda com a noção de que esse sentimento tenha sido a "causa moral" da decadência: "causa uma deploravel surpresa vêr como Anthero de Quental attribue as energias de Portugal no seculo XVI aos factos que determinaram-lhe a rapida e immediata decadencia !" (*id.*: 123-4) (76).

Apesar de manter as causas da decadência fixadas por Antero e de recusar a causa moral, o discurso de Teófilo acusa, de modo indirecto, a sua influência, ao afirmar, por exemplo, que no

século XVI "causas complexas atacaram profundamente a **vida moral** da sociedade portuguesa" (1891: 87; destaque nosso), e que "todo este vigor nacional foi atacado e extinguiu-se breve, como um organismo robusto minado por um cancro"; "a coesão pelo sentimento nacional desapareceu diante do influxo pedagogico dos Jesuitas" (1911: 599). Se descontarmos as suas explicações "científicas" (v.g., para a "loucura" de D. Manuel), as ideias de Teófilo aproximam-se das dos seus adversários ao conferir à "causa moral" daqueles um papel central, com a diferença importante de a encarar como consequência ou efeito das causas gerais da decadência, como quando refere que "Os vinculos da nacionalidade afrouxaram-se pela desmembração colonial em uma vastidão geographica assombrosa" (1891: 87), conduzindo à perda da independência (77). Ainda assim, para Teófilo, a grandeza do século XVI e de Camões existiu "apesar" da decadência:

"Camões nasce em uma época em que a decadencia de Portugal se dourava com os restos de uma apparatusa grandeza, e quando na Europa prevalecia a dictadura monarchico-catholica sobre o espirito livre da Renascença." (1907: VIII); "o seu ideal artistico illumina-se ao clarão da Renascença que ainda doira a decadencia para que avança a nacionalidade que o inspirou." (*id.*: 135-6) (78).

Deste modo, para além das "causas da decadência" de natureza "histórico-ideológica" fixadas por Herculano e Antero (o despotismo monárquico e religioso, a par da expansão desmedida), consolidou-se no discurso histórico a "causa moral", que Oliveira Martins paradigmaticizou na ideia do simultâneo apogeu e decadência (79).

5.1. O "Gongorismo": assincronia e "reabilitação"

A divisão em duas grandes fases da história da literatura portuguesa, à semelhança da história de Portugal, aparece em praticamente todos os autores, embora desde o início se admita que o paralelismo entre a história política e literária não foi simétrico, como se observa em

particular nos historiadores estrangeiros da literatura portuguesa, como Bouterwek (que Garrett segue no *Bosquejo*) e Denis (em quem Borges de Figueiredo se "inspira"), que defendem que após a perda da independência a decadência literária não foi imediata, nem total.

Bouterwek, para corroborar esta ideia de que a principal causa da decadência não foi o domínio espanhol, argumenta que os portugueses já usavam a língua castelhana antes de 1580 e continuaram a usá-la ao longo do século XVII (1823, II: 51). Por outro lado, conclui que se o final da dominação filipina permitiu reavivar na poesia o "velho espírito patriótico" dos portugueses, esse facto não lhe teria trazido grandes ganhos: "A species of mythological tales in the romantic form, but very dull and frigid, obtained some favour." (*id.*: 302). A apreciação que Bouterwek faz do "gongorismo" é negativa (*id.*: 304-8) e resulta sobretudo da sua concepção clássica da escrita, apesar de valorizar em termos temáticos o romântico, que define como a fidelidade às tradições nacionais medievais (cavalaria e cristianismo).

Se Bouterwek, Denis, Borges de Figueiredo e Freire de Carvalho protelam a decadência para finais do século XVI ou mesmo para o primeiro quartel do século XVII, resgatando a poesia épica e alguns autores do anátema da decadência, ao afirmarem a assincronia da decadência política e literária, nem por isso valorizam o "gongorismo". No entanto, esta perspectiva começa a alterar-se a partir de Herculano, podendo constatar-se que a valorização do "gongorismo" é um forte sintoma da emergência do pensamento romântico, na medida em que resulta da depreciação da Renascença clássica. Herculano passa a considerar o "gongorismo" como uma reacção ao domínio clássico do renascimento e como uma tentativa de restauração da "nacionalidade literária" (cf. V). Como sublinha J. Prado Coelho, na medida em que "o que vem depois ilumina, confere um sentido diferente, mais exacto, ao que veio antes", o que Bergson designa "o movimento retrógrado do verdadeiro" (s/d.: 34), o conceito de barroco "tornou-se possível mediante as experiências do Romantismo e desse Romantismo mais íntimo, mais extremista, que se chamou o Simbolismo." (*id.*: 35) (80).

Não obstante este pioneirismo de Herculano, verdadeiramente revolucionária foi a revisão interpretativa operada por José Maria da Costa e Silva, que se inspirou nele. No seu *Ensaio Biographico-Critico* (1850-5) exalta Góngora e o seu estilo poético ("gongorismo ou culteranismo") porque "produziu uma revolução completa na litteratura de quasi todas as nações

da Europa" (1850: 14), à semelhança, afirma, da "poesia nova" (refere-se ao Romantismo), que os "entendidos" saberiam não ser "mais que o resurgimento da escola de Gongora, menos na perfeição do metro." (*ibid.*). Pelo facto de os princípios poéticos serem outros, considera "que é tempo de julgar esses poetas, fazer justiça ao mérito." (1855, t. X: 374). Considera mesmo naturais os excessos "gongoristas", pois os exageros eram inerentes aos processos revolucionários e de inovação, sendo sobretudo praticados sobretudo pelos imitadores e não pelos mestres (81). Por tudo isto, considera que também os "gongoristas" foram vítimas da época em que viveram, e em particular da influência negativa do ensino dos Jesuítas (82).

Deste modo, Costa e Silva valoriza a "escola espanhola" (de 1580 a D. João V) do ponto de vista literário (83), considerando que operou uma modernização da linguagem poética face ao estilo clássico, porque no seu tempo a poesia peninsular "presentava-se debil, mas simplesmente vestida, marchando com dificuldade, apoiada nas andadeiras da imitação da antiguidade, e sem ousar sahir do circulo do Petrarchismo, e do Bucolismo. Tinha pouca imaginação, e menos variedade; seu estylo era pesado, demasiado singello". Góngora, que qualifica como poeta de génio e de imaginação ardente, "conheceu este defeito, e quiz remedia-lo, dando á poesia da sua patria um estylo novo, e um colorido um tanto oriental", fundando uma escola poética nova (1850: 11). Sem deixar de criticar os excessos de Góngora, Costa e Silva elogia a "escola espanhola" pelos "importantes progressos" que proporcionou à Poesia:

"Foram os seiscentistas quem nella introduziu idéas, sentimentos, assumptos, e costumes modernos; quem deu mais variedade ás materias, mais rapidez, e colorido ao estylo; quem depurou, e separou o dialecto poetico do prosaico seguindo o caminho de Camões; quem aperfeiçoou a versificação, tornando-a mais sonora, e mais corrente" (*id.*: 12; cf. 1854, t. VII: 10).

Mas Costa e Silva vai mais longe ao defender, na conclusão do último tomo do *Ensaio*, a primazia da "escola espanhola" sobre as outras quatro escolas poéticas (cf. IV.3.1): "De todas as escolas poeticas, que até agora tem dominado em Portugal, a mais abundante de talentos, e grandes engenhos tem sido a Espanhola." (1855: 371).

É similar a argumentação de Álvaro Rodrigues de Azevedo no seu *Esboço Crítico-Litterario*, que destaca a independência e novidade literária do "gongorismo" e justifica os seus

exageros como próprios dos movimentos iniciadores e como consequência da opressão (monárquica e religiosa) da época, salientando o facto de ter preparado as inovações dos séculos seguintes (84). Por outro lado, apoiando-se em Bouterwek e em Garrett, defende a unidade das literaturas peninsulares e o federalismo ibérico: "a logica dos acontecimentos mostrou, pelo *commum ludibrio* das duas nações da Peninsula, que o futuro de ambas está nas suas autonomias, fortalecidas por uma sincera aliança." (1866: 107) (85). No entanto, sublinha que a sua dedução excedia as premissas de Bouterwek:

"*Bouterwek* não tirou expressamente estes corollarios da sua narrativa e critica", [mas] "disse o preciso para qualquer se convencer de as linguas e litteraturas portugueza e castelhana, havendo nascido da mesma progenie, dormido no mesmo berço, foram *identicas* nos seus principios, isto é, na *idade-média*, *analogas* no periodo *classico*; *quasi confundidas* na *commum decadencia* do periodo *gongorico*; *quasi simultaneas*, por igual fórma, na ressurreição de ambas á voz potente, mas extranha, do genio *francez*." (*id.*: 99).

Note-se que esta ideia da geminação da literatura portuguesa e castelhana em termos diacrónicos permitia evitar o anátema lançado sobre a "escola espanhola", na medida em que ambas as literaturas teriam sido vítimas da mesma opressão monárquica e religiosa (86).

Luciano Cordeiro, que foi aluno de Rodrigues de Azevedo, usa os argumentos deste e os de Costa e Silva ao exaltar a originalidade de Góngora e da "escola espanhola", criticando a ideia de que a ocupação espanhola tivesse sido uma das causas da decadência, até porque os espanhóis também foram vítimas da opressão monárquico-religiosa e sofreram idêntica depressão moral e económica (1869: 153). Por isso, ataca a ideia de que a dominação castelhana teria conduzido à perda do "espírito nacional", que no seu entender revelava "profunda ignorancia e desbragado falseamento da historia e da critica" (*id.*: 152-3). Luciano Cordeiro introduz deste modo uma explicação de natureza histórica, típica do discurso do federalismo republicano, segundo a qual Castela não teria propriamente invadido Portugal, tendo a ocupação resultado da desmoralização e corrupção da nação, que, sem força de vontade, não resistiu aos ocupantes, tendo esse estado geral sido provocado pela monarquia absoluta. A dinastia de Bragança passa assim a estar no centro das causas da decadência, o que era um tópico do discurso republicano da época, de modo particular em Teófilo Braga. Neste contexto, Góngora é elogiado à luz da depressão moral da

época e face ao classicismo: "O *classicismo* isolára a litteratura, do povo. Esta deixara de ser o espelho do sentir e pensar colectivo, e tornára-se producto de convencional escolastica." (*id.*: 156). Luciano Cordeiro sublinha a libertação literária aportada pelos seiscentistas e, seguindo a lição de Herculano, conclui que o inêxito desta revolução resultou do facto de eles estarem muito adiantados em relação à sua época, na medida em que pensa que toda a evolução artística é produzida pela colectividade. Neste caso, o seiscentismo antecipara-se "á evolução da ideia colectiva e do facto social, que é quem produz a evolução artistica." (*id.*: 157). Por outro lado, a "escola espanhola", oprimida, perdeu a originalidade e caiu nos exageros e subtilezas que tantas críticas suscitaram (87).

Com Herculano, Costa e Silva, Rodrigues de Azevedo e Luciano Cordeiro torna-se assim evidente uma radical alteração de perspectiva na apreciação do "gongorismo", que alcança um estatuto positivo no discurso da história literária em Portugal. Em termos gerais, esta inflexão resulta do próprio discurso histórico aplicado à literatura, uma vez que o que conduz a esta alquimia é a comparação retrospectiva com a acção romântica em relação ao classicismo, passando a apreciar-se a "originalidade" do "gongorismo". Os seus excessos são também desculpados por argumentos históricos, ora por se entender que estavam adiantados em relação ao seu tempo, ora por se defender que foram vítimas da sociedade opressiva em que viveram. Estes são, aliás, *clichés* que se aplicaram com frequência a Bocage, Gil Vicente e Camões, entre outros.

A reabilitação que Camilo opera do "gongorismo" traz algumas novidades. Com Camilo Castelo Branco veremos serem questionados os próprios critérios da periodologia da história literária, em nome, entre outros aspectos, da relatividade do gosto e dos princípios, ou seja, em nome da historicidade do fenómeno literário. Na sua continuação do *Curso* de Andrade Ferreira, que não passou de 1580, Camilo Castelo Branco (1876), divide em duas épocas a história da literatura portuguesa posterior: uma de 1580 a 1700 e a outra abrangendo todo o século XVIII, marcado pelas arcádias e academias, incluindo os "poetas do Brasil". Em jeito de conclusão, Camilo faz uma rápida referência ao Romantismo, que consistiria na "Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional" (1986 [1876]: 243-7).

Não deixa de ser algo arbitrária em termos histórico-políticos a periodologia camiliana, que intencional e explicitamente se desvia da metodologia tradicional, em oposição directa com o seu antecessor no *Curso* e com as proclamadas "causas da decadência":

"Os diversos historiadores demarcaram a seu arbítrio os períodos em que as letras se manifestaram com diversa feição, quer progressiva, quer decadente. Alguns, abrindo profunda barreira entre as quadras literárias, estremaram os períodos em idade de ouro e de ferro, como se depois do luminoso século XVI, desde o fim do reinado de D. João III até D. João V, não tivéssemos literatura digna de história e de estudo."; "Dessas imaginárias trevas, que enoçaram a literatura nacional desde 1580 até 1720, responsabilizaram primeiro D. João III, depois o jugo de Castela, e conjuntamente os jesuítas." (*id.*: 9).

Por um lado, Camilo mostra-se crítico do modelo cíclico, centrado no paradigma clássico do Renascimento. Por outro lado, procede à revisão das causas da decadência. Quanto a D. João III, desculpabiliza-o à luz da Contra-Reforma epocal. Em relação aos Jesuítas, procura desmistificar os pretensos malefícios do "método alvarístico", que Francisco José Freire enfatizou, e os pretensos benefícios que a Reforma teria proporcionado, e que no entender de Camilo eram encarecidos de modo exagerado: "O alarde que faz a Reforma, dando-se como berço do renascimento das letras, é pretensão insustentável." (*id.*: 18). Mas o que Camilo revê de modo mais original é a ideia segundo a qual a ocupação filipina teria "abatido" a literatura portuguesa: "Esta arguição poderia vingar se as ciências em Espanha, no século XVII, se avantajassem às nossas." (*id.*: 19). Por outro lado, continua, a produção literária portuguesa aumentou durante a ocupação, o que entrava em contradição com a propalada decadência. Desse modo, rebate essa "causa" da decadência como um modo desnecessário de "crítica patriótica": "O sensato amor à independência não carece de arvorar a calúnia como bandeira de patriotismo." (*id.*: 20).

Do ponto de vista literário, considera absurdo que se atribua ao domínio espanhol a "decadência literária", na medida em que "As duas literaturas peninsulares, desde o século XV, nunca mais tiveram vitalidade espontânea, sua e independente; obedeciam simultâneas a um impulso externo. A escola clássica, tanto em Castela como em Portugal, envelheceu ao mesmo tempo; e era já o ponto de cair, quando deixámos de ser nação." (*id.*: 27). Por outro lado, desacredita o paralelismo político-literário que tradicionalmente cindia a literatura portuguesa num momento pré-filipino e pós-filipino, insistindo na ideia de que "**A evolução política nada**

teve comum com a decadência das letras, nem o desprimor dos produtos literários de Portugal foi tão rápido que se possa imputar à súbita absorção da nossa independência. Desde 1580 em diante continuámos a ser espanhóis em literatura como o havíamos sido desde a escola galega, através da italiana, até ao gongorismo do século XVII." (*id.*: 28; destaque nosso). É nesta perspectiva que encontramos em Camilo um extenso período literário, de 1580 a 1700, avaliado positivamente com base na relatividade epocal do gosto, rejeitando assim que se possa falar do gongorismo como corrupção do bom gosto (88).

Se bem que Teófilo nunca alterasse a sua visão negativa sobre o teatro do século XVII, é preciso ter em conta que foi mudando a sua apreciação dos seiscentistas ao longo da sua obra. Numa primeira fase, destaca o facto de ser uma reacção ao classicismo e o seu espírito satírico, mas critica-lhe a inorganicidade (1870: 76-7), ou seja, o facto de se afastar da tradição nacional e de separar a literatura do contacto popular, de que culpa o "espírito do século", degenerado pela Contra-Reforma, pela acção dos Jesuítas e da Inquisição, e pela dominação político-literária da Espanha (1875: 341-2). Depois, numa fase intermédia do seu percurso, enfatiza a unidade da civilização ibérica, sujeita às mesmas causas decadentistas, comuns à Europa e ao gosto do século, marcado pela erudição e pelo academismo, mas louva as liberdades de elocução poética dos seiscentistas como um esforço de renovação, embora desordenada e incompreendida (89). Numa fase final, desde 1902, estrutura a história da literatura portuguesa com base na oposição entre o *lusismo* e o *castelhanismo*. A principal culpada pela decadência passa a ser a ambição imperial da monarquia, pois a perda da independência resultaria da anterior busca de unificação peninsular, através dos casamentos reais. Nesta óptica, Teófilo acentua que a decadência aumentou após a Restauração, que teria resultado do equilíbrio de forças das potências europeias (90). Assim, a ambição monárquica ocupa um lugar central na sua definição das causas político-religiosas da decadência, na medida em considera que o absolutismo, a Inquisição e o ensino dos Jesuítas estavam ao serviço da dinastia de Bragança e dos seus anseios imperiais:

"A decadencia de Portugal desde os momentos mais apparatusos das glorias do principio do seculo XVI está implicita n' este processo lento de apagamento do *lusismo*, e consequente predominio do *iberismo* nas suas duas fôrmas a realeza absoluta ou imperialista, e o catholicismo sanguinario, cooperando simultaneamente para a incorporação de Portugal na unidade hespanhola." (1905: 190-1) (91).

É à luz desta nova interpretação étnico-cultural (o "lusismo") que Teófilo exalta o seiscentismo como um fenómeno de resistência cultural à "desnacionalização" promovida pelo *iberismo*. No terceiro volume da *Recapitulação* -"Os Seiscentistas" (1916)- declara que o principal mérito dos escritores do século XVII consistiu no facto de terem vencido o "castelhanismo" no plano cultural (92). Por outro lado, afirma que muitos seiscentistas escaparam ao "culteranismo", que Teófilo considera uma forma de infiltração do "castelhanismo" (93).

Teófilo exalta assim os quinhentistas e os seiscentistas pela sua resistência ao castelhanismo. Na época da ocupação filipina, as "qualidades e caracteres do *Lusismo*, tornaram toda a união incoerente, indomável" (1916: 673). Mas, em contrapartida, o período pós-restauração é condenado, e em particular a acção da dinastia dos Braganças, que teria posto o "sentimento de família" e os seus interesses particulares acima do "sentimento nacional" e dos interesses da nação (94). Deste modo, Teófilo reabilita o Seiscentismo pela reinterpretação das razões pelas quais o condenava anteriormente.

5.2. Uma genealogia romântica: retroactividade e redenção

Esta requalificação do "gongorismo" implicou, como efeito retroactivo, uma desvalorização do "neoclassicismo", tradicionalmente considerado uma época de "restauração" (face aos desvarios do "gongorismo"), e que agora é depreciado à luz do critério romântico da originalidade nacional, numa revisão histórica que permitiu ainda a instauração da ideia da existência de uma época pré-romântica (95). O Romantismo estabelecia assim uma genealogia própria (Idade Média, "gongorismo", "pré-romantismo), em oposição assimétrica à genealogia clássica (Renascença, Arcádia), aparecendo o movimento romântico como a "Renascença" da

Idade Média. A história da literatura portuguesa resumia-se deste modo a um confronto entre a tradição clássica e as tradições nacionais, numa projecção do presente (romantismo vs. classicismo) sobre o passado.

Herculano, no *Repositório Literário*, apresenta uma avaliação desfavorável da época arcádica, não obstante a considerar então uma reacção positiva aos excessos "gongoristas". Porém, critica-a, na medida em que considera que pela sua submissão obediente à autoridade dos antigos "contribuiu muito para a posterior decadencia." (1898 [1834]: 5). O diagnóstico negativo mantém-se cinco anos depois n' *O Panorama*, afirmando Herculano que se o movimento arcádico pôs termo aos "desvarios linguisticos do seculo 17º, matou tambem a nacionalidade e a vida intima da poesia" (96). A Arcádia, como dirá depois, era um anacronismo, como a monarquia de Pombal: derrubou "a poesia seiscentista" e depois "dogmatizou e morreu (...) d' inanição" (1898 [1842]: 215). Diferente é a sua apreciação da "Última Arcádia", que considera precursora do Romantismo. Bocage, ao tornar a poesia popular e Filinto Elísio, "completando pela nacionalidade o plebeismo da arte", estão na origem da revolução artística que teve em *D. Branca e Camões* o sinal da revolta (*id.*: 220).

Garrett, que no início sobrevalorizava os árcades, viria a destacar a sua insuficiência: "Fallou portuguez e fallou bem, cantou alto e sublime a nossa poesia; mas ainda não era portugueza." (1851: XII). Assim, a nacionalização que faltava só emergiu no século XIX, tornando-se então a literatura "mais natural e mais nacional", e menos imitativa (97).

Para A. P. Lopes de Mendonça, se a Arcádia "purificou" a literatura face ao "gongorismo que pervertera as letras" (1855: 210-1), nem por isso deixa de ser censurável: "As Arcadias eram menos templos, do que hospitaes das letras." (*id.*: 51). É à "Última Arcádia" (Bocage, Filinto, Agostinho de Macedo e Nicolau Tolentino) que atribui o início da regeneração literária do Romantismo e da geração do *Trovador* (98).

J. M. de Andrade Ferreira destaca que a Arcádia se cifrou na "literatura mitológica" e na imitação dos antigos e que o Conde da Ericeira, para "fugir da eschola exagerada que combatia" caiu noutra excessão, a imitação da "escola francesa" (1872 [1862], II: 171) (99), pelo que a literatura continuou presa à imitação. Com a Arcádia Lusitana, afirma, "despontam os primeiros vislumbres da restauração da litteratura." (*id.*: 174).

L. A. Rebelo da Silva, que, como observámos, destaca o papel inovador da "Última Arcádia", afirma mesmo que a regeneração dos árcades foi um retrocesso, porque se voltaram para os modelos clássicos e não ousaram inovar e democratizar a literatura:

"Mas o seu defeito principal na execução consistiu em se preocuparem de mais com a fidalguia das letras, tratando sobranceiramente quanto se não aferia pelos typos dos seculos de Augusto e de Luiz XIV"; "os traslados que buscaram foram puramente classicos, desviando-se com escupulo mais do que austero de qualquer reflexo das novidades que na Inglaterra, na Allemanha e em França começavam a despontar." (100).

Camilo, por seu lado, deprecia a Arcádia ao afirmar que "ao cabo de quinze anos de intermitente exercício, tornara-se desvaliosa e inútil."; "A luz que radiara o novo dia das letras precursoras do século XIX decerto não saiu das academias" (1986 [1876]: 168-9).

As mesmas críticas de falta de nacionalidade, imitação dos clássicos e falta de inovação são formuladas por Tomás Ribeiro no elogio histórico a A. F. de Castilho:

"A Arcadia veiu remir os captivos, dar dignidade ás letras; mas, como todas as reacções vencedoras, caiu no exagero opposto. Se os primeiros andavam terra a terra [jograis], os da Arcadia não se contentaram em endireitar-se e aprumar-se; avolumaram-se uns, insuflados de vaidade, tentaram outros voar; poucos porém o conseguiram.

Esta escola tinha para nós um defeito capital; não era portugueza; grega e latina parecia, e como não era nossa, era affectada." (1879 [1877]: 8).

Como os outros críticos, exceptua, por razões idênticas, as obras de Filinto, Bocage e Nicolau Tolentino.

A construção do discurso da história literária pelos românticos implicou assim a narração da instituição de uma "tradição nacional" que remontaria à idade da constituição das nacionalidades. A construção desta genealogia implicou a "redenção" de uma Idade Média idealizada (embora com linhas divergentes) que a Renascença clássica teria oprimido. Qual "Angelus Novus" benjaminiano, o historiador romântico procura redimir messianicamente o *Volksgeist* originário e fundador da nação. Trata-se, em suma, da mesma missão que W. Benjamin atribui ao materialismo histórico, retomando a "história crítica" de Nietzsche (1976 [1874]). O historiador, segundo W. Benjamin, munido de uma força retroactiva, deve "escovar a História a contrapelo" para proceder à redenção revolucionária do passado reprimido e das suas

oportunidades perdidas (dos vencidos), convicto de que o passado é sempre uma imagem do presente e que os nexos causais dos eventos se estabelecem postumamente (1969 [1950]: 253-7; 262-3).

A história literária romântica surge assim como uma "revisão" interpretativa do passado mediante a selecção e ordenação dos fenómenos em que o *Volksgeist* se teria revelado. Como sublinha A. Danto, o historiador conhece o "futuro do passado", o que lhe permite saber as causas/efeitos e a explicação do que para os contemporâneos era desconhecido, destacando no passado o que o "futuro do passado" lhe mostrou ser relevante (1985: 349-51), em função da sua *Weltanschauung* (101). A dimensão interpretativa da narratividade consiste, segundo Arthur Danto, no facto de a "frase narrativa" incluir uma sequência de factos. E é nessa relação estabelecida entre eles que se criam as significações, numa espécie de efeito retroactivo, na medida em que o vem depois se projecta sobre os seus precedentes, numa lógica de causa/efeito ou como efeito de contiguidade (*post hoc, propter hoc*).

Na história literária, este processo evidencia-se na selecção dos textos e dos autores, na organização com que são agrupados entre si e em relação à sucessão diacrónica que em seu torno se estabelece, definindo-se assim as épocas literárias e a sua conexão. A inter-relação do passado e do presente produz alterações retrospectivas, conduzindo a um permanente realinhamento retroactivo do passado. No discurso da história literária este processo conduz à emergência de múltiplos conceitos de relação, marcados pela precedência, que conduz a noções claramente *a posteriori*, como dizer que num dado momento algo começava, que certos factos antecipam, provocam ou suscitam outros, como na noção de pré-romantismo, cuja "descoberta" resulta da própria emergência do romantismo e dos conceitos que identificam o romântico (102). Mas a Idade Média dos iluministas é distinta da dos românticos. Estas representações distintas do passado "was exactly a function of the differences between the Enlightenment and Romanticism." (Danto, 1985: 327). Podem ainda referir-se os diferentes modos de idealização da Idade Média na época romântica, suportados por construções histórico-literárias divergentes (cf. IV.2).

O discurso histórico, e por consequência o discurso da história literária, aparece deste modo condicionado pelo presente da sua procedência, é um discurso "situado" e localizado (cf. I.2):

"A história é filha do seu tempo." (F. Braudel); "Toda a verdadeira história é história contemporânea" (Croce) (cf. Mendes, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 161); "cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado, do histórico"; "a historiografia surge como consequência de todas as leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões." (Le Goff, 1984: 164-5) (103).

A história é uma forma de interpretar o presente, de buscar a ordem no caos (Mattoso, 1988: 15-30). Por isso, cada construção histórica é incessantemente posta em causa (104). De certo modo, como observa Danto, o passado mantém-se aberto devido às descrições dele feitas no presente, em função da visão do mundo e das crenças de uma época: "So life is open to constant re-interpretation and assessment." (1985: 341) (105).

Notas

V.5.

(1)- É essa também a convicção de Margarida Vieira Mendes a propósito do termo e do conceito de Barroco: "Of all the concepts invented to describe and understand literary orders or periods, that of the baroque is no doubt the most fantastical. The notion, forged in the twentieth rather than in the seventeenth century, is both illegitimate in the field of literature, and overcharged with controversial meaning, or simply overused. Perhaps it would be more salutary for literary criticism to eliminate this epithet altogether, which is as short on precision as it is long on phantasy, and to deal directly with the literary production of the time. The truth remains, however, that without the baroque as a guiding notion we would be without glasses to see, without an image, without a form, without a whole. (...) To ban the concept would bring no benefit to history or to criticism, but to define it as an autonomous entity would be a waste of time." (1999: 58).

(2)- Por um lado, afirma Perkins, são necessários porque não se pode escrever história literária sem periodização, mesmo que seja para negar a sua unidade e fazer ver a particularidade, a diferença local, a heterogeneidade, a flutuação e a descontinuidade. Esta questionação pós-moderna da unidade baseia-se, segundo Perkins, na historiografia dos *Annales*, em Lévi-Strauss e na genealogia de Foucault (com a sua polémica contra as totalizações), na teoria da recepção, e apoia-se no argumento da hermenêutica segundo o qual os períodos do passado são construídos a partir da perspectiva presente (muitas vezes elaboradas pelos protagonistas ou pelos seus adversários) e mudam temporalmente. Por outro lado, a *Ideologiekritik* enfatiza que as classificações servem os interesses ideológicos, e o pensamento pós-moderno e desconstrutivo enfatiza a diferença local e da indecibilidade interpretativa. A estas objecções, acrescenta Perkins as reservas idealistas de Croce e Dilthey (Perkins, 1992: 65; cf. 112-9).

(3)- Para René Wellek, numa definição de aceitação duradoura, "Um período é, assim, uma secção de tempo dominada por um sistema de normas, convenções e padrões literários, cuja introdução, difusão, diversificação, integração e desaparecimento podem ser seguidos por nós." (s/d: 331).

(4)- Béatrice Rainelli, numa análise da periodização dos manuais de História da Literatura Francesa de 1838 a 1938, detecta a utilização de cinco tipos de ordenação diacrónica, usados de modo único ou combinado, em que predomina o agrupamento por séculos, de modo global ou com subdivisões internas, tendo normalmente por critério a história geral (política e cultural) (Rainelli, 1997).

O fenómeno literário (na acepção ampla ou restrita) é assim encaixado numa estrutura cronológica devedora da história geral, o que conduz, como observa Óscar Tacca, a uma aporia insolúvel: "los períodos deben establecerse con referencia a esquemas que los desbordan y les dan sentido, pero tales esquemas no pueden extraerse sino de los diferentes períodos" (1968: 100). A *mise en abîme* desta organização global em que o estético encaixa no histórico

dá-se a nível do estudo dos autores e das obras individuais, pois só podem ser incluídos numa época por aproximação estética (sincrónica) com outros autores (em termos de escola ou de dominantes estilísticas, de género, etc.), a qual, por sua vez, só faz sentido pela contraposição diacrónica com a própria evolução estética dos fenómenos literários (*id.*: 104).

Assim, a literatura é integrada nas várias épocas históricas (períodos e gerações) e ao mesmo tempo é delimitada por uma organização sistemática ou conceptual, de raiz estética (por géneros ou por escolas).

(5)- Porque o manuscrito do *Cancioneiro da Ajuda* estava adscrito ao *Nobiliário* do Conde de Barcelos (D. Pedro), Teófilo considera-o um complemento daquele e afirma que pretende "historiar esta epocha brilhante do desenvolvimento da nossa sociedade e da poesia, que mutuamente se influenciaram e que ainda hoje se explicam uma á outra." (1878: XL).

O exagero do critério cronológico é evidente nalguns pontos: "Garrett não nascera impunemente em 1799, dentro ainda do século XVIII; herdou fatalmente a *sensiblerie* idyllica, e só conseguiu uma vez sacudil-a com um impeto natural no *Frei Luiz de Souza*." (Braga, 1873a: 229).

(6)- 1941: 114. Cf. IV.2, n. 74.

(7)- Na Idade Média, por exemplo, quando tentou correlacionar as classes sociais e os géneros literários, falhou, "despreocupado como se mostra do específico character dos phenomenos litterarios" (*id.*: 145; cf. 149 e 152-4).

E no entanto, como sublinha Jacinto de Prado Coelho, a autonomização defendida por F. Figueiredo não é uma tarefa de fácil resolução:

"As indecisões quanto à divisão da Literatura em 'espaços' cronológicos denuncia, por seu lado, quão difícil tem sido, na mente dos historiadores, a emancipação da Literatura como realidade estética. Recorreu-se primeiro à História Política, do modo, às vezes, mais disparatado; buscou-se depois apoio na História da Cultura; e ainda hoje, no que diz respeito à Literatura Portuguesa, os limites entre certas épocas continuam extremamente vagos." (s/d [1952]: 39-40).

(8)- De certo modo, a memória de Fr. Fortunato de S. Boaventura sobre o "começo, progressos, e decadencia da Litteratura grega em Portugal" funciona um pouco como sinédoque da literatura portuguesa, na medida em que o estudo do Grego floresce na "epoca mais brilhante da nossa Litteratura" (1823: 10) e entra em decadência aquando da perda da nacionalidade, "quando vio sumir-se com a sua gloria militar a gloria litteraria", que em conjunto com causas que não especifica "fizerão murchar a frondosa arvore dos bons estudos, e que despedindo mortaes golpes sobre huma das suas raizes, por bem pouco os não fizeram desaparecer deste Reino." (*id.*: 33).

O mesmo se pode dizer da sua memória sobre "o começo, progressos e decadencia da litteratura Hebraica entre os Portugueses" (1825).

(9)- Segundo Fernando Venâncio, Agostinho Mendonça Falcão, na *Crónica Literária*, traça uma história da língua portuguesa, a que atribui uma "infância" (tempo de rudez e aspereza), uma fase de progresso, com a dinastia de Aviz, atingindo a perfeição na primeira metade de Quinhentos, decaindo de uma idade de ouro (1480-1550) para

uma de prata (até 1626), bronze (1700 e ferro (até 1755), sendo a idade moderna de barro. Esta corrupção já se desenharia em Seiscentos devido aos estudos escolásticos, à tendência geral para subtilizar tudo e à frequente utilização de livros estrangeiros e de traduções deficientes. Mas A. Falcão acaba por salientar a viabilidade de uma "restauração" (Venâncio, 1998: 46-7).

A ideia da decadência da língua (por influências externas e desvio da perfeição quinhentista) estará ainda presente até pelo menos 1840, e resulta em grande parte da ideia da superioridade ou perfeição dos quinhentistas, pelo que muitas tentativas de "restauração" dessa perfeição apontam para o retomar da linguagem dos clássicos, como A. Teixeira de Vasconcelos, Francisco Freire de Carvalho, Costa e Silva e naturalmente A. F. de Castilho (cf. F. Venâncio, 1998: 41-50). Há, no entanto, um conjunto de autores que aceita a "naturalidade" da evolução linguística, rejeitando assim a ideia de que a língua do seu tempo estava decadente, como sucede com A. P. Lopes de Mendonça, A. Teixeira de Vasconcelos, Júlio de Castilho, Latino Coelho e Adolfo Coelho (*id.*: 49-52).

(10)- Cf. 1818: 50-6.

(11)- Cf. 1818: 59-63; 70-2.

(12)- Cf. F. Morato, 1818: 75-6; 1819: 58.

Francisco Alexandre Lobo aproxima-se desta descrição ao considerar que nos séculos XVII e XVIII a literatura portuguesa "sendo muito abundante de escritos, foi com tudo pobre de monumentos de engenho, que nos possuão instruir e honrar" (1823: 1). A decadência da literatura contrastava com o progresso das outras nações europeias e com a sua grandeza quinhentista: "Á proporção que a nossa litteratura declinou, subio a de França e Italia, e por fim a de Inglaterra e Alemanha. (...) E nós, que se não na cultura, ao menos no alto aproveitamento das Artes e Sciencias, tinhamos levado a todas, exceptuando Italia, grande dianteira de tempo, ficámos entretanto, ora vendo com indiferença muito pouco airoza, ora admirando com inveja os seus progresos" (*id.*: 2). Por outro lado, considera que a regeneração começou com D. João V e continuou com D. José I: "Como que despertámos de pezado sono pelos annos de mil setecentos e trinta e tantos." (*ibid.*). Porém, tal movimento teria sido prejudicado pela imitação estrangeira e pelo abandono dos clássicos nacionais (*id.*: 3-4).

(13)- Cf. 1845: 127-45. Freire de Carvalho vai mesmo ao ponto de censurar os que tiveram "a baixeza" de usar o castelhano nas suas obras (*id.*: 170-1).

Segundo João Palma-Ferreira, "Alguma desta estrutura cronológica não foi ainda ultrapassada, na medida em que se fundamenta numa evolução aceitável da história política portuguesa a que de certo modo correspondem algumas feições e peculiaridades literárias, estéticas e morais." (1985: 50).

(14)- Trata-se, assim, de uma forma "d'já profane du récit mythologique, mais qui contribuait à donner à une société en voie de laïcisation nationale son sens et son besoin de sacré." (*id.*: XXXI).

Esta concepção deriva da organização teleológica da história, que é contada tendo o fim e o sentido final que dele resulta em mente: "there will be a sequence of episodes that are coherent, meaningful, and explanatory in relation to the end." (Perkins, 1992: 38).

Mas os enredos possíveis da história literária resumem-se em geral à sequência "rise"/"decline", na medida em que o "herói" é um sujeito lógico (um género, um estilo, etc.), o que limita os enredos das acções ou transições que podem ser predicadas por esses sujeitos, mesmo quando envolvem conflitos com outros sujeitos lógicos (v.g., classicismo vs. romantismo) (*id.*: 39).

(15)- O sistema de periodização deriva da influência da escola histórica de finais do século XIX, que com a sua concepção teleológica e secular tende a transformar o período numa "ficção histórica", com a sua crença nas "origens", "desenvolvimento" e finalidade, que permite homogeneizar e conferir significação a um conjunto de factos discretos e descontínuos (J. P. Coelho, s/d: 47). Assim, "Toute périodisation se fonde sur cette double illusion puisqu' elle donne ainsi un sens à l' histoire en opposant des époques dont elle invente le mythe unificateur." (Rainelli, 1997: 48).

(16)- Constitui mesmo um dos critérios essenciais em que assenta a divisão periodológica da História de Portugal em períodos (o que é sobretudo visível nos programas e manuais escolares desta disciplina de 1895 a 1939) e nesta lógica "se inscreve explícita ou implicitamente um sentido finalista para a História de Portugal" (Matos, 1980: 347; 1990: 91 e 105) e a questionação da identidade nacional (1990: 90).

Segundo António José Saraiva, na história da cultura portuguesa, o mito/ideia de cruzada, com as suas derivações (v.g., sebastianismo, Quinto Império), e o contramito/ideia da decadência "presidem como signos ao percurso da história cultural portuguesa e a dividem em dois longos períodos: um que vai das origens até meados do século XVIII e outro que vem desde então até hoje." (1996: 117).

(17)- Para a genealogia da ideia de decadência em Portugal cf. J. Serrão (1983), E. Lourenço (1978: 96-9) e A. M. Pires (1980, 1987).

De um modo geral, essa consciência da decadência vem de meados do século XVI e destaca-se com o Romantismo (Pires, 1980: 315). Portugal apresenta-se como "um país agarrado à grandeza de um tempo histórico modelar, atolado numa espécie de interregno", em que ficámos depois dos Descobrimentos (Pimentel, 1991: 44). Por isso, passou um pouco ao lado da *idade da história* "para fazer da nostalgia uma mola prospectiva ou para aprender a utilizar o passado de um modo 'terapêutico' - isto é, esquecendo-o ou recordando-o segundo o instinto e as exigências da vida, como diria Nietzsche" (*id.*: 45).

Porém, em Portugal, a decadência aparece sobretudo como ideologia de recurso: "Não há decadência a que não esteja subjacente a ficção de um Quinto Império" (Aurélio, 1987: 3), ou, se quisermos, a decadência implica um projecto de regeneração. Como observa Joel Serrão, "é sob a perspectiva dos sucessivos projectos nacionais de 'regeneração' que se têm estruturado os móveis de toda a política portuguesa, não só do século passado, mas também da primeira e da segunda República (1910 e 1926)." (1983: 15). Cf. Cabral, 1987: 19-20.

(18)- Vico concebe as nações à semelhança dos indivíduos, como organismos cuja evolução implica decadência e cuja superação exige uma constante "regeneração". Entre nós, é Oliveira Martins quem aplica de forma mais completa o sistema viquiano à História de Portugal, a cuja interpretação aplica o modelo da história romana, não

sendo pois de surpreender que confira uma importância decisiva à "causa moral" da decadência (cf. Catroga, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 140-2).

(19)- Chaunu dá preponderância à demografia e afirma que é a única decadência objectiva, pela qual as outras decadências se aferem (1983: 293 e 296). Por isso, considera que na história do Ocidente só há lugar para decadências parciais, dispersas e vacilantes (*id.*: 321).

Como sublinha Jorge de Sena, há na pretensa objectividade da explicação "demográfica" para a queda dos impérios uma base antropomórfica. A ideia de que o mundo antigo era escassamente povoado por núcleos civilizacionais dispersos é que permitiu criar "a analogia com o crescimento, plena força, decadência física e morte do indivíduo humano, que unidade era das multidões que construíam os impérios." (Sena, 1977: 212).

É à queda do Império Romano que Antero de Quental se refere no final das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, numa alegorização dos seus ideais: "Pois bem, meus senhores: O Christianismo foi a Revolução do mundo antigo; a Revolução não é mais do que o Christianismo do mundo moderno." (1926 [1871]: 140). Note-se a semelhança desta analogia com as ideias de M.me de Staël, que destaca a necessidade de se encontrar um sistema semelhante ao que foi a religião cristã para o Império Romano (1991 [1800]: 169-70), o que Antero condensa na sua noção de "Revolução".

(20)- De um modo global, provém dos Estóicos, de Santo Agostinho e de Vico o "organicismo evolucionista à luz do qual a Nação é vista como uma espécie de organismo espiritual que, na linha da Escola Histórica alemã, se materializa nas instituições, nos costumes, nas leis, na literatura, nos monumentos, etc." (Catroga, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 69; cf. 70).

Herculano, nesta linha, defende o símile entre o indivíduo e a sociedade, patente, *v.g.*, na quinta das suas "Cartas sobre a História de Portugal":

"As nações são em muitas coisas semelhantes aos individuos: facil fôra instituir, não poeticamente, mas com todo o rigor philosophico, muitas analogias entre a sociedade e o homem physico." (1881 [1842]: 135-6); "As phases das vidas dos povos são incomparavelmente mais lentas que as da vida humana" (*id.*: 138).

De seguida, simboliza essas etapas antropomórficas da nacionalidade na morte de quatro capitães portugueses de épocas diferentes, sendo cada um dos quatro "um symbolo do periodo que abrange a virilidade, idade grave, velhice, e decrepidez da nação portugueza. Este symbolo resume, se não me engano, a historia da transformação moral d' esse periodo." (*id.*: 139); "a nação dissolve-se como um cadaver gangrenado." (*id.*: 141).

(21)- "La nation a été intellectuellement construite comme un organisme immuable, toujours identique à lui-même à travers les vicissitudes de l' histoire. Le passage de la nation comme principe intemporel à l' État-nation, organisation qui ne peut perdurer qu' en s' adaptant, met au jour cette contradiction entre fixité et évolution. Et fait naître une angoisse: la disparition de la nation. La nation éternelle, en s' incarnant, devient sujette à la morbidité et à la mortalité. C' est au moment où triomphe l' État-nation comme forme d' organisation politique par excellence, à la fin du XIX.e siècle, que le discours sur la décadence de la nation prend toute sa force. Contemporain du biologisme social, il dénonce un effondrement interne qu' il attribue à une pathologie affectant le corps de la nation. Et il lance une exhortation: il faut régénérer la nation." (Thiesse, 1999: 231).

(22)- Cf. Pires (1980: 316 e 334) e Serrão (1983: 11-21). António José Saraiva refere-se a "um certo sentimento de isolamento" e a "um complexo de ilhéu" (1996: 81-2). Por seu turno, Eduardo Lourenço fala em "sentimento de fragilidade ótica" que marcou toda a cultura e literatura portuguesas do século XIX (1978: 92 ss.). Como consequência da insistência oitocentista na decadência ("verdadeira obsessão"), "Para nós, história e decadência tornaram-se, por assim dizer, irmãs siamesas que ainda não lográmos separar." (Pimentel, 1991: 45). Para António José Saraiva, o grande interesse pela história em Portugal prende-se "com a consciência da nacionalidade" e com o facto de a historiografia ser entre nós uma forma de viver "um contemplativismo passadista, uma procura da idade de ouro no passado - uma forma, afinal, de saudosismo." (1996: 89-90). Cf. Joel Serrão, 1983: 115. É necessário distinguir, como este historiador, entre a questão "da regressão económica, técnica e científica que se teria seguido ao início do colapso do império luso-oriental (a partir de meados do século XVI)" e a questão "da ideologia decadentista que na consciência desse facto lançaria as raízes", quer esta se apoie no retorno a uma Idade Média idealizada, quer na busca de uma crescente europeização (*id.*: 12).

(23)- Se no sistema viquiano a decadência é natural (*ricorsi*), só superável por acções revivescentes, Madame de Staël, em nome de uma consciência iluminista, discorda da ideia de que a decadência se siga necessariamente a um período de esplendor (1991 [1800]: 157) e que seja um fenómeno da ordem natural na vida dos impérios, das letras e das "luzes" (*id.*: 160). A principal intenção de M.me de Staël é a de rebater as teses da decadência do império romano de Montesquieu. Por um lado, contesta a existência de um paralelismo histórico-literário, por considerar que apesar de o estilo e as artes de imaginação terem decaído na última fase do império romano, tinha-se assistido a um aperfeiçoamento do pensamento. Por outro lado, aponta como principal causa de decadência do império romano a "decadência moral" (crime, corrupção, ambição) (*id.*: 161-2), que Herculano, Antero e Oliveira Martins apontarão também como causa da decadência do império português.

Deste modo, Madame de Staël revela um optimismo devedor das luzes, afirmando que a civilização, a religião cristã, as descobertas das ciências e a publicidade das luzes eram barreiras face à depravação, sendo menos de temer no seu tempo a decadência das nações, e por consequência das letras (*id.*: 162). M.me de Staël referia-se (em 1800) às derivações (e derivas) da Revolução, considerando que só as luzes poderiam impedir efeitos funestos. Assim, procurava pôr em causa as teses contra-revolucionárias, que apontavam os enciclopedistas como causadores da Revolução e dos seus efeitos sangrentos. Pelo contrário, para M.me de Staël, a era do "Terror" teria existido por não se terem amadurecido as ideias iluministas.

(24)- Como observa Jacques Le Goff, os que mais incidem na decadência corrigem o seu pessimismo com uma crença ainda mais forte na vinda de uma "renovação", abraçando assim o mito do eterno retorno: "Em qualquer dos casos, as teorias da decadência parecem assentar numa explicação mágica, mais ou menos consciente, do universo e da história." (1984: 418).

(25)- Não obstante a dicotomia esplendor/decadência, Sismondi considera que predomina a continuidade, marcada pela persistência da poesia pastoral (que Bouterwek enfatizara também): "Les époques de la littérature portugaise ne sont point marquées si fortement que celles de l' espagnole; son cours est assez uniforme; les innovations s' y

introduisaient lentement, elles en changeaient les formes, sans y produire de révolution; et malgré l' influence des siècles, on retrouve encore des traces du même esprit, depuis les premiers troubadours du douzième siècle, jusqu' aux poètes pastoraux de nos jours" (1813, IV: 502).

(26)- Também em Francisco Freire de Carvalho predomina a ideia de que a decadência foi gradual e progressiva, louvando os poetas épicos do século XVII, à semelhança da reabilitação que já Denis (e que ele refere no seu ensaio) operara. Apesar de considerar este período calamitoso, considera que houve obras de erudição e engenho e que "o Génio Português decaiu sucessivamente, mas não bruscamente", pois a um século ilustre "não podia seguir-se logo de repente um Seculo inteiramente barbaro" (1845: 146; cf. 167). Um argumento que Freire de Carvalho utiliza é o facto de muitos espíritos terem sido formados antes da influência dos Jesuítas, restando por isso muitos sábios portugueses "da antiga criação", que tinham conservado na sua pureza o depósito sagrado das artes e das ciências (*id.*: 168).

(27)- Herculano considera existirem cinco ciclos nas novelas de cavalaria (*id.*: 106-114) e defende a autoria de Vasco de Lobeira do *Amadis*, que designa o Homero da cavalaria de toda a Europa (*id.*: 90; cf. 90-100).

(28)- Cf. 1898 [1840]: 193-4; 1898 [1842]: 212.

Já em 1834 afirmava que a originalidade nascente da litteratura da "meia-edade", fruto da fusão da greco-latina com a "litteratura do Norte" e a influência árabe, de que surgiram "as várias espécies de romântico", tinha sido quase destruída no ressurgimento das letras (1898: 10-1).

(29)- Esta apreciação motiva um dos poucos elogios que Teófilo Braga lhe tece: "Herculano apreciou com justiça o seiscentismo, ou a reacção culteranesca" (1903a: 21).

(30)- *Id.* [1842]: 220. O mesmo dirá Rebelo da Silva (1848: 121).

(31)- "Ele popularizou a arte, porque poetou principalmente para o povo" e com as melodias da linguagem embalou "essas almas rudes mais attentas á harmonia da forma que ao poetico do pensamento", fazendo "a poesia plebea" (1898 [1842]: 218). Como consequência da revolução literária, foi feita popular a poesia (*id.*: 218-9), mas o teatro deixou-se ficar morto "porque não era a voz da individualidade nacional, que o revocava à vida." (*id.*: 221). Aliás, segundo Herculano, "A nacionalidade não existia ainda, e nacionalidade e theatro não ha separá-los." (*id.*: 220-1).

(32)- "O que são as revoluções politicas do nosso tempo ? São um protesto contra o renascimento; uma rejeição da unidade absoluta; uma renovação das tentativas para organizar a variedade. Hoje os povos da Europa atam o fio partido das suas tradições da infancia e da mocidade. O seculo XIX é o undecimo do que exclusivamente se póde chamar socialismo moderno. Os tres que o precederam foram uma especie de hybernação"; "Eis d' onde procedem as analogias dos seculos chamados barbaros com a época em que vivemos." (*id.*: 149).

(33)- "Habitados pela educação, e até por um estudo superficial e irreflectido, a considerar o seculo decimo sexto como a verdadeira era da grandeza nacional, parece-nos que o mais rico thesouro das nossas recordações historicas está na pintura dos reinados brilhantes de D. Manuel e D. João III" (1881 [1842]: 133-4); "não é por certo n' aquella brilhante época que havemos d' encontrar resultados do estudo da historia; porque a virilidade moral da nação portugueza completou-se nos fins do seculo XV, e a sua velhice, a sua decadencia como corpo social, devia começar immediatamente." (*id.*: 135).

(34)- Cf. Sérgio C. de Matos (1980: 90) e Luís R. Torgal (*in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 448-454).

Sérgio Campos de Matos contrapõe a "abertura" do conceito na memória liberal ao "fechamento" ou mesmo oclusão que opera a "memória tradicional". Assim, "nos manuais do liberalismo o sentido teleológico é suficientemente aberto e indeterminado (a esperança na regeneração da Pátria, baseada na crença do progresso e no optimismo científico) para poder encerrar múltiplas saídas redentoras para uma situação dissolvente em que o país se tinha atolado durante os três séculos de decadência. Mas nos manuais do Estado Novo há *um* sentido finalista, inequivocamente definido, à partida, para Portugal. Há *uma* missão histórica bem precisa a cumprir, *um* fio condutor manifesto desde os primeiros gestos independentistas e das acções de reconquista à grande 'cruzada' dos descobrimentos e conquistas ultramarinas." Daí um discurso epidíctico sobre os descobrimentos (1980: 347).

Outra das diferenças principais entre as duas memórias consiste no facto de a memória liberal mostrar as faces positivas e negativas da história, ao passo que no Estado Novo se omitem deliberadamente as facetas negativas, tornando-se "uma narração apologética das grandes virtudes e acções de heroísmo", numa perspectiva épica (*id.*: 106; cf. 339).

(35)- Para a genealogia da "memória liberal" das "causas da decadência" cf. Torgal e Catroga (*in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 24-52 e 80-5).

Em termos globais, pode considerar-se decisiva a concepção da Idade Média como momento fundador de uma contratualidade social, de base jusnaturalista, entre a monarquia e o povo (cortes, forais, municipalismo), que equilibrava a liberdade e a autoridade, mas que a realeza teria progressivamente destruído, com o absolutismo, as ordenações manuelinas e a Contra-Reforma (Inquisição e Jesuítas). Tal concepção provém de António Ribeiro dos Santos, Borges Carneiro (1818) e é paradigmaticamente por José Liberato Freire de Carvalho no *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal* (1829), que aponta como causas da decadência nacional o absolutismo, a superstição e a influência da Inglaterra (*id.*: 14). Coelho da Rocha (1841), por seu turno, personaliza estas causas em D. João III, nos Jesuítas e na Inquisição.

(36)- "Implica pois, uma perspectivação da realidade histórica quando olhada num tempo de novas crenças e convicções que dramaticamente desvalorizam as outras mais velhas." Por isso, é "subjectiva, discutível e fluida" (Pires, 1980: 19). Assim, como referia António Machado Pires no seu influente estudo sobre a ideia de decadência na Geração de 70, a decadência depende sempre de uma visão retrospectiva, *a posteriori*, não passando por isso de uma mera "conotação histórica" (*id.*: 28).

(37)- Como observa Joel Serrão, "foram 'regeneradores' os liberais de 1820, os das primeiras cortes constituintes, os cartistas, os setembristas, como os engenheiros fontistas e até os republicanos e os nacionalistas. É sob o signo da *regeneração* que toda essa história se desenvolve" (1983: 15). Deste modo, "O ímpeto 'regenerador' de *todo* o nosso liberalismo promana, antiteticamente, da generalizada adopção de uma visão decadentista da nossa história, considerada viciosa pelo absolutismo político dos séculos anteriores, do qual teriam decorrido, naturalmente, os males pátrios com que se debatiam os primeiros liberais." (*id.*: 16).

Pelo contrário, a "memória tradicional" considera que o liberalismo e a sua actividade (parlamentarismo, monarquia constitucional e luta política) são uma das causas da decadência nacional (cf. Pires, 1980: 183-217). Assim, em particular durante o Estado Novo, a interpretação da "decadência nacional" ganha um sentido por vezes totalmente inverso ao da historiografia escolar liberal-republicana." (Matos, 1980: 339).

É possível enquadrar nestas "duas memórias" as teses que opõem o isolamento à europeização como causas de decadência e enfatizam, por isso, a necessidade de abertura europeia ou o "tradicionalismo" como soluções (cf. Pimentel, 1991: 46-79). No entanto, é necessário ter em conta a pluralidade de posições existentes dentro de cada "memória" histórica, desde o liberalismo (moderado e radical) à Geração de 70 (em que se verificam fortes dissensões entre Socialistas e Republicanos).

(38)- Cf. Catroga (*in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 82, 110-1).

No plano da historiografia, Sérgio Campos de Matos observa que de 1895 a 1935, nas elites, a consciência da identidade oscila entre o pessimismo crítico e o triunfalismo e que tais variantes da memória levariam mesmo um estranho a perguntar-se se falavam todos do mesmo país (Matos, 1990: 173; cf. 1980: 347 e 1990: 105). Porém, em última instância, as imagens positivas ou negativas de Portugal são "o resultado do reflexo político-ideológico quase sempre de conteúdo urbano e subdeterminado por motivações *patrióticas* confessadas ou implícitas" (Lourenço, 1978: 77), com imagens feitas e impostas por uma classe tecnocrática-burocrática (*id.*: 79).

(39)- "Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a copiar de nossa natureza" (*id.*: XII).

O paralelismo político-literário efectua-se pela equiparação garrettiana da libertação romântica com a luta liberal contra a usurpação francesa e a tutela inglesa (*id.*: XXXIX), usando uma imagética bélica para definir o seu percurso, ao condiderar *Camões* e *D. Branca* as primeiras tentativas de revolução e a *Adozinda* e o *Bernal-Francês* de 1828 como o desfraldar do estandarte da restauração, dando-se a vitória sobre o classicismo e os estrangeiros, com a consequente reabilitação do romance popular (*id.*: XLII).

(40)-*Id.*: XXXIV-XXXVI.

(41)- Cf. 1851: XXXVII-XXXIX.

Já no prefácio a *Adozinda* acusava os árcades de não terem cuidado do género romântico, apesar de terem restaurado as belas-lettras e a língua dos malefícios dos seiscentistas (1828: xviii-xx).

(42)- Garrett desculpa, porém, os que já no *Bosquejo* foram objecto da sua preferência (Garção, Filinto e Tolentino), dizendo que se vê que eles já sentiam a falsidade de tom da sua lira, mas que lhes faltou "a coragem para romper com os preconceitos académicos ainda muito poderosos então" (1844: 175-6, n. M).

(43)- Cf. 1910 [1854], II: 63-4, 118-9; 1857: 68-70.

(44)- "A decadencia começou no coração dos homens; depois chegou ás cousas."; "o triste reinado de D. João III, que foi a longa agonia do Imperio. Arzila fôra quasi vendida ao mouro, os portugueses amoleceram-se nas delícias." (1848: 152; cf. 1905 [1877]: 69-70); [Álcacer-Quibir] "não fez senão apressar a ruina. Porque triumphou a espada do Mestre de Aviz aonde a do rei moço se partiu ? É que os homens tinham mudado. Se os mercadores não corrompessem a boa tempera ao arnez dos cavalleiros d' Africa, aquelle dia patenteava as portas de Marrocos aos vencedores de Ceuta. A monarchia porém estava morta; podia acabar na apathia, no torpor vil de uma dissolução lenta; ao menos coube a D. Sebastião a gloria de morrer com ella no campo da peleja. O rei e o reino expiraram juntos, servindo-lhe de féretro o mesmo berço em que tinham nascido havia mais de quatro seculos." (1848: 152).

(45)- 1910 [1854], II: 67; 1857: 63.

"A decadencia estava em tudo; quando morria a monarchia absoluta espirava ao pé della a Arcadia sua irmã. Todas as cousas se ligam e se explicam assim." (1848: 136; cf. 1857: 61- -2).

(46)- Para Rebelo da Silva, é uma "eschola, que impropriamente chamam romantica, e que não é senão a eschola da interpretação historica e da verdade humana." (1910 [1855], II: 39; cf. 167). *Vd.* 1905 [1877]: 143-144.

(47)- Cf. 1910 [1855], II: 167.

(48)- Cf. 1910 [1855], II: 193-4, 205-6; 1905 [1877]: 131, 142-3.

Castilho "representa a transição elegante e primorosa da arte classica para a musa christã." (1910 [1854], II: 71).

Como Herculano, afirma que Bocage tornou a poesia popular (*id.*: 191-2; cf. 1848: 120) e que Filinto a nacionalizou (1848: 121-2; cf. 1910 [1854], II: 69), contribuindo "sem o supor" para o fim da "escola clássica" e para a divulgação do Romantismo, com as suas traduções de Chateaubriand e Wieland (1910 [1855], II: 197; cf. 1910 [1854], II: 69; 1905 [1877]: 146, 149 e 151).

(49)- Cf. 1910 [1854], II: 71; *id.* [1855]: 25, 28-30.

(50)- Cf. 1910 [1855], II: 199; cf. 31, 33, 201.

Em 1848 declarava que Garrett é "uma literatura inteira", apropriando-se do elogio de F. Schlegel sobre Camões, e destacava o carácter nacional e popular da sua obra (1848: 122, 155; cf. 1910 [1854], II: 72-3).

(51)- A escola moderna travou uma espécie de torneio bem sucedido com a escola clássica. *D. Branca* foi "a primeira **lança** quebrada na **liça**", "levantando a **viscira**, que trouxera callada ao **torneio**". Por outro lado, com *Adosinda*, deu vida ao "alaude rustico" da "musa serrana e popular" 1910 [1855], II: 199-200). Os poemas de Garrett "abriram a **lide** da poesia moderna, e **justando** com gentileza provaram que a Musa natal era tanto, era mais formosa do que os modelos eternos que desfiguravam copistas servis."; "a tradição só enfeitada com as galas portuguezas pela primeira vez subia os degraus do throno da belleza, e tomava o ceptro de rainha, que a imitação lhe usurpára ao romper da renascença.

O **torneio** cobriu de palmas e corôas o cavalleiro tão destro e tão feliz em **quebrar as primeiras lanças**." (1910 [1848], II: 8; destaques nossos).

Cf. 1910 [1854], II: 71; *id.* [1855]: 26-7; 1905 [1877]: 149-51.

(52)- Cf. 1910 [1854], II: 74; *id.* [1845]: 118.

(53)- Cf. 1857: 10-3.

É com a Dinastia de Avis que se deu a fundação desta "monarquia popular", em particular com D.João I:

"Filho da eleição popular, elle representava as idéas de liberdade, que a idade-media laboriosamente havia produzido, em seculos de penosa iniciação"; "A monarquia fôra sempre popular", devido aos homens notáveis que reinaram e "tambem a essa longa lucta contra uma raça estranha, por todos os titulos inimiga, e que, empenhando a população inteira n' uma guerra sem termos, irmanava, por um identico sentimento de religião e de patriotismo, grandes e pequenos, fidalgos e plebeos, ricos e indigentes." (1857: 1).

Por outro lado, "O christianismo, na Península, gerou todos os seus resultados de emancipação social, de progresso moral, foi um poderoso elemento de liberdade, ligou-se intimamente aos phenomenos politicos, que constituíram as diferentes nacionalidades, e, tornando-se o symbolo da victoria, fazendo commungar pelo sangue todas as classes, imprimiu de uma maneira indestructivel no coração do povo o sentimento da fraternidade religiosa." (*id.*: 2-3).

(54)- Cf. 1857: 17-20.

(55)- "A Batalha é a imagem de uma nacionalidade constituída, e que se sente robusta e potente. O poema de letras falla a alguns homens, o poema de pedra falla a um povo inteiro." (*id.*: 5-6). No entender de Lopes de Mendonça, "Antes da descoberta da imprensa, o pensamento colectivo, o sentimento nacional só se podia revelar pelo monumento de pedra. A Batalha exprime todos os caracteres da nossa individualidade - tudo quanto a nação acreditava e sentia, tudo quanto havia sido, tudo quanto tentava ser. É a idéa, e a acção; é a religião, e a victoria" (*id.*: 6); "A Batalha abrange tambem em si, na sua elegante e singela construcção, todas as aspirações nacionaes, no momento solemne em que a nossa unificação politica se consolida e se completa." (*id.*: 7).

Teófilo Braga critica Herculano por ter "inventado" a tradição do convento da Batalha (1984a [1880]: 111).

(56)- Cf. 1857: 29-33; cf. 1849: 10-3.

(57)- Cf. 1855: 11-2, 204-5; 1849: 10-9.

(58)- "Os Braganças são victimas da esterelidade dos tempos. Independentemente dos erros politicos que commeteram, era-lhes impossivel lutar contra a propria indole do paiz sobre que reinavam." (Mendonça, 1855: 12). No seu entender, só um génio excepcional podia ter mudado o curso das coisas após dois séculos de hibernação política (*id.*: 13): "Nunca acreditámos nas influencias monarchicas sobre o destino das letras, senão no sentido completamente inverso ao que asseguram os calculados panegyristas das tutellas reaes." (*id.*: 16).

Nos *Ensaio*s a sua lição era diversa: "esse eclipse nacional dos reinados bragantinos, essa existencia sem grandeza, essa civilização sem idéas, não podiam inspirar o talento." (1849: 23). Nas *Memórias* visa provar que os monarcas não têm tanta influência nas artes e nas letras como Voltaire teria querido fazer crer em *O Século de Luís XIV* (1855: 18-20). No século XVIII, afirma, é a opinião pública que decide e não os mecenas: "Para que o talento ardentemente se inspire, precisam-se de commoções grandiosas, d' esses abalos que transtornam o mundo, imprimindo á intelligencia uma decidida energia." (*id.*: 20-1; cf. 21-5).

Lopes de Mendonça abandonou assim a ideia central que defendia no *Curso de Literatura*, segundo a qual a grande causa da decadência de Portugal foi a ausência da acção da Reforma protestante, enquanto "revolução intellectual" que preparou a revolução filosófica, "a soberania popular" e "o reinado da classe media" (1849a: 5-7; cf. 1849: 221; 1855: 197-8).

(59)- "É a era da esperança, da acção instinctiva, do heroismo nacional, que vae desafiar á propria terra o inimigo.

A renascença europea deve tudo á renascença do seculo XIV em Portugal."; "É gloriosa e grande a parte que nos cabe na civilização, cujos prodigiosos resultados contemplâmos hoje." (1857: 9).

(60)- Cf. 1857: 209-11, 216; 1860: 185.

(61)- Pela influência de Filinto em Garrett e de Bocage em Castilho, "preparam" o Romantismo, levado a cabo por Garrett, "uma nacionalidade que ressuscita" (1855: 36), e Herculano, cuja *História de Portugal* haveria de competir com *Os Lusíadas* (*id.*: 38-41; cf. 1849: 232). Castilho, que nos *Ensaio*s aparece como um momento de transição (1849: 33-5), não é depois mencionado nas *Memórias* (1855).

Cf. 1860: 186, 188, 190; 1855: 36, 55-6; 1849: 24.

(62)- "Sejamos justos, a revolução liberal accordou-nos - e o nosso movimento litterario desde essa época exprime que as agitações do novo dogma, hão de ser fecundas no futuro." (1849: 15). Nos *Ensaio*s parecia-lhe ainda que este movimento culminou na revolução francesa de 1848 e na consumpção do seu socialismo utópico, acreditando que a "emancipação das classes laboriosas é uma questão de tempo." (*id.*: X-XI). Lopes de Mendonça defendia assim que a arte devia estar empenhada na "revolução" social em curso, proclamando a necessidade de democratização da literatura (*id.*: 122, 193-5). Por isso, lamenta que os poetas de *O Trovador* não prestem atenção à vida social, fechando-se na escala limitada dos sentimentos individuais (*id.*: 175-9). Mesmo assim, acreditava que a nova

geração iria consumir a revolução (*id.*: 330; cf. 4-6, 45), e que o socialismo seria a luta essencial do século XIX, tendo a poesia o dever de corrigir a sociedade (*id.*: 331-2).

Se nas *Memórias* este entusiasmo parece ter arrefecido ao mesmo ritmo que a revolução de 1848, Lopes de Mendonça sublinha que não deixou acreditar nos seus ideais (1855: VIII-IX; cf. 333-41) e numa futura regeneração nacional (*id.*: 386). Parece, no entanto, não acreditar já no poder revolucionário da poesia, lamentando a politização da literatura do seu tempo (*id.*: 238-9) (cf. IV.2).

No entanto, é uma constante em todos os seus trabalhos a crença na "geração nova" e na regeneração nacional, acreditando que decadência política e literária que vinha de 1640 estava definitivamente ultrapassada (cf. 1849a: 12; 1849: 1-4, 232; 1855: 1, 7-9, 235-44).

(63)- Cf. 1857: 42-3, n. 9.

(64)- Referimo-nos já ao "Elogio histórico de Xavier Botelho" (cf. V.2), mas é notória a influência da última das "Cartas sobre a História de Portugal":

"No seculo XVI o renascimento invadiu a historia, como invadia tudo"; "Assim como os legistas substituíam as instituições do imperio ás instituições da idade média; assim os eruditos ajustavam as letras e as sciencias pelo typo classico de gregos e romanos"; "No meio d' essa furia latinisante e grecisante como passaria Portugal, esse filho legitimo da idade média, baptizado em sangue d' infieis n' um campo de batalha, sem o sancto chrisma da religião latina ?" (1881 [1842]: 126). Cf. 1881 [1839-40]: 24-6.

Aliás, nos *Estudos da Idade Média*, Teófilo mostra claramente que queria aplicar à literatura portuguesa a perspectiva de Herculano da história nacional: "nós, seguindo o desenvolvimento da litteratura, vendo n' ella realiado o character nacional, o espirito portuguez nas suas tendencias, os sentimentos da epoca, procuraremos de todos estes principios deduzir até que ponto ha verdade nos pressagios funebres que alcançam a vista do profundo historiador" (1870a: 253).

(65)- Andrade Ferreira, cuja primeira versão do *Curso* foi publicada em 1863-4 (tomos 3 e 4 do *Boletim Geral de Instrução Pública*) segue neste ponto o autor que o inspirara na periodização, Freire de Carvalho, e destaca os Jesuítas como os principais causadores da decadência, a nível do mundo moral e da organização dos estudos (1875: 362), embora em termos literários aponte, em clara sintonia com Herculano e Teófilo, o classicismo como o elemento opressor do "espírito nacional" (1872 [1859], II: 45, 60; cf. 130-2, 167, 358-9, 364, 366).

(66)- Mas subdivide a quinta época deste (1290-1495) em duas (de 1290 a 1384 e de 1384 a 1495), para delimitar o "período trovadoresco" e a literatura da "Casa de Avis", em que destaca as tendências clássicas do reinado de D. João II, por influência já de Teófilo Braga.

Segundo João Palma-Ferreira, "apesar da estruturação que Teófilo Braga conferiu à História da Literatura Portuguesa (...) é a estruturação proposta por Andrade Ferreira que vemos manter-se em histórias ou tentativas historiográficas posteriores." (1985: 52). É, pelo menos, o caso de Delfim Maya (1884: 235), que no essencial segue a divisão periodológica do *Curso de Literatura Portuguesa* de Andrade Ferreira (1875) e a da continuação efectuada por Camilo (1876). No entanto, Delfim Maya procede a alguns ajustes para que as delimitações coincidam com o

início ou o final dos reinados. Assim, altera o final do primeiro período (1290; fundação da Universidade) para 1279, de modo a coincidir com o reinado de D. Afonso III; o quarto período remata-o não em 1580, mas em 1598, de modo a coincidir com o final do reinado de Filipe I; para Camilo a quinta época ia de 1580 a 1700, mas Delfim Maya alarga-a até 1706 (final do reinado de D. Pedro I) e recua um ano na sexta época (em Camilo abarcava todo o século XVIII), para 1799, de modo a coincidir com o final do governo de D. Maria I.

(67)- Já Herculano atribui a uma pretensa degradação moral colectiva a perda da independência de 1580 (cf. Mattoso, 1980: xxii-xxxiii).

(68)- No entanto, na sua conferência sobre as "Causas da Decadência...", Antero aparecia em sintonia com Teófilo, citando-o e valorizando inclusive o exemplo construtivo da Alemanha:

"O genio popular, esse morrêra ás mãos do clero, como com tanta evidencia o deixou demonstrado nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a Litteratura portugueza, o snr Theophilo Braga." (*id.*: 122).

Pode assim constatar-se que nas *Considerações* Antero se coloca a par de Oliveira Martins e "contra" Teófilo, implicando uma viragem de posição, de que este se queixa, acusando Antero de ter mudado de opinião desde que se mudara para o Porto. De facto, torna-se evidente que Antero modificou a sua perspectiva sobre *Os Lusíadas* aquando da publicação do ensaio de Oliveira Martins (1872). Como notam F. Catroga e P. Carvalho, "Preocupações análogas e uma influência recíproca são detectáveis, a partir dos inícios da década de 70, na obra de Oliveira Martins quando comparada com o ideário de Antero." (1996: 201).

(69)- "A moralidade subjectiva d' esse movimento é indiscutivel perante a historia: são do dominio da poesia, e selo-hão sempre, acontecimentos que puderam inspirar a grande alma de Camões. A desgraça é que esse espirito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condemnadas a não fazerem poesia, mas sciencia. Quem domina não é já a musa heroica da epopea: é a Economia Politica, Caliope d' um mundo novo" (*id.*: 128); "A tradição, n' um symbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor d' essas glórias que nos empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação." (*id.*: 131).

(70)- Assim, "se os Descobrimientos foram o ponto alto da nossa história, foram igualmente o seu primeiro momento de decadência" (Catroga e Carvalho, 1996: 204).

No seu ensaio reescrito de 1891, Oliveira Martins considera que o ideal político manifesto na epopeia é o do Velho do Restelo (imperialismo tridentino), que encomia ("Felizes são os povos que morrem como o sol, desferindo clarões !") em contraposição com a "ética protestante do capitalismo" (cf. 1891: 261-4). Apesar da Contra-Reforma ter causado a decadência dos povos meridionais, ela é considerada superior à Reforma e aos seus valores. Para Oliveira Martins, o imperialismo e o jesuitismo encerram uma semente de verdade absoluta que não se encontra no individualismo anárquico e negativo dos protestantes, que se expressa socialmente na ideia de utilidade. Para ele, o espírito meridional é mais puro e nobre, feito de abnegação e sacrifício heróico: "Abdicam no altar da patria e da humanidade. São apóstolos e são soldados. O Estado aparece-lhes como um templo e a Igreja como um sacrario. Domina-os e impelle-os, em vez do principio egoista da utilidade, o principio esthetico da ordem. Só se sentem grandes no seio de uma sociedade bella." (*id.*: 264-5).

(71)- Para Oliveira Martins, "os *Lusiadas*, escriptos em letras de ouro, sobre a candura de um marmore, são o epitaphio de Portugal e o Testamento de um povo. Como Israel, nos seus captiveiros sucessivos, o portuguez, abraçado á sua biblia e enlevado no sonho messianico do sebastianismo, amassado com lagrimas, balbuciará as estrophes de Camões sempre que vir apontar no céo uma aurora fugaz de renascimento, e sempre que contemple o crepusculo saudoso do seu passado perdido." (*id.*: 320); "Portugal acaba; os *Lusiadas* são um epitaphio." (Martins, 1995 [1880]: 17).

L. A. Rebelo da Silva afirma que "Camões no sepulchro em que via abysmar-se Portugal" quis "por para epitaphio o derradeiro cantico da patria." (1848: 152); "Ha uma illiada completa nas batalhas feridas pela devoção de um sentimento generoso - o amor da terra natal."; "Os 'Luziadas' são neste sentido as Nenias da monarchia. É o hymno do passado, é a saudade da gloria, cantada sobre o cadaver da sua armadura antiga.

Era uso dos povos-soldados celebrar as virtudes do guerreiro morto sobre o seu ataude. Camões, limpando o pranto dos olhos, cumpriu com a patria a religião do tumulo. Quando veiu a jornada de Alcaccer estava concluido o monumento: - Portugal já não morria todo." (*ibid.*) (cf. 1909 [1849], I: 125).

A. P. Lopes de Mendonça, ao referir-se a *Os Lusíadas*, declara que "Parece que o nosso supremo esforço literario, é como o testamento magestoso da nossa grandeza e heroismo." (1855: 11). Nos *Ensaíos* é um pouco mais retórico ao exclaimar que "O lençol que amortalhou Camões - amortalhou tambem a nossa nacionalidade" (1849: 233).

De igual modo, Pinheiro Chagas, que define o patriotismo como a base da vida nacional e considera que a decadência teve uma origem moral (o egoísmo mercantil substituiu o patriotismo guerreiro), exprime a noção de que Camões, "verdadeira personalização do genio nacional", "escreve o testamento da patria, a Biblia do patriotismo"; "As nações têm tambem o seu genio, que lhes vem prognosticar a morte. Esses vultos, em que ellas se consubstanciam, Demosthenes, Tacito, Camões, apparecem na hora da agonia, e soltam o canto sublime do cysne expirante." (1865: 372-3).

Em 1869, Luciano Cordeiro afirma que "O velho poema é um epitaphio."; "O *poema* não era para aquella epocha agitada, em que não havia possivel condensação d' uma crença, d' um *ideal*, d' uma aspiração commum e robusta. O velho poema é um epitaphio." (1869: 185).

Antero ecoava em 1872 a leitura de Oliveira Martins: "Os vicios interiores do organismo nacional appareceram bem depressa: appareceram já no tempo de Camões: nos *Lusiadas* encontram-se de vez em quando estrophes sombrias, que são como um lugubre *cras enim moriemur* lançado no meio das alegrias d' aquelle festim heroico. Era o futuro velado e lutuoso que o poeta entrevia n' um deslumbramento prophetico. A nação estava, com effeito, condemnada." (Quental, 1872: 30). *Os Lusíadas*, afirma, aclamam "a glória e o génio dum povo, no momento preciso em que essa glória se eclipsa", sendo o epitáfio da nação: "Ha nações para as quaes a Epopeia é ao mesmo tempo o epitaphio." (1926 [1871]: 329).

(72)- "N' este acabar de seculo, repito, por tantos lados semelhante ao fim funebre do seculo XVI, quando morreram Camões e Portugal, o vivo desejo da minha alma é que, se effectivamente está morta á esperança inteira e temos de abandonar a idéa de voltarmos a ser alguem digno de nome vivo sobre a terra, este livro seja como que um ramo de goivos deposto no altar do poeta que, morrendo com a patria, lhe cantou o glorioso passado"; [já nessa altura] "as

esperanças da patria se volviam de novo para Africa, desenganadas as illusões orientaes. O imperio esvaía-se nos fumos de que Albuquerque fallava." (*id.*: 320).

O *Frei Luís de Sousa* de Garrett é por isso, para Oliveira Martins, uma obra-prima, que só encontrava paralelo em Sófocles (1955: 57), por ser a "ressurreição mágica da alma histórica portuguesa desentranhada do mais fundo do coração humano" (*ibid.*). Pensa mesmo que é "a nossa melhor obra de arte, depois dos Lusíadas" (*id.*: 58), e Garrett o melhor poeta português depois de Camões (*id.*: 59).

(73)- No ensaio de 1872, Oliveira Martins enumera como causas da decadência a paixão das descobertas/conquistas, a expulsão dos judeus, a intolerância religiosa (Jesuítas), a reforma dos forais e a centralização política, que teria sido a verdadeira sentença de morte da nação (1872: 70-4). Em 1891 aponta de modo mais genérico o imperialismo político, as descobertas e conquistas e o absolutismo religioso, mas agora considera que a unidade da nação encontrava o seu símbolo no monarca (1891: 128) e coloca em primeiro plano a "causa moral" - a ambição (a febre do ouro) teria sido a causa de tudo (*id.*: 132; cf. 134-5)-, desculpabilizando a monarquia: "A culpa não é dos reis, não é de ninguém. A culpa é da propria condição das cousas" (*id.*: 134); "era o vicio, a loucura de toda a gente; nem já existiam, no turbilhão das aventuras novas, as raias divisorias de classes" (*id.*: 141). A aventura ocupara o lugar da crença e do trabalho (*id.*: 149) e a alma portuguesa envenenara-se no Oriente (*id.*: 174), trazendo nas naus carregadas a fonte de corrupção da metrópole, que teria conduzido ao niilismo quase búdico do século XVII e à comédia do século XVIII, "o reinado da estupidez" (*id.*: 182).

(74)- Aliás, a tese de Oliveira Martins encontrará ainda eco na viragem do século, na síntese da literatura portuguesa elaborada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos: "É verdade que ao periodo de efflorescencia camoniana se seguiu uma longa epocha de decadencia. Depois da morte do Poeta e extincção da segunda dynastia, o paiz cahiu exausto pela sua expansão desmedida, dizimado e consumido espirital e moralmente pelo hinduismo, pela inquisição e pelo jesuitismo, cahindo quasi sem lucha sob o jugo estrangeiro dos sessenta annos, já acima mencionados. E, depois da libertação, o seu definhamento ainda mais sensivel se tornou." (1900: 357).

Este estudo terá sido escrito inicialmente por Teófilo Braga, segundo Teixeira Bastos, para a enciclopédia de Gustav Gröber, estando Carolina de Michaëlis encarregada de o traduzir e alterar em função das exigências editoriais, uma vez que o manuscrito tinha 48 páginas (1892: 446). Independentemente das grandes transformações que o texto parece ter sofrido (cf. Adolfo Coelho, 1910: 218), não deixa de ser de ser um texto escrito a duas mãos.

(75)-"Agora a Epopêa era o grito de uma nacionalidade que ia afundar-se." (*id.*: 564); "Alli estava eternisada a vida, a gloria da nação portugueza; trazia-o para lançal-o á publicidade, como o marinheiro que arroja ao mar a noticia do galeão que se afunda, para que um dia aconteça saberem quando e aonde succumbiram á fatalidade." (*id.*: 696). Cf. 1907: 427; 1911: 343, 600.

Para Teófilo, a consciência da decadência é que tinha incitado Camões a escrever a epopeia, para salvar uma tradição nacional que se perdia. No seu entender, as grandes epopeias antigas formaram-se nas crises das raças ou das nacionalidades que se extinguíam (1911: 600). Cf. 1873a: 299; 1891: 47, 60-1.

(76)- "Não se pôde escrever em menos linhas maior numero de factos em contradicção com as consequencias historicas." (*id.*: 124). Teófilo aproveita para vincar o absolutismo político e religioso como causas fundamentais da decadência (*id.*: 124-133).

Passa a argumentar, contra Antero e Camilo, que *Os Lusíadas* não tinham incitado ao desastre de Alcácer-Quibir: "Offerecendo os *Lusíadas* a D. Sebastião, o poeta tinha em vista patentear-lhe de um modo mais sublime o pensamento africanista, offerecendo-se elle proprio para tomar parte na futura Empreza"; "Não comprehendendo o pensamento *africanista* de Camões, Camillo nas Notas biographicas torna-o cumplice dos incitadores da catastrophe do rei D. Sebastião" (Braga, 1907: 774).

(77)- Teófilo abeira-se ainda deles ao considerar que o mercantilismo deturpou os elevados sentimentos cavaleirescos dos portugueses, que a religião foi intolerante com os outros povos (1911: 345-7; 1891: 89), ou quando refere o delírio das grandezas de D. Manuel, "deixando os germens fataes de uma inevitavel decadencia." (1911: 569), ecoando nestas passagens a causa moral de Oliveira Martins e a sua explicação fatalista, aplicada a D. Sebastião, mas que Teófilo considera ter sido vítima da educação dos Jesuítas (1911: 618-20; cf. 1873a: 302, 312; 1891: 54, 313).

Nota-se também na parte final da obra de Teófilo a valorização do império africano e dos valores que levaram à sua conquista (heroísmo) (1907: 399), em contraposição com a degradação moral e o espírito de ganância que teriam presidido à conquista do império oriental (*id.*: 401-3). O próprio percurso de Camões, de Ceuta à Índia, "obedecia ao desgosto da inanidade de todo o esforço, vendo desmoronar-se o Imperio que os antepassados cimentaram com o seu sangue."; "A India apparecia-lhe agora como a miragem da Éra dos Descobrimentos, e lá esperava encontrar as tradições vivas do heroismo, com que fôra fundado o Imperio oriental." (*id.*: 424). Assim, o épico teria ido para a Índia para retemperar o seu ideal na tradição viva do heroísmo português (*id.*: 427-8).

Ramalho Ortigão tem uma visão similar e entrevê na ambição epocal uma fonte de corrupção geral (1880: 51-2, 93), que conduz, em conjunto com as outras causas da decadência (intolerância religiosa e política), "à la putrefaction générale de la nation" (*id.*: 96), "attaquant profondement les organismes dans leur activité nerveuse", de que resulta uma população doente, propensa ao histerismo, à epilepsia e à loucura, numa espécie de "hallucination publique." (*id.*: 120-1).

(78)- "N' esta hyperesthesia da alma portugueza na realização da sua missão historica dos Descobrimentos, fôram suscitadas todas as suas capacidades mentaes e moraes, que floriram ainda quando já o seculo e as instituições politicas cahiam no retrocesso e no obscurantismo religioso."; "Muitas vezes estas manifestações fulgurantes de um impulso passado, mascaram gloriosamente a decadencia latente mas inevitavel em que uma epoca se affunda." (*id.*: 67); "A Litteratura inspirada pela vibração d' essa actividade heroica, brilha em toda a época dos Quinhentistas, mas coincidindo com a marcha simultanea de uma irreparavel decadencia da nacionalidade." (*id.*: 105); "O seculo do verdadeiro esplendor do genio nacional e da litteratura portugueza, chamado dos Quinhentistas, é aquelle em que a liberdade politica era supprimida" (*id.*: 110); "a nação mortalmente ferida ainda se inspirava no grandioso sonho de grandeza maritima para a criação da sua architectura, da sua ourivesaria, do seu theatro, do seu lyrismo incomparavel, da sua prosa, da sua historia, sentindo-se viver n' essas creações estheticas e litterarias." (*id.*: 110-1); "originalidade de invenção, vigor intellectual, firmeza de vontade, character definido, acção energica, multiplicidade

de faculdades e de aptidões intervindo na corrente nacional ou na sua época, são as feições com que se manifestam os homens do seculo XVI, até nos seus vícios e crimes." (*id.*: 135)

(79)- Madame de Staël, em discordância com a interpretação de Montesquieu, considerava que a queda do Império Romano se devia a causas de natureza moral, como a corrupção (1991 [1800]: 161-2), alargando esta leitura à decadência dos povos do Sul da Europa que antecedeu o triunfo dos povos do Norte (*id.*: 162).

V.5.1.

(80)- Como sublinha Aguiar e Silva, "O romantismo é um *megaperíodo*", ainda em aberto (Aguiar e Silva, 1997: 489).

Para a história do termo e do conceito de Barroco cf. Aguiar e Silva (1988: 437-55), Jacques Thuillier (1995: 150-1) e Christian Jouhaud (1990: 163).

Jacinto do Prado Coelho (s/d) afirma que reabilitação do "barroquismo" inspirou o prefácio de Correia de Oliveira a "As segundas três musas do Melodino", de Francisco Manuel de Melo (1945), os livros de Maria de Lourdes Belchior sobre António das Chagas (1953) e Rodrigues Lobo (1959) e a então recente tese de Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1971). Margarida Vieira Mendes distingue duas gerações nesta reabilitação do barroco, a geração de "descobridores", nos anos 50-60, M. Lourdes Belchior e Afrânio Coutinho (1950), e a geração dos "construtores", dos anos 70 (Aguiar e Silva e Pinto de Castro) (1999: 59).

No ensino liceal, é o programa de 1948 que introduz pela primeira vez o conceito de barroco (conceptismo e cultismo), sem conotações pejorativas, de "neoclassicismo" e uma antecipação da ideia de pré-romantismo ao falar de "prenúncios de renovação romântica" em relação a Bocage, Anastácio da Cunha e outros.

(81)- 1850: 9, 13.

"N' esta revolução litteraria aconteceu o mesmo que costuma acontecer nas revoluções politicas; perdeo-se tudo, porque se quiz innovar tudo, porque o espirito de innovação vâa sempre mais longe do que convém." Daí a tendência para o artifício, affectação, engenho, subtileza e extravagância, que dificultava a sua compreensão, por fugir demasiado das convenções clássicas (Silva, 1850: 12).

(82)- Segundo Costa e Silva, "a corrupção do gosto, e o estylo turgido, e hyperbolico, e rebuscado, não foi obra dos Poetas daquella epocha, mas influencia do seculo sobre elles."; "Não foram pois os Poetas que viciaram o gosto do publico, foi a educação que lhes viciou o gosto."; "e tenho para mim, que se a eschola de Gongora cahio no principio do seculo dezoito, isto se deveu menos á influencia da poetica de Luzan que à reforma dos estudos" (1850: 13).

(83)- "Muito engenho, originalidade, agudeza demasiada de pensamentos, estylo metaphisico, profusão de tropos, expressões hyperbolicas, clausulas affectadas, symethricas, alusões a usos populares, progresso mui sensivel na perfeição do metro, que nos escriptores desta eschola é mais corrente, mais variado, e harmonioso" (Silva, 1850: 9).

(84)- "*Os gongoristas*, no delírio das suas hyperbolicas *nebulosidades*, tinham *independencia e novidade de phrase*, o que já não é pouco. Abri a tão decantada *phenix renascida*, e lá mesmo achareis exemplos d' estes dotes. Os seiscentistas, sob pesada atmospheria de duplice opressão, balbuciam o principio da liberdade literaria. - Desvairaram ? É o percalço de quasi todos os neophytos do novo culto; mas nem por isso os condemneis. É cousa da infancia o não saber e louquejar. Abençoe-lhe os instinctos bons, e dae tempo ao tempo. O *gongorismo* ensaiava na *dicção*, porque o nosso Occidente mais lhe não permitia, o que o seculo XVII preparou na *ideia*, e o XVIII realizou no *facto*. Olhae o *gongorismo* a esta luz, se quereis fazer-lhe justiça. Não ha seculo que não contribua com o seu elo para a cadeia dos progressos humanos." (1866: 224-5).

Na primeira edição das suas *Lições de Literatura Portuguesa* (1875), Simões Dias inspira-se nesta interpretação ao referir que os discípulos é que exageraram o estilo do mestre e que "o meio social não deixou vingar a revolução que o culteranismo quiz fazer ao latinismo do seculo anterior", em particular devido aos Jesuítas, afirmando que Góngora "fez na liguagem a revolução que o seculo seguinte fermentaria na *idea* e o immediato traduziria em *factos*." (1875: 55).

Mais severa é a sua apreciação posterior, marcada pela obra de Teófilo Braga, fazendo coincidir a decadência política com a literária: "A litteratura portugueza no seculo dos seiscentistas (periodo gongorico) acompanha os destinos politicos da nação. Terminado o cyclo das conquistas, a litteratura e a nação caem no mesmo abatimento moral" (Dias, 1898: 216), revelando a falta de originalidade e depressão moral própria dos povos decadentes (*id.*: 217). Assim, "Sem liberdade politica, sem ideal e sem estimulo, a nação esgota-se, litterariamente, metrificando em volta dos factos nacionaes, dos heroes e dos santos" (*id.*: 218).

(85)- No seu entender, "apesar de suas diversas feições e distinctas autonomias, ambas [as literaturas] teem originariamente a mesma *indole* de raça, o mesmo *typo* de familia, as mesmas *tradições*, *genio* quasi identico.". Assim, a literatura portuguesa e castelhana, "embora desavindas por dissensões a ellas extranhas, são duas litteraturas irmãs e quinhoeiras no valor d' esse indivisivel *prazo familiar* do *genio peninsular*" (*id.*: 98).

(86)- Na introdução ao segundo volume do *Romanceiro* (1851), Garrett opera esta geminação para valorizar a poesia popular portuguesa e castelhana em relação à opressão do classicismo, que durante cinco séculos "as quiz desnaturalizar e fazer renegar sua nobre e legítima ascendência, para somente as reconhecer bastardas e adúlteras de corrupção romana, quando ellas são legítimas filhas, havidas em um matrimonio, sim forçado pela conquista, mas util e vantajoso aos contrahentes e á progenie que d' elles veio." (1851: XVI-XVII). Com o Romantismo, "portuguezes e castelhanos despertaram quasi ao mesmo tempo, e começaram a abrir os olhos sôbre a triste figura que estavam fazendo na Europa em renegar da fidalga origem de suas bellas linguas e litteraturas, prostituindo-as em tão humilhante servidão francesa" (*id.*: XL); "foi uma verdadeira reacção iberica: as duas linguas cultas da peninsula appareceram unidas por um tacito pacto de familia, animadas do espirito redivivo de seus avós communs na causa da restauração commum." (*id.*: XLI).

A quinta época do *Bosquejo* (domínio espanhol) já não é vista por Garrett como decadente, embora só realce de positivo o género mourisco, que vem de Castela, e as traduções dos romances granadinos (*id.*: XXXIII-XXXVII). O gongorismo aparece com um carácter desfigurador, mas já não é uma lepra, como no *Bosquejo*, em que

Garrett se refere à perda de "identidade" da poesia em termos médicos: o excesso de imitação dos clássicos, assinalado em António Ferreira ("copista"), tornou-se um "cancro que roe o espirito creador, alma e vida da poesia nacional." (1826: xx); com a perda da independência, a poesia "moribunda se mostra" (*id.*: xxvij); os primeiros "symptomas do *Gongorismo* e *Marinismo*" revelam que a "poesia moderna estava quasi toda gafa d' essa lepra de suberba requintada" (*id.*: xxviii-xxix), e mesmo depois de recuperada a independência "ainda essa lepra castelhana lavrava" (*id.*: xxxiv).

A alteração garrettiana não é propriamente uma reabilitação do gongorismo, mas da influência castelhana em geral, tornando a opressão clássica da poesia popular a questão central da diacronia da literatura portuguesa, em nome do "romantismo". Neste ponto, parece influenciado pela visão unitária de F. Schlegel (que cita com frequência) acerca dos países católicos (1829, II: 102), em particular em relação à Península. F. Schlegel fala de um ancestral convívio íntimo de Portugal com Castela: "La poésie des deux nations a une si grande analogie, qu' il n' est point facile de distinguer ce qui pour l' invention appartient plus à l' une qu' à l' autre." (*id.*: 104).

F. Bouterwek e os irmãos Schlegel apontavam a literatura espanhola como paradigma romântico de originalidade nacional. É essa lição que Herculano segue num artigo sobre o teatro espanhol ("História do Teatro Moderno. Teatro Hespanhol", 1839), em que considera que o teatro português teve origem no espanhol (1898: 118-9) e que os dramaturgos portugueses deviam seguir o seu exemplo: "os portugueses devem ser em litteratura uma só nação com os hespanhoes: se quisermos ter originalidade, nacionalidade, e o que mais é, verdade, estudemos Lope, Calderon e os seus contemporaneos; não nos envergonhemos de folhear livros por onde constantemente estudam os mais illustres escriptores dramaticos da Alemanha e da Inglaterra, apesar de não poderem tirar d' elles todo o proveito, que nós por certo tiraremos." (*id.*: 138-9).

(87)- Cf. 1869: 153-8.

(88)- *Id.*: 28-9.

E é ainda em nome dessa relatividade que critica o juízo negativo de Teófilo sobre o teatro do século XVII:

"Não pode gabar-se de engenho muito atilado quem diz que este género de literatura [a tragicomédia dos jesuítas] é a última degradação da arte. Uma das feições da arte no século XVII era aquilo que não admiramos nem ousamos reprovar. A arte do século XIX é outra. Não há regras perpétuas e inalteráveis para a arte em que a eterna beleza não mostre algumas de suas faces. As coisas contingentes não têm a fixidez do belo." (*id.*: 117, n. 5).

(89)- Cf. 1896: 331-3, 411-2.

(90)- Cf. 1916: 162-80. "O *Castelhanismo* tornou a Hespanha um perigo para a Europa, (tal como o prussianismo com a Alemanha de hoje) e foi batida pelos estados europeus do Norte" (1916: 671); "A independencia de Portugal foi uma consequencia da dissolução do *Castelhanismo* na Europa, porque o exagerado Imperialismo da Casa de Austria jungira na sua soberania elementos incoherentes." (*id.*: 673).

(91)- "A reacção do absolutismo politico e a do intolerantismo religioso colligaram-se no abafamento da vida popular ou nacional. N' esta parte a acção da Hespanha *iberica* foi terrível sobre a decadencia da Hespanha

lusitana."; "Trabalhando estas forças [imaginação, sensibilidade e superstição religiosa] para impõem a *unidade catholica* apagando as diferenciações das patrias e nacionalidades, coadjuvaram para isso o *Iberismo*, que veio a absorver o *Lusismo*, ou a autonomia de Portugal. Mas o genio resistente da raça continuou a manifestar-se." (*id.*: 407; cf. 469; 1907: 104-6).

(92)- Segundo Teófilo, "houve uma lucta do sentimento nacional contra a imposição da *lingua castelhana* sustentada pelas esplendidas obras da Litteratura hespanhola, creações geniaes que foram continuamente impressas" (1916: VI; cf. V-VIII). O predomínio do castelhano apagou, afirma, as literaturas da Galiza, de Aragão e de Valência, mas "salvou-se a Litteratura portugueza pela reacção dos espiritos cultos *Seiscentistas* apoiando a expressão do sentimento nacional pela revivescencia dos modelos classicos quinhentistas." (*id.*: VI-VII).

(93)- "D' esse envenenamento do Culteranismo se libertou uma pleiada de escriptores seiscentistas: Francisco Rodrigues Lobo, que difundiu no *Condestabre* a esperança da restauração nacional; Fr. Luiz de Sousa vindicando a supremacia da lingua patria pelo purismo quinhentista; D. Francisco Manuel de Mello, que sustentou na Europa com os seus libelos eloquentes a causa da autonomia de Portugal e revelando o alto genio da historia; Braz Garcia de Mascarenhas, acordando a tradição épica de *Viriatho*, e dando-lhe vida nas porfiadas luctas de guerrilhas nas fronteiras; o P.e António Vieira, movendo-se entre as intrigas diplomaticas dos casamentos e sonhos do Quinto Imperio para sustentar o throno de D. João IV. O estado da alma portugueza apparece-nos na austeridade ascetica em Fr. Antonio das Chagas, e na exaltação amorosa molionista de Soror Marianna Alcoforado, desvenda-se a influencia franceza, conduzindo-nos para um maior contacto com o Seculo excepcional. Esta riqueza de material fez-nos quebrar as proporções de uma Recapitulação." (*id.*: VII-VIII). O próprio Manuel de Faria e Sousa, que "por desgraça, pelos accidentes da sua vida teve de escrever em castelhano" (1916: 403), "põe em evidencia como o genio luso se deformava sob o *castelhanismo*." (*id.*: 404).

(94)- "A restauração tornou-se effectivamente uma prolongada decadencia, porque o *sentimento nacional* foi systematicamente obliterado pelo *sentimento familiar* da Dynastia dos Braganças, iniciada com o casamento com uma castelhana" (1916: 674; cf. 672-3).

V.5.2.

(95)- A questão articulava-se na época com a denominada "luta" entre "elmanistas" e "filintistas". A acção de Filinto e Bocage como precursores do Romantismo é vista como "involuntária" e fruto de factores temperamentais (sobretudo em Bocage) ou do amor da pátria (em Filinto), mas nem sempre se verifica unanimidade em relação a este aspecto.

Luciano Cordeiro, por exemplo, diz que Filinto, saturado de "formulismo *classico*", respondeu a um exagero com outro, o "archaico-latinismo" (1869: 176) e Camilo redu-lo a uma fonte para o estudo da prosódia: "sem desamor a Francisco Manuel, conjecturamos que ele não estudou muito mais que a prosódia, nem nós podemos

aprender mais nada nos seus livros, e isso mesmo é mister que o esmiucemos com muito discernimento e cautela." (1986 [1876]: 195).

(96)- "Protegidas pela metrificacão severa, por peloticas de língua, por tropos collocados em bateria, por estylo pomposo e estudado, por harmonias vãs e sem pensamento, quantas semsaborias e trivialidades estão aninhadas por esses muitos volumes de versos de meio seculo!"; "A *fôrma* da arte era o fim da Arcadia"; "o cyclo pseudo-poetico da eschola de Diniz estava completo: devia morrer e morreu; porque a sua missãõ acabára." (1839a: 199).

(97)- Os árcades, apesar de terem menos "erros de linguagem" e "faltas de estilo", "tambem não tinham uma idea, quasi uma phrase que não fosse copiada, imitada servilmente."; "Toda a nossa litteratura era franceza com o reflexo grego e latino." (1844: 177-8, n. M).

(98)- Cf. 1855: 36; 1860: 186-8.

(99)- Cf. 1872 [1860], II: 155; *id.* [1862], II: 171-4.

(100)- "Esta foi a verdadeira causa da solidão em que vegetou uma sociedade que reunia escriptores dotados de vasta intelligencia, e sem favor os primeiros engenhos do seu tempo. O Garção, o Diniz, o Quita, Candido Lusitano e tantos outros, se ousassem emprehender uma interpretação mais larga e mais profunda do sentimento humano, e no sentido da regrada liberdade poetica se houvessem dado alguns passos adeante, é natural que assegurassem a sorte da renovação que tanto desejaram estimular.

Não o fizeram, porém; não poderam levantar o espirito acima das regras criticas e da observancia estricta dos dogmas ensinados nas aulas de Aristoteles e de Boileau; e por isso a reforma existiu unicamente enquanto durou a vida dos que a tentaram." (1905 [1877]: 61-2).

(101)- O "futur passé" que predomina na historiografia moderna consiste, aliás, na "différence entre passé et futur -, ou, pour parler en termes anthropologiques, entre l' expérience et l' attente" (Koselleck, 2000: 11).

(102)- Cf. Danto, 1985: 168-9.

Para H. R. Jauss, a "incoerência" da história, com a não simultaneidade do simultâneo e a pluralidade das evoluções cronológicas e morfológicas, prova que "a coerência da 'história geral' nasceria sempre do olhar retrospectivo e do discurso dos historiadores, autores de uma unidade artificial" (1993 [1973]: 99).

(103)- J. Le Goff, porém, apesar de admitir que o historiador pode ser influenciado pela imagem que tem de si e pelo grupo social a que pertence, pela sua visão da história, considera que a história é um processo constante de busca de uma "verdade", operando por transformações qualitativas (*id.*: 168-9). Remete assim para memória colectiva e para a história nacionalista, - com a sua manipulação do passado em favor de um projecto de futuro imaginado (imaginário)-atribuindo Le Goff à história a função de esclarecer esta memória e de a ajudar a rectificar

os seus erros (*id.*: 166). O que não invalida o facto de a história, na sua caracterização do passado, ter como função essencial a ordenação do presente e do futuro. Cf. Le Goff, 1984: 215, 245-6.

Para K. Moxey "Historians are 'always already' embedded in a social situation that determinates the social and political views with wich their opinions will be informed. Far from choosing freely between competing historical accounts, historians will prefer those that coincide with their own social values." (1994: 13-4); "the historian' s discourse is always 'situated' " (*id.*: 15).

(104)- Como evidencia A. Danto, a história nunca é definitiva, está sujeita a uma constante revisão: "new evidence may turn up, a fresh hypothesis may be licensed by new scientific developments, completely new interpretations given when a genius appears. Painfully, old accounts are revised and replaced with new ones, and all the work that went into the earlier account has produced something now gone out of date. A thankless, endless business." (1985: 150).

(105)- Em termos da história literária, a Estética da Recepção permite em parte a resolução desta questão, na medida em, como observa Costa Lima, evidencia que a dispersão interpretativa das grandes obras ficcionais do passado "resulta e, ao mesmo tempo, designa uma propriedade do discurso ficcional, a sua ausência de estabilidade semântica. Porque os vazios são parte integrante da estrutura ficcional (W. Iser), torna-se indispensável que o receptor participe activamente de sua leitura, combinando e seleccionando os segmentos da obra de maneira que seus vazios se articulem e ganhem sentido." (Costa Lima, 1986: 28). Deste modo, e admitindo que "não há a interpretação correcta", não se cai no "pessimismo radical" face a essa diversidade interpretativa: "Tamanhas são as caprichosas voltas, os comentários extravagantes, as exigências absurdas, as comprovações arbitrarias" (*ibid.*). O importante é tentar descortinar "as motivações histórico-ideológicas que engendraram um certo modo de ler." (*id.*: 29).

VI- A *invenção da Tradição*

No seu estudo sobre as nações e o nacionalismo na Europa, Eric Hobsbawm distingue três grandes fases. Num primeiro momento, os movimentos nacionais tiveram sobretudo uma dimensão cultural, literária e folclórica, que de certo modo se poderia associar aos movimentos românticos. Numa segunda fase, verifica-se uma politização da "ideia nacional" por parte de uma "minorité agissante" e, finalmente, desde 1870, "nationalist programmes acquire masse support, or at least some of the mass support that nationalists always claim they represent." (1997: 12).

É neste último período que surge a "invenção da tradição", que consiste, segundo Hobsbawm (1983: 1-14), na utilização política de uma "memória nacional" (construída como uma síntese da memória cultural de um dado momento), mediante um conjunto de práticas discursivas, governadas por certas regras e rituais de natureza simbólica, com a finalidade de inculcar valores e normas de comportamento (1).

A *invenção da tradição* nacional, iniciada a partir de 1870, envolveu, segundo Hobsbawm, a educação básica, a invenção de cerimónias públicas (festas e comemorações) e a produção massiva de monumentos públicos celebrando os patriotas e os heróis da nação (1983a: 263-307). Esta produção pretendia, no fundo, fundar um imaginário colectivo nacional de base simbólica e afectiva, com base em rituais e cerimónias, assente no mito e nos mitos das origens, para cimentar uma identidade colectiva e fundar uma genealogia própria. Assim, as tradições funcionam nas sociedades modernas como representações (construções culturais) de um passado estável, ao serviço do presente e dos seus projectos de futuro.

É nesta lógica historiográfica que Rui Ramos estuda "A invenção de Portugal", mediante a criação de uma "esfera pública", dominada pelos homens de letras. A nação começa assim por ser "A Nação intelectual" (1994: 43-67), tendo por tribuna os meios de comunicação de massas, em fase de desenvolvimento, onde os escritores divulgam o seu diagnóstico da situação nacional: "Nela corporiza a ideia de que o problema dos Portugueses era o da aquisição de uma identidade

colectiva que lhes desse confiança e energia." (*id.*: 67). Foram marcantes para este processo de construção identitária a celebração do Tricentenário de Camões e as manifestações patrióticas perante o *Ultimatum*. Em todos estes eventos, a imprensa teve um papel activo e decisivo. O destaque dos escritores e da imprensa "Decorria, logicamente, do modo como a imprensa e a literatura se conceberam e foram utilizadas como um elemento de organização da sociedade na segunda metade do século XIX." (*id.*: 43). Assim, à semelhança de B. Anderson, Rui Ramos considera que os quadros de referência de percepção do real da opinião pública foram criados e ajustados pelos meios de comunicação social e pelas classes de letrados que neles trabalhavam (2).

Apesar de este espaço constituir um campo de disputas simbólicas e ideológicas, acabou por ser decisivo na construção das noções de pátria, de nação e na definição de um "sujeito colectivo" nacional. A construção do discurso cultural permitiu a curto e a médio prazo a *invenção de Portugal*. Entre 1880 e 1930 instituem-se os símbolos identificadores de Portugal e constrói-se o seu património cultural: a bandeira, o hino, o dia de Portugal (1925), a forma republicana do estado, a glorificação de Camões, o interesse pelos Descobrimentos, a primeira reforma ortográfica, etc. (3).

Assim, a entidade Portugal entra na vida dos portugueses como *habitus*, na rotina quotidiana, na política, na criação artística, passando a designar uma entidade colectiva, um conjunto coordenado de referências comuns. No início do séc. XX, as comemorações públicas, o ensino estatal, a organização turística e o mercado da arte contribuíram decisivamente para a produção e divulgação da "cultura colectiva". Depois da institucionalização da "nação" como campo cultural, dependente do campo político (cf. IV), assiste-se a uma nacionalização da cultura, que nos seus vários estádios conta com uma forte participação dos escritores (neogarrettistas, saudosistas, integralistas, etc.), como se a literatura tivesse de ser necessariamente nacional(izada), portuguesa e patriótica, impondo-se "o nacional" como capital simbólico decisivo. Como observa Rui Ramos, a referência do nacionalismo moderno é essencialmente cultural, assumindo o Estado a corporização da cultura de um povo, que era a cultura das tradições, dos costumes e das obras de arte característicos do país ou produzidos

pelos seus naturais. Esta era, segundo Rui Ramos, a maior revolução cultural desde o Renascimento do século XV, e os contemporâneos compreenderam-no (1994: 595) (cf. IV.1).

Em clara sintonia com esta interpretação, José Mattoso considera que, uma vez que "a identidade nacional resulta antes de mais da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma colectividade humana", sendo um processo histórico e social (1998: 5), só no final do século XIX é que há uma percepção global do "ser português" (*id.*: 15), devido à generalização da consciência da identidade nacional, mediante a instituição de uma "esfera pública" de comunicação (difusão da imprensa, escolarização) e a maior participação da população na vida pública (eleições, etc.) (4). As comemorações colectivas, os centenários e a exaltação dos heróis da pátria, mediante rituais colectivos, contribuíram para generalizar a função social da memória colectiva e colocaram o patriotismo no primeiro plano. A ideia de identidade nacional passa a estar presente na consciência de todos (porque acessível mediante representações mais simples e populares), sendo invocada por todos os regimes: liberalismo, republicanismos e salazarismo (*id.*: 39).

Numa linha que vem de Herculano e tem continuação em Oliveira Martins, José Mattoso considera que o Estado precede a Nação. Porém, entende que se o processo histórico da identidade nacional teve em Portugal um ponto de partida político (D. Afonso Henriques apropria-se do poder), o seu ponto de chegada situa-se "no domínio dos fenómenos da sociologia ou da psicologia social." (*id.*: 41) (5) (cf. IV.1). Deste modo, trata-se de um fenómeno cultural, devendo ser estudado pelas ciências sociais e não apenas pela história (6).

Uma vez que a *invenção de Portugal* se processou em termos culturais (literatura, história, etc.), não pode deixar de ser reconhecido o papel desempenhado pelo discurso da história literária, no seio do qual emergiu a "história da literatura portuguesa", um dos eixos fundamentais da construção da "identidade nacional", na medida em que a história literária procurava ser, como referimos (cf. III), a "fenomenologia do espírito nacional" ao longo da sua história.

1. Teófilo Braga e a *invenção* da "tradição nacional"

"Que longa evolução crítica e histórica para chegar a descobrir o veio aurífero da tradição."

(Braga, 1902: 255)

As comemorações nacionais, inauguradas com o Tricentenário da morte de Camões, são uma parte importante da "invenção da tradição", em particular pela sua utilização política. O papel de Teófilo nas Comemorações foi decisivo (cf. VII.1.3), mas parece-nos que o seu contributo mais importante para a construção da "cultura nacional" foi a sua história da literatura portuguesa, a partir da segunda versão, na medida em que procurou instituir uma "tradição nacional", concebida como totalização de uma memória cultural nacional (a tradição "lusa"; cf. VI.2), a partir de uma continuidade histórica ancestral e de uma partilha orgânica e social, não obstante esta construção discursiva ter uma clara orientação ideológica.

É esta continuidade e partilha que Teófilo procura estabelecer ao longo da sua extensa obra, na procura da "síntese afectiva" da nacionalidade, a que chama de modo recorrente o "veio aurífero da tradição." (1902: 255). Neste percurso que conduz Teófilo à formulação de "tradição" literária nacional, que no início negava (cf. V.2), encontramos duas linhas de investigação que se justapõem constantemente. Por um lado, a descoberta progressiva dos Cancioneiros medievais revelava-lhe o elemento popular da tradição lírica nacional. Por outro lado, com a sua adesão ao positivismo, passa a "localizar" a literatura portuguesa no âmbito da latinidade (e já não na esfera germânica), de um fundo popular comum aos povos meridionais (cf. VI.3). Nesta lógica, a literatura portuguesa deixa de ser vista como uma literatura inorgânica e sem participação popular. Neste âmbito, a "tradição nacional" é uma construção discursiva teofiliana que assenta na revisão do seu próprio trabalho, e na combinação do discurso sociológico (articulação entre os escritores e o povo) com o discurso etnológico ("lusismo"). A esta luz, a literatura portuguesa passa a ser considerada como uma formação discursiva derivada "geneticamente" das tradições populares e do folclore nacional, que seriam o elemento "estático", a que os escritores dariam

forma ao longo da história (o elemento "dinâmico) (cf. VI.3). Na gênese da literatura portuguesa Teófilo descobre a existência de uma "escola trovadoresca nacional", a partir da qual se teria desenvolvido organicamente a literatura nacional (os modos literários derivariam das formas da canção popular), instituindo uma genealogia "nacional" da literatura portuguesa.

Deste modo, inverte totalmente o seu diagnóstico inicial que apontava para a falta de originalidade da literatura portuguesa. Esta revisão interpretativa foi morosa e é visível se compararmos as várias versões da sua história da literatura. Passo a passo, através dos seus textos, Teófilo "inventa" (como na *inuentio* da Retórica) efectivamente uma "tradição nacional". É esse processo discursivo que procuraremos descrever.

Na Introdução da sua *História da Literatura Portuguesa*, Teófilo considerava que o absolutismo monárquico e a Inquisição impediram a continuidade da tradição nacional (de raiz moçárabe): "D' aqui em diante perde-se para sempre o veio *nacional* em todas as obras da litteratura portugueza" (1870: 83) (7). A descoberta posterior e gradual dos Cancioneiros alterou a sua perspectiva e conduziu-o à ideia de que "Desde que os nossos trovadores procurassem assumpto proprio para os seus cantos, tinham fatalmente de recorrer á riquissima veia da tradição popular." (1875: 38). A negação inicial da originalidade da literatura portuguesa é corrigida em função da inferência "da existencia de um veio popular", de um "veio tradicional", sobretudo no *Cancioneiro da Vaticana*, que lhe aparecia como o documento mais vasto em que a língua portuguesa se manifestou nos séculos XII a XIV e que vinha "restituir-nos o fio perdido da nossa tradição nacional", revelando as origens tradicionais da lírica portuguesa, desconhecidas pelos principais críticos europeus, "que consideravam a falta de nacionalidade ou de originalidade a característica distintiva dos nossos trovadores, julgando Gil Vicente e Camões desligados de toda a corrente popular e por isso phenomenos isolados quasi inexplicaveis." (8).

O "veio" que Teófilo perseguia era a tradição e a "poesia popular". A sua investigação e recolha é mesmo, para Teófilo, necessária e indispensável para se escrever a história da literatura portuguesa:

"Por este estudo da poesia e tradições populares fomos naturalmente conduzidos para os trabalhos da *Historia da Literatura portugueza* (1869-85).

Sem este trabalho prévio sobre a Litteratura oral nunca teríamos compreendido a Litteratura escripta."; "Este veio popular foi imitado pelos trovadores fidalgos, e as *Cantigas d' amigo* do rei D. Diniz, são ainda bellas manifestações do genio lyrico portuguez." (1892, II: 335) (9).

Se o "veio" da tradição estava perdido desde o Renascimento, só no Romantismo "é que se tornou a achar este veio riquissimo da Tradição" (1896: 100), sendo sobretudo Garrett quem "procurou descobrir o veio da tradição nacional" (*id.*: 427) e "achou o veio organico da tradição nacional representada na Poesia popular." (1905: 496). Numa época em que se valorizava a poesia popular, "filha da inspiração inconsciente" da imaginação, Teófilo exalta o "trabalho de todos esses sinceros mineiros" que pela Europa recolhem os cancioneiros populares, quando em "Portugal, pouco ou quasi nada se tinha explorado este veio" inesgotável da tradição (10).

Mas não foi sem um longo percurso que Teófilo "inventou a tradição", como ele próprio reconhecia quando publicou a primeira parte da *Historia da Poesia Popular Portugueza - As Origens*, que reescrevia e editava pela terceira vez: "Que longa evolução critica e historica para chegar a descobrir o veio aurifero da tradição." (1902: 255). O estudo da história da literatura portuguesa permitia-lhe agora "recuperar" uma parte da tradição cujo "veio" julgava perdido desde o Renascimento:

"O estudo da Historia da Litteratura portugueza revelou nos as transformações que os Romances populares receberam na elaboração artistica dos escriptores do seculo XVI e XVII" (*id.*: 523) (11).

Mas, como observámos, até à *História do Romantismo em Portugal* (1880), Teófilo Braga tinha uma visão negativa sobre a literatura portuguesa no seu conjunto, considerando-a decadente e sem originalidade (cf. V.2). Por isso, não deixa de ser surpreendente o contraste entre as suas conclusões iniciais e as que emite na segunda fase da sua obra, desde 1881.

No início, estabelecia uma oposição entre a literatura popular e a literatura culta, considerando esta como anti-nacional (inorgânica, estéril, imitação e cópia servil), só recebendo direito de nacionalidade a poesia popular, que teria sido oprimida pelo classicismo e pelo poder monárquico-elesiástico. Porém, em 1909, na recapitulação final da sua *História da Literatura Portuguesa*, o diagnóstico é praticamente oposto ao de 1870 e de 1872 (cf. V.2):

"embora pequeno no seu número, a par da ocupação de vastíssimos domínios, criou o Povo português uma das mais belas línguas românicas, e nela os seus Escritores, Poetas, Historiadores, Viajantes e Filósofos produziram uma opulenta Literatura que seguiu a par e com brilhantismo a evolução das Literaturas meridionais."; "e essa Literatura foi e ainda é hoje uma das forças morais que sustentam a nacionalidade e autonomia de Portugal." (1984 [1909]: 60) (12).

Na tese apresentada ao concurso de 1872, afirmava que, exceptuando *Os Lusíadas*, a *Historia Tragico-maritima* e os Romanceiros populares, todas "as outras obras podem representar os meios que violaram a evolução do espirito nacional, abafando-o pela auctoridade ou pelo prestigio." (1872: 9) (13). Assim, em Teófilo, a ideia da ausência de tradição nacional resultava da sua crença romântica na criação popular colectiva e no povo como "Alma das grandes epopêas seculares, genio creador das theogonias e do direito". Por isso, considera sinistra a influência da poesia provençal na corte portuguesa, na medida em que teria conduzido à depreciação e à marginalização da poesia e dos cantos populares (1870: 132). Desse modo, Teófilo pensa que os Cancioneiros trovadorescos (o que se sabia deles) eram responsáveis pelo abafamento da poesia popular (14). Mas os textos em que Teófilo escutava o povo a "falar" pela primeira vez eram apócrifos, como as "cantigas a Nun' Álvares" e as denominadas "reliquias" da literatura portuguesa (15).

Passados apenas três anos, esta apreciação inverte-se radicalmente. Agora, os "cancioneiros provençais" passam a documentar a persistência da tradição popular na poesia culta e o povo começava a "falar" no espaço em que antes parecia silenciado. Com efeito, ao fazer a recensão da publicação dos primeiros poemas do *Cancioneiro da Vaticana* por Ernesto Monaci em 1873, Teófilo Braga concluía que esta primeira publicação fidedigna provava que o povo português não tinha sido estranho à corrente da literatura da Idade Média da Europa e demonstrava, a seu ver, o carácter nacional e popular da lírica do século XVI, devido a uma causa orgânica, de natureza etnográfica (os Suevos é que povoaram o Minho), tendo essa tradição continuidade em Gil Vicente, o que explicaria que no século XVI, a par da influência espanhola e italiana, os nossos poetas também glosassem motes à moda popular, como Sá de Miranda, Camões e, no século XVII, Rodrigues Lobo (16).

Com a posterior descoberta dos outros cancioneiros medievais e com a constatação do seu carácter tradicional (nacional e popular), Teófilo deixa de invocar a ausência da "condições orgânicas" (falta de tradições próprias) da literatura portuguesa e passa a declarar apenas que a falta de originalidade da literatura portuguesa se devia à imitação dos modelos latinos por parte das classe cultas, favorecidas pela autoridade católica. Essa imitação é que, no seu entender, "destruiu na litteratura portugueza uma importantissima parte dos seus caracteres e condições de originalidade." (1885: 36) (17).

A gradual descoberta e publicação dos Cancioneiros trovadorescos (18) tornou-se pois decisiva para a construção da "tradição". Assim, a partir de 1873, e de modo visível já no seu *Manual* (1875) (19), Teófilo começa a rever as suas asserções anteriores, "descobrimo" a existência da intercomunicação entre o elemento popular e o erudito/artístico, com a consequente persistência de uma tradição nacional, na qual se teria verificado um certo equilíbrio/síntese entre o nacional-popular e o clássico-erudito. Esta constatação conduz Teófilo a reavaliar, de modo positivo, os escritores quinhentistas e a própria influência clássica.

Aliás, Teófilo Braga confessa, em tom autobiográfico, até que ponto a progressiva descoberta e publicação dos Cancioneiros medievais, a par de outros textos perdidos e inéditos, o forçam a uma sucessiva reformulação do seu trabalho. No prefácio da *Recapitulação* (1909) explica que é a terceira vez que sistematiza a sua *História da Literatura Portuguesa* (após o *Manual* de 1875 e o *Curso* de 1885), devido em parte aos progressos do método histórico-filológico, mas sobretudo em função das descobertas relativas à Idade Média: a publicação dos Cancioneiros trovadorescos desactualizara o *Manual* de 1875, mas o próprio *Curso* de 1885 é rapidamente ultrapassado porque "Desde essa data até ao presente, o campo da Literatura portuguesa da Idade Média tem sido desvendado por insignes romanistas franceses, alemães, italianos, espanhóis e americanos, e foram publicados numerosos textos dos séculos XIII a XV." (1984 [1909]: 59) (20). A *Recapitulação*, iniciada em 1909, é apresentada como uma síntese que Teófilo esperava completar com a revisão de outros textos anteriores (biografias, monografias, etc.). Deste modo, em função do novo "capital literário" entretanto acumulado, aumenta o entusiasmo de Teófilo pela Idade Média, que deseja reabilitar através da crítica científica:

"Nesse entusiasmo da nova Era, a Idade Média foi menosprezada, esquecida, quebrando-se a continuidade até ao século XIX, que pela crítica científica soube reconhecer (...). O período medieval ou orgânico das Literaturas modernas ficou obliterado e esquecido. A *Literatura da Idade Média* tão fecunda e nacionalmente original, foi uma das mais truncadas, ficando totalmente ignorada até ao momento em que a crítica filosófica vivificou a erudição moderna. Grandes tesouros literários estão hoje perdidos irreparavelmente; obras preciosas e inestimáveis foram descobertas nas coleções manuscritas pelas bibliotecas europeias; e um espólio valioso está actualmente publicado." (*id.*: 428).

O percurso de Teófilo assemelha-se pois a uma modalidade mista de "romance de aprendizagem" e de "romance de formação". A conclusão negativa que expedira em 1870 sobre a literatura portuguesa resultava, em grande parte, da ausência de fontes documentais (21). A descoberta progressiva e aprofundada dos Cancioneiros induz Teófilo a uma revisão constante da história da literatura portuguesa, mas sem abandonar as premissas românticas sintetizadas por Ferdinand Wolf, que defendia "que uma época litteraria é fecunda todas as vezes que se inspira da tradição." (Braga, 1875: 70). É essa tradição (de origem medieval) que diz existir nos "poetas quinhentistas oriundos de fidalgos gallegos", como Sá de Miranda e Camões, que davam continuidade à "tradição provençal" (*ibid.*) (22).

Numa passagem da sua edição do *Cancioneiro da Vaticana*, após citar alongadamente as teses de Wolf quando compara as literaturas portuguesa e espanhola, refuta a sua ideia de que, ao contrário da literatura espanhola, a literatura portuguesa não teve originalidade desde os seus inícios e foi sempre imitativa (cf. V.2). Teófilo acusa-o de ignorar a persistência das Serranilhas e dos "cantos de ledino" e de não conhecer bem o *Cancioneiro da Vaticana*. Segundo Teófilo, Wolf não sabia explicar Gil Vicente porque ignorava a "existencia de um veio popular", que F. Diez já tinha entrevisto através das canções intercaladas nos autos vicentinos (23). Assim, contrariando as teses de F. Wolf, Teófilo Braga proclama a "organicidade" da literatura portuguesa:

"a poesia dos trovadores conservou-se com uma persistencia notavel de fórmulas nos Cancioneiros até ao fim do século XVI; ainda assim não se póde considerar uma imitação inorganica, porque essa persistencia explica-se pelo sentimento tradicional que revive nas diferentes épocas da nossa historia litteraria." (1878: XXII).

Depois, em apêndice à terceira edição da *Teoria da história da literatura portuguesa* (1881) (24), reavalia a sua apreciação anterior da influência provençal (cf. V.2). É de notar que

Teófilo Braga partia agora, na linha de Comte, da ideia da existência de um fundo étnico comum às nações meridionais (a latinidade). Desse modo, a poesia provençal e as influências das literaturas meridionais em Portugal passam a ser vistas como algo natural (com uma justificação étnica) e não como uma "desnacionalização". Por isso, deixa de criticar a continuidade da tradição provençal ao longo dos séculos XV e XVI e o próprio Renascimento. No entanto, não deixa de censurar o abandono da tradição poética galaico-portuguesa, apesar de entender que no século XVI se conservaram "de um modo inconsciente muitos elementos tradicionais do nosso período trobadoresco." (1881: 185). De qualquer modo, em termos globais, a "tradição literária nacional" estava já estabelecida:

"A litteratura portugueza é um phenomeno social moderno, resultante do nosso individualismo nacional"; "é tambem um documento ethnico por onde se diferencia a originalidade do caracter portuguez, que motivou a sua vida independente" (1881a: 7) (25).

No último quartel do século XIX, Teófilo revê em grande parte a sua concepção etnológica da literatura portuguesa, constatando que a tradição nacional se tinha inserido numa ampla "tradição ocidental". Se a adesão ao positivismo (1872-7) tem consequências importantes (cf. VI.3), pensamos que uma das mais relevantes é esta "transferência" da literatura portuguesa da óptica do "Norte" para uma perspectiva meridional, trocando o seu "germanismo" inicial pelo "romanismo". Assim, Teófilo, ao substituir a metafísica hegeliana pelo positivismo de Comte, abandona ao mesmo tempo a sua concepção da supremacia étnica do elemento germânico, passando a valorizar a ocidentalidade/latinidade, a supremacia do "espírito latino" (Homem, 1988: 214) (26). Esta mudança é, aliás, confessada pelo autor na "Autobiografia mental", que diz ter procurado reconstituir na sua epopeia filosófica da humanidade "a vida surpreendente da **Occidentalidade**." (1903: XXXI) (27). Desta exaltação da latinidade é devedor o seu texto sobre o Centenário da Descoberta da América e a exaltação do papel de Portugal na história universal (28). As descobertas e a colonização da América são para Teófilo uma marca da civilização ocidental: "N' este grande quadro, em que está implícito o futuro da Humanidade, o Atlantico tornou-se para a Civilização ocidental um outro Mediterraneo, confinado pela Europa, Africa e America" (1892a: 8).

É na segunda revisão da *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, de 1896, que esta influência comtiana se faz sentir de modo mais persistente. No "Prologo", justifica a revisão do seu trabalho pelas insuficiências anteriores e pelo imperativo de unificar "o processo critico" mediante "uma mesma luz philosophica." (1896: V). Mas, não menos importante, tornava-se premente reorientar a sua narrativa à luz da nova concepção histórico-filosófica (29). Mas a sua concepção etnológica do fenómeno literário apenas se reformula (moçarabismo/germanismo vs. lusismo/ocidentalidade). Em termos globais, permanece a sua visão romântica da literatura como um "produto do ethos da raça, do sentimento da nacionalidade e da consciência histórica", mas agora ela não aparece como um espaço de fronteiras fechadas, pois acompanha "solidariamente a evolução estética das *Litteraturas românicas*, na Idade Média, na Renascença e na época do Romantismo, seguindo a acção hegemónica de cada uma delas" (1984 [1909]: 62; destaque nosso). Curiosamente, é sobretudo a partir do estudo das tradições poéticas populares que Teófilo deduz a existência de um fundo civilizacional comum à cultura europeia - "a civilização ocidental". Pela mediação da "síntese afectiva" comtiana (cf. VI.3), Teófilo fala da Europa (meridional) como uma "confederação moral", na sua evolução histórica, embora dela exclua (e excluirá até ao fim) a "romanização" (30). Com base no "Catecismo Positivo" de Comte, Teófilo defende que a "ordem ocidental" se sustenta pelos sentimentos ("síntese afectiva"), que se reflectem em particular na literatura (31).

Esta consciência, de matriz comparatista, é que o conduz a desvalorizar a oposição entre originalidade e imitação, deixando de ver a "imitação" e a partilha de influências como algo negativo (desnacionalizador) (32), até porque, como confessa na terceira edição reformulada da sua *História da Poesia Popular Portuguesa* (1902), também tinha alterado a concepção de poesia popular que o norteava no início: "uma concepção metaphysica do Povo supprindo a falta de conhecimento da psychologia collectiva" (1902: VIII) (33).

Defende assim que é neste fundo antropológico de uma Europa resultante de mestiçagens várias que se devem investigar as origens étnicas da "sabedoria popular" (folclore, poesia, etc.), "porque nenhuma nação europêa é constituída por um só elemento anthropologico puro." (*id.*: 5) (34).

Porém, com a "descoberta" do "lusismo", em 1902, Teófilo regressa à sua convicção etnológica inicial, defendendo a especificidade étnica do povo português, mas sem o pessimismo da fase em que defendia o moçarabismo. A "antiga lusitânia" teria sido, nesta hipótese, uma das maiores regiões da Península Ibérica, povoada pela raça "lusa", de ascendência ligúrica, que foi progressivamente iberizada. Pela formação da poesia popular chegava-se, na sua óptica, à "unidade lusitana pelas regiões Asturo-Galecio-Portuguesa, e Extremenha-Betico-Algarvia" (1905: 532) (35). Assim, graças à "invenção do ligurismo", a "antiga lusitânia" é enquadrada na "unidade da poesia popular no ocidente da Europa", que por sua vez revelaria "esse fundo anthropologico da raça ligurica ou preceltica, que subsiste no Occidente, com os seus caracteres anthropologicos e com os seus costumes ethnicos e tradição persistente", denunciando um *fundo social anterior à civilização latina* em que assentaria a unidade dos cantos líricos e épicos notada pelos críticos (*id.*: 532-3; destaque nosso). Assim se justificaria a unidade antropológica da Europa ocidental. Baseando-se em Belloguet, Celesia, F. Malon e Martins Sarmiento, Teófilo buscava uma fundamentação étnica da ocidentalidade (36).

Este duplo recuo a uma "antiga lusitânia" e a um "fundo primordial", mais antigo e amplo (ligúrico), permitia a Teófilo a refutação das origens célticas, já que os *Lígures* eram uma raça pré-céltica, e ao mesmo tempo a construção de uma genealogia étnica anterior à romanização. A evolução seguinte da poesia passa a ser explicada pela "persistência étnica" dessa raça original, que também permitia compreender as semelhanças entre as canções acádicas, as serranilhas galécio-portuguesas e as baladas provençais e italianas, observando-se formas semelhantes também nos chineses e egípcios (37).

Deste modo, evidenciam-se duas linhas genealógicas paralelas, a romana (cultura) e a ligúrica (popular). Segundo Teófilo, é após as invasões germânicas e árabes que as línguas românicas adquirem a sua forma escrita e se instituem novas formas poéticas, "sem relação alguma com a metrica latina." (38). Três anos depois, Teófilo declara mesmo que todas as teses que não seguem esta genealogia dos "lusitanos" são "Um mundo de laboriosa e pedantesca erudição morta." (1905: 4). A ascendência ligúrica convertia num facto étnico as próprias influências clássicas ("ciclo greco-romano"): "essas tradições resultaram das navegações

atlânticas pela raça dos Lígures, ou pre-célticos, e de que restam vestígios nos Romances populares." (*id.*: 53).

Pela antropologia e pela etnografia, aplicadas ao estudo comparativo da poesia popular portuguesa, Teófilo Braga pensava ter determinado a "*unidade tradicional do Occidente da Europa*, através das fôrmas persistentes dos communs elementos poeticos nas nacionalidades meridionaes" (39).

Por outro lado, o recuo teofiliano permitia-lhe defender a prioridade da poesia portuguesa em relação à poesia castelhana. Ao reduzir a Espanha a Castela e ao ampliar a Lusitânia, não lhe era difícil concluir a prioridade da literatura lusa: "Versões de romances castelhanos que apparecem na tradição portugeza, tambem se encontram em versões populares das Asturias, da Catalunha, da Galliza; porque viriam de Castella para Portugal, sendo ininterrupta a antipathia do povo portuguez pelo castelhano ?" (1905: 505) (40). Porque a antiga lusitânia era quase toda a Península, estaria comprovado o carácter arcaico da poesia popular portuguesa, em oposição à tese de F. Wolf (cf. V.2), que, ao comparar o *Romanceiro* de Garrett com um trabalho similar de Milá y Fontanals, concluía que os textos espanhóis eram mais antigos (41). Esta prioridade é sobretudo justificada em termos étnicos: "O archaismo das tradições poeticas de Portugal explica-se pelo facto da Lusitania, de *raça trigueira*, ter escapado á invasão da *raça loura*, conservando-se no seu isolamento mais pura a sua população." (1902: 266). A partir desta sobreposição territorial e étnica retrospectiva, Teófilo condena o "erro" dos que "consideravam a poesia popular portugeza proveniente de uma origem castelhana" (1905: 504) (42).

Segundo Teófilo, as recolhas da poesia popular vinham confirmar esta tese. Neste caso, as "fontes" revelavam "a existencia de uma poesia do povo em linguagem vulgar" que teria servido de base à literatura (1902: 32) e que, "completa e sincera", reflectia "nos Cyclos épicos todas as crises sociaes" (1905: V-VI) (43). A prová-lo estava a presença dos romances populares (o *Romanceiro*) em Gil Vicente, Camões, António Prestes e António R. Chiado (44).

Por outro lado, os "Lusos" permitem-lhe redesenhar toda a genealogia histórica anterior. Ao contrário do que antes defendia, os Lusos surgem como uma "raça irrequieta" que tinha resistido a todos os invasores, com tal vitalidade que se autonomizara antes da reconquista asturo-leonesa, manifestando um impulso ancestral para a autonomia. A influência germânica

(moçárabes) é agora rejeitada. Teófilo considera que a restauração neogótica, aliada à unidade católica e ao renascimento do velho imperialismo germânico, foi sempre um elemento perturbador da organização normal dos estados peninsulares, redundando no *Castelhanismo* (*germanismo* da casa de Áustria) (45). A fundação da nacionalidade teria sido assim um fenómeno étnico, tratando-se de uma "revivescência" do lusismo: "Circumstancias especiaes determinaram a revivescencia do *lusismo* no territorio chamado *Portucale*." (1905: 12).

Por outro lado, o recuo teofiliano permitia-lhe relativizar ainda mais a influência da poesia provençal em Portugal, pois ela é agora considerada como a herança de um património comum mais antigo (46). Deste modo, limita a influência francesa a um nível aristocrático.

Estavam assim reunidas as condições para considerar que a literatura portuguesa era original, na medida em que era a expressão continuada de um *Volksgeist* ancestral. A organicidade das origens substitui assim a ideia de que a literatura portuguesa nascera sob o signo da imitação.

1.1. A escola trovadoresca "portuguesa"

A confirmação da prioridade orgânica e original da literatura portuguesa traduz-se na "descoberta" da "escola trovadoresca portuguesa", que Teófilo considera existir antes da influência provençal, revogando em definitivo o anátema de Wolf. Esta escola nacional predominaria na corte portuguesa, na forma popular das cantigas de amigo, muito antes da corrente jogralesca, que irrompeu no designado ciclo dionísio. Assim, segundo Teófilo, até à vinda de Afonso III de França, o nosso lirismo não reflectia um contacto directo com os trovadores provençais, mas sim a pura tradição conservada no povo português (47).

A explicação que Teófilo dá para este fenómeno passa pela existência de um fundo étnico ocidental com uma vivência democrática semelhante, que se exprimia pelo municipalismo e

pelos Forais, que faziam do país uma espécie de confederação de cidades (*Beetrias*), favorecendo o convívio popular com a corte e os solares através dos cantos tradicionais. A escola trovadoresca portuguesa, construída sobre um fundo orgânico nacional (tradicional e popular), teria evoluído, segundo Teófilo, num período que vai de D. Sancho I até D. Pedro I, tornando-se hegemónica na Península Ibérica. Por outro lado, considera agora que o seu pleno desenvolvimento artístico se deu na corte (a par das imitações trovadorescas), onde conservou um carácter original, persistindo na literatura culta antes de esta entrar num segundo período, em que dominou a imitação do lirismo castelhano e a erudição latina (48).

Esta visão da Idade Média faz Teófilo considerar que o fundo da lírica portuguesa é todo de carácter popular, porque este elemento social era orgânico e exclusivo da nacionalidade, constituída em Monarquia autónoma. Este enquadramento político-institucional é quase uma lei para Teófilo, que considera que só nos países em que predominaram as instituições municipais, como Portugal, existiu uma vigorosa poesia popular e um florescente lirismo artístico relacionado com as suas origens orgânicas, como na "Alta Itália" (49). A própria influência provençal que Portugal recebera, considerada sincrónica com o lirismo português (e não anterior), é agora explicada por uma espécie de empatia étnico-política (50).

Neste enquadramento europeu, a questão da originalidade e da imitação, como referimos, deixam de ter lógica, na medida em que a organicidade e a tradição se estabelecem em termos globais, integradas num fundo comum europeu (51). Deste modo, Teófilo buscava as origens literárias de Portugal nas suas relações com as literaturas românicas da Idade Média europeia, de acordo com as suas duas correntes (popular e palaciana ou erudita), os costumes sociais, as lendas genealógicas e as lutas pela constituição da nacionalidade. No conjunto, interessam-lhe os vestígios tradicionais dos caracteres étnicos em que sobressai uma certa originalidade (52).

Mas foi longo o percurso que conduziu Teófilo ao estabelecimento de uma "escola trovadoresca portuguesa". A partir do *Manual*, Teófilo passa a considerar que já existia um elemento popular na poesia provençal (na própria Provença), adoptada em Portugal devido à pertença a um fundo étnico meridional comum e a uma tradição municipal e democrática idênticas. Assim, fala já em "trovadores portugueses" e a segunda fase da poesia medieval passa a designar-se "italo-portuguesa" (até então era "italo-provençal"), por existir um elemento

popular no lirismo provençal português, como se podia verificar, v.g., pelo cultivo das "serranilhas", cantigas de romaria (que Teófilo ainda denominava "cantares de ledino") e cantigas de amigo no *Cancioneiro da Vaticana* (53), em Gil Vicente, Cristóvão Falcão, Sá de Miranda e Camões (1875: 39-51) (54). Mas é só a partir da terceira edição da *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (1896) que Teófilo Braga começa a autonomizar a "escola trovadoresca portuguesa", ao referir que no início da primeira época da Idade Média preponderavam os elementos tradicionais e estéticos da Idade Média, com os trovadores portugueses (55).

A originalidade (origem nacional) e localização independente da poesia portuguesa da Idade Média justificava, para Teófilo, a designação de *Escola trovadoresca portuguesa*, que teria sido a expressão natural, espontânea e ingénua do lirismo português, presente na forma de poesia popular (revelando o "génio da raça" e tendo implícita uma doutrina completa do amor) e nos trovadores palacianos, através da "escola dionisíaca" e de todos os grandes líricos portugueses: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão, Camões, Francisco Manuel de Melo, Tomás António Gonzaga e Garrett. Deste modo, a tradição lírica portuguesa mostrava ter uma "profundidade de energia vital" e uma "fecundidade orgânica" (1984 [1909]: 233). Apesar de o lirismo tradicional popular dominar no ciclo pré-afonsino e de a poesia palaciana dominar no ciclo afonsino (1245-80), com D. Dinis ter-se-ia iniciado na corte a imitação das canções populares (56).

A organicidade da literatura portuguesa estava assim assegurada, mantendo-se mesmo após a extinção da "escola trovadoresca portuguesa", na medida em que a tradição nacional se fundiu com novas correntes literárias (a lírica italiana e as novelas de cavalaria de origem bretã) (1984 [1909]: 240) (57).

1.2. A literatura popular e a "nacional-literatura"

Entre o veredicto da falta de originalidade de 1870 e a valorização da tradição nacional (de 1902 a 1909), Teófilo Braga opera uma completa reconversão da história da literatura portuguesa. Esta passa a ser vista como a realização histórica da tradição nacional, considerada uma síntese da poesia popular e da poesia artística e a expressão de uma raça específica (lusa). É aqui que reside a "invenção da tradição", que permite interligar diacronicamente toda a produção literária nacional, a partir de uma origem e desenvolvimento próprios (uma evolução orgânica), articulando o povo e a nação pela mediação do escritor individual. Para isso, Teófilo substituiu a concepção folclórica da literatura de que estava imbuído por uma espécie de sociologia (etnológica) da literatura. Nesta lógica, a poesia popular não era propriamente literatura, mas a literatura sem a tradição perdia o seu valor nacional (58). A união de ambos os fenómenos constituía a "nacional-literatura", cuja concepção Herculano satirizou (cf. V.2). Mas para Teófilo Braga, como para Vico, era fundamental o carácter popular da poesia nacional:

"Não ha uma inteira separação entre estas duas manifestações poeticas; antes, a Poesia artistica tem de fecundar-se nos recursos da sua expressão apropriando-se das imagens espontaneas com que o povo representa a natureza." (Braga, 1902: 52).

Sempre que se dá uma separação destes elementos, continua Teófilo, a decadência atinge a "literatura nacional", quer ao nível da poesia popular, quer da literatura culta, devido ao esquecimento da tradição, "tendo como consequencia o apagamento da Litteratura nas fórmulas convencionaes do arcadismo e a perda do sentimento de nacionalidade" (1905: 481) (59).

A "nacional-literatura" resulta assim da articulação da tradição popular com a literatura artística, que segundo Teófilo se processa em termos genológicos, na medida em que afirma que os modos literários derivaram historicamente dos três tipos da canção popular:

"Um outro aspecto da synthese das Tradições populares é o da *Nacionallitteratura*, em que se estudam os germens tradicionaes, oraes e anonyms, que foram estheticamente elaborados por individualidades cultas. Todas as

grandes obras primas da Arte, e os maiores genios que as crearam, inspiraram-se sempre de um elemento nacional e humano, cujo thema subsiste na tradição. Hoje já se pôde seguir na Historia das Litteraturas modernas a evolução das suas fórmulas, a partir dos tres typos da Canção popular" (1902: XII).

Para Teófilo, era possível desenhar uma genealogia continuada desta imbricação desde as origens: o drama, a narrativa e a lírica proviriam respectivamente da canção dançada, da canção recitada e da canção simples (60). A tradição, assim organizada, transforma-se no padrão fundamental para aferir o valor (nacional) dos escritores individuais e das épocas literárias, de acordo com uma investigação etnográfica prévia, para caracterizar os tipos da canção popular:

"Seguindo esta genealogia das fórmulas litterarias é que, pela critica scientifica, se avaliam os escriptores pela maior ou menor intensidade com que se approximaram das fontes tradicionaes e o seu consciente nacionalismo; é por esta ordem de estudos, na sua origem ethnologicos, que se conseguirá a revivificação das Litteraturas modernas, approximando deliberadamente o povo e o poeta para mutuamente se fecundarem, dando á Poesia e Arte do futuro uma expressão creadora e edificante de Synthese affectiva, como nas épocas primitivas da Humanidade em que se formaram os esboços espontaneos." (*id.*: XIII).

Mas, o facto de Teófilo alterar as origens ráticas da nação obriga-o a redesenhar o mapa genológico e a alterar a linha evolutiva da literatura, na medida em que a concebe em articulação com as tradições populares (61). Numa fase final, esta caracterização inspira-se em Comte. Assim, Teófilo postula que a poesia reflecte e idealiza a transição do mundo antigo para a Idade Média, que "elabora os germens tradicionaes que se tornaram os ulteriores themas das altas manifestações artisticas das individualidades geniaes", provindo dessa época as "fontes generativas da Poesia moderna" (62). Assim, "Uma Historia da Poesia Popular de qualquer das nacionalidades modernas é o estudo d' essa idealisação dos themas tradicionaes a que as Litteraturas vieram a dar expressão" (1902: 47), dada "a relação organica e esthetica entre as Tradições poeticas populares e as Nacionalitteraturas." (1905: 40) (63).

A ideia de nação torna-se assim central para a sua noção de "nacional-literatura", na medida em que a sua dimensão fundamental resulta do facto de emanar da nação, de ser a sua expressão. E, para Teófilo, a nação é em primeiro lugar o povo:

"o sentimento que unifica um povo acha tambem expressão nas tradições do passado, e os seus caracteres ethnicos mais ou menos se reflectem nas altas individualidades especulativas ou activas."; "o nome de *nacional*

exprime esse caracter de uma collectividade humana, representado conscientemente pela arte e determinadamente na politica. No desenvolvimento das creações estheticas é no elemento *vulgar* que se elaboram os rudimentos espontaneos a que na ordem social irão dando fôrma as individualidades conscientes, até atingirem uma poesia ou arte nacional. O estudo da Poesia popular hade abranger estes dois aspectos, o generativo, oral e rudimentar, conduzindo para as fôrmas perfeitas fixadas pela litteratura." (1902: 3) (64).

A construção da história da literatura portuguesa passa assim a ser sobretudo a verificação dos momentos em que é "portuguesa", em que a tradição popular ganha vida nos escritores. Nos momentos em que tal união existe, a literatura é considerada fecunda, implicando a separação destes elementos uma inevitável decadência. Na sociedade medieval, afirma, "Era esta intima e primitiva relação constante entre o povo e o escriptor que estabelecia a fecunda exuberancia esthetica na criação das novas Litteraturas romanicas." (*id.*: 3-4). Depois, com o Renascimento, o afastamento entre os escritores e o povo acarretou a decadência (65). Ao mesmo tempo que procura nobilitar a literatura medieval, Teófilo mantém e revaloriza o papel do povo e da tradição popular, já não como "sujeito colectivo" produtor de literatura, mas como fonte inspiradora e base da literatura culta e artística, de natureza individual. A tradição emerge da poesia popular, que Teófilo considera a fonte da poesia artística (66).

No discurso teofiliano, marcado pela influência positivista, a tradição popular é caracterizada como um elemento estático em que se devia fundamentar a produção literária individual (o elemento dinâmico) e artística para ser considerada orgânica, original e fecunda:

"é a tradição a unica fonte d' onde naturalmente se deriva a inspiração individual; convem estudar scientificamente essa tradição como o modo mais directo de actuar não só nas manifestações da litteratura como no vigor do individualismo nacional."; "para que a Litteratura portugueza se reforme, não bastam os modelos estrangeiros nem as regras theoricas das academias, é preciso conhecer a fundo esse elemento vivo do sentimento nacional e humano." (1905: 538-9).

A tradição popular é assim apontada como a "matéria-prima" necessária para a originalidade nacional das literaturas, dando Teófilo como exemplos desta articulação a literatura brasileira, a "fundação" da literatura alemã e o trabalho pioneiro de A. Garrett na literatura portuguesa, que teria pressentido o "critério novo" ao buscar a tradição popular no *Romanceiro*

(67). Com base neste critério, considerava que os escritores portugueses mais originais eram Gil Vicente, Camões e Jorge Ferreira de Vasconcelos (68).

A sua adesão ao positivismo não implicou, neste domínio, uma alteração total dos seus pontos de vista, mas permitiu-lhe conceber com novos moldes a articulação entre o elemento individual (o escritor) e o colectivo (o povo). É pela ideia de que o escritor processa a "síntese afectiva" da sociedade, que "reabilita", desde 1892, Garrett e estabelece um "cânone sociológico": "propendia para atribuir às individualidades dos grandes poetas, Gil Vicente, Camões, D. Francisco Manuel de Melo, Garrett, João de Deus, uma soberana função social, determinada pela própria natureza da criação estética." (A. P. Coelho, 1943: 18; cf. 20-1).

Em termos da história literária, a articulação entre o elemento individual (o escritor) e o colectivo (o povo) realiza-se sob a égide da nação, cabendo ao escritor elaborar a *síntese* das tradições nacionais ao longo da história. A literatura de um povo é assim concebida como um vasto organismo que opera em função de elementos estáticos e dinâmicos, segundo a aplicação sociológica que Comte faz do modelo biológico de Blainville, que considerava o órgão apto um elemento estático e a função o estado dinâmico da sua energia. Para Comte, a base estática da existência social é a ordem, sendo o progresso, nas suas transformações, o efeito dinâmico da evolução histórica. Justificando-se, Teófilo Braga refere que Mill adoptou esta base para a sua Lógica, e por isso pensa que, "A exemplo de Mill, pode este critério ser aplicado à Literatura, que, como produto social, participa desta dupla condição de existência" (1984 [1909]: 125), com uma parte estática, que inclui a Raça, a Tradição, a Língua e a Nacionalidade (69), e uma parte dinâmica, evolutiva e progressiva, reflectida pelos escritores individuais, que dão a expressão sintética aos elementos estáticos, "reflectindo a marcha da corrente histórica" (*id.*: 126). Apropriando-se do modelo biológico, diz que os elementos estáticos "São, por assim dizer, o organismo, em que se elaboram as funções ou criações literárias" (*id.*: 125). Deste modo, considera que "Os maiores génios são os que mais profundamente representam uma civilização" (70). A Literatura processa assim, através dos seus grandes escritores, a *síntese afectiva* dos povos e das suas tradições (71).

Mas a raça acaba por absorver e dominar todos os factores estáticos. Segundo Teófilo, para que uma literatura se institua é necessário que "uma *raça* fixe os seus caracteres

antropológicos pela prolongada hereditariedade, que funde a agregação ou consenso moral da *Nacionalidade*, tendo o estímulo de resistência na sua *Tradição* e na unidade da *Língua* disciplinada pela escrita, universalizando a relação psicológica das emoções populares com as manifestações concebidas pelos génios artísticos." (1984 [1909]: 63; destaques nossos). Segundo Teófilo Braga, a literatura é um "produto do ethos da raça", estando, como todos os fenómenos sociológicos, sujeita a leis naturais de ordem estática (necessários para conhecer a origem/formação) e de acção dinâmica ou de progresso (influência individual dos escritores de génio) (72). A tradição nasce pois de uma aplicação aporética de leis estáticas à evolução histórica e do pressuposto, não menos paradoxal, de que esses elementos invariáveis se reflectem de modo recursivo nos indivíduos históricos, independentemente da sua época.

A tradição, encontrado o seu "veio" histórico e confirmada a sua organicidade em termos nacionais, torna-se o critério avaliativo fundamental em Teófilo, à luz do "primitivismo" romântico (cf. II.4.2) e da sua ideologia republicana, desembocando numa espécie de "estética demagógica":

"O phenomeno da Poesia popular, além de ser um facto complexo da Ethnologia, é uma base essencial de toda a critica da Esthetica, e uma das mais sinceras manifestações subjectivas da humanidade, um inesgotavel documento psychologico para a Philosophia."; "a Poesia moderna começou por uma excessiva idealisação popular, por uma riqueza de themas mythicos, antes mesmo de attingir o desenvolvimento das Linguas modernas para exprimir com todas as bellezas estylisticas essa assombrosa criação de espontaneidade esthetica. O desenvolvimento subsequente das Litteraturas consistiu em dar expressão perfeita aos rudimentos ou esboços da idealisação popular." (Braga, 1902: 43) (73).

Foi este critério que o conduziu, à luz dos Cancioneiros recém-publicados, a afirmar o valor de escritores que antes criticava, como D. Dinis, os poetas do Cancioneiro Geral, Rodrigues Lobo e Francisco Manuel de Melo. Por este critério, Camões, símbolo da nacionalidade, é mais do que uma sinédoque da história da literatura portuguesa, é a literatura portuguesa (74).

A esta luz, as épocas literárias são definidas em função da maior ou menor presença das tradições nacionais (75). Por isso, determina que existiram três grandes épocas na literatura portuguesa, preponderando os elementos tradicionais (populares e nacionais) na primeira (Idade Média) e na última (Romantismo) (76). Na época intermédia, clássica, dominou a cultura greco-

latina (com início no século XV, com os "poetas palacianos", do Renascimento aos Arcades). Teria assim cabido ao Romantismo fazer "revivescer" as tradições medievais, nacionais e populares, incompatíveis com os modelos clássicos (77). No entanto, o pensamento comtiano obrigava a uma matização deste critério, uma vez que subalternizava a questão nacional em detrimento da ideia da existência de uma "civilização ocidental". Por isso, Teófilo afirma que coube ao "espírito científico" o restabelecimento da continuidade histórica entre os dois elementos da civilização ocidental (popular/medieval e erudito/clássico), harmonizando-os (78). É assim, pela mediação de Comte, que Teófilo concilia a tradição nacional com a tradição clássica.

Teófilo também estrutura a história da poesia popular com base na separação ou união entre o povo e os escritores cultos: na segunda época (séculos XII-XIV) teria havida separação (a primeira é anterior à nacionalidade), na terceira (séculos XV-XVIII) uma forte comunhão, devido ao facto de a realeza se ter apoiado no "terceiro estado" para se afirmar frente à nobreza. Porém, a partir da centralização monárquica (século XVII) a poesia popular entrou em decadência, até que, com o Romantismo (a quarta época) se valorizaram de novo os cantos populares e a Idade Média (79).

Fixado este critério da necessidade de uma base popular e tradicional da literatura culta, a coerência de Teófilo revela-se na constância com que avalia a literatura em função da comunhão ou separação entre os escritores e o povo. A "imitação" do Cancioneiro e do Romanceiro populares transforma-se mesmo numa exigência estética:

"Até ao ultimo quartel do seculo XVI os escriptores quinhentistas viveram e pensaram separados do povo: isto basta para se conhecer o muito que fizeram, mas tambem o muitissimo que deixaram de fazer." (1875: 307) (80).

"finalmente a época seiscentista e a arcadica, caracterisam-se pelo desconhecimento total da tradição nacional, pela separação entre o escriptor e o povo, e pela inspiração independente dos successos e interesses da vida real. Tal é a causa da inferioridade dos Seiscentistas e das suas aberrações." (*id.*: 341) (81).

"Em Portugal durou para mais de dois seculos este estado em que, sem o calor das tradições, as obras individuaes foram estioladas e pêcas. Passemos de alto e rapidamente sobre estas duas épocas, como as aves por sob as alagoas mortíferas." (*id.*: 342) (82).

A culpa, para Teófilo, estava do lado dos escritores, que "tendiam a afastar-se das relações naturaes com o povo" (1885: 170). A imagem botânica aparece mais do que uma vez

para dar conta deste afastamento da tradição: "a literatura, como a planta fora do humus fecundo, desde que se não alenta na tradição nacional, estiola-se procurando a luz nas correntes do gosto por uma imitação submissa." (1984 [1909]: 370) (83). No entender de Teófilo, foi a autoridade erudita renascentista que "estabeleceu a scisão entre o genio popular e a litteratura portugueza, mais do que em nenhuma outra litteratura romanica." (84). No entanto, a vitalidade da tradição nacional manteve-se porque os romances persistiram na classe popular, por serem orgânicos, tendo sido mesmo glosados e reelaborados nas cortes, porque "tinham raízes fundas", acrescentando Teófilo que a tradição popular portuguesa tinha sido considerada pelos folcloristas como a mais arcaica e bela da Europa, e no século XVI muitos escritores tinham intercalado nos Autos romances populares da tradição oral (85). A recuperação literária do romanceiro tradicional pelos escritores do século XVI e XVII e pelos próprios dramaturgos deu de novo vida à tradição nacional: "essa fôrma litteraria animada da corrente oral pôde lutar com vantagem contra a comedia classica." (1892, II: 336) (86).

As tradições populares acabam assim por "salvar" a literatura portuguesa, através das Serranilhas, imitadas por Gil Vicente e Sá de Miranda, vindo "através do pseudo-classicismo do seculo XVIII animar as *Lyras* de Gonzaga, e no seculo XIX dar vida aos retornellos dos poetas amorosos do Brazil." (*ibid.*). Por outro lado, o processo comparativo mostra-lhe que há um tipo de lirismo comum a todos os povos ocidentais (pastorelas, serranilhas e baladas), que persistiu e fecundou os Cancioneiros aristocráticos, revivificando-se com o génio individual dos escritores da Renascença (87):

"Os poetas quinhentistas mais distinctos foram aquelles que comprehenderam o valor d' essa tradição; em Sá de Miranda, em Camões, em Gil Vicente, em Jorge Ferreira de Vasconcelos, em Bernardim Ribeiro e Christovam Falcão, no Chiado e em Antonio Prestes, em todos elles se encontram preciosas referencias aos romances populares, por onde se infere o gráo de aproximação da sua obra litteraria d' esse veio tradicional que a maior parte dos escriptores eruditos desconheceram." (1881a: 15).

Tanto a valorização romântica da "literatura popular" como a posterior valorização da "nacional-literatura" mostram assim claramente que o projecto da história literária teofiliana se insere num espaço discursivo que vai da sociologia à antropologia, ao serviço da sua ideologia

republicana (88). Não surpreende pois que tenha marginalizado a dimensão estética, facto paradoxal no poeta que desejava escrever a "Epopéia da Humanidade": "Poeta, não ouviu o apelo dos valores estéticos, escritor, não reparou na morfologia da expressão" (Carvalho, 1948: 38) (89).

Notas

VI.

(1)- " 'Invented tradition' is taken to mean a set of practices governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past." (Hobsbawm, 1983: 1); "Inventing traditions, it is assumed here, is essentially a process of formalization and ritualization, characterized by reference to the past, if only by imposing repetition." (*id.*: 4).

(2)- Específico dessa época foi o facto de as classes de letrados estarem animadas por ideologias à luz das quais se concebiam "como profetas incumbidos da missão de guiar o povo para um novo mundo. Hegel dizia que o jornal era a oração diária do homem moderno." (*ibid.*). A participação na vida pública e política dos detentores deste "capital cultural", associada ao facto de os jornais estarem vinculados às organizações partidárias, tornou este "Quinto Poder do Estado" (*id.*: 52) num elemento decisivo de democratização e modernização: "A imprensa era o espaço público em que a sociedade e o Estado existiam" (*id.*: 53).

(3)- Cf. Ramos, 1994: 565-95. Estas tradições nacionais resultam da necessidade de o Estado-nação moderno construir representações culturais que assegurassem a identidade e a coesão nacionais, garantindo a continuidade com um passado memorável e produzindo "a substituição das dependências pessoais por uma religião fomentada e cimentada pelo culto de símbolos abstractos e colectivos (hino, bandeira) e de outros ritos de significação cívica." (Catroga e Carvalho, 1996: 81).

A construção da "memória da nação" vem de trás (cf. Bettencourt e Curto, 1991), mas é só nos finais do séc. XIX que se procura coordenar esta "base de dados" (devedora das velhas corografias, genealogias, crónicas de instituições, monografias de lugares) sob "a forma de uma 'cultura'" (Ramos, 1994: 565). As comunicações rápidas, a escola e o serviço militar facilitaram essa política de nacionalização.

Os românticos e os seus continuadores procuraram no passado as bases desse sentimento comunitário, na literatura e nas tradições (Garrett, Herculano, Teófilo, etc.), construindo a continuidade histórica da "cultura nacional", "uma entidade deduzida da língua, de um conjunto de informações solidificadas em estereótipos acerca da raça, da história, dos costumes e da terra." (*id.*: 566).

(4)- Em consonância com Rui Ramos, José Mattoso considera que esta consciência colectiva, divulgada já com o Tricentenário de Camões (1880), e em posteriores comemorações, é despoletada em particular com o *Ultimatum*, que desencadeou uma reacção popular 'patriótica' e 'nacionalista' " (*id.*: 38).

Sérgio Campos de Matos situa também nesta época a reestruturação da identidade nacional, mas chama a atenção para o facto de a "consciência nacional" ter despertado como reacção às frequentes ameaças exteriores, por vezes num certo clima de psicose colectiva (1990: 205).

(5)- Esta tese de José Mattoso já havia sido expressa anteriormente (1988: 148-9, 154-5), e apesar da importância que confere ao factor político, não deixa de salientar que "a sua componente fundamental é a convicção, por parte dos cidadãos, de que ele se legitima defendendo e promovendo a sua unidade, como um conjunto coerente, defendendo e promovendo os seus interesses colectivos." (*id.*: 155). Cf. F. Bettencourt (1991: 473 e 485).

(6)- No entanto, na opinião de José Mattoso, este fenómeno mental tem habitualmente um suporte objectivo, i.e., é inconcebível sem uma forma de expressão política, sem uma forma de Estado (1998: 7; cf. 9).

Também Aurélio de Oliveira considera que "é a unidade política e física de Portugal que proporciona a ideia e a consciência dessa unidade nacional." (1999: 220); "O Estado e a nação portuguesa não são, pois, coincidentes nos seus primórdios. Primeiro, formou-se o Estado e só lentamente, com a unidade política e linguística, com a unidade de mercado impulsionada pela burguesia comercial, se formou a Nação." (*id.*: 221); "a força centrípeta que uniu Portugal foi o Estado, o centralismo político, a língua, a estrada litoral, o mercado interno, a história, isto é, a burguesia portuguesa." (*id.*: 224).

VI.1.

(7)- Cf. 1896: 312.

(8)- Cf. 1878: LXIII, LXXIX, XCI, XCII.

As mesmas ideias e a mesma imagem do "veio" reaparecem a propósito da descoberta do *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (1885: 79-80).

(9)- Na segunda parte da sua *História da Poesia Popular Portuguesa* (1905) confessa que a articulação entre a tradição popular e as obras literárias foi a intuição fundadora que o guiou para a fundação da História da Literatura Portuguesa, determinando "as fontes tradicionais dos temas elaborados esteticamente nas obras literárias. Foi sob esta relação doutrinária, parte por intuição, parte pela revelação das obras primas, que desde 1863 a 1866 nos lançámos na investigação da Poesia popular portuguesa, aproveitando as relações pessoais com a mocidade de todas as províncias, que frequentava a Universidade." (1905: 515). Por outro lado, a simultaneidade da feitura do Cancioneiro Popular (1867) e do estudo dos Forais (1868; dissertação de doutoramento em direito) conduziram-no à "descoberta" das relações da tradição poética com os símbolos jurídicos das instituições foraleiras da sociedade moçárabe, que derivariam do direito germânico (séculos V-XIII) (*id.*: 520) (cf. 2000 [1865]: 105-6, 124).

De igual modo, nas *Origens Poéticas do Cristianismo* (1880), considera que o génio poético pertence exclusivamente ao povo rude, que inventou as grandes lendas e tornou o cristianismo popular: "O povo seguiu nas suas crenças o génio ariano, que se revelava na grande alma indo-europeia" (2000 [1880]: 129); "o Cristianismo baseou-se sobre os elementos tradicionais do politeísmo indo-europeu, conservados na sua parte cultural" (*id.*: 130; cf. 207-9). No estudo d' *As Lendas Cristãs* (1892), apesar de se afastar do *germanismo* inicial, não deixa de valorizar este papel criador do povo (2000 [1892]: 266-7, 501).

Por uma translação hermenêutica tipicamente viquiana, Teófilo Braga concluía pela "relação dos estudos tradicionais com os da História da Literatura portuguesa" (1905: 521): "A investigação das tradições populares e a

historia da Litteratura nacional são dois factos de tal fôrma connexos e solidarios, que encerram a luz philosophica de todas as creações litterarias. Rigorosamente, nas tradições populares conserva-se uma *Litteratura oral*, não fixada pela escripta, a qual se transmite através de todas as modificações sociaes e historicas até chegar a inspirar a elaboração do genio individual que funda sobre ella a obra prima que synthetisa uma civilisação." (1892, II: 326).

Assim, para a renovação da literatura era necessário fundar primeiro a história literária, o que exigia a exploração das fontes tradicionais e populares da nação, à semelhança do que fizeram os alemães desde meados do século XVIII, quando "perceberam os tesouros da tradição germânica" (1892, I: 363-4). Cf. 1903: XLII.

(10)- Cf. 1905: 518, 539. Segundo Teófilo, Jakob Grimm recolheu "a rica e extensa mina das tradições dos povos do Norte" (Braga, 1870: 348).

(11)- Assim "se mostra como o romance rude do povo foi imitado pelos nossos Quinhentistas e Seiscentistas, e como lhe imprimiram uma fôrma culta e litteraria, substituindo aos grandes e profundos traços dramaticos a expressão subjectiva e um exagerado lyrismo. O quadro termina no principio do seculo XVIII, justamente quando o romance caiu outra vez em desuzo, ficando privativamente das classes baixas." (*id.*: 526).

(12)-Esta concepção positiva remonta sobretudo ao início da "invenção do lusismo" (cf. VI.2): "Portugal pela autonomia de nação, desenvolveu uma lingua e litteratura, arte, industria e a grande acção historica que o tornou um dos primeiros povos coloniaes, e o iniciador da actividade pacifica da Europa moderna." (1902: 150).

(13)- Curiosamente, em 1870, Teófilo argumentava que a razão desta ausência de um "espírito nacional" se devia ao facto de a nação ser de fundação tardia, tendo já passado a época fecunda da Idade Média (feudalismo, revoltas comunais, poesia, línguas), pelo que nada nos restaria a fazer a não ser imitar o que estava feito (1870: 46). Devido ao exclusivismo clássico, a literatura portuguesa ficou votada "a uma esterelidade perpetua" (*id.*: 3). Só "Quando a litteratura portugueza acompanha o genio nacional, amoroso e aventureiro" apresenta obras "nacionais", como o *Amadis*, a prosa de Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões, a *História Trágico-Marítima*, as *Cartas de uma Religiosa* e o romanceiro cavaleiresco. Em prol da causa nacional, o Romantismo, apesar de tardio, era para Teófilo um continuador da "lucta tenaz da idade media" contra o elemento clássico. Por tudo isto, "Fazer a historia da Litteratura portugueza é mostrar como o genio mediévico teve uma diminuta revelação entre nós, por causa da excessiva auctoridade com que os modelos classicos se impozeram á admiração até hoje." (*ibid.*).

Assim, a excessiva admiração pela cultura latina "atrophiou a espontaneidade das classes elevadas, taes com o clero e aristocracia" (*id.*: 193), tendo impedido a compreensão da tradição literária medieval (*id.*: 194), que por vezes espreita nos cantos populares (*id.*: 198-9) e que, a seu ver, "vale mais do que todos os documentos da litteratura culta." (*id.*: 199); "depois de termos visto, como a bella raça dos Mosarabes foi reduzida á esterilidade, estes factos bastam para deixar em evidencia como a tradição latina nos matou para sempre a originalidade." (*id.*: 201).

Em termos conclusivos, Teófilo considera que "Tinhamos todas as condições para crearmos uma poesia grande e original; não passámos da imitação espanhola; não fomos nacionais, porque não tinhamos tradição, e porque nos deixámos esterelisar pelo culto auctoritario dos exemplares latinos." (*id.*: 261).

Esta explicação é de novo utilizada no *Manual* em relação à tendência erudita da língua (1875: 30-1). Posteriormente, assenta na "exiguidade do territorio" e no "pequeno numero da sua população" esta "falta de uma

originalidade imediata do povo português", que "não importa consigo a conclusão da inferioridade da nossa raça. Não era possível mais com menos elementos" (1881a: 9).

(14)- "Á custa dos dois Cancioneiros provençaes perderam-se os ricos thesouros da poesia popular, asphyxiou-se o genio *mosarabe*.

Até ao tempo de Dom João I, em que o povo revive, não dá elle signal de vida; está mudo, como no seculo X.

Os primeiros monumentos da sua poesia coincidem com a revolução que o elevou a terceiro estado, que fez temido o *Braço popular*. " (*id.*: 132).

Já no Cancioneiro Geral condenava a aristocratização do romance e considerava que a poesia popular foi esquecida pela "escola provençal" (1867: 42-3), condenando por isso os jograis (*id.*: 64).

(15)- Sobretudo o *Poema da Cava* ou da *Destruição de Espanha*, as *Cartas de Egas Moniz Coelho a uma dama*, a *Canção de Gonçalo Hermigues*, o *Traga-Mouros* e o *Romance de Goesto Ansuers* ou *Trovas dos Figueiredos* (cf. Luís Filipe Lindley Cintra, 1992). Cf. Braga, 1870: 132, 137, 207-8.

João Pedro Ribeiro, nas suas *Dissertações cronológicas e críticas* (1810-36), tinha demonstrado a sua apocrifia, lição que foi seguida por Herculano (cf. s/d, II [1876]: 239), Bellerman, F. Wolf (s/d [1859]: 443-5), F. Díez e Costa e Silva. Carolina M. de Vasconcelos, na edição do *Cancioneiro da Ajuda* (1990 [1904]), aludiu por isso à ingenuidade ou ignorância teofiliana (1922: 51-2), que não aceitou os argumentos da reputada filóloga e manteve a sua crença (Braga, 1984 [1909]: 362-9)

Não obstante conhecer os argumentos de João Pedro Ribeiro sobre a apocrifia dos textos forjados por Fr. Bernardo de Brito, Miguel de Andrada e Faria e Sousa, Teófilo usa argumentos de toda a espécie para afirmar a sua autenticidade e incluiu esses apócrifos no *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português* (cf. 1867: 207-8; 1867a: 181, 197-8, 202). Porém, no tomo III desta obra inclinava-se a favor das dúvidas de J. Pedro Ribeiro (cf. 1867b: V-VII) e na edição do *Cancioneiro da Vaticana* considera as *Cartas de Egas Moniz* uma falsificação (1878: XXVIII). A partir daqui, porém, as dúvidas como que se dissipam: cf. 1870: 93-4, 207-8; 1872: 21, 28, 60; 1875: 137-43; 1878: XXVII-XXVIII, LXXVII; 1881: 104-5; 1885: 91-9, 139-43; 1902: 198, 204, 225-7; 1905: 103, 114-28; 1984 [1909]: 224-8, 262, 362- -9.

Prefere assim seguir os "crentes", como António Ribeiro dos Santos, Fr. Francisco de S. Boaventura (1825: 31), ou de A. P. Lopes de Mendonça (1857: 17, 33-4). Aliás, A. F. Vieira Meirelles diz que prefere acreditar nas "reliquias" (exceptuando uma) apenas para não ser iconoclasta (1860). Mesmo depois, J. M. de Andrade Ferreira ainda aceita a autenticidade das reliquias (1875), que aparecem em apêndice final numa selecta literária de Henrique Midosi, embora o autor refira que os autores divergem sobre a sua autoria e sobre a época da sua composição (1892: 289).

(16)- Cf. 1873f: 244, 247, 252.

Em 1873 nota-se uma ligeira inflexão na posição teofiliana perante o anúncio da edição prevista do *Cancioneiro da Vaticana* pelo romanista italiano Ernesto Monaci, um dos directores da recém-criada *Rivista de Filologia Romanza*. Adolfo Coelho divulga na *Bibliographia Crítica de Historia e Litteratura* (1873-5) o trabalho do romanista, em que iria colaborar, esperando que a futura edição ajudasse a clarificar o panorama da literatura medieval portuguesa. É a partir de então que Teófilo Braga defende a existência de uma tradição nacional original,

que a aristocracia teria imitado e se teria difundido através dos jograis, persistindo essa tradição de modo contínuo (1875: 43-5): "Hoje está achada a tradição poetica provençal na litteratura portugueza, e estão integralmente salvos os seus vastos monumentos." (1881: 200); "pelo espirito de ingenuidade popular nos levam a crêr, que sob essa forma semi-culta, se pode descobrir uma poesia verdadeiramente *tradicional*, uma base organica para o desenvolvimento litterario do lyrismo." (1881a: 21). Estava finalmente encontrado, diz, o monumento principal da literatura portuguesa, onde se imitavam as várias escolas do final da Idade Média, o livro das origens literárias da literatura portuguesa (1878: III-IV). Por ele se via que "Se os jograes e trovadores conheceram um typo tradicional do lyrismo é porque esse typo se conservava inconscientemente entre o povo" (*id.*: XCVIII); "Sentimos um vivo prazer diante dos documentos que mostram que o povo portuguez não foi extranho á corrente da litteratura da idade media da Europa" (1881a: 18).

No *Manual* reitera a explicação étnica para a irradiação da poesia provençal, que considera um simples facto de evolução etnológica, necessário para entender o sentido do lirismo dos trovadores portugueses (1875: 36) e o motivo de a poesia provençal ter predominado na Galiza. A causa orgânica teria consistido no facto de a Galiza ter sido povoada pelos Suevos, que perderam cedo as suas tradições originais, aceitando assim facilmente o influxo lírico da Provença (*id.*: 37).

(17)- Deste modo, "[os escritores] fizeram-nos esquecer as tradições nacionaes" (1881: 28); "afastaram a literatura portuguesa das condições orgânicas da sua originalidade." (1984 [1909]: 109).

Teófilo procurava assim aplicar à literatura portuguesa o que considerava ser uma "lei" das literaturas românicas, que se teriam formado, "como observaram Frederico Schlegel e Comte, na lucta do espirito novo elaborando as tradições medievaes nos rudes dialectos que se hão de tornar linguas nacionaes, reagindo contra o prestigio das obras classicas da antiguidade impostas á imitação pelos eruditos e pela admiração incondicional dos monumentos antigos." (1896: 5).

(18)- Tratou-se, com efeito, de um trabalho moroso e progressivo, desde a incompleta e restrita edição de Lord Stuart do então designado *Cancioneiro do Colégio dos Nobres* (1823) à edição crítica de Carolina Michaëlis do *Cancioneiro da Ajuda* (1904). Em 1873, E. Monaci inicia a publicação do *Cancioneiro da Vaticana*, de que Teófilo fez uma "edição crítica" e em 1880 é descoberto o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*.

(19)- As reflexões que deduz dos "Canti antichi portoghesi" de Monaci são aplicadas de modo incipiente no *Manual* (1875). Ao publicar o *Cancioneiro da Vaticana*, Teófilo Braga narra a história da sua descoberta e publicação por E. Monaci, que teria sido estimulado pelas queixas de Teófilo no livro dedicado aos "Trovadores galécio-portugueses", de 1871 (1878: III). Além disso, refere o anúncio por Monaci da descoberta de outro cancionero perdido, de Colocci, que Corvisieri e Molteni encontraram na biblioteca do Conde Brancuti di Cagli, que acabava de ser publicado em homenagem a Camões, no seu Tricentenário. Para breve, anunciava-se a publicação do *Cancioneiro da Vaticana* por Monaci: "assim ficará completo o vasto corpo da Litteratura provençal portugueza, e authenticadas as bases da nossa evolução litteraria. A tradição inconsciente veiu á sua plena restauração pela critica scientifica." (1881: 201).

(20)- Em nota de rodapé, enumera os textos perdidos (cerca de 22) e encontrados (cerca de 23) dos séculos XII a XV, que implicavam uma nova construção do quadro da primeira Época da Literatura portuguesa, com a comprovação do "individualismo e fecundidade do nosso génio nacional." (1984 [1909]: 428-9).

(21)- "Á falta de monumentos primitivos que ou não se conservaram por incuria ou ignorancia se perderam, só podemos por simples inducções recompôr a nossa historia litteraria." (Braga, 1870: 169).

Já então Teófilo se queixava das edições deficientes dos cancioneiros do *Colégio dos Nobres* e do *Cancioneiro da Vaticana* de Lopes Moura e Varnhagem (1870: 124; 136; cf. 1875: 29), mas acreditava na tese de Lord Stuart acerca da autoria individual daquele, que Varnhagen atribuiu ao Conde de Barcelos (1870: 128-9; 134).

Esta visão indocumentada da época medieval persiste no seu *Manual*, onde menciona Cancioneiros hipoteticamente desaparecidos, mas cuja autoria e existência se revelaram infundadas (Cantigas do Conde de Barcelos, Cantigas a Nossa Senhora de D. Dinis, Livro das Trovas de D. Afonso, Cancioneiro do Conde de Marialva) (1875: 29), à mistura das "reliquias", em que nunca deixou de acreditar. Aliás, na sua "edição crítica" do *Cancioneiro da Vaticana*, Teófilo formula a (hipó)tese da existência de diversos pequenos cancioneiros (dos séculos XIII e XIV) que teriam servido de base à elaboração de um grande Cancioneiro (1878: XCI).

De qualquer modo, ou por falta de documentos ou pelas edições incompletas que existiam, Teófilo via-se obrigado a reformular as suas obras anteriores (cf. 1878: II-III; 1881: 199). Na sua segunda síntese teórica de 1881, refere-se ao *Cancioneiro da Ajuda* e à sua má compreensão no início, destacando os estudos de Bellerman (1840) (1881: 196-7), a busca do *Cancioneiro da Vaticana* por Wolf e por Lopes Moura, e a posterior descoberta em Évora de 24 folhas que faltavam ao *Cancioneiro da Ajuda*, que Varnhagen imprimiu em 1849, em Madrid (*id.*: 197-8).

À medida que os documentos da literatura medieval portuguesa vão sendo descobertos, Teófilo atribui às instituições políticas e científicas (em particular à Academia Real das Ciências de Lisboa) a culpa pela desvalorização do património nacional medieval e pela ideia da falta de originalidade da literatura portuguesa: "O Cancioneiro [da Vaticana] portuguez ficou sempre ignorado, e por isso a tradição litteraria esquecida fez com que esses dois seculos fossem mesquinhos e sem intuito e vitalidade na litteratura." (1878: III; cf. IV-VIII, LXXXIV; 1881: 199).

(22)- "Por uma intuição genial compreendeu Camões o valor da *tradição* como elemento organico da obra litteraria. E de facto Fernando Wolf formulou este principio de critica moderna, que a litteratura de um povo é tanto mais original e fecunda, tanto mais persistente diante das invasões das correntes do gosto de qualquer epoca, e mais verdadeira emquanto ao sentimento nacional e aspiração á liberdade, quanto essa litteratura haurir d' esse elemento, anonymo e inconsciente, a fôrma da concepção ideal e sempre individual da obra de arte." (1911: 439).

(23)- Braga, 1878: XCII, XCVI-XCVII. Cf. 1885: 79-80 e 1984 [1909]: 232.

(24)- "Da poetica provençal na litteratura portugueza"; 1881: 181-201.

(25)- "Basta um rapido esboço da evolução historica de Portugal para sentir-se o maximo interesse pela manifestação do seu genio nacional na litteratura." (*id.*: 8-9); "A litteratura portugueza começa com a nacionalidade, porque além das condições economicas da idependencia, existiam os factores moraes da linguagem e da tradição." (*id.*: 10).

(26)- Cf. A. P. Coelho, 1943: 9.

Esta transição é visível nos próprios programas que Teófilo Braga elaborou para o Curso Superior de Letras, sobretudo desde 1877-78: "filiava o curso de história da literatura portuguesa no quadro das literaturas românicas. Seguia o método comparativo, estudando os diversos elementos que influenciaram a formação da nacionalidade, e entrava a seguir na literatura portuguesa através dos seus períodos e escolas, segundo a divisão actual." (Aguilar, 1939: 304).

(27)- "Tenho a mais profunda sympathia e convicção científica pela supremacia do espirito latino, ao qual Augusto Comte, attendendo aos elementos ethnicos que n' elle se integraram, chama *Occidentalidade*. Ainda Germanos, Saxões e Slavos estavam na barbárie, já esta Occidentalidade contava trinta seculos de cultura social documentada..

Essas novas Nacionalidades têm attingido todos os progressos materiaes, mas a perfeição do senso moral, o equilibrio do sentimento, e o espirito individualista são para ellas ainda letra morta. É esta a supremacia dos povos occidentaes, continuadores das Civilisações mediterraneas, de que a Latina foi a ultima, e com a fortuna de se expandir para a Hispania, Britania, Gallia e Germania, incorporando estas raças não ao latinismo mas á Occidentalidade. É esta a these que deve inspirar uma Historia universal. As doutrinas do Pan-Germanismo e Pan-Slavismo, resultam da ignorancia de que os progressos d' essas phazes de cultura não são mais do que o desenvolvimento normal d' esta Occidentalidade." (*id.*: XXXI-XXXII).

(28)- "O centro principal das civilisações mais elevadas da humanidade estabeleceu-se nas bordas do Mediterraneo; (...) e se estendeu por toda a Europa pela acção dos romanos, até que, incorporados os povos barbaros e constituindo novas nacionalidades, se deslocou para o Atlantico. Este facto determina uma éra incomparavel na evolução da humanidade; realisado pela actividade maritima dos portuguezes, bastava esta alta missão historica para tornar inolvidavel o povo que a cumpriu. Sob a dependencia material da contiguidade do espaço pode-se dizer que a Historia universal está condensada no grupo das Civilisações mediterraneas, como tão lucidamente o reconheceu Herder." (1892a: 7); "O grande abalo da invasão dos barbaros da Germania no Occidente não pode já extinguir a Civilisação occidental; assimilaram-se a ella, produzindo-se o phenomeno grandioso da criação das nacionalidades modernas." (*id.*: 8).

(29)- "Para escrever uma Historia da Litteratura Portuguesa digna d' este titulo, faltava-me o conhecimento da anthropologia e da ethnographia; ignorava o processo de formação das linguas romanicas e o methodo philologico comparativo; tinha uma incompleta noção historica da Edade media, e principalmente da revolução occidental que envolve todas as manifestações da historia moderna da Europa; *estava desviado de apreciar a missão iniciadora e profunda da cultura greco-romana continuada pelos povos latinos*; com um criticismo anarchico julgava as instituições e os homens, sem ter a vista de conjuncto de uma Philosophia que me revelasse as leis psychologicas e historicas, para coordenar o immenso tropel de factos accumulados por uma erudição impertinente." (*id.*: VI-VII; destaque nosso).

(30)- "A Europa é verdadeiramente o mais bello campo de observação sociologica, porque desde o fim da Edade-média ella é um organismo completo, em que as fronteiras nacionaes em nada separam emquanto á communhão de espirito nas idéas estheticas, scientificas e philosophicas. É uma grande e bella Confederação moral, cuja situação

tende para uma acção commum, sendo a falta de comprehensão d' este destino a causa da esterilidade politica em cada estado que se confina nos seus interesses locaes." (1892, I: 430).

(31)- "Nas *litteraturas meridionais* brilha a força unificadora do sentimento (expressão das mesmas emoções e das mesmas aspirações); "perante o documento affectivo das Litteraturas, a Europa, retalhada pelas luctas religiosas e pelos odios politicos, é uma confederação moral, em que todos collaboram para uma harmonia superior da consciencia." (1892, I: 439; destaque nosso).

A marcha da revolução ocidental leva-o a prever o seu desfecho numa era de normalidade, com a cooperação do sentimento: "É esse o supremo ideal que se apresenta aos artistas, aos poetas, aos litteratos, que malbaratam o poder da expressão esthetica nos contrasensos de uma desorientação, que se denomina *fin de siècle*." (*id.*: 443).

(32)- Teófilo apoia-se em Gaston Paris, citando-o (1892, I: 439). Baseia-se, deste modo, na ideia de que as influências são naturais: "Esta criação de uma unidade sympathica na Europa fez com que as novas litteraturas se fossem succedendo na sua impulsão hegemonica" (*id.*: 442); "Não ha aqui uma decadencia, mas sim um concurso successivo para a criação de uma Litteratura universalista, que, realisando pelo sentimento a unidade sympathica da Europa, coadjuve o advento da futura unidade synthetica pelo imperio das verdades positivas, e a unidade synergica pelo regimen da actividade pacifica da industria." (*ibid.*).

Neste contexto, para Teófilo, na Idade Média "a poesia de cada raça é esquecida no seu particularismo sobrevivendo aquillo que exprimia uma generalidade, uma aspiração humana." (1902: 55). Chega mesmo a desvalorizar a questão da originalidade, mas para negar a prioridade castelhana na elaboração dos romances populares: "Scientificamente não há *originalidade* quando se trata da tradição, transformando-se sempre na continuidade; n' este sentido, Castella não é mais rica nem original do que os outros Estados peninsulares. (...) O genio creador de Portugal é differente pelo seu *ethos* do de Castella" (1914: 270).

(33)- Teófilo parte de uma concepção viquiana da poesia popular, concebendo-a, à luz da "questão homérica", como rapsódia colectiva (1867: VI-VII; cf. X-XII, 1-2, 36-7, 62-3, 188, 210; 1867a: VI; 1867b: VIII; 1902: 49-51). Por isso, condena a imitação da poesia popular pelos poetas cultos como contrafacção ou a sua recolha em "collecções que têm o mero valor de um *pastiche*, *superfetação* ou como lhe quizerem chamar, mas que nada revelam do instincto que é necessario para comprehender o genio do povo." (1867: 210). A Almeida Garrett condena essencialmente o facto de "retocar" artisticamente o *Romanceiro* (*ibid.*).

Outra das obras que Teófilo atribui ao "povo" é a "criação" das línguas românicas, que considerará sempre de origem popular, apesar de aceitar que a sintaxe foi recebida do Latim:

"A formação das linguas romanas é o facto mais brilhante do elemento anonymo das litteraturas do Meio Dia da Europa." (1867: 5-6).

Na *História da Poesia Popular Portuguesa* fornece a seguinte definição de povo:

"o *povo* comprehende aquellas classes activas, que vivem em um estado emocional e que se determinam pela espontaneidade do sentimento e se apoiam na immutabilidade dos costumes. É n' esse grupo social, em qualquer nação, que se conservam automaticamente as tradições do passado, embora em certa inconsciencia, e que se elaboram as concepções subjectivas e as impressões de momento sob o aspecto de - poesia. Designando o conjuncto

de uma nação, a palavra *povo* exprime perfeitamente essa elevada forma de associação, apoiada principalmente em uma consciente solidariedade ethnica" (1902: 3); "Foi por um longo trabalho de critica que se chegou muito tarde a descobrir este elemento anonymo da historia moderna da Europa, o Povo. Acreditou-se por muitos seculos no poder das altas individualidades, creando religiões, nacionalidades, linguas e epopêas; faltava o outro elemento impessoal, para reduzir ao natural esses assombros humanos." (*id.*: 4).

(34)- Assim, a investigação da poesia popular na Europa "impõe hoje á critica a consideração internacional, e vistas theoreticas sobre esse phenomeno da sua assombrosa unidade. Hoje não é possivel conhecer bem a poesia popular de qualquer nação sem a comparar com o conjuncto europeu; o seu estudo particular deve ser feito no intuito de servir á solução do problema geral." (1902: 57).

Para Teófilo, "a Europa, anthropologicamente considerada é uniforme na constituição definitiva da sua população; a criação das nacionalidades não destruiu no seu separatismo politico esta similaridade primordial." (*id.*: 5); "Quanto mais nos aproximarmos d' esse fundo anthropologico da população europêa, da persistencia ethnica dos seus costumes, e das concepções mythicas que actuaram na sua poesia dando-lhe themas universaes, tanto mais nos approximamos do conhecimento da *unidade do lyrismo* e das *narrativas heroicas* que apparece como base tradicional nas Litteraturas da Europa." (*id.*: 8; cf. 10-4, 22-7).

(35)- No entanto, em 1902 limitava os lusitanos ao "grupo *Asturo-Galecio-Portuguez*", em que se enquadrava a poesia popular portuguesa, distinguindo-o do "grupo ethnico *Extremenho-Betico-Algarvio* ", embora os insira num fundo étnico meridional, partilhando "as fontes communs da unidade da tradição poetica occidental nos paradigmas similares da poesia do povo francez e italiano." (1902: 65).

(36)- "É o facto da simultaneidade dos povos liguricos na Gallia meridional, na Hespanha e Italia, que authentica esta unidade ethnica occidental; os modernos criticos reconheceram-na nas tradições poeticas do lyrismo popular e das narrativas épicas." (1902: 132-3).

Descobriu-se similaridade de temas e formas na europa meridional, e daí Teófilo deduz "o *substratum* anthropologico, que subsiste entre esses povos separados politicamente, mas unificados por identicas tradições; e ao mesmo tempo, o nacionalismo persistente nos cantos de outras regiões historicamente separadas. Esse *substratum* anthropologico, que se reconhece na alta Italia, na Bretanha, na Irlanda, em Portugal, é a raça pre-celtica, hoje determinada no typo *ligurico* (Belloguet, Celesia, Morton, Martins Sarmento); e esse typo nacional é o *lusismo*, que através de seculos de lucta não pode confundir-se com o iberismo imperialista absorvente, apoiando-se sempre na associação local ou o municipalismo. O *lusismo* reflecte-se nas tradições poeticas da Galliza, das Asturias, da Extremadura e da Andalusia, desde tempos quasi immemoriaes separados arbitrariamente da Lusitania desmembrada pelos romanos." (*id.*: VI; cf. 305-6).

Em última instância, Teófilo segue Martins Sarmento, que deduziu "a origem ligurica dos Lusitanos" (*id.*: 254; cf. 254-8, 317, 322, 355, 391-6, 423).

(37)- Cf. 1902: 273, 292-3.

(38)- 1902: 305. "Recapitulando os factos até aqui apresentados, evidencia-se que existiu uma Poesia vulgar na época da florescência da Litteratura classica latina, simultaneamente cantada e dansada, fundada na *accentuação*, base da metrificação moderna." (1902: 304).

(39)- 1905: I; "É essa Tradição reconstituída que ainda hoje revela a primeira *unidade lusitana* de Portugal, Galliza, Asturias e Andalusia, ou propriamente a Hespanha occidental, estados ou provincias politicamente separadas pela incorporação iberica." (*ibid.*).

(40)- Teófilo tenta provar a prioridade portuguesa pelas presenças desses romances em Gil Vicente, Camões, Prestes e Chiado: "Os romances portuguezes das versões actuaes são modificações dos *romances velhos*; é interessante o confronto das duas épocas, em que o vigor da imaginação do nosso povo simplificou os quadros das collecções castelhanas do seculo XVI, dando- -lhes mais vida e colorido." (*id.*: 504).

Segundo Teófilo, Wolf não se apercebeu da existência de um fundo comum peninsular, mas "Garrett entreviu este substratum tradicional", o seu trabalho "é a revelação do sentimento nacional a que elle deu expressão na Litteratura portugueza." (*id.*: 505). No entanto, afirma que nem Garrett nem Herculano "tiraram as consequencias do problema ethnico que entrevistaram." (*id.*: 509).

(41)- "Mas a critica europêa veiu a reconhecer um character archaico na poesia popular portugueza, que a destaca dos mais povos meridionaes; e as regiões que hoje são hespanholas *iberisadas* foram primitivamente *lusitanas*. Assim o problema aparece em um novo aspecto." (Braga, 1905: 504).

(42)- Trata-se de uma alusão a F. Wolf, mas também a A. Herculano e a Carolina Michaëlis de Vasconcelos (cf. VI.2).

Neste alargamento da "lusitânia", Teófilo pretendia "completar a unidade ethnica portugueza, desmembrada politicamente em outros Estados autonomos, pondo em evidencia as *indoles*, manifestadas em uma tradição poetica commum", que se estenderia ao Brasil e à Galiza (1905: 531). Há aqui um claro alargamento geográfico à "Lusitânia dos antigos", com efeito retroactivos até aos descobrimentos: "a Hespanha foi, segundo a noção geographica da Lusitania pre-strabonica, occupada pela raça dos Lusos ate quasi aos Pyreneus; na occupação dos Iberos nem toda essa raça foi impellida e confinada para o oéste da peninsula, ficando farto elemento lusitano esparso em povoações intermeiadas nas regiões propriamente ibericas. Quando a Hespanha iberica se lançou ás descobertas maritimas e á occupação colonial no continente e ilhas americanas, esses elementos *lusitanos* ou lusonios primitivos seguiram a sua tendencia maritima e aventureira, e foram colonisar o Perú, o Mexico, as Philippinas, as Antilhas." (1905: 469-70).

Já em 1902 se apoiava nos géógrafos gregos e romanos para defender a existência de "uma grande unidade ethnica, a *Lusitania*" (1902: 130; cf. 129, 246 e 274). Segue Estrabão para destacar "os Lusitanos como o povo mais poderoso de toda a Iberia" e baseia-se em Hesíodo, que os caracterizava como *Ligurios* (*id.*: 131; cf. 133-6, 225, 229; 1902b: 532-6).

(43)- Teófilo destaca a "desnacionalização" iberizante do século XVI, o desprezo pelo povo e pela tradição nos séculos XVII e XVIII, e a revivescência do génio nacional no século XIX, com o Romantismo (*id.*: VI).

(44)- "Os romances portugueses das versões actuaes são modificações dos *romances velhos*; é interessante o confronto das duas épocas, em que o vigor da imaginação do nosso povo simplificou os quadros das collecções castelhanas do seculo XVI, dando-lhes mais vida e colorido." (*id.*: 504).

(45)- Cf. 1984 [1909]: 115-7.

(46)- "Assim, esse typo da lyrica popular sobre que se elaboravam as novas Canções, tendia a revelar-se commum a muitos Estados peninsulares, galecio-asturo-leonez, e extremenho-betico-algarvio, e a accentuar um fundo primordial *lusitano*, sympathico e persistente na recente nacionalidade de Portugal. As pretendidas imitações francezas dissolvem-se n' essa communhão e unidade de typos poeticos similares á Italia, á Sicilia, á Gallia e á França, em cujo substractum ethnico se intégra Portugal."; "Este caracter *archaico* da poesia popular portugueza, que a destaca d' entre as outras romanicas" (1902: 262).

VI.1.1.

(47)- Cf. 1984 [1909]: 191-4.

Daí a importância que concede ao que designa ciclo pré-afonsino (1185-1248), pela "facilidade com que os trovadores portugueses de 1200 a 1245 se apoderaram de todos os artifícios da poética provençalesca sem perderem as características do génio nacional, revelado no seu lirismo" (1984 [1909]: 207). No *Cancioneiro da Ajuda* estariam os trovadores deste ciclo pré-afonsino que poetaram desde a última década do séc. XII até 1245, podendo, no seu entender, completar-se pelo então designado *Cancioneiro Colocci-Brancuti* as lacunas (as folhas perdidas) do *Cancioneiro da Ajuda* (*id.*: 207-8). De certo modo, isto corroborava a ideia de F. Diez de que em Portugal se deu uma nacionalização da poesia provençal (*id.*: 240).

(48)- Cf. 1984 [1909]: 188.

(49)- Cf. 1984 [1909]: 194-6.

(50)- Cf. 1984 [1909]: 178. Por um lado, também o Sul da França (Provença) devia à liberdade democrática do municipalismo a conservação das suas tradições e o vigor da sua cultura (*id.*: 173). Por outro lado, a imitação provençal explica-se devido ao fundo comum das tradições meridionais (*id.*: 175). O aspecto "popular" da poesia provençal (habitualmente considerada aristocrática e artificial) dever-se-ia ao facto de ser uma "revivescência", o renascimento de uma tradição apagada, tendo as cortes acolhido esta "planta agreste" (*id.*: 174). Cf. 1905: 80-3.

Já no *Manual*, Teófilo reapreciou a poesia provençal com base no critério político, na medida em que defende que o "gaulez" da França meridional teria conservado as suas tradições devido à colonização romana não interferir (1875: 33), tendo sido divulgadas através das cruzadas (*id.*: 34). Agora, os trovadores provençais são valorizados porque teriam defendido a liberdade popular, democrática e municipal, tendo sido vítimas da França do

Norte, pois a cruzada contra os albigenses teria extinto essa poesia (*id.*: 35). Por outro lado, Teófilo considera natural essa irradiação devido à existência de um fundo étnico comum à Europa meridional. A partir de 1877/78, Teófilo afirma que esse fundo étnico era de origem "turânica", como na Aquitânia, donde provinha o lirismo provençal, e já em 1877 "estende" esse fundo étnico ao Brasil e à Galiza. Deste modo, Teófilo crê que "a demonstração dos typos tradicionaes (...) não só virá derramar uma nova luz sobre as origens da poesia romanica, mas explicar a unidade do lyrismo europeu" (1878: XCII; cf. LXIII e XCIX). Havia é que "descobrir a causa d' esse phenomeno. Os dados ethnicas que temos determinado reduzem esse phenomeno a uma revivescencia" que "se dá entre todos os povos em que existe o elemento turaniano" (*id.*: C). Era, uma vez mais, o discurso étnico a prevalecer.

(51)- As ideias teofilianas inserem-se assim no conhecimento das tradições populares comuns aos povos europeus, ideia que remonta à sua edição do *Cancioneiro da Vaticana*:

"Na poesia moderna, desde que se descobriam as formas lyricas communs á França, Italia e Portugal, é impossivel comprehender os trovadores na sua elaboração individual sem conhecer a tradição, que se foi revelando á medida que a poesia decaiu em um mister dos jograes. É sobre este novo problema que baseámos o estudo da propagação do lyrismo provençal á Peninsula hispanica." (1878: XVI).

(52)-Segundo Teófilo, a raça turânica ou ibérica fundiu-se com o elemento ligúrico ou celta-marítimo, de que teriam resultado três estados peninsulares (os Galaicos, os Lusitanos e os Bastulos) (1878: XIX). As explicações (algo fantasiosas) que Teófilo vai dando em termos evolutivos conduzem-no a afirmar que a poesia provençal encontrava em Castela uma terrível antagonista, mas "o genio nacional começava a elaborar as *epopêas mosarabes*, que constituem o riquissimo e inimitavel Romancero hespanhol", seguindo-se o gosto das gestas francesas e mais tarde a renovação da lírica por Dante e Petrarca (*id.*: XXII).

(53)- No *Cancioneiro da Vaticana* há, afirma a revelação indirecta de um mundo de poesia elaborada na sociedade moçárabe, que se mantivera na tradição oral até à criação dos estados peninsulares e que se continuou a transmitir oralmente até aos povos modernos, notando-se também uma influência sueva no lirismo ocidental (1902: 146). Aliás, Teófilo considera que "É no período de formação da sociedade *moçárabe* que devem começar as investigações dos elementos tradicionais que vieram a prestar materiais para a elaboração literária." (1984 [1909]: 88).

O calcanhar de Aquiles desta hipótese era, no entanto, a ausência de documentos da poesia oral, o que conduz Teófilo a defender que para se conhecer a poesia popular havia que proceder de modo indirecto, "vendo o seu reflexo nas elaborações individuaes e nas fórmias desenvolvidas nos dois meios, a Côrte e a Igreja." (1905: 5). Jeanroy defendera uma tese similar, que Teófilo criticou, porque partia da ideia de que a poesia arcaica portuguesa "reflectia" indirectamente a existência de uma anterior tradição oral do lirismo francês, imitada na Península Ibérica (1902: 265).

(54)- Cf. 1881: 185-9; 1902: 144-5; 1914, 202-6.

No entanto, no seu afã de encontrar elementos populares nos Cancioneiros aristocráticos, perde-se em especulações etimológicas sobre o "Solao" (1881: 186-7), que terá sido o género poético que mais se apoderou do gosto literário português (*id.*: 187-8), acusando, porém, Garrett de o definir fantasiosamente (para Garrett o Solao equivale à lírica, a Xácara ao drama e o romance à epopeia). No entanto, no segundo volume da *História da Poesia Popular Portuguesa* considera que Garrett compreendeu os três tipos originários da poesia popular (1905: 508).

Segundo A. do P. Coelho, foi Adolfo Coelho quem propôs pela primeira vez o termo "ledino" para classificar as cantigas de romaria, termo que Teófilo defendeu com tenacidade e que mesmo Carolina Michaëlis não chegou a confutar (1943: 16-7, n. 1).

(55)- Na sua primeira versão da História da Literatura Portuguesa, Teófilo dedica um volume aos "trovadores galécio-portugueses" (1871), mas sob a égide da "Escola Provençal" (séculos XII a XIV), o que mantém até ao *Curso* (1885), apenas acrescentando alguns dados novos em virtude da divulgação do *Cancioneiro da Vaticana* por E. Monaci (desde 1873). Aliás, no *Curso* justifica mesmo a prioridade do lirismo provençal devido a causas etnológicas (1885: 63-4).

Em 1896, Teófilo opta em definitivo pela periodologia baseada em reinados, articulando a vida poética com os casamentos reais e as relações entre as cortes. Nesta lógica, agrupa a poesia em quatro ciclos: pré-afonsino (1185-1248; até D. Sancho II), afonsino (com início em D. Afonso III; 1248-79), dionísio (1279-1325) e pós-dionísio.

(56)-Cf. 1984 [1909]: 207.

Já na edição do *Cancioneiro da Vaticana* afirmava que se não se desse este acolhimento, as formas populares ter-se-iam perdido totalmente (1878: LXIV), sendo essas formas que animaram uma poesia provençal esgotada (*ibid.*; cf. LXIX) e a modificaram, revelando o *Cancioneiro da Vaticana*, de modo indirecto, a existência de uma profunda poesia popular portuguesa, um lirismo meio tradicional, meio individual, com raízes étnicas no solo peninsular e que persistiu no moderno lirismo português (Camões, F. M. Melo, João de Lemos e Palmeirim) (*id.*: LXV). Cf. 1902: 260-2; 1905: 65-6, 69-77.

(57)- Como sempre, Teófilo recorda F. Diez e a sua ideia de que houve em Portugal uma nacionalização da poesia provençal e invoca mesmo Bellermand, que refere a existência de um sentimento poético real nos cancioneiros medievais, não obstante Wolf se apoiar nele para negar a originalidade da poesia medieval portuguesa. Mas Teófilo não aceita a origem românica da língua e da cultura portuguesas (1984 [1909]: 240). Por outro lado, para manter a tese da autonomia da poesia nacional, acusa Sarmiento e Milá y Fontanals de confundirem a "revivescência galega" de fins do século XIV com os germens tradicionais do lirismo elaborados pelos trovadores portugueses (*id.*: 241).

Assim, estabelece que no primeiro período da literatura medieval houve "um fundo tradicional e popular do Lirismo português", de uma poesia nacional, da Galiza de aquém Minho, que se constituiu como uma escola independente, de carácter popular e com uma simplicidade natural (*id.*: 184-8):

"Sobre este fundo orgânico e preexistente é que a Escola trovadoresca portuguesa evoluciona em um período que vai de D. Sancho I até D. Pedro I" (*id.*: 188).

VI.1.2.

(58)- "A obra do genio popular não é propriamente litteratura; mas a concepção individual que se não inspira d' esta parte tradicional, é uma aberração mental, incommunicavel, sem sentido e de mera curiosidade. A mútua relação

entre a tradição nacional e a interpretação artística continua a manifestação do bello nas obras de uma litteratura." (1875: 1-2). Cf. 1872: 7;1902: 53; 1984 [1909]: 89.

(59)- Em termos políticos, "A obliteração das Tradições é o meio empregado para apagar em um povo o sentimento da propria independencia; o que fizeram os despotas do seculo XVIII, repete-se ainda hoje na Russia, em relação á Polonia" (*ibid.*).

(60)- "E estudada emquanto aos seus temas e fórmãs de expressão, a Poesia popular, sob o seu aspecto *esthetico* apresenta-nos os typos rudimentares ou embryonarios da Poesia artistica, estabelecendo-se a continuidade de uma tradição que levou á criação das formas lyricas, épicas e dramaticas das Litteraturas." (1902: 2); "a *lyrica*, ou cantada, que se desenvolve no rudimento das Canções dos Trovadores da Provença, na *Canzone* italiana petrarchista, que se generalisa na Renascença, em contraposição com as Trovas e as Redondilhas hespanholas, da mesma fonte popular; a Canção *narrativa*, ou recitada, que attingiu o seu vasto desenvolvimento na canção de Gesta franceza, e se conservou rudimentar no Romanceiro hespanhol, vindo a fixar-se em uma fórmula em prosa na Novella de Cavalleria, nas Pastoraes allegoricas, nos Contos decameronicos e Novellas picarescas até ao Romance moderno; da Canção *dansada*, derivam as fórmãs dialogadas, dos Mysterios e das Farças, da *Comedia sostenuta* italiana, aperfeiçoando-se no rudimento do *Auto* vicentino portuguez, contextura da *Comedia famosa* hespanhola e do *Auto sacramental*, até á perfeição summa da *Comedia molieresca*." (*id.*: XII-XIII).

(61)- Em 1872, na sua *Teoria da História da Literatura Portuguesa*, inspirado nas teorias românticas e particularmente em Hegel, traça um quadro histórico para os géneros, aparecendo a épica como uma produção objectiva e colectiva das idades primitivas, o lirismo como resultado do sentimento subjectivo e o drama como expressão dos conflitos da sociedade burguesa.

A ideia da ligação ao canto e à dança e da existência de um fundo étnico comum à Europa meridional está presente nas primeiras investigações (1867: 66, 75, 79-90, 93 ss.). Na sua edição do *Cancioneiro da Vaticana*, associa os vários géneros às raças primitivas da Península Ibérica: Aravias (turianos-iberos), guaiados (celtiberos), ledino (romano e culto cristão), chacones (germânicos) e serranilhas (revivescência do lirismo pastoril do génio turaniano pela acção da poesia árabe) (1878: XC).

Em 1892, Teófilo estabelecia uma base genológica para a fixação da tradição, mas ainda não a articulava com a tipologia dos cantos populares:

"Lyrismo, Epopêa e Drama, são as fórmãs universaes das Litteraturas escriptas, que em cada raça e nacionalidade os genios individuaes foram constituindo com esse fundo primitivo, e pelo qual conseguiram despertar a sympathia social, e dar expressão ao genio e aspiração de um povo no momento em que entrava na vida historica. A relação entre estas duas Litteraturas, a oral e a escripta, constitue a historia de todas as manifestações do genio esthetico, desde a mais vigorosa fecundidade creadora até ás imitações servis e inexpressivas dos productos academicos. A aproximação entre o povo e o escriptor provoca a bella efflorescencia litteraria, como na Grecia; a separação d' estes elementos reduz a litteratura a uma habil curiosidade, como se vê no periodo do pseudo-classicismo das litteraturas romanicas." (1892, II: 326-7).

(62)- Cf. 1902: 42-5. Teófilo fala dos "temas universais da idealização lírica": "Sendo a poesia do povo um desenvolvimento da sua linguagem e intimamente relacionada com as concepções em que se apoia e com os

costumes sociaes que pratica, devem existir os *themas* determinados d' essa idealisação espontanea." (*id.*: 410-1). Depois, seguindo Laffitte, organiza esses costumes de acordo com a medição popular do tempo, que assenta na divisão entre o equinócio da primavera e o solestício de inverno, articulando as formas líricas com o solestício de Verão (Maías, S. João, etc.), as formas épicas com a entrada no Inverno e as formas dramáticas com a renovação primaveril (*id.*: 413; cf. 419, 451-76).

Desta forma, faz derivar, em termos evolutivos, a lírica, a epopeia e o drama da literatura culta (da Corte e da Igreja) destas idealizações populares (*id.*: 424-7): "Assim das melodias populares derivam as duas grandes correntes musicaes, da Egreja e da Côrte, a religiosa e a dramatica." (*id.*: 427-8). Cf. 1903a: 91, 99.

(63)- Já antes, ao comentar a obra de Vico, que o inspirara neste ponto, punha em relevo a importância das tradições poéticas populares:

"As Tradições são o elemento da *Morphologia* universal das *Litteraturas*, que se desenvolve- em fórmãs da linguagem na personificação das cousas, ou *Tropos*, na aparência tomada como realidade ou *Mythos*" (teogonias, contos, epopeias, o objectivo subjectivado, lendas); "Para comprehender estes documentos das primitivas concepções humanas, era preciso que a *Psychologia* das raças e civilisações fosse creada a par da renovação da *physio-psychologia* individual; que a *Ethnologia* ou a *Volkerpsychologie* (*Psychologia* dos povos) da escola de Herbart renovasse o criterio da *Philosophia* da *Historia*. Esta nova intelligencia das tradições foi iniciada por Vico, quando alliou a *Philologia* e a *Philosophia*, base do metodo historico-comparativo, e eruditos de primeira ordem, como Jacob Grimm e Michelet, seguiram a sua orientação intuitiva. Vico, pela lucidez do genio, comprehendeu que a verdade das Tradições resultava da verdade dos processos *psychologicos* que as elaboravam, e pelos *tropos* da linguagem emocional procuravam recompôr as *Faculdades* poeticas." (1892, I: 363-64; cf. 362-83).

A fascinação de Teófilo por Vico dá-se no âmbito do estudo do Direito (*Poesia do Direito*) e condu-lo à "descoberta" das tradições populares: "A leitura da *Scienza nova* de Vico, das *Origens do Direito francez* por Michelet, revelando os vastos materiaes da *Poesia do Direito* germanico de Jacob Grimm, abriram-nos um horizonte immenso para a comprehensão do elemento sentimental das instituições sociaes, e para o lado vivo e sério da tradição dos povos. A alma repassava-se n' esse oceano de *Poesia*, fecundada sobreabundantemente para a erudição e para a idealisação, levando de frente as duas empresas - a exploração de *Romanceiro*, *Cancioneiro* e *Novellistica* populares portuguezes, e a construção da *Epopêa da Humanidade* pela aproximação de todos os *symbolos* de cada povo ou civilisação representando o esforço do resgate das fatalidades *cosmicas* e *historicas* até atingir a liberdade mental e social." (1902b: 519).

(64)- "A individualidade nacional de um povo conhece-se pelas suas tradições; por ellas se avalia tambem a originalidade e fecundidade das suas creações *litterarias*."; "é a tradição a unica fonte d' onde naturalmente se deriva a inspiração individual" (1905: 538-9).

(65)- "Desde que se operou a separação entre a multidão e o poeta, esgotou-se o poder creador, amesquinharam-se as *faculdades estheticas* por falta de um estímulo da realidade, e o povo ficou repetindo automaticamente os restos das tradições que se foram tornando cada vez para elle mais incompreensíveis. Confirma-se pela evolução das modernas *litteraturas*"; "A cultura humanistica ou latino-ecclesiastica converte o trovador em homem erudito" (1902: 3-4).

(66)- "No estudo d'este thema observa-se como a poesia popular elabora os elementos mythicos persistentes no *substratum* ethnico, e como vae determinar a idealisação artistica que lhe dá forma consciente nas Litteraturas." (1905: 133); "sómente por um profundo *substratum* ethnico é que o facto poderá ser explicado, tanto mais que hoje se determina o elemento popular a que os trovadores deram o aperfeiçoamento artistico." (*id.*: 305).

Deste modo, a "poesia popular" abrange a tradição e o seu influxo da literatura culta:

"Esta designação de *Poesia popular* é complexa, porque comprehende: 1º a *tradição*, oral ou escripta, transmittida sem conhecimento da sua proveniencia; 2º a *vulgarisação* ou popularidade de certos cantos individuaes; 3º o *syncretismo* d' estes dois elementos; a) como *abreviação*, na expressão oral; b) ou como *ampliação* escripta pelos homens cultos, que comunicam com o povo ou se inspiram directamente do meio popular." (*id.*: 443).

(67)- Cf. 1905: 423-5.

(68)- Segundo Teófilo, estes escritores "foram os que se inspiraram directamente das tradições populares: e assim como por estas se avalia a originalidade e fecundidade das creacções litterarias, são ellas tambem o meio mais seguro de actuar na consciencia nacional e de infundir vigor no seu individualismo." (1905: 425). Cf. 1891: 243-6.

(69)- Andrade Ferreira defende algo semelhante ao referir-se à questão das origens da língua portuguesa, afirmando que tais incertezas "andam estreitamente ligadas a questões mais vitaes da genuidade das tradições poeticas, e, por conseguinte, do character de raça e nacionalidade." (1875: 10).

(70)- Os génios que representam civilizações são Homero, Virgílio, Dante e Camões, "que faz sentir a Renascença nesta luta nova do homem contra as forças da natureza, impondo-lhe o seu império consciente." (1984 [1909]: 125-6). Cf. 1885: 40-3; 1911: 243-4.

(71)- A aplicação biológica da distinção entre elementos estáticos e dinâmicos permite a Teófilo corroborar a asserção de F. Schlegel segundo a qual a separação entre o povo e os escritores de uma nação é nociva (Braga, 1885: 41). Com efeito, a visão orgânica romântica implica a união dos escritores com o povo e os seus temas, com a nação. F. Schlegel afirmou-o claramente:

"La séparation absolue des savans, des gens du monde et du peuple, est le plus grand obstacle aux progrès intellectuels d' une nation." (1829, I: 2); "on ne pouvait considérer l' existence d' une poésie populaire, que comme preuve du désordre et de la décadence de la véritable poésie", "commune au peuple, aux hommes instruits et à toute la nation." (*id.*: 92).

(72)- 1984 [1909]: 62-4.

Na "Autobiografia mental...", Teófilo expõe assim o seu sistema: "o systema consistiu em abnegar de originalidades, e em incorporar elementos dispersos em uma concepção geral." (1903: XXXIX). Nos elementos estáticos incorpora o território (a Lusitânia dos antigos), a raça (o Luso), a tradição (ligúrica e moçarábica) e a nacionalidade (resultante dos elementos anteriores e com um ideal histórico), tendo esta "um genio artistico, que se revela assombrosamente na sua bella Litteratura." (*id.*: XXXIX-XLII).

Como se nota em *Garrett e o Romantismo*, Teófilo enfatiza o "fatalismo" e o determinismo dos elementos "estáticos" (1903a: 104-5), embora, como Taine, conceba a arte como uma forma de emancipação humana das forças

da natureza: "Só nas manifestações da arte e poesia, é que o homem elabora as suas emoções, libertando-se da fatalidade organica, reproduzindo-as voluntariamente e transmittindo-as ou fazendo-as vibrar conscientemente." (*id.*: 103).

(73)- Esta é uma noção que já lhe advém da fase romântica. Para Teófilo Braga, na Idade Média, "A íntima relação entre a tradição nacional e a interpretação artística é o que sem abstracções metafísicas constitui o Belo." (1872: 39). Após a sua "conversão" ao positivismo, Teófilo afirmava no seu *Curso de Historia da Litteratura Portugueza* que "estudada nos seus processos, a obra prima é a que mais assenta sobre bases ethnicas e tradicionaes." (1885: 41).

Castelo Branco Chaves designa esta defesa da base popular da literatura como o "artigo de fé" do "popularismo estético" (1935: 8, 12-3, 15, 28).

(74)- Cf. 1885: 41. "A Historia de uma litteratura resume-se completamente em individualidades d' esta ordem, e sob este aspecto Camões, segundo Fred. Schlegel é uma litteratura inteira."; "Perante a Europa, Camões é a expressão mais pura e elevada da nacionalidade portugueza. O que se observa na fôrma individual da expressão do genio da *raça* e sentimento da *tradição*, repete-se tambem com a *linguagem*. A escripta fixa-a"; "e modificando--a artisticamente pelo estylo litterario, torna-a pelas concepções dos seus escriptores um orgão de cohesão da propria *nacionalidade*." (*id.*: 42).

(75)- Teófilo define as épocas literárias em função da "preponderancia exclusiva ou combinada dos dois elementos constitutivos: As tradições nacionaes e populares da Edade-média da Europa - e as obras e doutrinas litterarias greco-romanas impostas pela auctoridade dos eruditos humanistas e latinistas ecclesiasticos." (1892, II: 338). Nesta linha, Teófilo esquematiza a evolução histórica da literatura portuguesa segundo este critério da originalidade ou da imitação (*id.*: 337).

(76)- "Estudando as Litteraturas modernas na sua evolução historica, destacam-se logo tres epocas fundamentaes, a Edade Media, a Renascença, e os tempos modernos ou o Romantismo; na primeira prevalecem os elementos staticos, fixando-se territorialmente as *raças*, transmittindo-se oralmente as *tradições* em um syncretismo espontaneo que se vivifica, criam-se as novas *linguas*, com a versificação e a rima, que lhes dão fôrma rudimentar, e essas idealisações intensas de lyrismo, de epopêas e de representações dramaticas, vão reflectir as luctas das recentes *nacionalidades*. Na segunda epoca ha um desvio d' estes elementos organicos, mas o que se perde em originalidade actual compensa-se pelo esmero da fôrma, ao influxo da imitação das litteraturas classicas; o excesso da imposição dos modelos antigos levou ao esgotamento da invenção, á falta de liberdade mental, e á esterilidade inexpressiva. Começou a reacção contra este canonismo rhetorico, tentando-se o regresso á natureza, pelo exotismo alargando o campo da imitação a outras litteraturas, e só quando se relacionaram as luctas sociaes com as mentaes, é que esse movimento de renovação se tornou decisivo no Romantismo. D' este simples aspecto tirou Schlegel uma lei de evolução das Litteraturas modernas ou romanicas: a lucta entre os dois espiritos, o *tradicional* ou organico e o *classico* ou formal. E por este antagonismo se pôde caracterisar as Litteraturas no seu maior ou menor vigor, como tambem as epocas historicas, e ainda as manifestações dos genios individuaes." (1903a: 105-6).

(77)- Na *História do Romantismo em Portugal* reafirma que " o conjunto de obras que formam uma litteratura, só pôde ser bem compreendido quando através das suas multiplizes fôrmas podermos fixar como o genio privativo de

uma *raça* se revelou n' ellas, como ellas, apesar d' esta corrente fatal, tiveram um elemento livre para exprimirem a consciencia da *nacionalidade*, que se affirmou por essas obras, e com ellas fortaleceu a sua unidade." (1984a [1880]: 27). Nas *Modernas Ideias* cita em seu apoio Renan: "Póde-se dizer com effeito, que a litteratura não escripta de cada *raça* é o que ella produziu de mais perfeito; as composições reflectidas e litterarias não egualam nunca as florações litterarias espontaneas e anonymas." (1892, II: 327).

Este critério norteou a sua obra, como refere no Proémio de *O Povo Português* : "Avançando constantemente, e sentindo, compreendendo, a expressão do nosso génio nacional, organizámos então a *História da Literatura Portuguesa*, onde cada escritor seria julgado segundo a intuição que teve das fontes tradicionais de que mais ou menos conscientemente se aproximou." (1994 [1885], I: 32).

(78)- Cf. 1892, II: 339. O romantismo alemão é apresentado como o paradigma da aproximação dos escritores das fontes tradicionais, medievais, suscitando a criação de uma literatura nacional e a transformação literária do Romantismo nas nacionalidades meridionais (*id.*: 330). A teoria romântica e a escola histórica alemã mostraram, a ser ver, a existência de duas literaturas, uma oral (popular) e outra escrita (cortesã), e de momentos de comunhão entre ambas (ciclo carolíngio e arturiano, canções dos trovadores divulgadas entre o povo pelos jograis): "Foi n' esta comunhão da litteratura *oral* e *escripta*, da praça com a côrte, que tiveram origem as fortes litteraturas da Edade-media, e se revelou o genio esthetico da Civilização moderna, em obras que se tornaram a expressão de uma solidariedade *affectiva*." (*id.*: 332-3). No século XIII, continua Teófilo, deu-se uma separação destas duas literaturas e uma decadência de ambas, até ao Romantismo restaurar a comunhão perdida. A história das literaturas românicas mostrava a existência do elemento popular (medieval) e erudito (clássico) "reagindo entre si por fôrma que bem caracterizam as phases ou épocas da sua evolução. O estudo da Historia das litteraturas provocava a investigação das Tradições populares, como dos germens primordiaes d' onde ellas provinham." (*id.*: 332).

(79)- Cf. 1902: 59-64.

Fundamentais para a articulação entre o povo e os escritores são os jograis, que já em 1867 Teófilo caracteriza romanticamente numa alegoria apícola: os jograis são "como as abelhas que levam o pollen em si e vão fecundando de valle em valle as flores dispersas." (1867: 151). Nesta imagem, "a tradição é como o pollen levado pelos ventos, fecunda as imaginações rudes sem ellas saberem muitas vezes que aura as veiu inflamar." (*id.*: 159). Esta flutuação jogralesca é quase sempre justificada pelos casamentos principescos e reais dos diversos estados: o casamento de D. João I explicaria, por exemplo, a implantação entre nós do ciclo arturiano (*ibid.*). A flutuação entre a tradição popular e a literatura culta efectua-se assim por uma espécie de "comércio" em que os jograis são "uma classe intermedia ao povo e aos eruditos latino-ecclesiasticos; n' ella se conservaram os typos poeticos da tradição popular, que penetraram depois nos Cancioneiros aristocraticos." (1902: 39). Cf. 1905: 82-5, 92-5.

(80)- "Desde que a litteratura se não baseava sobre a tradição nacional, e o escritor não tinha communicação com o povo, não repugnava o tornar a poesia um instrumento de degradação."; "Póde dizer-se, que no fim do seculo XVI os escriptores estavam absolutamente separados do povo; que nenhuma tradição nacional era tomada como elemento de criação artistica; que nenhum facta da vida social motivava a inspiração individual; que as obras litterarias só procuravam realisar canones abstractos de rhetorica, e eram concebidas com o fim de distracção para os ocios nobres. N' estas condições a litteratura tornou-se uma aberração, como vamos vêr na época dos *Seiscentistas*." (1875: 301; cf. 1885: 47, 200-1; 1984 [1909]: 134).

Teófilo mostra-se ainda pessimista em relação à literatura do seu tempo: "as creações *esthéticas* esgotam-se nos processos materiais da expressão, sem que o artista se preocupe com a multidão, sem que dê unidade aos seus sentimentos colaborando com ella na grande synthese affectiva, que é a concordia immanente em uma civilização normal. A multidão, n' este isolamento, não é creadora, como na época de Homero ou de Vyasa; e o artista, por mais alta que seja a sua organização, não passa de um academico. Tudo por falta de uma concepção philosophica." (1892, II: 392).

(81)- A censura teofiliana incide em particular no século XVIII, "o periodo em que mais se ignorou a *tradição* nacional"; "a litteratura não passou de uma imitação inconsciente da linguagem dos quinhentistas, e do sentimento não compreendido dos lyricos romanos e do pseudo-classicismo francez." (1881: 194).

(82)- "Á medida que o tempo avança, cada vez se separa mais o escriptor das relações da vida social; chega-se mesmo a perder o conhecimento d' essa entidade moral - a nação, e os que pensam e escrevem só tem em vista lisongear o cesarismo que distribue as graças, ou os altos personagens que vivem junto do rei que podem interceder para a concessão de qualquer tença."; "Aqui está a que conduz uma litteratura completamente desligada das origens tradicionaes." (1875: 388-9).

(83)- Cf. 1875: 123 e 1885: 170-1.

A prova deste estado de coisas estava no facto de "que a litteratura do seculo XV tinha um elemento popular bastante vasto e nacional, de que poderia aproveitar-se se o comprehendesse." (1885: 174; cf. 1984 [1909]: 369-71).

(84)- 1885: 174.

"Era o grito de separação entre os escritores e o povo, que ia caracterizar a Renascença no século XVI." (1984 [1909]: 371). Cf. 1881a: 149-237.

(85)- Cf. 1885: 175-6; 1905: 504; 1984 [1909]: 371-4.

(86)- Os ciclos épicos esboçados no Romanceiro aparecem como epopeias guerreiras, novelas amorosas e de aventuras das literaturas românicas (lirismo da França galo-romana, gestas guerreiras galo-francas, lírica e novelas amorosas galo-bretãs): "Estes são verdadeiramente os elementos generativos de todas as Litteraturas romanicas formadas durante esse periodo de solidariedade affectiva do Occidente. Contrapõe-se um elemento erudito, latinista, que se desenvolve e toma a preponderancia nas épocas da renascença classica, excluindo a communicação com a Litteratura oral." (1892, II: 336).

(87)- Cf. 1892, II: 333.

(88)- Como sublinha A. P. Coelho, Teófilo, "alma fundamentalmente de etnólogo e de folclorista" (1943: 34), pratica sobretudo uma "antropologia literária", com o objectivo de "descobrir, através da literatura e mormente na poesia, como documento étnico e social, o génio português específico." (*id.*: 11). Mas, ao mesmo tempo, sob a

influência comtiana, começava "a ver nos problemas da história literária verdadeiros problemas de sociologia" (*id.*: 18).

Segundo Joaquim de Carvalho, "O republicanismo de Teófilo mergulha as mais fortes raízes nesta demofilia e o enlace da história e da política, inerente ao seu pensar, não tem outra origem." (1948: 37).

(89)- Como nota Fidelino de Figueiredo, a despreocupação de Teófilo com o "especifico character dos phenomenos litterarios" (1916: 145) faz com que da sua investigação resulte "o esquecimento total da obra" (*id.*: 149).

No entanto, apesar das insuficiências e "invenções" teofilianas, que os estudos da literatura portuguesa da Idade Média iriam desactualizar em grande parte, a concepção romântica da poesia como criação popular e colectiva permaneceu durante muito tempo (L. S. Picchio, 1979: 245).

2. A *invenção* do "lusismo" e a(s) genealogia(s) da nação

"É o critério ethnico o unico meio de entrar na compreensão das fôrmas mortas da arte, das crenças e das instituições sociaes."
(Braga, 1902: 293).

Apesar da adesão ao positivismo, a noção viquiana e herderiana da literatura como expressão da "alma dos povos" não se alterou substancialmente no pensamento de Teófilo Braga, não obstante passar a conceder um papel de relevo aos escritores individuais enquanto mediadores dinâmicos de uma "tradição" nacional estática. Porém, a inserção da literatura portuguesa no espaço da latinidade e os estudos da história da poesia popular meridional conduzem-no a uma reformulação das suas origens (num longo recuo histórico), com a consequente reestruturação de toda a sua narrativa da literatura portuguesa, fundamentada no discurso etnológico. A invenção da tradição acaba por ser uma constante reinvenção, que se traduz numa rearticulação discursiva permanente, acabando o sujeito da diegese, o *ethos* nacional teofiliano, por receber no início do século XX a sua versão definitiva com o *lusismo*, em luta histórica com o *castelhanismo*. Finalmente, Teófilo encontrava as duas raças antagónicas, que no modelo tainiano e na historiografia de Thierry, subjaziam à história da nacionalidade (cf. V.4).

Com efeito, é preciso ter em conta que Teófilo defendia inicialmente a tese das origens célticas do povo português: "Dos povos da Peninsula, o povo portuguez é o que tem mais pronunciado o character celtico: *aventureiro* e *amoroso*." (1870a: 184; cf. 1867a e 1867b). No segundo momento, passa a defender a polémica tese moçárabica, segundo a qual o povo português era fruto da fusão entre árabes e germanos (cf. 1872). Porém, na fase final do seu trabalho (desde 1885), faz derivar a raça portuguesa de um fundo pré-árico, de características turanianas, a que se teriam sobreposto as migrações pré-célticas - com os lígures - e os "moçárabes", daí provindo a etnogenealogia dos lusitanos (ou lusónios). Deste modo, é patente que o seu trabalho é revelador de um claro "ecletismo etnogenealógico" (Leal, 2000: 68). É neste fundo ligúrico que emergirá, por fim, a raça "lusa" (1902).

Com uma certa "inocência" teórica, Teófilo expõe este percurso no prefácio da terceira edição reformulada da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1902). Em 1867, afirma, pelo estudo dos *Forais*, deduziu a existência de um *substratum* germânico da Idade Média e com as *Epopéias da Raça Moçárabe* (1871) associou este elemento étnico com a classe popular, em oposição à aristocracia asturo-leonesa, apoiando-se em Muñoz y Romero. Mas, continua, na sua *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (1872) "A ideia do *germanismo* apareceu mais intensamente", "em contraposição com a cultura latina" (1902: IX). Um recuo maior impeliria Teófilo ao "ligurismo", o que não excluía o moçarabismo inicial: "Na prosecução dos nossos estudos viemos a reconhecer que esse elemento *germanico*, tão accentuado no *Mosarabismo*, assentava em um *substratum* anthropologico mais antigo, que importava definir" (*id.*: X). Depois, descobre a unidade das tradições europeias com base num povo pré-céltico e numa civilização proto-árica, o "ligurismo", tese que esboça em 1877 e 1878, em consequência do estudo dos Cancioneiros e da descoberta da tradição nacional. É neste espaço étnico que emerge o *ethos* nacional lusitano, já autonomizado do ibero, de proveniência celta (os celtiberos): "Martins Sarmiento fixando por elle [lígure] os caracteres do povo *Lusitano*, até hoje diferenciado do Ibero e com elle inconciliavel." (*id.*: XI) (1).

O lusitanismo de Martins Sarmiento permitia a Teófilo fundamentar a originalidade e a antiguidade da raça nacional, na medida em que entroncava os lusos nas raízes indo-europeias da civilização, a fase histórica mais antiga que até então se conhecia. Deste modo, a tese lusista "permitia uma nacionalização retrospectiva dos antecedentes étnicos" (cf. Leal, 2000: 67) (2). Teófilo "descobre" um fundo étnico comum ocidental pré-céltico, que em última instância provinha dos acádicos, e é nele que "enxerta" os lusitanos (provenientes dos lígures), que já nas suas origens se distinguiam dos (celt)iberos. Para Teófilo, "As tradições populares authenticam o nosso individualismo ethnico." (1902: 476) (3). Teófilo reconhece a "unidade do Lyrismo occidental", mas procura estabelecê-la em contraposição com algumas teses francesas acerca da unidade românica, que se apoiavam numa origem céltica/francesa (*id.*: 136-43) (4). Por consequência, interessa-lhe que essa unidade seja suficientemente ampla e antiga para anular a hipótese céltica/francesa e a importância da influência castelhana (5).

Estabelecida esta especificidade étnica, procura então religar a tradição oral, de base étnica, com a tradição literária/escrita (cf. VI.1). A arqueologia dos lusitanos traz fortes ganhos simbólicos à genealogia teofiliana, pois "prova-lhe" que, apesar de todas as opressões, a tradição nacional/original resistiu: "o unitarismo e a centralização nunca puderam extinguir as tradições populares." (*id.*: 148) (6). Para explicar esta permanência, não hesita em recorrer a Lavoisier: "A lei do mundo physico, - nada se extingue nem se cria, tudo se transforma, - repete-se com a mesma fôrma absoluta no mundo moral; observa-se este phenomeno na persistencia das tradições e na sua adaptação a novas concepções e interesses." (*id.*: 55).

Se até ao *Manual* de 1875, influenciado pela *tese moçarábica*, queria provar que a raça moçárabe tinha sido oprimida e que por isso a literatura não era nacional, perdendo-se na imitação clássica, desde 1877/1878, e até ao *Curso* de 1885, conclui que afinal existiu uma literatura nacional original, resultante da articulação entre as tradições populares e a literatura culta, que os Cancioneiros documentariam. Os elementos e as formas tradicionais são para Teófilo, de modo geral, a Serranilha, as cantigas de amigo e de romaria, e as pastorelas, presentes sobretudo nos cancioneiros, nos autos de Gil Vicente e em Camões (cf. VI.1). Após a "descoberta" dos lusos, Teófilo rearticula a intersecção da poesia popular e da literatura culta, desde a *Historia da Poesia Popular Portuguesa* (1902) até à *Recapitulação* (1909-1918), de modo a fundamentar a presença desta nova raça que fecundou a literatura nacional. A literatura portuguesa torna-se assim uma literatura original (orgânica) e Teófilo inverte totalmente as suas teses de 1870/72, segundo as quais a literatura portuguesa não tinha qualquer originalidade e o povo português não tinha caracteres definidos (cf. V.2).

Se em 1872 Teófilo afirmava que a vida histórica de Portugal coincidira com o período das expedições marítimas e que a vida histórica da Península Ibérica começou com a civilização romana (7), em 1902 opera um recuo em relação àquela e um avanço em relação a esta: "a vida historica dos povos modernos da Hespanha considera-se começar com o seculo VIII" (1902: 67). Evitava assim a "romanização" e fazia com que Portugal tivesse vida histórica muito antes de ser um Estado autónomo, no sentido em que seria já um "povo" com características étnicas precisas (8). Por outro lado, considera que as diferenças entre estes povos hispânicos já eram um facto (9),

tendo a tolerância árabe facilitado a autonomização dos povos peninsulares (10). Com esta "incorporação", Teófilo Braga opera uma revisão do seu moçarabismo original (11), na medida em defende que foi sempre num sentido amplo que considerou os moçárabes, i.e., a raça moçárabe já integraria os elementos étnicos anteriores, o que lhe permite justificar as posteriores "revivescências" (12). Porém, este compósito de elementos étnicos de origem ancestral apenas teve vida na tradição oral (13). A inexistência de documentos desta tradição oral conduziu Teófilo a uma hermenêutica similar à da questão homérica, que qualifica como uma "reconstrução" (cf. II.4.2), pretendendo que era possível deduzir essa tradição ancestral através dos vestígios da poesia popular na literatura culta (1902: 121). Trata-se, na realidade de um argumento circular, só possível porque para Teófilo a poesia culta (literária e jogralesca) que apareceu no século XII se aproveitou dos tipos da poesia popular tradicional, de que nenhum vestígio oral intencional se conservava (*id.*: 127). Torna-se assim evidente, como sublinha R. Koselleck, que é a escolha de uma perspectiva interpretativa e teórica que "faz falar" as "fontes": "Et ce n' est qu' une fois cette décision prise, que les sources peuvent parler." (2000: 184).

A passagem do moçarabismo ao ligurismo e ao lusismo não se dá, no entanto, sem contradições. Basta compararmos o *Curso* de 1885 e a *Recapitulação* de 1909, cujas partes introdutórias são praticamente iguais. Para poder "acrescentar" a raça lusa e o lusismo, que entretanto "descobriria", Teófilo procede a alguns arranjos textuais, em particular em relação aos elementos estáticos ou orgânicos da literatura (**raça, tradição, língua e nacionalidade**). Deste modo, na reescrita de 1909, o **lusismo** aparece como um claro "enxerto" textual. Teófilo repete o texto do *Curso* (1885: 7-8) na *Recapitulação* (1984 [1909]: 63-6), mas, uma vez que agora pensava que a literatura portuguesa era uma expressão da raça lusa, teve que alterar a parte final do texto de 1885, em que ela não "existia". Do mesmo modo, acrescenta a "nova" oposição entre a raça lusa e a raça castelhana e as correspondentes literaturas:

"Entre as Literaturas hispânicas, duas correspondem às duas raças, a *ibérica* e a *lusitana*, que subsistem diferenciadas desde as épocas remotas até às mais recentes crises históricas, e basta esta correspondência para descobrir o seu carácter tradicional e popular, por vezes modificado pelo pedantismo erudito." (1984 [1909]: 66) (14).

É aliás curiosa, neste ponto, a evolução de Teófilo, que na sua *Theoria da Historia da Literatura Portuguesa* declarava que na questão da raça não há espanhóis nem portugueses: "A separação começa na formação da nacionalidade." (1872: 12). A meio da década seguinte, no *Curso*, Teófilo defendia que houve uma fusão de raças no espaço peninsular (hispano-romanos, hispano-godos, hispano-árabes, que confluem nos *moçárabes*, celtiberos, fenícios e cartagineses) e não uma especificidade étnica: "não pretendemos inventar uma *raça portuguesa*" (1885: 11). Em 1902, na *História da Poesia Popular Portuguesa*, acaba finalmente por "inventá-la", com os "lusos", que, como afirma no primeiro volume da *Recapitulação*, eram uma raça pura, bem distinta dos castelhanos (íberos) (1984 [1909]: 70-6) (15).

Quanto ao segundo elemento orgânico, a **tradição**, constata-se que a *Recapitulação* (1984 [1909]: 81-9) não passa de um rearranjo e de uma reordenação do texto do *Curso* (1885: 15-22). No entanto, ao utilizar os mesmos factos e elementos, Teófilo dá-lhes uma interpretação muito diferente, devendo-se algumas alterações e acrescentos à necessidade de enfatizar a nova etnogenealogia, para fazer derivar do fundo comum da civilização ocidental um ramo étnico específico: lígures-lusitanos-portugueses (16).

Relativamente à **língua**, Teófilo mantém, contra as evidências epocais dos filólogos, a sua negação da origem românica da língua portuguesa. A razão desta obstinação, parece-nos, está no facto de que qualquer aceitação da romanização arruinaria as suas hipóteses ráticas: "Outra ilusão é chamar povos românicos ou raça latina às modernas nacionalidades" (1984 [1909]: 77) (17). Assim, defende que as línguas são uma criação popular, de acordo com a ideia herderiana da união embrionária da língua e do povo (18). A sua alteração de monta em relação a 1885 refere-se à distinção entre o português e o castelhano, introduzindo a ideia de que nas línguas se continuava a diferença entre o lusitano e o Ibero. Introdz mesmo a noção de que existia uma "versificação portuguesa" (19).

Por fim, ao focar a **nacionalidade** (o quarto elemento estático), reescreve o texto de 1885, acrescentando sempre o lusismo, o que se torna evidente na conclusão final, em que aponta o estado decadente do país por falta do sentimento de nacionalidade, pelo que a missão da arte, da literatura, da política e da ciência "consiste em revigorar Portugal, restituindo-lhe a consciência do seu *lusismo*." (1984 [1909]: 124) (20). E introduz uma alínea sobre Espanha e

Portugal, justificando a diferença do *ethos* e da literatura das duas nações: "As duas literaturas, espanhola e portuguesa, encerram revelações extraordinárias do *etos* destes dois povos." (*id.*: 154). A distinção entre portugueses e espanhóis assenta agora quase exclusivamente na raça (21).

Encontrada a linhagem lusa, Teófilo passa a explicar a história de Portugal e da literatura portuguesa como um fenómeno de "revivescência" do lusismo (em oposição a um "iberismo" absorvente e opressor), que se manifestou na própria fundação da nacionalidade (22). A própria persistência histórica da autonomia nacional face à Espanha só se explicava, segundo Teófilo, pela existência e pela energia vital da raça lusa (1984 [1909]: 155). O mesmo se aplica à compreensão da literatura portuguesa, que "nasceu dos germes da tradição da raça e do ideal da acção histórica" (*ibid.*), sendo um "fenómeno social simultâneo com o estabelecimento da nacionalidade" (*id.*: 171), que ao longo da história deu expressão ao "ethos" nacional, "nas criações artísticas, nas formas literárias, reflectindo a sentimentalidade, o espírito de aventura, e a resignada esperança nunca extinta na alma portuguesa." (*id.*: 61) (23).

Deste modo, a história de Portugal é explicada pela resistência do "lusismo" à força dominante do "iberismo", resistência essa manifestada com a aclamação do Mestre de Avis, que, "no mesmo impulso atavico", começou "a ocupação da Africa Tingitana e a exploração do Atlantico. O impulso ethnico podia mais do que os homens, abrindo uma grande epoca, preparadora de todas as grandiosas iniciativas de Portugal." As descobertas são outro momento em que, uma vez mais "revivesceu o genio do *lusismo* " (24). Por outro lado, Teófilo passa a explicar a decadência pela falta de "lusismo", pelo apagamento do espírito nacional, em grande parte resultante do absorcionismo ibérico, que passa a ser associado (literalmente acrescentado) às habituais causas da decadência (25). No entanto, para sustentar a ideia da "persistência" rática, Teófilo considera que a influência da literatura espanhola em Portugal foi um fenómeno epidérmico (26).

Nesta lógica, a regeneração do país só se poderia dar mediante uma reactivação do "lusismo", o que a geração liberal teria realizado ao celebrar Camões, que é, segundo Teófilo, "o melhor estímulo para uma revivescencia nacional." Porém, as alterações constitucionais seguintes e a Regeneração teriam conduzido a uma nova "obliteração do sentimento de patria"

(1896: 172). Era por isso necessário, deduz Teófilo, reorientar a história na direção do lusismo que sempre presidira à ação nacional (27).

Com a "invenção do lusismo", a história da literatura portuguesa transformou-se na história da expressão da raça lusa: "É na raça lusitana (Portugal e Galiza) que se revela o génio lírico trovadoresco, influenciando nas outras cortes peninsulares", em particular no tempo de D. Dinis, e que com o *Amadis* "exerceu um influxo hegemónico em todas as literaturas modernas", demonstrando a sua superioridade com *Os Lusíadas*:

"no esforço para criar-se a Epopeia moderna, digna de contrapor-se às epopeias homérica e virgiliana, somente o génio português soube descobrir a verdadeira Tradição épica ocidental das rapsódias atlânticas criando sobre o mais decisivo facto da história moderna a Epopeia dos *Lusíadas*." (1984 [1909]: 159).

A exaltação das descobertas e a sua apresentação como um elemento decisivo para explicar a independência face a Castela torna-se assim decisiva, reforçando a explicação hegeliana acerca da importância do mar na constituição de algumas nacionalidades (28).

Alteradas as origens, e partindo do pressuposto de que a literatura e a raça se espelham mutuamente, Teófilo, perante um novo sujeito narrativo, reformula a diegese da literatura portuguesa. A narrativa de 1909 é bem diferente da síntese de 1885, com base no pressuposto de que a literatura portuguesa era nas suas origens uma "revivescência" do lusismo, levando Teófilo à introdução na Idade Média de uma "escola trovadoresca portuguesa", o que resulta de uma revisão da sua perspectiva anterior (cf. VI.1.1).

A poesia provençal passa a ser vista como o renascimento de uma tradição apagada (a canção popular), acolhida na Corte. Segundo Teófilo, "a escola trovadoresca portuguesa" conviveu com a poesia provençal, mas não a imitou:

"o lirismo português foi sincrónico, desenvolvendo-se sobre os elementos tradicionais populares, quando a vida nova da Nacionalidade, que se afirmava autónoma, se expandia por essa energia orgânica e profunda." (1984 [1909]: 178) (29).

A defesa do elemento popular/nacional da poesia portuguesa acentua-se quando Teófilo se ocupa da influência do norte da França (galo-franca), ao distinguir duas fases poéticas em D.

Dinis, uma "limosina" (pastorelas) e outra nacional (cantigas de amigo) (30). Depois, a "escola portuguesa" teve continuidade histórica ao articular-se com outras correntes literárias, sem perder o seu carácter popular (31).

Como consequência da revisão do primeiro período da literatura medieval portuguesa (séculos XII a XIV), decisiva para corroborar a organicidade e a originalidade da literatura nacional face à provençal e à espanhola, tornava-se possível alterar a perspectiva relativa ao segundo período (século XV), concernente aos Poetas palacianos, que em 1875 e 1881 Teófilo englobava na "escola espanhola". A partir de 1885 passa a referir este segundo período sob o prisma da "Elaboração do Lirismo provençal pelo génio italiano" (32). O que conduz Teófilo a redesenhar este período é uma vez mais a constatação da "existência de um elemento popular". No entanto, Teófilo mantém quase inalterados os dados apresentados desde 1875. Desta vez, a sua inventividade textual dá-se ao nível da *dispositio*, na medida em que coloca os elementos anteriores numa sequência cronológica diferente e, por consequência, com outra lógica semântica. No *Manual*, o elemento popular (1875: 123-32) aparece no início da "escola espanhola", sendo depois "abafado" pela erudição latino-elesiástica, mas no *Curso* o elemento popular aparece depois da erudição latinista, o que "provava" que estivera sempre presente. Porém, na *Recapitulação*, volta a colocar o elemento popular antes da "erudição latinista", desta vez para evidenciar que o "lusismo" esteve sobretudo em confronto com o "castelhanismo". Por isso, ocupa cerca de doze por cento da sua obra sobre a Idade Média a demonstrar a prioridade portuguesa da composição do *Amadis de Gaula* (1984 [1909]: 278-313), não hesitando mesmo em recorrer à etnologia para decidir a questão (33).

A introdução do "castelhanismo" como elemento antagónico do lusismo, supreendente em quem defendia uma federação ibérica republicana (34), implicou que no século XVI ("quinhentistas") a literatura nacional passasse a ter dois "adversários", o "castelhanismo" e a imitação da cultura greco-latina, culpada na primeira fase da sua obra pela falta de originalidade da literatura portuguesa (35). Porém, com a sua concepção positivista da "latinidade" e da "civilização ocidental", esta ideia matizou-se, como verificámos (cf. V.1), e no segundo volume da *Recapitulação*, sobre a *Renascença* (1914), o século XVI é totalmente "reabilitado":

"apesar de todas estas correntes depressivas (...) nunca o genio portuguez brilhou tão esplendidamente como n' esse periodo dos Quinhentistas; todas as suas manifestações affectivas e especulativas vigorizaram-se pela acção, (...) persistiu a *psychologia collectiva* d' esse elemento ethnico, mantido pela insularidade regional, e assim pôde a poesia dramatica, lyrica e épica, a pintura, a musica e a architectura serem a expressão viva do *lusismo*. O que apparecia como um paradoxo, era uma consequencia natural." (1914: 6) (36).

Em pleno esplendor, "que tornou classico esse periodo quinhentista, nunca mais *excedido*" (*id.*: 14), Portugal perdeu a independência como "consequencia fatal de um longo conflito entre o *Lusismo* e o *Castelhanismo*", diferentes etnológica e geograficamente (37). Os escritores renascentistas são agora valorizados em particular face ao *castelhanismo*, pelo patriotismo que demonstraram após a perda da independência (38). Gil Vicente é valorizado pela criação do "teatro português" e por ter dado forma literária ás tradições populares (39).

Para esta valorização do Renascimento, Teófilo distingue a cultura propriamente erudita da cultura popular e foca alguns escritores que terão efectuado a síntese entre os modelos clássicos e a cultura medieval. Assim, o que passa a definir a Renascença é a "dualidade artística", a existência de duas "escolas" (que eram duas "almas"), a helénica (Sá de Miranda) e a romântica (*v.g.*, Gil Vicente), mas que só os génios superiores teriam sabido conciliar, como Camões (40). É sobretudo por esta síntese elaborada por Camões que já antes Teófilo considerava que a Renascença "é a idade de ouro da litteratura portugueza." (1885: 181). Porém, na *Recapitulação* este juízo alarga-se à história e à cultura de todo o século XVI:

"O maior seculo da historia, o seculo XVI, é o momento de mais fecunda actividade da Litteratura portugueza: a Lingua nacional fixa-se" [e] "presta-se á expressão da Historia, á idealização da Epopêa e do mais commovente Lyrisimo, em que as altas e preponderantes individualidades synthetizam a consciencia civica. Esta litteratura viva inspira-se no genio popular em Gil Vicente, creando originalmente o theatro como orgão da opinião publica; inicia a incomparavel poesia de amor nas eglogas de Bernardim Ribeiro, nunca excedida em todas as litteraturas romanicas; e como existisse uma causa organica para a intensidade da vida nacional - os grandes Descobrimentos - a suprema concepção esthetica de Camões soube determinar esse feito nunca feito na poesia dos *Lusiadas*, que a Europa consagrou como a Epopêa da Civilização moderna." (1914: 23) (41).

Outro elemento valorizado na Renascença consiste no facto de ter conferido relevo intertextual ao lirismo trovadoresco e aos romances populares. Teófilo engloba esta prática discursiva no capítulo dos "poetas da medida velha", sob a designação de "Coplistas e Trovistas"

(*id.*: 265-85), nomeadamente por utilizarem a redondilha antiga e glosarem os motes velhos. Neste ponto, inclui Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Cristóvão Falcão, A. Caminha, Camões (42), Jorge Ferreira e A. Prestes. Mas a abundância da imitação de canções e romances castelhanos, apesar de explicável pela presença na corte de rainhas espanholas, aparece-lhe como uma forma de absorção do lusismo pelo castelhanismo. No entanto, como já referimos, Teófilo relativizava a influência castelhana com base na ideia de que os romances faziam parte de uma tradição comum aos povos meridionais (43). Imbuído desta crença, rebate com acrimónia as teses de Menéndez Pelayo e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que sustentavam que os romances narrativos tinham origem castelhana e foram transmitidos a Portugal através da Galiza (44).

Ainda mais curiosa é a reabilitação dos Seiscentistas, embora o critério seja semelhante, pois Teófilo considera que os escritores do século XVII venceram o Castelhanismo (45), sobretudo em termos culturais: "houve uma luta do sentimento nacional contra a imposição da *lingua castelhana* sustentada pelas esplendidas obras da Litteratura hespanhola, creações geniaes que foram continuamente impressas" (1916: VI). O domínio do castelhano apagou, afirma, as literaturas da Galiza, de Aragão e de Valência, mas "salvou-se a Litteratura portugueza pela reacção dos espiritos cultos *Seiscentistas* apoiando a expressão do sentimento nacional pela revivescencia dos modelos classicos quinhentistas." (*id.*: VI-VII). Por outro lado, muitos seiscentistas escaparam ao "culteranismo", considerado uma forma de infiltração do castelhanismo (46).

Se os quinhentistas e os seiscentistas são exaltados pela sua resistência ao castelhanismo, a culpa da decadência acaba por recair na dinastia brigantina, que, após a Restauração, teria posto o "sentimento de família" e os seus interesses particulares acima do "sentimento nacional" e dos interesses nacionais (47).

Todos os que defendem uma certa unidade da "civilização ibérica", e Teófilo defendia-a antes (48), são agora condenados sem apelo nem agravo como anti-patriotas e considerados como uma base de apoio do "Castelhanismo" que, "para se consolar das perdas de Cuba e das Philippinas, vocifera com insania moral: *Aun tenemos Marruecos y Portugal.*" (49).

Notas

VI.2.

(1)- O Lígure era braquicéfalo e trigueiro, de estatura mediana e altamente resistente (*id.*: XI-XII): "O nome de *Celtico* enquanto não foi definido anthropologicamente muito complicou o problema, atribuindo-se a esse typo corpulento, *dolychocephalo*, loiro e cosmopolita aventureiro, a civilização que pertencia á raça trigueira e *brachycephala*, que foi o substractum da civilização bronzifera, que predominou na Europa bastantes seculos antes da chegada d' esses invasores sem cultura." (*id.*: 317). As chamadas raças neo-célticas "pertenceram a esse povo bronzifero, que desceu do norte da Europa, e hoje se reconhece como o Ligure." (*ibid.*); "o nome de *pre Celtas* já admittido geralmente é o reconhecimento da importancia decisiva da raça civilisada dos Lígures. Podemos agora reduzir á verdade simples os factos complicados pela miragem celtica." (*id.*: 318). Cf. 1903: XXXIX-XL e 1984 [1909]: 71-81.

Para o estudo dos lígures Teófilo apoia-se sobretudo em Cailleux, Belloguet e Martins Sarmento (cf. 1902b: 533). Na segunda parte da *História da Poesia Popular* (1905) explora ainda mais a hipótese ligúrica (1905: 302).

(2)- Para a importância de Martins Sarmento e da tese dos "lusitanos" cf. Leal (2000: 63-76). De qualquer modo, este modelo etnogenealógico é um fenómeno relevante em termos europeus: os alemães faziam-se derivar dos germanos, os franceses dos gauleses e os gregos dos helénicos (*id.*: 67).

(3)- No final da sua *História da Poesia Popular Portuguesa* considera ter explorado "todos os elementos tradicionaes e sociaes de uma epoca organica da Poesia popular portugueza: do seculo VIII a XII; d' essa grande classe *Mosarabe* que se organisou no Povo livre dos Estados peninsulares, destacava-se Portugal como nação, apoiando-se na revivescencia do *Lusismo*. Embora exiguo em seu territorio, foi vasta a elaboração da Lingua oral e da Versificação com que se manifestou o Povo portuguez, entrando logo no começo da nacionalidade na cooperação litteraria e artistica da Edade media. Pelo exame das tradições poeticas populares e oraes da Galliza, das Asturias, do alto Aragão e da Andalusia, reconstitue-se a extensão d' esse elemento *lusitano* desmembrado pelas conflagrações historicas e vicissitudes politicas, e ao mesmo tempo chega-se á comprehensão do separatismo instinctivo e secular de Portugal e da Hespanha *iberica*." (1902: 476).

Pelos cantos populares "se revela o genio *lusitano* quasi apagado na historia, mas ainda recognoscivel em grupos ethnicos hoje iberisados, a Galliza, as Asturias, e a Andalusia" (*id.*: 477). Por outro lado, os cantos populares mostrariam "a primitiva unidade d' esse grande povo que occupou a vasta orla occidental da peninsula, contrapondo á Hespanha *iberica* a Hespanha *lusitana*. Os Cantos populares portuguezes constituem o livro dourado, em que as gerações novas adquirirão a consciencia da autonomia imperecivel da nacionalidade, tantas vezes sacrificada pelos seus governantes." (*ibid.*).

(4)- Teófilo insere esta continuidade no âmbito de um fundo comum ou unidade de uma tradição popular europeia ancestral (cf. 1870: 34, 43-4), de origem ligúrica: "A persistencia d' estas fórmulas poéticas na tradição popular franceza, italiana, hespanhola e portugueza, mostra-nos que ellas provieram de um fundo primitivo do Lyrismo occidental, cuja unidade se conserva através do separatismo das nacionalidades." (1902: 172-3; cf. 35, 39, 58-9); "Esses *themas communs* á Italia, à França meridional, Bretanha, e a Portugal, revelam uma unidade ethnica, que os modernos resultados da anthropologia determinam na extensão da raça dos Ligures, que precedeu e excedeu em civilização os Celtas loiros, corpulentos e errantes; a similaridade d' esses *themas lyricos* e épicos explica-se tambem pelas concepções e costumes sociaes, de que existem ainda vestigios na vida popular moderna, e mesmo nas festas religiosas." (*id.*: 306).

A literatura culta teria sido inspirada por essa tradição oral e "D' esse fecundo elemento popular se elaboraram litterariamente preciosas fórmulas poéticas, imitadas conscientemente na belleza ingenua dos seus *typos*" (*id.*: 173). Deste modo, "a belleza d' estas fórmulas tradicionaes e a sua communhão a todo o Occidente europeu, fizeram com que ellas chegassem a penetrar nas litteraturas portugueza e hespanhola, e persistissem nos costumes populares até hoje" (*id.*: 155), "estabelecendo a continuidade psychica entre o genio individual e a criação *anonyma* popular." (*id.*: 176).

(5)-Teófilo Braga sublinha que "esse lyrismo é anterior ao *substratum celtico*, por isso que se encontram paradigmas na Russia e na Grecia moderna." (1902: 143).

Apoiando-se no estudo de Jeanroy sobre as origens da Poesia lírica em França na Idade Média (1899), conclui que "a poesia popular de Portugal não era uma assimilação e aperfeiçoamento dos Romanceiros castelhanos, mas um dos documentos mais archaicos da Europa." (1905: 536).

(6)- A prova advinha ainda dos vários "ressurgimentos" dos povos hispânicos. Teófilo dá como exemplo o "ressurgimento" galego, que denomina "corrente de valorização das tradições do passado" (1902: 149; cf. 212-3, n. 1). Em relação à Galiza, Teófilo afirma constantemente a "sua antiga unidade ethnica lusitana" (*id.*: 208; cf. 147, 150-1, 160, 212) e defende que deve ser considerada como um fragmento de Portugal que ficou fora da integração da nacionalidade, mas nunca "deixou de influir nas fórmulas da sociedade e da litteratura portugueza" (*id.*: 211).

(7)- Cf. 1872: 10, 14.

(8)- "Pelo facto de se instituir a nacionalidade autonoma no seculo XII, o povo que a constituiu já estava formado, possuia de remota data um solo que trabalhava e costumes civis que se tornaram leis. Portanto, a primeira época da elaboração da Poesia popular de qualquer dos Estados peninsulares começa no seculo VIII com a invasão dos Arabes" (1902: 66).

(9)- Segundo Teófilo, os povos hispânicos incorporavam em si "as antigas raças iberica, ligurica e celtica, já as raças germanicas, como suevos e visigodos", sendo "pelos costumes e pelos *themas* tradicionaes que se podem determinar elementos da poesia iberica e celtica, que chegaram até ás populações modernas, mesmo através do Christianismo" (1902: 67).

(10)- "É portanto esta época o começo característico do Povo hispanico moderno, que depois se foi diferenciando em Estados políticos conforme as suas persistentes condições mesologicas e ethnicas." (1902: 68).

(11)- Para Teófilo, a população hispano-romana não se fundiu com a população árabe (1902: 95-101): "os hispanogodos, especialmente as populações mosarabes nada podiam receber da poesia islamica, peculiar das côrtes e dos eruditos"; "Dozy tinha razão, negando a influencia da Poesia arabe nos povos da Hespanha." (*id.*: 101). Está, assim, muito distante da sua ideia de que a raça nacional era moçárabe.

(12)- Cf. 1902: 72-3. Este amplo leque de elementos leva-o a relativizar a influência germânica, penitenciando-se de um certo exclusivismo anterior, por "exclusão de todos os anteriores elementos ethnics. Erro natural em um investigador incipiente; mas nem por isso se poderá abandonar, uma vez modificada como um simples factor da corrente historica." (*id.*: 68). O "elemento germânico" é agora valorizado em função do imaginário europeu medieval e do "maravilhoso" (mitologia) romântico de F. Schlegel (*id.*: 103-13). Teófilo considera ter errado nos primeiros estudos por atribuir toda a elaboração poética popular da Península ao elemento germânico e por não ter tomado em consideração as tradições poéticas das raças que precederam a invasão germânica e que foram assimiladas, fazendo as várias invasões com que surgisse "a revivescencia d' esse typo autochtone ou *iberico*"; "faltara-nos o processo comparativo com a poesia popular italiana e franceza para fixar esse fundo commum da unidade da tradição poetica sobre que se crearam as Litteraturas romanicas." (1902: 33). No entanto, no prefácio declina a responsabilidade pessoal nessa ênfase: "Todos esses problemas (as minhas theorias ou os meus erros) receberam fôrma mais clara e scientifica nos trabalhos dos modernos eruditos: *Mosarabismo* (Muñoz y Romero), *Germanismo* (Gaston Paris e Jeanroy); *Lusismo* (no *Ligurismo* de Belloguet, Celesia, Morton, Martins Sarmiento, Roysel, que é a base unificadora da Civilização occidental). Declinando da minha originalidade, fico aliviado de responsabilidades" (*id.*: XII). Cf. 1902b: 539-41.

(13)- Segundo Teófilo, "do seculo VIII ao seculo XII a sociedade mosarabe elaborou themas tradicionaes germanicos, syncretisados com vestigios tradicionaes celticos e ibericos, com recentes adaptações arabes, porém esses themas nunca sahiram da transmissão oral. D' este grande periodo activo e fecundo nada se fixou pela escripta; elle é exclusivamente genesiaco." (1902: 119; cf. 120 e 127).

(14)- Curiosamente, logo de seguida, a propósito dos "elementos estáticos" (raça, tradição, língua e nacionalidade) e em particular da raça, volta a reutilizar o texto de 1885 (cf. 1885: 10-1 e 1984 [1909]: 67-9), acrescentando apenas a importância da "persistência" das raças no âmbito da Antropologia.

(15)- O que não o impede de continuar a usar o texto de 1885 em 1909 (1885: 13 ss. e 1984 [1909]: 77 ss.), introduzindo como um "enxerto" dados novos resultantes da "existência" dos lusitanos, colocando, *v.g.*, Viriato a lutar contra os romanos.

As contradições entre os textos não impedem uma certa coerência dentro de cada obra, mas evidenciam a "introdução" da "nova" raça, precisamente com base na sua ancestralidade. Em 1885, o moçárabe (o elemento godo-

lite) é considerado "o genuíno *typo nacional peninsular*" (*id.*: 14), mas em 1909 acrescenta que o elemento popular (*lite*) se fusionara com os lusibéricos, elemento presente no moçárabe (1984 [1909]: 78-9). Pelo facto de Herculano se ter referido ocasionalmente à "raça moçárabe", Teófilo deduz que ele tivera "a intuição inconsciente da persistência do antigo *tipo lusitano*, que tinha muitas vezes mudado de dominadores, mas que conservava o seu modo de ser, paixões e interesses." (*id.*: 80). Nesta reestruturação genealógica, não lhe é difícil concluir que o Lusitano entrou na história pelas navegações da raça ligúrica, resistiu ao castelhanismo e aos Braganças, "e pela vitalidade das suas tradições e sensibilidade afectiva criou uma bela Literatura nacional." (*id.*: 81).

(16)- Além dos Lusitanos, Teófilo introduz a ideia (de 1902), da articulação entre os costumes populares (dança e canto) e o ano solar: "Além do impulso da raça, os costumes sociais é que impõem as formas artísticas, segundo os sentimentos e as concepções dominantes." (1984 [1909]: 84).

(17)- Tal perspectiva resultava, segundo Teófilo, do facto de os Visigodos e de a Igreja terem adoptado a língua e o códigos latinos, tendo o vocabulário latino enriquecido os dialectos hispânicos. Daí a "ilusão de um *latim rústico* dando lugar à criação das Línguas vulgares chamadas novo-latinas (*ibid.*).

(18)- Imbuído da filosofia da linguagem herderiana, que associa as línguas às nações, Teófilo considera que as línguas românicas também tinham uma origem popular, e não latina. As línguas românicas, analíticas, proviriam de uma secular elaboração oral, tendo-se fixado simultaneamente na escrita: "quando línguas e poesia atingiram a forma escripta, não começaram n' esse momento historico, continuaram por recursos individuaes um passado popular organico e inteiramente anonymo." (1902: 125; cf. 123-5). Para fundamentar tal origem, opera um recuo histórico idêntico ao que efectuara para as origens rácicas, da nação e da literatura: "É portanto d' esse fundo pre-celtico que proveiu a estructura analytica das linguas romanicas, e os typos e themes communs da poesia do vulgo" (*id.*: 126). Parte assim da presunção da existência de um fundo primitivo ibérico, de tipo ligúrico, que depois da invasão celta do século VII geraria uma fusão, devido à sua origem comum árica.

Em 1872 defendia que as línguas vulgares coexistiram com o latim: "Demonstrada a coexistencia do dialecto vulgar em presença do latim urbano, menos se precisa da civilisação romana para explicar a lingua portugueza." (1872: 9). No seu entender, o romano conquistava pelas armas e fixava a conquista pela administração, que são factos convencionais, e não assimilava os povos. Por outro lado, o Estado sobrepunha-se ao indivíduo, e isto impossibilitava o cruzamento, a fusão que fortalece uma raça (*ibid.*).

(19)- Cf. 1984 [1909]: 105, 111-3.

(20)- A necessidade de uma revivescência da raça (fosse qual fosse) e das suas tradições poéticas para a regeneração nacional já era apontada antes (1896: 172-3; 1902: VIII; 1905. 565-6).

(21)- "As diferenças do *Ibero* e do *Luso* ainda hoje se impõem à observação no antagonismo político, intelectual e moral; não os separam fronteiras materiais, nem tão-pouco instituições religiosas ou sociais, mas prevalece uma imanente antinomia. É na raça que ela se há-de encontrar." (1984 [1909]: 72).

Embora no *Curso* já fale da difícil conciliação das várias raças peninsulares (1885: 54-5), só em 1902 começa a apontar uma especificidade lusitana, com base na tese ligúrica (1902: 217) -"ha um instinto latente na raça" (1902: 218). Cf. 1902a: VI-VII.

Na *História da Universidade de Coimbra* aproveita para vincar o seu ponto de vista acerca da especificidade étnica dos portugueses: "E em verdade todos os estudos sobre os geographos gregos e romanos, e a aquisição dos resultados da archeologia pre-historica, da anthropologia e da ethnologia, foram conduzindo a essa conclusão, que só mais tarde conseguimos comprehender e provar nitidamente. O *Lusitano* é distincto do *Ibero*; o territorio occupado pelas tribus *lusitanas* é ainda hoje, com alterações para menos, o mesmo territorio do povo *portuguez* e sua nacionalidade. Esta these ia de encontro á auctoridade de Herculano, e parecia então phantasista" (1902b: 532-3).

Assim, distingue o lusismo do iberismo (1905: 188 ss.; 1984 [1909]: 153-9) e estabelece o dualismo rácico entre lusos e iberos, "com troncos differentes d' onde provieram" (1902: 218) e vivendo um "eterno divórcio" (1984 [1909]: 154), enfatizando depois na *Recapitulação* que o luso é uma "raça pura", resistente à absorção castelhana (*id.*: 154; cf. 61 e 171), ao passo que o ibero tinha uma tendência sociológica para a unificação com outros povos, daí resultando a mistura de sangues e a formação de tipos somáticos distintos e contraditórios (*id.*: 153-4). Os lusos seriam um ramo dos lígures, uma raça pré-celta (*id.*: 71), ao passo que os celtas se fundiram com os iberos, gerando os celtiberos (*id.*: 73-5).

(22)- A fundação de Portugal, afirma, é "uma revivescencia d' esse *lusismo*" originário e arcaico (1902: 218), "como uma *revivescência étnica*" (1984 [1909]: 73; cf. 155) que se explicava pela "persistência" da raça lusitana na terra portugalense, que "impulsionou Dom Affonso Henriques a dar realidade a essa revivescencia ethnica constituindo a *Nacionalidade portugueza*." (1905: 188); "A nacionalidade de Portugal constituída pelo filho do Conde Dom Henrique sob a fórmula de monarchia, era a revivescencia de uma tradição *lusitana* abafada desde a occupação romana, e obliterada sob os dominios germanico e arabe." (1902: 247). Cf. 1902b: 536.

No seu entender, "Embora diminuído o território pelas divisões administrativas romanas, e pelas incorporações neogóticas, o pequeno Portugal de hoje nunca perdeu a população *lusitana* que o occupava" (1984 [1909]: 72).

(23)- É enquanto expressão e produto da raça nacional que Teófilo equipara os Descobrimentos e a Literatura: "este poder de acção e de criação estética explica o fenómeno sociológico da sua autonomia política através das crises das nacionalidades peninsulares, das conflagrações europeias, e do empirismo boçal dos seus próprios governantes." (1984 [1909]: 61). Cf. 1902b: 536.

(24)- Cf. 1905: 188-99. A explicação étnica dos descobrimentos e do "messianismo" português vinha já de trás: "nosso instinto de raça, o genio das expedições marítimas, com que desvendámos o Mar Tenebroso, e pelo Sonho do Quinto Imperio do Mundo por um *Soter*, ou salvador da nossa nacionalidade depois de bem aniquilada" (1902: 218); "A nacionalidade firmada agora no primitivo solo lusitano, revivescia nas suas qualidades ethnicas; e o genio da raça, as *expedições marítimas e mercantis*, das tribus ligúricas, apparecia nas expedições do norte de Africa (...) e nos descobrimentos do Mar Tenebroso, com que Portugal inicia a Era das Descobertas da America e do caminho

marítimo da Índia. Por este encontro da sua missão histórica, a Nacionalidade portuguesa transformou o seu território de simples appendice da Hespanha em uma das primeiras potências do mundo. O *lusismo* contrapoz-se ao *iberismo*, mantendo sempre a autonomia portuguesa contra a absorção castelhana. O sentimento nacional era a base da estabilidade portuguesa; corrompel-o, obliterar-o nas almas era ferir de morte este povo, como resultou da pressão católica, inquisitorial e jesuítica. A tradição era o nexo afectivo, que na grande dispersão pelo mundo, dava convergência á Patria portuguesa" (*id.*: 248; cf. 249). Cf. 1902b: 536.

(25)- "A decadência de Portugal desde os momentos mais apparatusos das glórias do principio do século XVI está implicita n' este processo lento de apagamento do *lusismo*, e consequente predominio do *iberismo* nas suas duas fórmulas a realeza absoluta ou imperialista, e o catholicismo sanguinario, cooperando simultaneamente para a incorporação de Portugal na unidade hespanhola." (1905: 190-1; cf. 251-2, 407).

Depois, Teófilo segue o percurso argumentativo habitual: "A ethnologia moderna, a mytographia, a litteratura e até a politica irão ahi descobrir elementos historicos para as suas deducções." (*id.*: 539). Mas desta vez o confronto do lusismo com o iberismo castelhana passa a ser o centro dialéctico da sua narrativa.

Por outro lado, a falta do lusismo contribuiu também, segundo Teófilo, para a decadência da Espanha, em particular desde a Restauração, pois antes, "Portugal sob o dominio castelhana ou iberico, fornecia-lhe escriptores e poetas, que enriqueciam a sua litteratura." A independência de 1640 foi para a Espanha "um depauperamento nas capacidades constitutivas da Civilização hespanhola. Este influxo do *lusismo*, essencial ao renascimento da raça e civilização ibérica, só poderá restabelecer-se não já pela inmixtão, como na época proto historica, mas conscientemente pela acção hegemonica exercida nas relações e uma grande e fecunda Federação." (*id.*: 470).

(26)- "Mas todo este castelhanismo é uma crusta superficial; sob ella existiu uma camada ethnica em que se reconhece o lusismo, que dá á historia da civilização peninsular um novo aspecto." (1905: 469; cf. 1907: 104-6).

(27)- Partindo da existência histórica do "lusismo", conclui que "do mesmo individualismo ethnico se deduz o futuro da nacionalidade"; "tem por missão vindoura a acção hegemonica na integração dos Estados livres peninsulares."; "[desta noção] deve derivar todo o espirito *nacionalista*, tão necessario á acção politica, mental e moral." (1902b: 537).

(28)- Deste modo, destaca que "o mar tornou-se um campo de acção e uma condição económica da nacionalidade." (1984 [1909]: 156; cf. 169). A explicação de A. Esquiros para a independência da Holanda serve, afirma, para Portugal: "A geografia deste povo é então o prefácio da sua história, a origem dos seus costumes, das suas instituições e do seu genio" (*ibid.*). Cf. 1872: 13-5.

Na *Recapitulação* (1909), Teófilo cita a sua segunda síntese teórica (1881), mas não refere sequer a de 1896, cujo texto segue quase à letra. Não o faz talvez porque então defendia que era do federalismo peninsular "que Portugal tirará a condição digna e estavel da sua independencia. É esse o grande futuro historico da peninsula hispanica." (1896: 170). Outra noção que retirou foi a de que Camões "era a verdadeira unificação affectiva e esthetica das nacionalidades peninsulares" (*id.*: 172). Estas alterações, no texto de 1909, fazem-se assim em nome da

autonomização étnica dos lusitanos, distinguindo Teófilo, v.g., a expansão castelhana (colonização exploradora) da portuguesa (comercial) (1984 [1909]: 157-9).

(29)- Assim, "Esse carácter de ingenuidade popular proveio de uma existência própria e não de uma imitação servil", exprimindo numa língua nacional o "*etos luso*" (*id.*: 179-80).

Estas ideias não estavam presentes no pensamento anterior de Teófilo, que declarava que D. Afonso Henriques, sempre em guerra, não tinha estabilidade para estabelecer uma corte poética. Agora, no entanto, com o intuito de legitimar a originalidade da poesia galaico-portuguesa, afirma que Guimarães foi um centro vital de elaboração poética (*id.*: 182-8).

(30)- Cf. 1984 [1909]: 210-32.

(31)- Já no *Curso* designava esta segunda fase como a dos "elementos tradicionais galecianos" (1885: 81), que persistiam em Gil Vicente e Cristóvão Falcão (*id.*: 82): "Aqui temos a prova evidente da existencia de uma poesia lyrica popular, e das classes em que ella se cultivou, na qual até hoje tem persistido esse typo tradicional da *serranilha*. Sómente a sua grande belleza espontanea é que podia vencer o artificio provençalesco, a casuistica dos palacianos do seculo XV, e o subjectivismo dos imitadores da eschola italiana petrarchesca, do seculo XVI por diante." (*id.*: 85). E foi a descoberta e publicação dos Cancioneiros que o conduziram a este reconhecimento: "É uma riqueza incalculavel como documento historico, social e litterario." (*id.*: 86-8).

(32)- Cf. 1885: 126-44; 1984 [1909]: 339-76.

(33)- A atribuição do *Amadis* à literatura portuguesa faz-se, segundo Teófilo, "caracterizando pelo sentimento a sua nacionalidade literária revelada no *etos* português." (*id.*: 279; cf. 305).

Mais modestos eram os argumentos que utilizava antes (1881a [1875]: 98-122). No *Curso*, não dedica mais de quatro páginas ao tema (1885: 103-7). Porém, em 1864 a sua opinião era oposta à da *Recapitulação*: "Não é de lavra portugueza, é a conclusão legitima e infallivel" (1865a: 238; cf. 237).

Teófilo trava outra disputa territorial acesa em torno do *Palmeirim*, considerando a pretensão da prioridade espanhola um "roubo castelhanista" (1914: 293): "Os bibliographos Salvá e D. Pascual de Gayangos, tendo descoberto a edição castelhana de Toledo de 1547, com o usual criterio simplista d' esse imperialismo iberico que sempre sonha a sua expansão sobre Portugal, pretenderam a prioridade ou originalidade d' essas traducções sobre o texto portuguez." (*id.*: 294). Cf. 1881a: 248-58.

(34)- É de notar a introdução de um subcapítulo novo em 1914, a preceder o estudo de Gil Vicente, e que se intitula "O Castelhanismo na Côrte, servindo a unificação iberica" (1914: 14-35).

(35)- "Em todas estas phases fundamentaes está altamente representado o genio portuguez. E é justamente n' este seculo XVI, que duas fortes correntes actuaram na desnacionalização de Portugal, o *Castelhanismo* (com os casamentos reaes, conduzindo á unificação iberica, e acção catholica pela Inquisição e Jesuitas), e a cultura greco-

romana ou o Humanismo, coadjuvando as ambições imperialistas, e obliterando a vitalidade popular", ao "amesquinhar a capacidade esthetica tão característica da alma portugueza" (1914: 5).

Se o castelhanismo tenta impor-se por casamentos reais, são a Inquisição e os Jesuítas que, segundo Teófilo, desnacionalizam Portugal (*id.*: 17-9):

"Apesar de tamanha florescencia de individualidades que dignificariam muitos Plutharcos, a nação portugueza achou-se subitamente envolvida nas ambições unitaristas do *Castelhanismo*" (*id.*: 24); "O *Castelhanismo* tornou-se a expressão material da antiga unidade iberica (romana, germanica e arabe)" (*id.*: 28).

(36)- "Embora no fim do seculo XVI a extincção da nacionalidade portugueza fosse o exito triumphal do Castelhanismo, essa geração dos Quinhentistas manteve o espirito da nacionalidade dando as mais bellas expressões estheticas do genio luso na Litteratura, na pintura, na architectura, em todas as manifestações de uma psychologia collectiva, resultante da persistencia ethnogenica." (*id.*: 22-3).

"No seu forte estudo da *Evolução das Sociedades ibericas*, José Augusto Coelho assenta a base da actividade do *Lusismo* na *concepção esthetica*; e de facto, nas naturezas superiores a cultura esthetica suppre a moral vencendo os impulsos da degenerescencia, e dá o ideal como o estimulo do heroismo, até á facil imitação das obras bellas. De entre estas *concepções estheticas* ' é o Lyrismo subjectivo aquelle que o Lusismo mais ama - reduzido a ter por objecto a emoção pura; - na maior epoca da sua pureza não é religioso, nem metaphysico nem scientifico, é apenas esthetico, e ainda n' este terreno é, acima de tudo, *amorosamente lyrico*. O lyrismo subjectivo reflectindo-se na consciencia da raça como producto d' essa mobilidade nervosa em nós creada pela humidade tépida do meio, esse sim, esse serpenteia por baixo de quantas correntes se cruzam ao longo da nossa historia litteraria, ora diminuindo, ora engrossando, mas sempre continua limpido e cristalino. - Os proprios Quinhentistas que, mais tarde e em tempo de impureza e falta de ingenuidade para o Lusismo, revelam mais intenso o espirito da nacionalidade, são todos elles poetas lyricos de amor. E assim Gil Vicente é o reflexo do bom senso pratico das massas trabalhadoras e do scepticismo luso; Bernardim Ribeiro, canta na *Menina e Mõça* o amor como uma realidade da vida; Falcão dá-nos no *Crisfal* uma deliciosa inspiração amorosa; Camões, balouçando a ardente phantasia á mercê das correntes diversas, é sempre um lyrico delicioso de amor.' " (*id.*: 489-90).

(37)- "Estas duas causas permanentes de diferenciação nacional, o territorio e a raça, explicam todos os phenomenos historicos dos equilibrios politicos e artisticos ou moraes." (1914: 14); "Esta acção constante do meio manteve nas raças da peninsula as suas diferenças anthropologicas e ethnicas, que se manifestam historicamente inextinguiveis." (*id.*: 16); "A ethnogenia lusa caracteriza-se pela sensibilidade delicada, a que vulgarmente se chamou a brandura dos costumes, resultante dos faceis contactos da sociabilidade." (*id.*: 16-7); "sentimento poetico e espirito de aventura" (*id.*: 20); " O genio creador de Portugal é diferente pelo seu *ethos* do de Castella" (*id.*: 270). Crê assim que para compreender a cultura hispânica é "indispensavel conhecer os dados anthropologicos e ethnologicos subordinados á synthese sociologica." (*id.*: 273).

"As nacionalidades peninsulares representam-se tambem na sua tonalidade musical, destacando-se os dois typos anthropologicos predominantes." (1902: 306); "o genio *iberico*, sombrio e auctoritario, tendente ao dominio pela unificação."; "aspecto ligurico no typo lusitano até hoje conservado no portuguez." (*id.*: 308); "As tradições populares authenticam o nosso individualismo ethnico." (*id.*: 476); "é a tradição a luz reveladora de uma apagada origem confundida entre as populações ibericas." (1905: 3-4).

(38)- "O espirito nacional apenas subsistiu nos Quinhentistas, que deram uma expressão inextinguível ao seu *ethos*." (1914: 28). Não obstante o bilinguismo dominante, que diz ser "um phenomeno mimetico da côrte" (*id.*: 271), o espírito da sua literatura era nacional:

"a sua literatura n' esses periodos bilingues, deu expressão ao genio da raça, ao *ethos* da sua psychologia collectiva, subsistiu pela ideia, e pela ideia revivesceu e resurgiu como um povo livre. Por isso ficaram modelares os Quinhentistas, deixando-nos a luz para os comprehender e imitar." (*id.*: 33).

(39)- Cf. 1914: 36-102. "Em Gil Vicente acha-se a plena revelação da psychologia collectiva, o sentimento do *lusismo* e a consciencia nacional"; "Tal é a sua energia organica, a vitalidade do meio provinciano em que nasceu e foi creado, e a poesia das tradições que o inspiram" (*id.*: 35).

(40)- 1914: 7; cf. 1875: 187. Mais adiante referir-nos-emos a este aspecto (VII.1.2).

(41)- "Basta percorrer a série dos seus grandes homens: nas Navegações (...) [6]; na acção militar das conquistas (...) [4]; historiadores (...) [5]; Poetas (...) [6]; Artistas (...) [5]; Sabios (...) [3]; Humanistas (...) [8]; Politicos (...) [2]; Theologos e mysticos (...) [3]; viajantes (...) [3] (*id.*: 24-5). Cf. 1905: 316-8; 1907: 2-3; 1911: 342, 599.

Já no *Manual* se afirma que o século XVI é o período de maior actividade da língua e da literatura portuguesa. Destaca então a manifestação do genio popular na literatura (Gil Vicente), a consciência histórica (João de Barros), a disciplina gramatical (Fernão de Oliveira), o nacionalismo linguístico de António Ferreira e o espirito da nacionalidade em Camões. Apesar dos elementos negativos (expulsão dos judeus, Inquisição, Jesuítas), "ainda assim, o seculo XVI foi de uma riqueza não excedida até hoje, em toda a ordem de actividade, porque era organica a causa que a fecundava." Segundo Teófilo, os portugueses não compreenderam a Renascença e a Reforma, "mas, apesar de tudo, o seculo dos *Quinhentistas* é o periodo mais bello da nossa historia, porque o movimento que o activou partia da totalidade da nação." (1875: 185-6).

(42)- "A vida de Camões é um drama doloroso, e todas essas emoções intimas vibram nos seus versos; mas, a sentimentalidade da raça, o *ethos* luso, dá-lhes a resonancia tornando-os a viva expressão da alma nacional. Eis o valor supremo do lyrismo de Camões." (1914: 488-9).

(43)- Teófilo abdica mesmo da noção romântica de originalidade e da noção dos "centros de irradiação" para explicar as influências e a propagação de certo tipo de práticas poéticas, mas reforça a ideia da especificidade do "génio nacional": "Scientificamente não há *originalidade* quando se trata da tradição, transformando-se sempre na continuidade; n' este sentido, Castella não é mais rica nem original do que os outros Estados peninsulares. A theoria dos *centros de irradiação* foi um preconceito, que o estudo scientifico dissolveu. O genio creador de Portugal é diferente pelo seu *ethos* do de Castella" (1914: 270).

Já em 1902, aliás, rejeitava as teses da "irradiação" (comunicação entre povos) em nome da "persistência" (continuidade de tradições): "A ideia de pontos de irradiação tradicional torna-se uma explicação maravilhosa, diante do facto scientifico das persistencias ethnicas communs variando apenas na intensidade da sobrevivencia, e na variedade das adaptações a novos tempos." (1902: 427).

(44)- 1914: 268-73.

Segundo Teófilo, os trovistas "castelhanizavam" para darem relevo cómico aos seus versos e não por falta de originalidade (*id.*: 285).

(45)- Cf. 1916: V-VIII. Segundo Teófilo, Filipe II evitou "sempre affrontar o *sentimento da Nacionalidade*." (*id.*: V). Por outro lado, após a sua morte, em finais do século XVI, "o *Castelhanismo* asphixiante e absorvente veiu accordar-nos o sentimento da patria, a aspiração da independencia nacional, a que o equilibrio europeu deu o relêvo da Revolução de 1640. Este grande phenomeno moral e historico occupa todo o seculo XVII e reflecte-se vivamente na elaboração litteraria dos *Seiscentistas*." (*ibid.*).

(46)- "D' esse envenenamento do Culteranismo se libertou uma pleiada de escriptores seiscentistas: Francisco Rodrigues Lobo, que difundiu no *Condestabre* a esperança da restauração nacional; Fr. Luiz de Sousa vindicando a supremacia da lingua patria pelo purismo quinhentista; D. Francisco Manuel de Mello, que sustentou na Europa com os seus libelos eloquentes a causa da autonomia de Portugal e revelando o alto genio da historia; Braz Garcia de Mascarenhas, acordando a tradição épica de *Viriatho*, e dando-lhe vida nas porfiadas luctas de guerrilhas nas fronteiras; o P.e António Vieira, movendo-se entre as intrigas diplomaticas dos casamentos e sonhos do Quinto Imperio para sustentar o throno de D. João IV. O estado da alma portugueza apparece-nos na austeridade ascetica em Fr. Antonio das Chagas, e na exaltação amorosa molionista de Soror Marianna Alcoforado, desvenda-se a influencia franceza, conduzindo-nos para um maior contacto com o Seculo excepcional. Esta riqueza de material fez-nos quebrar as proporções de uma Recapitulação." (1916: VII-VIII).

O próprio Manuel de Faria e Sousa, que "por desgraça, pelos accidentes da sua vida teve de escrever em castelhano" (*id.*: 403), "põe em evidencia como o genio luso se deformava sob o *castelhanismo*." (*id.*: 404).

(47)- Se no momento da dominação as "qualidades e caracteres do *Lusismo*, tornaram toda a união incoherente, indomavel" (1916: 673), "A restauração tornou-se effectivamente uma prolongada decadencia, porque o *sentimento nacional* foi systematicamente obliterado pelo *sentimento familial* da Dynastia dos Braganças, iniciada com o casamento com uma castelhana" (*id.*: 674).

Para a interpretação da história de Portugal a esta luz cf. 1916 (162-80, 316-7, 671-3), 1918 (154-5, 301-2) e 1932.

(48)- Teófilo parte da etnologia, passa pelas tradições populares e pela literatura nacional, para desembocar na questão política, tentando fazer com que essa transição de espaços discursivos pareça natural: "Depois de terminada a *Historia da Litteratura portugueza* achamo-nos logicamente conduzidos para a historia politica da nacionalidade portugueza." (1892, II: 344). Referia-se ao facto de pela literatura ter entrevisto uma solidariedade histórica da "Civilisação occidental", "que liga a cultura greco-romana com a transição da Edade-média e com as Nacionalidades modernas (*ibid.*). Assim, procura caracterizar a raça para compreender "o espirito das suas Tradições poeticas e o seu desenvolvimento consequente em uma Litteratura nacional; essas considerações ethnicas nos esclareceram a solidariedade historica com os outros Estados peninsulares, guiando-nos pela sua mutua influencia e coexistencia á descoberta da fórmula politica compativel com a vitalidade da nação portugueza e com a sua supremacia hegemonica."

(*id.*: 345). Ao dar como garantida essa hegemonia, conclui "que o seu desenvolvimento e autonomia dependem de uma organização federal dos Estados peninsulares." (*id.*: 346)

No final do segundo volume de *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, Teófilo visa fundamentar as "Condições étnicas e históricas do federalismo peninsular" (*id.*: 469-510; cf. 352-90), de que deduz a república federativa como organização política natural, para dar às tendências separatistas a forma consciente e disciplinada de um pacto federativo e garantir a autonomia dos vários povos, pondo Portugal a salvo das tentativas de unificação (*id.*: 472-3).

Deriva de Comte a apologia de laços federativos entre os pequenos estados livres com afinidades étnicas e similitudes mesológicas. No *Sistema de Política Positiva* defende uma "República Ocidental", regenerada pela sociocracia: "O projecto de federar a latinidade, impelindo a França, a Itália, a Espanha e Portugal para a realização de uma liga de povos livres, pressupunha, no espírito de Teófilo Braga, que cessasse 'o parasitismo da Espanha central' e 'o egoísmo particularista dos planaltos de Castela'" (Homem, 1988: 152-3). Para Teófilo, só uma federação peninsular se poderia opor aos apetites devoradores da Inglaterra. Por outro lado, o projecto federalista da latinidade opunha-se ao pangermanismo de Bismark: "A Federação Latina, por outro lado, foi especialmente advogada pelos nossos republicanos nos tempos subsequentes ao ultimato inglês." (*id.*: 153).

(49)- 1916: 274. Cf. 1902b: 537.

Como se vê por esta referência ("Aun tenemos Marruecos y Portugal"), Teófilo pode ter sido marcado pelo que Pilar Vasquez Cuesta denomina "O espantinho ibérico", que consistia na defesa da união ibérica para despertar uma reacção contrária a essa união, como sucedeu com a defesa do anexionismo por parte alguma imprensa espanhola e com os boatos que apareceram em jornais ingleses, em que se dizia que a Espanha aceitaria Portugal em troca das suas colónias americanas (1974: 42).

A justificação para a posição anti-castelhana de um Teófilo que antes defendia a federação ibérica pode residir ainda, parece-nos, no conservadorismo político espanhol do momento (lutas em Marrocos, execução de Ferrer em 1908, recusa da autonomia catalã) e no próprio facto de que o iberismo ser hostilizado em termos políticos (porque conotado com os republicanos) como demonstração de falta de patriotismo. É também possível ver nesta mudança a influência da obra de J. A. Coelho (*Evolução das Sociedades ibericas*), que Teófilo cita com frequência (cf. 1914: 15-23; 274-5).

No entanto, Teófilo não desistiu do seu federalismo (cf. Ribera-Rovira, 1934), passando a defender um modelo federal em que Portugal teria um papel hegemónico. No *In Memoriam*, Tomás da Fonseca refere uma conferência de Teófilo em 1916 em que ele defendia a necessidades de uma federação das três nacionalidades hispânicas (incluindo a Catalunha), com raízes na raça, mas com a Hegemonia de Portugal, devido à sua abertura atlântica e à sua habitual neutralidade (1934: 348).

3. Teófilo e a fundação da história da literatura portuguesa: do romantismo ao positivismo

A transição de Teófilo Braga de uma concepção romântica (idealista) da literatura como revelação do génio nacional, de matriz alemã, para o positivismo, implicou a transferência das origens e desenvolvimento da literatura portuguesa da área germânica, em que a situava, para a esfera meridional da latinidade, e a concessão de um maior relevo ao factor individual e artístico da produção literária.

Deste modo, foi obrigado a refundir toda a sua obra. Ele próprio, ao definir o seu itinerário intelectual, na *Prefação* à terceira edição da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1902), confessa que em 1867 ainda se detinha numa concepção metafísica do Povo, com a qual supria o conhecimento da psicologia colectiva. Mas nesta transição não abandona de todo as influências anteriores, assimilando em conjunto Vico, Hegel, Friedrich Schlegel e Augusto Comte. De Vico, que também lhe inculcou o gosto pela etnologia, e Herder, via Michelet e Quinet, recebe respectivamente a ideia de História e da importância da etnologia (1). De Hegel recebe a compreensão dos fenómenos estéticos e dele vem o relevo inicial que concedeu ao germanismo e à ideia de humanidade, que marcou a Geração de 70 (2). Por sua vez, F. Schlegel inculcou-lhe a teoria do génio da raça (nacionalidade-etnologia) e a ideia de que as literaturas românicas se constituíram pela oposição da cultura das nacionalidades (do génio popular) à cultura greco-latina.

Mas, tanto na perspectiva de Teófilo como na interpretação dos exegetas da sua obra, esta mudança de espaço discursivo, com a adesão ao Positivismo (entre 1872 e 1877), pela mediação de José Duarte Moreira de Sousa, operou-se sem grandes rupturas (3). Amadeu Carvalho Homem pensa mesmo que a sua "conversão" ao Positivismo pode justificar-se, em grande medida, pela sua "vontade de sistema", pelo optimismo científico e pelo carácter construtivo da filosofia comtiana, tendo sido comandada por objectivos de intervenção política (1988: 62-3) (4). Para João Palma-Ferreira, o facto de ter adoptado a doutrina de Comte, segundo um critério livre, por intermédio do heterodoxo Littré, fez com que o Positivismo lhe tenha servido sobretudo como

um "esquema de pensamento", num "equilíbrio doutrinal" que o fez "ultrapassar o padrão positivista" (Palma-Ferreira, 1984: 42-3).

A existência de uma certa continuidade entre o romantismo e o positivismo europeus em termos historiográficos (cf. I.3.4) dá a impressão de que esta transição epistemológica talvez não tivesse sido tão complexa como à primeira vista poderia parecer. Mas, apesar da "suavidade" desta mudança, "É curioso constatar que as esferas intelectuais portuguesas nos princípios do século XIX trocaram um catolicismo enraizado mas de baixa tensão e sem problemas por um positivismo igualmente sem problemas e que no processo dessa troca, salvo casos individuais, não houve uma verdadeira crise espiritual." (A. J. Saraiva, 1996: 92-3) (5).

A ideia de que o positivismo não provocou uma ruptura provém do próprio Teófilo Braga, que afirma que se manteve sempre orientado pelo critério histórico de Vico e de Hegel, que considera precursores do fundador da Sociologia (6):

"Recebia a primeira iniciação em Vico, embrenhei-me em Hegel, e cheguei a Augusto Comte." (1903: X); "começámos pela influencia de Vico (de que nos proveiu o interesse pelos factos da Ethnologia); recebemos de Hegel a comprehensão dos phenomenos estheticos (e um exagerado *germanismo* na evolução historica); e assimilámos, em uma crise de renovação mental a synthese positiva de Augusto Comte, onde encontrámos bem definidas as relações theoricas d' esses trez eminentes pensadores." (*id.*: LXVI).

No mínimo, é surpreendente que declare que "De *Vico* para *Hegel*, e deste para *Comte*, não existiam antinomias doutrinárias" (1892, I: 297). Segundo Teófilo Braga, a transição para o Positivismo implicava apenas a preponderância do ponto de vista histórico, que era o seu princípio essencial e o seu resultado geral (*id.*: 416).

Se adopta as teses positivistas fundamentais, como a lei dos três estados, a classificação das ciências e o predomínio da sociologia, Teófilo admira sobretudo em A. Comte a disciplina mental e a "sistematização do regime revolucionário", ou seja, a descrição da "dissolução do regime católico-feudal até à Revolução", com início na Reforma protestante (7). Nesta lógica, o Romantismo consumava a Revolução:

"A transformação do Romantismo provinha de uma transformação social; em todos os paizes da Europa appareceram relacionados os dois movimentos; se a Revolução franceza é o ponto culminante da dissolução do regimen catholico-feudal, os esforços estolidos da Restauração e da Santa Alliança nada poderam contra a aspiração moderna; esmagaram os povos (...), mas a Revolução estava nas consciencias." (1984a [1880]: 85).

Teófilo inspira-se em particular na ideia comtiana da necessidade de fundar um novo "poder espiritual", que substituísse os dogmas religiosos, e um novo poder temporal, que substituísse os privilégios pessoais, instituindo um novo "regime mental" e um novo "regime social". Mas realça que Comte não conseguira formular o "regime afectivo" (a moral e a estética), e é nesse domínio que diz pretender completá-lo (8).

Assim, de certo modo, a sociologia comtiana, que designava "Física Social", insere-se numa linha de continuidade em relação à filosofia da história romântica e à *Ciência Nova* de Vico, se tivermos em conta que Vico foi sempre "vítima" de uma "má interpretação criativa" (Burke, 1997: 101): "foi visto sucessivamente como um revolucionário, um reaccionário, um romântico, um positivista, um antipositivista e assim por diante." (*id.*: 20) (9).

Na transição do hegelianismo para o positivismo, o idealismo espiritualista é substituído pelo positivismo determinista. Como referimos (cf. I.3.4), o Positivismo acabou com a concepção de que a vida do espírito e a vida da natureza são diferentes, considerando a natureza como um objecto em evolução, e já não estático, o que permitia a aplicação dos métodos das ciências da natureza à evolução histórica. Esta associação da natureza à história conduziu Teófilo Braga à mudança de um paradigma idealista para um modelo monista-materialista sem aparentes angústias (cf. Homem, 1988). Em termos da história literária, daqui resulta o privilégio concedido aos factos e à sua articulação com o meio e o momento históricos, segundo o modelo tainiano, combinando a biografia, a história, a sociologia e a antropologia. É na *História do Romantismo em Portugal* que esta exposição do método se efectua de modo explícito:

"Vejam agora o methodo positivo na historia litteraria, como se formúla sobre o que temos dito. Primeiramente apparece-nos o *facto*; é o estudo da obra em si, tal como chegou á nossa observação; offerece-nos no seu primeiro aspecto um estudo comparativo, uma classificação em quanto á sua fórma, em quanto aos sentimentos que exprime, em quanto aos processos empregados para esse resultado. Depois do *facto*, o *meio* dentro do qual se effectuou; é o estudo da epoca em que foi sentida e realisada a obra, que reflecte em si a tradição, que é a parte fatalmente imitativa, e a aspiração moral, que é a parte que constitue a verdadeira originalidade. Depois do *facto* e do *meio*, segue-se o conhecermos o *agente* ; é o artista, o pensador, em que, pelo gráo de consciencia moral que a obra revela, vamos reconstruir o homem, restituil-o á sua individualidade permanente.

Assim d' este methodo positivo sômos levados a conhecer tambem **o caracter experimental ou objectivo da historia litteraria.**"; "o conjuncto de obras que formam uma litteratura, só póde ser bem comprehendido quando

através das suas multiplíces fórmulas poderemos fixar como o genio privativo de uma *raça* se revelou n' ellas, como ellas, apesar d' esta corrente fatal, tiveram um elemento livre para exprimirem a consciencia da *nacionalidade*, que se affirmou por essas obras, e com ellas fortaleceu a sua unidade, e finalmente, quando n' esse todo organico poderemos discriminar as diversas correntes da *civilização* transmittida." (1984a [1880]: 26-7; destaque nosso).

Nesta perspectiva, entende-se talvez melhor a insistência de Teófilo para que o Curso Superior de Letras se transformasse numa "Faculdade de Sociologia", onde se estudaria Antropologia, Etnologia, Arqueologia, Geografia, Ciência das Religiões, etc. (10).

Contudo, a alteração de perspectiva metodológica conduziu-o, como veremos, a inevitáveis aporias e a uma transferência e contra-transferência de modelos pouco compatíveis. Não pode mesmo ser ignorado um certo eclectismo que resulta desta imbricação. Sem renegar a dialéctica hegeliana, Teófilo substitui a sua filosofia da história pela concepção comtiana dos três estados (teológico, metafísico e positivo), que de certo modo ia ao encontro da tripartição viquiana das três idades da humanidade (divina, heróica e humana), e coincide parcialmente com os três períodos da arte hegelianos (simbólica/hebraísmo; clássica/paganismo; romântica/cristianismo), substituindo o terceiro período deste por uma época "positiva" (11).

O resultado desta miscigenação teórica confere a Teófilo a possibilidade de elaborar em diagrama um "esboço das leis da Imaginação":

I- Conversão do concreto em abstracto
pelas noções subjectivas

II- Conversão do abstracto
em concreto

a) fase espontânea b) fase empírica

c) fase racional

Mitos

epopeias nacionais
lendas
contos

Literaturas

Religiões

cosmogonias teologia
cultos metafísica
teatro hierático
superstições

Filosofias

Poesia

simbolismo (arte)
tropos (linguagem figurada)
fábulas (moral)

Ciências

Este quadro (1892, I: 390) pretende resumir as fases de evolução da inteligência humana e os principais períodos históricos da arte, estando o primeiro caracterizado pela elaboração anónima e tradicional (arte estática, relações sincréticas), o segundo pelo individualismo, pela imitação e pela convenção (a arte como um luxo civilizacional, relações discréticas) e o terceiro por um novo estado mental provocado pelas noções positivas (arte dinâmica, relações concretas), em que a arte se torna um complemento das ciências, submetendo as sensações a um fim racional (12).

Teófilo concebe assim o positivismo como uma espécie de "filosofia integral", que resulta da conciliação histórica e social de todas as verdades anteriores, sendo uma síntese a partir dos dados concretos ou científicos do conhecimento, com preponderância final da subjectividade (a "síntese subjectiva"), tendo em mente a compreensão do destino humano (a determinação da consciência), das manifestações do nosso ser (afectiva, activa e especulativa), harmonizadas no fim social, na realização do "estado normal" da humanidade. Por isso, a filosofia positiva torna-se "a expressão de um novo estado de consciencia, isto é, a constituição definitiva da *Philosophia* geral." (1892, I: 423). Em última instância, considera que é um esforço para submeter as ciências à filosofia e que o "critério positivo" resulta de generalização das ciências, constituindo-se quando se achava determinado o "terceiro par enciclopédico" (*Biologia* e *Sociologia*) (13).

A noção de *síntese*, de matriz hegeliana (a conciliação entre a tese e a antítese), na sua tripla vertente (especulativa, activa e afectiva), revela-se central, sendo um conceito-chave da *epistémê* oitocentista para recriar um espaço unitário perdido face ao predomínio das disciplinas analíticas (14). Nesta lógica, ganha relevo no sistema teofiliano a "síntese afectiva", uma espécie de sucedâneo da estética, na medida em que entende que a literatura processa a *síntese afectiva* dos povos, pela mediação do escritor individual, a sede onde se opera a expressão sintética dos sentimentos comuns (ligados aos actos) dos povos (a tradição nacional) (1984 [1909]: 64). Assim, os elementos estáticos da literatura (raça, tradição, língua, nacionalidade) determinam os elementos dinâmicos que são os escritores individuais (15).

A continuidade do positivismo com o romantismo é assim passível de ser estabelecida, para além do plano da história, ao nível da Estética e da sua historicização:

"a Esthetica foi *sensualista* em Baumgarten, *idealista* em Schelling e Hegel; a feição *positiva* dada pela renovação histórica do começo do século XIX, chega pelas doutrinas da Sociologia, a determinar-lhe o seu elemento estático na *Tradição* de um passado que aspira à harmonia humana." (1903a: 111-2).

É esta "estética sociológica" ou "sociologia estética" que o conduz a afirmar que os artistas se anteciparam aos filósofos, pois "presentiram essa unidade *sympathica* [da natureza] que precedeu a *synthetica*." (*id.*: 155) (16). Uma "estética positiva" transforma assim a anterior "fenomenologia do espírito" numa "sociologia positiva":

"N' essa construção, Comte reconhece a preponderância decisiva do sentimento como dirigindo o pensamento e motivando a acção; e como meio de conduzir a sociedade a uma *synthese affectiva*, a Esthetica funda a disciplina do sentimento, e dá à Arte um Ideal real, a Humanidade, representada através das lutas da história na grande aspiração da paz e da verdade. É o começo de um mundo de criação nova para o génio moderno, em que os aspectos nacionais da Arte se tornam mais intensos reflectindo o universalismo humano." (*id.*: 120-1) (17).

O conceito de "síntese afectiva", equivalente ao conceito de "representação" (18), mantém as noções românticas da literatura como "expressão" da sociedade e do génio artístico como representante e tradutor da consciência colectiva, que fazem com que a história literária seja considerada um reflexo privilegiado da historiografia geral. Esta "tríade" conceptual joga um papel decisivo na obra teofiliana (19). Nas palavras de Teófilo Braga, a crítica torna-se filosófica, "alargando a compreensão das literaturas: relacionando-as com a *sociedade*, de que elas são a expressão (Villemain)", recompondo por elas o temperamento individual (Sainte-Beuve), "e determinando por elas o *meio* em que actuam, *as grandes correntes da civilização* (Taine). Tudo converge para a integração actual das bases da crítica na história literária." (1984 [1909]: 170). Inspirando-se na filosofia da história comtiana, constitui a periodologia literária de acordo com três marcos histórico-sociais importantes, Idade Média, Renascença e Romantismo (as três épocas literárias, do séc. XII até ao século XIX), que ao mesmo tempo assinalam as fases da dissolução do "regime católico-feudal", desde a Reforma à Revolução: "A literatura, como um **produto social**, só pode ser bem conhecida através das modificações históricas destas três crises da civilização que **reflectiram**." (*id.*: 126; destaques nossos).

Esta imagem conceptual complexa, que Lovejoy caracterizou como a "grande cadeia do ser" (1964), justificará para Teófilo Braga a adopção, em termos metodológicos, de uma tríade disciplinar (História, Biologia e Sociologia) que se tornou decisiva, e que dominava grande parte da *epistémê* oitocentista. Porque a história da literatura expressava a sociedade nacional, a Sociologia comtiana passa a ter um papel dominante. Este estudo histórico da Literatura nacional, em articulação com as Literaturas modernas, e "através dos movimentos sociais e políticos da península hispânica", só pode fazer-se compreendendo a psicologia colectiva e o ponto de vista sociológico (1984 [1909]: 62). Mas, com a aplicação dos métodos das ciências da natureza, a sociedade é concebida segundo o modelo biológico, como um organismo englobante e a Biologia sobrepõe-se à Sociologia. Com efeito, para o seu estudo histórico, Teófilo Braga refere-se ao par científico da Biologia e da Sociologia (*id.*: 138). Por outro lado, a sociedade nacional é perspectivada romanticamente como manifestação de um "espírito nacional" ou, no modelo de Herder, de uma raça, conceito que os positivistas visam determinar cientificamente (20). Este era o objecto de estudo da incipiente Antropologia, mas Teófilo Braga amplia-lhe o alcance:

"O estudo da raça, reconhecido como **revelador** das condições da vida nacional, é o preliminar para a compreensão da Literatura." (*id.*: 67; destaque nosso) (21).

"[a literatura] é um fenómeno social simultâneo com o estabelecimento da nacionalidade; para ser compreendida (...) é preciso conhecer as raízes étnicas deste povo, que mantém todas as feições de uma raça pura, e a sua acção de concurso na marcha da civilização humana." (*id.*: 171).

Ora, é com base nesta circularidade que Teófilo Braga considera a literatura como um documento precioso da antropologia: "não é isto um abuso do critério das ciências biológicas aplicado a um fenómeno psíquico e social." (*id.*: 68).

Como sublinha Joaquim de Carvalho, Teófilo Braga "Não reparou, sequer, ainda por diante, nos fundamentos epistemológicos, ou melhor na falta de fundamentos da doutrina [positivista], nas suas omissões e **saltos mortais do mundo físico para o biológico**, da Natureza para a História e da História para a Hominidade, e das várias fases em que se desenvolve um pensamento sistemático" (1948: 42-3; destaque nosso). No entanto, como já destacámos (cf. I.3.4 e III), há uma linha de continuidade entre a concepção organicista das nações no romantismo e no

positivismo, em que o indivíduo se insere numa colectividade que o engloba e transcende: nação, estado, religião, raça e tradição. O escritor era o porta-voz heróico dessa alma colectiva, o porta-estandarte do "génio da raça", das tradições nacionais. Como nota W. Krauss, "Se o romantismo concedera a sua particular atenção à poesia popular, o positivismo vê na força permanente dos temas colectivos toda a lei do movimento literário." (1989: 148). Aliás, esta intersecção é explicitada por Teófilo Braga ao definir o "método positivo" da história literária:

"Segundo esta direcção positiva, a litteratura fórma um todo organico, cujo valor historico consiste em não ser dominado por um criterio individual; analysada a obra litteraria sob o ponto de vista esthetico, é preciso conhecer o genio do artista, o estado do seu espirito, para ver como foi impressionado e como soube imprimir ao que era uma particularidade do seu *pathos* generalidade humana. Porém a historia não procura isto; vae considerar essa obra connexa com todas as outras manifestações da intelligencia, procurar n' ella mais do que o espirito do individuo, as ideias e as tradições da sua epoca, mais do que o character do artista, o genio da raça, todos os accidentes do meio em que foi concebido, o modo como a comprehenderam, a acção ou influencia que exerceu. Aqui a esthetica é especulativa, e a historia puramente objectiva." (1984a [1880]: 25).

A preferência da história literária oitocentista pelas obras "anónimas" e "espontâneas" e pelos temas colectivos (estáticos) faz assim com que o elemento individual seja considerado como um condensador dos valores da comunidade nacional (22).

O sujeito que age na história da literatura teofiliana é o povo, a nação, concebida como um organismo em evolução, quer na fundamentação idealista dos românticos (que se inspira em Vico e Herder), quer na determinação biológica do positivismo (Comte e Taine), tendo na sua emergência um forte contributo hegeliano (espírito, dialéctica). Como já referimos, em termos da história literária, a articulação entre o elemento individual (o escritor) e o colectivo (o povo) realiza-se sob a égide da nação, cabendo ao escritor elaborar a síntese das tradições nacionais ao longo da história. A literatura de um povo é assim concebida como um vasto organismo que opera em função de elementos estáticos e dinâmicos, seguindo a aplicação que Comte fez do modelo biológico de Blainville (23). Ao mesmo tempo, os escritores dão expressão sintética à vida da humanidade, enquanto ser colectivo:

"A concepção d' esta existencia collectiva, dando logar á investigação de uma *psychologia da humanidade*, ao passo que ia criando os elementos de uma nova Philosophia das Litteraturas, fixava tambem o criterio definitivo para a Historia das Litteraturas" (Braga, 1892, I: 412-3).

A continuidade dos pensadores que "intuíram" a ideia de humanidade faz com que Teófilo os uniformize em torno dessa noção, procurando também escrever a "epopeia da humanidade" (24). No entanto, como observámos, a principal alteração do seu sistema passa pelo "biologização" do *Geist* hegeliano:

"A Biologia é o auxiliar indispensavel para os estudos d' esta parte statica do mundo subjectivo, como a Historia é que reúne os phenomenos dynamicos em que se manifesta o Eu colectivo"; "A Historia é este processo logico da filiação, por onde se estuda a phenomenalidade do Eu colectivo; os factos, que constituem o seu dominio só têm o valor de uma *função*, em virtude da qual se póde passar para as causas que os produziram ou para os effeitos que provocaram." (*id.*: 382).

Esta aliança curiosa entre a biologia e a história resulta da distinção entre os fenómenos estáticos (a estrutura dos organismos) e dinâmicos, que seriam faces distintas do mesmo organismo nas suas diferentes manifestações históricas. Na Psicologia, afirma Teófilo, o orgânico é o cérebro e o dinâmico a soma das aptidões lógicas acumuladas na evolução da Humanidade. A humanidade, concebida como um "Eu colectivo", é assim a soma da energia intelectual conseguida pelo exercício especial das diferentes aptidões lógicas individuais (25). Teófilo considera que os "elementos orgânicos" de uma nação são a raça, a língua e a tradição, que confere a unidade moral a um povo: "os poemas homericos encerram o conjunto das *tradições* hellenicas, e o genio grego sentindo esta revelação, fortaleceu-se com elles todas as vezes que se quiz affirmar." (1891: 3). Daí a facilidade com que conjuga a ideia rapsódica da epopeia com a concepção do artista enquanto elemento representativo da colectividade nacional (26).

Daí também a aparente fácil transição entre culto dos heróis dos românticos e o culto da humanidade e dos grandes homens do positivismo, celebrados nos Centenários, estabelecendo-se entre eles uma linha de coerência e continuidade (27). Há, contudo, uma diferença importante entre o conceito de herói no romantismo, em que é considerado propulsor da história, e na teoria

positivista dos grandes homens, em que funcionam como intérpretes privilegiados de um povo ou da história, mas não como transformadores da ordem social. Para os positivistas em geral, a história das sociedades é resultante de um processo objectivo e natural, obedecendo a leis semelhantes às que regem os fenómenos da natureza, não sendo o herói, como no romantismo, um motor de transformação social, mas um factor de compreensão do sentido dessa transformação e das necessidades da humanidade dela decorrentes (28). Teófilo concebe o homem de génio como produto de uma evolução anterior, "um capital acumulado de muitas gerações" transmitido de modo indirecto "pela acção reflexa das ideias postas em circulação" (1884: 157), numa perspectiva biomórfica e vitalista do social e do humano. Assim, a noção de heroísmo de Teófilo integra-se numa concepção determinista e finalista de história, pouco romântica, e devedora do positivismo ortodoxo de Stuart Mill, Spencer e Comte. A sua concepção biológica da humanidade faz com que considere que pelo prisma combinado da história e da biologia "se realizará a grande reforma da extinção do fetichismo das altas individualidades, conhecendo-se que tudo é evolução lenta" (1892, I: 383) (29). Ao mesmo tempo, esta desvalorização do indivíduo implica uma ética altruísta, ligada ao republicanismo. Daí um certo optimismo e amor à humanidade, que se manifesta na teoria positivista do heroísmo e na comemoração dos centenários dos grandes homens. Segundo Teófilo, se o egoísmo era a base do instinto de conservação, o altruísmo era a base do instinto de solidariedade da espécie.

Em relação ao sujeito principal da história, o povo ou a humanidade, verifica-se um conjunto de aporias como consequência desta imbricação do romantismo com o positivismo. Por um lado, o elemento estático (a raça) é preponderante e determina os elementos dinâmicos (os indivíduos), tornando a história um epifenómeno da natureza e o escritor individual uma caixa de ressonância da história e da sociedade. Por outro lado, a equivalência da natureza física e humana faz com que o homem apareça regulado/determinado pelos mesmos princípios das ciências naturais ao mesmo tempo em que a razão tecnológica e a ciência lhe conferem o domínio sobre a natureza (Hohendahl, 1989: 226-7). Por fim, Teófilo, valoriza a permanência e a fidelidade às "origens" étnicas, numa tendência regressiva que entrava em contradição com o "progresso" comtiano, voltado para o futuro e para a "idade positiva" da humanidade. De facto, a

tradição nacional popular que Teófilo exalta como espontânea, "orgânica" e sincera é para ele uma condição *sine qua non* de progresso, mas ela apenas permanecia viva nas camadas mais impressivas da sociedade (povo: velhos, mulheres e crianças) ou nas zonas do território menos avançadas (ilhas, colónias). Porém, em termos viquianos, e sobretudo comtianos, o último estágio da história implicava uma clara ultrapassagem da idade teológica e metafísica, em que ainda estava o povo que Teófilo admirava e cuja "persistência" defendia. A salvação nacional não podia, assim, conciliar-se com o progresso (30), pois implicava um estado regressivo, no exacto momento em que Teófilo, qual *Angelus Novus*, contemplava a extinção do seu povo "romântico" pelo "vendaval da história" e pela modernidade tecnológica. O romantismo de Teófilo sobrepõe-se deste modo ao seu positivismo progressista, na medida em que propõe como regeneração um regresso a um passado arcaico, ao mesmo tempo que anuncia comtianamente que a humanidade devia entrar na era positiva, regulada pela ciência, pela "ordem e progresso". Não deixa, aliás, de ser sintomático que "a invenção do povo" como elemento de legitimação da autonomia e soberania nacionais, em nome da sua autenticidade primitiva, se processe ao serviço de projectos de modernização dos Estados-nação emergentes. Estabelece-se assim um paradoxo pelo facto de o "real arcaico" se tornar a essência de uma modernidade concebida como restauração, apenas realizável pela etnologia e pelo folclore, de um mundo que se prestava a fazer desaparecer (31).

Nesta luta teofiliana pela "persistência" ou "revivescência" do lusismo original pode ver-se assim que, apesar de tudo, "o romantismo do jovem Teófilo acaba por fazer estalar a rígida carapaça intelectual do positivista" (Borges, 1996: 127). Teófilo inspira-se na ideia romântica da existência de um "espírito do povo", mas procurou dar-lhe um corpo, "inventando" uma raça para o povo português, comprovada de modo positivista, aplicando à história literária (e à cultura portuguesa) um modelo epistemológico regulado pelas ciências naturais (paleontologia, antropologia, etnologia, biologia, etc.).

Nas sucessivas alterações e revisões da sua obra, do moçarabismo ao lusismo, do germanismo à latinidade, da perspectiva romântico-idealista ao positivismo, Teófilo manteve sempre uma forte convicção nas ideias que defendia. Por isso, os seus admiradores destacavam a

sua coragem ao mudar de rumo (refutando-se a si próprio) e os seus adversários salientavam o seu persistente dogmatismo:

"A meio da sua carreira, este homem singular tem **a coragem rara** de fazer a reconstrução das suas ideias, submettendo a um methodo novo todo o corpo das suas opiniões anteriores, creando assim o direito de ser tão severo para os outros como o começou por ser para si mesmo" (Bruno, 1886: 102-3; destaque nosso).

"O que ainda hoje desperta, como disse, os pruridos bellicosos, é o lembrarmo-nos que, reconhecendo Theophilo Braga que obedeceu, n' um dos periodos da sua vida litteraria, a uma orientação metaphysica, é exactamente com **o mesmo dogmatismo** que não admite réplicas que elle faz hoje as suas affirmações positivistas como fazia outr' ora as suas affirmações metaphysicas."; "Ainda se deixa arrastar pelas **fascinações do systema**, e elle mesmo reconhece que é esse o seu fraco, tomando-o, é verdade, como o seu fórte." (Chagas, 1908 [1892]: 535; destaque nosso).

O que parece indiscutível é o papel fundador de Teófilo Braga ao nível da história da literatura portuguesa, não deixando, no entanto, de ser devedor da historiografia de Herculano e dos trabalhos anteriores no âmbito do estudo histórico e crítico da literatura portuguesa. A formação discursiva complexa que é o discurso da história literária, construída numa encruzilhada pluridisciplinar que abrangia o campo epistemológico das ciências humanas e sociais, caracteriza-se por ser uma tarefa colectiva, marcada pela interdiscursividade e por múltiplos encontros intertextuais. Os conceitos e as construções periodológicas circulam assim facilmente num espaço discursivo em que as descobertas são partilhadas como um património comum. É por isso difícil atribuir prioridades. Muitas vezes, constata-se a total falta de originalidade de muitos manuais de história literária, que se abeiram perigosamente do "plagiató" (se o termo é válido neste domínio), como verificámos a propósito do *Bosquejo* de Borges de Figueiredo (cf. IV.1), e se torna também evidente nas *Lições Portuguezas de Litteratura e de Moral* de Joaquim Carreira de Mello (1861). É por isso verdadeira a declaração de José Gonçalves Lage nos *Elementos de Litteratura Classica Antiga e Moderna*, que se aplica bem ao seu trabalho: "Nada ahi vai de novo, nem póde haver completa originalidade em trabalhos d' esta natureza." (1881: 7). Aliás, como sublinha Rosa Aradra Sánchez a propósito da construção do cânone literário espanhol, "Se puede decir que son muy pocas las obras que realmente marcan la pauta en comparación con las que la difunden." (*in* Pozuelo Yvancos e Aradra Sánchez, 2000: 172).

Como observámos, a carência e a necessidade de uma história da literatura portuguesa construída em moldes modernos é reiterada durante as primeiras sete décadas do século XIX (cf. IV.1). Aquando do concurso de 1872 ao Curso Superior de Letras a questão era já outra. Tratava-se de saber se a obra construída por Teófilo Braga satisfazia esse desiderato de décadas e até que ponto poderia ser considerada pioneira. Teófilo não gostou que Antero, nas vésperas do concurso, tivesse escrito no *Primeiro de Janeiro* (26/1/72) que Oliveira Martins era pioneiro da moderna crítica literária e que não tinha precedentes, existindo apenas erudição fradesca antes dele (Quental, 1872: 28). N' *Os Criticos da Historia da Litteratura Portuguesa*, Teófilo Braga considera uma "injustiça flagrante" o facto de Antero lhe ter já negado "quatro vezes a prioridade de fundador da historia litteraria de Portugal" (1872a: 27), apesar de no opúsculo de 1872 lhe ter reconhecido a qualidade de iniciador (*id.*: 28). Na sua réplica, Antero responde que só afirmara a prioridade de Oliveira Martins noutra género, o da história social, e que a referência à erudição fradesca não visava Teófilo: "Os livros do sr. Theophilo, pelo contrario, como os de Paulin e Gaston Paris, Schlegel, etc., fazem parte d' uma obra *critica* que estuda a *historia litteraria* pela historia litteraria em si, como o titulo indica. Em que podiam ser *precedentes* do escripto do sr. Martins ?" (1872a: 245).

Adolfo Coelho, sem deixar de criticar alguns aspectos menos positivos de Teófilo, coloca-o no lugar de fundador da história literária em Portugal por inaugurar um campo de estudos até então desconhecido entre nós:

"tracta de examinar os phenomenos litterarios sob o ponto de vista genetico, comparativo, historico e psychologico, isto é, trata as questões no mais largo campo a que a sciencia do nosso tempo as levou" (1873: 129); "Pode dizer-se que o estudo da historia da nossa litteratura foi elle que o fundou entre nós."; " O auctor manifesta n' elles [a *Teoria* e a *Introdução*] os dotes necessários a um bom historiador litterario." (*id.*: 130).

Deste modo, considera que nem valeria a pena mencionar os seus antecessores, portugueses e estrangeiros, a quem atribui um mero estudo accidental. Assim, os próprios defeitos que aponta a Teófilo são considerados naturais numa obra pioneira. Já em carta publicada em 1872, Adolfo Coelho declarava a Teófilo que as ingenuidades, contradições e erros da sua obra se desculpavam facilmente pela ausência de monografias sobre a história da língua portuguesa, a etnologia

peninsular e pela falta de espírito crítico típica da nossa mentalidade erudita. Outro motivo das imperfeições da obra teofiliana residia no facto de se apoiar em estudos prévios imperfeitos (Bouterwek, Wolf, Diez, Denis). Deste modo, destaca que ele não podia fazer tudo de um jacto: construir a linguística, a etnologia e a história literária de Portugal (1872: 3-4) (32).

Para Teófilo Braga, o vazio doutrinal e teórico da literatura portuguesa que Herculano sublinhava em 1834 só poderia ser colmatado pelo conhecimento da história da literatura portuguesa, que se tornava indispensável, continua, depois das lutas da Escola de Coimbra (Braga, 1885: 397-8). Mas este projecto só se tornava possível, como declara, devido aos "novos trabalhos filológicos", que permitiram a publicação dos *Cancioneiros* (Vaticana, Colocci-Brancutti, Garcia de Resende), das obras de Gil Vicente (José Gomes Monteiro e Barreto Feio), das edições críticas de Camões (Visconde de Juromenha), Sá de Miranda, António Prestes, Cruz e Silva e Bocage, que permitiam estabelecer um estudo mais preciso das "origens tradicionais" da literatura portuguesa (33), banindo a imagem idealizada e não fundamentada da Idade Média até então produzida, que assentava nos *Romanceiros* e nas "reliquias" apócrifas, que Teófilo aceitava como verdadeiras (34). Por outro lado, Teófilo refere a importância da produção de novos trabalhos científicos entretanto produzidos em vários domínios (etnografia, glotologia, filologia oriental e românica, pedagogia, história da arte nacional e história política), que permitiam o estabelecimento de noções críticas fundamentais, com base na sistematização positivista (35).

Por outro lado, o trabalho de Teófilo estava preparado pela existência da aplicação à literatura portuguesa do modelo discursivo da história literária por parte de estudiosos estrangeiros, em termos globais (Bouterwek, Sismondi e Denis) ou parciais (Bellerman, Wolf, Diez). Não menos importantes foram os trabalhos de Costa e Silva, de Freire de Carvalho, do Abade Correia da Serra, e os ensaios e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Por fim, Teófilo é devedor de Herculano (mais do que desejaria) em termos da historiografia e dos seus estudos de história literária, que em conjunto com Garrett estabeleceram entre nós os conceitos, valores e práticas românticos, consolidados pela actividade crítica de Rebelo da Silva, Lopes de Mendonça e Andrade Ferreira, que escreveram de modo fragmentado e disperso uma história literária romântica, estabelecendo uma "tradição nacional" e uma evolução periodológica

esquemática. No entanto, em termos genéricos, não deixa de ser verdade que Teófilo Braga "é o verdadeiro teorizador e crítico encartado do Romantismo tal como Garrett o concebera." (Saraiva, 1995: 43).

A Teófilo se deve mesmo a primeira síntese histórica do Romantismo, sendo o segundo autor a estudar de forma monográfica a obra de Garrett (*Garrett e os Dramas Românticos*, 1871), após o ensaio pioneiro de Rebelo da Silva (1848). É a partir da sua indagação histórica que se começa a desenhar um percurso autónomo da literatura portuguesa centrado na persistência secular de uma tradição nacional. Como anota Álvaro Ribeiro, após Teófilo, "Escreveram-se muitos trabalhos de rectificação, emendaram-se muitos erros, mas ninguém mais tentou exprimir uma visão filosófica da História da Literatura Portuguesa." (1951: 64). Pelo seu trabalho sistemático e persistente, como realça Jacinto do Prado Coelho, é "o extraordinário cabouqueiro da História da Literatura Portuguesa" (1969: 11). Teófilo aparece a A. Prado Coelho como o primeiro grande povoador de um vasto território que, para usarmos uma imagem de F. Denis, surgia após uma série de descobridores, que viam a costa mas ignoravam as riquezas interiores:

"tem desbravado muito terreno, descoberto muitas verdades, organizado muitos núcleos de vida, definido muitos pontos de vista que não de perdurar. Ninguém ainda, nesse campo, rasgou, patenteou mais dilatados horizontes." (A. P. Coelho, 1919: 104; 1921: 198).

Também Hernâni Cidade, discípulo e sucessor de Teófilo Braga na Faculdade de Letras de Lisboa, para além de sublinhar os seus erros, põe em relevo o seu trabalho pioneiro, quando "tudo estava por fazer" e havia "quási necessidade de *criar do nada*" (1935: 203-4). Destaca assim os "largos caminhos que, na história literária, foi traçando às mais demoradas e cuidadosas pesquisas dos seus sucessores" (*id.*: 188), tornando-se "o companheiro espiritual de quantos trabalham na literatura portuguesa"; "Não há recanto da história da literatura em que não tenhamos de contar com êle" (*id.*: 205-6). No entanto, para Hernâni Cidade, a grande lição de Teófilo, que não proveio de nenhum dos seus contemporâneos, consistiu no facto de assumir, "através de tudo e até ao último alento, a missão de tornar Portugal consciente de si mesmo, orgulhoso das suas glórias mais altas, lúcidamente atento ao seu próprio destino." (*id.*: 206) (36).

Contribui assim, para o bem e para o mal, como nota Castelo Branco Chaves (1935), para superar a consciência decadentista que imperou na sua geração (37).

Mas esta é a lição do "último Teófilo", que na *Recapitulação* considera a literatura portuguesa "uma das forças morais que sustentam a nacionalidade e autonomia de Portugal" (1984 [1909]: 60). O "primeiro Teófilo" é, como constatámos, bem diferente, enfatizando a dimensão imitativa e decadente da literatura portuguesa, em busca de uma raça perdida (cf. V.2) (38). O trabalho de Teófilo, produzindo mais de 367 espécies bibliográficas (cf. Neves, 1934) ao longo de seis décadas, é marcante na história literária oitocentista em Portugal, que em grande medida se condensa na sua obra. Fidelino de Figueiredo, numa crítica demolidora, classificou o seu trabalho como uma "obra abundante de elementos valiosos para o estudioso, que melhor se chamaria com o título *Memoriaes para a Historia da Litteratura Portuguesa.*" (1916: 167). No entanto, parece-nos que o que se lhe deve de fundamental é o facto de ter instituído a "tradição nacional" (cf. VI.1), permitindo desse modo narrar e interpretar a história da literatura portuguesa como um todo, com uma certa lógica e sequencialidade (39). Assim, não nos parece injusto dizer que, apesar das "miragens seculares" e das "tempestades sonoras" (40), Teófilo teve alguma "visão dos tempos".

Notas

VI.3.

(1)- Cf. 1892, I: 364-5; cf. 365-77.

(2)- Apoiando-se em Renan, Teófilo diz que Hegel foi importante porque pôs em relevo o fim ideal da humanidade como ser colectivo e deu corpo à ideia de que há uma "vida da humanidade" (1892, I: 412-3).

A ideia de humanidade inflamou, segundo Eça de Queirós, toda a Geração de 70:

"Mas a nossa descoberta suprema foi a da Humanidade. Coimbra de repente teve a visão e a consciencia adoravel da Humanidade ! Começámos logo a amar a Humanidade."; "não houve moço que não planeasse um grande Poema cyclico para immortalisar a Humanidade" (1993 [1896]: 485-6).

No seu panegírico a Camões, Latino Coelho começa por exaltar a humanidade, considerando Camões um poeta da nação e da humanidade: "Tudo é pequeno e transitorio n' este mundo, excepto a humanidade, a cadêa ininterrupta, por onde as successivas gerações umas ás outras vão transmittindo, accrescentando, o thesouro da commum civilisação." (1882: 1).

(3)- Segundo Teixeira Bastos, "Acceitando a orientação do Positivismo não teve Theophilo Braga de mudar de rumo; apenas reorganizou e harmonizou as suas concepções do periodo metaphysico"; "Portanto a influencia de Augusto Comte veiu ratificar o criterio historico e dar-lhe valor de processo scientifico. D'ahi o superior alcance que tomou a obra litteraria de Theophilo Braga." (1892: 91).

(4)- Cf. Braga, 1903: LVI-LVIII. Segundo Ramalho Ortigão, citado por Teófilo, vivia-se num momento em que "era indispensavel uma disciplina orientadora em um meio social que influia nos espiritos ainda os mais elevados a apathia da acção, o pessimismo e o ironismo, a revolta contra o sentimento nacional, e a critica negativa." (*id.*: LVI).

Para esta articulação em Portugal entre o positivismo como movimento intelectual, em busca de uma revolução cultural (e política), e o optimismo cientista, que serviu de arma ideológica, cf. Catroga e Carvalho (1996: 211-30) e Álvaro Ribeiro. Segundo este autor, "O positivismo (...) não entrou na cultura portuguesa pelos seus méritos de doutrina científica e filosófica, mas porque serviu um movimento histórico-político. Teve Teófilo Braga o mérito e a fortuna de realizar a simbiose da doutrinação positivista com a doutrinação republicana" (1951: 30). Por isso, afirma que "Não nos devemos, porém iludir acerca da autenticidade do positivismo de Teófilo Braga. (...); foi para Teófilo Braga apenas uma disciplina formal." (*id.*: 64). F. Adolfo Coelho foi mesmo ao ponto de declarar que do seu "pseudo-comtismo" resultou "sobretudo a ideia do novo 'poder espiritual', lisonjeador das proprias tendencias megalomaniacas." (1910: 218).

(5)- Aliás, de um modo global, segundo Álvaro Ribeiro, "Todo o positivismo português devém no plano da superficialidade cultural":

"não chegou, porém, tal doutrina a ser absorvida, apropriada, assimilada pelos verdadeiros pensadores nacionalistas." (1951: 8); "o positivismo português foi mais um fenómeno de superficial expressão do que de profundo pensamento." (*id.*: 56).

(6)- Cf. Bastos, 1892: 39, 91.

(7)- Cf. 1892, I: 417-24; 1894a [1880]: 84.

(8)- Cf. 1892, I: 424-6.

(9)- F. Meinecke, por exemplo, afirma que Vico, ao conceber a evolução do povo como "sujeito colectivo", foi também um precursor do positivismo:

"Fué el predecesor del positivismo y del colectivismo modernos, pero, del historicismo, sólo en cuanto éste acepta también la evolución de lo típico dentro de su idea de una evolución más rica y compleja. De ahí que pueda valer como legado conjunto de Vico, así al historicismo como al positivismo, la extensión universalizadora del campo del trabajo histórico a todos los pueblos de la tierra y la implantación del método inductivo de investigación que él representa arbitrariamente en los detalles, pero ejemplarmente en principio." (1983: 63).

(10)- Cf. Manuel de Aguilar, 1939: 391-2 e 422-4; cf. ainda 56, 63, 68, 104-5.

(11)- Cf. 1892, I: 383-4, 417.

(12)- Cf. 1892, I: 386-91. Teófilo apoia-se em Comte: as faculdades estéticas são intermediárias das faculdades morais e das intelectuais, actuam sobre o espírito e o coração, e por isso "deve tornar-se um dos agentes que nós podemos conceber como mais importantes da educação intelectual e moral." Assim, a arte corrige os hábitos da análise contraídos pela actividade científica, mas também é um estímulo das necessidades intelectuais, dando aos sentimentos um carácter altruísta, pelo desenvolvimento da vida moral (*id.*: 388).

(13)- Cf. 1892, I: 406; 1892, II: 398-9, 407, 426.

O primeiro "par enciclopédico" era constituído pela Matemática e pela Astronomia e o segundo pela Física e pela Química (1892, I: 423).

Teófilo denuncia a "má recepção" do positivismo, em particular por Antero, afirmando que muitos críticos não entendem o positivismo e ligam o positivo à ideia de exactidão matemática (1892, II: 399-400). Destaca, para rebater Antero, que também não é uma "banalidade francesa" (*id.*: 401, 410-1).

(14)- Foucault destaca a importância da "síntese objectiva", que alça os objectos a uma transcendentalidade não articulada ao nível das representações que os decompõem e taxinomizam. Daí a necessidade que as disciplinas analíticas têm de recorrer à síntese, formando-se ciências *a priori*, dedutivas, com a lógica das matemáticas, e ciências *a posteriori*, empíricas, que utilizam apenas localmente a dedução. Isto constitui a tentativa de recriar um espaço unitário perdido, o da *mathésis* universal. Com efeito, a partir de finais do século XIX, a unidade da *mathésis* é duplamente rompida, quer a nível da linha que divide as formas puras da análise e as leis da síntese, quer na linha que separa a subjectividade transcendental e o modo de ser dos objectos. As consequências na *epistémê* são a tendência para a autonomização do processo de formalização e para constituição de ciências puras, ganhando valor a

filosofia. É por isso também que toda a matematização apressada ou toda a formalização ingénuas ganham o cunho de um dogmatismo "pré-crítico" e ressoam como um retorno à Ideologia (Foucault, 1991 [1966]: 286-291).

(15)- Cf. VI.1.

(16)- O que conduz António Prado Coelho a realçar uma vez mais a ideia de continuidade no percurso teofiliano:

"Sempre a mesma exaltação da Arte e dos artistas pelo que acham do íntimo sentido das coisas, dom essencialmente *afectivo*, revelado por virtude da *simpatia* que os transporta ao pressentimento da *unidade* universal! As relações deste idealismo fundamental com o positivismo que abraçou, Teófilo Braga é dos primeiros, entre nós, a senti-las, e mostra-o na acuidade da visão e na firmeza moral com que veio a sustentar-se na posição ocupada." (1943: 32).

(17)- Na *História do Romantismo em Portugal* caracteriza a "estética positiva" como se se tratasse de uma "sociologia biológica" destinada a ocupar o lugar antes preenchido pela "fenomenologia do espírito":

"A velha Psychologia, veio renovar-se na atmospha experimental da Biologia; a gasta Theodiceia tornou-se a Sciencia das Religiões; a Grammatica geral, transformou-se na Linguistica e na Philologia comparada; a esteril Moral, a Politica do empirismo, o Direito constituido, a Arte, a Litteratura, o encadeamento da Historia, a Economia politica, agruparam-se como phenomenos dynamicos de uma nova sciencia superior, a Sociologia; a Logica tornou-se inductiva ou deductiva, segundo o processo scientifico ou philosophico." (1984a [1880]: 78).

(18)- Esta concepção é ainda um *transfert* (cf. La Capra, 1985, cap. 3) para a história literária de conceitos tradicionalmente aplicados à literatura, quer se trate da *mimesis* clássica, quer se refira ao "génio da raça" romântico-positivista ou à concepção tipológica do realismo (os tipos literários).

Para uma análise mais detalhada do conceito de "mimese", cf. Maria da Penha Fernandes (1995: 106-50).

(19)- Luiz Costa Lima considera esta tríade conceptual um dos eixos fundamentais da história literária oitocentista, que Gustave Lanson consagrará de forma definitiva na ligação da história nacional à história literária e ao escritor: "Estas passagens (...) seriam impensáveis sem a ideia de *representação*. Por ela, indivíduo, sociedade nacional e concerto das nações civilizadas se encaixam harmoniosamente como uma *babushka*." (1993: 24).

(20)- Teófilo distingue a "raça física" da "raça moral", embora nem sempre aplique a distinção: "Na ordem physica, a raça é uma variedade; na ordem moral é uma individualidade imponente. Para o naturalista torna-se ella o objecto, o estudo de um mero accidente, mas para o historiador é mais do que isso, é uma concepção superior, uma philosophia." (1872: 8).

Na *Recapitulação* segue mais a caracterização física, com base em H. Spencer: "Uma das grandes conclusões científicas em que assenta a Antropologia é a persistência das Raças, nos seus tipos ainda os mais remotos, e a conservação dos seus costumes através dos mais continuados cruzamentos, dando a revivescência dos tipos mais numerosos e mais fortes." (1984 [1909]: 67). Para a definição de raça segue Prichard: "compreende todos os agrupamentos de indivíduos que apresentam mais ou menos caracteres comuns transmitidos pela hereditariedade" (*ibid.*)

(21)- Esta precedência é estabelecida de modo liminar na sua tese: "A constituição da raça precede a nacionalidade; a primeira é um facto organico, e como tal não pôde determinar-se ao certo o dia em que começa; a entidade nacional essa é individual e dependente da vontade, coadjuvada pelo meio ethnographico e pela tradição. A nação portugueza começou no seculo XII; a raça resultou de migrações e de invasões anteriores." (1872: 9).

(22)- "A necessidade d' esta ordem de processos está na importancia excepcional da obra litteraria"; "Diante de taes documentos, procederá com verdadeiro criterio o que poder ler melhor todos os sentidos que exprime, mesmo aquillo que mais inconscientemente se repetiu. Assim a historia litteraria no seculo XIX procura de preferencia as obras espontaneas, de formação anonyma, aquellas em que menos se nos accusa a individualidade; para ella acabaram os modelos classicos, os typos do bello, os canones rhetoricos, e todas as obras são bellas, por mais informes, por mais rudes, quanto no seu esforço para attingir uma fôrma communicativa se aproximem mais da verdade." (1984a [1880]: 26).

(23)- Os elementos estáticos "escapam às modificações das mais poderosas individualidades; delas vem a emoção comum a que os escritores e artistas dão a expressão sintética, (...) reflectindo a marcha da corrente histórica (1984 [1909]: 125-6).

(24)- "Os Philosophos, como Pascal e Leibniz, Condorcet, Hegel e Comte; os Sabios, como Turgot, Price, Priestley, Quinet e Michelet; e os Poetas, como Chénier, Lamartine, Prati e Victor Hugo, comprehendendo a continuidade e solidariedade humanas tiveram a visão do *Grande-Sêr*, d' esse conjuncto ideal dos sêres passados, futuros e presentes, que concorrem livremente pela fôrma affectiva, especulativa e pratica para aperfeiçoar a ordem universal." (1892, II: 292-3).

"A Epopeia da Humanidade", diz Teófilo Braga em 1889, é a expressão contemplativa da Filosofia da História. A história torna-se assim matéria-prima de uma síntese emocional e poética e contribui para a idealização de uma Humanidade que exprime, através da arte moderna, a sua aspiração moral (Homem, 1988: 209). Cf. Braga, 1892, II: 240.

(25)-"Esta concepção do mundo subjectivo sob estas duas bases, psychologica e sociologica, só podia dar-se n' uma época em que existissem constituídas as duas sciencias da Biologia e da Historia." (1892, I: 383).

(26)- Dominava na época uma concepção de poesia centrada num eu colectivo de entono épico (Homem, 1988: 207). Comte sabia da necessidade de elaborar o seu programa teórico através de uma elaboração poética de um vasto fresco da Epopeia humana, e esperava que um génio italiano fizesse essa obra. Sabia ser necessário tonificar as demonstrações racionais com o transporte affectivo e emocional da poesia, para popularizar as suas ideias, e Teófilo achava poder responder ao desiderato com a *Visão dos Tempos* (1864 e 1894) (*id.*: 210). Eis como Teófilo justifica essa pretensão:

"Esse pensamento de Comte, cuja expressão artistica é a nova Epopêa da Humanidade, começou a ser realisado em Portugal em 1864, com a primeira série da **Visão dos Tempos**; em 1884, avançando na prosecução do vasto plano, justificavamos a tentativa de, n' este ponto exíguo do Occidente, receber fôrma o novo Ideal"; "Sómente em 1894 é que a edição integral da **Visão dos Tempos** desvendou o plano completo da Epopêa da Humanidade, como Synthese poetica da Concepção positiva do mundo e do imperio do homem. Realisaria essa Epopêa a

aspiração de Augusto Comte ?"; "Fóra de Portugal, e da Italia artistica vieram sobre mim as mais calorosas consagrações" (1903: XXVIII-XIX).

Aliás, como destacou António Prado Coelho, "A Epopeia da Humanidade, que há de ser o sonho de toda a sua vida, leva Teófilo a melhor sentir a grandeza dêste aparentemente pequeno povo que é o português."; "assim, êle foi logicamente impellido à elaboração da Alma Portuguesa, e da Lusónia, ainda incompleta, que seria Os Lusíadas do século XX." (1921: 117).

(27)- Segundo Sérgio Campos de Matos, "as teorias do heroísmo cumprem a função de manter uma ilusão de eternidade no inexorável e irreversível tempo profano, na finitude da vida humana." (Matos, 1990: 121). Deste modo, o espírito positivista que orientou a perspectiva republicana sobre o ensino entrosou-se com a tradição cristã e com um certo kantismo, pelo que "entre um ensino de tradição espiritualista e ecléctica e o ideário positivista, se terá delineado uma tradição híbrida" [secularização] (*ibid.*), "numa conjuntura mental em que se irão conjugar e sedimentar espírito romântico, nacionalismo (monárquico ou republicano) e positivismo." (*id.*: 106).

(28)- Cf. Braga, 1884: 182-3.

(29)- Para Comte, o Grande Homem não faz a História, é feito por ela, porque sabiamente lhe reconhece o pulsar (Homem, 1988: 146). Também para Teófilo Braga o Grande Homem é "o resultado de felizes convergências, históricas e biológicas. (...) sintetizam não apenas o capital de experiência das gerações precedentes (dado *histórico*), mas igualmente o lastro de capacidades especiais, nascidas da heterogeneidade biológica da sua ascendência."; "é um capital acumulado de muitas gerações, personificado em um homem" (*id.*: 146-7).

(30)- Teófilo "tomava como intrusas, destrutivas ou simplesmente estranhas todas as aquisições acumuladas pelo progresso cultural." (Palma-Ferreira, 1985: 188). Cf. T. Braga (1902: 16-9, 40, 69 e 565-6).

(31)- Cf. C. Karnoouh, 1990: 102, 112-3. Segundo C. Karnoouh, o folclore, o artesanato, etc., constituem-se quando as práticas que corporizam estão em vias de extinção. Onde o trabalho é realmente artesanal e tem intuitos de subsistência, a tradição implica sobretudo "ausência de progresso":

"Dans l' acculturation de la tradition archaïque, dans le folklore et sa théâtralisation, dans la poésie savante énoncée en style populaire et la décoration en 'style national', dans la mercantilisation des objets de l' artisanat paysan, en deux mots, dans l' exaltation d' un nouveau particularisme: la foi en la citoyenneté ethnique comme fondement garant de l' État-nation." (*id.*: 157).

(32)- Cf. cap. V: notas 46, 47, 48, 51 e 52.

(33)- Ao recensar a *Rivista di filologia romanza*, Adolfo Coelho anunciava em 1873 que Ernesto Monaci iria publicar em breve, com a sua colaboração, o *Cancioneiro da Vaticana*, de que apenas se conheciam extractos publicados nas edições deficientes de Varnhagem e de Lopes Moura (1873a: 188).

(34)- Cf. VI.1, n. 15.

Curiosamente, Bouterwek e Sismondi, por desconhecerem textos literários até ao século XIII, remetiam o estudo da Idade Média para os "antiquários". Em Fidelino de Figueiredo, esse estudo caberia sobretudo à filologia, mas em moldes adequados à época: "O estudo das litteraturas medievaes constituiu, por isso, uma especialidade distincta (1916: 147).

(35)- Mendes dos Remédios inclui na sua *História da Literatura Portuguesa* um capítulo sobre a história literária (1914: 613-24), seguindo o modelo de Teófilo, que nos seus trabalhos dedicava sempre um espaço à história dos "estudos filológicos", e recomenda em particular os estudos de Teófilo (*id.*: XXXI). Mendes dos Remédios destaca que os progressos da história e géneros afins se ligam intimamente aos da história literária, da crítica e da filologia (*id.*: 613).

(36)- É essa dimensão nacionalista que muitos outros louvaram, não obstante as discrepâncias ideológicas (cf. V.4), e que fazia com que os seus discípulos o considerassem o "arquitecto da civilização portuguesa" (cf. IV.1, n. 7), em particular pelo seu papel nas comemorações do Tricentenário de Camões (cf. VII.1.3), que Teófilo dizia marcar o início de uma "era nova", fundando uma revista com esse nome:

"Emfim a unanimidade produzida pela base scientifica disciplinada pelo criterio philosophico revela-se esplendidamente em um facto que hade ser na historia da nacionalidade portugueza o marco de uma éra nova -o Centenario de Camões, em 1880." (1984a [1880]: 510).

(37)- Não obstante tudo o que é criticável na sua obra, o que não pode deixar de ser realçado é o facto de que, como sublinha Paulo Borges, "em século e meio da busca de uma identidade perdida Teófilo teve a intuição mais radical e mais fecunda sobre esse fundo primordial do ser nacional, inspirador de Pascoaes" (1996: 127).

(38)- Como sublinha Hernâni Cidade, "o autor das *Epopeas da raça mosarabe* parecia percorrer a História literária de Portugal, em procura dos assassinos duma raça e dos vestígios do seu corpo despedaçado !" (1935: 198).

(39)- Segundo Joaquim de Carvalho, "Com seus erros e faltas, seus desacertos e deformações, a *História da Literatura Portuguesa* assinala o primeiro intento de interpretação global da nossa história literária com intenção científica. Parecendo pouco, é muitíssimo, tanto que Teófilo como historiador da literatura portuguesa continua a ser na morte o que foi em vida: *totus, unus, solus.*" (1948: 50).

Para João Palma-Ferreira, "Pode dizer-se que o primeiro a estabelecer um pleno enquadramento literário dos autores portugueses através dos tempos, igualando-os periodologicamente quanto a escritores representativos, foi Teófilo Braga, nos seus numerosos trabalhos de história literária, naquele último quartel do século passado e depois." (1984: 165); "Teófilo não foi ainda ultrapassado." (*id.*: 35); "Errada, precipitada ou não, assentemos que ela [a tese de 1872] foi a primeira tentativa que entre nós se fez para concretizar uma teoria e uma concepção de história aplicadas ao estudo da literatura portuguesa." (1985: 178); "coroa (...) o fabuloso movimento historicista que vem do século XIX e atinge os meados do século XX, deixando ainda, aqui e ali, cultores desgarrados." (*id.*: 188).

"Com Teófilo Braga creava-se a história literária em Portugal." (Aguilar, 1939: 304); "Teófilo Braga iniciou a história literária, ciência quase desconhecida entre nós" (*id.*: 379).

(40)- João Palma-Ferreira não deixa de lhe criticar "A polémica, a precipitação, talvez uma certa credulidade (...) e ainda o pendor para o excessivo biografismo e para a interpretação política dos factos." (1984: 35).

Adolfo Coelho, já incompatibilizado com Teófilo, não lhe retira o papel pioneiro que lhe atribuía em 1872, mas passa a considerar Carolina Michaëlis como "a verdadeira fundadora da historia científica da litteratura portuguesa." (1910: 218; subl. nosso):

"Extraordinário trabalhador tem sido incontestavelmente Theophilo Braga, numa sociedade em que quase ninguém o lê, embora muitos o admirem por procuração; mas a verdade é que para que um seu resumo da Historia da litteratura portuguesa pudesse ser apresentado na Allemanha, no *Compendio da philologia romanica*, publicado por G. Gröber, foi preciso que uma senhora, D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, o refundisse de tal modo que ficou uma obra nova." (*ibid.*).

VII. Práticas discursivas identitárias

1. As comemorações camonianas

1.1. A con/sagração de Camões como símbolo da nacionalidade: biografia e história

A canonização de Camões como "herói" nacional resultou conjuntamente da perspectiva rapsódica da epopeia (cf. II.4.2.1) e da teoria romântica do heroísmo (1), que trouxe para o primeiro plano o artista, o herói sem armas, considerado representativo da colectividade nacional (2). Camões torna-se o expoente máximo deste herói criador, inspirado na epopeia antiga e na epopeia do seu povo. Nos heróis românticos encarna o génio humano, eles são considerados guias intelectuais e mestres da humanidade, que transfiguram a realidade: "Homens representativos, espírito universal, génio da humanidade: tais são as palavras-chave desta teoria espiritualista de heroísmo." (Matos, 1990: 110) (3).

A ligação de Camões ao "espírito nacional" é efectuada tanto pelo prisma biográfico como pela interpretação da epopeia, que mediante o critério histórico-genético se articulava com a época e o meio em que se havia gerado. Ao mesmo tempo, esta vinculação permitia um paralelismo histórico entre um passado glorioso e um presente considerado decadente, estando o poeta nacional ligado aos dois momentos, pois lutou para construir a glória da pátria, em África e no Oriente, e "morreu com ela". Sismonde de Sismondi coloca em paralelo a vida de Camões e a história de Portugal ao salientar que escreveu o seu poema "au moment où la gloire de sa patrie était arrivée à son Zénith" (1813, IV: 332). O poeta, afirma, sacrificou-se pela pátria, mas ela revelou-se ingrata (4). F. Denis romantiza a sua vida tempestuosa, a paixão amorosa, o naufrágio, as perseguições, a miséria e destaca a também a ingratidão da pátria, com a qual o poeta morreu (5). Por sua vez, os liberais exilados vêem em Camões "uma espécie de garantia da 'regeneração'

e, ao mesmo tempo, um símbolo da pátria martirizada" (França, 1993: 48). Revêem-se ainda nele pelo comum exílio, como Garrett no *Camões*, que o mitifica como herói romântico, paradigma do génio incompreendido e marginalizado, perseguido, desterrado e solitário, devotado cantor da pátria ingrata, poeta do amor trágico. É o Camões apaixonado por Natércia, acompanhado pelo escravo Jau e que morre ao saber do desastre africano: "expirou co' a pátria" (6). Herculano enfatiza o seu lado popular e a vida atribulada (pobreza, errância e desterro), até que "veio morrer na patria sobre a enxerga da miséria." (1898: [1849]: 215). Depois, por analogia, o próprio Bocage é "camonizado" (7).

A celebração "liberal" de Camões dá-se com a edição de luxo d' *Os Lusíadas* do Morgado de Mateus (1817), a Missa de *Requiem* de Domingos Bontempo (1818), o quadro de Domingos Sequeira representando "A Morte de Camões", simbolicamente identificada com a morte da pátria, exposto no *Salon* de Paris (1824), e o *Camões* de Garrett (1825) (8). Como sublinha Fidelino de Figueiredo, "É esse o grande momento da mythisação ou interpretação lendária da pessoa do poeta." (1987: 27). Estes textos artísticos foram "peças capitaes neste longo processo de canonisação do poeta e sua promoção a padroeiro da patria." (*id.*: 24), até chegarmos ao Camões santificado de Guerra Junqueiro: "Foi Apolo na cruz, aedo e Messias, bardo e Redentor. Cantou como um epico, lidou como um heroe e acabou como um santo." (1921: 96-7) (9).

No entanto, como observa Eduardo Lourenço, esta identificação do poeta com a pátria é um fenómeno histórico surpreendente:

"À primeira vista, elevar a obra de Camões ao estatuto de mito literário de configuração romântica não deixa de ser surpreendente." (1999: 145); "A identificação de Portugal com Camões, por obra conjugada dos acontecimentos históricos e da revolução cultural romântica, é um caso único no quadro da cultura europeia. Durante todo o nosso século XIX há uma espécie de vaivém entre a leitura que fazemos do nosso destino colectivo e a imagem de Camões." (*id.*: 146-7) (10).

O positivismo dá continuidade à celebração dos heróis. Se os positivistas ortodoxos, como Stuart Mill, Spencer e Comte, se afastam da teoria romântica do heroísmo, porque se baseiam num sociologismo determinista (11), pode observar-se que entre o culto dos heróis dos românticos e o culto da humanidade e dos grandes homens do positivismo se estabelece uma

linha de coerência e continuidade (12). A romantização de Camões e a sua "homerização" fizeram dele o símbolo por excelência da identidade nacional, tendo sido consagrado como "herói" nacional na celebração do tricentenário da sua morte aquele que Teófilo considerava a figura mais representativa do génio nacional, a síntese do carácter português (13).

A associação da biografia de Camões à história nacional acentua-se, e, para além da obra, a vida de Camões passa a ser vista como uma síntese da vida da nacionalidade:

"Em Camões todos os caracteres do grande cyclo da conquista estão resumidos. No poeta, no individuo, está a epoca perfeita." (Rebello da Silva, 1848: 152).

Com efeito, como destaca Rebello da Silva, Camões foi cavaleiro em África e esteve na Índia, vivendo os dois ciclos da expansão. Assim, coloca a dimensão nacional no centro da avaliação da obra camoniana, considerando que nem os clássicos nem os modernos o tinham compreendido bem:

"Ambos se illudiram com os 'Luziadas'. Camões, mesmo no que chamam os seus erros foi portuguez e só portuguez; procurem-no por esse aspecto que hão-se explical-o melhor." (*ibid.*); "os 'Luziadas' são uma obra moderna em tudo, uma obra nacional, espelho fiel da epoca e das tradições portuguezas."; "Portugal e Camões quem os pôde nunca separar ? " (*id.*: 153).

Assim, quando "morreu a pátria", "quebrou-se igualmente o unico lanço que o prendia á terra" (*id.*: 154). *Os Lusíadas* eram pois o "glorioso testamento" de Portugal, descido ao "tumulo" (1909 [1849], I: 125). Para Rebello da Silva, "Camões foi o Homero de Portugal" (*id.*: 126). Mas, ao contrário da memória liberal-republicana, Rebello da Silva afirma que ele foi a voz da monarquia e não tanto da nação:

"A sua voz, bradando sem cessar aos ouvidos das gerações, entreteve o fogo sagrado da independencia na alma dos Portuguezes, e recordou a antiga Monarchia pela saudade da sua gloria até aos proprios que a tinham trahido"; "O poema e a Monarchia são indissoluveis; a nacionalidade do povo não os póde, nem sabe separar." (*id.*: 126-7); [*Os Lusíadas* são] "as Nenias da monarchia" (1848: 152).

Numa perspectiva liberal, A. P. Lopes de Mendonça, e antecipando algumas das ideias de Teófilo Braga, vê na recepção da epopeia e no número das suas reedições um sintoma da vitalidade ou decadência nacionais: "a popularidade dos *Lusiadas*, como a de todas as grandes composições, que resumen o sentimento nacional, e que são fructo de um sublime amor patriótico, acompanhára successivamente as glorias do paiz, e os heroicos feitos da sua historia." (1860: 184).

A associação da biografia camoniana à história de Portugal ganharia uma nova vertente com Teófilo Braga, mediante a sua concepção étnica da nação:

"Tanto pela sua vida como pela sua obra, Camões é a synthese do typo e da nacionalidade portugueza" (Braga, 1873a: 59); "Nas suas obras transpiram de um modo absoluto os caracteristicos fundamentaes de uma nacionalidade: a *tradição*, a *linguagem* e o *território*." (*id.*: 3); "E o poeta, que no seu temperamento e caracter individual encarnou a feição typica da raça lusitana, fortificou o ideal da Patria pela Tradição e deu o maximo relêvo artistico, fazendo vibrar o *ethos* da nacionalidade. A Tradição é que dá unidade moral a um povo, a vibração unisona na emoção nacional." (1907: 5); "é uma encarnação do temperamento affectivo da raça soffredora e aventureira." (*id.*: 7).

Assim, Camões condensa em si todas as influências da Renascença e da nação (pela ascendência algarvia e galega), a tradição popular, o lirismo trovadoresco e a erudição clássica, apresentando uma forte originalidade (1875: 288). A associação da biografia camoniana à tradição nacional passa ainda, em Teófilo, pela explicação determinista, ao colocar a ênfase na hereditariedade. A biografia funciona assim como um processo de psicologia científica, a aplicação da ciência positiva à vida humana. Daí que, segundo Teófilo, "a biographia fórme hoje parte tão consideravel da Litteratura." (1907: 345) (14). Assim, por exemplo, o facto de Camões ter dado continuidade à tradição lírica galaico-portuguesa é explicado pelo facto de ter tido antepassados galegos (o avô paterno). Mesmo quando duvida desta ascendência, a explicação mantém-se: "Em qualquer das hypotheses, o grande epico portuguez deriva o seu genio d' este atavismo, que se determina nas nossas origens litterarias." (1881: 191) (15). Por outra lado, a genealogia materna, com ascendência dos Gamas, explicava o seu génio épico (16).

Este determinismo hereditário é que teria impedido Camões de ter sido afectado pela erudição clássica, pela decadência do seu tempo, e pela nevrose hereditária da sua ascendência

(17), apoiando-se Teófilo em Maudsley, que concluía que o temperamento resulta sobretudo da hereditariedade, apesar das influências da educação e do meio:

"Acima de todos os lyricos quinhentistas Camões eleva-se pela affectividade ingénita, pelo temperamento em que o Amor se converte em um destino."; "Isto salvou Camões da corrente do platonismo alexandrino e petrarchista, que empolgou os outros lyricos da Renascença" (1914: 490).

Por outro lado, a idealização artística era uma forma de o espírito vencer o determinismo negativo do meio:

"Isto explica a obra de Camões, na corrente da Renascença, na tremenda reacção catholica, e ainda no meio da decadencia da nacionalidade, revivificando as tradições de um passado glorioso e aspirando a um futuro no seu Poema ou Pregão eterno." (1907: 454-5).

O poeta, num ambiente depressivo como o da Índia teria assim caído no abismo "se o não fortificasse uma aspiração ideal - o Pensamento novo que o alenta e a que procura dar fôrma artistica", encontrando refúgio na "idealisação poetica", que funcionou como um "escudo moral" (18). Deste modo, Teófilo subtrai a genialidade do estro camoniano à fatalidade da natureza:

"E Camões achava-se possuido já de um pensamento, que se ia tornar a noenergia da sua vida - *um novo espirito*, que será o Canto heroico que anda idealizando." (1907: 256-7); "Na sua pobreza e desgraça o genio do poeta apurou-se, resistindo em todos os meios pela *nooenergia*." (1914: 411).

Este ideal persistente, à luz da teoria dos grandes homens, é o que, segundo Teófilo, "determina sempre a acção das individualidades superiores, como os heroes ou os martyres" (19).

Mas Teófilo vai mais longe ao interligar as fase de composição d' *Os Lusíadas* com a biografia camoniana: "Para em tudo ser verdadeiro, o poema liga-se na sua extractura intima ás fases da vida do poeta" (1891: 65). Desse modo, *Os Lusíadas* tanto equivalem à biografia do poeta como à biografia da nação, entrelaçadas na "realidade" e no texto. Os dois momentos de formação d' *Os Lusíadas* equivalem às duas fases históricas das descobertas, em que Camões esteve presente: a fase histórica (elabora os quadros ou episódios das tragédias nacionais) e a fase marítima (celebra os Descobrimentos): "Camões trabalhou estes dois elementos *historico* e

marítimo em duas épocas diferentes da sua vida" (1911: 529) (20). Desta elaboração faseada teriam resultado os problemas de estruturação da epopeia, pelo facto "de terem sido primeiro elaborados [os episódios] como Poemetos independentes ou pequenos quadros históricos, antes de ter chegado á compreensão clara e verdadeira da única e grande acção épica, inteiramente nacional, os Descobrimentos." (*id.*: 527-8). Teófilo conclui assim que *Os Lusíadas* se compuseram de modo análogo aos poemas homéricos, afirmando que Camões constitui "o poema por um agrupamento cíclico" (*id.*: 605).

A vida de Camões estaria assim de tal modo ligada à pátria que o poeta, não resistindo à perda da independência, morreu com ela (21). Mas a analogia e os paralelismos biográficos que Teófilo estabelece baseiam-se na leitura biográfica da obra camoniana, pelo que enfermam de uma argumentação circular. Assim, declara que "O estudo da obra de Camões, para ser bem compreendida, impõe o conhecimento da sua vida", mas ao mesmo tempo reconhece que "poucos factos chegaram a nós os vindouros, sendo necessário muitas vezes pelas referências autobiográficas nas suas obras reconstituir o quadro da sua vida." (1907: 344). Por isso, interpreta a Canção IX, à luz da astrologia, para tentar determinar a data de nascimento de Camões e socorre-se da Elegia III para precisar o local onde nasceu. Teófilo dá como paradigmas da autobiografia camoniana a Canção XI e o soneto "Erros meus, má fortuna..." (22), mas dá igual relevo a toda a obra lírica:

"Pelos seus sonetos se reconstrue o quadro psicológico dos seus primeiros amores precoces com *Sibela* ou *Belisa*, e a paixão decisiva por *Nathercia*, a cordeira gentil, que lhe encheu a existência. As Odes, as Canções e elegias são a autobiografia formada dos mais flagrantes documentos psicológicos, em que a comprovação crítica da realidade histórica lhes dá um surpreendente relevo estético." (1914: 491) (23).

Sem os avatares deterministas do positivismo, a concepção de herói de Oliveira Martins é semelhante à de Teófilo, pois entende que os heróis dão expressão individual ao que antes fora elaborado de forma colectiva. O grande homem era uma espécie de microcosmos em que a alma colectiva se reflectia: "o herói vale pela soma de espírito nacional ou colectivo que encarnou nele, e num dado momento os heróis consubstanciam a totalidade desse espírito." Assim, ele é o revelador do sentido inconsciente do tempo, um mediador, que dá alma subjectiva ao

Inconsciente, enquanto homem representativo de uma época (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 154). Aliás, no seu ensaio sobre *Os Lusíadas*, mostra-se convicto de que a biografia dos grandes homens é o prumo mais seguro para determinar a linha exacta da história moral de uma época, uma vez que os grandes homens não estão sujeitos à fatalidade que domina o vulgo, consubstanciando a evolução contemporânea (Martins, 1872: 105). Na óptica de Oliveira Martins, é através das biografias que se vê a "objectivação suprema do Inconsciente encarnar nos 'grandes homens' ", sendo o indivíduo o elemento transubstanciador de valores colectivos, nomeadamente nos momentos apoteóticos das sociedades (*id.*: 125).

Daí a importância que enquanto historiador confere às biografias, que considera como o terceiro, e último, nível da história, aquele que estuda as encarnações conscientes e voluntárias da história. O historiador deve pois ir "buscar aos caracteres e às biografias" o fio dramático que liga as diversas épocas, pois é a este nível, exemplarmente consubstanciado nos "grandes homens" (personagens-símbolo), que a história melhor se revela como drama. Deste modo, Oliveira Martins articula, como Teófilo, a concepção romântica de epopeia com a noção de representatividade inerente à teoria positivista do heroísmo, embora nele a tónica espiritualista sobressaia. Oliveira Martins identifica, como Teófilo, a vida da nação com a biografia do épico, afirmando mesmo que a vida de Portugal se resume na de Camões (1872: 48), vivendo ambos a mesma tendência heróica e morrendo ao mesmo tempo, após uma longa agonia: "Morria a patria, morria o poeta" (*id.*: 58). N' *Os Lusíadas* temos pois "um livro, um homem e uma nação" (*id.*: 56). Na fisionomia de Camões "aparecem fundidos todos os caracteres da nação, no seu espirito o seu ideal, na sua vida a sua historia." (*id.*: 59). Camões terá vivido os mesmos ciclos da pátria, vivendo de esmolas -"era a propria imagem da patria"- e morrendo com ela: "Não admira, pois, que desde então Camões ficasse na alma popular como o symbolo da nação, e os *Lusiadas* como a sua biblia", "eponymo d' esta pequena patria", "o Paracleto portuguez." (1891: 112, 115).

Mas, como Teófilo, Oliveira Martins deduzia a vida a partir da obra, não a biografia real, como sublinha, mas a biografia espiritual:

"A biographia do artista está sempre nas suas obras: a biographia de Camões encontra-se nos *Lusiadas*."; "Sombria, como foi a morte do poeta, que coincidia com a morte da sua patria. Esta é a verdadeira e fertil biographia, a do espirito" (1872: 39) (24).

1.2. O "paradoxo histórico" d' *Os Lusíadas* e as "duas almas" de Camões

Embora com interpretações diferentes, tanto Teófilo como Oliveira Martins "nacionalizam" *Os Lusíadas* (25). As diferentes concepções da Idade Média e do Renascimento em Teófilo, por um lado, e em Oliveira Martins e Antero, por outro, traduzem-se numa diferente leitura histórica d' *Os Lusíadas*. Em comum, porém, têm o facto de considerarem a epopeia de um ângulo diferente do das convenções do classicismo, deslocando o interesse da forma para a importância do conteúdo. Antero foca-o a propósito do ensaio de Oliveira Martins:

"e cabe ao sr. Oliveira Martins a gloria de ter sido o primeiro a fazel-o, a gloria de ter commentado philosophicamente os Lusíadas. A esta luz tudo se explica na concepção do poema e na substancia moral d' elle: percebe-se a razão d' este **estranho phenomeno, estranho e unico, do apparecimento d' um verdadeiro poema epico nacional em plena idade moderna.**" (1872: 28; destaque nosso).

A prioridade do conteúdo sobre a forma e a sua perspetivação histórica conduzem a uma leitura d' *Os Lusíadas* feita à luz da filosofia da história. É nessa lógica que tanto para Antero como para Teófilo a epopeia camoniana constitui uma fractura histórica, um "ponto catastrófico" (26), representando respectivamente uma descontinuidade fenomenológica com o seu tempo histórico e com a tradição nacional (27). Para Teófilo, tratava-se de um "milagre" na medida em que, ao contrário de quase toda a literatura portuguesa, dava voz à tradição nacional, de origem medieval:

"Pela historia da litteratura portugueza, bem contra vontade se vê que é um povo morto; não ha uma obra d' arte verdadeiramente filha do seu tempo, se exceptuarmos o milagre dos *Lusíadas*. As ricas tradições da nossa historia ficaram esquecidas pelos poetas que farejaram a antiguidade romana, e por muito tempo, antes de Garrett e do *Cancioneiro* e *Romanceiro Geral Portuguez*, se acreditava que o nosso povo não tinha poesia nacional, ou pelo menos lhe faltara a originalidade nos seus romances. Triste condição de uma nacionalidade formada caprichosamente." (1870: 12-3) (28).

Teófilo alude, entre outros, a Ferdinand Wolf, que negava um carácter nacional e original à poesia portuguesa medieval, considerando por isso Gil Vicente e Camões fenómenos difíceis de explicar numa literatura "que es más *receptiva* que *productiva*. De aquí que aún en los tiempos de su más acentuada peculiaridad le faltara empuje, y que los poetas más populares de los portugueses, Gil Vicente y Camoens, fueran fenómenos aislados sin efecto ulterior." (Wolf, s/d [1859]: 447; cf. 469 e 480-1). Teófilo usou o símile do "milagre" em particular pelo facto de a epopeia camoniana, que dava continuidade ao "espírito popular", enquanto rapsódia/repositório de tradições nacionais, ter aparecido no século em que o classicismo e o absolutismo oprimiram a criatividade e a liberdade da raça moçárabe (29). Oliveira Martins criticou esta análise histórica de Teófilo e os pressupostos que lhe subjaziam:

"É assim que os *Lusiadas* são para elle um *milagre* (*Introdução á Hist. da Litt. Port.*), e que o ponto culminante da sua historia é Gil Vicente. Dentro do systema romantico, Camões não se explica na litteratura portugueza, porque a fria imitação classica nunca seria capaz de o produzir: é por isso um *milagre* ; Gil Vicente, pelo contrario, que é o ultimo representante do periodo germanico, do espirito medieval, é considerado, é claro, a expressão genuina do caracter portuguez." (1872: 171) (30).

Para Oliveira Martins não havia "milagre" nenhum, porque a epopeia nacional expressava o "patriotismo" e a "vontade heróica" do povo português, que emergiu historicamente no século XVI (cf. V.3).

Estas divergências quanto ao "anacronismo" d' *Os Lusíadas* derivam assim de diferentes filosofias da história e de diferentes conceitos de nacionalidade, de fundamento etnológico (medieval) para Teófilo e fruto da vontade política e moral para Oliveira Martins e Antero, que entendem que a nacionalidade portuguesa é um fenómeno moral do século XVI (imitando o patriotismo dos romanos). Na medida em que todos admitem a correspondência entre a história e literatura, esta reflectiria aquilo que consideram ser a história, pelo que o "paradoxo" d' *Os Lusíadas* resulta da interpretação da história:

"A sua luminosa synthese [de Oliveira Martins] abraça o poeta, a obra e a época: e pela época, pelo poeta e pela obra faz-nos sentir a intima realidade da nação e a sua razão de ser historica." (Quental, 1872: 30).

Se os românticos valorizavam *Os Lusíadas* como repositório das tradições populares medievais, Antero e Oliveira Martins deslocam o eixo temporal da interpretação para a Renascença e para a modernidade. Esse deslocamento é também observável no próprio percurso de Teófilo Braga, quer em termos de arqueologia etnológica (dos moçárabes aos lígures/lusitanos), quer na correspondente genealogia histórico-política (da Idade Média à Renascença, do "germanismo" à latinidade), embora não abandone os seus pressupostos teóricos, na medida em que foca a participação do espírito popular nos Descobrimientos.

Tal como a teoria matemática das catástrofes preconiza, uma forma desenvolve-se e recorta-se sobre um fundo, um espaço suporte/substrato, cuja aparência fenomenológica varia em função do ponto considerado. Se o fundo é homogéneo e uniforme e se as suas propriedades se modificam de maneira contínua, não há morfologia. Para uma forma aparecer é necessário que haja uma descontinuidade das propriedades qualitativas de suporte (Boutot, 1993: 29) (31). Mas o "fundo" histórico que permite a percepção da "forma" d' *Os Lusíadas* (e do seu conteúdo "histórico") é étnico em Teófilo e voluntarista em Antero e Oliveira Martins, pelo que apreciação da continuidade e da descontinuidade não coincidem, a não ser na ideia de que há um contraste na articulação entre o momento histórico e a emergência da epopeia camoniana, anacrónica ou "milagrosa" (32).

O classicismo era para Teófilo símbolo de opressão da literatura nacional. Mas, mantendo a interpretação d' *Os Lusíadas* à luz do *Volksgeist* romântico, Oliveira Martins desloca o centro do poema para uma perspectiva renascentista, o que implica valorizar o aspecto clássico da epopeia, à luz da sua teoria de que o português é uma "reincarnação" do romano, assumindo uma revisão da condenação que os românticos fizeram das convenções do classicismo, apesar de manter a tradicional reserva à coexistência dos dois tipos de maravilhoso (33). Ao aproximar *Os Lusíadas* da *Eneida*, Oliveira Martins procura diferenciar o "espírito" camoniano, mas aproxima Camões de Virgílio em termos de ideais (34). Assim, "os *Lusíadas*, tecnicamente vasados nos moldes virgilianos, são uma nova *Eneida*; e também d' este modo afirmam o sentir da Renascença." (1891: 30). Se entre as duas epopeias há uma relação imitativa é porque, afirma, também há "uma afinidade de estados moraes, e por uma ambição voluntaria de reproduzir a grandeza romana. O Gama claramente chama para si a fama de Eneias." (*id.*: 199). Afins são

também o Império e a ordem, de tal modo que "Augusto, no século XVI, seria como um monarca lusitano" e Virgílio "cantaria a imensa vastidão do imperio portuguez." (*id.*: 31). A faceta imitativa e técnica é atribuída por Oliveira Martins ao Camões *literato*, porque o estro do poeta (imaginação e patriotismo) impediu que perdesse "a originalidade e a nacionalidade do seu genio. Vestiu-se á antiga, ficando sempre moderno pelo seu coração e pelo sangue", "mas conservou forte o instinto vivamente espontaneo." (*id.*: 60- -1). Assim, concilia-se em Oliveira Martins a expressão clássica e nacional d' *Os Lusíadas*, pois a afirmação da nossa nacionalidade teria sido um acto colectivo voluntário, à semelhança de Roma. Deste modo, a imitação clássica deixa de ser opressiva, para ser um modelo de afirmação autóctone:

"o genio portuguez abraça com orgulho e consciencia a tradição classica, e, coroado por Camões, proclama o patriotismo ideal, ou *romano*, como a chave da abobada levantada, segundo se vê nos *Lusíadas*, com os segmentos verdadeiramente historicos. O classicismo não cæe como uma mortalha sobre a espontaneidade nacional defunta: pelo contrario, põe-se como remate natural ao desenvolvimento da consciência de um povo formado pela vontade estóica." (*id.*: 305).

Na sua recensão ao ensaio de Oliveira Martins, Teófilo Braga desvaloriza-o, ao afirmar que ele não estava preparado para escrever sobre *Os Lusíadas*, desqualificando as suas "divagações":

"deante da philosophia *positiva* toda a actividade do homem, sejam quaes forem os meios de que disponha, tende sempre para a posse da verdade: é o fim supremo da sua existencia individual e social, é o movel que o desprende da inferioridade animal." (1873: 77).

Em termos de história literária, discorda que Gil Vicente e Bernardim Ribeiro pertençam ao final da Idade Média, como pretendia Oliveira Martins (35), colocando-os Teófilo na abertura da Renascença, como representantes, respectivamente, da liberdade de consciência e do platonismo místico (36). Na *História de Camões* (1873a) evidenciará de novo a sua discordância com Oliveira Martins, por reduzir o paralelismo que efectuava entre Virgílio e Camões à ideia de que ambos exprimiam o mesmo estado moral de dois povos que, após a sua grandeza histórica, "se contentaram com o vigor ficticio que vinha da tradição das suas glorias" (1873a: 395). Por outro

lado, separará claramente a questão do "fundo" e da "forma: "Os *Lusiadas*, escriptos sob os moldes classicos, exprimem o sentimento da nacionalidade pela consciencia que teve Camões da vida historica de Portugal; porém a forma é que nada tem de popular"; "este poema nunca chegou a penetrar na memoria do povo." (*ibid.*). Na óptica teofiliana, que depois se alterou profundamente, a falta de compreensão da epopeia nacional resultaria da própria falta geral de consciência da nacionalidade (37).

Apesar da diferença de interpretações, tanto na concepção etnográfica de Teófilo como na versão voluntarista da nacionalidade de Oliveira Martins há uma espécie de metafísica histórica, que ambos denunciam no seu adversário, em termos caricaturais.

Teófilo Braga observa que a teoria da imitação romana leva Oliveira Martins a pensar "que o lyrismo da Provença é um resultado de uma pequena renascença classica", tendo Virgílio conduzido Dante através da Idade Média para tomar corpo na pessoa de Camões (1873: 78). Não obstante a sua ironia crítica, Teófilo foca um aspecto central da leitura de Oliveira Martins, que vê a história literária como uma tradição contínua desde a antiguidade greco-latina, numa característica genealogia clássica, alegoricamente narrada como um conjunto de renascenças. De facto, Oliveira Martins, apoiando-se na *História da Poesia Provençal* de Fauriel (1846), considera a língua provençal uma "ressurreição" do Latim e que com a poesia provençal "o genio da poesia antiga reaparece na Europa" (1872: 169), sendo a poesia medieval uma espécie de primeira "renascença":

"uma depuração e modificação cavalheiresca de certos generos populares de poesia antiga, cujo motivo e idéa a tradição conservára. - É d' esta ressurreição antiga que a Hespanha se inspira, é d' ella que nascem as suas litteraturas, é então que ella volta a possuir uma vida original e propria, ella que até alli mais não podéra do que repetir as canções filhas d' um genio alheio ao seu." (*id.*: 169-70).

Assim, quanto às suas origens, a literatura portuguesa (cancioneiros) insere-se nesta corrente que vem da antiguidade pelo provençalismo, que "produz a esplendida constellação d' uma litteratura nacional nos quinhentistas" (*id.*: 170) (38).

O paralelismo com a antiguidade leva mesmo Oliveira Martins a considerar que o alvorecer das literaturas românicas apresentava os mesmos caracteres que tiveram as literaturas

clássicas nos seus primórdios. Nesta lógica, a Idade Média teria dado continuidade à antiguidade. Depois, ora por atracção dos modelos clássicos, ora por uma tendência constitucional de espíritos etnicamente afins, o renascimento das letras caracterizar-se-ia por uma imitação, mais formal do que essencial, dos modelos antigos, renascendo o lirismo clássico nos poetas novos, que reconheciam como patriarca Virgílio (1891: 29-30) (39).

Mas é em relação a Camões que esta "teoria da reencarnação" de Oliveira Martins se torna visível, porque diz que Camões reproduz Homero. Teófilo acusa-o por isso de, "com uma certa boa fé budhica" (1873: 77-8), construir o discurso com base em "paralelismo budhicos", dizendo, *v.g.*, que Camões reúne em si a força de Rafael, o amor de Tasso, etc.: "Camões é portanto uma incarnação de Vishnu, por isso que encerra em si todos estes typos, agora e já acima citados. Tal é a biographia de Camões" (*id.*: 81) (40).

No entanto, o maior "paralelismo búdico" de Oliveira Martins consiste em fazer "reincarnar" a história de Roma na história de Portugal. Assim, tenta transpor para Portugal a história romana, com a diferença dos tempos, mais em termos de "génio" do que da história factual:

"Portugal, com effeito, não era uma nova Roma, porque a historia não se repete; mas Portugal, que nascêra da civilização romana, reproduzia dentro da nova atmospherá creada pela civilização, a indole, o genio dos antigos dominadores do mundo." (1872: 166-7) (41).

Esta analogia era possível à luz da teoria da "nação moral". Tratava-se de considerar Roma como "uma criação moral e reflectida, que dentro de si e pela sua superioridade absorve e molda todos os povos espalhados na passagem conquistadora das suas legiões. O caracter romano, imposto assim a todo o Meio-Dia da Europa, reaparece em todo elle logo que serena a tempestade produzida pela introdução de elementos alheios." (*id.*: 167).

A partir daí, deduz um constante paralelismo entre ambas as nações, com base na ideia de que Portugal é uma reencarnação do génio romano. Como escreve na reedição revista do seu ensaio, "Fomos os romanos da Renascença, protegidos por 'Venus bella' " (1891: 184) (42). Daí que o carácter nacional reproduza o romano, manifestando-se igualmente nas navegações e no império, nomeadamente na sua decadência; Ceuta foi como Cartago, equivalendo os mouros aos

púnicos e a Índia portuguesa ao oriente europeu dos romanos (*id.*: 317-9). Em suma, o ideal de Portugal do século XVI, enquanto vontade colectiva, consistiu no desejo de imitar Roma:

"O pensar, o sentir, a ambição e o desejo universaes, eram para Portugal reproduzir os feitos e o genio d' aquelle povo, o romano, que rematára politicamente a missão da Antiguidade mais caracterizada ainda pela força e pela grandeza do que pelo encanto e agudeza peculiares dos gregos. Por um acto de vontade colectiva, Portugal quiz ser e foi uma imitação de Roma." (*id.*: 280).

Assim, considera que o patriotismo foi quase uma religião em Roma e em Portugal, que na Renascença reproduziu fielmente Roma, nos sentimentos, nas ideias políticas e nas instituições (43). Nessa óptica, considera que nenhum português excedeu Camões no amor pela pátria, apesar de toda a geração dos quinhentistas estar imbuída "d' esta fé patriótica e da ideia de que o caracter portuguez era formado á imitação de Roma." (*id.*: 283). Segundo Oliveira Martins, o pensamento português ganhou consciência de si no século XVI e a pátria lusitana, constituída pelo heroísmo dos príncipes e do povo, em Guimarães, Ourique e Aljubarrota, "era com effeito outra Roma, no principio constitucional organico, e na restauração das idéas moraes abstractas lançadas pela civilisação romana ao sólo pingue da Hespanha." (*id.*: 288). Assim, a nação portuguesa deixou de ser "hespanhola" "porque o seu pensamento era *romano* ou cosmopolita" (*id.*: 317) (44). Para Oliveira Martins, o movimento fundador da segunda dinastia apresenta-se como um acto popular ou colectivo, como a expressão positiva da vontade nacional (antes existiam vontades pessoais ou uma luta de classes). Porém, desde Aljubarrota, "Portugal existiu como pensamento e como vontade. Viu-se uma alma animar este ser colectivo que se chamou a nação portuguesa." (*id.*: 303) (45).

A concordância de Antero com Oliveira Martins manifesta-se de modo claro na análise que fez do seu ensaio: "Camões diz-nos o *segredo* da nacionalidade portugueza"; houve "uma idéa nacional, espalhada como a alma colectiva por todo este corpo, então vivo e agil." Mas trata-se, afirma, em contraposição a Teófilo, de uma nacionalidade moral: "superior aos impulsos cegos da raça e á fatalidade da geographia, produziu-se como uma obra do esforço e da vontade, não resultado de obscuros instinctos primitivos, como um facto politico e moral, não como um facto ethnologico." (1872: 26). Esse facto é, segundo Antero, o patriotismo, uma "especie de religião civil", "cuja expressão suprema é o heroismo" (46).

"[no século XVI] A nação faz-se heroe: o heroismo é a sua atmospheria ordinaria, e todos participam mais ou menos d' esse contagio sublimador."; "*Ser portuguez é alguma cousa de especial, um typo sui generis de virilidade e nobreza, que todos procuram realisar, que a litteratura idealisa, de que ella se inspira na phase nova em que então entra. Com effeito, a esta evolução moral corresponde uma evolução litteraria.*" (*id.*: 27).

Segundo Antero, enquanto noutros países havia um conjunto de povos diferentes, "em Portugal havia só portuguezes, e ser portuguez tinha uma significação definida e precisa." Era isto que explicava, como em Oliveira Martins, a coesão política da nação e a sua fisionomia moral: "essa physionomia é o patriotismo". E o patriotismo era diferente e superior ao simples amor da terra, sendo nos séculos XV e XVI um fenómeno moral quase único na Europa:

"O patriotismo é uma idéa abstracta, que excede a capacidade toda sentimental da raça"; "só a idéa nacional pódê dar o patriotismo, comprehendido á romana e á portugueza", "[o] *dever patriótico*", "*cuja expressão suprema é o heroismo.*"; "*No peito illustre lusitano* havia então alguma cousa de grande e transcendente, que impellia a nação para um destino extraordinario e suscitava no meio d' ella os heroes, que deviam servir a idéa nacional com a abnegação tenaz e superior com que se serve a idéa religiosa." (*id.*: 26) (47).

Apesar de negar a nação natural de Teófilo, Oliveira Martins atribui ao fundo étnico um carácter decisivo na evolução da história de Portugal, numa inconfessada aporia. Se no ensaio original já referia o elemento céltico, em 1891 apenas acrescenta que a "Hespanha" era habitada por celtiberos (celtas e indígenas), mas salienta que uma vez romanizada, a alma céltica da Hespanha afeiçoou-se ao génio latino, o que constituiria o baptismo moral da sua História, que passa a ser romana (48). Devido a esta mistura, os homens d' *Os Lusíadas* têm no seu carácter "traços de gravidade classica e de sentimentalidade celtica", a par de uma "furia tragica, terrivel, quasi carthagineza, que imprime ao poema um character obscuramente fatidico." (49). Devido a esta dualidade constitucional do carácter nacional, o heroísmo português não era, segundo Oliveira Martins, próprio para fazer nações, o que exigia um espírito de acção prática, como o romano, que quisemos imitar. Mas, como éramos celtas, não tínhamos nascido para mandar, mas para descobrir, incitados pela curiosidade do génio. Além do temperamento celta, havia, segundo Oliveira Martins outros sangues antigos na nação, que explicavam o facto de o domínio imperial português ter tido um carácter feroz, de terror e de orgia: o temperamento ingénito português é, afirma, um misto de curiosidade céltica, de iluminismo semita e cobiça cartaginesa, que

abafaram o ideal da abstracção política que a romanização nos transmitiu (50). Por isso, com a perda da independência e consequente decadência, foi este fundo primitivo que veio ao de cima. Portugal "desmancha-se em lágrimas" e a decadência provoca "uma erupção de celtismo genuíno e de messianismo estreme, na religião sebastianista com os seus mitos naturalistas das névoas e das ilhas encantadas", emergindo o temperamento lírico e elegíaco do português, que se encaminha para o pessimismo (51). Deste modo, a "ressurreição" do carácter primitivo triunfa sobre a anterior "ressurreição" do espírito clássico e romano. Não se trata aqui tanto de uma luta de um espírito nacional primitivo com o espírito romano, como em Teófilo, mas de uma espécie de fatalismo, que converte a nossa história em destino, um destino moral governado pelo messianismo sebastianista (52).

Os Lusíadas consubstanciariam todas estas transformações, ainda à luz da concepção romântica da epopeia como rapsódia do *Volksgeist* nacional: "Todas as cordas da lyra portuguesa se encontravam no plectro camoneano, attestado symbolico da individualidade lusitana" (1891: 119) (53). Ou seja, *Os Lusíadas* constituíam uma "prova póstuma da nacionalidade" (54), "fazendo-nos ver a alma extinta de um povo que ficou depois arrastando uma existência cadavérica" (1995 [1880]: 28).

Por seu turno, Teófilo Braga viria a aproximar-se dos seus adversários de 1872 quando aderiu ao positivismo e ao conceito de "latinidade" ou "civilização ocidental" de A. Comte, embora não deixe de valorizar a perspectiva étnica nem adira ao voluntarismo cesarista de Oliveira Martins. No entanto, passou a valorizar a Renascença e Camões enquanto poeta da Renascença, inspirado pela "grande ideia de Roma" da literatura latina:

"A ideia da grandeza de Roma fez comprehender a Camões a missão historica de Portugal no momento da sua potente acção dos Descobrimentos. Continuava o Imperio na marcha da humanidade pela actividade pacifica."; "os Descobrimentos dos portuguezes alargavam os horizontes da realidade e da Humanidade." (1914: 309-10).

Deste modo, Camões foi o poeta que "mais sentiu e melhor exprimiu todas as energias e aspirações da Renascença" (*id.*: 329) e *Os Lusíadas*, para além de expressão da nacionalidade, passam a ser a "verdadeira Epopêa do mundo moderno." (1911: 245).

O "paradoxo histórico" d' *Os Lusíadas* é assim resolvido em Teófilo Braga com a noção de que Camões conciliou a Idade Média e a Renascença, fundiu as duas "almas" (cf. VII.1.3), e em Oliveira Martins e Antero com a ideia de que o Portugal do século XVI era uma espécie de reencarnação da antiga Roma. De qualquer dos modos, nenhum dos três prescinde do recurso a outra época (Idade Média, antiga Roma) para explicar historicamente Camões, e esse facto é que gerou o "paradoxo histórico" d' *Os Lusíadas*. Camões surgia assim dotado de "duas almas", o que não deixa de ser tão paradoxal como o suposto "anacronismo" ou "milagre" d' *Os Lusíadas*, que em última instância residia na ideia bem romântica e hegeliana segundo a qual a epopeia pertencia às "idades heróicas" e às "épocas primitivas" dos povos.

1.3. O Tricentenário de 1880: ideologia e universalização

As comemorações provêm das festas cívicas da Revolução Francesa, da concepção de grande homem de Oitocentos e "de um mitigado culto da humanidade", herdado de Comte. Constituem representações simbólicas dos Estados-Nação para "consensualizarem o seu poder", substituindo as formas e funções do ritualismo religioso, para construir uma nova memória nacional, com a sua hagiografia secular e um calendário de festas cívicas. Como na tradição católica, elege-se o dia da morte, já que também se aprecia o mérito de uma vida. O grande homem tem uma exemplaridade típica e uma capacidade profética. Logo, há uma vivificação (selectiva) do passado, extraindo-se aos mortos uma mais-valia simbólica. As sociedades modernas secularizadas "necessitavam de representações que apelassem para o sentimento e a solidariedade", e assim o poder político procurou ritualizar a história (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 547).

As comemorações servem para re/fundar genealogias e agrupar "famílias" ideológicas (que se autoestabelecem como tradição), pelo que envolvem uma forte dimensão política, na medida em que apenas se comemora o que tem relevo simbólico para um dado grupo e na medida em que o padrão das comemorações é na sua génese republicano, com a comemoração em 1880 do Dia da Bastilha e em 1889 da Revolução Francesa (55).

Para os positivistas em geral, e para Teófilo em particular, estas celebrações permitiam exaltar a solidariedade nacional, sendo autênticas lições móveis de história, religando os indivíduos a uma totalidade que os podia motivar para a acção. Tanto nos positivistas ortodoxos como nos heterodoxos existiu "o empenho na edificação de uma galeria hagiográfica de 'grandes homens' posta ao serviço do reforço de um novo consenso social e nacional", com a mesma função pedagógica da literatura histórica (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 547) (56).

Em *Os Centenários* (1884), Teófilo Braga, sublinha que as nações se movem mais por sentimentos do que por ideias e que a sua força se mede pela sua solidariedade com o passado e a aspiração para o futuro, pensando que o essencial seria despertar na comunidade nacional o sentimento da sua tradição, pela veneração dos grandes homens, o que se devia manifestar nas festas nacionais e na celebração dos centenários de grandes homens, em que se afirmariam os sentimentos altruísta e de solidariedade. Por outro lado, afirma Teófilo, os grandes homens facilitam e impulsionam a transição para uma nova síntese social. A vida afectiva devia encontrar os seus estímulos na "solidariedade pátria" e no "ideal nacional", conduzindo o sentimento individual da personalidade (egoísta) para o sentimento colectivo da sociabilidade e dos imperativos cívicos (altruísmo) (57).

Teófilo Braga distingue, como Comte, três grandes faculdades humanas (vontade, sentimento e inteligência), das quais Comte deduziu a teoria das três sínteses sociais, a activa, a especulativa e a afectiva, que se manifestam respectivamente nas exposições, nos congressos científicos e na celebração dos centenários dos grandes homens ou dos grandes feitos. Os sentimentos eram, segundo Comte, o sustentáculo da "ordem ocidental", na medida em que fundamentavam a solidariedade social, substituindo a antiga síntese afectiva de natureza religiosa (58). A síntese afectiva é assim substitutiva das religiões, constituindo uma hagiografia laica. Os heróis celebrados seriam uma garantia da ordem, na medida em que a eles se submetiam os

mais fracos, venerando-os e reconhecendo-os como chefes (Braga, 1884: 16-7). Assim, o culto dos heróis promoveria a regeneração (*id.*: 182-3). No entanto, Teófilo não acompanha as formas religiosas de Comte e a sua "religião da humanidade", mas considera que a síntese afectiva, "correspondendo às novas noções morais da solidariedade humana, manifesta-se pelos *Centenários* dos Grandes Homens, ou dos grandes sucessos" (*id.*: vi) (59). Na "Religião da Humanidade" comtiana, o culto dos homens superiores era uma parte essencial do culto da Humanidade, pois Comte, algo hegelianamente, pensava que mesmo em vida eles eram a personificação do "Grand-Être". Camões aparecia no oitavo mês do seu Calendário positivista, consagrado à "Epopéia moderna". Assim, se Teófilo não aceita o misticismo comtiano, não deixa de ter em conta a alta significação moral da comemoração dos grandes homens europeus (Camões, Calderón, Voltaire, Marquês de Pombal e Diderot), "que nos acordam a consciência da solidariedade da civilização ocidental, na sua crise mais activa de transformação entre o século XVI e o século XVIII." (*ibid.*) (60). A seu ver, "A consciência moderna achou a forma perfeita na sua *synthese affectiva*", "força coordenadora da sociedade moderna e promotora da "nova concordância moral" (*id.*: ix). Por isso, ao fazer um balanço do Tricentenário de Camões, considera que houve uma convergência do sentimento nacional e a expressão moral dada pela filosofia, numa aplicação da doutrina positiva, "que pelo seu valor *synthetico* produziu um saudavel abalo na consciência do povo português." (1892, II: 416).

Os textos escritos por Teófilo aquando do Tricentenário, reunidos no significativo *Camões e o Sentimento Nacional* (1891), apresentam Camões como patrono cívico da ressurreição da pátria, uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade (61). No contexto da "síntese afectiva" (moral e estética), Teófilo integra Camões no quadro da sua Teoria dos Grandes Homens, que foram os que fizeram prevalecer os valores religiosos e espirituais sobre o arbítrio do poder temporal. A comemoração dos grandes homens é assim uma espécie de "hagiografia laica", a celebração das figuras mais representativas do progresso humano nas diversas épocas históricas, para dar a conhecer ao povo português um passado glorioso e revigorá-lo nas suas tradições, para dar coesão e unidade à consciência e ao sentimento nacionais (62). É esse valor simbólico que J. M. Latino Coelho sublinha no elogio histórico a Camões que proferiu na Academia Real das Ciências de Lisboa, aquando do Tricentenário.

"Contemplamos no Camões reflectida com toda a sua clara intensidade a vida nacional. (...) A sua alma é a alma da nação. No seu poema não respira apenas o estro de um cantor, palpita o coração de Portugal."; "O Camões não é apenas um poeta, é um côro triumphal, em que as vozes de muitas gerações, na propria saudação dos seus heroicos feitos, se conglobam nos accents de uma voz predestinada."; "Os monarchas da intelligencia (...) Nascem da humanidade e vão para a gloria (...), caminham luminosos á divina immortalidade." (1882: 9).

O Camões das comemorações, mantendo a mitologia romântica, aparece com uma carga ideológica muito forte, que faz emergir o lado épico da história pátria para melhor acentuar o contraste com a decadência do presente, o que o *Ultimatum* e a questão colonial (*the scramble for Africa*) vieram reforçar (63). É que o Camões das comemorações aparece, nas palavras de Teófilo Braga, "symbolizando todas as aspirações da nacionalidade portugueza, as suas glorias e os seus desastres." (1880: 16). Transforma-se assim num militante forçado da causa republicana (64). Ao elaborar a *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Teófilo Braga considera o 10 de Junho de 1880 "o começo de uma era nova" da "democracia portuguesa" (65). Nas circulares da comissão executiva da imprensa para as comemorações, Teófilo definia as comemorações camonianas como um "começo para uma éra nova" e afirma que "todos unanimemente sentem que se entra na aurora de uma época nova de revivificação" (1891: 275), que "para Portugal inteiro é o começo de uma éra nova, o da revivescencia da nacionalidade." (*id.*: 277-8) (66). Camões, comemorado enquanto mito nacional e representação simbólica colectiva torna-se assim um paradigma da nação e da sua "idade heróica", de forma a incentivar os portugueses à regeneração (67).

Teófilo Braga, o "arquitecto" do Tricentenário (68), explicita este objectivo de "revivescência" nacional num discurso proferido no Congresso das Associações Portuguesas (69). O Camões proposto por Teófilo Braga é agora uma arma ideológica dos republicanos contra o regime, "adoptado como ideia cívica capaz de mobilizar energias nacionais e fazer ressurgir alegadas virtualidades dum povo que assim se decretava digno de novas sagas e novas epopeias." (Medina, 1986: 11). Além do cortejo cívico promovido pela comissão de imprensa que organizou os festejos do Tricentenário, merece destaque a entronização de Camões no Panteão dos Jerónimos. A estátua erigida em 1867 em Lisboa torna-se um local da peregrinação, tanto nas Comemorações como no *Ultimatum* (quando a cobriram de crepes), aparecendo na obra

queirosiana como um símbolo da nação (70). Assim, as comemorações de 1880, com a contribuição da imprensa, de intelectuais e artistas, que prepararam o ambiente da consagração nacional de 1880, contribuíram para a "democratização" de Camões. Após a instauração da República, Teófilo colocava o Tricentenário na sua génese:

"É unanimemente reconhecido que o tricentenário de Camões em 10 de Junho de 1880 foi o mais assombroso e incomparável Jubileu nacional. A nação portuguesa teve um abalo que lhe fez reconhecer a sua decadência; desde essa elevação das almas, ficou constituída a aspiração republicana, como uma opinião, que se organizou em Partido político para a acção. (...) Isto fez a revolução nos espiritos, que no momento oportuno se tornou um facto. A Europa ficou surpreendida com a Revolução de 5 de Outubro de 1910" (1911: 741) (71).

Em termos nacionais, Teófilo considera *Os Lusíadas* um bastião da liberdade e da soberania nacionais, desde a Restauração à Revolução liberal, e em particular com a ideia republicana: "Na eloquência dos factos, em as três Revoluções de 1640, 1820 e 1910, em que Portugal reconquistou a sua autonomia e reassumiu a soberania nacional, os *Lusíadas* actuaram como o livro que conserva a tradição de uma raça; bem merecem o título de *Bíblia Lusitana*, que synthetisa a sua potencia moral." (*id.*: 742-3) (72). Camões passa assim a ser valorizado porque "teve o poder de provocar a *sympathia social*." (1891: VI) (73). Foi sobretudo nas épocas de crise, conclui Teófilo, que "a *sympathia social* pela obra de Camões augmentou de intensidade, chegando ao ponto de identificar-se com o sentimento nacional." (*id.*: 266); "E o momento sublime e claramente compreendido d' essa identificação, foi a festa triumphal do terceiro Centenario de Camões." (1914: 545).

Na comemoração camoniana de 1880 celebrou-se sobretudo a antiga grandeza épica da pátria e os Descobrimentos, que a epopeia immortalizou, imbricando-se a teoria romântica e positivista dos "grandes homens". Se *Os Lusíadas* celebravam uma época heróica, e se representavam o sentir colectivo da sua época, a épica dava expressão paradigmática à grandeza da época de Quinhentos. Do ponto de vista da história literária, são importantes para esta exaltação dos Descobrimentos e de Camões os estudos de Teófilo (1873a) e Oliveira Martins (1872), que apesar da visão negativa de Herculano, consagraram o século XVI como a "Idade de

Ouro" da nossa história e os descobrimentos como o período inaugural da própria modernidade europeia (74). As comemorações do Tricentenário e a valorização dos Descobrimentos coincidem ainda com a fase do "regresso a África" (75). Nas palavras de Teófilo, as comemorações foram a "reivindicação do logar que nos compete na perpetuidade da historia pela acção directa que exercêmos provocando o advento da civilização moderna." (1880: 17). Portugal tinha salvo a Europa da invasão turca e Camões cantava a Europa moderna, mercantil e cosmopolita, pacífica e científica, que começa no século XVI, com a descoberta dos portugueses do caminho marítimo para o Oriente (76).

Segundo Antero, Oliveira Martins tinha o mérito de ter articulado a dimensão nacional de Camões com a sua dimensão universal, integrando-o no movimento da Renascença:

"se Camões é um portuguez do seculo XVI, é ao mesmo tempo um artista da Renascença; d' aqui todo um lado dos *Lusiadas*, que excede a idéa nacional, e por onde este profundo poema se liga, não já á vida necessariamente estreita d' um simples povo, mas ao vasto movimento do espirito humano nos tempos modernos. Sem este lado, a significação dos *Lusiadas* seria meramente nacional e local, não europêa e universal: teriam só um valor historico e não philosophico tambem." (1872: 29) (77).

Por outro lado, Camões, enquanto artista da Renascença integra-se na modernidade europeia. Antero de Quental considera pois Camões um profeta da modernidade e "os *Lusiadas* como uma das grandes obras dos tempos modernos. A imaginação prophetica do poeta anticipa tres seculos da historia psychologica da humanidade." (*id.*: 30) (78).

Não é muito diferente o que escreve Oliveira Martins na revisão do seu ensaio: "Camões não é só o epico portuguez da força e da fé, nem o epico da sciencia e do commercio: é tambem o vate do pensamento philosophico moderno." (1891: 186). De epopeia nacional, *Os Lusíadas* transformam-se na epopeia da Europa moderna porque exprimem o optimismo heróico da Renascença e celebram as descobertas, que eram, segundo Oliveira Martins, o facto mais importante da Renascença, consagrando assim o povo português:

"os *Lusiadas* são a propria epopeia da sciencia, cosmographica, geographica e lendaria, uma Biblia da civilização e o symbolo artistico da Renascença politica." (*id.*: 14); "[é] o traço verdadeiramente epico dos *Lusiadas*, como expressão da physionomia real e actual da nação portuguesa. Hymno de gloria de um povo, quando esse povo preside á civilização europeia, os *Lusiadas* são o symbolo synthetico do momento mais glorioso dos tempos modernos da Europa." (*id.*: 32).

O próprio Teófilo Braga, que no início condenava a época renascentista, inicia com o estudo de Camões uma revisão das suas posições iniciais e em 1875 considera já o século XVI o período de maior actividade da língua e da literatura portuguesa (cf. VI.2). Na *Recapitulação* enfatiza o seu juízo ao afirmar que foi "O maior seculo da historia, o seculo XVI" (1914: 23). Concorde finalmente, sem o confessar, com o Antero que afirmava que "A época nacional portugueza, por excellencia, é o seculo XVI." (Quental, 1872: 27).

Teófilo, em conjugação com as leituras de F. Schlegel, Magnin, Quinet, Humbolt e mediante filosofia da história comtiana e a teoria dos grandes homens, afirma que, em termos históricos e culturais, a epopeia immortalizou a época em que Portugal iniciou as actividades comerciais e a "actividade pacífica da indústria", em que as "civilizações militares" mediterrânicas teriam sido substituídas pelas "civilizações industriais", voltadas para o Atlântico. Camões universalizou esta missão de Portugal ao abrir caminho à actividade industrial e de "luta pacífica" (1891: 309) (79):

"é o poeta da Europa moderna, da Europa cosmopolita, pacífica e científica que começa no séc. XVI." (1884: 18), [o] "creador da epopeia da civilização moderna (1873: 65); "o poema de Camões, além da relação íntima com a Nacionalidade portugueza é também um monumento europeu, que está ligado a esta phase nova da Civilização e da consciencia moderna." (1891: 62- 3) (80).

Para julgar a arte, segundo Teófilo, era necessária uma teoria da história universal que a permitisse compreender. Camões é assim entendido como um poeta nacional e cosmopolita (81). Se o critério rapsódico o tinha conduzido a considerar Camões como a síntese afectiva da nacionalidade, o porta-voz de um povo, a concepção individual da epopeia e a filosofia da história comtiana permitem-lhe conceber Camões como um poeta representativo da "ocidentalidade" e da Renascença, na medida em que deu expressão às navegações pátrias, que inauguraram a modernidade europeia:

"As Navegações dos Portuguezes e a Renascença do seculo XVI, terminam a Edade Média, e abrem a Éra dos Descobrimentos como o inicio do mundo moderno: Camões fez nos *Lusiadas* essa synthese nacional e universalista." (1911: 336) (82).

E se antes Teófilo rejeitava liminarmente a hipótese de Oliveira Martins segundo a qual Portugal procurara imitar a grandeza romana, agora afirma que "A ideia da grandeza de Roma fez compreender a Camões a missão histórica de Portugal no momento da sua potente acção dos Descobrimentos. Continuava o Imperio na marcha da humanidade pela actividade pacífica." (*id.*: 309) (83). À luz da concepção comtiana da "civilização ocidental", Camões enquadra-se num tríptico que condensa a própria evolução da humanidade:

"A Virgílio, o alto representante do fim do regimen polytheico, a Dante, que illuminou a noite da Edade média, no comêço da dissolução do regimen catholico feudal, succede aquelle que mais sentiu e melhor exprimiu todas as energias e aspirações da Renascença - Camões. Foi a compreensão do momento historico, revelado pelo sentimento da patria, que lhe deu a supremacia poetica." (*id.*: 329) (84).

Camões faz parte do pequeno número de eleitos que pressentiram e iluminaram a marcha da Humanidade, "os poetas da Civilização ocidental", cujas epopeias são sínteses "das ultimas tres grandes edades sociaes", "relacionadas entre si, como que os cantos cyclicos da Epopêa da Humanidade." (85). A consagração de Camões passa assim pelo facto de se transformar numa espécie de "património da humanidade" (86).

Para esta nova visão da épica camoniana contribuiu de modo decisivo a revisão interpretativa da Renascença efectuada por Teófilo Braga. Em termos da interpretação d' *Os Lusíadas*, Teófilo explica a coexistência dos dois tipos de maravilhoso pela duplicidade sentimental do espírito da Renascença, considerando que se trata de um sincretismo típico da transição para a Renascença. Camões é assim elogiado por ter conseguido, como Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci, dar expressão à continuidade das duas idades, porque "sentiu em si as *duas almas*" e na estrutura do maravilhoso "soube restabelecer a solidariedade entre o mundo antigo e o medieval, no argumento do poema soube determinar um facto que é nacional pela iniciativa, mas que pelos resultados pertence á era moderna da Civilização ocidental." (1873a: 76). O mérito de Camões não reside apenas no facto de ser o porta-voz da nacionalidade. Ele passa a ser exaltado por ter conciliado e harmonizado os "dois espíritos" ou as "duas almas" da Renascença, a dimensão tradicional (medieval e popular) e a dimensão clássica do Renascimento (87).

Deste modo, articula a dimensão nacional e universal d' *Os Lusíadas*. Ao mesmo tempo, rebate a crítica iluminista relativa aos dois tipos de maravilhoso e a perspectiva de Hegel, que apontava o contraste existente entre o assunto nacional e o classicismo da obra camoniana (88). Esse foi, aliás, o único ponto da sua extensa obra que Fidelino de Figueiredo elogiou: "Um dos acêrtos de Theophilo Braga, na sua erudição camoneana, foi ver nesse syncretismo das duas almas, a gothica e a pagã, o principal vinculo que liga o poema á mentalidade da Renascença" (1987: 339).

De um modo global, a Geração de 70 contribuiu assim decisivamente para a valorização d' *Os Lusíadas* como obra cosmopolita que abriu as portas da modernidade. Mas Antero e Oliveira Martins mostraram-se extremamente críticos em relação às celebrações do Tricentenário, não se associando às comemorações. Oliveira Martins não acreditava nas suas possibilidades regeneradoras e denunciava os seus fundamentos positivistas (89). Oliveira Martins critica sobretudo a apropriação republicana de Camões:

"Fazer-se um propheta da democracia o homem em cujo cerebro ferviam os pensamentos classicos da monarchia universal, não é mais contradictorio do que arvorar-se em apostolo do livre-pensamento aquelle que levou a vida no ardor do combate religioso contra o mouro, e a acabou desvairado pela chimera da conquista do Santo-Sepulchro, ardendo em indignação contra os lutheranos, acceso sempre em uma fé inexgotavel." (1891: 116).

Para Oliveira Martins, o pensamento político d' *Os Lusíadas* é o do Velho do Restelo e a ideia de governo que preconiza corresponde ao pensamento clássico da monarquia universal. Aliás, segundo Oliveira Martins não se pode compreender a Renascença sem o fundamentalismo religioso (contra judeus e mouros) e sem o imperialismo político (90).

Por seu lado, Antero escrevia em 1881, no *Almanach Litterario e Charadistico*, um curto texto a propósito do Tricentenário, considerando que o epitáfio camoniano mostrava que nem depois de morto ele era compreendido, "e justamente por aquelles que se apregoam herdeiros e interpretes do seu pensamento", razão pela qual achava que *Os Lusíadas* seriam um símbolo que "o futuro deixará eternamente vazio", fazendo assim uma crítica aos promotores das comemorações (1926: 309). Contrariando o optimismo teofiliano, considera que *Os Lusíadas* aclamam "a glória e o génio dum povo, no momento preciso em que essa glória se eclipsa",

sendo o epitáfio da nação: "Ha nações para as quaes a Epopeia é ao mesmo tempo o epitaphio." (*ibid.*).

Trata-se, no fundo, de uma crítica de fundo à imagem camoniana transmitida pelas comemorações, que, apesar do seu aspecto plural, teve uma presença dominante de elementos positivistas e republicanos, o que motivou Bordalo Pinheiro a elaborar a célebre caricatura em que a estátua de Camões aparece com um barrete frígio, agradecendo ao governo e ao rei a sua republicanização (91).

Em 1891, Oliveira Martins escrevia que "Infelizmente, doze annos de factos mostraram que o enthusiasmo de 1880 ardeu como a palha", num clarão efémero, pois tinha falhado "a lenha do sacrificio, abnegação e arrependimento", desfecho que já previa em 1880 (1891: VIII-IX). Diferente era a opinião de Teófilo, que em *As Modernas Ideias* mantinha a convicção de que o Centenário de Camões era o ponto de partida de uma época de revivescência nacional, apesar de nesse espaço de doze anos se ter assistido ao aumento da ruína económica, à desorientação dos partidos e à promulgação de leis repressivas. Para Teófilo, os efeitos do Tricentenário não podiam ser imediatos nem gerar uma transformação social rápida e miraculosa, mas eles far-se-iam necessariamente sentir em épocas posteriores, na medida em que a vida das sociedades e a forma política não eram solidárias (92). Segundo Teófilo, Portugal ainda passaria por situações mais angustiosas: "não é isso decadencia, mas o doloroso trabalho de regenerescencia." (1892, II: 436).

Nesta conversão simbólica, Camões é politizado, imbricando-se nas lutas ideológicas do século XIX (93). Mas, não é menos verdade que desde a Geração de 70, passando pelo ultraromantismo, neogarrettismo, decadentismo, saudosismo, integralismo, etc., Camões passou a simbolizar a "alma nacional" em busca da regeneração da pátria, imersa numa decadência plurissecular, numa "apagada e vil tristeza". *Os Lusíadas* transformaram-se assim num poderoso elemento de identificação nacional, contribuindo para um certo sentimento de solidariedade nacional. Era, no fundo, esta "con/sciência" nacional (o "imaginário nacional") que os promotores do Tricentenário e muitos outros intelectuais portugueses desejavam instituir e divulgar (94).

A simbologia camoniana evolui assim, de modo geral, ao sabor das correntes ideológicas. Este valor de símbolo nacional fez com que a imagem de Camões se revestisse de uma variedade de interpretações, tanto em termos sincrónicos como diacrónicos, dependente da própria interpretação da história nacional e dos valores hegemónicos de cada época (95). Pode assim falar-se de um Camões romântico, de um Camões republicano, de um Camões do "Estado Novo", de um Camões "pós-25 de Abril de 1974" e de um Camões "pós-revolucionário", simbolizando sempre, ou quase sempre, a "identidade nacional" (96).

Notas

VII.1.1.

(1)- O heroísmo romântico é caracterizado por Thomas Carlyle (*On heroes: heroworship and the heroic in history*, 1841). Para Carlyle, os heróis são líderes, criaturas de génio, admiradas pelas suas qualidades e pela influência que exercem intelectual e espiritualmente, sendo os grandes agentes da transformação social, pelo que a própria História Universal é identificada com eles: "Os heróis de Carlyle adquirem uma aura sagrada, são enviados por uma instância transcendente." (Matos, 1990: 109). A sua missão é a instauração da Ordem, mesmo que seja pela revolução. Também Ralph Emerson escreve *Representative men* (1849), dedicado a este tema (*ibid.*).

Em *De la littérature*, M.me de Staël considerava que o povo aprende melhor pelas acções e carácter dos grandes homens do que pelas ideias abstractas, sendo a glória dos grandes homens o património de um país livre, uma vez que o amor da pátria é composto de memórias (1991 [1800]: 329).

(2)- É esta dimensão que destaca o editor do *Album de Homenagens*, na sequência do monumento erigido a Camões, em 1867: "A patria reconhecida, prestando hoje mais a cultura da intelligencia, pela qual se affere a verdadeira civilisação dos povos, que as gentilezas d' armas (...); desveladamente interessada pelas conquistas espirituas de seus filhos" (Netto, 1870: II).

(3)- É desta ideia que se encontram ressonâncias em "génio nacional, alma lusitana, espírito lusitano", expressões utilizadas pela Geração de 70, pela Geração de 90, na *Renascença Portuguesa* e no Estado Novo, e que permanecem hoje, embora com os seus pressupostos já esquecidos (Matos, 1990: 110).

(4)- "Le sentiment patriotique du Camoëns, qui consacre sa vie entière à élever un monument à son pays; qui, dans l' exil, dans les persécutions et la misère, n' eut jamais d' autre pensée que celle de la gloire d' une patrie ingrate, nous remue profondément" (*id.*: 334-5)

(5)- 1826: 66-76, 135-136.

(6)- "Para o jovem poeta Almeida Garrett, o Camões que ele canta é a imagem de Portugal doente, sofredor, de novo acorrentado depois de ter ressurgido miraculosamente sob a forma de Portugal-Liberdade. Mas Camões é, sobretudo, um duplo de Garrett" (Lourenço, 1999: 148).

(7)- É semelhante a perspectiva que conduz à romantização de Bocage por Herculano, no "Elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho", que insiste no seu carácter popular, vendo nele um homem do povo, o criador de uma poesia plebeia, mas também um poeta pobre e malfadado como Camões (1898 [1842]: 215).

Para Lopes de Mendonça, a morte de Bocage foi um suicídio moral, "um d' esses suicídios, que se procuram ás vezes nas lentas agonias do vicio", por estar desterrado da sua época, e como consequência do desfecho das "luctas d' uma vocação incompreendida com as miseráveis exigencias miseráveis d' uma sociedade, digamo-lo sem reticencia, beatamente grosseira, e hypocritamente devassa." (1849: 24; cf. 25-6).

Rebello da Silva, com base no famoso soneto "Camões, grande Camões...", estabelece um paralelismo biográfico entre Camões e Bocage (perseguições, naufrágio, ingratidão da pátria) (1905 [1877]: 71-2).

Teófilo Braga refere que as "coincidencias pasmosas entre as varias situações materiaes da sua vida e a de Camões levam a concluir - que, em uma epoca de decadencia nacional como o seculo XVIII, Camões não teria sido mais do que Bocage; comprimido em uma sociedade apathica, sequestrada ao convívio europeu pelo regimen policial, se a sua obra ficou abaixo do seu talento, ella he-de ser sempre na historia da civilisação portugueza o mais eloquente protesto. Foi esse o espirito da celebração do Centenario de Bocage." (1918: 499-500; cf. 1881a: 351, 365).

(8)- Cf. Braga, 1891: 66-7.

Teófilo Braga não deixa de referir que apesar das edições do Visconde de Juromenha, que considerava *Os Lusíadas* um "evangelho do patriotismo", símbolo maior da pátria e de todas as suas aspirações, ele era um "legitimista", não percebendo por isso o alcance do Tricentenário, porque o espírito democrático exprimia naquele jubileu a revivescência nacional (1891: 317-22).

(9)- Como observa Sérgio Campos de Matos, "foi o romantismo oitocentista que viveu mais dramaticamente a consciência da decadência do país e fez de Camões o paradigma da cultura portuguesa, valorizando sobretudo a épica na sua produção literária." (1990: 134).

Ramalho Ortigão considerava que "Les Lusiades sont les dieux pénates de la nationalité portugaise" (1880: 125), sendo a sua leitura uma arma e uma benção: "la bénédiction de Louis de Camões, le père de notre esprit." (*id.*: 150).

Guerra Junqueiro, na Suíça (Zurique), em 1912, num discurso de Comemoração do 10 de Junho ("A Festa de Camões") transforma-o no Santo Padroeiro da Nação:

"O nome sagrado de Camões junta-nos hoje aqui, em fraterno convívio, durante algumas horas. Camões é Portugal, e a festa de Camões, o dia santo da Nação. Celebremos o heroe religiosamente, vivendo este dia na sua alma, comungando no pão do seu espírito. Adorem-lo para nos sublimar, para que nos atraia e venha a nós. As linguas de fogo só descem quando se desejam, e os santos só nos ouvem quando estamos próximos.

Camões é o génio lusitano, a idealidade da raça n' um heroe. Pertence ao grupo dos mortais, dos que viveram no mundo o breve instante, com olhos de eternidade e de infinito." (1921: 95-6). "Eu desejo que todos os portugueses, no dia Santo da Patria (...) se ergam também em pé, de frente nua, e digam com igual devoção, do mesmo modo: Louvado seja sempre o nome eterno de Camões !" (*id.*: 102-3).

(10)- Em 1980, nas comemorações do 10 de Junho, Eduardo Lourenço destacava esta singularidade, na medida em que todos os seus países têm o seu poeta nacional, mas só Camões é indissociável da pátria (1983: 100): "Mas só Camões, graças a 'Os Lusíadas', se converteu para nós, ao longo do tempo, na imagem mesma de Portugal, e o Poema, na tão celebrada 'bíblia da pátria', alma da nossa alma."; "É inegável que a osmose e a identificação entre o Poeta e o Livro, entre o Livro e a consciência nacional é não só um facto, mas o facto capital da nossa Cultura." Assim, o que se celebra em Camões "É a imagem camoniana de nós mesmos, a nossa imagem épica, sublimada ou mesmo sublime" (*id.*: 101).

(11)- Para os positivistas em geral, a história das sociedades é resultante de um processo objectivo e natural, obedecendo a leis semelhantes às que regem os fenómenos da natureza, não sendo o herói, como no romantismo, um motor de transformação social, mas um factor de compreensão do sentido dessa transformação e das necessidades da humanidade dela decorrentes (Braga, 1884: 182-3). Teófilo concebe um homem de génio como produto de uma evolução anterior, "um capital acumulado de muitas gerações" transmitido de modo indirecto "pela acção reflexa das ideias postas em circulação" (*id.*: 157).

(12)- Cf. VI.3.

Cf. S. C. Matos (1990: 106, 121) e Catroga (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 156).

Segundo Rui Ramos, "Os intelectuais encontravam, assim, no nacionalismo positivista a expressão última da ciência para todos. A nação constituiria o ambiente homogéneo em que, ultrapassado o divórcio entre a literatura e o povo, os Portugueses haveriam de compreender o quanto deviam aos homens que pensavam por eles." (1992: 516).

(13)- Cf. 1911: 307-8. Desde os seus primeiros trabalhos que Teófilo afirmava este valor simbólico: "o povo ia fazendo do poema a arca santa das nossas tradições" (1870a: 217).

(14)- Neste aspecto, Teófilo inspira-se na *Pathologia do Espirito*, de Maudsley:

"As altas individualidades só podem ser conhecidas e julgadas pelos recursos da critica psychologica;"; "Nenhum facto é indiferente para nos revelar a formação de um grande typo da humanidade: os seus antecedentes atavicos e hereditariedades, a cultura mental systematica, definindo o seu temperamento, a pressão do meio social, determinando a actividade e o character, tudo converge para essa criação esplendida da natureza." (Braga, 1914: 393-4).

Por isso, Fidelino de Figueiredo diz que o que Teófilo fez sobretudo bio-bibliografia, e que nada mais pode dar o positivismo aplicada à arte, "producto em si tão incoercivel, tão sui-generis" (1916: 41). Critica, assim, o esquecimento total da obra a que tal método conduz: "o segundo dos volumes consagrados a Camões, sob o titulo Obra, versa sobre a bibliographia." (*id.*: 149). Segundo F. de Figueiredo, Teófilo esquece "o estudo crítico e literário d' Os Lusíadas e da obra lírica de Camões, fica-se na bio-bibliografia" (*id.*: 152-5). Os dois volumes que consagrou a Garrett, "tratam de historia, de anedoctas, biographia e bibliographia, mas nunca da obra"; "não se faz nelles a critica do *Camões*, do *Frei Luiz de Sousa*, das *Viagens* ou das *Folhas Cahidas*." (*id.*: 157).

(15)- Cf. 1873a: 45; 1907: 136; 1914: 394.

(16)- Cf. 1873a: 2-3; 1914: 395-6.

(17)- Cf. 1907: 136; 1914: 411-2.

(18)- Cf. 1907: 417, 495 e 677.

(19)- 1918: 500. Cf. 1907: 453-4.

(20)- Cf. 1911: 419, 423-9, 608-9.

(21)- Para Teófilo, "no momento em que a não pôde mais tocar como livre, morreu com ella para a esperança e para tudo." (1873a: 6); "Camões não podia resistir a esta morte da nacionalidade" (*id.*: 375; cf. 1875: 293); "Foi durante estes dous annos que Camões adoeceu; a ruina do character portuguez e a perda quasi imminente da nacionalidade feriram-no mortalmente." (1891: 55); "Mesmo o poeta na sua morte é luz philosophica que nos orienta: no momento em que não pôde mais tocar a patria livre, expirou com ella, como em um só paroxismo." (1907: 7-8; cf. 803-813); "Camões presentiu que morria com a patria." (*id.*: 822).

(22)- Cf. 1907: 197-8, 417, 406, 714, 725.

(23)- É quase redundante dar exemplos do biografismo teofiliano, dado que applica sem restrição o pressuposto de que as obras literárias são confissões autobiográficas. Curioso, no entanto, é o espírito inventivo que revela na interpretação de "Erros meus, má fortuna..." (1914: 427-30) e "O dia em que nasci moura e pereça" (1907: 817-9).

Para um análise crítica deste biografismo applicado a Camões cf. Aguiar e Silva, 1994.

(24)- "Diante d' ella os successos exteriores que agitaram a vida do poeta, as averiguações minuciosas e eruditas ácerca d' elles -averiguações que nem o quadro d' este livro exige, nem o seu auctor pôde fazer ao escrevel-o-minguam muito de interesse." (*id.*: 39). Para Oliveira Martins, o carácter é o meio mais seguro para se conhecer a biografia (*id.*: 40). Mas a biografia espiritual que traça de Camões é neste ensaio um autêntico "romance" (cf. 1872: 40-63). Na revisão de 1891 já não procede deste modo e apoia-se nos trabalhos do Visconde de Juromenha, de Teófilo Braga e Wilhelm Storck (1891: 57, n. 1).

VII.1.2.

(25)- Cf. Catroga e Carvalho (1996: 11).

(26)- René Thom, em termos morfológicos, distingue pontos regulares (continuidade na aparência) e catastróficos (descontinuidades) (Boutout, 1993: 30). A teoria das catástrofes thomiana permite estudar as mudanças descontínuas e os saltos qualitativos, considerando que há catástrofe quando uma variação contínua de causas acarreta uma variação descontínua de efeitos (*id.*: 27-28). A catástrofe está assim ligada à ideia central de descontinuidade: "il y a catastrophe dès qu' il y a discontinuité phénoménologique." (Thom). Quando um ponto muda bruscamente de valor, i.e., quando apresenta uma descontinuidade, esse ponto será indicado como catastrófico. R. Thom diz que isso indica uma transição, uma coisa dinâmica (*id.*: 29).

(27)- Já no seu texto sobre as "Causas da Decadência..." Antero considerara *Os Lusíadas* um poema anacrónico, porque o espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos, sendo produzido quando "Quem domina não é já a musa heroica da epopeia: é a Economia Política, Caliope d' um mundo novo" (1926 [1871]: 128).

(28)- Esta ideia é expressa por Teófilo no *Cancioneiro e Romanceiro Geral*, ao lamentar a extinção da poesia popular na Europa renascentista e, em particular, em Portugal, uma "pobre nacionalidade morta" que teve em Camões o seu melancólico rapsodo:

"Triste presentimento, tristíssimo, tanto mais, quanto se apossa de uma alma ainda crente no meio da corrupção d' este pequeno Baixo Império. Colligir a poesia popular portugueza agora, no momento do transe, é como a garrafa ao mar que se atirava nos naufragios: é para que se saiba que existiu este povo que também soffreu e cantou." (1867a: VII).

Assim, Camões teria recebido a influência da poesia popular: "O povo ia elaborando a sua poesia marítima, inspirado pelo sentimento profundo da aventura, a que o proprio Camões, classico do fundo d' alma, não se eximiu de modo que a influencia que recebeu não fosse o característico por onde é hoje admirado na Europa." (1867b: VI).

(29)- Luciano Cordeiro está próximo da leitura de Teófilo, embora negue uma especificidade étnica ao povo português (1869: 135 e 150) e recuse uma interpretação rapsódica d' *Os Lusíadas*: "Nunca fomos um povo creador na arte./Quasi que pôde dizer-se que não affirmamos a nossa nacionalidade, comtudo homogenea e distincta."; "A propria feição *naval*, originalidade da nossa arte, obliterada pela imitação do epico-classico, não sabemos que transpareça caracteristicamente na poesia popular." (*id.*: 274-5). Mas é o triunfo do classicismo que para ele explica a anulação do espírito medieval (*id.*: 147-8; cf. 135-6 e 143).

Nesta interpretação, Luciano Cordeiro nega uma leitura rapsódica d' *Os Lusíadas*, pois considera que "A epopeia é a condensação d' um passado *heroico*-nacional, ou a idealização d' um sentimento ou d' um facto social e democratico, no sentido etymologico da palavra./Ora o passado, verdadeiramente *heroico*-nacional, não existia para nós." (*id.*: 149). Por isso, pensa que "a epopeia camoniana não é, não podia ser a condensação d' um passado *heroico* ou *mythico* como a fusão dos cantos homericos na *Illiada*, ou ainda na *Odyssea*. É como que a ultima palavra d' uma sociedade cavalleiresca, crente e energica, e o derradeiro echo d' assombro de toda a Europa" perante as descobertas: "Em Camões ha a contemporaneidade do assombro." (*id.*: 150). Assim, a sua obra é um "Echo que expira n' um mar de lôdo, é certo, e se abraça com o estrondo d' uma monarchia, nos areaes de Africa./Por isso dissemos: Camões é da

idade-média. Vasa o pensamento nos moldes do *classicismo*, mas estes em vez de o atrofiarem, alargam-se pela força elástica, - deixem-me dizer assim, - força enorme do genio que produz e anima a grande concepção." (*id.*: 151).

(30)- Oliveira Martins acha que Teófilo se contradiz quando afirma que Gil Vicente é o homem que mais compreendeu a alma portuguesa, pois na *Introdução* afirmara que não há entre nós obra d' arte verdadeiramente filha do seu tempo, se exceptuarmos "o *milagre d' Os Lusíadas*" (1953: 31).

Curiosamente, Simões Dias aplicava a concepção rapsódica a Gil Vicente ao afirmar que "recolheu as tradições da idade media" (1875: 47), inspirando-se nos géneros dramáticos espalhados pelas várias classes sociais, reunindo esse materiais e convertendo-os num género literário: "Como se vê, o teatro nacional é um producto da evolução, sem que este facto diminua o valor da obra de Gil Vicente." (1898: 179). Para Simões Dias, a imitação do classicismo viria, como em Teófilo, interromper essa evolução orgânica (*id.*: 183; cf. 192-3).

(31)- Um desenho existe no fundo que é a folha de papel, o som de uma campainha é uma forma entre o fundo de dois silêncios, um intervalo (Boutot, 1993: 29). É num espaço-tempo ordinário (um *aberto*, sem fronteira) que se recortam as formas da percepção ordinária. Mas tudo depende da área e da disciplina, podendo o *fundo* ou *substrato* ser complexo e difícil de determinar (*id.*: 30).

(32)- Trata-se, para Fidelino de Figueiredo, do "paradoxo português", na medida em que os tempos heróicos se deram em plena Renascença, considerando por isso anacrónico o ciclo épico renascentista (1987: 453-7).

Apesar de tomar partido pela tese de Oliveira Martins, Fidelino de Figueiredo elogia igualmente Teófilo Braga (1907), pelo alto nível filosófico a que ambos alçaram o estudo d' *Os Lusíadas* (1987: 469).

(33)- Cf. 1872: 113-6. No seu ensaio juvenil diz tratar-se de um absurdo literário, derivado do espírito conturbado da época. Na edição revista de 1891 explica este fenómeno como resultante da imitação virgiliana, considerando que a articulação com o maravilhoso cristão era típica da Renascença (1891: 195) e que este "paradoxo" d' *Os Lusíadas* é o de todas as artes da Renascença, traduzindo o estado de plasticidade compreensiva dessa época (*id.*: 197).

(34)- Em 1872, Oliveira Martins destaca que o heroísmo d' *Os Lusíadas* é distinto do de Virgílio, sendo algo semelhante ao heroísmo da reconquista cristã na Idade Média, acrescido da dinâmica da expansão, o que tornava o génio camoniano distinto do de Virgílio e de Ercilla, conjugando no ideal da guerra religiosa a exaltação do sentimento da justiça com o cristianismo (1872: 127). No entanto, Oliveira Martins considera que Camões é inferior a Virgílio em termos mitológicos e que só iguala o seu modelo quando se volta para o seu espírito e para o seu século (*ibid.*). Na edição revista de 1891 não repete estas críticas, mas não deixa de haver uma contradição fundamental no facto de Oliveira Martins criticar Camões por excesso de apego nacional: "mas o seu poema é um poema nacional, é d' um povo, não é da humanidade"; "elle não canta as conquistas como um facto da civilização, mas sim como uma nova corôa para pôr na frente laureada do seu Portugal." (1872: 24; cf. 193 e 196).

(35)- Esta classificação tinha lógica, na medida em que para Oliveira Martins a "preocupação romana" era comum a todas as produções quinhentistas (1872: 165). Daí que afirme que Gil Vicente é o último e brilhante exemplo da

literatura medieval (*ibid.*), mas na revisão de 1891 esta afirmação desaparece e, em compensação, os quinhentistas aparecem imbuídos de fé patriótica, com base na ideia de que o carácter português se tinha formado como uma imitação de Roma.

(36)- 1873: 79. Teófilo discorda da caracterização da Renascença de Oliveira Martins (cf. Martins, 1872: 105), pois nega a existência de um verdadeiro Renascimento em Portugal, cuja influência, aliás, teria reprimido o espírito nacional (Braga, 1873: 82).

(37)- 1873a: 397. Por isso é que, segundo Teófilo, Camões era mais admirado no estrangeiro do que no seu país (*ibid.*). O nome de Camões não era, afirma, conhecido pelo povo, nem se repetiam os seus versos nas classes onde subsistiam as tendências e as feições nacionais, como sucederia na Itália em relação a Virgílio (*id.*: 395-6).

Como veremos, Teófilo acabou por rever profundamente estas ideias (v.g., 1891 e 1907).

(38)- Os primeiros momentos da poesia nacional inspiram-se, a seu ver, no provençalismo, "essa pristina renascença do naturalismo antigo que surgia no meio da fantasmagoria medieval. Cantava-se outra vez o amor" (1891: 287). Com a presença dos árabes na Península e a situação de guerra instaurada, ter-se-ia dado uma anarquização da "Hespanha moderna", aparecendo os tipos heróicos e os ciclos épicos de cavalaria, que ressuscitaram Heitor e Aquiles no Cid, embora com uma linguagem nova (*ibid.*). Já em 1869 Oliveira Martins afirmava que os romances de cavalaria, os *fabliaux* e os mistérios eram recordações clássicas, sendo Tristão semelhante a Iseu, Lancelot a Édipo, Artur a Hércules e Édipo a Judas (1869: 18-9).

(39)- Assim, *Os Lusíadas* definiriam o pensamento não codificado dos povos nas idades de criação espontânea (1891: 27), como seria o caso da Idade Média, que Oliveira Martins considera equivalente à "idade primitiva" de Vico (*id.*: 29) (cf. II.4.2). Além disso, *Os Lusíadas* consagravam as descobertas, o facto culminante da história da civilização na Renascença, em que os portugueses tiveram um papel importante na história da humanidade (*id.*: 32).

(40)- Cf. Martins (1872: 59-61). Na revisão de 1891, as "reincarnações" são de teor nacional, porque Camões aparece como o paradigma da alma lusitana: "misto da candura de Nun' Alvares, força de Albuquerque, estoicismo cristão de um Castro, amor céltico da natureza, mais a flor de ingenuidade popular desfolhada pelo bom senso de Gil Vicente e a ternura amaviosa de Bernardim Ribeiro." (1891: 118-9).

(41)- Cf. 1891: 303; 1872: 164, 170-3, 175, 189, 196, etc.

(42)- Por isso, n' *Os Lusíadas* encontra os sentimentos graves que são a realização do génio romano no Portugal do século XVI (1872: 175).

(43)- Oliveira Martins não se cansa de repetir que "Portugal foi verdadeiramente, no corpo e na alma, uma segunda Roma; e foi-o por decisão voluntária e consciente de todos os seus espíritos superiores." (1891: 282-3).

(44)- Como os romanos, os portugueses, imbuídos de um cosmopolitismo orgânico, assimilaram outros povos (1891: 304).

(45)- Com o seu conceito de nação moral, fruto da vontade colectiva, Oliveira Martins abre caminho ao império espiritual pessoano, considerando que a pátria ideal de Camões está onde estiver um peito português, está em todas as partes do mundo: "Tanta é a diferença que distingue o amor patrio natural da abstracção ideal sobre que os portugueses construíram o templo sagrado do seu imperio." (1891: 308; cf. 318). Oliveira Martins não nega de todo a importância do amor da terra e da "força do sangue", mas considera que não é a expressão mais elevada e civilizada de pátria, que a seu ver devia superar as escravidões naturais e a fatalidade cega, para se fundar na "ideia", "na nobreza de alma de um povo e na fortaleza do seu peito" (*id.*: 311). O "futuro adiado" de Pessoa é ainda um eco intertextual do Camões que deixou "o testamento de um futuro não cumprido" (Martins, 1891: XII).

Aliás, segundo Luís Rebelo, "no plano da criação artística, Portugal é pensado a partir de pressupostos que têm muito mais a ver com o magistério de Oliveira Martins do que directamente com o pensamento de Fichte ou Renan", que ele assimilou (Rebelo, 1997: 22; cf. 32). Cf. Carmo Ponte (1998: 1073-79) e Helder Macedo (1998: 32-8).

(46)-Quental, 1872: 25-7. Cf. Oliveira Martins (1872: 164; 1955 [1880]: 29; 1891: 282).

(47)- Teófilo Braga viria a aproximar-se deste conceito de Antero, que cita e elogia, por afirmar que o patriotismo foi um fenómeno moral quase único na Europa do século XVI, sendo uma ideia abstracta que excede toda a capacidade sentimental da raça e cuja expressão suprema era o heroísmo, uma espécie de religião civil. Afirma assim, como Antero, que a época nacional por excelência foi o século XVI, em que a nação se fez herói, realizando-se o verdadeiro tipo português n' *Os Lusíadas*, num sentimento colectivo a que Camões deu a expressão, resumindo a vida moral de um século (1907: 121-3). Segundo Teófilo, a comparação camoniana dos heróis nacionais com os antigos não os fazia perder a sua feição individual e nacional: "Para Camões o *heroe* deve ter os caracteres consagrados pela antiguidade classica; a belleza das fôrmas ou gentileza, a alliança das armas com as letras ou poesia." (*id.*: 121).

(48)- Cf. 1872: 27; 1891: 27-8.

(49)-1891: 48-50.

(50)- Cf. 1891: 124-5, 320.

(51)- 1891: 183. "O sebastianismo que foi a religião lusitana, fôrma epilodal do nosso patriotismo" (*id.*: 116). Daí Oliveira Martins exaltar o *Frei Luís de Sousa*, que considera uma obra-prima que só encontra paralelo em Sófocles (1955: 57): "ressurreição mágica da alma histórica portuguesa desentranhada do mais fundo do coração humano."; "a nossa melhor obra de arte, depois dos *Lusíadas* " (*id.*: 57-8). Por isso, entre outras razões, considera Garrett o melhor poeta português a seguir a Camões (*id.*: 59)

Se para Oliveira Martins o sebastianismo foi uma espécie de doença moral, por excesso de heroísmo, para Fidelino de Figueiredo o heroísmo foi fruto de uma "febre heróica" e uma "psicose colectiva" (1987: 454; cf. 474) que resultou de uma "ambiência lendária", numa espécie de "bovarismo de antedata" (*ibid.*) que Camões condensou na sua epopeia. Aliás, para Fidelino de Figueiredo, à semelhança de Vico, a poesia épica é uma febre da juventude dos povos, dos seus tempos primitivos ou heróicos (*id.*: 444).

(52)- Cf. 1891: 121-3, 125-7 e 183.

(53)- É o que se passa com a partida de D. Sebastião para África: "o messianismo nacional nascia tambem n' este momento, e mais uma vez a alma de Camões era o calix mystico onde se dava o mysterio sagrado da transubstanciação dos instinctos fluctuando vagos na imaginação collectiva, em pensamentos nitidos claramente expressos na consciencia de um homem." (1891: 112; cf. 53 e 119).

(54)- Cf. Carmo Ponte, 1998.

VII.1.3.

(55)- Cf. Garcia, 1998: 26-7; Ramos, 1994: 97.

(56)- Em última instância, os centenários são "um culto cívico dos mortos", para, segundo Emídio Garcia [1880], "manter sempre mais vivo e inesgotável, quando frouxo e decadente, o sentimento altruísta da solidariedade social, indissolavelmente ligado à continuidade histórica tão própria e característica da nossa espécie." (*id.*: 549). Deste modo, "a história, movida por um *telos* imanente (a *humanidade-sujeito* definida como um ser perfectível), também se revela como uma antropodiceia de dimensão épica". As comemorações "só seriam mobilizadoras se fossem completadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e colectivo ao sentido do tempo e simultaneamente congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizadora(s)." (*id.*: 550). Segundo Emídio Garcia [1882], a rememoração só seria socialmente útil se marcasse estádios no caminhar incessante da civilização universal, não para fomentar idolatrias, mas para apontar o exemplo dos seus beneméritos (*id.*: 551).

(57)- Cf. Braga, 1884: 220-7.

(58)- Cf. Braga, 1891: 307-8.

(59)- A. C. Homem sublinha que Teófilo não aderiu à dimensão ritualística da Religião da Humanidade de Comte, mas concordou com os seus princípios, como declara no *Sistema de Sociologia*: "Também as paixões apareceram a Teófilo como as forças impulsionadoras por excelência do movimento social e como os elementos de agregação de colectividades disciplinadas." (Homem, 1988: 175)

(60)- Segundo Teófilo, Comte presentiu a necessidade dos centenários em carta de 1842 a Stuart Mill, surgindo depois as comemorações de Petrarca, Miguel Ângelo, Spinosa, Hegel, Voltaire, Camões, Lutero, etc. (*id.*: viii). Teófilo destaca a generalização na Europa do costume das comemorações cívicas dos vultos que simbolizavam o progresso dos respectivos povos (1892, II: 418) e considera que foi o Centenário de Camões que impulsionou os espanhóis a celebrarem em 1881 o centenário de Calderón (*id.*: 427) e que motivou as associações académicas a celebrarem em 1882 o centenário do Marquês de Pombal, solicitando uma reforma da instrução (*id.*: 428-31).

(61)- Cf. 1892, II: 416-36.

(62)- Laffitte encarregou Miguel de Lemos, positivista brasileiro, de redigir um folheto sobre Camões, que publicou em Paris (1880) (cf. Braga, 1892, II: 419). Teófilo diz claramente ter recebido a inspiração da filosofia comtiana na promoção do Tricentenário, louvando a actuação dos positivistas brasileiros na realização das comemorações de 1880 no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro (1891: 281-305), em que os poderes públicos participaram, em contraste com o que sucedeu em Portugal (*id.*: 287, 282). No entanto, afirma que esta festa teve no Brasil e em Portugal um sentido democrático, "a mesma aspiração para uma renovação futura." (*id.*: 300); "a compreensão da festa, o modo de dar coherencia á espontaneidade emocional do povo, a hostilidade da parte dos poderes empiricos, o espirito democratico d' essa manifestação secular, tudo revela uma nova orientação da consciencia portugueza." (*id.*: 282).

Em termos de evolução social, esta aplicação prática da filosofia positiva demonstrava a Teófilo a sua importância para a transformação política e social: "Importa portanto acelerar a circulação das ideias. A Philosophia positiva é a unica doutrina que considera os factos da vida geral das sociedades sob o ponto de vista objectivo da invariabilidade das leis naturaes, e em vez de utopias subjectivas funda as suas observações nos antecedentes historicos." (*id.*: 303-4).

(63)- Fernando Catroga refere que a comemoração do tricentenário foi sobretudo promovida e aproveitada pelos republicanos: "A invocação de Camões (e de Vasco da Gama) foi um bom pretexto para, reavivando e idealizando um momento de grandeza, melhor se sugerir o contraste com a sua decadência a que a dinastia de Bragança teria conduzido o país." (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 110; cf. 154-7). Em termos globais, como nota Rui Ramos, o centenário de Camões "iria tornar-se na década de 1880 uma arma de oposição, manejada por todos os partidos à vez, mas especialmente pelo Partido Republicano."; "Em todas estas ocasiões, a manifestação patriótica processou-se à revelia do Governo, quando não directamente contra ele." (1994: 70).

Para Ramalho Ortigão, *Os Lusíadas* eram mesmo uma arma de combate ao serviço do federalismo republicano: "*Les Lusíades* sont la pierre monumentale sur laquelle gît la gloire de la patrie, et c' est sur cette pierre que tous les portugais, qui voudront s' armer pour résister à cette invasion terrible qui s' appelle la décadence et

contre laquelle nous luttons, seront tenus de venir affiler leurs armes de combat." (1880: 149); "Pour les portugais du XIX.e siècle, Camões est le grand symbole de ce pouvoir nouveau qui va partout réconciliant les consciences jusqu' à ce qu' il revolutionne totalement les principes et les institutions. Pour les portugais du XX.e siècle *Les Lusíades* seront mieux et plus qu' un symbole: elles deviendront ou l' unique expression nationale d' un peuple mort pour la civilisation et vivant d' un livre comme la race juive: ou elles réaliseront la prophétie du patriotisme camonéen: - l' Empire d' Occident, fondé par la confédération démocratique des états peninsulaires." (*id.*: 150).

(64)- Com receio de obstáculos governamentais, a Comissão, através de Teófilo, conseguiu que um deputado do governo, Simões Dias, apresentasse ao parlamento um projecto para que o dia fosse considerado de festa nacional (Braga, 1892, II: 419). No parlamento, J. Simões Dias, A. Enes e A. Cândido afirmaram que as comemorações eram a "forma consciente de solidariedade social" e que as nações ficaram muitas vezes a dever a sua sobrevivência aos escritores que nas suas obras conseguiram compreender o espírito da nacionalidade (Ramos, 1992: 525). Com as comemorações, dá-se a conciliação entre republicanos unitários e federalistas. Em Julho, um banquete celebrou o êxito do Centenário e a reconciliação republicana (*id.*: 527). Foi Ramalho Ortigão quem redigiu o programa de um cortejo simbólico, que representava o povo e as suas sucessivas conquistas de liberdade. A Comissão executiva, eleita pelos jornalistas e organizada por Latino Coelho, era composta por nove membros, todos eles homens de esquerda e republicanos, com excepção de Pinheiro Chagas. Os monárquicos e o regime, com receio de uma revolução, puseram, segundo Teófilo Braga, os regimentos da capital de prevenção (cf. Braga, 1983 [1880]: 164). É, aliás, frequente a ênfase de Teófilo Braga na desconfiança e má vontade dos poderes públicos perante o Centenário (1892, II: 420-4; cf. 1911: 573).

Como sublinha José-Augusto França, "Camões tornou-se desta maneira a bandeira da oposição ao regime-tal como o fora já em 1823: o mesmo símbolo servia o princípio e o fim do sistema romântico." (1993: 527).

(65)- "Nesse dia, todas as forças vivas, tudo quanto há com futuro ainda nesta pequena nacionalidade, vibrou com unanimidade ao impulso de um estímulo consciente, a tradição ligada ao nome de Camões como o representante e o símbolo da civilização de um povo que se sente fora da vida histórica." (1983 [1880]: 163); "Como um resultado da influência disciplinadora da filosofia positiva, o Centenário de Camões ainda não produziu todos os efeitos nele implícitos; cada ano que passa virá dar relevo a novas sugestões dele derivadas, e se algumas palavras podem definir bem esse extraordinário sucesso, são as que correm já em todas as bocas - uma era nova." (*id.*: 165).

(66)- Cf. 1880: 14. Os centenários, ao criarem um ambiente emocional à volta dos grandes homens do passado, serviam as intenções ideológicas da nova geração republicana, na medida em que podiam contapor um passado brilhante a um presente decadente, sugerindo desse modo a necessidade urgente de tomar medidas regeneradoras.

Teófilo declarava que o Tricentenário era "o ponto de partida de uma época de revivescência nacional" (1892, II: 435) e que "o sentido moral do Centenario de Camões" consistia numa interrogação do lugar de Portugal na civilização moderna face à sua grandeza passada: "a compreensão d' este grave momento, em que uma nação por uma circunstancia pacifica se vê obrigada a aproximar datas fecundas da sua historia e a deduzir alguma cousa do seu destino"; "Dos representantes colectivos nada se espera (...). Pelo lado dos individuos manifesta-se uma

actividade, um entusiasmo, uma compreensão consoladora acerca da significação d' esse dia 10 de junho de 1880: é a revelação de uma força nova, o individualismo dos tempos modernos"[que] "saberá fundar o regimen da liberdade consciente e da ordem voluntaria ou Democracia." (*id.*: 417-8).

(67)- Como observa João Medina, o Camões do Terceiro Centenário era um mito na acepção que Georges Sorel lhe deu em *Reflexiones sobre la Violencia*. O Camões proposto nas Comemorações tem "estas características sorelianas do mito como ideia-força geradora de atitudes, mobilizadora de massas e suscitadora de sentimentos e condutas concretas: é um catalisador de energias adormecidas, um revelador de sons abafados que se pretende acordar, tudo virtualidades a reunir e lançar na acção." (Medina, 1986: 13).

(68)- Como observa A. C. Homem, a iniciativa do Tricentenário de Camões cabe-lhe quase na totalidade, em termos de concepção e divulgação (Homem, 1988: 65).

(69)- Destaca aí que esta comemoração, com a qual "Portugal pagou ao seu cantor uma divida de tres seculos", provocou incómodos ao poder político, salientando em nota final que as próprias Associações foram fortemente perseguidas pelo "conservadorismo obcecado dos governos da dynastia brigantina" (1891: 311):

"esta festa de revivescencia de um povo era considerada como um abalo perigoso da consciencia da nação, que contemplando o seu glorioso passado, e comparando-o com o presente poderia sentir a necessidade de levantar-se da sua prolongada decadencia, extirpando de si os polypos que a devoram, os poderes constituídos mostraram-se hostis e consideram extemporanea a glorificação de um homem morto ha trezentos annos, e teriam prohibido pela policia essas manifestações do sentimento nacional, se a adhesão das Associações lhes não dêsse a força de uma corrente invencivel."; "Esta nação, governada pelo arbitrio á sombra da fraqueza de uma mutua desconfiança, propagada desde longe pelo regimen das delações inquisitoriaes, pelo systema de espionagem da Intendencia, e pelas devassas affrontosas da Inconfidência, que nos amoldaram o caracter e a vida social durante seculos e seculos, esta nação intimamente desaggregada fôra attrahida para as ideias associativas, e esse instincto de solidariedade dos fracos e dos que trabalham entrára finalmente nos costumes portuguezes. O Centenario de Camões, além da sua importancia moral, viera-nos fazer a revelação d' esta força organica, d' este elemento da vitalidade de um povo." (*id.*: 305-6).

Neste contexto de revivescência, afirma que "O Congresso das Associações, provocado por esta poderosa concentração do sentimento de um povo que revive, tem um grande destino a cumprir", devendo "intervir na direcção da vida publica", para o operariado se defender do capitalista e equilibrar o cada vez maior centralismo político, manifestando-se o associativismo sobretudo no municipalismo (*id.*: 310-1).

(70)- A estátua de Camões aparece com esse valor simbólico em particular no final d' *Os Maias* e da última versão de *O Crime do Padre Amaro*, em que Eça põe os representantes do poder "sob o frio olhar de bronze do velho poeta", símbolo duma "pátria para sempre passada, memória quase perdida". Deste modo, como sublinha José-Augusto França, o poeta "reencontrava o seu valor de acusação e a sua virtude de esperança" (1993: 528).

(71)- "Quando enfim a nação conheceu a falsidade do regimen parlamentar e o embuste da Carta outorgada, acordando do lethargo imposto pela intervenção armada de 1847, volveu-se para a aspiração democratica, e a comprehensão unanime do terceiro centenario de Camões em 1880 tornou-se um consolador symptoma, a aurora de uma éra nova. Por ultimo, quando em 11 de Janeiro de 1890, pelo *ultimatum* brutal de Inglaterra, a nação conheceu que a alliança com essa perfida potencia só tinha servido o interesse dos Braganças á custa da integridade do seu territorio, a expressão mais eloquente que synthetizou esta crise suprema foi uma faixa de crepe que envolveu a estatua de Camões." (Braga, 1891: 67).

(72)- A epopeia camoniana é, para Teófilo, "o palácio em volta do qual se congregaram todas as energias da independência" (de 1817 a 1820 e em 1824) (1884: 131-2). Assim, "Quando a liberdade nacional era atacada, os *Lusíadas* reflectiam essa modificação da consciencia publica"; "Esta relação evidente do poema com a nacionalidade accentua-se mais profundamente na hora dos perigos sociaes" (1891: 66).

Teófilo repete com frequência a imagem hegeliana da epopeia como a "bíblia" de um povo: cf. 1872: 14; 1896: 168-9; 1984 [1909]: 156-7).

Outra reiteração consiste no facto de apontar a influência patriótica d' *Os Lusíadas* ao longo da história, ao "despertar o sentimento nacional" na Restauração, na Revolução liberal e a partir do Tricentenário. Cf. 1873a: 393; 1891: 106-7; 1907: 163, 238, 738-9, 832-4; 1911: 117; 1914: 542.

Nesta lógica, Camões nunca largou a "pena e a espada", socorrendo constantemente a pátria nos seus momentos aflitivos, patrocinando a independência e a soberania nacional:

"Contra o protectorado de Beresford, foi tambem o espirito de Camões que acordou a consciencia nacional, pelo pensamento da elevação de uma estatua, que os governadores do Reino não consentiram por covarde abjecção."; "A relação evidente entre o Poema e a Nacionalidade, accentua-se sempre na hora dos perigos sociaes: a Revolução de 1820 foi a reivindicação da soberania nacional (...) quando D. João VI (...) cedia Portugal á Hespanha como dote da princeza sua filha." A dinastia de Bragança, continua Teófilo, com o absolutismo, a guerra civil e as intervenções armadas estrangeiras "falsificou o regimen liberal durante outenta e quatro annos, por uma *Carta outorgada*, que sophismou pelas mais indecorosas burlas a Soberania nacional", até que a Nação portuguesa, proclamando a República, tomou conta dos seus destinos (1911: 740-1).

(73)- "O genio de um escriptor, não se revela completamente pela sua obra, nem esta se aprecia pela belleza a que dá expressão; mas pela sympathia social, que desperta, e que é a sua consagração, é que fica em plena evidencia a intenção e capacidade esthetica do artista. Toda a obra de arte, produzindo a sympathia social realisa o fim das creações estheticas, elementos constitutivos de uma synthese afectiva. A obra de Camões adquire de época em época mais valor, porque a sympathia social que o poeta provocou com ella, ainda não se extinguiu" (*id.*: 265).

(74)- Cf. F. Catroga, (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 110). Deste modo, consagra-se de modo definitivo a época dos Descobrimentos como a Idade de Ouro da história portuguesa (para que contribuíssem muito o *Ultimatum* e a "questão colonial" da época), relegando-se a Idade Média dos românticos para um plano mais discreto. De facto, em termos historiográficos, a ideologia ultramarina está ausente em Herculano, na medida em que associa a expansão à centralização monárquica, e ambas à decadência.

Como observa, Amado Mendes, do ponto de vista historiográfico, "Com a Geração de 70 -e, de forma notória, com Antero de Quental e Oliveira Martins, o interesse pelo nosso passado histórico desloca-se da Idade Média para o Renascimento e, conseqüentemente, para a temática das navegações." (Mendes, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 199). Na fase final da historiografia de Oliveira Martins, centrada nas biografias históricas, nota-se a sua predilecção pela época dos descobrimentos. Deste modo, a "escolha de Camões ou dos Filhos de D. João I, de Nuno Álvares e de D. João II teve muito a ver com o período histórico que sintetizavam." (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 153). É ainda evidente que uma boa parte do comemoracionismo oitocentista tinha como finalidade reavivar os descobrimentos como época paradigmática (*id.*: 157).

(75)- No Tricentenário, "Com Camões, não eram somente os Descobrimientos que se homenageavam, mas também a própria colonização, significada por um carro dedicado às *Colónias* (da autoria de Columbano)", que tinha no cimo versos d' *Os Lusíadas* (Catroga, *in* Torgal, Mendes e Catroga: 555). Havia a intenção de mostrar vitalidade às potências estrangeiras devido às disputas territoriais existentes, que colocavam em perigo o império português: "Para defender, o argumento da prioridade era quase a única arma a que podíamos recorrer. Ora, através de Camões, foi isso mesmo que também se quis significar." (*ibid.*).

Desde 1875 que a Sociedade de Geografia de Lisboa tinha como ponto central a fundamentação da soberania colonial portuguesa. A Conferência de Berlim determinara que o direito aos territórios coloniais derivava de uma ocupação efectiva dos territórios e não da prioridade da sua descoberta. Daí a necessidade de viagens de exploração e da fixação de alguns efectivos, administrativos e militares, para o que a referida sociedade contribuiu. Nesse sentido, deve-se-lhe (como a outras sociedades europeias congéneres) o regresso à tradição e à ideologia coloniais (a missão de civilizar os "bárbaros"), embora a motivação principal deste interesse por África residisse na necessidade de encontrar matérias-primas para alimentar a Revolução Industrial (cf. Mendes, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 178).

(76)- Cf. 1880: 17-9. Apesar da "questão colonial" ter criado uma autêntica união nacional, após o *Ultimatum* os republicanos mostram-se mais colonialistas do que os monárquicos, de forma a acentuar as culpas da dinastia de Bragança pela situação. Isso talvez explique ainda que a preocupação colonial seja concomitante com o desejo de um desenvolvimento interno (sem as colónias), num processo iniciado por Mouzinho da Silveira. Como observa Rui Ramos, "ao mesmo tempo que as possessões africanas davam azo a demonstrações de 'patriotismo' das elites e, depois da década de 1880, das massas urbanas, a elite intelectual envolvia-se com ideias de formação de uma nacionalidade enraizada, autárquica." Sintomaticamente, alguns dos intelectuais mais influentes entre 1850 e 1950, Herculano, Oliveira Martins, António Sérgio e António Sardinha, não fazem elogios ao império do Oriente e africano, sendo a expansão vista como uma alienação: "O que os atraiu foi a ideia da 'vida simples', da 'república' enraizada - não a da saída, da 'expansão'." (Ramos, 1997: 140).

(77)- Mas no seu primeiro trabalho Oliveira Martins criticava a estreiteza do espírito camoniano, pelo seu nacionalismo, considerando que o amor da pátria é inferior à concepção da humanidade (1872: 193): "É o sentimento patriótico, o sentimento vivo da nação que não póde compreender ainda o que é, quanto importa, cada serviço, cada holocausto feito por um povo á humanidade inteira." (*id.*: 196).

(78)- Camões, afirma Antero, está virado "para o illimitado futuro, pressentindo já a revolução moral dos seculos XVIII e XIX. Se Camões, como portuguez é patriota e heroico, como homem da Renascença é (...) pantheista platonico e idealista"; "homem da Renascença, sente e interpreta a natureza com um naturalismo impregnado de idealidade, que é mais ainda o presentimento d' um mundo moral novo, do que uma imitação da antiguidade pagã. O sentimento pantheista da natureza, sentimento todo moderno, e que devia mais tarde chegar á plenitude em Rousseau, Goethe, Hugo, appareceu pela primeira vez em Camões." (1872: 29).

(79)- Cf. 1891: 66, 135. Segundo Teófilo, foram "Magnin, Quinet e Humboldt, que ensinaram a ver em Camões mais do que um poeta sentimental - uma synthese da nacionalidade portugueza, um dos representantes mais caracteristicos da humanidade." (1873: 65); "era preciso que surgissem Humboldt, Schlegel e Quinet, para nol-o apresentarem como a epopeia unica que acompanha o movimento da Europa moderna na Renascença." (1870a: 270).

Teófilo apoia-se em E. Quinet para esta ideia de que os portugueses abriram a Ásia à Europa, representando a aliança do Oriente e do Ocidente e celebrando a idade heróica da indústria, das viagens e do comércio modernos (1911: 351-3). De Humboldt recolhe a ideia de que Camões pinta a natureza com verdade (*id.*: 355-8) e reflecte o entusiasmo por um mundo novo (1907: 118-9). No conjunto, "a comprehensão social e historica da Civilização moderna projectou sobre o poema uma nova luz, integrando-a na Litteratura universal." (1911: 359); "O Barão de Humboldt, foi o primeiro que veio alargar os horizontes da critica, mostrar que este poema antes de ser nacional é humano." (1865d: 519).

(80)- Portugal "abriu á Europa a edade nova do progresso industrial e das energias economicas, e pela descoberta da via maritima da India, ligou os membros desconhecidos da Humanidade, *disjecta membra*, estabelecendo as relações perdidas entre o Occidente e o Oriente." (1891: 86). Essa terá sido a missão histórica do país, além de salvar a Europa da invasão dos turcos (*id.*: 87; cf. 62). Nesta óptica, *Os Lusíadas* tornam-se a "Epopêa da civilização moderna" (*id.*: 90). Assim, Camões representa a nacionalidade e a Renascença, é a alta expressão da Humanidade (*id.*: 285) porque "immortalisou a acção historica de Portugal na marcha da humanidade iniciando a éra das explorações mercantis e da actividade pacifica da industria, alargando por -mares nunca dantes navegados- a posse do planeta." (*id.*: 309); "Foi Portugal que abriu este novo campo de actividade e de lucta pacifica; Camões universalisou esta missão nos *Lusiadas*, que a Europa moderna acceitou como um canto da gigante epopêa da Civilização occidental." (*id.*: 309-10). Cf. 1875: 287-8, 293-5; 1892, II: 419; 1907: 1-8; 1911: 348, 601; 1914: 536.

Ramalho Ortigão exalta as luzes e a ciência da Renascença (1880: 5-26), considerando Camões a sua personificação exemplar: "la personnification péninsulaire de la synthèse religieuse, politique, philosophique et artistique. Il faut connaître le siècle, pour comprendre l' homme dont l' oeuvre n' est pas uniquement le poème de la nationalité portugaise, mais encore la cristallisation artistique du grand esprit universel de son temps." (*id.*: 46).

(81)- Cf. 1911: 685-6. "Os *Centenarios* dos grandes homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o genio que é a synthese do seu caracter nacional, aquelle que melhor exprimiu estas tendencias, ou o que mais serviu esta individualidade ethnica" (1880: 11). Mas, como salienta de seguida, estes símbolos nacionais ligam-se à história da humanidade e Camões representa, por isso, a "era nova" das descobertas (*id.*: 11-2); "como um typo

representativo da sua nacionalidade, e simultaneamente como o creador da fôrma poetica que idealisava a actividade da Renascença. É á luz de uma tão assombrosa época, que o vulto de Camões recebe todo o seu relêvo, destacando-se como um Symbolo, que se torna claro ao tomar-se conhecimento da sua vida, em que a raça, a feição nacional e a aspiração da época se reflectem intensamente." (1907: 118).

(82)- Deste modo, Camões "foi a expressão symbolica da Patria portugueza pela criação da Epopêa moderna" (1907: 453); conseguiu a "criação da Epopêa nacional e dar fôrma ao ideal heroico nas Litteraturas modernas." (*id.*: 698).

A ideia de que Camões sintetiza a Antiguidade, a Idade Média e a Renascença está presente já em Oliveira Martins (1872: 184), que considera que a Provença foi a placa giratória da Antiguidade para a Renascença.

(83)- Deste modo, Camões relacionou "a empreza dos Portugueses com essa primitiva e agora definitiva *missão occidental*. As Cruzadas tinham sido apenas Episodios transitorios do heroismo occidental; o Descobrimento da róta maritima da India pelos Portuguezes puzera termo a essa lucta de seculos iniciando a alliança entre o Occidente e o Oriente, que é hoje a acção mundial das nações europêas." (1914: 538); "Tudo isto deu á linguagem dos *Lusiadas* uma commoção empolgante, e o tom grandiloquo na affirmação gloriosa da missão historica universalista da nossa pequena nacionalidade." (*id.*: 540).

(84)- "E quando acima do *sentimento nacional*, os poetas tiverem a intuição da Humanidade na convergencia historica dos povos do Occidente realisando a hegemonia humana, esses destacar-se-hão e as suas Epopêas ficarão como expressões de um ideal que hoje se define - a *occidentalidade*. Virgilio, Dante e Camões elevaram-se a esta supremacia unica, ligando tres Civilisações que se integraram no mundo moderno." (1911: 308); "a Epopêa era mais do que nacional, era occidental pelo facto que trazia á acção commum os povos modernos da Europa." (*id.*: 244).

Ramalho Ortigão estava muito próximo do pensamento teofiliano: "Les littératures sont les registes condensés de la pensée publique. Les grands livres ne viennent au jour que lorsque les grands idées agitent le monde, lorsque les peuples accomplissent de grands événements, quand les poètes reçoivent de la société les grandes émotions inspiratrices. Les *Lusiades* sont le produit de toutes les influences intellectuelles du XVIe siècle agissant sur l'âme de la nation portugaise et prenant la forme artistique dans la personnalité la plus élevée et la plus humaine." (1880: 46). A epepeia camoniana nasce assim como consequência de um novo estado mental da humanidade (*id.*: 47). Como Teófilo, considera que os grandes poetas estão em correspondência com cada um dos ciclos das civilizações antigas e modernas (*id.*: 47-9), sendo *Os Lusíadas* a epepeia do mundo moderno: "le livre qui ferme dans la littérature universelle la période épique de la poésie, c' est le livre des *Lusiades*." (*id.*: 49).

(85)- Cf. 1911: 337-9.

(86)- Por isso, Latino Coelho coloca-o acima dos grandes poetas europeus:

"nenhum povo tem como o portuguez um d' estes felicissimos espiritos, que são ao mesmo passo o genio da nação, e o genio da poesia, e em cujas obras respira ao mesmo tempo a patria e a humanidade, a glória privativa de um só povo, e o destino commum de uma inteira civilisação. (...) Immortal é o Camões, mas é immortal para os seus,

immortal para os estranhos. Para os seus porque em versos admiráveis divulgou as suas empresas, em que foram protagonistas. Immortal para os estranhos, porque os feitos, que reconta, são o berço, onde incubou fecunda a novíssima civilização." (1882: 4); "fizemos também a nova humanidade, congregando e tornando umas das outras conhecidas as raças e as famílias, que viviam pelos âmbitos da terra sem liame e sem commercio fraternal."; "Nós fizemos nascer e avigorar-se o espirito da humanidade." (*id.*: 8).

(87)- "Camões concilia os dois espiritos classico e medieval" (Braga, 1885: 264-5); "sómente um genio capaz de sentir a tradição nacional, e em uma criação desinteressada, poderia fazer a synthese das duas epochas conciliando-as pela sua continuidade historica. Tal é o caracteristico de Camões, na escola italiana em Portugal, e em relação á Renascença na Europa. O nome de Camões não pertence sómente á litteratura e historia portugueza; a sua obra, inspirada de todos os elementos poeticos que constituem a tradição de uma nacionalidade, representa esse grande facto da vida historica do seculo XVI, a alliança do Occidente com o Oriente realisada pelas descobertas dos portuguezes. A gloria de Camões tem sempre augmentado com os progressos das sciencias e da philosophia" (*id.*: 264).

"Camões soube, como genio superior, conciliar os dois espiritos, que na essencia eram identicos, e ambos concorriam para a renovação esthetica do lyrismo que acompanhava a elevação do sentimento moderno." (1891: 110); "só em Camões se encontra a harmonia entre as duas épocas, ou entre as duas almas. (...) Entre estes dous mundos, que se continuavam, e que se julgavam incompativeis, Camões sentiu a unificação artistica antes e muito antes da sua solidariedade historica." (*id.*: 242).

Camões foi assim uma espécie de profeta da civilização occidental, que teria intuído a unidade da raça indo-europeia (1911: 625-44), fazendo no seculo XVI a mesma synthese que a ciencia moderna viria a realizar através dos processos severos da critica comparativa. O genio, pelo seu poder de intuição, ousou affrontar a inintelligencia de tres seculos." (*id.*: 693).

Cf. 1875: 216; 1891: 108; 1896: 298, 302; 1911: 324, 638, 649, 659, 685-93; 1914: 9-10, 284, 391-3.

Similar é a explicação de Simões Dias, que no entanto enfatiza que o renascimento estava preparado "pela persistencia da tradição classica medieval, que sómente esperava o ensejo de se expandir livremente" (1898: 176), constituindo "uma fusão harmoniosa dos elementos da civilização christã com as formulas do gosto e saber antigo, como se observa em Camões. O Renascimento tinha dois elementos na sua frente - catholicismo official e a tradição antiga: o seu trabalho foi combina-los e fundi-los, traduzindo em linguagem vulgar e accommodando ás novas necessidades do espirito publico os rudes materiaes da idade media." (*id.*:177-8).

(88)- Teófilo Braga regista a sua discordância com Hegel e afirma não haver dissonância entre o classicismo d' *Os Lusíadas* e o seu assunto nacional, considerando natural que Camões reflecta o aspecto humanístico da Renascença: "Como Virgilio, Camões não compoz a sua epopêa exclusivamente de um facto historico; tornou-a como centro de convergencia de todas as legendas e tradições nacionaes mais impressionantes e significativas." (1911: 331). Aliás, cita mesmo Hegel para provar que só Camões compreendeu na Renascença o que era uma epopeia nacional: "O conjuncto das crenças e das ideias de um povo, o seu espirito manifestado sob a fórmula de um acontecimento real, que é o seu vivo quadro, eis o que constitue o fundo e a fórmula do poema epico." (*id.*: 335). Por outro lado, afirma que Hegel teria errado ao não entender que a Idade Média e a Antiguidade clássica não eram antagónicas (faziam

parte da mesma "ocidentalidade") e que os "artistas geniaes" sentiram "essa harmonia das *Duas Almas*, e essa é uma das características de Camões." (1914: 536).

(89)- "No meio da onda rhetorica ou ridicula da nossa affectação patriotica estas palavras soam provavelmente mal"; "Não se vive de passadas glorias, existe-se por via de forças actuaes."; "Solemnisar em navios de papelão doirado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ser marinha, não será burlesco?"; "oxalá que as luminarias e as salvas se tornem em positivos actos de força no momento da crise"; "A massa do povo é sempre optimista, enquanto não chega a hora do juizo-final"; "o optimismo é uma illusão doce, mas é uma illusão. Mal de quem ousa feril-a ou ataca-a"; "por isso se levantam contra o livro [a *História de Portugal*] os odios rançosos das illusões velhas, e as doutrinas dos *jeune-Portugal*, que vestidas á moderna, com terminações em *ogico* e *ismo*, amalgamando em doses variaveis a theoria das nacionalidades já fóra de moda, com o jacobinismo caduco e um positivismo pouco sádio, pretendem dar fundamentos scientificos, eruditos, ao patriotismo. Ó incautos e ingenuos! pois quando vistes sair da sciencia dos sabios o entusiasmo dos povos ? Essa van empreza tem o perigo de todas as illusões: imaginarmo-nos o Portugal de outr' ora é justificarmos a indolencia geral de uma gente que necessita mais, de pão do que de festas, de crueis licções educadoras do que de hymnos e apotheoses." (1995 [1880]: 19-20).

Mas Teófilo Braga, em carta de 1869 a F. M. Supico, mostrava um pessimismo similar ao de Antero e de Oliveira Martins: "Portugal está na classe dos povos extintos como a Grécia; tem ainda habitadores que mantêm uma nacionalidade *in nomine* ; mas esta utopia, formada sôbre os in-fólios das crónicons, tem de se desmoronar por si mesmo. É triste mas é verdade." (*apud* Carreiro, 1944: 226, n. 1).

(90)- Cf. 1891: 116, 128, 261-4.

Ramalho crê igualmente que o pensamento político de Camões é o de um católico da Renascença (a ideia de monarquia universal). Assim, imbuído de um patriotismo ardente, desejava um papel hegemónico para Portugal (1880: 143).

(91)- Como sublinha João Medina, "O Camões-1880 seria assim, obviamente, republicano" (Medina, 1986: 16). Representa assim "o lógico enlace entre a ideologia patriótica (e às vezes patriotaça) do Partido Republicano luso e a figura emblemática do Bardo que cantava as Descobertas, a Expansão territorial e o Império, o orgulho de se sentir português" (*ibid.*). Face a uma Regeneração que a Geração de 70 tanto causticou e perante a crise por que o país passava, "O Camões mítico do Tricentenário passa a ser o Encoberto aguardado pelo messianismo de barrete frígio. Propunha-se aos portugueses um espelho mítico onde os medíocres de oitocentos veriam o messias por vir, o Camões-Redentor, anunciando um segundo nascer eminente da pátria."; "Aos veios católico-milagreiros e judaico-sebástico juntava-se deste modo a sugestão positivista do culto dos Grandes Homens." (*ibid.*). Este Camões mitificado transforma-se numa promessa de redenção e é a reinvenção do que de melhor o passado produziu, é como um Orfeu a resgatar a sua Eurídice-pátria (*id.*: 17).

(92)- Cf. 1892, II: 435. Teófilo responde a um artigo publicado na *Revista de Portugal* sobre o seu livro *Camões e o Sentimento Nacional* (1891), em que se afirmava que o Centenário foi meramente pitoresco, porque os doze anos entretanto passados foram aqueles em que o carácter nacional mais se tinha deprimido e aviltado (Braga, 1892, II: 435).

(93)- Como realça Eduardo Lourenço, Camões tornou-se "objecto das nossas paixões nacionais, que são menos literárias ou culturais do que ideológicas, patrióticas, cívicas e por vezes partidárias." (1999: 147); "Erigido em mito, incorporado no discurso cultural do século XIX, Camões sofrerá os reveses da nossa realidade, ou melhor, das leituras que a nossa *intelligentsia* - cujo olhar, por sua vez, espelha o século - fará dessa realidade." (*id.*: 150).

Mais tarde, pode falar-se de uma época espiritualista e nacionalista na crítica camoniana, que vai de finais do século XIX a 1930, passando-se depois a um estudo filológico e científico. Só na segunda metade do século XX se inicia a busca de rigor textual na edição d' *Os Lusíadas* e o estudo da sua dimensão literária: "Superou-se assim a instrumentalização do poema transformado em bandeira de uma qualquer ideologia política para se encarar a sua leitura como diálogo de uma obra que é expressão da cultura do seu tempo com valores éticos e estéticos do nosso tempo." (M. L. Pires, 1995: 911-2).

(94)- Por isso, como observa José Mattoso, "a ideologia do Estado-Nação ou Estado Providência criado no século XIX, ou a ideologia do Nacionalismo criado no século XX, só vêm exprimir sob novas formas, o sentimento colectivo de identidade que já existia, com o intuito de reforçar artificialmente os laços que ligam os cidadãos à autoridade política", de criar motivos de orgulho nacional e de sustentar acções imperialistas sobre outros povos (Mattoso, 1988: 162).

(95)- Segundo Fidelino de Figueiredo, "Nas horas de crise espiritual e nas perturbações políticas volta-se a Camões, como a uma fonte de renovação esthetica e de suggestiva força nacionalisadora e conductora", porque ele é "o genio tutelar da patria"; "E a nossa historia politica não deixou de ser batida pelos raios poderosos emanados da obra camoneana: a Restauração de 1640, o Liberalismo de 1834 e todo o Republicanismo de 1880 e 1910." (1987: 21).

Sérgio Campos de Matos regista a variedade destas apropriações: "De símbolo dos liberais exilados, aquando das lutas pela instauração do regime constitucional (Garrett, Domingos Sequeira, Bomtempo, etc.) a patrono cívico da regeneração nacional (o Camões do tricentenário de 1880), de paládio da independência da Pátria do republicanismo positivista e inspirador do heroísmo sebástico, não deixa de ser surpreendente como a imagem de Camões assume tão diversas variantes e tão antagonicos propósitos ideológicos e políticos." (Matos, 1990: 149).

Num texto publicado em 1880, n' *O Commercio Portuguez* (Porto, 10 de Julho), a propósito das comemorações do tricentenário, Oliveira Martins afirmava que Camões era "uma infinidade de tipos para a infinidade de creaturas arrastadas pelo entusiasmo do Centenario", ateu para o ateu, "uma especie de Catão" para o republicano, um *scholar* para o erudito, um estouvado para o brigão, e uma espécie de burguês para o mercador: "Tal é a sorte de todos os homens eminentes que o povo ergue á altura de symbolos." Depois, considera que ao lado do povo estavam os intérpretes, que viam no centenário "acima de tudo, como syntheses, a profunda vitalidade do nosso patriotismo." (1891: VII-VIII).

E no entanto, em 1873, Teófilo Braga achava que "Camões teve até nossos dias a felicidade de haver escapado ás interpretações theoricas; esmagado sob os Commentarios do seculo XVII, aformosentado pelas patrioticas phantasias do seculo XIX, é necessario um grande esforço para tornarmos a achar a natureza." (1873a: vi).

(96)- Nos discursos oficiais do 10 de Junho, após o 25 de Abril de 1974, é notória a preocupação com a nova imagem de Camões. Em 1977, Vergílio Ferreira lamentava que se misturasse "o nome puro do grande poeta à perturbação por que passamos" (1983: 15).

No mesmo ano, Jorge de Sena defende que o seu Camões é um "Camões subversivo e revolucionário, em tudo um homem do nosso tempo, que poderia juntar-se ao espírito da revolução de Abril de 1974" (1983: 27), em contra-ciclo com a imagem então em voga: "pensarão alguns, acreditando no que se fez do pobre Camões durante séculos, que celebrá-lo, ou meditá-lo e lê-lo, é prestar homenagem a um reaccionário horrível, um cantor de imperialismos nefandos, a um espírito preso à estreiteza mais tradicionalista da religião católica." (*id.*: 31; cf. 36-7). Deste modo, lamenta o facto de Camões "ter sido usado, manipulado e treslido", mas lembra que "o grande aproveitacionismo de Camões para oportunismos de politicagem moderna não foi iniciado pela reacção", mas "com o liberalismo romântico e com o positivismo republicano."; "E, se o Estado Novo tentou apoderar-se de Camões, devemos reconhecer que ele era o herdeiro do nacionalismo político e burguês, inventado e desenvolvido por aquele liberalismo e aquele positivismo, naquelas confusões ideológicas que os caracterizaram e de que Camões não tem culpa: tê-la-iam por exemplo dois homens que merecem o nosso respeito: Almeida Garrett e Teófilo Braga." (*id.*: 32).

Em 1978, Fernando Namora sente necessidade de afirmar igualmente o lado revolucionário de Camões: "Como acentuou António Sérgio, meu guia nesta leitura, se Camões fosse de hoje decerto se bateria por um ideal democrático" (1983: 46).

Vitorino de Magalhães Godinho, em 1979, chama a atenção para o lado crítico d' *Os Lusíadas* relativamente à expansão, fazendo de Camões um marxista retroactivo: "é, também, o rebate de consciência: até que ponto tínhamos o direito de conquistar outros povos ? Até que ponto tínhamos ou não o direito de oprimir ?" (1983: 75).

No ano seguinte, David Mourão-Ferreira exprime a sua mágoa com a ideologização camoniana no passado, que converteu "o poeta em padroeiro de requentadas 'glórias' imperiais" e mostra aversão a qualquer tentativa que faça dele "oportuno patrono de qualquer outra ideologia." (1983: 93). É, aliás, patente o seu constrangimento perante "tantas e tão diferentes imagens de Camões, sucessivamente propostas -como se apenas cada uma delas fosse a verdadeira - quer por aqueles que o estudam e comentam, quer por aqueles que o citam e recitam. É óbvio que a estes últimos só interessa *um* Camões de cada vez, *um* Camões para cada circunstância, *um* Camões ao sabor de cada conjuntura ou de cada ideologia." (*id.*: 84).

2. O discurso da história literária no ensino liceal: ao serviço da nação

"No ha dejado de ser así: un programa de estudios literarios es sustancialmente un programa de nacionalización del conocimiento." (Mainer, 1994b: 43)

Os estudos literários modernos, dominados pelo discurso da história literária, deram entrada no ensino superior e no ensino secundário sob o signo do conceito romântico de literatura nacional, articulando-se na sua génese e evolução com o conceito de identidade nacional, nos seus compromissos ideológicos com os Estados-nação modernos. A história literária contribuiu assim para a modelização da "consciência da identidade nacional" nos planos ideológico, ético, cívico e moral. Deste modo, o sistema de ensino actuou em sintonia com o processo de nacionalização da literatura e acentuou-o, operando uma "transdução literária" ("transmissão com transformação") (Dolezel) mediante o "sistema de educação literária" (Popovic) (cf. Aguiar e Silva, 1988: 331; 1990: 95).

O início da nacionalização da literatura começou por uma aproximação comparativa das literaturas clássicas e modernas, presente nas histórias da literatura dos irmãos Schlegel e de Madame de Staël, e este estudo conjunto manteve-se até finais do século XIX. Nos Estados-nação emergentes ou em vias de constituição, a valorização das línguas vernáculas e das literaturas nacionais emergiu sobretudo como um processo de emancipação face à hegemonia das culturas (língua e literatura) greco-latina e francesa. Mas, sobretudo nos países mais antigos, a construção da "literatura nacional" implicou uma "nacionalização dos clássicos". R. Escarpit regista este movimento nacionalizador na história literária francesa, com Jean François de La Harpe e Desiré Nisard, que baptizou o grande século clássico como representativo do espírito da nação (1958: 1778-9). Nisard interessava-se pelas grandes obras do ponto de vista ético, "Persuadé que les lettres doivent être un supplément de l' experience individuelle, une force active et présente, une discipline qui s' ajoute aux exemples du foyer domestique, à la religion,

aux lois de la patrie" (Moisan, 1990: 75). Por isso, procura nos grandes escritores "moins l'habilité de l'artiste, que l'autorité du juge des actions et des pensées", encarando-os "comme des maîtres aimés et obéis" (*ibid.*). Nisard usa assim a história literária com "pragmatismo moral", ao serviço da nação francesa, em busca do "espírito francês" nas obras literárias, para elucidar os "jovens espíritos" (1). Segundo Nisard, o ensino da história literária devia ter uma função cívica, moral e patriótica (2).

Como referimos (cf. I.3.4 e II.1), desde o início que a história literária está hipotecada à esfera política e a sua institucionalização no ensino liceal e superior contribuiu para a socialização da identidade nacional, modelada ideologicamente, tanto sob a fase romântica e hegeliana como sob o domínio do positivismo. É esta vinculação da história literária à problemática da identidade nacional que definia o objectivo desta disciplina ao longo do século XIX. Na transição do século XIX para o século XX, Gustave Lanson defendia a renovação científica das humanidades e a aplicação do rigor científico à história literária, mas enfatizava a sua missão formativa e nacional (cf. I.3.4).

O cosmopolitismo não é de todo incompatível com um programa nacionalizador, mas em muitos casos a dimensão universal apenas servia para realçar a importância da nação na história da civilização, como é notório no *germanismo* hegeliano ou na *civilização ocidental* de A. Comte. Teófilo Braga, nacionalista por excelência, pensa que "A Litteratura e a Arte tendem no seu desenvolvimento normal para a expressão universalista", mas ao mesmo tempo defende que "A feição nacional é tão necessaria á idealisação esthetica, como o idioma patrio para aquelle que escreve; e como cada nação só pode existir historicamente sendo orgão do progresso humano, é suggerindo esta missão, que a Litteratura e a Arte têm de ser primeiramente *nacionaes*, para na sua elevação definirem o ideal humano, e reflectirem o sentimento universalista." (1902a: V). Há, porém, nesta conjugação uma clara intenção de afirmação nacional:

"Por esta via compreendemos **a missão historica de Portugal**. Hoje completamos a nossa evolução esthetica, elaborando os themes mais suggestivos do ideal da Nacionalidade, que se identifica com **a missão universalista de Portugal** no progresso humano. E esta necessidade de dar expressão artistica consciente ao sentimento nacional, impõe-se ante a obliteração propositada d' esse sentimento que tem occasionado as crises da nossa degradação e ruina." (*id.*: VI; destaques nossos).

Em Portugal, a preocupação com a construção do Estado-nação que emerge após a revolução liberal é evidente em praticamente todos os escritores e intelectuais portugueses, e a história literária colocou-se então ao serviço da legitimação da "literatura nacional" (cf. IV.1), do mesmo modo que o discurso histórico em geral. O ensino formal e "informal" da história (comemorações, rituais colectivos, símbolos, etc.) destinava-se a fundamentar e inculcar a consciência da identidade nacional. Uma análise dos *curricula*, programas, instruções e manuais do ensino secundário desde 1895 até 1974 revela-nos um crescente acentuar do nacionalismo e do patriotismo na formação escolar, pois apostava-se na educação como factor de regeneração nacional (3). Ora, nas sucessivas reformas de ensino que se produziram em Portugal, com as suas motivações político-ideológicas, a literatura nacional, com o seu cânone literário dos grandes autores, foi um forte instrumento de socialização e formação dos jovens cidadãos segundo a imagem oficial da nação (4), servindo de elemento de justificação, v.g., da política ultramarina.

Com efeito, já nos programas do curso complementar de 1895 (sexto e sétimo anos do Liceu) se afirmava que para além de conhecer os principais factos da história da nossa literatura, o aluno também "firmará o seu sentimento moral e nacional por meio das leituras e dos commentarios respectivos." Mais ainda, considerava-se que "O estudo secundario da lingua e da literatura patria ministra os primeiros dados para a apreciação scientifica do character nacional, com seus defeitos e qualidades, apreciação que depois o alumno formulará com segurança e lhe será proveitosa na vida practica." (5). Como se sublinhará nos programas de 1905, "Não basta que o lyceu ensine, é preciso que eduque" (6). Se na prática os liceus se destinavam a uma elite, os textos legais das reformas de 1918, 1929 e 1947 explicitavam que o ensino liceal se destinava à formação de um escol que havia de ingressar no ensino superior e ocupar lugares de chefia. Assim, o sistema educativo apostava, de modo global, em ser o motor da regeneração e do progresso da nação, mediante a educação dos seu futuros dirigentes, modelados à imagem dos "grandes homens" e do Império.

É nos primeiros anos do ensino liceal que se aposta em especial na formação moral, cívica e patriótica dos alunos, nomeadamente com a fusão das disciplinas de Português e de História na disciplina de "Narrativas Históricas" (primeiro e segundo anos do curso liceal) (Portaria de 21/1/1918), centrada na biografia dos grandes homens - que em 1919 (7) se

designará Português e História-, reforçando a vertente patriótica dos objectivos, pois visa "gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho da raça" e procura a "Explicação rudimentar das transformações capitais da nossa sociedade, acentuando a acção do povo através dos seus grandes homens", manifestando uma clara concepção positivista de heroísmo. Dizia o relator da comissão de revisão do ensino secundário masculino de 1918 que "é preciso não esquecer que o ensino deve ter uma feição acentuadamente nacional, deve ter um cunho profundamente patriótico; é o ensino secundário que mais que nenhum outro pode e deve dar coesão e grandeza, e portanto solidez e elevação, à alma nacional." Cabia-lhe assim inculcar um espírito de "solidariedade nacional", começando por fazer (nas duas primeiras classes) "conhecer e admirar os grandes vultos portugueses do passado", porque é nessa idade que os alunos se identificam com os heróis, "idade heróica por excelência, a idade dos mitos e das lendas, aquela em que o espírito tem 'um grande poder de amplificação' ", devendo ministrar-se um ensino "essencialmente moral e patriótico" (8). O Português e a Literatura Portuguesa desempenharam um papel primacial neste objectivo, que, como se anuncia explicitamente nos programas de 1926, "nesta, como em nenhuma outra disciplina, deve haver, além do propósito da transmissão do saber, e da formação moral e intelectual do aluno." (9).

Através deste poder histórico e simbólico da nação, como elemento de legitimação, a história literária contribui, como "história monumental" (Nietzsche), para a mobilização das vontades, reforçando a dimensão pedagógica da *historia magistra vitae*, agora ao serviço dos projectos da nação. Ao ilustrar os grandes exemplos e as lições do passado, a história era por excelência uma disciplina de formação moral e patriótica (10).

2.1. Das humanidades clássicas ao Português: língua e história nacionais

Perante o cenário da história do ensino em Portugal, intrinsecamente conturbado por constantes alterações políticas e ideológicas ao longo do século XIX, torna-se extremamente complexa uma análise detalhada das matérias ministradas no ensino liceal (11). No entanto, é possível definir alguns marcos desse processo e traçar algumas linhas dominantes.

Assim, sem perdermos de vista o intento de analisar o discurso da história literária e a sua evolução, cremos ser indispensável enquadrá-lo em termos institucionais (concentrado numa disciplina específica ou disseminado no ensino da língua e da história), tendo em conta os objectivos que são conferidos ao seu ensino em particular, e ao ensino liceal em geral (v.g., vertente humanística vs. científica, instrução vs. educação, educação clássica vs. educação moderna), a sua organização, tanto em termos curriculares como programáticos, e difusão (manuais, controlo institucional da interpretação, reprodução de um certo capital cultural, valores ideológicos, etc.).

No historial do ensino secundário em Portugal, é possível assinalar um conflito entre orientações pedagógicas mais humanísticas ou mais científicas, decorrente dos objectivos que lhe são consignados, tanto em relação ao acesso ao ensino superior como à sua finalidade social (massificação vs. elitismo), de acordo com um conjunto de prioridades político-ideológicas, que se reflectem nos programas curriculares e nos planos de estudos (12). O preâmbulo do decreto de 22/12/1894 explicita claramente o conflito:

"O antigo e o moderno sahem á estacada. As sciencias disputam a primazia outorgada ás letras. O numero de disciplinas com pretenções á eleição recresce. Contra o saber que se diz puro pelega o saber que se chama utilitario."

Mas, em termos globais, pode afirmar-se que o objectivo principal do ensino secundário consistia na preparação para as escolas superiores (13), o que se reflectiu nas constantes pressões para facilitar a sua realização (14).

Por outro lado, sem descurar este objectivo, o ensino liceal visava a formação intelectual e moral dos alunos e a sua preparação para a vida prática, para as funções produtivas e para a integração nas carreiras técnicas, daí resultando respectivamente o privilégio concedido às humanidades ou à vertente científica. Por outro lado, é preciso ter em conta que o grau de escolarização foi, ao longo do século XIX, um forte critério de estratificação social. Se o ensino liceal definia a classe média, "Higher education, except for certain forms of strictly vocational training, clearly qualified a person for the upper middle class and other élites." (Hobsbawm, 1983: 293-4). Deste modo, na definição do ensino liceal espelhou-se um conflito ideológico entre a sociedade tradicional e o modelo social iluminístico-liberal, que depositava no ensino a função de construir a sociedade moderna e o estado democrático. Embora esta questão recubra parcialmente o "conflito das modernidades" (Calinescu, 1977), é necessário distinguir a ênfase que cada uma das orientações (humanística e científica) concede ao papel da instrução e da educação, conceitos que, apesar de articulados, não coincidem necessariamente. De qualquer modo, é com o projecto iluminista que o ensino secundário ganha uma importância decisiva, não obstante as dificuldades da sua instituição, sendo a partir daí constantes as preocupações com a sua situação de decadência, na medida que se defendia que era da sua regeneração que dependia a regeneração do país (15).

Em termos diacrónicos, cremos ser possível distinguir duas grandes fases relativamente ao ensino da história literária. Até 1880, aproximadamente, a literatura portuguesa articula-se com o ensino da Poética e da Retórica (Oratória) e insere-se num modelo de ensino que valoriza acima de tudo a formação humanística, apesar das várias tentativas de implantar um ensino de tendência mais científica (16). Nos primeiros anos do curso (dois ou três), os textos literários serviam sobretudo de base para a aprendizagem da língua, em articulação com o estudo do Latim (17) e nos anos seguintes a literatura portuguesa aparecia inserida numa disciplina denominada "Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa".

Numa segunda fase, a partir da reforma de 1880, a Literatura Portuguesa autonomiza-se, tal como em Espanha (cf. Aradra Sánchez, *in* Pozuelo Yvancos e Aradra Sánchez, 2000: 159), e à semelhança da França, que no mesmo ano institucionaliza a história da literatura francesa nos liceus, na medida em que a prova escrita do *baccalauréat* passa a ser de "composição francesa" (sobre temas de história literária), deixando de ser um discurso em Latim. Por outro lado, o ensino do Francês constituiu-se sobretudo como ensino literário (Jey, 1999: 6-7) (18).

Desde os programas de 1894/95, passa-se a dar relevo à educação moral e patriótica no ensino da literatura portuguesa, colocada assim ao serviço da construção da identidade nacional, com base em pressupostos nacionalistas, de acordo, aliás, com as tendências literárias que emergiram nas últimas décadas do século XIX, que reactualizaram um certo nacionalismo cultural da primeira geração romântica (19). A este facto não é alheia a proliferação intensa da ideia de decadência, fortemente veiculada pela Geração de 70 e acentuada depois do *Ultimatum*. Antero de Quental, n' *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, afirmava que a decadência resultou da "prostração do espírito nacional, pervertido e atrophiado por uns poucos de seculos da mais nociva educação." (1926 [1871]: 136). Daí provinha também, continua, o desprezo pelo trabalho manual:

"É fruto que colhemos d' uma educação secular de tradições guerreiras e emphaticas!

D' essa educação, que a nós mesmos démos durante tres seculos, provem todos os nossos males pesentes" (*id.*: 138).

O diagnóstico de decadência da raça, alargado ao ensino, é traçado, entre outros, por Adolfo Coelho, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins (Portugal, o "enfermo do Ocidente") e Teófilo Braga (numa primeira fase). A própria visão idealizada do espírito popular e das suas tradições acaba por se transformar numa perspectiva disfórica na viragem do século: "visto anteriormente como o guardião de tesouros sobre os quais repousaria a identidade mesma do país e a esperança da sua regeneração, o povo é agora visto como afectado ele próprio pela decadência da nação. A sua cultura deixou de ser poética e original, para ser medíocre e falha de originalidade." (Leal, 1995: 140) (20). Com o advento da República, o ensino tornou-se decisivo para os republicanos, que pretendiam reformar a mentalidade portuguesa, em particular pela

instrução e "educação republicana" (João de Barros), de modo a construir um novo modo de ser português e a aproximação à Europa (21).

Não surpreende pois que na análise dos programas e manuais do ensino secundário desde 1895 até 1936 se note um crescente acentuar do nacionalismo e do patriotismo na formação escolar (que não se extingue até 1974), pois apostava-se na educação como factor de regeneração nacional, ideia que remonta em particular à Geração de 70 e ao ideário liberal-republicano.

Aliás, os programas mais nacionalistas resultam de conjunturas políticas melindrosas e articulam-se com um movimento global de reacção às crises político-económicas e às ameaças de potências estrangeiras, como nos anos noventa, em que se conjugam o *Ultimatum*, a revolução republicana de 1891 e a crise do estado liberal e das finanças públicas, o que explica em parte as tendências nacionalistas culturais e literárias, que se prolongarão nas primeiras décadas do século XX (neogarretismo, saudosismo, renascença, integralismo). De igual modo, a Primeira Guerra Mundial e as crises da Primeira República, entre outros factores, ajudam a explicar o crescimento das tendências nacionalistas (22).

Através de um longo processo, pode observar-se a construção de planos de estudos, *curricula* e metodologias que, apesar das constantes alterações, não deixam de ter uma certa continuidade, contribuindo para a estabilização do cânone literário e das metodologias de ensino da história literária. A necessidade de um curso de literatura portuguesa e da história da literatura portuguesa, como referimos (cf. IV.1), era já formulada por Herculano em 1834. Francisco Freire de Carvalho pretendeu com as suas *Lições* (1840 e 1840a) elaborar um "*Curso completo de Principios de Litteratura Nacional*" (1840a: 6), procurando ser pioneiro neste domínio, como se vê pelo título da sua obra seguinte: *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até ao presente tempo* (1845). Afirmava aí que iniciara a sua elaboração em 1814, para fazer valer a sua prioridade em relação ao *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa* (1844), de A. C. Borges de Figueiredo, professor do Liceu Nacional de Coimbra. No entanto, como referimos, a carência de uma história da literatura portuguesa que desse conta do passado medieval e da modernidade romântica continuaria a ser reiterada durante muito tempo.

Com efeito, o estudo da literatura portuguesa subsumia-se na disciplina de "Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa", instituída em 1836, do mesmo modo que a língua portuguesa era ensinada em conjunto com o Latim, na primeira cadeira dos liceus (23). Porém, o primeiro plano de estudos daquela disciplina apareceu pela primeira vez em 1860 (24) e os primeiros programas curriculares tardaram até 1872 (25). Com a reforma de Fontes Pereira de Melo (10/4/1860), o ensino do Português ("Gramática e Língua Portuguesa") autonomiza-se (primeira cadeira), funcionando na segunda cadeira o ensino da "Gramática Latina e Latinidade". Estava assim esboçada a junção do ensino da língua e da literatura portuguesa, que se daria em 1872 na disciplina de Português. Para já, porém, encontra-se definido como tema de estudo a leitura de textos literários portugueses, embora com o intuito de estudar a língua:

1º ano - "Gramática portuguesa, Leitura e Análise Gramatical de Autores Portugueses";

2º ano - "Leitura de Prosadores e Poetas Portugueses, Análise gramatical";

3º ano - "Leitura de Prosadores e Poetas Portugueses"; "Recitação de Prosadores e Poetas Portugueses. Análise de Estilo" (26).

Por seu lado, a reforma de Anselmo Braancamp (1863) divide a antiga décima cadeira em duas: "Oratória, Poética, Análise Retórica" e "Literatura Clássica, Especialmente Portuguesa. Exercícios de Composição e Declamação Portuguesa". A primeira reforma de Rodrigues Sampaio (1872) reunifica-as na cadeira de "Português, Oratória, Poética, Literatura e Literatura Portuguesa" (no terceiro ano de Português, leccionado no sexto ano dos liceus de primeira classe).

Surge então o primeiro esboço de programa, uma vez que se trata de uma enumeração de tópicos a abordar e de uma lista de autores e textos a analisar, pela ordem contida no nome da disciplina: em primeiro lugar estudava-se Oratória, aplicando-se à análise do estilo de autores selectos portugueses; depois vinha a Poética, que contemplava a análise literária de excertos de poesia, passando-se à análise da Literatura (definição, estudos que abrange, gosto literário, crítica literária), que implicava a análise literária de autores selectos portugueses e noções gerais "da litteratura antiga, da idade media e dos tempos modernos", para se estudar de seguida a história da literatura portuguesa, de acordo com os géneros discursivos da Retórica (na prosa) e com as "escolas poéticas" (na poesia) (27) (cf. IV.3.1). Esta fixação canónica orientava a feitura de

selectas e manuais, que, à falta de programas detalhados, serviam de guias programáticos, cabendo ao conselho dos liceus a sua aprovação (28).

Os programas de 1872 contemplam para os primeiro e segundo anos de Português o estudo da gramática, com a exposição e análise de trechos selectos, nomeadamente de poesia, para o estudo da metrificacão, pelo que dão continuidade ao plano de estudos da reforma de Fontes Pereira de Melo (1860), mantendo-se esta orientacão nos programas 1880 e 1888, no âmbito das reformas de Luciano de Castro (29).

Com a progressiva separacão entre o ensino da gramática portuguesa e o ensino da gramática latina, e entre o estudo da Oratória/Poética e o estudo da literatura, estava preparado o caminho para a autonomizacão da literatura portuguesa em relacão à tutela clássica. Na primeira reforma de Luciano de Castro (1880) aparece pela primeira vez a cadeira de "Literatura Nacional", no quinto e no sexto anos, tanto no curso de letras como no de ciências (divisão que surge pela primeira vez), e em ambos com a mesma carga horária. Em última instância, cremos que para esta autonomizacão contribuiu de modo significativo o Curso Superior de Letras, instituído por D. Pedro V em carta de lei de 8/6/1858, e em que existiam em separado as cadeiras de Literatura Antiga e de "Literatura Moderna, especialmente a Portuguesa" (30). Não obstante esta divisão, só em 1901 é que foi instituída no Curso Superior de Letras a disciplina de "Literatura Nacional e suas origens", no âmbito da reforma de Jaime Moniz (cf. Aguilar, 1939: 112), muito provavelmente porque o Curso passava a conferir habilitacão para leccionar no ensino liceal. Desde então, a articulacão disciplinar entre os dois níveis de ensino acentuou-se (31).

Doravante, desde 1880, e em períodos alternados, a literatura aparece associada ao estudo da língua portuguesa, até à designacão definitiva da disciplina de Português, sendo normalmente dada prioridade à língua (através dos textos literários) nos primeiros anos e à literatura nos anos complementares (o actual ensino secundário) (32), o que se pode comprovar pelo quadro de equivalências que estabelece o regulamento da reforma de 1888 (artº 11º) (33).

Por outro lado, como referimos atrás, desde a reforma de 1894/95, o ensino liceal ganha um cariz formativo-nacionalista, que se exacerbou na reforma de Sidónio Pais (1918) e na reforma de 1936. A reforma de 1894/95, sem abandonar a tradição humanística anterior, atribui uma dimensão ideológica explícita aos programas e dá início à associação do ensino do Português e da História nos primeiros anos do curso liceal. A história de Portugal passa a ser ensinada nos dois primeiros anos através dos textos literários que focavam os momentos gloriosos da nação e os seus heróis.

A partir da reforma de Jaime Moniz e João Franco (1894/95), de tendência humanística, que muitos autores consideram a melhor reforma do século XIX (34), enfatiza-se, e até 1974, a parte formativa (moral, patriótica, nacionalista) do ensino secundário. No entanto, ela confere primazia ao Latim, vindo a seguir a "Língua e Literatura Portuguesa", porque, como se diz no relatório da reforma de 22/12/1894, "a alma portuguesa é um pedaço da alma latina", o que se repetirá em programas seguintes (35). O alcance desta orientação era tanto maior quanto obrigava a cumprir um plano de estudos estruturado horizontal e verticalmente (36).

Esta orientação humanístico-moral e nacionalista-patriótica (épico-colonial) teve profundas implicações na elaboração dos manuais e na interpretação dos textos e dos autores canónicos. De modo global, podemos distinguir a sua incidência na selecção de autores (cânone), de textos (selectividade antológica) e das obras (selectividade canónica), que, a par dos mecanismos de omissão e de cortes textuais, se articularam com um processo revisionista da história literária e da memória histórica nacional, como se verificou em relação à Geração de 70 (cf. L. Andrade, 1996). Este conjunto de processos visava a construção de uma visão positiva do passado e a produção de uma contra-memória da ideologia decadentista que marcou o século XIX. Envolveu por isso uma alteração dos *curricula*, dos programas e reflectiu-se no reforço dos mecanismos de controlo dos manuais. Como os programas eram genéricos e só foram instituídos como tais no último quartel do século XIX, os manuais eram uma peça central no ensino/aprendizagem. Daí a necessidade de controlar os seus conteúdos e as suas mensagens, mediante a sua autorização (concurso e comissões de avaliação, bem como o próprio mecanismo de controlo dessas comissões), até se chegar ao livro único, que tornou "monológico" e oficial o

discurso da história. Assim, os manuais escolares transmitem um dado "capital cultural" (ideológico-cultural) dos detentores do "poder simbólico", com o intuito de produzir a sua socialização e uniformização em termos nacionais (37). Como observa A Choppin, a construção dos manuais é essencialmente **selectiva** (escolhe, omite e organiza):

"le choix de la langue (...) et du style (les *bons* auteurs), la sélection des sujets et des textes, l'organisation et la hiérarchisation des connaissances obéissent à des objectifs politiques, moraux, religieux, esthétiques, idéologiques, le plus souvent implicites." (1992: 164) (38).

A par dos mecanismos de controlo desta memória institucional, outras medidas visarão reforçá-la nos livros de leitura de Português, como a inclusão obrigatória de frases de personagens famosas, de forte incidência ideológica (39). Por outro lado, o desejo de transformar a mensagem ideológica transmitida pelos manuais de Português numa mensagem atractiva conduziu ao uso de textos literários, para suscitar um forte apelo estético e imaginativo, como se verificou em particular nos primeiros anos do curso liceal (40). Aliás, como sublinha Aguiar e Silva, "O texto literário -mais propriamente, o texto poético- desempenhou, ao longo de toda a história do Ocidente, um papel preeminente na formação escolar, educativa e cultural dos jovens" (1998/99a: 23).

Este papel formativo, numa dimensão religiosa e moral, é com frequência destacado pelos autores de antologias e selectas literárias. Joaquim Carreira de Mello, nas suas *Lições Portuguezas de Litteratura e de Moral*, enfatiza esse papel formativo:

"É certo que todos os livros, maximamente como este, pela sua especial applicação, devem ter um fim moral; nós teremos bastante cuidado na escolha dos trechos, que entrem na sua composição.

A poesia, que não nos trazer reflexões moraes, não será a da nossa escolha, e procuraremos, quanto possivel seja, aproveitar aquella, que nos estabelecer argumentos sensiveis, as verdades da Religião, e contemplos da existencia de Deus." (1861a: VI-VII).

Na sua *Selecta Portugueza: Extrahida dos Melhores Classicos Antigos e Modernos*, o Padre José de Sousa Amado foca idêntico propósito:

"se tivemos em vista a boa linguagem, como objecto principal, não perdemos de ponto a sã doutrina religiosa e moral, que nos auctores de que a extractamos se encontra tão bem determinada." (1869: XI)

Por sua vez, A. C. Borges de Figueiredo, nos *Logares Selectos dos Classicos Portuguezes*, uma das antologias de maior êxito editorial ao longo do século XIX, salientava na décima quarta edição que recorreu aos trechos dos clássicos e modernos "que por mais accommodados tive á cultura, assim intelectual e moral como civil e politica, dos mancebos." (1876: VI).

Tomás de Carvalho, no elogioso "Juizo Critico ácerca da Selecta Nacional de Litteratura", de F. Caldas Aulete, inserido na quarta edição da obra, louvava o "pensamento de moralidade que presidiu a toda a selecção" (1881: VII), destacando que o antologista "não ha de simplesmente ser um jardineiro, mas um botanico. Cumpre-lhe não confundir as especies, para tecer o seu florilegio", e não não incutir "erros de sciencia difficeis de extirpar e esquecer posteriormente, nem erros de moral que lhes pervertam e corrompam o coração. O governo facultando ao povo os meios de se instruir, não pretende sómente abrir-lhe e ornar-lhe a intelligencia, mas ensinal-o a respeitar e venerar as leis divinas e humanas." (*id.*: III).

Por sua vez, Luiz Filippe Leite e Bernardo de Sá, no prólogo da *Selecta Portugueza*, declaram que à sua elaboração presidiu o pensamento "de que se deveriam evitar cuidadosamente as fantasias poeticas improprias da idade em que os alumnos frequentam estas aulas." (1888: VII).

Para além da fixação dos programas, o "controlo institucional da interpretação" (Kermode, 1983) é reforçado através das instruções e observações para a sua execução (com medidas disciplinares para quem não cumprisse), e mediante os mecanismos de aprovação dos manuais. A reforma de João Franco/Jaime Moniz institui, assim, o regime de livro único, a ser aprovado por uma comissão nomeada pelo governo (41). A importância que é concedida à disciplina de "Língua e Literatura Portuguesa" é reforçada nas *Observações* ao programa da disciplina, que surgem pela primeira vez (42). O estético é posto ao serviço do ético, o que parece óbvio e natural ao redactor das *Observações*: "Os sentimentos estheticos, pela sua afinidade com os sentimentos moraes, desenvolvem-se concomitantemente com estes no estudo

das letras", havendo na nossa literatura "materia bastante para se exercitarem, firmarem e alargarem os variados sentimentos de ordem moral". Aliás, afirma-se que a finalidade deste estudo nos três primeiros anos do curso liceal é a "Instrução moral derivada dos textos." Nos programas do curso complementar (sexto e sétimo anos) declara-se que para além de conhecer os principais factos da história da nossa literatura, o aluno também "firmará o seu sentimento moral e nacional por meio das leituras e dos commentarios respectivos." Obteria assim "os primeiros dados para a apreciação scientifica do character nacional".

É também em 1895 que começa a tendência para associar, nos primeiros anos, o Português e a História de Portugal, sobretudo na sua dimensão épica, o que aparece ainda mais explícito nos programas de 1905. No primeiro ano são recomendadas leituras de "Poesias (narrativas e lyricas) e trechos de prosa muito simples (fabulas, contos tradicionais, narrações da historia real e lendaria da patria, noticias de homens notaveis, algumas lendas da antiguidade classica, ligadas às origens peninsulares)". No segundo ano estudar-se-iam trechos análogos e "Lendas dos períodos visigótico e arabe. Descrições muito simples, particularmente geographicas (de Portugal e suas colónias) e de história natural, em relação com os programmas respectivos. Exemplos da poesia epica tradicional portugueza (romanceiro)". No terceiro ano recomendam-se trechos análogos aos dos dois primeiros anos (43). Neste contexto, *Os Lusíadas* aparecem naturalmente como "a mais perfeita escola de patriotismo em que póde iniciar-se a mocidade portugueza", cabendo-lhe a primazia no quarto e quinto anos, com a recomendação de que se façam "as omissões convenientes." (44).

Acresce que os alunos eram obrigados a reproduzir oralmente os textos de pendor nacionalista que liam ou que lhes eram lidos, e nas cinco primeiras classes deviam fazer "reproducções por escripto e só com os dados de memoria." As *Observações* privilegiam nos primeiros cinco anos, para além do lado moral, o "incentivo ao gosto pela litteratura e pelo desenvolvimento do sentimento nacional." Não surpreende, por isso, que comece em 1895 a tendência para associar o ensino do Português ao ensino da História de Portugal. Os temas históricos ensinam-se através dos trechos literários (45). Daí o lugar cimeiro atribuído ao Português, pelo efeito que se pensava que tinha no espírito dos jovens:

"O ensino da língua nacional ocupa um dos primeiros lugares no plano dos lyceus, não só pela sua importancia immediata e pratica, mas ainda pela grande influencia que exerce no desenvolvimento do espirito, quando methodicamente dirigido."

Em 1918 oficializa-se esta fusão das disciplinas de Português e História nos dois primeiros anos do ensino liceal, que teve a sua versão definitiva em 1968, com a instituição do Ciclo Preparatório, razão pela qual as duas disciplinas pertencem, no segundo ciclo, ao mesmo grupo disciplinar (46). No entanto, em 1918, no terceiro ano, na disciplina de Português continua a recomendar-se que se analisem textos análogos aos dos dois primeiros anos (47). Este reconhecimento da importância do Português na formação moral e nacionalista é vem vincado através de uma expressão que se reiterará nos textos de outras reformas:

"Não esquecerá o professor que é a aula de Português uma das aulas do liceu em que melhor se pode desenvolver o sentimento nacional e a formação moral do aluno"; "salientou-se sempre o aspecto formativo das disciplinas adequando-se-lhe sempre os programas como instrumento capital do ensino."; [desenvolvimento] "do sentimento estético do aluno, da sua actividade moral; o avigoramento do sentimento nacional." (48)

Deste modo, o cânone literário para esta disciplina "mista" tem como critério primacial a dimensão ética, o que não impede que se tente a sua conciliação com o valor estético, *v.g.*, em autores como Júlio Dinis, Garrett, Herculano e Trindade Coelho (49).

A orientação formativa e nacionalista da reforma de Sidónio Pais/Alfredo de Magalhães funde a educação clássica tradicional com a visão enciclopédica do positivismo, embora em termos curriculares predominem as letras (50). Os problemas da instrução e educação pública são aqui vistos como uma das necessidades nacionais de "mais determinante influência, porque visam a produzir uma profunda transformação do espírito nacional" (51). No preâmbulo, definem-se como fins da instrução secundária os de "ministrar os elementos de uma cultura geral e habilitar para os estudos superiores, promovendo para isso a aquisição de um determinado conjunto de conhecimentos, o progressivo desenvolvimento intelectual do espírito, o desenvolvimento normal do corpo e a educação do sentimento e da vontade." De notar ainda a concepção elitista que aqui se tem do ensino secundário, que se destina "à formação de um escol

que deve ter, directa ou indirectamente, uma influência preponderante na marcha dos negócios públicos". No decreto que estabelece os programas também se afirma algo similar:

"um dos principais objectivos do ensino secundário que é não só seleccionar e formar homens de enérgico carácter e viva inteligência, mas também adequá-los a determinada sociedade, em que vão colaborar, ou seja, neste caso, tornar consciente e diferencial a qualidade de português."

Trata-se, em suma, de formar uma elite imbuída de um certo espírito nacionalista, o que se atingiria privilegiando-se a História de Portugal, a língua e literatura portuguesas e a Geografia da metrópole e das colónias (52).

Neste sentido, compreende-se a criação da disciplina de "Narrativas Históricas" (denominada "Português e História" em 1919), centrada na biografia dos grandes homens, reforçando a vertente patriótica dos objectivos, pois esta disciplina visava "gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho da raça", mediante a "Explicação rudimentar das transformações capitais da nossa sociedade, acentuando a acção do povo através dos seus grandes homens." (53). Mas a reforma de Sidónio Pais atribui a todos os professores a tarefa de ministrar a instrução cívica (sentimento patriótico). O próprio canto coral, introduzido pela primeira vez, tal como os trabalhos manuais, como é dito programa, "não deverá deixar de ter uma feição nacionalista." (54). Apesar de esta reforma não ter tido aplicação prática, pois Sidónio foi assassinado em Dezembro de 1918, ela viria a ter uma grande influência. Desde 1918 que os primeiros anos do ensino liceal mantiveram esta orientação (55), que já vem de 1895 e se mantém nos programas do Ciclo Preparatório (56).

No preâmbulo dos novos programas do curso complementar de 1929 (57) reafirmava-se o papel formativo do ensino liceal: "Dos liceus sai a maior parte dos indivíduos que hão-de constituir mais tarde o escol nacional." (58). Daí a necessidade de desenvolver faculdades "que leve[m] à formação do homem verdadeiramente digno dêste nome, do homem de vontade disciplinada e forte, habituado a procurar e amar a verdade e a sentir o que é grande e belo." Para isso, promover-se-ão "e de forma acentuada, interêsses morais, estéticos e sociais", preparando-se

os alunos "para virem a ser cidadãos úteis à Pátria, elementos de vida e de progresso, e não corpos inertes ou agentes de dissolução":

"Sem esquecer o desiderato da amizade e mútua cooperação dos povos, deve predominar, na efectivação deste programa, a ideia de garantir e realizar uma educação nacional."

"Na parte lingüística do ensino secundário ocupa evidentemente lugar primacial a língua pátria: o centro da cultura lingüística, e até certo ponto de toda a cultura liceal, deve ser o estudo da língua materna (59).

É indispensável que o aluno compreenda bem a importância que para a vida, para a grandeza e para a independência nacional tem a sua língua; é preciso que a respeite como enorme força moral da sua Pátria, que a venere como depósito da cultura do seu País, que a ame como guarda das tradições da sua terra; é necessário que êle se convença de que tem obrigação estrita de velar pela sua pureza, e que por isso precisa de bem a estudar, precisa de bem a conhecer.

Não é só dever de estudante; é dever de patriota." (60).

Com a reforma de Carneiro Pacheco (1936) (61), que dá prioridade à missão educativa do ensino liceal, atribui-se explicitamente a doutrinação nacionalista e corporativista ao Português, à História, à Educação Moral e Cívica e à Organização Política e Administrativa da Nação (62). No preâmbulo do Decreto-Lei nº 27 084 diz-se claramente que o ensino liceal tenderá à formação da "mentalidade corporativa em que há-de desenvolver-se a actividade dos portugueses", pondo-se assim o ensino, "orgânicamente, ao serviço da unidade moral da Nação", para "valorizar a sua grande missão educadora". Deste modo, dá-se um valor primordial ao ensino liceal "na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição" (artº 1).

O decreto de 1948, que institui novos programas (63), mantém a articulação entre a língua, a literatura e a história nos dois primeiros anos. Os textos a estudar deviam ensinar a amar a terra no que tinha de vivo, pitoresco, belo, tradicional, folclórico, historicamente pessoal e humanamente valioso, afeiçoando a alma a exemplos de virtude, dedicação e heroísmo, à corografia e ao folclore, aos sentimentos nacionais e à história pátria, contendo estímulos para uma reflexão e "formação nacionalista". Devia ainda formar as bases "de uma consciência imperial", que a população semiculta ainda não tinha. Escolher-se-iam assim trechos históricos aptos a definir um povo ou uma época e "a evolução histórica do nosso agregado nacional".

Recomenda-se ao professor que, na sua resenha histórica, forneça uma visão positiva da história nacional:

"abster-se-á de pormenores ou de juízos criadores de um pessimismo derrotista esforçando-se por enraizar nos alunos a convicção de que as nossas comprovadas virtudes explicam o engrandecimento cada vez maior."

2.2. A história da literatura nos Liceus

Como referimos, os primeiros programas do ensino liceal datam de 1872, e aí aparece a Literatura Portuguesa como uma parte da cadeira de "Oratoria, Poetica e Litteratura Classica principalmente Portugueza", leccionada durante o último ano do curso. Recomenda-se em particular a análise de autores selectos portugueses. Este facto mostra que a literatura portuguesa tinha já uma grande importância, mesmo quando leccionada numa disciplina de pendor clássico. Aliás, os textos literários eram utilizados nos primeiros anos do ensino da língua portuguesa, como se observa no plano de estudos de 1860, mediante a análise gramatical e estilística de "poetas e prosadores" portugueses.

Este facto não se altera com a articulação (desde 1895) do Português com a História, passando os textos literários a desempenhar a função de incrementar o patriotismo nos jovens estudantes. Assim, se nos primeiros dois anos do ensino liceal os textos literários eram postos ao serviço do ensino da língua e da história portuguesas, fazendo lembrar a definição de literatura portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (cf. I.3.1), nos anos seguintes (do terceiro ao quinto ano), desde 1872 até 1894/95, estudava-se o Latim e não o Português. A reforma de 1894/95 instituiu a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa em todo o curso liceal (do primeiro ao sétimo ano, o que sucede pela primeira vez). Por esta razão, os textos literários passam a ser estudados em todo o curso geral (os primeiros cinco anos do curso liceal). Em 1905, as próprias noções de história literária aparecem mais cedo, na quarta classe (o quarto ano), e a sua articulação com a história de Portugal prolonga-se até à quinta classe (o quinto ano): "Noções

de historia litteraria baseadas na leitura e ligadas com a historia nacional." Nestes dois anos apenas aparece uma lista de autores, numa sequênciã que traduz claramente o seu agrupamento por épocas, apesar de estas não serem enunciadas. Aliás, nos programas de 1918, 1919 e 1926 mantém-se uma lista, com sucessivas alterações, de autores e obras recomendadas para leitura e análise (64).

Quanto à história literária propriamente dita, ela é estudada de forma concêntrica num ou dois anos do curso complementar, numa sequênciã diacrónica, com um programa próprio desde 1872, ano em que a antiga décima cadeira já se denomina "Português, Oratória, Poética, Literatura e Literatura Portuguesa", correspondendo ao terceiro ano de Português (leccionado no sexto ano dos liceus de primeira classe e no quarto ano dos de segunda classe). O estudo da literatura implicava a análise literária de autores selectos portugueses e noções gerais "da litteratura antiga, da idade media e dos tempos modernos." Na Literatura portuguesa estudam-se as origens da língua e analisa-se a literatura do ponto de vista da linguagem: "Analyse critica da pureza e elegancias da linguagem portuguesa, nos auctores dos seguintes seculos". Se esta perspectiva mostra uma forte influência do estudo da Retórica, como se vê pela diferenciação dos prosadores segundo os vários géneros de discurso (familiar, epistolar, narrativo, descritivo, didáctico e oratório), esse estudo é distribuído num quadro típico de uma história da literatura portuguesa que muito deve a Teófilo Braga (e a Costa e Silva), com uma distribuição por géneros em relação à prosa e por escolas em relação à poesia:

Poesia (escola dos trovadores, escola clássica-italiana, escola espanhola ou gongórica, escola clássico-francesa e escola romântica); **Eloquência** sacra (no período gongórico e desde o período arcaico) e parlamentar (desde 1821);

Historiografia (destaques nossos).

Na lista de prosadores para texto das lições enunciam-se as obras a analisar, vindo de seguida a lista de poetas a estudar.

O *Manual* de Teófilo Braga de 1875, aprovado pela junta consultiva da instrução pública para os cursos do terceiro ano de Português dos Liceus, por despacho de 28/4/1875, mostra-se

crítico do programa estabelecido em 1872, embora tenha sido escrito, segundo o autor, para satisfazer "as necessidades do ensino nas aulas de 'Oratoria, Poetica e Litteratura', aonde a historia da litteratura nacional está reduzida á relação de alguns nomes de escriptores." (1875: VI). Importava, por isso, introduzir a história literária segundo uma perspectiva moderna e nacional:

"A reforma do ensino da Litteratura devia partir da conclusão a que chegou a sciencia moderna: que o estudo das creações intellectuaes não se póde fazer em abstracto; é necessario nunca abandonar a communicação directa com os monumentos, explicando-os e apreciando-os pelas suas relações historicas com o meio e circumstancias em que foram produzidos."; "Na instrucção de um paiz deve entrar com toda a sua importancia um elemento *nacional*; no ensino fundado nas ôcas abstracções nunca esse sentimento se desperta; pelo desenvolvimento historico, mostrando como se chegou á unidade systematica de qualquer sciencia, é que se póde imprimir uma direcção justa e um vivo interesse nos espiritos que desabrocham." (*id.*: VI-VII).

Numa segunda fase, em 1880, o estudo da Literatura Portuguesa autonomiza-se e, sob a égide do trabalho teofiliano, mantém um currículo relativamente estável até meados do século XX (65). O programa de "Literatura Nacional" (66) é uma espécie de resumo do de 1872, com pequenas alterações. Acrescenta-se, nomeadamente, a tripartição genológica em relação à arte poética, que se aplica à *escola clássico-italiana*, onde se recomenda o estudo dos poetas épicos, líricos, dramáticos e dos novelistas. A *escola dos trovadores* passa agora a chamar-se *escola provençal* e a *escola espanhola ou gongórica* recebe a designação de *escola clássico-espanhola*. O programa de 1872 referia-se aos caracteres de cada escola, e na *espanhola ou gongórica* aos caracteres e defeitos, o que se mantém em 1880, apesar da alteração do nome. Outra curiosa novidade de 1880 é a referência à vida e obra dos escritores das várias escolas (em 1872 só se recomendava a análise das obras mais notáveis de cada um) e a introdução de dois temas que denotam um aprofundar da vertente histórica e comparativa:

-"crítica histórica" e "Historia da litteratura: noções de litteratura oriental, grega e latina", noções dos ciclos literários da Idade Média e das literaturas modernas (espanhola, francesa, inglesa, alemã e italiana) nas suas relações com a portuguesa (67).

Na parte correspondente à história da língua (no âmbito da filologia e das línguas românicas), manda exemplificar a sua evolução através de textos das épocas literárias correspondentes.

Adolfo Coelho, no prefácio ao seu *Curso de Litteratura Nacional*, mostra-se crítico do programa e da sua aplicação, considerando que o programa vigente exigia um livro cujo modelo não se achava em parte nenhuma: "pede-se aos estudantes muito e muito pouco ao mesmo tempo; muito em extensão e muito pouco ou nada em profundidade." (1881: VI). Até à última reforma do secundário, afirma, "o ensino da historia da litteratura nos lyceus reduzia-se a algumas generalidades banaes e a um catalogo de nomes mal decorados e em grande parte mal pronunciados de escriptores gregos, latinos e portuguezes e de suas obras." (*ibid.*); "mais de uma vez declarámos que o ensino da litteratura como estava organizado não só era inutil, mas era até em extremo nocivo." (*id.*: VI-VII).

Embora sem se referir explicitamente ao programa, Teófilo Braga, no prólogo ao seu *Curso de Literatura Portuguesa* (1885), mostrava uma forte insatisfação em relação à prática pedagógica, assente na memorização. Era o que explicava, a seu ver, o fracasso editorial do seu *Manual* de 1875:

"A nossa tentativa falhou. Apesar de vir recommendado pela approvação da Junta Consultiva de Intrucção publica (...) a maioria dos professores recusou-se a acceital-o para texto das suas licções; porque, como nos escreveu o editor: '*acharam-no sempre grande, e que por este motivo deixavam de o adoptar.*' "; "Isto explica-se; a instrucção publica em Portugal faz-se á custa do emprego exclusivo da memoria segundo a tradição pedagogica dos jesuitas, e por isso o professor quer um texto dogmatico, paragraphado, em fórmula de definições e de enumerações cathegoricas, de modo que em interrogações premtorias avalie do estudo do alumno." (1885: 5-6).

Os programas de 1888 pouco alteram em relação ao de 1880 (68), mas no sexto ano a história da literatura aparece como matéria autonomizada, ao recomendar-se uma "sucinta notícia da história litteraria portugueza e lição dos mais insignes escriptores portuguezes" (69). Esta tendência aparece consagrada nos programas de 1895, em que se dá destaque à literatura medieval (70). O aluno deve, afirma-se, ter "conhecimento dos principaes factos da historia da nossa litteratura estudados em producções typicas". Contudo, o propósito nacionalista não deixa de estar presente: o aluno "firmará o seu sentimento moral e nacional por meio das leituras e dos

commentarios respectivos." Este tipo de formação, como observámos, era extensivo a todo o curso liceal e a todas as disciplinas.

No que toca à história da literatura portuguesa, ela aparece distribuída pela sexta e sétima classes (sexto e sétimo anos), segundo o método regressivo, embora já na quinta classe (quinto ano) se recomende a "Classificação elementar dos generos litterarios", que estruturam a história literária deste programa, uma vez que desaparece a antiga organização por "escolas". Deste modo, embora a orientação cronológica seja respeitada, ela é regressiva no teatro, o único "género" que é leccionado nos dois anos, e só no sétimo ano se estudam textos medievais. É neste último ano que se preconiza um "Lance de olhos comprehensivo sobre os generos litterarios e a historia da litteratura portugueza, baseado nos factos que a leitura fez conhecer, completado com algumas noções ácerca da influencia das litteraturas estrangeiras, sem listas de auctores d' estas litteraturas, e restricto quanto á designação dos escriptores portuguezes com as respectivas indicações biographicas, aos que forem sufficientemente representados na leitura." Aliás, neste ano, aconselham-se, como exercícios, "Exposições oraes sobre a vida e obras dos auctores lidos". No sexto ano dever-se-ia estudar a poesia lírica do século XVI até ao presente (de Bernardim até Castilho) (mediante uma selecção), o *Hissope*, o teatro de Garrett, a epistolografia e a novelística (v.g. Lendas e Narrativas). Para o sétimo ano reserva-se o estudo do teatro clássico e de Gil Vicente, a oratória (Vieira, Garção, a oratória parlamentar), a história e a literatura de viagens. Para além dos resumos do *Amadis* e da *Demanda do Santo Graal*, aconselha-se o estudo de uma breve colecção de trechos da literatura portugueza até 1520.

Este programa oferece ainda indicações importantes em termos metodológicos, privilegiando a análise dos textos e o "methodo inductivo ou heuristico", razão pela qual se aconselha que as noções de gramática, de poética, de estilística e de história literária sejam deduzidas da leitura e que os manuais de leitura integrem essas noções através de introduções, notas, breves notícias (antepostas aos textos) e apêndices. Aquilo que também noutros programas se denomina "Explicação verbal e real dos textos lidos" compreende uma análise gramatical e lógico-semântica das partes e do todo (a lembrar o círculo hermenêutico), bem como anotações estilísticas (figuras), derivadas ainda da retórica, agora simplificada, como se pode ver nas

instruções para a quarta classe (quarto ano): "Observações estylisticas simples, fugindo do emprego dos termos technicos da velha rhetorica, que serão substituidos por expressões da lingua corrente, com excepção dos usados com muita frequencia." Por outro lado, especifica, em relação ao sexto ano, aquilo que se entendia pela noção de "análise literária":

"analyse propriamente litteraria, isto é, o estudo das particularidades estylisticas e logicas; do plano: (disposição), idéa fundamental, intenção, desenvolvimento, sentimentos expressos, personagens, características, episodios, digressões, correlações historicas e biographicas, comparações de passos, textos, obras completas, acções, descrições, typos (heroes); no drama em especial: composição, pensamento fundamental, caracteristica das pessoas; exposição, ascensão, episodios, conflicto, peripecia, catastrophe."

Os programas de 1905 (71) têm menos instruções nacionalistas e patrióticas do que os de 1895, mas é algo parecido, pelo que se pode concluir que as tendências interpretativas anteriores se mantiveram. Nas três primeiras classes diz-se que os trechos selectos deviam ser extraídos das obras-primas dos escritores portugueses que ilustraram a história e a vertente épica da pátria, tendência que vem de 1895. Mas as noções de história literária aparecem agora mais cedo, na quarta classe e a sua articulação com a história prolonga-se na quinta classe: "Noções de historia litteraria baseadas na leitura e ligadas com a historia nacional."

Nestas duas classes (o segundo ciclo desta reforma), acaba por se ministrar a história da literatura portuguesa. Na quinta classe, para além da mencionada ligação à história, os alunos deveriam ficar com "Vistas de conjunto sobre cada uma das epocas literarias, e demonstração á face dos textos." Aliás, solicita-se que os trechos sejam sobretudo seleccionados a partir do século XVI "e distribuídos de modo que o character de cada escritor e o espirito geral de cada epoca ressaltem naturalmente da leitura e possam radicar-se no espirito dos alumnos por meio das necessarias explicações do professor", seguindo-se uma lista canónica de autores a estudar. No Curso Complementar de Letras, a história da literatura portuguesa distribui-se, numa ordem cronológica, pelas sexta (até ao século XVII) e sétima classes (desde o século XVIII), com o objectivo de estudar a "historia das literaturas antiga, medieval e moderna nas mais notaveis relações com a portuguesa". Na sétima classe há uma aproximação à contemporaneidade, uma vez que se deveria falar do "Estado actual e tendencias da moderna literatura." Em suma, trata-se

de um resumo de ideias que já vêm dos programas de 1872, embora com uma especificação própria e em que se nota a crescente importância do discurso da história literária.

Os programas seguintes mantêm esta estruturação cronológica e a comparação com as histórias das literaturas estrangeiras. No entanto, os programas de 1918 (72) reforçam a importância do Português e da Literatura portuguesa no curso complementar, para a "formação moral e intelectual do aluno" (73). Entre 1918 e 1930 não se produziram alterações significativas no que toca aos conteúdos programáticos e aos objectivos desta disciplina em relação ao Curso Complementar, apesar de se terem efectuado algumas mudanças no plano de estudos (74). Os programas de 1931 (8/10/1831) trazem algumas alterações de conteúdos, mas não de objectivos. No entanto, é até então o mais detalhado em relação aos cursos complementares, em que os programas de Língua e Literatura Portuguesa eram muito sucintos (75). Aparece-nos agora a divisão da história da literatura portuguesa em grandes épocas (medieval, clássica e romântica) e a valorização do estudo das personalidades literárias, em particular dos autores susceptíveis de serem estudados numa perspectiva nacionalista, como D. Duarte, D. Pedro, Camões, Garrett e Herculano. É segundo essa perspectiva biográfica e nacionalista que se estudam a biografia de Camões e *Os Lusíadas*, com o seu "significado nacional", as biografias resumidas de Garrett e Herculano (salientando o seu contacto com o estrangeiro).

Os programas de Literatura promulgados durante o Estado Novo (1931, 1934, 1935, 1936) permanecem praticamente idênticos de 1931 a 1936, não obstante este último ser o que apresenta maior pendor nacionalista (e corporativista), dando continuidade aos de 1895 e de 1918 (76).

Em 1936 o estudo da literatura divide-se entre o sexto e o sétimo anos e segue a divisão em três grandes épocas, tendo em conta os elementos nacionais e as influências estrangeiras: medieval (XII-XV), clássica (dividida em três períodos) e romântica. Em termos periodológicos, mantém-se a ideia de que a decadência da poesia lírica se deu com o "gongorismo", que acarretou a "afecção do estilo" (cf. V.5).

Apesar de à selecção dos autores e dos textos presidir um critério histórico-moral, dando-se relevo à história nacional, recomenda-se, nas *Observações*, que se dê importância ao critério

estético, de modo a fazer ver a "evolução da nossa arte literária, na expressão e nas ideias", o valor dos autores e das obras, "a partir dos primeiros rebates de consciência integral da nação, no século XV." Ao mesmo tempo, porém, sublinha-se que nunca se pode perder de vista o intuito moral, pelo que os textos com matérias que pudessem desenvolver nos alunos tendências prejudiciais deveriam ser omitidos, ou "sofrerão os necessários cortes." Em última instância, porém, os objectivos fundamentais da disciplina de Português eram a aquisição da língua materna e, como se reiterará em 1948 e em 1954, "Promover a ilustração do espírito e também a educação cívica dos alunos, por meio da exposição metódica da história da literatura portuguesa, à luz de numerosos documentos que permitam acompanhar a evolução dos sentimentos, das ideias e da arte, bem como da linguagem, numa síntese da vida mental da Nação."

No sétimo ano notam-se duas inovações significativas que reforçam esta vertente nacionalista. Por um lado, Gil Vicente é apresentado, em conjunto com Camões, como intérprete privilegiado "de uma época da vida da Nação". Por isso, deveriam ser conhecidos os seus textos mais representativos da sua "acção nacionalista" e do "zelo apostólico". Quanto a Eça e a Antero, se em 1934 se recomendavam leituras abundantes e largamente comentadas de ambos ("objectivos e valor estético da sua obra.") (77), agora só se aconselha, nas *Observações*, a leitura de Eça nas férias (*A Cidade e as Serras* e leituras seleccionadas dos outros romances pelo professor), "de modo a que se evite o escolho de abafar sob o interesse forte de mórbidas emoções a disposição para a actividade crítica de análise". No que se refere a Antero, as leituras são limitadas a alguns sonetos e o estudo do autor reduzido "a uma ideia, embora imprecisa, da tormentosa vida mental do poeta e do significado da sua arte."

Em termos da história literária propriamente dita, o programa de 1948 (78) (o de 1954 nada altera) é o mais inovador desde 1872 e deixa-nos já não muito distantes de uma história da literatura actual. No entanto, paradoxalmente, afirma-se que "as noções de história literária estão excluídas deste programa", que devia servir para dar uma ideia da formação e evolução das diversas correntes literárias e da feição das personalidades mais definidas.

Em relação à época clássica, confere (no sexto ano) pela primeira vez grande importância ao misticismo de Frei Agostinho da Cruz e aos estudos humanísticos (Heitor Pinto e Amador

Arrais, Samuel Usque, mística de Frei Tomé de Jesus, *Clarimundo*), e procura destrinçar os elementos medievais e clássicos em Sá de Miranda, Gil Vicente e Camões (no sétimo ano).

Relativamente ao segundo período da época clássica, introduz o conceito periodológico de barroco (sem conotações pejorativas) no sétimo ano, uma vez que no sexto ainda se faz referência ao "gongorismo" na lírica, na mística e na prosa (cultismo e conceptismo). O barroco é mencionado como um fenómeno generalizado na história da arte e enfatiza-se "O valor estético e os resultados positivos do estilo afectado."

Quanto ao terceiro período, notam-se pela primeira vez nos programas oficiais as noções de neoclassicismo ("reacção neoclássica") e pré-romantismo ("prenúncios da renovação romântica") (79).

Em relação à época romântica, nota-se a desqualificação de Castilho e dos seus "epígonos" (João de Lemos e Soares dos Passos), que provocaram a "degenerescência do sentimento lírico". João de Deus é enquadrado na fase de transição. No segundo momento romântico, para além da "dissidência de Coimbra" e do naturalismo, o programa inclui o Parnasianismo (Gonçalves Crespo e Cesário Verde), o Simbolismo (Eugénio de Castro e António Nobre) e a literatura de agitação social, com Junqueiro e Gomes Leal. Estes movimentos são enquadrados nas tendências da literatura europeia da segunda metade do século XIX, com os seus interesses filosóficos, científicos e sociais. Camilo e um certo Eça são "reabilitados", mas o mesmo não se passa com Antero, Guerra Junqueiro e Gomes Leal (80).

A dimensão ética continua assim a sobrepor-se à dimensão estética, mas desta vez pela subvalorização da componente ideológica dos escritores de forte capital simbólico e cultural, compensada pela sua apreciação estética. O que não deixa de ser irónico, em particular porque na literatura portuguesa oitocentista se torna evidente a falta de uma autonomização do campo literário. Como sublinha F. Vieira Pimentel, "a nossa literatura não chega nunca a tomar genuína consciência do facto de a obra artística poder vir a constituir, ou ambicionar constituir, um domínio autónomo; fica, pelo contrário, presa à concepção representativa que tende a fazer da linguagem um instrumento tradutor de realidades pré-existentes." (1991: 61). Daí, segundo Vieira Pimentel, não possuímos "obras críticas de fôlego subordinadas ao intuito de fundamentar e explicar a produção artístico-literária dos sucessivos períodos a partir de um foco

caracterizadamente estético." (*ibid.*). O que facilita, parece-nos, o trânsito do domínio estético para o ético, e vice-versa.

Notas

VII.2.

(1)- A legitimação e institucionalização do ensino do Francês implicou por isso a sua "classicização":

"Le français n' est pas encore légitime en tant que discipline scolaire et seul l' enseignement de la littérature est à même de lui donner la crédibilité qu' il n' a pas" (Jey, 1999: 258); "La quête d' un modèle identitaire propre, l' affirmation de la supériorité du modèle français ont joué à la fois comme facteurs d' innovation puisqu' ils pouvaient provoquer l' avènement de la littérature nationale e de son étude, et comme facteurs d' immobilisme, en affirmant que le 'génie français' était issu du seul latin. La France fille aînée du latin se devait de résister aux forces de l' obscur, venues de l' Allemagne." (*id.*: 322); "Pour légitimer l' enseignement du français, il a donc fallu le centrer sur l' étude de la littérature, le 'classiciser' et les arguments que donnaient les défenseurs de l' enseignement classique, refus de la spécialisation, nécessité de la culture désintéressée, ont été repris par les modernistes.", "continuer d' apprendre à lire et à écrire étant regardé comme un objectif primaire et utilitaire."; "Le classiciser, enfin, s' est fait en gardant les méthodes et exercices de l' enseignement classique." (*id.*: 324).

(2)- Como sublinha Jean Rohou, "Cette histoire littéraire se veut éducative et civique, c' est-à-dire **moraliste** et **nationaliste**." (1996: 8-9). É esta concepção vai dominar, de forma mais discreta, até meados do século XX, até à ruína do que então se chamava moral e pátria (*ibid.*). É esta função civil atribuída à literatura na formação da consciência nacional entre os jovens que lhe confere um lugar dominante na hierarquia das actividades culturais, na escola, etc. (Petronio, 1981: XXXIV-XXXVI). Cf. M. Jey (1999: 65-6, 113, 129, 135-8, 164).

(3)- Este é, segundo João Palma-Ferreira, "o grande problema da resistência cultural e sobrevivência do País, o do salvacionismo restauracionista que nas épocas que se sucedem às grandes crises de abatimento motiva movimentos de raiz casticista opostos à tendência estrangeira." (1985: 14).

"Portugal é um país particularmente 'historicista'. Isto é, perante os desaires do presente, busca-se a sua cura nas 'glórias do passado', não tanto procurando uma identidade consciente, mas uma mitologia que o entusiasme. É também notório que a historiografia portuguesa, ainda que tente inserir-se na historiografia de outros países, por vezes num sentimento de complexo de inferioridade, se limite quase somente à história de Portugal." (Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 13).

(4)- Como sublinha Aguiar e Silva, "O ensino da literatura, há que reconhecê-lo, foi sempre instrumentalizado pelos poderes fácticos dominantes e tem sido ostensiva e agressivamente instrumentalizado, desde os anos 60, pelos grupos e actores que se assumem, na cena social e na Escola, como contra-poder." (1998/99b: 90).

O Estado-nação moderno exigiu, para além da unificação da soberania, do espaço económico, da cidadania, e de um exército nacional, a "implantação de um sistema educativo secularizado e oficial e, por fim, a substituição das dependências pessoais por uma religação fomentada e cimentada pelo culto de símbolos abstractos e colectivos (hino, bandeira) e de outros ritos de significação cívica." (Catroga e Carvalho, 1996: 81).

Assim, os Estados-nação tentam centralizar a cultura nacional e mantê-la sob o seu controlo, pelas instituições culturais e educativas, para a unificar e para a pôr ao serviço dos seus interesses e necessidades (Matvejevic, 1991: 32; cf. Gellner, 1993: 203 e 207). A identidade/cultura nacional tem como função interna a socialização dos seus membros como cidadãos nacionais, nomeadamente pelos "sistemas de educação públicos de massas, compulsivos e padronizados, através dos quais as autoridades estatais esperam inculcar uma devoção nacional e uma cultura homogénea característica (...) sob a influência de ideais nacionalistas de unidade e autenticidade cultural." (Smith, 1997: 31). Deste modo, cria-se nas nações modernas um elo social, pela partilha de uma herança comum, que faz os seus membros sentirem-se "exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns", "um poderoso meio para definir e posicionar pessoas individuais no mundo, através do prisma da personalidade colectiva e da sua cultura distinta." (*ibid.*).

(5)- Decreto de 14/9/1895 (*Diário do Governo* nº 208, de 16/11).

(6)- Decreto de 3/11/1905 (*Diário do Governo* nº 250, de 4/11).

(7)- Decreto de 26/9/1919 (*Diário do Governo* nº 196).

(8)- Decreto 5:002, de 27/11/1918 (*Diário do Governo* nº 257-Iª Série, de 28/11). Nas instruções para o ensino das "Narrativas históricas" afirma-se claramente que "Nesta secção o ensino histórico é essencialmente moral e patriótico; nele se ministra ao aluno um conhecimento integral da história pátria, decomposta nas suas principais individualidades obreiras."

(9)- Decreto 12156, de 20/8/1926 (*Diário do Governo* nº 183-Iª Série).

(10)- A história era entendida, como sublinha Sérgio Campos de Matos, como uma disciplina de formação moral e patriótica, através dos grandes exemplos e das lições do passado (1990: 126). A história oficial, sobretudo desde os anos trinta do século XX, adopta um discurso missionário e transforma-se em história monumental (*ibid.*).

VII.2.1.

(11)- L. Reis Torgal, a propósito do ensino da História, declara que quando se olha para a legislação, "deparamo-nos com uma rede tão complicada de reformas e contra-reformas que mais nos apetece desistir do nosso intento de ordenar, a par e passo, o sentido sinuoso da reforma curricular, desde pelo menos 1836 até hoje." (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 435). Não deixa, no entanto, de constatar que as mudanças curriculares e programáticas que se sucederam a um ritmo impressionante, sobretudo nos "liceus", "têm que ver, de uma forma directa ou indirecta, expressa ou oculta - (...) -, com ideologias políticas e teorias e ideologias psicopedagógicas de mais fácil ou difícil definição." (*id.*: 446).

(12)- É na perspectiva desta luta que José C. de Oliveira Casulo (1987) estuda o estatuto da disciplina de Filosofia durante o período monárquico-constitucional, referindo que a facção vintista (progressista e de esquerda) do setembrismo privilegia as disciplinas científico-utilitárias, ao passo que a facção cartista (direita liberal) do cabralismo dá ênfase à cultura humanístico-literária, considerando que durante os governos do Rotativismo (1851-1906) essa luta não foi tão evidente.

(13)- Como observa Vasco Pulido Valente, de 1820 a 1926, a partir da análise dos textos legais e dos textos dos políticos e ideólogos que influenciaram ou reflectiram a opinião contemporânea, os objectivos do ensino liceal podem reduzir-se a três:

1- educação nobre, própria de cavalheiros, para dar uma formação intelectual e moral (e não pela utilidade prática);

2- preparação para a vida prática: cultura completa e adaptada à sociedade industrial e científica, orientando para as funções produtivas, i.e., para as carreiras técnicas;

3- preparação para as escolas superiores (Valente, 1973: 7).

Segundo Áurea Adão, nos diplomas oficiais atribuía-se ao ensino secundário o objectivo essencial de preparar para as escolas superiores e, em especial, para a carreira do funcionalismo público (1982: 234-5).

(14)- Vasco Pulido Valente observa que, uma vez que se encarava o ensino secundário como uma espécie de estágio para aceder ao ensino superior, este acabou por degradar-se, com a tendência para o tornar mais fácil e mais rápido, simplificando-se os exames e os conteúdos (1973: 47). Em muitos momentos, os liceus foram meros centros de exames, transformando-se em "alfândegas", na expressão de Agostinho de Campos.

(15)- Os liberais criaram, nas Cortes, uma Comissão de Instrução Pública dirigida pelo professor universitário Francisco T. d' Aragão Morato, que se pronunciou em finais de Março de 1821 sobre a decadência dos estudos menores e maiores, e na impossibilidade de resolver tudo ao mesmo tempo, propunha que se comesçasse pela reforma do ensino universitário. Após a guerra civil, um decreto de 7/9/1835 instituiu o Conselho Superior de Instrução Pública devido, segundo se afirma ali, à situação muito negativa deste ramo do ensino em Portugal, que estaria na cauda da Europa. No decreto dos Setembristas de 17/11/1836 (*Diário do Governo* nº 275, de 19/11/36), que instituiu os liceus, declarava-se, no preâmbulo, que era o grau de instrução com mais carências.

Se avançarmos até 1894/95 (Decretos de 22/12/1894), em que se consignam as melhores reformas do século no ensino primário e secundário, podemos ler que o estado do ensino secundário "não pode continuar", para evitar a "ruína de uma função social", para adaptação d' "o desenvolvimento humano". Desse modo, o legislador pretende, com a experiência própria e das outras nações, "impedir a decadência a que me referi, e facilitar o principio da nova ordem no regimen do ensino secundario."

(16)- Rómulo de Carvalho oferece-nos um elucidativo panorama histórico desta afirmação da dimensão humanística em detrimento do ensino das ciências no ensino português (cf. Carvalho, 1986: 15-7 e 21-3), na medida em que aquela tinha um maior valor formativo. Aliás, foi essa a vertente dominante na disciplina de Português e no ensino da Literatura Portuguesa. Esta orientação formativa foi inaugurada com a reforma de 1894/95 (numa época em que se criticavam as ideias pedagógicas de Spencer e Comte), valorizando-se no preâmbulo do decreto que a instituiu as virtudes formativas das disciplinas tradicionais (Gramática, Latim, História e Filosofia), em sintonia com o

pensamento de Francisco Adolfo Coelho, que contribuiu para a impopularidade do ensino científico e utilitário, em contraste com as ideias dominantes, defendendo um preciso equilíbrio entre humanidades e ciências e destacando o papel formativo do ensino ("horizonte vital e antropológico", "capacidades ética, estética, intelectual, técnica"). Assim, as disciplinas deixam de ser avaliadas pela sua utilidade prática, ganhando relevo a sua dimensão formativa, e nesse domínio as "ciências históricas e filológicas" apareciam melhor colocadas do que as ciências.

(17)- Esta estrutura curricular é ainda uma herança da Reforma pombalina dos Estudos, que adopta as metodologias de Verney, mantendo-se o ensino do Latim, embora seja agora ensinado em língua portuguesa, enfatizando-se a analogia da gramática portuguesa com a latina. Por outro lado, mantém-se o ensino do Grego, da Retórica e da Poética.

(18)- Depois, dá-se um forte crescimento das histórias da literatura, entre 1879 e 1912, fruto do desenvolvimento do ensino secundário e superior, do nacionalismo (face à Alemanha e à ciência alemã), da história positivista (Lavissee) e do espírito científico: a aquisição de conhecimentos verificáveis substitui a retórica na formação dos talentos (Rohou, 1996: 10).

(19)- Portugal, em finais do século XIX, tinha-se transformado e por isso era necessário dar uma organização diferente aos portugueses: "O Ultimato, em 1890, foi o primeiro momento desse processo. Nunca, como durante o Ultimato, houve tanta histeria acerca da necessidade de uma 'ideia colectiva', de organizar os Portugueses à volta da comunhão com a Pátria e as coisas portuguesas." O *Diário de Notícias* era o jornal mais lido. Foram "os escritores e a imprensa quem melhor formulara a ideia da nação e fizera a sua propaganda." Desde 1880 nota-se essa nova instituição, a manifestação patriótica; a arte de governar começou a requerer a existência de uma nação (Ramos, 1994: 39).

(20)- Cf. Maria Teresa P. Coelho, 1997.

Esta alteração de perspectiva é visível em Francisco Adolfo Coelho ("Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português", 1890). Para este autor, os sintomas do mal português eram a falta de iniciativa, o espírito de hesitação, a incapacidade progressiva para o trabalho, sobretudo intelectual, a ambição, o predomínio do egoísmo sobre o espírito colectivo, um espírito excessivo de imitação e a insânia moral frequente: "A causa determinante principal afigura-se-nos estar na falta de educação capaz de imprimir a todos os órgãos da vida o exercício que exige o seu desenvolvimento normal, equilibrado." (*apud* R. de Carvalho, 1986: 657).

(21)- João de Barros advogava um método educativo de raiz nacionalista, com base no amor à Pátria e à República ("A Educação Republicana", 1916). Em "A República e a Escola" (s/d) diz que moralmente os portugueses do século XIX eram desvirilizados, sendo necessário republicanizar o país e a escola. Em 15/10/1910, no *Diário do Governo* defendia-se (diploma do Ministro da Guerra) a instrução militar preparatória a partir do ensino primário e na comissão encarregada de estudar a sua concretização estava João de Barros (cf. R. Carvalho, 1986: 653).

(22)- Numa análise dos programas e manuais do ensino secundário para a disciplina de História entre 1895 a 1939, Sérgio Campos de Matos observa que neste período "Os planos de estudos em que mais se valorizam os propósitos

nacionalistas são promulgados na sequência de momentos de ameaça externa ou de crise, traumáticos para o país" e interroga-se:

"Não funcionará o reforço de um sentido de coesão nacional e de identificação com o 'carácter da nação' como compensação para a vivência de uma certa 'desordem' (em diversos sentidos) e a enraizada obsessão decadentista que então se exarcebava entre a elite intelectual portuguesa ?" (1990: 38); "Ao exacerbamento do nacionalismo que detectámos nos programas dos liceus de 1895, 1918 e 1936, não serão alheios os conflitos diplomáticos ou militares em que, directa ou indirectamente, Portugal interveio (Ultimatum inglês de 1890, I Guerra Mundial e Guerra Civil Espanhola)." (1990: 120; cf. 205, n. 748).

Do mesmo modo, as Comemorações públicas, nos seus vários ciclos, respondem a um idêntico propósito antidecadentista e nacionalista (Catroga, *in* Torgal, Mendes, Catroga, 1996: 551). Cf. Catroga e Carvalho, 1996: 87-8.

(23)- Assim se designa a décima cadeira dos Liceus na reforma de Passos Manuel (17/11/1836). A primeira intitula-se "Gramática portuguesa e latina, clássicos portugueses e latinos". A reforma de Costa Cabral (20/9/1844) manterá estas duas disciplinas.

(24)- Mas este decreto de Fontes Pereira de Melo parece não ter tido uma aplicação efectiva geral. Vasco Pulido Valente afirma mesmo que este regulamento (10/4/1860) nunca chegou a ser executado e que só se cumpriu a título de excepção, por força de diplomas especiais, como a portaria de 24/7/1860 (Valente, 1973: 43).

(25)- A não existência de programas torna complexa a dilucidação dos conteúdos da disciplina, que se podem adivinhar, por exemplo, através das matérias do exame à primeira matrícula na Universidade de Coimbra publicados em 1854 (*Diário do Governo* de 29/7): discurso oratório, géneros de poesia, notícia crítica dos melhores poetas, historiadores e oradores gregos, latinos e portugueses.

(26)- A reforma de Anselmo Braancamp (1863) mantém basicamente esta estrutura, aumentando em duas horas semanais a carga horária da cadeira do primeiro ano e unificando as duas cadeiras do terceiro ano, passando a explicitar um pouco as matérias através do nome das cadeiras:

1º ano - "Gramática portuguesa, Leitura e Análise Gramatical de Poetas e Prosadores Portugueses. Exercícios de Construção";

2º ano - "Recitação de Prosadores e Poetas Portugueses, Análise Filológica, Exercícios de Redacção Portuguesa";

3º ano - "Recitação de Prosadores e Poetas Portugueses. Análise Filológica. Exercícios de Redacção Portuguesa".

(27)- O programa de 5/10/1872 (*Diário do Governo* nº 229, de 10/10 e nº 230, de 11/10), de acordo com o plano de estudos publicado no Decreto-lei de 23/9/1872 (*Diário do Governo* nº 217, de 26/9), assinado por António Rodrigues Sampaio, foi regulamentado em 31/3/1873 (*Diário do Governo* nº 77, de 5/4).

(28)- Um diploma de 31/1/1860 (*Diário do Governo* nº 50, de 2/4/1860) divide em três categorias os manuais (adoptados, aprovados e proibidos), atribuindo a competência da sua classificação ao governo, após o parecer do

Conselho Geral de Instrução, que devia ouvir o conselho dos liceus. No preâmbulo, o legislador diz pretender uniformizar o ensino primário e secundário para evitar graves abusos (compêndios com graves deficiências e que pelos "erros de doutrina", ou "pelos vícios de uma linguagem menos acurada, possam ser prejudiciaes á educação moral da mocidade, ao aperfeiçoamento do ensino e ao progresso das sciencias"). Este decreto visava assim impedir que "se leia por livros subversivos dos bons principios da sociedade, da moral e da religião fundamental", para "que [os manuais] não contenham doutrinas offensivas d' aquelles principios" e incorrecções de linguagem que só servem "para barbarisar o idioma nacional".

Em 1894 (Decreto de 22/12), define-se que os livros, adoptados por concurso durante cinco anos, seriam iguais em todos os liceus, uniformizando-se assim o seu uso em termos nacionais.

(29)- Publicados respectivamente no *Diário do Governo* n° 240, de 20/10/1880, e no *Diário do Governo* n° 252, de 3/11/1888.

(30)- A ideia da criação de uma instituição de ensino superior para o estudo das letras vem, segundo Teófilo Braga, de 1835 (Dias Pegado) e foi formulada ao parlamento e à Academia das Ciências em 1857 por José Maria de Abreu e Latino Coelho (1902b: 196-8). D. Pedro V justificou esta reestruturação das humanidades e a substituição da Poética e da Retórica em função das pretensões existentes e da necessidade da reforma do estudo da história e da literatura (cf. Braga, 1902b: 200-1). Trata-se, como anota Teófilo de um reconhecimento da importância social das "ciências humanas", valorizadas por Renan, em *L' Avenir de la Science*, e por Comte, no *Curso de Filosofia Positiva* (*id.*: 224).

Segundo Álvaro Ribeiro, D. Pedro V "viu que, perdida a nobreza das humanidades, o ensino universitário teria consequências perigosas para o Reino e para a Pátria. Por isso procurou desenvolver os estudos literários, históricos e filosóficos, e ao mesmo tempo nobilitar aqueles escritores e professores que, pela devoção à vida do Espírito, mais que outros contribuíam para o engrandecimento da Nação." (1951: 50).

(31)- Deve-se em grande parte à intenção de formar professores a criação das disciplinas de Língua e literatura francesa e de Línguas e literaturas alemã e inglesa (separadas em 1921), para além da de "Filologia românica em geral e filologia portuguesa em especial" (cf. Aguilar, 1939: 112).

(32)- Esta alternância verifica-se, por exemplo, nas três reformas de Luciano de Castro (1880, 1886, 1888). Na primeira, a Literatura Nacional não aparece mesclada com o estudo da gramática e da língua portuguesas, que era estudada nos dois primeiros anos do curso. Na segunda reforma, volta a reunir-se o estudo da língua e da literatura ("Língua e Literatura Portuguesa"), mas desta vez de forma mais prolongada, tanto em número de anos lectivos como em número de aulas. Na última reforma (1888), volta-se a separar a Língua Portuguesa (primeiro ano) da Literatura Portuguesa, remetida agora para o sexto ano, tanto de letras como de ciências, onde ocupa cerca de um terço do total das horas lectivas.

No entanto, na reforma de João Franco/Jaime Moniz (1894/5) volta-se ao modelo da segunda reforma de Luciano de Castro, com a disciplina de "Língua e Literatura Portuguesa", só que desta vez de forma continuada do primeiro ao sétimo ano, o que se pode considerar o sistema mais coerente até então, dado que antes apenas se ensinava o Latim nos anos intermédios. Em compensação, o ensino do Latim passa a ser extensivo a todos os anos, o

que se coadunava com a orientação humanística desta reforma, que concedia a primazia ao Latim e logo a seguir à língua e à literatura portuguesas.

Na reforma seguinte, de E. José Coelho (1905), mantém-se este sistema, com excepção do Curso Complementar de Ciências. A reforma de Sidónio Paes/Alfredo Magalhães (1918) volta a "Português e Literatura Portuguesa" no ensino complementar, tanto de letras como de ciências. Em 1919, na reforma Sá Cardoso/Joaquim José Oliveira, esta passa a designar-se simplesmente Português. Na reforma de 1921 retoma-se a designação de "Língua e Literatura Portuguesa".

(33)- Assim, a Língua e Literatura Portuguesa (1ª parte) do primeiro e do segundo anos de 1886 equivalem ao primeiro ano de Língua Portuguesa do plano de 1888. Por outro lado, a Língua e Literatura Portuguesa (2ª parte) do quinto e sexto anos de 1886 equivalem à Literatura Portuguesa de 1888 (quarto ano do curso geral e sexto ano do complementar). Aliás, no plano de estudos de 1888 a Literatura Portuguesa situa-se no terceiro ano da disciplina de Português.

(34)- Para isso contribuíram muitos factores. Segundo M. Cândida Proença (1997), o facto de Jaime Moniz ter sido director e professor do Curso Superior de Letras e o presidente do Conselho Superior de Instrução Pública desde a sua fundação, desde 1884 até 1911, para além da sua formação, contribuiu decisivamente para a coerência e persistência desta reforma (até à década de 1930), que marcou o ponto de viragem para a modernidade do ensino liceal, apesar de ter sido muito contestada pelos defensores da pedagogia positivista e utilitária.

(35)- Nas observações aos programas de 1918 fazem-se referências à necessidade de "familiarização com os grandes ideais de ordem moral e estética dos autores latinos."

Nos novos programas do curso complementar de 1929 (14/11) reforça-se esta orientação, sublinhando-se que somos latinos e que o nosso passado literário e artístico, como o europeu, tem as suas raízes mais vigorosas em Roma, e por intermédio dela, na Grécia. Aduz-se ainda que "o latim representa também a literatura cristã, e o espírito cristão domina toda a civilização moderna, sendo Roma uma escola de heroísmo e de patriotismo e um exemplo vivo de razão prática", do homem universal. Nesta lógica, "o espírito nacional não pode, sem graves perigos, quebrar a sua solidariedade com o passado."

Nos programas de 1919 e 1926 destaca-se a articulação com as literaturas clássicas: "Noções de literatura grega e romana, quanto baste para a compreensão das literaturas modernas, especialmente na Renascença." (Decreto nº 6:132, *Diário do Governo* nº 196-Iª série, 26/9/1919); "Ligeiras noções das literaturas grega e latina, quanto baste para a compreensão das modernas." (Decreto nº 12:594, de 2/11/1926).

(36)- Esta reforma reage às pretensões enciclopédicas, científicas e utilitárias das teorias educacionais spencerianas, que no último decénio do século sofreram muitos ataques de pensadores idealistas (v.g., Adolfo Coelho e Sampaio Bruno). Por isso, Teófilo Braga considera que esta reforma mantinha anacronicamente o estudo da Retórica e do Latim "segundo a tradição do exausto humanismo jesuítico" e, no seu entender, não tinha valores reformadores, na medida em que desconhecia "por completo a urgência do ensino positivo ou de disciplinas científicas" (1902b: 208).

Os partidos progressista e republicano lutaram contra a reforma de Jaime Moniz e já em 1905, quando o partido Progressista volta ao governo, valorizam-se de novo as disciplinas científicas e utilitárias.

(37)- Alain Choppin, um dos investigadores que mais atenção tem consagrado à história dos manuais escolares, atribui-lhes algumas características essenciais, em correlação com o seu contexto de produção e com a instituição escolar:

a) são o reflexo dos conhecimentos e valores de uma sociedade, que esta deseja perpetuar e transmitir às gerações seguintes;

b) sendo assim, transformam-se num veículo ideológico-cultural das classes hegemónicas, que transmitem "toute une thématique dans laquelle les classes dominantes se reconnaissent et sur laquelle elles cherchent à fonder, en définitive, l'identité de la nation toute entière" (1992: 19);

c) por consequência, o manual escolar é um instrumento de poder, porque se dirige a espíritos jovens, ainda maleáveis, e a sua difusão pode uniformizar a mensagem educativa sobre todo o território de um estado (*id.*: 22).

Desde a Revolução, o Estado-nação tentou unificar o sistema escolar e controlar a sua concepção, nomeadamente pela escolha dos manuais: "le manuel, parce qu' il s' arroge le monopole du contenu éducatif et qu' il représente alors pour beaucoup la seule voie d' accès à la culture de l' écrit et, partant, à une promotion sociale, joue un rôle fondamental dans la formation des mentalités." (*id.*: 23).

(38)- Nesta perspectiva, os textos escolares podem considerar-se como um sistema cultural, um conjunto de símbolos em interacção, uma rede ou teia de significações que se entrecruzam, o que conduz "à identificação dos objectos discursivos como valores que exprimem crenças e sonhos" e que "integram um corpo simbólico, que ao mesmo tempo age sobre a vida real e a reflecte." (Moisés Martins, 1996: 82-3).

Essa é a função do discurso ideológico, que reproduz uma interpretação conflitual do mundo e é um movimento de acção simbólica, que através da dramatização e encenação mítica da narrativa tende a gerar determinados comportamentos, atitudes e *habitus* no receptor, com graus diversos de incitamento à acção (Matos, 1990: 172).

(39)- Com efeito, o Decreto nº 21:014 (*Diário do Governo* nº 68-Iª série, de 21/3/1932) torna obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente, na sua grande maioria de personalidades literárias e políticas (*v.g.*, Salazar, Mussolini), e de forte conteúdo ideológico. Esta lista foi completada pela Portaria nº 7:323 (*Diário do Governo* nº 87-Iª série, de 13/4/1932), de Cordeiro Ramos.

(40)- Este propósito está bastante explícito nos programas de 1948, que tendo em vista o papel desempenhado pelo romanesco, pelo dramático e pelo colorido na idade juvenil, faz apelo ao recurso à narrativa (reportagem), às biografias romanceadas e até ao romance histórico, referindo textos concretos: romances de Herculano, *A Vida de Nun' Álvares*, de Oliveira Martins, algumas páginas de *El-Rei Junot*, de Raul Brandão, trechos de Eça sobre a morte de Disraeli e a inauguração do canal do Suez.

Em 1928, o Decreto nº 15:088 impõe a propaganda colonial portuguesa nos livros de leitura escolar. Em relação às selectas, os programas de 1932 exigiam que os livros de leitura focassem o império colonial, preocupação confessada em 1905, quando o legislador critica a reforma de 1895 porque "a nossa especial situação de país colonial não nos parece haver sido sufficientemente ponderada". Em 1936, esta recomendação acentua-se e as colectâneas são colocadas ao serviço da grandeza imperial de Portugal, devendo integrar aspectos coloniais e sentimentos nacionais, para "dar continuidade ao ensino elementar da corografia e da história nacionais", fornecendo

pretexto para reflexão moral e cívica "pela evidência dos melhores aspectos culturais da nossa civilização." Os textos literários de onde os excertos proviriam eram os "de matéria real e essencialmente moral, com acentuado predomínio dos assuntos portugueses."

(41)- Para uma análise da introdução e evolução do regime do livro único, ou da centralização da aprovação dos manuais escolares desde 1895 a 1974 cf. Sérgio Campos de Matos (1990: 54-63). Cf. Torgal (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 439).

No *Diário do Governo* nº 135, de 18/6/1895, vinha já uma lista de manuais para o ensino da língua e da literatura portuguesas que concorriam à aprovação, de que destacamos os de Simões Dias, Delfim Maya e Borges de Figueiredo. Em decreto de 21/8/1895 aparece já a relação das obras aprovadas para o ensino da língua e da literatura, que são a *Gramática* de Epifânio Silva Dias, a *Nova selecta portuguesa* de J. Moreira e J. Maria Correia, a *Estilística* de Torres de Mascarenhas, a *Glotologia* de Adolfo Coelho e o *Manual de Composição Literária* de Simões Dias. O *Diário do Governo* nº 218, de 27/9/1895 (assinado por João Franco) consagra legalmente esta escolha.

No entanto, em 1905, E. J. Coelho extinguiu o livro único e liberalizava um pouco a adopção dos manuais, que passavam a ser escolhidos pelos professores, desde que aprovados pelo governo. É à luz desta lei que são aprovadas para a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa as *Leituras Portuguesas* de Adolfo Coelho (da primeira à quinta classes) e de J. Manuel Moreira (para a terceira e quarta classes), o *Manual de Composição Literária* e a *História da Literatura Portuguesa* de Simões Dias, bem como a *Introdução á Historia da Literatura Portuguesa*, de Mendes dos Remédios (*Diário do Governo* nº 247, de 31/10/1905).

Apesar da extinção do livro único em 1905, não deixam de se acentuar as instruções nacionalistas dos programas e a centralização da sua aprovação, pois apenas se concedia aos conselhos escolares a liberdade de escolher entre os manuais previamente aprovados pelo governo. De qualquer modo, como já observamos, acentuam-se nos programas as observações e instruções de teor moral-patriótico.

(42)- *Diário do Governo* nº 208, de 16/9/1895.

(43)- Esta redacção mantém-se praticamente idêntica em 1905, 1918, 1919, 1926 e 1936.

(44)- Em 1895 e em 1905 recomenda-se a leitura de metade da epopeia na quarta classe e da outra metade na quinta classe, com exclusão do Canto IX, esquema que se manterá em 1919, 1926, 1934 e 1935.

No programa de 1918, o estudo d' *Os Lusíadas* alarga-se a três anos: na terceira classe estudam-se as primeiras 18 estrofes do Canto I, e os Cantos III e IV; na quarta classe estuda-se o resto do Canto I e os Cantos II, V e VI; na quinta classe os Cantos VII, VIII e X. Recomenda-se ainda ao professor que seleccione as passagens mais belas e apropriadas e que na segunda classe se estudem "lendas e mitos que possam contribuir para a compreensão das alusões que se lhes façam nos cantos de Os Lusíadas a estudar na classe III".

Esta prática das omissões complementa-se a pouco e pouco com a defesa de cortes explícitos. Se nos programas de 1931 se justificam os cortes a "todos os textos que contenham matéria que possa desenvolver prematuramente nos alunos tendências impróprias das suas idades", os programas de 1934 e 1935 generalizam a norma a "todos os textos que contenham matéria que possa desenvolver nos alunos tendências prejudiciais", o que se repete nas observações ao programa de Literatura Portuguesa de 1936, não obstante a ressalva de que a prioridade

devia ser dada à dimensão estética, desde que compaginável com os interesses sociais e morais da adolescência: "Para as leituras em casa serão aconselhados livros que, pela sua ideologia, não colidam com os princípios cristãos que devem orientar a educação da mocidade."

As observações ao programa de 1948 apenas especificam que se devem evitar textos passíveis de "provocar emoções mórbidas ou prejudicar (...) a boa formação moral". No entanto, não deixam de ser importantes as recomendações para não se abusar da prática de utilizar os textos literários para efectuar exercícios gramaticais. Contudo, no primeiro ciclo (de dois anos), o ensino do Português (mediante textos literários) continua a ter a missão de despertar sentimentos elevados de civismo e de amor à Pátria, educando a inteligência dos alunos e ensinando a língua, contribuindo para uma "recta formação da sua personalidade de homem e de português."

(45)- Adolfo Coelho, no prefácio da sua antologia *Leituras portuguesas*, destinado à terceira classe dos liceus, destaca a articulação preconizada pela reforma de 1895 entre os programas de Geografia (Europa e África), História (Grécia e Roma) e de "Português", e que foi por isso que seleccionou trechos relativos aos descobrimentos e à geografia e etnologia de África, por serem os descobrimentos "o ponto culminante da nossa historia", renovados com os modernos exploradores de África, que "fizeram renascer tradições gloriosas" (1897: VI-VII).

(46)- A reforma de Sidónio Paes/Alfredo Magalhães (1918) coloca no primeiro e segundo anos a disciplina de "Narrativas Históricas". A reforma de Sá Cardoso/Joaquim José Oliveira (1919) só altera o nome daquela disciplina para "Português e História". Por sua vez, na reforma de Barros Queiroz/Ginestal Machado (1921) volta-se à designação de 1918 (Narrativas Históricas). Curiosamente, desde 1926, os temas da história de Portugal passam a integrar-se nos dois primeiros anos da disciplina de Português, com a prescrição da leitura de "lendas e narrativas relacionadas com a história da nacionalidade: exemplos de virtudes cívicas e domésticas tiradas da história pátria". Em 1936 afirma-se mesmo que "A disciplina de português visará sempre, além do estudo da língua, o conhecimento da história pátria, em forma de narrativas", o que aparece repetido no plano de estudos de 14/10/48 (artº 6º, § 1º) e nos programas do Ciclo Preparatório, aquando da sua criação (Portaria nº 23 601, de 9/9/68).

No preâmbulo da reforma de 1948 (Decreto-lei nº 36 807, de 17/9/47), ao defender-se o regime de classe para o curso geral (os cinco primeiros anos), enfatiza-se a vantagem do ensino simultâneo de certas disciplinas, "pelas relações de umas com outras, como sucede por exemplo com (...) a Literatura e a História". Aliás, em 1954 a disciplina de Português tem a designação de Língua e história pátria.

(47)- É o que se passa nas reformas de 1926, 1929, 1930, 1935 e 1936. Com efeito, se todos estes programas recomendam, como referimos, a leitura de textos histórico-patrióticos, é o de 14/10/1936 que mais explicitamente insiste na formação moral e patriótica-colonial dos alunos, pelo que a disciplina de Português nos três primeiros anos incide nas narrativas históricas:

"Leitura de trechos simples em prosa e verso: pequenas descrições das paisagens de Portugal (continental, insular e ultramarino); pequenas descrições de usos, costumes, instituições e monumentos nacionais; contos e poesias populares; lendas e narrativas ligadas com a história da nacionalidade; exemplos e virtudes cívicas e domésticas tiradas da história pátria; narrativas, contos e fábulas que possam contribuir para a educação moral dos alunos; poesia narrativa e lírica."

(48)- Estas expressões aparecem no Preâmbulo e nas *Observações* relativas às primeira e segunda classes (28/11/1918).

(49)- Mesmo em autores de reconhecido valor, os textos a estudar são seleccionados de acordo com um critério ético-moral. O programa recomenda uma série de textos para de lá serem retirados os trechos a estudar:

-*Contos Populares Portugueses* de C. Pedroso, *Contos* de D. João da Câmara, *Brios heróicos de portugueses* de António Pereira da Cunha, *Fabulário* de Henrique O' Neill, *Os Meus Amores* de Trindade Coelho, *Campo das Flores* (fábulas) de João de Deus.

-Julio Dinis (*A Morgadinha dos Canaviais*, *As Pupilas do Senhor Reitor* e *Uma Família Inglesa*), Garrett (*Romanceiro*) e Herculano (*Lendas e Narrativas*).

-Pinheiro Chagas (*Migalhas de História Portuguesa*).

Também se fornece uma lista canónica para as terceira, quarta e quinta classes:

-Garrett (*Um Auto de Gil Vicente*), Herculano (*Lendas*), Rebelo da Silva (*Contos e Lendas*), Pinheiro Chagas (*Migalhas*), Xavier Cordeiro (*Leituras ao Serão*).

Em 1919 incluem-se de novo para as primeiras classes a *História Alegre de Portugal* de Pinheiro Chagas, as *Virtudes Cívicas e Domésticas* de Vilhena Barbosa, a *Mocidade* de Fernando Caldeira e a *Harpa do Crente* de Herculano. Para as classes seguintes recomendam-se de novo as *Viagens na Minha Terra* e *Mário*, de Silva Gaio.

Se em 1918 se recomendava de modo vago a leitura de poesias, o programa de 1919 especifica que se tratam de poesias de Herculano, Garrett, Castilho, Mendes Leal, Soares dos Passos, Gonçalves Crespo, Tomás Ribeiro, João de Deus e outros.

(50)- Decreto nº 4650, de 14/7/1918. O regulamento foi publicado em 8 de Setembro (Decreto nº 4:799, *Diário do Governo* nº 198, de 12/9/1918) e os programas foram publicitados em 28 de Novembro (Decreto nº 5002, *Diário do Governo* nº 257, 1ª série, de 28/11/1918).

(51)- Portaria de 21/1/1918.

Da comissão faziam parte, entre outros, Damião Peres e Fidelino de Figueiredo, então professor no liceu Maria Pia, que elaborou o programa de História (cf. *Revista de História*, vl. VI, 1915: 37-45).

(52)- Em estas ideias integram-se no que Vilaverde Cabral designou a "ideologia portuguesa": "desde o início da década de 1870 até meados de 1920, a elite intelectual portuguesa se foi tornando portadora de uma ideologia cada vez mais coerentemente nacional e autoritária. A tese da decadência nacional, sem ser exclusiva a Portugal, desempenhou entre nós o papel de irresistível trampolim do nacionalismo para o autoritarismo" (Cabral, 1987: 19).

(53)- Decreto 5:002, de 27/11/1918 (*Diário do Governo* nº 257-1ª Série, de 28/11).

A tarefa de fortalecer o patriotismo é sobretudo atribuída a **Língua Portuguesa e Narrativas Históricas**, cujo programa consta, entre outras coisas, de "biografias de guerreiros, navegadores, conquistadores, exploradores, revolucionários, mártires e santos" que tenham sido "figuras de psicologia relativamente simples" e que "ostentem uma bem visível unidade de ideal" (inclui Gomes Freire de Andrade, D. Pedro IV, o Marechal Saldanha, José Estêvão, Sá da Bandeira e o Duque da Terceira).

Estas biografias contribuíam, segundo o legislador, para que se "exalte o culto do heroísmo, nas suas diversas formas" (sobretudo a obediência a um fito superior), para se inculcar aos educandos "a concepção combativa da vida" - "fanático amor da pátria". Declara ainda que o ensino desta disciplina deve ser "essencialmente (...) patriótico", o mesmo devendo suceder quando (a partir do terceiro ano) as disciplinas de Português e de História se leccionam separadamente. Mas o estudo do "ser português" é extensivo às restantes disciplinas do ensino secundário, em articulação com o estudo do meio físico, social e cultural do País.

Na segunda classe estudam-se "Figuras, com igual poder de sugestão educativa, mas de mais complicado carácter, e vida menos predominantemente activa e mais intelectual, estadistas, administradores, diplomatas, escritores e artistas" (v.g. Damião de Góis, João de Barros, Gil Vicente, Camões, Padre António Vieira, D. Francisco Manuel de Melo, Frei Luís de Sousa, Frei Manuel do Cenáculo, o segundo duque de Lafões, Mouzinho da Silveira, Garrett, Herculano, Castilho, Soares dos Reis, D. Pedro V, Antero, Oliveira Martins e Eça). Recomenda-se ainda que se forneçam informações sobre as respectivas épocas, sobre feitos de armas e outros episódios célebres.

(54)- Rui Ramos põe em relevo o facto de que a orientação patriótica do ensino ter sido estabelecida em particular pelos republicanos, que acreditavam que se se pudesse educar todas as crianças, Portugal acabaria por ser uma república feliz. A instrução primária era a religião da república. Em 1913 cria-se o ministério da Instrução Pública. Em "A Escola e a República" (1913), João de Barros definiu a educação republicana como uma escola patriótica (cf. n. 21), um curso de cidadãos (Ramos, 1994: 420): "A educação republicana significava, assim, um sistema de mobilização e de propaganda em benefício do Estado republicano. Por isso, a República pôs um ponto final à liberdade de ensino em Portugal." (*id.*: 421).

Por outro lado, é preciso ter em conta, como nota L. Reis Torgal, que as **observações** aos programas revelam uma **concepção epistemológica positivista**, o que se explica porque as correntes "republicanas" tiveram uma forte influência comtiana, do mesmo modo que os integralistas, pela via maurrasiana, e estas linhas encontraram-se com outras correntes no Estado Novo, num complexo discurso epistemológico (*in* Torgal, Mendes e Catroga, 1996: 442).

(55)- Em 1905 afirmava-se que o programa de Português e História devia desenvolver "na alma dos alunos o respeito e o culto da pátria", e nas classes seguintes devia focar o evolucionismo e a ideia de "progresso humano". Em 1919 (26/9) atribuía-se à primeira classe a "Exposição elementar dos principais acontecimentos da nossa história e bem assim notícia dos grandes homens que neles intervieram, contribuindo para o engrandecimento de Portugal. Lendas e episódios característicos que mais se prestam a gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho da raça. Leituras históricas." Na segunda classe preconiza-se a "Continuação da história pátria com a mesma orientação da classe anterior. Explicação rudimentar das transformações capitais da nossa sociedade, acentuando a acção do povo através dos seus grandes homens." Em 1926 (2/11) acrescenta-se que "O conhecimento, ainda que fragmentário, da nossa terra e da nossa história, deve ser ministrado através da leitura, por forma a gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho de ser português." Atribui ainda um carácter primacial ao Português para "o conhecimento da nossa língua, do nosso povo, da nossa Pátria". Do mesmo modo, no programa de 1931 declara-se que esta disciplina deve fomentar o sentimento nacional e a formação moral, para desenvolver nos alunos o amor pátrio e o orgulho de ser português. Em 1936 volta a salientar-se que "O professor não deverá esquecer que a aula de português é uma das aulas do liceu em que melhor se pode desenvolver o sentimento nacional e a formação moral do aluno"; "O conhecimento da nossa terra e da nossa civilização (o continente, as ilhas e as colónias) deve ser

ministrado sobretudo através da leitura, por forma a gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho de ser português.". Nas *Observações* realça-se que os textos devem ser usados para aprender a língua e ao mesmo tempo para dar o "conhecimento da terra portuguesa e dar notícia dos acontecimentos históricos que nos seus vários recantos se efectuaram."

(56)- Com efeito, o programa de "Narrativas Históricas" já estava contido *in nuce* nalguns tópicos do programa dos três primeiros anos de 1895 e de 1905: "noticias de homens notáveis", "biografias de portugueses ilustres". O programa de 1905 é parecido com o de 1895, mas inicia mais cedo a aprendizagem de noções de história literária (na quarta classe) e prolonga a sua articulação com a história até à quinta classe:

"Noções de historia litteraria baseadas na leitura e ligadas com a historia nacional."

Uma das novidades do programa de 1918 é o facto de recomendar para o primeiro ano as biografias dos heróis militares e de reservar para o segundo as biografias dos heróis de carácter cívico e intelectual. No capítulo XIII do Regulamento ("Da educação cívica") diz-se que a educação cívica "deve ser dada pelos professores durante o ensino das disciplinas que para tal ofereçam ensejo, e nomeadamente das de português e de história", complementando-se essa orientação com palestras, associações, culto do hino e da bandeira nacionais, comemoração de datas históricas nacionais e dos homens notáveis de Portugal, visitas a monumentos nacionais, etc.

(57)- Decreto nº 16:362, de 14/1/1929 (*Diário do Governo* nº 11, 1ª série, de 15/1).

(58)- Esta ideia, que vem de trás, é expressa de modo explícito na reforma de 1947 (Decreto-Lei nº 36 807, de 17/9/47), vocacionando as humanidades para formar esse escol: "Convirá rever o velho conceito das humanidades, em face das realidades do homem social moderno. Para uma educação integral dos espíritos que devem constituir um escol não podem desprezar-se as humanidades clássicas." Porém, continua, para os alunos em geral, vocacionados para o trabalho, essa preparação era dispensável.

(59)- A reforma de Ricardo Jorge (2/10/1926) reduz o curso complementar a um ano e os respectivos programas (Decreto de 2/11/1926) atribuem carácter primacial ao Português, na medida em que proporciona "o conhecimento da nossa língua, do nosso povo, da nossa Pátria". Em posterior reforma de 1930 (Decreto nº 18:779, *Diário do Governo* nº 197, 1ª série, de 26/8/1930) afirma-se no preâmbulo que "o liceu não cura suficientemente da instrução moral dos seus alunos e faz silêncio no que respeita à instrução cívica", atribuindo por isso às duas primeiras classes uma hora para a instrução moral e cívica, disciplina que surge pela primeira vez e que visa dar o conhecimento da vida de grandes personalidades nacionais (heroísmo moral e activo) e estrangeiras (cientistas), para incutir "o amor ao ideal e aos sacrifícios", e valores como o dever, etc. Para além da redução das disciplinas, "Restabelece-se o equilíbrio entre o ensino das sciências e o das humanidades, que tam poderosamente contribuem para a formação do espírito, e melhoram-se as condições do ensino da nossa língua."

(60)- É na parte das "Letras" que, "Sem descurar a parte informativa do ensino secundário, deve o professor atender predominantemente à parte formativa: esta é mais importante que a primeira, não podendo no emtanto dispensá-la." A história, considerada "mestra da vida", como diz o relator, deve contribuir, com o Português, para a "educação intelectual e a formação moral dos alunos":

"poderá e deverá ser uma escola de verdade, de tolerância e de patriotismo. No ensino do português e da história, como aliás no das outras disciplinas dizia o relator da comissão de revisão do ensino secundário masculino de 1918 é preciso não esquecer que o ensino deve ter uma feição acentuadamente nacional, deve ter um cunho profundamente patriótico; é o ensino secundário que mais que nenhum outro pode e deve dar coesão e grandeza, e portanto solidez e elevação, à alma nacional."

(61)- Decreto-Lei nº 27 084, de 14/10/1936.

(62)- Sérgio Campos de Matos sublinha que os conhecimentos destas disciplinas são considerados socialmente úteis, indispensáveis à reprodução cultural e social de um conjunto de valores e à disseminação do capital cultural, através de um discurso pedagógico normativo que visa construir efeitos de sentido e de "verdade" (1990: 24).

Há que ter em conta que esta dogmatização se estabelece num processo gradativo de 1926 a 1958, com três fases distintas (cf. Matos, 1980: 339).

(63)- Decreto-Lei nº 37 112, de 22/10/1948.

VII.2.2.

(64)- Da selecção feita entre 1872 e 1935 poderíamos extrair a conclusão de que se trata de um "cânone antológico" que procura conciliar a tradição clássica com a modernidade romântica, sobretudo desde 1895. Eis os autores recomendados:

-Bernardim, Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira, Camões, Diogo Bernardes, Corte Real, Rodrigues Lobo, Padre António Vieira, Correia Garção, A. D. da Cruz e Silva, Filinto, Bocage, Garrett, Herculano e A. F. de Castilho

-Mousinho de Quevedo, Gabriel Pereira, Sá de Menezes, Jerónimo Baía, Sórora Violante do Céu (escola espanhola ou gongórica),

-Historiografia: F. Lopes, João de Barros, Diogo do Couto, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto, Frei Luís de Sousa, Francisco Manuel de Melo, Alexandre Lobo, Fr. Bernardo de Brito, Duarte Nunes Leão, Frei Francisco Brandão, Severim de Faria, Jacinto Freire de Andrade, Frei Pantaleão de Aveiro, Herculano e L. A. Rebelo da Silva.

-Prosa: Fr. Heitor Pinto, Manuel Bernardes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, L. A. Rebelo da Silva, José Estevão, Francisco Manuel de Melo.

(65)- A primeira reforma de Luciano de Castro, em 1880, ramifica o Curso Complementar (quinto e sexto e anos) em Letras e Ciências (para os liceus nacionais centrais), que têm em comum a Literatura Nacional nos dois anos (Iª e IIª parte) e com a mesma carga horária.

(66)- *Diário do Governo* nº 242, de 22/10/1880.

(67)- Na *escola clássico-francesa* menciona-se a influência das arcádias e das academias.

Em 1872 só aparece Garrett na escola romântica, mas em 1880 acrescentam-se Herculano, A. F. de Castilho e Soares dos Passos. Mencionam-se ainda as causas e efeitos do romantismo em Portugal e as novelas, ficções e tradições populares.

A Eloquência divide-se agora em discurso sagrado e profano e recomenda-se uma resenha dos oradores quinhentistas, "gongóricos", do período arcádico e dos oradores parlamentares.

Na Historiografia acrescenta as universidades, academias e sociedades literárias portuguesas, e divide a historiografia em duas fases: "Chronistas e historiadores do reino e das conquistas nas diferentes epochas da historia litteraria portugueza."

(68)- José Luciano de Castro, na sua terceira e última reforma (20/10/1888), não altera de modo significativo este programa (*Diário do Governo* nº 252, de 3/11/1888), suprimindo alguns pontos (v.g. tira noções de literatura oriental e altera a expressão "relações com as outras literaturas" para influência da literatura espanhola, italiana e francesa sobre a literatura nacional).

Esta reforma reduziu o número de disciplinas de cada ano para duas, separando os cursos de letras e de ciências do terceiro ao sexto ano, ficando a Literatura Portuguesa no sexto ano de ambos os ramos, com dez aulas semanais, pelo que a redução a um ano não implicou, pelo contrário, uma diminuição da carga horária.

(69)- António P. Amaral afirma no próprio título que o seu Curso é o único adaptado a estes programas de ensino:

Curso Classico de Poetas Portuguezes. Unica selecta elaborada segundo os programmas officiaes approvados por Portarias de 5 d' outubro e 19 de novembro de 1886 para uso das Cadeiras de Litteratura Portugueza, tudo ampliado com numerosas notas biographicas, grammaticaes, bibliographicas, philologicas, historicas, mythologicas, geographicas e criticas.

A única antologia existente que António Amaral considera razoável é a Henrique Midosi (*Poesias Selectas*) (Amaral, 1888: VI).

(70)- Para os sexto e sétimo anos as *Observações* recomendam o estudo de trechos das diversas épocas da língua, a partir dos cancioneiros dos séculos XIII e XIV, sendo a literatura medieval representada por uma breve selecção de textos.

(71)- *Diário do Governo* nº 250, de 4/11/1905.

A reforma de 28/8/1905 (*Diário do Governo* nº 194, de 30/8/1905), de Eduardo José Coelho, justifica-se com a necessidade de introduzir aperfeiçoamentos em relação à reforma de 1894/95, pondo a tónica no papel educativo do ensino liceal, na sequência da reforma anterior: "Não basta que o lyceu ensine, é preciso que eduque". Na prática, mantém as disciplinas da reforma anterior, mas reduz as horas semanais de cada disciplina e o peso do Latim, neste caso em função da "necessidade da vida moderna" de aprender as línguas vivas, até porque na reforma anterior, diz o legislador, "a nossa especial situação de país colonial não nos parece haver sido sufficientemente ponderada". No entanto, volta a restabelecer a ramificação entre letras e ciências no curso complementar, eliminando o Português no curso complementar de ciências.

(72)- *Diário do Governo* nº 257-Iª série, 28/11/1918.

(73)- Em 1926 enfatiza-se este propósito: "nesta, como em nenhuma outra disciplina, deve haver, além do propósito da transmissão do saber, o da formação moral e intelectual do aluno."

(74)- Assim, por exemplo, o programa de 1926 destina-se, num só ano, à preparação para a Instrução Superior do Curso de Letras, tratando-se, no fundo, do reconhecimento de uma função que já existia de facto (*Diário do Governo* nº 245-Iª série, de 2/11/1926). Em 1927, os Cursos Complementares voltam a ter dois anos (Decreto nº 13.056, *Diário do Governo* nº 18, 22/1/1927).

Os programas de 1929 esclarecem ainda que o estudo das literaturas modernas "não pode nem deve ser muito profundo", sendo "mais ou menos subsidiário do estudo da literatura portuguesa", levando os alunos "pouco a pouco a compreender a beleza literária, a respeitar os valores espirituais e também a entrever a evolução dos diferentes géneros." (Decreto nº 16:362, *Diário do Governo* nº 11-Iª série, 14/1/1929).

Os programas de 1930 não trazem nada de novo (Decreto nº 18:885, *Diário do Governo* nº 225, Iª série, 27/9/1930).

(75)- O preâmbulo do Decreto nº 18:885 (de 27/9/1930) pretender pôr "de parte, até onde é possível, o sistema de programas meramente indicativos, em que as palavras são poucas, mas a matéria é tam extensa quanto o entende o autor do livro ou o professor." Por isso, estes programas visam ser "taxativos", "exequíveis" e "coordenados". Idênticas expressões surgirão no preâmbulo do Decreto nº 20.369 (*Diário do Governo* nº 232, Iª série, de 8/10/1931; rectificado no *Diário do Governo* nº 1-Iª série, de 1932).

Foi por esta ausência de programas detalhados que Alfredo Coelho de Magalhães justificou a sua *Litteratura Nacional. Programma para o Curso Complementar* (1914). Esse terá sido, segundo o autor, um dos maiores problemas do ensino desta disciplina:

"A parte do programma official relativa á historia da litteratura é redigida em termos extremamente vagos, tornando-se, por isso, indispensavel que o professor, por sua vez, organise um programma, tanto quanto possivel detalhado e preciso, respeitando sempre, é evidente, as bases d' aquelle." (1914: 7).

(76)- Em 1948 preconiza-se uma educação estética mais precoce, desde o terceiro ano: "Leitura e estudo de trechos em prosa e verso, de obras literárias portuguesas dos séculos XIX e XX, acessíveis à inteligência dos alunos, visando despertar o gosto literário e artístico, o interesse científico e contribuindo para uma sólida e recta formação moral."

Em 1954, essa educação estética inicia-se logo nos dois primeiros anos: "Recitação de breves poesias. Observação de particularidades estéticas rudimentares, só na medida em que possam contribuir efectivamente para a educação da sensibilidade." Em relação ao curso complementar, recomenda-se o confronto de textos de épocas, estilos ou de personalidades diferentes e o contacto com os textos e seus valores artísticos.

(77)- Eça e Antero entram pela primeira vez nos programas liceais em 1905. Em 1918 seleccionam-se *Cartas de Inglaterra, A Cidade e as Serras* (parte descritiva) e os *Sonetos* de Antero.

(78)- Esta remodelação de programas deveu-se à aprovação de um novo Estatuto do Ensino Liceal (Decreto-Lei nº 36: 507, de 17/9/1947), que procurava simplificar o curso geral (de cinco anos).

(79)- Daí a importância que a análise teórica ganha. No sexto ano mandam-se ler trechos de *O Verdadeiro Método de Estudar*, *Cartas* do Cavaleiro de Oliveira e as epístolas de Correia Garçon. Recomenda-se ainda a análise crítica do espírito reformista do século XVIII e a leitura de textos de Francisco José Freire, D. Francisco Alexandre Lobo e do Cardeal Saraiva.

Para o sétimo ano, para além de *A Marília de Dirceu*, surgem as composições dos poetas do "grupo brasileiro", o movimento intelectual da segunda metade do século XVII e os trabalhos históricos e filológicos das novas academias.

(80)- Em 1948 o destaque vai para o "primeiro" e para o "último" Eça, que deixa de ser "leitura de férias". Eça, afirma-se, será a figura mais estudada na parte final do programa. Quanto aos outros romances e escritos, o programa recomenda uma cautelosa reserva: "trechos de outros romances sujeitos a cuidadosa selecção, romance realista, o estilo das diversas fases da sua evolução, marca pessoal, revolução da linguagem, valor da sua arte, efeitos da sua influência e reconstituir a sua personalidade literária."

Antero continua a ser estudado através de alguns sonetos por se entender que o seu drama teria pouca ressonância aos dezasseis anos de idade: "ansiedades de um espírito sincero e nobre, rico de finas sensibilidades, enamorado de ideias generosas de justiça e humanidade, inclinado todavia à mística especulativa, e parecendo eternamente desesperado de encontrar o farol que procurava para lhe iluminar as trevas que lhe barravam os caminhos."

A exploração sumária de Junqueiro e Gomes Leal deve-se a motivos óbvios, recomendando-se que se faça referência à sua "arte cegamente apaixonada ao serviço da agitação social, com valor controvertido". Por isso, mandam-se ler só trechos de tonalidade lírica suave.

VIII. Conclusão

Ao longo deste trabalho, norteou-nos a ideia de que o discurso da história literária oitocentista se centrou na história nacional e se desenvolveu a partir da ideia de nação (étnica ou cívica), numa espécie de transferência metonímica-metafórica do conceito territorial da geografia ou do "imaginário nacional" para a esfera do literário. A concepção histórica e nacional da literatura, a partir da ideia schlegeliana, bebida em Vico e Herder, de que a diferenciação nacional acarreta necessariamente uma diferenciação estética, traduziu-se na consideração da literatura como manifestação do espírito dos povos e de uma identidade nacional específica.

Assim, a perspetivação nacional da literatura aplicou-se em termos globais ("as características" de uma literatura nacional) ou particulares (um autor ou uma obra), num vai-vém dedutivo e indutivo (os escritores representativos da nação ou do "espírito nacional"). Porém, predomina neste tipo de abordagens um critério extrínseco à literatura (o nacional, a língua nacional, factores geográficos e etnológicos) e não uma análise intrínseca (géneros literários, formas, temas, motivos). Por outro lado, todos os critérios de delimitação da literatura a uma esfera nacional (linguístico, geográfico, político, étnico) revelam inúmeras insuficiências, em grande parte devido ao facto de o conceito de literatura nacional ser uma construção retrospectiva, aplicada a épocas em que a própria nacionalidade não existia, nem tão pouco o conceito de literatura. O principal problema da circunscrição das fronteiras das literaturas nacionais resulta assim em grande parte da sua variabilidade histórica, dos intercâmbios que entrecem com outras literaturas e da aplicação à literatura de critérios heteronómicos, a começar pela própria ideia de nação. Numa Europa em que as fronteiras dos Estados-nação raramente coincidem com delimitações linguístico-etnológicas ou com "fronteiras naturais", a noção de literatura "nacional" é assim uma construção cultural complexa e problemática (1).

A história literária oitocentista é explicitamente a história da literatura nacional. O próprio termo e o conceito de "literatura" equivaliam, por abreviação, ao conjunto dos textos em que o espírito nacional se expressava ao longo da história nacional. Deste modo, a ideia de nação

e de literatura aparecem interligadas, no âmbito de uma concepção histórico-genética que subtraiu a poesia e a eloquência ao ideal universalista e atemporal do paradigma clássico. Em termos herderianos, como referimos, a língua é associada à literatura e ao *Volksgeist* nacional. E a história nacional torna-se mesmo central nas práticas literárias do romantismo, sobretudo em termos genológicos (drama e romance históricos) e a nível do código semântico-pragmático (mitologia nacional, tradições nacionais, cancionero e romanceiro populares). A própria teoria clássica da "unidade" de acção foi revista segundo este prisma. A unidade de *Os Lusíadas*, v.g., passa a estar na história nacional.

A literatura nacional é mesmo pensada à imagem e semelhança da nação e do "imaginário nacional", enquanto "comunidade imaginada" de textos, soberana e independente. Por associação com o conceito de nação oriundo da Revolução, a literatura torna-se uma expressão da "soberania nacional", de matriz popular. Ao mesmo tempo, articula-se com a concepção herderiana da nação étnica/orgânica, constituindo-se como a expressão do *Volksgeist*. A filosofia da história romântica dignifica as culturas nacionais e valoriza o seu desenvolvimento autónomo em contraposição com a lógica do progresso universal da civilização vigente no paradigma iluminista. A romantização dos géneros literários (à luz da questão homérica e da teoria do "primitivismo") e a nacionalização da cultura realizam-se assim em articulação com a emergência dos Estados-nação europeus e com a concepção orgânica das nacionalidades, associando-se o princípio das nacionalidades com o princípio da soberania nacional na fundamentação/legitimação da "identidade nacional". Se é verdade que a nação fez a literatura nacional, não é menos verdade que a literatura nacional contribuiu para fazer as nações, justificando a sua independência e unificação em nome de uma identidade cultural pressuposta (Grécia, Alemanha, etc.). Nestes termos, a literatura nacional é pensada em oposição à "literatura estrangeira", estabelecendo a história da literatura as correspondentes fronteiras culturais e as zonas de influência e interferência mútuas. Os irmãos Schlegel, e em particular F. Schlegel, definiram como critério literário fundamental o carácter nacional da literatura, configurando, em conjunto com Madame de Staël, uma cartografia europeia que opunha as literaturas do Norte, originais e nacionais (orgânicas), às literaturas meridionais, imitativas e não-nacionais (inorgânicas), com excepção da literatura espanhola. Em termos históricos, a literatura grega era

considerada o paradigma da originalidade, em contraposição com a literatura latina, imitativa daquela. Deste modo, estava estabelecida a principal distinção entre o romantismo das literaturas originais/nacionais do Norte (em particular a inglesa) e o classicismo/imitação das literaturas meridionais, em particular da francesa. Por outro lado, a dimensão nacional (original) é equiparada a um conceito tipológico de romântico e o estrangeiro equiparado a uma concepção também tipológica de clássico (imitação), que fazia da história de cada literatura um perpétuo combate entre um romantismo matricial e um classicismo "desnacionalizador".

As próprias épocas literárias são definidas em função do seu carácter nacional ou da imitação de "escolas" estrangeiras e os escritores são avaliados de acordo com a sua fidelidade aos valores nacionais. Mas, uma vez que a literatura era considerada a expressão da sociedade, as épocas eram também estabelecidas de acordo com o valor atribuído aos vários períodos da história geral e às instituições vigentes. Assim, as épocas e os autores são situados em relação à sua época, à história da nação e a todos os seus escritores, em função da "tradição nacional", daí resultando um "cânone nacional". Da combinação do critério histórico com a noção de originalidade resultam designações periodológicas que articulam simultaneamente a literatura com as épocas da história nacional (quincentismo, seiscentismo, etc.) e com a sua maior ou menor autonomia nacional (escola italiana, escola espanhola, etc.).

O conceito de literatura nacional e o discurso da história literária construíram-se, deste modo, como uma superação romântica da "literatura" clássica e da história literária iluminista, impondo-se como critério de avaliação das literaturas a sua dimensão nacional(ista). Deste modo, mesmo os países em que a tradição clássica era dominante, como a França, e de modo particular os países meridionais, orientaram a construção da sua história da literatura em novos moldes, de acordo com a noção de literatura nacional. Foi este critério novo que conduziu à conclusão de que faltava originalidade à literatura portuguesa, ideia que dominou até cerca de 1880 no discurso da história literária em Portugal.

Na sua articulação com a história (nacional), a história literária foi concebida ao longo do século XIX como a história das produções literárias de um povo/nação, em que se expressava a "alma nacional" ao longo da sua história. Desse modo, a história literária era concebida como uma espécie de "fenomenologia do espírito" nacional. A nação, entendida como um "organismo",

manifestar-se-ia assim de forma privilegiada na sua literatura. Por isso, a história literária, para além de ser uma história do espírito humano, é considerada como uma "história profunda" da nação, superior à história geral, que se limitava a narrar os factos externos de natureza político-militar, esquecendo a "vida da nação". No entanto, uma vez que a literatura era considerada como a expressão da sociedade, a história literária centrava a sua narrativa na história geral, no sentido de estabelecer um certo paralelismo entre a sociedade e a literatura. Assim, a periodologia dominante articula a concepção orgânica da nação, em termos naturalistas (com inspiração na botânica ou na biologia) ou antropomórficos (as idades da vida). Tratava-se de estudar as origens, o desenvolvimento (ou progresso), a decadência e a regeneração/restauração do "organismo nacional" ao longo da sua história, de acordo com o seu "código genético" (a "índole" nacional), para verificar a sua vitalidade (progresso) ou a falta dela (decadência).

Uma vez que a história literária narrava a história do espírito nacional e permitia aceder à "identidade nacional", tornou-se dominante a ideia de que era necessário escrever a história da literatura portuguesa. A sua necessidade foi assim sentida até aos anos setenta como um modo decisivo de fundamentação e de afirmação da cultura e da identidade nacionais, como um acto patriótico por excelência. A revolução liberal e o Romantismo articularam-se nesta nacionalização da cultura (no teatro, na construção de uma "língua literária", na historiografia, na recolha das tradições populares, etc.), ao serviço do Estado-nação emergente, construindo uma genealogia romântica da cultura nacional, com base numa Idade Média idealizada, que funciona como modelo político ("monarquia liberal"), religioso (cristianismo), social (o "terceiro estado") e literário (tradições populares, etc.). Desde então, política e literatura tornam-se indissociáveis, na medida que o moderno Estado-nação implicou uma reestruturação das hierarquias sociais e políticas. Em todo este percurso, evidenciam-se assim modelos diferenciados de nação, que vão desde a defesa da monarquia constitucional até à proclamação da necessidade de realizar uma "revolução" social (socialistas) e política (republicanos). Como observámos, desde a Geração de 70, a cultura volta-se contra a política e procura orientá-la.

O discurso da história literária oitocentista é uma construção operada pelo romantismo historicista e nacionalista, transitando em meados do século XIX para um paradigma positivista, que deu continuidade à história literária romântica, embora aplicando o modelo das ciências

naturais à história. Com efeito, a dimensão nacionalista da história literária enfatizou-se nesta transição, cuja alteração mais significativa consistiu, no percurso de Teófilo Braga, na valorização comitiana da *latinidade* (a civilização ocidental) e na proclamação da sua superioridade em relação aos povos germânicos do Norte. Ao adoptar esta concepção, Teófilo Braga alterou a sua história da literatura portuguesa. Como constatámos, quando Teófilo Braga encarou a literatura portuguesa pelo "ângulo do Norte" concluiu que não tinha originalidade, mas a nova "perspectiva meridional" conduziu-o à ideia de que a literatura nacional era fecunda e original, uma vez que Teófilo Braga passou a defender, com Comte, a continuidade da civilização ocidental, de que fazia parte a antiguidade clássica. Nesta lógica, o Renascimento é considerado como um momento histórico de triunfo e afirmação desta mesma civilização. Mas, dada a sua concepção étnica da nação, teve também de alterar a etnogenealogia da "raça" portuguesa, que deixou de estar adstrita a um espaço germânico (os "moçárabes"), no âmbito do qual teria sido oprimida pelo elemento latino/clássico, para se integrar numa civilização meridional (lígyres-lusos). O seu elemento antagónico passa agora a ser o castelhanismo e o imperialismo da casa de Áustria. Deste modo, o critério nacional continua a ser dominante e a questão central deixa de ser a oposição entre a imitação clássica e a tradição nacional, passando Teófilo a encarecer a dimensão nacional (língua, história, temática, etc.) dos escritores "clássicos" face a um "castelhanismo" absorvente e dominador.

A adesão de Teófilo Braga ao positivismo não consistiu assim na simples procura de um sistema que lhe permitisse obter uma forte disciplina formal. Foi a partir da sua "conversão" que passou a valorizar a latinidade e "inventou" uma genealogia lusa para a nação (e uma tradição nacional), transformando a visão disfórica da literatura e da cultura portuguesa até aí prevalente. O momento crucial em que esta transformação se opera dá-se com a comemoração do Tricentenário de Camões, cujos resultados parecem ter tido o efeito de entusiasmar o próprio Teófilo Braga. Não obstante as suas motivações pessoais e políticas, é a partir de Teófilo que se inicia a transição de uma concepção decadentista de Portugal para um nacionalismo político-cultural de teor positivo.

Torna-se assim evidente a dimensão construtiva do discurso da história literária em Portugal. A sua utilização como "prática discursiva identitária" assumiu importantes funções ao nível da "invenção da tradição" e da socialização da "identidade nacional", ao nível da "esfera pública" -em particular nas cerimónias públicas (centenários, dia de Portugal/Camões, etc.)- e do sistema de ensino (Curso Superior de Letras, ensino liceal), contribuindo de modo decisivo para a "invenção de Portugal". Convém recordar que a Academia Real das Ciências de Lisboa entendia que a literatura portuguesa compreendia a história e a língua de Portugal. No Curso Superior de Letras, por sua vez, acrescentava-se o estudo das literaturas modernas (especialmente a portuguesa) e a história de Portugal, de modo a promover o "capital moral" do país. A literatura nacional torna-se matéria do ensino liceal a partir de 1880 e desde finais do século XIX associa-se, nos primeiros anos, ao estudo da história pátria e da língua portuguesa. A história geral e a história literária, como a literatura, estiveram assim voltadas para a nação, com a função social e pedagógica de difundir uma certa permanência identitária, uma certa memória nacional.

Em todo este processo construtivo, a história literária, quer como "formação discursiva", quer através das suas "práticas discursivas", foi um "saber humano" politicamente hipotecado ao poder (sobretudo no ensino), mas também constituiu uma forma de luta pelo poder. Aliás, esta parece ser a sua vocação desde F. Bacon (a "secularização do saber"). Localizada num espaço discursivo amplo (história, antropologia, sociologia), a história literária oitocentista é uma construção do nacionalismo cultural do século XIX (da nação burguesa-liberal), e coloca-se, com Teófilo Braga, ao serviço da causa republicana (como contra-poder), transformando-se com a República num forte elemento legitimador dos valores nacionais. E no entanto, tanto os irmãos Schlegel como A. Comte, que influenciaram profundamente Teófilo, tinham uma orientação conservadora e contra-revolucionária. Com efeito, a condenação do Renascimento e a valorização da Idade Média não implicavam *ipso facto* uma concepção revolucionária da sociedade. Mas também não eram sinónimo de conservadorismo, como pretendia Teófilo Braga em relação ao pensamento de Herculano, que foi marcante na construção do discurso da história literária em Portugal. Foi nele, aliás, que Teófilo se inspirou para aplicar o modelo schlegeliano à história da literatura portuguesa, apoiando-se também em Garrett no que respeita à valorização da "poesia popular", que não mereceu grande atenção a Herculano.

Ao mesmo tempo, parece-nos evidente que os críticos literários e os historiadores da literatura portuguesa acompanharam as principais tendências europeias do discurso da história literária do seu tempo, do romantismo ao positivismo. O discurso da história literária e os seus pressupostos estão presentes de modo intenso na crítica literária e na história da literatura, quer se trate da história literária de matriz iluminista, quer da história da literatura romântico-positivista. Por isso, parece-nos que não existiu um "vazio doutrinal" na literatura portuguesa oitocentista (cf. IV, n. 46). Porém, há que ter em conta que muitas das reflexões doutrinárias e históricas com que nos deparámos são indissociáveis das posições pessoais e da ideologia dos seus autores, na sua luta pelo "poder simbólico", tanto na esfera política como no campo literário.

No século XIX, um sintagma como história da literatura portuguesa centrava-se sobretudo na nação portuguesa e na cultura nacional, presente no próprio termo e conceito de literatura (nacional), que englobava a língua, a história e as "belas-letas", que documentavam a própria história da nação na sua vertente colectiva e espiritual. Convém não esquecer que o projecto final de G. Lanson consistia na elaboração de uma história literária da França, de uma espécie de sociologia da vida literária francesa em toda a sua amplitude.

O estudo das línguas e literaturas modernas teve como espaço discursivo e disciplinar fundadores a história literária das **nações**, que mantém ainda hoje uma função reguladora em relação aos planos de estudo do ensino secundário e superior, presidindo à própria lógica das divisões departamentais e dos vários ramos das Ciências da Literatura, com as suas subdivisões nacionais e epocais, agregadoras dos diversos autores e das suas obras (escalonadas por géneros), o que se reflecte de forma visível na biblioteconomia.

Esta longa persistência e dominação escolar da história literária é surpreendente quando comparada com o seu *ocaso* e esgotamento enquanto formação discursiva: "A forma da história literária que herdámos sobrevive apenas, na vida intelectual do nosso tempo, através de uma existência de miséria." (Jauss, 1993 [1973]: 19). Vítima das dificuldades do seu objecto e dos seus exageros (factualismo, nacionalismo), alvo de um longo processo crítico no século XX pelos "grandes movimentos de teoria e crítica literárias da primeira metade do século - o formalismo russo, o *new criticism* anglo-americano, a estilística" (Aguar e Silva, 1990: 28), a

história literária foi marginalizada no âmbito do campo dos estudos literários. A longa crise que a história literária atravessou deveu-se em particular à crise do próprio conceito de história que a suportava, revelando uma descrença na "razão histórica" e nos seus mitos, fenómeno que em última instância resulta da crise da própria modernidade e dos seus avatares (progresso, superação) (2). Por outro lado, o ocaso da história literária tem também a ver com a desvalorização dos ideais ao serviço dos quais funcionava como património cultural e simbólico: a nação, a identidade nacional, o patriotismo e a consciência cívico-moral (3).

É necessário também ter em conta que, como sublinha G. Petronio, a imagem que uma época tem da literatura condiciona a ideia que ela produz do seu processo histórico e a própria modelização da história literária (1990a: 159). Por consequência, não surpreende que a emergência e o esplendor da história literária se dê quando predominou um conceito de literatura como expressão da sociedade, quer com os românticos, quer com os positivistas. Por seu turno, a história literária é desvalorizada pelas concepções individualistas da arte (neoidealismo italiano, simbolismo, etc.), que põem a tónica na autonomia estética da literatura, como as teorias formalistas da literatura e as práticas literárias da literatura moderna e contemporânea (arte pela arte, modernismo, vanguardas). Com efeito, uma das principais acusações feitas à história literária consistiu no facto de ter esquecido a "literatura" enquanto monumento estético e de ter utilizado os textos literários como "documentos" (da sociedade, da história, etc...), numa abordagem extrínseca, centrando-se no que era exterior à obra literária. Deste modo, a emergência, desde finais do século XIX, de um novo conceito de literatura, centrado na autonomia estética da literatura, pode considerar-se como uma das razões que conduziu à crise da história literária. Nasce aí, parece-nos, a consciência da incompatibilidade entre a história e a literatura, dominante na reflexão da teoria da literatura ao longo do século XX.

Este irreduzível divórcio foi proclamado por Roland Barthes - *Histoire ou littérature ?* (1979) - em termos de uma exclusão mútua, que metaforizou na incomunicabilidade entre dois continentes, a história e a literatura, como se não existisse alternativa entre a *documentalização* historicista e a *monumentalização* estetizante (e formalista) (4).

A questão centra-se assim na possibilidade de aplicar o modelo histórico à literatura e às obras literárias, de articular a literatura com o discurso da história, dado o carácter paradoxal da

obra literária: "les formes résistent, ou, ce qui est pire, elles ne changent pas au même rythme." (Barthes, 1979: 138). A dificuldade de passar da literatura à história ensina "qu' il y a un statut particulier de la création littéraire;(…), mais encore que cette spécialité de l' oeuvre contredit dans une certaine mesure à l' histoire, bref que l' oeuvre est essentiellement paradoxale, qu' elle est à la fois signe d' une histoire, et résistance à cette histoire." (*id.*: 139) (5). Nas histórias da literatura, "tout le monde sent bien que l' oeuvre échappe, qu' elle *est autre chose* que son histoire même." (*ibid.*). O estatuto particular do texto literário torna difícil a sua articulação com o discurso histórico, pois a literatura "resiste" duplamente à história, quer à historicidade do seu tempo (funcionando como "história crítica"), quer à própria passagem do tempo, pois a obra literária é, de certo modo, atemporal, é do seu tempo e de todas as épocas.

Esta aporia ontológica conduz à questionação da própria "possibilidade" da história literária como disciplina, como no sugestivo título de David Perkins, *Is Literary History Possible ?* (1992), que retoma uma interrogação de René Wellek de meados do século XX:

"Será possível escrever história literária, isto é, uma coisa que seja simultaneamente literária e uma história ?" (Wellek, s/d: 315); "A maioria das principais histórias da literatura são ou histórias da civilização ou colectâneas de ensaios críticos. O primeiro tipo não é história de *arte*; o segundo não é *história* de arte." (*id.*: 317) (6).

Outra aporia da história literária decorrente da "resistência" da literatura a um método histórico consiste no facto de não existir necessariamente progresso histórico na literatura (e na arte em geral). É esta incomensurabilidade que conduz R. Wellek a proclamar o ocaso da história literária: "No hay ni progreso, ni desarrollo, ni historia del arte a excepción de la historia de los escritores, las instituciones y las técnicas. Esto viene a ser, al menos para mí, el fin de una ilusión, el ocaso de la historia literaria." (1983: 260).

Com efeito, o conjunto de práticas discursivas relativas ao que há dois séculos e meio foi designado como literatura viveu antes num espaço discursivo dominado pela Poética e pela Retórica e numa esfera ahistórica. Por outro lado, por si só, a existência de obras e de escritores não garantem a necessidade da história literária. No entanto, a história literária no século XIX exerce ainda uma forte influência no campo dos estudos literários, pelo menos em termos escolares.

Hoje, porém, a crescente teorização sobre a história literária contrasta, de modo flagrante, com a escassez da sua produção. Pelo contrário, no passado escreviam-se muitas *histórias* da literatura e teorizava-se pouco sobre a história literária, o que, no mínimo, revela uma certa incompatibilidade entre a teoria literária e a história literária (7). Siegfried Schmidt começa a sua proposta empírica sobre a escrita das "histórias da literatura" precisamente com esta questão: "Escribir historias de la literatura: Un proyecto necesario e imposible ? " (1995 [1985]: 245) (8).

Mas também nos podemos interrogar se é possível estudar a literatura de outro modo: "It is conceivable to think of university scholarly study (*Wissenschaft*) of literature 'after history' ?" (Bahti, 1992: 292) (9). A literatura emergiu na "Idade da História" e justificou-se na sua historicidade e relatividade, como produto de uma dada época e de uma sociedade, em oposição à "Grande Ordem" clássica, com a sua Poética atemporal e universal. A história literária oitocentista estava vinculada à "literatura nacional" e estruturou-se, como verificámos, em torno da ideia de nação e da história nacional. Reconhecer essa especificidade da história literária é já um modo de dar conta da historicidade da literatura. Mas esta impossibilidade de fugir à história literária (10) não implica que não possa (tenha de) ser pensada de outro modo, de acordo com a sua complexidade polifónica (11), com a nossa historicidade e com a vida histórica da literatura, cuja vitalidade resulta, paradoxalmente, da superação da história.

Notas

VIII

(1)- Cf. D. Baggioni (1997: 38, 253), Anne-Marie Thiesse (1999: 227-33), Eva Kushner (1989: 110), Claudio Guillén (1998: 301) e José Lambert (1990; 1999: 55-6).

(2)- F. J. Vieira Pimentel destaca como causas desta subalternização da história literária o enfraquecimento da ideia romântica de nação, o ocaso das grandes narrativas e o cepticismo acerca das lições do passado (1998: 292). Cf. A. Compagnon, 1991: 368-9.

(3)- Cf. Aguiar e Silva (1990: 28), G. Petronio (1981: XLVI), O. Tacca (1968: 25-6) e E. Baker (1990: 12, 18).

(4)- Hans R. Jauss critica o marxismo e o formalismo como exemplos do extremar de ambas as posições (numa espécie de reatualização do confronto do positivismo com o idealismo), porque aumentam o abismo entre a literatura e a história (cf. 1993 [1973]: cap. III).

De acordo com G. Genette, em "Poétique et histoire", a única história literária possível é a das formas, ou seja, dos códigos retóricos, das técnicas narrativas, das estruturas literárias codificadas, da metáfora à rima. Por isso, é apologista de uma história das formas literárias, na sua permanência e transformação, "une histoire de la littérature prise en elle-même (et non dans ses circonstances extérieures) et pour elle-même (et non comme document historique)" (1972b: 17).

(5)- Cf. Paul de Man (1983: 142-65), Eduardo Prado Coelho (1987: 295-312) e F. J. V. Pimentel (1991: 28).

(6)- Cf. Barthes (1979) e G. Genette (1972b: 14, 20).

Numa síntese da questão, F. J. V. Pimentel destaca esta "lateralização" da dimensão estética: "E sabe-se também que a história literária positivista só podia ter sido a história daquilo que a literatura nunca foi, nem será: uma monumental colecção de factos alheios ao presente do observador, ilusoriamente apreendidos 'tal como foram'." (1991: 28-9).

(7)- Cf. M. L. Ferraz (1993/94).

(8)- É necessário distinguir a questão da "possibilidade" da disciplina e da possibilidade de existirem obras de história literária. Assim, para David Perkins, a verdadeira questão é saber se a disciplina pode ser intelectualmente respeitável, pois na prática "Hundreds of books and articles testify every year that literary history can be written." (1992: 12). Aliás, G. Gorni regista em tom crítico o que considera ser a produção excessiva de histórias da literatura italiana (de cinco em cinco anos) (1995: 79-86).

A questão da possibilidade da história literária passa assim por uma "história crítica" da história literária tradicional, dos seus conceitos, taxinomias e "cânones nacionais" (Baker, 1990: 18). Daí a dificuldade acrescida da história literária: "Can literary history then explore and deploy both an object-language (in accordance with the older positivist dream of literary history) and a meta-language (in the terms of the contemporary reflexive turn) ? " (Méchoulan e Prendergast, 1999: 3-4).

Esta "impossibilidade" pode ainda ler-se à luz da incompatibilidade que Uwe Jaap assinala: "Few disciplines have, apparently, so little to do with each other as the writing literary history and the theory of literary history." (*apud* Perkins, 1992: 12, n. 23). De qualquer modo, para Schulz-Buschhaus, "Dietro questo paradosso, cioè al moltiplicarsi di ricerche individuali e di riflessioni metodologiche, e alla contemporanea dissoluzione della storia letteraria in forma enciclopedica o antologica, sembra celarsi un dilemma più profondo." (1990: 174).

(9)- Bahti reconhece a necessidade de pensar a literatura nas suas estruturas e operações, em termos teóricos (v.g., N. Frye e P. de Man), sem negar a sua história, na qual emerge, e sem cair no historicismo. Considera, no entanto, que os estudos de de N. Frye e de Paul de Man não são teorias "pós-históricas": "Reading literature after history would seem to be to read everything that is there, in its history, and the nothing that, then, is. No longer history, no longer a story, but the unknow no-thing of literature' s being known otherwise. And *this* would be literature, allegory, and reading after Hegel." (*id.*: 293).

(10)- A historicidade das produções culturais e a ausência "di un punto di vista transcendente, fondativo e costitutivo", como observa Guido Guglielmi, torna mesmo incontornável a história literária: "allora non solo è possibile una storia della letteratura, ma è solo possibile una storia della letteratura." (1993: 22).

Segundo S. Greenblatt, "the history of literature is always the history of the possibility of literature" (1997: 470).

(11)- "Um processo tão complexo - que postula poliglotismo, direcções várias, continuidades e descontinuidades, camadas coexistentes, heterogéneas e conflituantes - exclui o predomínio de conceitos de índole teleológica que, na sua vivência quotidiana, as sociedades contemporâneas estão ainda longe de poder dispensar: exaltação do progresso, movimentação 'para diante', missão pedagógico-legitimadora das histórias e literaturas nacionais." (Pimentel, 1991: 30).

Num recente diagnóstico da situação escolar, Aguiar e Silva afirma que "Não é com o ensino da história literária -e, sobretudo, não é com o ensino de uma esquelética, esquemática e dogmática história literária- que se seduzem e formam leitores e que se educa o gosto estéticoc-literário." (1998/99a: 27).

Bibliografia

I. Teoria, história, crítica

- AA. VV. (1991)- *Culture and Society. A Sociology of Culture*. London: MacMillan.
- ABAD, Francisco (1987)- *Literatura e Historia de las Mentalidades*. Madrid: Catedra.
- ADAM, J. M. (1985)- *Le Texte Narratif*. Paris: Nathan.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de (1984)- "Teorização literária", *Actas do X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa; I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa/Coimbra/Porto: Instituto de Cultura Brasileira/Universidade de Lisboa, pp. 259-273.
- _____(1988)-*Teoria da Literatura*, 8ª ed. Coimbra: Almedina.
- _____(1990)-*Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta.
- _____(1998/99a)- "Teses sobre o ensino do texto literário na aula de Português", *Diacrítica*, 13-4: 23-31.
- _____(1998/99b)- "As relações entre a Teoria da Literatura e a Didáctica da Literatura: filtros, máscaras e torniquetes", *Diacrítica*, 13-4: 85-92.
- ALDARACA, Bridget; BAKER, Edward e BEVERLY, John (ed.s) (1990)- *Texto y Sociedad: Problemas de Historia Literaria*. Amsterdam/Atlanta: Ed. Rodopi B. V.
- ALTIERI, Charles (1990)- *Canons and Consequences: Reflections on the Ethical Force of Imaginative Ideals*. Illinois: Northwestern U. P.
- ANDERSON, Benedict (1996)- *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso [7ª reimpressão da 2ª ed. revista, de 1991].
- d' ANGELO, Paolo (1998)- *A Estética do Romantismo*. Lisboa: Estampa [1997].
- ANGENOT, Marc, et alii (ed.) (1989)- *Théorie Littéraire. Problèmes et Perspectives*. Paris: P.U.F.
- _____(1995)-"Préface" a BERND, Zilà (1995).
- ANKERSMIT, F. R. (1983)- *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- _____(1994)- *History and Tropology*. California: California U. P.
- ANTONELLI, Roberto (1995)- "Tempo e Spazio nella Storiografia Letteraria", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 161-95.

- ANTONIO MARAVALL, José (1972)- "Mentalidad burguesa e idea de la historia en el siglo XVIII", *Revista de Occidente*, 107: 250-285.
- APPIAH, K. Anthony (2001)- "Cosmopolitan Reading", in DHARWADKER, Vinay (ed.) (2001), pp. 197-227.
- ARAC, Jonathan e RITVO, Harriet (ed.s) (1995)-*Macropolitics of Nineteenth-Century Literature: Nationalism, Exoticism, Imperialism*. Durham/London: Duke U.P.
- ARISTÓTELES (1980)- *La Poétique*. Trad. e coment. R. Dupont-Roc e J. Lallot. Paris: Seuil.
- BAASNER, Frank (1990)- "Storie della Letteratura Italiana in Germania. Un Compendio Storico", in PETRONIO (ed.) (1990), pp. 3-22.
- BACKÈS, Jean-Louis (1989)- "Poétique Comparée", in BRUNEL, Pierre - CHEVREL, Yves (ed.s) (1989), pp. 85-103.
- BACON, Francis (1991)- *Du progrès et de la promotion des savoirs*, trad. e notas de Michèle le Doeuff. Paris: Gallimard [1605].
- BAGGIONI, Daniel (1997)- *Langues et nations en Europe*. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- BAHTI, Timothy (1992)- *Allegories of History: Literary Historiography after Hegel*. Baltimore/London: Johns Hopkins U. P.
- BAKER, Edward (1990)- "La problemática de la historia literaria", in ALDARACA, Bridget; BAKER, Edward e BEVERLY, John (ed.s) (1990), pp. 11-8.
- BAKHTINE, Mikhail (1970)- *La poétique de Dostoievsky*. Paris: Seuil.
- _____(1979)- *Le marxisme et la philosophie du langage*, 2^a ed. Paris: Minuit.
- _____(1984)- *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard.
- BAL, Mieke (1986)- "Tell-Tale Theories", *Poetics Today*, 7 (3): 555-564.
- _____(1987)- *Teoría de la Narrativa*, 2^a ed. Madrid: Cátedra.
- _____(1990)- "The Point of Narratology", *Poetics Today*, 11(4): 725-753.
- BALDELLI, Ignazio (1995)- "Lingua, Letteratura e Storia", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 99-113.
- BARFOOT, C. C. (ed.) (1997)- *Beyond Pug' s Tour. National and Ethnic Stereotyping in Theory and Literary Practice*. Amsterdam/Atlanta: Ed. Rodopi B. V.
- BARRENTO, João (ed.) (1986a)- *História Literária - Problemas e perspectivas*, 2^a ed. Lisboa: apáginastantas.
- _____(1986b)- "O Regresso de Clio ? - Situação e Aporias da História Literária", in BARRENTO, João (ed.) (1986a): 9-33.
- BARTHES, Roland (1979)- "Histoire ou littérature ?", *Sur Racine*, pp. 137-57. Paris: Seuil [1960].
- _____(1982)- "Le discours de l' histoire", *Poétique*, 49: 13-21 [1967].
- _____(1984)- "A morte do autor", *O Rumor da Língua*. Lisboa: Ed. 70, pp. 49-53 [1968].
- BASSNETT, Susan (1993)- *Comparative Literature. A Critical Introduction*. Oxford/Cambridge: Blackwell.

- BÉHAR, Henri e FAYOLLE, Roger (ed.s) (1990)- *L'histoire littéraire aujourd'hui*. Paris: Collin.
- BÉJI, Hélé (1997)- "Équivalence des cultures et tyrannie des identités", *Esprit*, 228: 107-118.
- BEMMEL, Eugène Van (1971)- "Introdução" a SCHLEGEL, August Wilhelm (1971), pp. V-XIV.
- BENJAMIN, Walter (1969)- "Theses on the Philosophy of History", *Illuminations*. New York: Schocken Books, pp. 253-264 [1950].
- BENNINGTON, Geoffrey (1990)- "Postal politics and the institution of the nation", in BHABHA (ed.) (1990), pp. 121-37.
- BERCÉ, Yves-Marie (1995)- "Histoire littéraire et histoire", *Revue d'Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 131-8.
- BERCOVITCH, Sacvan (ed.) (1986)- *Reconstructing American Literary History*. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard U. P.
- BERND, Zilà (1995)- *Littérature Brésilienne et Identité Nationale (Dispositifs d'exclusion de l'Autre)*. Paris: L' Harmattan.
- BERTENS, Hans (1996)- "From Over-Confidence to Clear and Present Danger. Comparative Literature and Intellectual Fashion", in HENDRIX, Arald *et alii* (ed.s) (1996), pp. 7-12.
- BETTENCOURT, Francisco (1991)- "A sociogénese do sentimento nacional", in BETTENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (ed.s) (1991), pp. 473-503.
- BEUGNOT, Bernard (1994)- "*Historia Literaria* et Histoire Littéraire", *La Mémoire du Texte*. Paris: Honoré Champion Éditeur, pp. 107-26.
- BEYRIE, Jacques (1994)- *Qu'est-ce qu'une littérature nationale ? Écriture, Identité, Pouvoir en Espagne*. Toulouse: P. U. du Mirail.
- BEZZOLA, Reto R. (1958)- "La Formation des Littératures Nationales", in QUENEAU, Raymond (ed.) (1958)- *Histoire des Littératures*. Paris: Gallimard, Coll. "La Pléiade", t. II, pp. 3-29.
- BHABHA, Homi K. (ed.) (1990)- *Nation as Narration*. London/New York: Routledge.
- _____(1994)- *The location of culture*. London/New York: Routledge.
- BLOOM, William (1990)- *Personal Identity, National Identity and International Relations*. Cambridge: Cambridge U. P.
- BODNAR, John (1992)- *Remaking America. Public Memory, Commemoration and Patriotism in the Twentieth Century*. Princeton/New Jersey: Princeton U. P.
- BODY, Jacques (1980)- "Sur l' Idée et sur des Projets de Théâtre Nacional", *Revue de Littérature Comparée*, 4: 391-402.
- BONNEFOY, Yves (1995)- "L' Histoire et L' Invention Littéraire", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 11-17.
- BONNELL, Victoria E. e HUNT, Lynn (ed.s) (1999)- *Beyond the Cultural Turn. New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley/Los Angeles: U. California P.
- BORGES, Jorge Luis (1989)- *Obras completas* (1923-1949), t. I. Lisboa: Teorema.

- BOUILLOUD, Jean-Philippe (1997)- *Sociologie et société. Épistémologie de la réception*. Paris: P.U.F.
- BOURDIEU, Pierre (1982)- *Ce que parler veut dire. L' économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- _____(1989)- *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- _____(1992)- *Les règles de l' art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil.
- BOUTOT, Alain (1993)- *L' Invention des Formes: Chaos - Catastrophes - Fractales - Structures dissipatives - Attracteurs étranges*. Paris: Odile Jacob.
- BRENAN, Timothy (1990)- "The national longing for form", in BHABHA, Homi K. (ed.) (1990), pp. 44-70.
- BROWN, Marshall (1997)- *Turning Points. Essays in the History of Cultural Expressions*. Stanford/California: Stanford U. P.
- BRUNEL, Pierre - CHEVREL, Yves (ed.s) (1989)- *Précis de Littérature Comparée*. Paris: P.U.F.
- BRUNEL, Pierre (1989)- "Introduction", in BRUNEL, Pierre - CHEVREL, Yves (ed.s) (1989), pp. 11-27.
- BRUNS, Gerald L. (1982)- *Inventions. Writing, Textuality, and Understanding in Literary History*. New Haven/London: Yale U. P.
- BRYSON, Norman (1992)- "Art in Context", in COHEN, Ralph (ed.) (1992)- *Studies in Historical Change*. Charlottesville/London: U. P. Virginia, pp. 18-42.
- BUESCU, Helena Carvalhão (1991)- "Gravitações: Literatura comparada e história literária", *Dedalus*, 1: 207-217.
- BURKE, Peter (ed.) (1991)- *New Perspectives on Historical Writing*. Oxford/Cambridge: Polity Press & Basil Blackwell.
- _____(1997)- *Vico*. São Paulo: UNESP [1985].
- CALINESCU, Matei (1977)- *Faces of Modernity : Avant-garde, Decadence and Kitsch*. Bloomington: Indiana U. P.
- _____(1991)- "Some remarks on the logic of period terms: Modernism, late modernism, postmodernism", *Dedalus*, 1: 279-292.
- CALVO SANZ, Roberto (1993)- *Literatura, Historia e Historia de la Literatura. Introducción a una Teoría de la Historia Literaria*. Kassel: Ed. Reichenberger.
- CAMPOS, José A. Segurado e (1997)- "A história literária nos autores latinos", *Românica*, 6: 11-30.
- CÂNDIDO, António (1981)- *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)* , 6ª ed., 2 vl.s. São Paulo: Livraria Martins Ed.
- CANOVAN, Margaret (1996)- " 'Breathes there the man, with soul so dead...' Reflections on patriotic poetry and liberal principles", in HORTON, John e BAUMEISTER, Andrea T. (1996)- *Literature and the Political Imagination*. London/New York: Routledge, pp. 170-197.

- CARAFIOL, Peter (1996)- " 'Who I Was': Ethnic Identity and American Literary Ethnocentrism", in WONHAM, Henry B. (ed.) (1996), pp. 43-62.
- CARROL, David (ed.) (1990)- *The States of 'Theory': History, Art, and Critical Discourse*. New York: Columbia U. P.
- CARVALHAL, Tânia Franco (1991)- "A questão do nacional (a reflexão inter-literária e o início da historiografia literária brasileira)", *Dedalus*, 1: 49-61.
- CASANOVA, Pascale (1999)- *La République Mondiale des Lettres*. Paris: Seuil.
- CAUSSAT, Pierre, ADAMSKI, Dariusz e CRÉPON, Marc (1996)- *La langue source de la nation. Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale (du XVIIIe au XXe siècle)*. Hayen: Pierre Mardaga.
- CERTEAU, Michel de (1975)- *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- CHATMAN, Seymour (1978)- *Story and discourse*. Ithaca/London: Cornell U. P.
- _____ (1988)- "On Deconstructing Narratology", *Style*, 22 (1): 9-17.
- _____ (1990)- "What Can We Learn from Contextualist Narratology ? ", *Poetics Today*, 11(2): 309-328.
- CHAUNU, Pierre (1983)- *Historia y Decadencia*. Barcelona: Ed. Juan Granica [1981].
- CHEVREL, Yves (1989)- "Les Études de Réception", in BRUNEL, Pierre, CHEVREL, Yves (ed.s) (1989), pp. 177-214.
- CHOPPIN, Alain (1992)- *Manuels Scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette.
- CINNIRELLA, Marco (1997)- "Ethnic and National Stereotypes: a Social Identity Perspective", in BARFOOT, C. C. (1997) (ed.), pp. 37-51.
- CIXOUS, Hélène (1989)- "From the Scene of the Unconscious to the Scene of History", in COHEN, Ralph (ed.) (1989): 1-18.
- COELHO, Eduardo Prado (1987)- *Os Universos da Crítica*. Lisboa: Ed. 70.
- COHEN, Ralph (ed.) (1989)- *The Future of Literary Theory*. New York/London: Routledge.
- _____ (ed.) (1992)- *Studies in Historical Change*. Charlottesville/London: U. P. Virginia.
- COHN, Dorrit (1990)- "Signposts of Fictionality: A Narratological Perspective", *Poetics*, 11 (4): 775-804.
- COLLIER, Peter e GEYER-RYAN, Helga (ed.s) (1990)- *Literary Theory Today*. Oxford/Cambridge: Polity Press & Basil Blackwell.
- COLLINGWOOD, R. G. (1994)- *A Ideia de História*, 8ª ed. Lisboa: Presença [1946].
- COMPAGNON, Antoine (1991)- "D' un fin de siècle à l' autre", *Dedalus*, 1: 367-376.
- _____ (1995)- "Deux absences remarquables en 1894: Brunetière, Lanson et la fondation de la *Revue d' Histoire Littéraire de la France* ", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 29-53.
- _____ (1998)- *Le Démon de la Théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Seuil.
- CORBIN, Alain (1995)- "Histoire Littéraire et Histoire Sociale", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 176-8.

- CORNIS-POPE, Marcel (1992)- *Hermeneutical Desire and Critical Rewriting. Narrative Interpretation in the Wake of Poststructuralism*. London /Hong Kong: Macmillan.
- CRISTIN, Claude (1973)- *Aux origines de l'histoire littéraire*. Grenoble: P. U. de Grenoble.
- CROCE, Benedetto (1994)- *La Poesia. Introduzioni alla Critica e Storia della Poesia e della Letteratura*, org. G. Galasso Milano: Adelphi Edizioni [1936].
- _____(1996)- *Filosofia - Poesia - Storia*, org. G. Galasso. Adelphi Edizioni
- CROWLEY, Tony (1996)- *Language in History*. London/New York: Routledge.
- CUESTA ABAD, José Manuel (1991)- *Teoría Hermenéutica y Literatura*. Madrid: Visor.
- _____(1997)- *Las Formas del Sentido. Estudios de Poética y Hermenéutica*. Madrid: UAM Ediciones.
- CULLER, J. (1980)- "Fabula and Sjuzhnet in the Analysis of Narrative. Some American Discussions", *Poetics Today*, 1 (3): 27-37.
- CURTIUS, Ernst Robert (1976)- *Literatura Europea y Edad Media Latina - I*. Mexico/Madrid/Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica [1948].
- _____(1989)- *Ensayos críticos sobre la literatura europea*. Madrid: Visor.
- DÁMASO ALONSO (1974) - *Poesía Española* , 6ª ed. Madrid: Gredos.
- DANTO, Arthur C. (1985)- *Narration and Knowledge*. New York: U. Columbia P.
- DAVIS, Robert Con (ed.) (1986)- *Contemporary Literary Criticism. Modernism Through Post-Structuralism*. New York / London: Longman.
- DEANE, Seamus (ed.) (1990)- *Nationalism, Colonialism and Literature*. Minneapolis/London: U. of Minnesota P.
- DEDALUS (1993/1994), nº 3/4, "Histórias: mundos e tempos do literário".
- DELANNOI, Gil e TAGUIEFF, Pierre-André (ed.s) (1993)- *Teorías del nacionalismo*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós.
- van DELFT, Louis (1993)- *Littérature et anthropologie. Nature humaine et caractère à l'âge classique*. Paris: P.U.F.
- DÉLON, Michel (1995)- "Quelques Remarques sur les Objets de L' Histoire Littéraire en France Aujourd' hui", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 171-5.
- DERRIDA, Jacques (1967)- *De la Grammatologie*. Paris: Minuit.
- _____(1980)- "The Law of Genre", *Critical Inquiry*, 7: 55-81.
- DHARWADKER, Vinay (ed.) (2001)- *Cosmopolitan Geographies. New Locations in Literature and Culture*. New York/London: Routledge.
- DHOQUOIS, Guy (1991)- *Histoire de la Pensée Historique*. Paris: Armand Colin.
- DISCURSOS (1996), nº 13: "Literatura, Nacionalismos, Identidade".
- DOLLIMORE, Jonathan (1990)- "Shakespeare, Cultural Materialism, Feminism and Marxist Humanism", *New Literary History*, 21 (3): 471-493.
- DUBOIS, Claude-Gilbert (1991)- "Mythologies des origines et identité nationale", in BETTENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (ed.s) (1991), pp. 31-48.

- DUBY, Georges (1995)- "Scrivere storia", in ROSA, Alberto Asor (ed.)(1995), pp. 43-54.
- DUCHET, Claude (1995)- "La Sociocritique dans l' Histoire Littéraire", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 179-184.
- EAGLETON, Terry (1983)- *Literary Theory. An Introduction*. London: Basil Blackwell.
- _____(1990)- "Nationalism: Irony and Commitment", in DEANE (ed.) (1990), pp. 23-39.
- EASTHOPE, Antony (1991)- *Literary into Cultural Studies*. London/New York: Routledge.
- ELIOT, T. S. (1962)- *Ensaio de Doutrina Crítica*. Lisboa: Guimarães Editores [1919].
- _____(1992)- "O que é um clássico ?", *Ensaio Escolhidos*. Lisboa: Cotovia [1945].
- ENGUITA, José María e MAINER, José-Carlos (ed.s) (1994)- *Literaturas Regionales en España. Historia y Crítica*. Zaragoza: Institución "Fernando El Católico".
- ERMATINGER, E. et alii (1984)- *Filosofía de la ciencia literaria*. México/Madrid: Fondo de Cultura Económica [1930].
- ESCARPIT, Robert (1958)- "Histoire de l' histoire de la littérature", in QUENEAU, Raymond (ed.) (1958)- *Histoire des Littératures*. Paris: Gallimard, Coll. "La Pléiade", t. III, pp. 1735-1812.
- _____(1970)- "La définition du terme 'littérature' ", in ESCARPIT, Robert (ed.) (1970)- *Le Littéraire et le Social*. Paris: Flammarion.
- ESPAGNE, Michel (1993)- *Le Paradigme de l' Étranger. Les chaires de littérature étrangère au XIXe siècle*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael (ed.s) (1994)- *Philologiques III. Qu' est-ce qu' une littérature nationale ? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire*. Paris: Maison des Sciences de l' Homme.
- ÉTIEMBLE, René (1963)- *Comparaison n' est pas raison. La crise de la littérature comparée*. Paris: Gallimard.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1990)- "Polysystem Studies", *Poetics Today*, 11 (1). Duke University Press.
- _____(1994)- "La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa", in VILLANUEVA, Darío (ed.) (1994a), pp. 357-77.
- _____(1999)- "Factores y Dependencias en la Cultura. Una Revisión de la Teoría de los Polisistemas", in Iglesias Santos (ed.) (1999), pp. 23-52 [1997].
- _____(1999a)- "Planificación de la Cultura y Mercado", in Iglesias Santos (ed.) (1999), pp. 71-96.
- FABRE, Daniel (ed.) (1996)- *L' Europe entre Cultures et Nations*. Paris: Maison des Sciences de l' Homme.
- FAIRCLOUGH, Norman (1992)- *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- FALERO, Francisco J. (1998)- *La Teoría del Arte del Krausismo Español*. Granada: Ed. Universidad de Granada.
- FERRARESI, Mauro (1987)- *L' Invenzione nel Racconto. Sulla semiotica della narrazione*. Milano: Guerini e Associati.

- FERRAZ, Maria de Lourdes A. (1993/1994)- "Teoria e História: Incompatibilidades e Reconciliações", *DEDALUS*, 3/4: 51-60.
- FISH, Stanley (1989)- "Commentary: The Young and the Restless", in VEESER (ed.) (1989), pp. 303-316.
- _____(1995)- *Professional Correctness. Literary Studies and Political Change*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard U. P.
- FISHKIN, Shelley F. (1996)- "Interrogating 'Whiteness', Complicating 'Blackness': Remapping American Culture", in WONHAM, Henry B. (ed.) (1996), pp. 251-90.
- FLITTER, Derek (1995)- *Teoría y crítica del romanticismo español*. Cambridge: Cambridge U. P. [1992].
- FOHRMANN, Jürgen (1990)- "Storia, nazione, storia della letteratura", in Petronio (ed.) (1990), pp. 63-74.
- FOKKEMA, Douwe W. (s/d)- *História Literária, Modernismo e Pós-Modernismo*. Lisboa: Vega. Trad. Abel Barros Baptista.
- FORGACS, David (1993)- "National-popular: genealogy of a concept", in DURING, Simon (ed.) (1993)- *The Cultural Studies Reader*. London/New York: Routledge, pp. 177-190 [1984].
- FOUCAULT, Michel (1969)- *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- _____(1982)- "The Subject and Power", *Critical Inquiry*, 8: 777-795.
- _____(1988)- *Nietzsche, la Genealogía, la Historia*. Valencia: Pre-Textos.
- _____(1991)- *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa: Ed. 70 [1966].
- _____(1992)- *O que é um autor ?* Lisboa: Vega [1969].
- _____(1992a)- *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard [1970].
- FOWLER, Alastair (1988)- "Género e canon literario", in GARRIDO GALLARDO, Miguel A. (ed.)- *Teoría de los géneros literarios*. Madrid: Arco, pp. 95-127.
- FOX, E. Inman (1995)- "La invención de España: literatura y nacionalismo", in FLITTER, Derek W. (ed.)- *Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, t. IV, pp. 1-16.
- _____(1998)- *La invención de España. Nacionalismo liberal e identidad nacional*, 2ª ed. Madrid: Cátedra.
- FUKUYAMA, Francis (1992)- *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FUMAROLI, Marc (1995)- "Conclusion", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 185-190.
- GADAMER, H.-G. (1976)- *Vérité et Méthode*. Paris: Seuil.
- GARCIA, Patrick (1998)- "Commémorations: Les enjeux d' une pratique sociale", *Raison Présente*, 128: 25-45.
- GARDINER, Patrick (1995)- *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, trad. e pref. de Vítor Matos e Sá [1959].
- GELLNER, Ernest (1993)- *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva [1983].

- GENETTE, G. (1966)- "Frontières du récit", *Communications*, 8: 152-163.
- _____(1972a)- "Critique et poétique", *Figures III*. Paris: Seuil, pp. 9-11.
- _____(1972b)- "Poétique et histoire", *Figures III*. Paris: Seuil, pp. 13-20.
- _____(1983)- *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil.
- _____(1991)- *Fiction et diction*. Paris: Seuil.
- GENGEMBRE, Gérard e GOLDZINK, Jean (1991)- "Introduction" a STAËL, Madame de (1991), pp. 7-47.
- GENGEMBRE, Gérard (1994)- "Ordre et Désordre. Nation et Littérature selon Louis de Bonald", in ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael (ed.s)(1994), pp. 95-106.
- GILBERT, Paul (1996)- "The idea of a national literature", in HORTON, John e BAUMEISTER, Andrea T. (1996)- *Literature and the Political Imagination*. London/New York: Routledge, pp. 198-217.
- GILLESPIE, Gerald (ed.) (1991)- *Littérature comparée/Littérature mondiale (Actes du XI.ème Congrès de l' Association Internationale de Littérature Comparée, Paris, 1985)*, vl. 5. New York/Bern/Frankfurt and Main/Paris: Peter Lang.
- Le GOFF, Jacques (1984)- "Memória-História", *Enciclopédia Einaudi*, vl. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GOLDHILL, Simon (1999)- "Literary History without Literature: Reading Practices in the Ancient World", *SubStance*, 88: 57-89.
- GOODMAN, Dena (1994)- *The Republic of Letters. A Cultural History of the French Enlightenment*. Ithaca/London: Cornell U. P.
- GORCEIX, Paul (1977)- *Les Grands Étapes de l' Histoire Littéraire Allemande*. Paris: P. U. F.
- GORNI, Guglielmo (1995)- "Il testo e la storia", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 79-98.
- GOSSMAN, Lionel (1990)- *Between History and Literature*. Cambridge/London: Harvard U. P.
- GRAFF, Gerald (1987)- *Professing Literature: An Institutional History*. Chicago: U. of Chicago P.
- GREENBLATT, Stephen (1980)- *Renaissance Self-Fashioning. From More to Shakespeare*. Chicago U. P.
- _____(1987)-"Capitalist Culture and the Circulatory System", in KRIEGER, Murray (ed.)- *The Aims of Representation. Subject/Text/History*. New York: Columbia U. P., pp. 257-273.
- _____(1989)- "Towards a Poetics of Culture", in VEESER (ed.)(1989), pp. 1-12.
- _____(1990)- "Resonance and Wonder", in COLLIER e GEYER-RYAN (ed.s) (1990), pp. 74-90.
- _____(1997)- "What Is the History of Literature ?", *Critical Inquiry*, 23 (3): 460-81.
- _____(2001)- "Racial Memory and Literary History", *PMLA*, 116 (1): 48-63.
- GREENBLATT, Stephen e GUNN, Giles (ed.s) (1992)- *Redrawing the Boundaries. The Transformation of English and American Literary Studies*. New York: The Modern Language Association of America.
- GUGLIELMI, Guido (1993)- *La parola del testo. Letteratura come storia*. Bologna: Il Mulino.

- GUILLÉN, Claudio (1985)- *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Barcelona: Editorial Crítica.
- _____(1989)- *Teorías de la Historia literaria (Ensayos de Teoría)*. Madrid: Espasa-Calpe.
- _____(1994)- "Imágenes Nacionales y Literatura", *Anales de Literatura Española*, 10: 117-145.
- _____(1998)-*Múltiples Moradas. Ensayo de Literatura Comparada*. Barcelona: Tusquets Editores.
- _____(1999)- "Del Canon Imposible", *O Escritor*, nº 13/14: 261-6.
- GUILLORY, John (1993)- *Cultural Capital. The problem of Literary Canon Formation*. Chicago/London: The U. of Chicago P.
- GUIOMAR, Jean-Yves (1990)- *La Nation: entre l' histoire et la raison*. Paris: Éditions La Découverte.
- GUMBEL, Hermann (1984)- "Poesia y Pueblo", in ERMATINGER, E. *et alii* (1984), pp. 49-91 [1930].
- GUMBRECHT, Hans Ulrich (1993/1994)- "Depois de Aprender com a História", *DEDALUS*, 3/4: 9-27.
- HALLBERG, Robert von (ed.) (1984)- *Canons*. Chicago/London: U. Chicago P.
- HAMON, Philippe (1995)- "Histoire littéraire et Linguistique", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 139-149.
- HELPER, Martha B. (1996)- *The Retreat of Representation. The Concept of "Darstellung" in German Critical Discourse*. Albany: State U. of New York P.
- HENDRIX, Arald *et alii* (ed.s) (1996)- *The Search For a New Alphabet. Literary Studies in a Changing World*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- HOBSBAWM, Eric (1983)- "Introduction: Inventing Traditions", in HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (ed.s) (1983), pp. 1-14.
- _____(1983a)- "Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914", in HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (ed.s) (1983), pp. 263-307.
- _____(1997)- *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, 2ª ed. New York/Melbourne/London: Cambridge U. P. [1990].
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (ed.s) (1983)- *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge U. P.
- HOHENDAHL, Peter Uwe (1989)- *Building a National Literature. The Case of Germany, 1830-1870*. Ithaca and London: Cornell U. P. [1985].
- HUGO, Victor (1971)- *Hernani*. Paris: Larousse [1830].
- HUMMEL, Pascale (2000)- *Histoire de l' Histoire de la Philologie. Étude d' un Genre Épistémologique et Bibliographique*. Genève: Droz.
- HUNT, Lynn (ed.) (1989)- *The New Cultural History*. Berkeley/Los Angeles: U. California P.
- IFFLAND, James (1990)- "Sobre el destino social de *Don Quijote*: Literatura e interpretación ideológica", in ALDARACA, Bridget; BAKER, Edward e BEVERLY, John (ed.s) (1990), pp. 95-143.

- IGLESIAS SANTOS, Monserrat (1994)- "El sistema literario: Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas", in VILLANUEVA, Darío (ed.) (1994a), pp. 309-56.
 _____(ed.) (1999)- *Teoría de los Polisistemas*. Madrid: Arcos/Livros.
- ISER, Wolfgang (1987)- "Representation: a Performative Act", in KRIEGER, Murray (ed.) (1987), pp. 217-232.
- JAKOBSON, Roman (1973)- *Questions de poétique*. Paris: Seuil.
- JAMESON, Fredric (1986)- "Metacommentary", in DAVIS, Robert Con (ed.) (1986), pp. 112-123 [1971].
 _____(1990)- "Modernism and Imperialism", in DEANE, Seamus (ed.) (1990), pp. 43-66.
- JANIK, Dieter (ed.) (1998)- *La literatura en la formación de los Estados hispanoamericanos (1800-1860)*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert Verlag/Iberoamericana.
- JAUSS, Hans Robert (1978)- *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard.
 _____(1988)- *Pour une herméneutique littéraire*. Paris: Gallimard.
 _____(1989)- "Historia Calamitatum et Fortunarum meorum or: A Paradigm Shift in Literary Study", in COHEN, Ralph (ed.) (1989), pp. 112-128.
 _____(1990)- "The Theory of Reception: A Retrospective of its Unrecognized Prehistory", in COLLIER e GEYER-RYAN (ed.s) (1990), pp. 53-73.
 _____(1993)- *A Literatura como Provocação (História da Literatura como provocação literária)*. Lisboa: Vega [1973].
 _____(1994)- "El Arte como Anti-Naturaleza. A propósito del cambio de orientación estética después de 1789", in VILLANUEVA, Darío (ed.) (1994a), pp. 117-148.
- JEANNERET, Michel (1995)- "L' École de Genève ?", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 54-63.
- JEY, Martine (1999)- *La Littérature au Lycée: Invention d' une Discipline (1880-1925)*. Metz: Université de Metz.
- JONCHERAY, Suzanne (1997)- "Le Nouveau Roman: Fin d' un Genre ou Fin de l' Histoire Littéraire", *L' Histoire Littéraire en Question* (coord. C.-P. Perez), Université de Nice, pp. 27-36.
- JOUHAUD, Christian (1990)- "Histoire et Histoire Littéraire", in BÉHAR, Henri e FAYOLLE, Roger (ed.s) (1990), pp. 162-175.
- KAISER, David Aram (1999)- *Romanticism, Aesthetics, and Nationalism*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge U. P.
- KARNOUOH, Claude (1990)- *L' Invention du Peuple. Chroniques de Roumanie*. Paris: Arcantère.
- KERMODE, Frank (1983)- "Institutional Control of Interpretation", *Essays on Fiction*. London/Melbourne/Henley: Routledge & Kegan Paul, pp.168-84 [1979].
 _____(1983a)- *The Classic: Literary Images of Permanence and Change*. Cambridge/Massachusetts: Harvard U. P.
 _____(1989)- *History and Value*. Oxford: Clarendon P.

- _____(1990)- *Poetry, Narrative, History*. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell.
- KIBERD, Declan (1995)- *Inventing Ireland. The Literature of the Modern Nation*. London: Random House.
- KING, Bruce (ed.) (2000)- *New National and Post-Colonial Literatures*. Oxford: Clarendon Press [1996].
- KLEIN, Julie Thompson (1996)- *Crossing boundaries: knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity*. Charlottesville/London: U. P. of Virginia.
- KÖNIG, Hans-Joachim (1998)- "Los movimientos de Independencia hispanoamericanos. Actores y programas", in JANIK, Dieter (ed.) (1998), pp. 9-33.
- KOSELLECK, Reinhart (2000)- *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, trad. Jochen Hoock e Marie-Claire Hoock, 1^a ed., 7^a reimpr. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales [1979].
- KRAMER, Lloyd S. (1989)- "Literature, Criticism, and Historical Imagination: The Literary Challenge of Hayden White and Dominick LaCapra", in HUNT, Lynn (ed.) (1989), pp. 97-128.
- KRAUSS, Werner (1989)- *Problemas Fundamentais da Teoria da Literatura*. Lisboa: Caminho [1968].
- KRIEGER, Murray (ed.) (1987)- "The Literary, the Text, the Social", *The Aims of Representation : Subject/Text/History*. New York: Columbia U. P., pp. 1-22.
- KRUGER, Loren (1995)- "Attending (to) the National Spectacle: Instituting National (Popular) Theater in England and France", in ARAC, Jonathan e RITVO, Harriet (ed.s) (1995), pp. 251-267.
- KUSHNER, Eva (1989)- "Articulation historique de la littérature", in ANGENOT *et alii* (ed.s) (1989), pp. 109-125.
- LaCAPRA, Dominick (1983)- *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell U. P.
- _____(1985)- *History and Criticism*. Ithaca/London: Cornell U. P.
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe e NANCY, Jean-Luc (1978)- *L'absolu littéraire. Théorie de la littérature du romantisme allemand*. Paris: Seuil.
- LAMBERT, José (1990)- "A la Recherche de Cartes Mondiales des Littératures", in RIESZ, János e RICARD, Alain (ed.s) (1999)- *Semper Aliquid Novi. Littérature Comparée et Littératures d'Afrique*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 109-21.
- _____(1999)- "Aproximaciones sistémicas y la Literatura en las Sociedades Multilingües", in IGLESIAS SANTOS (ed.) (1999), pp. 53-70.
- LAMBROPOULOS, Vassilis (1988)- *Literature as National Institution. Studies in the Politics of Modern Greek Criticism*. Princeton: Princeton U. P.
- LANSON, Gustave (1902)- *L'Université et la Société moderne*. Paris: Librairie Armand Colin.
- _____(1918)- *Histoire de la Littérature Française*, 14^a ed. revista. Paris: Hachette [1894].
- _____(1965)- *Essais de Méthode, de Critique et d'Histoire Littéraire*, ed. e pref. de Henri Peyre. Paris: Librairie Hachette.

- _____(1979)- *Méthodes de l' Histoire Littéraire*. Paris/Genève: Slatkine Reprints.
- LARSEN, Neil (1995)- *Reading North by South. On Latin American Literature, Culture, and Politics*. Minneapolis/London: U. of Minnesota P.
- LAVAGETTO, Mario (1995)- "Bugia/storia/finzione/verità", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 55-78.
- LEHAN, Richard (1990)- "The Theoretical Limits of the New Historicism", *New Literary History*, 21 (3): 533-553.
- LELE, Pascal (1991)- "Littérature et Construction Groupale ou Nationale: Perspectives Psychosociologiques et Littératures des Sociétés en Développement", in GILLESPIE, Gerald (ed.) (1991), pp. 109-126.
- LERER, Seth (ed.) (1996)- *Literary History and the Challenge of Philology. The Legacy of Erich Auerbach*. Stanford/California: Stanford U. P.
- LEROUX, Henri, PESSIN, Alain e QUEFFÉLEC-DUMASAY (1999)- "Littérature et Société", in GLAUDES, Pierre (ed.) (1999)- *La Représentation dans la Littérature et les Arts*. Université de Toulouse-Le Mirail: P. U. du Mirail, pp. 281-321.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1996)- *Raça e História*, 5ª ed. Lisboa: Presença [1952].
- LEVIN, Samuel (1990)- "Unthinkable Thoughts in the New Historicizing Renaissance Drama", *New Literary History*, 21 (3): 433-447.
- LIMA, Luiz Costa (1986)- "Espaço ficcional e recepção do *Quijote* no século XIX espanhol", *Colóquio/Letras*, 92: 28-41.
- _____(1993)- "Auerbach e a história literária", *Colóquio/Letras*, 129/130: 19-37.
- LINDENBERGER, Herbert (1990)- *The History in Literature: On Value, Genre, Institutions*. New York: Columbia U. P.
- LITTÉRATURE* (2001), nº 124: "Histoires Littéraires"
- LIU, Alain (1989)- "The Power of Formalism: The New Historicism", *English Literary History*, 56 (4): 721-771.
- LLOYD, David (1987)- *Nationalism and Minor Literature. James Clarence Mangan and the Emergence of Irish Cultural Nationalism*. Berkley/Los Angeles/London: U. of California P.
- LOTMAN, Iurij (1973)- *La structure du texte artistique*. Paris: Gallimard.
- LOVEJOY, Arthur (1964)- *The Great Chain of Being. A Study of the History of an Idea*. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard U. P. [1936].
- LOZANO, Jorge (1987)- *El discurso histórico*. Madrid: Alianza Editora.
- LYOTARD, Jean-François (1989)- *A Condição Pós-Moderna*, 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- MACHADO, Álvaro Manuel e PAGEAUX, Daniel-Henri (1981)- *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*. Lisboa: Ed. 70.
- _____(1988)- *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Ed. 70.
- MAINER, José-Carlos (1994a)- "Literatura Nacional y Literaturas Regionales", in ENGUITA, José María e MAINER, José-Carlos (ed.s) (1994), pp. 7-19.

- _____(1994b)- "La Invención de la Literatura Española", in ENGUITA, José María e MAINER, José-Carlos (ed.s) (1994), pp. 23-45.
- _____(1998)- "Sobre el Canon de la Literatura Española del Siglo XX", in SULLÀ, Enric (ed.) (1998), pp. 271-99.
- _____(2000)- *Historia, literatura, sociedad (y una coda española)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- de MAN, Paul (1983)- "Literary History and Literary Modernity", *Blindness and Insight*, 2ª ed., pp. 142-65.
- _____(1989)- *A Resistência à Teoria*. Lisboa: Ed. 70.
- MARCHESE, Angelo (1983)- *L' officina del racconto. Semiotica della narratività*. Milano: Arnoldo Mondadori.
- MARINO, Adrian (1988)- *Comparatisme et théorie de la littérature*. Paris: P.U.F.
- MARQUARDT, Marion (1994)- "A propos des fondements théoriques de l' histoire littéraire allemande et française au XVIIIe siècle", in ESPAGNE, M. e WERNER, M. (ed.s) (1994), pp. 85-93.
- MATTOSO, José (1988)- *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Estampa.
- MATVEJEVIC, Predrag (1991)- "Cultures et Litteratures Nationales en Europe (Concepts et Pratiques)", in GILLESPIE, Gerald (ed.) (1991), pp. 29-38.
- MÉCHOULAN, Eric e PRENDERGAST, Christopher (1999)- "Introduction", *SubStance*, 88: 3-4.
- MEINECKE, Friedrich (1983)- *El Historicismo y su Génesis*. México, Madrid, Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica [1936].
- MEMMI, Albert (1997)- "Les fluctuations de l' identité culturelle", *Esprit*, 228: 94-106.
- MENENDEZ PELAYO, Marcelino (1974)- *Historia de las Ideas Estéticas en España*, II, 4ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MERLIN, Hélène (1999)- "Decontextualizing Context", *SubStance*, 88: 29-41.
- MESURE, Sylvie (1990)- *Dilthey et la Fondation des Sciences Historiques*. Paris: P. U. F.
- MIGNOLO, Walter (1991)- "Canon and corpus: an alternative view of Comparative Literary Studies in colonial situations", *Dedalus*, 1: 219-243.
- MINER, Earl (1990)- *Comparative Poetics: An Intercultural Essay on Theories of Literature*. Princeton: Princeton U. P.
- MOISAN, Clément (1987)- *Qu' est-ce que l' histoire littéraire?* Paris: P.U.F.
- _____(1990)- *L' histoire littéraire*. Paris: P.U.F.
- MOORE-GILBERT, Bart (1997)- *Postcolonial Theory. Contexts, Practices, Politics*. London/New York: Verso.
- MORLEY, David (2000)- *Home Territories. Media, Mobility and Identity*. London/New York: Routledge.
- MORSON, Gary Soul (ed.) (1986)- *Literature and History. Theoretical Problems and Russian Case Studies*. Stanford: Stanford U. P.

- MOXEY, Keith (1994)- *The Practice of Theory. Poststructuralism, Cultural Politics, and Art History*. Ithaca/London: Cornell U. P.
- NIETZSCHE, Friedrich (1976)- "Da Utilidade e dos Inconvenientes da História para a Vida", *Considerações Intempestivas*. Lisboa/Rio de Janeiro: Presença/Livraria Martins Fontes, pp.101-210 [1874].
- NOIRIEL, Gérard (1991)- *La Tyrannie du National. Le droit d' asile en Europe (1793-1993)*. Paris: Calmann-Lévy.
- NORA, Pierre (1984)- "Présentation"; "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux", in NORA, Pierre (ed.) (1984)- *Les lieux de mémoire*, vl. I. Paris: Gallimard, pp. VII-XLII.
- NORRIS, Christopher (1993)- "Temas velhos para novos tempos: o 'fim da ideologia' revisitado", *Vértice*, IIª série, Março-Abril: 47-62.
- _____(1993/1994)- "Confrontos Textuais: a Prisão do 'Discurso' ", *DEDALUS* , 3/4: 29-37.
- OESTERLE, Günther (1994)- "Deux formes d' appropriation de l' étranger à Paris. Modèles de comparaison culturel de Wilhelm von Humboldt et de Friedrich Schlegel", in ESPAGNE, M. e WERNER, M. (ed.s) (1994), pp. 31-41.
- PÉNISSON, Pierre (1994)- "La Notion de Littérature Nationale chez Johan Gottfried Herder", in ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael (ed.s) (1994), pp. 108-19.
- PEREZ, Claude-Pierre (1997)- "Histoire Littéraire: Discours d' Auteurs", *L' Histoire Littéraire en Question* (coord. C.-P. Perez), Université de Nice, pp. 99-121.
- PERKINS, David (1992)- *Is Literary History Possible?* Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.
- PETRONIO, Giuseppe (ed.) (1981)- *Teorie e realtà della storiografia letteraria. Guida storica e critica*. Roma/Bari: Laterza.
- _____(ed.) (1990)- *Storiografia letteraria in Italia e Germania. Tradizioni e problemi attuali*. Firenze: Leo S. Olschki.
- _____(1990a)- "Storicità del Fatto Letterario e Storia della Letteratura", in PETRONIO (ed.) (1990), pp. 159-71.
- PICHOIS, Claude (1995)- "De l' histoire littéraire", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 21-8.
- PIMENTEL, F. J. Vieira (1998)- "Em torno das literaturas nacionais: algumas considerações", *Arquipélago. Línguas e Literaturas*, XV: 281-318.
- PLÖTNER, Bärbel (1994)- "Langue, Littérature et Identités Nationale et Régionale. Jacob Grimm entre l' Allemagne et la France. Le cas breton", in ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael (ed.s) (1994), pp. 211-34.
- POMEAU, René (1995)- "Introduction", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 5-10.
- PORTER, Carolyn (1990)- "History and Literature: 'After New Historicism' ", *New Literary History* , 21 (2): 253-272.

- POZUELO YVANCOS, José María e ARADRA SÁNCHEZ, Rosa María (2000)- *Teoría del Canon y Literatura Española*. Madrid: Cátedra.
- PRENDERGAST, Christopher (1999)- "Circulating Representations: New Historicism and the Poetics of Culture", *SubStance*, 88: 90-104.
- PRINCE, Gerald (1982)- *Narratology. The Form and Functioning of Narrative*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton.
- RABINOW, Paul (ed.) (1984)- *The Foucault Reader*. London/New York: Penguin Books.
- RAIMONDI, Ezio (1998)- *Letteratura e identità nazionale*. Milano: Edizioni Bruno Mondadori.
- RAINELLI, Béatrice (1997)- "Réflexions sur la Périodisation dans les Manuels d' Histoire de la Littérature Française de 1838 à 1938", *L' Histoire Littéraire en Question* (coord. C.-P. Perez), Université de Nice, pp. 37-68.
- RAMOS-GASCÓN, Antonio (1989)- "Historiología e invención historiográfica: el caso del 98", in REYES, Graciela (ed.) (1989)- *Teorías literarias en la actualidad*. Madrid: El Arquero, pp. 203-228.
- RÉE, Jonathan (1991)- "The Vanity of Historicism", *New Literary History*, 22 (4): 961-983.
- REICHER, Steve, HOPKINS, Nick e CONDOR, Susan (1997)- "The Lost Nation of Psychology", in BARFOOT, C. C. (ed.) (1997), pp. 53-84.
- RENAN, Ernest (s/d)- "Préface", *Discours et Conférences*, 6^a ed. Paris: Calmann-Lévy, pp. I-V.
 _____(s/d a)- "Qu' est-ce qu' une nation ? (Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882)", *Discours et Conférences*, 6^a ed. Paris: Calmann-Lévy, pp. 277-310.
 _____(1995)- *L' Avenir de la Science. Pensées de 1848*. Paris: Flammarion [1890].
- REUTER, Yves (1997)- "Histoire Littéraire et Didactique du Français", *L' Histoire Littéraire en Question* (coord. C.-P. Perez), Université de Nice, pp. 5-26.
Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire (1995), n° 6: "L' histoire littéraire hier, aujourd' hui et demain, ici et ailleurs".
- RIBBANS, Geoffrey (1993)- *History and Fiction in Galdós' s Narratives*. Oxford: Clarendon P.
- RICOEUR, Paul (1980)- "Narrative Time", *Critical Inquiry* , 7 (1): 169-190.
 _____(1983)-*Temps et Récit*, I. Paris: Seuil.
 _____(1984)-*Temps et Récit*, II. *La configuration dans le récit de fiction*. Paris: Seuil.
 _____(1985)-*Temps et Récit* , III. *Le temps raconté*. Paris: Seuil.
- ROCHA, Acílio S. E. (1994)- " 'Genealogia', poder e subjectividade: perspectivas e aporias em Foucault", *Diacrítica*, 9: 5-36.
- ROHOU, Jean (1996)- *L' Histoire Littéraire. Objets et méthodes*. Paris: Nathan.
- ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995)- *La Scrittura e la Storia. Problemi di Storiografia Letteraria*. Firenze: La Nuova Italia.
 _____(1995a)- "La storiografia letteraria come operazione di conoscenza", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 1-14.
- ROSS, Marlon B. (1995)- "Romancing the Nation-State: The Poetics of Romantic Nationalism", in ARAC, Jonathan e RITVO, Harriet (ed.s) (1995), pp. 56-85.

- SAID, Edward W. (1993)- *Culture & Imperialism*. London: Chatto & Windus.
- De SANCTIS , Francesco (1990)- *Storia della Letteratura Italiana*, 2 vl.s, 2ª ed. Milano: Rizzoli [1870-1].
- SCHAEFER, Jean-Marie (1983)- *La naissance de la littérature. La théorie esthétique du romantisme allemand*. Paris: Presses de l' École Normale Supérieure.
- SCHLEGEL, August Wilhelm (1971)- *Cours de Littérature Dramatique*, T. I e II. Genève: Slatkine Reprints [1809-11].
- SCHLEGEL Friedrich (1829)- *Histoire de la Littérature Ancienne et Moderne*, 2 vl.s., trad. de William Duckett, Paris: Th. Ballimore; Genève: Cherbuliez [1815].
- SCHMIDT, Siegfried (1995)- "Escribir Historias de la Literatura. Algunas Observaciones desde un Punto de Vista Constructivista", *Teoría/Crítica*, 2: 245-69 [1985].
- SCHOLLES, Robert (1991)- *Protocolos de Leitura*. Lisboa: Ed. 70 [1989].
- _____ (1998)- *The Rise and Fall of English. Reconstructing English as a Discipline*. New Haven, London: Yale U. P.
- SCHULTZ, Franz (1984)- "El desenvolvimiento ideológico del método de la historia literaria", in ERMATINGER, E. *et alii* (1984), pp. 3-47.
- SCHULZ-BUSCHHAUS, Ulrich (1990)- "De Sanctis e Croce: storia o enciclopedia della letteratura", in PETRONIO (ed.) (1990), pp. 173-88.
- SEGRS, Rien T. (1996)- "Cultural and Literary Identity: Disease or Medicine ? A Dialogue with Douwe Fokkema", in HENDRIX, Arald *et alii* (ed.s) (1996), pp. 7-12; 202-7.
- SENA, Jorge de (1977a)- "Sobre o Perspectivismo Histórico-Literário", *Dialécticas Teóricas da Literatura*, 2ª ed. Lisboa: Ed. 70, pp. 179-186 [1970].
- _____ (1977b)- "Sobre a dualidade fundamental dos períodos literários", *Dialécticas Teóricas da Literatura*, 2ª ed. Lisboa: Ed. 70, pp. 161-78 [1970].
- SHEFFY, Rakefet (1999)- "Estrategias de canonización: la idea de novela y de campo literario en la cultura alemana del siglo XVIII", in IGLESIAS SANTOS, Monserrat (ed.) (1999), pp. 125-46.
- SIMPSON, David (1999)- "Is Literary History the History of Everything ? The Case for 'Antiquarian' History", *SubStance*, 88: 5-16.
- SINOPOLI, Franca (1996)- *Storiografia e Comparazioni. Le origini della storia comparata della letteratura in Europa tra Settecento e Ottocento*. Roma: Bulzoni.
- SMITH, Anthony D. (1997)- *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva [1991].
- SMITH, Barbara H. (1980)- "Narrative Versions, Narrative Theories", *Critical Inquiry* , 7 (1): 213-236.
- SPITZER, Leo (1974)- *Lingüística e Historia Literaria*, 2ª ed. Madrid: Gredos.
- STAËL, Madame de (1968)- *De l' Allemagne*, T. I e II (ed. de BALAYÉ, Simone) [1813].
- _____ (1991)- *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: Flammarion (ed. de GENGEMBRE, Gérard e GOLDZINK, Jean) [1800].
- STANZEL, Franz (1984)- *A theory of narrative*. Cambridge: Cambridge U.P.

- STEINER, George (1995)- *What is Comparative Literature ? An inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 11 October 1994*. Oxford: Clarendon Press.
- STOCK, Brian (1989)- "Historical Worlds, Literary History", in COHEN, Ralph (ed.) (1989): 44-57.
- STRIEDTER, Jurij (1989)- *Literary Structure, Evolution, and Value. Russian Formalism and Czech Structuralism Reconsidered*. Cambridge, London: Harvard U. P.
- STURM, Ernest (1996)- "Wellek et la Crise des Idées Littéraires", in WELLEK, René (1996)- *Une Histoire de la Critique Moderne*. Paris: José Corti [1992], pp. 7-24.
- SULLÀ, Enric (ed.) (1998)- *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros.
- SZÉGÉDY-MASZÁK, Mihály (1991)- "The illusion of (un)certainly: canon formation in a postmodern age", *Dedalus*, 1: 377-402.
- SZONDI, Peter (1992)- *Poética e filosofía de la historia I*. Madrid: Visor [1974].
- TACCA, Óscar (1968)- *La Historia Literaria*. Madrid: Gredos.
- _____(1989)- "Historia de la Literatura", in DIEZ BORQUE, J. María (coord.)- *Métodos de estudio de la obra literaria*. Madrid: Taurus, pp. 187-228.
- TAINÉ, Hippolyte (1866)- *Essais de Critique et d' Histoire*, 2^a ed. Paris: Librairie Hachette et C.ie.
- _____(1866a)- *Nouveaux Essais de Critique et d' Histoire*, 2^a ed. Paris: Librairie Hachette et C.ie
- _____(1911)- *Histoire de la Littérature Anglaise*, t. I, 13^a ed. revista e aumentada. Paris: Librairie Hachette et C.ie [1864].
- TALENS, Jenaro (1994)- "El lugar de la Teoría de la Literatura en la era del lenguaje electrónica", in VILLANUEVA, Darío (ed.) (1994b), pp. 129-43.
- TAMEN, Miguel (1999)- "Ghosts Revised: An Essay on Literary History", in TAMEN, Miguel e BUESCU, Helena C. (ed.s) (1999)- *A Revisionary History of Portuguese Literature*. New York/London: Garland Publishing, pp. xi-xxi.
- TASENDE, Mercedes (1999)- "O concepto de Intrahistoria como alternativa á historiografía tradicional", *Revista Galega do Ensino*, 23: 77-90.
- THIESSE, Anne-Marie (1999)- *La Création des Identités Nationales. Europe XVIII.e-XX.e siècle*. Paris: Seuil.
- _____(2000)- "Des fictions créatrices: les identités nationales", *Romantisme. Revue du dix-neuvième siècle*, 110: 51-62.
- THOM, Martin (1990)- "Tribes within nations: the ancient Germans and the history of modern France", in BHABHA (ed.) (1990), pp. 23-43.
- THOMAS, Brook (1991)- *The New Historicism, and Other Old-fashioned Topics*. Princeton/NJ: Princeton U. P.
- THUILLIER, Jacques (1995)- "Histoire littéraire et histoire de l' art", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 150-6.
- TOMLINSON, John (1991)- *Cultural Imperialism. A Critical Intoduction*. London: Printer Publishers.

- TRUMPENER, Katie (1997)- *Bardic Nationalism. The Romantic Novel and the British Empire*. Princeton/New Jersey: Princeton U. P.
- TUMULTES (1995)- "La conscience des mots. Des représentations du politique en littérature", n° 6 (Mai).
- UHLIG, Claus (1985)- "Literature as textual palingenesis - On some principles of literary history", *New Literary History*, vl. XVI: 481-513.
- ULMER, Gregory L. (1989)- "Mystory: The Law of Idiom in Applied Gramatology", in COHEN, Ralph (ed.) (1989): 304-323.
- VARGA, A. Kibédi (s/d)- "Recepção e ensino: a história literária", in VARGA, A. Kibédi (ed.) (s/d)- *Teoria da Literatura*. Lisboa: Presença [1981], pp. 184-94.
- VARVARO, Alberto (1995)- "Storia delle letterature medievali o della letteratura medievale? Considerazioni su spazi, tempi e ambiti della storiografia letteraria", in ROSA, Alberto Asor (ed.) (1995), pp. 131-42.
- VEESER, Harold Aram (ed.) (1989)- *The New Historicism*. New York/London: Routledge.
- VEYNE, Paul (1987)- *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70 [1971].
- VIARGUES, Arnaud (1997)- "Analyse Structurale d' un Guide Littéraire", *L' Histoire Littéraire en Question* (coord. C.-P. Perez), Université de Nice, pp. 69-98.
- VICO, Giambattista (1995)- *Ciencia nueva*, introd., trad. e notas de Rocío de la Villa. Madrid: Tecnos [3ª ed. rev. de 1744; 1ª ed., 1725].
- VILLANUEVA, Darío (1991)- "Historia, Realidad y Ficción en el Discurso Narrativo", *El Polen de Ideas*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 115-130.
- _____(ed.) (1994a)- *Avances en Teoría de la Literatura*. Universidade de Santiago de Compostela.
- _____(ed.) (1994b)- *Curso de Teoría de la Literatura*. Madrid: Taurus.
- WEIMANN, Robert (1987)- "History, Appropriation, and the Uses of Representation in Modern Narrative", in KRIEGER (ed.) (1987), pp. 175-215.
- _____(1990)- "Text, Author-Function and Society: Towards a Sociology of Representation and Appropriation in Modern Narrative", in COLLIER e GEYER-RYAN (ed.s) (1990), pp. 91-106.
- WEINRICH, Harald (1984)- "No princípio era a narração", *Runa*, 2: 127-141.
- _____(1995)- "Histoire littéraire et mémoire de la littérature: l' exemple des études romanes", *Revue d' Histoire Littéraire de la France - Colloque du Centenaire* (1995), 6: 65-73.
- WELLEK, René (s/d a)- "A Crise da Literatura Comparada", *Conceitos de Crítica*. São Paulo: Cultrix, pp. 244-55 [1958].
- _____(1972)- *Historia de la Crítica Moderna III (1750-1950). Los Años de Transición*. Madrid: Gredos [orig. 1965].
- _____(1973)- *Historia de la Crítica Moderna (1750-1950). El Romanticismo*. Madrid: Gredos [orig. 1955].
- _____(1983)- "El ocaso de la historia literaria", *Historia literaria. Problemas y conceptos* (selección de Sergio Beser). Barcelona: Laia, pp. 245-60 [1982].

- _____(1988a)- *Historia de la Crítica Moderna (1750-1950). La Segunda Mitad del Siglo XIX*. Madrid: Gredos [1965].
- _____(1988b)- *Historia de la Crítica Moderna (1750-1950). Crítica Inglesa (1900-1950)*. Madrid: Gredos [1986].
- _____(1988c)- *Historia de la Crítica Moderna (1750-1950). Crítica Americana (1900-1950)*. Madrid: Gredos [1986].
- _____(1989)- *Historia de la Crítica Moderna (1750-1950). La Segunda Mitad del Siglo XVIII*. Madrid: Gredos [1959].
- _____(1990)- "Introduzione" a De SANCTIS (1990), pp. I-XXV.
- WELLEK, René e WARREN, Austin (s/d)- *Teoria da Literatura*, 5ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América [1948].
- WERNER, Michael (1994)- "La place relative du champ littéraire dans les cultures nationales. Quelques remarques à propos de l' exemple franco-allemand", in ESPAGNE, M. e WERNER, M. (ed.s) (1994), pp. 15-30.
- WHEELER, Kathleen M. (1993)- *Romanticism, Pragmatism and Deconstruction*. Oxford, Cambridge: Blackwell.
- WHITE, Hayden (1978)-*Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins U. P.
- _____(1981)- "The value of Narrativity in the Representation of Reality", *Critical Inquiry*, 7 (1): 5-27.
- _____(1986)- "Getting Out of History", in DAVIS, Robert Con (ed.) (1986), pp. 146-160 [1982].
- _____(1987)- *The Content of the Form. Narrative discourse and historical representation*. Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.
- _____(1989a)- " 'Figuring the nature of the times deceased': Literary Theory and Historical Writing", in COHEN, Ralph (ed.) (1989): 19-43.
- _____(1989b)- "New historicism: a comment", in VEESER (ed.) (1989), pp. 293-302.
- _____(1990)- "La Naissance de l' histoire littéraire dans l' esprit de la révolution", in ESPAGNE, M. e WERNER, M. (ed.s) (1990)- *Philologiques, I. Contributions à l' histoire des disciplines littéraires en France et en Allemagne au XIXe siècle*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l' Homme.
- _____(1993)- *Metahistory: The historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Baltimore [1973].
- _____(1999)- "Afterword", in BONNELL, Victoria E. e HUNT, Lynn (ed.s) (1999), pp. 315-24.
- WICKMAN, Matthew (2000)-"The Allure of the Improbable: *Fingal*, Evidence, and the Testimony of the 'Echoing Heath' ", *PMLA*, pp. 181-94.
- WILLIAMS, Jeffrey (ed.) (1995)- *PC Wars. Politics and Theory in the Academy*. New York/London: Routledge.

- WILLIAMS, Raymond (1986)- "Alignment and Commitment", in DAVIS, Robert Con (ed.) (1986): 124-129 [1977].
- WOLIN, Richard (1992)- *The Terms of Cultural Criticism. The Frankfurt School, Existentialism, Poststructuralism*. New York: Columbia U. P.
- WONHAM, Henry B. (ed.) (1996)- *Criticism and the Color Line. Desagregating American Literary Studies*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers U. P.
- WYSS, Ulrich (1990)- "La Letteratura e la sua ombra", in PETRONIO (ed.) (1990), pp. 209-37.

II- História literária em Portugal

1. Bibliografia primária

- AA.VV. (1993)- *Anthero de Quental. In Memoriam*, ed. fac-similada. Lisboa: Ed. Presença e Casa dos Açores [1896].
- AA.VV. (1995)- *Oliveira Martins e os Críticos da "História de Portugal"*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- AMADO, Padre José de Sousa (1869)- *Selecta Portugueza: Extrahida dos Melhores Classicos Antigos e Modernos*, 3ª ed. Lisboa: Typographia de G. M. Martins.
- AMARAL, António Peixoto (1888)- *Curso Clássico de Poetas Portugueses*. Porto: Livraria Portuense.
- AULETE, F. Júlio Caldas (1881)- *Selecta Nacional. Curso Pratico de Litteratura Portugueza - Litteratura*, 4ª ed., reformada pelo sr. Silva Túlio e precedida de um juízo crítico do sr. dr. Thomaz de Carvalho. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira.
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de (1866) - *Esboço Crítico-Litterario*. Funchal: Typ. de M. M. S. Carregal.
- AZEVEDO, António de Araújo de (1806)- "Memoria Em defeza de Camões contra Monsieur de La Harpe", *Memórias de Literatura Portuguesa*, t. VII, pp. 5-16.
- BARRETO, G. Moniz (s/d)- *A Literatura Portuguesa no século XIX*, pref. de José Osório de Oliveira. Lisboa: Inquérito [1889].
- _____(1892)- *Oliveira Martins. Estudo de Psychologia*, 2ª ed. Paris: Guillard, Aillaud & Cª [1887].
- _____(1944)- *Ensaios de Crítica*, prefácio de Vitorino Nemésio. Lisboa: Bertrand.
- _____(1963)- *Estudos Dispersos*, selecção, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Portugália Editora.

BASTOS, Teixeira (1892)- *Theophilo Braga e a sua Obra. Estudo complementar das Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Lugan & Genelioux.

BIESTER, Ernesto (1856)- *Uma Viagem pela Litteratura Contemporanea, offerecida ao senhor Alexandre Herculano*. Lisboa: Typographia do Panorama.

_____(1865)- "Chronica Bibliographica", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 41-4.

BOAVENTURA, Frei Fortunato de S. (1823)- "Do começo, progressos, e decadencia da Litteratura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia ao reinado do Senhor D. José I", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VIII, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-55.

_____(1825)- "Sobre o começo, progressos, e decadencia da Litteratura Hebraica entre os Portuguezes Catholicos Romanos, desde a fundação deste Reino até ao reinado d' ElRei D. José I", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. IX. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 29-62.

BOUTERWEK, Frederick (1823)- *History of Spanish and Portuguese Literature*, 2 vl.s, trad. de Thomasina Ross [*Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*]. London: Boosey and Sons [1805].

BRAGA, Teófilo (s/d)- *João de Deus. Escorço Biographico*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora.

_____(s/d a)- "Processo artístico de La Fontaine", *Fábulas de La Fontaine*, ed. rev^a por Cabral do Nascimento. Lisboa: Minerva [1886].

_____(1865)- *As Theocracias Litterarias. Relance sobre o estado actual da litteratura portugueza*. Lisboa:Typographia Universal.

_____(1865a)- "José Gomes Monteiro", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 234-40.

_____(1865b)- "Mystica da Arte", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 259-62.

_____(1865c)- "Poesia Popular", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 302-7.

_____(1865d)- "Poesia da Navegação Portugueza", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 512-23.

_____(1865e)- "Poesia Mystica Portugueza", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 640-8.

- _____(1867)- *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez - I Historia da Poesia Popular Portugueza*. Porto: Typographia Lusitana.
- _____(1867a)- *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez - II Cancioneiro Popular Colligido da Tradição*. Porto: Typographia Lusitana.
- _____(1867b)- *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez – III Romanceiro Geral Colligido da Tradição*. Porto: Typographia Lusitana.
- _____(1870)- *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1870a)- *Estudos da Edade Media - Philosophia da Litteratura*. Porto/Braga: Livraria Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron.
- _____(1871)- *Historia do Theatro Portuguez - Garrett e os Dramas Românticos (século XIX)*. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1872)- *Theoria da historia da litteratura portugueza*. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1872a)- *Os Criticos da Historia da Litteratura Portugueza (Exame das affirmacoes dos Srs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas)*. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1872b)- "La litteratura portuguesa en el siglo XIX. Estudio literario, Romero Ortiz, Madrid (1870)" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo II: 33-8. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873)- "Camões e os Lusiadas, por J. Nabuco. Camões e os Lusiadas, por F. E. Leoni. Os Lusiadas, por J. P. O. Martins", *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo III: 65-84. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873a)- *História de Camões*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- _____(1873b)- "Retrato de la Lozana andaluza" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo IV: 97-105. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873c)- "*Benoit de Saint-More et le Roman de Troie, ou les Metamorphoses d' Homère et de l' Epopée greco-latine au Moyen Age* (1870-71), de A. Jolly" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VI: 161-71. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873d)- "Opúsculos de Herculano, Questões públicas" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VII: 193-203. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873e)- "Helena, inédito de Garrett (1871)" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VII: 226-30. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873f)- "*Canti antichi portoghesi*, Ernesto Monaci" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VII: 244-53. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1873g)- "As Saudades da Terra" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VII: 215-24. Porto: Imprensa Portugueza.
- _____(1875)- *Manual da Historia da Litteratura Portugueza desde as suas origens até ao presente*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz.

- _____(1876)- *Curso de Litteratura Portugueza - Antologia Portugueza. Trechos selectos coordenados segundo a classificação dos generous litterarios e precedidos de uma Poetica Historica Portugueza*. Porto: Livraria Universal.
- _____(1877)- *Parnaso Portuguez Moderno, precedido de um estudo da Poesia Moderna Portugueza*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva-Editor.
- _____(1878)- *Cancioneiro Portuguez da Vaticana. Edição Critica restituída sobre o texto diplomatico de Halle, acompanhada de um glossario e de uma introducção sobre os trovadores e cancioneros portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- _____(1880)- *Bibliographia Camoniana*. Lisboa: Imprensa de Christovão A. Rodrigues.
- _____(1881)- *Theoria da historia da litteratura portugueza*. Porto: Imprensa Portugueza [3ª ed., totalmente refundida].
- _____(1881a)- *Questões de Litteratura e Arte Portugueza*. Lisboa: Editor A. J. P. Lopes.
- _____(1884)- *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira.
- _____(1885)- *Curso de Historia da Litteratura Portugueza (Adaptado ás aulas de instrucção secundaria)*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.
- _____(1891)- *Camões e o Sentimento Nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- _____(1892)- *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa, 2 vl.s.* Porto: Chardron/Lugan & Genelioux.
- _____(1892a)- "Centenario da Descoberta da America", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. VI, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-19.
- _____(1896)- *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*. Porto: Livraria Chardron.
- _____(1902)- *Historia da Poesia Popular Portugueza - As Origens*, 3ª ed. reescrita. Lisboa: Manuel Gomes Editor.
- _____(1902a)- *Os Doze de Inglaterra*. Porto: Chardron.
- _____(1902b)- *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portugueza*, t. IV (1801 a 1872). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- _____(1903)- "Autobiographia mental de um pensador isolado", *in Quarenta annos de Vida Litteraria (1860-1900)*. Lisboa: Typographia Lusitana-Editora Arthur Brandão, pp. V-LXV.
- _____(1903a)- *Garrett e o Romantismo*. Porto: Livraria Chardron.
- _____(1905)- *Historia da Poesia Popular Portugueza - Cyclos Épicos*, 3ª ed. reescrita (ed. fac-similada). Lisboa: Vega.
- _____(1905a)- *Garrett e os dramas românticos*. Porto: Chardron.
- _____(1905b)- *Garrett e a sua Obra*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal (vl. XXVIII da ed. das obras completas).
- _____(1907)- *Camões. Época e Vida*. Porto: Livraria Chardron.

- _____(1911)- *Camões. A Obra Lyrica e Épica*. Porto: Livraria Chardron.
- _____(1914)- *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa – II Renascença*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão editores.
- _____(1914a)- "Poetica Historica", pref. a LIMA, Costa (1914)- *Dicionário de Rimas para uso de Portugueses e Brasileiros com uma Poetica Historica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, pp. 19-36.
- _____(1916)- *Recapitulação da Historia da Litteratura Portugueza - III Os Seiscentistas*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão editores.
- _____(1916a)- *Camillo Castello Branco. Escorço Biographico*. Lisboa: Livraria de Manoel dos Santos.
- _____(1918)- *Recapitulação da Historia da Litteratura Portugueza. VI Os Arcades*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão editores.
- _____(1932)- "Antelóquio" a PAXECO, Fran (1932)- *Portugal não é Ibérico*. Lisboa: Livraria Rodrigues, pp. 5-10 [1908].
- _____(1983)- *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega [1880].
- _____(1984)- *História da Literatura Portuguesa - Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda [1909].
- _____(1984a)- *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Ulmeiro (ed. fac-similada) [1880].
- _____(1994)- *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vls., 2ª ed. [1885]
- _____(1995)-" Historia de Portugal, por J. P. Oliveira Martins", in AA.VV. (1995), pp. 43-53 [1880].
- _____(2000)- *Poesia do Direito. Origens Poéticas do Cristianismo. As Lendas Cristãs*, pref. de Maria da Conceição Azevedo. Lisboa: IN/CM [1865, 1880, 1892].
- BRANCO, Camilo Castelo (1865)- "José Gomes Monteiro", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escriptorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 229-34.
- _____(1969)- *Esboços de Apreciações Literárias*, 5ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira [1865].
- _____(1986)- *Curso de Literatura Portuguesa*, 2ª ed. Lisboa: Labirinto [1876].
- BRUNO, José P. Sampaio (1886)- *A geração nova. Os novellistas*. Porto: Magalhães e Moniz.
- CARNEIRO, Bernardino J. da S. (1863)- *Poetica para Uso das Escholas*, 6ª ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel [1845]
- CARVALHO, Francisco Freire de (1840)- *Lições Elementares de Poetica Nacional, seguidas de um Breve Ensaio sobre a Critica Litteraria ou Metaphysica das Bellas-Letras*. Lisboa: Typographia Rollandiana.
- _____(1840a)- *Lições Elementares de Eloquencia Nacional, offerecidas á mocidade de ambos os hemispherios que fala o idioma portuguez*, 2ª ed. Lisboa: Typographia Rollandiana [1834].
- _____(1845)-*Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até ao presente tempo*. Lisboa: Typographia Rollandiana.
- CASTILHO, António Feliciano de (1837)- *A Primavera*, 2ª ed. Lisboa: Typographia de A. J. S. de Bulhões.

_____(1838)- *Quadros Historicos de Portugal*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

_____(1860)- "Carta á Redacção da Revista Contemporanea pelo Sr. A. F. de Castilho", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Segundo anno, Abril. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, pp. 157-64.

_____(1863)- "Conversação Preambular" a RIBEIRO, Tomás (1863)- *D. Jayme ou a Dominação de Castella..* Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, pp. IX-LX.

_____(1865)- "Crítica Literária. Carta ao Editor", posfácio a CHAGAS, Pinheiro (1865)- *Poemas da Mocidade seguido do Anjo do Lar*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, pp. 181-243.

CHAGAS, Manuel Pinheiro (1865)- "Dois Livros: Camões por Antonio Feliciano de Castilho; Tempestades Sonoras por Theophilo Braga", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escriptorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 369-80.

_____(1866)- *Ensaios Criticos*. Porto: Viuva Moré Editora.

_____(1872)- *Desenvolvimento da Litteratura Portugueza. These para o Concurso da 3ª Cadeira do Curso Superior de Letras*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves.

_____(1892)- "Elogio Historico do socio de merito Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. VI, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-20.

_____(1908)- "História da Universidade de Coimbra, de Teófilo Braga" (recensão), *in Quinquagenario (1858 a 1908). Cincoenta Annos de Actividade Mental de Theophilo Braga*, pp. 532-9 [1892].

COELHO, Francisco Adolfo (1872)- "A Proposito da Historia da Litteratura Portugueza de Theophilo Braga - Carta ao Auctor por F. A. Coelho". Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1873)- "Historia da Litteratura Portugueza. Introducção. Por Theophilo Braga", *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo V: 129-48. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1873a)- "Ethnogénie gauloise" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo IV: 117-24. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1873b)- "Rivista di filologia romanza" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VI: 184-9. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1873c)-"Romania (nº 4, Outubro de 1872)" (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo V: 157-60. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1873d)- "As Raças historicas da peninsula iberica", de F. A. Correia Barata (recensão), *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo VII: 211-5. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1881)- *Curso de Litteratura Nacional, II- Noções de Litteratura Antiga e Medieval, como introducção á litteratura portugueza*. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz-Editores.

- _____(1897)- *Leituras Portuguesas*- 3ª parte, 2ª ed. Lisboa: M. Gomes.
- _____(1900)- "O Ensino Historico, Philologico e Philosophico em Portugal até 1858", *O Instituto*, XLVII (8): 449-68.
- _____(1910)- *Alexandre Herculano e o Ensino Publico*. Lisboa: J. A. Rodrigues & Cª Editores.
- _____(1995)- "Camões e a Lingua Portuguesa", in AA.VV. (1995), pp. 77-87 [1880].
- COELHO, José Maria Latino (1862)- "Elogio historico do socio effectivo D. Fr. Francisco de S. Luiz", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. VI, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-11.
- _____(1872)- "Relatorio dos trabalhos da Academia Real das Sciencias de Lisboa", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. IV, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. I-XVII [30/4/65].
- _____(1877)- "Demosthenes - A Oração da Coroa, versão do original grego, precedida de um Estudo sobre a Civilização da Grecia", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. IV, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. I-CCLI; 1-67.
- _____(1882)- "Panegyrico de Luiz de Camões", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras*, Nova Série-t. V, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-11 [9/6/1880].
- CORDEIRO, Luciano (1869)- *Livro de Crítica (Arte e Litteratura Portuguesa D' Hoje (1868-9))*. Porto: Typographia Lusitana - Editora.
- DENIS, Ferdinand (1826)- *Résumé de l' Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l' Histoire Littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires.
- DIAS, Francisco (1793)- "Analyse, e combinações filosoficas sobre a elocução, e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões", *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. IV, pp. 26-305.
- DIAS, Simões (1875)- *Lições de Litteratura Portuguesa para uso dos Lyceus*, Coimbra: Imprensa Commercial e Industrial.
- _____(1898)- *Historia da Litteratura Portuguêsa*, 9ª ed. Lisboa: Typographia de Francisco Luiz Gonçalves.
- DIAZ de BENJUMEA, Nicolas (1877)- "Discurso sobre El Palmerin de Inglaterra y su verdadero Autor", *Historia e da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série-T. IV , P. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-87.
- Diccionario da Lingoa Portuguesa* (1793), T. I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- FERREIRA, José Maria d' Andrade (1872)- *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, 2 vl.s. Lisboa: Casa de Rolland & Semiond.

_____(1875)- *Curso de Litteratura Portugueza*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.^a.

FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de (1844)- *Bosquejo Historico da Litteratura Clássica, Grega, Latina e Portugueza, para uso das escholas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

_____(1845)- *Logares Selectos dos Classicos Portuguezes nos principais generos de discurso prosaico, para uso das escholas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

_____(1862)- *Bosquejo Histórico da Litteratura Clássica, Grega, Latina e Portugueza, para uso das escholas*, 5^a ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.

_____(1876)- *Logares Selectos dos Classicos Portuguezes nos principais generos de discurso em prosa para uso das escholas*, 14^a ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.

FIGUEIREDO, António Pereira de (1792)- "Espírito da Lingua Portugueza, Extrahido das Décadas do insigne Escriitor João de Barros", *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. III, pp. 111-226.

_____(1793)- "João de Barros, Exemplar da mais solida Eloquencia Portugueza", *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. IV, pp. 1-25.

FOYOS, Joaquim de (1792)- "Sobre a Poesia Bucolica dos Poetas Portuguezes", *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. I, pp. 1-15.

GARRETT, Almeida (1825)- *Camões*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira.

_____(1826)- "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", *in Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos*, vl. I. Paris: J. P. Aillaud, pp. I-LXVII.

_____(1828)- *Adozinda*. Londres: Boosey & Son/V. Salva.

_____(1844)- "Memória ao Conservatório Real", *Frei Luís de Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional [1843].

_____(1851)- "Introdução" a *Romanceiro*, II. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. VIII-XLVI.

_____(1853)- "Introdução" a *Romanceiro*, I, 2^a ed. Lisboa: Viúva Bertrand e Filhos, pp. IX-XXVII.

_____(1963)- *Obras de Almeida Garrett*, vl. I. Porto: Lello & Irmão.

_____(1966)- *Obras de Almeida Garrett*, vl. II. Porto: Lello & Irmão.

GORDO, Joaquim Ferreira (1792) "Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios...", *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. III, pp. 1-92.

HERCULANO, Alexandre (1839)- "Historiadores Portuguezes. I- Fernão Lopes", *O Panorama*, vl. III, nº 112, pp. 196-7.

_____(1839a)- "Obras de J. B. d' Almeida Garrett - 18 volumes: Prospecto", *O Panorama*, vl. III, nº 112, pp. 199-200.

_____(1843)- "O Bobo. I. Introdução", *O Panorama*, vl. 2^o, Série 2^a, pp. 10-12.

_____(1856)- *Portugaliae Monumenta Historica*, vl. I, Scriptorum. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.

_____(1881)- *Opúsculos*, t. V, Controversias e Estudos Históricos, t. ii., Lisboa: Viúva Bertrand e C^a.

_____(1898)- *Opúsculos*, Tomo IX, *Literatura* - Tomo I, 3^a ed., Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Francisco Alves.

_____(1907)- *Opúsculos*, t. I - *Questões Publicas*, 1^a edição brasileira (cuidadosamente revista). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves [1873].

_____(1980)- *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, t. I, prefácio e notas de José Mattoso. Lisboa: Bertrand [1846].

_____(s/d)- *Cartas*, t. I e II. Lisboa: Aillaud e Bertrand.

Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1817), T.V, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario (1858), vl. VI. Coimbra: Imprensa da Universidade.

_____(1860), vl. VIII. Coimbra: Imprensa da Universidade.

JUNQUEIRO, Guerra (1921)- "A Festa de Camões. Discurso pronunciado em Zurick, n' um banquete da colonia portugueza", *Prosas Dispersas*. Porto: Chardron, pp. 95-103.

LAGE, José Gonçalves (1881)- *Elementos de Litteratura Classica Antiga e Moderna*. Coimbra: Livraria Portugueza e Estrangeira de Manuel d' Almeida Cabral.

LEAL Júnior, José da Silva Mendes (1857)- "Um Episodio da Iliada", *Annaes das Sciencias e Lettras*, publicadas debaixo dos auspicios da Academia real das Sciencias - Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras, primeiro ano, Julho. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 249-65.

_____(1862)- "Elogio Historico do socio effectivo Visconde d' Almeida Garrett", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série - T. II, P. I. Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-12 [1856].

LEFRANC, Émile (1843)-*Histoire élémentaire et critique de la littérature (...). Histoire des Littératures du Midi (Italie, Espagne et Portugal)*. Paris/Lion: Librairie Classique de Perisse Frères.

LEITE, Luiz Filippe e SÁ, Bernardo V. M. de (1888)- *Selecta Portugueza compilada, annotada e com referencias numerosas á Grammatica Portugueza do sr. A. Epiphanio da Silva Dias*, 3^a ed. Lisboa: A. Ferreira Machado & C^a [1884].

LOBO, Francisco Alexandre (1821)- "Memoria Historica e Critica À cerca de Luiz de Camões, e das suas Obras", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VII. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 158-279.

_____(1823)- "Memoria historica e critica ácerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas Obras", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VIII, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-101.

LOISEAU, André (1886)- *Histoire de la Littérature Portugaise depuis ses origines jusqu' a nos jours*. Paris: Ernest Thorin.

MACHADO, Júlio César (1865)- "Chronica do Mez", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Quinto anno, Abril de 1864. Lisboa: Escritorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, pp. 504-10.

MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (1914)- *Litteratura Nacional. Programma para o Curso Complementar*. Porto: Renascença Portuguesa.

MARTINS, J. P. de Oliveira (1869)- *Teófilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez*. Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa [1867].

_____(1872)- *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação á sociedade portugueza e ao movimento da Renascença*. Porto: Imprensa Portugueza.

_____(1891)- *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

_____(1953)- *A Teoria do Moçarabismo de Teófilo Braga* (inédito), Separata de *Biblos*, vl. XXVIII, com "Nótula explicativa" de A. J. da Costa Pimpão.

_____(1955)- *Literatura e Filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores.

_____(1995)- "A Historia de Portugal e os Criticos da 1ª Edição", in AA.VV. (1995) [1880], pp. 1-20.

MASCARENHAS, Arsénio Augusto Torres de (1896)- *Biographias, Apreciações e Narrativas - Noticia de alguns Homens mais notaveis e episodios da Historia Portugueza*, para o primeiro ano ou primeira classe do curso dos liceus. Lisboa: Imprensa Nacional.

MATTEUS, Morgado de (2000)- *Os Lusíadas, nova edição correcta, e dada á luz por Dom Ioze Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 3ª ed. Paris: Officina typographica de Firmin Didot [1817].

MAYA, Delfim Maria D' Oliveira (1883)- *Theoria da Litteratura, particularmente da Litteratura em Prosa*, 2ª ed. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

_____(1884)- *Historia da Litteratura Segundo o Programma Official de 14 de Outubro de 1880 para a Cadeira de Litteratura Nacional dos Liceus*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

MEIRELLES, A. F. Vieira (1860)- "Historia Literaria. Da Antiga Poesia Portugueza até ao fim do Seculo XIII", *O Instituto*, vl. VIII, pp. 58-9, 75-6, 166-7, 265-7, 390-2.

MELLO, Joaquim Lopes Carreira de (1861)- *Lições Portuguezas de Litteratura e de Moral ou Selecta Portugueza em trechos Selectos, prosa e verso*. I vol., 2ª ed. Lisboa: Typographia Universal [1854-8].

_____(1861a)- *Ibid.*, t. II -verso. Lisboa: Typographia Universal.

Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t.s I-VIII (1792-1814).

MENDONÇA, A. P. Lopes de (1849)- *Ensaio de Critica e Litteratura*. Lisboa: Typ. da Revolução de Setembro.

_____(1849a)- *Curso de Litteratura no Gremio Litterario: Influencia da Litteratura do seculo 18 na Litteratura do seculo 19 -Character da Poesia n' este Seculo*. Lisboa: Typographia de António José da Rocha.

_____(1855)- *Memorias de Litteratura Contemporanea*. Lisboa: Typographia do Panorama.

_____(1857)- "A Litteratura Portugueza nos seculos XVI e XVII", *Annaes das Sciencias e Lettras, publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias. Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras*, pp. 1-44.

_____(1860)- "Criticas Litterarias - M. M. Barbosa du Bocage - Francisco Manoel do Nascimento - José Agostinho de Macedo", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Segundo anno, Abril. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, pp. 184-92.

MIDOSI, Henrique (1892)- *Poesias Selectas para Leitura, Recitação e Analyse dos Poetas Portuguezes*, 17ª ed. Lisboa: Typographia do Commercio de Portugal.

MORATO, Francisco Manuel Trigozo d' Aragão (1818)- "Memoria sobre o Theatro Portuguez", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. V, P. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 42-76 [1817].

_____(1819)- "Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, e sobre a sua influencia na restauração da nossa Litteratura", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VI, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 57-128.

MOREIRA, João M. e CORRÊA, João M. (1893)- *Nova Selecta Portugueza, colligida, annotada e acompanhada d' um tratado de composição e derivação, para uso das aulas de Portuguez e Litteratura*. Porto: Typographia de José da Silva Mendonça.

NETTO, António Maria d' Almeida (1870)- "Proemio" a *Album de Homenagens - Luiz de Camões*. Lisboa: Editores Silva e Netto, pp. I-XV.

ORTIGÃO, Ramalho (1880)- *Louis de Camões. La Renaissance et les Lusiades*, trad. de F. F. Steenackers. Lisboa: Mattos Moreira & Cª.

_____(1889)- *As Farpas*, t. VIII. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

_____(1995)- "Cartas Portuguezas", in AA. VV. (1995), pp. 55-64 [1880].

O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis (1837), vl. I. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

_____(1842)- primeiro volume da segunda série. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

_____(1853)- vl. X, segundo da terceira série. Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos (1826-7), 5 vl.s. Paris: J. P. Aillaud.

PEREIRA, António das Neves (1793)- "Ensaio Critico, sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV, e XVI, e deixárão esquecer os que depois se seguirão até ao presente", *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. IV, pp. 339-466 e t. V, pp. 152-252.

- _____(1793a)- "Ensaio sobre a Filologia Portuguesa por meio do exame e comparação da Locução e Estilo dos nossos mais insignes Poetas, que florecêrão no seculo XVI", *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. V, pp. 1-151.
- PINTO, A. A. da Fonseca (1877)- "Um inedito de Fei Fortunato", *O Instituto*, segunda serie, vl. XXIV, pp.171-84.
- _____(1878)- *ibid.*, *O Instituto*, segunda serie, vl.XXV, pp. 90-6, 129-38, 184-92 e 220-9.
- QUEIRÓS, Eça de (1993)- "Um Génio que era um Santo", in AA.VV. (1993), pp. 481-522 [1896].
- QUENTAL, Antero de (1871)- "Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares Nos Ultimos Tres Seculos", *Prosas II*, pp. 92-140.
- _____(1872)- *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa (a proposito d' alguns livros recentes)*. Porto/Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugenio Chardron.
- _____(1872a)- "Duas Palavras a proposito do folheto do Sr. Theophilo Braga, mas não em resposta ao Sr. Theophilo Braga nem ao seu folheto", *Prosas II*, pp. 241-54.
- _____(1926)- *Prosas II*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- REMÉDIOS, Mendes dos (1911)- *Introdução á Historia da Literatura Portuguêsa*, 3ª ed. Coimbra: França Amado.
- _____(1914)-*História da Literatura Portuguêsa, desde as origens até á actualidade*, 4ª ed. refundida. Coimbra: F. França Amado.
- _____(1929)- *Introdução á Historia da Literatura Portuguesa*, 4ª ed. Coimbra: Atlântida.
- Revista Universal Lisbonense. Jornal dos Interesses Physicos, Moraes, e Litterarios por uma Sociedade Estudiosa* (1842), 2 vls. Lisboa: Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, José Silvestre (1853)- *Primeiros Traços d' Uma Resenha da Litteratura Portuguesa*, t. I. Lisboa: Imprensa Nacional [1848-51].
- RIBEIRO, Tomás (1879)- "Elogio Historico de Antonio Feliciano de Castilho, Visconde de Castilho", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas- -Letras*, Nova Série-t. V, P. I. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 1-28 [15/5/1877].
- ROCHA, Augusto (1995)- "Historia de Portugal, por J. P. Oliveira Martins, 2º vl.", in AA. VV. (1995), pp. 37-41 [1879].
- ROMERO, Sílvio (1905)- *A Patria Portuguesa. O Territorio e a Raça. Apreciação do livro de igual titulo de Theophilo Braga*. Lisboa: Livraria Clássica.
- SANTOS, Antonio Ribeiro dos (1806)- "Memoria da Vida e escriptos de D. Francisco de Mello", *Memórias de Literatura Portuguesa*, t. VII, pp. 237-49.
- _____(1814)- "Das origens e progressos da poesia portugueza", *Memórias de Literatura Portuguesa*, t. VIII, Parte II, pp. 233-251.
- SARAIVA, Cardeal [Fr. Francisco de S. Luiz] (1858)-"Memoria em que se pretende mostrar que a Lingua Portuguesa não he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos

Lusitanos", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. XII, P. I, pp. 1-43. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

_____(1868)- "Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia ou necessidade se tem introduzido na Locução Portugueza moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella", *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. IV, P. II, 2ª ed., pp. 1-122. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

_____(1880)- "Nota sobre as linguas vulgares da Hespanha. Mostra-se Analyticamente que estas linguas não nascêrão da corrupção do Latim, nem da sua mistura com os idiomas dos povos barbaros, que no seculo V invadirão as Hespanhas", *Obras Completas*, t. IX, publ. por António Correia Caldeira. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 209-83 [1828].

SERRA, Abade Correia da Serra (1804)- "Memoria ou Vista Rapida sobre o Estado das Sciencias, e das Bellas-letras em Portugal durante a ultima metade do Seculo passado (ou 18º)", in CARVALHO, F. Freire de (1845), pp. 401-43.

SILVA, José Maria da Costa e (1850-5)- *Ensaio Biographico-Critico sobre os melhores Poetas Portuguezes*, t.s I-X. Lisboa: Imprensa Silviana.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da (1848)- "A Eschola Moderna Litteraria"- O Sr. Garrett", *A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes*, nºs 7-10, 15-6, 25 e 27; pp. 105-9, 121-4, 136-9, 152-6, 234-8, 249-53, 388-91, 421-4.

_____(1857)- "A Arcadia Portugueza", *Annaes das Sciencias e Lettras, publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias. Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras*, pp. 57-87, 147-68 e 197-216.

_____(1905)- "Memoria biographica e litteraria ácerca de Manuel Maria Barbosa du Bocage, do character das suas obras e da influencia que exerceu no gosto e nos progressos da poesia portugueza", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série - T. I, P. II, 2ª ed. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 61-176 [15/5/1877].

_____(1909)- *Bosquejos Historico-Litterarios*, 3 vl.s. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

_____(1909a)- *Arcadia Portugueza*, 3 vl.s. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

_____(1910)- *Apreciações Litterarias*, 3 vl.s. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

SISMONDI, Jean C. L. Sismonde de (1813)- *De la Littérature du Midi de l' Europe*, 4 Tomos. Paris: Treuttel et Würtz.

SOUSA, Manuel de Faria e (1628)- *Epitome de las Historias Portuguesas*, Madrid: Francisco Martinez.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo (1823)- "Exame critico das primeiras cinco Edições dos Lusíadas", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. VIII, P. I Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 167-212.

TURLES, Camille (1854)- *Tableau Historique des Littératures Anciennes et des Littératures Modernes considérées en elles-mêmes et dans leurs rapports avec le climat, la religion, les moeurs et les institutions sociales*. Paris: Librairie Classique de M.me V.e Maire-Nyon.

- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1900)- "História da Literatura Portuguesa", *O Instituto*, vl. XLVII, 4: 225-230; 356-366, trad. De Alfonso Hincker [1894].
- _____(1922)- *A Saudade Portuguesa*, 2ª ed. revª. Porto/Lisboa/Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa, Seara Nova e Anuario do Brasil.
- _____(1990)- *Cancioneiro da Ajuda*, vl. II. Reimpressão da edição de Halle, pref. e glossário das cantigas de Ivo Castro [1904].
- WOLF, Ferdinand Joseph (s/d)- *Historia de las literaturas castellana y portuguesa*, t. II, pp. 439-491. Trad. de Miguel de Unamuno, notas y adiciones por M. Menendez Pelayo. Madrid: La España Moderna [1859].

2. Bibliografia secundária

- AA.VV. (1974)- *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário.
- AA.VV. (1983)- *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: IN-CM.
- ADÃO, Áurea (1982)- *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses, 1836-1860*. Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1962)- *Para uma Interpretação do Classicismo* . Coimbra. Separata do vol. I da *Revista de História Literária de Portugal* .
- _____(1971)- *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- _____(1994)- *Camões: Labirintos e Fascínios*. Lisboa: Cotovia.
- _____(1997)- "Romantismo", in BUESCU, Helena Carvalhão (ed.) (1997)- *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Caminho, pp. 487-92.
- _____(1999)- "The Songs of Melancholy: Aspects of Mannerism in Camões", in TAMEN, Miguel e BUESCU, Helena C. (ed.s) (1999), pp. 30-57.
- AGUILAR, Manuel Busquets de (1939)- *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Penitenciária de Lisboa.
- ALMEIDA, Onésimo T. (1994)- "Portugal and the Concern with National Identity", *Bulletin of Hispanic Studies*, LXXI (1): 155-163.
- ANDRADE, Luís (1996)- "O Estado Novo e a 'Geração de 70': Eça e 'O Grupo dos Cinco' nas leituras nacionalistas", *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas* , Univ. de Aveiro, pp. 141-9.
- ANDRADE, Anselmo de (1993)- "O sonho do poeta", in AA.VV. (1993), pp. 319-35.

- ARAÚJO, Maria Teresa Alves de (1997)- "Garrett: uma nação como nostalgia", in CRISTÓVÃO, FERRAZ, CARVALHO (ed.s) (1997), pp. 71-4.
- AURÉLIO, Diogo Pires (1987)- "A 'Ideologia Portuguesa' ", *Prelo*, 15: 2-5.
- BARBAS, Helena (1994)- *Almeida Garrett. O Trovador Moderno*. Lisboa: Salamandra.
- BARROSO, João (1995)- *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, II vl.s. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes (1980)- "A literatura portuguesa expressão de uma cultura nacional? Tradicionalismo e renovação na viragem do século XIX para o século XX - 1890-1915", *Os Homens e os Livros II (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Verbo, pp. 101-25.
- BERARDINELLI, Cleonice (1997)- "Nacionalismo, linha mestra da literature portuguesa", in CRISTÓVÃO, FERRAZ, CARVALHO (ed.s) (1997), pp. 75-82.
- BETTENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (ed.s) (1991)- *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- BETTENCOURT, Rebêlo de (1934)- "Nacionalista", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga (1843-1924)*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 317-28.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves (1996)- "Tradição, Literatura e Nacionalidade em Teófilo Braga e Sílvio Romero", *Sílvio Romero e Teófilo Braga. Actas do III Colóquio Tobias Barreto*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp. 121-136.
- BRANCO, Jorge Freitas (1995)- "Lugares para o Povo: uma Periodização da Cultura Popular em Portugal", *Revista Lusitana (Nova Série)*, 13-4, pp. 145-177.
- BUESCU, Helena Carvalhão (1997)- "A 'vertical' e a 'horizontal' do nacionalismo garrettiano", in CRISTÓVÃO, FERRAZ, CARVALHO (ed.s) (1997), pp. 83-7.
- BUESCU, Maria Gabriela Carvalhão (1999)- *MacPherson e o Ossian em Portugal. Estudo Comparativo-Translatológico*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [tese de doutoramento policopiada].
- CABRAL, Manuel Villaverde (1987)- "Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo", *Prelo*, 15: 19-33.
- CARREIRO, José Bruno (1944)- "Vida de Teófilo Braga: Resumo Cronológico", in *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*. Ponta Delgada: Edição Comemorativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, pp. 189-251.
- CARVALHO, Joaquim de (1948)- "Teófilo Braga", in SIMÕES, João Gaspar (ed.) (1948), pp. 15-54.
- CARVALHO, Rómulo de (1986)- *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASULO, José Carlos de Oliveira (1987)- *O Estatuto da Disciplina Filosófica dos Liceus Portugueses no Período Monárquico-Constitucional*. Braga: Universidade do Minho [texto policopiado].

- CATROGA, Fernando e CARVALHO, Paulo A. de (1996)- *Sociedade e Cultura Portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CHAVES, Castelo Branco (1935)- *Teófilo Braga e o Nacionalismo*. Lisboa: "Seara Nova".
- CIDADE, Hernâni (1935)- "Doutor Teófilo Braga - As directrizes da sua obra de história literária", *Revista da Faculdade de Letras*, t. II, n. 2, 187-206.
- _____(1957)- *O Conceito de Poesia como Expressão da Cultura. Sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira*, 2ª ed.corrigida e actualizada. Coimbra: Arménio Amado Editor-Sucessor.
- CIDRAES, Maria de Lourdes (1997)- "A palavra e o acto: o mito português do herói fundador", in CRISTÓVÃO, FERRAZ, CARVALHO (ed.s) (1997), pp. 137-43.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1992)- "Apócrifos", in COELHO, J. P. (ed.) (1992)- *Dicionário de Literatura*, 4ª ed., vl. I, p. 62.
- COELHO, António Borges (1986)- *Questionar a História. Ensaios sobre a História de Portugal*. Lisboa: Caminho, 2ª ed. [1983].
- COELHO, António do Prado (1919)- *Ensaios Críticos*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- _____(1921)- *Teófilo Braga (Subsídio para a História Literária Contemporânea, com documentos inéditos)*. Lisboa: Tip. Eduardo Simões.
- _____(1943)- *As Melhores Páginas da Literatura Portuguesa –Teófilo Braga*, Introd, selecção de textos e notas. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- COELHO, Jacinto do Prado (1944)- *A Poesia Ultra-Romântica*, I. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- _____(1947)- "Lopes de Mendonça", in SIMÕES, João Gaspar (ed.) (1947), pp. 243-59.
- _____(s/d)- *Problemática da História Literária*, 2ª ed. revista e aumentada.Lisboa: Ática [1962].
- _____(1969)- "Nota Preliminar" a BRANCO, Camilo Castelo (1969)- *Esboços de Apreciações Literárias*, 5ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, pp. 5-23.
- _____(1970)- "A literatura portuguesa, expressão duma cultura nacional", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vl. II, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 500-25.
- _____(1992)- *Originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa [1977].
- _____(1996)- *A Letra e o Leitor*, 3ª ed. Porto: Lello & Irmão [1969].
- COELHO, Maria Teresa Pinto (1997)- *Apocalipse e Regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Cosmos.
- CRISTÓVÃO, F., FERRAZ, Maria de Lourdes e CARVALHO, Alberto (ed.s) (1997)- *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas* (Actas do II Simpósio Luso-Afro-Brasileiro de Literatura). Lisboa: Cosmos.
- DIOGO, Américo A. L. e SILVESTRE, Osvaldo (1996)- *Rumo ao Português Legítimo. Língua e Literatura (1750-1850)*. Braga: Angelus Novus.

- DOMINGUES, Joaquim (1996)- "Literatura e Filosofia em Teófilo Braga e Sílvio Romero", *Sílvio Romero e Teófilo Braga. Actas do III Colóquio Tobias Barreto*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp. 259-274.
- FERRAZ, Maria de Lourdes (1997)- "Crítica e História Literária", *in* BUESCU, Helena Carvalhão (ed.) (1997)- *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Caminho, pp. 104-9.
- FERRÃO, António (1935)- *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal (Com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga)*, Separata do vl. XIX do Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa.
- FERREIRA, Alberto (s/d)- *Perspectiva do Romantismo Português*, 3ª ed. Lisboa/Porto: Litexa [1971].
- FERREIRA, Alberto e MARINHO, Maria José (1985)- *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã), 1865/1866*, vl. I, 2ª ed. Lisboa: IN/CM.
- FERREIRA, Vergílio (1983)- "Da Ausência, Camões", *in* AA. VV. (1983), pp. 13-21 [1977].
- FIGUEIRA VALVERDE, Jose (1993)- *Camoens*, 3ª ed. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia [1958].
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1912)- "A Critica Litteraria como Sciencia", *Revista de História*, I (2): 74-100.
- _____(1916)- *Historia da Critica Litteraria em Portugal da Renascença á Actualidade*, 2ª ed. rev. Lisboa: Livraria Clássica Editora [1914].
- _____(1918)- *Estudos de Literatura (2ª série: 1917)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- _____(1920)- *A Critica Litteraria como sciencia*, 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- _____(1921)- *Estudos de Literatura (3ª série: 1918-1920)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- _____(1923)- *Caracteristicas da Litteratura portuguesa*, 3ª ed. revista. Lisboa: Livraria Clássica Editora [1914].
- _____(1924)- *Estudos de Literatura (4ª série: 1921-1922)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- _____(1930)- "Parenthesis anti-geographico", *Crítica do Exílio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, pp. 39-74.
- _____(1933)- *Menoridade da Inteligência*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- _____(1935)- *Pyrene. Ponto de vista para uma Introdução à História Comparada das Literaturas Portuguesa e Espanhola*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- _____(1941)- *Aristarchos*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes [1939].
- _____(1944)- *A Luta pela Expressão. Prolegómenos para uma Filosofia da Literatura*. Coimbra: Nobel.

- _____(1951)-*Estudos de Literatura (5ª série: 1947-1950)*. São Paulo: Editora Clássico-Científica.
- _____(1987)- *A Épica Portuguesa no Século XVI. Subsídios documentais para uma teoria geral da epopeia*, 7ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1931, 1950, 1951, 1954, 1961].
- FONSECA, Tomás da (1934)- "Teófilo Braga e Littré", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga (1843-1924)*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 347-54.
- FORTES, Agostinho (1934)- "O Professor", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga (1843-1924)*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 7-11.
- FRANÇA, José-Augusto (1993)- *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte [1974].
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1983)-*Camões e a Identidade Nacional*, AA.VV. (1983), pp. 67-78.
- HERR, Richard e POLT, John H. R. (ed.s.) (1989)- *Iberian Identity. Essays on the Nature of Identity in Portugal and Spain*. Berkeley, CA: Institute of International Studies
- HOMEM, Amadeu J. F. Carvalho (1988)- *Teófilo Braga. Filosofia e Pensamento Político-Social*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- JÚDICE, Nuno (1996)- "A Ideia Nacional no Período Modernista Português", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, pp. 323-33.
- LAUREL, Maria Hermínia D. C. Amado (1989)- *A História Literária e o Ensino da Literatura Francesa (1957-74)*. Universidade de Aveiro [tese de doutoramento policopiada].
- LEAL, João (1995)- "Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista", *Revista Lusitana (Nova Série)*, 13-4, pp. 125-144.
- _____(2000)- *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- LEMOES, A. Vieira de e MARTINEZ ALMOYNA, J. (1959)- *A Obra Espanhola de Camões*. Porto.
- LIMA, Isabel Pires de (1996)- "Rememorar e Futurar ou a Invenção da Pátria", *Discursos*, nº 13: 135-145.
- LOPES, Óscar (1987)- *Entre Fialho e Nemésio*, 2 vl.s. Lisboa: IN/CM.
- LOURENÇO, Eduardo (1974)- "Romantismo e Tempo e Tempo do nosso Romantismo", *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário.
- _____(1978)- *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: D. Quixote.
- _____(1983)-"Camões ou a nossa alma", AA.VV. (1983), pp. 99-107 [1980].
- _____(1990)- "A Espanha e Nós", *Nós e a Europa ou as duas razões*, 3ª ed., rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 79-85.
- _____(1999)- *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, Hélder (1988)- "A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro", *Colóquio/Letras*, 103 (Maio-Junho), pp. 28-39.

- MACHADO, Álvaro Manuel (1996)- *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal. Ensaio de tipologia comparativista*. Lisboa: Presença.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro (1995)- "Aquém e Além: espaços estruturantes da identidade portuguesa ?", *O Sexo dos Textos*. Lisboa: Caminho, pp. 187-206.
- MARTINS, Moisés (1996)- *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- MASSA, Jean-Michel (1986)- "Les Historiens de la Littérature Portugaise de Sismondi à Loiseau", *Actes du Colloque L'Enseignement et L'Expansion de la Littérature Portugaise en France* (Paris, 21-23 Novembre 1985). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, pp. 57-69.
- MATOS, Sérgio Campos de (1980)- "O ultranacionalismo da memória institucional", in REIS, António (ed.) (1980)- *Portugal Contemporâneo*, vl. IV. Lisboa: Alfa, pp. 339-348.
- _____(1990)- *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Horizonte.
- MATTOSO, José (1980)- "Prefácio" a HERCULANO, Alexandre (1980), pp. V-LII.
- _____(1998)- *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares - Gradiva.
- MEDEIROS, António (1995)- "Minho: Retrato Oitocentista de uma Paisagem de Eleição", *Revista Lusitana (Nova Série)*, 13-4: 97-123.
- MEDEIROS, Paulo de (1996)- "Introdução: 'Em Nome de Portugal' ", *Discursos*, nº 13: 13-29.
- MEDINA, João (1986)- "Zé Povinho e Camões. Dois pólos da prototipia nacional", *Colóquio/Letras*, 92: 11-21.
- MENDES, Margarida Vieira (1980)- "O Conceito de Poesia na Segunda Metade do Século XIX", in AA. VV. (1980)- *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal*. Lisboa: I.N.I.C., pp. 61-94.
- _____(1999)- "Baroque Literature Revised and Revisited", in TAMEN, Miguel e BUESCU, Helena C. (ed.s) (1999), pp. 58-78.
- MOISÉS, Massaud (2000)- *As Estéticas Literárias em Portugal*, vl. II (séculos XVIII e XIX). Lisboa: Caminho.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1985)- "Camões no Romantismo", separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vl. XXXIII: 119-37.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1983)- "Camões, poeta plural", AA. VV. (1983), pp. 83-93 [1980].
- NAMORA, Fernando (1983)- "A Pretexto de Camões", AA. VV. (1983), pp. 43-61 [1978].
- NEMÉSIO, Vitorino (1944)- "Prefácio" a BARRETO, Moniz (1944), pp. IX-XLII.
- NEVES, Álvaro (1934)- "Doutor Teófilo Braga: Bio-Bibliografia", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga (1843-1924)*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 355-512.
- NÓVOA, António (1995)- "Prefácio" a BARROSO, João (1995), pp. XVII-XXVII.

- OLIVEIRA, Aurélio de (1999)- "Hispania: de construção unitária à fronteira política", *in* ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Á. (ed.) (1999)- *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Universidad Autónoma de Madrid, pp. 209-226
- PALMA-FERREIRA, João (1984)- "Prefácio" a BRAGA (1984 [1909]), pp. 7-56.
- _____(1985)- *Literatura Portuguesa - História e Crítica*, vl. I. Lisboa: IN-CM.
- _____(1986)- *Subsídios para o Estudo da Evolução da História e Crítica da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- PAXÊCO, Fran (1917)- *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes.
- PEREIRA, Ana Leonor (2000)- "Darwinismo, História e Literatura. O caso da História Universal - Epopeia da Humanidade de Teófilo Braga", *Revista da História das Ideias*, vl. 21: 221-60.
- PEREIRA, J. Carlos Seabra (1975)- *Simbolismo e Decadentismo na poesia portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- _____(1983)- "Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX)", *in* *Análise social*, vl. XIX (77-8-9), pp. 845-873.
- _____(1989-90)- "A condição do simbolismo em Portugal e o litígio das modernidades", *in* *Nova Renascença*, Porto, n°s 35-8, pp. 143-156.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1979)- *A Lição do Texto. Filologia e Literatura I- Idade Média*. Lisboa: Ed. 70.
- PIMENTEL, F. J. Vieira (1991)- *Literatura Portuguesa e Modernidade. Ensaio sobre os séculos XIX e XX*. Ponta Delgada: Ed. do Autor.
- PIRES, António M. B. Machado (1980)- *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores.
- _____(1987)- "A decadência, ou interrogações de um Portugal hamletiano", *Prelo*, 15: 12-17.
- _____(1998)- "A identidade portuguesa", *Arquipélago. Línguas e Literaturas*, XV: 319-30.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1995)- "Camonologia", *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vl. 1, pp. 911-2. Lisboa/S. Paulo: Verbo.
- PONTE, Carmo (1998)- "Sebastianismo: Prova Póstuma da Nacionalidade", *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (1996), coord. de T. F. Earle. Oxford/Coimbra, pp. 1073-81.
- PROENÇA, Maria Cândida (1997)- *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*. Lisboa: Colibri.
- QUADROS, António (1989)- *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada.
- Quinquagenário (1858 a 1908). Cincoenta Anos de Actividade Mental de Theophilo Braga, julgados pela Crítica contemporânea de tres Gerações litterarias* (1908). Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos C^a.
- RAMOS, Rui (1992)- "A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-80)", *Análise Social*, 116-7: 483-528.

- _____(1994)- "A Segunda Fundação (1890-1926)", vl. 6 da *História de Portugal*, MATTOSO, José (ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- _____(1997)- "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social* (4ª série), vl. XXXII, nº 140: 113-141.
- REAL, Miguel (1998)- *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.
- REBELO, Luís de Sousa (1997)- "Identidade Nacional: as retóricas do seu discurso", in CRISTÓVÃO, FERRAZ, CARVALHO (ed.s) (1997), pp. 21-32.
- RIBEIRO, Álvaro (1951)- *Os Positivistas*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1978-1979)- "Teorias e Teses Literárias de António Pedro Lopes de Mendonça", *Revista de História das Ideias*, vl. II: 249-354.
- RIBERA-ROVIRA, Inácio de (1934)- "O Iberismo de Teófilo Braga", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga* (1843-1924). Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 329-33.
- RICARD, Robert (1958)- "Littérature portugaise", in QUENEAU, Raymond (ed.) (1958)- *Histoire des Littératures*. Paris: Gallimard, Coll. "La Pléiade", t. II, pp. 731-50.
- SALGADO JÚNIOR, António (1930)- *História das Conferências do Casino (1871)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.
- _____(1992)- "Crítica literária", in Coelho, J. P. (ed.) (1992)- *Dicionário de Literatura*, 4ª ed., vl. I, p. 232-4.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (ed.) (1929)- *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, t. I. Paris/Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994)- *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, 3ª ed. Porto: Afrontamento.
- SARAIVA, António José (1995)- *Para a História da Cultura em Portugal*, vl. I, 7ª ed. Lisboa: Gradiva [1946].
- _____(1996)- *A Cultura em Portugal. Teoria e História: Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, vl. I, 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- _____(1996a)- *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar (s/d)- *História da Literatura Portuguesa*, 16ª ed. Porto: Porto Editora.
- SARDINHA (1915)- *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*. Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa.
- _____(1942)- *Glossário dos Tempos*. Porto: Edições Gama.
- SARMENTO, Olga de Moraes (1925)- *Theophilo Braga (Notas e Commentarios)*. Lisboa: Tipografia da Imprensa Lucas & Cª.
- SENA, Jorge de (1981)- "Para uma Definição Periodológica do Romantismo Português", in *Estudos de Literatura Portuguesa - I*. Lisboa: Ed. 70.
- _____(1983)- *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa: IN-CM, pp. 27-38.

- _____(1992)- "Classicismo (na literatura portuguesa)", *O Amor e outros verbetes*. Lisboa: Edições 70, pp. 154-179.
- SERRÃO, Joel (1983)-*Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Horizonte.
- SILVA, Augusto Santos (1997)- *Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*, parte I. Porto: Cadernos "Estudos Contemporâneos", nº 5.
- SIMÕES, João Gaspar (ed.) (1947)- *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, t. I. Lisboa: Ática.
- _____(ed.) (1948)- *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, t. II. Lisboa: Ática.
- TAMEN, Miguel e BUESCU, Helena C. (ed.s) (1999)- *A Revisionary History of Portuguese Literature*. New York/London: Garland Publishing.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando (1996)- *História da História em Portugal: Séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VALENTE, Vasco Pulido (1973)- *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- _____(1974)- *Uma Educação Burguesa... Notas sobre a Ideologia do Ensino no século XIX*. Lisboa: Horizonte.
- VÁSQUEZ CUESTA, Pilar (1974)- "O Espantalho Ibérico como Arma Política no Portugal do Século XIX", in AA.VV. (1974), pp. 39-43.
- VASCONCELOS, José Leite de (1929)- "Épocas Literárias", in SAMPAIO (ed.) (1929), pp. 34-40.
- VENÂNCIO, Fernando (1998)- *Estilo e Preconceito. A Língua Literária em Portugal na Época de Castilho*. Lisboa: Cosmos.
- VIÇOSO, Vítor (1997)- "A letra e o tempo: notas sobre os paradoxos da nossa modernidade", *Românica*, 6: 31-44.